

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o "Festejo de Nossa Senhora da Serra", realizado na primeira quinzena de agosto de cada ano, no Santuário de Nossa Senhora da Serra, entre os Municípios de São João do Paraíso, Distrito de Vão do Marco e Sítio Novo, como Evento Oficial do Calendário Cultural e Turístico Religioso do Estado do Maranhão.

Art. 2º A presente lei, tem por finalidade viabilizar o apoio orçamentário e financeiro dos órgãos de cultura, turismo, inclusive religioso, e outros órgãos do Estado do Maranhão junto aos organizadores do evento visando à promoção e manutenção dessa tradição religiosa, turística e social, e fomentar, de uma maneira muito ampla, a preocupação em relação à ordem suprema das coisas, a importância da religião, da arte e dos costumes do Povo para uma vida feliz e próspera.

Art. 3º O Festejo de Nossa Senhora da Serra, de que trata esta Lei, passa a integrar o Calendário Cultural e Turístico do Estado do Maranhão para todos os efeitos legais e institucionais.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 29 DE DEZEMBRO DE 2017, 196º DA INDEPENDÊNCIA E 129º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado do Maranhão

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

LEI Nº 10.771, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre o reconhecimento do "Festejo de Nossa Senhora de Nazaré" como Evento Oficial do Calendário Cultural e Turístico do Estado do Maranhão, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecido o "Festejo de Nossa Senhora de Nazaré", realizado entre os dias 30 de agosto a 8 de setembro de cada ano, no Município de Riachão, como Evento Oficial do Calendário Cultural, Turístico e Religioso do Estado do Maranhão.

Art. 2º A presente lei tem por finalidade reconhecer oficialmente e incluir no Calendário Cultural, Turístico e Religioso do Estado do Maranhão, além de viabilizar o apoio orçamentário e financeiro dos órgãos de cultura, turismo, inclusive religioso, e outros órgãos do Estado do Maranhão junto aos organizadores do evento, visando à promoção e manutenção dessa tradição religiosa, turística e social, e fomentar, de uma maneira muito ampla, a preocupação em relação à ordem suprema das coisas, a importância da religião, da arte e dos costumes do Povo para uma vida feliz e próspera.

Art. 3º O Festejo de Nossa Senhora de Nazaré, de que trata esta Lei, passa a integrar o Calendário Cultural, Turístico e Religioso do Estado do Maranhão para todos os efeitos legais e fins institucionais.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 29 DE DEZEMBRO DE 2017, 196º DA INDEPENDÊNCIA E 129º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado do Maranhão

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

LEI Nº 10.772, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Altera as tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e das funções gratificadas do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Maranhão constantes do Anexo IV, da Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007 e dos Anexos I e II da Lei nº 8.727, de 7 de dezembro de 2007.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A tabela de vencimentos dos cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Maranhão constante do Anexo IV da Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007, passa a vigorar na forma do Anexo I desta Lei.

Art. 2º As tabelas de vencimentos dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Poder Judiciário do Maranhão constantes dos Anexos I e II da Lei nº 8.727, de 07 de dezembro de 2007, passam a vigorar na forma dos Anexos II e III desta Lei.

Art. 3º A implantação do disposto nesta Lei observará o previsto no art. 169 da Constituição Federal e das normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º As despesas para consecução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria prevista para o orçamento do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de dezembro de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 29 DE DEZEMBRO DE 2017, 196º DA INDEPENDÊNCIA E 129º DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado do Maranhão

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário de Estado da Casa Civil



ANEXO I

(Anexo IV da Lei n.º 8.715, de 19 de novembro de 2007)

TABELA DE VENCIMENTOS

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO
ANALISTA JUDICIÁRIO	C	15	11.857,29
		14	11.568,08
		13	11.285,95
		12	11.010,67
		11	10.742,09
	B	10	10.378,85
		9	10.125,71
		8	9.878,75
		7	9.637,79
		6	9.402,72
	A	5	9.084,75
		4	8.863,16
		3	8.647,01
		2	8.436,10
		1	8.230,35
OFICIAL DE JUSTIÇA	C	15	9.917,43
		14	9.675,55
		13	9.439,56
		12	9.209,33
		11	8.984,73
	B	10	8.680,88
		9	8.469,14
		8	8.262,60
		7	8.061,06
		6	7.864,43
	A	5	7.598,52
		4	7.413,17
		3	7.232,37
		2	7.055,96
		1	6.883,85
COMISSÁRIO DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	C	15	6.609,62
		14	6.448,44
		13	6.291,14
		12	6.137,71
		11	5.988,05
COMISSÁRIO DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	B	10	5.785,51
		9	5.644,39
		8	5.506,73
		7	5.372,45
		6	5.241,40
	A	5	5.064,15
		4	4.940,62
		3	4.820,11
		2	4.702,57
		1	4.587,87
TÉCNICO JUDICIÁRIO	C	15	5.658,59
		14	5.520,55
		13	5.385,92
		12	5.254,56
		11	5.126,40
	B	10	4.953,03
		9	4.832,22
		8	4.714,38
		7	4.599,39
		6	4.487,19
	A	5	4.335,47
		4	4.229,72
		3	4.126,54
		2	4.025,90
		1	3.927,72

AUXILIAR JUDICIÁRIO	C	15	4.331,22
		14	4.225,62
		13	4.122,53
		12	4.021,98
		11	3.923,89
	B	10	3.791,17
		9	3.698,70
		8	3.608,49
		7	3.520,49
		6	3.434,61
AUXILIAR DE SERVIÇO OPERACIONAL	A	5	3.318,48
		4	3.237,52
		3	3.158,58
		2	3.081,52
		1	3.006,37
	C	15	2.733,69
		14	2.666,99
		13	2.601,94
		12	2.538,48
		11	2.476,56
	B	10	2.392,81
		9	2.334,45
		8	2.277,50
		7	2.221,96
		6	2.167,77
	A	5	2.094,44
		4	2.043,38
		3	1.993,54
		2	1.944,93
		1	1.897,47

ANEXO II

(Anexo I da Lei n.º 8.727, de 07 de dezembro de 2007)

CORRELAÇÃO E QUANTITATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO

SIMBOLOGIA	QUANTIDADE	VENCIMENTO EM R\$
CNES	1	22.794,11
CDGA	180	20.170,57
CDAS-1	9	14.799,69
CDAS-2	133	12.407,49
CDAS-3	90	10.575,29
CDAS-4	94	9.737,30
CDAS-5	372	8.992,65
CDAI-1	339	6.636,93
CDAI-2	55	5.111,10
CDAI-3	101	3.325,55

ANEXO III

(Anexo II da Lei n.º 8.727, de 07 de dezembro de 2007)

SIMBOLOGIA	QUANTIDADE	VENCIMENTO EM R\$
FG-4	10	2.625,00
FG-3	50	2.466,23
FG-2	50	1.644,15
FG-1	87	1.027,57

LEI Nº 10.773, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

Institui a Gratificação Especial de Controle Interno aos ocupantes de cargos de Auditor e Assistente de Auditor, transforma cargos, altera a Lei nº 10.204, de 23 de fevereiro de 2015, e dá outras providências.

Tribunal de Justiça

Presidência

RESOL-GP - 12013

Código de validação: EA9F7130D3

Altera as Resoluções n.ºs 06, de 15 de abril de 2004; 46, de 23 de dezembro 2007; 36, de 23 de junho de 2008; 55, de 23 de novembro de 2009, que regulamentam a estrutura administrativa dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário, bem como a Resolução n.º 44, de 04 de julho de 2008, que dispõe sobre a descrição dos cargos comissionados e funções gratificadas do Poder Judiciário do Estado do Maranhão; define a nomenclatura de cargos em comissão e funções gratificadas criados pela Lei Estadual n.º 9729 para compor o quadro de pessoal do Poder Judiciário e dá outras providências. **O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **CONSIDERANDO** a necessidade de reestruturação do setor de Controle Interno de modo a se adequar às diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, através da Resolução n.º 86/2009-CNJ; **CONSIDERANDO** o que dispõe o art. 74 da Constituição Federal, que determina a existência dos sistemas de Controle Interno nas esferas de Poder da Administração Pública; **CONSIDERANDO** o que dispõe o art. 1.º e seguintes da Lei n.º 9.729/2012 de 11 de dezembro de 2012, que criam cargos no quadro de pessoal deste Poder; **CONSIDERANDO** a Resolução n.º 11/2012-TJ/MA, que alterou a nomenclatura do setor de Auditoria para Secretaria de Controle Interno, bem como alterou a nomenclatura dos cargos até então existentes no setor; **CONSIDERANDO** a Resolução n.º 52/2011-TJ/MA, que definiu as nomenclaturas dos cargos criados pela Lei 9.488 de 4 de novembro de 2011; **CONSIDERANDO** o teor da Resolução n.º 115/2010 e da recomendação n.º 39, ambas do CNJ, que dispõe sobre a Gestão de Precatórios no âmbito do Poder Judiciário; **CONSIDERANDO** por fim que o Tribunal disporá sobre a denominação do quadro de cargos em comissão e funções gratificadas, com suas respectivas denominações, competências, atribuições e lotações, conforme art. 3.º, §1.º, da Lei Estadual n.º 8.727/2007, publicada em 07/12/2007, com redação dada pela Lei Estadual n.º 9.326/2010; **R E S O L V E**, *ad referendum*, **Art. 1.º** Ficam denominados os cargos em comissão e as funções gratificadas criados pela Lei Estadual n.º 9.729 de 11 de dezembro de 2012, da seguinte forma: **I – um cargo de Coordenador de Acompanhamento da Gestão**, símbolo CADS-2; **II – um cargo de Coordenador de Auditoria**, símbolo CADS-2; **III – um cargo de Coordenador de Precatório**, símbolo CADS-2; **IV – um cargo de Assessor Especial de Planejamento e Gestão**, símbolo CADS-2. **V – dois cargos de Assessor Técnico da Diretoria de Recursos Humanos**, símbolo CADS-5; **VI – dois cargos de Assessor de Relações Institucionais da Presidência**, símbolo CADS-5; **VII – um cargo de Assessor de Relações Institucionais da Corregedoria Geral de Justiça**, símbolo CADS-5. **VIII – os dois cargos em comissão com simbologia CDAI-2 recebem respectivamente a denominação de Secretário da Segunda Câmara Cível Reunida e de Secretário da Quinta Câmara Cível Isolada**; **IX – as funções gratificadas**, símbolo FG-2 são: **uma de secretário do coordenador de acompanhamento e gestão; uma de secretário do coordenador de auditoria; uma de secretário do coordenador de precatórios; duas de supervisor de requisições de pequeno valor e duas de supervisor de precatórios**; **§1.º** Em virtude da alteração de simbologia de que trata o parágrafo único do art. 1.º da Lei 9.729/2012, o cargo de Secretário de Controle Interno, símbolo CDAS 1, passa a ser denominado **Diretor de Controle Interno**, simbologia CDGA, ficando alterada a denominação da Secretaria de Controle Interno para Diretoria de Controle Interno. **§2.º** O cargo de Secretário das Câmaras Cíveis Reunidas passa a ser denominado **Secretário da Primeira Câmara Cível Reunida** e a função gratificada de Secretário da Secretaria de Controle Interno passa a ser denominada de **Secretário do Diretor de Controle Interno** sendo mantida a simbologia FG 2. **Art. 2.º** Acrescentar ao artigo 2º da Resolução n.º 06, de 15 de abril de 2004, que aprovou o regulamento da estrutura administrativa dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário, a seguinte redação: “Art. 2.º A Estrutura de Administração dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça compreende: [...] 2. Gabinete da Presidência 2.1 Chefia de Gabinete da Presidência [...] 2.5 Diretoria de Controle Interno 2.5.1 Coordenadoria de Acompanhamento da Gestão 2.5.2 Coordenadoria de Auditoria [...] 2.10 Gabinete dos Juizes Auxiliares da Presidência 2.10.1 Coordenadoria de Precatórios [...] 4. Corregedoria Geral da Justiça 4.1 Gabinete do Corregedor-Geral de Justiça [...] 6. Secretaria Geral do Tribunal de Justiça 6.1 Gabinete do Diretor Geral 6.1.1 Assessoria 6.2 Diretoria Judiciária [...] 6.2.4 Coordenadoria do Plenário, das Câmaras Reunidas e da Câmara de Férias 6.2.4.1 Secretarias das Câmaras Reunidas [...] **Art. 3.º** Os incisos II, III e IV do artigo 1º da Resolução n.º 46, de 20 de dezembro de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação: “Art. 1.º ... [...] II – Cargos de Direção Geral e Assessoramento – símbolo CDGA: Assessor Chefe da Assessoria de Comunicação da Presidência; Assessor Chefe da Assessoria Jurídica da Presidência; Assessor Chefe de Desembargador; Assessor de Desembargador; Assessor Jurídico de Desembargador; Assessor Técnico de Desembargador; Assessor Técnico da Presidência; Assessor Técnico de Desembargador; Chefe de Gabinete da Presidência; Diretor Administrativo; Diretor da Secretaria da Corregedoria Geral de Justiça; Diretor de Informática e Automação; Diretor de Recursos Humanos; Diretor Financeiro; Diretor Judiciário; Secretário Geral do Plenário; Subdiretor da Secretaria do Tribunal de Justiça; **Diretor de Controle Interno** e Diretor de Segurança Institucional. III – Cargos de Direção e Assessoramento Superior – símbolo CDAS: Assessor da Corregedoria; Assessor de Contabilidade; Assessor de Informática da Presidência; Assessor de Relações Públicas; Assessor do Diretor-Geral; Assessor Jurídico da Presidência; Assessor Técnico; Assessor Técnico da Assessoria Jurídica da Presidência; **Assessor Especial de Planejamento e Gestão; Assessor Técnico da Diretoria de Recursos Humanos; Assessor de Relações Institucionais da Presidência; Assessor de Relações Institucionais da Corregedoria Geral de Justiça**; Assessor de Controle Interno; Chefe da Biblioteca da ESMAM; Chefe da Divisão de Planejamento; Chefe da Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos; Chefe da Divisão de Arrecadação; Chefe da Divisão das Serventias Extrajudiciais; Chefe da Divisão das Serventias Judiciais; Chefe da Divisão de Acervo; Chefe da Divisão de Administração da Rede; Chefe da Divisão de Administração de Material; Chefe da Divisão de Administração Patrimonial; Chefe da Divisão de Análise de Sistema; Chefe da Divisão de Análise e Fatura; Chefe da Divisão de Apoio Administrativo da ESMAM; Chefe da Divisão de Arquivo; Chefe da Divisão de Expedição e Controle de Atos; Chefe da Divisão de Treinamento; Chefe da Divisão de Biblioteca; Chefe da Divisão de Cadastro; Chefe da Divisão de Controle do Acervo; Chefe da Divisão de Desenvolvimento e Suporte; Chefe da Divisão de Direito e Deveres; Chefe da Divisão de Arquitetura; Chefe da Divisão de Estatística; Chefe da Divisão de Fiscalização; Chefe da Divisão de Folha de Pagamento; Chefe da Divisão de Gravação e Registros; Chefe da Divisão de Informática; Chefe da Divisão de Jurisprudência; Chefe da Divisão de Laboratório de Biologia Molecular; Chefe da Divisão de Legislação e Pesquisa; Chefe da Divisão de Licitações e Contratos; Chefe da Divisão de Material e Patrimônio; Chefe da Divisão de Material, Patrimônio e Serviços Gerais; Chefe da Divisão de Organização e Método; Chefe da Divisão de Pessoal; Chefe da Divisão de Protocolo e Arquivo; Chefe da Divisão de Recursos para o STF; Chefe da Divisão de Recursos para o STJ; Chefe da Divisão de Restauração e Manutenção de Documentos Históricos; Chefe da Divisão de Serviço Social; Chefe da Divisão de Serviço e Obras Serviços; Chefe da Divisão de Serviços Gerais; Chefe da Divisão de Transportes; Chefe da Divisão do Telejudiciário; Chefe da Divisão dos Juizes em Estágio Probatório; Chefe da Divisão dos Juizes Vitalícios; Chefe da Divisão Médica; Chefe da Divisão Médica e Odontológica; Chefe da Divisão Odontológica; Chefe da Divisão Psicossocial; Chefe da Divisão de Avaliação de Desempenho; Chefe da Divisão de Seleção e Movimentação; Chefe de Gabinete de Desembargador; Coordenador de Acompanhamento e Desenvolvimento na Carreira; Coordenador Administrativo; Coordenador da Biblioteca; Coordenador das Câmaras Cíveis Isoladas; Coordenador das Câmaras Criminais Isoladas; Coordenador de Administração da ESMAM; **Coordenador de Acompanhamento da Gestão; Coordenador de Auditoria; Coordenador de Precatórios**; Coordenador de Administração de Fóruns; Coordenador de Apoio Administrativo; Coordenador de Atendimento ao Usuário; Coordenador de Contabilidade; Coordenador de Desenvolvimento e Análise de Sistema; Coordenador de Direitos e Registros; Coordenador de Distribuição; Coordenador de Serviços e Obras de Engenharia; Coordenador de Projetos de Engenharia e Arquitetura; Coordenador de Finanças; Coordenador de Finanças e Planejamento; Coordenador de Fiscalização, Correição, Disciplina e Avaliação das Serventias; Coordenador de Jurisprudência e Publicações; Coordenador de Manutenção de Equipamentos; Coordenador de Material e Patrimônio; Coordenador de Orçamento; Coordenador de Organização e Métodos e Administração da Rede; Coordenador de Orientação, Fiscalização, Correição, Disciplina e Avaliação dos Juizes de Direito; Coordenador de Pagamento; Coordenador de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicância; Coordenador de Protocolo e Autuação; Coordenador de Recursos Constitucionais; Coordenador de Serviços Médicos, Odontológicos e Psicossocial; Coordenador do Arquivo e Documentos Históricos; Coordenador do Fundo Especial de Modernização e Reparação e Reaparelhamento do Judiciário – FERJ; Coordenador do Plenário e das Câmaras Reunidas; Coordenador Financeiro;

Coordenador Pedagógico; Oficial de Gabinete; Oficial de Gabinete de Desembargador; Secretário da Coordenadoria da Infância e da Juventude; Secretário do Conselho de Administração e Supervisão do FERJ; Secretário do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais; Secretário Executivo da Presidência; Secretário Executivo de Desembargador; Secretário Particular do Corregedor; Secretário-Geral da ESMAM; Assessor Jurídico do FERJ; Assessor Técnico do FERJ; Secretário de Administração; Chefe da Divisão de Segurança Institucional e Chefe da Divisão de Inteligência. IV – Cargos de Direção e Assessoramento Intermediário – símbolo CDAI: Assessor de Comunicação da Corregedoria; Assessor de Comunicação da Presidência; Assessor de Juiz; Assessor do Secretário Geral do Plenário; Assistente de Informação; Chefe da Biblioteca da Corregedoria; Chefe da Central de Mandados; Secretário de Câmara Isolada; Secretário de Câmaras Reunidas; Secretário de Diretoria de Fórum de Entrância Final, Secretário de Diretoria de Fórum de Entrância Intermediária; Secretário do Conselho Estadual de Adoção; Secretário Executivo do Diretor da Corregedoria; Secretário Executivo do Diretor-Geral; Secretário Judicial de Entrância Final; Secretário Judicial de Distribuição de Entrância Final; Secretário Judicial de Entrância Intermediária; Secretário Judicial de Distribuição de Entrância Intermediária; Secretário Judicial de Entrância Inicial; Suboficial de Gabinete; Assessor de Administração; **Secretário da Primeira Câmara Cível Reunida; Secretário da Segunda Câmara Cível Reunida e Secretário da Quinta Câmara Cível Isolada.** Art. 4º Alterar o artigo 1º da Resolução 63, de 07 de novembro de 2008, para acrescentar as funções gratificadas criadas pela Lei Estadual n.º 9728/2012, que passam a ficar acrescido com a seguinte redação: [...] II – Função Gratificada Nível 02 – símbolo FG 02: Secretário do Diretor da ESMAM; Secretário do Diretor Judiciário; Secretário do Diretor Geral da Secretaria do Tribunal de Justiça; Secretário do Diretor Financeiro; Secretário do Diretor de Informática e Automação; Secretário do Diretor da Secretaria da Corregedoria Geral de Justiça; Secretário do Diretor Administrativo; Secretário do Assessor Chefe da Assessoria Jurídica da Presidência; Supervisor da Casa Abrigo; Supervisor da Creche “Desa. Judith Pacheco”; Supervisor da Casa da Criança; Membro da Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicância; Secretário do Chefe do Cerimonial; Secretário de Administração Destacado; Supervisor do Boletim de Alteração Financeira (BAF); Supervisor do Controle de Ponto Eletrônico; Pregoeiro Oficial; **Secretário do Diretor de Controle Interno; Supervisor de Acompanhamento de Gestão; Supervisor de Auditoria; Secretário do Coordenador de Precatórios; Supervisor de Precatórios; Supervisor de Requisições de Pequeno Valor.** [...] Art. 5º Fica acrescido ao anexo da Resolução n.º 46, de 20 de dezembro de 2007 e Resolução n.º 63, de 07 de novembro de 2008, o que consta nos Anexos I e II desta Resolução, e os anexos I e II da Resolução n.º 44, de 04 de julho de 2008, o que consta no Anexo III e IV, desta Resolução. Art. 6º Para efeitos de pagamento da remuneração dos servidores nomeados para os cargos comissionados cujas nomenclaturas estão definidas nesta Resolução deverá ser considerado o dia 1º de janeiro de 2013. Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogados os dispositivos em contrário. Dê-se ciência. Publique-se. Cumprase. PALÁCIO DA JUSTIÇA “CLÓVIS BEVILÁQUA” DO MARANHÃO, em São Luís, 18 de janeiro de 2013. Desembargador Antonio Guerreiro Júnior Presidente **ANEXO I QUADRO DE CARGOS COMISSIONADOS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO [...]**

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

CARGOS	QUANT	SÍMBOLO
CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA		
[...] ASSESSOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA PRESIDÊNCIA	2	CDAS 5
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO		
DIRETOR DE CONTROLE INTERNO	1	CDGA
COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO	1	CDAS 2
COORDENADOR DE AUDITORIA	1	CDAS 2
[...]		
GABINETE DOS JUÍZES AUXILIARES		
COORDENADOR DE PRECATÓRIOS	1	CDAS 2
SECRETARIA GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA		
[...]		
GABINETE DO DIRETOR GERAL		
ASSESSOR ESPECIAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	1	CDAS 2
[...]		
DIRETORIA JUDICIÁRIA		
[...]		
COORDENADORIA DAS CÂMARAS CÍVEIS ISOLADAS		
SECRETÁRIO DA QUINTA CÂMARA CÍVEL ISOLADA	01	CDAI 2
[...]		
COORDENADORIA DO PLENÁRIO, DAS CÂMARAS REUNIDAS E DA CÂMARA DE FÉRIAS		
SECRETÁRIO DA PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL REUNIDA	01	CDAI 2
SECRETÁRIO DA SEGUNDA CÂMARA CÍVEL REUNIDA	01	CDAI 2
[...]		
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS		
[...]		
ASSESSOR TÉCNICO DA DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS	02	CDAS 5
[...]		
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA		
CHEFIA DE GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA		
ASSESSOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA CORREGEDORIA	1	CDAS 5
[...]		

ANEXO II QUADRO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO [...]**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

FUNÇÕES	QUANT.	SÍMBOLO
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO		
SECRETÁRIO DO DIRETOR DE CONTROLE INTERNO	1	FG 02
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO	1	FG 02
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE AUDITORIA	1	FG 02
[...]		
GABINETE DOS JUÍZES AUXILIARES		
COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS		
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE PRECATÓRIOS	1	FG 02

SUPERVISOR DE REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR	2	FG 02
SUPERVISOR DE PRECATÓRIOS	2	FG 02
[...]		

ANEXO III DESCRIÇÃO DOS CARGOS COMISSIONADOS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO [...] GABINETE DA PRESIDÊNCIA

CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA: [...] g) Ao **Assessor de Relações Institucionais da Presidência** compete: I – assessorar o Presidente no acompanhamento e tramitação de projetos de leis e processos de interesse da Justiça Estadual junto aos Poderes e Órgãos Públicos; II – acompanhar o Presidente, quando solicitado, em visita a Órgãos Públicos; III – receber e acompanhar os parlamentares em visita ao Tribunal de Justiça do Maranhão; IV – manter estreita ligação com seus congêneres de outros Órgãos da Administração Pública; V – elaborar, mensal e anualmente, relatórios para o Presidente sobre as atividades da Assessoria; VI – manter atualizado, para consultas e informações, resumo das matérias legislativas de interesse da Justiça Estadual em tramitação no Poder Legislativo; VII – manter contato e fornecer subsídios aos parlamentares, visando o intercâmbio permanente de informações necessárias a uma ação coordenada entre os Poderes Judiciário e Legislativo, na tramitação de assuntos de interesse da Justiça Estadual. [...] **SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO:** a) Ao **Diretor de Controle Interno** compete: I - Acompanhar a execução dos programas de trabalho e a gestão orçamentária, financeira, contábil, operacional, patrimonial e de pessoal no Tribunal quanto à legalidade, à moralidade e à legitimidade; II - Orientar a atuação dos gestores; III - Verificar a utilização regular e racional dos recursos e bens públicos; IV - Avaliar os resultados obtidos pela Administração quanto à economicidade, à eficiência e à eficácia; V - Assessorar e prestar informações ao Presidente e/ou à alta administração do Tribunal ou à Unidade do Poder Judiciário; VI - Responder às consultas formuladas no âmbito de sua atuação; VII - Realizar auditorias e fiscalizações nos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, de pessoal e demais sistemas administrativos e operacionais; VIII - Manter atualizado o cadastro com a tipificação dos gestores públicos, a fim de subsidiar a composição do rol de responsáveis; IX - Orientar os administradores de bens e recursos públicos nos assuntos pertinentes à área de competência do Controle Interno do Poder Judiciário, inclusive sobre a forma de prestar contas, conforme disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição; e X - Exercer outras atividades típicas da unidade, delegadas por autoridade superior ou contidas em normas. b) Ao **Coordenador de Acompanhamento de Gestão** compete: I - Executar as atividades de análise de atos e processos administrativos referentes aos atos de administração, de licitação, de compra e de pessoal; II - Auxiliar os gestores na administração dos resultados de suas ações, por meio de recomendações que visem aprimorar procedimentos e controles; III - Orientar as demais unidades na prática de atos administrativos, garantindo a conformidade com a legislação específica e normas correlatas; e IV - Exercer outras atividades típicas da unidade, delegadas por autoridade superior ou contidas em normas. c) Ao **Coordenador de Auditoria** compete: I - Realizar auditoria acerca da gestão dos recursos públicos sob a responsabilidade do Tribunal; II - Realizar auditorias nos sistemas contábil, financeiro, de pessoal e demais sistemas administrativos e operacionais; III - Examinar a regularidade e avaliar a eficiência e eficácia da gestão administrativa e dos resultados alcançados nas Ações do Poder Judiciário ou Unidades do Poder Judiciário; IV - Apresentar subsídios para o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos e gerenciais, e dos controles internos administrativos dos órgãos da Administração do Poder Judiciário; V - Acompanhar as providências adotadas pelas áreas e unidades auditadas em decorrência de impropriedades e irregularidades eventualmente detectadas, manifestando-se sobre sua eficácia e propondo soluções; VI - Manter registros atualizados acerca das auditorias e tomadas de contas efetivadas; e VII - Exercer outras atividades típicas da unidade, delegadas por autoridade superior ou contidas em normas. d) Ao **Assessor de Controle Interno** compete: I – Assessorar tecnicamente o Secretário de Controle Interno e seus Coordenadores na realização de auditorias nas unidades administrativas, visando comprovar a legalidade, avaliando os resultados e certificando os atos de gestão; II – auxiliar no acompanhamento das providências adotadas pelas áreas e unidades auditadas em decorrência de impropriedades e irregularidades eventualmente detectadas, manifestando-se sobre sua eficácia e propondo soluções; III – emitir pareceres técnicos relativos à área de controle; IV – conferir e analisar contas, balancetes, balanços demonstrações contábeis, propondo medidas de saneamento e/ou de aperfeiçoamento; V – assessorar o Secretário de Controle Interno a promover o controle, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Poder Judiciário, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e eficiência; VI – responder às consultas formuladas no âmbito de sua atuação; e VII – exercer outras atividades sob sua responsabilidade. [...] **GABINETE DOS JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA:** a) Ao **Coordenador de Precatórios** compete: I - Processar os precatórios, mediante protocolo, autuação e cadastro, acrescentando-lhe número próprio, precedido de numeração indicadora da ordem cronológica de recebimento para efeito de precedência de acordo com a ordem cronológica de entrada na própria Coordenação que fará às vezes de protocolo; II - Fazer a triagem de precatórios, devolvendo aos magistrados, mediante despacho do Coordenador, aqueles cuja documentação esteja incompleta; III - diligenciar às áreas competentes solicitando dados ou informações relativas a créditos de precatórios; IV – efetivar o levantamento de precatórios pendentes de alguma providência e agilizar sua tramitação no Tribunal; V- Fornecer certidões, abrir vista aos advogados das partes, bem como prestar-lhes as informações processuais solicitadas. VI – Proceder à juntada de expedientes relacionados a precatórios. VII – propor atos normativos que disciplinem procedimentos relativos ao processamento e ao cumprimento de precatórios, no âmbito do Tribunal; VIII – promover a atualização permanente dos instrumentos e procedimentos inerentes à gestão de precatórios, em compatibilidade com as mudanças e inovações tecnológicas e no ordenamento jurídico; IX – proporcionar apoio técnico e administrativo ao funcionamento da Coordenadoria de Precatórios e subsidiar o funcionamento de atividades que visem à conciliação, na quitação de precatórios, especialmente quanto às informações necessárias aos trabalhos da Coordenadoria, bem como o envio dos autos dos precatórios quando solicitados, X – manter controle das conciliações efetivadas, para baixa dos precatórios nos registros do Tribunal; XI – acompanhar os resultados das atividades da Coordenadoria de Precatórios e sugerir formas de aperfeiçoamento de seu funcionamento; XII – exercer outras atividades inerentes à sua área de atuação. XIII - assegurar mecanismos permanentes de atualização monetária dos créditos relativos a precatórios; XIV- Renovar expedientes como ofícios e notificações, sempre que não houver manifestação pelas partes, pela instituição bancária ou correios. XV- Encaminhar os autos do precatório à Secretaria de Coordenação Judiciária quando solicitado, em face da interposição de Agravo Regimental. XVI- Organizar, por ano, tantas relações de precatórios quantos forem os executados, ordenadas pela data de recebimento do ofício precatório. XVII -Promover a baixa para o Juízo requisitante dos precatórios quitados; XVIII – Exercer outras atividades típicas da unidade, delegadas por autoridade superior ou contidas em normas. **SECRETARIA GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA GABINETE DO DIRETOR GERAL** [...] e) Ao **Assessor Especial de Planejamento e Gestão** compete: I – Prestar consultoria ao Gabinete do Diretor Geral do Tribunal de Justiça em assuntos relacionados ao planejamento e gestão de projetos de diversas áreas; II – Acompanhar, avaliar, orientar, além de emitir relatórios periódicos acerca do início, da execução, do pagamento, do vencimento ou da extinção de convênios e contratos firmados pelo Poder Judiciário; III - Assessorar na elaboração e atualização periódica do planejamento estratégico do Tribunal; IV - Prestar consultoria para implantação e acompanhamento de sistemas de gestão da qualidade; V - Promover estudos e elaborar propostas de definição da estrutura orgânica do Tribunal; VI - Assessorar na elaboração de normas, procedimentos, regulamentos, manuais e demais instrumentos operacionais de trabalho; VII - realizar pesquisas e estudos acerca de temas e problemas jurídico-administrativos de interesse do Poder Judiciário; VIII – acompanhar as sessões administrativas do Plenário do Tribunal e as publicações de normas e suas alterações nos Diários Oficiais e Diários Eletrônicos, planejando, orientando e controlando banco de dados que disponibilizam leis, regulamentos, regimentos, códigos e estatutos; IX – garantir que leis, regulamentos, regimentos, códigos e estatutos disponibilizados pelo Tribunal de Justiça estejam atualizados, com a devida informação de alterações ou revogações que tenham ocorrido em normas pretéritas do Poder Judiciário; X - Participar do processo de elaboração da proposta orçamentária e orientar sobre prioridades do planejamento estratégico e outras prioridades da gestão; XI – desenvolver e acompanhar projetos alinhados com o planejamento estratégico; XII – desenvolver outras atividades sob sua responsabilidade ou que lhe forem solicitadas pelo Gabinete do Diretor Geral. **DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS** a) Ao **Assessor Técnico da Diretoria de Recursos Humanos** compete: I - prestar assessoria em assuntos de natureza jurídico-administrativa; II - emitir pareceres acerca de questões de natureza jurídico-administrativa, que envolvam a interpretação e aplicação de leis, regulamentos e acordãos; III - examinar documentos destinados à instrução de processos; IV - acompanhar o andamento de processos no sistema de tramitação eletrônico de processos administrativos, elaborar minuta de peças processuais, pareceres, documentos, expedientes em geral e demais peças relacionados a processos judiciais e administrativos, além realizar pesquisas e estudos técnicos de natureza jurídica; VI - realizar pesquisas e estudos acerca de temas e problemas jurídico-administrativos de interesse do Poder Judiciário; VII – exercer outras atividades sob sua responsabilidade. **CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DE JUSTIÇA CHEFIA DE GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DE JUSTIÇA:** [...] r) Ao **Assessor de Relações Institucionais da Corregedoria** compete: I – assessorar o Corregedor Geral de Justiça no acompanhamento e tramitação de projetos de leis e processos de interesse da Justiça Estadual junto aos Poderes e Órgãos Públicos; II – acompanhar o Corregedor Geral de Justiça, quando solicitado, em visita a Órgãos Públicos; III – receber e acompanhar autoridades em visita à Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão; IV – manter estreita ligação com seus congêneres de outros Órgãos da Administração Pública; V – elaborar, mensal e

anualmente, relatórios para o Corregedor sobre as atividades da Assessoria; VI – manter atualizado, para consultas e informações, resumo das matérias administrativas, legislativas ou processuais de interesse da Justiça Estadual em tramitação em qualquer órgão ou ente; VII – manter contato e fornecer subsídios a autoridades, visando o intercâmbio permanente de informações necessárias a uma ação coordenada entre os Poderes Judiciário, sobre os assuntos de interesse da Justiça Estadual; VIII – exercer outras atividades sob sua responsabilidade. **ANEXO IV DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO [...] GABINETE DA PRESIDÊNCIA [...] SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO:** a) As atribuições de **Secretário do Diretor de Controle Interno** igualam-se às de Secretário de Diretor. b) Ao **Supervisor de Acompanhamento de Gestão** compete: I - auxiliar o Setor de Acompanhamento de Gestão na execução de suas atividades, notadamente aquelas relacionadas ao planejamento, coordenação e controle das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria e pelos setores a ela subordinadas; II - supervisionar a tramitação de processos, documentos, memorandos, ofícios, portarias, etc., bem como a elaboração de expedientes em geral; III - solicitar e controlar os recursos em geral necessários à execução das atividades da Coordenadoria, tais como materiais de expediente, equipamentos, servidores, etc.; IV - gerenciar os arquivos e registros relacionados às atividades da Coordenadoria; V - elaborar e redigir pareceres, despachos, ofícios, memorandos, portarias e expedientes em geral, quando solicitado; VI - relacionar-se com as demais unidades administrativas funcionais do Poder Judiciário, no que se refere ao encaminhamento de assuntos, processos e expedientes relacionados à Coordenadoria; e VIII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade. c) Ao **Supervisor de Auditoria** compete: I - auxiliar o setor de Auditoria na execução de suas atividades, notadamente aquelas relacionadas ao planejamento, coordenação e controle das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria e pelos setores a ela subordinadas; II - supervisionar a execução das ações de auditoria, controlando as solicitações, notas e relatórios de auditoria concernentes à cada ação; III - solicitar e controlar os recursos em geral necessários à execução das atividades da Coordenadoria, tais como materiais de expediente, equipamentos, servidores, etc.; IV - gerenciar os arquivos e registros relacionados às atividades da Coordenadoria; V - elaborar e redigir pareceres, despachos, ofícios, memorandos, portarias e expedientes em geral, quando solicitado; VI - relacionar-se com as demais unidades administrativas funcionais do Poder Judiciário, no que se refere ao encaminhamento de assuntos, processos e expedientes relacionados à Coordenadoria; e VIII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade. [...] **GABINETE DOS JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA COORDENADORIA DE PRECATÓRIOS:** a) As atribuições de **Secretário do Coordenador de Precatórios** igualam-se às de Secretário de Coordenador. b) Ao **Supervisor de Precatórios e ao Supervisor de Requisições de Pequeno Valor** compete: I - auxiliar o Coordenador de Precatórios na execução de suas atribuições, notadamente aquelas relacionadas ao planejamento, coordenação e controle das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria; II - supervisionar a tramitação de processos, documentos, memorandos, ofícios, portarias, etc., bem como a elaboração de expedientes em geral; III - solicitar e controlar os recursos em geral necessários à execução das atividades da Coordenadoria, tais como materiais de expediente, equipamentos, servidores, etc.; IV - elaborar e monitorar a agenda do Coordenador, assegurando o cumprimento de horários de reuniões, audiências, compromissos externos, etc.; V - gerenciar os arquivos e registros relacionados às atividades da Coordenadoria; VI - elaborar e redigir despachos, ofícios, memorandos, portarias e expedientes em geral, quando solicitado; VII - relacionar-se com as demais unidades administrativas funcionais do Poder Judiciário, no que se refere ao encaminhamento de assuntos, processos e expedientes relacionados à Coordenadoria; VIII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

Desembargador ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
Presidente do Tribunal de Justiça
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 18/01/2013 16:42 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

Vice-Presidência

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS NA QUARTA, 16 DE JANEIRO DE 2013 PLENÁRIO

001-PROCESSO CRIMINAL | Procedimentos Investigatórios | Procedimento Investigatório do MP (Peças de Informação) - Número Único: 0000168-95.2013.8.10.0000 - N.º Protocolo: 0013142013 - (Nao informada) - TRIBUNAL PLENO - DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

DENUNCIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA: REGINA LUCIA DE ALMEIDA ROCHA
DENUNCIADO: ANTONIO DE PADUA LUZ, OTONIEL TEIXEIRA SILVA
Relator: Des. RAIMUNDO NONATO DE SOUZA

CÍVEIS REUNIDAS

001-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Processo de Conhecimento | Procedimento de Conhecimento | Procedimentos Especiais | Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos | Mandado de Segurança - Número Único: 0007661-60.2012.8.10.0000 - N.º Protocolo: 0447742012 - (Nao informada) - CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS - DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

IMPETRANTE: JOÃO CARVALHO DOS REIS
ADVOGADO (A) (S): AUCENIR MACEDO COSTA
IMPETRADO: JUÍZA DE DIREITO ÍRIS DANIELLE DE ARAÚJO SANTOS
Relator: Des. JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO

002-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Processo de Conhecimento | Procedimento de Conhecimento | Procedimentos Especiais | Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos | Mandado de Segurança - Número Único: 0000152-44.2013.8.10.0000 - N.º Protocolo: 0011622013 - (Nao informada) - CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS - DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

IMPETRANTE: DANIELSON JADSON COSTA DOS SANTOS, JOHN ALIS BEZERRA DE OLIVEIRA, MHABIO ANDRE SOUSA SILVA, RAFAEL DE MELO AMORIM, REGINALDO RAMOS COSTA, WELTON CARLOS GOES DE OLIVEIRA
ADVOGADO (A) (S): PATRICIA GOES DE OLIVEIRA, JOAFRESON RODRIGO BONFIM OLIVEIRA
(1º IMPETRADO): SECRETÁRIO DE ESTADO DE GESTÃO E PREVIDENCIA- SR. FABIO GODIM
(2º IMPETRADO): MARCOS FERNANDO FONTOURA DOS SANTOS JACINTO
Relator: Des. RAIMUNDO JOSÉ BARROS DE SOUSA

003-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Processo de Conhecimento | Procedimento de Conhecimento | Procedimentos Especiais | Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos | Mandado de Segurança - Número

em ser removido na forma estabelecida no citado edital. CAPÍULO IX DA DESISTÊNCIA Art. 30 Não será apreciado o pedido de desistência apresentado fora do período compreendido entre a divulgação da relação preliminar das inscrições definitivas deferidas e a data de encerramento do prazo a que se refere o artigo 29 deste Regulamento. Art. 31 O servidor que tiver confirmado o interesse em ser removido poderá, durante o curso do prazo a que alude o artigo 29 deste Regulamento, por meio no Sistema DIGIDOC, conforme indicará o edital do concurso de remoção, desistir da remoção, implicando essa desistência na sua exclusão do certame. Art. 32 A não confirmação do interesse em ser removido no prazo e na forma previstos neste Regulamento implicará em desistência tácita, que será revertida em benefício dos demais candidatos classificados no concurso de remoção de servidores, observada a ordem de classificação. Art. 33 A desistência, expressa ou tácita, em ser removido para a nova comarca implicará na exclusão do servidor do concurso de remoção de servidores. CAPÍULO X DA REMOÇÃO Art. 34 Após o decurso do prazo do artigo 29 deste Regulamento, sendo confirmado o interesse na remoção, esse ato corresponde à solicitação irretirável de desligamento da unidade em que o servidor se encontra lotado e à aceitação expressa de se vincular imediatamente à nova lotação. Art. 35 Publicado edital de convocação de candidato contemplado em concurso de remoção e tendo sido confirmado o interesse na remoção na forma e no prazo previsto neste Regulamento, o servidor será removido, independente da aquiescência da respectiva chefia imediata. Art. 36 A remoção do servidor se efetivará com a publicação da respectiva portaria, mas, desde a confirmação do interesse na remoção, o cargo no quadro funcional da unidade de trabalho será considerado vago para fins de disponibilização para preenchimento por concurso de remoção ou por concurso de ingresso de servidores. Art. 37 A remoção de servidor ocupante de cargo de Oficial de Justiça condiciona-se ao cumprimento de todas as diligências e de todos os mandados que lhe tenham sido entregues até a data em que confirmar o interesse em ser removido. § 1º A exigência do *caput* deste artigo poderá ser suprida pelo magistrado titular da unidade jurisdicional que o oficial de justiça estiver vinculado, cuja manifestação escrita deve externar, de modo inequívoco, a concordância com a remoção do servidor, independentemente do cumprimento das diligências e dos mandados que lhe tenham sido cometidos. § 2º Nos casos de afastamento ou de licença do magistrado titular, o juiz de direito que estiver respondendo pela unidade jurisdicional poderá manifestar por escrito anuência com a remoção do servidor, devendo motivar essa concordância com a demonstração de que o referido deslocamento não acarretará prejuízo à unidade de trabalho. Art. 38 Quando a remoção decorrente da classificação no certame disciplinado neste Regulamento ocasionar a redução do quadro funcional da unidade de trabalho a percentual inferior a 75% (setenta e cinco por cento) de sua lotação numérica, o deslocamento do servidor condicionar-se-á à prévia recomposição dessa percentagem mínima. Parágrafo único. Deverá, ainda, ser preservado o quantitativo mínimo de um cargo provido para cada tipo de cargo efetivo atribuído à unidade de trabalho, considerada a respectiva especialidade, exceto se norma regulamentar tiver previsto, para a unidade, apenas um único cargo da espécie considerada. Art. 39 Na hipótese de mais de um servidor ter sido contemplado com a remoção em uma mesma unidade, remover-se-á, em havendo empate, prioritariamente aquele que for o mais idoso. Art. 40 Publicada a portaria de remoção, o servidor terá dez dias úteis para se apresentar na nova lotação, nos termos do artigo 19 da Resolução n.º 23/2010. § 1º É facultado ao servidor declinar do prazo estabelecido no *caput* deste artigo. § 2º Na hipótese do servidor estar em gozo de licença ou afastado legalmente, o prazo será contado a partir do término do afastamento. § 3º Expirado o prazo estabelecido no *caput* deste artigo, o servidor exercerá suas atribuições na nova lotação, obrigatoriamente. Art. 41 A movimentação funcional em virtude de concurso de remoção constitui remoção a pedido, desta não decorrendo o direito à percepção de quaisquer vantagens pecuniárias. Parágrafo único – As despesas decorrentes da remoção do servidor para a nova comarca correrão às suas expensas. Art. 42 O servidor removido por meio de concurso de remoção somente poderá obter nova remoção a pedido após o decurso do prazo de seis meses de permanência na lotação para a qual fora contemplado, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 4º da Resolução n.º 23/2010-TJ/MA alterado pela Resol-GP-472/2011. Parágrafo único. Confirmado pelo candidato o interesse em ser removido, verificar-se-á se o servidor enquadra-se na hipótese restritiva de que trata o *caput* deste artigo, caso em que terá sua remoção indeferida. Art. 43 Após o deferimento da remoção, os titulares das unidades de destino e de origem do candidato contemplado, serão cientificados acerca da movimentação do servidor, via DIGIDOC. CAPÍULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS Art. 44 Os casos omissos relativos aos concursos de remoção de servidores serão resolvidos pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Art. 45 O edital poderá estabelecer maior detalhamento sobre o trâmite do certame, desde que tais minúcias não restrinjam os direitos estabelecidos nesta Resolução. PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁQUA" DO MARANHÃO, em São Luís, 21 de janeiro de 2013.

Desembargador ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
Presidente do Tribunal de Justiça
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 21/01/2013 16:44 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

RESOL-GP - 32013

Código de validação: C93D06D829

Revoga a Resolução GP 66/2011, publicada no DJE em 30/12/2011; define nova nomenclatura e redistribui cargos comissionados criados em duplicidade pela LC 140/2011 e dá outras providências. **O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista decisão em sessão plenária administrativa do dia 19 de dezembro de 2012; CONSIDERANDO a criação no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de cargos em comissão, por meio da Lei Complementar n.º 140/2011; CONSIDERANDO que Resolução do Tribunal de Justiça fixará, respeitado o número de cargos criados por Lei, a quantidade de cargos por comarcas, varas e juizados especiais e as respectivas lotação e distribuição de vagas para cada especialidade ou habilitação de cada cargo, nos termos do art. 29, § 1º da Lei n.º 8.032 de 22 de dezembro de 2003; CONSIDERANDO a necessidade de distribuição dos cargos comissionados, por unidade de trabalho, na Justiça de Primeiro Grau; CONSIDERANDO que o Tribunal está autorizado a transformar, sem aumento de despesa, no âmbito de suas competências, as funções gratificadas e os cargos em comissão de seu quadro de pessoal, nos termos do art. 3º, §2º, da Lei Estadual n.º 8.727, de 7 de dezembro de 2007, publicada no Diário Oficial do Estado de 7/12/2007, com redação dada pela Lei Estadual n.º 9.326, de 30 de dezembro de 2010; CONSIDERANDO a criação das turmas recursais das Comarcas de Bacabal, Balsas, Caxias, Chapadinha, Pinheiros e Presidente Dutra; CONSIDERANDO especialmente que o Conselho Nacional de Justiça, por meio de decisão proferida no Procedimento de Controle Administrativo nº 0004022-14.2012.2.00.0000, anulou a redistribuição de cargos feita pelo TJMA na Resolução GP 66/2011, tendo determinado que a distribuição dos cargos se dê para órgãos do primeiro grau de jurisdição que apresentem deficiências de recursos humanos; **RESOLVE, Art. 1º** Revogar a Resolução GP 66/2011 de 23 de dezembro de 2011, republicada por incorreção em 10/01/2012, que alterou as denominações de 06 (seis) cargos em comissão simbologia CDAS-5. **Art. 2º** Os cargos de Secretário Judicial de Distribuição de Entrância Intermediária e os cargos de Secretário de Diretoria do Fórum de Entrância Intermediária, criados pela Lei Complementar 140/2012, para as comarcas de Balsas, Santa Inês e São José de Ribamar, que passaram a existir em duplicidade, ficam transformados em cargos de Secretário Judicial de Turmas Recursais com lotação nas comarcas de Balsas, Bacabal, Caxias, Chapadinha, Pinheiro e Presidente Dutra. **Art. 3º** Esta Resolução entrará em vigor em 21 de janeiro de 2013, revogadas as disposições em contrário PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 21 DE JANEIRO DE 2013.

Desembargador ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
Presidente do Tribunal de Justiça
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 21/01/2013 16:46 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)



R E S O L V E, tendo em vista decisão em sessão plenária administrativa realizada no dia 12 do mês fluente e de acordo com o artigo 93, II, letra "a" da Constituição Federal e artigo 149 do Regimento Interno deste Tribunal, promover, por merecimento, o Doutor LUÍS PESSÔA COSTA, Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Bacabal, de 3ª Entrância, para o cargo de Juiz de Direito Auxiliar de 4ª Entrância, vaga em decorrência da titularidade da Drª Maria da Conceição Mendonça Torres.

PALÁCIO DA JUSTIÇA, "CLÓVIS BEVILÁCQUA", DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 12 DE MAIO DE 2004.

Desª. MARIA MADALENA ALVES SEREJO
PRESIDENTA, EM EXERCÍCIO

Tomou posse, nesta data, perante a Excelentíssima Senhora Desembargadora Maria Madalena Alves Serejo, Presidenta do Egrégio Tribunal de Justiça, em exercício.

São Luís, 12 de maio de 2004.

Alice Maria Santana Araujo Meira
Diretora-Geral

ATO Nº 799/2004

A PRESIDENTA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, EM EXERCÍCIO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E, tendo em vista decisão em sessão plenária administrativa realizada no dia 12 do mês fluente e de acordo com o artigo 93, II, letra "b" da Constituição Federal e artigo 144 do Regimento Interno deste Tribunal, promover, por merecimento, o Doutor OSMAR GOMES DOS SANTOS, Juiz de Direito da Comarca de Coêlho Neto, de 2ª Entrância, para a 1ª Vara da Comarca de Bacabal, de 3ª Entrância, vaga em decorrência da promoção do Dr. José Raimundo Sampaio Silva.

PALÁCIO DA JUSTIÇA, "CLÓVIS BEVILÁCQUA", DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 13 DE MAIO DE 2004.

Desª. MARIA MADALENA ALVES SEREJO
PRESIDENTA, EM EXERCÍCIO

Tomou posse, nesta data, perante a Excelentíssima Senhora Desembargadora Maria Madalena Alves Serejo, Presidenta do Egrégio Tribunal de Justiça, em exercício.

São Luís, 13 de maio de 2004.

Alice Maria Santana Araujo Meira
Diretora-Geral

ATO Nº 800/2004

A PRESIDENTA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, EM EXERCÍCIO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E, tendo em vista decisão em sessão plenária extraordinária administrativa realizada no dia 22 de abril do corrente ano e de acordo com os artigos 96, I, letra c, da Constituição Federal e 158 do Regimento Interno deste Tribunal, permutar o Doutor NELSON MELO DE MORAES RÊGO, Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz, com a Doutora DIVA MARIA DE BARROS MENDES, Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal da referida Comarca, de 3ª Entrância, tudo em face do que consta do processo nº 9217/2004-TJ.

PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 13 DE MAIO DE 2004.

Desª. MARIA MADALENA ALVES SEREJO
PRESIDENTA, EM EXERCÍCIO

Tomaram posse, nesta data, perante a Excelentíssima Senhora Desembargadora Maria Madalena Alves Serejo, Presidenta do Egrégio Tribunal de Justiça, em exercício.

São Luís, 13 de maio de 2004.

Alice Maria Santana Araujo Meira
Diretora-Geral

ATO N.º 808/2004

A PRESIDENTA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, EM EXERCÍCIO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E, tendo em vista decisão em sessão plenária administrativa realizada no dia 12 do mês fluente e de acordo com os artigos 93, II, da Constituição Federal e 144 do Regimento Interno deste Tribunal, promover, por antiguidade, o Doutor NELSON MELO DE MORAES RÊGO, Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz, de 3ª Entrância, para o cargo de Juiz de Direito Auxiliar de 4ª Entrância, vago em decorrência da titularidade do Dr. Samuel Batista de Souza.

PALÁCIO DA JUSTIÇA, "CLÓVIS BEVILÁCQUA", DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 14 DE MAIO DE 2004.

Desª. MARIA MADALENA ALVES SEREJO
PRESIDENTA, EM EXERCÍCIO

Tomou posse, nesta data, perante a Excelentíssima Senhora Desembargadora Maria Madalena Alves Serejo, Presidenta do Egrégio Tribunal de Justiça, em exercício.

São Luís, 14 de maio de 2004.

Alice Maria Santana Araujo Meira
Diretora-Geral

ATO Nº 809/2004

A PRESIDENTA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, EM EXERCÍCIO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E, tendo em vista decisão em sessão plenária administrativa realizada no dia 14 de abril do corrente ano e de acordo com os artigos 96, I, letra c, da Constituição Federal e 158 do Regimento Interno deste Tribunal, permutar a Doutora ROSÂNGELA SANTOS PRAZERES MACIEIRA, Juíza de Direito da Comarca de Paço do Lumiar, com a Doutora JAQUELINE REIS CARACAS, Juíza de Direito da Comarca de Bequimão, ambas de 1ª Entrância, tudo em face do que consta do processo nº 8365/2004-TJ.

PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 14 DE MAIO DE 2004.

Desª. MARIA MADALENA ALVES SEREJO
PRESIDENTA, EM EXERCÍCIO

Tomaram posse, nesta data, perante a Excelentíssima Senhora Desembargadora Maria Madalena Alves Serejo, Presidenta do Egrégio Tribunal de Justiça, em exercício.

São Luís, 14 de maio de 2004.

Alice Maria Santana Araujo Meira
Diretora-Geral

RESOLUÇÃO Nº 006/2004.

Aprova o Regulamento da Estrutura Administrativa dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, reunido em sessão plenária do dia 14 de abril de 2004, usando do poder que lhe é conferido pelo art. 96, I, "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, pelo art. 76, I, da Constituição do Estado do Maranhão, pelos arts. 29, II, e 31 do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão (Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991), e pelo art. 3º da Lei nº 8.032, de 10 de dezembro de 2003,

R E S O L V E

Art. 1º A Estrutura de Administração dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, criada pela Lei nº 8.032/2003, terá como princípios a transparência, a economicidade e a legalidade, e será implementada de forma integrada e articulada, visando à eficácia e efetividade dos serviços da Justiça prestados ao cidadão, e compreende:

- I – os serviços auxiliares do Tribunal de Justiça;
- II – os serviços auxiliares da Justiça de 1º Grau.

TÍTULO I DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CAPÍTULO I DA COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO



Art. 2º A Estrutura de Administração dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça compreende:

I - Plenário:

- a) Secretaria do Plenário;
- b) Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais;
 1. Secretaria do Conselho.
- c) Conselho de Administração e Supervisão do Fundo de Modernização e Reparelhamento do Judiciário.
 1. Secretaria do Conselho.

II - Presidência:

- a) Gabinete do Presidente:
 1. Coordenadoria da Biblioteca;
 - 1.1 Divisão de Acervo;
 - 1.2 Divisão de Legislação e Pesquisa.
 2. Divisão do Telejudiciário.
- b) Assessoria Jurídica da Presidência;
- c) Assessoria de Comunicação da Presidência;
- d) Gabinete Militar;
- e) Auditoria;
- f) Cerimonial;
- g) Coordenadoria de Atividades Especiais.

III - Vice-Presidência:

- a) Gabinete do Vice-Presidente;
- b) Coordenadoria de Distribuição.

IV - Corregedoria Geral da Justiça:

- a) Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça;
- b) Juízes-Corregedores;
 1. Coordenadoria de Orientação, Fiscalização, Correição, Disciplina e Avaliação dos Juízes de Direito;
 - 1.1 Divisão dos Juízes Vitalícios;
 - 1.2 Divisão dos Juízes em Estágio Probatório;
 - 1.3 Divisão de Estatística.
 2. Coordenadoria de Orientação, Fiscalização, Correição, Disciplina e Avaliação das Serventias;
 - 2.1 Divisão das Serventias Judiciais;
 - 2.2 Divisão das Serventias Extrajudiciais.
 - c) Assessoria Especial;
 - d) Secretaria da Corregedoria Geral da Justiça:
 1. Gabinete do Diretor da Corregedoria-Geral;
 2. Coordenadoria de Administração:
 - 2.1 Divisão de Material e Patrimônio;
 - 2.2 Divisão de Pessoal.
 3. Coordenadoria de Finanças e Planejamento;
 4. Coordenadoria de Administração de Fóruns.

V - Gabinetes dos Desembargadores:

- a) Secretaria;
- b) Assessoria.

VI - Secretaria Geral do Tribunal de Justiça:

- a) Gabinete do Diretor-Geral;
- b) Diretoria Judiciária:
 1. Coordenadoria de Protocolo e Autuação;
 2. Coordenadoria das Câmaras Cíveis Isoladas;
 3. Coordenadoria das Câmaras Criminais Isoladas;
 4. Coordenadoria do Plenário, das Câmaras Reunidas e da Câmara de Férias;
 5. Coordenadoria de Recursos Constitucionais:
 - 5.1 Divisão de Recursos para o STJ;
 - 5.2 Divisão de Recursos para o STF.
 6. Coordenadoria de Jurisprudência e Publicações:
 - 6.1 Divisão de Jurisprudência;
 - 6.2 Divisão de Estatística e Publicações.

- c) Diretoria Financeira:
 1. Coordenadoria de Orçamento;
 2. Coordenadoria de Finanças;
 3. Coordenadoria de Contabilidade;
 4. Coordenadoria do Fundo Especial de Modernização e

Reaparelhamento do Judiciário:

- 4.1 Divisão de Arrecadação;
- 4.2 Divisão de Fiscalização.

d) Diretoria Administrativa:

1. Coordenadoria de Recursos Humanos:
 - 1.1 Divisão de Folha de Pagamento;
 - 1.2 Divisão de Atendimento aos Magistrados;
 - 1.3 Divisão de Cadastro;
 - 1.4 Divisão de Direitos e Deveres;
 - 1.5 Divisão de Treinamento e Avaliação.
2. Coordenadoria de Material e Patrimônio:
 - 2.1 Divisão de Administração Patrimonial;
 - 2.2 Divisão de Administração de Material;
 - 2.3 Divisão de Licitação e Contratos.
3. Coordenadoria de Apoio Administrativo:
 - 3.1 Divisão de Protocolo e Arquivo;
 - 3.2 Divisão de Serviços Gerais;
 - 3.3 Divisão de Transportes.
4. Coordenadoria de Serviço Médico, Odontológico e

Psicossocial:

- 4.1 Divisão Médica;
- 4.2 Divisão Odontológica;
- 4.3 Divisão Psicossocial.
5. Coordenadoria de Engenharia, Obras e Serviços:
 - 5.1 Divisão de Engenharia;
 - 5.2 Divisão de Obras e Serviços.
6. Coordenadoria do Arquivo e Documentos Históricos:
 - 6.1 Divisão de Controle do Acervo;
 - 6.2 Divisão de Restauração e Manutenção dos Docu-

mentos Históricos.

e) Diretoria de Informática e Automação:

1. Coordenadoria de Desenvolvimento e Análise de Sistemas:
 - 1.1 Divisão de Desenvolvimento e Suporte;
 - 1.2 Divisão de Análise de Sistemas.
2. Coordenadoria de Organização e Métodos e Administração da Rede:
 - 2.1 Divisão de Organização e Métodos;
 - 2.2 Divisão de Administração da Rede.
3. Coordenadoria de Manutenção de Equipamentos;
4. Coordenadoria de Atendimento ao Usuário.

CAPÍTULO II DO PLENÁRIO

Art. 3º Estão subordinados diretamente ao Plenário:

I - Secretaria do Plenário;

II - Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais;

1. Secretaria do Conselho.

III - Conselho de Administração e Supervisão do Fundo de Modernização e Reparelhamento do Judiciário;

1. Secretaria do Conselho.

Parágrafo único. As atribuições do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais e de sua secretaria e do Conselho de Administração e Supervisão do Fundo de Modernização e Reparelhamento do Judiciário e de sua secretaria são definidas em resoluções específicas.

Art. 4º A competência da Secretaria do Plenário é estabelecida no Regimento Interno do Tribunal de Justiça.

CAPÍTULO III DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Art. 5º São serviços auxiliares da Presidência:

- I - Gabinete da Presidência
- II - Coordenadoria da Biblioteca:
 - Divisão de Acervo;
 - Divisão de Legislação e Pesquisa.
- III - Divisão do Telejudiciário;
- IV - Assessoria Jurídica da Presidência;
- V - Assessoria de Comunicação da Presidência;
- VI - Gabinete Militar;
- VII - Auditoria;
- VIII - Cerimonial;
- IX - Coordenadoria de Atividades Especiais.

Art. 6º Ao Gabinete do Presidente e ao seu chefe de gabinete compete:

- I - assistir diretamente ao chefe do Poder Judiciário nos serviços de secretaria particular;
- II - coordenar a execução e o controle das atividades relativas à divulgação, comunicação social e relações públicas internas e externas do Tribunal de Justiça, as tarefas preparatórias de matérias e o estabelecimento de ações de apoio à imprensa, rádio e televisão;
- III - redigir os expedientes do presidente;
- IV - preparar os atos de competência do presidente;
- V - agendar e controlar as atividades de representação externa e de audiências;
- VI - organizar registros e arquivos da Presidência;
- VII - prestar, no que couber, assistência à Presidência nas atividades pertinentes ao Plenário;
- VIII - exercer outras atividades determinadas pelo presidente.

Art. 7º A Coordenadoria da Biblioteca, o coordenador e seus chefes de divisão têm as seguintes atribuições:

- I - organizar, manter e conservar o acervo de livros, publicações, mídias digitais e coletâneas de legislação e jurisprudência de interesse do Poder Judiciário;
- II - propor a aquisição e a permuta de livros e publicações periódicas, nacionais e estrangeiras;
- III - registrar, classificar, catalogar e indexar o acervo da Biblioteca;
- IV - fazer pesquisas sobre legislação e jurisprudência;
- V - organizar, controlar e facilitar os meios necessários à consulta, empréstimo e uso do acervo;
- VI - zelar pela guarda e conservação do acervo;
- VII - efetuar o inventário do acervo;
- VIII - catalogar e indexar atos legais selecionados de publicações;
- IX - fornecer informações sobre pesquisas solicitadas pelos magistrados e diretores;
- X - manter atualizada a coletânea de jurisprudência e de acórdãos, bem como a elaboração de pesquisas e informações subsidiárias aos trabalhos jurisdicionais.

Art. 8º À Divisão do Telejudiciário e ao seu chefe compete:

- I - prestar informações sobre serviços a cargo dos órgãos do Poder Judiciário do Estado, quando permitida a publicidade dos atos;
- II - atender as solicitações formuladas através da caixa de mensagens;
- III - responder as solicitações referentes ao andamento ou tramitação dos processos, desde que não haja restrições ou proibições legais quanto à publicidade.

Art. 9º À Assessoria Jurídica da Presidência, compete:

- I - assessorar o presidente nos assuntos de natureza jurídica, e jurídico-administrativa;
- II - prestar assistência ao presidente e às comissões técnicas em assuntos de natureza jurídica, jurídico-administrativa, de pessoal e outras matérias que digam respeito ao bom funcionamento do Poder Judiciário;
- III - efetuar a análise jurídica dos atos e processos submetidos ao presidente para apreciação;
- IV - elaborar pareceres sobre assuntos nos quais a Presidência deva se manifestar;

V - exercer outras atividades determinadas pelo presidente.

Art. 10. À Assessoria de Comunicação da Presidência, compete:

- I - produzir releases sobre o Tribunal de Justiça para distribuição à imprensa;
- II - atender as demandas da imprensa, com o devido agendamento;
- III - organizar e agendar entrevistas com membros do Tribunal de Justiça;
- IV - produzir pautas com foco nas ações do Poder Judiciário sugerindo temas positivos para serem explorados pela imprensa;
- V - acompanhar desembargadores entrevistados em programas de rádio e TV;
- VI - produzir diariamente clippings sobre o Poder Judiciário, com recortes de matérias de jornais e gravação de programas de rádio e TV;
- VII - produzir o programa "A Justiça e o Cidadão", veiculado na Rádio São Luís AM;
- VIII - alimentar diariamente o portal (homepage) de notícias do Poder Judiciário;
- IX - produzir material em vídeo sobre as ações do Poder Judiciário;
- X - produzir fotos e organizar o acervo fotográfico do Poder Judiciário.

Art. 11. O Gabinete Militar e o chefe do gabinete Militar têm as seguintes atribuições:

- I - assessorar o presidente nos assuntos militares;
- II - receber e encaminhar ao presidente as autoridades municipais, estaduais, federais ou estrangeiras;
- III - desincumbir-se da representação militar do presidente do Tribunal, quando por este determinado;
- IV - planejar, em conjunto com o chefe de gabinete da Presidência, as viagens do presidente do Tribunal de Justiça ou do desembargador que o represente, bem como acompanhá-lo em visitas e atos oficiais e, quando solicitado, a outros membros do Tribunal de Justiça;
- V - prestar informações e emitir parecer sobre matéria de sua competência, quando solicitado;
- VI - estabelecer normas, procedimentos e orientação quanto ao sistema de segurança do Poder Judiciário e de seus membros;
- VII - executar a segurança nas dependências do Poder Judiciário e de seus membros;
- VIII - disciplinar o trânsito de veículos nas áreas do Poder Judiciário, controlando sua movimentação e permanência;
- IX - coibir todo e qualquer tipo de comércio, não autorizado, nas dependências do Poder Judiciário;
- X - impedir o ingresso, nas dependências do Poder Judiciário, de pessoas que não estejam trajadas adequadamente;
- XI - receber e encaminhar o público e as autoridades;
- XII - operar o sistema de identificação dos funcionários e as pessoas em geral, de acordo com normas específicas;
- XIII - responsabilizar-se pela abertura e fechamento dos locais de trabalho e de acesso ao Tribunal;
- XIV - exercer outras atividades que lhes forem delegadas.

Parágrafo único – As atividades do Gabinete Militar serão exercidas por policiais militares do Estado do Maranhão.

Art. 12. A Auditoria, o auditor chefe e demais auditores têm as seguintes atribuições:

- I - promover, por sistema próprio de controle, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Poder Judiciário, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de dotações e de recursos próprios e renúncia de receitas;
- II - responder às consultas formuladas no âmbito de sua atuação;
- III - desenvolver outras atividades determinadas pelo presidente do Tribunal de Justiça.

Art. 13. O Cerimonial tem as seguintes atribuições:

- I - assessorar o presidente e demais membros do Tribunal na realização e participação de cerimônias oficiais;
- II - organizar as solenidades oficiais do Tribunal, em especial, as

referentes à posse da mesa diretora, à celebração do dia da Justiça, à posse de desembargadores e à posse de juízes;

III - assessorar o presidente e demais desembargadores na recepção de autoridades nacionais ou estrangeiras;

IV - agendar e confirmar a participação do presidente do Tribunal em solenidade, de acordo com a Chefia de Gabinete, zelando para que nessas ocasiões sejam obedecidas a ordem de precedência e o devido respeito ao Poder Judiciário;

V - organizar e manter atualizado arquivo com endereços, telefones e datas de aniversários dos desembargadores, juízes, autoridades locais e nacionais.

Art. 14. À Coordenadoria de Atividades Especiais e ao seu coordenador compete:

I - coordenar o projeto “Casa da Criança”, que visa proteger e prestar assistência à criança de 0 a 3 anos em situação de risco, oriunda, principalmente, do Juizado da Infância e Juventude de São Luís;

II - coordenar o projeto “Casa Abrigo”, que visa proteger e dar apoio integral e gratuito às mulheres maranhenses vítimas da violência doméstica e sexual;

III - coordenar o Laboratório de Biologia Molecular, que visa realizar exames para investigação da paternidade nos processos judiciais, e de DNA e diagnósticos de doenças e pesquisas genéticas em processos criminais; e a execução de laudos referentes aos exames realizados;

IV - coordenar o projeto “Justiça e Cidadania”, que visa a efetuar os registros de nascimento e casamento civis gratuitos e inscrições para os casamentos comunitários; auxiliar na localização e busca de crianças desaparecidas, assim como encaminhar os jurisdicionados para a “Casa Abrigo” e para a “Casa da Criança”;

V - coordenar os demais projetos especiais do Tribunal de Justiça, inclusive a Creche “Judith Pacheco”.

CAPÍTULO IV

DA VICE-PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Art. 15. A Vice-Presidência é integrada pelo Gabinete do Vice-Presidente e pela Coordenadoria de Distribuição.

Art. 16. Ao Gabinete do Vice-Presidente, ao chefe de gabinete e aos oficiais de gabinete compete:

I - assistir direta e imediatamente ao vice-presidente nos serviços de secretaria particular;

II - redigir os expedientes do vice-presidente;

III - preparar os atos de competência do vice-presidente;

IV - agendar e controlar as atividades de representação externa e de audiências;

V - organizar registros e arquivos da Vice-Presidência;

VI - exercer outras atividades determinada pelo vice-presidente.

Art. 17. À Coordenadoria de Distribuição e ao seu coordenador compete:

I - realizar atividades pertinentes à distribuição de processos cíveis e criminais, obedecidas as disposições legais e regimentais;

II - remeter processos e petições à coordenadoria competente.

CAPÍTULO V

DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Art. 18. A Corregedoria Geral da Justiça, parte integrante do Tribunal de Justiça, é o órgão de fiscalização, disciplina e orientação administrativa, com jurisdição em todo o Estado. A sua estrutura é integrada por:

I - Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça;

II - Juízes Corregedores;

1. Coordenadoria de Orientação, Fiscalização, Correição, Disciplina e Avaliação dos Juízes de Direito;

1.1 Divisão dos Juízes Vitalícios;

1.2 Divisão dos Juízes em Estágio Probatório;

1.3 Divisão de Estatística.

2. Coordenadoria de Orientação, Fiscalização, Correição, Disciplina e Avaliação das Serventias;

2.1 Divisão das Serventias Judiciais;

2.2 Divisão das Serventias Extrajudiciais.

III - Assessoria Especial;

IV - Secretaria da Corregedoria Geral da Justiça:

1. Gabinete do Diretor da Corregedoria Geral;

2. Coordenadoria de Administração:

2.1 Divisão de Material e Patrimônio;

2.2 Divisão de Pessoal.

3. Coordenadoria de Finanças e Planejamento;

4. Coordenadoria de Administração de Fóruns.

Art. 19. Ao Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça, ao chefe de gabinete e aos oficiais de gabinete compete:

I - assistir direta e imediatamente ao corregedor-geral da Justiça nos serviços de secretaria particular;

II - executar as atividades relativas à divulgação, comunicação social e relações públicas internas e externas da Corregedoria Geral da Justiça, as tarefas preparatórias de matérias e o estabelecimento de ações de apoio à imprensa, rádio e televisão;

III - elaborar os expedientes do corregedor-geral da Justiça;

IV - preparar os atos de competência do corregedor-geral da Justiça;

V - agendar e controlar as atividades de representação externa e de audiências;

VI - organizar registros e arquivos da Corregedoria Geral da Justiça;

VII - prestar assistência ao corregedor-geral nas atividades pertinentes ao Tribunal Pleno;

VIII - exercer outras atividades determinadas pelo corregedor-geral da Justiça.

Art. 20. Aos Juízes Corregedores compete:

I - prestar assistência ao corregedor-geral em assuntos de natureza jurídica, jurídico-administrativa, de pessoal e em outras matérias que digam respeito ao bom funcionamento da Corregedoria Geral da Justiça;

II - efetuar análise jurídica dos atos e processos submetidos ao corregedor-geral para decisão final;

III - elaborar pareceres em assuntos nos quais o corregedor-geral deva se manifestar;

IV - supervisionar as atividades das coordenadorias e divisões a si subordinadas;

V - exercer outras atividades determinadas pelo corregedor-geral da Justiça.

Art. 21. Às Coordenadorias de Orientação, Fiscalização, Correição, Disciplina e Avaliação dos Juízes de Direito e das Serventias Judiciais e Extrajudiciais, aos seus coordenadores, às suas divisões e aos seus diretores compete, na forma da legislação atual, auxiliar os serviços dos juízes corregedores nessas atividades.

Art. 22. À Secretaria da Corregedoria Geral da Justiça compete:

I - prestar colaboração e assistência ao corregedor-geral da Justiça e aos juízes corregedores;

II - coordenar os serviços de apoio das unidades da Corregedoria Geral da Justiça;

III - executar os serviços setoriais de administração geral da Corregedoria relativos a comunicações e arquivo, pessoal, material, expediente, recepção e outras tarefas auxiliares;

IV - elaborar estatísticas e registro das atividades dos juízes;

V - preparar expedientes a serem submetidos à análise do corregedor-geral da Justiça.

CAPÍTULO VI

DOS GABINETES DOS DESEMBARGADORES

Art. 23. Ao Gabinete do Desembargador, por meio de sua secretaria e assessoria, com os cargos em comissão ali existentes, compete:

I - assistir diretamente ao desembargador, nos serviços de secretaria particular;

- II - executar serviços de apoio às atividades do desembargador;
- III - executar os serviços relativos a comunicações e arquivo, pessoal, material, expediente, recepção e outras tarefas auxiliares;
- IV - apresentar as estatísticas e registro das atividades do desembargador;
- V - proceder às necessárias consultas à legislação, doutrina e jurisprudência;
- VI - preparar minutas;
- VII - exercer outras atividades determinadas pelo desembargador.

CAPÍTULO VII

DA SECRETARIA GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Art. 24. A Secretaria Geral do Tribunal de Justiça é integrada por:

- I - Gabinete do Diretor-Geral;
- II - Diretoria Judiciária;
- III - Diretoria Financeira;
- IV - Diretoria Administrativa;
- V - Diretoria de Informática e Automação.

Art. 25. Ao Gabinete do Diretor-Geral e aos seus assessores compete:

- I - elaborar expedientes;
- II - redigir atos de competência;
- III - preparar as comunicações administrativas;
- IV - organizar registros e arquivos;
- V - prestar assistência no estudo e preparo de matérias da competência ou que devam ser submetidas à Presidência do Tribunal;
- VI - examinar e revisar expedientes e preparar despachos de acordo com a orientação recebida;
- VII - elaborar, por determinação superior, ordens de serviço, pareceres, informações e outros atos necessários às decisões nas áreas administrativa de informática, financeira e judiciária;
- VIII - estudar os assuntos que lhes forem distribuídos e propor soluções;
- IX - executar outras atividades determinadas pelo diretor-geral.

SEÇÃO I

Da Diretoria Judiciária

Art. 26. A Diretoria Judiciária é integrada por:

- I - Coordenadoria de Protocolo e Autuação;
- II - Coordenadoria das Câmaras Isoladas Cíveis;
- III - Coordenadoria das Câmaras Isoladas Criminais;
- IV - Coordenadoria do Plenário, das Câmaras Reunidas e da Câmara de Férias;
- V - Coordenadoria de Recursos Constitucionais;
 - 5.1 Divisão de Recursos para o STJ;
 - 5.2 Divisão de Recursos para o STF.
- VI - Coordenadoria de Jurisprudência e Publicações;
 - 6.1 Divisão de Jurisprudência;
 - 6.2 Divisão de Estatística e Publicações.

Art. 27. À Diretoria Judiciária e ao seu diretor compete promover, dirigir, coordenar e supervisionar todas as funções de apoio ao Tribunal de Justiça nas áreas de:

- I - Protocolo e Autuação;
- II - Câmaras Isoladas Cíveis;
- III - Câmaras Isoladas Criminais;
- IV - Plenário, Câmaras Reunidas e Câmara de Férias;
- V - Jurisprudência e Publicações;
- VI - Recursos Constitucionais;
 - 1.1 Divisão de Recursos para o STJ;
 - 1.2 Divisão de Recursos para o STF.

Art. 28. À Coordenadoria de Protocolo e Autuação e ao seu coordenador compete:

- I - protocolizar e cadastrar petições de processos, apresentadas pelos interessados;

II - receber correspondências e processos do 1º Grau, dando-lhes o devido encaminhamento;

- III - cadastrar petições e incidentes;
- IV - prestar informações sobre o andamento de processos;
- V - proceder ao cálculo das custas e taxas judiciais, confeccionando as respectivas guias de recolhimento;
- VI - proceder ao cálculo do porte de remessa, em recursos especial, extraordinário e ordinário;
- VII - certificar a assistência judiciária gratuita, nos autos do processo, quando a parte for detentora do benefício;
- VIII - atender e prestar informações às partes sobre contas nos processos.

Art. 29. À Coordenadoria das Câmaras Isoladas Cíveis e ao seu coordenador compete:

- I - conferir peças dos processos cíveis e dos documentos recebidos, procedendo à numeração de folhas e certificando as irregularidades acaso existentes;
- II - remeter os processos distribuídos ao gabinete do desembargador relator;
- III - inserir no banco de dados as informações contidas na folha de individualização, obedecidas as regras regimentais;
- IV - informar sobre suspeições, impedimentos, incompatibilidades e vinculações de desembargadores;
- V - atender aos despachos nos processos;
- VI - organizar a pauta das sessões e encaminhá-la para publicação em tempo hábil;
- VII - atender às partes e fornecer certidões;
- VIII - organizar audiências, segundo critério de necessidades;
- IX - controlar carga de processos a advogados;
- X - proceder ao arquivamento dos processos.

Art. 30. À Coordenadoria das Câmaras Isoladas Criminais e ao seu coordenador compete:

- I - conferir peças dos processos criminais e documentos recebidos, procedendo à numeração de folhas e certificando as irregularidades acaso existentes;
- II - remeter os processos distribuídos ao gabinete do desembargador relator;
- III - inserir no banco de dados as informações contidas na folha de individualização, obedecidas as regras regimentais;
- IV - informar sobre suspeições, impedimentos, incompatibilidades e vinculações de desembargadores;
- V - atender aos despachos nos processos;
- VI - organizar a pauta das sessões e encaminhá-la para publicação em tempo hábil;
- VII - atender às partes e fornecer certidões;
- VIII - organizar audiências, segundo critério de necessidades;
- IX - controlar carga de processos a advogados;
- X - proceder ao arquivamento dos processos.

Art. 31. À Coordenadoria do Plenário, Câmaras Reunidas e Câmara de Férias e ao seu coordenador compete:

- I - organizar a pauta das sessões e encaminhá-la para publicação em tempo hábil;
- II - organizar as salas de sessões;
- III - proceder e revisar o apanhamento de depoimentos, votos e relatórios das sessões do Tribunal Pleno, das Câmaras Reunidas e da Câmara de Férias;
- IV - efetuar gravações das sessões dos órgãos julgadores do Tribunal de Justiça.

Art. 32. À Coordenadoria de Recursos Constitucionais, ao seu coordenador, às suas divisões de recursos para o STJ e de recursos para o STF e aos seus respectivos chefes compete:

- I - processar os recursos extraordinários e especiais interpostos ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça, bem como os

agravos de instrumento interpostos contra as decisões que inadmitirem os recursos constitucionais;

II - analisar, cadastrar e sistematizar, para a busca da informação, os recursos que retornarem do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça;

III - receber os processos que retornarem do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, dando-lhes o devido andamento;

IV - extrair certidões, traslados, cartas de sentença e demais documentos.

Art. 33. À Coordenadoria de Jurisprudência e Publicações, ao seu coordenador e às divisões de Jurisprudência e de Estatísticas e Publicações e aos seus respectivos chefes compete:

I - receber, cadastrar e organizar todos os acórdãos lavrados pelo Tribunal de Justiça;

II - analisar os acórdãos cadastrados, procedendo ao destaque das palavras-chave que venham a permitir a recuperação da informação;

III - organizar e manter arquivo de ementas, de palavras-chaves dos acórdãos produzidos, confeccionando o catálogo de termos cíveis e criminais;

IV - remeter cópias de acórdãos para publicação em revistas, boletins de jurisprudência e jornais locais;

V - elaborar e enviar para publicação a matéria do Diário de Justiça;

VI - fornecer cópias de acórdãos às partes, advogados, magistrados e público em geral.

SEÇÃO II

Da Diretoria Financeira

Art. 34. A Diretoria Financeira, que tem a competência de promover, dirigir, coordenar e supervisionar as funções de apoio no Tribunal de Justiça, nas áreas de orçamento, finanças, contabilidade e na de arrecadação, fiscalização e operacionalização do FERJ, é integrada por:

I - Coordenadoria de Orçamento;

II - Coordenadoria de Finanças;

III - Coordenadoria de Contabilidade;

IV - Coordenadoria do Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Judiciário.

Art. 35. À Coordenadoria de Orçamento e ao seu coordenador compete:

I - proceder às informações e dados necessários para a elaboração da proposta do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento do Poder Judiciário;

II - coordenar e fiscalizar a aplicação dos créditos, efetuando as operações necessárias ao controle e execução do orçamento;

III - preparar os relatórios de gestão fiscal e de prestação de contas;

IV - promover, dirigir, coordenar e supervisionar todas as funções relacionadas ao orçamento e às finanças do Poder Judiciário;

V - analisar e avaliar os processos que envolvam gastos públicos, observando os aspectos legais;

VI - empenhar as despesas autorizadas no âmbito do Poder Judiciário;

VII - levantar dados necessários à fixação de ações, objetivos e metas para a elaboração do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual do Poder Judiciário;

VIII - acompanhar a realização dos créditos orçamentários.

Art. 36. À Coordenadoria de Finanças e ao seu coordenador compete:

I - efetuar o pagamento, via rede bancária, das despesas do Poder Judiciário;

II - viabilizar adiantamentos para a realização de pequenas despesas, e acompanhar as prestações de contas;

III - examinar, informar, opinar e processar os expedientes de pagamentos em suas diversas fases;

IV - preparar dados para alimentar o fluxo de caixa;

V - elaborar relatórios de pagamentos efetuados e recebimento de recursos financeiros;

VI - acompanhar as movimentações bancárias, elaborando boletins e conciliações;

VII - informar aos credores as formas e datas dos pagamentos;

VIII - elaborar o fluxo financeiro para o exercício fiscal;

IX - efetuar o controle da arrecadação de receitas do Poder Judiciário.

Art. 37. À Coordenadoria de Contabilidade e ao seu coordenador compete:

I - organizar dados para a elaboração da prestação de contas anual;

II - efetuar os lançamentos contábeis diários;

III - observar a legislação orçamentária, financeira e patrimonial referentes às finanças públicas;

IV - elaborar a prestação de contas;

V - certificar os dados do relatório de gestão.

Art. 38. À Coordenadoria do Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Judiciário (FERJ), ao seu coordenador, às divisões de Arrecadação e de Fiscalização e aos seus chefes compete:

I - preparar, em conjunto com a Coordenadoria de Planejamento, o Plano Plurianual e o Orçamento Anual do Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Judiciário, a serem submetidos ao Conselho de Administração e Supervisão;

II - acompanhar a arrecadação das receitas do Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Judiciário;

III - aprovar, com o Conselho de Administração e Supervisão, o fluxo financeiro para o exercício;

IV - fixar cronograma de pagamento das despesas vinculadas ao Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento do Judiciário;

V - observar a legislação em vigor referente a orçamento e finanças públicas;

VI - elaborar os relatórios de gestão e de prestação de contas.

SEÇÃO III

Da Diretoria Administrativa

Art. 39. A Diretoria Administrativa, que tem competência para promover, dirigir, coordenar e supervisionar as funções de apoio administrativo na nas áreas de recursos humanos, materiais e patrimônio, é integrada por:

I - Coordenadoria de Recursos Humanos:

a) Divisão de Folha de Pagamento;

b) Divisão de Atendimento aos Magistrados;

c) Divisão de Cadastro, Direitos e Deveres;

d) Divisão de Treinamento e Avaliação;

II - Coordenadoria de Material e Patrimônio:

a) Divisão de Administração Patrimonial;

b) Divisão de Administração de Material;

c) Divisão de Licitação e Contratos;

III - Coordenadoria de Apoio Administrativo:

a) Divisão de Protocolo e Arquivo;

b) Divisão de Serviços Gerais.

Art. 40. À Coordenadoria de Recursos Humanos e ao seu coordenador compete

I - executar, orientar e controlar o sistema de pessoal relativo à seleção, ao treinamento, ao plano de cargos, carreiras e vencimentos, à avaliação de desempenho, à saúde ocupacional, a direitos e deveres e aos registros funcionais dos servidores e membros do Poder Judiciário;

II - desenvolver políticas de valorização de servidores e membros do Poder Judiciário;

III - implementar planos, programas e ações com vistas à identificação, formação e desenvolvimento dos recursos humanos do Poder Judiciário;

IV - promover, dirigir, coordenar e supervisionar todas as funções de administração de recursos humanos.

§ 1º À Divisão de Folha de Pagamento e ao seu chefe compete:

I - preparar a folha de pagamento de magistrados, servidores, inativos e pensionistas;

II - promover os registros funcionais e processamento financeiro;

III - controlar o fornecimento e de comprovantes de rendimentos necessários à declaração do imposto de renda;

IV - elaborar demonstrativo mensal de despesa com folha de pagamento;

V - calcular repercussões financeiras envolvendo gastos com pessoal, com reflexo na folha de pagamento;

VI - manter contatos com o órgão de processamento de dados visando à adequação de rotinas de trabalho;

VII - emitir documentos referentes a tributos e encargos sociais, encaminhando-os para pagamento.

§ 2º À Divisão de Atendimento aos Magistrados e ao seu chefe compete:

I - orientar, executar e controlar as atividades relativas à aplicação da legislação referente aos magistrados, quanto a direitos, deveres, vantagens e registros funcionais;

II - manter registros atualizados relativos à vida funcional dos magistrados;

III - confeccionar listas de antigüidade de magistrados;

IV - providenciar carteiras de identidade funcional aos magistrados;

V - fornecer, mediante despacho da autoridade competente, certidões e atestados;

VI - organizar e manter atualizados os elementos necessários ao processamento das promoções;

VII - lavrar termos de compromisso de magistrados;

VIII - confeccionar boletins de publicação de atos administrativos e controlar sua publicação.

§ 3º Às Divisões de Cadastro e Direitos e Deveres e aos seus chefes compete:

I - organizar e manter atualizado o cadastro de pessoal, procedendo ao registro de atos e fatos relativos à vida funcional de cada servidor;

II - manter em arquivo individualizado documentação referente à cada servidor;

III - fornecer, mediante despacho da autoridade competente, certidões, atestados e declarações;

IV - registrar e controlar a efetividade do pessoal;

V - elaborar atos relativos aos servidores;

VI - elaborar relatório da situação de provimento de cargos efetivos, de cargos em comissão e de funções gratificadas;

VII - executar tarefas relativas à admissão, nomeação, exoneração e rescisão de contrato de trabalho;

VIII - efetuar o controle de pessoal à disposição de outros órgãos e em licença;

IX - responsabilizar-se pelo controle de pessoal de outros órgãos à disposição do Poder Judiciário;

X - fornecer carteiras de identidade funcional;

XI - registrar e controlar férias dos servidores;

XII - confeccionar boletins e controlar publicação de atos administrativos relativos a servidores;

XIII - examinar certidões, emitindo parecer para decisão do coordenador de recursos humanos;

XIV - fazer os lançamentos no Sistema de Recursos Humanos do Judiciário;

XV - informar processos de pedidos de vantagens pecuniárias e de gozo de licença-prêmio;

XVI - confeccionar e conferir relatórios de concessão automática de vantagens;

XVII - informar o processo de aposentadoria quanto ao tempo de serviço, acerto dos assentamentos, concessão de vantagens e análise dos direitos a serem incorporados nos proventos dos servidores;

XVIII - elaborar atos e boletins de aposentadoria;

XIX - prestar informações necessárias à elaboração da folha de pagamento;

XX - controlar a atualização dos vencimentos, salários, proventos e pensões determinados em lei;

XXI - controlar o registro da lotação dos servidores;

XXII - coordenar e controlar as atividades relativas à aplicação da legislação referente a pessoal.

§ 4º. À Divisão de Treinamento e Avaliação e ao seu chefe compete:

I - elaborar a programação anual de treinamento, com base em levantamento de necessidades;

II - programar atividades de treinamento e elaborar os respectivos projetos;

III - providenciar material didático e/ou recursos audiovisuais próprios ao desenvolvimento das atividades de treinamento;

IV - acompanhar o desenvolvimento dos conteúdos programáticos dos treinamentos e sugerir as reformulações necessárias, analisando o resultado das avaliações com vistas a futuras programações;

V - receber, conferir e encaminhar certificados fornecidos por entidades de formação e aperfeiçoamento;

VII - elaborar e gerenciar o sistema de avaliação de desempenho dos servidores;

VIII - elaborar e gerenciar o sistema de avaliação do estágio probatório;

IX - efetuar estudos para a melhoria do sistema de pessoal, com base nas avaliações de desempenho e dos treinamentos efetuados;

X - emitir parecer e prestar informações em expedientes que tratem de assuntos de suas competências;

XI - exercer outras atividades pertinentes ou que lhes forem delegadas.

Art. 41. À Coordenadoria de Material e Patrimônio e ao seu coordenador compete dirigir, coordenar e supervisionar as áreas de patrimônio, material, contratos e licitações.

§ 1º À Divisão de Administração Patrimonial e ao seu chefe compete:

I - executar e manter registros relativos a inventários, transferências, baixas ou qualquer outra mutação no patrimônio do Poder Judiciário;

II - executar ou supervisionar os trabalhos relativos à manutenção dos prédios e instalações utilizados pelo Poder Judiciário;

III - supervisionar o funcionamento de elevadores, controlando os serviços de manutenção;

IV - executar ou fiscalizar a execução das reparações e das pequenas reformas em prédios e instalações;

V - executar ou acompanhar a elaboração de projetos de engenharia e arquitetura, de construção ou reforma de prédios e instalações;

VI - executar ou fiscalizar a construção de obras, reformas e serviços de engenharia, bem como executar ou acompanhar os trabalhos de conservação e manutenção;

VII - proceder à avaliação e análise quanto à oportunidade de baixa de bens integrantes do patrimônio do Poder Judiciário;

VIII - analisar e propor alternativas à otimização do uso do espaço físico do Tribunal.

§ 2º À Divisão de Administração de Material e ao seu chefe compete:

I - operar o Sistema de Normalização de Materiais, elaborando e mantendo catálogos de materiais e de especificação de materiais, efetuando identificação, codificação, cadastramento, catalogação e especificação dos materiais;

II - efetuar o gerenciamento de estoques, responsabilizando-se pela previsão de consumo e de prazos de atendimento; pelo registro da movimentação e de saldos; pela valorização dos estoques e pelo cronograma de compras;

III - proceder à emissão de autorizações de fornecimento e de prestação de serviços, mantendo os registros pertinentes, dos mercados nacional e internacional;

IV - acompanhar e controlar os contratos de fornecimento de material;

V - receber, inspecionar, guardar e distribuir os materiais, mantendo os registros pertinentes;

VI - fornecer o material solicitado, mediante requisição, aos órgãos do Poder Judiciário.

§ 3º À Divisão de Licitação e Contratos e ao seu chefe compete:

I - preparar e encaminhar os processos de licitação à Comissão de Licitação;

II - encaminhar para publicação aviso de abertura, homologação e extratos de dispensa ou inexigibilidade de licitação e de contratos;

III - implantar e manter registro cadastral de fornecedores, prestadores de serviços e empreiteiros;

IV - preparar os processos de licitação e submetê-los à homologação e adjudicação;

V - acompanhar processos que tratem de acordos e contratos de locação de imóveis, máquinas e equipamentos, processando sua liquidação e encaminhando-os para pagamento;

VI - elaborar minutas de editais, convites e contratos;

VII - controlar reajustes contratuais e manter atualizados os diversos índices utilizados.

Art. 42. À Coordenadoria de Apoio Administrativo e ao seu coordenador compete dirigir, coordenar e supervisionar as funções de apoio nas áreas de protocolo, arquivo, serviços gerais e transporte.

§ 1º À Divisão de Protocolo e Arquivo e ao seu chefe compete:

I - orientar, coordenar e controlar as atividades pertinentes ao tratamento e arquivamento da documentação e disseminação da informação no âmbito do Poder Judiciário;

II - receber, registrar e distribuir documentos e expedientes, expedidos e recebidos, de acordo com as normas vigentes;

III - numerar a correspondência oficial a ser expedida, exceto da Presidência; manter o arquivo das respectivas cópias; e confeccionar índice da expedição;

IV - prestar informações sobre encaminhamento de documentos e expedientes;

V - manter classificados e arquivados documentos, expedientes e processos;

VI - organizar sistemas de controle documental apropriados;

VII - proceder à reparação de processos e documentos a serem arquivados, zelando por sua integridade;

VIII - promover as medidas necessárias à preservação e conservação do material arquivado;

§ 2º À Divisão de Serviços Gerais e ao seu chefe compete:

I - executar e controlar as atividades de reprografia e de encadernação, como apoio às atividades do Tribunal de Justiça;

II - efetuar e controlar os serviços de copa e cozinha, de acordo com os padrões estabelecidos;

III - efetuar e controlar os serviços de higiene e limpeza em geral;

IV - executar e controlar a manutenção de móveis, equipamentos e utensílios, exceto os equipamentos de informática;

V - executar e controlar as atividades de movimentação de documentos, materiais e bens;

VI - operar o sistema de comunicação e de elevadores.

§ 3º À Divisão de Transportes e ao seu chefe compete:

I - propor normas, procedimentos e orientações quanto ao sistema de transporte;

II - atender às necessidades de transporte dos órgãos e serviços do Tribunal de Justiça, disciplinando seu uso;

III - responsabilizar-se pelos veículos sob sua guarda, mantendo os respectivos registros;

IV - providenciar licenciamento dos veículos do Tribunal;

V - efetuar o gerenciamento da frota do Tribunal;

VI - efetuar a limpeza e manutenção dos veículos;

VII - controlar gastos de manutenção, combustível, lubrificantes, peças e pneumáticos;

VIII - organizar escala de serviço dos motoristas.

Art. 43. À Coordenadoria de Serviço Médico, Odontológico e Psicossocial, ao seu coordenador, e respectivas divisões e aos chefes das divisões compete dirigir, coordenar e supervisionar as funções de apoio nas áreas médica, odontológica, psicológica e de serviço social, aos magistrados, aos funcionários e dependentes.

§ 1º À Divisão Médica compete:

I - prestar assistência médica aos magistrados, funcionários do Poder Judiciário e dependentes;

II - realizar atendimentos de urgência a magistrados, funcionários e terceiros que se encontrem nas dependências do Poder Judiciário e dentro das suas limitações;

III - realizar atividades próprias da junta médica do Poder Judiciário, realizando perícias e emitindo laudos necessários;

IV - examinar e expedir documentos necessário ao pedido de

licença de magistrados e funcionários;

V - solicitar informações externas de caráter profissional médico, sempre que necessárias, para avaliação pericial;

VI - inspecionar e orientar os serviços paramédicos a serem executados;

§ 2º À Divisão Odontológica compete prestar assistência odontológica aos magistrados, funcionários e dependentes, de acordo com as possibilidades técnicas do serviço

§ 3º À Divisão Psicossocial compete prestar assistência psíquica e social aos magistrados, funcionários e dependentes, de acordo com as possibilidades técnicas do serviço.

Art. 44. À Coordenadoria de Engenharia, Obras e Serviços e ao seu coordenador compete dirigir, coordenar e supervisionar as funções de apoio nas áreas de engenharia, obras e serviços, gerenciando os trabalhos executados pelas respectivas divisões.

§ 1º À Divisão de Engenharia compete:

I - produzir, assessorar e fiscalizar os projetos de engenharia e arquitetura do Poder Judiciário;

II - proceder à análise das propostas técnicas de engenharia e arquitetura;

III - acompanhar as medições em obras do Poder Judiciário.

§ 2º À Divisão de Serviços e Obras compete coordenar, acompanhar e fiscalizar os serviços de manutenção, recuperação e reforma de prédios do Poder Judiciário.

Art. 45. À Coordenadoria de Arquivo de Documentos Históricos compete coordenar e supervisionar as funções de apoio nas áreas de arquivo, controle de acervo e de restauração e manutenção dos documentos históricos, realizando suas atividades através das divisões de Controle do Acervo e da de Manutenção dos Documentos Históricos.

I - proceder a recuperação do acervo histórico do Poder Judiciário;

II - processar e divulgar informações sobre o acervo histórico do Poder Judiciário;

III - organizar espaço apropriado à visita pública ao acervo;

IV - zelar pela perfeita guarda e manutenção do acervo histórico.

SEÇÃO IV

Da Diretoria de Informática

Art. 46. À Diretoria de Informática e ao seu diretor compete promover, dirigir, coordenar e supervisionar as funções de apoio no Tribunal de Justiça, nas áreas de informática e automação e, em especial, na de desenvolvimento e análise de sistemas, de organização e métodos e administração da rede, à manutenção de equipamentos e ao atendimento ao usuário.

Art. 47. À Coordenadoria de Desenvolvimento e Análise de Sistemas, ao seu coordenador, às suas divisões de Desenvolvimento e Suporte e à de Análise de Sistemas e aos seus respectivos chefes compete:

I - planejar o desenvolvimento de sistemas;

II - acompanhar o controle de sistemas;

III - participar de comitês de informática;

IV - proceder à manutenção dos sistemas desenvolvidos;

V - identificar e sugerir rotinas automatizadas, primando pela celeridade e diminuição de custos;

VI - detectar e informar à direção pontos críticos de impacto referentes a sistemas terceirizados dentro da organização;

VII - confeccionar documentação dos sistemas;

VIII - treinar e acompanhar a equipe de implantação para todo novo sistema a ser implementado;

IX - implementar inovações tecnológicas nos websites;

X - desenvolver ferramentas de sistemas para o centro de informações;

XI - capacitar-se a efetuar análise de impacto a solicitação de mudança específica.

Art. 48. À Coordenadoria de Organização e Métodos e Administração da Rede, ao seu coordenador, às suas divisões de Organização e



Métodos e de Administração da Rede e aos seus respectivos chefes compete:

- I - elaborar estudos, coordenar, orientar, implementar e avaliar as atividades de organização, sistemas e métodos no âmbito do Poder Judiciário;
- II - administrar as redes existentes, com a criação e manutenção de níveis de acesso aos usuários e outros inerentes à administração;
- III - definir e adotar políticas de segurança nas redes;
- IV - manter os sistemas de controle de arquivos/backup's atualizados;
- V - capacitar-se apto a absorver e implementar novas tecnologias;
- VI - garantir o funcionamento ininterrupto dos servidores de redes, centrais telefônicas e call center;
- VII - manter e gerenciar contas de usuários a banco de dados, correio eletrônico, rede e telefonia;
- VIII - efetuar relatórios de auditoria para a direção;
- IX - fiscalizar a implementação de serviços de redes estruturadas nos fóruns, juizados especiais e demais pontos do Poder Judiciário;
- X - fiscalizar o uso disciplinado da rede (política de segurança);
- XI - efetuar e implantar políticas de contingências;
- XII - gerenciar as aplicações dos servidores de rede que rodem as aplicações de produção, websites.

Art. 49. À Coordenadoria de Manutenção de Equipamentos e ao seu coordenador compete:

- I - planejar e executar manutenção corretiva e preventiva do parque informatizado;
- II - manter atualizados os equipamentos de informática;
- III - sugerir à diretoria configurações de equipamentos;
- IV - instalar e configurar software e hardware;
- V - realizar controle patrimonial interno dos equipamentos de informática;
- VI - efetuar salvamento de arquivos e organizá-los no servidor conforme padronização;
- VII - manter atualizados drivers e softwares, oriundos de downloads;
- VIII - requisitar peças de reposição para equipamentos;
- IX - garantir o feedback aos clientes;
- X - realizar e manter o inventário técnico de equipamentos.

Art. 50. À Coordenadoria de Atendimento ao Usuário e ao seu coordenador compete:

- I - instalar, desinstalar e configurar softwares;
- II - instalar, desinstalar e configurar equipamentos, periféricos e suprimentos de informática;
- III - efetuar auxílio telefônico e/ou remoto de suporte na instalação, desinstalação, configuração e operação de softwares e hardwares (HELPDESK);
- IV - acompanhar o atendimento solicitado, posicionando o cliente durante todo o processo;
- V - retornar ao cliente para verificação e avaliação do serviço prestado após sua conclusão (FEEDBACK);
- VI - efetuar manutenções básicas de hardware no local;
- VII - ministrar cursos básicos de software;
- VIII - efetuar suporte e manutenção básica da rede telefônica;
- IX - repassar as necessidades às demais áreas da Diretoria de Informática, quando reportadas ao setor e não puderem ser atendidas pela coordenadoria.

TÍTULO II

DOS SERVIÇOS AUXILIARES DA JUSTIÇA DE 1º GRAU, DOS JUIZADOS ESPECIAIS E DAS TURMAS RECURSAIS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 51. A estrutura administrativa dos serviços auxiliares da Justiça de 1º Grau, dos juizados especiais e das turmas recursais compreende:

- I - Diretoria do Fórum;
- Secretaria de Fórum;
- II - Juizado da Vara;
- Secretarias de Vara;

III - Juizado Especial:

Secretaria do Juizado Especial.

IV - Turma Recursal:

Secretaria da Turma Recursal.

CAPÍTULO II

DA SECRETARIA DO FÓRUM

Art. 52. Nas comarcas de São Luís, Imperatriz, Bacabal e Caxias, a Diretoria do Fórum terá uma secretaria do fórum, cujo secretário, indicado pelo juiz diretor do Fórum, aprovado pelo corregedor-geral da Justiça, será nomeado para cargo pelo presidente do Tribunal de Justiça de provimento em comissão, a quem competirá organizar e coordenar os serviços auxiliares de administração do fórum.

Parágrafo único. Nas demais comarcas, as atribuições da Secretaria do Fórum serão exercidas, sem prejuízo de suas atribuições, pelo secretário de vara do juiz diretor do fórum.

CAPÍTULO III

DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO, CONTADORIA, PARTILHA E DEPÓSITO JUDICIAL

Art. 53. Os serviços de distribuição, contadoria, partilha e depósito judicial e seus secretários têm atribuições definidas no Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado, com as modificações feitas pela Lei Complementar nº 68, de 23 de dezembro de 2003, e em provimento do corregedor-geral da Justiça.

Parágrafo único. A indicação e a nomeação dos respectivos secretários serão feitas na forma da lei referida no caput.

CAPÍTULO III

DAS SECRETARIAS DE VARA

Art. 54. As Secretarias de Vara e os seus secretários têm as atribuições definidas no Código de Divisão e Organização Judiciárias com as modificações feitas pela Lei Complementar nº 68, de 23 de dezembro de 2003, e em provimento do corregedor-geral da Justiça

§ 1º A indicação e nomeação dos respectivos secretários serão feitas na forma da lei referida no caput.

§ 2º Nas comarcas do interior onde não exista funcionário efetivo que ocupe o cargo de analista judiciário o juiz poderá indicar, mediante justificativa, para o cargo de secretário de vara pessoa não integrante do quadro de funcionários do Poder Judiciário, de preferência portador de diploma de nível superior e, em não sendo possível, de portador de certificado de conclusão de curso de nível médio.

§ 3º No caso do parágrafo anterior, após manifestação do corregedor-geral da Justiça, o presidente submeterá a indicação à apreciação do Plenário, que, se a aprovar, será nomeado o indicado.

CAPÍTULO IV

DA SECRETARIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS E DAS TURMAS RECURSAIS

Art. 55. As Secretarias dos Juizados Especiais e a Secretaria da Turma Recursal e os seus secretários têm as atribuições definidas no Código de Divisão e Organização Judiciárias com as modificações feita pela Lei Complementar nº 68, de 23 de dezembro de 2003, e em provimento do corregedor-geral da Justiça

§ 1º A indicação e nomeação dos respectivos secretários serão feitas na forma definida na lei referida no caput.

§ 2º Aplica-se às Secretarias dos Juizados Especiais do interior o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 54.

TÍTULO III

Das Disposições Finais e Transitórias

Capítulo único

Das Disposições Finais e Transitórias



Art. 56. A lotação dos cargos efetivos da Justiça de 1º Grau é a constante do Anexo Único da presente Resolução.

§ 1º Ato do presidente do Tribunal de Justiça fará a lotação final dos cargos efetivos nas varas e juizados das respectivas comarcas.

§ 2º A lotação dos cargos do quadro do Tribunal de Justiça será feita por ato do presidente do Tribunal.

§ 3º A remuneração dos cargos efetivos constantes na Lei nº 8.032/2003 só será implantada após a realização do concurso e nomeação dos aprovados.

§ 4º O cumprimento do disposto no art. 32 da Lei nº 8032 obedecerá à antiguidade dos contratos, sendo a rescisão feita na ordem dos mais recentes para os mais antigos.

Art. 57. As atribuições dos cargos efetivos da nova estrutura do Poder Judiciário serão definidas no edital que regulará a realização de concurso para os respectivos cargos., bem como nos regulamentos das secretarias do Tribunal de Justiça e da Corregedoria Geral da Justiça.

Art. 58. Ato do presidente do Tribunal regulamentará as atividades das divisões não alcançadas por esta Resolução, bem como criará seções distribuindo as funções gratificadas e lotando os cargos efetivos do quadro da Justiça de 2º Grau nas diversas coordenadorias do Tribunal de Justiça e da Corregedoria Geral da Justiça.

Art. 59. Os funcionários do Tribunal admitidos até a data da promulgação da Constituição de 1988 permanecerão em seus cargos, sem prejuízo de seus vencimentos, sendo esses cargos extintos a vagar.

Parágrafo único. Com a implantação da nova estrutura, os cargos desses funcionários terão a denominação correspondente aos novos cargos que lhes sejam equivalentes.

Art. 60. No prazo de seis meses da publicação da presente Resolução o presidente do Tribunal e o corregedor-geral apresentarão ao Plenário projetos de Regulamento da Secretaria do Tribunal de Justiça e da Corregedoria Geral da Justiça.

Art. 61. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Plenário do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, no Palácio da Justiça "CLÓVIS BEVILÁQUA" em São Luís, 15 de abril de 2004, 191º da instalação do Tribunal de Justiça.

Des. MILSON DE SOUZA COUTINHO

Presidente

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº 006/2004

63 COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

Cargos criados:

64	de secretário judicial
128	de oficial de justiça
170	de técnico judiciário B
170	de auxiliar judiciário

01 - ALCÂNTARA

termo único

1	secretário judicial
2	oficiais de justiça
3	técnicos judiciários
3	auxiliares judiciários

02 - AMARANTE DO MARANHÃO

Amarante do Maranhão
Buritirana

1	secretário judicial
2	oficiais de justiça
2	técnicos judiciários
2	auxiliares judiciários

03 - ANAJATUBA

termo único

1	secretário judicial
2	oficiais de justiça
2	técnicos judiciários
2	auxiliares judiciários

04 - ARAPE

termo único

1	secretário judicial
2	oficiais de justiça
2	técnicos judiciários
2	auxiliares judiciários

05 - ARARI

termo único

1	secretário judicial
2	oficiais de justiça
3	técnicos judiciários
3	auxiliares judiciários

06 - BACURI

Bacuri

Apicum-Açu

1	secretário judicial
2	oficiais de justiça
2	técnicos judiciários
2	auxiliares judiciários

07 - BARÃO DE GRAJAÚ

Barão de Grajaú

São Francisco do Maranhão

1	secretário judicial
2	oficiais de justiça
3	técnicos judiciários
3	auxiliares judiciários

08 - BARREIRINHAS

termo único

1	secretário judicial
2	oficiais de justiça
3	técnicos judiciários
3	auxiliares judiciários

09 - BEQUIMÃO

Bequimão

Peri Mirim

1	secretário judicial
2	oficiais de justiça
3	técnicos judiciários
2	auxiliares judiciários

10 - BOM JARDIM

Bom Jardim

São João do Carú

1	secretário judicial
2	oficiais de justiça
3	técnicos judiciários
3	auxiliares judiciários

11 - BURITI

termo único

1	secretário judicial
2	oficiais de justiça
2	técnicos judiciários
2	auxiliares judiciários

12 - BURITI BRAVO

termo único

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 2 técnicos judiciários
- 2 auxiliares judiciários

13 - BURITICUPU

Buriticupu

Bom Jesus das Selvas

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

14 - CÂNDIDO MENDES

Cândido Mendes

Godofredo Viana

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

15 - CANTANHEDE

Cantanhede

Matões do Norte

Pirapemas

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

16 - CARUTAPERA

Carutapera

Luís Domingues

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

17 - CEDRAL

Cedral

Porto Rico do Maranhão

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 2 técnicos judiciários
- 2 auxiliares judiciários

18 - ESPERANTINÓPOLIS

Esperantinópolis

São Roberto

São Raimundo do Doca Bezerra

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

19 - ESTREITO

Estreito

São Pedro dos Crentes

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

20 - GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS

Governador Eugênio Barros

Senador Alexandre Costa

Graça Aranha

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 2 técnicos judiciários
- 2 auxiliares judiciários

21 - GOVERNADOR NUNES FREIRE

Governador Nunes Freire

Centro do Guilherme

Maranhãozinho

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

22 - GUIMARÃES

Guimarães

Mirinzal

Central do Maranhão

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

23 - HUMBERTO DE CAMPOS

Humberto de Campos

Primeira Cruz

Santo Amaro do Maranhão

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

24 - ICATU

Icatu

Axixá

Cachoeira Grande

Morros

Presidente Juscelino

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

25 - IGARAPÉ GRANDE

Igarapé Grande

Bernardo do Mearim

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 2 técnicos judiciários
- 2 auxiliares judiciários

26 - JOÃO LISBOA

João Lisboa

Senador La Roque

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

**27 - LORETO**

Loreto

São Félix de Balsas

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 2 técnicos judiciários
- 2 auxiliares judiciários

28 - MARACAÇUMÉ

Maracaçumé

Amapá do Maranhão

Boa Vista do Gurupi

Centro Novo do Maranhão

Junco do Maranhão

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

29 - MATINHA

Matinha

Olinda Nova do Maranhão

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

30 - MATÕES

termo único

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

31 - MIRADOR

Mirador

Sucupira do Norte

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

32 - MONÇÃO

termo único

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 2 técnicos judiciários
- 2 auxiliares judiciários

33 - MONTES ALTOS

Montes Altos

Ribamar Fiquene

Sítio Novo

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

34 - OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS

termo único

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 2 técnicos judiciários
- 2 auxiliares judiciários

35 - PAÇO DO LUMIAR

Paço do Lumiar

Raposa

- 2 secretários judiciais
- 4 oficiais de justiça
- 6 técnicos judiciários
- 6 auxiliares judiciários

36 - PARAIBANO

termo único

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

37 - PARNARAMA

termo único

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 2 técnicos judiciários
- 2 auxiliares judiciários

38 - PASSAGEM FRANCA

Passagem Franca

Lagoa do Mato

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

39 - PAULO RAMOS

Paulo Ramos

Marajá do Sena

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

40 - PENALVA

termo único

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 2 técnicos judiciários
- 2 auxiliares judiciários

41 - PINDARÉ-MIRIM

Pindaré-Mirim

Tufilândia

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

42 - PIO XII

Pio XII

Satubinha



- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 2 técnicos judiciários
- 2 auxiliares judiciários

43 - POÇÃO DE PEDRAS

termo único

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 2 técnicos judiciários
- 2 auxiliares judiciários

44 - PORTO FRANCO

Porto Franco
Campestre do Maranhão
Lajeado Novo
São João do Paraíso

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

45 - RIACHÃO

Riachão
Feira Nova do Maranhão

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

46 - SANTA HELENA

Santa Helena
Turilândia

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

47 - SANTA LUZIA DO PARUÁ

Santa Luzia do Paruá
Nova Olinda do Maranhão
Presidente Médici

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

48 - SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO

Santa Quitéria do Maranhão
Milagres do Maranhão

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 2 técnicos judiciários
- 2 auxiliares judiciários

49 - SANTO ANTÔNIO DOS LOPES

Santo Antônio dos Lopes
Capinzal do Norte
Governador Archer

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

50 - SÃO BERNARDO

São Bernardo
Magalhães de Almeida
Santana do Maranhão

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

51 - SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO

São Domingos do Maranhão
Fortuna
Governador Luiz Rocha

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

52 - SÃO JOÃO BATISTA

termo único

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 2 técnicos judiciários
- 2 auxiliares judiciários

53 - SÃO LUÍS GONZAGA DO MARANHÃO

termo único

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

54 - SÃO MATEUS DO MARANHÃO

São Mateus do Maranhão
Alto Alegre do Maranhão

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

55 - SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS

São Raimundo das Mangabeiras
Sambaíba

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

56 - SÃO VICENTE FERRER

São Vicente Ferrer
Cajapió

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 2 técnicos judiciários
- 2 auxiliares judiciários

57 - TIMBIRAS

termo único

- 1 secretário judicial

- 2 oficiais de justiça
- 2 técnicos judiciários
- 2 auxiliares judiciários

58 - TUNTUM

Tuntum

Santa Filomena do Maranhão

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

59 - TURIACU

termo único

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 2 técnicos judiciários
- 2 auxiliares judiciários

60 - TUTÓIA

Tutóia

Paulino Neves

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

61 - URBANO SANTOS

Urbano Santos

Belágua

São Benedito do Rio Preto

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

62 - VITÓRIA DO MEARIM

termo único

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

63 - ZÉ DOCA

Zé Doca

Araguanã

Governador Newton Bello

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

21 COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA COM 28 VARAS**Cargos criados:**

- 28 de secretário judicial
- 56 de oficial de justiça
- 80 de técnico judiciário B
- 80 de auxiliar judiciário

01 - ALTO PARNAÍBA

Alto Parnaíba

Tasso Fragoso

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 2 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

02 - ARAIOSES

Araíoses

Água Doce do Maranhão

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 2 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

03 - BARRA DO CORDA

Barra do Corda

Fernando Falcão

Jenipapo dos Vieiras

- 2 secretários judiciais
- 4 oficiais de justiça
- 6 técnicos judiciários
- 5 auxiliares judiciários

04 - BREJO

Brejo

Anapurus

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

05 - CAROLINA

termo único

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 2 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

06 - COELHO NETO

Coelho Neto

Afonso Cunha

Duque Bacelar

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

07 - COLINAS

Colinas

Jatobá

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

08 - CURURUPU

Cururupu

Serrano do Maranhão



- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

09 - DOM PEDRO

Dom Pedro
Gonçalves Dias

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

10 - GRAJAÚ

Grajaú
Formosa da Serra Negra
Itaipava do Grajaú

- 2 secretários judiciais
- 4 oficiais de justiça
- 6 técnicos judiciários
- 5 auxiliares judiciários

11 - LAGO DA PEDRA

Lago da Pedra
Lago do Junco
Lago dos Rodrigues
Lagoa Grande do Maranhão

- 2 secretários judiciais
- 4 oficiais de justiça
- 6 técnicos judiciários
- 6 auxiliares judiciários

12 - PASTOS BONS

Pastos Bons
Benedito Leite
Nova Iorque
São Domingos do Azeitão

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

13 - PRESIDENTE DUTRA

Presidente Dutra
Joselândia
São José dos Basílios

- 2 secretários judiciais
- 4 oficiais de justiça
- 6 técnicos judiciários
- 6 auxiliares judiciários

14 - ROSÁRIO

Rosário
Bacabeira
Santa Rita

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

15 - SANTA LUZIA

Santa Luzia
Alto Alegre do Pindaré

- 2 secretários judiciais
- 4 oficiais de justiça
- 6 técnicos judiciários
- 5 auxiliares judiciários

16 - SÃO BENTO

São Bento
Bacurituba
Palmeirândia

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

17 - SÃO JOÃO DOS PATOS

São João dos Patos
Sucupira do Riachão

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 2 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

18 - SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

termo único

- 2 secretários judiciais
- 4 oficiais de justiça
- 6 técnicos judiciários
- 6 auxiliares judiciários

19 - VARGEM GRANDE

Vargem Grande
Nina Rodrigues
Presidente Vargas

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

20 - VIANA

Viana
Cajari

- 1 secretário judicial
- 2 oficiais de justiça
- 3 técnicos judiciários
- 3 auxiliares judiciários

21 - VITORINO FREIRE

Vitorino Freire
Altamira do Maranhão
Brejo de Areia

- 2 secretários judiciais
- 4 oficiais de justiça
- 6 técnicos judiciários
- 5 auxiliares judiciários

13 COMARCAS DE TERCEIRA ENTRÂNCIA COM 50 VARAS

Cargos criados:

- 60 de secretário judicial
- 50 de assessor de juiz



03	de secretário da diretoria do fórum
20	de analista judiciário A
10	de analista judiciário B
05	de analista judiciário C
100	de oficial de justiça
200	de técnico judiciário B
20	de comissário da infância e juventude
150	de auxiliar judiciário
10	de telefonista

01 - AÇAILÂNDIA

Açailândia
Cidelândia
Itinga do Maranhão
São Francisco do Brejão

2	secretários judiciais
2	assessores de juiz
4	oficiais de justiça
1	analista judiciário A
7	técnicos judiciários
1	comissário da infância e juventude
6	auxiliares judiciários

02 - BACABAL

Bacabal
Bom Lugar
Conceição do Lago-Açu
Lago Verde

5	secretários judiciais
5	assessores de juiz
1	secretário de distribuição
1	secretário da diretoria do fórum
10	oficiais de justiça
2	analistas judiciários A
2	analistas judiciários B (um contador e um graduado em informática)
21	técnicos judiciários
2	comissários da infância e juventude
15	auxiliares judiciários
1	Telefonista

03 - BALSAS

Balsas
Fortaleza dos Nogueiras
Nova Colinas

2	secretários judiciais
2	assessores de juiz
4	oficiais de justiça
1	analista judiciário A
7	técnicos judiciários
1	comissário da infância e juventude
6	auxiliares judiciários

04 - CAXIAS

Caxias
Aldeias Altas
São João do Soter

5	secretários judiciais
5	assessores de juiz
1	secretário de distribuição
1	secretário da diretoria do fórum
10	oficiais de justiça
2	analistas judiciários A

2	analistas judiciários B (um contador e um graduado em informática)
21	técnicos judiciários
2	comissários da infância e juventude
15	auxiliares judiciários
1	telefonista

05 - CHAPADINHA

Chapadinha
Mata Roma

2	secretários judiciais
2	assessores de juiz
4	oficiais de justiça
1	analista judiciário A
7	técnicos judiciários
1	comissário da infância e juventude
6	auxiliares judiciários

06 - CODÓ

termo único

3	secretários judiciais
3	assessores de juiz
1	secretário de distribuição
6	oficiais de justiça
1	analista judiciário A
13	técnicos judiciários
1	comissário da infância e juventude
9	auxiliares judiciários
1	telefonista

07 - COROATÁ

Coroatá
Peritoró

2	secretários judiciais
2	assessores de juiz
4	oficiais de justiça
1	analista judiciário A
7	técnicos judiciários
1	comissário da infância e juventude
6	auxiliares judiciários

08 - IMPERATRIZ

Imperatriz
Davinópolis
Governador Edison Lobão
São Pedro da Água Branca
Vila Nova dos Martírios

13	secretários judiciais
13	assessores de juiz
1	secretário da diretoria do fórum
1	secretário de distribuição
1	secretário da contadoria
1	secretário do depósito
26	oficiais de justiça
6	analistas judiciários A
6	analistas judiciários B (um médico; um contador; dois graduados em informática; um administrador e um psicólogo)
5	analistas judiciários C (dois assistentes sociais; dois bibliotecários e um enfermeiro).
52	técnicos judiciários
6	comissários da infância e juventude
39	auxiliares judiciários
3	telefonistas

**09 - ITAPECURU MIRIM**

Itapecuru Mirim
Miranda do Norte

3	secretários judiciais
3	assessores de juiz
1	secretário de distribuição
6	oficiais de justiça
1	analista judiciário A
13	técnicos judiciários
1	comissário da infância e juventude
9	auxiliares judiciários
1	telefonista

10 - PEDREIRAS

Pedreiras
Lima Campos
Trizidela do Vale

3	secretários judiciais
3	assessores de juiz
1	secretário de distribuição
6	oficiais de justiça
1	analista judiciário A
13	técnicos judiciários
1	comissário da infância e juventude
9	auxiliares judiciários
1	telefonista

11 - PINHEIRO

Pinheiro
Pedro do Rosário
Presidente Sarney

2	secretários judiciais
2	assessores de juiz
4	oficiais de justiça
1	analista judiciário A
7	técnicos judiciários
1	comissário da infância e juventude
6	auxiliares judiciários

12 - SANTA INÊS

Santa Inês
Bela Vista do Maranhão
Igarapé do Meio

4	secretários judiciais
4	assessores de juiz
1	secretário de distribuição
8	oficiais de justiça
1	analista judiciário A
16	técnicos judiciários
1	comissário da infância e juventude
12	auxiliares judiciários
1	telefonista

13 - TIMON

termo único

4	secretários judiciais
4	assessores de juiz
1	secretário de distribuição
8	oficiais de justiça
1	analista judiciário A
16	técnicos judiciários
1	comissário da infância e juventude
12	auxiliares judiciários
1	Telefonista

**1 COMARCA DE QUARTA ENTRÂNCIA COM 39 VARAS, 15
JUIZADOS ESPECIAIS; 1 TURMA RECURSAL E 72
JUÍZES DE DIREITO**

Cargos criados:

62	de secretário judicial
72	de assessor de juiz
01	de secretário da diretoria do fórum
60	de analista judiciário A (privativo de bacharel em direito)
20	de analista judiciário B (3 administradores; 7 graduados em informática; 2 contadores; 3 médicos; 2 odontólogos; e 3 psicólogos)
15	de analista judiciário C (4 assistentes sociais – 3 bibliotecários – 2 biólogos – 3 enfermeiros – 2 pedagogos – 1 bioquímico)
118	de oficial de justiça
200	de técnico judiciário B
25	de comissário de menores
150	de auxiliar judiciário
5	de telefonista

COMARCA DA CAPITAL**CÍVEL E COMÉRCIO****2º CARTÓRIO CÍVEL****ESCRIVÃO - JOÃO MANOEL DE ASSUNÇÃO E SILVA FILHO**

PROC.Nº 6551/2004 – EXECUÇÃO P/ TÍTULO EXTRAJUDICIAL – EXEQUENTE – COLEGIO BATISTA DANIEL DE LA TOUCHE – ADVOGADO – LUCIANA ARANTES TEIXEIRA – EXECUTDO – ADILTON IRINEU MESQUITA – CONCLUSÃO DO DESPACHO. Intime-se o exequente a proceder, no prazo de 10 (dez) DIAS, SOB PENAS DO ARTIGO 616 DO cpc, A JUNTDA. V. C. São Luís, (MA), 30 de abril de 2004. DR. NEMIAS NUNES CARVALHO. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CIVEL.

PROC.Nº 6595/2004 – AÇÃO ORDINARIA DE INDENIZAÇÃO POR DANO – AUTORA – BIONORA PAIVA MARTINS – ADVOGADO – EMMANUEL ALMEIDA CRUZ – RE – COMPANHIA ENERGETICA DO MARANHÃO – CEMAR - DESPACHO. R. hoje. Indefiro o pedido da gratuidade, uma vez que a autora é empresa, logo, não entrega o rol dos benefícios da lei 1.060/50. Determino seja intimada a recolher as custas judiciais. Após. Vc. São Luís, 30 de abril de 2004. NEMIAS NUNES CARVALHO. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CIVEL.

PROC.Nº 3947/2004 – AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANO - AUTOR – JOÃO EDURADO NETO – ADVOGADO – ANTONIO DE PAULA PEREIRA – REU – BANCO DO BRASIL S/A - CONCLUSÃO DO DESPACHO. Tratando-se de incompetência, na conformidade do artigo 100, inciso V, a do Código de Processo Civil, declino da competência para processar e julgar este feito, determinando sejam os autos encaminhados ao Juízo daquela Comarca, observadas as cautelas legais. Dê-se baixa. Intime-se. Cumpra-se. São Luís, 03 de maio de 2004. NEMIAS NUNES CARVALHO. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CIVEL.

PROC.Nº 5053/2004 – RESCISÃO DE ONTRATO C/C PERDAS E DANOS E C/ PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA – AUTOR – VOLKSWAGEN LEASING S/A – ADVOGADA – PAULINA BUHATEN RIBEIRO – RE – BEMAR DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA - CONCLUSÃO DO DESPACHO. Por esta razão e com fulcro no art. 6º, inciso VIII, do CDC, declino a competência em favor do Juízo daquela Comarca. Encaminhem-se os autos, através da distribuição, á Comarca de Santa Ines, neste Estado, competente para o deslinde da causa. Dê-se baixa onde necessário. Intime-se. São Luís, 30 de abril de 2004. NEMIAS NUNES CARVALHO. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CIVEL.

PROC.Nº 3143/2004 – IMISÃO DE POSSE COM PEDIDO DE MEDIDA LIMINAR INAUDITA - AUTOR – JOÃO JORGE FILHO - ADVOGADO – JULIO CESAR MARQUES – REU – EMILIO AYOUB JORGE - DESPA-



deve ser ministrada no ato da impetração, não se admitindo, salvo no caso de carência de requisitos supríveis (autenticação de fotocópia, por exemplo), a emenda da inicial com juntada de documentos. O remédio, na falta de prova pré-constituída, será o indeferimento (art. 8, da lei 1.533/1951). 2. RMS improvido.”

(STJ, ROMS nº 6195/PR, 6ª Turma, Rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ de 16.06.1997)

No caso em análise, embora o Impetrante afirme ter sido aprovado nas três primeiras etapas do concurso público para provimento do cargo de soldado da PMMA, deixou de trazer aos autos qualquer prova nesse sentido, bem como da omissão imputada à Autoridade impetrada. Outro ponto a ser observado é que, ainda que conste do Boletim de Ocorrência de fls. 09, que na mochila furtada estavam a Carteira de Identidade e o Título de Eleitor do Impetrante, às fls. 10 estão cópias dos aludidos documentos.

Pelo exposto, de acordo com os fundamentos jurídicos expostos linhas antes e diante da inequívoca ausência de prova pré-constituída, indefiro, de plano, a Segurança pleiteada.

Comunique-se, de imediato, a Autoridade impetrada, encaminhando-lhe o inteiro teor desta decisão.

Cumpra-se.

Publique-se.

São Luís, 12 de fevereiro de 2007.

Des.ª Cleonice Silva Freire
Relatora

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 002355/2007 – SÃO LUÍS/MA

Impetrante: Henrique Monroe Ribeiro

Advogada: Elza Lopes Macedo

Impetrado: Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Maranhão

Relator: Des. Cleones Carvalho Cunha.

Vistos etc.

Henrique Monroe Ribeiro, devidamente qualificado nos autos em apreço, impetrou o presente mandado de segurança, com pedido de liminar, contra suposto ato ilegal emanado pelo Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Maranhão, que após a deflagração de processo administrativo disciplinar, aplicou ao ora impetrante a pena de demissão, excluindo-o dos quadros do serviço público (cargo de Policial Militar).

Aduz o impetrante, primeiramente, ter operado a preclusão, com a conseqüente perda da faculdade do Poder Público em continuar a tramitação do respectivo processo disciplinar, posto que, nos termos do art. 5º, LXXVIII da CF/88, assim como o art. 81 da Lei nº 8.508/06 (Lei que dispõe sobre a reorganização da Polícia Civil do Estado do Maranhão), o prazo máximo para conclusão do feito era de 140 (cento e quarenta) dias e, no caso em tela, tramitou por quase dois anos após sua instalação.

Complementa dizendo que referido ato demissionário restou inválido, posto que fundamentado em procedimento disciplinar completamente inquinado de nulidade, vez que não observou os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Com base em tais argumentos, requer, em sede de liminar, a sua imediata reintegração ao serviço público no cargo de Agente de Polícia Civil e, posteriormente, pleiteia a concessão definitiva da segurança impetrada.

É o relatório.

Pois bem. Face aos elementos trazidos nestes autos, não vislumbro encontrarem-se presentes os requisitos autorizadores da concessão da medida in limine, pelo que entendo não merecer guarida tal súplica.

Isso porque, posso até cogitar da existência de periculum in mora em favor do impetrante, mas fazendo-se uma análise superficial da situação em tela, prima facie, não vislumbro plausibilidade nas alegações de direito (fumus boni iuris), pois dos autos não foi possível inferir do ato impugnado – demissão do ora impetrante dos quadros do serviço público após deflagração de processo administrativo disciplinar – significantes indícios de infringência aos princípios constitucionais, mormente os do contraditório e da ampla defesa e muito menos vislumbro ter restado

caracterizado o instituto da preclusão administrativa, posto que a priori, o tempo de duração do processo administrativo disciplinar foi o necessário ao deslinde da controvérsia, mormente quando a Administração Pública cuidou em primar pela observância dos regramentos constitucionais.

Ante ao exposto, indefiro o pleito liminar.

Destarte, notifique-se o impetrado, a fim de que preste, no prazo legal de 10 (dez) dias, as informações que entender cabíveis, fornecendo-lhe cópia da inicial e demais documentos instrutivos, em consonância com os termos do art. 7º, inciso I da Lei 1.533 de 31 de dezembro de 1951.

Recebidas as informações ou transcorrido o prazo, voltem-me conclusos. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

São Luís, 14 de fevereiro de 2007.

Desembargador CLEONES CARVALHO CUNHA
RELATOR

TRIBUNAL PLENO

Mandado de Segurança nº 007267/2006 – São Luís

Impetrante: Alice Emiliana Ribeiro Brito

Advogada: Alice Emiliana Ribeiro Brito

Impetrado: Procurador Geral de Justiça do Estado do Maranhão

Relatora: Des.ª Cleonice Silva Freire

DECISÃO

Cuida-se de Mandado de Segurança impetrado por Alice Emiliana Ribeiro Brito, contra ato reputado ilegal praticado pelo Procurador Geral de Justiça do Estado do Maranhão, ora impetrado.

A impetrante narra que mediante a expedição do Ato nº 3589, de 1º de março de 2005, fora exonerada do cargo em comissão de assessora jurídica da Procuradoria Geral de Justiça, contudo, não lhe foram pagas as verbas que entende ter direito, tais como 13º salário proporcional e aviso prévio.

Diz não pretender discutir sua exoneração, mas tão somente receber as verbas reclamadas na inicial.

Notificada, a autoridade impetrada argüiu a impropriedade do mandamus para satisfazer a pretensão deduzida. Demonstrou ainda que as verbas reclamadas e devidas foram pagas ainda em processo administrativo.

É o relato do essencial. Decido.

Sem adentrar na questão referente à lesão patrimonial que a impetrante sustenta ter sofrido, verifico ser imprópria a via mandamental em substituição à ação de cobrança, tal como pretendido no writ.

Essa matéria não guarda qualquer divergência, seja doutrinária ou jurisprudencial, gozando inclusive de amparo sumular emanado do STF, através do verbete nº 269. Vejamos:

“Súmula 269. O mandado de segurança não é substitutivo da ação de cobrança.”

Assim, sem maiores delongas, com fundamento no art. 8º, caput, da Lei 1.533/51, indefiro a inicial.

Publique-se. Cumpra-se.

São Luís, 14 de fevereiro de 2007.

Des.ª Cleonice Silva Freire
RELATORA

RESOLUÇÃO Nº 06/2007

REGULAMENTO DA DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições e por decisão tomada, por unanimidade, na sessão plenária administrativa do dia 31 de janeiro de 2007.

R E S O L V E

Art. 1º - Fica aprovado o REGULAMENTO DA DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO, que com esta se publica.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 22/12/2003.

PALÁCIO DA JUSTIÇA “CLÓVIS BEVILÁQUA” DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 31 DE JANEIRO DE 2007.

Desembargador AUGUSTO GALBA FALCÃO MARANHÃO
PRESIDENTE

REGULAMENTO DA DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO

CAPÍTULO I DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS EFETIVOS

Art. 1º - Em obediência ao art. 3º, §§ 1º e 2º e art. 28, da Lei n.º 8.032, de 10 de dezembro de 2003, as atribuições dos cargos de provimento efetivo do Poder Judiciário ficam assim definidas:

1. ANALISTA JUDICIÁRIO A: Realizar atividades de nível superior a fim de fornecer suporte técnico e administrativo, favorecendo o exercício da função judicante pelos magistrados e órgãos julgadores: compreender o processamento de feitos, a elaboração de pareceres, certidões e relatórios estatísticos e a análise e pesquisa de legislação, doutrina e jurisprudência; envolve a indexação de documentos e o atendimento às partes, entre outras atividades de mesma natureza e grau de complexidade; elaborar pareceres, minutas de atos, leis e outros documentos de caráter técnico/jurídico; participar de comissões, quando designado, e de treinamentos diversos de interesse da administração, bem como, desempenhar outras atividades correlatas ou outras atribuições que possam vir a surgir, conforme as necessidades da área ou do Tribunal.

2. ANALISTA JUDICIÁRIO B – ADMINISTRADOR: Participar de comissões, quando designado, e de treinamento diversos de interesse da administração; realizar atividades de nível superior a fim de favorecer o adequado funcionamento e desenvolvimento da organização: compreender o planejamento, a execução, o acompanhamento e a avaliação de planos, projetos, programas ou estudos ligados à administração de recursos humanos, materiais e patrimoniais, orçamentários e financeiros, sistemas e métodos, bem como, à contabilidade e auditoria; envolve a emissão de pareceres, relatórios técnicos, certidões, declarações, informações em processos, bem como outras atividades de mesma natureza e grau de complexidade.

3. ANALISTA JUDICIÁRIO B – ANALISTA DE SISTEMAS – DESENVOLVIMENTO: Participar de comissões, quando designado, e de treinamento diversos de interesse da administração; especificar sistemas, de acordo com as normas e metodologias adotadas pelo Tribunal de Justiça e adequadas às características e necessidades institucionais; prestar assessoramento técnico na produção de soluções relativas às arquiteturas, às plataformas, aos recursos e às alternativas de desenvolvimento de sistemas; ou, ainda, na aquisição de sistemas desenvolvidos por terceiros, além de acompanhar e avaliar sua implantação, bem como desempenhar outras atividades correlatas ou outras atribuições que possam surgir, da mesma natureza e nível e complexidade, conforme as necessidades da área ou do Tribunal.

4. ANALISTA JUDICIÁRIO B – ANALISTA DE SISTEMAS – SUPORTE E REDES: Participar de comissões, quando designado, e de treinamentos diversos de interesse da administração; analisar, desenvolver e implantar soluções em conectividade, objetivando a integração e disponibilização de informação e o acesso a bases de dados externas de interesse do Judiciário; realizar atividades de planejamento, controle e administração visando a implementação das políticas de segurança, o acesso e a integridade das bases de dados; desenvolver, coordenar e definir atividades de suporte operacional, configuração e instalação de hardware, manutenção e instalação de serviços e sistemas operacionais em servidores de rede, bem como desempenhar outras atividades correlatas ou outras atribuições que possam surgir, da mesma natureza e nível e complexidade, conforme as necessidades da área ou do Tribunal.

5. ANALISTA JUDICIÁRIO B – ARQUITETO: Participar de comissões, quando designado, e de treinamento diversos de interesse da administração; efetuar levantamento de necessidade para elaboração de anteprojeto de engenharia de obras novas, reformas e ampliações; planejar, exe-

cutar e acompanhar projetos da área de arquitetura, bem como desempenhar outras atividades correlatas ou outras atribuições que possam surgir, conforme as necessidades da área ou do Tribunal.

6. ANALISTA JUDICIÁRIO B – COMUNICAÇÃO SOCIAL: Participar de comissões, quando designado, e de treinamento diversos de interesse da administração; executar atividades relacionadas com o planejamento operacional e execução de projetos, estudos, programas, campanhas, encontros, cursos e eventos em geral; executar suas atividades de forma integrada e cooperativa com as demais unidades do Tribunal, colaborando para o desenvolvimento dos grupos de trabalho, bem como desempenhar outras atividades correlatas ou outras atribuições que possam surgir, conforme as necessidades da área ou do Tribunal.

7. ANALISTA JUDICIÁRIO B – CONTADOR: Participar de comissões, quando designado, e de treinamentos diversos de interesse da administração; executar atividades relacionadas com a elaboração, execução e acompanhamento de planos orçamentários; confeccionar quadros e tabelas específicas relacionadas ao setor financeiro-contábil; participar, quando necessário, de equipes multiprofissionais, objetivando dar contribuições em assunto da área econômico-financeiro-contábil, bem como desempenhar outras atividades correlatas ou outras atribuições que possam surgir, conforme as necessidades da área ou do Tribunal.

8. ANALISTA JUDICIÁRIO B – ECONOMISTA: Auxiliar nas tarefas relativas à elaboração da proposta orçamentária do Tribunal, os pedidos de créditos adicionais, os balanços orçamentários, financeiros e patrimoniais e as tomadas de contas devidamente organizadas e conferidas; submeter à apreciação da Presidência do Tribunal contratos, ajustes, acordos e outros instrumentos, geradores de obrigações para o Poder Judiciário e relatórios quanto a viabilidade dos recursos; participar de comissões, quando designado, e de treinamentos diversos de interesse da administração, bem como, desempenhar outras atividades correlatas ou outras atribuições que possam surgir, conforme as necessidades da área ou do Tribunal.

9. ANALISTA JUDICIÁRIO B – ENGENHEIRO CIVIL: Participar de comissões, quando designado, e de treinamentos diversos de interesse da administração; executar individualmente ou em equipe, atividades de planejamento, especificação, execução, acompanhamento, monitoramento, manutenção, fiscalização e avaliação de projetos de engenharia, urbanísticos em prédios, edifícios e obras cíveis na capital e no interior; efetuar levantamentos de necessidades para elaboração de anteprojetos de engenharia de obras novas, reformas, ampliações, bem como desempenhar outras atividades correlatas ou outras atribuições que possam vir a surgir, da mesma natureza e nível de complexidade, conforme as necessidades da área ou do Tribunal.

10. ANALISTA JUDICIÁRIO B – ENGENHEIRO ELETRICISTA: Participar de comissões, quando designado, e de treinamentos diversos de interesse da administração; executar tarefas de manutenção elétrica preventiva, preditiva e corretiva de modo permanente, empregando métodos e ferramental adequados; executar atividades necessárias ou facilitadoras à execução de sua tarefa principal; exercer a fiscalização técnica e administrativa da execução dos contratos e serviços de manutenção elétrica; elaborar estudos, análises técnicas, especificações, instruções, procedimentos e relatórios técnicos; operar instalações e equipamentos segundo padrões técnicos e normas operacionais pertinentes, bem como executar outras tarefas, compatíveis com as previstas para o cargo e/ou com as particularidades deste Tribunal.

11. ANALISTA JUDICIÁRIO B – MÉDICO CARDIOLOGISTA: Participar de comissões, quando designado, e de treinamentos diversos de interesse da administração; prestar atendimento médico aos que a ele façam jus, em regime ambulatorial nas respectivas áreas de formação e/ou especialização e em clínica geral, quando necessário, no âmbito das unidades do Tribunal de Justiça e Justiça de Primeiro Grau; realizar visitas domiciliares por determinação superior, em caráter excepcional; prestar



primeiro atendimento médico em quaisquer situações emergenciais que ocorram nas dependências das unidades do Tribunal de Justiça, ou dos prédios da Justiça de Primeiro Grau a qual estiver vinculado; fornecer parecer técnico em sua área de atuação, sempre que requerido; atuar na orientação e educação em saúde, em seu nível de especialização, com vistas à prevenção primária e secundária de doenças e, particularmente, à promoção de saúde e de qualidade de vida, tanto individualmente, como por meio de cursos, palestras, campanhas e programas educativos.

12. ANALISTA JUDICIÁRIO B – MÉDICO CLÍNICO GERAL

Participar de comissões, quando designado, e de treinamentos diversos de interesse da administração; prestar atendimento médico em regime ambulatorial nas respectivas áreas de formação e/ou especialização e em clínica geral, quando necessário, no âmbito das unidades do Tribunal de Justiça e Justiça de Primeiro Grau; realizar visitas domiciliares por determinação superior, em caráter excepcional; prestar primeiro atendimento médico em quaisquer situações emergenciais que ocorram nas dependências das unidades do Tribunal de Justiça, ou dos prédios da Justiça de Primeiro Grau a qual estiver vinculado; fornecer parecer técnico em sua área de atuação, sempre que requerido; atuar na orientação e educação em saúde, em seu nível de especialização, com vistas à prevenção primária e secundária de doenças e, particularmente, à promoção de saúde e de qualidade de vida, tanto individualmente, como por meio de cursos, palestras, campanhas e programas educativos e compreende a realização de exames médicos ambulatoriais, avaliação de exames complementares, elaboração de laudos e pareceres técnicos, execução de perícias em juntas médicas e encaminhamento para outros profissionais e/ou instituições para prestação de assistência médica, bem como o planejamento e execução de programas de saúde e o controle do estoque e das condições de uso dos equipamentos, aparelhos, materiais e medicamentos utilizados no atendimento médico, dentre outras atividades de mesma natureza e grau de complexidade.

13. ANALISTA JUDICIÁRIO B – MÉDICO PEDIATRA: Participar de comissões, quando designado, e de treinamentos diversos de interesse da administração; prestar atendimento médico aos que a ele façam jus, em regime ambulatorial nas respectivas áreas de formação e/ou especialização e em clínica geral, quando necessário, no âmbito das unidades do Tribunal de Justiça e Justiça de Primeiro Grau; realizar visitas domiciliares por determinação superior, em caráter excepcional; prestar primeiro atendimento médico em quaisquer situações emergenciais que ocorram nas dependências das unidades do Tribunal de Justiça, ou dos prédios da Justiça de Primeiro Grau a qual estiver vinculado; fornecer parecer técnico em sua área de atuação, sempre que requerido; atuar na orientação e educação em saúde, em seu nível de especialização, com vistas à prevenção primária e secundária de doenças e, particularmente, à promoção de saúde e de qualidade de vida, tanto individualmente, como por meio de cursos, palestras, campanhas e programas educativos; realizar exames em geral em crianças, identificar estruturas alteradas ou desordens funcionais e realizar tratamento dos agravos; realizar educação sanitária e orientar as medidas de proteção à saúde.

14. ANALISTA JUDICIÁRIO B – ODONTÓLOGO: Participar de comissões, quando designado, e de treinamentos diversos de interesse da administração; prestar assistência odontológica aos Juízes, servidores, inativos, pensionistas e seus dependentes econômicos, efetuando o diagnóstico e tratamento de afecções bucais; atuar em campanha e programa de saúde bucal, visando a educação e prevenção de enfermidades odontológicas; efetuar perícias odontológicas e diagnósticos, para fins de assistência Odontológica Complementar; prescrever e administrar medicamentos; efetuar outros procedimentos da mesma natureza e grau de complexidade.

15. ANALISTA JUDICIÁRIO B – PSICÓLOGO: Participar de comissões, quando designado, e de treinamentos diversos de interesse da administração; utilizar métodos e técnicas psicológicas com o objetivo de efetuar diagnósticos, acompanhamentos, avaliações, tratamentos, con-

sultas, aconselhamentos, orientação e seleção profissional, orientação psicopedagógica, solução de problemas de ajustamento, realização de perícias e demais atividades inerentes ao exercício da profissão, além de digitar seus pareceres.

16. ANALISTA JUDICIÁRIO C – ASSISTENTE SOCIAL: Participar de comissões, quando designado, e de treinamentos diversos de interesse da administração; realizar atividades de nível superior, a fim de prevenir ou minimizar dificuldades de natureza biopsicossocial que possam afetar ou estejam afetando magistrados, servidores, inativos e pensionistas e/ou seus dependentes, bem como promover uma melhor integração entre família comunidade e organização e compreende a identificação e a análise de aspectos que possam interferir ou estejam interferindo no bem-estar dos indivíduos ou da coletividade, como também a proposição de soluções e envolve a realização de visitas domiciliares/institucionais, entrevistas e pesquisas, a elaboração de projetos para concessão de benefícios sociais, a organização de atividades de promoção social e a participação em programas para promoção da saúde, entre outras atividades da mesma natureza e grau de complexidade, além de digitar seus pareceres.

17. ANALISTA JUDICIÁRIO C – BIBLIOTECÁRIO: Participar de comissões, quando designado, e de treinamentos diversos de interesse da administração; realizar levantamentos junto a usuários e fornecedores visando à aquisição de material bibliográfico; manter atualizado o inventário do acervo; proceder ao cadastramento das publicações editadas pelo Tribunal junto aos órgãos responsáveis pela padronização internacional de numeração de títulos de livros e periódicos; selecionar e indexar os artigos de periódicos que versem sobre matéria de interesse do Tribunal; desenvolver linguagem de indexação na área trabalhista para o Tribunal; alimentar os bancos de dados da área; organizar catálogos e mantê-los atualizados; tratar de forma adequada cada tipo de material constante do acervo bibliográfico, de acordo com a normatização pertinente; efetuar a organização, o controle e o armazenamento do acervo para consulta e empréstimo; selecionar e organizar a legislação federal e marginalia de interesse do Tribunal; atender ao usuário, realizando pesquisas bibliográficas e de informações solicitadas; efetuar outras tarefas da mesma natureza e grau de complexidade.

18. ANALISTA JUDICIÁRIO C – BIOLOGIA MOLECULAR: Participar de comissões, quando designado, e de treinamentos diversos de interesse da administração; realizar exames hematológicos, bioquímicos, parasitológicos, imunológicos, hormonais, urinários, bacteriológicos, histopatológicos, entre outros necessários ao esclarecimento diagnóstico de doenças ou situações, e compreende a proposição, execução, coordenação, supervisão e orientação de estudos, projetos, pesquisas, serviços, assessorias, consultorias, perícias, pareceres e laudos técnicos, fiscalização, bem como quaisquer outras atividades nas diversas áreas do conhecimento das Ciências Biológicas ou a elas ligadas.

19. ANALISTA JUDICIÁRIO C – ENFERMEIRO: Participar de comissões, quando designado, e de treinamentos diversos de interesse da administração; planejar, organizar, executar e avaliar os serviços de assistência de enfermagem, empregando processos rotineiros e/ou específicos para promover a promoção e a recuperação da saúde individual e coletiva, bem como executar tarefas relativas à prescrição de medicamentos estabelecidos, administração de medicamentos e tratamento prescrito e/ou aplicação de medidas para prevenção e controle sistemático de doenças e infecção hospitalar, dentro das unidades vinculadas ao Tribunal de Justiça ou à Justiça de Primeiro Grau, bem como desempenhar outras atividades correlatas ou outras atribuições que possam surgir, de mesma natureza ou grau de complexidade, conforme a necessidade da área ou do Tribunal.

20. ANALISTA JUDICIÁRIO C – ESTATÍSTICO: Participar de comissões, quando designado, e de treinamentos diversos de interesse da administração; planejar, coordenar, executar ações relativas à pesquisa sobre os fundamentos da estatística, suas aplicações na prática, organização e execução de investigações estatísticas de interesse do Tribunal de

Justiça; realizar atividades de nível superior e assessoramento aos membros do Poder Judiciário, no campo da Estatística, voltado para o desenvolvimento institucional, fundamentados na aplicação desta ciência, com aplicação prática efetuada através de pesquisas, investigações e aplicação de métodos matemáticos bem como a interpretação de dados estatísticos com a finalidade da correta aplicação de instrumentos de avaliação visando o aprimoramento institucional; executar investigações estatísticas; elaborar e testar métodos matemáticos, sistemas de amostragem, coleta, análise e interpretação de dados estatísticos, com a finalidade de assegurar a correta aplicação e eficácia dos métodos utilizados; planejar e realizar pesquisas de sondagem; elaborar questionários e instruções; organizar o tratamento dos dados obtidos nas pesquisas; avaliar, ordenar e interpretar os dados coletados, bem como outras atividades de mesma natureza e grau de complexidade que venham a ser determinadas pela autoridade superior.

21. ANALISTA JUDICIÁRIO C – LICENCIADO EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA: Participar de comissões, quando designado, e de treinamentos diversos de interesse da administração; produzir, analisar, redigir e/ou revisar, bem como, elaborar copidesque, editoração, terminologia e tradução de textos diversos; realizar assessoria técnica lingüística e gramatical aos setores administrativos do Tribunal de Justiça, dentre outras atividades correlatas.

22. ANALISTA JUDICIÁRIO C – PEDAGOGO: Participar de comissões, quando designado, e de treinamentos diversos de interesse da administração; assessorar dirigentes e magistrados, por meio de pareceres técnicos em processos que requeiram conhecimento específico da ciência em apreço; executar individualmente ou em equipe atividades relacionadas com a administração de recursos humanos, desenvolvimento de pessoal, treinamento, estudos, pesquisas, análises organizacionais, planejamento de recursos humanos, serviço social aos funcionários e outras tarefas das Unidades Administrativas, bem como desempenhar outras atividades correlatas ou outras atribuições que surjam, conforme as necessidades da área ou do Tribunal.

23. COMISSÁRIO DE MENORES: Participar de comissões, quando designado, e de treinamentos diversos de interesse da administração; deter ou apreender menor abandonado ou infrator, apresentado-o de imediato ao Juiz ou a outra autoridade competente; lavrar auto de infração à lei de assistência e proteção ao menor; fiscalizar, nos termos da legislação específica, a entrada e permanência de menor em casas de diversão, bares, emissoras de rádio ou televisão, ginásio esportivo, cabarés ou congêneres; executar atividades afins identificadas pelo superior imediato.

24. TÉCNICO JUDICIÁRIO A – TÉCNICO EM CONTABILIDADE: Participar de comissões, quando designado, e de treinamentos diversos de interesse da administração; realizar atividades de nível intermediário com a finalidade de favorecer o adequado acompanhamento da situação patrimonial e financeira da organização; possibilitar a elaboração orçamentária, bem como de colaborar na liquidação de julgados e atualização de valores, títulos, guias e depósitos judiciais e envolve a elaboração de relatórios e pareceres, entre outras atividades de mesma natureza e grau de complexidade.

25. TÉCNICO JUDICIÁRIO A – TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES: Participar de comissões, quando designado, e de treinamentos diversos de interesse da administração; realizar atividades de nível intermediário relacionadas ao apoio para o planejamento, coordenação, supervisão e execução de projetos de engenharia e arquitetura, bem como atividades de operação e manutenção de equipamentos e sistemas; realizar trabalhos que exijam conhecimentos básicos de informática, dentre outras de mesma natureza e grau de complexidade.

26. TÉCNICO JUDICIÁRIO A – TÉCNICO EM ENFERMAGEM: Participar de comissões, quando designado, e de treinamentos diversos de interesse da administração; realizar atividades de nível intermediário, a fim de contribuir para promoção e preservação da saúde de magistrados,

servidores, inativos e pensionistas e a de seus dependentes, e compreende a realização de curativos, inalações, administração de medicamentos, coleta de material para exames, remoção de pontos e outros procedimentos, segundo prescrição médica e envolve a preparação de pacientes para consulta, verificação de sinais vitais, atualização de prontuários e cuidado com a adequada utilização e conservação de materiais, equipamentos e medicamentos da unidade, bem como inclui a colaboração em programas de educação para a saúde e o levantamento de dados para elaboração de relatórios, entre outras atividades de mesma natureza e grau de complexidade, além de digitar seus pareceres; prestar auxílio ao médico e/ou odontólogo em técnicas específicas, quando da realização de exames e/ou tratamentos; executar outras tarefas da mesma natureza e grau de complexidade.

27. TÉCNICO JUDICIÁRIO A – TÉCNICO EM INFORMÁTICA – HARDWARE: I – Área de Equipamentos: Participar de comissões, quando designado, e de treinamentos diversos de interesse da administração; executar tarefas de caráter técnico, relativas à manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e máquinas em operação na área de informática do Tribunal de Justiça e Justiça de Primeiro Grau; e compreende a manutenção dos equipamentos adquiridos, instalação dos acessórios, e softwares; executar ajustes e testes em máquinas e equipamentos, quando de sua instalação e manutenção; auxiliar na definição da infraestrutura necessária para a instalação de equipamentos; testar equipamentos realizando sua avaliação técnica para possível aquisição; acompanhar equipamentos em manutenção em empresas especializadas; zelar pela conservação, segurança e integridade dos materiais e equipamentos; executar tarefas afins. II – Área de Apoio ao Usuário: Analisar e orientar sobre utilização de softwares aplicativos; participar de projetos de suporte à infraestrutura operacional; executar atividades básicas de suporte técnico; testar e documentar aplicativos a serem adquiridos/instalados em equipamentos de informática; apresentar soluções na utilização de softwares; prestar assistência aos usuários para a resolução de problemas com a utilização de softwares aplicativos, bem como os desenvolvidos pelo setor; instalar e configurar softwares; verificar equipamentos adquiridos, bem como a instalação dos acessórios e respectivos softwares; fazer controle das licenças e de softwares aplicativos.

28. TÉCNICO JUDICIÁRIO A – TÉCNICO EM INFORMÁTICA – SOFTWARE: Participar de comissões, quando designado, e de treinamentos diversos de interesse da administração; elaborar programas, distinguindo seus objetivos, módulos e interligações, a fim de implementar e/ou manter o sistema definido pelo Analista de Sistemas; codificar, testar e documentar os programas; participar de definição de programas e rotinas de apoio a sistemas operacionais; prestar atendimento às unidades do Tribunal; executar outras atividades da mesma natureza e grau de complexidade.

29. TÉCNICO JUDICIÁRIO A – TÉCNICO EM LABORATÓRIO: Participar de comissões, quando designado, e de treinamentos diversos de interesse da administração; executar tarefas de natureza repetitiva, envolvendo orientação, supervisão e execução qualificada de trabalhos de laboratório relativos à coleta, ao transporte de materiais biológicos, terminações, dosagens e análises microbiológicas, bacterioscópicas, físicas e químicas em geral para fins de diagnóstico complementar; participar de atividades diárias e de plantões diurnos e noturnos; exercer as atividades de sua área de acordo com a conveniência do serviço; orientar pacientes e fornecer recipientes para coleta de material para exames; identificar e registrar amostras colhidas; preparar material biológico para exame; executar e controlar exames e análises de rotina do laboratório, tais como: parasitoscopia, urinalise, bacterioscopia, hematologia, sorologia, micologia e histopatologia; preparar meio de cultura, antígenos e reagentes; conhecer, conservar e operar equipamentos de laboratório; esterilizar instrumentos, vidros e demais utensílios de laboratório; zelar pela manutenção das instalações e equipamentos, propondo os reparos necessários; requisitar o material de consumo necessário; orientar os responsáveis por coleta de material (solos, agregados, ligantes e misturas) na sua extração, uso das



ferramentas, acondicionamento do material coletado, bem como fornecimento dos recipientes para coleta; identificar e registrar amostra; preparar material para ensaios, executar e controlar os mesmos, comparando com os limites normativos; executar coleta de linfa, sangue e secreções; executar atividades correlatas.

30. TÉCNICO JUDICIÁRIO A – TÉCNICO EM TELECOMUNICAÇÕES: Participar de comissões, quando designado, e de treinamentos diversos de interesse da administração; fazer vistorias rotineiras das instalações do prédio, mantendo e consertando equipamentos elétricos e telefônicos; executar instalações elétricas e rede de telecomunicações; calcular demanda elétrica instalada ou a ser instalada; medir entrada e saída de cabos elétricos, lógicos ou de telecomunicações; vistoriar serviços executados por terceiros; montar e desmontar aparelhos diversos e fase de reparação ou manutenção; executar outras tarefas da mesma natureza e grau de complexidade.

31. TÉCNICO JUDICIÁRIO B: Participar de comissões, quando designado, e de treinamentos diversos de interesse da administração; I – Área Judiciária: incumbe executar os serviços de expediente, servir nas audiências, elaborar e digitar pautas de publicação, entre outras atividades de mesma natureza e grau de complexidade que lhe forem cometidas pelo titular da serventia. II – Área Administrativa: incumbe desenvolver atividades em geral dos órgãos onde estiverem lotados, incluindo digitação, andamento de feitos, elaboração de certidões e relatórios, indexação de documentos e o atendimento ao público, entre outras atividades que lhe forem cometidas pelo superior hierárquico.

32. MOTORISTA: Participar de treinamentos diversos de interesse da administração; conduzir veículo oficial, transportando desembargadores e juízes, em todos os serviços solicitados; comparecer com presteza aos locais determinados para cumprimento do serviço; verificar as condições gerais do veículo, submetendo-o a constantes revisões (pneus, níveis de óleo, sistema de ferragens e outros), bem como desempenhar outras atividades correlatas ou outras atribuições que possam vir a surgir, conforme as necessidades da área ou do Tribunal.

33. TELEFONISTA: Participar de treinamentos diversos de interesse da administração; atender chamadas telefônicas internas e externas, operando a mesa telefônica; prestar informações ao público sobre andamentos de processos e outros assuntos relacionados ao Tribunal; anotar e transmitir recados; transferir ligações entre ramais; receber e transmitir solicitações de instalação e conserto de equipamentos; zelar pelo equipamento, comunicando defeitos e solicitando conserto e manutenção; executar outras tarefas da mesma natureza e grau de complexidade.

34. OFICIAL DE JUSTIÇA “A”, “B”, “C” e “D”: Participar de comissões, quando designado e de treinamentos diversos de interesse da administração; fazer citações, intimações, notificações e diligências nos processos judiciais, lavrando os atos e as certidões correspondentes; escurtar o andamento dos autos remetidos ou recebidos dos desembargadores e juízes, bem como entregar e receber depois de despachados; colher as assinaturas dos Desembargadores e Procuradores de Justiça nos acórdãos; manter sob sua guarda e responsabilidade os autos que lhe forem confiados; preparar as salas para as sessões de julgamento; entregar processos em pauta aos participantes das sessões de julgamento que desejarem analisá-los; assistir as sessões do Tribunal Pleno, Órgão Especial, Seção Civil, Câmaras Criminais Reunidas, Grupos de Câmaras Cíveis, das Câmaras Isoladas e do Conselho da Magistratura, executando serviços que lhe forem determinados; costurar ou apor colchetes nos processos; entregar pautas de julgamento das sessões e processos na Procuradoria Geral da Justiça; proceder às demais ordens judiciais legalmente previstas, certificando no mandado o ocorrido; realizar penhoras, avaliação, arrematação, remissão, adjudicação, arrestos, seqüestros, buscas e apreensões, lavrando no local o respectivo auto circunstanciado; redigir, digitar e conferir expedientes diversos; e executar outras atividades correlatas.

35. AUXILIAR JUDICIÁRIO: Participar de treinamentos diversos de interesse da administração; proceder à entrega e ao recebimento de documentos, em âmbito externo e/ou interno, utilizando protocolo, quando necessário, objetivando dar seguimento às atividades da área; providenciar fotocópias de leis, jurisprudência, doutrina e outros documentos necessários à instrução de processos administrativos e judiciais; manter organizados os armários e arquivos destinados à guarda de materiais de consumo e permanentes e de documentos diversos; efetuar a remoção de móveis e equipamentos; auxiliar no tombamento do material permanente; manter em condições de higiene e asseio os equipamentos e utensílios do local de trabalho; apoiar o atendimento de copas nas Salas de Sessões, Gabinetes, Secretarias, Serviços e Setores; proceder à entrega de material de expediente nas unidades do Tribunal de Justiça ou da Justiça de Primeiro Grau; operar equipamento de reprografia; executar outras tarefas de mesma natureza e grau de complexidade; na Área Judiciária incumbe ainda, executar os serviços de expediente, inclusive digitação, entre outras atividades de mesma natureza que lhe forem cometidas pelo titular da serventia.

Resolução n.º 07/2007

Institui e disciplina o processo virtual no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis do Poder Judiciário do Estado de Maranhão.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MARANHÃO, no uso das atribuições legais e,

CONSIDERANDO que a observância dos princípios da oralidade, simplicidade, informalidade, celeridade e economia processual constituem a essência da prestação jurisdicional no Juizado Especial;

CONSIDERANDO que “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação” (artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004);

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, através da Recomendação n.º 01/2005, estabeleceu como prioridade operacional dos Juizados Especiais Estaduais, criar estrutura tecnológica adequada para processar os feitos de sua competência, gerando indicadores para medir esta adequação;

CONSIDERANDO que a virtualização do processo proporciona acesso rápido a dados e informações processuais aos atores do Direito para a modernização da entrega da prestação jurisdicional;

CONSIDERANDO as disposições legais da Lei n.º 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial,

R E S O L V E, ad referendum

Art. 1º. Instituir o Sistema de Processo Virtual como instrumento de solução dos conflitos atermados nos Juizados Especiais Cíveis do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Art. 2º. O Sistema de Processo Virtual consiste em autos virtuais e prática de atos processuais à distância por meio da rede mundial de computadores, a internet, bem como pelo acesso rápido e seguro a todo o seu conteúdo.

Art. 3º. São características do Sistema de Processo Virtual, dentre outras:

I – o lançamento automático de movimentos processuais;

II – a parametrização de classes, movimentos e fases processuais;

III – marcação e priorização de situações que necessitam de resposta mais rápida, a exemplo de pedidos de tutela antecipada, dentre outros;



com a redação dada pela Lei Complementar nº 68/2003 e Resolução nº 003/2007, tendo em vista o que consta do Processo nº 7374/2007-TJ.

DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PALÁCIO DA JUSTIÇA “CLÓVIS BEVILÁQUA” DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 02 de abril de 2007.

Desembargador AUGUSTO GALBA FALCÃO MARANHÃO
Presidente

ATO Nº 541/2007- TJ.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Exonerar VERA LUCIA ARAUJO SANTANA DE MORAES do cargo em comissão de Secretário Judicial B – 3ª Entrância, Símbolo DANS-2, da 3ª Vara da Comarca de Pedreiras, tendo em vista solicitação constante do Processo nº 5623/2007-TJ.

DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PALÁCIO DA JUSTIÇA “CLÓVIS BEVILÁQUA” DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 03 de abril de 2007.

Desembargador AUGUSTO GALBA FALCÃO MARANHÃO
Presidente

ATO Nº 542/2007- TJ.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Nomear MAURO HENRIQUE FERREIRA para exercer o cargo em comissão de Secretário Judicial B – 3ª Entrância, Símbolo DANS-2, da 3ª Vara da Comarca de Pedreiras, nos termos do art. 91, § 4º, da Lei Complementar nº 014/91, com a redação dada pela Lei Complementar nº 96/2006 e Resolução nº 003/2007, tendo em vista o que consta do Processo nº 5623/2007-TJ.

DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PALÁCIO DA JUSTIÇA “CLÓVIS BEVILÁQUA” DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 03 de abril de 2007.

Desembargador AUGUSTO GALBA FALCÃO MARANHÃO
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 015 /2007

REG

ULAMENTA A DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE OFICIAL DE JUSTIÇA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E CONSIDERANDO DECISÃO TOMADA NA SESSÃO PLENÁRIA ADMINISTRATIVA DO DIA 28 DE MARÇO DE 2007.

RESOLVE

Art. 1º - Alterar o item 34 da Resolução nº 06/07, que passa a ter a seguinte redação:

“**OFICIAL DE JUSTIÇA “A”, “B”, “C” e “D”**: Participar de treinamentos diversos de interesse da administração; fazer citações, intimações, notificações e diligências nos processos judiciais, lavrando os atos e as certidões correspondentes; escriturar o andamento dos autos remetidos ou recebidos dos Desembargadores e Juízes, manter sob sua guarda e responsabilidade os autos que lhe forem confiados; preparar as salas para as sessões de julgamento; entregar processos em pauta aos participantes das sessões de julgamento que desejarem analisá-los; assistir as sessões do Tribunal Pleno, Câmaras Reunidas Cíveis e Criminais, executando serviços que lhe forem determinados; proceder às demais ordens judiciais, certificando no mandado o ocorrido; realizar penhoras, avaliação, arrematação, remissão, adjudicação, arrestos, seqüestros, buscas e apreensões, lavrando no local o respectivo auto circunstanciado; redigir, digitar e conferir expedientes diversos; e executar outras atividades previstas em lei.”.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DA JUSTIÇA “CLÓVIS BEVILÁQUA” DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 29 DE MARÇO DE 2007.

Desembargador AUGUSTO GALBA FALCÃO MARANHÃO
PRESIDENTE

VICE-PRESIDÊNCIA

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 04389/2007

IMPETRANTE: Conceição de Maria Penha Mendes

ADVOGADO: Sérgio Murilo de paula Barros e outros

IMPETRADO: Secretário Adjunto de Ensino do Estado do Maranhão

VICE-PRESIDENTE: Des. Raymundo Liciano de Carvalho.

VISTOS, ETC.

Trata-se de Pedido de Justiça Gratuita formulado pela impetrante nos autos do Mandado de Segurança nº 04389-2007 interposto contra suposto ato ilegal da autoridade supramencionada.

Aduz a impetrante não dispor de recursos financeiros para arcar com as despesas processuais sem prejuízo de seu sustento e de sua família, razão por que pugna pela concessão de assistência judiciária gratuita.

É o relatório. Decido.

Do exame dos autos, conclui-se que razão assistir a Impetrante, senão vejamos:

Dispõe, o parágrafo único, do art. 2º, da Lei nº 1060/50, que “considera-se necessitado, para os fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família”.

É entendimento do Colendo Supremo Tribunal Federal que a garantia do art. 5º, LXXIV, da CF, que trata da assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, não revogou a de assistência Judiciária gratuita da Lei nº 1.060/50, aos necessitados, certo que, para obtenção desta, basta a declaração, feita pelo próprio interessado, de que a sua situação econômica não permite vir a Juízo sem prejuízo da sua manutenção ou de sua família.

Portanto, existindo na exordial a declaração da Impetrante de que não pode arcar com as despesas processuais sem prejuízo da própria manutenção ou de sua família, pertinente é o deferimento do pedido.

Ante o exposto, com respaldo no art. 4º § 1º da Lei nº 1060/50 c/ c art. 27 do Regimento Interno deste Tribunal, DEFIRO o pedido de Assistência Judiciária formulado pela Impetrante.

Intimem-se. Publique-se.

São Luís, 15de março de 2007.

Des. Raymundo Liciano de Carvalho
Vice-Presidente do TJ/MA.

COMARCA DA CAPITAL

CÍVEL E COMÉRCIO

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS

O DOUTOR JOSÉ EDILSON CARIDADE RIBEIRO, JUIZ DE DIREITO AUXILIAR DA PRIMEIRA VARA CÍVEL, DESTA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, POR NOMEAÇÃO LEGAL, ET COETERA...

F A Z S A B E R a todos quantos o presente edital virem e conhecimento dele tiverem, que, por este meio, **cita**, com o prazo de trinta (30) dias, **ALUMÍNIO ITAPUÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, na pessoa de seu representante legal, **FRANCISCO XAVIER ARAGÃO**, brasileiro, casado, empresário e **MARLUCE ARRUDA DE ARAGÃO**, brasileira, casada, comerciante, atualmente em lugar incerto e não sabido, para, no prazo de quinze(15) dias, pagarem o valor reclamado em sede de Ação Monitória proposta por **BANCO DO BRASIL S/A.**, ou apresentarem Embargos, sob pena de ser esta transformada em Execução, advertindo-os, de logo, de que se não apresentarem defesa no prazo legal, serão considerados como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (ex-vi artt. 285 do CPC). O presente edital será fixado no lugar de costume e publicado na forma da lei, seu prazo, que correrá da primeira

18.04.1994, à p. 8488) Disponível em <http://www.stj.gov.br>. Acesso em 11.12.2007.

Não verifico, por conseguinte, o fumus boni iuris na alegação do impetrante, uma vez que, apreciando o caso em sede de cognição sumária, percebo que a autoridade coatora interpretou escorreitamente o dispositivo legal em estudo.

Pelo exposto, e não vislumbrando nos autos a presença do fumus boni iuris e do periculum in mora, denego a medida de urgência pleiteada e, por via de consequência, mantenho incólumes os efeitos da decisão proferida pelo e. Desembargador Milson de Souza Coutinho.

Intime-se a impetrante, via publicação oficial, para que, em dez dias, venha pedir a citação de Agostinho Campagnaro Pereira para vir integrar a lide, querendo, na qualidade de litisconsorte passivo necessário, sob pena de extinção do processo.

Oficie-se ao e. Desembargador Impetrado encaminhando-se-lhe cópia desta decisão para que Sua Excelência, no prazo de dez dias, preste as informações que tiver.

Publique-se e CUMpra-SE.

São Luís (MA), 13 de dezembro de 2007.

Des. Jaime Ferreira de Araújo

Relator

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

MANDADO DE SEGURANÇA n.º 25.323/2007 – SÃO LUÍS
IMPETRANTE: UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO LUÍS
DO MARANHÃO – FACULDADE SÃO LUÍS.

ADVOGADO(S): EMMANUEL ALMEIDA CRUZ E OUTROS.

IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DO 9º JUIZADO CÍVEL E DAS
RELAÇÕES DE CONSUMO DA COMARCA DE SÃO LUÍS.

LITISCONSORTE: THIAGO AIRES ESTRELA

COMARCA: SÃO LUÍS.

RELATORA: DESA. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE
MENDES.

DECISÃO

Trata-se de Mandado de Segurança com pedido de liminar, impetrado por UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO – FACULDADE SÃO LUÍS, contra ato do Juiz de Direito do 9º Juizado Cível e das Relações de Consumo da Comarca de São Luís, que concedeu pedido de antecipação de tutela nos autos do processo n.º 1.278/2007.

Sustenta o cabimento do presente mandamus ante a inexistência de recurso cabível contra decisão interlocutória em sede de Juizados Especiais Estaduais.

Retrata o substrato fático-jurídico pertinente a matéria versada no mandado de segurança, consubstanciado no fato da autoridade coatora haver determinado à instituição de ensino superior que proceda a correção no registro de frequência do discente Thiago Aires Estrela, diminuindo o número de faltas na disciplina Direito Empresarial I na ordem de 20 (vinte) para 18 (dezoito) ausências e, por conseguinte, retifique seu histórico escolar para a situação de aprovado, permitindo sua participação na colação de grau respectiva.

Pleiteia, em sede de liminar, a determinação à autoridade apontada como coatora a repor as faltas do indigitado discente no caderno de frequência, afastando em definitivo a ilegalidade e o abuso de poder.

Vieram-me os autos conclusos em 17.12.2007.

É o relatório. Passo a decidir.

Diante da análise do presente mandamus, vislumbro que este Tribunal de Justiça é incompetente para o seu processamento e julgamento, eis que impetrado contra ato de Juiz de Direito dos Juizados Especiais.

Com efeito, cabe as Turmas Recursais o conhecimento e julgamento de mandado de segurança impetrado contra ato reputado ilegal e abusivo praticado por Juiz de Direito de Juizados Especiais.

Aliás, esse é o entendimento manifestado no enunciado n.º 62 do FONAJE – Fórum Nacional dos Juizados Especiais, ao dispor que, verbis:

Cabe exclusivamente às Turmas Recursais conhecer e julgar o mandado de segurança e o hábeas corpus impetrados em face de atos judiciais oriundos dos Juizados Especiais.

Por sua vez, o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão ao versar sobre a matéria, atribuiu às Turmas Recursais a competência para o processamento e julgamento de Mandado de Segurança quando a autoridade coatora se tratar de Juiz de Direito de Juizados Especiais, conforme se depreende de seu parágrafo 3º do art. 60 –B, in verbis:

As Turmas Recursais Cíveis e Criminais são igualmente competentes para processar e julgar os mandados de segurança e os hábeas corpus impetrados contra Juiz de Direito dos Juizados Especiais.

Nesse sentido se afigura a jurisprudência desta Corte Estadual de Justiça, conforme se observa do julgamento do Agravo Regimental n.º 5.685/2006, concretizado no acórdão n.º 61.372/2006, da lavra do Desembargador Milson Coutinho, j. em 21.07.2006 e publicado no DJ em 21.09.2006, cuja ementa segue transcrita, verbis:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA A DECISÃO QUE DECLAROU A INCOMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PARA JULGAR O REFERIDO MANDAMUS. TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL. COMPETÊNCIA. PRECEDENTES.

1. O Tribunal de Justiça não possui competência para rever as decisões proferidas pelas Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis.

2. Recurso não provido.

Destarte, diante da manifesta incompetência absoluta desta Egrégia Corte Estadual de Justiça, necessário se faz a remessa dos autos ao Órgão competente para o processamento e julgamento do presente Mandado de Segurança, conforme dispõe o art. 113, caput e seu § 2º, do Código de Processo Civil.

Do exposto, não conheço do presente mandamus e, por conseguinte, determino que sejam remetidos os vertentes autos a uma das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

São Luís, 18 de dezembro de 2007.

Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes

Relatora

Presidência do Tribunal de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 46/2007.

Altera a Resolução nº 06, de 15 de abril de 2004, que Regulamenta a Estrutura Administrativa dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais

R E S O L V E, *ad referendum*,

Art. 1º Os cargos de provimento em comissão, integrantes do Grupo de Direção e Assessoramento do Poder Judiciário, classificados de acordo com o art. 10 da Lei 8.032, de 10 de dezembro de 2003, com a nova redação dada pela Lei nº 8.727, de 7 de dezembro de 2007, são:

I – Cargos de Natureza Especial – símbolo CNES: Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal de Justiça;

II – Cargos de Direção Geral e Assessoramento – símbolo CDGA: Assessor Chefe da Assessoria de Comunicação da Presidência; Assessor Chefe da Assessoria Jurídica da Presidência; Assessor Chefe de Desembargador; Assessor de Desembargador; Assessor Jurídico de Desembargador; Assessor Técnico de Desembargador; Assessor Técnico da Presidência; Assessor Técnico de Desembargador; Chefe de Gabinete da Presidência; Diretor Administrativo; Diretor da Secretaria da Corregedoria Geral de Justiça; Diretor de Informática e Automação; Diretor Financeiro; Diretor Judiciário; Secretário Geral do Plenário; e Subdiretor da Secretaria do Tribunal de Justiça.

III – Cargos de Direção e Assessoramento Superior – símbolo CDAS: Assessor da Corregedoria; Assessor de Contabilidade; Assessor de Informática; Assessor de Relações Públicas; Assessor do Diretor-Geral; Assessor Jurídico da Presidência; Assessor Técnico; Assessor Técnico da



Assessoria Jurídica da Presidência; Auditor; Chefe da Biblioteca da ESMAM; Chefe da Divisão de Arrecadação; Chefe da Divisão das Serventias Extrajudiciais; Chefe da Divisão das Serventias Judiciais; Chefe da Divisão de Acervo; Chefe da Divisão de Administração da Rede; Chefe da Divisão de Administração de Material; Chefe da Divisão de Administração Patrimonial; Chefe da Divisão de Análise de Sistema; Chefe da Divisão de Análise e Fatura; Chefe da Divisão de Apoio Administrativo da ESMAM; Chefe da Divisão de Arquivo; Chefe da Divisão de Atendimento aos Magistrados; Chefe da Divisão de Avaliação e Treinamento; Chefe da Divisão de Biblioteca; Chefe da Divisão de Cadastro; Chefe da Divisão de Controle do Acervo; Chefe da Divisão de Desenvolvimento e Suporte; Chefe da Divisão de Direito e Deveres; Chefe da Divisão de Engenharia; Chefe da Divisão de Estatística; Chefe da Divisão de Estatística e Publicação; Chefe da Divisão de Fiscalização; Chefe da Divisão de Folha de Pagamento; Chefe da Divisão de Gravação e Registros; Chefe da Divisão de Informática; Chefe da Divisão de Jurisprudência; Chefe da Divisão de Laboratório de Biologia Molecular; Chefe da Divisão de Legislação e Pesquisa; Chefe da Divisão de Licitações e Contratos; Chefe da Divisão de Material e Patrimônio; Chefe da Divisão de Material, Patrimônio e Serviços Gerais; Chefe da Divisão de Organização e Método; Chefe da Divisão de Pessoal; Chefe da Divisão de Protocolo e Arquivo; Chefe da Divisão de Recursos para o STF; Chefe da Divisão de Recursos para o STJ; Chefe da Divisão de Restauração e Manutenção de Documentos Históricos; Chefe da Divisão de Serviço Social; Chefe da Divisão de Serviços e Obras; Chefe da Divisão de Serviços Gerais; Chefe da Divisão de Transportes; Chefe da Divisão do Telejudiciário; Chefe da Divisão dos Juízes em Estágio Probatório; Chefe da Divisão dos Juízes Vitalícios; Chefe da Divisão Médica; Chefe da Divisão Médica e Odontológica; Chefe da Divisão Odontológica; Chefe da Divisão Psicossocial; Chefe de Gabinete de Desembargador; Coordenador Administrativo; Coordenador da Biblioteca; Coordenador das Câmaras Cíveis Isoladas; Coordenador das Câmaras Criminais Isoladas; Coordenador de Administração da ESMAM; Coordenador de Administração de Fóruns; Coordenador de apoio Administrativo; Coordenador de Atendimento ao Usuário; Coordenador de Contabilidade; Coordenador de Desenvolvimento e Análise de Sistema; Coordenador de Distribuição; Coordenador de Engenharia, Obras e Serviços; Coordenador de Finanças; Coordenador de Finanças e Planejamento; Coordenador de Fiscalização, Correição, Disciplina e Avaliação das Serventias; Coordenador de Jurisprudência e Publicações; Coordenador de Manutenção de Equipamentos; Coordenador de Material e Patrimônio; Coordenador de Orçamento; Coordenador de Organização e Métodos e Administração da Rede; Coordenador de Orientação, Fiscalização, Correição, Disciplina e Avaliação dos Juízes de Direito; Coordenador de Pagamento; Coordenador de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicância; Coordenador de Protocolo e Autuação; Coordenador de Recursos Constitucionais; Coordenador de Recursos Humanos; Coordenador de Serviços Médicos, Odontológicos e Psicossocial; Coordenador do Arquivo e Documentos Históricos; Coordenador do Fundo Especial de Modernização e Reparação e Reaparelhamento do Judiciário – FERJ; Coordenador do Plenário e das Câmaras Reunidas; Coordenador Financeiro; Coordenador Pedagógico; Oficial de Gabinete; Oficial de Gabinete de Desembargador; Secretário do Conselho de Administração e Supervisão do FERJ; Secretário do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais; Secretário Executivo da Presidência; Secretário Executivo de Desembargador; Secretário Particular do Corregedor; Secretário-Geral da ESMAM; e Suboficial de Gabinete de Desembargador.

IV – Cargos de Direção e Assessoramento Intermediário – símbolo CDAI: Assessor de Comunicação da Corregedoria; Assessor de Comunicação da Presidência; Assessor de Juiz A; Assessor de Juiz B; Assessor de Juiz C; Assessor do Secretário Geral do Plenário; Assistente de Gabinete; Assistente de Secretaria; Chefe da Biblioteca da Corregedoria; Chefe de Central de Mandados; Secretário de Câmara Isolada; Secretário de Câmaras Reunidas; Secretário de Diretoria de Fórum A; Secretário de Diretoria de Fórum B; Secretário do Conselho Estadual de Adoção; Secretário Executivo da Vice-Presidência; Secretário Executivo do Diretor da Corregedoria; Secretário Executivo do Diretor-Geral; Secretário Judicial

A; Secretário Judicial A de Distribuição; Secretário Judicial B; Secretário Judicial B de Distribuição; Secretário Judicial C; Suboficial de Gabinete; e Subsecretário de Secretaria.

Art. 2º Os artigos 2º e 51 da Resolução nº 06, de 15 de abril de 2004, que dispõe sobre o Regulamento da Estrutura Administrativa dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A Estrutura de Administração dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça compreende:

1. **Plenário:**

- 1.1. Secretaria Geral do Plenário;
 - 1.1.1. Assessoria da Secretaria Geral do Plenário.
- 1.2. Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais;
 - 1.2.1. Secretaria do Conselho.
- 1.3. Conselho de Administração e Supervisão do Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário;
 - 1.3.1. Secretaria do Conselho.

2. **Gabinete da Presidência:**

- 2.1. Chefia do Gabinete da Presidência;
- 2.2. Assessoria Jurídica da Presidência;
- 2.3. Assessoria de Comunicação da Presidência;
- 2.4. Gabinete Militar;
- 2.5. Auditoria;
- 2.6. Cerimonial;
- 2.7. Coordenadoria de Atividades Especiais;
- 2.8. Coordenadoria da Biblioteca;
 - 2.8.1. Divisão de Acervo;
 - 2.8.2. Divisão de Legislação e Pesquisa;
 - 2.8.3. Divisão do Telejudiciário.
- 2.9. Coordenadoria de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicância.

3. **Gabinete da Vice-Presidência:**

- 3.1. Chefia de Gabinete da Vice-Presidência;
- 3.2. Coordenadoria da Distribuição.

4. **Corregedoria Geral da Justiça:**

- 4.1. Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça;
 - 4.1.1. Chefia de Gabinete do Corregedor Geral de Justiça;
 - 4.1.2. Assessoria Especial;
 - 4.1.3. Conselho Estadual Judiciário de Adoção;
 - 4.1.3.1. Secretaria do Conselho.
 - 4.1.4. Juízes-Corregedores;
 - 4.1.4.1. Coordenadoria de Orientação, Fiscalização, Correição, Disciplina e Avaliação dos Juízes de Direito;
 - 4.1.4.1.1. Divisão dos Juízes Vitalícios;
 - 4.1.4.1.2. Divisão dos Juízes em Estágio Probatório;
 - 4.1.4.1.3. Divisão de Estatística.
 - 4.1.4.2. Coordenadoria de Orientação, Fiscalização, Correição, Disciplina e Avaliação das Serventias;
 - 4.1.4.2.1. Divisão das Serventias Judiciais;
 - 4.1.4.2.2. Divisão das Serventias Extrajudiciais.
- 4.2. Secretaria da Corregedoria Geral da Justiça;
 - 4.2.1. Gabinete do Diretor da Corregedoria-Geral;
 - 4.2.2. Coordenadoria de Administração;
 - 4.2.2.1. Divisão de Material e Patrimônio;
 - 4.2.2.2. Divisão de Pessoal;
 - 4.2.2.3. Divisão de Transportes.
 - 4.2.3. Coordenadoria de Finanças e Planejamento;
 - 4.2.4. Coordenadoria de Administração de Fóruns.

5. Gabinetes dos Desembargadores:

- 5.1. Gabinete;
- 5.2. Secretaria;
- 5.3. Assessoria.

6. Secretaria Geral do Tribunal de Justiça:

- 6.1. Gabinete do Diretor-Geral;

6.2. Diretoria Judiciária:

- 6.2.1. Coordenadoria de Protocolo e Autuação;
- 6.2.2. Coordenadoria das Câmaras Cíveis Isoladas;
 - 6.2.2.1. Secretárias das Câmaras Cíveis Isoladas.
- 6.2.3. Coordenadoria das Câmaras Criminais Isoladas;
 - 6.2.3.1. Secretárias das Câmaras Criminais Isoladas.
- 6.2.4. Coordenadoria do Plenário, das Câmaras Reunidas e da Câmara de Férias;
 - 6.2.4.1. Secretaria de Câmara Reunidas.
- 6.2.5. Coordenadoria de Recursos Constitucionais;
 - 6.2.5.1. Divisão de Recursos para o STJ;
 - 6.2.5.2. Divisão de Recursos para o STF.
- 6.2.6. Coordenadoria de Jurisprudência e Publicações;
 - 6.2.6.1. Divisão de Jurisprudência;
 - 6.2.6.2. Divisão de Estatística e Publicações.
- 6.2.7. Divisão de Gravação e Registro.

6.3. Diretoria Financeira:

- 6.3.1. Coordenadoria de Orçamento;
- 6.3.2. Coordenadoria de Finanças;
- 6.3.3. Coordenadoria de Contabilidade;
- 6.3.4. Coordenadoria do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário;
 - 6.3.4.1. Divisão de Arrecadação;
 - 6.3.4.2. Divisão de Fiscalização.
- 6.3.5. Coordenadoria de Pagamento;
 - 6.3.5.1. Divisão de Folha de Pagamento.
- 6.3.6. Divisão Análise e Faturas.

6.4. Diretoria Administrativa:

- 6.4.1. Coordenadoria de Recursos Humanos;
 - 6.4.1.1. Divisão de Atendimento aos Magistrados;
 - 6.4.1.2. Divisão de Cadastro;
 - 6.4.1.3. Divisão de Direitos e Deveres;
 - 6.4.1.4. Divisão de Treinamento e Avaliação.
- 6.4.2. Coordenadoria de Material e Patrimônio;
 - 6.4.2.1. Divisão de Administração Patrimonial;
 - 6.4.2.2. Divisão de Administração de Material;
 - 6.4.2.3. Divisão de Licitação e Contratos.
- 6.4.3. Coordenadoria de Apoio Administrativo;
 - 6.4.3.1. Divisão de Protocolo e Arquivo;
 - 6.4.3.2. Divisão de Serviços Gerais;
 - 6.4.3.3. Divisão de Transportes.
- 6.4.4. Coordenadoria de Serviço Médico,

Odontológico e Psicossocial:

- 6.4.4.1. Divisão Médica;
- 6.4.4.2. Divisão Odontológica;
- 6.4.4.3. Divisão Psicossocial.

- 6.4.5. Coordenadoria de Engenharia, Obras e Serviços:

- 6.4.5.1. Divisão de Engenharia;

- 6.4.5.2. Divisão de Obras e Serviços.

- 6.4.6. Coordenadoria do Arquivo e Documentos Históricos:

- 6.4.6.1. Divisão de Controle do Acervo;

- 6.4.6.2. Divisão de Restauração e Manutenção dos Documentos Históricos.

6.5. Diretoria de Informática e Automação:

- 6.5.1. Coordenadoria de Desenvolvimento e Análise de Sistemas:

- 6.5.1.1. Divisão de Desenvolvimento e Suporte;

- 6.5.1.2. Divisão de Análise de Sistemas.

- 6.5.2. Coordenadoria de Organização e Métodos e Administração da Rede:

- 6.5.2.1. Divisão de Organização e Métodos;

- 6.5.2.2. Divisão de Administração da Rede.

- 6.5.3. Coordenadoria de Manutenção de Equipamentos;

- 6.5.4. Coordenadoria de Atendimento ao Usuário.

7. Escola Superior da Magistratura:

- 7.1. Gabinete da Diretoria;

- 7.1.1. Divisão da Biblioteca;

- 7.2. Secretaria-Geral da Escola Superior da Magistratura.

- 7.2.1. Coordenadoria Administrativa;

- 7.2.1.1. Divisão de Apoio Administrativo.

- 7.2.2. Coordenadoria Financeira;

- 7.2.3. Coordenadoria Pedagógica.”

“Art. 51. A Estrutura de Administração dos Serviços Auxiliares da Justiça de 1º Grau compreende:

1. Diretoria do Fórum:

- 1.1. Secretaria da Diretoria;

- 1.2. Secretaria Judicial de Distribuição.

2. Juizado de Vara:

- 2.1. Gabinete do Juiz;

- 2.2. Secretaria Judicial.

3. Juizado Especial:

- 3.1. Gabinete do Juiz;

- 3.2. Secretaria do Juizado Especial.

4. Turma Recursal:

- 4.1. Secretaria da Turma Recursal.”

Art. 3º Os cargos de provimento em comissão do Poder Judiciário constantes do art. 1º desta Resolução serão distribuídos conforme anexo único.

Parágrafo único. A Presidência do Tribunal de Justiça expedirá, no prazo de 90 dias, “ad referendum” do Plenário, ato regulamentando as atribuições dos cargos denominados no art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2008, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Plenário do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, no Palácio da Justiça “CLÓVIS BEVILÁQUA” em São Luís, 20 de dezembro de 2007.

Desembargadora **MARIA MADALENA ALVES SERJO**

Presidenta

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº /2007

O QUADRO DE CARGOS COMMISSIONADOS
DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO

PLENÁRIO		
CARGOS	QUANT.	SÍMBOLO
SECRETARIA GERAL DO PLENÁRIO		
SECRETÁRIO GERAL DO PLENÁRIO	1	CDGA
ASSESSOR DO SECRETÁRIO GERAL DO PLENÁRIO	1	CDAI 2
CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS		
SECRETÁRIO DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS	1	CDAS 3
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO DO FERJ		
SECRETARIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO DO FERJ	1	CDAS 3
GABINETE DA PRESIDÊNCIA		
CARGOS	QUANT.	SÍMBOLO
CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA		
CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA	1	CDGA
SUBCHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA	2	CDAS 2
ASSESSOR TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA	3	CDGA
SECRETÁRIO PARTICULAR DA PRESIDÊNCIA	1	CDAS 1
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA PRESIDÊNCIA	3	CDAS 4
OFICIAL DE GABINETE	3	CDAS 3
ASSISTENTE DE GABINETE	2	CDAI 11
ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA		
ASSESSOR CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA	1	CDGA
SUBCHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA	1	CDAS 2
ASSESSOR TÉCNICO DA ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA	3	CDAS 3
ASSESSOR JURÍDICO DA PRESIDÊNCIA	9	CDAS 3
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA		
ASSESSOR CHEFE DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA	1	CDGA
ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA	6	CDAI 2
GABINETE MILITAR		
CHEFE DO GABINETE MILITAR	1	CDAS 1
AUDITORIA		
CHEFE DA AUDITORIA	1	CDAS 1
AUDITOR	3	CDAS 3
CERIMONIAL		
CHEFE DO CERIMONIAL	1	CDAS 1
ASSESSOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS	1	CDAS 3
COORDENADORIA DE ATIVIDADES ESPECIAIS		
COORDENADOR DE ATIVIDADES ESPECIAIS	1	CDAS 2
COORDENADORIA DA BIBLIOTECA		
COORDENADOR DA BIBLIOTECA	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE ACERVO	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE LEGISLAÇÃO E PESQUISA	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DO TELEJUDICIÁRIO	1	CDAS 4
COORDENADORIA DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES E SINDICÂNCIA		
COORDENADOR DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES E SINDICÂNCIA	1	CDAS 2

GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA		
CARGOS	QUANT.	SÍMBOLO
CHEFIA DE GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA		
CHEFE DE GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	1	CDAS 1
OFICIAL DE GABINETE	2	CDAS 3
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA VICE-PRESIDÊNCIA	1	CDAI 5
COORDENADORIA DE DISTRIBUIÇÃO		
COORDENADOR DE DISTRIBUIÇÃO	1	CDAS 2
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA		
CARGOS	QUANT.	SÍMBOLO
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL		
CHEFE DE GABINETE DO CORREGEDOR	1	CDAS 1
ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO DO CORREGEDOR	1	CDAS 1
OFICIAL DE GABINETE	2	CDAS 3
SECRETÁRIO PARTICULAR DO CORREGEDOR	1	CDAS 3
ASSISTENTE DE GABINETE	2	CDAI 11
SECRETÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE ADOÇÃO	1	CDAI 2
ASSESSOR CHEFE D ASSESSORIA ESPECIAL DA CORREGEDORIA	1	CDAS 1
ASSESSOR DA CORREGEDORIA	4	CDAS 3
ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO DA CORREGEDORIA	2	CDAI 3
ASSESSOR TÉCNICO	3	CDAS 3
COORDENADOR DE ORIENTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO, CORREIÇÃO, DISCIPLINA E AVALIAÇÃO DOS JUÍZES DE DIREITO	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DOS JUÍZES VITALÍCIOS	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DOS JUÍZES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE ESTATÍSTICA	1	CDAS 4
COORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO, CORREIÇÃO, DISCIPLINA E AVALIAÇÃO DAS SERVENTIAS	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DAS SERVENTIAS JUDICIAIS	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS	1	CDAS 4
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA		
DIRETOR DA SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL D JUSTIÇA	1	CDGA
SECRETÁRIO EXECUTIVO DO DIRETOR DA CORREGEDORIA	1	CDAI 2
ASSESSOR DE INFORMÁTICA DA CORREGEDORIA	1	CDAS 1
COORDENADOR ADMINISTRATIVO	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE PESSOAL	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE TRANSPORTES	1	CDAS 4
COORDENADOR DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO	1	CDAS 2
COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO DE FÓRUMS	1	CDAS 2
CHEFE DA BIBLIOTECA DA CORREGEDORIA	1	CDAI 2
GABINETES DOS DESEMBARGADORES		
CARGOS	QUANT.	SÍMBOLO
GABINETE		
CHEFE DE GABINETE DE DESEMBARGADOR	24	CDAS 2
OFICIAL DE GABINETE DE DESEMBARGADOR	48	CDAS 2
SUBOFICIAL DE GABINETE DE DESEMBARGADOR	48	CDAS 3
ASSISTENTE DE GABINETE	48	CDAI 11



SECRETARIA		
SECRETARIO EXECUTIVO DE DESEMBARGADOR	24	CDAS 4
SUBSECRETÁRIO DE SECRETARIA	48	CDAI 11
ASSISTENTE DE SECRETARIA	48	CDAI 11
ASSESSORIA		
ASSESSOR CHEFE DE DESEMBARGADOR	24	CDGA
ASSESSOR DE DESEMBARGADOR	48	CDGA
ASSESSOR DE JURÍDICO DE DESEMBARGADOR	48	CDGA
ASSESSOR TÉCNICO DE DESEMBARGADOR	24	CDGA
SECRETARIA GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA		
CARGOS	QUANT.	SÍMBOLO
GABINETE DO DIRETOR-GRAL		
DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1	CNES
SUBDIRETOR DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1	CDGA
ASSESSOR DO DIRETOR-GERAL	2	CDAS 2
SECRETÁRIO EXECUTIVO DO DIRETOR-GERAL	1	CDAI 3
DIRETORIA JUDICIÁRIA		
DIRETOR JUDICIÁRIO	1	CDGA
COORDENADOR DE PROTOCOLO E AUTUAÇÃO	1	CDAS 2
COORDENADOR DAS CÂMARAS CÍVEIS ISOLADAS	1	CDAS 2
COORDENADOR DAS CÂMARAS CRIMINAIS ISOLADAS	1	CDAS 2
COORDENADOR DO PLENÁRIO E DAS CÂMARAS REUNIDAS	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE GRAVAÇÃO E REGISTROS	1	CDAS 4
COORDENADOR DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS PARA O STJ	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS PARA O STF	1	CDAS 4
COORDENADOR DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE JURISPRUDÊNCIA	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE ESTATÍSTICA E PUBLICAÇÃO	1	CDAS 4
SECRETÁRIO DE CÂMARA ISOLADA	7	CDAI 2
SECRETÁRIO DE CÂMARAS REUNIDAS	2	CDAI 2
DIRETORIA FINANCEIRA		
DIRETOR FINANCEIRO	1	CDGA
COORDENADOR DE ORÇAMENTO	1	CDAS 2
COORDENADOR DE FINANÇAS	1	CDAS 2
COORDENADOR DE CONTABILIDADE	1	CDAS 2
ASSESSOR DE CONTABILIDADE	1	CDAS 2
COORDENADOR DO FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO E REPARAÇÃO E REAPARELHAMENTO DO JUDICIÁRIO – FERJ	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO	1	CDAS 4
COORDENADOR DE PAGAMENTO	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE ANÁLISE E FATURA	1	CDAS 4
DIRETORIA ADMINISTRATIVA		
DIRETOR ADMINISTRATIVO	1	CDGA
COORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO AOS MAGISTRADOS	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE CADASTRO	1	CDAS 4

CHEFE DA DIVISÃO DE DIREITO E DEVERES	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE AVALIAÇÃO E TREINAMENTO	1	CDAS 4
COORDENADOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	1	CDAS 4
COORDENADOR DE APOIO ADMINISTRATIVO	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE PROTOCOLO E ARQUIVO	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE TRANSPORTES	1	CDAS 4
COORDENADOR DE SERVIÇOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS E PSICOSSOCIAL	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO MÉDICA	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO ODONTOLÓGICA	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO PSICOSSOCIAL	1	CDAS 4
COORDENADOR DE ENGENHARIA, OBRAS E SERVIÇOS	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE ENGENHARIA	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE SERVIÇOS E OBRAS	1	CDAS 4
COORDENADOR DO ARQUIVO E DOCUMENTOS HISTÓRICOS	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE DO ACERVO	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE RESTAURAÇÃO E MANUTENÇÃO DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS	1	CDAS 4
DIRETORIA DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO		
DIRETOR DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO	1	CDGA
ASSESSOR DE INFORMÁTICA	1	CDAS 2
COORDENADOR DE DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE DE SISTEMA	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO E SUPORTE	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE ANÁLISE DE SISTEMA	1	CDAS 4
COORDENADOR DE ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS E ADMINISTRAÇÃO DA REDE	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE ORGANIZAÇÃO E MÉTODO	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DA REDE	1	CDAS 4
COORDENADOR DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	1	CDAS 2
COORDENADOR DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO	1	CDAS 2
ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA		
CARGOS	QUANT.	SÍMBOLO
GABINETE DO DIRETOR		
OFICIAL DE GABINETE	1	CDAS 3
SUBOFICIAL DE GABINETE	1	CDAI 11
CHEFE DA BIBLIOTECA DA ESMAM	1	CDAS 4
ASSISTENTE DE GABINETE	1	CDAI 11
SECRETÁRIA-GERAL		
SECRETÁRIO-GERAL DA ESMAM	1	CDAS 2
ASSISTENTE DE SECRETARIA	3	CDAI 11
COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO DA ESMAM	1	CDAS 3
CHEFE DA DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO DA ESMAM	1	CDAS 4
COORDENADOR FINANCEIRO	1	CDAS 3
COORDENADOR PEDAGÓGICO	1	CDAS 3
JUSTIÇA DE 1º GRAU		
CARGOS	QUANT.	SÍMBOLO
SECRETÁRIO DE DIRETORIA DE FÓRUM A	1	CDAI 1
SECRETÁRIO DE DIRETORIA DE FÓRUM B	10	CDAI 4
SECRETÁRIO JUDICIAL A DE DISTRIBUIÇÃO	1	CDAI 1



SECRETÁRIO JUDICIAL B	108	CDAI 4
SECRETÁRIO JUDICIAL C	95	CDAI 6
ASSESSOR DE JUIZ A	96	CDAI 8
ASSESSOR DE JUIZ B	108	CDAI 9
ASSESSOR DE JUIZ C	95	CDAI 10
SECRETARIA DA DIRETORIA DO FORUM DA COMARCA DE SÃO LUÍS		
COORDENADOR ADMINISTRATIVO	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO MÉDICA E ODONTOLÓGICA	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE SERVIÇO SOCIAL	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE INFORMÁTICA	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE BIBLIOTECA	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE ARQUIVO	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE LABORATÓRIO DE BIOLOGIA MOLECULAR	1	CDAS 4
CHEFE DE CENTRAL DE MANDADOS	1	CDAI 2
SECRETARIA DA DIRETORIA DO FORUM DA COMARCA DE IMPERATRIZ		
COORDENADOR ADMINISTRATIVO	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE MATERIAL, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE INFORMÁTICA	1	CDAS 4

ATO N° 1538/2007-TJ.

A PRESIDENTA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Exonerar, a pedido, ALINE MENDES ARAUJO, Técnico Judiciário B, matrícula n° 115790, do cargo em comissão de Secretário Judicial B – 3ª Entrância, Símbolo DANS-2, da 1ª Vara da Comarca de Bacabal, com efeito retroativo a 17.10.2007, tendo em vista solicitação protocolizada sob o n° 27534/2007-TJ.

PALÁCIO DA JUSTIÇA “CLÓVIS BEVILÁCQUA” DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 25 de outubro de 2007.

Desembargadora MARIA MADALENA ALVES SEREJO
Presidenta

ATO N° 1764/2007-TJ.

A PRESIDENTA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Exonerar, a pedido, DIEGO BERREDO VEIGA do cargo de Auxiliar Judiciário, matrícula n° 100529, lotado no 2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da Capital, tendo em vista solicitação protocolizada sob o n° 32724/2007-TJ.

PALÁCIO DA JUSTIÇA “CLÓVIS BEVILÁCQUA” DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 13 de dezembro de 2007.

Desembargadora MARIA MADALENA ALVES SEREJO
Presidenta

ATO N° 1765/2007-TJ

A PRESIDENTA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Nomear JOSEMAR MELONIO LINDOSO para exercer o cargo em comissão de Assessor de Juiz C – 2ª Entrância, Símbolo DAS-3, com lotação na 2ª Vara da Comarca de Zé Doca, criado pela Lei n° 8.450, de 29.08.2006, e Resolução n° 003/2007, com efeito retroativo a 11.12.2007, tendo em vista solicitação constante do Ofício n° 383/2007-GJZD, protocolizado sob o n° 33358/2007-TJ.

PALÁCIO DA JUSTIÇA “CLÓVIS BEVILÁCQUA” DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 14 de dezembro de 2007.

Desembargadora MARIA MADALENA ALVES SEREJO
Presidenta

ATO N° 1766/2007-TJ

A PRESIDENTA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Nomear DIANA RIBEIRO PEARCE para exercer o cargo em comissão de Assessor de Juiz D – 1ª Entrância, Símbolo DAS-4, com lotação na Comarca de Paulo Ramos, criado pela Lei n° 8.450, de 29.08.2006, e Resolução n° 003/2007, com efeito retroativo a 10.12.2007, tendo em vista solicitação constante do Ofício n° 647/2007-GJD, protocolizado sob o n° 33104/2007-TJ.

PALÁCIO DA JUSTIÇA “CLÓVIS BEVILÁCQUA” DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 14 de dezembro de 2007.

Desembargadora MARIA MADALENA ALVES SEREJO
Presidenta

ATO N° 1769/2007-TJ.

A PRESIDENTA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Exonerar GUSTAVO HENRIQUE GUIMARÃES OLIVEIRA do cargo em comissão de Assessor Técnico da Presidência, Símbolo DANS-I.

PALÁCIO DA JUSTIÇA “CLÓVIS BEVILÁCQUA” DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 18 de dezembro de 2007.

Desembargadora MARIA MADALENA ALVES SEREJO
Presidenta

ATO N° 1770/2007-TJ.

A PRESIDENTA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Exonerar MARIANA CLEMENTINO BRANDÃO do cargo em comissão de Diretor Administrativo, Símbolo ISSO-I, matrícula n°111492.

PALÁCIO DA JUSTIÇA “CLÓVIS BEVILÁCQUA” DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 18 de dezembro de 2007.

Desembargadora MARIA MADALENA ALVES SEREJO
Presidenta

sentido de se determinar o prosseguimento da execução sobre a quantia remanescente R\$ 798.518,70 (setecentos e noventa e oito mil, quinhentos e dezoito reais e setenta centavos).

O acórdão de n.º 68.642/2007 decidiu, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, para reformar a decisão agravada e determinar o prosseguimento do feito executório, em primeiro grau de jurisdição, quanto à parcela controvertida, devidamente atualizada.

Já em sede do presente recurso especial, a recorrente alega violação ao art. 475-M, §3º, do Código de Processo Civil, pois os recorridos se insurgiram por meio da interposição de agravo de instrumento quando deveriam ter interposto recurso de apelação cível.

Ao final, requer o provimento do recurso, para reformar o acórdão recorrido, de forma a ser declarado o não conhecimento do agravo de instrumento interposto pelos ora recorridos.

Os recorridos apresentaram contra-razões às fls. 558/573. Aduz que o procurador da recorrente não possui instrumento de procuração nos autos, o que impede o prosseguimento do feito, segundo a súmula 115 do Superior Tribunal de Justiça. Alega ainda, a ausência de prequestionamento, além da impossibilidade de reexame de provas. Ao final, requer o não conhecimento do recurso, ou no mérito, o seu improvimento para manter in totum o acórdão recorrido.

É o relatório. Decido.

Precedentemente, compulsando os autos, verifico a ausência do instrumento procuratório do advogado atuante no feito especial, tendo a recorrente, por meio da Petição n.º 920/2008, de fls. 598/601, requerido a juntada aos autos do substabelecimento respectivo.

Todavia, em que pese os argumentos expendidos na referida petição, não restou devidamente preenchida a exigência formal extrínseca relativa à representação, pois o entendimento já pacificado do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que, na instância especial, é inexistente o recurso interposto por advogado sem procuração nos autos (Súmula 115), devendo a regularização da representação ocorrer no momento da interposição do recurso, conforme se depreende da ementa do julgado abaixo transcrito:

PROCESSUAL CIVIL – REPRESENTAÇÃO NA INSTÂNCIA SUPERIOR – AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO OU SUBSTABELECIMENTO - REGULARIZAÇÃO POSTERIOR – IMPOSSIBILIDADE – SÚMULA 115 DO STJ - RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

I - “Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos” - Súmula n. 115/STJ.

II - A regularidade de representação deve ocorrer no momento da interposição do recurso para a Instância Superior. A posterior juntada de procuração ou substabelecimento antes ou após o juízo de admissibilidade do Tribunal a quo não sana o defeito. Não se aplica, em instância especial, o artigo 13, do CPC.

III – Recurso especial não conhecido. (grifamos)
(STJ – 4.ª TURMA – REsp 949709/RS. Rel. Min. Massami Uyeda. Julgamento em 06/11/2007. DJ 26.11.2007, p. 212)

Desse modo, inexistente é o presente recurso especial.

Publique-se.

São Luís, 30 de janeiro de 2008.

Desembargador RAIMUNDO FREIRE CUTRIM
Presidente

RECURSO EXTRAORDINÁRIO N.º 23.130/2007

RECORRENTE: ESTADO DO MARANHÃO

Procuradora: Luciana Cardoso Maia

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Procurador: Teodoro Peres Neto

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pelo ESTADO DO MARANHÃO, com fulcro no artigo 102, III, “a”, da CF/88, em face da decisão da Segunda Câmara Cível proferida no julgamento da Apelação Cível n.º 22.115/2006.

Versam os autos sobre a Ação Civil Pública para Cumprimento de Obrigação de Fazer n.º 393/2003 – Balsas, proposta pelo ora recorrido, visando a reforma da 11.ª Delegacia Regional daquela cidade.

O Juízo a quo, nos termos da sentença de fls. 87/107, julgou procedente a ação.

O Estado do Maranhão interpôs a Apelação Cível n.º 22.115/2006, improvida pelo Acórdão n.º 68.652/2007, que excluiu a condenação no pagamento das custas processuais, com a manutenção da sentença nos seus demais termos.

Em sede do presente recurso extraordinário, o recorrente alega violação ao princípio da separação dos poderes.

Contra-razões às fls. 180/190.

É o relatório.

Foram atendidos os requisitos objetivos de admissibilidade, referentes à representação e à tempestividade, uma vez que o recorrente encontra-se representado por procurador dos quadros da instituição, assim como aviou este recurso no prazo de lei. Quanto ao preparo, constato sua dispensa, de acordo com o § 1.º, do artigo 511, do Código de Processo Civil.

No que se refere à alegada afronta ao princípio da separação dos poderes, constato a possibilidade de sua apreciação pela Corte Suprema, uma vez que a matéria constitucional restou devidamente prequestionada, inexistindo óbices de natureza legal ou jurisprudencial a inviabilizar seu seguimento.

Ex positis, admito o presente apelo extraordinário.

Publique-se.

São Luís, 30 de janeiro de 2008.

Desembargador RAIMUNDO FREIRE CUTRIM
Presidente

Presidência do Tribunal de Justiça

RESOLUÇÃO N.º 10/2008

Altera a Resolução n.º 06, de 15 de abril de 2004, que Regulamenta a Estrutura Administrativa dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, reunido em sessão plenária do dia 23 de janeiro de 2008, usando do poder que lhe é conferido pelo art. 96, I, “a”, da Constituição da República Federativa do Brasil, pelo art. 76, I, da Constituição do Estado do Maranhão, pelos arts. 29, II, e 31 do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão (Lei Complementar n. 14, de 17 de dezembro de 1991), e parágrafo único do art. 3º da Lei n.º 8.727, de 07 de dezembro de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º - As funções gratificadas do Poder Judiciário, classificados de acordo com o art. 3º da Lei 8.727, de 07 de dezembro de 2007, são:

I – Função Gratificada Nível 03 – símbolo FG 03: Secretário de Juiz Corregedor;

II – Função Gratificada Nível 02 – símbolo FG 02: Secretário do Diretor da ESMAM; Secretário do Diretor Judiciário; Secretário do Diretor Geral da Secretaria do Tribunal de Justiça; Secretário do Diretor Financeiro; Secretário do Diretor de Informática e Automação; Secretário do Diretor da Secretaria da Corregedoria Geral de Justiça; Secretário do Diretor Administrativo; e Pregoeiro Oficial.

III – Função Gratificada Nível 01 – símbolo FG 01: Secretário do Chefe do Cerimonial; Secretário do Coordenador Administrativo; Secretário do Coordenador da Biblioteca; Secretário do Coordenador das Câmaras Cíveis Isoladas; Secretário do Coordenador das Câmaras Criminais Isoladas; Secretário do Coordenador de Administração da ESMAM; Secretário do Coordenador de Administração de Fóruns; Secretário do Coordenador de Apoio Administrativo; Secretário do Coordenador de Atendimento ao Usuário; Secretário do Coordenador de Atividades Especiais; Secretário do Coordenador de Contabilidade; Secretário do Coordenador de Desenvolvimento e Análise de Sistema; Secretário do Coordenador de Distribuição; Secretário do Coordenador de Engenharia, Obras e Serviços; Secretário do Coordenador de Finanças; Secretário do Coordenador de Finanças e Planejamento; Secretário do Coordenador de Fiscalização, Correição, Disciplina e Avaliação das Serventias; Secretário do Coordena-



dor de Jurisprudência e Publicações; Secretário do Coordenador de Manutenção de Equipamentos; Secretário do Coordenador de Material e Patrimônio; Secretário do Coordenador de Orçamento; Secretário do Coordenador de Organização e Métodos e Administração da Rede; Secretário do Coordenador de Orientação, Fiscalização, Correição, Disciplina e Avaliação dos Juizes de Direito; Secretário do Coordenador de Pagamento; Secretário do Coordenador de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicância; Secretário do Coordenador de Protocolo e Autuação; Secretário do Coordenador de Recursos Constitucionais; Secretário do Coordenador de Recursos Humanos; Secretário do Coordenador de Serviços Médicos, Odontológicos e Psicossocial; Secretário do Coordenador do Arquivo e Documentos Históricos; Secretário do Coordenador do Fundo Especial de Modernização e Reparação e Reaparelhamento do Judiciário – FERJ; Secretário do Coordenador do Plenário e das Câmaras Reunidas; Secretário do Coordenador Financeiro; Secretário do Coordenador Pedagógico; Supervisor da Casa Abrigo; Supervisor da Casa da Criança; Supervisor da Central da Cidadania e Justiça; Supervisor da Creche “Desa. Judith Pacheco”; Supervisor da Divisão das Serventias Extrajudiciais; Supervisor da Divisão das Serventias Judiciais; Supervisor da Divisão de Administração de Material; Supervisor da Divisão de Administração Patrimonial; Supervisor da Divisão de Arrecadação; Supervisor da Divisão de Atendimento aos Magistrados; Supervisor da Divisão de Avaliação e Treinamento; Supervisor da Divisão de Cadastro; Supervisor da Divisão de Direito e Deveres; Supervisor da Divisão de Engenharia; Supervisor da

Divisão de Estatística; Supervisor da Divisão de Estatística e Publicação; Supervisor da Divisão de Fiscalização; Supervisor da Divisão de Folha de Pagamento; Supervisor da Divisão de Gravação e Registros; Supervisor da Divisão de Informática; Supervisor da Divisão de Jurisprudência; Supervisor da Divisão de Laboratório de Biologia Molecular; Supervisor da Divisão de Legislação e Pesquisa; Supervisor da Divisão de Material e Patrimônio; Supervisor da Divisão de Material, Patrimônio e Serviços Gerais; Supervisor da Divisão de Pessoal; Supervisor da Divisão de Protocolo e Arquivo; Supervisor da Divisão de Serviços e Obras; Supervisor da Divisão de Transportes; Supervisor da Divisão do Telejudiciário; Supervisor da Divisão dos Juizes em Estágio Probatório; Supervisor da Divisão dos Juizes Vitalícios; Supervisor da Divisão Médica; Supervisor da Divisão Odontológica; Supervisor da Secretaria Geral do Tribunal de Justiça.

Art. 2º - As funções Gratificadas do Poder Judiciário constantes do art. 1º desta Resolução serão distribuídos conforme anexo único.

Parágrafo único. A Presidência do Tribunal de Justiça expedirá, no prazo de 90 dias, “ad referendum” do Plenário, ato regulamentando as atribuições das funções denominados no art. 1º.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA JUSTIÇA “CLÓVIS BEVILÁQUA” DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 24 DE JANEIRO DE 2008.

Desembargador RAIMUNDO FREIRE CUTRIM
Presidente

**ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO Nº /2007
QUADRO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS
DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**

GABINETE DA PRESIDÊNCIA		
FUNÇÕES	QUANT.	SÍMBOLO
COORDENADORIA DE ATIVIDADES ESPECIAIS		
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE ATIVIDADES ESPECIAIS	1	FG 01
SUPERVISOR DA CENTRAL DA CIDADANIA E JUSTIÇA	1	FG 01
SUPERVISOR DA CASA ABRIGO	1	FG 01
SUPERVISOR DA CRECHE “DESA. JUDITH PACHECO”	1	FG 01
SUPERVISOR DA CASA DA CRIANÇA	1	FG 01
COORDENADORIA DA BIBLIOTECA		
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DA BIBLIOTECA	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE LEGISLAÇÃO E PESQUISA	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DO TELEJUDICIÁRIO	1	FG 01
COORDENADORIA DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES E SINDICÂNCIA		
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES E SINDICÂNCIA	1	FG 01
CERIMONIAL		
SECRETÁRIO DO CHEFE DO CERIMONIAL	1	FG 01
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA		
FUNÇÕES	QUANT.	SÍMBOLO
SECRETÁRIO DO COORDENADORIA DE DISTRIBUIÇÃO		
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE DISTRIBUIÇÃO	1	FG 01
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA		
FUNÇÕES	QUANT.	SÍMBOLO
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL		
SECRETARIO DE JUIZ CORREGEDOR	4	FG 03
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE ORIENTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO, CORREIÇÃO, DISCIPLINA E AVALIAÇÃO DOS JUÍZES DE DIREITO	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DOS JUÍZES VITALÍCIOS	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DOS JUÍZES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE ESTATÍSTICA	1	FG 01

primeiro réu, ou seja, o Banco Itaú S/A, exclua o nome da autora dos cadastros negativistas do SERASA, bem assim de qualquer outro cadastro de restrição ao crédito em que por ventura a tenha incluído, no prazo de 48 horas, até decisão final deste feito; fixo multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais) extensiva a 30 dias, pelo descumprimento desta decisão. Tomada a providência supra ordenada, cite-se o requerido Banco Itaú S/A, bem como a requerida, Lojas Americanas S/A, para querendo contestarem a presente no prazo de quinze (15) dias, sob pena de não o fazendo serem decretadas as suas revelias, tendo como corolário, a confissão quanto a matéria de fato, ex vi do art. 319 do CPC. Expeçam-se mandados de citações e oficie-se o SERASA acerca desta decisão. Intime-se a autora. Cumpra-se. São Luís, 14 de fevereiro de 2008. a) – Sebastião Joaquim Lima Bonfim - Juiz de Direito, resp. pela 1ª Vara Cível”.

14.Proc. 3383/2008 – Reg. 133/08 – Ação Ordinária de Indenização – Autor: LUIS FERNANDO BEZERRA FIGUEIREDO. (Advs. Antonio José Garcia Pinheiro e outros) – Réu: TIM CELULAR S.A. Decisão de fls. 16/18: “Ante ao exposto, presentes os requisitos legais autorizadores e apos tudo devidamente ponderado, decido antecipar a tutela pleiteada, para os fins de determinar que a ré exclua o nome da autora dos cadastros negativistas do SPC, bem assim como qualquer cadastro de restrição ao crédito em que por ventura o tenha incluído, no prazo de 48 horas, até decisão final deste feito; fixo multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais) extensiva a 30 dias, pelo descumprimento desta decisão. Tomada a providência supra ordenada, cite-se a empresa requerida, via Correio (AR-Aviso de Recebimento), para querendo contestar a presente no prazo de quinze (15) dias, sob pena de não o fazendo ser decretada a sua revelia, tendo como corolário, a confissão quanto a matéria de fato, ex vi do art. 319 do CPC. Expeça-se carta de citação e oficie-se o SPC acerca desta decisão. Intime-se a autora. Cumpra-se. São Luís, 14 de fevereiro de 2008. a) – Sebastião Joaquim Lima Bonfim - Juiz de Direito, resp. pela 1ª Vara Cível”.

15.Proc. 12482/2000 – Reg. 423/00 – Ação Declaratória – Autor: ANTONIO PINHEIRO GASPAR. (Advs. Antonio de Moraes Rego Gaspar; Pedro Leonel Pinto de Carvalho e outros) – Réu: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL LTDA. (Advs. Maria Gabriela Silva Portela; Jairo Cavalcanti Vieira e outros). Despacho de fls. 405: “Recebi hoje. Presentes os pressupostos de admissibilidade, encaminhe-se os presentes autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado. Com as nossas homenagens. Cumpra-se São Luís, 12 de fevereiro de 2008. a) – Sebastião Joaquim Lima Bonfim - Juiz de Direito, resp. pela 1ª Vara Cível”.

16.Proc. 74/2003 – Reg. 09/03 – Ação de Execução – Autor: BANCO MERCANTIL FINASA S/A-SÃO PAULO. (Advs. Clarissa Brito Val; Glenda Marão Viana Pereira e outros) – Réu: M.B.M. NUNES COMÉRCIO e outros. Despacho de fls. 71: “Recebi hoje. Intime-se o autor para se manifestar acerca da Certidão de fls. 70, no prazo de 05(cinco) dias. Cumpra-se. São Luís, 12 de fevereiro de 2008. a) – Sebastião Joaquim Lima Bonfim - Juiz de Direito, resp. pela 1ª Vara Cível”.

17.Proc. 7137/2007 – Reg. 211/07 – Ação de Reintegração de Posse – Autor: CIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. (Advs. Odimar Azenete Matteucci Campelo e outros) – Réu: JOSÉ RAIMUNDO ALVES DA COSTA. Despacho de fls. 25: “Recebi hoje. Intime-se o autor para se manifestar acerca da Certidão de fls. 24, no prazo de 05(cinco) dias. Cumpra-se. São Luís, 11 de Fevereiro de 2008. a) – Sebastião Joaquim Lima Bonfim - Juiz de Direito, resp. pela 1ª Vara Cível”.

18.Proc. 3630/2007 – Reg. 114/07 – Ação de Busca e Apreensão – Autor: BANCO FINASA S/A. (Advs. Odimar Azenete Matteuci Campelo e outros) – Réu: JOÃO ALVES SOARES. Despacho de fls. 25: “Recebi hoje. Considerando que o credor deve diligenciar por seus próprios meios para localizar bens de devedor. Em face disso, indefiro o pedido de requisição de informações ao Banco Central, Receita federal e demais órgãos por entender violar preceito constitucional de sigilo bancário e fiscal, até

mesmo porque o entendimento jurisprudencial dominante é no sentido de que “Salvo situações excepcionais, não se justifica a quebra dos sigilos bancários e das declarações de impostos de renda com o simples interesse de descobrir numerário e bens à penhora”. Cumpra-se. São Luís, 12 de fevereiro de 2007. a) – Sebastião Joaquim Lima Bonfim - Juiz de Direito, resp. pela 1ª Vara Cível”.

19.Proc. 15964/2006 – Reg. 491/06 – Ação de Danos Morais e Materiais – Autor: JOSÉ RAIMUNDO FERREIRA VERDE. (Advs. Adilson Santana Perdigão) – Réu: BANCO SCHAHIN S.A. (Advs. Allan Rodrigues Ferreira e outros) Réu: TEST INTERMEDIÇÃO DE NEGÓCIOS LTDA (Advs: Luiz Eduardo de Queiroz Cardoso Júnior) Despacho de fls. 139: “Recebi hoje. Diga o autor para se manifestar acerca da devolução da carta de fls. 138, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se. São Luís, 15 de fevereiro de 2008. a) – Sebastião Joaquim Lima Bonfim - Juiz de Direito, resp. pela 1ª Vara Cível”.

SENTENÇAS

20.Proc. 22154/2007 – Reg. – Ação de Mandado de Segurança – Autor: MARIA CRISTINA JORGE ANDRADE. (Advs. Marcos George Andrade Silva e outros) – Réu: ATO DO SUPERINTENDENTE REGIONAL DO BANCO DO BRASIL S.A. (Advs: Ezequias Nunes Leite Baptista e outros) Sentença de fls. 84: (conclusão): “Homologo, por sentença, o pedido de desistência de fls. 83, com base no art. 158, parágrafo único, para que produza seus jurídicos e legais efeitos e, conseqüentemente, declaro extinto o processo, sem resolução do mérito, com base no art. 267, VIII, CPC. Transitado esta em julgado, dê-se baixa na distribuição e archive-se, com cautelas legais. P.R.I. São Luís, 12 de fevereiro de 2008. a) – Sebastião Joaquim Lima Bonfim - Juiz de Direito, resp. pela 1ª Vara Cível”.

21.Proc. 19840/2007 – Reg. 692/07 – Ação de Reintegração de Posse – Autor: DIBENS LEASING S/A- ARRENDAMENTO MERCANTIL. (Advs. Odimar Azenete Matteucci Campelo e outros) – Réu: RAIMUNDA DO ESPÍRITO SANTO OLIVEIRA. Sentença de fls. 33: (conclusão): “Homologo, por sentença, o pedido de desistência de fls. 32, com base no art. 158, parágrafo único, para que produza seus jurídicos e legais efeitos e, conseqüentemente, declaro extinto o processo, sem resolução do mérito, com base no art. 267, VIII, CPC. Transitado esta em julgado, dê-se baixa na distribuição e archive-se, com cautelas legais. P.R.I. São Luís, 12 de fevereiro de 2008. a) – Sebastião Joaquim Lima Bonfim - Juiz de Direito, resp. pela 1ª Vara Cível”.

22.Proc. 3914/2008 – Reg. 137/08 – Ação de Medida Cautelar de Ratificação do protesto Marítimo – Autor: ION LICA. (Advs. Lídia Pflueger Pereira dos Santos e outros) – Réu: NAVIO GEJA C. Sentença de fls. 28/30: (conclusão): “Em face do exposto, da documentação residente nos autos e do cumprimento dos requisitos do art. 505 do Código Comercial, homologo, por sentença, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos a presente Ratificação de Protesto Marítimo ajuizado por ION LICA, já qualificada nos autos, determinando a seguir, que os autos seja entregue a requerente, independentemente de traslado, decorridas o prazo de 48h (quarenta e oito) da presente decisão, tudo na forma dos artigos 866 e 872, ambos do Códex Procedimental Civil. P.R.I. São Luís, 15 de fevereiro de 2008. a) – Sebastião Joaquim Lima Bonfim - Juiz de Direito, resp. pela 1ª Vara Cível”.

23.Proc. 777/2005 – Reg. 29/05 – Ação Ordinária C/C Danos Morais – Autor: MARIA DE JESUS SERRA CARVALHO. (Advs. José Maria Diniz) – Réu: CEAPE-CENTRO DE APOIO AOS PEQUENOS EMPREENDIMENTOS. (Advs. Benedito J. M. Cabral Júnior e outros) Sentença de fls. 137: “Ante ao exposto, considerando que o objeto da ação e o bem jurídico pretendido pela autora nos autos do Processo nº 776/2005 são os mesmos contidos nos autos acima epigrafados, acolho a manifestação do requerido de fls. 127/128, Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos do Estado do Maranhão- CEAPE/MA, e determino a remessa dos presentes autos ao Juízo da 5ª Vara Cível desta Comarca, em face à sua



prevenção e por se tratarem de causas conexas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o cumprimento do acima mencionado, proceda-se baixa em nossos registros. Cumpra-se. São Luís, 19 de fevereiro de 2008. a) – Sebastião Joaquim Lima Bonfim - Juiz de Direito, resp. pela 1ª Vara Cível”.

24.Proc. 18642/2007 – Reg. 634/07 – Ação Medica Cautelar Inominada – Autor: LUCAS ROBERTO GARCÊS RIBEIRO. (Adv. Antônio Pacheco Guerreiro Neto) – Réu: UNIMED DE SÃO LUÍS. (Advs. Valéria Lauande Carvalho Costa e outros). Sentença de fls. 119/120: (conclusão): Ante o exposto, com base no art.269, III, do Código de Processo Civil, declaro extinta a presente Medida Cautelar e Ação Ordinária de Indenização por Danos Morais e Ressarcimento Material com julgamento do mérito, tendo as partes acordantes declarados que cada parte assumirá as custas processuais que lhes competir e arcará com o pagamento dos honorários advocatícios de seus respectivos patronos. Custas ex legis. PRI. São Luís, 14 de fevereiro de 2008. a) – Sebastião Joaquim Lima Bonfim - Juiz de Direito, resp. pela 1ª Vara Cível”.

Confere com o original; dou fé. São Luís, 21 de fevereiro de 2008.

Joaquim Batista Ericeira Filho.

Secretário Judicial

5ª VARA CÍVEL

JUIZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL

DA COMARCA DE SÃO DE LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO.

JUIZ: JOSÉ RIBAMAR SANTOS VAZ.

SECRETÁRIA: MARIA TERESA SILVA E CRUZ.

1. Proc. n.º 241192007 – Ação de Cobrança – Requerente: Faculdade Santa Teresinha-CEST – Advogado(a): Maria da Conceição Lima Melo Rolim - Requerido(a): Lordiana Brito Ferreira Alves e Lorminda Rosa Brito Ferreira – Certidão de fls.20 – “ Certifico que , por ordem do MM Juiz, designei o dia 03/03/2008 às 09:00 horas, para a realização da Audiência de Conciliação.” São Luis, 18 de Fevereiro de 2008-Maria Teresa Silva e Cruz-Secretária Judicial.

2. Proc. n.º 136992007 – Ação Ordinária de Indenização por Dano – Requerente: Jackson Kepler Lago – Advogado(a): Rodrigo Pires Ferreira Lago – Requerido(a)(s): Gráfica Escolar LTDA e Waldirene Oliveira - Advogado(a): Marcello Abreu Itapary – Certidão de fls. 234 – “ Certifico que , por ordem do MM Juiz, designei o dia 03/03/2008 às 09:30 horas, para a realização da Audiência Preliminar.” São Luis, 18 de Fevereiro de 2008-Maria Teresa Silva e Cruz-Secretária Judicial.

3. Proc. n.º 99252004 – Ação Ordinária – Requerente: Maria Rita de Oliveira Batista – Advogado(a): Lísia Maria Pereira Gomes - Requerido(a): Coopersat C.R.T. DE A.S.T. LTDA – Advogado(a): Edmar Gomes Cavalcante Júnior – Certidão de fls. 77 – “ Certifico que , por ordem do MM Juiz, designei o dia 03/03/2008 às 10:30 horas, para a realização da Audiência Preliminar.” São Luis, 18 de Fevereiro de 2008-Maria Teresa Silva e Cruz-Secretária Judicial.

4. Proc. n.º 113351998 – Ação Ordinária de Indenização por Dano – Requerente: Paulo Germano de Sousa – Advogado(a): José Ribamar Pacheco Calado - Requerido(a): Supranor-Indústria e Comércio LTDA – Advogado(a): Paulo Alesandro Silva Cavalcanti – Certidão de fls. 84 – “ Certifico que , por ordem do MM Juiz, designei o dia 03/03/2008 às 11:00 horas, para a realização da Audiência Preliminar.” São Luis, 18 de Fevereiro de 2008-Maria Teresa Silva e Cruz-Secretária Judicial.

5. Proc. n.º 227132004 – Ação de Cobrança – Requerente: Companhia Energética do Maranhão-CEMAR – Advogado(a): Fernando Sávio Andrade de Lima - Requerido(a): José Santos Lopes – Advogado(a): Marcelo Emilio Câmara Gouveia – Certidão de fls.44 – “ Certifico que , por ordem do MM Juiz, designei o dia 04/03/2008 às 09:00 horas, para a realização da Audiência Preliminar.” São Luis, 18 de Fevereiro de 2008-Maria Teresa Silva e Cruz-Secretária Judicial.

6. Proc. n.º 130182007 – Ação Ordinária de Indenização por Dano – Requerente: Edilson Ferreira Reis – Advogado(a): Lísia Maria Pereira Gomes - Requerido(a): Toledo Piza Advogados Associados S/C – Advogado(a): Marcella Abdalla Costa – Requerido(a): Banco Itaú S/A - Certidão de fls.44 – “ Certifico que , por ordem do MM Juiz, designei o dia 04/03/2008 às 09:30 horas, para a realização da Audiência Preliminar.” São Luis, 18 de Fevereiro de 2008-Maria Teresa Silva e Cruz-Secretária Judicial.

7. Proc. n.º 148122007 – Ação de Despejo – Requerente: Fadia Rosa Fonseca Murad, Venizelos Khoury Murad Filho e Sônia Branca Pires da Fonseca Murad – Advogado(a): Fadia Rosa Fonseca Murad - Requerido(a): Alzimar Aires Reis Feijó – Advogado(a): Maria Lourença B. Cantanhede – Certidão de fls. 66 - “ Certifico que , por ordem do MM Juiz, designei o dia 04/03/2008 às 10:00 horas, para a realização da Audiência Preliminar.” São Luis, 18 de Fevereiro de 2008-Maria Teresa Silva e Cruz-Secretária Judicial.

8. Proc. n.º 162007 – Ação de Ressarcimento de Danos – Requerente: Teresinha de Jesus Pereira de Miranda – Advogado(a): Ricardo Teles Branco - Requerido(a): Banco Bradesco S/A – Advogado(a): José Edgar da Cunha Bueno Filho – Certidão de fls. 125 - “ Certifico que , por ordem do MM Juiz, designei o dia 04/03/2008 às 10:30 horas, para a realização da Audiência Preliminar.” São Luis, 18 de Fevereiro de 2008-Maria Teresa Silva e Cruz-Secretária Judicial.

9. Proc. n.º 159842007 – Ação de Obrigação de Fazer – Requerente: Gerson Oliveira de Lima – Advogado(a): Fernando André Pinheiro Gomes - Requerido(a): Kleantin Ferreira França - Certidão de fls. 32 - “ Certifico que , por ordem do MM Juiz, designei o dia 04/03/2008 às 11:00 horas, para a realização da Audiência Preliminar.” São Luis, 18 de Fevereiro de 2008-Maria Teresa Silva e Cruz-Secretária Judicial.

10. Proc. n.º 185892007 – Ação de Indenização por Acidente de Veículo – Requerente: Leonardo da Silva Dias – Advogado(a): José Antônio Figueiredo Ferreira Júnior - Requerido(a): Bradesco Seguros - Certidão de fls. 21 - “ Certifico que , por ordem do MM Juiz, designei o dia 05/03/2008 às 09:00 horas, para a realização da Audiência Preliminar.” São Luis, 18 de Fevereiro de 2008-Maria Teresa Silva e Cruz-Secretária Judicial.

11. Proc. n.º 167232007 – Ação Ordinária de Indenização por Dano – Requerente: Iolanda Duarte Amorim – Advogado(a): Maria Olga Duarte Dovera - Requerido(a): Companhia Energética do Maranhão-CEMAR – Advogado(a): Gutemberg Silva Braga Júnior - Certidão de fls. 71 - “ Certifico que , por ordem do MM Juiz, designei o dia 05/03/2008 às 09:30 horas, para a realização da Audiência Preliminar.” São Luis, 18 de Fevereiro de 2008-Maria Teresa Silva e Cruz-Secretária Judicial.

12. Proc. n.º 112452002 – Ação de Revisão de Débito – Requerente: Farmanil Comércio de Medicamentos LTDA – Advogado(a): Aline Maria Mendes Pereira - Requerido(a): Banco do Brasil S/A - Certidão de fls. 102 - “ Certifico que , por ordem do MM Juiz, designei o dia 05/03/2008 às 10:00 horas, para a realização da Audiência Preliminar.” São Luis, 18 de Fevereiro de 2008-Maria Teresa Silva e Cruz-Secretária Judicial.

13. Proc. n.º 45652007 – Ação Ordinária – Requerente: Carlos Alberto Amorim – Advogado(a): Ricardo Augusto Duarte Dovera - Requerido(a): UNIBANCO-União de Bancos Brasileiros S/A – Advogado(a): Flávia dos Reis Silva - Despacho de fls.102- “ Designo o dia 05 (cinco) de março de 2008 às 10:30 h como data para realização de Audiência Preliminar. Para tanto, proceda a Secretaria com vista à intimação das partes e de seus respectivos procuradores.” - São Luis, 18 de Fevereiro de 2008-Dr. José Ribamar Santos Vaz-Juiz de Direito Titular da 5ª Vara Cível.

14. Proc. n.º 179252007 – Ação de Obrigação de Fazer – Requerente: Aluísio Costa Magalhães e Edna da Silva Magalhães – Advogado(a): Enéas Pereira Pinho - Requerido(a): Raimundo Nascimento Souza e Imobiliária



e Comercial América LTDA – Advogado(a): Luiz Silva Campos - Certidão de fls. 56 - “ Certifico que , por ordem do MM Juiz, designei o dia 05/03/2008 às 11:00 horas, para a realização da Audiência Preliminar.” São Luis, 18 de Fevereiro de 2008-Maria Teresa Silva e Cruz-Secretária Judicial.

15. Proc. n.º 79792005 – Ação Ordinária de Indenização por Dano – Requerente: Maria de Fátima Arouche Duarte Diniz – Advogado(a): Cândido Diniz Barros - Requerido(a): Banco Itaucard S/A – Advogado(a): Giovanni Michael Vieira Navarro - Certidão de fls. 69 - “ Certifico que , por ordem do MM Juiz, designei o dia 06/03/2008 às 09:00 horas, para a realização da Audiência Preliminar.” São Luis, 18 de Fevereiro de 2008-Maria Teresa Silva e Cruz-Secretária Judicial.

16. Proc. n.º 93032007 – Ação de Repetição de Indébito – Requerente: José Pereira da Silva Filho – Advogado(a): Lísia Maria Pereira Gomes - Requerido(a): Fininvest Negócios de Varejo LTDA – Advogado(a): Marcos Luis Braid Ribeiro Simões - Certidão de fls. 72 - “ Certifico que , por ordem do MM Juiz, designei o dia 06/03/2008 às 09:30 horas, para a realização da Audiência Preliminar.” São Luis, 18 de Fevereiro de 2008-Maria Teresa Silva e Cruz-Secretária Judicial.

17. Proc. n.º 121022007 – Ação Ordinária de Indenização por Dano – Requerente: Washington Luis de Lima – Advogado(a): José Ricardo Souza Veloso - Requerido(a): Intercar Comércio e Serviços LTDA – Advogado(a): Antônio Figueiredo Neto - Certidão de fls. 87 - “ Certifico que , por ordem do MM Juiz, designei o dia 06/03/2008 às 10:00 horas, para a realização da Audiência Preliminar.” São Luis, 18 de Fevereiro de 2008-Maria Teresa Silva e Cruz-Secretária Judicial.

18. Proc. n.º 20112004 – Ação Monitória – Requerente: Aço Maranhão LTDA – Advogado(a): Enéas Pereira Pinho - Requerido(a): Palazzo Construções e Incorporações LTDA – Advogado(a): Severino de Miranda - Despacho de fls.51 – “ Designo o dia 06 (seis) de março de 2008 às 10:30 h como data para realização de Audiência Preliminar. Para tanto, proceda a Secretaria com vista à intimação das partes e de seus respectivos procuradores.” - São Luis, 18 de Fevereiro de 2008-Dr. José Ribamar Santos Vaz-Juiz de Direito Titular da 5ª Vara Cível.

19. Proc. n.º 130232007 – Ação de Cobrança – Requerente: Maria Luiza Aragão Mendonça – Advogado(a): José Geraldo Correa Lopes - Requerido(a): Banco Itaú S/A – Advogado(a): Cristiano Alves Fernandes Ribeiro - Certidão de fls.- “ Certifico que , por ordem do MM Juiz, designei o dia 03/03/2008 às 10:00 horas, para a realização da Audiência Preliminar.” São Luis, 18 de Fevereiro de 2008-Maria Teresa Silva e Cruz-Secretária Judicial.

20. Proc. n.º 39152008 – Ação de Arbitramento de Honorários Advocatórios – Requerente: José Ribamar Serra – Advogado(a): José Ribamar Serra - Requerido(a): Ford Motor Company Brasil LTDA - Certidão de fls.177 – “ Certifico, atendendo despacho de fls 02, que designei o dia 26/03/2008, às 10:30 h, para ter lugar a audiência UNA.” - São Luis, 21 de Fevereiro de 2008-Maria Teresa Silva e Cruz-Secretária Judicial.

7ª VARA CÍVEL

RESENHAS DA CORREIÇÃO 7ª SECRETARIA CÍVEL:
JUIZO DE DIREITO DA 7ª SECRETARIA CÍVEL, COMÉRCIO DA COMARCA DE SÃO LUIS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO.

FÓRUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA
AV. CARLOS CUNHA - CALHAU

JUIZ DE DIREITO: DR. LUIS CARLOS NUNES FREIRE
PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA: DRª. MARIA TEREZA PESTANA
SECRETÁRIO: JOÃO LUIS GOMES

Processo N.º 29089/2007

Ação: **BUSCA E APREENSÃO**

Requerente: **BANCO VOLKSWAGEN S/A**

Advogado: Pryscilla da Costa Gomes

Requerido: **ELIANA REGINA DE SOUZA**

Decisão Interlocutória de fls. 17/19: Vistos em Correição. São Luís, 11 de fevereiro de 2008, Dr. Luiz Carlos Nunes Freire, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Capital.

Processo N.º 2236/2008

Ação: **BUSCA E APREENSÃO**

Requerente: **CONSÓRCIO NACIONAL HONDA LTDA**

Advogado: Gilson Alves Barros; Dante Mariano Gregnanin Sobrinho

Requerido: **WALDEMAR SOUZA DOS PASSOS SOBRINHO**

Decisão Interlocutória de fls. 18/20: Vistos em Correição. São Luís, 12 de fevereiro de 2008, Dr. Luiz Carlos Nunes Freire, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Capital.

Processo N.º 1193/2008

Ação: **BUSCA E APREENSÃO**

Requerente: **BANCO ITAÚ S/A**

Advogado: Cinthia Heluy Marinho; Paulo Artur Smith Junior

Requerido: **MARIA BETANIA BORGES DA SILVA**

Decisão Interlocutória de fls. 20/22: Vistos em Correição. São Luís, 12 de fevereiro de 2008, Dr. Luiz Carlos Nunes Freire, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Capital.

Processo N.º 28462/2007

Ação: **BUSCA E APREENSÃO**

Requerente: **BANCO FINASA S/A**

Advogado: Cinthia Heluy Marinho

Requerido: **MARLY SILVA LIMA**

Decisão Interlocutória de fls. 18/20: Vistos em Correição. São Luís, 11 de fevereiro de 2008, Dr. Luiz Carlos Nunes Freire, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Capital.

Processo N.º 2633/2008

Ação: **EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL**

Requerente: **ROQUE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**

Advogado: Lorena Etienne Silva Correa Pinho Palmeira

Requerido: **MÁRIO SÉRGIO RODRIGUES FALCÃO**

Despacho de fls. 15/16: Vistos em Correição. São Luís, 13 de fevereiro de 2008, Dr. Luiz Carlos Nunes Freire, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Capital.

Processo N.º 2229/2008

Ação: **BUSCA E APREENSÃO**

Requerente: **BANCO FIAT S/A**

Advogado: Rafael dos Santos Bermudes; Odimar Azenete Matteucci Campelo

Requerido: **ALBERTO CÉSAR ABREU LOUZEIRO**

Decisão Interlocutória de fls. 17/19: Vistos em Correição. São Luís, 12 de fevereiro de 2008, Dr. Luiz Carlos Nunes Freire, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Capital.

Processo N.º 2171/2008

Ação: **BUSCA E APREENSÃO**

Requerente: **BANCO ABN AMRO REAL S/A**

Advogado: José Expedito Bacelar Almeida Filho

Requerido: **NURE ARAÚJO DE OLIVEIRA**

Decisão Interlocutória de fls. 27/29: Vistos em Correição. São Luís, 12 de fevereiro de 2008, Dr. Luiz Carlos Nunes Freire, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Capital.

Processo N.º 2164/2008

Ação: **BUSCA E APREENSÃO**

Requerente: **BANCO ABN AMRO REAL S/A**

Advogado: José Expedito Bacelar Almeida Filho

Requerido: **EDGAR DOS SANTOS DA PONTE**



Decisão Interlocutória de fls. 29/31: Vistos em Correição. São Luís, 12 de fevereiro de 2008, Dr. Luiz Carlos Nunes Freire, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Capital.

Processo N.º 2219/2008

Ação: **BUSCA E APREENSÃO**

Requerente: **BANCO HONDA S/A**

Advogado: Rafael dos Santos Bermudes; Odimar Azenete Matteucci Campelo

Requerido: **JOSÉ RAIMUNDO BARROS FRANÇA**

Decisão Interlocutória de fls. 25/27: Vistos em Correição. São Luís, 12 de fevereiro de 2008, Dr. Luiz Carlos Nunes Freire, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Capital.

Processo N.º 1322/2008

Ação: **REIVINDICATÓRIA**

Requerente: **CRISTIANE PINTO ANDRADE**

Advogado: Maria Cecília Carceres

Requerido: **JOTONIO PAULO FERREIRA**

Decisão Interlocutória de fls. 474: Em obediência ao princípio da celeridade processual determino que o secretário de cartório faça juntar ao processo toda petição que vier a ele dirigida e, após faça conclusão para exame. Reservo-me o direito de apreciar o pedido de antecipação de tutela pleiteada, após a resposta a RÉPLICA. Cite-se o (a) requerido (a) para no prazo de 15 (quinze) dias oferecer contestação, com a advertência do art. 319 do CPC.; Vinda a contestação aos autos, dela se manifeste o (a) autor(a) em 10 (dez) dias, caso seja alegada qualquer das matérias do artigo 301, CPC, e, após, à conclusão. **Vistos em Correição.** São Luís, 30 de janeiro de 2008, Dr. Luiz Carlos Nunes Freire, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Capital.

Processo N.º 1715/2008

Ação: **BUSCA E APREENSÃO**

Requerente: **BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**

Advogado: Dorian dos Santos Camello

Requerido: **FLAUBERT QUEIROZ ALMEIDA**

Decisão Interlocutória de fls. 19/21: Vistos em Correição. São Luís, 11 de fevereiro de 2008, Dr. Luiz Carlos Nunes Freire, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Capital.

Processo N.º 1560/2008

Ação: **BUSCA E APREENSÃO**

Requerente: **UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A**

Advogado: Rafael dos Santos Bermudes; Odimar Azenete Matteucci Campelo

Requerido: **ERLINE SOUZA COSTA**

Decisão Interlocutória de fls. 27/29: Vistos em Correição. São Luís, 11 de fevereiro de 2008, Dr. Luiz Carlos Nunes Freire, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Capital.

Processo N.º 3551/2007

Ação: **DESPEJO**

Requerente: **ISRAEL GUIMARÃES MACHADO**

Advogado: Marco Aurélio Ribeiro Corrêa

Requerido: **LAKIESSE LOPES E CIA LTDA**

Decisão Interlocutória de fls. 45: Cite-se na forma requerida. **Vistos em Correição.** São Luís, 18 de fevereiro de 2008, Dr. Luiz Carlos Nunes Freire, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Capital.

Processo N.º 29142/2007

Ação: **BUSCA E APREENSÃO**

Requerente: **BANCO BMG S/A**

Advogado: Rafael dos Santos Bermudes; Odimar Azenete Matteucci Campelo

Requerido: **BERNARDO SILVA REIS**

Decisão Interlocutória de fls. 31/33: Vistos em Correição. São Luís,

11 de fevereiro de 2008, Dr. Luiz Carlos Nunes Freire, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Capital.

Processo N.º 2784/2008

Ação: **BUSCA E APREENSÃO**

Requerente: **BANCO FINASA S/A**

Advogado: Marcella Abdalla Costa

Requerido: **MAURICEIA ARAUJO DE SOUZA**

Decisão Interlocutória de fls. 16/18: Vistos em Correição. São Luís, 13 de fevereiro de 2008, Dr. Luiz Carlos Nunes Freire, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Capital.

Processo N.º 640/2008

Ação: **BUSCA E APREENSÃO**

Requerente: **HSBC BANK BRASIL S/A**

Advogado: Enésio Ferreira da Silva

Requerido: **RICARDO PEREIRA DA SILVA NETO**

Decisão Interlocutória de fls. 27/29: Vistos em Correição. São Luís, 11 de fevereiro de 2008, Dr. Luiz Carlos Nunes Freire, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Capital.

Processo N.º 1849/2008

Ação: **BUSCA E APREENSÃO**

Requerente: **BANCO ABN AMRO REAL S/A**

Advogado: José Expedito Bacelar Almeida Filho

Requerido: **PEDRO THOMAS SILVA COSTA**

Decisão Interlocutória de fls. 29/31: Vistos em Correição. São Luís, 11 de fevereiro de 2008, Dr. Luiz Carlos Nunes Freire, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Capital.

Processo N.º 28983/2007

Ação: **BUSCA E APREENSÃO**

Requerente: **BANCO ABN AMRO REAL S/A**

Advogado: Enésio Ferreira da Silva

Requerido: **JOÃO BONIFÁCIO DE ALMEIDA**

Decisão Interlocutória de fls. 18/20: Vistos em Correição. São Luís, 11 de fevereiro de 2008, Dr. Luiz Carlos Nunes Freire, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Capital.

Processo N.º 766/2008

Ação: **BUSCA E APREENSÃO**

Requerente: **BANCO HONDA S/A**

Advogado: Rafael dos Santos Bermudes; Odimar Azenete Matteucci Campelo

Requerido: **EDNA MARIA RIBEIRO COSTA**

Decisão Interlocutória de fls. 23/25: Vistos em Correição. São Luís, 11 de fevereiro de 2008, Dr. Luiz Carlos Nunes Freire, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Capital.

Processo N.º 28430/2007

Ação: **BUSCA E APREENSÃO**

Requerente: **BANCO ABN AMRO REAL S/A**

Advogado: Enésio Ferreira da Silva

Requerido: **CARLOS ALBERTO SOARES CAVAZZA'NA**

Decisão Interlocutória de fls. 24/26: Vistos em Correição. São Luís, 11 de fevereiro de 2008, Dr. Luiz Carlos Nunes Freire, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Capital.

Processo N.º 29441/2007

Ação: **REVISIONAL**

Requerente: **JUVENAL DOS SANTOS SILVA**

Advogado: Luciana Silva de Carvalho

Requerido: **BANCO ITAÚ S/A**

Despacho de fls. 54: Em obediência ao princípio da celeridade processual determino que o secretário de cartório faça juntar ao processo toda petição que vier a ele dirigida e, após faça conclusão para exame. Reservo-me o direito de apreciar o pedido de antecipação de tutela pleiteada, após



a resposta a RÉPLICA. Cite-se o (a) requerido (a) para no prazo de 15 (quinze) dias oferecer contestação, com a advertência do art. 319 do CPC.; Vinda a contestação aos autos, dela se manifeste o (a) autor(a) em 10 (dez) dias, caso seja alegada qualquer das matérias do artigo 301, CPC, e, após, à conclusão. **Vistos em Correição.** São Luís, 28 de janeiro de 2008, Dr. Luiz Carlos Nunes Freire, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Capital.

Processo N.º 18240/2007

Ação: **DESPEJO**

Requerente: **REGINA COELI FLEXA NOGUEIRA**

Advogado: Clayrton Erico Belini Medeiros

Requerido: **JOSÉ ALVES VAZ**

Sentença de fls. 18/19: [...] Diante do exposto, julgo procedente a presente ação, e declaro rescindido o contrato de locação celebrado entre as partes e por consequência decreto o despejo do requerido, do imóvel acima mencionado, condenando-o ao pagamento dos alugueis em atraso, devendo o mesmo entregar as contas de energia elétrica, água e IPTU, devidamente quitadas. Condeno o mesmo ao pagamento de custas e despesas processuais e honorários do advogado do autor, que arbitro em 10% do total da condenação. O Requerido terá o prazo de trinta dias para desocupação, sob pena de se realizar o despejo por Oficial de Justiça. P. R. I. **Vistos em Correição.** São Luís, 08 de fevereiro de 2008, Dr. Luiz Carlos Nunes Freire, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Capital.

Processo N.º 26054/2007

Ação: **REINTEGRAÇÃO DE POSSE**

Requerente: **CIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL**

Advogado: Rafael dos Santos Bermudes; Odimar Azenete Matteucci Campelo

Requerido: **JOSÉ ANACLETO SANTOS ARAÚJO**

Advogado: Liana Carla Vieira Barbosa

Despacho de fls. 17: Em obediência ao princípio da celeridade processual determino que o secretário de cartório faça juntar ao processo toda petição que vier a ele dirigida e, após faça conclusão para exame. Reservome o direito de apreciar o pedido de antecipação de tutela pleiteada, após a resposta do Réu. Cite-se o (a) requerido (a) para no prazo de 15 (quinze) dias oferecer contestação, com a advertência do art. 319 do CPC.; Vinda a contestação aos autos, dela se manifeste o (a) autor(a) em 10 (dez) dias, caso seja alegada qualquer das matérias do artigo 301, CPC, e, após, à conclusão. **Vistos em Correição.** São Luís, 09 de janeiro de 2008, Dr. Luiz Carlos Nunes Freire, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Capital.

Processo N.º 1514/2008

Ação: **REINTEGRAÇÃO DE POSSE**

Requerente: **BANCO GMAC S/A**

Advogado: Rafael dos Santos Bermudes; Odimar Azenete Matteucci Campelo

Requerido: **MARIA DA GRAÇA BOGEA GONÇALVES**

Despacho de fls. 23: Em obediência ao princípio da celeridade processual determino que o secretário de cartório faça juntar ao processo toda petição que vier a ele dirigida e, após faça conclusão para exame. Reservome o direito de apreciar o pedido de antecipação de tutela pleiteada, após a resposta da Réplica. Cite-se o (a) requerido (a) para no prazo de 15 (quinze) dias oferecer contestação, com a advertência do art. 319 do CPC.; Vindo a contestação aos autos, dela se manifeste o (a) autor(a) em 10 (dez) dias, caso seja alegada qualquer das matérias do artigo 301, CPC, e, após, à conclusão. **Vistos em Correição.** São Luís, 11 de fevereiro de 2008, Dr. Luiz Carlos Nunes Freire, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Capital.

Processo N.º 28866/2007

Ação: **REPARAÇÃO DE DANOS**

Requerente: **ROBERT MARTINS ALVES E OUTROS**

Advogado: Constância Pinheiro Sampaio

Requerido: **J. W. SARAIVA E OUTRO**

Despacho de fls. 65: Em obediência ao princípio da celeridade processual determino que o secretário de cartório faça juntar ao processo toda

petição que vier a ele dirigida e, após faça conclusão para exame. Citem-se os (as) requeridos (as) para oferecerem contestação, com a advertência do art. 319 do CPC.; Vindo a contestação aos autos, dela se manifestem os (a) autores (a) em 10 (dez) dias, caso seja alegada qualquer das matérias do artigo 301, CPC, e, após, à conclusão. **Vistos em Correição.** São Luís, 11 de fevereiro de 2008, Dr. Luiz Carlos Nunes Freire, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Capital.

Processo N.º 304/1998

Ação: **EXECUÇÃO**

Requerente: **BANCO SUDAMERIS BRASIL S/A**

Advogado: Pedro Américo Dias Vieira e outros

Requerido: **ART WOOD MOVEIS E ARTEFATOS LTDA E OUTRO**

Advogado: Luciano Allan Carvalho de Matos

Despacho de fls. 210: Dou-me por impedido por questão de foro íntimo de funcionar no presente feito. Remetam-se os autos ao Cartório de Distribuição para os devidos fins. **Vistos em Correição.** São Luís, 15 de fevereiro de 2008, Dr. Luiz Carlos Nunes Freire, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Capital.

Processo N.º 8732/1996

Ação: **EXECUÇÃO**

Requerente: **BANCO AMERICA DO SUL S/A**

Advogado: Pedro Américo Dias Vieira; Maria José Carvalho de Sousa Milhomem

Requerido: **R.F. CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA E OUTRO**

Despacho de fls. 196: Dou-me por impedido por questão de foro íntimo de funcionar no presente feito. Remetam-se os autos ao Cartório de Distribuição para os devidos fins. **Vistos em Correição.** São Luís, 05 de fevereiro de 2008, Dr. Luiz Carlos Nunes Freire, Juiz de Direito da 7ª Vara Cível da Capital.

CRIMINAL

1ª VARA CRIMINAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO PRAZO 60 (SESENTA) DIAS

• **Processo nº: 17866/2003.**

• Acusado(s): Paulo Guilherme Fernandes de Oliveira.

• Vítima: A Coletividade.

• Oficial(a) de Justiça: Jonilson Souza.

DE: PAULO GUILHERME FERNANDES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, pastor, natural de Belém/PA, nascido em 02/02/1956, filho de Arlindo da Silva Fernandes e Emília Souza Oliveira, residente na Avenida Litorânea, nº 20, Bloco 02, Aptº 104, Bairro Calhau, nesta cidade.

FINALIDADE:

• Tomar o devido ciente da sentença prolatada pela Drª. Florita Castelo Branco Campos Pinho, Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de São Luís(MA), de fls. 58/59, do seguinte teor: "Vistos etc... Assim sendo, determino o devido ARQUIVAMENTO do Inquérito Policial, nos termos do 28, do CPPB. Arquivem-se. Cumpra-se."

Dado e passado o presente Edital de Intimação nesta cidade de São Luís (MA), aos 20 (vinte) dias do mês de fevereiro de 2008 (dois mil e oito). Eu, _____ Iracema Santos Martins, Secretária Judicial da 1ª (Primeira) Secretaria Criminal da Capital, digitei e subscrevo.

Dra. Florita Castelo Branco Campos Pinho

Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO PRAZO 60 (SESENTA) DIAS

• **Processo nº: 8122/2003**

• Indiciado(s): Surama Costa dos Santos

• Vítima: M.C. dos Santos Cruz

• Oficial(a) de Justiça: Jonilson de Sousa

DE: SURAMA COSTA DOS SANTOS, brasileira, solteira, comerciante,

natural de Viana (MA), nascida em 09/02/1972, filha de Antônio Serra Santos e Raimunda Costa dos Santos, residente na Avenida Contorno Leste, Quadra 23, nº 5-B, Parque Aurora, São Luís (MA), por crime previsto no artigo 171, caput, c/c art. 29, ambos do Código Penal Brasileiro, que a Justiça Pública move contra Valdemar Sousa e a acusada supramencionada.

FINALIDADE:

•Tomar o devido ciente da sentença prolatada pela Dr^a. Florita Castelo Branco Campos Pinho, Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de São Luís (MA), de fls. 144/145, do seguinte teor: “Vistos etc... Destarte, e de acordo com o parecer Ministerial, julgo extinta a punibilidade da acusada Surama Costa dos Santos. Feitas as anotações e comunicações de praxe, arquivem-se os autos. P.R.I.C.”

Dado e passado o presente Edital de Intimação nesta capital, aos 20 (vinte) dias do mês de fevereiro do ano de 2008 (dois mil e oito).

Eu, _____ Iracema Santos Martins, Secretária Judicial da 1ª (Primeira) Secretaria Criminal da Capital, digitei e subscrevo.

Dra. Florita Castelo Branco Campos Pinho

Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Criminal

**EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 60 (SESSENTA) DIAS**

•Processo nº: 22235/1999

•Indiciado(s): Francisco Antonio Pereira Nascimento

•Vítima: O Estado

•Oficial(a) de Justiça: Jonilson de Sousa

DE: FRANCISCO ANTONIO PEREIRA NASCIMENTO, brasileiro, solteiro, pedreiro, natural de Araióses (MA), nascido em 09/02/1962, filho de Cosmo de Oliveira Nascimento e Maria do Socorro Pereira Lima, residente na Avenida Sol Nascente, Quadra 06, Lote 01, Casa 05, Sol e Mar, Olho D'Água, São Luís (MA), por crime previsto no artigo 10, caput, da Lei nº 9.437/97, que a Justiça Pública move contra o mesmo.

FINALIDADE:

•Tomar o devido ciente da sentença prolatada pelo Dr. Francisco Ronaldo Maciel Oliveira, Juiz de Direito respondendo pela 1ª Vara Criminal da Comarca de São Luís (MA), de fls. 86/87, do seguinte teor: “Vistos etc... Isto posto, e de acordo com o parecer do Ministério Público, EXTINGO A PUNIBILIDADE do acusado FRANCISCO ANTÔNIO PEREIRA, já devidamente qualificado nos autos, com fundamento no art. 89, § 5º, da lei nº 9.099/95, determinando o devido arquivamento dos autos, com baixa na distribuição, devendo o escrivão distribuidor ser advertido que não poderá fornecer certidão de antecedentes do acusado que conste este fato, P.R.I.”

Dado e passado o presente Edital de Intimação nesta capital, aos 20 (vinte) dias do mês de fevereiro do ano de 2008 (dois mil e oito).

Eu, _____ Iracema Santos Martins, Secretária Judicial da 1ª (Primeira) Secretaria Criminal da Capital, digitei e subscrevo.

Dra. Florita Castelo Branco Campos Pinho

Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Criminal

**EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 60 (SESSENTA) DIAS**

•Processo nº: 15971/2004

•Indiciado(s): Mariel Sousa dos Santos

•Vítima: Nélcio Santos de França e o Estado

•Oficial(a) de Justiça: Jonilson de Sousa

DE: MARIEL SOUSA DOS SANTOS, brasileiro, pedreiro, natural de São Luís (MA), nascido em 18/12/1978, filho de Maria da Cruz Sousa dos Santos, residente na Rua da Palmeira, s/n, Vila São João, Pirâmide, Raposa (MA), por crime previsto no artigo 147, do Código Penal Brasileiro e art. 14, da Lei nº 10826/2003, que a Justiça Pública move contra o mesmo.

FINALIDADE:

•Tomar o devido ciente da sentença prolatada pela Dr^a. Florita Castelo Branco Campos Pinho, Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de São Luís (MA), de fls. 65/67, do seguinte teor: “Vistos etc... Assim sendo, determino o devido ARQUIVAMENTO do Inquérito Policial, nos termos do artigo 18, do CPP, sem prejuízo de outras investigações

julgadas necessárias pela autoridade policial. Arquivem-se. Cumpra-se.” Dado e passado o presente Edital de Intimação nesta capital, aos 20 (vinte) dias do mês de fevereiro do ano de 2008 (dois mil e oito).

Eu, _____ Iracema Santos Martins, Secretária Judicial da 1ª (Primeira) Secretaria Criminal da Capital, digitei e subscrevo.

Dra. Florita Castelo Branco Campos Pinho

Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Criminal

**EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 60 (SESSENTA) DIAS**

•Processo nº: 15182/2003

•Indiciado(s): Sem Indiciado

•Vítima: T&P Comércio Distribuidora LTDA.

•Oficial(a) de Justiça: Jonilson de Sousa

DE: T&P COMÉRCIO DISTRIBUIDORA LTDA, situada na Av. Castelo Branco, nº 753, Sala 107, São Francisco, São Luís (MA), vítima no processo nº 15182/2003, por crime previsto no artigo 155, do Código Penal Brasileiro.

FINALIDADE:

•Tomar o devido ciente da sentença prolatada pela Dr^a. Florita Castelo Branco Campos Pinho, Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de São Luís (MA), de fls. 57/59, do seguinte teor: “Vistos etc... Diante do exposto, determino o ARQUIVAMENTO do Inquérito Policial em explanação, considerando que os elementos constantes dos não autos não serem suficientes para que permita o Ministério Público a exercer a titularidade da Ação Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público dessa decisão, após, arquivem-se. P.R.I.Cumpra-se.”

Dado e passado o presente Edital de Intimação nesta capital, aos 20 (vinte) dias do mês de fevereiro do ano de 2008 (dois mil e oito).

Eu, _____ Iracema Santos Martins, Secretária Judicial da 1ª (Primeira) Secretaria Criminal da Capital, digitei e subscrevo.

Dra. Florita Castelo Branco Campos Pinho

Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Criminal

**EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 60 (SESSENTA) DIAS**

•Processo nº: 13641/2005

•Indiciado(s): Márcio de Jesus Rodrigues Soares

•Vítima: A Coletividade

•Oficial(a) de Justiça: Jonilson de Sousa

DE: MÁRCIO DE JESUS RODRIGUES SOARES, vulgo “Marcinho”, brasileiro, ajudante de pedreiro, natural de São Luís (MA), nascido em 22/10/1980, filho de Manoel Américo Rodrigues Soares, residente na Rua 13, nº 09, Recanto do Turu, Parque Vitória, nesta cidade, por crime previsto no artigo 14, da Lei nº 10826/2003, que a Justiça Pública move contra o mesmo.

FINALIDADE:

•Tomar o devido ciente da sentença prolatada pela Dr^a. Florita Castelo Branco Campos Pinho, Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de São Luís (MA), de fls. 57/61, do seguinte teor: “Vistos etc... Desse modo, determino o ARQUIVAMENTO do inquérito em baila, considerando tudo que nele consta e nos moldes do art. 18 do Código de Processo Penal Brasileiro, sem detrimento de outras investigações e julgadas necessárias pela autoridade policial. Arquivem-se. Cumpra-se.”

Dado e passado o presente Edital de Intimação nesta capital, aos 19 (dezenove) dias do mês de fevereiro do ano de 2008 (dois mil e oito).

Eu, _____ Iracema Santos Martins, Secretária Judicial da 1ª (Primeira) Secretaria Criminal da Capital, digitei e subscrevo.

Dra. Florita Castelo Branco Campos Pinho

Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Criminal

**EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 60 (SESSENTA) DIAS**

•Processo nº: 4239/2005

•Indiciado(s): Magno Roberto Maranhão Mendes, vulgo “Maranhão”

•Vítima: O Estado

•Oficial(a) de Justiça: Jonilson de Sousa

DE: MAGNO ROBERTO MARANHÃO MENDES, vulgo “Maranhão”, brasileiro, solteiro, açougueiro, natural de Penalva (MA), nascido em 20/01/1987, filho de Reginaldo Rodrigues Mendes e Maria Cláudia Santos Maranhão, residente na Travessa São Francisco, nº 27, Vila Luizão, nesta cidade, por crime previsto no artigo 14, da Lei nº 10826/2003, que a Justiça Pública move contra o mesmo.

FINALIDADE:

•Tomar o devido ciente da sentença prolatada pela Drª. Florita Castelo Branco Campos Pinho, Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de São Luís (MA), de fls. 42/44, do seguinte teor: “Vistos etc... Por todos os motivos expostos, de acordo com o parecer ministerial, determino o arquivamento destes autos e baixa na distribuição. P.R.I.C.” Dado e passado o presente Edital de Intimação nesta capital, aos 19 (dezenove) dias do mês de fevereiro do ano de 2008 (dois mil e oito). Eu, _____ Iracema Santos Martins, Secretária Judicial da 1ª (Primeira) Secretaria Criminal da Capital, digitei e subscrevo.

Dra. Florita Castelo Branco Campos Pinho
Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Criminal

4ª VARA CRIMINAL

4ª VARA CRIMINAL

COMARCA DA CAPITAL

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO: 15 (QUINZE) DIAS

PROC. n.º 04106/2008

DIST. n.º 28055/2007

AUTOR: Ministério Público Estadual

ACUSADA: CLAUDIANE SODRÉ SERRA

VÍTIMA: O ESTADO.

A DOUTORA MARIA JOSÉ MILHOMEM BANDEIRA DE MELO, JUÍZA DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI ETC.

Faz saber a todos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que neste Juízo correm os tramites legais do processo crime n.º 28055/2007, que o Ministério Público estadual move contra **CLAUDIANE SODRÉ SERRA**, brasileira, natural de São João Batista/MA, nascida aos 23.08.1985, solteira, estudante, filha de Martinho Costa Serra e Maria dos Anjos Costa, residente na Trav. Boa Esperança, n.º 6, Bairro Salina do Sacavém, nesta cidade, como incurso no **art. 329, do CPB**, e, como, em cumprimento do mandado de citação, tenha o oficial de justiça certificado não tê-la encontrado, mandei passar o presente edital, pelo qual cito **CLAUDIANE SODRÉ SERRA, para comparecer perante este juízo no dia 29 (vinte e nove) de fevereiro de 2008, às 10:30 horas**, na sala de audiência deste juízo da 4ª Vara Criminal, a fim de ser **INTERROGADA**. E, para que chegue ao seu conhecimento se passou o presente edital, cuja 3ª (terceira) via será afixada no lugar de costume. **SEDE DO JUÍZO:** Avenida Professor Carlos Cunha, s/n.º, Fórum Desembargador Sarney Costa, Bairro Calhau, São Luís-MA, CEP: 65.076.000.

Telefone : (098) 21069674.

Dado e passado o presente na Secretaria da 4ª Vara Criminal, ao meu cargo, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, aos 15 (quinze) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e oito (2008). Eu, _____ Francisca de Assis Lima, Secretária de Vara, digitei e subscrevo.

MARIA JOSÉ MILHOMEM BANDEIRA DE MELO
Juíza de Direito Titular 4ª Vara Criminal da Capital.

FAMÍLIA

6ª VARA DE FAMÍLIA

6ª VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DE SÃO LUÍS-MA.

SEXTA SECRETARIA DE FAMÍLIA

JUIZ TITULAR - DOUTOR ANTÔNIO JOSÉ VIEIRA FILHO

PROMOTOR DE JUSTIÇA- DOUTOR CARLOS ALBERTO

GARCIA E DR(a). SUSETE MARQUES PALMEIRA

SECRETÁRIA – ZEILE FALCÃO NAVA

RESENHAS 21.02.2008

1.PROC.188962007-INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C ALIMENTOS- REQUERENTE(S)- ERNESTINA HELENA ROCHA BEZERRA(ADV.CELSO AYRES ANCHIETA FILHO OAB/MA-2556)- REQUERIDO-JOEL GUSTAVO DOS SANTOS- Despacho- Intime-se a autora, através de seu representante legal, para emendar a inicial, fazendo constar como autor da demanda a menor investigante e não sua mãe que é, apenas, representante legal da menor, sob pena de indeferimento da inicial por ilegitimidade da parte, nos termos do art. 295, II, CPC.

Antônio José Vieira Filho

Juiz de Direito da 6ª Vara de Família

6ª VARA FAMÍLIA DA COMARCA DE SÃO LUÍS-MA.

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

PROCESSO N.º 90032007

AÇÃO: DIVÓRCIO

PARTE(S) REQUERENTE(S): MARYLUCIA SILVA FRANÇA

PARTE(S) REQUERIDA(S): ARI NOGUEIRA FRANÇA

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Antônio José Vieira Filho, Juiz de Direito da 6ª Vara Família da Comarca de São Luís, Estado do Maranhão.

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, com prazo de 30 (trinta) dias, que fica CITADA a parte requerida, ARI NOGUEIRA FRANÇA, brasileiro, casado, que encontra-se em lugar incerto e não sabido, para, querendo, CONTESTAR a presente Ação no prazo de 15(quinze) dias, que será contado a partir do término do prazo deste edital de citação, advertindo-o(a) de que não sendo contestada a presente Ação, presumir-se-ão aceitos, pelo(a) requerido(a), como verdadeiros, os fatos alegados pelo(a) requerente, conforme o disposto no art. 285 do CPC. E para que ninguém possa alegar ignorância, mondou expedir o presente que será publicado uma vez no Diário Oficial nesta Comarca, bem assim fixado cópia no lugar público de costume.

O que se CUMPRÁ nos termos e na forma da Lei. Dado e passado o presente nesta Secretaria Judicial a meu cargo, nesta cidade de São Luís, Estado do Maranhão, aos 20 dias do mês de fevereiro de 2008. Eu, Zeile Falcão Nava, Secretário(a) Judicial, que o fiz digitar, conferi e subscrevo.

Antônio José Vieira Filho

Juiz de Direito da 6ª Vara de Família

6ª VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DE SÃO LUÍS-MA.

SEXTA SECRETARIA DE FAMÍLIA

JUIZ TITULAR - DOUTOR ANTÔNIO JOSÉ VIEIRA FILHO

PROMOTOR DE JUSTIÇA- DOUTOR CARLOS ALBERTO

GARCIA E DR(a). SUSETE MARQUES PALMEIRA

SECRETÁRIA – ZEILE FALCÃO NAVA

RESENHAS 07.02.2008

•PROC. N. 32.451/2006 – GUARDA E RESONSABILIDADE - REQUERENTE(S)- MARIA STELLA COSSON VELLOZO (ADV. JOSÉ RIBAMAR DIAS – OAB/MA Nº 5037) - REQUERIDO(A)- LÍCIA MARIA MENDES GARCIA e JOSÉ RIBAMAR SILVA FILHO – DECISÃO – Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 19 de fevereiro de 2008, às 8h40min. Eventuais testemunhas deverão ser apresentadas em banca independente de intimação. Intimem-se os pais biológicos da criança M.E.G.S.

•PROC. N. 25.539/2007 – ALIMENTOS - REQUERENTE(S)- ROZÁLIA PINTO DA SILVA (ADV. LUCIANA CAROLINE DE QUEIROZ ALMEIDA – OAB/MA Nº 7345; BETHÂNIA FALCÃO NAVA CARDOSO FERRO – OAB/MA Nº. 6687) - REQUERIDO(A)- CARLOS AUGUSTO BARBOSA DA SILVA – DECISÃO – Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 27 de março de 2008, às 9h20min. Eventuais testemunhas deverão ser apresentadas em banca independente



de intimação. Fixo os alimentos provisórios, em favor do menor, no valor de 10% dos rendimentos do requerido (...)

•**PROC. N. 26.488/2007** – DECLARATÓRIA DE UNIÃO ESTÁVEL - REQUERENTE(S)- SÔNIA MARIA SOUZA CHAVES (ADV. NONATO MARTINS – OAB/MA Nº 913) - REQUERIDO(A)- JOÃO GUILHERME DAMASCENO DAMASCENO SOUZA – DECISÃO – Indefiro o pedido de antecipação de tutela visto que a relação jurídica alegada não resta devidamente comprovada, não estando presentes os requisitos do art. 273 do CPC. Cite-se conforme requerido às fls. 05.

•**PROC. N. 13.769/2007** – ALIMENTOS - REQUERENTE(S)- LEILA VITÓRIA SOARES DE MATOS (ADV. ANTONIO DE PAULA PEREIRA – OAB/MA Nº 3032) - REQUERIDO(A)- JOSÉ ROBERTO CIDREIRA ESTRELA – DECISÃO – Intime-se a requerente, através de seu representante legal, para juntar documento de identificação pessoal da autora, no prazo de 48 horas, sob pena de indeferimento da petição inicial, nos termos do art. 284 e parágrafo único do CPC.

•**PROC. N. 12.253/2006** – DIVÓRCIO - REQUERENTE(S)- RONALDO RIBEIRO PONTES (ADV. VALDECI FERREIRA DE LIMA – OAB/MA Nº 4185) - REQUERIDO(A)- ANA CLARA PAVÃO PONTES – DECISÃO – Intime-se o requerente, através de seu representante legal, para a devida retificação do endereço do postulante aos autos, tendo-se em vista o retorno da carta de intimação à ele expedida sem o seu devido cumprimento face à inexistência do endereço declinado na petição inicial, fls. 25.

•**PROC. N. 12.379/2006** – GUARDA E RESPONSABILIDADE - REQUERENTE(S)- ANTONIO CARLOS GALVÃO DOS SANTOS (ADV. MARCOS VINICIUS AZEVEDO DE ANDRADE – OAB/MA Nº 7596) – EM FAVOR DO MENOR – E.F.S.F. – DECISÃO – Cumpra-se as diligências requeridas às fls. 13 (“O Ministério Público pugna pela realização das seguintes diligências: a) Envio dos autos ao Serviço Técnico Social, conforme preconiza o art. 167 do Estatuto da Criança e Adolescente; b) anuência expressa do cônjuge do requerente (art. 165 do ECA); A citação por edital dos genitores do menor: (art. 231, II, do CPC), tendo em vista a informação do requerente de ser ignorado seus paradeiros, para que os mesmos, querendo, possam contestar o presente pedido.”)

•**PROC. N. 12.957/2006** – DIVÓRCIO - REQUERENTE(S)- LUIZ ALBERTO PACHECO (ADV. JOÃO COIMBRA DE MELO – OAB/MA Nº 3520) – REQUERIDO(A)S – JOANA D’ARC ANCHIETA GARCÊS – DECISÃO – Em consonância com o art. 226, § 6º da Lei nº. 6.515/77 e art. 1.580, § 2º do Código Civil, julgo procedente o pedido, para decretar o divórcio de Luiz Alberto Pacheco Garcês e Joana D’Arc Anchieta Garcês, devendo esta voltar a usar seu nome de solteira, conforme requerido, fls. 23.

•**PROC. N. 23.322/2006** – INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/ C ALIMENTOS - REQUERENTE(S)- MARILENE RIBEIRO TEIXEIRA – (ADV. LUIZ FELIPE RIBEIRO - OAB/MA Nº 7894) – REQUERIDO(A)S JOSÉ DO PATRIOTINO – (ADV. RAIMUNDO NONATO PINTO FERREIRA – OAB/MA Nº 5167) – DECISÃO – Defiro o requerimento apresentado às fls. 52. Assim, mantenho a data de realização do exame de DNA deferido às fls. 51 (dia 26 de fevereiro de 2008, às 9h). Por oportuno, torno sem efeito a designação constante às fls. 45. Intime-se as partes e seus respectivos representantes legais.

•**PROC. N. 19.088/2005** – ANULAÇÃO DE REGISTRO DE CASAMENTO - REQUERENTE(S)- MARIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES BRICIO – (ADV. CANDIDO DINIZ BARROS - OAB/MA Nº 298) – REQUERIDO(A)S BEATRIZ COSTA BRICIO – (ADV. FRANCISCO GOMES DE MORAIS – OAB/MA Nº 4626) – DECISÃO – Face à certidão retro, desentranhem-se a peça contestatória, entregando-a mediante traslado. Decreto a revelia da requerida. Após as providências acima, com a devida certidão, encaminhem-se os autos ao Ministério Público para apresentação de parecer preliminar.

•**PROC. N. 12.786/2006** – DIVÓRCIO - REQUERENTE(S)- SUELIANE SOUSA PEREIRA – (ADV. JOSÉ HEMETÉRIO SILVA ARAÚJO - OAB/MA Nº 5000) – REQUERIDO(A)S – SÉRGIO HENRIQUE DAMASCENO PEREIRA – DECISÃO – (...) decreto a revelia do requerido (...) Designo, de logo, audiência de ratificação, para depoimento pessoal e produção de prova testemunhal (de modo a comprovar o tempo de separação), o que fica marcado para o dia 18 de março de 2008, às 10h40min. Havendo prova documental, deve ser apresentada até o dia da audiência.

•**PROC. N. 1894/2007** – INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C ALIMENTOS - REQUERENTE(S)- SILVANIA FREITAS PEREIRA – (DEFENSORIA PÚBLICA) – REQUERIDO(A)S – CARLOS DE JESUS PINTO (ADV. ALEXANDER RODRIGUES FERREIRA – OAB/MA Nº. 6824) – DECISÃO – (...) Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 04 de março de 2008, às 10h20min.

•**PROC. N. 9665/2007** – ALIMENTOS - REQUERENTE(S)- NAILMAN MAFRA DE SOUSA – (ADV. FRANCISCO GOMES DE MORAIS – OAB/MA Nº. 4626) – REQUERIDO(A)S – ERISON PINTO SANTOS – DECISÃO – (...) Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 04 de março de 2008, às 15h. Eventuais testemunhas deverão ser apresentadas em banca independente de intimação.

•**PROC. N. 1453/2007** – SEPARAÇÃO CONTENCIOSA C/C ALIMENTOS - REQUERENTE(S)- KÁTIA REGINA ROCHA SOARES – (ADV. ITALO JORGE ARAÚJO – OAB/MA Nº. 4198) – REQUERIDO(A)S – CAIO SCILAS AMATE SOARES (DEFENSORIA PÚBLICA) – DECISÃO – Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 21 de abril de 2008, às 10h. Eventuais testemunhas deverão ser apresentadas em banca independente de intimação.

Antônio José Vieira Filho

Juiz de Direito da 6ª Vara de Família

6ª VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DE SÃO LUIS-MA.

SEXTA SECRETARIA DE FAMÍLIA

JUIZ TITULAR - DOUTOR ANTÔNIO JOSÉ VIEIRA FILHO
PROMOTOR DE JUSTIÇA – DOUTOR CARLOS ALBERTO GARCIA E DR(a). SUSETE MARQUES PALMEIRA
SECRETÁRIA – ZEILE FALCÃO NAVA
RESENHAS 15.02.2008

1. PROC. 107262007-SEPARAÇÃO CONTENCIOSA C/C ALIMENTOS-REQUERENTE(S)- BENEDITA CASTELO BRANCO DE OLIVEIRA(ADV.OTÁVIO DOS ANJOS RIBEIRO- OAB-2678)REQUERIDO-GILBERTO CHAVES LIMA-DESPACHO-Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 05 de março de 2008, às 08:20 horas

2. PROC. 320422006- NEGATÓRIA DE PATERNIDADE-REQUERENTE(S)- FRANCISCO RODRIGUES FRAZÃO (ADV.RICARDO JOSÉ MAGALHÃES MOUSINHO-OAB/MA-3746)-REQUERIDO-MARIA JOANA SANTOS- DESPACHO- Designo Audiência de instrução e julgamento para o dia 03 de março de 2008, às 10:00 horas.

6ª VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DE SÃO LUIS-MA.

SEXTA SECRETARIA DE FAMÍLIA

JUIZ TITULAR - DOUTOR ANTÔNIO JOSÉ VIEIRA FILHO
PROMOTOR DE JUSTIÇA – DOUTOR CARLOS ALBERTO GARCIA E DR(a). SUSETE MARQUES PALMEIRA
SECRETÁRIA – ZEILE FALCÃO NAVA
RESENHAS 18.02.2008

1. PROC. 222862007-ALIMENTOS- REQUERENTE(S)- ANDRÉIA FERNANDA SANTOS DORNELES(ADV.FLÁVIO ALMIR NETO BALDEZ-OAB-3616)- REQUERIDO-ADIMILSON MENDES SOUSA DESPACHO- Designo Audiência de instrução e julgamento para o dia 03 de março de 2008, às 09:30 horas.

DECISÃO AGRAVADA, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR - Relator, JOSÉ STÉLIO NUNES MUNIZ, CLEONICE SILVA FREIRE, CLEONES CARVALHO CUNHA, ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ e JAIME FERREIRA DE ARAÚJO.

Observação: Presidido pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Milson de Souza Coutinho.

04 - AGRAVO REGIMENTAL Nº 14.623/2008, NOS AUTOS DO MANDADO DE SEGURANÇA Nº 12.357/2008 - SÃO LUÍS

Agravante: ESTADO DO MARANHÃO

Procuradora: Fausta Maria de Sousa Pereira

Agravados: J.M.G.N. (menor), GLÁUCIA RAPOSO ARAÚJO (representante legal)

Advogado: Abdoral Vieira Martins Júnior

Relator: Des. CLEONES CARVALHO CUNHA

"UNANIMEMENTE, AS CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS NEGARAM PROVIMENTO AO PRESENTE AGRAVO REGIMENTAL, PARA MANTER A DECISÃO AGRAVADA, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores CLEONES CARVALHO CUNHA – Relator, JOSÉ STÉLIO NUNES MUNIZ, ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, CLEONICE SILVA FREIRE, ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ e JAIME FERREIRA DE ARAÚJO.

Observação: Presidido pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Milson de Souza Coutinho.

05 - AGRAVO REGIMENTAL Nº 14.655/2008, NOS AUTOS DO MANDADO DE SEGURANÇA Nº 11.096/2008 - SÃO LUÍS

Agravante: SIMONE FERNANDES COSTA

Advogada: Thalita Pinto Haichel de Oliveira

Agravado: ESTADO DO MARANHÃO

Relator: Des. CLEONES CARVALHO CUNHA

"UNANIMEMENTE, AS CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS NEGARAM PROVIMENTO AO PRESENTE AGRAVO REGIMENTAL, PARA MANTER A DECISÃO AGRAVADA, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores CLEONES CARVALHO CUNHA, JOSÉ STÉLIO NUNES MUNIZ, ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, CLEONICE SILVA FREIRE, NELMA SARNEY COSTA, ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ e JAIME FERREIRA DE ARAÚJO.

Observação 1: Presidido pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Milson de Souza Coutinho.

Observação 2: Passou a integrar os trabalhos, a Excelentíssima Senhora Desembargadora Nelma Sarney Costa.

06 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 12.516/2008, NOS AUTOS DO MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2.953/2008

Embargante: ESTADO DO MARANHÃO

Advogada: Maria da Graça Ericeira Tanaka

Embargado: EDECONSIL – DESMATAMENTO, CONSTRUÇÕES E SINALIZAÇÕES LTDA

Advogados: Erik Janson Vieira Monteiro Marinho, Marcos Alessandro Coutinho Passos Lobo

Relatora: Desa. NELMA SARNEY COSTA

"UNANIMEMENTE, AS CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS REJEITARAM OS EMBARGOS OPOSTOS, NOS TERMOS DO VOTO DA DESEMBARGADORA RELATORA".

Votaram os Senhores Desembargadores NELMA SARNEY COSTA - Relatora, MILSON DE SOUZA COUTINHO, JOSÉ STÉLIO NUNES MUNIZ, ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, CLEONICE SILVA FREIRE, ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ e JAIME FERREIRA DE ARAÚJO.

Observação 1: Passou a presidir estes trabalhos o Excelentíssimo Senhor Desembargador Jorge Rachid Mubárack Maluf.

Observação 2: Ausentou-se, temporariamente, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Cleones Carvalho Cunha.

07 – AÇÃO RESCISÓRIA Nº 18.530/2001 – SÃO LUÍS

Autor: ADEMAR GALDINO SILVA

Advogado: Gleyson Gadelha Melo, Af Ali Ariston Moreira Lima da Costa e Afonso Valter de Meneses Sereno

Réu: BANCO DO BRASIL S/A

Advogados: Ezequias N. L. Baptista, Anthony Boden, Antonio P. Costa, Azarias C. de Alencar, Elzenir L. Franco, Eumarisa M. dos Santos, Francisco A. Silva, José R. B. França, Jairo Discacciati, Maria Inês F. Campos, Mourival E. de Souza, Miguel C. da Silva Filho, Sergio M. de Souza, Suzana F. Abdala, Valdemir Pessoa Prazeres

Relator: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

Revisora: Desa. CLEONICE SILVA FREIRE

"UNANIMEMENTE, AS CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS JULGARAM EXTINTO O PROCESSO SEM A RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR - Relator, CLEONICE SILVA FREIRE, MILSON DE SOUZA COUTINHO, JOSÉ STÉLIO NUNES MUNIZ, NELMA SARNEY COSTA, ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ e JAIME FERREIRA DE ARAÚJO.

08 – AÇÃO RESCISÓRIA Nº 23.514/2007 – SÃO LUÍS

Autor: MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS

Procuradora: Natacha Veloso Cerqueira

Réu: JOSÉ JERSAN RAIMUNDO DOS SANTOS ARAÚJO

Advogado: José Wilson de Araújo e Silva
Relator: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
Revisora: Desa. CLEONICE SILVA FREIRE

"UNANIMEMENTE, AS CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS JULGARAM EXTINTO O PROCESSO SEM A RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR - Relator, CLEONICE SILVA FREIRE, MILSON DE SOUZA COUTINHO, JOSÉ STÉLIO NUNES MUNIZ, NELMA SARNEY COSTA, ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ e JAIME FERREIRA DE ARAÚJO.

09 – EMBARGOS INFRINGENTES Nº 407/2008 – SÃO LUÍS

Embargante: ESTADO DO MARANHÃO
Procuradora: Lorena Duailibe Carvalho
Embargadas: ELEONORA MONTEIRO B. SOUZA, SILVINA V. CARNEIRO,
MARIA LEONICE CARVALHO SOUZA, MARISTÉIA G. DE SOUZA,
MARIA LOPES DE SOUSA, MARIA PEREIRA GOMES DA SILVA

Advogados: Silvana C. Reis Loureiro, Luiz Henrique F. Teixeira, Gutemberg S.
Caeneiro, Paulo Roberto Almeida

Relator: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
Revisora: Desa. CLEONICE SILVA FREIRE

"POR MAIORIA E DE ACORDO COM O PARECER MINISTERIAL, AS CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS NEGARAM PROVIMENTO PARA MANTER O ACÓRDÃO EMBARGADO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR, CONTRA O VOTO DO DESEMBARGADOR JAIME FERREIRA DE ARAÚJO, QUE VOTOU PELO PROVIMENTO DOS EMBARGOS".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR - Relator, CLEONICE SILVA FREIRE, MILSON DE SOUZA COUTINHO, JOSÉ STÉLIO NUNES MUNIZ, NELMA SARNEY COSTA, ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ e JAIME FERREIRA DE ARAÚJO.

10 – MANDADO DE SEGURANÇA Nº 13.957/2007 – SÃO LUÍS

Impetrante: ARRIBATUR VIAGENS E TURISMO LTDA
Advogado: Edson Ranyére Penha de Freitas
Impetrado: SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO,
PREGOEIRA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO

Litisconsorte: ESTADO DO MARANHÃO
Procuradora: Socorro de Maria Santana Trabulsi Lima
Relatora: Desa. NELMA SARNEY COSTA

"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER MINISTERIAL, AS CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DENEGARAM A SEGURANÇA, NOS TERMOS DO VOTO DA DESEMBARGADORA RELATORA".

Votaram os Senhores Desembargadores NELMA SARNEY COSTA - Relatora, MILSON DE SOUZA COUTINHO, JOSÉ STÉLIO NUNES MUNIZ, ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, CLEONICE SILVA FREIRE, ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ e JAIME FERREIRA DE ARAÚJO.

11 – MANDADO DE SEGURANÇA Nº 543/2008 – SÃO LUÍS

Impetrante: MUNICÍPIO DE BARREIRINHAS
Advogados: Benevenuto Marques Serejo Neto, Herlinda de Olinda Vieira
Sampaio, Edilson José Miranda, Frederico Augusto Costa Lima
Impetrado: SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE DO ESTADO DO
MARANHÃO

Relatora: Desa. NELMA SARNEY COSTA

"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER MINISTERIAL, AS CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS CONCEDERAM PARCIALMENTE A SEGURANÇA, CONFIRMANDO A LIMINAR ANTERIORMENTE CONCEDIDA, NOS TERMOS DO VOTO DA DESEMBARGADORA RELATORA".

Votaram os Senhores Desembargadores NELMA SARNEY COSTA - Relator, MILSON DE SOUZA COUTINHO, JOSÉ STÉLIO NUNES MUNIZ, ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, CLEONICE SILVA FREIRE, ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ e JAIME FERREIRA DE ARAÚJO.

12 – EMBARGOS INFRINGENTES Nº. 6.115/2007 – SÃO LUÍS

Embargante: ISMAEL DE SOUSA FONSECA
Advogada: Flávia Patrícia Leite Cordeiro
Embargado: ESTADO DO MARANHÃO
Procurador: José Carlos Tajra Reis Júnior
Relatora: Desa. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES
Revisora: Desa. ETELVINA LUIZA RIBEIRO GONÇALVES

"ADIADO O JULGAMENTO, FACE ÀS AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS DAS DESEMBARGADORAS RELATORA E REVISORA".

13 – MANDADO DE SEGURANÇA Nº 3.660/2008 – SÃO LUÍS

Impetrante: FABRÍCIO LEANDRO LEITE BRANDÃO
Advogado: Enéas de Vilhena Frazão Júnior
Impetrado: SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E
PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MARANHÃO
Relator: Des. MILSON DE SOUZA COUTINHO

"UNANIMEMENTE E CONTRA O PARECER MINISTERIAL, AS CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS CONCEDERAM A SEGURANÇA PLEITEADA, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores MILSON DE SOUZA COUTINHO – Relator, JOSÉ STÉLIO NUNES MUNIZ, ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, CLEONICE SILVA FREIRE, NELMA SARNEY COSTA, ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ e JAIME FERREIRA DE ARAÚJO.

14 – EMBARGOS INFRINGENTES Nº 5.883/2007 – SÃO LUÍS

Embargante: PAJÉ PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA

Advogados: Ítalo F. Azevedo, Adriano C. Ribeiro, Carlos F. Tavares Dominici, Gutemberg S. Braga Junior, Carlos E. Cavalcanti, Antônio G. Figueiredo Neto, Luis F. P. Fontoura e Nathália Fernandes Arthuro

Embargado: ALCÂNTARA DERIVADOS DE PETRÓLEO E SERVIÇOS LTDA

Advogadas: Sônia Maria Lopes Coelho e Albylane Nery do Nascimento

Relatora: Desa. ETELVINA LUIZA RIBEIRO GONÇALVES

Revisor: Des. MILSON DE SOUZA COUTINHO

"ADIADO O JULGAMENTO, FACE À AUSÊNCIA JUSTIFICADA DA DESEMBARGADORA RELATORA".

15 – MANDADO DE SEGURANÇA Nº 5.293/2007 – SÃO LUÍS

Impetrante: CLEISIVAL PEREIRA DE SOUSA

Advogado: Paulo Batista Lopes Neto

Impetrado: SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO MARANHÃO

Relatora: Desa. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES

"ADIADO O JULGAMENTO, FACE À AUSÊNCIA JUSTIFICADA DA DESEMBARGADORA RELATORA".

16 – AÇÃO RESCISÓRIA Nº 2.033/2006 – SÃO LUÍS

Autor: ESTADO DO MARANHÃO

Procuradores: Orlica Maria Pereira Ericeira e Valdênio Nogueira Caminha

Réu: MANOEL AROUCHE SOUSA

Advogado: José Maria Diniz

Relatora: Desa. ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ

Revisora: Desa. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES

"ADIADO O JULGAMENTO, FACE À AUSÊNCIA JUSTIFICADA DA DESEMBARGADORA REVISORA".

17 – EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO Nº 1.286/2008 – SÃO LUÍS

Excipiente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A

Advogados: Carlos Alberto L. Júnior, Gilmar P. Santos, Ana Carolina M. de Araújo, Charles A. de Faria Mendes, Karla Patrícia R. Sampaio, Cláudio Antonio A. Moraes, Débora Márcia S. Veras, Edelson F. Filho, Elcia R. Lima, Jairo C. Vieira, João Paulo O. D. de Carvalho, Luiz A. Cruz de Oliveira, Luciano C. Nogueira, Maria G. Silva Portela, Maricema S. de Oliveira Ramos, Nicola M. Miccione, Osvaldo P. Martins, Ulysses M. Formiga

Excepto: JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO LUÍS

Relator: Des. MARCELO CARVALHO SILVA

"ADIADO O JULGAMENTO, FACE ÀS FÉRIAS FORENSES DO DESEMBARGADOR RELATOR".

18 – MANDADO DE SEGURANÇA Nº 14.813/2007 – SÃO LUÍS

Impetrante: ITAPICURU AGRO INDUSTRIAL S/A

Advogados: Valdeci Laurentino da Silva, Norma Suely Silva e Waldir Gomes Ferreira

Impetrado: SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA DO MARANHÃO

Relator: Des. MILSON DE SOUZA COUTINHO

"ADIADO O JULGAMENTO, FACE À AUSÊNCIA JUSTIFICADA DO DESEMBARGADOR MARCELO CARVALHO SILVA, COM VISTA DOS AUTOS".

19 – AÇÃO RESCISÓRIA Nº 2.801/2006 – IMPERATRIZ

Autora: AMANDA RIBEIRO MIRANDA

Advogados: Camila M. Milhomem Torres, Antonio Raimundo Silva Torres e Luís Fernando Dominice Castelo Branco.

Réu: BANCO BILBAO VIZCAYA BRASIL S/A

Relatora: Desa. ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ

Revisora: Desa. RAIMUNDA SANTOS BEZERRA

"ADIADO O JULGAMENTO, FACE À AUSÊNCIA JUSTIFICADA DA DESEMBARGADORA REVISORA".

20 – RECLAMAÇÃO CÍVEL Nº 31.129/2004 – SÃO LUÍS

Reclamante: MUNICÍPIO DE COROATÁ

Advogados: José Antonio Almeida e Maria Ielva Galvão Magalhães Brito

Reclamado: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE COROATÁ, DR. ALEXANDRE LOPES DE ABREU

Relatora: Desa. ETELVINA LUIZA RIBEIRO GONÇALVES

Revisor: Des. MILSON DE SOUZA COUTINHO
"ADIADO O JULGAMENTO, FACE À AUSÊNCIA JUSTIFICADA DA DESEMBARGADORA RELATORA".
21 – MANDADO DE SEGURANÇA Nº 27.838/2004 – SÃO LUÍS
Impetrante: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SÓTER
Advogados: Adilson Santos S. Melo, Waldir A. de Matos e Welber Carvalho de Matos
Impetrado: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE CAXIAS
Relatora: Des. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES

"ADIADO O JULGAMENTO, FACE À AUSÊNCIA JUSTIFICADA DA DESEMBARGADORA RELATORA".

22 – MANDADO DE SEGURANÇA Nº 13.335/2006 – SÃO LUÍS

Impetrantes: MARIA DAS GRAÇAS BANDEIRA DE AGUIAR LIMA, MARIA HELENA GOMES FERNANDES
Advogados: Pedro Leonel P. de Carvalho, Pedro Luciano M. P. de Carvalho, Francimarly de O. Miranda Carvalho, Jezanias do R. Monteiro, Sidney Filho N. Rocha, Daniel B. Pereira de Almeida, Alexis T. de Jesus e Silva, Carolina F. de Paiva, Marcel Cézar S. Trovão, Francisco Otacílio B. Silva, Christian B. Pinto, Rodrigo P. Ericeira, Antônio de M. Rêgo Gaspar, Pedro Eduardo R. de Carvalho, Thiago Bhanner G. Costa, Cícero Oliveira, Luis S. Campos, Marilena Aranha C. Silveira.
Impetrado: DIRETOR DO FÓRUM DA COMARCA DE IMPERATRIZ-MA
1º Litisconsorte: MARIA DAS GRAÇAS SOUZA VELOSO
Advogados: José Ricardo S. Veloso, Luciana F. de Lima e Leonardo Moraes Leda
2º Litisconsorte: MARIA MADALENA ALMEIDA
Advogados: José Ricardo Souza Veloso e Leonardo Moraes Leda
Relator: Des. JOSÉ STÉLIO NUNES MUNIZ

"ADIADO O JULGAMENTO, A PEDIDO DE VISTA DO DESEMBARGADOR CLEONES CARVALHO CUNHA, APÓS O VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR QUE, DE ACORDO COM O PARECER MINISTERIAL, DENEGOU A SEGURANÇA."

Observação 1: Os demais Desembargadores aguardam o voto de vista para se manifestarem.

Observação 2: Retornou à sessão, integrando os trabalhos, o Senhor Desembargador Cleones Carvalho Cunha.

Observação 3: Retiraram-se da sessão as Excelentíssimas Senhoras Desembargadoras Cleonice Silva Freire e Nelma Sarney Costa.

23 – MANDADO DE SEGURANÇA Nº 6.470/2007 – SÃO LUÍS

Impetrante: LOJAS GABRYELLA LTDA
Advogados: Ivaldeci Rolim de Mendonça Júnior, Ricardo Benigno Moreira
Impetrado: SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DO MARANHÃO
Litisconsorte: ESTADO DO MARANHÃO
Procurador: Marcelo de Oliveira Sampaio
Relator: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER MINISTERIAL, AS CÂMARAS CÍVEIS CONCEDERAM A SEGURANÇA PLEITEADA, MANTENDO A LIMINAR ANTERIORMENTE CONCEDIDA, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR - Relator, MILSON DE SOUZA COUTINHO, JOSÉ STÉLIO NUNES MUNIZ, CLEONES CARVALHO CUNHA, ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ e JAIME FERREIRA DE ARAÚJO.

24 – MANDADO DE SEGURANÇA Nº 16.767/2007 – SÃO LUÍS

Impetrantes: RANYERIK COELHO E SILVA, RAFAEL CARDOSO FEITOSA, JÚLIO ADOLFO HOFFMANN, VALDEMIR BRITO COELHO, ANDREIA RODRIGUES RIBEIRO
Advogados: Jocivaldo Silva Oliveira, Josélia Silva Oliveira, Pedro Jairo Silva Oliveira
Impetrado: SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MARANHÃO
Litisconsorte: ESTADO DO MARANHÃO
Procurador: Marcelo Apolo Vieira Franklin
Relator: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER MINISTERIAL, AS CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS CONCEDERAM A SEGURANÇA PLEITEADA, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR - Relator, MILSON DE SOUZA COUTINHO, JOSÉ STÉLIO NUNES MUNIZ, CLEONES CARVALHO CUNHA, ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ e JAIME FERREIRA DE ARAÚJO.

25 – MANDADO DE SEGURANÇA Nº 20.978/2007 – SÃO LUÍS

Impetrantes: BENEDITO BATISTA, WILLIAM ROMÃO
Advogados: João Rodrigues Almeida, Nelson Pereira Santos, Benedito Batista
Impetrado: SECRETÁRIO DE ESTADO E ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO

Litisconsorte: ESTADO DO MARANHÃO
Procurador: Raimundo Soares de Carvalho
Relator: Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF
"ADIADO O JULGAMENTO, A PEDIDO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

26 – MANDADO DE SEGURANÇA Nº 23.743/2007 – SÃO LUÍS

Impetrante: CONCEIÇÃO DE MARIA MOREIRA BATISTA
Advogados: Luiz Henrique Falcão Teixeira, Gutemberg Soares Carneiro, Paulo Roberto Almeida, Silvana Cristina Reis Loureiro.

Impetrado: SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO MARANHÃO
Relator: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

"UNANIMEMENTE E CONTRA O PARECER MINISTERIAL, AS CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DENEGARAM A SEGURANÇA, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR - Relator, MILSON DE SOUZA COUTINHO, JOSÉ STÉLIO NUNES MUNIZ, CLEONES CARVALHO CUNHA, ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ e JAIME FERREIRA DE ARAÚJO.

27 – MANDADO DE SEGURANÇA Nº 23.861/2007 – SÃO LUÍS

Impetrante: EDITORA EDUCARTE LTDA
Advogados: Raimundo Vítório de Souza, Manif Antonio Torres Julio
Impetrado: SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO
Litisconsorte: ESTADO DO MARANHÃO
Procurador: Valdenio Nogueira Caminha
Relator: Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF

"ADIADO O JULGAMENTO, A PEDIDO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

28 – MANDADO DE SEGURANÇA Nº 4.293/2008 – SÃO LUÍS

Impetrante: REJANIA MADEIRA E SILVA
Advogados: Pedro Leonel P. de Carvalho, Jezanias do R. Monteiro, Sidney Filho N. Rocha, Daniel Blume P. de Almeida, Francimarly de O. Miranda Carvalho, Antonio de M. Rego Gaspar, Rodrigo P. Ericeira, Pedro Eduardo R. de Carvalho, Fabiana Cristina S. Z. Belchior Silva, Cardel Mendonça C. da Silva, Athos B. Lima, Josane Lopes Limeira Manpetit, Thiago Brhanner Garcês Costa, Maria Celeste Everton Serra, Felipe Soares Damous, Roosevelt Figueira de Mello Júnior e Cícero Oliveira.

Impetrado: SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO

Litisconsorte: ESTADO DO MARANHÃO
Procurador: Vanderley Ramos dos Santos.
Relator: Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF

"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER MINISTERIAL, AS CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DENEGARAM A SEGURANÇA, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF - Relator, MILSON DE SOUZA COUTINHO, JOSÉ STÉLIO NUNES MUNIZ, ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, CLEONES CARVALHO CUNHA, ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ e JAIME FERREIRA DE ARAÚJO.

29 – MANDADO DE SEGURANÇA Nº 6.837/2008 – SÃO LUÍS

Impetrante: OLIVÉRIO JOSÉ BALLA
Advogados: Lorena Saboya Vieira, Pablo Roberto Brito de Sousa, Antonio Fernandes Cavalcante Junior, Samir Jorge Murad
Impetrado: SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Relator: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
"RETIRADO DE PAUTA A PEDIDO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

30 – MANDADO DE SEGURANÇA Nº 9.110/2008 – SÃO LUÍS

Impetrante: SADALINA DE MELO DIAS
Advogado: Marcio Rogério Pereira Fonseca Santos
Impetrado: SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO
Relator: Des. CLEONES CARVALHO CUNHA

"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER MINISTERIAL, AS CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS CONCEDERAM A SEGURANÇA IMPETRADA, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores CLEONES CARVALHO CUNHA – Relator, MILSON DE SOUZA COUTINHO, JOSÉ STÉLIO NUNES MUNIZ, ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ e JAIME FERREIRA DE ARAÚJO.

Observação: Declarou-se impedido o Excelentíssimo Senhor Desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

31 – MANDADO DE SEGURANÇA Nº 9.534/2008 – SÃO LUÍS

Impetrante: SAMARONE DE JESUS ROCHA CAMPELO
Advogado: Luiz Flávio Vale de Carvalho
Impetrado: SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

DO ESTADO DO MARANHÃO

Relator: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

"UNANIMEMENTE E CONTRA O PARECER MINISTERIAL, AS CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DENEGARAM A SEGURANÇA, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR - Relator, MILSON DE SOUZA COUTINHO, JOSÉ STÉLIO NUNES MUNIZ, CLEONES CARVALHO CUNHA, ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ, JAIME FERREIRA DE ARAÚJO.

32 – AÇÃO RESCISÓRIA Nº 6.245/2005 – SÃO LUÍS

Autor: AGRO PASTORIL CANTANHEDE S/A – FAZENDA CANTANHEDE

Advogada: Nierte Maria Oliveira e Silva

Réu: CIMENTOS DO BRASIL S/A – CIBRASA

Advogados: José Ribamar P. de Araújo, Rafael de M. Correia, Ivanildo M. de Araújo, Alberto A. de Almeida P. Netto e Eduardo Vitor Gonçalves Coutinho.

Relator: Des. JOSÉ STÉLIO NUNES MUNIZ

Revisor: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

"UNANIMEMENTE, AS CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS EXTINGUIRAM O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, FACE À DECADÊNCIA, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores JOSÉ STÉLIO NUNES MUNIZ – Relator, ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, MILSON DE SOUZA COUTINHO, CLEONES CARVALHO CUNHA, ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ, JAIME FERREIRA DE ARAÚJO.

33 – AÇÃO RESCISÓRIA Nº 39.781/2005 – SÃO LUÍS

Autora: MARIA DO BOM PARTO MACIEL FERREIRA

Advogados: Jezanias do R. Monteiro, Maxuell R. Freire, Pedro Leonel P. de Carvalho, Pedro Luciano M. P. de Carvalho, Sidney Filho N. Rocha, Carolina F. de Paiva, Alexis T. de Jesus e Silva, Marcel Cézár S. Trovão, Francisco O. B. Silva, Christian B. Pinto, Antônio de M. R. Gaspar.

1º Réu: ESTADO DO MARANHÃO

Procurador: Miguel Ribeiro Pereira

2º Réu: PEDRO AMÉRICO DIAS VIEIRA

Advogados: João Carlos Duboc Júnior

3º Réu: ANA MARIA DIAS VIEIRA

Advogada: João Carlos Duboc Júnior

4º Réu: NELSON ALMADA LIMA

Advogado: Ruy Eduardo Almada Lima

5º Réu: CAEMA-COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO MARANHÃO

Advogados: João Carlos Duboc Júnior, Renata Vasconcelos Azzolini

Relator: Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF

Revisora: Desa. ETELVINA LUIZA RIBEIRO GONÇALVES

"ADIADO O JULGAMENTO, FACE À AUSÊNCIA JUSTIFICADA DA DESEMBARGADORA REVISORA".

34 – AÇÃO RESCISÓRIA Nº 22.095/2006 – SÃO LUÍS

Autor: ANTONIO NUNES SOARES

Advogados: Marcio Augusto Ramos Tinoco, Joelson Gabriel de Brito Sousa

Réus: JOSÉ PEREIRA DA COSTA, JOSÉ PEREIRA DA SILVA, VILMAR ALVES R. DE OLIVEIRA, FRANCISCO P. DA COSTA, ALMIR LIMA, MIGUEL G. DA SILVA, ANTONIO JOSÉ DA C. E SILVA, JOSÉ ARAGÃO DA SILVA, FRANCISCO ALVES DOS SANTOS, FRANCISCO DAS CHAGAS DE O. LIRA.

Advogados: Luiz Geraldo Lopes Rocha, Francisco Einstein Sepúlveda de Holanda

Relatora: Desa. ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ

Revisor: Des. MARCELO CARVALHO SILVA

"ADIADO O JULGAMENTO, FACE ÀS FÉRIAS FORENSES DO DESEMBARGADOR REVISOR".

35 – IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA Nº 5.491/2008, NOS AUTOS DA AÇÃO RESCISÓRIA Nº 25.813/2007

Excipiente: MARIA DA CONCEIÇÃO PEREIRA

Advogado: Candido Diniz Barros

Excepto: COLISEU – COMPANHIA DE LIMPEZA E SERVIÇOS URBANOS

Advogados: Jorge Luis de C. Fonseca, Nardo Assunção da Cunha, Raimundo Nonato Praseres, Lúcio Flávio da Rocha Castro e Emanuella Napoleão Fonseca.

Relator: Des. CLEONES CARVALHO CUNHA

"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER MINISTERIAL MANIFESTADO EM BANCA, AS CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS JULGARAM PROCEDENTE A PRESENTE IMPUGNAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR

RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores CLEONES CARVALHO CUNHA - Relator, MILSON DE SOUZA COUTINHO, JOSÉ STÉLIO NUNES MUNIZ, ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ e JAIME FERREIRA DE ARAÚJO.

COORDENADORIA DO PLENÁRIO E DAS CÂMARAS REUNIDAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 04 DE JULHO DE 2008.

ANA RITA NOGUEIRA RIOS

Diretora Judiciária

Tribunal Pleno

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 016030/2008 – SÃO LUÍS.

Impetrante: Francisco Tarcísio Almeida de Araújo.

Advogado: Dr. Marco Antônio Coelho Lara.

Impetrado: Des. Milson de Souza Coutinho.

Relator: Des. Cleones Carvalho Cunha.

DESPACHO

Vistos etc.

Francisco Tarcísio Almeida de Araújo impetrou o presente mandado de segurança, com pedido de liminar, contra decisão prolatada pelo Des. Milson de Souza Coutinho que, nos autos do agravo de instrumento n.º 010227/2008, interposto pela Concessionária (Entrepósito Comercial de Automóveis Ltda.) em face do ora impetrante, deferiu o efeito suspensivo ali pretendido, inclusive, confirmando-o no pedido de reconsideração.

O impetrante, primeiramente, procede ao relato da situação fática tratada no referido recurso, e alega que a decisão atacada foi fruto de apreciação errônea, ante a comprovação nos autos de que houve prévia recusa da concessionária Entrepósito quanto ao reparo no prazo de 30 (trinta) dias quanto aos vícios apontados pelo consumidor, ora agravante.

Considera que a decisão proferida pela autoridade indigitada coatora está eivada de ilegalidade e afronta os dispositivos insertos no art. 5º, XXXV e 93, IX, ambos da CF/88, ante a ausência de fundamentação. E complementa dizendo que não se afigura procedente e cabível o efeito suspensivo inadvertidamente deferido pela autoridade impetrada.

O impetrante, inconformado com o *decisum*, ressalta o cabimento do presente mandado de segurança, trazendo à baila novamente as questões fático-jurídicas que são objeto do Agravo de Instrumento n.º 010.227/2008, de relatoria do Des. Milson de Souza Coutinho, ora impetrado, e que ainda tramita nesta Corte de Justiça.

Com base em tais argumentos, entende restarem caracterizados o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora* autorizadores do deferimento do pleito liminar para anular e/ou cassar o efeito suspensivo ilegalmente atribuído pela autoridade coatora ao AI n.º 010.227/2008 e, por consequência, restabelecer a vigência e plena eficácia da decisão de primeiro grau que antecipou parcialmente os efeitos da tutela de mérito pretendida pelo impetrante. Ao final, requer a concessão da ordem mandamental, confirmando-se em sua totalidade a liminar deferida.

É o breve relatório. Passo a decidir.

Consoante acima relatado, a presente ação mandamental tem por escopo a anulação da decisão liminar proferida pelo Des. Milson de Souza Coutinho no Agravo de Instrumento n.º 010.227/2008, a qual concedeu a suspensão dos efeitos da decisão agravada até o julgamento final do recurso.

É certo que o mandado de segurança em tela foi impetrado em face de decisão judicial, cujo cabimento encontra-se orientado pelos balizamentos estabelecidos no art. 5º, inciso II, da Lei 1.533/51 (Lei do Mandado de Segurança), bem como pela Súmula 267 do STF^[1]. Ocorre que, analisando-o à luz da Lei nº 11.187/2005, que conferiu nova disciplina ao cabimento e processamento dos agravos retido e de instrumento, alterando os artigos 522, 523 e 527 do CPC, tenho que a presente ação mandamental sequer deve ser conhecida.

Isso porque, segundo a nova sistemática processual, o agravo de instrumento somente será cabível quando a decisão interlocutória for suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de não recebimento da apelação e nos relativos aos efeitos em que o recurso de apelo é recebido. Assim, não se enquadrando o agravo em nenhuma dessas hipóteses, deverá o mesmo ser convertido na modalidade retida, nos termos do art. 527, II, da Lei Processual Civil.

Ademais, em conformidade com a nova redação dada ao parágrafo único do art. 527 do CPC^[2], a decisão liminar proferida no caso do inciso III do *caput* do referido artigo – que é o dispositivo que interessa à situação em voga – somente é passível de reforma no momento do julgamento do agravo, salvo se o próprio relator a reconsiderar.

Em verdade, com a entrada em vigor da nova lei, a restrição dos agravos regimentais é quase total, posto que o parágrafo único acima transcrito é cristalino ao prescrever que a decisão que defere ou indefere o pedido de suspensão dos efeitos do *decisum* agravado somente é passível de reforma no momento de julgamento do agravo, a não ser que o próprio relator, de ofício, venha a reconsiderá-la.

Destarte, ante essa obviedade, a qual surgiu com o intento de dar maior celeridade à tramitação do recurso de agravo de instrumento, tenho que o ora impetrante, ao se valer da presente ação mandamental, tenta conseguir, por vias transversas, o que a lei processual veda.

Assim, a se permitir esse ajuizamento desenfreado de ações mandamentais para tal mister, acaba-se por desvirtuar o próprio sentido da lei, tornando-a inócua, e, conseqüentemente, sobrecarregando as Cortes do País com ações cujos objetos são os mesmos constantes nos recursos de agravo interpostos anteriormente.

Ante tudo quanto foi exposto, face à carência da ação por ausência de interesse processual, com supedâneo no art. 8º, *caput*, da Lei

1.533/1951, art. 295, II, do CPC[3], bem como no art. 258, VI, do RITJ/MA, extingo o feito sem o julgamento do mérito, nos termos do art. 267, VI, do Código de Processo Civil.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

São Luís, 10 de julho de 2008.

Desembargador CLEONES CARVALHO CUNHA
RELATOR

[1] “Art. 5º Não dará mandado de segurança quando se tratar:

[...]”

II – de despacho ou decisão judicial, quando haja recurso previsto nas leis processuais ou possa ser modificado por via de correção; [...]”

“Súmula 267 do STF. Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correção.”

[2] “Art. 527 – Recebido o agravo de instrumento no tribunal, e distribuído incontinenti, o relator:

[...]”

III – poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso (art. 558), ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, comunicando ao juiz sua decisão;

[...]”

Parágrafo único – a decisão liminar, proferida nos casos dos incisos II e III do *caput* deste artigo, somente é passível de reforma no momento do julgamento do agravo, salvo se o próprio relator a reconsiderar.”

[3] “Art. 295. A petição inicial será indeferida:

[...]”

III – quando o autor carecer de interesse processual;

[...]”

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA Nº12329-2008 – Estreito – MA.

IMPERANTE: Centauro Seguradora S/A

ADVOGADOS: Luís Fernando Lopes Bulhões e outros

IMPETRADO: Juiz de Direito da Comarca de Estreito

RELATORA: DESA.ETELVINA RIBEIRO GONÇALVES

DESPACHO

Reservo-me para apreciar o pedido de tutela liminar após as informações da autoridade apontada coatora, a qual deve ser notificada para prestá-las no prazo de 10 (dez) dias.

Publique-se. Cumpra-se.

São Luís(MA), 26 de junho de 2008.

Desª Etelvina Ribeiro Gonçalves
Relatora

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA Nº14122-2008 – São Luis – MA.

IMPERANTE: Danilo de Sousa Tupan

ADVOGADOS: José Wilson Cardoso Diniz, George Barroso de Moraes

IMPETRADO: Desembargador José Stélio Nunes Muniz

RELATORA: DESA.ETELVINA RIBEIRO GONÇALVES

DESPACHO

Reservo-me para apreciar o pedido de tutela liminar após as informações da autoridade apontada coatora, a qual deve ser notificada para prestá-las no prazo de 10 (dez) dias.

Publique-se. Cumpra-se.

São Luís(MA), 26 de junho de 2008.

Desª Etelvina Ribeiro Gonçalves
Relatora

TRIBUNAL PLENO

Embargos de Declaração nº. 14643/08 – São Luis – MA.

Embargante: Estado do Maranhão

Advogado: Raimundo Soares de Carvalho

Embargado : Milton Bandeira de Lima

Advogados: Luis Carlos Araújo Saraiva Sobrinho e outro.

Relatora: Desª. Etelvina Luiza Ribeiro Gonçalves

D E S P A C H O

Em se tratando de Embargos de Declaração com efeitos infringentes, intime-se o Embargado para apresentar contra-razões, homenageando os princípios da ampla defesa e contraditório.

Publique-se. Cumpra-se.
São Luís (MA), 01 de julho de 2008.

Des^a. Etelvina Luiza Ribeiro Gonçalves
Relatora

TRIBUNAL PLENO**MANDADO DE SEGURANÇA Nº 14773-2008 – São Luís – MA.****IMPERANTE: Francisco Lafayete Uchoa Mendes****ADVOGADOS: Fernando dos Anjos Pereira e outro****IMPETRADO: Secretaria de Estado da Administração e Previdência Social do Maranhão****RELATORA: DESA.ETELVINA RIBEIRO GONÇALVES****DESPACHO**

Reservo-me para apreciar o pedido de tutela liminar após as informações da autoridade apontada coatora, a qual deve ser notificada para prestá-las no prazo de 10 (dez) dias.

Citem-se os litisconsortes indicados para manifestarem-se.

Publique-se. Cumpra-se.

São Luís(MA), 26 de junho de 2008.

Des^a Etelvina Ribeiro Gonçalves
Relatora

TRIBUNAL PLENO**RECLAMAÇÃO CÍVEL n.º 5.466/2008****RECLAMANTE: ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DOS SERVIDORES DA COHAB – RECREAB.****ADVOGADOS: PEDRO LEONEL PINTO DE CARVALHO E OUTROS.****RECLAMADO: ATO DO EXMO. SR. DES. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.****RELATORA: Des. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES.****DESPACHO**

A ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DOS SERVIDORES DA COHAB – RECREAB, já qualificada nestes autos, com fundamento no art. 6º, inciso XVI, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, impetrou a presente Reclamação Cível, com pedido de liminar, em face da decisão do **DES. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF**, proferida no bojo da Reclamação n.º 1.858/2008, proposta por GOEMA – Grande Oriente do Maranhão em desfavor deste Reclamante, em que foi concedida a liminar para sua reintegração no imóvel, localizado na Av. São Luís Rei de França, S/N, Turu.

Colhe-se dos autos que a Impetrante é beneficiária de decisão proferida pela MM. Juíza Luzia Madeiro Nepomucena, respondendo então pela 3ª Vara da Fazenda Pública, no bojo do processo n.º 5.889/2001, a qual determinou a sua reintegração no imóvel acima destacado. Nestes autos, a GOEMA – Grande Oriente do Maranhão opôs Embargos de Terceiro n.º 2.310/2008, assim como foram interpostos recursos de Agravo de Instrumento e Suspensão de Liminar.

A GOEMA – Grande Oriente do Maranhão propôs Reclamação Cível n.º 1.858/2008, para preservar as decisões preferidas no Agravo n.º 14.287/2001 e na Suspensão de Liminar n.º 19.805/2002, sendo que o Exmo. Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf concedeu liminar determinando a suspensão da decisão de base, a qual concedeu a reintegração de posse em favor da RECREAB.

Contra esta decisão é a que a Reclamante se volta.

Ao final, requereu a concessão de liminar, determinando a Suspensão da decisão, proferida pelo Eminente Desembargador Dr. Jorge Rachid Mubárack Maluf e, no mérito, a procedência da reclamação e conseqüente anulação do ato decisório.

Colacionou documentos de fls. 31/71.

Compulsando os autos, verifico, em juízo preliminar, que esta medida extrema preenche os requisitos de cabimento. Entretanto, em virtude de entender necessária a vinda de outros documentos que possam proporcionar uma análise mais segura das questões trazidas a este Egrégio Tribunal, reservo-me do direito de apreciar a liminar somente após o prazo legal das informações, a serem prestadas pelo **Eminente Desembargador Jorge Rachid Mubárack Maluf**.

Portanto, notifique-se a Autoridade Judiciária acima destacada, a fim de que preste, no prazo legal de 10 (dez) dias, as informações que entender necessárias, fornecendo-lhe cópia da petição inicial e demais documentos instrutivos.

Recebidas as informações ou transcorrido o prazo, voltem-me conclusos.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

São Luís, 08 de julho de 2008.

Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes
Relatora

TRIBUNAL PLENO**MANDADO DE SEGURANÇA Nº8075-2008 – São Luís – MA.****IMPERANTE: Isabele Karoline Pereira Costa****ADVOGADA: Fabíola Karina de Moraes Rego Rocha****IMPETRADO: Diretor do Instituto de Desenvolvimento do Maranhão - IDEM****RELATORA: DESA.ETELVINA RIBEIRO GONÇALVES**

DESPACHO

Reservo-me para apreciar o pedido de tutela liminar após as informações da autoridade apontada coatora, a qual deve ser notificada para prestá-las no prazo de 10 (dez) dias.

Publique-se. Cumpra-se.

São Luís(MA), 19 de junho de 2008.

Desª Etelvina Luiza Ribeiro Gonçalves
Relatora

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 9527-2008 – São Luis – MA.

IMPERANTE: Vivianne Peixoto de Araújo

ADVOGADA: Kamila Cardoso de Souza Ribeiro

IMPETRADO: Secretario de Estado da Administração e Previdência Social do Maranhão

RELATORA: DESA.ETELVINA RIBEIRO GONÇALVES

DESPACHO

Reservo-me para apreciar o pedido de tutela liminar após as informações da autoridade apontada coatora, a qual deve ser notificada para prestá-las no prazo de 10 (dez) dias.

Citem-se os litisconsortes indicados para manifestarem-se.

Publique-se. Cumpra-se.

São Luís(MA), 26 de junho de 2008.

Desª Etelvina Ribeiro Gonçalves
Relatora

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 9977-2008 – São Luis – MA.

IMPERANTE: Martinha de Jesus Alves Nogueira

ADVOGADA: Ana Lucia de Sousa Araújo

IMPETRADO: Secretario de Planejamento, Orçamento e Gestão do Estado do Maranhão

RELATORA: DESA.ETELVINA RIBEIRO GONÇALVES

DESPACHO

Reservo-me para apreciar o pedido de tutela liminar após as informações da autoridade apontada coatora, a qual deve ser notificada para prestá-las no prazo de 10 (dez) dias.

Publique-se. Cumpra-se.

São Luís(MA), 26 de junho de 2008.

Desª Etelvina Ribeiro Gonçalves
Relatora

Coordenadoria das Câmaras Cíveis Isoladas

Resenha de julgamentos da SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, sessão do dia 08 de julho de 2008.

Presidência: Desª. NELMA SARNEY COSTA

Procurador de Justiça: DR. DANIEL RIBEIRO DA SILVA

Secretária em exercício: ANA CAROLINA RIBEIRO LIMA COSTA

Compareceram os Senhores Desembargadores: ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

Aprovada a Ata da sessão anterior

JULGAMENTOS

01 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 014636 / 2008 AO ACÓRDÃO N.º 073576/2008, PROFERIDO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO CÍVEL N.º 010156 / 2007

EMBARGANTE: FELICIA DOS SANTOS PEREIRA

Advogado: JOSÉ RAIMUNDO NUNES SANTOS

EMBARGADO: JOSÉ ESCÓRCIO DE CERQUEIRA E SUA MULHER CLENIR R. DE CERQUEIRA

Advogados: JOSÉ AGENOR DOURADO E IRAPUÃ LEAL DE SOUZA

RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

"UNANIMEMENTE, REJEITARAM OS EMBARGOS OPOSTOS, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

02 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 014666 / 2008 AO ACÓRDÃO N.º 073581/2008, PROFERIDO NOS AUTOS DO(A)

APELAÇÃO CÍVEL Nº 004985 / 2008

EMBARGANTE: MARIA DA LUZ FERREIRA

Advogado(a)(s): ARMANDO SEREJO, FERNANDA SEREJO

EMBARGADO(A): ESTADO DO MARANHÃO

Advogado(a)(s): OSVALDO SANTOS CARDOSO

RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

"UNANIMEMENTE, REJEITARAM OS EMBARGOS OPOSTOS, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

03 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 012398/2008 AO ACÓRDÃO Nº 071345/2008, PROFERIDO NOS AUTOS DO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 004264/2007

EMBARGANTE: NEWTON FRANCISCO MACHADO E OUTROS

Advogado(a)(s): PEDRO AMÉRICO DIAS VIEIRA E OUTROS

EMBARGADO(A): ALVEMA - ALCÂNTARA VEÍCULOS E MÁQUINAS LTDA

Advogado(a)(s): ÍTALO FÁBIO AZEVEDO E OUTROS

RELATORA: Desa. NELMA SARNEY COSTA

"UNANIMEMENTE, REJEITARAM OS EMBARGOS OPOSTOS, NOS TERMOS DO VOTO DA DESEMBARGADORA RELATORA".

Votaram os Senhores Desembargadores NELMA SARNEY COSTA, ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

04 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 013143 / 2008 AO ACÓRDÃO Nº 071586/2008, PROFERIDO NOS AUTOS DO(A) APELAÇÃO CÍVEL Nº 025163 / 2007

EMBARGANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR(A)(ES) JOSÉ HENRIQUE MARQUES MOREIRA

EMBARGADO(A): GILBERTO DE OLIVEIRA TENÓRIO - EX - PREFEITO MUNICIPAL DE MATÕES

RELATORA: Desa. NELMA SARNEY COSTA

"UNANIMEMENTE, REJEITARAM OS EMBARGOS OPOSTOS, NOS TERMOS DO VOTO DA DESEMBARGADORA RELATORA".

Votaram os Senhores Desembargadores NELMA SARNEY COSTA, ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

05 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 013912 / 2008 AO ACÓRDÃO Nº 073585/2008, PROFERIDO NOS AUTOS DO(A) AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 003521 / 2008

EMBARGANTE: BANCO RURAL S/A

Advogado(a)(s): GLENDA MARÃO VIANA PEREIRA DOS REIS

EMBARGADO(A): SANTA CLARA CONSTRUÇÕES, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

Advogado(a)(s): PEDRO LEONEL PINTO DE CARVALHO E OUTROS

RELATORA: Desa. NELMA SARNEY COSTA

"UNANIMEMENTE, ACOLHERAM OS EMBARGOS OPOSTOS, PARA CONSIGNAR QUE O AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO FOI COHECIDO PELO FATO DE NÃO TER SIDO JUNTADA A PETIÇÃO DE SUBSTABELECIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA DESEMBARGADORA RELATORA".

Votaram os Senhores Desembargadores NELMA SARNEY COSTA, ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

06 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 014203/2008, PROFERIDO NOS AUTOS DO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 003521 / 2008

EMBARGANTE: SANTA CLARA CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

Advogado(a)(s): THIAGO BRHANNER GARCÊS COSTA

EMBARGADO(A): BANCO RURAL S/A

Advogado(a)(s): JOSÉ CALDAS GOIS E OUTROS

RELATORA: Desa. NELMA SARNEY COSTA

"UNANIMEMENTE, ACOLHERAM OS EMBARGOS OPOSTOS, PARA CONSIGNAR QUE O AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO FOI COHECIDO PELO FATO DE NÃO TER SIDO JUNTADA A PETIÇÃO DE SUBSTABELECIMENTO, NOS TERMOS DO VOTO DA DESEMBARGADORA RELATORA".

Votaram os Senhores Desembargadores NELMA SARNEY COSTA, ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

07 - APELAÇÃO CÍVEL N.º 018671 / 2007 - SÃO LUÍS

APELANTE: MARIA LÚCIA DE LISBOA NASCIMENTO, GILMA DE CASTRO B. BARRA E OUTROS
Advogado(a)(s): JOSÉ ANTONIO F. DE ALMEIDA SILVA, JOSÉ CARLOS SOUSA SILVA E OUTROS
APELADO(A): FRANERE -CONSTRUÇÕES COMERCIO E IMOBILIARIA LTDA
Advogado(a)(s): PEDRO AMÉRICO DIAS VIEIRA, JOÃO CARLOS DUBOC JÚNIOR E OUTROS
RELATORA: Desa. NELMA SARNEY COSTA
REVISOR: Des. MARCELO CARVALHO SILVA

"PROCESSO RETIRADO DE PAUTA PARA ENVIO AO REVISOR SUBSTITUTO".

08 - MEDIDA CAUTELAR INOMINADA N.º 005659 / 2007 - SÃO LUÍS

REQUERENTE: CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI
Advogado(a)(s): JOANA D'ARC SILVA S. RABELO, EDNA Mª P. RAMOS, FLÁVIO A. LIMA CHAVES
REQUERIDO(A): ESPOLIO DE NATHALINA MOREIRA DE OLIVEIRA
Advogado(a)(s): JEZANIAS DO RÉGO MONTEIRO
RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

"UNANIMEMENTE, REJEITARAM A PRELIMINAR SUSCITADA. NO MÉRITO, UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, JULGARAM EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

Observação: OCUPOU A TRIBUNA PARA SUSTENTAÇÃO ORAL, DR. PEDRO LEONEL PINTO DE CARVALHO, ADVOGADO DO REQUERIDO.

09 - APELAÇÃO CÍVEL N.º 005044 / 2008 - SÃO LUÍS

APELANTE: SEBASTIAN CARLOS DETERT, MARIA ELIZABETH DETERT
Advogado(a)(s): HUGO MOREIRA LIMA SAUAIA
APELADO: MARIA BERNARDA DOURADO DOS SANTOS
Advogado(a)(s): MILENA SOUSA LIMA, WALTER ALVES ANDRADE NETO
RELATORA: Desa. NELMA SARNEY COSTA
REVISOR: Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF

"PROCESSO RETIRADO DE PAUTA TENDO EM VISTA CONVERSÃO EM DILIGÊNCIA".

10 - APELAÇÃO CÍVEL N.º 009879 / 2008 - SÃO LUÍS

APELANTE: DOWVER AZEVEDO CRUZ, LINDALVA MARQUES CRUZ
Advogado(a)(s): ANA CRISTINA BRANDÃO FEITOSA, EDUARDO DE JESUS SILVA NETO E OUTRO
APELADO: HILDÁCIO BEZERRA DE ARAÚJO
Advogado(a)(s): JOSÉ SALIM CUTRIM LAUANDE JÚNIOR
RELATOR: Des. MARCELO CARVALHO SILVA
REVISOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

"PROCESSO RETIRADO DE PAUTA POR INCORREÇÃO NA PUBLICAÇÃO".

11 - APELAÇÃO CÍVEL N.º 004310 / 2008 - SÃO LUÍS

APELANTE: PEDRO LEONEL PINTO DE CARVALHO
Advogado(a)(s): FABIANA CRISTINA SCALFERRI ZIEGLER BELCHIOR SILVA, DANIEL BLUME PEREIRA DE ALMEIDA, PEDRO LUCIANO M. PUINTO DE CARVALHO E OUTROS
APELADO: EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S/A, MARGARIDA CASTELO BRANCO - ME, FOLHA DE SÃO PAULO, SERDIL - SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO S/A
Advogado(a)(s): MARCELO F. DA SILVA GALVÃO, ROBERTO PIRES, MÔNICA DA SILVA GALVÃO
RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
REVISORA: Desa. NELMA SARNEY COSTA

"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, MODIFICADO EM BANCA, DERAM PROVIMENTO AO RECURSO, PARA CONDENAR EM DANOS MORAIS DE R\$ 1.2000,00 (HUM MIL E DUZENTOS REAIS) E OBRIGAÇÃO DE FAZER, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

Observação: OCUPOU A TRIBUNA PARA SUSTENTAÇÃO ORAL, DR. PEDRO LEONEL PINTO DE CARVALHO, ADVOGANDO EM CAUSA PRÓPRIA.

12 - AÇÃO RESCISÓRIA N.º 008928 / 2007 - SÃO LUÍS

AUTOR: BANCO VOLKSWAGEN S/A

Advogados: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO, FREDERICO AUGUSTO F. BARBOSA E OUTROS

RÉU: AGRO - INDUSTRIAL MYLANTAL LTDA, I SIQUEIRA DODO NETO IND. E COM., ISABEL DE OLIVEIRA NOGUEIRA

RELATORA: Des. NELMA SARNEY COSTA

REVISOR: Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF

"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, MODIFICADO EM BANCA, JULGARAM PELA EXTINÇÃO DO PROCESSO, NOS TERMOS DO VOTO DA DESEMBARGADORA RELATORA".

Votaram os Senhores Desembargadores NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF, ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR.

13 - AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 009096 / 2008 - SÃO LUÍS

AGRAVANTE: CIMA EMPREENDIMENTOS DO BRASIL LTDA

Advogado(a)(s): PEDRO AMÉRICO DIAS VIEIRA, JOÃO CARLOS DUBOC JÚNIOR, THIAGO ROBERTO MORAIS DIAZ, MARIA JOSÉ MILHOMEM, DAISY MARIA DIAS VIEIRA

AGRAVADO: AFAL - ARTEFATOS DE FERRO E AÇO LTDA

Advogado(a)(s): LUÍS FERNANDO DOMINICE CASTELO BRANCO

RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

14 - AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 002137 / 2004 - SÃO LUÍS

AGRAVANTE: ASSOCIAÇÃO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES DO MARANHÃO - ANOREG - MA., MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Advogado(a)(s): JOSÉ CALDAS GOIS, JOSÉ CALDAS GOIS JÚNIOR, CLARISSA BRITO VAL, GLENDA MARÃO VIANA PEREIRA, CLÁUDIO BORGES DOS SANTOS

AGRAVADO(A): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROMOTOR(A)(ES) CARLOS AUGUSTO DA SILVA OLIVEIRA

RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

"ADIADO O JULGAMENTO A PEDIDO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

15 - AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 020109 / 2007 - SÃO LUÍS

AGRAVANTE: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN

Advogado(a)(s): HÉLIO DA SILVA MAIA NETO, VALBER MUNIZ, MARVIO AGUIAR REIS

AGRAVADO(A): ZULEICA SILVA MACEDO COUTO

Advogado(a)(s): CARLOS AUGUSTO MACÊDO COUTO, DEOLINDO LUIZ R. NETO, SÂMIA FRANCO LEITÃO

RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, JULGARAM PREJUDICADO O RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

16 - AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 009507 / 2008 - SÃO LUÍS

AGRAVANTE: MARIA DO ROSÁRIO CARVALHO DE SOUZA

Advogado(a)(s): CARLOS ALBERTO BRAGA DINIZ JÚNIOR, PAULO CRUZ PEREIRA, LUIS GUILHERME RAMOS SIQUEIRA, MANOEL MORAES FILHO

AGRAVADO: FRANCISCO DAS CHAGAS SANTOS RIBEIRO, EDMILSON SANTOS RIBEIRO

RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, MODIFICADO EM BANCA, JULGARAM PREJUDICADO O RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

17 - AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 004772 / 2008 - SÃO LUÍS

AGRAVANTE: ESTADO DO MARANHÃO

PROCURADOR(A)(ES) LUCIANA CARVALHO MARQUES, VALDÊNIO NOGUEIRA CAMINHA

AGRAVADO: JOSÉ LUIZ DINIZ

Advogado(a)(s): PEDRO LEONEL PINTO DE CARVALHO, SIDNEY FILHO NUNES ROCHA E OUTROS

RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DERAM PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

18 - AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 007756 / 2008 - SANTA LUZIA

AGRAVANTE: FRANCISCO VITÓRIO DA SILVA

Advogado(a)(s): ONILDO ALMEIDA SOUSA

AGRAVADO(A): BANCO WOLKSWAGEN S/A

Advogado(a)(s): HIRAN LEÃO DUARTE, ELIETE S. MATOS, VAGNER M. DE OLIVEIRA E OUTROS

RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

"UNANIMEMENTE, DERAM PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

19 - AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 010625 / 2008 - SÃO LUÍS

AGRAVANTE: ESTADO DO MARANHÃO

PROCURADOR(A)(ES) LUCIANA CARVALHO MARQUES

AGRAVADO(A): ISONEIDE NUNES DA SILVA

Advogado(a)(s): VICTÓRIO DE OLIVEIRA RICCI, GUSTAVO SANTOS SIMIÃO

RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

20 - REMESSA N.º 004221 / 2008 - SÃO LUÍS

REMETENTE: JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO LUÍS

REQUERENTE: MARIA ISABEL ARAÚJO GOMES

Advogado(a)(s): VALÚSIA Mª C. SANTOS, JEFFERSON W. G. M. FRANÇA, CRISÓGONO R. SANTOS

REQUERIDO: ESTADO DO MARANHÃO

PROCURADOR(A)(ES) LORENA DUAILIBE CARVALHO

RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

REVISORA: Desa. NELMA SARNEY COSTA

"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, MODIFICADO

EM BANCA, DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, PARA QUE OS JUROS MORATÓRIOS SEJAM FIXADOS NO IMPORTE DE 6% (SEIS POR CENTO) AO ANO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

21 - APELAÇÃO CÍVEL N.º 004425 / 2008 - SÃO LUÍS

APELANTE: ESTADO DO MARANHÃO

PROCURADOR: CARLOS GUSTAVO BRITO CASTRO

APELADOS: JOSE MARIA FONSECA COSTA, JOSE Mª NASCIMENTO DOS SANTOS E OUTROS

Advogado(a)(s): LUIZ HENRIQUE FALCÃO TEIXEIRA, SILVANA CRISTINA REIS LOUREIRO

RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

REVISORA: Desa. NELMA SARNEY COSTA

"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, MODIFICADO EM BANCA, DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO PRIMEIRO APELO PARA DETERMINAR A NECESSIDADE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA E NEGARAM PROVIMENTO AO SEGUNDO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

22 - APELAÇÃO CÍVEL N.º 005776 / 2008 - SÃO LUÍS

APELANTE: ESTADO DO MARANHÃO

PROCURADOR(A)(ES) OSMAR CAVALCANTE OLIVEIRA

APELADO(A): ROSINETE BELINDA PEREIRA PINTO, MARIO ROBERTO GARCEZ E OUTROS

Advogado(a)(s): CARMINA ROSA COELHO RODRIGUES

RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

REVISORA: Desa. NELMA SARNEY COSTA

"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, PARA QUE OS JUROS MORATÓRIOS SEJAM FIXADOS NO IMPORTE DE 6% (SEIS POR CENTO) AO ANO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

23 - APELAÇÃO CÍVEL N.º 008337 / 2008 - SÃO LUÍS

APELANTE: ESTADO DO MARANHÃO

PROCURADOR(A)(ES) OSMAR CAVALCANTE OLIVEIRA

APELADO(A): HELENA CRISTINA COSTA

Advogado(a)(s): JACQUELINE VIDIGAL LEÃO, ALEXANDRE NARDINI

RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

REVISORA: Desa. NELMA SARNEY COSTA

"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, MODIFICADO EM BANCA, NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

24 - APELAÇÃO CÍVEL N.º 003340 / 2008 - SÃO LUÍS

APELANTE: ESTADO DO MARANHÃO

PROCURADOR: CARLOS GUSTAVO BRITO CASTRO

APELADO: CONCEIÇÃO DE MARIA REGO MACIEL, MARIA JOSÉ P. NASCIMENTO E OUTROS

Advogado(a)(s): LUÍZ HENRIQUE FALCÃO TEIXEIRA

RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

REVISORA: Desa. NELMA SARNEY COSTA

"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, MODIFICADO EM BANCA, NEGARAM PROVIMENTO A AMBOS OS RECURSOS, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

25 - APELAÇÃO CÍVEL N.º 003343 / 2008 - SÃO LUÍS

APELANTE: ESTADO DO MARANHÃO

PROCURADOR(A)(ES) CARLOS GUSTAVO BRITO CASTRO, LORENA DUAILIBE CARVALHO

APELADO(A): MARIA DE LOURDES S. AZEVÊDO, MARIA DAS G. DOS S. CAMPOS E OUTROS

Advogado(a)(s): ANA CÉLIA DE ALMEIDA FREITAS E JOSELINE DE ALMAEIDA FREITAS

RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

REVISORA: Desa. NELMA SARNEY COSTA

"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, APENAS PARA SUPRIMIR A MULTA DE 1% (UM POR CENTO) ATRIBUÍDA NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

26 - APELAÇÃO CÍVEL N.º 003344 / 2008 - SÃO LUÍS

1º APELANTE: OSCARINA BEZERRA SILVA, LUZIA MACHADO ARAUJO, LILIA V. SALES E OUTROS

Advogado(a)(s): LUIZ HENRIQUE FALCÃO TEIXEIRA

2º APELANTE: ESTADO DO MARANHÃO

PROCURADOR(A)(ES) CARLOS GUSTAVO BRITO CASTRO

1º APELADO(A): ESTADO DO MARANHÃO,

PROCURADOR(A)(ES) CARLOS GUSTAVO BRITO CASTRO

2º APELADO(A): OSCARINA BEZERRA SILVA E OUTROS

Advogado(a)(s): LUÍZ HENRIQUE FALCÃO TEIXEIRA

RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

REVISORA: Desa. NELMA SARNEY COSTA

"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, MODIFICADO EM BANCA, DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO PRIMEIRO APELO, PARA DETERMINAR A NECESSIDADE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA E NEGARAM PROVIMENTO AO SEGUNDO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

27 - APELAÇÃO CÍVEL N.º 003369 / 2008 - SÃO LUÍS

1º APELANTE: MARIA DE JESUS PEREIRA, ELIZABETH ROSA DOS SANTOS COSTA LEITE, ANA DALVA FERREIRA DA SILVA, IRENE FRASÃO RIBEIRO SILVA E OUTROS

Advogado(a)(s): LUIZ HENRIQUE FALCÃO TEIXEIRA E OUTROS

2º APELANTE: ESTADO DO MARANHÃO

PROCURADOR(A)(ES) CARLOS GUSTAVO BRITO CASTRO

1º APELADO(A): ESTADO DO MARANHÃO,

PROCURADOR(A)(ES) CARLOS GUSTAVO BRITO CASTRO

2º APELADO(A): MARIA DE JESUS PEREIRA, ELIZABETH ROSA DOS SANTOS COSTA LEITE, ANA DALVA FERREIRA DA SILVA, IRENE FRASÃO RIBEIRO SILVA E OUTROS

Advogado(a)(s): LUIZ HENRIQUE FALCÃO TEIXEIRA E OUTROS

RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

REVISORA: Desa. NELMA SARNEY COSTA

"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, MODIFICADO EM BANCA, NEGARAM PROVIMENTO A AMBOS OS APELOS, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

28 - APELAÇÃO CÍVEL N.º 003840 / 2008 - SÃO LUÍS

APELANTE: ESTADO DO MARANHÃO

PROCURADOR(A)(ES) JOÃO RICARDO GOMES DE OLIVEIRA

APELADO(A): MARIA GORETH SERPA MORAIS DE SOUSA, MARILENE NUNES BELO, MARLENE DOS

PASSOS AMARAL, MARTINHA NEVES MOTA E OUTROS

Advogado(a)(s): JOSELINE DE ALMEIDA FREITAS, ANA CÉLIA DE ALMEIDA FREITAS
RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
REVISORA: Desa. NELMA SARNEY COSTA

"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, PARA QUE OS JUROS MORATÓRIOS SEJAM FIXADOS NO IMPORTE DE 6% (SEIS POR CENTO) AO ANO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

29 - APELAÇÃO CÍVEL N.º 001696 / 2008 - SÃO LUÍS

APELANTE: ESTADO DO MARANHÃO

PROCURADOR(A)(ES) CARLOS GUSTAVO BRITO CASTRO

APELADO(A): MARIA APARECIDA SANTOS PEREIRA, MARIA JOSE REIS S. DE SOUSA E OUTROS

Advogado(a)(s): FRANCISCO DE ASSIS SOUZA COELHO, SÔNIA MARIA LOPES COELHO

RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

REVISORA: Desa. NELMA SARNEY COSTA

"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, MODIFICADO EM BANCA, NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

30 - APELAÇÃO CÍVEL N.º 002102 / 2008 - SÃO LUÍS

APELANTE: ESTADO DO MARANHÃO

PROCURADOR(A)(ES) DANIEL BLUME P. DE ALMEIDA

APELADO(A): MARICE JOSÉ DE JESUS SANTOS, MARLENE CONCEIÇÃO AROUCHA E OUTROS

Advogado(a)(s): LUIZ HENRIQUE FALCÃO TEIXEIRA E OUTROS

RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

REVISORA: Desa. NELMA SARNEY COSTA

"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, MODIFICADO EM BANCA, DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, PARA TÃO SOMENTE REDUZIR A CONDENAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE 20% (VINTE POR CENTO) PARA 2% (DOIS POR CENTO) SOBRE O VALOR TOTAL, BEM COMO PARA SUPRIMIR A MULTA DE 1% (UM POR CENTO) ATRIBUÍDA NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

31 - APELAÇÃO CÍVEL N.º 024398 / 2007 - SÃO LUÍS

APELANTE: ESTADO DO MARANHÃO

PROCURADOR(A)(ES) ROGÉRIO FARIAS DE ARAÚJO, DANIEL BLUME PEREIRA DE ALMEIDA

Advogado(a)(s): ANTONIO CEZAR FERNANDES ZARANZA DE CARVALHO

APELADO(A): MARINEIDE O. SANTOS LOPES, MARIA DE LOURDES SOUSA SANTOS E OUTROS

Advogado(a)(s): LUIZ HENRIQUE FALCÃO TEIXEIRA, GUTEMBERG SOARES CARNEIRO E OUTROS

RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

REVISORA: Desa. NELMA SARNEY COSTA

"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, MODIFICADO EM BANCA, DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, APENAS PARA QUE O PERCENTUAL ARBITRADO A TÍTULO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SEJA FIXADO NO PATAMAR DE 2% (DOIS POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CAUSA, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

32 - APELAÇÃO CÍVEL N.º 005875 / 2008 - SÃO LUÍS

APELANTE: ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADOR(A)(ES): RICARDO DE LIMA SÉLLOS
APELADO(A): FIRMO DIAS DE SOUSA FILHO
Advogado(a)(s): KÁTIA JANSEN
RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
REVISORA: Desa. NELMA SARNEY COSTA
"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

33 - APELAÇÃO CÍVEL N.º 006403 / 2008 - URBANO SANTOS
APELANTE: MUNICÍPIO DE URBANO SANTOS/MA
Advogado(a)(s): NÓRTON NAZARENO
APELADO(A): MARIA IRACEMA MELO SOUSA, MARIA IZABEL SOEIRO DE SOUZA E OUTROS
Advogado(a)(s): GLADSTON VALE MELO, HUMBERTO GOMES DE OLIVEIRA JÚNIOR
RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
REVISORA: Desa. NELMA SARNEY COSTA
"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

34 - APELAÇÃO CÍVEL N.º 006426 / 2008 - LAGO DA PEDRA
APELANTE: MUNICÍPIO DE LAGO DOS RODRIGUES-MA
Advogado(a)(s): JURACI BANDEIRA
APELADO(A): ANTÔNIO ADAIL CHAVES
Advogado(a)(s): NOÊMIA MOREIRA LEITE
RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
REVISORA: Desa. NELMA SARNEY COSTA
"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

35 - APELAÇÃO CÍVEL N.º 006724 / 2008 - ARAME
APELANTE: MUNICÍPIO DE ARAME
Advogado(a)(s): JOÃO BATISTA SANTOS GUARA
APELADO(A): MARIA ZILMA REZENDE
Advogado(a)(s): SUELY LOPES SILVA
RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
REVISORA: Desa. NELMA SARNEY COSTA
"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

36 - APELAÇÃO CÍVEL N.º 006746 / 2008 - CODÓ
APELANTE: MUNICÍPIO DE CODO
Advogado(a)(s): NÉLSON DE ALENCAR JÚNIOR, JOSÉ DÍLSON LOPES DE OLIVEIRA
APELADO(A): JUANICE PRADO DA SILVA, MARCOS ANTÔNIO SOUSA DA SILVA E OUTROS
Advogado(a)(s): ELIUDE DOS SANTOS OLIVEIRA, FRANCISCO CARLOS DE OLIVEIRA JUNIOR
RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
REVISORA: Desa. NELMA SARNEY COSTA

"UNANIMEMENTE, REJEITARAM AS PRELIMINARES SUSCITADAS. NO MÉRITO, UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

37 - APELAÇÃO CÍVEL N.º 006474 / 2008 - SÃO LUÍS

APELANTE: TELEMAR NORTE LESTE S/A

Advogado(a)(s): ULISSES CÉSAR MARTINS DE SOUSA, CRISTIANO ALVES F. RIBEIRO E OUTROS

APELADO: JOAQUIM RAIMUNDO FERREIRA

Advogado(a)(s): MAISE GARCES FEITOSA, EDUARDO ANDRÉ DE AGUIAR LOPES

RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

REVISORA: Desa. NELMA SARNEY COSTA

"UNANIMEMENTE, NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

38 - APELAÇÃO CÍVEL N.º 007348 / 2008 - SÃO LUÍS

APELANTE: ESTADO DO MARANHÃO

PROCURADOR(A)(ES) OSMAR CAVALCANTE OLIVEIRA

APELADO: LILIAM RAQUEL MELO DE ANDRADE

Advogado(a)(s): BEATRIZ DEL VALLE ECEIZA NUNES

RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

REVISORA: Desa. NELMA SARNEY COSTA

"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, MODIFICADO EM BANCA, DERAM PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

39 - APELAÇÃO CÍVEL N.º 002298 / 2008 - TIMON

APELANTE: FRANCISCA DAS CHAGAS ARAÚJO GUIMARÃES

Advogado(a)(s): FRANCISCO ABIEZEL RABELO DANTAS

APELADO(A): ESTADO DO MARANHÃO

PROCURADOR(A)(ES) ERLLS MARTINS CAVALCANTI

RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

REVISORA: Desa. NELMA SARNEY COSTA

"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DERAM PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

40 - APELAÇÃO CÍVEL N.º 003052 / 2008 - SÃO LUÍS

1º APELANTE: PAULO HENRIQUE ALVES FREITAS,

Advogado(a)(s): PEDRO AMÉRICO DIAS VIEIRA, MARIA JOSÉ MILHOMEM, JOÃO CARLOS DUBOC JÚNIOR E OUTROS

2º APELANTE: CLÁUDIO ANTONIO AMARAL MORAES, DÉBORA MÁRCIA SOARES VERA

Advogado(a)(s): CLÁUDIO ANTONIO AMARAL MORAES E DÉBORA MÁRCIA SOARES VÉRAS

1º APELADO(A): BANCO DO BRASIL S/A,

Advogado(a)(s): CLÁUDIO ANTONIO AMARAL MORAES, WALTER CORREIA LIMA FILHO E OUTROS, DÉBORA MÁRCIA VÉRAS SÁTIRO

2º APELADO(A): PAULO HENRIQUE ALVES FREITAS

Advogado(a)(s): PEDRO AMÉRICO DIAS VIEIRA, MARIA JOSÉ MILHOMEM, JOÃO CARLOS DUBOC JÚNIOR E OUTROS

RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

REVISORA: Desa. NELMA SARNEY COSTA

"UNANIMEMENTE, DERAM PROVIMENTO AO PRIMEIRO APELO E NEGARAM PROVIMENTO AO

SEGUNDO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

41 - APELAÇÃO CÍVEL N.º 003352 / 2008 - SÃO LUÍS

APELANTE: CAIXA DE ASSISTÊNCIA E APOSENTADORIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DO MARANHÃO - CAPOF

Advogado(a)(s): ROQUE PIRES MACATRÃO , JEANNE BRITO BALBY, WALTER REIS PINHEIRO , OTON LEITE FERNANDES, SANDRA TAVARES SAMPAIO , MARIA DE LOURDES LAUANDE LACROIX

APELADO(A): MARIA DO SOCORRO SOUSA IBIAPINA

Advogado(a)(s): ANTÔNIO DE JESUS L. NUNES, MÁRIO DE A. MACIEIRA, JOSÉ GUILHERME C. ZAGALLO

RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

REVISORA: Desa. NELMA SARNEY COSTA

"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

42 - APELAÇÃO CÍVEL N.º 003354 / 2008 - SÃO LUÍS

APELANTE: ESTADO DO MARANHÃO

PROCURADOR(A)(ES) LORENA DUAILIBE CARVALHO, CARLOS GUSTAVO BRITO CASTRO

APELADO(A): NILDE M. SILVA, SÔNIA Mª PAIXÃO LOPES, NILA CLARO DA C. GOMES E OUTROS

Advogado(a)(s): LUIZ HENRIQUE FALCÃO TEIXEIRA, GUTEMBERG SOARES CARNEIRO E OUTROS

RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

REVISORA: Desa. NELMA SARNEY COSTA

"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, MODIFICADO EM BANCA, DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, APENAS PARA SUPRIMIR A MULTA DE 1% (HUM POR CENTO), ATRIBUÍDA NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

43 - APELAÇÃO CÍVEL N.º 003844 / 2008 - SÃO LUÍS

APELANTE: MUNICÍPIO DE SÃO LUIS

PROCURADOR(A)(ES) JOSE BORRALHO RIBEIRO FILHO

APELADO(A): ANTONIO CARLOS DA CONCEIÇÃO PEREIRA

Advogado(a)(s): CONSTANCIO PINHEIRO SAMPAIO, OTÁVIO DOS ANJOS RIBEIRO E OUTROS

RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

REVISORA: Desa. NELMA SARNEY COSTA

"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

44 - APELAÇÃO CÍVEL N.º 002048 / 2008 - SÃO LUÍS

APELANTE: MUNICÍPIO DE SÃO LUIS

PROCURADOR(A)(ES) LENARDO HENRIQUE DA COSTA BEZERRA, JOSE B. RIBEIRO FILHO E OUTROS

APELADO(A): PAULO DE MORAES REGO FILHO

Advogado(a)(s): ALBYLANE NERY DO NASCIMENTO

RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

REVISORA: Desa. NELMA SARNEY COSTA

"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, NEGARAM

PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

45 - APELAÇÃO CÍVEL N.º 024360 / 2007 - SÃO LUÍS

APELADO(A): PAULO DE MORAES REGO FILHO, AHMED TROVÃO, ROSANGELA SOUSA FURTADO, ISMAEL LEITE CHAVES, ANTONIO CARLOS OLIVEIRA E OUTROS

Advogado(a)(s): FRANCISCO DE ASSIS SOUZA COELHO FILHO, SÔNIA MARIA LOPES COELHO

RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

REVISORA: Desa. NELMA SARNEY COSTA

"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, MODIFICADO EM BANCA, DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

46 - APELAÇÃO CÍVEL N.º 020933 / 2007 - SANTA LUZIA

APELANTE: TELEMAR NORTE LESTE S/A

Advogado(a)(s): ULISSES C. MARTINS DE SOUSA, CRISTIANO ALVES F. RIBEIRO, MARCOS LUÍS BRAID R. SIMÕES, ISABELLA BATALHA DOS SANTOS E OUTROS

APELADO: FRANCISCO ROMEU DA COSTA

Advogado(a)(s): PEDRO SOARES NOBRE

RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

REVISORA: Desa. NELMA SARNEY COSTA

"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

47 - APELAÇÃO CÍVEL N.º 021111 / 2007 - SÃO LUÍS

APELANTE: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO DO MARANHÃO-DETRAN/MA

Advogado(a)(s): MARVIO AGUIAR REIS, LUIS EDUARDO FRANCO BOUERES, VALBER MUNIZ

APELADO(A)(S): MARIA DE FÁTIMA LYRA PESSOA DOS REIS CALDAS

Advogado(a)(s): ALEKSANDRA LYRA PESSOA DOS REIS CALDAS, HERCYLIA SARAH MAIA E OUTRA

RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

REVISORA: Desa. NELMA SARNEY COSTA

"UNANIMEMENTE, REJEITARAM A PRELIMINAR SUSCITADA. NO MÉRITO, UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

48 - APELAÇÃO CÍVEL N.º 025301 / 2007 - IMPERATRIZ

1º APELANTE: FRANCISCO BORGES DE SOUSA

Advogado(a)(s): MARIA AUCIMERE SOARES FLORENTINO, JOEL DANTAS DOS SANTOS E OUTROS

APELADO: ITAÚ SEGUROS S/A

Advogado(a)(s): JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, CELMA CRISTINA ALVES B. BAIANO E OUTROS

RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

REVISORA: Desa. NELMA SARNEY COSTA

"UNANIMEMENTE E EM DESACORDO COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, REJEITARAM A PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE. NO MÉRITO, UNANIMEMENTE, NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

49 - APELAÇÃO CÍVEL N.º 025958 / 2007 - SÃO LUÍS

APELANTE: ESTADO DO MARANHÃO

PROCURADOR(A)(ES) LUCIANA CARVALHO MARQUES

APELADO: ALICE DE SOUSA ROCHA

Advogado(a)(s): LUÍS CARLOS ARAÚJO SARAIVA SOBRINHO, JOSÉ VINÍCIUS BARROSO RAMOS

RELATOR: Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

REVISORA: Desa. NELMA SARNEY COSTA

"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DERAM PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Votaram os Senhores Desembargadores ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, NELMA SARNEY COSTA, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

50 - APELAÇÃO CÍVEL N.º 018005 / 2007 - GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS

APELANTE: MUNICÍPIO DE GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS

Advogado(a)(s): EDUARDO A. CASTRO, CARLOS SÉRGIO DE C. BARROS, EVELINE SILVA NUNES

APELADO(A): CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO MARANHÃO

Advogado(a)(s): ANA VALÉRIA FERRO CARVALHO, PAULO SÉRGIO TAVARES E VASCONCELOS

RELATORA: Desa. NELMA SARNEY COSTA

"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, CONHECERAM DO RECURSO E DECLARARAM A INCOMPETÊNCIA DESTA CORTE PARA APRECIAR A MATÉRIA, ENCAMINHANDO-SE OS AUTOS AO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, NOS TERMOS DO VOTO DA DESEMBARGADORA RELATORA".

Votaram os Senhores Desembargadores NELMA SARNEY COSTA, ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

51 - APELAÇÃO CÍVEL N.º 020632 / 2007 - PAÇO DO LUMIAR

APELANTE: CIA. ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Advogado(a)(s): ODIMAR AZENETE MATTEUCCI CAMPELO E OUTROS, RAFAEL DOS SANTOS BERMUDEZ, ANDERSON DANILO OCHIUCCI, ANA CECILIA PEREIRA E OUTROS

APELADO(A): JOÃO INOCÊNCIO VIEIRA NETO

RELATORA: Desa. NELMA SARNEY COSTA

"UNANIMEMENTE, NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DA DESEMBARGADORA RELATORA".

Votaram os Senhores Desembargadores NELMA SARNEY COSTA, ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

52 - APELAÇÃO CÍVEL N.º 024425 / 2007 - SÃO LUÍS

APELANTE: ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Advogado(a)(s): ODIMAR AZENETE MATTEUCCI CAMPELO, RAFAEL DOS SANTOS BERMUDEZ, CARLOS ALESSANDRO SANTOS SILVA, CELSO MARCON E OUTROS

APELADO(A): DIOGO PIRES CARDOSO

RELATORA: Desa. NELMA SARNEY COSTA

"UNANIMEMENTE, NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DA DESEMBARGADORA RELATORA".

Votaram os Senhores Desembargadores NELMA SARNEY COSTA, ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR, JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF.

53 - APELAÇÃO CÍVEL N.º 024414 / 2007 - SÃO LUÍS

APELANTE: ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Advogado(a)(s): ODIMAR AZENETE MATTEUCCI CAMPELO, ELAINE B. DE OLIVEIRA E OUTROS

RESOLUÇÃO N.º 63/2008

Denomina e lota as Funções Gratificadas do Poder Judiciário e dá outras providências.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, usando do poder que lhe é conferido pelo art. 96, I, "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, pelo art. 76, I, da Constituição do Estado do Maranhão, pelos arts. 29, II, e 31, do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão (Lei Complementar n.º 14, de 17 de dezembro de 1991), e pelo parágrafo único do art. 3.º da Lei n.º 8.727, de 07 de dezembro de 2007, e, ainda, considerando a criação de Funções Gratificadas pelo Anexo II – Quadro de Funções Gratificadas – da Lei n.º 8.727, de 07 de dezembro de 2007, pelo art. 6º da Lei n.º 8.874, de 25 de setembro de 2008, bem como pelo art. 10, VI, da Lei Complementar n.º 119, de 1º de julho de 2008;

CONSIDERANDO a recente reestruturação da Administração dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça, inserindo-se a Diretoria de Engenharia, bem como a de Recursos Humanos;

CONSIDERANDO, igualmente, a necessidade de lotar funções gratificadas para o desempenho de atividades de assessoramento e supervisão em unidades de trabalho que ainda não as possuíam;

CONSIDERANDO, ainda, a nova tática de recrutamento e seleção para a condução das conciliações na área judicial, que é a de designar conciliadores a partir dos quadros de pessoal de servidores efetivos do Poder Judiciário, conforme o art. 60-C, da Lei Complementar n.º 14, de 17 de dezembro de 1991, alterada pela Lei Complementar n.º 119, de 1º de julho de 2008;

RESOLVE, ad referendum: Art. 1º As Funções Gratificadas do Poder Judiciário, classificadas de acordo com o Anexo II – Quadro de Funções Gratificadas – da Lei n.º 8.727, de 07 de dezembro de 2007, são assim denominadas:

I – Função Gratificada Nível 03 – símbolo FG 03:

1. Secretário de Juiz Corregedor; e
2. Conciliador.

II – Função Gratificada Nível 02 – símbolo FG 02:

1. Pregoeiro Oficial;
2. Secretário do Diretor Administrativo;
3. Secretário do Diretor da ESMAM;
4. Secretário do Diretor da Secretaria da Corregedoria Geral de Justiça;
5. Secretário do Diretor da Secretaria Geral do Tribunal de Justiça;
6. Secretário do Diretor de Engenharia;
7. Secretário do Diretor de Informática e Automação;
8. Secretário do Diretor de Recursos Humanos;
9. Secretário do Diretor Financeiro;
10. Secretário do Diretor Judiciário;
11. Supervisor da Secretaria Geral do Plenário; e
12. Supervisor do Controle de Ponto Eletrônico.

III – Função Gratificada Nível 01 – símbolo FG 01:

1. Secretário do Assessor Chefe da Assessoria Jurídica da Presidência;
2. Secretário do Chefe da Auditoria;
3. Secretário do Chefe do Cerimonial;
4. Secretário do Coordenador Administrativo (Fórum da Comarca de Imperatriz);
5. Secretário do Coordenador Administrativo (Fórum da Comarca de São Luís);
6. Secretário do Coordenador Administrativo da CGJ;
7. Secretário do Coordenador da Biblioteca;
8. Secretário do Coordenador das Câmaras Cíveis Isoladas;
9. Secretário do Coordenador das Câmaras Criminais Isoladas;
10. Secretário do Coordenador de Acompanhamento e Desenvolvimento na Carreira;
11. Secretário do Coordenador de Administração da ESMAM;
12. Secretário do Coordenador de Administração de Fóruns da CGJ;
13. Secretário do Coordenador de Apoio Administrativo;
14. Secretário do Coordenador de Atendimento ao Usuário;
15. Secretário do Coordenador de Atividades Especiais;
16. Secretário do Coordenador de Contabilidade;
17. Secretário do Coordenador de Desenvolvimento e Análise de Sistema;
18. Secretário do Coordenador de Direitos e Registros;
19. Secretário do Coordenador de Distribuição;
20. Secretário do Coordenador de Engenharia, Obras e Serviços;
21. Secretário do Coordenador de Finanças e Planejamento da CGJ;
22. Secretário do Coordenador de Finanças;
23. Secretário do Coordenador de Fiscalização, Correição, Disciplina e Avaliação das Serventias;
24. Secretário do Coordenador de Jurisprudência e Publicações;
25. Secretário do Coordenador de Manutenção de Equipamentos;
26. Secretário do Coordenador de Material e Patrimônio;
27. Secretário do Coordenador de Orçamento;
28. Secretário do Coordenador de Organização e Métodos e Administração da Rede;
29. Secretário do Coordenador de Orientação, Fiscalização, Correição, Disciplina e Avaliação dos Juizes de Direito;
30. Secretário do Coordenador de Pagamento;
31. Secretário do Coordenador de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicância;
32. Secretário do Coordenador de Protocolo e Autuação;

33. Secretário do Coordenador de Recursos Constitucionais;
34. Secretário do Coordenador de Serviços Médicos, Odontológicos e Psicossocial;
35. Secretário do Coordenador do Arquivo e Documentos Históricos;
36. Secretário do Coordenador do FERJ;
37. Secretário do Coordenador do Plenário e das Câmaras Reunidas;
38. Secretário do Coordenador Financeiro da ESMAM;
39. Secretário do Coordenador Pedagógico da ESMAM;
40. Supervisor da Casa Abrigo;
41. Supervisor da Casa da Criança;
42. Supervisor da Central da Cidadania e Justiça;
43. Supervisor da Creche "Desa. Judth Pacheco";
44. Supervisor da Divisão das Serventias Extrajudiciais;
45. Supervisor da Divisão das Serventias Judiciais;
46. Supervisor da Divisão de Acervo;
47. Supervisor da Divisão de Administração da Rede;
48. Supervisor da Divisão de Administração de Material;
49. Supervisor da Divisão de Administração Patrimonial;
50. Supervisor da Divisão de Análise de Sistemas;
51. Supervisor da Divisão de Análise e Faturas;
52. Supervisor da Divisão de Arrecadação;
53. Supervisor da Divisão de Atendimento aos Magistrados;
54. Supervisor da Divisão de Avaliação e Treinamento;
55. Supervisor da Divisão de Cadastro;
56. Supervisor da Divisão de Controle de Acervo;
57. Supervisor da Divisão de Desenvolvimento e Suporte;
58. Supervisor da Divisão de Direito e Deveres;
59. Supervisor da Divisão de Engenharia;
60. Supervisor da Divisão de Estatística e Publicação;
61. Supervisor da Divisão de Estatística;
62. Supervisor da Divisão de Fiscalização;
63. Supervisor da Divisão de Folha de Pagamento;
64. Supervisor da Divisão de Gravação e Registros;
65. Supervisor da Divisão de Informática (Fórum da Comarca de Imperatriz);
66. Supervisor da Divisão de Informática (Fórum da Comarca de São Luís);
67. Supervisor da Divisão de Jurisprudência;
68. Supervisor da Divisão de Laboratório de Biologia Molecular (Fórum da Comarca de São Luís);
69. Supervisor da Divisão de Legislação e Pesquisa;
70. Supervisor da Divisão de Material e Patrimônio (Fórum da Comarca de São Luís);
71. Supervisor da Divisão de Material e Patrimônio da CGJ;
72. Supervisor da Divisão de Material, Patrimônio e Serviços Gerais (Fórum da Comarca de Imperatriz);
73. Supervisor da Divisão de Obras e Serviços;
74. Supervisor da Divisão de Organização e Métodos;
75. Supervisor da Divisão de Pessoal da CGJ;
76. Supervisor da Divisão de Protocolo e Arquivo;
77. Supervisor da Divisão de Recursos para o STF;
78. Supervisor da Divisão de Recursos para o STJ;
79. Supervisor da Divisão de Restauração e Manutenção de Documentos Históricos;
80. Supervisor da Divisão de Serviços Gerais;
81. Supervisor da Divisão de Transportes da CGJ;
82. Supervisor da Divisão de Transportes;
83. Supervisor da Divisão do Telejudiciário;
84. Supervisor da Divisão dos Juizes em Estágio Probatório;
85. Supervisor da Divisão dos Juizes Vitalícios;
86. Supervisor da Divisão Médica;
87. Supervisor da Divisão Odontológica;
88. Supervisor da Divisão Psicossocial;
89. Supervisor da Secretaria do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais;
90. Supervisor da Secretaria Geral do Tribunal de Justiça; e
91. Supervisor do Boletim de Alteração Financeira.

Art. 2º As Funções Gratificadas constantes do art. 1º são lotadas conforme o Anexo I e quantificadas de acordo com o Anexo II desta Resolução.

Art. 3º Em conformidade com o parágrafo único do art. 22 da Lei n.º 6.107, de 09 de agosto de 1994, o exercício de função gratificada, exclusivo de servidor efetivo, implicará obrigatoriedade de 08 (oito) horas diárias de trabalho.

Art. 4º Em observância ao art. 46 da Lei n.º 6.107, de 09 de agosto de 1994, os servidores investidos em função gratificada terão substitutos previamente indicados pela chefia imediata e designados pela autoridade competente.

Art. 5º De acordo com o § 8º do art. 60-C da Lei Complementar n.º 14, de 17 de dezembro de 1991, a designação do servidor

efetivo do Poder Judiciário para o exercício da Função Gratificada de Conciliador terá como requisito o grau de bacharel em Direito.

Art. 6º Fica revogada a Resolução n.º 10/2008.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 7 DE NOVEMBRO DE 2008.

Desembargador RAIMUNDO FREIRE CUTRIM
Presidente

ANEXO I

LOTAÇÃO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS

PLENÁRIO		QTD. SÍMB.
FUNÇÕES		
SECRETARIA GERAL DO PLENÁRIO		
SUPERVISOR DA SECRETARIA GERAL DO PLENÁRIO	1	FG 02
GABINETE DA PRESIDÊNCIA		QTD. SÍMB.
FUNÇÕES		
ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA		
SECRETÁRIO DO ASSESSOR CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA	1	FG 01
AUDITORIA		
SECRETÁRIO DO CHEFE DA AUDITORIA	1	FG 01
COORDENADORIA DE ATIVIDADES ESPECIAIS		
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE ATIVIDADES ESPECIAIS	1	FG 01
SUPERVISOR DA CENTRAL DA CIDADANIA E JUSTIÇA	1	FG 01
SUPERVISOR DA CASA ABRIGO	1	FG 01
SUPERVISOR DA CRECHE “DESA. JUDTH PACHECO”	1	FG 01
SUPERVISOR DA CASA DA CRIANÇA	1	FG 01
COORDENADORIA DA BIBLIOTECA		
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DA BIBLIOTECA	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE ACERVO	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE LEGISLAÇÃO E PESQUISA	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DO TELEJUDICIÁRIO	1	FG 01
COORDENADORIA DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES E SINDICÂNCIA		
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES E SINDICÂNCIA	1	FG 01
CERIMONIAL		
SECRETÁRIO DO CHEFE DO CERIMONIAL	1	FG 01
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA		QTD. SÍMB.
FUNÇÕES		
COORDENADORIA DE DISTRIBUIÇÃO		
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE DISTRIBUIÇÃO	1	FG 01
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA		QTD. SÍMB.
FUNÇÕES		
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL		
SECRETARIO DE JUIZ CORREGEDOR	4	FG 03
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE ORIENTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO, CORREIÇÃO, DISCIPLINA E AVALIAÇÃO DOS JUÍZES DE DIREITO	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DOS JUÍZES VITALÍCIOS	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DOS JUÍZES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE ESTATÍSTICA	1	FG 01
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO, CORREIÇÃO, DISCIPLINA E AVALIAÇÃO DAS SERVENTIAS	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DAS SERVENTIAS JUDICIAIS	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS	1	FG 01
CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS		
CONCILIADOR	35	FG 03
SUPERVISOR DA SECRETARIA DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS	1	FG 01
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA		
SECRETÁRIO DO DIRETOR DA SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA	1	FG 02
SECRETÁRIO DO COORDENADOR ADMINISTRATIVO	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE PESSOAL	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE TRANSPORTES	1	FG 01
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO	1	FG 01

SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO DE FÓRUNS	1	FG 01
SECRETARIA GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA		
FUNÇÕES		
QTD.SÍMB.		
GABINETE DO DIRETOR-GERAL		
SECRETÁRIO DO DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1	FG 02
SUPERVISOR DA SECRETARIA GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	3	FG 01
DIRETORIA JUDICIÁRIA		
SECRETÁRIO DO DIRETOR JUDICIÁRIO	1	FG 02
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE PROTOCOLO E AUTUAÇÃO	2	FG 01
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DAS CÂMARAS CÍVEIS ISOLADAS	1	FG 01
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DAS CÂMARAS CRIMINAIS ISOLADAS	1	FG 01
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DO PLENÁRIO E DAS CÂMARAS REUNIDAS	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE GRAVAÇÃO E REGISTROS	1	FG 01
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE RECURSOS PARA O STF	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE RECURSOS PARA O STJ	1	FG 01
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE JURISPRUDÊNCIA	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE ESTATÍSTICA E PUBLICAÇÃO	1	FG 01
DIRETORIA FINANCEIRA		
SECRETÁRIO DO DIRETOR FINANCEIRO	1	FG 02
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE ANÁLISE E FATURAS	1	FG 01
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE ORÇAMENTO	1	FG 01
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE FINANÇAS	1	FG 01
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE CONTABILIDADE	1	FG 01
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DO FERJ	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO	1	FG 01
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE PAGAMENTO	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO	1	FG 01
SUPERVISOR DO BOLETIM DE ALTERAÇÃO FINANCEIRA (BAF)	1	FG 01
DIRETORIA ADMINISTRATIVA		
SECRETÁRIO DO DIRETOR ADMINISTRATIVO	1	FG 02
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL	1	FG 01
PREGOEIRO OFICIAL	7	FG 02
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE APOIO ADMINISTRATIVO	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE PROTOCOLO E ARQUIVO	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE TRANSPORTES	1	FG 01
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE SERVIÇOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS E PSICOSSOCIAL	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO MÉDICA	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO ODONTOLÓGICA	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO PSICOSSOCIAL	1	FG 01
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DO ARQUIVO E DOCUMENTOS HISTÓRICOS	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE CONTROLE DE ACERVO	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE RESTAURAÇÃO E MANUTENÇÃO DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS	1	FG 01
DIRETORIA DE ENGENHARIA		
SECRETÁRIO DO DIRETOR DE ENGENHARIA	1	FG 02
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE ENGENHARIA, OBRAS E SERVIÇOS	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE ENGENHARIA	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE SERVIÇOS E OBRAS	1	FG 01
DIRETORIA DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO		
SECRETÁRIO DO DIRETOR DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO	1	FG 02
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE DE SISTEMA	1	FG 01

SUPERVISOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DA REDE	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE ANÁLISE DE SISTEMAS	1	FG 01
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS E ADMINISTRAÇÃO DA REDE	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO E SUPORTE	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS	1	FG 01
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	1	FG 01
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO	1	FG 01
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS		
SECRETÁRIO DO DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS	1	FG 02
SUPERVISOR DO CONTROLE DE PONTO ELETRÔNICO	1	FG 02
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE DIREITOS E REGISTROS	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO AOS MAGISTRADOS	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE CADASTRO	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE DIREITO E DEVERES	1	FG 01
SUPERVISOR DO BOLETIM DE ALTERAÇÃO FINANCEIRA (BAF)	1	FG 01
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO E DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA	1	FG 01

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA**FUNÇÕES****QTD.SÍMB.**

GABINETE DO DIRETOR		
SECRETÁRIO DO DIRETOR DA ESMAM	1	FG 02
SECRETÁRIA-GERAL		
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO DA ESMAM	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE AVALIAÇÃO E TREINAMENTO	1	FG 01
SECRETÁRIO DO COORDENADOR FINANCEIRO	1	FG 01
SECRETÁRIO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO	1	FG 01

JUSTIÇA DE 1º GRAU**FUNÇÕES****QTD.SÍMB.**

DIRETORIA DO FORUM DA COMARCA DE SÃO LUÍS		
SECRETÁRIO DO COORDENADOR ADMINISTRATIVO	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE INFORMÁTICA	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE LABORATÓRIO DE BIOLOGIA MOLECULAR	1	FG 01
DIRETORIA DO FORUM DA COMARCA DE IMPERATRIZ		
SECRETÁRIO DO COORDENADOR ADMINISTRATIVO	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE MATERIAL, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS	2	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE INFORMÁTICA	1	FG 01

ANEXO II**QUANTIFICAÇÃO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS**

SÍMBOLO	QUANTITATIVO CRIADO PELA			Total
	Lei n.º 8.727/2007	Lei n.º 8.874/2008	LC n.º 119/2008	
FG 01	75	21	-	96
FG 02	14	4	-	18
FG 03	4	-	35	39
		TOTAL		153

RESOLUÇÃO N.º 64/2008

Regulamenta o art. 77, § 4º, I, da Lei Complementar n.º 14, de 17 de dezembro de 1991, que trata sobre benefício de plano de assistência médico-social para magistrados, e o art. 7º-C da Lei n.º 8.715, de 19 de novembro de 2007, que dispõe sobre o auxílio-saúde destinado aos servidores ativos dos quadros de pessoal do Poder Judiciário.

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO**, no uso das suas atribuições legais, com fundamento no art. 77, § 4º, I, da Lei Complementar n.º 14, de 17.12.1991, alterada pela Lei Complementar n.º 121, de 25.09.2008, publicada no DOE de 30.09.2008, bem como no art. 7º-C da Lei n.º 11.2007, alterada pela Lei n.º 8.873, de 25.09.2008, publicada no DOE de 30.09.2008,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a concessão do benefício denominado auxílio-saúde destinado a magistrados e servidores do Poder Judiciário;

RESOLVE, ad referendum:

Capítulo I**Do Auxílio-Saúde**

Art. 1º O auxílio-saúde será concedido a magistrados e servidores dos quadros de pessoal do Poder Judiciário, beneficiários de plano privado de assistência à saúde, desde que efetivamente em exercício nas atividades do cargo.

§ 1º Considera-se beneficiário de plano privado de assistência à saúde, para os fins desta Resolução, o titular ou dependente de

ago

PORTARIA N.º 69/2009.

O DESEMBARGADOR LOURIVAL DE JESUS SEREJO SOUSA, DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 117, § 3º, inciso I, da Lei Complementar n.º 014/91, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 126, de 29.09.2009,

R E S O L V E

Conceder aos servidores **Euquênia Veiga Lago**, Analista Judiciário, matrícula nº 114900, no período de 30 de novembro a 29 de dezembro e **José Isaac Carvalho Costa Júnior**, Oficial de Gabinete, matrícula nº 123935, no período de 16 de novembro a 14 de dezembro do corrente ano, ambos lotados na ESMAM, 30 (trinta) dias de férias referentes ao exercício de **2009**.

DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

São Luís, 11 de novembro de 2009.

Desembargador **Lourival de Jesus Serejo Sousa**

PORTARIA N.º 71/2009.

O DESEMBARGADOR LOURIVAL DE JESUS SEREJO SOUSA, DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 117, § 3º, inciso I, da Lei Complementar n.º 014/91, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 126, de 29.09.2009,

R E S O L V E

Conceder a servidora **Maria do Socorro Patrice Carvalho Moreira de Sousa**, Secretária Geral, matrícula nº 9811, 30 (trinta) dias de férias referentes ao exercício de 2009, no período de 06 de janeiro a 04 de fevereiro de 2010.

DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

São Luís, 11 de novembro de 2009.

Desembargador **Lourival de Jesus Serejo Sousa**

Diretoria Geral da Secretaria do TJMA

RESOLUÇÃO N.º 55/2009

Altera as Resoluções n.ºs 06, de 15 de abril de 2004, 46, de 23 de dezembro 2007, e 36, de 23 de junho de 2008, que regulamentam a estrutura administrativa dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário, bem como a Resolução nº 44, de 04 de julho de 2008, que dispõe sobre a descrição dos cargos comissionados e funções gratificadas do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **CONSIDERANDO** a criação, no quadro do Tribunal de Justiça, de um cargo em comissão de Direção e Assessoramento, símbolo CDGA; um cargo em comissão de Direção e Assessoramento Superior, símbolo CDAS-2, e um cargo em comissão de Direção e Assessoramento Superior, símbolo CDAS-4, nos termos do art. 4º da Lei Complementar n.º 124, de 7 de maio de 2009;

CONSIDERANDO a criação da Coordenadoria Especial de Assistência aos Encarcerados, pela Resolução n.º 74, de 17 de dezembro de 2008;

CONSIDERANDO a criação do Núcleo de Apoio à Justiça de 1º Grau no quadro da Corregedoria Geral de Justiça, pela Resolução n.º 25, de 16 de junho de 2009;

RESOLVE, ad referendum:

Art. 1º Os incisos II, III e IV, do artigo 1º da Resolução n.º 46, de 20 de dezembro de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

[...]

II – Cargos de Direção Geral e Assessoramento – símbolo CDGA: Assessor Chefe da Assessoria de Comunicação da Presidência; Assessor Chefe da Assessoria Jurídica da Presidência; Assessor Chefe de Desembargador; Assessor de Desembargador; Assessor Jurídico de Desembargador; Assessor Técnico de Desembargador; Assessor Técnico da Presidência; Assessor Técnico de Desembargador; Chefe de Gabinete da Presidência; Diretor Administrativo; Diretor de Recursos Humanos; Diretor da Secretaria da Corregedoria Geral de Justiça; Diretor de Informática e Automação; Diretor de Engenharia; Diretor Financeiro; Diretor do Fundo Especial de Modernização e Reparação e Reaparelhamento do Judiciário – FERJ; Diretor Judiciário; Secretário Geral do Plenário; e Subdiretor da Secretaria do Tribunal de Justiça.

III – Cargos de Direção e Assessoramento Superior – símbolo CDAS: Assessor da Corregedoria; Assessor de Contabilidade; Assessor de Informática; Assessor de Relações Públicas; Assessor do Diretor-Geral; Assessor Jurídico da Presidência; Assessor Técnico; Assessor Técnico da Assessoria Jurídica da Presidência; Auditor; Chefe da Biblioteca da ESMAM; Chefe da Divisão de Arrecadação; Chefe da Divisão das Serventias Extrajudiciais; Chefe da Divisão das Serventias Judiciais; Chefe da Divisão de Acervo; Chefe da Divisão de Administração da Rede; Chefe da Divisão de Administração de Material; Chefe da Divisão de Administração Patrimonial; Chefe da Divisão de Análise de Sistema; Chefe da Divisão de Análise e Fatura; Chefe da Divisão de Apoio Administrativo da ESMAM; Chefe da Divisão de Arquivo; Chefe da Divisão de Expedição e Controle de Atos; Chefe da Divisão de Avaliação e Treinamento; Chefe da Divisão de Biblioteca; Chefe da Divisão de Cadastro; Chefe da Divisão de Controle

do Acervo; Chefe da Divisão de Desenvolvimento e Suporte; Chefe da Divisão de Direito e Deveres; Chefe da Divisão de Engenharia; Chefe da Divisão de Estatística; Chefe da Divisão de Estatística e Publicação; Chefe da Divisão de Fiscalização; Chefe da Divisão de Folha de Pagamento; Chefe da Divisão de Gravação e Registros; Chefe da Divisão de Informática; Chefe da Divisão de Jurisprudência; Chefe da Divisão de Laboratório de Biologia Molecular; Chefe da Divisão de Legislação e Pesquisa; Chefe da Divisão de Licitações e Contratos; Chefe da Divisão de Material e Patrimônio; Chefe da Divisão de Material, Patrimônio e Serviços Gerais; Chefe da Divisão de Organização e Método; Chefe da Divisão de Pessoal; Chefe da Divisão de Protocolo e Arquivo; Chefe da Divisão de Recursos para o STF; Chefe da Divisão de Recursos para o STJ; Chefe da Divisão de Restauração e Manutenção de Documentos Históricos; Chefe da Divisão de Serviço Social; Chefe da Divisão de Serviços e Obras; Chefe da Divisão de Serviços Gerais; Chefe da Divisão de Transportes; Chefe da Divisão do Telejudiciário; Chefe da Divisão dos Juizes em Estágio Probatório; Chefe da Divisão dos Juizes Vitalícios; Chefe da Divisão Médica; Chefe da Divisão Médica e Odontológica; Chefe da Divisão Odontológica; Chefe da Divisão Psicossocial; Chefe de Gabinete de Desembargador; Coordenador de Acompanhamento e Desenvolvimento na Carreira; Coordenador Administrativo; Coordenador da Biblioteca; Coordenador das Câmaras Cíveis Isoladas; Coordenador das Câmaras Criminais Isoladas; Coordenador de Administração da ESMAM; Coordenador de Administração de Fóruns; Coordenador de apoio Administrativo; Coordenador de Atendimento ao Usuário; Coordenador de Contabilidade; Coordenador de Desenvolvimento e Análise de Sistema; Coordenador de Direitos e Registros; Coordenador de Distribuição; Coordenador de Engenharia, Obras e Serviços; Coordenador de Finanças; Coordenador de Finanças e Planejamento; Coordenador de Fiscalização, Correição, Disciplina e Avaliação das Serventias; Coordenador de Jurisprudência e Publicações; Coordenador de Manutenção de Equipamentos; Coordenador de Material e Patrimônio; Coordenador de Orçamento; Coordenador de Organização e Métodos e Administração da Rede; Coordenador de Orientação, Fiscalização, Correição, Disciplina e Avaliação dos Juizes de Direito; Coordenador de Pagamento; Coordenador de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicância; Coordenador de Protocolo e Autuação; Coordenador de Recursos Constitucionais; Coordenador de Serviços Médicos, Odontológicos e Psicossocial; Coordenador do Arquivo e Documentos Históricos; Coordenador do Fundo Especial de Modernização e Reparelamento e Reparelamento do Judiciário – FERJ; Coordenador do Plenário e das Câmaras Reunidas; Coordenador Financeiro; Coordenador Pedagógico; Oficial de Gabinete; Oficial de Gabinete de Desembargador; Secretário do Conselho de Administração e Supervisão do FERJ; Secretário do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais; Secretário Executivo da Presidência; Secretário Executivo de Desembargador; Secretário Particular do Corregedor; Secretário-Geral da ESMAM; Assessor Jurídico do FERJ; Assessor Técnico do FERJ; Coordenador Especial de Assistência aos Encarcerados; e Secretário de Administração.

IV – Cargos de Direção e Assessoramento Intermediário – símbolo CDAI: Assessor de Comunicação da Corregedoria; Assessor de Comunicação da Presidência; Assessor de Juiz; Assessor do Secretário Geral do Plenário; Assistente de Informação; Assistente de Administração; Chefe da Biblioteca da Corregedoria; Chefe de Central de Mandados; Secretário de Câmara Isolada; Secretário de Câmaras Reunidas; Secretário de Diretoria de Fórum A; Secretário de Diretoria de Fórum B; Secretário do Conselho Estadual de Adoção; Secretário Executivo da Vice-Presidência; Secretário Executivo do Diretor da Corregedoria; Secretário Executivo do Diretor-Geral; Secretário Judicial de Entrância Final; Secretário Judicial de Distribuição de Entrância Final; Secretário Judicial de Entrância Intermediária; Secretário Judicial de Distribuição de Entrância Intermediária; Secretário Judicial de Entrância Inicial; Suboficial de Gabinete; e Assessor de Administração”.

Art. 2º O artigo 2º da Resolução n.º 06, de 15 de abril de 2004, que aprovou o regulamento da estrutura administrativa dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A Estrutura de Administração dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça compreende:

1. Plenário

1.1. Secretaria Geral do Plenário

1.1.1. Assessoria da Secretaria Geral do Plenário

1.2. Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais

1.2.1. Secretaria do Conselho

1.3. Conselho de Administração e Supervisão do Fundo de Modernização e Reparelamento do Judiciário

1.3.1. Secretaria do Conselho

2. Gabinete da Presidência

2.1. Chefia do Gabinete da Presidência

2.2. Assessoria Jurídica da Presidência

2.3. Assessoria de Comunicação da Presidência

2.4. Gabinete Militar

2.5. Auditoria

2.6. Cerimonial

2.7. Coordenadoria de Atividades Especiais

2.8. Coordenadoria da Biblioteca

2.8.1. Divisão de Acervo

2.8.2. Divisão de Legislação e Pesquisa

2.8.3. Divisão do Telejudiciário

2.9. Coordenadoria de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicância

3. Gabinete da Vice-Presidência

3.1. Chefia de Gabinete da Vice-Presidência

3.2. Coordenadoria da Distribuição

4. Corregedoria Geral da Justiça

- 4.1. Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça
 - 4.1.1. Chefia de Gabinete do Corregedor Geral da Justiça
 - 4.1.2. Assessoria Especial
 - 4.1.3. Conselho Estadual Judiciário de Adoção
 - 4.1.3.1. Secretaria do Conselho
 - 4.1.4. Coordenadoria Especial de Assistência aos Encarcerados
 - 4.1.5. Núcleo de Apoio à Justiça de 1º grau
 - 4.1.4. Juizes-Corregedores
 - 4.1.4.1. Coordenadoria de Orientação, Fiscalização, Correição, Disciplina e Avaliação dos Juizes de Direito
 - 4.1.4.1.1. Divisão dos Juizes Vitalícios
 - 4.1.4.1.2. Divisão dos Juizes em Estágio Probatório
 - 4.1.4.1.3. Divisão de Estatística
 - 4.1.4.2. Coordenadoria de Orientação, Fiscalização, Correição, Disciplina e Avaliação das Serventias
 - 4.1.4.2.1. Divisão das Serventias Judiciais
 - 4.1.4.2.2. Divisão das Serventias Extrajudiciais
- 4.2. Secretaria da Corregedoria Geral da Justiça
 - 4.2.1. Gabinete do Diretor da Corregedoria-Geral
 - 4.2.3. Coordenadoria de Administração
 - 4.2.3.1. Divisão de Material e Patrimônio
 - 4.2.3.2. Divisão de Pessoal
 - 4.2.3.3. Divisão de Transportes
 - 4.2.3. Coordenadoria de Finanças e Planejamento
 - 4.2.4. Coordenadoria de Administração de Fóruns
- 5. Gabinetes dos Desembargadores
 - 5.1. Gabinete
 - 5.2. Assessoria
 - 5.3. Secretaria
- 6. Secretaria Geral do Tribunal de Justiça
 - 6.1. Gabinete do Diretor-Geral
 - 6.2. Diretoria Judiciária
 - 6.2.1. Coordenadoria de Protocolo e Autuação
 - 6.2.2. Coordenadoria das Câmaras Cíveis Isoladas
 - 6.2.2.1. Secretárias das Câmaras Cíveis Isoladas
 - 6.2.3. Coordenadoria das Câmaras Criminais Isoladas
 - 6.2.3.1. Secretárias das Câmaras Criminais Isoladas
 - 6.2.4. Coordenadoria do Plenário, das Câmaras Reunidas e da Câmara de Férias
 - 6.2.4.1. Secretaria de Câmara Reunidas
 - 6.2.5. Coordenadoria de Recursos Constitucionais
 - 6.2.5.1. Divisão de Recursos para o STJ
 - 6.2.5.2. Divisão de Recursos para o STF
 - 6.2.6. Coordenadoria de Jurisprudência e Publicações
 - 6.2.6.1. Divisão de Jurisprudência
 - 6.2.6.2. Divisão de Estatística e Publicações
 - 6.2.7. Divisão de Gravação e Registro
 - 6.3. Diretoria Financeira
 - 6.3.1. Coordenadoria de Orçamento;
 - 6.3.2. Coordenadoria de Finanças;
 - 6.3.3. Coordenadoria de Contabilidade;
 - 6.3.4. Coordenadoria de Pagamento;
 - 6.3.4.1. Divisão de Folha de Pagamento.
 - 6.3.6. Divisão Análise e Faturas.
 - 6.4. Diretoria Administrativa
 - 6.4.1. Coordenadoria de Material e Patrimônio
 - 6.4.1.1. Divisão de Administração Patrimonial
 - 6.4.1.2. Divisão de Administração de Material
 - 6.4.1.3. Divisão de Licitação e Contratos
 - 6.4.2. Coordenadoria de Apoio Administrativo
 - 6.4.2.1. Divisão de Protocolo e Arquivo
 - 6.4.2.2. Divisão de Serviços Gerais
 - 6.4.2.3. Divisão de Transportes
 - 6.4.3. Coordenadoria do Arquivo e Documentos Históricos
 - 6.4.3.1. Divisão de Controle do Acervo
 - 6.4.3.2. Divisão de Restauração e Manutenção dos Documentos Históricos

- 6.5. Diretoria de Recursos Humanos
 - 6.5.1. Coordenadoria de Direitos e Registros
 - 6.5.1.1. Divisão de Expedição e Controle de Atos
 - 6.5.1.2. Divisão de Cadastro
 - 6.5.1.3. Divisão de Direitos e Deveres
 - 6.5.2. Coordenadoria de Acompanhamento e Desenvolvimento na Carreira
 - 6.5.3. Coordenadoria de Serviço Médico, Odontológico e Psicossocial
 - 6.5.3.1. Divisão Médica
 - 6.5.3.2. Divisão Odontológica
 - 6.5.3.3. Divisão Psicossocial
- 6.6. Diretoria de Engenharia
 - 6.6.1. Coordenadoria de Engenharia, Obras e Serviços
 - 6.6.1.1. Divisão de Engenharia
 - 6.6.1.2. Divisão de Obras e Serviços
- 6.7. Diretoria de Informática e Automação
 - 6.7.1. Coordenadoria de Desenvolvimento e Análise de Sistemas
 - 6.7.1.1. Divisão de Desenvolvimento e Suporte
 - 6.7.1.2. Divisão de Análise de Sistemas
 - 6.7.2. Coordenadoria de Organização e Métodos e Administração da Rede
 - 6.7.2.1. Divisão de Organização e Métodos
 - 6.7.2.2. Divisão de Administração da Rede
 - 6.7.2.3. Coordenadoria de Manutenção de Equipamentos
 - 6.7.2.4. Coordenadoria de Atendimento ao Usuário
- 6.8. Diretoria do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário
 - 6.8.1. Coordenadoria do FERJ:
 - 6.8.1.1. Divisão de Arrecadação;
 - 6.8.1.2. Divisão de Fiscalização.
- 7. Escola Superior da Magistratura
 - 7.1. Gabinete da Diretoria
 - 7.1.1. Divisão da Biblioteca
 - 7.2. Secretaria-Geral da Escola Superior da Magistratura
 - 7.2.1. Coordenadoria Administrativa
 - 7.2.1.1. Divisão de Apoio Administrativo
 - 7.2.1.2. Divisão de Treinamento e Avaliação
 - 7.2.2. Coordenadoria Financeira
 - 7.2.3. Coordenadoria Pedagógica".

Art. 3º Ficam alterados o Anexo Único da Resolução n.º 36, de 23 de junho de 2008, e o Anexo I da Resolução n.º 44, de 04 de julho de 2008, na forma dos Anexos I e II desta Resolução, respectivamente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁQUA" DO MARANHÃO, em São Luís, 23 de novembro de 2009.

Desembargador RAIMUNDO FREIRE CUTRIM

Presidente

ANEXO I

**QUADRO DE CARGOS COMISSIONADOS
DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**

PLENÁRIO		
CARGOS	QUANT.	SÍMBOLO
SECRETARIA GERAL DO PLENÁRIO		
SECRETÁRIO GERAL DO PLENÁRIO	1	CDGA
ASSESSOR DO SECRETÁRIO GERAL DO PLENÁRIO	1	CDAI 2
CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS		
SECRETÁRIO DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS	1	CDAS 3
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO DO FERJ		
SECRETARIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO DO FERJ	1	CDAS 3
GABINETE DA PRESIDÊNCIA		
CARGOS	QUANT.	SÍMBOLO

CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA		
CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA	1	CDGA
SUBCHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA	2	CDAS 2
ASSESSOR TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA	3	CDGA
SECRETÁRIO PARTICULAR DA PRESIDÊNCIA	1	CDAS 1
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA PRESIDÊNCIA	3	CDAS 4
OFICIAL DE GABINETE	3	CDAS 3
ASSISTENTE DE GABINETE	2	CDAI 11
ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA		
ASSESSOR CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA	1	CDGA
SUBCHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA	1	CDAS 2
ASSESSOR TÉCNICO DA ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA	3	CDAS 3
ASSESSOR JURÍDICO DA PRESIDÊNCIA	9	CDAS 3
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA		
ASSESSOR CHEFE DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA	1	CDGA
ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA	6	CDAI 2
GABINETE MILITAR		
CHEFE DO GABINETE MILITAR	1	CDAS 1
AUDITORIA		
CHEFE DA AUDITORIA	1	CDAS 1
AUDITOR	3	CDAS 3
CERIMONIAL		
CHEFE DO CERIMONIAL	1	CDAS 1
ASSESSOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS	1	CDAS 3
COORDENADORIA DE ATIVIDADES ESPECIAIS		
COORDENADOR DE ATIVIDADES ESPECIAIS	1	CDAS 2
COORDENADORIA DA BIBLIOTECA		
COORDENADOR DA BIBLIOTECA	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE ACERVO	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE LEGISLAÇÃO E PESQUISA	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DO TELEJUDICIÁRIO	1	CDAS 4
COORDENADORIA DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES E SINDICÂNCIA		
COORDENADOR DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES E SINDICÂNCIA	1	CDAS 2
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA		
CARGOS		
CHEFIA DE GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA		
CHEFE DE GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	1	CDAS 1
OFICIAL DE GABINETE	2	CDAS 3
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA VICE-PRESIDÊNCIA	1	CDAI 5
COORDENADORIA DE DISTRIBUIÇÃO		
COORDENADOR DE DISTRIBUIÇÃO	1	CDAS 2
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA		
CARGOS		
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL		
CHEFE DE GABINETE DO CORREGEDOR	1	CDAS 1
ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO DO CORREGEDOR	1	CDAS 1
OFICIAL DE GABINETE	2	CDAS 3
SECRETÁRIO PARTICULAR DO CORREGEDOR	1	CDAS 3
ASSISTENTE DE GABINETE	2	CDAI 11
SECRETÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE ADOÇÃO	1	CDAI 2
ASSESSOR CHEFE D ASSESSORIA ESPECIAL DA CORREGEDORIA	1	CDAS 1
ASSESSOR DA CORREGEDORIA	4	CDAS 3
ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO DA CORREGEDORIA	2	CDAI 3
ASSESSOR TÉCNICO	3	CDAS 3
COORDENADOR DE ORIENTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO, CORREIÇÃO, DISCIPLINA E AVALIAÇÃO DOS JUÍZES DE DIREITO	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DOS JUÍZES VITALÍCIOS	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DOS JUÍZES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO	1	CDAS 4

CHEFE DA DIVISÃO DE ESTATÍSTICA	1	CDAS 4
COORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO, CORREIÇÃO, DISCIPLINA E AVALIAÇÃO DAS SERVENTIAS	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DAS SERVENTIAS JUDICIAIS	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS	1	CDAS 4
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA		
DIRETOR DA SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL D JUSTIÇA	1	CDGA
SECRETÁRIO EXECUTIVO DO DIRETOR DA CORREGEDORIA	1	CDAI 2
ASSESSOR DE INFORMÁTICA DA CORREGEDORIA	1	CDAS 1
COORDENADOR ADMINISTRATIVO	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE PESSOAL	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE TRANSPORTES	1	CDAS 4
COORDENADOR DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO	1	CDAS 2
COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO DE FÓRUMS	1	CDAS 2
CHEFE DA BIBLIOTECA DA CORREGEDORIA	1	CDAI 2
COORDENADOR DE ASSISTÊNCIA AOS ENCARCERADOS	1	CDAS 2
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO	24	CDAS-3
ASSISTENTE DE INFORMAÇÃO	48	CDAI 11
ASSESSOR DE ADMINISTRAÇÃO	48	CDAI 11
ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO	48	CDAI 11

GABINETES DOS DESEMBARGADORES**CARGOS****QUANT. SÍMBOLO****GABINETE**

CHEFE DE GABINETE DE DESEMBARGADOR	24	CDAS 2
OFICIAL DE GABINETE DE DESEMBARGADOR	48	CDAS 2
SUBOFICIAL DE GABINETE DE DESEMBARGADOR	24	CDAS 3

SECRETARIA

SECRETARIO EXECUTIVO DE DESEMBARGADOR	24	CDAS 4
---------------------------------------	----	--------

ASSESSORIA

ASSESSOR CHEFE DE DESEMBARGADOR	24	CDGA
ASSESSOR DE DESEMBARGADOR	48	CDGA
ASSESSOR DE JURÍDICO DE DESEMBARGADOR	48	CDGA
ASSESSOR TÉCNICO DE DESEMBARGADOR	24	CDGA

SECRETARIA GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**CARGOS****QUANT. SÍMBOLO****GABINETE DO DIRETOR-GERAL**

DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1	CNES
SUBDIRETOR DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1	CDGA
ASSESSOR DO DIRETOR-GERAL	2	CDAS 2
SECRETÁRIO EXECUTIVO DO DIRETOR-GERAL	1	CDAI 3

DIRETORIA JUDICIÁRIA

DIRETOR JUDICIÁRIO	1	CDGA
COORDENADOR DE PROTOCOLO E AUTUAÇÃO	1	CDAS 2
COORDENADOR DAS CÂMARAS CÍVEIS ISOLADAS	1	CDAS 2
COORDENADOR DAS CÂMARAS CRIMINAIS ISOLADAS	1	CDAS 2
COORDENADOR DO PLENÁRIO E DAS CÂMARAS REUNIDAS	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE GRAVAÇÃO E REGISTROS	1	CDAS 4
COORDENADOR DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS PARA O STJ	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS PARA O STF	1	CDAS 4
COORDENADOR DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE JURISPRUDÊNCIA	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE ESTATÍSTICA E PUBLICAÇÃO	1	CDAS 4
SECRETÁRIO DE CÂMARA ISOLADA	7	CDAI 2
SECRETÁRIO DE CÂMARAS REUNIDAS	2	CDAI 2

DIRETORIA FINANCEIRA

DIRETOR FINANCEIRO	1	CDGA
COORDENADOR DE ORÇAMENTO	1	CDAS 2
COORDENADOR DE FINANÇAS	1	CDAS 2
COORDENADOR DE CONTABILIDADE	1	CDAS 2
ASSESSOR DE CONTABILIDADE	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO	1	CDAS 4

COORDENADOR DE PAGAMENTO	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE ANÁLISE E FATURA	1	CDAS 4

**DIRETORIA DO FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO E REPARAÇÃO E
REAPARELHAMENTO DO JUDICIÁRIO - FERJ**

DIRETOR DO FERJ	1	CDGA
ASSESSOR JURÍDICO	1	CDAS 4
ASSESSOR TÉCNICO	1	CDAS 2
COORDENADOR DO FERJ	1	CDAS 2

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DIRETOR ADMINISTRATIVO	1	CDGA
COORDENADOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	1	CDAS 4
COORDENADOR DE APOIO ADMINISTRATIVO	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE PROTOCOLO E ARQUIVO	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE TRANSPORTES	1	CDAS 4
COORDENADOR DO ARQUIVO E DOCUMENTOS HISTÓRICOS	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE DO ACERVO	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE RESTAURAÇÃO E MANUTENÇÃO DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS	1	CDAS 4

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS	1	CDGA
COORDENADOR DE DIREITOS E REGISTROS	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE EXPEDIÇÃO E CONTROLE DE ATOS	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE CADASTRO	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE DIREITO E DEVERES	1	CDAS 4
COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO E DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA	1	CDAS 2
COORDENADOR DE SERVIÇOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS E PSICOSSOCIAL	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO MÉDICA	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO ODONTOLÓGICA	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO PSICOSSOCIAL	1	CDAS 4

DIRETORIA DE ENGENHARIA

DIRETOR DE ENGENHARIA	1	CDGA
COORDENADOR DE ENGENHARIA, OBRAS E SERVIÇOS	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE ENGENHARIA	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE SERVIÇOS E OBRAS	1	CDAS 4

DIRETORIA DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO

DIRETOR DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO	1	CDGA
ASSESSOR DE INFORMÁTICA	1	CDAS 2
COORDENADOR DE DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE DE SISTEMA	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO E SUPORTE	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE ANÁLISE DE SISTEMA	1	CDAS 4
COORDENADOR DE ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS E ADMINISTRAÇÃO DA REDE	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE ORGANIZAÇÃO E MÉTODO	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DA REDE	1	CDAS 4
COORDENADOR DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	1	CDAS 2
COORDENADOR DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO	1	CDAS 2

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA

CARGOS

QUANT. SÍMBOLO

GABINETE DO DIRETOR

OFICIAL DE GABINETE	1	CDAS 3
SUBOFICIAL DE GABINETE	1	CDAI 11
CHEFE DA BIBLIOTECA DA ESMAM	1	CDAS 4
ASSISTENTE DE GABINETE	1	CDAI 11

SECRETARIA-GERAL

SECRETÁRIO-GERAL DA ESMAM	1	CDAS 2
ASSISTENTE DE SECRETARIA	3	CDAI 11
COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO DA ESMAM	1	CDAS 3

CHEFE DA DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO DA ESMAM	1	CDAS 4
COORDENADOR FINANCEIRO	1	CDAS 3
COORDENADOR PEDAGÓGICO	1	CDAS 3

JUSTIÇA DE 1º GRAU**CARGOS****QUANT. SÍMBOLO**

SECRETÁRIO DE DIRETORIA DE FÓRUM DE ENTRÂNCIA FINAL	1	CDAI 1
SECRETÁRIO DE DIRETORIA DE FÓRUM DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA	10	CDAI 4
SECRETÁRIO JUDICIAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENTRÂNCIA FINAL	1	CDAI 1
SECRETÁRIO JUDICIAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA	11	CDAI 4
SECRETÁRIO JUDICIAL DE ENTRÂNCIA FINAL	85	CDAI 1
SECRETÁRIO JUDICIAL DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA	108	CDAI 4
SECRETÁRIO JUDICIAL DE ENTRÂNCIA INICIAL	95	CDAI 6
ASSESSOR DE JUIZ	322	CDAI 5

SECRETARIA DA DIRETORIA DO FORUM DA COMARCA DE SÃO LUÍS

COORDENADOR ADMINISTRATIVO	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO MÉDICA E ODONTOLÓGICA	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE SERVIÇO SOCIAL	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE INFORMÁTICA	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE BIBLIOTECA	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE ARQUIVO	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE LABORATÓRIO DE BIOLOGIA MOLECULAR	1	CDAS 4
CHEFE DE CENTRAL DE MANDADOS	1	CDAI 2

SECRETARIA DA DIRETORIA DO FORUM DA COMARCA DE IMPERATRIZ

COORDENADOR ADMINISTRATIVO	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE MATERIAL, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE INFORMÁTICA	1	CDAS 4

ANEXO II**DESCRIÇÃO DOS CARGOS COMISSIONADOS
DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO****PLENÁRIO****Secretaria Geral do Plenário**

a) Ao Secretário Geral do Plenário compete:

I - supervisionar e controlar as atividades do Plenário; II - secretariar e preparar o Plenário para realização das sessões, verificando equipamentos e instalações, disponibilizando todo material de expediente e de apoio necessários, bem como identificando a localização dos magistrados; III - prestar informações sobre a pauta e as sessões aos interessados; IV - organizar e arquivar documentos de interesse do órgão; V - redigir e elaborar documentos; VI - providenciar a manutenção e reparo dos móveis e equipamentos do Plenário; VII - supervisionar as atividades de limpeza, de copa e segurança do Plenário; VIII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

b) Ao Assessor do Secretário Geral do Plenário compete:

I - assessorar a chefia imediata durante as sessões prestando apoio técnico e administrativo; II - organizar e verificar equipamentos e instalações quando da realização das sessões; III - providenciar, quando necessário, a aquisição do material de expediente e de apoio do órgão; IV - arquivar documentos de interesse do órgão; V - prestar informações sobre a pauta e as sessões aos interessados; VII - verificar execução dos serviços de limpeza quando da realização das sessões; VIII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais

a) Ao Secretário do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais compete:

I - coordenar o exercício das funções administrativas e de chefia junto à Secretaria do Conselho de Supervisão; II - secretariar as reuniões e sessões do Conselho, preparando a respectiva pauta de acordo com as orientações do Desembargador Supervisor, encaminhando-a aos seus membros; III - elaborar ata e manter atualizada a documentação e o registro das decisões proferidas pelo Conselho, providenciado sua publicação, quando necessário; IV - preparar os processos a serem submetidos ao Conselho; V - manter atualizados todos os dados de material e pessoal dos juizados especiais e turmas recursais, comunicando imediatamente qualquer alteração dos mesmos ao Juiz Coordenador; VI - apresentar ao Juiz-Coordenador ou a qualquer Membro do Conselho todos os dados necessários para elaboração dos relatórios e estatísticas anuais; VII - receber e registrar os relatórios e estatísticas

advindos dos juzizados especiais e das turmas recursais; VIII - providenciar o encaminhando de todos os expedientes do Conselho de Supervisão, que serão assinados pelo Desembargador-Presidente; IX - praticar todos os atos administrativos determinados pelo Conselho de Supervisão para o bom funcionamento dos juzizados especiais e turmas recursais; X - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

Conselho de Administração e Supervisão do Fundo de Modernização e Reparelhamento do Judiciário – FERJ

Secretaria do Conselho

a) Ao Secretário do Conselho de Administração e Supervisão do FERJ compete:

I - coordenar o exercício das funções administrativas e de chefia junto à Secretaria do Conselho; II - secretariar as reuniões e sessões do Conselho, preparando a respectiva pauta de acordo com as orientações do Presidente, encaminhando-a aos seus membros; III - elaborar ata e manter atualizada a documentação e o registro das decisões proferidas pelo Conselho, providenciado sua publicação, quando necessário; IV - preparar os processos a serem submetidos ao Conselho; V - manter atualizados todos os dados de material e pessoal do FERJ, comunicando imediatamente qualquer alteração dos mesmos ao Presidente; VI - apresentar a qualquer Membro do Conselho todos os dados necessários para elaboração dos relatórios e estatísticas anuais; VII - receber e registrar os relatórios e estatísticas advindos da Coordenadoria do FERJ; VIII - providenciar o encaminhando de todos os expedientes do Conselho; IX - praticar todos os atos administrativos determinados pelo Conselho para o bom funcionamento do FERJ; X - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Chefia de Gabinete da Presidência:

a) Ao Chefe de Gabinete da Presidência compete:

I - coordenar as atividades judiciais e administrativas que tramitam no gabinete da Presidência; II - supervisionar a tramitação de processos, documentos, memorandos, ofícios, portarias, etc., bem como a elaboração de expedientes em geral; III - solicitar recursos em geral necessários à execução das atividades, tais como materiais de expediente, equipamentos, servidores, etc.; IV - supervisionar a execução e o controle das atividades relativas à divulgação, comunicação social e relações públicas internas e externas do Poder Judiciário, tais como tarefas preparatórias de matérias e o estabelecimento de ações de apoio à imprensa, rádio e televisão; V - monitorar a agenda do Presidente do Tribunal de Justiça, assegurando o cumprimento de horários de reuniões, audiências, compromissos externos, etc.; VI - prestar, no que couber, assistência à Presidência nas atividades pertinentes ao Plenário; VII - organizar o esquema de trabalho do pessoal lotado no Gabinete da Presidência; VIII - controlar a lotação dos servidores do Gabinete e a respectiva frequência; IX - assegurar e supervisionar a execução dos serviços de limpeza, copa, transporte e segurança do Gabinete da Presidência; X - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

b) Ao Subchefe de Gabinete da Presidência compete:

I - assistir ao Chefe de Gabinete no desempenho de suas atribuições, inclusive substituindo-o em suas ausências; II - elaborar e redigir os atos e expedientes em geral de competência do Presidente do Tribunal de Justiça, quando solicitado; III - agendar e controlar das atividades de representação externa e de audiências do Chefe de Gabinete da Presidência; IV - organizar registros e arquivos dos documentos da Presidência; V - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

c) Ao Assessor Técnico da Presidência compete:

I - assessorar o Presidente em assuntos de natureza jurídico-administrativa; II - emitir pareceres acerca de questões de natureza jurídico-administrativa, que envolvam a interpretação e aplicação de leis, regulamentos e acórdãos; III - examinar documentos destinados à instrução de processos; IV - elaborar minuta de peças processuais, documentos e expedientes em geral, relacionados à área jurídico-administrativa; V - elaborar relatórios em assuntos de sua área de especialização; VI - acompanhar publicações de natureza jurídico-administrativa e manter atualizado repositório de jurisprudências; VII - realizar pesquisas e estudos acerca de temas e problemas jurídico-administrativos de interesse do Poder Judiciário; VIII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

d) Ao Secretário Particular da Presidência compete:

I - assistir ao Chefe do Poder Judiciário nos serviços de secretaria particular; II - assessorar o Presidente no desempenho de suas funções, gerenciando informações e auxiliando na execução de tarefas administrativas; III - organizar a agenda pessoal do Presidente; IV - recepcionar e encaminhar pessoas (clientes internos e externos); V - efetuar e atender chamadas telefônicas, anotando e transmitindo recados; VI - elaborar e redigir documentos quando solicitado; VII - auxiliar o Presidente durante as reuniões, audiências e compromissos em geral; VIII - administrar pendências; e IX - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

e) Ao Secretário Executivo da Presidência compete:

I - prestar assessoria nos assuntos de sua área de atuação; II - elaborar despachos, documentos e expedientes em geral, quando solicitado; III - receber e encaminhar processos e correspondências em geral; IV - elaborar relatórios em assuntos de sua área de especialização; V - atender clientes internos e externos; VI - auxiliar a Chefia imediata nos trabalhos e atividades do gabinete; VII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

f) Ao Oficial de Gabinete compete:

I - elaborar e redigir despachos, ofícios, memorandos, portarias e expedientes em geral; II - assegurar e controlar o fluxo de processos e documentos em geral; III - gerenciar os arquivos e registros relacionados às atividades da Presidência do Tribunal de Justiça; IV - elaborar a agenda do Chefe do Poder Judiciário, listando reuniões, audiências, comunicações e compromissos em geral; V - preparar e encaminhar a correspondência oficial do Gabinete, bem como o expediente pessoal do Presidente; VI - relacionar-se com as demais unidades administrativas funcionais do Poder Judiciário, no que se refere ao encaminhamento de assuntos, processos e expedientes relacionados ao Gabinete; VII - controlar a recepção e transmissão de mensagens via correio eletrônico ou fac-símile, observando o sigilo e a integridade dos originais e cópias; VIII - controlar o suprimento dos recursos necessários à execução das atividades desenvolvidas no Gabinete; IX - zelar pelo uso, guarda e conservação dos bens patrimoniais do Gabinete da Presidência; X - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

Assessoria Jurídica da Presidência:

a) Ao Assessor Chefe da Assessoria Jurídica da Presidência compete:

I - assessorar o Chefe do Poder Judiciário em assuntos de natureza jurídica e jurídico-administrativa; II - prestar assistência aos Diretores do Tribunal de Justiça e às comissões técnicas em assuntos de natureza jurídica e jurídico-administrativa; III - efetuar a análise jurídica dos atos e processos submetidos à apreciação do Presidente; IV - elaborar pareceres acerca de questões sobre as quais o Presidente deva se manifestar; V - elaborar relatórios em assuntos de sua área de especialização; VI - coordenar todas as atividades da Assessoria Jurídica da Presidência, estabelecendo fluxos e procedimentos, dividindo e organizado o trabalho, bem como solicitando os recursos necessários à execução das atividades; VII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

b) Ao Subchefe da Assessoria Jurídica da Presidência compete:

I - assessorar o Assessor Chefe em assuntos de natureza jurídica e jurídico-administrativa; II - emitir pareceres em assuntos de natureza jurídica e jurídico-administrativa que envolva a interpretação e aplicação de leis, regulamentos e acórdãos; III - efetuar a análise jurídica dos atos e processos submetidos à sua apreciação; IV - elaborar minuta de peças processuais, documentos e expedientes em geral; V - elaborar relatórios em assuntos de sua área de especialização; VI - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

c) Ao Assessor Técnico da Assessoria Jurídica da Presidência compete:

I - prestar assessoria em assuntos de natureza jurídico-administrativa; II - emitir pareceres acerca de questões de natureza jurídico-administrativa, que envolvam a interpretação e aplicação de leis, regulamentos e acórdãos; III - examinar documentos destinados à instrução de processos; IV - elaborar minuta de peças processuais, documentos e expedientes em geral, relacionados à área jurídico-administrativa; V - elaborar relatórios em assuntos de sua área de especialização; VI - acompanhar publicações de natureza jurídico-administrativa e manter atualizado repositório de jurisprudências; VII - realizar pesquisas e estudos acerca de temas e problemas jurídico-administrativos de interesse do Poder Judiciário; VIII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

d) Ao Assessor Jurídico da Presidência compete:

I - prestar assessoria em assuntos de natureza jurídica; II - emitir pareceres acerca de questões de natureza jurídica, que envolvam a interpretação e aplicação de leis, regulamentos e acórdãos; III - examinar documentos destinados à instrução de processos; IV - elaborar minuta de peças processuais, documentos e expedientes em geral, relacionados à área jurídica; V - elaborar relatórios em assuntos de sua área de especialização; VI - acompanhar publicações de natureza jurídica e manter atualizado repositório de jurisprudências; VII - realizar pesquisas e estudos acerca de temas e problemas jurídicos de interesse do Poder Judiciário; VIII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

Assessoria de Comunicação da Presidência

a) Ao Assessor Chefe da Assessoria de Comunicação da Presidência compete:

I - coordenar a execução e o controle das atividades relativas à divulgação, comunicação social e relações públicas do Poder Judiciário, tais como tarefas preparatórias de matérias e o estabelecimento de ações de apoio à imprensa, rádio e televisão; II - produzir *releases* sobre o Poder Judiciário do Estado do Maranhão para distribuição à imprensa; III - atender as demandas da imprensa, com o devido agendamento; IV - organizar e agendar entrevistas com membros do Poder Judiciário; V - produzir pautas com foco nas ações do Poder Judiciário, sugerindo temas positivos para serem explorados pela imprensa; VI - acompanhar membros do Poder Judiciário em entrevistas realizadas em programas de rádio e TV; VII - produzir diariamente *clippings* sobre o Poder Judiciário, com recortes de matérias de jornais e gravações de programas de rádio e TV; VIII - produzir o programa "A Justiça e o Cidadão", veiculado na Rádio São Luís AM; IX - assegurar a alimentação diária do portal de notícias (*homepage*) do Poder Judiciário; X - supervisionar a produção do material fotográfico e em vídeo sobre as ações do Poder Judiciário, bem como sua conseqüente organização em um acervo; XI - estabelecer relações com os veículos de comunicação, abastecendo-os com informações referentes ao Poder Judiciário; XII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

b) Ao Assessor de Comunicação da Presidência compete:

I - assessorar o Chefe de Comunicação no desenvolvimento de suas atribuições; II - realizar a alimentação diária do portal de notícias (*homepage*) do Poder Judiciário; III - executar serviços de administração de informações jornalísticas (coleta, avaliação, sistematização e divulgação), bem como o seu fluxo para os veículos de comunicação; IV - organizar e manter atualizada uma

relação dos veículos de comunicação, acompanhados dos respectivos endereços, telefones, fax, e-mails, nomes de diretores e editores, etc.; V - elaborar produtos jornalísticos diversos, tais como fotografias, vídeos, programas de rádio ou de televisão, para fins de divulgação das ações do Poder Judiciário; VI - participar da definição das estratégias de comunicação; VII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

Gabinete Militar

a) Ao Chefe do Gabinete Militar compete:

I - assessorar o Chefe do Poder Judiciário nos assuntos militares e relacionados à segurança; II - receber e encaminhar ao Presidente as autoridades municipais, estaduais, federais ou estrangeiras; III - desincumbir-se da representação militar do Presidente do Tribunal de Justiça, quando por este determinado; IV - planejar, em conjunto com o Chefe de Gabinete da Presidência, as viagens do Presidente ou do Desembargador que o represente, bem como acompanhá-lo em visitas e atos oficiais e, quando solicitado, a outros membros do Tribunal de Justiça; V - prestar informações e emitir parecer sobre matéria de sua competência, quando solicitado; VI - estabelecer normas, procedimentos e orientação quanto ao sistema de segurança do Poder Judiciário e de seus membros; VII - coordenar segurança nas unidades prediais do Poder Judiciário; VIII - disciplinar o trânsito de veículos nas unidades prediais do Poder Judiciário, controlando sua movimentação e permanência; IX - coibir todo e qualquer tipo de comércio, não autorizado, nas dependências do Poder Judiciário; X - impedir o ingresso, nas dependências do Poder Judiciário, de pessoas que não estejam vestidas adequadamente; XI - receber e encaminhar o público e as autoridades; XII - operar o sistema de identificação dos servidores e as pessoas em geral, de acordo com normas específicas; XIII - responsabilizar-se pela abertura e fechamento dos locais de trabalho e de acesso ao Tribunal de Justiça; XIV - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

Auditoria

a) Ao Chefe da Auditoria compete:

I - promover, por sistema próprio de controle, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Poder Judiciário, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e eficiência; II - responder às consultas formuladas no âmbito de sua atuação; III - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

b) Ao Auditor compete:

I - realizar auditorias nas unidades administrativas, visando comprovar a legalidade, avaliando os resultados e certificando os atos de gestão; II - acompanhar as providências adotadas pelas áreas e unidades auditadas em decorrência de impropriedades e irregularidades eventualmente detectadas, manifestando-se sobre sua eficácia e propondo soluções; III - manter registros atualizados acerca das auditorias e tomadas de contas efetivadas; IV - conferir e analisar contas, balancetes, balanços e demonstrações contábeis, propondo medidas de saneamento e/ou de aperfeiçoamento; V - promover o controle, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Poder Judiciário, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e eficiência; VI - responder às consultas formuladas no âmbito de sua atuação; VII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

Cerimonial

a) Ao Chefe do Cerimonial compete:

I - assessorar o Presidente e demais membros do Tribunal na realização e participação de cerimônias e eventos oficiais; II - organizar as solenidades oficiais do Poder Judiciário, especialmente as referentes à posse da Mesa Diretora do Tribunal de Justiça, à celebração do Dia da Justiça, bem como à posse de Membros do Poder; III - assessorar o presidente e demais Desembargadores na recepção de autoridades nacionais ou estrangeiras; IV - agendar e confirmar a participação do Presidente do Tribunal em solenidades, de acordo com as comunicações realizadas com seu Chefe de Gabinete, zelando para que, nessas ocasiões, sejam obedecidas a ordem de precedência e o devido respeito ao Poder Judiciário; V - supervisionar a organização e manutenção do cadastro de endereços, telefones e datas de aniversários dos Desembargadores, Juízes, e de autoridades locais e nacionais; VI - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

b) Ao Assessor de Relações Públicas compete:

I - planejar a execução de programas de integração interna e externa do Poder Judiciário; II - elaborar peças institucionais em conjunto com a Assessoria de Comunicação; III - enviar mensagens e comunicações (convites, ofícios, telegramas, etc.) a pessoas ou entidades que se relacionem com o Poder Judiciário; IV - realizar pesquisas para conhecer opiniões, hábitos e atitudes de autoridades; V - disponibilizar e manter atualizado o cadastro dos vários segmentos de interesse da instituição, VI - coletar e organizar dados acerca das referências históricas da instituição; VII - participar da definição de estratégias institucionais de comunicação; VIII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

Coordenadoria de Atividades Especiais

a) Ao Coordenador de Atividades Especiais compete:

I - coordenar o projeto "Casa da Criança", que visa proteger e prestar assistência às crianças de 00 (zero) a 03 (três) anos em situação de risco, oriundas, principalmente, de procedimentos conduzidos pelos Juízos Especializados em infância e juventude da Comarca de São Luís; II - coordenar o projeto "Casa Abrigo", que tem o objetivo de proteger e dar apoio integral e gratuito às mulheres maranhenses vítimas de violência doméstica e sexual; III - coordenar o projeto "Justiça e Cidadania", que tem como escopo a efetivação dos registros de nascimento e casamento civis gratuitos e inscrições para os casamentos comunitários; IV - auxiliar na localização e busca de crianças desaparecidas, assim como encaminhar os jurisdicionados, quando necessário, para a

“Casa Abrigo” e para a “Casa da Criança”; V - coordenar os demais projetos especiais do Poder Judiciário, inclusive a Creche “Judith Pacheco”; VI - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

Coordenadoria da Biblioteca

a) Ao Coordenador da Biblioteca compete:

I - coordenar, planejar e supervisionar as divisões sob sua subordinação; II - disponibilizar informações para subsidiar pesquisas acerca de doutrina, legislação e jurisprudência, solicitadas pelos Membros, Diretores, servidores e público em geral; III - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

b) Ao Chefe de Divisão de Acervo:

I - organizar, manter e conservar o acervo de livros, folhetos, periódicos, mídias digitais e coletâneas de legislação e jurisprudência relacionadas às áreas de interesse do Poder Judiciário; II - desenvolver processo de seleção dos recursos informacionais para composição do acervo da Biblioteca; III - propor a aquisição, através de compra, doação e permuta, de livros, publicações periódicas e mídias digitais, nacionais e estrangeiras; IV - registrar, catalogar, classificar e indexar o acervo da Biblioteca; V - alimentar o banco de dados do “Sistema de Automação de Biblioteca” (SIABI) com os recursos informacionais; VI - organizar, controlar e facilitar os meios necessários à consulta e uso do acervo; VII - elaborar e disseminar produtos e serviços de informações na área jurídica; VIII - realizar o inventário do acervo; IX - planejar e implementar a política de desenvolvimento de coleção; X - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

c) Divisão de Legislação e Pesquisa:

I - coletar, organizar e recuperar a legislação e jurisprudência estadual e federal de interesse do Poder Judiciário; II - realizar e fornecer os resultados de pesquisas acerca de legislação e jurisprudência; III - catalogar e indexar atos (administrativos e legais) selecionados de publicações oficiais; IV - manter atualizada a coletânea de legislação e jurisprudência; V - elaborar produtos informativos que subsidiem os trabalhos jurisdicionais, tais como Ementário Estadual, Federal, Acórdãos, *Clipping* e Jornal Mural; VI - alimentar o banco de dados do “Sistema de Automação de Biblioteca” (SIABI) com a legislação e jurisprudência; VII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

d) Ao Chefe da Divisão do Telejudiciário compete:

I - coletar dados, organizar, avaliar e efetuar o cadastro das informações sobre os serviços prestados pelo Poder Judiciário; II - acompanhar o desempenho dos subordinados quando do atendimento relacionado à transmissão das informações sobre os serviços judiciais; III - atender com cortesia as solicitações formuladas através de telefonemas e/ou correio eletrônico; IV - pesquisar e responder às solicitações referentes ao andamento ou tramitação dos processos, desde que não haja restrições ou proibições legais quanto à sua publicidade; V - manter atualizado o cadastro dos assuntos e serviços sob sua responsabilidade; VI - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

Coordenadoria de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicância

a) Ao Coordenador de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicância compete:

I - planejar, coordenar, orientar e controlar as atividades processuais relativas à conduta funcional dos servidores; II - integrar, quando necessário, outras comissões, inclusive presidindo-as; III - despachar junto aos Desembargadores e ao Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal de Justiça; IV - sugerir membros para composição de comissões; V - distribuir processos e efetuar a convocação dos membros; VI - redigir ofícios, certidões, despachos, intimações, notificações e expedientes em geral; VII - elaborar pareceres e relatórios finais em processos; VIII - encaminhar ao Presidente do Tribunal de Justiça, parecer conclusivo acerca dos processos, propondo, quando for o caso, as penalidades cabíveis; IX - dar suporte técnico aos membros de comissões de processos disciplinares e sindicâncias; X - participar de audiências destinadas à oitiva das partes e testemunhas; XI - prestar informações e documentos aos membros e servidores que fizerem parte dos processos disciplinares e/ou sindicâncias; XII - autuar processos; XIII - dar vista dos autos aos advogados e às partes interessadas; XIV - controlar prazos; XV - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

DA VICE-PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA

a) Ao Chefe de Gabinete da Vice-Presidência compete:

I - coordenar as atividades judiciais e administrativas que tramitam no gabinete da Vice-Presidência; II - supervisionar a tramitação de processos, documentos, memorandos, ofícios, portarias, etc., bem como a elaboração de expedientes em geral; III - solicitar recursos em geral necessários à execução das atividades, tais como materiais de expediente, equipamentos, servidores, etc.; IV - monitorar a agenda do Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, assegurando o cumprimento de horários de reuniões, audiências, compromissos externos, etc.; V - organizar o esquema de trabalho do pessoal lotado no Gabinete da Vice-Presidência; VI - controlar a lotação dos servidores do Gabinete e a respectiva frequência; VII - assegurar e supervisionar a execução dos serviços de limpeza, copa, transporte e segurança do Gabinete da Vice-Presidência; VIII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

b) Ao Oficial de Gabinete compete:

I - elaborar e redigir despachos, ofícios, memorandos, portarias e expedientes em geral; II - assegurar e controlar o fluxo de

processos e documentos em geral; III - gerenciar os arquivos e registros relacionados às atividades da Vice-Presidência do Tribunal de Justiça; IV - elaborar a agenda do Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, listando reuniões, audiências, comunicações e compromissos em geral; V - preparar e encaminhar a correspondência oficial do Gabinete, bem como o expediente pessoal do Vice-Presidente; VI - relacionar-se com as demais unidades administrativas funcionais do Poder Judiciário, no que se refere ao encaminhamento de assuntos, processos e expedientes relacionados ao Gabinete; VII - controlar a recepção e transmissão de mensagens via correio eletrônico ou fac-símile, observando o sigilo e a integridade dos originais e cópias; VIII - controlar o suprimento dos recursos necessários à execução das atividades desenvolvidas no Gabinete; IX - zelar pelo uso, guarda e conservação dos bens patrimoniais do Gabinete da Presidência; X - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

c) Ao Secretário Executivo da Vice-Presidência compete:

I - prestar assessoria nos assuntos de sua área de atuação; II - elaborar despachos, documentos e expedientes em geral, quando solicitado; III - receber e encaminhar processos e correspondências em geral; IV - elaborar relatórios em assuntos de sua área de especialização; V - atender clientes internos e externos; VI - auxiliar a Chefia imediata nos trabalhos e atividades do gabinete; VII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

Coordenadoria de Distribuição

a) Ao Coordenador de Distribuição compete:

I - receber e organizar processos; II - realizar atividades pertinentes à distribuição de processos cíveis e criminais, obedecidas as disposições legais e regimentais; III - remeter processos e petições à Coordenadoria competente; IV - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

a) Ao Chefe de Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça compete:

I - coordenar as atividades judiciais e administrativas que tramitam no gabinete do Corregedor-Geral da Justiça; II - supervisionar a tramitação de processos, documentos, memorandos, ofícios, portarias, etc., bem como a elaboração de expedientes em geral; III - solicitar recursos em geral necessários à execução das atividades, tais como materiais de expediente, equipamentos, servidores, etc.; IV - supervisionar a execução e o controle das atividades relativas à divulgação das ações realizadas pela Corregedoria Geral da Justiça; V - monitorar a agenda do Corregedor-Geral da Justiça, assegurando o cumprimento de horários de reuniões, audiências, compromissos externos, etc.; VI - organizar o esquema de trabalho do pessoal lotado no Gabinete do Corregedor; VII - controlar a lotação dos servidores do Gabinete e a respectiva frequência; VIII - assegurar e supervisionar a execução dos serviços de limpeza, copa, transporte e segurança do Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça; IX - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

b) Ao Assessor de Comunicação compete:

I - coordenar a execução e o controle das atividades relativas à divulgação, comunicação social e relações públicas da Corregedoria Geral da Justiça, tais como tarefas preparatórias de matérias e o estabelecimento de ações de apoio à imprensa, rádio e televisão; II - coordenar a edição, produção e distribuição das matérias e publicações de interesse da Corregedoria Geral da Justiça, em meios gráficos, digitais, *internet*, rádio e televisão, com a consequente organização de um acervo; III - atender as demandas da imprensa, com o devido agendamento; IV - organizar e agendar entrevistas com o Corregedor-Geral de Justiça; V - assegurar a alimentação diária do portal de notícias (*homepage*) da Corregedoria Geral da Justiça; VI - estabelecer relações com os veículos de comunicação, abastecendo-os com informações referentes ao Poder Judiciário; VII - participar da definição das estratégias de comunicação da Corregedoria; VIII - apoiar a realização de eventos da Corregedoria Geral da Justiça; IX - assessorar o Corregedor-Geral da Justiça em seu relacionamento com a mídia; X - coordenar o serviço de cerimonial da Corregedoria Geral da Justiça; XI - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

c) Ao Oficial de Gabinete compete:

I - elaborar e redigir despachos, ofícios, memorandos, portarias e expedientes em geral; II - assegurar e controlar o fluxo de processos e documentos em geral; III - gerenciar os arquivos e registros relacionados às atividades da Corregedoria Geral da Justiça; IV - elaborar a agenda do Corregedor-Geral de Justiça, listando reuniões, audiências, comunicações e compromissos em geral; V - preparar e encaminhar a correspondência oficial do Gabinete, bem como o expediente pessoal do Corregedor-Geral; VI - relacionar-se com as demais unidades administrativas funcionais do Poder Judiciário, no que se refere ao encaminhamento de assuntos, processos e expedientes relacionados ao Gabinete; VII - controlar a recepção e transmissão de mensagens via correio eletrônico ou fac-símile, observando o sigilo e a integridade dos originais e cópias; VIII - controlar o suprimento dos recursos necessários à execução das atividades desenvolvidas no Gabinete; IX - zelar pelo uso, guarda e conservação dos bens patrimoniais do Gabinete; X - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

d) Secretário Particular do Corregedor compete:

I - assistir ao Corregedor-Geral da Justiça nos serviços de secretaria particular; II - assessorar o Corregedor no desempenho de suas funções, gerenciando informações e auxiliando na execução de tarefas administrativas; III - organizar a agenda pessoal do Corregedor; IV - recepcionar e encaminhar pessoas (clientes internos e externos); V - efetuar e atender chamadas telefônicas, anotando e transmitindo recados; VI - elaborar e redigir documentos quando solicitado; VII - auxiliar o Corregedor durante as

reuniões, audiências e compromissos em geral; VIII - administrar pendências; e IX - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

g) Ao Secretário da Comissão Estadual de Adoção compete:

I - organizar, para uso de todas as comarcas do Estado, cadastro geral e unificado de crianças declaradas em situação irregular, que necessitem de colocação em um lar substituto mediante adoção; pedidos de adoção de pretendentes nacionais e pretendentes estrangeiros residentes no País; pedidos de adoção de pretendentes nacionais, a fim de oferecer às diferentes comarcas do Estado; pedidos de adoção de pretendentes estrangeiros residentes fora do País, aprovando sua habilitação e apresentando-se ao juízo da criança em lar substituto; pedidos de adoção de pretendentes estrangeiros residentes fora do País, aprovando sua habilitação e apresentando-se ao juízo da criança devidamente cadastrada; II - manter intercâmbio com órgãos e instituições especializadas internacionais, públicas e privadas, estas últimas reconhecidas e controladas pelo País onde foram criadas, a fim de estabelecer sistemas de controle e acompanhamento de estágio de convivência no exterior; III - admitir a colaboração de entidades nacionais especializadas, públicas ou privadas, estas últimas reconhecidamente idôneas e recomendadas pelo Juiz da Infância e Juventude em que tiveram sede; IV - realizar trabalho de divulgação de projetos de adoção entre os casais cadastrados, com o objetivo de proporcionar a quebra de preconceitos existentes em relação às crianças adotáveis; V - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

h) Ao Assessor Chefe da Assessoria Especial da Corregedoria compete:

I - assessorar o Corregedor-Geral da Justiça em assuntos de natureza jurídica e jurídico-administrativa; II - prestar assistência aos Juizes Auxiliares da Corregedoria em assuntos de natureza jurídica e jurídico-administrativa quando solicitado; III - efetuar a análise jurídica dos atos e processos submetidos à apreciação do Corregedor; IV - elaborar pareceres acerca de questões sobre as quais o Corregedor deva se manifestar; V - elaborar relatórios em assuntos de sua área de especialização; VI - coordenar todas as atividades da Assessoria Especial da Corregedoria, estabelecendo fluxos e procedimentos, dividindo e organizado o trabalho, bem como solicitando os recursos necessários à execução das atividades; VII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

i) ao Assessor da Corregedoria compete:

I - prestar assessoria em assuntos de natureza jurídico-administrativa; II - emitir pareceres acerca de questões de natureza jurídico-administrativa, que envolvam a interpretação e aplicação de leis, regulamentos e acórdãos; III - examinar documentos destinados à instrução de processos; IV - elaborar minuta de peças processuais, documentos e expedientes em geral, relacionados à área jurídico-administrativa; V - elaborar relatórios em assuntos de sua área de especialização; VI - acompanhar publicações de natureza jurídico-administrativa e manter atualizado repositório de jurisprudências; VII - realizar pesquisas e estudos acerca de temas e problemas jurídico-administrativos de interesse do Poder Judiciário; VIII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

j) Ao Coordenador de Orientação, Fiscalização, Correição, Disciplina e Avaliação dos Juizes de Direito compete:

I - providenciar o recebimento, a triagem e o encaminhamento dos documentos, expedientes, representações e processos encaminhados à Corregedoria-Geral da Justiça e relacionados à sua área de atuação; II - alimentar e manter atualizado o sistema de informação de acompanhamento processual; III - prestar informações acerca da localização, movimentação e andamento dos processos; IV - promover o trânsito dos inquéritos administrativos, representações e outros documentos entre a Corregedoria-Geral da Justiça e o Tribunal de Justiça; V - enviar aos destinatários as correspondências relacionadas a inquéritos, sindicâncias, processos administrativos e outros expedientes, que são encaminhados pelas unidades funcionais vinculadas à Corregedoria-Geral da Justiça; VI - efetuar o recebimento e o processamento das representações administrativas feitas contra Juizes de Direito; VII - elaborar a escala de plantão trimestral dos Juizes da Capital; VIII - organizar o e mentário das decisões e pareceres administrativos e disciplinares da Corregedoria-Geral da Justiça; IX - encaminhar para publicação os atos, resoluções, provimentos, portarias, instruções, circulares, deliberações, ordens de serviço, atos de localização e decisões do Corregedor-Geral da Justiça, bem como demais expedientes que devem ser de conhecimento público; X - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

k) Ao Chefe da Divisão dos Juizes Vitalícios compete:

I - prestar informação em processos quando a matéria se relacionar a sua área de atuação; II - receber, registrar e arquivar os relatórios mensais encaminhados pelos Juizes de primeiro grau; III - controlar os dados estatísticos do movimento forense das comarcas, para fins de apuração e análise pelos Juizes Auxiliares da Corregedoria e do Corregedor-Geral da Justiça; IV - atualizar os dados funcionais e pessoais dos juizes de primeiro grau; V - encaminhar para análise dos Juizes Auxiliares da Corregedoria-Geral os mapas de produtividade dos juizes; VI - manter controle permanente e atualizado da produtividade dos juizes; VII - informar a produtividade dos magistrados em processos de promoção e remoção; VIII - elaborar, com base nas informações recebidas, as estatísticas de produtividade de juizes; IX - identificar as divergências das informações contidas nos mapas mensais e informar aos Juizes Auxiliares da Corregedoria-Geral da Justiça; X - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

l) Ao Chefe da Divisão dos Juizes em Estágio Probatório compete:

I - prestar informação em processos quando a matéria se relacionar a sua área de atuação; II - manter atualizados os documentos pessoais e de escolaridade, os títulos e outros remetidos pelos Juizes vitaliciandos; III - acompanhar mensalmente os relatórios encaminhados pelos Juizes vitaliciandos, com as cópias das sentenças proferidas; IV - encaminhar aos Juizes Auxiliares da

Corregedoria os processos individuais de vitaliciamento, que deverão evidenciar os trabalhos, a regularidade do serviço, a eficiência e eficácia, o cumprimento das obrigações legais, a dignidade, a honra e o decoro no exercício de suas funções; V - armazenar as informações reservadas ou denúncias acerca da conduta moral e da competência funcional dos Juízes em estágio probatório; VI - armazenar as informações prestadas pela Secretaria da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão relacionadas à participação e ao aproveitamento dos Juízes vitaliciandos no curso de iniciação funcional e demais ações de treinamento promovidas pela instituição; VII - colher informações junto à Diretoria Judiciária acerca das sentenças ou decisões recorridas do Juiz vitaliciando, bem como quanto a sua presteza em atender as solicitações do Tribunal de Justiça, notadamente aquelas relacionadas às requisições de informações em *habeas corpus* e mandados de segurança; VIII - manter atualizado o cadastro do Juiz em estágio probatório, que incluirá sua pasta individual, ficha de avaliação, relatórios mensais e outros elementos úteis fornecidos à Corregedoria-Geral da Justiça; IX - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

m) Ao Chefe da Divisão de Estatística compete:

I - prestar informação em processos quando a matéria se relacionar a sua área de atuação; II - providenciar o arquivamento da documentação relativa aos trabalhos da Divisão; III - receber, registrar e arquivar relatórios encaminhados pelos Juízes de primeiro grau; IV - controlar os dados estatísticos do movimento forense das comarcas, enviados pelas Divisões de Juízes Vitalícios e de Juízes em Estágio Probatório, para fins de análise pelos Juízes Auxiliares da Corregedoria e pelo Corregedor-Geral da Justiça; V - registrar a movimentação dos Juizes, mantendo cadastro atualizado; VI - atender aos pedidos de formulários destinados à confecção dos boletins estatísticos mensais dos Juízes de primeiro grau; VII - efetivar todos e quaisquer levantamentos estatísticos; VIII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

n) Ao Coordenador de Fiscalização, Correição, Disciplina e Avaliação das Serventias compete:

I - providenciar o recebimento, a triagem e o encaminhamento dos documentos, expedientes, representações e processos encaminhados à Corregedoria-Geral da Justiça e relacionados à sua área de atuação; II - alimentar e manter atualizado o sistema de informação de acompanhamento processual; III - prestar informações acerca da localização, movimentação e andamento dos processos e expedientes em geral; IV - prestar assessoria jurídico-administrativa os Juízes Auxiliares da Corregedoria-Geral da Justiça em assuntos relacionados às Serventias Judiciais, coligindo dados, pesquisando legislação, emitindo relatórios e informações; V - coordenar a realização de correições nas serventias judiciais e extrajudiciais; VI - analisar os relatórios decorrentes das correições, inspeções e auditorias, sugerindo ações de melhoria e aperfeiçoamento das ações desenvolvidas nas serventias; VII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

o) Ao Chefe da Divisão das Serventias Judiciais compete:

I - prestar assessoria jurídico-administrativa os Juízes Auxiliares da Corregedoria-Geral da Justiça em assuntos relacionados às Serventias Judiciais, coligindo dados, pesquisando legislação, emitindo relatórios e informações; II - prestar esclarecimentos aos servidores, respeitadas as disposições contidas no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça; III - fiscalizar a instauração e a realização das correições, bem como o envio do pertinente relatório; IV - auxiliar o Corregedor-Geral e os Juízes Auxiliares da Corregedoria nas correições e inspeções realizadas nas serventias judiciais; V - verificar mensalmente os relatórios de atividades e produtividade encaminhados pelos secretários judiciais; VI - fiscalizar e orientar os demais serviços e serventuários; VII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

p) Ao Chefe de Divisão das Serventias Extrajudiciais compete:

I - fiscalizar o recolhimento de emolumentos nas serventias extrajudiciais; II - solicitar certidões às serventias extrajudiciais; III - comunicar a indisponibilidade de bens imóveis às serventias; IV - orientar as Serventias Extrajudiciais Notariais e de Registros, notadamente no que diz aos métodos de trabalho, à eficiência e regularidade dos serviços; V - auxiliar o Corregedor-Geral e os Juízes Auxiliares da Corregedoria nas correições e inspeções realizadas junto às Serventias Notariais e de Registros; VI - realizar auditorias por determinação do Corregedor-Geral da Justiça; VII - analisar os relatórios mensais encaminhados pelos serventuários extrajudiciais, sugerindo as providências pertinentes; VIII - sugerir normas de trabalho, visando à padronização ou dinamização dos serviços forenses; IX - prestar assessoria jurídico-administrativa os Juízes Auxiliares da Corregedoria-Geral da Justiça em assuntos relacionados às Serventias Judiciais, coligindo dados, pesquisando legislação, emitindo relatórios e informações; X - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

q) Ao Coordenador Especial de Assistência aos Encarcerados compete:

I - planejar, dirigir, coordenar e controlar a execução dos serviços de apoio à Corregedoria-Geral da Justiça, no que diz respeito ao sistema prisional do Estado do Maranhão; II - coordenar o Núcleo de Advocacia Voluntária instalado na Penitenciária de Pedrinhas e nas demais unidades prisionais do Maranhão; III - coordenar o projeto "Começar de Novo", campanha institucional promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), bem como implementar os termos de cooperação técnica entre o CNJ e demais signatários; IV - auxiliar, no que for necessário e dentro de suas atribuições, a Assessoria da Presidência para Assuntos Penitenciários e da Execução Penal do Tribunal de Justiça do Maranhão, objetivando a criação e implementação de Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC's) em todo o Estado do Maranhão; V - fornecer mensalmente, e quando solicitado, informações acerca do sistema prisional do Maranhão para fins de análise pelos Juízes Auxiliares da Corregedoria e pelo Corregedor-Geral da Justiça; VI - acompanhar e fiscalizar o cumprimento do artigo 11 da Lei de Execução Penal – LEP, de maneira que sejam garantidas aos internos das unidades penais as assistências previstas no referido artigo de forma itinerante, em todas as comarcas do Estado do Maranhão; VII - promover articulação interinstitucional entre instituições públicas e privadas e/ou

da sociedade civil organizada do Estado do Maranhão, para a produção de projetos específicos para área penitenciária estadual, visando à melhoria da qualidade de prestação dos serviços.

NÚCLEO DE APOIO À JUSTIÇA DE 1º GRAU

r) Ao Secretário de Administração compete:

I - assessorar o responsável do setor no desempenho de funções, gerenciando informações e auxiliando na execução de tarefas administrativas; II - elaborar despachos, documentos e expedientes em geral, quando solicitado; III - receber e encaminhar processos e correspondências em geral; IV - elaborar relatórios em assuntos de sua área de especialização; V - atender clientes internos e externos; VI - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

s) Ao Assistente de Informação compete:

I - assessorar e auxiliar os secretários judiciais no desenvolvimento das atividades da área; II - elaborar relatórios e efetuar pesquisas com vistas às necessidades da área; III - propor melhorias e atualizações no desenvolvimento das atividades; IV - prestar informação quando solicitado; V - executar outras atividades sob sua responsabilidade.

t) Ao Assessor de Administração compete:

I - prestar assessoria em assuntos de natureza do setor; II - emitir pareceres acerca de questões da área, que envolvam a interpretação e aplicação de leis, regulamentos e acórdãos; III - examinar documentos destinados à instrução de processos; IV - elaborar relatórios em assuntos de sua área de especialização; V - acompanhar publicações; VI - realizar pesquisas e estudos acerca de temas e problemas de interesse do setor; VII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

u) Ao Assistente de Administração compete:

I - assessorar o responsável do setor na execução de suas atribuições, notadamente naquelas relacionadas ao planejamento, coordenação e controle das atividades; II - supervisionar a tramitação de processos, documentos, memorandos, ofícios, portarias, etc, bem como a elaboração de expedientes em geral; III - solicitar e controlar os recursos necessários à execução das atividades do setor, tais como materiais de expediente, equipamentos, servidores, etc; IV - gerenciar os arquivos e registros relacionados às atividades executadas; VI - relacionar-se com as demais unidades administrativas funcionais do Poder Judiciário, no que se refere ao encaminhamento de assuntos, processos e expedientes; VII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

a) Ao Diretor da Secretaria da Corregedoria Geral da Justiça compete:

I - supervisionar o desempenho das unidades funcionais, assim como acompanhar o desempenho dos servidores com a finalidade de cumprir os objetivos e metas traçadas; II - consolidar as atividades desenvolvidas pelas unidades funcionais a ele subordinadas; III - propor programa de treinamento para o seu quadro pessoal e providenciar a sua execução; IV - promover a aplicação de técnicas e métodos de trabalho voltados para a qualidade e produtividade dos serviços prestados pela Corregedoria-Geral da Justiça; V - prestar informações ao Corregedor-Geral da Justiça acerca do desenvolvimento das atividades da Secretaria da Corregedoria; VI - analisar e consolidar os planos de trabalho, prover os meios e delegar competência; VII - cumprir e fazer cumprir as ordens e determinações do Corregedor-Geral da Justiça, bem como as decisões do Tribunal de Justiça; VIII - prestar colaboração direta ao Corregedor-Geral da Justiça e executar tarefas específicas que lhe forem determinadas; IX - auxiliar o Corregedor-Geral da Justiça no exame e instrução de processos e expedientes administrativos sujeitos ao seu pronunciamento; X - supervisionar a elaboração da minuta de provimentos, circulares, portarias, certidões, atestados, despachos e outros atos; XI - comunicar, ao Corregedor, as irregularidades que verificar na execução dos serviços da Secretaria; XII - promover diligência e requisitar as informações necessárias à solução dos assuntos da competência da Corregedoria; XIII - convocar e presidir as reuniões das Coordenadorias e Divisões; XIV - apresentar ao Corregedor-Geral da Justiça relatório anual das atividades desenvolvidas pelas Coordenadorias e Divisões; XV - propor ao Corregedor-Geral da Justiça as providências necessárias ao aperfeiçoamento dos serviços da Secretaria; XVI - supervisionar o controle de frequência e movimentação do pessoal lotado na Corregedoria Geral; XVII - criar grupos de trabalhos para realizar estudos, pesquisas e formular proposições ligadas aos seus objetivos, princípios fundamentais ou assuntos de interesse estratégico; XVIII - coordenar as atividades relacionadas com a administração de pessoal, material, financeira e orçamentária da Corregedoria Geral da Justiça; XIX - manter contato com autoridades, serventuários e funcionários da Justiça em virtude de despacho do Corregedor, ou quando se fizer necessário; XX - coordenar a elaboração da proposta orçamentária da Corregedoria-Geral da Justiça e acompanhar a sua execução; XXI - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

b) Ao Secretário Executivo do Diretor da Corregedoria compete:

I - prestar assessoria nos assuntos de sua área de atuação; II - elaborar despachos, documentos e expedientes em geral, quando solicitado; III - receber e encaminhar processos e correspondências em geral; IV - elaborar relatórios em assuntos de sua área de especialização; V - atender clientes internos e externos; VI - auxiliar a Chefia imediata nos trabalhos e atividades do gabinete; VII - solicitar os materiais e equipamentos necessários ao bom funcionamento da Secretaria da Corregedoria Geral de Justiça; VIII - cuidar da agenda da Chefia imediata; IX - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

c) Ao Assessor de Informática da Corregedoria compete:

I - planejar, projetar e desenvolver aplicações que auxiliem nos trabalhos e atividades desenvolvidas na Corregedoria, de acordo com as políticas de desenvolvimento de *software* definidas pela Diretoria de Informática e Automação do Tribunal de Justiça; II - realizar a manutenção dos sistemas sob sua responsabilidade, garantindo seu perfeito funcionamento, e buscando, sempre que possível, adequá-los às novas tecnologias; III - dar suporte e apoio ao bom uso das ferramentas de informática disponíveis no âmbito da Corregedoria; IV - conduzir grupos de trabalho para encontrar as melhores soluções de informática, de acordo com as novas tecnologias relacionadas com cada área; V - emitir pareceres acerca de matérias que envolvam a área de informática, em todos os seus aspectos; VI - exercer outras atribuições determinadas pelo Corregedor-Geral da Justiça; VII - manter e atualizar a base de dados de todos os atos expedidos pelo Corregedor-Geral da Justiça; VIII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

d) Ao Coordenador Administrativo compete:

I - planejar, dirigir, coordenar e controlar a execução dos serviços de apoio da Corregedoria, especialmente aqueles relacionados à disponibilização de pessoal, materiais e equipamentos; II - acompanhar a reposição de bens materiais da Corregedoria-Geral da Justiça; III - acompanhar e fazer cumprir os provimentos, portarias, circulares e demais atos baixados pelo Corregedor; IV - monitorar a tramitação de processos, documentos e demais expedientes; V - prestar informações acerca do andamento de processos administrativos, excetuando os de caráter sigiloso; VI - zelar pelo perfeito funcionamento e rigorosa higiene das dependências e instalações da Corregedoria-Geral da Justiça; VII - acompanhar os trabalhos sob sua responsabilidade, orientando os responsáveis pela operacionalização; VIII - zelar pela disciplina nos recintos de trabalho e presteza na execução dos serviços, assim como cuidar para que o público em geral seja tratado com urbanidade; IX - sugerir as medidas que julgar necessárias para a melhoria dos serviços; X - apresentar relatório anual dos trabalhos executados pela sua Coordenadoria e Divisões a ela subordinadas; XI - delegar competência aos Chefes de Divisão de Pessoal, Material e Patrimônio, e Transportes; XII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

e) Ao Chefe da Divisão de Material e Patrimônio compete:

I - encaminhar ao Coordenador Administrativo requisição de materiais, equipamentos e serviços necessários ao desenvolvimento das atividades da Corregedoria-Geral da Justiça; II - receber e distribuir os bens, equipamentos e materiais permanentes a serem utilizados pela Corregedoria-Geral da Justiça; III - realizar e manter atualizado o inventário do material permanente da Corregedoria-Geral da Justiça; IV - controlar todo o material de consumo utilizado pela Corregedoria; V - efetuar e manter atualizado o controle de tombamento dos materiais permanentes pertencentes à Corregedoria-Geral da Justiça; VI - arquivar cópias das solicitações de material feitas pelas unidades funcionais vinculadas à Corregedoria; VII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

f) Ao Chefe da Divisão de Pessoal compete:

I - promover o cumprimento das normas e procedimentos referentes à administração de pessoal; II - manter permanentemente atualizados, em registros próprios, as informações pertinentes à vida funcional dos Juizes de Direito e servidores; III - providenciar as portarias de designação e substituição dos Juizes de Direito e serventuários da justiça, bem como outras de caráter administrativo; IV - prestar as informações que lhe forem solicitadas, dentro de sua área de competência; V - apresentar relatório anual dos trabalhos realizados em sua Divisão; VI - elaborar a escala anual de férias do pessoal administrativo; VII - organizar e manter atualizados os registros necessários ao controle de provimento, lotação e vacância dos cargos e funções das diversas comarcas; VIII - monitorar o cumprimento da escala de férias; IX - controlar a frequência do quadro de pessoal; X - executar e coordenar programas de treinamento para o quadro de pessoal; XI - prestar colaboração direta ao Coordenador Administrativo e executar tarefas específicas que lhe forem determinadas; XII - organizar e acompanhar o desenvolvimento das atividades relacionadas com a administração de pessoal no âmbito da Corregedoria-Geral da Justiça; XIII - operacionalizar a recepção, integração, socialização e ajustamento funcional das pessoas aprovadas em concurso público que serão lotadas em unidades funcionais vinculadas à Corregedoria-Geral da Justiça; XIV - registrar todas as ocorrências da vida funcional dos servidores, garantindo a atualização das informações cadastrais; XV - examinar e informar todos os expedientes relativos a direitos, deveres e vantagens dos servidores da Corregedoria-Geral da Justiça; XVI - manter controle atualizado dos servidores afastados e licenciados; XVII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

g) Ao Chefe da Divisão de Transportes compete:

I - propor normas, procedimentos e orientações quanto ao sistema de transportes da Corregedoria-Geral da Justiça; II - atender às necessidades de transportes dos serviços da Corregedoria-Geral da Justiça, disciplinando seu uso, bem como otimizando a utilização da frota; III - responsabilizar-se pelos veículos sob sua guarda, mantendo seus respectivos registros; IV - providenciar licenciamento dos veículos da Corregedoria; V - gerenciar e opinar sobre a renovação da frota de veículos da Corregedoria-Geral da Justiça; VI - controlar a entrada, saída e o estacionamento de veículos na garagem e na área disponível para os veículos oficiais do Poder Judiciário; VII - providenciar a limpeza e manutenção dos veículos; VIII - controlar gastos de manutenção, lubrificantes, peças e pneumáticos; IX - autorizar e supervisionar o abastecimento dos veículos da Corregedoria-Geral da Justiça; X - organizar escala de serviço dos motoristas; XI - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

h) Ao Coordenador de Finanças e Planejamento compete:

I - prestar assessoria ao Diretor da Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça em assuntos relacionados à sua área de atuação; II - analisar as despesas fixas da Corregedoria, atestando ou contestando os valores e os serviços prestados; III - proceder à abertura dos processos de pagamento das despesas contínuas; IV - informar a existência de disponibilidade orçamentária nos processos de aquisição de materiais e contratação de serviços; V - coordenar as atividades relacionadas ao planejamento e à execução do orçamento da Corregedoria; VI - levantar todas as necessidades visando à elaboração da proposta orçamentária anual da Corregedoria-Geral da Justiça; VII - preparar resumos mensais das receitas e despesas, evidenciando os respectivos saldos das dotações orçamentárias; VIII - revisar as prestações de contas e tomar as providências necessárias quando da ocorrência de irregularidades, devolvendo aquelas em que há exigência; IX - elaborar boletins mensais de pagamentos e recebimentos; X - organizar e manter atualizados os arquivos sob sua guarda; XI - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

i) Ao Coordenador de Administração de Fóruns compete:

I - atualizar e manter rigorosamente atualizados os endereços e telefones dos fóruns de todas as comarcas; II - prestar informações acerca de questões relacionadas aos fóruns do Poder Judiciário; III - manter relacionamento freqüente com os fóruns das comarcas do interior do Estado, no sentido de atender às necessidades de cada um; IV - comunicar ao Corregedor-Geral da Justiça as irregularidades relacionadas ao funcionamento dos fóruns de interior; V - promover as diligências necessárias ao atendimento de demandas de materiais e equipamentos oriundas dos fóruns; VI - promover o recebimento, a triagem e encaminhamento de requerimentos, ofícios, reclamações e demais expedientes enviados pelos Juizes das comarcas do interior do Estado; VII - fiscalizar as instalações e o perfeito funcionamento dos fóruns das comarcas do interior; VIII - participar de inspeções junto aos Fóruns, quando solicitadas pelo Corregedor-Geral da Justiça; IX - relatar ao Corregedor todas as ocorrências verificadas nas inspeções, sugerindo providências que possam sanar as falhas constatadas; X - apresentar ao Corregedor-Geral da Justiça, no final de cada ano, relatório das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria; XI - prestar informações concernentes às suas funções quando lhe forem solicitadas; XII - auxiliar o controle referente aos materiais permanentes e de consumo dos Fóruns das comarcas do interior; XIII - realizar, de acordo com a disponibilidade da Divisão de Material e Patrimônio, a distribuição dos materiais solicitados pelas comarcas; XIV - garantir o suprimento de bens, móveis e utensílios necessários ao funcionamento dos fóruns; XV - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

n) Ao Chefe da Biblioteca da Corregedoria compete:

I - organizar, manter e conservar o acervo de livros, folhetos, periódicos, mídias digitais e coletâneas de legislação e jurisprudência relacionadas às áreas de interesse do Poder Judiciário; II - propor a aquisição de livros, publicações periódicas e mídias digitais, nacionais e estrangeiras; III - registrar, catalogar, classificar e indexar o acervo da Biblioteca; IV - manter atualizada a coletânea de legislação e jurisprudência; V - organizar, controlar e facilitar os meios necessários à consulta e uso do acervo; VI - disponibilizar informações para subsidiar pesquisas acerca de doutrina, legislação e jurisprudência, solicitadas pelos Membros, Diretores, servidores e público em geral; VII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

GABINETES DOS DESEMBARGADORES

GABINETE

a) Ao Chefe de Gabinete de Desembargador compete:

I - coordenar as atividades judiciais e administrativas que tramitam no Gabinete do Desembargador; II - supervisionar a tramitação de processos, documentos, memorandos, ofícios, portarias, etc., bem como a elaboração de expedientes em geral; III - solicitar recursos em geral necessários à execução das atividades, tais como materiais de expediente, equipamentos, servidores, etc.; IV - monitorar a agenda do Desembargador, assegurando o cumprimento de horários de reuniões, audiências, compromissos externos, etc.; V - organizar o esquema de trabalho do pessoal lotado no Gabinete; VI - controlar a lotação dos servidores do Gabinete e a respectiva freqüência; VII - assegurar e supervisionar a execução dos serviços de limpeza, copa, transporte e segurança do Gabinete; VIII - quando bacharel em direito, praticar atos que exijam a utilização preponderante de conhecimento jurídico, tais como, manusear permanentemente processos, assessorar os desembargadores durante as sessões de julgamento nos processos judiciais em que figure como relator ou revisor, elaborar relatórios, redigir votos, acórdãos e despachos, de conformidade com as orientações adotadas pelo desembargador; IX - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

b) Ao Oficial de Gabinete compete:

I - elaborar e redigir despachos, ofícios, memorandos, portarias e expedientes em geral; II - assegurar e controlar o fluxo de processos e documentos em geral; III - gerenciar os arquivos e registros relacionados às atividades do Gabinete; IV - elaborar a agenda do Desembargador, listando reuniões, audiências, comunicações e compromissos em geral; V - preparar e encaminhar a correspondência oficial do Gabinete, bem como o expediente pessoal do Desembargador; VI - relacionar-se com as demais unidades administrativas funcionais do Poder Judiciário, no que se refere ao encaminhamento de assuntos, processos e expedientes relacionados ao Gabinete; VII - controlar a recepção e transmissão de mensagens via correio eletrônico ou fac-símile, observando o sigilo e a integridade dos originais e cópias; VIII - controlar o suprimento dos recursos necessários à execução das atividades desenvolvidas no Gabinete; IX - zelar pelo uso, guarda e conservação dos bens patrimoniais do Gabinete; X - quando bacharel em direito, praticar atos que exijam a utilização preponderante de conhecimento jurídico, tais como, manusear permanentemente processos, assessorar os desembargadores durante as sessões de julgamento nos processos judiciais em que figure como relator ou revisor, elaborar relatórios, redigir votos, acórdãos e despachos, de conformidade com as orientações

adotadas pelo desembargador; XI - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

c) Ao Suboficial de Gabinete compete:

I - assistir ao Chefe de Gabinete no desempenho de suas atribuições, inclusive substituindo-o em suas ausências; II - atualizar e manter atualizado o controle do estoque de suprimentos do Gabinete; III - monitorar o fluxo e o arquivamento de processos, documentos e expedientes em geral; IV - efetivar e atualizar o inventário dos bens permanentes do Gabinete; V - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

SECRETARIA

a) Ao Secretário Executivo do Desembargador compete:

I - assessorar o Desembargador no desempenho de funções, gerenciando informações e auxiliando na execução de tarefas administrativas; II - elaborar despachos, documentos e expedientes em geral, quando solicitado; III - receber e encaminhar processos e correspondências em geral; IV - elaborar relatórios em assuntos de sua área de especialização; V - atender clientes internos e externos; VI - auxiliar a Chefia imediata nos trabalhos e atividades do Gabinete; VII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

ASSESSORIA

a) Ao Assessor Chefe de Desembargador compete:

I - assessorar o Desembargador em assuntos de natureza jurídica e jurídico-administrativa; II - coordenar e fiscalizar as atividades desempenhadas pelos Assessores Técnicos e Jurídicos; III - emitir pareceres acerca de questões de natureza jurídica e jurídico-administrativa, que envolvam a interpretação e aplicação de leis, regulamentos e acórdãos; IV - assessorar o Desembargador, durante as sessões de julgamento, nos processos judiciais em que figure como relator ou revisor; V - elaborar relatórios em assuntos de sua área de especialização; VI - debater e consolidar assuntos e teses jurídicas, com os demais Assessores, em conformidade com as orientações adotadas pelo Desembargador; VII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

b) Ao Assessor de Desembargador compete:

I - assessorar o Desembargador no desempenho de funções, gerenciando informações e auxiliando na execução de tarefas; II - assistir e secretariar o Desembargador nas sessões de julgamento; III - elaborar relatórios em assuntos de sua área de especialização; IV - apresentar dados estatísticos e registros das atividades do Desembargador; V - fazer reservas, bem como providenciar hospedagem, transporte e documentação; VI - organizar e controlar biblioteca do Desembargador; VII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

c) Ao Assessor Jurídico de Desembargador compete:

I - prestar assessoria em assuntos de natureza jurídica; II - emitir pareceres acerca de questões de natureza jurídica, que envolvam a interpretação e aplicação de leis, regulamentos e acórdãos; III - examinar documentos destinados à instrução de processos; IV - elaborar minuta de peças processuais, documentos e expedientes em geral, relacionados à área jurídica; V - assessorar o Desembargador, durante as sessões de julgamento, nos processos judiciais em que figure como relator ou revisor; VI - elaborar relatórios em assuntos de sua área de especialização; VII - acompanhar publicações de natureza jurídica e manter atualizado repositório de jurisprudências; VIII - realizar pesquisas e estudos acerca de temas e problemas jurídicos de interesse do Poder Judiciário; IX - participar das discussões acerca de assuntos e teses jurídicas, com os demais Assessores, em conformidade com as orientações adotadas pelo Desembargador; X - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

d) Ao Assessor Técnico de Desembargador compete:

I - prestar assessoria em assuntos de natureza jurídico-administrativa; II - emitir pareceres acerca de questões de natureza jurídico-administrativa, que envolvam a interpretação e aplicação de leis, regulamentos e acórdãos; III - examinar documentos destinados à instrução de processos; IV - elaborar minuta de peças processuais, documentos e expedientes em geral, relacionados à área jurídico-administrativa; V - assessorar o Desembargador, durante as sessões de julgamento, nos processos administrativos em que figure como relator; VI - elaborar relatórios em assuntos de sua área de especialização; VII - acompanhar publicações de natureza jurídico-administrativa e manter atualizado repositório de jurisprudências; VIII - realizar pesquisas e estudos acerca de temas e problemas jurídico-administrativos de interesse do Poder Judiciário; IX - participar das discussões acerca de assuntos e teses jurídico-administrativas, com os demais Assessores, em conformidade com as orientações adotadas pelo Desembargador; X - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

DA SECRETARIA GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

a) Ao Diretor-Geral compete:

I - assistir ao Presidente do Tribunal de Justiça nas atividades de planejamento, organização, direção e controle das ações desenvolvidas pelo Poder Judiciário do Estado do Maranhão; II - elaborar, por determinação superior, ordens de serviço, pareceres, informações e outros atos necessários às decisões relacionadas às áreas administrativa, de informática, financeira e

judiciária; III - prestar assistência no estudo e preparo de matérias da competência ou que devam ser submetidas à Presidência do Tribunal; IV - examinar e revisar despachos, expedientes e demais atos subscritos pelo Presidente, de acordo com a orientação recebida; V - analisar assuntos que lhes forem distribuídos e propor soluções; VI - participar e acompanhar as sessões do Pleno; VII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

b) Ao Subdiretor da Secretaria do Tribunal de Justiça compete:

I - assistir ao Diretor-Geral da Secretaria no desempenho de suas atribuições, inclusive substituindo-o em suas ausências e eventuais afastamentos; II - fazer cumprir as decisões tomadas pela Diretoria-Geral em assuntos de sua competência legal ou regimental, controlando o cumprimento das mesmas; III - elaborar relatórios sobre o andamento dos trabalhos buscando soluções para questões de âmbito administrativo; IV - elaborar pareceres, despachos, portarias e demais expedientes, quando solicitado; V - participar e acompanhar as sessões do Pleno; VI - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

c) Ao Assessor do Diretor-Geral compete:

I - assessorar o Diretor-Geral no desempenho de funções, gerenciando informações e auxiliando na execução de tarefas; II - assistir o Diretor-Geral nas reuniões e audiências; III - elaborar relatórios em assuntos de sua área de especialização; IV - apresentar dados estatísticos e registros das atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Justiça; V - examinar documentos destinados à instrução de processos administrativos; VI - elaborar pareceres, documentos e expedientes em geral, relacionados à área jurídico-administrativa; VII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

d) Ao Secretário Executivo do Diretor-Geral compete:

I - assessorar o Diretor-Geral no desempenho de funções, gerenciando informações e auxiliando na execução de tarefas administrativas; II - elaborar despachos, documentos e expedientes em geral, quando solicitado; III - receber e encaminhar processos e correspondências em geral; IV - elaborar relatórios em assuntos de sua área de especialização; V - atender clientes internos e externos; VI - auxiliar a Chefia imediata nos trabalhos e atividades do Gabinete; VII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

DIRETORIA JUDICIÁRIA

a) Ao Diretor Judiciário compete:

I - coordenar, supervisionar e acompanhar as atividades desenvolvidas nas coordenadorias a ela subordinadas; II - despachar com o Presidente os expedientes relativos à Diretoria Judiciária; III - encaminhar os expedientes oriundos do STJ e STF dirigidos à Presidência; IV - acompanhar as sessões plenárias; V - providenciar as comunicações resultantes dos julgamentos realizados pelo Plenário do Tribunal de Justiça; VI - autenticar processos, cartas de sentença e demais documentos; VII - encaminhar cartas precatórias recebidas no Tribunal; VIII - secretariar audiências dos processos de competência do Plenário do Tribunal de Justiça; IX - cumprir as determinações emanadas do Presidente e do Diretor-Geral; X - monitorar a tramitação e o arquivamento de processos, documentos, peças e expediente em geral; XI - prestar informações acerca do andamento de processos; XII - atender aos pedidos de certidões ou de cópias de decisões, após sua revisão; XIII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

b) Ao Coordenador de Protocolo e Autuação compete:

I - revisar o cadastro de todos os processos criminais e cíveis, antes de serem submetidos à distribuição, retificando-os quando necessário, bem como verificando as devidas prevenções e impedimentos; II - esclarecer dúvidas quanto ao cadastramento de determinados feitos; III - expedir relatórios acerca das atividades da Coordenadoria; IV - cancelar a autuação dos processos; V - coordenar e organizar o desenvolvimento das atividades da Coordenadoria; VI - prestar informações acerca do andamento de processos; VII - esclarecer dúvidas quanto às custas judiciais; VIII - expedir certidões; IX - encaminhar processos para decisão do Presidente; X - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

c) Ao Coordenador das Câmaras Cíveis Isoladas compete:

I - receber os processos pertinentes à Câmara, após distribuição; II - providenciar a regular tramitação dos processos; III - remeter os processos aos Gabinetes dos Desembargadores Relatores e Revisores para despacho, voto ou acórdão; IV - alimentar os sistemas de informação relativos à movimentação processual, obedecidas as regras regimentais; V - juntar aos processos o acórdão devidamente assinado e numerado, assim como todos os expedientes a serem encaminhados à Coordenadoria de Jurisprudência e Publicações; VI - promover o cumprimento das diligências determinadas pelos relatores dos processos; VII - elaborar a pauta do julgamento; VIII - elaborar a resenha do julgamento; IX - preparar as atas de cada sessão; X - comunicar aos membros dos órgãos julgadores, com a devida antecedência, a data e a hora de cada sessão, remetendo-lhes, ainda, a respectiva pauta; XI - providenciar a publicação dos despachos, intimações, notificações, resenhas e pautas de julgamento; XII - dar cumprimento aos despachos dos Desembargadores, especialmente no que diz a notificações, intimações e citações; XIII - emitir certidões; XIV - secretariar as sessões das Câmaras Cíveis Isoladas; XV - coordenar e organizar o desenvolvimento das atividades da Coordenadoria; XVI - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

d) Ao Coordenador das Câmaras Criminais Isoladas compete:

I - receber os processos pertinentes à Câmara, após distribuição; II - providenciar a regular tramitação dos processos; III - remeter

os processos aos Gabinetes dos Desembargadores Relatores e Revisores para despacho, voto ou acórdão; IV - alimentar os sistemas de informação relativos à movimentação processual, obedecidas as regras regimentais; V - juntar aos processos o acórdão devidamente assinado e numerado, assim como todos os expedientes a serem encaminhados à Coordenadoria de Jurisprudência e Publicações; VI - promover o cumprimento das diligências determinadas pelos relatores dos processos; VII - elaborar a pauta do julgamento; VIII - elaborar a resenha do julgamento; IX - preparar as atas de cada sessão; X - comunicar aos membros dos órgãos julgadores, com a devida antecedência, a data e a hora de cada sessão, remetendo-lhes, ainda, a respectiva pauta; XI - providenciar a publicação dos despachos, intimações, notificações, resenhas e pautas de julgamento; XII - dar cumprimento aos despachos dos Desembargadores, especialmente no que diz a notificações, intimações e citações; XIII - emitir certidões; XIV - secretariar as sessões das Câmaras Criminais Isoladas; XV - coordenar e organizar o desenvolvimento das atividades da Coordenadoria; XVI - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

e) Ao Coordenador do Plenário e das Câmaras Reunidas compete:

I - receber os processos pertinentes à Câmara, após distribuição; II - providenciar a regular tramitação dos processos; III - remeter os processos aos Gabinetes dos Desembargadores Relatores e Revisores para despacho, voto ou acórdão; IV - alimentar os sistemas de informação relativos à movimentação processual, obedecidas as regras regimentais; V - juntar aos processos o acórdão devidamente assinado e numerado, assim como todos os expedientes a serem encaminhados à Coordenadoria de Jurisprudência e Publicações; VI - promover o cumprimento das diligências determinadas pelos relatores dos processos; VII - elaborar a pauta do julgamento; VIII - elaborar a resenha do julgamento; IX - preparar as atas de cada sessão; X - comunicar aos membros dos órgãos julgadores, com a devida antecedência, a data e a hora de cada sessão, remetendo-lhes, ainda, a respectiva pauta; XI - providenciar a publicação dos despachos, intimações, notificações, resenhas e pautas de julgamento; XII - dar cumprimento aos despachos dos Desembargadores, especialmente no que diz a notificações, intimações e citações; XIII - emitir certidões; XIV - secretariar as sessões das Câmaras Reunidas e do Plenário; XV - coordenar e organizar o desenvolvimento das atividades da Coordenadoria; XVI - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

f) Ao Chefe da Divisão de Gravações e Registros compete:

I - gravar e reproduzir som nas sessões das Câmaras Cíveis Isoladas, Câmaras Criminais Isoladas, Tribunal Pleno, Câmaras Reunidas e Câmara de Férias; II - emitir certidões ou transcrições para advogados e partes interessadas, com a devida autorização da Diretoria Judiciária; III - realizar a degravação de informações contidas em fita "k7", "CD", fita de vídeo, "DVD", para instruir processo; IV - reproduzir os processos gravados em sessões para os Secretários das Câmaras e Assessores de Desembargadores; V - transcrever processos para Desembargadores; VI - supervisionar a instalação de som e a gravação de audiências, solenidades, inaugurações, seminários e demais eventos, quando determinado pela Diretoria Judiciária; VII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

g) Ao Coordenador de Recursos Constitucionais compete:

I - supervisionar, organizar e orientar o processamento dos recursos dos extraordinários e especiais interpostos ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça; II - prestar informações às partes interessadas e aos advogados; III - alimentar os sistemas de informação relativos à movimentação processual; IV - elaborar intimações e providenciar suas respectivas publicações; V - verificar prazos e custas processuais; VI - expedir certidões; VII - elaborar despachos do Presidente, deliberando acerca da remessa dos autos; VIII - realizar pesquisas processuais sobre o andamento dos Recursos que se encontram no Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal; IX - elaborar relatórios mensais com dados numéricos relacionados aos recursos processados, julgados, admitidos/inadmitidos, conhecidos, não conhecidos, providos, improvidos, que transitaram em julgado, baixados ao cartório de origem e os recebidos do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal; X - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

h) Ao Chefe da Divisão de Recursos para o STJ compete:

I - supervisionar, organizar e monitorar o processamento dos recursos, pertinentes à sua divisão, zelando pela eficiência das atividades, dando suporte necessário ao Coordenador de Recursos Constitucionais; II - prestar informações às partes interessadas e aos advogados; III - alimentar os sistemas de informação relativos à movimentação processual; IV - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

i) Ao Chefe da Divisão de Recursos para o STF compete:

I - supervisionar, organizar e monitorar o processamento dos recursos, pertinentes à sua divisão, zelando pela eficiência das atividades, dando suporte necessário ao Coordenador de Recursos Constitucionais; II - prestar informações às partes interessadas e aos advogados; III - alimentar os sistemas de informação relativos à movimentação processual; IV - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

j) Ao Coordenador de Jurisprudência e Publicações compete:

I - remeter cópias dos acórdãos para publicação em revista de circulação nacional, boletins de jurisprudência e jornais locais; II - receber, formatar e organizar as matérias destinadas à publicação para todos os órgãos do Poder judiciário; III - coletar, sistematizar, analisar e mapear dados estatístico, oriundos do Tribunal de Justiça; IV - organizar mensalmente em dados estatísticos, o que trata o art. 37 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional; V - elaborar relatório anual de movimentações processuais; VI - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

l) Ao Chefe da Divisão de Jurisprudência compete:

I - numerar e formatar, de acordo com a ordem de julgamento, os acórdãos proferidos pelos órgãos de segundo grau; II - fazer publicar resoluções, editais, portarias, sentenças, resumos de acórdãos, e demais atos processuais de primeiro e segundo graus, no Diário da Justiça do Estado do Maranhão, conferindo o teor das publicações e providenciando eventuais retificações; III - certificar a publicação das decisões, encaminhando os autos aos destinatários correspondentes; IV - expedir e autenticar certidões ou cópias extraídas dos processos; V - selecionar, analisar, indexar, incluir e manter atualizado o banco de dados de jurisprudência do Tribunal de Justiça; VI - realizar pesquisas jurisprudenciais sobre elementos constantes do seu acervo, quando solicitado por Desembargadores, Magistrados, Advogados, Membros do Ministério Público, bem como outros órgãos públicos e a população em geral; VII - receber, preparar e fazer publicar, no Diário da Justiça Estado, os expedientes administrativos, organizando, executando e supervisionando todas as etapas de edição; VIII - armazenar e disponibilizar o Diário da Justiça do Estado do Maranhão no endereço eletrônico deste Tribunal de Justiça; IX - confeccionar e publicar o ementário jurisprudencial desta Corte; X - atender ao público, informando e orientando acerca da utilização dos serviços disponíveis; XI - receber, protocolar, controlar e acompanhar a movimentação de correspondências, documentos e processos nesta Corte; XII - preparar e expedir correspondência, documentos, volumes e processos para as comarcas ou outros órgãos do Tribunal de Justiça; XIII - controlar a numeração seqüencial, em livro próprio, dos ofícios e circulares expedidos pela Coordenadoria de Jurisprudência e Publicações; XIV - organizar e arquivar as ementas dos acórdãos recebidos; XV - organizar, catalogar e compilar em banco de dados e mídias removíveis as decisões bienais dos acórdãos recebidos, distribuindo-os aos Desembargadores, juízes e demais órgãos necessários; XVI - selecionar acórdãos a serem publicados em revistas jurídicas de circulação nacional; XVII - manter contato direto com órgãos congêneres de outras Cortes, promovendo intercâmbio no fornecimento de jurisprudências e matérias doutrinárias; XVIII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

m) Ao Chefe da Divisão de Estatística e Publicação compete:

I - coletar, sistematizar, analisar, mapear e consolidar os dados estatísticos oriundos do segundo grau da justiça estadual; II - elaborar tabelas e gráficos; III - elaborar relatórios mensais, trimestrais, semestrais e anuais com estudo analítico e comparativo da evolução numérica dos dados estatísticos; IV - encaminhar seus relatórios aos órgãos competentes; V - formular e propor diretrizes para melhoria e qualidade dos dados; VI - emitir relatórios diversos para atendimento às solicitações dos setores do Tribunal de Justiça, bem como aos órgãos de primeiro grau e às instâncias superiores; VII - analisar, atualizar e organizar, nos sistemas de informação, o fluxo de processos recebidos, distribuídos e julgados, além das decisões monocráticas, acórdãos lavrados e demais informações relevantes; VIII - identificar e corrigir distorções na alimentação dos bancos de dados em relação a sua área de atuação; IX - receber e conferir a documentação referente à atualização dos bancos de dados do Tribunal de Justiça; X - proceder ao exame do comportamento das variações estatísticas dos dados processuais, permitindo que se compreenda melhor a realidade judiciária; XI - atuar como fonte de consulta permanente, esclarecendo eventuais dúvidas apresentadas quanto aos critérios utilizados na coleta de dados e em eventuais trabalhos realizados; XII - dinamizar a informação apresentada ao público, apresentado os dados de modo inteligível; XIII - apresentar aos órgãos hierarquicamente superiores todo o resultado relevante advindo de estudos realizados; XIV - organizar mensalmente os dados estatísticos do Tribunal de Justiça, elaborando o mapa estatístico, com os seguintes parâmetros: processos distribuídos, processos conclusos, pedidos de vista, votos proferidos como relator, votos proferidos com o revisor, votos proferidos como vogal, acórdãos lavrados, decisões monocráticas, recursos especiais despachados pela Presidência, recursos extraordinários despachados pela Presidência; XV - encaminhar o citado mapa estatístico para publicação, distribuindo-o a todos os Gabinetes dos Desembargadores; XVI - coletar e remeter os dados de toda a estrutura do Tribunal de Justiça, para o preenchimento de relatórios do Sistema de Estatística do Poder Judiciário, exigidos semestralmente pelo Conselho Nacional de Justiça; XVII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade

n) Ao Secretário de Câmara Isolada compete:

I - receber os processos pertinentes à Câmara, após distribuição; II - providenciar a regular tramitação dos processos; III - alimentar os sistemas de informação relativos à movimentação processual; IV - juntar aos processos o acórdão devidamente assinado e numerado, assim como todos os expedientes a serem encaminhados à Coordenadoria de Jurisprudência e Publicações; V - elaborar a pauta do julgamento; VI - elaborar a resenha do julgamento; VII - preparar as atas de cada sessão; VIII - cumprir as determinações emanadas das Coordenadorias e praticar os demais atos correlatos as suas funções específicas; IX - secretariar as sessões das Câmaras Isoladas; X - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

o) Ao Secretário de Câmaras Reunidas compete:

I - receber os processos pertinentes à Câmara, após distribuição; II - providenciar a regular tramitação dos processos; III - alimentar os sistemas de informação relativos à movimentação processual; IV - juntar aos processos o acórdão devidamente assinado e numerado, assim como todos os expedientes a serem encaminhados à Coordenadoria de Jurisprudência e Publicações; V - elaborar a pauta do julgamento; VI - elaborar a resenha do julgamento; VII - preparar as atas de cada sessão; VIII - cumprir as determinações emanadas das Coordenadorias e praticar os demais atos correlatos as suas funções específicas; IX - secretariar as sessões das Câmaras Reunidas; X - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

DIRETORIA FINANCEIRA

a) Ao Diretor Financeiro compete:

I - promover, dirigir, coordenar e supervisionar as funções de apoio do Poder Judiciário do Estado do Maranhão nas áreas de

orçamento, finanças e contabilidade; II - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

b) Ao Coordenador de Orçamento compete:

I - proceder às informações e dados necessários para a elaboração da proposta do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento do Poder Judiciário; II - coordenar e fiscalizar a aplicação dos créditos, efetuando as operações necessárias ao controle e execução do orçamento; III - preparar os relatórios de gestão fiscal e de prestação de contas; IV - promover, dirigir, coordenar e supervisionar todas as funções relacionadas ao orçamento do Poder Judiciário; V - analisar e avaliar os processos que envolvam gastos públicos, observando os aspectos legais; VI - realizar o pré-empenho das despesas autorizadas no âmbito do Poder Judiciário; VII - acompanhar a realização dos créditos orçamentários; VIII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

c) Ao Coordenador de Finanças compete:

I - efetuar o empenho e o pagamento, através de ordem bancária, das despesas do Poder Judiciário; II - viabilizar adiantamentos para a realização de pequenas despesas; III - examinar, informar, opinar e processar os expedientes de pagamentos em suas diversas fases; IV - preparar dados para alimentar o fluxo de caixa; V - elaborar relatórios de pagamentos efetuados e recebimento de recursos financeiros; VI - acompanhar as movimentações bancárias, elaborando boletins e conciliações; VII - informar aos credores as formas e datas dos pagamentos, quando solicitado; VIII - elaborar o fluxo financeiro para o exercício fiscal; IX - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

d) Ao Coordenador de Contabilidade compete:

I - organizar dados para a elaboração da prestação de contas anual; II - efetuar os lançamentos contábeis diários; III - observar a legislação orçamentária, financeira e patrimonial referentes às finanças públicas; IV - elaborar a prestação de contas; V - certificar os dados do relatório de gestão; VI - fiscalizar a prestação de contas dos adiantamentos concedidos; VII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

e) Ao Assessor de Contabilidade compete:

I - prestar assessoria nos assuntos de sua área de atuação; II - analisar as variações orçamentárias; III - conciliar contas; IV - revisar balanços, contas ou quaisquer demonstrações ou registros contábeis; V - elaborar relatórios, pareceres, documentos e expedientes em geral relacionados a sua área de especialização; VI - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

i) Ao Coordenador de Pagamento compete:

I - planejar e coordenar as atividades relacionadas à elaboração da folha de pagamento; II - preparar relatórios, documentos e outras informações sobre suas atividades; III - receber documentos e informações dos servidores ativos e inativos; IV - organizar, selecionar e encaminhar dados para cadastramento; V - autorizar a abertura de contas corrente junto ao Banco do Brasil, efetuar averbações de seguros e empréstimos dos servidores do Poder Judiciário; VI - elaborar e conferir a folha de pagamento dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário; VII - organizar as folhas e os processos de pagamento de pessoal e consignatório, bem como elaborar relações com informações sobre descontos obrigatórios e facultativos; VIII - emitir, quando solicitado, comprovantes de rendimentos com extrato dos lançamentos feitos na folha; IX - encaminhar ao órgão estadual competente informação dos servidores para processamento da folha de pagamento; X - atualizar e manter atualizado as informações relativas à folha de pagamento, autorizando o cadastro, alteração e correção dos dados; XI - organizar e executar atividades para emissão e distribuição de contracheques do Poder Judiciário na Capital e Interior do Estado; XII - executar outras atividades sob sua responsabilidade.

j) Ao Chefe da Divisão de Folha de Pagamento compete:

I - controlar e efetuar a execução das atividades relacionadas ao pagamento de pessoal; II - organizar os processos de pagamento de pessoal e consignatórios; III - elaborar as relações dos descontos obrigatórios e facultativos, bem como emitir os comprovantes de rendimentos com extrato dos lançamentos feitos na folha; IV - proceder à averbação e à classificação dos descontos, conferir os valores averbados, classificados, apurados, descontados, e expedir guias de crédito correspondentes aos descontos autorizados; V - atender as diligências solicitadas pelo Tribunal de Contas do Estado; VI - instruir processos relativos a pessoal e que versem sobre dados e cálculos de vencimento e vantagens e/ou descontos; VII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

l) Ao Chefe da Divisão de Análise e Fatura compete:

I - coordenar as atividades desenvolvidas na Divisão; II - analisar, controlar, atestar e encaminhar à Diretoria Administrativa do Tribunal de Justiça e à Coordenadoria de Finanças e Planejamento da Corregedoria, para conhecimento e encaminhamento à Diretoria Financeira, as faturas referentes ao consumo de água, energia elétrica, telefone, IPTU e Correios, visando detectar eventuais dualidades e outras incorreções que acarretam prejuízos financeiros ao Tribunal de Justiça e ou Corregedoria Geral de Justiça; III - autorizar a instalação de novas linhas telefônicas e bloqueios quando solicitados; IV - participar e solicitar reuniões com representantes das empresas prestadoras de serviços ao Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral de Justiça; V - solicitar, aos órgãos competentes, a inclusão de novas Unidades nas faturas agrupadas do Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral de Justiça; VI - realizar contatos e visitas junto às empresas prestadoras de serviços e às unidades, visando esclarecer dúvidas ou colher informações que se fizerem necessárias ao bom desempenho do trabalho; VII - analisar, planejar e sugerir novas ações que venham contribuir o melhor desempenho das atividades a serem desenvolvidas; VIII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

DIRETORIA DO FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO E REPARAÇÃO E REAPARELHAMENTO DO JUDICIÁRIO – FERJ

a) Ao Diretor do FERJ compete:

I - promover, dirigir, coordenar e supervisionar as funções de apoio do Poder Judiciário do Estado do Maranhão nas áreas de arrecadação, fiscalização e operacionalização do FERJ; II - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

b) Ao Assessor Jurídico do FERJ compete:

I - prestar assessoria em assuntos de natureza jurídica; II - emitir pareceres acerca de questões de natureza jurídica, que envolvam a interpretação e aplicação de leis, regulamentos e acórdãos; III - examinar documentos destinados à instrução de processos; IV - elaborar minuta de peças processuais, documentos e expedientes em geral, relacionados à área jurídica; V - elaborar relatórios em assuntos de sua área de especialização; VI - acompanhar publicações de natureza jurídica e manter atualizado repositório de jurisprudências; VII - realizar pesquisas e estudos acerca de temas e problemas jurídicos de interesse do FERJ; VIII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

c) Ao Assessor técnico FERJ compete:

I - prestar assessoria em assuntos de natureza jurídico-administrativa; II - emitir pareceres acerca de questões de natureza jurídico-administrativa, que envolvam a interpretação e aplicação de leis, regulamentos e acórdãos; III - examinar documentos destinados à instrução de processos; IV - elaborar minuta de peças processuais, documentos e expedientes em geral, relacionados à área jurídico-administrativa; V - elaborar relatórios em assuntos de sua área de especialização; VI - acompanhar publicações de natureza jurídico-administrativa e manter atualizado repositório de jurisprudências; VII - realizar pesquisas e estudos acerca de temas e problemas jurídico-administrativos de interesse do Poder Judiciário; VIII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

d) Ao Coordenador do FERJ compete:

I - preparar, em conjunto com a Coordenadoria de Orçamento, o Plano Plurianual e o Orçamento Anual do FERJ, a serem submetidos ao Conselho de Administração e Supervisão; II - acompanhar a arrecadação das receitas do FERJ; III - aprovar, com o Conselho de Administração e Supervisão, o fluxo financeiro para o exercício; IV - fixar cronograma de pagamento das despesas vinculadas ao FERJ; V - observar a legislação em vigor referente a orçamento e finanças públicas; VI - elaborar os relatórios de gestão e de prestação de contas; VII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

e) Ao Chefe da Divisão de Arrecadação compete:

I - promover a arrecadação e o recolhimento das receitas do FERJ; II - controlar e avaliar o uso de documentos de arrecadação; III - controlar as contas; IV - manter registros dos recolhimentos da renda à vista de conhecimentos; V - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

f) Ao Chefe da Divisão de Fiscalização compete:

I - fiscalizar e avaliar os documentos de arrecadação das receitas do FERJ; II - prestar informações e orientações relacionadas à arrecadação e recolhimento das receitas; III - analisar as variações das arrecadações; IV - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

a) Ao Diretor Administrativo compete:

I - planejar, organizar, dirigir, avaliar e controlar as atividades relacionadas às áreas de material e patrimônio, apoio administrativo e de arquivo; II - emitir pareceres e despachos em processos submetidos a sua apreciação; III - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

b) Ao Coordenador de Material e Patrimônio compete:

I - planejar, dirigir, coordenar e supervisionar as áreas de patrimônio, material, contratos e licitações; II - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

c) Ao Chefe da Divisão de Administração Patrimonial compete:

I - executar e manter registros relativos a inventários, transferências, baixas ou qualquer outra mutação no patrimônio do Poder Judiciário; II - executar ou supervisionar os trabalhos relativos à manutenção dos prédios e instalações utilizados pelo Poder Judiciário; III - supervisionar o funcionamento de elevadores, controlando os serviços de manutenção; IV - fiscalizar a execução das reparações e das pequenas reformas em prédios e instalações; V - proceder à avaliação e análise quanto à oportunidade de baixa de bens integrantes do patrimônio do Poder Judiciário; VI - analisar e propor alternativas à otimização do uso do espaço físico do Tribunal; VII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

d) Ao Chefe da Divisão de Administração de Material compete:

I - operar o Sistema de Normalização de Materiais, elaborando e mantendo catálogos de materiais e de especificação, efetuando identificação, codificação, cadastramento e catalogação; II - efetuar o gerenciamento de estoques, responsabilizando-se pela previsão de consumo e de prazos de atendimento; pelo registro da movimentação e de saldos; pela valorização dos estoques e pelo cronograma de compras; III - proceder à emissão de autorizações de fornecimento e de prestação de serviços, mantendo os registros pertinentes; IV - acompanhar e controlar os contratos de fornecimento de material; V - receber, inspecionar, guardar e distribuir os materiais, mantendo os registros pertinentes; VI - fornecer o material solicitado, mediante requisição, aos órgãos do

Poder Judiciário; VII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

e) Ao Chefe da Divisão de Licitações e Contratos compete:

I - elaborar atos convocatórios pertinentes às várias modalidades de licitações; II - confeccionar os contratos em geral; III - encaminhar para publicação avisos de abertura, homologação, ratificações de dispensa ou inexigibilidade de licitação e extratos de contratos; IV - analisar os aspectos técnicos e jurídicos na fase interna dos processos licitatórios; V - divulgar as empresas vencedoras nos procedimentos de dispensa de licitação; VI - publicar editais de notificação; VII - oferecer suporte aos atos cartoriais da CPL - Comissão Permanente de Licitações e dos Pregoeiros; VIII - divulgar as atas de julgamento das licitações; IX - controlar prazos de publicidade das licitações, interposição de recursos e contra-razões, e impugnações e questionamentos aos atos convocatórios; X - realizar as intimações dos licitantes quanto às decisões nos processos licitatórios; XI - atualizar o andamento das licitações e contratações diretas no site do Tribunal de Justiça; XII - realizar a autuação dos processos licitatórios e de contratações diretas; XIII - realizar o controle do cadastro dos fornecedores impedidos de licitar - CFIL; XIV - instruir e avaliar, dando os encaminhamentos pertinentes, aos processos de contratações diretas sob sua competência; XV - efetivar, formalizar, bem como elaborar minutas de todos os instrumentos contratuais celebrados pelo Poder Judiciário; XVI - elaborar termos de aditamento e rescisões de contratos; XVII - elaborar ofícios convocatórios para a assinatura de contratos; XVIII - elaborar avisos e apostilamentos; XIX - publicar a aplicação de penalidades; XX - solicitar, controlar e analisar garantias contratuais; XXI - controlar prazos de vigência de contratos e convênios ou quaisquer outros instrumentos contratuais celebrados pelo Poder Judiciário; XXII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

f) Ao Coordenador de Apoio Administrativo compete:

I - dirigir, coordenar e supervisionar as funções de apoio nas áreas de protocolo, arquivo, serviços gerais e transporte; II - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

g) Ao Chefe da Divisão de Protocolo e Arquivo compete:

I - orientar, coordenar e controlar as atividades pertinentes ao tratamento e arquivamento da documentação e disseminação da informação no âmbito do Poder Judiciário; II - receber, registrar e distribuir documentos e expedientes, expedidos e recebidos, de acordo com as normas vigentes; III - numerar a correspondência oficial a ser expedida, exceto da Presidência, manter o arquivo das respectivas cópias, e confeccionar índice da expedição; IV - prestar informações sobre encaminhamento de documentos e expedientes; V - manter classificados e arquivados documentos, expedientes e processos; VI - organizar sistemas de controle documental apropriados; VII - proceder à reparação de processos e documentos a serem arquivados, zelando por sua integridade; VIII - promover as medidas necessárias à preservação e conservação do material arquivado; IX - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

h) Ao Chefe da Divisão de Serviços Gerais compete:

I - executar e controlar as atividades de reprografia e de encadernação; II - efetuar e controlar os serviços de copa e cozinha, de acordo com os padrões estabelecidos; III - efetuar e controlar os serviços de higiene e limpeza em geral; IV - executar e controlar a manutenção de móveis, equipamentos e utensílios, exceto os equipamentos de informática; V - executar e controlar as atividades de movimentação de documentos, materiais e bens; VI - operar o sistema de comunicação e de elevadores; VII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

i) Ao Chefe da Divisão de Transportes compete:

I - propor normas, procedimentos e orientações quanto ao sistema de transportes do Poder Judiciário; II - atender às necessidades de transportes dos serviços do Poder Judiciário, disciplinando seu uso, bem como otimizando a utilização da frota; III - responsabilizar-se pelos veículos sob sua guarda, mantendo seus respectivos registros; IV - providenciar licenciamento dos veículos do Poder Judiciário; V - gerenciar e opinar sobre a renovação da frota de veículos do Poder Judiciário; VI - controlar a entrada, saída e o estacionamento de veículos na garagem e na área disponível para os veículos oficiais do Poder Judiciário; VII - providenciar a limpeza e manutenção dos veículos; VIII - controlar gastos de manutenção, lubrificantes, peças e pneumáticos; IX - autorizar e supervisionar o abastecimento dos veículos do Poder Judiciário; X - organizar escala de serviço dos motoristas; XI - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

j) Coordenador do Arquivo e Documentos Históricos compete:

I - coordenar e supervisionar as funções de apoio nas áreas de arquivo, controle de acervo e de restauração e manutenção dos documentos históricos; II - processar e divulgar informações sobre o acervo histórico do Poder Judiciário; III - organizar espaço apropriado à visita pública ao acervo; IV - zelar pela perfeita guarda e manutenção do acervo histórico; V - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

l) Ao Chefe da Divisão de Controle do Acervo compete:

I - promover o controle do acervo do Poder Judiciário, atualizando e mantendo atualizado o sistema de registro das informações; II - elaborar, mensalmente, a estatística das atividades desenvolvidas; III - zelar pela perfeita guarda e manutenção do acervo histórico; IV - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

m) Ao Chefe da Divisão de Restauração e Manutenção de Documentos Históricos compete:

I - promover a conservação do acervo documental histórico do Tribunal de Justiça, através de medidas preventivas e restauradoras; II - controlar a entrada e saída de documentos recebidos; III - realizar diagnóstico das obras, identificando as características materiais e alterações que apresentam, bem como determinar o tratamento a ser aplicado; IV - proceder, após diagnóstico, ao tratamento dos documentos danificados, recebidos pela Divisão, de acordo com as normas e procedimentos técnicos específicos; V - elaborar, mensalmente, a estatística das atividades desenvolvidas; VI - exercer outras atividades sob sua

responsabilidade.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

a) Ao Diretor de Recursos Humanos compete:

I – planejar, dirigir e controlar as atividades de pessoal relativas à seleção, treinamento, cargos, carreiras e vencimentos, avaliação de desempenho, saúde ocupacional, direitos e deveres, e aos registros funcionais dos servidores e membros do Poder Judiciário; II - desenvolver políticas de valorização de servidores e membros do Poder Judiciário; III - implementar planos, programas e ações com vistas à identificação, formação e desenvolvimento dos recursos humanos do Poder Judiciário; IV - promover, dirigir, coordenar e supervisionar todas as funções de administração de recursos humanos; V - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

b) Ao Coordenador de Direitos e Registros compete:

I - coordenar e supervisionar as atividades relacionadas à legislação, direitos, registros e assentamentos funcionais dos servidores do Poder Judiciário; II - processar requerimentos e informações sobre os servidores; III - zelar pela perfeita informação prestada; IV - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

c) Ao Chefe da Divisão de Expedição e Controle de Atos compete:

I - orientar, executar e controlar as atividades relativas à aplicação da legislação referente aos magistrados, no que diz a direitos, deveres, vantagens e registros funcionais; II - manter registros atualizados relativos à vida funcional dos magistrados; III - confeccionar listas de antiguidade de magistrados; IV - providenciar carteiras de identidade funcional aos magistrados; V - fornecer, mediante despacho da autoridade competente, certidões e atestados; VI - organizar e manter atualizados os elementos necessários ao processamento das promoções; VII - lavrar termos de compromisso de magistrados; VIII - confeccionar boletins de publicação de atos administrativos e controlar sua publicação; IX - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

d) Ao Chefe da Divisão de Cadastro compete:

I - organizar e manter atualizado o cadastro de pessoal, procedendo ao registro de atos e fatos relativos à vida funcional de cada servidor; II - manter em arquivo individualizado documentação referente a cada servidor; III - fornecer, mediante despacho da autoridade competente, certidões, atestados e declarações; IV - registrar e controlar a efetividade do pessoal; V - elaborar atos relativos aos servidores; VI - elaborar relatório da situação de provimento de cargos efetivos, de cargos em comissão e de funções gratificadas; VII - executar tarefas relativas à nomeação, exoneração e demissão de servidores; VIII - efetuar o controle de pessoal à disposição de outros órgãos e em licença; IX - responsabilizar-se pelo controle de pessoal de outros órgãos à disposição do Poder Judiciário; X - fornecer documentos de identidade funcional; XI - registrar e controlar férias dos servidores; XII - confeccionar boletins e controlar publicação de atos administrativos relativos a servidores; XIII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

e) Ao Chefe da Divisão de Direitos e Deveres compete:

I - fornecer, mediante despacho da autoridade competente, certidões, atestados e declarações; II - examinar certidões, emitindo parecer para decisão do coordenador de recursos humanos; III - fazer os lançamentos no Sistema de Recursos Humanos do Poder Judiciário; IV - informar processos de pedidos de vantagens pecuniárias e de gozo de licença-prêmio; V - confeccionar e conferir relatórios de concessão automática de vantagens; VI - informar o processo de aposentadoria quanto ao tempo de serviço, acerto dos assentamentos, concessão de vantagens e análise dos direitos a serem incorporados nos proventos dos servidores; VII - elaborar atos e boletins de aposentadoria; VIII - prestar informações necessárias à elaboração da folha de pagamento; IX - controlar a atualização dos vencimentos, salários, proventos e pensões determinados em lei; X - coordenar e controlar as atividades relativas à aplicação da legislação referente a pessoal; XI - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

f) Ao Coordenador de Acompanhamento e Desenvolvimento na Carreira compete:

I - elaborar a programação anual de treinamento, com base em levantamento de necessidades; II - programar atividades de treinamento e elaborar os respectivos projetos; III - providenciar material didático e/ou recursos audiovisuais próprios ao desenvolvimento das atividades de treinamento; IV - acompanhar o desenvolvimento dos conteúdos programáticos dos treinamentos e sugerir as reformulações necessárias, analisando o resultado das avaliações com vistas a futuras programações; V - receber, conferir e encaminhar certificados fornecidos por entidades de formação e aperfeiçoamento; VI - elaborar e gerenciar o sistema de avaliação de desempenho dos servidores; VII - elaborar e gerenciar o sistema de avaliação do estágio probatório; VIII - efetuar estudos para a melhoria do sistema de pessoal, com base nas avaliações de desempenho e dos treinamentos efetuados; IX - emitir parecer e prestar informações em expedientes que tratem de assuntos de suas competências; X - coordenar e supervisionar as atividades relativas aos estágios curricular e extracurricular resultantes dos convênios com as instituições de ensino superior; XI - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

g) Ao Coordenador de Serviços Médicos, Odontológicos e Psicossocial compete:

I - dirigir, coordenar e supervisionar as funções de apoio nas áreas médica, odontológica, psicológica e de serviço social, aos magistrados, aos servidores e dependentes; II - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

h) Ao Chefe da Divisão Médica compete:

I - proporcionar assistência médica aos magistrados e servidores do Poder Judiciário, assim como aos seus dependentes; II - realizar atendimentos de urgência a magistrados, servidores e terceiros que se encontrem nas dependências do Poder Judiciário e dentro das suas limitações; III - realizar atividades próprias da junta médica do Poder Judiciário, realizando perícias e emitindo laudos necessários; IV - examinar e expedir documentos necessários ao pedido de licença de magistrados e servidores; V - solicitar informações externas de caráter profissional médico, sempre que necessárias, para avaliação pericial; VI - inspecionar e

orientar os serviços paramédicos a serem executados; VII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

i) Ao Chefe da Divisão Odontológica compete:

I - prestar assistência odontológica aos magistrados, servidores e dependentes, de acordo com as possibilidades técnicas do serviço; II - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

j) Ao Chefe da Divisão Psicossocial compete:

I - prestar assistência psíquica e social aos magistrados, servidores e dependentes, de acordo com as possibilidades técnicas do serviço; II - articular, acompanhar, coordenar e avaliar a execução de programas e projetos de natureza psicossocial, visando à construção da cidadania participativa dos servidores e dependentes do Tribunal de Justiça; III - gerenciar, supervisionar e monitorar as atividades desenvolvidas pela equipe de trabalho da Divisão Psicossocial; IV - planejar, participar e proceder a treinamentos e dinâmicas, visando ao aprimoramento profissional e à saúde mental dos servidores do Tribunal de Justiça; V - planejar e acompanhar a execução de pesquisas e estudos de natureza psicossocial, de forma a promover o aprimoramento organizacional da Instituição; VI - articular-se com as instâncias internas e externas, objetivando apoio para a integração de ações; VII - representar o Tribunal de Justiça em eventos de natureza psicossocial; VIII - realizar atendimento psicológico a servidores e dependentes; IX - coordenar e/ou participar de reuniões de trabalho para planejamento, monitoramento e avaliação das atividades da Divisão Psicossocial; X - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

DIRETORIA DE ENGENHARIA

a) Ao Diretor de Engenharia, Obras e Serviços compete:

I - definir estratégias e soluções para o desenvolvimento e implementação de projetos da área de engenharia; II - efetuar levantamentos das necessidades e propor a construção e/ou manutenção de imóveis de uso do Poder Judiciário; III - gerenciar e providenciar a instalação e execução de serviços de manutenção dos imóveis de uso e responsabilidade do Poder Judiciário; IV - gerenciar a manutenção dos serviços de obras e engenharia, bem como das reformas dos imóveis de uso do Poder Judiciário; V - executar outras atividades sob sua responsabilidade.

b) Ao Coordenador de Engenharia, Obras e Serviços compete:

I - dirigir, coordenar e supervisionar as funções de apoio nas áreas de engenharia, obras e serviços, gerenciando os trabalhos executados pelas respectivas divisões; II - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

c) Ao Chefe da Divisão de Engenharia compete:

I - acompanhar e fiscalizar os serviços de manutenção, recuperação e reforma de prédios do Poder Judiciário; II - produzir, assessorar e fiscalizar os projetos de engenharia e arquitetura do Poder Judiciário; III - proceder à análise das propostas técnicas de engenharia e arquitetura; IV - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

d) Ao Chefe da Divisão de Serviços e Obras compete:

I - acompanhar as medições em obras e serviços de engenharia do Poder Judiciário; II - elaborar relatórios acerca do estado de conservação das unidades prediais e das intervenções físicas necessárias a sua manutenção e conservação; IV - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

DIRETORIA DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO

a) Diretor de Informática e Automação compete:

I - definir estratégias e soluções para o desenvolvimento e implementação de projetos da área de informática; II - efetuar levantamentos das necessidades e propor a aquisição de equipamentos, *softwares* e outros acessórios para o bom desempenho da área; III - gerenciar e providenciar a instalação e execução de serviços de configuração e manutenção dos equipamentos (*hardware*); IV - gerenciar a manutenção dos serviços de rede dos computadores, da segurança dos bancos de dados, bem como dos sistemas implantados; V - supervisionar e orientar os usuários dos sistemas de informática do Poder Judiciário; VI - supervisionar a execução dos serviços de análise e desenvolvimento de sistemas; VII - propor a realização de cursos com vistas à capacitação do pessoal da área; VIII - supervisionar e acompanhar a realização de cursos e implantação de sistemas junto aos usuários; IX - disponibilizar serviços através da *intranet* e *internet*; X - elaborar projetos de desenvolvimento ou aperfeiçoamento de sistemas de informação para os setores do Poder Judiciário; XI - executar outras atividades sob sua responsabilidade.

b) Ao Assessor de Informática compete:

I - assessorar e auxiliar o diretor de informática no desenvolvimento das atividades da área; II - elaborar relatórios e efetuar pesquisas com vistas às necessidades da área; III - acompanhar a implantação dos sistemas de informática do Poder Judiciário; IV - participar de cursos de interesse da área; V - propor melhorias e atualizações no desenvolvimento das atividades; VI - executar outras atividades sob sua responsabilidade.

c) Ao Coordenador de Desenvolvimento e Análise de Sistemas compete:

I - coordenar, supervisionar e prestar auxílio às divisões sob sua coordenação; II - planejar o desenvolvimento de sistemas; III - acompanhar o controle de sistemas; IV - participar de comitês de informática; V - proceder à manutenção dos sistemas desenvolvidos; VI - identificar e sugerir rotinas automatizadas, primando pela celeridade e diminuição de custos; VII - detectar e informar à chefia pontos críticos de impacto referentes a sistemas terceirizados dentro da organização; VIII - confeccionar documentação dos sistemas; IX - treinar e acompanhar a equipe de implantação para os novos sistemas a serem implementados;

X - implementar inovações tecnológicas no *website*; XI - desenvolver ferramentas de sistemas para o centro de informações; XII - executar outras atividades sob sua responsabilidade.

d) Ao Chefe da Divisão de Desenvolvimento e Suporte de Rede compete:

I - acompanhar o controle de sistemas; II - proceder à manutenção dos sistemas desenvolvidos; III - treinar e acompanhar a equipe de implantação para os novos sistemas a serem implementados; IV - implementar inovações tecnológicas no *website*; V - desenvolver ferramentas de sistemas para o centro de informações; VI - executar outras atividades sob sua responsabilidade.

e) Ao Chefe da Divisão de Análise de Sistema compete:

I - identificar e sugerir rotinas automatizadas, primando pela celeridade e diminuição de custos; II - detectar e informar à direção pontos críticos de impacto referentes a sistemas terceirizados dentro da organização; III - executar outras atividades sob sua responsabilidade.

f) Ao Coordenador de Organização e Métodos e Administração da Rede compete:

I - elaborar estudos, coordenar, orientar, implementar e avaliar as atividades de organização, sistemas e métodos no âmbito do Poder Judiciário; II - administrar as redes existentes, com a criação e manutenção de níveis de acesso aos usuários e outros inerentes à administração; III - definir e adotar políticas de segurança nas redes; IV - manter os sistemas de controle de arquivos (*backups*) atualizados; V - garantir o funcionamento ininterrupto dos servidores de redes, centrais telefônicas e *call center*; VI - manter e gerenciar as contas dos usuários aos bancos de dados, correio eletrônico, rede e telefonia; VII - elaborar relatórios de auditoria para a direção; VIII - fiscalizar a implementação de serviços de redes estruturadas nos fóruns, juizados especiais e demais pontos do Poder Judiciário; IX - fiscalizar o uso disciplinado da rede (política de segurança); X - efetuar e implantar políticas de contingências; XI - gerenciar as aplicações dos servidores de rede que rodem as aplicações de produção; XII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

g) Ao Chefe da Divisão de Organização e Método compete:

I - elaborar estudos, coordenar, orientar, implementar e avaliar as atividades de organização, sistemas e métodos no âmbito do Poder Judiciário; II - Auxiliar os responsáveis pelas diversas unidades funcionais do Poder Judiciário a definir rotinas, otimizar procedimentos e utilizar sistemas de informação como fonte para a tomada de decisão; III - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

h) Ao Chefe da Divisão de Administração da Rede compete:

I - gerenciar as redes existentes, com a criação e manutenção de níveis de acesso aos usuários; II - implantar políticas de segurança nas redes; III - manter os sistemas de controle de arquivos (*backups*) atualizados; IV - assegurar o funcionamento ininterrupto dos servidores de redes, centrais telefônicas e *call center*; V - manter e gerenciar as contas dos usuários aos bancos de dados, correio eletrônico, rede e telefonia; VI - elaborar relatórios de auditoria para a direção; VII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

i) Ao Coordenador de Manutenção de Equipamentos compete:

I - planejar e executar manutenção corretiva e preventiva do parque informatizado; II - manter atualizados os equipamentos de informática; III - sugerir à Diretoria configurações de equipamentos; IV - instalar e configurar *softwares* e *hardwares*; V - realizar controle patrimonial interno dos equipamentos de informática; VI - efetuar o salvamento de arquivos e organizá-los no servidor conforme padronização; VII - manter atualizados *drivers* e *softwares*, oriundos de *downloads*; VIII - solicitar peças de reposição para equipamentos; IX - realizar e manter o inventário técnico; X - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

j) Ao Coordenador de Atendimento ao Usuário compete:

I - coordenar e fiscalizar o andamento das atividades de instalação, desinstalação e configuração *softwares*; II - instalar, desinstalar e configurar equipamentos, periféricos e suprimentos de informática; III - oferecer aos clientes auxílio telefônico e/ou remoto de suporte na instalação, desinstalação, configuração e operação de *softwares* e *hardwares* (*helpdesk*); IV - acompanhar o atendimento solicitado, posicionando o cliente durante todo o processo; V - viabilizar retorno ao cliente para verificação e avaliação do serviço prestado após sua conclusão (*feedback*); VI - realizar manutenções básicas de *hardware* no local; VII - ministrar cursos básicos de *software*; VIII - efetuar suporte e manutenção básica da rede telefônica; IX - repassar as necessidades às demais áreas da Diretoria de Informática e Automação, quando reportadas ao setor e não puderem ser atendidas pela Coordenadoria; X - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA GABINETE DO DIRETOR

a) Ao Oficial de Gabinete compete:

I - elaborar e redigir despachos, ofícios, memorandos, portarias e expedientes em geral; II - assegurar e controlar o fluxo de processos e documentos em geral; III - gerenciar os arquivos e registros relacionados às atividades do Gabinete; IV - elaborar a agenda do Diretor, listando reuniões, audiências, comunicações e compromissos em geral; V - preparar e encaminhar a correspondência oficial do Gabinete, bem como o expediente pessoal do Diretor; VI - relacionar-se com as demais unidades administrativas funcionais do Poder Judiciário, no que se refere ao encaminhamento de assuntos, processos e expedientes

relacionados ao Gabinete; VII - controlar a recepção e transmissão de mensagens via correio eletrônico ou fac-símile, observando o sigilo e a integridade dos originais e cópias; VIII - controlar o suprimento dos recursos necessários à execução das atividades desenvolvidas no Gabinete; IX - zelar pelo uso, guarda e conservação dos bens patrimoniais do Gabinete; X - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

b) Ao Suboficial de Gabinete compete:

I - assistir ao Oficial de Gabinete no desempenho de suas atribuições, inclusive substituindo-o em suas ausências; II - atualizar e manter atualizado o controle do estoque de suprimentos do Gabinete; III - monitorar o fluxo e o arquivamento de processos, documentos e expedientes em geral; IV - efetivar e atualizar o inventário dos bens permanentes do Gabinete; V - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

c) Ao Chefe da Biblioteca da ESMAM compete:

I - organizar, manter e conservar o acervo de livros, folhetos, periódicos, mídias digitais e coletâneas de legislação e jurisprudência relacionadas às áreas de interesse do Poder Judiciário; II - propor a aquisição de livros, publicações periódicas e mídias digitais, nacionais e estrangeiras; III - registrar, catalogar, classificar e indexar o acervo da Biblioteca; IV - manter atualizada a coletânea de legislação e jurisprudência; V - organizar, controlar e facilitar os meios necessários à consulta e uso do acervo; VI - disponibilizar informações para subsidiar pesquisas acerca de doutrina, legislação e jurisprudência, solicitadas pelos Membros, Diretores, servidores e público em geral; VII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

SECRETARIA-GERAL

a) Secretário-Geral compete:

I - prestar colaboração e assistência direta e imediata ao Diretor da Escola no desempenho de suas funções; II - coordenar as atividades das unidades que integram a estrutura organizacional básica da Escola da Magistratura; III - transmitir ordens e determinações do Diretor da Escola; IV - exercer a ação gerencial, disciplinar e determinar a execução de serviços e meios administrativos; V - coordenar a elaboração da proposta orçamentária anual da Escola e controlar a execução do orçamento; VI - supervisionar o controle e do arquivamento de ofícios, memorandos, ofícios circulares, atos expedidos; VII - fazer levantamento estratégico de necessidades da Escola da Magistratura; VIII - solicitar recursos em geral necessários à execução das atividades, tais como materiais de expediente, equipamentos, servidores, etc.; IX - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

c) Ao Coordenador de Administração da ESMAM compete:

I - coordenar, programar, gerenciar e supervisionar os serviços administrativos, financeiros e demais atividades meio da Escola da Magistratura; II - estabelecer, viabilizar e fiscalizar normas operacionais e regulamentos em todas as áreas sob sua responsabilidade; III - propor, coordenar, executar e prestar contas de convênios celebrados pela Escola da Magistratura; IV - proceder à prestação dos serviços e meio necessário ao funcionamento regular da Escola da Magistratura; V - controlar o uso de equipamentos e viaturas objetivando coibir o desperdício, o uso inadequado ou impróprio nas atividades determinadas pela Escola da Magistratura; VI - manter arquivo atualizado dos servidores lotados ou em exercício na Escola da Magistratura; VII - controlar a frequência e o ponto dos servidores da Escola; VIII - fornecer à Coordenadoria de Finanças elementos necessários à elaboração da proposta orçamentária; IX - executar outras atividades que lhe sejam determinadas pela Secretaria-Geral; X - providenciar o controle e arquivamento de ofícios, memorandos, ofícios circulares, atos expedidos e demais documentos; XI - coordenar os eventos da Escola, especialmente no que diz à estrutura logística, auditório, sistema de som e *buffet*; XII - elaborar relatórios administrativos e instruir os processos a serem submetidos à Direção e ao Conselho Técnico-Administrativo; XIII - secretariar as sessões do Conselho Técnico Administrativo e do Conselho Executivo; XIV - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

d) Ao Chefe da Divisão de Apoio Administrativo da ESMAM compete:

I - exercer as atividades pertinentes que lhes forem delegadas pela Coordenadoria de Administração da Escola da Magistratura; II - organizar e zelar pelo material permanente da Escola; III - manter em depósito o material didático de uso permanente, tais como projetores, microfones, aparelhos de som e amplificadores; IV - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

e) Ao Coordenador Financeiro compete:

I - efetuar o pagamento, via rede bancária, das despesas da Escola da Magistratura; II - viabilizar adiantamentos para a realização de pequenas despesas, e acompanhar as prestações de contas; III - examinar, informar, opinar e processar os expedientes de pagamentos em suas diversas fases; IV - preparar dados para alimentar o fluxo de caixa; V - elaborar relatórios de pagamentos efetuados e recebimento de recursos financeiros; VI - acompanhar as movimentações bancárias, elaborando boletins e conciliações; VII - informar aos credores as formas e datas dos pagamentos; VIII - elaborar o fluxo financeiro para o exercício fiscal; IX - efetuar o controle da arrecadação de receitas do Poder Judiciário; X - elaborar a proposta orçamentária da Escola da Magistratura; XI - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

f) Ao Coordenador Pedagógico compete:

I - orientar, acompanhar e auxiliar os profissionais da área relacionada às atividades pedagógicas desenvolvidas pela Escola Superior da Magistratura; II - fiscalizar os registros relativos à matrícula, frequência, aproveitamento e remanejo dos inscritos; III - providenciar o preparo dos históricos escolares e dos certificados de aproveitamento; IV - velar pela regularidade dos registros dos alunos e cadastramentos dos professores; V - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

JUSTIÇA DE 1º GRAU

a) Ao Secretário de Diretoria de Fórum compete:

I - receber e controlar expedientes; II - prestar informações às partes sobre serviços atinentes à Secretaria; III - receber, guardar e distribuir às serventias oficializadas os selos postais encaminhados pelo Tribunal de Justiça para uso em processos de Assistência Judiciária; IV - receber, guardar e distribuir às serventias o material de consumo fornecido pelo Tribunal de Justiça ou adquirido pela Diretoria do Fórum; V - escriturar, em livro especial, a movimentação do material de consumo; VI - controlar os estoques mínimos e máximos, sugerindo ao Diretor do Fórum a aquisição de material para reposição; VII - elaborar e manter atualizado o cadastro de bens móveis e imóveis; VIII - dirigir a tramitação de processos administrativos e correspondências encaminhadas ao Diretor do Fórum; IX - proceder à busca de autos e documentos para informação às partes, quando solicitado; X - expedir certidões e declarações administrativas; XI - prestar assistência ao Diretor do Fórum no preparo de expedientes e despachos, quando solicitado; XII - manter o arquivo dos processos, documentos, expedientes e atos relacionados à administração do Fórum; XIII - registrar e publicar portarias, editais e informações; XIV - dar ciência aos serventuários dos provimentos e circulares da Corregedoria Geral da Justiça, que lhes forem encaminhadas pelo Diretor do Fórum; XV - elaborar e manter atualizado o cadastro individual dos servidores; XVI - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

b) Ao Secretário Judicial de Distribuição compete:

I - distribuir, em audiência pública, em hora certa, os feitos judiciais e as petições recebidas durante o dia, entre os diversos juízes da comarca, na presença do Diretor do Fórum ou de juiz por este designado, de representante da OAB e do Ministério Público; II - encaminhar, imediatamente após a distribuição, os feitos distribuídos às varas, através das respectivas Secretarias; III - dar baixa dos autos encaminhados à distribuição pelas Secretarias das varas para esse fim, por força de despacho judicial; IV - expedir certidão única, negativa ou positiva, de processos distribuídos em andamento, mediante requerimento em formulário próprio e recolhidas as custas devidas; V - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

c) Ao Secretário Judicial compete:

I - receber do serviço de distribuição os feitos judiciais, inquéritos, petições e demais documentos, procedendo à autuação, se for o caso, e levando ao juiz da vara para despacho; II - cumprir os despachos e as determinações do juiz, bem como aquelas decorrentes de lei, provimento e/ou atos do Presidente do Tribunal, do Corregedor-Geral da Justiça e do juiz Diretor do Fórum; III - proceder às anotações referentes ao andamento dos feitos no sistema de informação; IV - preparar expedientes para despachos e audiências; V - exibir os processos para consulta pelos advogados e prestar informações sobre os feitos e seu andamento; VI - expedir certidões extraídas dos autos, livros e demais papéis sob sua guarda; VII - elaborar boletim diário contendo os despachos e demais atos judiciais para publicação no Diário da Justiça e intimação das partes; VIII - elaborar editais para publicação; IX - expedir mandados, ofícios, cartas precatórias, cartas rogatórias e outros expedientes determinados pelo juiz da vara; X - realizar diligências determinadas pelo juiz da vara, Diretor do Fórum, juízes corregedores e Corregedor-Geral da Justiça; XI - lavrar os termos de audiências em duas vias, juntando a via oficial ao livro de registro de termos de audiência, de folhas soltas, e a outra via, aos autos respectivos; XII - registrar as sentenças no livro de sentenças, o que poderá ser feito por cópia ou fotocópia em livro de folhas soltas; XIII - quando determinado pelo juiz, abrir vistas dos autos aos advogados, aos defensores públicos e ao Ministério Público, fazendo conferência das folhas e certificando esta circunstância nos autos e no protocolo, onde deverá ser assinado o recebimento dos autos; procedendo, quando da devolução, à nova conferência das folhas e nova certificação da devolução; XIV - certificar nos autos os atos praticados; XV - prestar ao juiz, no prazo de três dias, informações por escrito nos autos; XVI - remeter os autos ao Tribunal de Justiça, no prazo máximo de três dias, contados do despacho de determinação de encaminhamento dos processos em grau de recurso; XVII - encaminhar os autos para baixa na distribuição e arquivo, quando determinado pelo juiz; XVIII - informar ao juiz, por escrito, sobre os autos, cujo prazo de vista esteja excedido, para a adoção das providências cabíveis; XIX - informar ao juiz sobre autos indevidamente parados na Secretaria; XX - requisitar ao arquivo, quando determinado pelo juiz, a apresentação de autos de processos arquivados; XXI - zelar pelo cumprimento, com a diligência devida, dos despachos e decisões judiciais; XXII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

d) Assessor de Juiz compete:

I - assessorar o juiz no desempenho de funções, gerenciando informações e auxiliando na execução de tarefas, inclusive quanto à administração da Vara; II - prestar assessoria em assuntos de natureza jurídica e jurídico-administrativa; III - auxiliar no desenvolvimento dos fundamentos das ações e seus conteúdos, com base em textos legais, de modo a oferecer subsídios à elaboração da sentença pelo juiz; IV - apresentar dados estatísticos e registros das atividades do juiz; V - examinar documentos destinados à instrução de processos; VI - elaborar minuta de documentos e expedientes em geral; VII - acompanhar publicações de natureza jurídica e manter atualizado repositório de jurisprudências; VIII - realizar pesquisas e estudos acerca de temas e problemas jurídicos de interesse do Poder Judiciário; IX - emitir relatórios dos processos para submetê-los a julgamento; X - elaborar relatórios em geral; XI - elaborar minuta de despachos, decisões interlocutórias e sentenças; XII - conduzir audiência de conciliação, sob supervisão do juiz, buscando o entendimento entre as partes; XIII - digitar os termos de acordo, submetendo-os à homologação do juiz; XIV - consignar em ata os atos ocorridos na audiência de conciliação; XV - tomar por termos os requerimentos formulados pelas partes na audiência de conciliação; XVI - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

e) Ao Coordenador Administrativo compete:

I - planejar, dirigir, coordenar e controlar a execução dos serviços de apoio do Fórum da Comarca de São Luís, especialmente aqueles relacionados à disponibilização de pessoal, materiais e equipamentos; II - acompanhar a reposição de bens materiais do Fórum; III - acompanhar e fazer cumprir os provimentos, portarias, circulares e demais atos baixados pelo Corregedor; IV - monitorar a tramitação de processos, documentos e demais expedientes; V - prestar informações acerca do andamento de processos administrativos, excetuando os de caráter sigiloso; VI - zelar pelo perfeito funcionamento e rigorosa higiene das dependências e instalações do Fórum; VII - acompanhar os trabalhos sob sua responsabilidade, orientando os responsáveis pela

operacionalização; VIII - zelar pela disciplina nos recintos de trabalho e presteza na execução dos serviços, assim como cuidar para que o público em geral seja tratado com urbanidade; IX - sugerir as medidas que julgar necessárias para a melhoria dos serviços; X - apresentar relatório anual dos trabalhos executados pela sua Coordenadoria e Divisões a ela subordinadas; XI - delegar competência aos Chefes de Divisão a ele subordinadas; XII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

f) Ao Chefe da Divisão de Material e Patrimônio compete:

I - encaminhar ao Coordenador Administrativo requisição de materiais, equipamentos e serviços necessários ao desenvolvimento das atividades do Fórum; II - receber e distribuir os bens, equipamentos e materiais permanentes a serem utilizados pelo Fórum; III - realizar e manter atualizado o inventário do material permanente do Fórum; IV - controlar todo o material de consumo utilizado pelo Fórum; V - efetuar e manter atualizado o controle de tombamento dos materiais permanentes pertencentes ao Fórum; VI - arquivar cópias das solicitações de material feitas pelas unidades funcionais vinculadas ao Fórum; VII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

g) Ao Chefe da Divisão de Serviços Gerais compete:

I - acompanhar e promover a execução das atividades de vigilância, recepção, portarias e circulação de pessoas nas dependências do Fórum; II - efetuar e controlar os serviços de copa e cozinha, de acordo com os padrões estabelecidos; III - efetuar e controlar os serviços de higiene e limpeza em geral; IV - executar e controlar a manutenção de móveis, equipamentos e utensílios, exceto os equipamentos de informática; V - executar e controlar as atividades de movimentação de documentos, materiais e bens; VI - promover a aquisição, supervisão, controle e distribuição de diário oficial; VII - acompanhar a execução dos serviços de limpeza, conservação, pintura, reparos e restauração de instalações sanitárias, elétricas, hidráulicas, jardinagem e dos bens móveis; VIII - proceder à remoção de móveis, máquinas e utensílios em geral; IX - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

h) Ao Chefe da Divisão Médica e Odontológica compete:

I - coordenar e executar programas de assistência social, médica, odontológica, hospitalar, farmacêutica, de educação e de proteção à saúde dos servidores e de seus dependentes, dedicando atenção especial aos portadores de dependência química; II - prestar orientação e acompanhamento aos magistrados e servidores quando necessário; III - prestar assessoria, sobre sua área de ação, quando solicitado; IV - realizar atendimentos aos magistrados e servidores; V - efetuar controle e registro dos atendimentos; VI - planejar, executar e avaliar pesquisas e programas relacionados à prática profissional; VII - realizar perícias médicas e de medicina do trabalho; VIII - acompanhar e fiscalizar a execução de convênios e planos de saúde dos servidores; IX - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

i) Ao Chefe da Divisão de Serviço Social compete:

I - assessorar, na esfera de sua competência profissional, os juizes, em especial os das Varas de Família, Infância e Juventude e Execuções Criminais; II - prestar assistência, orientação e acompanhamento ao menor e à família quando necessário; III - prestar assessoria, por determinação judicial, a instituições que abriguem menores; IV - providenciar o acompanhamento e as visitas a crianças e filhos adolescentes de pais separados, em casos de litígio, quando necessário, para subsidiar a elaboração do trabalho técnico-profissional; V - planejar, executar e avaliar pesquisas e programas relacionados à prática profissional do Assistente Social; VI - organizar e manter registro e documentação atinente ao serviço social; VII - controlar, orientar e apoiar a execução das atividades relativas à assistência social, à saúde e ao socorro de urgência dos servidores e dos seus dependentes; VIII - realizar perícias quando solicitada; IX - elaborar relatório de atividades, remeter ao Diretor do Fórum, bem como organizar e arquivar cópia dos documentos do setor; X - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

j) Ao Chefe da Divisão de Informática compete:

I - exercer a coordenação geral do sistema de computação do Fórum, juntamente com a Diretoria de Informação e Automação do Tribunal de Justiça; II - repassar à equipe técnica os aperfeiçoamentos introduzidos nas técnicas de organização, sistemas e métodos de trabalho; III - avaliar, sistematicamente, o grau de satisfação dos usuários diretos e indiretos, no que se refere às necessidades operacionais e à qualidade dos sistemas, elaborando relatórios formais e apontando os resultados das avaliações; IV - providenciar o conserto e manutenção dos equipamentos do parque instalado; V - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

l) Ao Chefe da Divisão de Biblioteca compete:

I - organizar, manter e conservar o acervo de livros, folhetos, periódicos, mídias digitais e coletâneas de legislação e jurisprudência relacionadas às áreas de interesse do Poder Judiciário; II - propor a aquisição de livros, publicações periódicas e mídias digitais, nacionais e estrangeiras; III - registrar, catalogar, classificar e indexar o acervo da Biblioteca; IV - manter atualizada a coletânea de legislação e jurisprudência; V - organizar, controlar e facilitar os meios necessários à consulta e uso do acervo; VI - disponibilizar informações para subsidiar pesquisas acerca de doutrina, legislação e jurisprudência, solicitadas pelos Membros, Diretores, servidores e público em geral; VII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

m) Ao Chefe do Arquivo Geral compete:

I - promover a manutenção de fichário dos servidores do Fórum e da Corregedoria-Geral da Justiça; II - providenciar o recebimento, protocolo e registro, em sistema de informação, de toda a documentação, expediente e processos encaminhados à Corregedoria-Geral, com o conseqüente fornecimento do respectivo comprovante, e anotação da procedência, data, assunto, entrada, despachos, andamentos e outros dados que possam interessar ao serviço; III - controlar a entrada e saída de toda a

documentação, expediente e processos encaminhados; IV - prestar informações acerca da movimentação, localização ou solução de processos; V - providenciar o arquivamento, por determinação superior, dos processos solucionados que tiverem origem na Corregedoria e no Fórum da Capital, bem como de documentos e expedientes outros; VI - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

n) Ao Chefe da Divisão de Laboratório de Biologia Molecular compete:

I - realizar exames de investigação genética em processo judicial das comarcas do interior e capital; II - elaborar os laudos de investigação genética, para solução de lides em trâmite, remetendo-os ao juízo requisitante; III - prestar esclarecimentos técnicos acerca dos laudos, quando requisitados pelo juízo; IV - coletar amostras biológicas para realização dos exames dos juízos da capital; V - enviar material para coleta de amostras biológicas às comarcas do interior e, salvo por determinação judicial, proceder à coleta no próprio Laboratório Forense de Biologia Molecular; VI - determinar o número de exames a serem realizados por vara judicial, de acordo com a capacidade técnica do laboratório; VII - agendar as coletas dos materiais biológicos por varas judiciais; VIII - realizar a contraprova de todos os exames de investigação genética, antes da emissão dos laudos; IX - prestar orientação quanto às atividades relacionadas à sua esfera de atribuição; X - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

o) Ao Chefe de Central de Mandados compete:

I - encaminhar, imediatamente após o recebimento, os mandados aos Oficiais de Justiça; II - dar baixa dos autos encaminhados à Central pela Distribuição e/ou pelas Secretarias das Varas; III - expedir certidões e declarações administrativas quando solicitado; IV - elaborar, receber e controlar o fluxo de expedientes em geral; V - prestar informações às partes sobre serviços atinentes à Central; VI - elaborar e manter atualizado o cadastro individual dos Oficiais de Justiça; VII - solicitar os insumos necessários ao desenvolvimento das atividades da Central, tais como material de expediente, equipamentos e veículos; VIII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

Diretoria Judiciária

Coordenadoria do Plenário e das Câmaras Reunidas

Câmaras Cíveis Reunidas

ACÓRDÃO Nº 86.538/2009

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

Sessão do dia 06 de novembro de 2009.

Agravo Regimental n.º 026747/2009 – São Luís- MA

Agravante: Líndice Campos de Campos

Advogado : Erico José Domingues da Silva Ribeiro

Agravados : Gerente de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Maranhão e Subgerente de Gestão de Recursos Humanos do Estado do Maranhão

Relatora: Desª. Anildes de Jesus B. Chaves Cruz

E M E N T A

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL – DECISÃO QUE RECONHECE O CUMPRIMENTO DO JULGAMENTO MANDADO DE SEGURANÇA - SUBSISTÊNCIA DA DECISÃO AGRAVADA.

I - O direito líquido e certo à incorporação a que impetrante faz jus, refere-se ao *quantum* que percebia a título de gratificação por exercício de cargo em comissão à época que ainda estavam vigentes os parágrafos do art. 75, da Lei Estadual n.º 6,107/94, posteriormente revogados, e não, como pretende, tomando por base o valor de representação por exercício de cargo em comissão no período de maio de 1999 a fevereiro de 2002 (docs. de fls. 36/39 e 184/186) junto à Assembléia Legislativa do Estado.

II – Agravo conhecido e improvido

DECISÃO: ACORDAM os Senhores Desembargadores das Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão, por unanimidade, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso, para manter a decisão agravada, nos termos do voto da Desembargadora Relatora.

Participaram do julgamento os Senhores Desembargadores: Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz – Relatora, Antônio Guerreiro Júnior, Cleonice Silva Freire, Nelma Sarney Costa, Raimunda Santos Bezerra, Marcelo Carvalho Silva e Paulo Sérgio Velten Pereira.

Funcionou pela Procuradoria Geral de Justiça a Dr.ª Domingas de Jesus Fróz Gomes.

São Luís, 06 de novembro de 2009.

Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf

PRESIDENTE

Desª. Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz

PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 04 de fevereiro de 2011.
Desembargador JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
Presidente

PORTARIA Nº 215/2011-TJ.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE,

Remover, a pedido, o servidor CARLOS RODRIGUES BARBALHA, Auxiliar Judiciário, matrícula nº 133272, da Comarca de Esperantinópolis para a 1ª Vara da Comarca de Barra do Corda, conforme V Concurso de Remoção dos Servidores Efetivos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, homologado em sessão plenária administrativa realizada no dia 05.05.2010.

DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 04 de fevereiro de 2011.
Desembargador JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
Presidente

RESOLUÇÃO N.º 60/2010

Altera as Resoluções n.ºs 06, de 15 de abril de 2004; 10, de 24 de janeiro de 2008; 46, de 23 de dezembro de 2007; 36, de 23 de junho de 2008, que regulamentam a estrutura administrativa dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário, bem como a Resolução nº 44, de 04 de julho de 2008, que dispõe sobre a descrição dos cargos comissionados e funções gratificadas do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o que dispõe o §1º art. 3º e os Anexos I e II da Lei nº 8.727, de 07 de dezembro de 2007, alterado pelo art. 3º da Lei 9.326, de 30 de dezembro de 2010;

RESOLVE, *ad referendum* do Plenário:

Art. 1º O artigo 2º da Resolução n.º 06, de 15 de abril de 2004, que aprovou o regulamento da estrutura administrativa dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A Estrutura de Administração dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça compreende:

[...]

2.8. Coordenadoria da Biblioteca

2.8.1. Divisão de Acervo

2.8.2. Divisão de Legislação e Pesquisa

2.9. Coordenadoria de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicância

2.10. Ouvidoria

2.10.1. Divisão de Ouvidoria

2.10.2. Divisão do Telejudiciário

2.11. Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização

2.11.1. Divisão de Planejamento

2.11.2. Divisão de Acompanhamento de Dados Estatísticos

[...]

6.2.6. Coordenadoria de Jurisprudência e Publicações

6.2.6.1. Divisão de Jurisprudência

[...]

6.5.2. Coordenadoria de Acompanhamento e Desenvolvimento na Carreira

6.5.2.1. Divisão de Avaliação de Desempenho;

6.5.2.2. Divisão de Seleção e Movimentação;

[...]

6.6. Diretoria de Engenharia

6.6.2. Coordenadoria de Serviços e Obras de Engenharia;

6.6.2.1. Divisão de Serviços e Obras

6.6.3. Coordenadoria de Projetos de Engenharia e Arquitetura

6.6.3.1. Divisão de Arquitetura

[...]

Art. 2º Os incisos III e IV do artigo 1º da Resolução n.º 46, de 20 de dezembro de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

[...]

III – Cargos de Direção e Assessoramento Superior – símbolo CDAS: Assessor da Corregedoria; Assessor de Contabilidade; Assessor de Informática da Presidência; Assessor de Relações Públicas; Assessor do Diretor-Geral; Assessor Jurídico da Presidência; Assessor Técnico; Assessor Técnico da Assessoria Jurídica da Presidência; Auditor; Chefe da Biblioteca da ESMAM; Chefe da Divisão de Planejamento; Chefe de Acompanhamento de Dados Estatísticos; Secretário da Divisão de Ouvidoria; Chefe da Divisão de Arrecadação; Chefe da Divisão das Serventias Extrajudiciais; Chefe da Divisão das Serventias Judiciais; Chefe da Divisão de Acervo; Chefe da Divisão de Administração da Rede; Chefe da Divisão de Administração de Material; Chefe da Divisão de Administração Patrimonial; Chefe da Divisão de Análise de Sistema; Chefe da Divisão de Análise e Fatura; Chefe da Divisão de Apoio Administrativo da ESMAM; Chefe da Divisão de Arquivo; Chefe da Divisão de Expedição e Controle de Atos; Chefe da Divisão de Treinamento; Chefe da Divisão de Biblioteca; Chefe da Divisão de Cadastro; Chefe da Divisão de Controle do Acervo; Chefe da Divisão de Desenvolvimento e Suporte; Chefe da Divisão de Direito e Deveres; Chefe da Divisão de Arquitetura; Chefe da Divisão de Estatística; Chefe da Divisão de Estatística e Publicação; Chefe da Divisão de Fiscalização; Chefe da Divisão de Folha de Pagamento; Chefe da Divisão de Gravação e Registros; Chefe da Divisão de Informática; Chefe da Divisão de Jurisprudência; Chefe da Divisão de Laboratório de Biologia Molecular; Chefe da Divisão de Legislação e Pesquisa; Chefe da Divisão de Licitações e Contratos; Chefe da Divisão de Material e Patrimônio; Chefe da Divisão de Material, Patrimônio e Serviços Gerais; Chefe da Divisão de Organização e Método; Chefe da Divisão de Pessoal; Chefe da Divisão de Protocolo e Arquivo; Chefe da Divisão de Recursos para o STF; Chefe da Divisão de Recursos para o STJ; Chefe da Divisão de Restauração e Manutenção de Documentos Históricos; Chefe da Divisão de Serviço Social; Chefe da Divisão de Serviço e Obras Serviços; Chefe da Divisão de Serviços Gerais; Chefe da Divisão de Transportes; Chefe da Divisão do Telejudiciário; Chefe da Divisão dos Juizes em Estágio Probatório; Chefe da Divisão dos Juizes Vitalícios; Chefe da Divisão Médica; Chefe da Divisão Médica e Odontológica; Chefe da Divisão Odontológica; Chefe da Divisão Psicossocial; Chefe da Divisão de Avaliação de Desempenho; Chefe da Divisão de Seleção e Movimentação; Chefe de Gabinete de Desembargador; Coordenador de Acompanhamento e Desenvolvimento na Carreira; Coordenador Administrativo; Coordenador da Biblioteca; Coordenador das Câmaras Cíveis

Isoladas; Coordenador das Câmaras Criminais Isoladas; Coordenador de Administração da ESMAM; Coordenador de Administração de Fóruns; Coordenador de apoio Administrativo; Coordenador de Atendimento ao Usuário; Coordenador de Contabilidade; Coordenador de Desenvolvimento e Análise de Sistema; Coordenador de Direitos e Registros; Coordenador de Distribuição; Coordenador de Serviços e Obras de Engenharia; Coordenador de Projetos de Engenharia e Arquitetura; Coordenador de Finanças; Coordenador de Finanças e Planejamento; Coordenador de Fiscalização, Correição, Disciplina e Avaliação das Serventias; Coordenador de Jurisprudência e Publicações; Coordenador de Manutenção de Equipamentos; Coordenador de Material e Patrimônio; Coordenador de Orçamento; Coordenador de Organização e Métodos e Administração da Rede; Coordenador de Orientação, Fiscalização, Correição, Disciplina e Avaliação dos Juizes de Direito; Coordenador de Pagamento; Coordenador de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicância; Coordenador de Protocolo e Autuação; Coordenador de Recursos Constitucionais; Coordenador de Serviços Médicos, Odontológicos e Psicossocial; Coordenador do Arquivo e Documentos Históricos; Coordenador do Fundo Especial de Modernização e Reparação e Reaparelhamento do Judiciário – FERJ; Coordenador do Plenário e das Câmaras Reunidas; Coordenador Financeiro; Coordenador Pedagógico; Oficial de Gabinete; Oficial de Gabinete de Desembargador; Secretário da Coordenadoria da Infância e da Juventude; Secretário do Conselho de Administração e Supervisão do FERJ; Secretário do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais; Secretário Executivo da Presidência; Secretário Executivo de Desembargador; Secretário Particular do Corregedor; Secretário-Geral da ESMAM; Assessor Jurídico do FERJ; Assessor Técnico do FERJ; Assessor Técnico de RH; Coordenador Especial de Assistência aos Encarcerados; e Secretário de Administração; Assessor de Comunicação da Presidência; Assessor de Comunicação da Corregedoria; Assessor do Secretário Geral do Plenário; Chefe da Biblioteca da Corregedoria; Chefe da Central de Mandados; Secretário de Câmara Isolada; Secretário de Câmaras Reunidas; Secretário de Diretoria de Fórum de Entrância Final; Secretário de Diretoria de Fórum de Entrância Intermediária; Secretário do Conselho Estadual de Adoção; Secretário Executivo do Diretor da Corregedoria; Secretário Executivo do Diretor-Geral; Secretário Judicial de Entrância Final; Secretário Judicial de Distribuição de Entrância Final; Secretário Judicial de Entrância Intermediária; Secretário Judicial de Entrância Intermediária; Secretário Judicial de Entrância Inicial; e Suboficial de Gabinete;

IV – Cargos de Direção e Assessoramento Intermediário – símbolo CDAI: Assessor de Comunicação da Corregedoria; Assessor de Comunicação da Presidência; Assessor de Juiz; Assessor do Secretário Geral do Plenário; Assistente de Informação; Assistente de Administração; Chefe da Biblioteca da Corregedoria; Chefe de Central de Mandados; Secretário do Conselho Estadual de Adoção; Secretário Executivo da Vice-Presidência; Secretário Executivo do Diretor da Corregedoria; Secretário Executivo do Diretor-Geral; Suboficial de Gabinete; Assistente de Informação; e Assessor de Administração”.

[...]

Art. 3º Os incisos II, III, do artigo 1º Resolução Nº 10/2008, de 24 de janeiro de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

[...]

II – Função Gratificada Nível 02 – símbolo FG 02: Secretário do Diretor da ESMAM; Secretário do Diretor Judiciário; Secretário do Diretor Geral da Secretaria do Tribunal de Justiça; Secretário do Diretor Financeiro; Secretário do Diretor de Informática e Automação; Secretário do Diretor da Secretaria da Corregedoria Geral de Justiça; Secretário do Diretor Administrativo; Secretário do Assessor Chefe da Assessoria Jurídica da Presidência; Secretário do Chefe da Auditoria; Supervisor da Casa Abrigo; Supervisor da Creche “Desa. Judith Pacheco”; Supervisor da Casa da Criança; Membro da Comissão Permanente de Processo Administrativos Disciplinares e Sindicância; Secretário do Chefe do Cerimonial; Secretário de Administração Destacado; Supervisor do Boletim de Alteração Financeira (BAF); Supervisor do Controle de Ponto Eletrônico; e Pregoeiro Oficial.

III – Função Gratificada Nível 01 – símbolo FG 01: Secretário do Coordenador Administrativo; Secretário do Coordenador da Biblioteca; Secretário do Coordenador das Câmaras Cíveis Isoladas; Secretário do Coordenador das Câmaras Criminais Isoladas; Secretário do Coordenador de Administração da ESMAM; Secretário do Coordenador de Administração de Fóruns; Secretário do Coordenador de Apoio Administrativo; Secretário do Coordenador de Atendimento ao Usuário; Secretário do Coordenador de Atividades Especiais; Secretário do Coordenador de Contabilidade; Secretário do Coordenador de Desenvolvimento e Análise de Sistema; Secretário do Coordenador de Distribuição; Secretário do Coordenador de Serviços e Obras de Engenharia; Secretário do Coordenador de Finanças; Secretário do Coordenador de Finanças e Planejamento; Secretário do Coordenador de Fiscalização, Correição, Disciplina e Avaliação das Serventias; Secretário do Coordenador de Jurisprudência e Publicações; Secretário do Coordenador de Manutenção de Equipamentos; Secretário do Coordenador de Material e Patrimônio; Secretário do Coordenador de Orçamento; Secretário do Coordenador de Organização e Métodos e Administração da Rede; Secretário do Coordenador de Orientação, Fiscalização, Correição, Disciplina e Avaliação dos Juizes de Direito; Secretário do Coordenador de Pagamento; Secretário do Coordenador de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicância; Secretário do Coordenador de Protocolo e Autuação; Secretário do Coordenador de Recursos Constitucionais; Secretário do Coordenador de Recursos Humanos; Secretário do Coordenador de Serviços Médicos, Odontológicos e Psicossocial; Secretário do Coordenador do Arquivo e Documentos Históricos; Secretário do Coordenador do Fundo Especial de Modernização e Reparação e Reaparelhamento do Judiciário – FERJ; Secretário do Coordenador do Plenário e das Câmaras Reunidas; Secretário do Coordenador Financeiro; Secretário do Coordenador Pedagógico; Supervisor da Ouvidoria; Supervisor da Divisão das Serventias Extrajudiciais; Supervisor da Divisão das Serventias Judiciais; Supervisor da Divisão de Administração de Material; Supervisor da Divisão de Administração Patrimonial; Supervisor da Divisão de Arrecadação; Supervisor da Divisão de Atendimento aos Magistrados; Supervisor da Divisão de Treinamento; Supervisor da Divisão de Cadastro; Supervisor da Divisão de Direito e Deveres; Supervisor da Divisão de Estatística; Supervisor da Divisão de Estatística e Publicação; Supervisor da Divisão de Fiscalização; Supervisor da Divisão de Folha de Pagamento; Supervisor da Divisão de Gravação e Registros; Supervisor da Divisão de Informática; Supervisor da Divisão de Jurisprudência; Supervisor da Divisão de Laboratório de Biologia Molecular; Supervisor da Divisão de Legislação e Pesquisa; Supervisor da Divisão de Material e Patrimônio; Supervisor da Divisão de Material, Patrimônio e Serviços Gerais; Supervisor da Divisão de Pessoal; Supervisor da Divisão de Protocolo e Arquivo; Supervisor da Divisão de Serviços e Obras; Supervisor da Divisão de Arquitetura; Supervisor da Divisão de Transportes; Supervisor da Divisão do Telejudiciário; Supervisor da Divisão dos Juizes em Estágio Probatório; Supervisor da Divisão dos Juizes Vitalícios; Supervisor da Divisão Médica; Supervisor da Divisão Odontológica; Supervisor da Secretaria Geral do Tribunal de Justiça.

Art. 4º Ficam alterados os Anexos Únicos da Resolução n.º 46, de 20 de dezembro de 2007 e Resolução Nº 10/2008, de 24 de janeiro de 2008, na forma dos Anexos I e II desta Resolução, e os Anexos I e II da Resolução N.º 44/2008, de 04 de julho de 2008, na forma dos Anexos III e IV, desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas os dispositivos em contrário.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

PALÁCIO DA JUSTIÇA “CLÓVIS BEVILÁQUA” DO MARANHÃO, em São Luís, 30 de dezembro de 2010.

Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto

Presidente

ANEXO I

**QUADRO DE CARGOS COMISSIONADOS
DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
PLENÁRIO**

CARGOS

QUANT. SÍMBOLO

SECRETARIA GERAL DO PLENÁRIO

SECRETÁRIO GERAL DO PLENÁRIO	1	CDGA
ASSESSOR DO SECRETÁRIO GERAL DO PLENÁRIO	1	CDAS 5

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO DO FERJ

SECRETARIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO DO FERJ	1	CDAS 3
--	---	--------

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

CARGOS

QUANT. SÍMBOLO

CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA	1	CDGA
SUBCHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA	3	CDAS 2
ASSESSOR DE INFORMÁTICA DA PRESIDÊNCIA	1	CDAS 1
ASSESSOR TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA	3	CDGA
SECRETÁRIO PARTICULAR DA PRESIDÊNCIA	1	CDAS 1
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA PRESIDÊNCIA	3	CDAS 4
OFICIAL DE GABINETE	3	CDAS 3
ASSISTENTE DE GABINETE	2	CDAI 2

ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

ASSESSOR CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA	1	CDGA
SUBCHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA	1	CDAS 2
ASSESSOR TÉCNICO DA ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA	3	CDAS 3
ASSESSOR JURÍDICO DA PRESIDÊNCIA	9	CDAS 3
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA	1	CDAI 3

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

ASSESSOR CHEFE DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA	1	CDGA
ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA	6	CDAS 5

GABINETE MILITAR

CHEFE DO GABINETE MILITAR	1	CDAS 1
---------------------------	---	--------

AUDITORIA

CHEFE DA AUDITORIA	1	CDAS 1
AUDITOR	3	CDAS 3

CERIMONIAL

CHEFE DO CERIMONIAL	1	CDAS 1
ASSESSOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS	1	CDAS 3

COORDENADORIA DE ATIVIDADES ESPECIAIS

COORDENADOR DE ATIVIDADES ESPECIAIS	1	CDAS 2
-------------------------------------	---	--------

COORDENADORIA DA BIBLIOTECA

COORDENADOR DA BIBLIOTECA	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE ACERVO	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE LEGISLAÇÃO E PESQUISA	1	CDAS 4

COORDENADORIA DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES E SINDICÂNCIA

COORDENADOR DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES E SINDICÂNCIA	1	CDAS 2
--	---	--------

OUVIDORIA

SECRETÁRIO DA DIVISÃO DE OUVIDORIA	1	CDAS 6
CHEFE DA DIVISÃO DO TELEJUDICIÁRIO	1	CDAS 4

ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E MODERNIZAÇÃO

ASSESSOR TÉCNICO DE GESTÃO ESTRATÉGICA E MODERNIZAÇÃO	1	CDAS 3
CHEFE DA DIVISÃO DE PLANEJAMENTO	1	CDAS 4
CHEFE DE ACOMPANHAMENTO DE DADOS ESTATÍSTICOS	1	CDAS 4

GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA

CARGOS

QUANT. SÍMBOLO

CHEFIA DE GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA

CHEFE DE GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA	1	CDAS 1
OFICIAL DE GABINETE	2	CDAS 3
SECRETÁRIO EXECUTIVO DA VICE-PRESIDÊNCIA	1	CDAI 1
COORDENADORIA DE DISTRIBUIÇÃO		
COORDENADOR DE DISTRIBUIÇÃO	1	CDAS 2
COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE		
SECRETÁRIO DA COORDENADORIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE	1	CDAS 6

CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA**CARGOS****QUANT. SÍMBOLO****GABINETE DO CORREGEDOR GERAL**

CHEFE DE GABINETE DO CORREGEDOR	1	CDAS 1
ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO DO CORREGEDOR	1	CDAS 1
SUBCHEFE DE GABINETE DA CORREGEDORIA	1	CDAS 2
OFICIAL DE GABINETE	3	CDAS 3
SECRETÁRIO PARTICULAR DO CORREGEDOR	1	CDAS 3
ASSISTENTE DE GABINETE	2	CDAI 2
SECRETÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE ADOÇÃO	1	CDAS 5
ASSESSOR CHEFE D ASSESSORIA ESPECIAL DA CORREGEDORIA	1	CDAS 1
ASSESSOR DA CORREGEDORIA	4	CDAS 3
ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO DA CORREGEDORIA	2	CDAS 5
ASSESSOR TÉCNICO	3	CDAS 3
COORDENADOR DE ORIENTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO, CORREIÇÃO, DISCIPLINA E AVALIAÇÃO DOS JUÍZES DE DIREITO	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DOS JUÍZES VITALÍCIOS	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DOS JUÍZES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE ESTATÍSTICA	1	CDAS 4
COORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO, CORREIÇÃO, DISCIPLINA E AVALIAÇÃO DAS SERVENTIAS	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DAS SERVENTIAS JUDICIAIS	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS	1	CDAS 4
CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS		
SECRETÁRIO DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS	1	CDAS 3

SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

DIRETOR DA SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL D JUSTIÇA	1	CDGA
SECRETÁRIO EXECUTIVO DO DIRETOR DA CORREGEDORIA	1	CDAS 5
ASSESSOR DE INFORMÁTICA DA CORREGEDORIA	1	CDAS 1
COORDENADOR ADMINISTRATIVO	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE PESSOAL	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE TRANSPORTES	1	CDAS 4
COORDENADOR DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO	1	CDAS 2
COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO DE FÓRUNS	1	CDAS 2
CHEFE DA BIBLIOTECA DA CORREGEDORIA	1	CDAS 5
COORDENADOR DE ASSISTÊNCIA AOS ENCARCERADOS	1	CDAS 2
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO	24	CDAS 3
ASSISTENTE DE INFORMAÇÃO	48	CDAI 2
ASSESSOR DE ADMINISTRAÇÃO	48	CDAI 3
ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO	48	CDAI 3

GABINETES DOS DESEMBARGADORES**CARGOS****QUANT. SÍMBOLO****GABINETE**

CHEFE DE GABINETE DE DESEMBARGADOR	27	CDAS 2
OFICIAL DE GABINETE DE DESEMBARGADOR	54	CDAS 2
SUBOFICIAL DE GABINETE DE DESEMBARGADOR	27	CDAS 3

SECRETARIA

SECRETARIO EXECUTIVO DE DESEMBARGADOR	27	CDAS 4
ASSESSORIA		
ASSESSOR CHEFE DE DESEMBARGADOR	27	CDGA
ASSESSOR DE DESEMBARGADOR	54	CDGA
ASSESSOR DE JURÍDICO DE DESEMBARGADOR	54	CDGA
ASSESSOR TÉCNICO DE DESEMBARGADOR	27	CDGA

SECRETARIA GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**CARGOS****QUANT. SÍMBOLO****GABINETE DO DIRETOR-GERAL**

DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1	CNES
SUBDIRETOR DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1	CDGA
ASSESSOR DO DIRETOR-GERAL	2	CDAS 2
SECRETÁRIO EXECUTIVO DO DIRETOR-GERAL	1	CDAS 5

DIRETORIA JUDICIÁRIA

DIRETOR JUDICIÁRIO	1	CDGA
COORDENADOR DE PROTOCOLO E AUTUAÇÃO	1	CDAS 2
COORDENADOR DAS CÂMARAS CÍVEIS ISOLADAS	1	CDAS 2
COORDENADOR DAS CÂMARAS CRIMINAIS ISOLADAS	1	CDAS 2
COORDENADOR DO PLENÁRIO E DAS CÂMARAS REUNIDAS	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE GRAVAÇÃO E REGISTROS	1	CDAS 4
COORDENADOR DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS PARA O STJ	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS PARA O STF	1	CDAS 4
COORDENADOR DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE JURISPRUDÊNCIA	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE ESTATÍSTICA E PUBLICAÇÃO	1	CDAS 4
SECRETÁRIO DE CÂMARA ISOLADA	7	CDAS 5
SECRETÁRIO DE CÂMARAS REUNIDAS	2	CDAS 5

DIRETORIA FINANCEIRA

DIRETOR FINANCEIRO	1	CDGA
COORDENADOR DE ORÇAMENTO	1	CDAS 2
COORDENADOR DE FINANÇAS	1	CDAS 2
COORDENADOR DE CONTABILIDADE	1	CDAS 2
ASSESSOR DE CONTABILIDADE	1	CDAS 2
COORDENADOR DE PAGAMENTO	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE ANÁLISE E FATURA	1	CDAS 4

DIRETORIA DO FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO E REPARAÇÃO E REAPARELHAMENTO DO JUDICIÁRIO - FERJ

DIRETOR DO FERJ	1	CDGA
ASSESSOR JURÍDICO DO FERJ	1	CDAS 2
ASSESSOR TÉCNICO DO FERJ	1	CDAS 4
COORDENADOR DO FERJ	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO	1	CDAS 4

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DIRETOR ADMINISTRATIVO	1	CDGA
COORDENADOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	1	CDAS 4
COORDENADOR DE APOIO ADMINISTRATIVO	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE PROTOCOLO E ARQUIVO	1	CDAS 4

CHEFE DA DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE TRANSPORTES	1	CDAS 4
COORDENADOR DO ARQUIVO E DOCUMENTOS HISTÓRICOS	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE CONTROLE DO ACERVO	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE RESTAURAÇÃO E MANUTENÇÃO DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS	1	CDAS 4

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS	1	CDGA
ASSESSOR TÉCNICO DE RH	1	CDAS 4
COORDENADOR DE DIREITOS E REGISTROS	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE EXPEDIÇÃO E CONTROLE DE ATOS	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE CADASTRO	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE DIREITO E DEVERES	1	CDAS 4
COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO E DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE SELEÇÃO E MOVIMENTAÇÃO	1	CDAS 4
COORDENADOR DE SERVIÇOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS E PSICOSSOCIAL	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO MÉDICA	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO ODONTOLÓGICA	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO PSICOSSOCIAL	1	CDAS 4

DIRETORIA DE ENGENHARIA

DIRETOR DE ENGENHARIA	1	CDGA
COORDENADOR DE SERVIÇOS E OBRAS DE ENGENHARIA	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE SERVIÇOS E OBRAS	1	CDAS 4
COORDENADOR DE PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE ARQUITETURA	1	CDAS 4

DIRETORIA DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO

DIRETOR DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO	1	CDGA
COORDENADOR DE DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE DE SISTEMA	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO E SUPORTE	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE ANÁLISE DE SISTEMA	1	CDAS 4
COORDENADOR DE ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS E ADMINISTRAÇÃO DA REDE	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE ORGANIZAÇÃO E MÉTODO	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DA REDE	1	CDAS 4
COORDENADOR DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	1	CDAS 2
COORDENADOR DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO	1	CDAS 2

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA

CARGOS	QUANT.	SÍMBOLO
GABINETE DO DIRETOR		
OFICIAL DE GABINETE	1	CDAS 3
SUBOFICIAL DE GABINETE	1	CDAI 3
CHEFE DA BIBLIOTECA DA ESMAM	1	CDAS 4
ASSISTENTE DE GABINETE	1	CDAI 2
SECRETÁRIA-GERAL		
SECRETÁRIO-GERAL DA ESMAM	1	CDAS 2
ASSISTENTE DE SECRETARIA	3	CDAI 3
COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO DA ESMAM	1	CDAS 3
CHEFE DA DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO DA ESMAM	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE TREINAMENTO	1	CDAS 4
COORDENADOR FINANCEIRO	1	CDAS 3
COORDENADOR PEDAGÓGICO	1	CDAS 3

JUSTIÇA DE 1º GRAU

CARGOS	QUANT.	SÍMBOLO
SECRETÁRIO DE DIRETORIA DE FÓRUM DE ENTRÂNCIA FINAL	1	CDAS 5
SECRETÁRIO DE DIRETORIA DE FÓRUM DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA	10	CDAS 6
SECRETÁRIO JUDICIAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENTRÂNCIA FINAL	1	CDAS 5
SECRETÁRIO JUDICIAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA	11	CDAS 6
SECRETÁRIO JUDICIAL DE ENTRÂNCIA FINAL	85	CDAS 5
CHEFE DA CENTRAL DE MANDADOS	1	CDAS 5
SECRETÁRIO JUDICIAL DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA	125	CDAS 6
SECRETÁRIO JUDICIAL DE ENTRÂNCIA INICIAL	93	CDAS 7
ASSESSOR DE JUIZ	330	CDAI 1
SECRETARIA DA DIRETORIA DO FÓRUM DA COMARCA DE SÃO LUÍS		
COORDENADOR ADMINISTRATIVO	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO MÉDICA E ODONTOLÓGICA	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE SERVIÇO SOCIAL	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE INFORMÁTICA	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE BIBLIOTECA	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE ARQUIVO	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE LABORATÓRIO DE BIOLOGIA MOLECULAR	1	CDAS 4
CHEFE DA CENTRAL DE MANDADOS	1	CDAS 5
SECRETARIA DA DIRETORIA DO FÓRUM DA COMARCA DE IMPERATRIZ		
COORDENADOR ADMINISTRATIVO	1	CDAS 2
CHEFE DA DIVISÃO DE MATERIAL, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS	1	CDAS 4
CHEFE DA DIVISÃO DE INFORMÁTICA	1	CDAS 4

ANEXO II
QUADRO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
PLENÁRIO

FUNÇÕES	QTD.	SÍMB.
SECRETARIA GERAL DO PLENÁRIO		
SUPERVISOR DA SECRETARIA GERAL DO PLENÁRIO	1	FG 02
GABINETE DA PRESIDÊNCIA		
FUNÇÕES	QTD.	SÍMB.
ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA		
SECRETÁRIO DO ASSESSOR CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA	1	FG 02
ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E MODERNIZAÇÃO		
SUPERVISOR DE ACOMPANHAMENTO DE DADOS ESTRATÉGICOS	1	FG 01
AUDITORIA		
SECRETÁRIO DO CHEFE DA AUDITORIA	1	FG 02
COORDENADORIA DE ATIVIDADES ESPECIAIS		
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE ATIVIDADES ESPECIAIS	1	FG 01
SUPERVISOR DA CASA ABRIGO	1	FG 02
SUPERVISOR DA CRECHE "DESA. JUDTH PACHECO"	1	FG 02
SUPERVISOR DA CASA DA CRIANÇA	1	FG 02
COORDENADORIA DA BIBLIOTECA		
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DA BIBLIOTECA	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE ACERVO	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE LEGISLAÇÃO E PESQUISA	1	FG 01
OUVIDORIA		
SUPERVISOR DA OUVIDORIA	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DO TELEJUDICIÁRIO	1	FG 01
COORDENADORIA DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES E SINDICÂNCIA		
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES E SINDICÂNCIA	1	FG 01
MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES E SINDICÂNCIA	9	FG 02
CERIMONIAL		
SECRETÁRIO DO CHEFE DO CERIMONIAL	1	FG 02
GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA		
FUNÇÕES	QTD.	SÍMB.
COORDENADORIA DE DISTRIBUIÇÃO		

SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE DISTRIBUIÇÃO	1	FG 01
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA		
FUNÇÕES	QTD.	SÍMB.
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL		
SECRETARIO DE JUIZ CORREGEDOR	4	FG 03
SECRETARIO DO COORDENADOR ESPECIAL DE ASSISTÊNCIA AOS ENCARCERADOS	1	FG 01
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE ORIENTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO, CORREIÇÃO, DISCIPLINA E AVALIAÇÃO DOS JUÍZES DE DIREITO	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DOS JUÍZES VITALÍCIOS	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DOS JUÍZES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE ESTATÍSTICA	1	FG 01
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO, CORREIÇÃO, DISCIPLINA E AVALIAÇÃO DAS SERVENTIAS	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DAS SERVENTIAS JUDICIAIS	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS	1	FG 01
CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS		
CONCILIADOR	35	FG 03
SUPERVISOR DA SECRETARIA DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS	1	FG 01
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA		
SECRETÁRIO DO DIRETOR DA SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA	1	FG 02
SECRETÁRIO DO COORDENADOR ADMINISTRATIVO	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE PESSOAL	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE TRANSPORTES	1	FG 01
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO	1	FG 01
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO DE FÓRUNS	1	FG 01
SECRETARIA GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA		
FUNÇÕES	QTD.	SÍMB.
GABINETE DO DIRETOR-GERAL		
SECRETÁRIO DO DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1	FG 02
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DESTACADO	3	FG 02
DIRETORIA JUDICIÁRIA		
SECRETÁRIO DO DIRETOR JUDICIÁRIO	1	FG 02
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE PROTOCOLO E AUTUAÇÃO	2	FG 01
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DAS CÂMARAS CÍVEIS ISOLADAS	1	FG 01
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DAS CÂMARAS CRIMINAIS ISOLADAS	1	FG 01
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DO PLENÁRIO E DAS CÂMARAS REUNIDAS	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE GRAVAÇÃO E REGISTROS	1	FG 01
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE RECURSOS PARA O STF	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE RECURSOS PARA O STJ	1	FG 01
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE JURISPRUDÊNCIA E PUBLICAÇÕES	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE JURISPRUDÊNCIA	1	FG 01
DIRETORIA FINANCEIRA		
SECRETÁRIO DO DIRETOR FINANCEIRO	1	FG 02
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE ANÁLISE E FATURAS	1	FG 01
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE ORÇAMENTO	1	FG 01
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE FINANÇAS	1	FG 01
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE CONTABILIDADE	1	FG 01
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE PAGAMENTO	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO	1	FG 01
SUPERVISOR DO BOLETIM DE ALTERAÇÃO FINANCEIRA (BAF)	1	FG 02
DIRETORIA ADMINISTRATIVA		
SECRETÁRIO DO DIRETOR ADMINISTRATIVO	1	FG 02
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL	1	FG 01
PREGOEIRO OFICIAL	7	FG 02
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE APOIO ADMINISTRATIVO	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE PROTOCOLO E ARQUIVO	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE TRANSPORTES	1	FG 01
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DO ARQUIVO E DOCUMENTOS HISTÓRICOS	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE CONTROLE DE ACERVO	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE RESTAURAÇÃO E MANUTENÇÃO DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS	1	FG 01
DIRETORIA DE ENGENHARIA		
SECRETÁRIO DO DIRETOR DE ENGENHARIA	1	FG 02

SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE ENGENHARIA, OBRAS E SERVIÇOS	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE ENGENHARIA	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE SERVIÇOS E OBRAS	1	FG 01
DIRETORIA DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO		
SECRETÁRIO DO DIRETOR DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO	1	FG 02
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE DESENVOLVIMENTO E ANÁLISE DE SISTEMA	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DA REDE	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE ANÁLISE DE SISTEMAS	1	FG 01
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS E ADMINISTRAÇÃO DA REDE	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO E SUPORTE	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS	1	FG 01
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	1	FG 01
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO	1	FG 01
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS		
SECRETÁRIO DO DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS	1	FG 02
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DESTACADO	1	FG 02
SUPERVISOR DO CONTROLE DE PONTO ELETRÔNICO	1	FG 02
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE DIREITOS E REGISTROS	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE CADASTRO	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE DIREITO E DEVERES	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE EXPEDIÇÃO E CONTROLE DE DOCUMENTOS	1	FG 01
SUPERVISOR DO BOLETIM DE ALTERAÇÃO FINANCEIRA (BAF)	1	FG 02
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE ACOMPANHAMENTO E DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA	1	FG 01
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE SERVIÇOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS E PSICOSSOCIAL	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO MÉDICA	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO ODONTOLÓGICA	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO PSICOSSOCIAL	1	FG 01
DIRETORIA DO FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DO JUDICIÁRIO – FERJ		
SECRETÁRIO DO DIRETOR DO FERJ	1	FG 02
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DO FERJ	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO	1	FG 01
ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA		
FUNÇÕES		QTD. SÍMB.
GABINETE DO DIRETOR		
SECRETÁRIO DO DIRETOR DA ESMAM	1	FG 02
SECRETÁRIA-GERAL		
SECRETÁRIO DO COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO DA ESMAM	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE TREINAMENTO	1	FG 01
SECRETÁRIO DO COORDENADOR FINANCEIRO	1	FG 01
SECRETÁRIO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO	1	FG 01
JUSTIÇA DE 1º GRAU		
FUNÇÕES		QTD. SÍMB.
DIRETORIA DO FORUM DA COMARCA DE SÃO LUÍS		
SECRETÁRIO DO COORDENADOR ADMINISTRATIVO	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE INFORMÁTICA	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE LABORATÓRIO DE BIOLOGIA MOLECULAR	1	FG 01
DIRETORIA DO FORUM DA COMARCA DE IMPERATRIZ		
SECRETÁRIO DO COORDENADOR ADMINISTRATIVO	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE MATERIAL, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS	1	FG 01
SUPERVISOR DA DIVISÃO DE INFORMÁTICA	1	FG 01

ANEXO III
DESCRIÇÃO DOS CARGOS COMISSIONADOS
DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO

PLENÁRIO

[...]

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

[...]

Ouvidoria

a) Ao Secretário da Divisão de Ouvidoria, compete:

I – Receber consultas, diligenciar junto às unidades judiciais e administrativas competentes; II- prestar informações a respeito do Judiciário; III- receber informações, sugestões, denúncias, críticas e elogios sobre as atividades do Poder Judiciário IV - promover apuração das reclamações de deficiências.

Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização

a) Ao Assessor de Gestão Estratégico e Modernização compete:

I - Assessorar na elaboração e atualização periódica do planejamento estratégico do Tribunal; II - Implantar e realizar a gestão do planejamento estratégico do Tribunal; III - Acompanhar e avaliar o cumprimento das metas estratégicas da organização; IV - Promover ações de sensibilização para

o planejamento estratégico; V - Assegurar o alinhamento de todas as unidades de apoio à estratégica como as áreas de Orçamento, Recursos Humanos, Tecnologia da Informação e Comunicação; VI - Promover a divulgação de ações e resultados referentes ao planejamento estratégico, à gestão da qualidade e à gestão de processos de trabalho; VII - Incentivar o reconhecimento institucional das melhores práticas e inovações organizacionais; VIII - Manter intercâmbio com outros tribunais em assuntos relacionados ao planejamento estratégico, à gestão da qualidade e à gestão de processos de trabalho; IX - Promover a troca de experiência entre os Tribunais identificando e compartilhando melhores práticas; X - Informar ao Departamento de Gestão Estratégica do CNJ as iniciativas de administração bem sucedidas que podem ser compartilhadas com outros tribunais a partir de iniciativas de divulgação de boas práticas pelo CNJ; e XI - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

b) Ao Chefe da Divisão de Planejamento compete:

I - Participar do processo de elaboração da proposta orçamentária e orientar sobre prioridades do planejamento estratégico; II - Manter portfólio de projetos estratégicos visando fornecer informações rápidas sobre as iniciativas estratégicas em curso supervisionando a gestão destas iniciativas; III - Prestar consultoria em gestão de processos de trabalho; IV - Assessorar na elaboração, implantação e acompanhamento de projetos de racionalização de métodos e processos de trabalho; V - Prestar consultoria para implantação e acompanhamento de sistemas de gestão da qualidade; VI - Assessorar na elaboração de normas, procedimentos, regulamentos, manuais e demais instrumentos operacionais de trabalho; e VII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

c) Ao Chefe da Divisão Acompanhamento de Dados Estatísticos compete:

I - Atualizar, periodicamente, o Sistema de Estatística do Poder Judiciário, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça; II - Elaborar e divulgar o Boletim Estatístico; III - Atender ao público, interno e externo, quanto a solicitações de informações estatísticas; IV - Elaborar e divulgar indicadores estatísticos; V - Demonstrar, analiticamente, a evolução dos dados estatísticos; VI - Elaborar tabelas e gráficos demonstrativos para orientar as conclusões ou o processo de tomada de decisões;

VII - Manter os dados estatísticos permanentemente atualizados; VIII - Calcular, anualmente, a taxa de desempenho relativo a processos julgados do ano anterior, e, em seguida fazer projeção para o período dos quatro anos seguintes;

IX - Elaborar, mensalmente, relatório comparativo entre a meta prevista e a realizada dos julgados; X - prestar informação em processos quando a matéria se relacionar a sua área de atuação; e XII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

[...]

GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA

[...]

COORDENADORIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

a) Ao Secretário da Coordenadoria da Infância e da Juventude compete:

I - coordenar o exercício das funções administrativas e de chefia junto ao Coordenador; II - secretariar as reuniões e sessões da Coordenadoria, preparando a respectiva pauta de acordo com as orientações do Desembargador coordenador; III - elaborar ata e manter atualizada a documentação e o registro das decisões proferidas pela Coordenadoria, providenciando sua publicação, quando necessário; IV - preparar os processos a serem submetidos à Coordenadoria; V - manter atualizados todos os dados de material e pessoal da Coordenadoria da Infância e da Juventude, comunicando imediatamente qualquer alteração dos mesmos ao Desembargador Coordenador; VI - apresentar ao Desembargador Coordenador todos os dados necessários para elaboração dos relatórios e estatísticas anuais; VII - receber e registrar os relatórios e estatísticas advindos das unidades jurisdicionais de competência da infância e da juventude; VIII - providenciar o encaminhando de todos os expedientes da Coordenadoria da Infância e da Juventude, que serão assinados pelo Desembargador-Coordenador; IX - praticar todos os atos administrativos necessários para o bom funcionamento da Coordenadoria; X - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

[...]

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

[...]

f) Ao Coordenador de Acompanhamento e Desenvolvimento na Carreira compete:

I - elaborar a programação anual de treinamento, com base em levantamento de necessidades, mapeamento de competências evidenciadas e requeridas; II - programar atividades de treinamento e elaborar os respectivos projetos; III - providenciar material didático e/ou recursos audiovisuais próprios ao desenvolvimento das atividades de treinamento; IV - acompanhar o desenvolvimento dos conteúdos programáticos dos treinamentos e sugerir as reformulações necessárias, analisando o resultado das avaliações com vistas a futuras programações; V - receber, conferir e encaminhar certificados fornecidos por entidades de formação e aperfeiçoamento; VI - elaborar e gerenciar o sistema de avaliação de desempenho dos servidores; VII - elaborar e gerenciar o sistema de avaliação do estágio probatório; VIII - efetuar estudos para a melhoria do sistema de pessoal, com base nas avaliações de desempenho e dos treinamentos efetuados; IX - emitir parecer e prestar informações em expedientes que tratem de assuntos de suas competências; X - coordenar e supervisionar as atividades relativas aos estágios curricular e extracurricular resultantes dos convênios com as instituições de ensino superior; XI - recrutamento, seleção, controle e desenvolvimento do programa de Instrutoria Interna; XII - gerenciar o Banco de Talentos e promover a Gestão por Competências no âmbito do Poder Judiciário do Maranhão XIII - receber, conferir e encaminhar certificados fornecidos por entidades de formação e aperfeiçoamento; XIV - analisar e desenvolver estudos visando melhoria do sistema de pessoal, com base na gestão por competências; XIII - elaboração de edital de remoção e seleção de servidores; XIV - executar expedientes relativo às etapas dos concursos de remoção e seleção de pessoal; XIII - planejamento, controle e gerenciamento da necessidade de recursos humanos e movimentação de pessoal; XI - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

g) Ao Chefe da Divisão de Avaliação de Desempenho compete:

I - Elaborar Regulamentos e formulários referentes à avaliação de desempenho; II - Controlar as avaliações de estágio probatório, progressões e promoções; acompanhar a realização das avaliações; registrá-las no sistema de avaliações; bem como promover a digitalização e arquivamento; III - Acompanhamento e identificação do fator causador do mau desempenho, promovendo se possível a melhoria do desempenho; IV - Consolidar, emitir Parecer Conclusivo e analisar pedidos de reconsideração; V - Acompanhamento e controle das progressões e promoções, bem como emissão de relatórios específicos; VI - Apoiar a alimentação do Sistema de Avaliação; VII - Elaborar relatórios diversos; VIII- Emitir pareceres; IX- Sugerir melhorias para avaliação de desempenho do TJ-MA; X- Elaborar rotinas de avaliação de desempenho; XI - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

h) Ao Chefe da Divisão de Seleção e Movimentação compete:

I - Elaborar planejamento de seleção; II- Elaborar planejamento de movimentação; III- Planejar concursos de remoção; IV - Realizar ações necessárias para execução do concurso de remoção; V - Planejar necessidade de servidores nas unidades; VI - Planejar concursos de servidores; VII - Elaborar relatórios gerais; VIII - controle e gerenciamento da movimentação e seleção de recursos humanos; IX - elaboração de edital de remoção, bem como publicação de editais; X - recebimento de documentação e autuação de processos relativo ao concurso de seleção e remoção, bem como controle e acompanhamento dos prazos de inscrição e entrega de documentos; XI - publicação de resultados; XII - realização de audiência pública relativo ao concurso de seleção; XIII - Levantamento de necessidade de estágio; XIV - controle e gerenciamento de documentos e informações relativas à formalização e realização de estágio; XV - prestar informações e assessorar a Comissão de Concursos; XVI - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

i) Ao Assessor técnico de RH compete:

Código de validação: 328F968293O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E

Aprovar a promoção funcional dos servidores ocupantes dos cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, na forma do Anexo desta Portaria.

DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Matrícula 53991

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 14:25 (JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO)

RELATÓRIO DE PROMOÇÃO FUNCIONAL									
Ordem	Matrícula	Servidor	Cargo	Data exercício	Afastamentos	Nível atual	Próximo nível	Data progressão	Conceito avaliação
1	4135	OTILIA MARIA RODRIGUES SOARES	AUXILIAR DE SERVIÇO OPERACIONAL - VIGIA	16/5/1979	0	B10	C11	29/9/2011	Excelente
2	48264	LUIZ CARLOS MARTINS RODRIGUES	OFICIAL DE JUSTIÇA	20/9/1990	0	B10	C11	27/9/2011	Excelente
3	69948	FRANCISCO DE ARAÚJO BATISTA	OFICIAL DE JUSTIÇA	2/6/2000	0	A5	B6	24/10/2011	Excelente
4	74252	MARCIO FREITAS SOUSA	OFICIAL DE JUSTIÇA	6/6/2002	0	A5	B6	19/11/2011	Excelente
5	80051	EUDE DIAS RIBEIRO	OFICIAL DE JUSTIÇA	30/10/2002	0	A5	B6	19/11/2011	Excelente
6	80440	JOSÉ WENDEL DE SOUSA SENA	OFICIAL DE JUSTIÇA	2/6/2003	0	A5	B6	19/11/2011	Excelente
7	74724	MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA RAMOS	OFICIAL DE JUSTIÇA	5/7/2002	0	A5	B6	19/11/2011	Bom
8	80176	RAIMUNDO PAIVA VIANA JUNIOR	OFICIAL DE JUSTIÇA	6/1/2003	0	A5	B6	19/11/2011	Bom
9	75010	JANIO ALCANTARA BRASIL DE OLIVEIRA	OFICIAL DE JUSTIÇA	10/7/2002	0	A5	B6	19/11/2011	Bom
10	74922	MARIA DE JESUS LIMA CARDOSO	OFICIAL DE JUSTIÇA	17/7/2002	0	A5	B6	19/11/2011	Excelente
11	80622	ROBSON PEREIRA LIRA	OFICIAL DE JUSTIÇA	24/9/2003	0	A5	B6	19/11/2011	Excelente
12	80192	GESRAEL BARROSO DE ALBUQUERQUE	OFICIAL DE JUSTIÇA	17/3/2003	0	A5	B6	19/11/2011	Bom
13	18978	SILVIA MARIA OLIVEIRA DE MELO	TECNICO JUDICIÁRIO	31/3/1989	0	B10	C11	19/11/2011	Excelente

RESOL-GP - 522011**Código de validação: 76F59815C3**

Altera as Resoluções n.os 06, de 15 de abril de 2004, 46, de 23 de dezembro 2007, que regulamentam a estrutura administrativa dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário, bem como a Resolução nº 44, de 04 de julho de 2008, que dispõe sobre a descrição dos cargos comissionados e funções gratificadas do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a criação, no quadro do Tribunal de Justiça, de um cargo em comissão de Direção e Assessoramento, símbolo CDGA; um cargo em comissão de Direção e Assessoramento Superior, símbolo CDAS 2, e dois cargos em comissão de Direção e Assessoramento Superior, símbolo CDAS 4, nos termos do art. 1º da Lei n.º 9.488, publicada no Diário Oficial do Estado de 4 de novembro de 2011;

CONSIDERANDO o que dispõe no parágrafo único do art. 3º da Lei n.º 8.727, publicada no Diário Oficial do Estado de 7 de dezembro de 2007.

RESOLVE, ad referendum:

Art. 1º Denominar de Diretor de Segurança Institucional, simbologia CDGA, Coordenador de Segurança Institucional, simbologia CDAS 2, Chefe de Divisão de Segurança, Simbologia CDAS 4, e Chefe de Divisão de Inteligência, simbologia CDAS 4, os cargos criados pelo art. 1º da Lei n.º 9.488, de 4 de novembro de 2011.

Art. 2º O artigo 2º da Resolução n.º 06, de 15 de abril de 2004, que aprovou o regulamento da estrutura administrativa dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A Estrutura de Administração dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça compreende:

.....

6.9. Diretoria de Segurança Institucional

6.9.1. Coordenadoria de Segurança Institucional:

6.9.1.1. Divisão de Segurança;

6.9.1.2. Divisão de Inteligência.

.....

Art. 3º Fica alterado o Anexo I da Resolução n.º 44, de 04 de julho de 2008, na forma do Anexo I desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

PALÁCIO DA JUSTIÇA “CLÓVIS BEVILÁCQUA” DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

Desembargador JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
Presidente

ANEXO I

DESCRIÇÃO DOS CARGOS COMISSIONADOS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO

“.....

GABINETE MILITAR

a) Ao Chefe do Gabinete Militar compete:

I - assessorar o Chefe do Poder Judiciário nos assuntos militares; II – indicar, gerenciar e controlar os militares ativos e da reserva cedidos ao Poder Judiciário; III - receber e encaminhar ao Presidente as autoridades municipais, estaduais, federais ou estrangeiras; IV - desincumbir-se da representação militar do Presidente do Tribunal de Justiça, quando por este determinado; V - planejar, em conjunto com o Chefe de Gabinete da Presidência, as viagens do Presidente ou do Desembargador que o represente, bem como acompanhá-lo em visitas e atos oficiais e, quando solicitado, a outros membros do Tribunal de Justiça; VI - prestar informações e emitir parecer sobre matéria de sua competência, quando solicitado; V - estabelecer normas, procedimentos e orientação quanto ao sistema de segurança do Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Geral da Justiça; VI - disciplinar o trânsito de veículos nas unidades prediais do Poder Judiciário, controlando sua movimentação e permanência; VII - coibir todo e qualquer tipo de comércio, não autorizado, nas dependências do Poder Judiciário; VIII - impedir o ingresso, nas dependências do Poder Judiciário, de pessoas que não estejam vestidas adequadamente; IX - receber e encaminhar o público e as autoridades; X - operar o sistema de identificação dos servidores e as pessoas em geral, de acordo com normas específicas; XI - responsabilizar-se pela abertura e fechamento dos locais de trabalho e de acesso ao Tribunal de Justiça; XII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

.....

DIRETORIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

a) Ao Diretor de Segurança Institucional compete:

I - planejar e executar o gerenciamento e a coordenação das ações inerentes à segurança institucional do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, bem como da segurança pessoal dos magistrados, com o objetivo de garantir a independência e a efetividade material da prestação jurisdicional; II - Planejar, organizar e controlar o sistema de gestão de segurança patrimonial e institucional do Poder Judiciário do Estado do Maranhão; III - Assessorar o Presidente nas questões relacionadas à segurança pessoal de autoridades judiciárias e serventuários; IV - Garantir a integridade física de magistrados e serventuários no exercício de suas funções; V - Gerenciar a custódia de presos à disposição temporária do Poder Judiciário, desde sua recepção até a entrega final à autoridade carcerária ou policial responsável por sua custódia definitiva; VI - Propor a celebração de convênios e acordos de cooperação científica e técnica com instituições, órgãos públicos e entidades privadas, com o fim de realizar pesquisas integradas de gestão e modernização de instrumentos e procedimentos de inteligência no âmbito do poder judiciário, da segurança física, patrimonial e institucional; VII - Encaminhar representantes oficiais da DSI para participação em eventos científicos sobre inteligência, segurança de autoridades, segurança institucional e patrimonial; VIII - Interagir com o Gabinete Militar em assuntos relacionados à segurança dos Desembargadores, detentores de cargos de representação (Presidente, Vice-Presidente e Corregedor); IX - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

b) Ao Coordenador de Segurança Institucional compete:

I - Planejar, gerenciar e controlar a execução preventiva e corretiva de ações de segurança pessoal e de instalações quando da realização de eventos internos e externos, de que participem magistrados; II - Planejar, gerenciar e controlar a execução preventiva e corretiva de ações de segurança pessoal e de instalações para magistrados e serventuários em situações de exceção, assim caracterizadas pelo Diretor de Segurança Institucional; III - Coordenar a realização de vistoria prévia dos locais selecionados para a realização de eventos, adotando medidas de contingência relacionadas à segurança pessoal e de instalações; IV - Estabelecer relações formais e informais com entidades externas, para solução ou encaminhamento de assuntos relacionados a ações preventivas e corretivas de segurança interna ou externa; V - Ministrar treinamentos que visem à prevenção de situações de risco; VI - Ministrar, periodicamente, para magistrados e serventuários, treinamento para o cumprimento de procedimentos necessários em caso de suspeita de incêndio ou foco detectado; VII - Executar, preventiva e corretivamente, ações de segurança das atividades jurisdicionais e extra - jurisdicionais no tocante a recepção, registro, acautelamento, movimentação e encaminhamento de presos nas dependências do Poder Judiciário; VIII - Inteirar-se das pautas de audiências e demais informações sobre remessa de presos e suas características, oficiando à Polícia Militar quando da necessidade de reforço ou de medidas contingenciais, interagindo com órgãos de segurança pública e administração penitenciária; IX - Ministrar treinamento de ambientação e adaptação para o efetivo que se apresenta para a execução de serviços de escolta de presos nas dependências do poder judiciário; X - Colaborar com projetos de construção de foros no tocante a segurança institucional; XI - Acompanhar processos licitatórios, zelando por que os materiais e equipamentos cotados atendam às especificações do projeto, sem comprometimento da segurança; XII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

c) Ao Chefe de Divisão de Segurança compete:

I - Garantir a segurança do Poder Judiciário e de seus membros, em situações de contingência; II - Executar, preventivamente, ações de segurança pessoal e de instalações, envolvidas com a realização de eventos internos e externos; III - Participar, com a unidade organizacional responsável pelo evento, da escolha de locais; IV - Fazer vistoria prévia de local selecionado para evento, adotando medidas de contingência necessárias à segurança do evento; V - Gerenciar o controle da entrada e a saída de público nas dependências do Poder Judiciário; VI - Coordenar e gerenciar o efetivo responsável da segurança das instalações físicas do Poder Judiciário; VII - Implantar a coordenar o CCO – Centro de Controle Operacional do Tribunal de Justiça do Maranhão e das salas de controle e circuito interno de televisão nas unidades; VIII - Gerenciar o efetivo e a operação das equipes de Bombeiros Militares e Civis nas dependências do Poder Judiciário que executarão ações preventivas e corretivas de prevenção a incêndios; IX Executar, preventiva e corretivamente, procedimentos de vigilância eletrônica que garantam segurança pessoal e das instalações físicas, no desempenho de atividades jurisdicionais e extrajudiciais; X - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

d) Ao Chefe de Divisão de Inteligência compete:

I - Apurar fatos e denúncias que direta e indiretamente representem riscos para o funcionamento da Justiça e a segurança de seus membros; II - Acompanhar e colaborar na elucidação de fatos em ocorrências de interesse do Poder Judiciário e de seus membros; III - Promover coleta e análise de dados referentes às atividades do Judiciário; IV - Assessorar ao Diretor de Segurança Institucional em assuntos referentes à inteligência no âmbito da segurança institucional; V - Interagir com órgãos de inteligência estaduais e federais; VI - Executar, preventiva e corretivamente, varreduras em sistemas de telecomunicações internos e externos, que garantam a segurança pessoal e de instalações físicas, no desempenho de atividades jurisdicionais ou extrajudiciais; VII - Ministrar treinamentos na área de inteligência para viabilizar junto aos Magistrados uma rede de informações visando a prevenção de eventos que possam colocar em risco a integridade física de Magistrados e Servidores, bem como, riscos relacionados ao patrimônio, aos jurisdicionados ou ao desenvolvimento da prestação jurisdicional; VIII - exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

.....”

JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Matrícula 53991

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 22:15 (JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO)

Vice-Presidência

Coordenadoria de Distribuição

PROCESSOS DISTRIBUÍDOS NA SEXTA-FEIRA, DIA 4 DE NOVEMBRO DE 2011,
PLENÁRIO**001-PROCESSO CRIMINAL | Processo Especial | Processo Especial de Leis Esparsas | Crimes de Imprensa - Número Único: 0006129-85.2011.8.10.0000 - N.º Protocolo: 0306932011 - (Nao informada) - TRIBUNAL PLENO DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO**

Querelante: THEMIS MARIA PACHECO DE CARVALHO

ADVOGADO(A): ATHOS DE CARVALHO DE MELO E ALVIM

Querelado: MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES TRAVASSOS CORDEIRO

Relator:Des. RAIMUNDO NONATO DE SOUZA

CÍVEIS ISOLADAS**001-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Agravos | Agravo de Instrumento - Número Único: 0006124-63.2011.8.10.0000 - N.º Protocolo: 0306762011 - (Nao informada) - QUARTA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO**

Agravante: ROSILENE DE FATIMA BOAS SOARES

ADVOGADO(A): DIOGO DUALIBE FURTADO

Agravado: BANCO ITAUCARD S/A

Relatora:Des. ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ

002-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Agravos | Agravo de Instrumento - Número Único: 0006125-48.2011.8.10.0000 - N.º Protocolo: 0306782011 - (Nao informada) - SEGUNDA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Agravante: MARCOS MARCELOS VIEGAS

ADVOGADO(A): DIOGO DUALIBE FURTADO

Agravado: BANCO AYMORE CREDITO E FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A

Relator:Des. RAIMUNDO FREIRE CUTRIM

003-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Agravos | Agravo de Instrumento - Número Único: 0006126-33.2011.8.10.0000 - N.º Protocolo: 0306832011 - (Nao informada) - SEGUNDA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: PREVENÇÃO

Agravante: JOSÉ SOARES DA SILVA

DEFENSOR PÚBLICO: ALBERTO GUILHERME TAVARES DE ARAÚJO E SILVA

Agravado: A. O. GASPAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

ADVOGADO(A): JOSE MARQUES DE CARVALHO NETO

Relator:Des. RAIMUNDO FREIRE CUTRIM

004-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Agravos | Agravo de Instrumento - Número Único: 0006134-10.2011.8.10.0000 - N.º Protocolo: 0307022011 - (Nao informada) - TERCEIRA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Agravante: FRANERE - COMÉRCIO, CONSTRUÇÕES E IMOBILIÁRIA LTDA

ADVOGADO(A): SAULO GONZALEZ BOUCINHAS

Agravado: FLAVIO ROBERTO MELO DE ANDRADE

ADVOGADO(A): MAURILIO LUCIANO DUMONT

Relator:Des. LOURIVAL DE JESUS SEREJO SOUSA

005-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Agravos | Agravo de Instrumento - Número Único: 0006135-92.2011.8.10.0000 - N.º Protocolo: 0307172011 - (Nao informada) - PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: PREVENÇÃO

Agravante: BANCO BRADESCO S/A

ADVOGADO(A): JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO

Agravado: MARIA LUCIA ANDRADE COSTA

ADVOGADO(A): FRANCISCO ACIOMAR DOS SANTOS COSTA

Relator:Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF

006-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Agravos | Agravo de Instrumento - Número Único: 0006138-47.2011.8.10.0000 - N.º Protocolo: 0307272011 - (Nao informada) - TERCEIRA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: PREVENÇÃO

Agravante: ALEXANDRE CHAGAS DE OLIVEIRA

ADVOGADO(A): GUSTAVO SANTOS GOMES, ERNANI OLIVEIRA ALVES JUNIOR

Agravado: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A

Relator:Des. JOSÉ STÉLIO NUNES MUNIZ

007-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Agravos | Agravo de Instrumento - Número Único: 0006141-02.2011.8.10.0000 - N.º Protocolo: 0307342011 - (Nao informada) - QUARTA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Agravante: FRANCISCO VIEIRA DOS SANTOS

ADVOGADO(A): MONICA CERQUEIRA LOPES

Agravado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Relator:Des. JAIME FERREIRA DE ARAÚJO

008-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Agravos | Agravo de Instrumento - Número Único: 0006142-84.2011.8.10.0000 - N.º Protocolo: 0307352011 - (Nao informada) - QUARTA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Agravante: BANCO SANTANDER S/A

ADVOGADO(A): JULIANA ARAÚJO ALMEIDA AYOUB, FRANCISCO TOBIAS DE CASTRO NETO, MARCUS VINÍCIUS PEREIRA SILVA
Agravado: FÁBIO GOMES MOURA
ADVOGADO(A): JOSÉ WELLINGTON PINTO GONÇALVES
Relator:Des. PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA

009-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Agravos | Agravo de Instrumento - Número Único: 0006143-69.2011.8.10.0000 - N.º Protocolo: 0307392011 - (Nao informada) - PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Agravante: FREDSON ALMEIDA DIAS
ADVOGADO(A): HUGO MOREIRA LIMA SAUAIA
Agravado: CEMAZ INDÚSTRIA ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA S.A - CCE
ADVOGADO(A): ANDREA PAULA JORDÃO DE DEUS, ADRIANA SILVA DE CAMPOS MOURA, GISLENE CRISTIANE MONFERDINI
Relatora:Des. RAIMUNDA SANTOS BEZERRA

010-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Agravos | Agravo de Instrumento - Número Único: 0006144-54.2011.8.10.0000 - N.º Protocolo: 0307422011 - (Nao informada) - TERCEIRA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Agravante: SANTANDER LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADVOGADO(A): JULIANA ARAÚJO ALMEIDA AYOUB, MARCUS VINÍCIUS PEREIRA SILVA, FRANCISCO TOBIAS DE CASTRO NETO
Agravado: MAURUACI SILVA DOS SANTOS
ADVOGADO(A): FERNANDO PIRES NASCIMENTO
Relator:Des. JOSÉ STÉLIO NUNES MUNIZ

011-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Agravos | Agravo de Instrumento - Número Único: 0006147-09.2011.8.10.0000 - N.º Protocolo: 0307482011 - (Nao informada) - QUARTA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Agravante: ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADOR(A)(ES): LUCIANA CARDOSO MAIA
Agravado: W. P. S.
DEFENSOR PÚBLICO: GABRIEL FURTADO
Relator:Des. JAIME FERREIRA DE ARAÚJO

012-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Agravos | Agravo de Instrumento - Número Único: 0006148-91.2011.8.10.0000 - N.º Protocolo: 0307502011 - (Nao informada) - SEGUNDA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Agravante: LYLÁ KÁREN DE ALMEIDA BRAGA
ADVOGADO(A): LYLÁ KÁREN DE ALMEIDA BRAGA
Agravado: BANCO BV FINANCEIRA S/A
Relatora:Des. NELMA CELESTE SOUZA SILVA SARNEY COSTA

001-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Apelação - Número Único: 0000396-75.2010.8.10.0000 - N.º Protocolo: 0003962010 - (SÃO LUÍS) - PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Apelante: ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADOR(A)(ES): FRANCISCO JOMAR CÂMARA
Apelado: MUNICÍPIO DE AFONSO CUNHA
Relatora:Des. RAIMUNDA SANTOS BEZERRA

002-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Apelação - Número Único: 0002689-32.2010.8.10.0060 - N.º Protocolo: 0005972011 - (TIMON) - PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Apelante: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
PROMOTOR(A)(ES): SELMA REGINA SOUZA MARTINS
Apelado: MARIA DO SOCORRO ALMEIDA WAQUIM
ADVOGADO(A): DIEGO FRANCISCO ALVES BARRADAS
Relatora:Des. RAIMUNDA SANTOS BEZERRA

003-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Apelação - Número Único: 0029736-61.2010.8.10.0001 - N.º Protocolo: 0306422011 - (Nao informada) - SEGUNDA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Apelante: MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS(1º Apelante), ESTADO DO MARANHÃO(2º Apelante)
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: AMADEUS PEREIRA DA SILVA, RICARDO DE LIMA SÉLLOS
Apelado: MINISTÉRIO PÚBLICO(1º Apelado(a))
PROMOTOR(A)(ES): MÁRCIO THADEU SILVA MARQUES
Relator:Des. RAIMUNDO FREIRE CUTRIM

004-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Apelação - Número Único: 0018181-18.2008.8.10.0001 - N.º Protocolo: 0306452011 - (Nao informada) - QUARTA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Apelante: ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADOR(A)(ES): OSMAR CAVALCANTE OLIVEIRA
Apelado: MARIZE MOURÃO FURTADO
ADVOGADO(A): LUCIANA SILVA DE CARVALHO
Relator:Des. PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA

005-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Apelação - Número Único: 0002866-42.2011.8.10.0001 - N.º Protocolo: 0306472011 - (SÃO LUÍS) - SEGUNDA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Apelante: ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADOR(A)(ES): RICARDO DE LIMA SÉLLOS
Apelado: LAZARO COSTA CORRÊA, MARCOS CESAR ALVES ESPOSITO, ANA AVENINA CASTELO BRANCO DINIZ
ADVOGADO(A): ALICE MICHELINE MATOS
Relator:Des. RAIMUNDO FREIRE CUTRIM

006-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Apelação - Número Único: 0043760-94.2010.8.10.0001 - N.º Protocolo: 0306482011 - (SÃO LUÍS) - QUARTA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Apelante: ESTADO DO MARANHÃO

PROCURADOR(A)(ES): CARLOS SANTANA LOPES

Apelado: CLETO PEREIRA LIMA, LUÍS ALVES DE OLIVEIRA, MARIA LUCIMAR RODRIGUES DA SILVA

ADVOGADO(A): ALICE MICHELINE MATOS

Relatora:Des. ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ

007-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Apelação - Número Único: 0008391-39.2010.8.10.0001 - N.º Protocolo: 0306502011 - (Nao informada) - QUARTA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Apelante: ESTADO DO MARANHÃO

PROCURADOR(A)(ES): CARLOS SANTANA LOPES

Apelado: ASTROGILDO UCHOA SAMPAIO, CONCEIÇÃO DE MARIA BELEZA DA SILVA, EDMILSON MATOS PEREIRA, ERALDO PEREIRA DE OLIVEIRA, GILMAR ARAÚJO DE SOUSA, JAMILDO D JESUS OLIVEIRA, JOÃO LÁZARO DE OLIVEIRA PAZ, JULIETA MARTINS REIS, MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA MENDES, MARIA DE NAZARÉ CAMPELO COSTA, MANOELA ROSALIA ROMEU LIMA, MARACY DE SOUSA CARNEIRO DA CUNHA, RAIMUNDO MACHADO DE ARAÚJO, RAIMUNDO PEREIRA DA SILVA, RAIMUNDO FRANCO FILHO, RUTE DO CARMO BENTIVI, SUELY DE MARIA LIMA, VITORINIO ALVES DA SILVA

ADVOGADO(A): FRANCISCO XAVIER DE SOUSA FILHO

Relator:Des. JAIME FERREIRA DE ARAÚJO

008-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Apelação - Número Único: 0033995-70.2008.8.10.0001 - N.º Protocolo: 0306522011 - (SÃO LUÍS) - QUARTA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Apelante: YET EDUCATION & TRAVEL LTDA(1º Apelante), ROGÉRIO ANTONIO NOGUEIRA SANTOS FILHO(2º Apelante), HELENA DUAILIBE NOGUEIRA SANTOS(2º Apelante)

ADVOGADO(A): BRUNO ARAÚJO DUAILIBE PINHEIRO, PATRÍCIA LEAL FERRAZ, JOSÉ MILTON CRUZ, KLEBER MOREIRA, JOANDRE ANTONIO FERRAZ, LEANDRO DE ABREU CALDAS, JOSEBEL FERRAZ TAMBELLINI, CHRISTIANE FERRAZ TAMBELLINI

Apelado: ROGÉRIO ANTONIO NOGUEIRA SANTOS FILHO(1º Apelado(a)), HELENA DUAILIBE NOGUEIRA SANTOS(1º Apelado(a)), YET EDUCATION & TRAVEL LTDA(2º Apelado(a))

ADVOGADO(A): BRUNO ARAÚJO DUAILIBE PINHEIRO, PATRÍCIA LEAL FERRAZ, JOSÉ MILTON CRUZ, KLEBER MOREIRA, JOANDRE ANTONIO FERRAZ, LEANDRO DE ABREU CALDAS, JOSEBEL FERRAZ TAMBELLINI, CHRISTIANE FERRAZ TAMBELLINI

Relator:Des. PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA

009-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Apelação - Número Único: 0007908-09.2010.8.10.0001 - N.º Protocolo: 0306532011 - (Nao informada) - PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Apelante: MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS

PROCURADOR DO MUNICÍPIO: JÚLIO CÉSAR DE JESUS

Apelado: MARIA RAIMUNDA CRUZ SILVA

ADVOGADO(A): HOSANA CRISTINA FERNANDES

Relatora:Des. RAIMUNDA SANTOS BEZERRA

010-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Apelação - Número Único: 0005641-66.2009.8.10.0044 - N.º Protocolo: 0306592011 - (Nao informada) - PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Apelante: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROMOTOR(A)(ES): NAHYMA RIBEIRO ABAS

Apelado: DELMAR MORAIS

ADVOGADO(A): JOSÉ SALES RIBEIRO JÚNIOR

Relatora:Des. RAIMUNDA SANTOS BEZERRA

011-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Apelação - Número Único: 0026319-37.2009.8.10.0001 - N.º Protocolo: 0306602011 - (SÃO LUÍS) - SEGUNDA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Apelante: OZEMAR DUARTE BRITO FILHO

ADVOGADO(A): MAURILIO LUCIANO DUMONT, WALMIR DE JESUS MOREIRA SERRA JÚNIOR

Apelado: ESTADO DO MARANHÃO

PROCURADOR(A)(ES): JOÃO RICARDO DA S. G. DE OLIVEIRA

Relatora:Des. NELMA CELESTE SOUZA SILVA SARNEY COSTA

012-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Apelação - Número Único: 0002190-28.2010.8.10.0002 - N.º Protocolo: 0306612011 - (SÃO LUÍS) - TERCEIRA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: PREVENÇÃO

Apelante: MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS

PROCURADOR DO MUNICÍPIO: FRANCISCO ALCIOMAR DOS SANTOS COSTA

Apelado: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROMOTOR(A)(ES): MÁRCIO THADEU SILVA MARQUES

Relator:Des. CLEONES CARVALHO CUNHA

013-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Apelação - Número Único: 0011194-05.2004.8.10.0001 - N.º Protocolo: 0306622011 - (SÃO LUÍS) - QUARTA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Apelante: ESTADO DO MARANHÃO

PROCURADOR(A)(ES): JOÃO RICARDO DA SILVA GOMES DE OLIVEIRA

Apelado: FERNANDO ELIAS MOUCHAREK

ADVOGADO(A): DARCI COSTA FRAZÃO, THAMIRES DE MESQUITA BOTENTUIT

Relator:Des. PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA

014-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Apelação - Número Único: 0023927-27.2009.8.10.0001 - N.º Protocolo: 0306642011 - (Nao informada) - PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Apelante: SEBASTIÃO AMÂNCIO GONÇALVES FILHO
ADVOGADO(A): FERNANDO ANDRÉ PINHEIRO GOMES
Apelado: ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADOR(A)(ES): SERGIO TAVARES
Relator: Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF

015-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Apelação - Número Único: 0020060-94.2007.8.10.0001 - N.º Protocolo: 0306692011 - (Nao informada) - QUARTA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Apelante: ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADOR(A)(ES): CARLOS SANTANA LOPES
Apelado: BUILDERS ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO(A): JOÃO GENTIL DE GALIZA
Relator: Des. PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA

016-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Apelação - Número Único: 0001283-81.2002.8.10.0051 - N.º Protocolo: 0306702011 - (PEDREIRAS) - PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Apelante: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
ADVOGADO(A): JOSÉ EDMILSON CARVALHO FILHO, FRANCISCO DANIEL RIBEIRO
Apelado: MAURÍCIO ALMEIDA FERNANDES
ADVOGADO(A): PEDRO BEZERRA DE CASTRO
Relator: Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF

017-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Apelação - Número Único: 0017042-94.2009.8.10.0001 - N.º Protocolo: 0307082011 - (SÃO LUÍS) - PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: PREVENÇÃO

Apelante: ACQUA MARÍTIMA - TECNOLOGIA SUBMARINA, COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO LTDA(1º Apelante), WILLIAM MICHAEL THOMAS(2º Apelante)
ADVOGADO(A): JOSÉ NILSON RUFINO, MARIA ELISABETH BETTAMIO VIVONE TOMEI, ANDREIA SANTOS GONÇALVES DA SILVA
Apelado: WILLIAM MICHAEL THOMAS(1º Apelado(a)), ACQUA MARÍTIMA - TECNOLOGIA SUBMARINA, COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO LTDA
ADVOGADO(A): JOSÉ NILSON RUFINO, MARIA ELISABETH BETTAMIO VIVONE TOMEI, ANDREIA SANTOS GONÇALVES DA SILVA
Relatora: Des. RAIMUNDA SANTOS BEZERRA

018-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Apelação - Número Único: 0000704-86.2009.8.10.0052 - N.º Protocolo: 0307092011 - (Nao informada) - TERCEIRA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Apelante: JOÃO DOS SANTOS MELLO AMORIM
ADVOGADO(A): PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA
Apelado: MUNICIPIO DE PRESIDENTE SARNEY -MA
ADVOGADO(A): HULGO FERNANDO SOUSA BOUÉRES
Relator: Des. LOURIVAL DE JESUS SEREJO SOUSA

019-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Apelação - Número Único: 0007997-95.2011.8.10.0001 - N.º Protocolo: 0307122011 - (Nao informada) - PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: PREVENÇÃO

Apelante: ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADOR(A)(ES): JOÃO RICARDO GOMES DE OLIVEIRA
Apelado: MARIA DOS ANJOS COSTA FREITAS
DEFENSOR PÚBLICO: DARIO ANDRÉ CUTRIM CASTRO
Relatora: Des. RAIMUNDA SANTOS BEZERRA

020-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Apelação - Número Único: 0026745-15.2010.8.10.0001 - N.º Protocolo: 0307142011 - (Nao informada) - SEGUNDA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Apelante: ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADOR(A)(ES): CARLOS SANTANA LOPES
Apelado: ROSA MARIA MARTINS PINHEIRO
ADVOGADO(A): ALICE MICHELINE MATOS
Relator: Des. MARCELO CARVALHO SILVA

021-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Apelação - Número Único: 0004772-38.2009.8.10.0001 - N.º Protocolo: 0307152011 - (SÃO LUÍS) - QUARTA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Apelante: ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADOR(A)(ES): OSMAR CAVALCANTE OLIVEIRA
Apelado: MARIA GESSIMAR PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO(A): BARTIRA MOUSINHO LIMA
Relatora: Des. ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ

022-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Apelação - Número Único: 0012531-34.2001.8.10.0001 - N.º Protocolo: 0307162011 - (SÃO LUÍS) - QUARTA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Apelante: JORGE ARTURO MENDONZA REQUE JUNIOR
ADVOGADO(A): CAMILA MARIA MILHOMEM TORRES, LARISSA FERNANDA SILVA MARTINS
Apelado: ANTONIO AUGUSTO FERNANDES RIBEIRO
ADVOGADO(A): OTON LEITE FERNANDES
Relatora: Des. ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ

023-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Apelação - Número Único: 0020473-78.2005.8.10.0001 - N.º Protocolo: 0307192011 - (Nao informada) - SEGUNDA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Apelante: ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADOR(A)(ES): ROGÉRIO BELO PIRES MATOS

Agravado: JOSÉ WILSON DE ARAÚJO E SILVA
ADVOGADO(A): JOSE WILSON DE ARAUJO E SILVA
Relator:Des. RAIMUNDO FREIRE CUTRIM

001-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Reexame Necessário - Número Único: 0026301-79.2010.8.10.0001 - N.º Protocolo: 0306442011 - (Nao informada) - PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Remetente: JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE SÃO LUÍS/MA
Requerente: VALDILENE DUART DINIZ
DEFENSOR PÚBLICO: FÁBIO MAGALHÃES PINTO
Requerido: ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADOR(A)(ES): HELENA MARIA CAVALCANTI HAICKEL
Relator:Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF

002-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Reexame Necessário - Número Único: 0030798-39.2010.8.10.0001 - N.º Protocolo: 0306542011 - (Nao informada) - SEGUNDA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Remetente: JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE SÃO LUÍS/MA
Requerente: MARIA ANTONIA DOS REIS CASTRO
ADVOGADO(A): POLLYANNA ABREU SOARES NOGUEIRA ESTRELA
Requerido: ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADOR(A)(ES): MARCELO APOLO VIEIRA FRANKLIN
Relatora:Des. NELMA CELESTE SOUZA SILVA SARNEY COSTA

003-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Reexame Necessário - Número Único: 0014056-02.2011.8.10.0001 - N.º Protocolo: 0306582011 - (SÃO LUÍS) - PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Remetente: JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE SÃO LUÍS/MA
Requerente: ESPÓLIO DE ARLINDA MARTINS PEREIRA GOMES, REPRESENTADO POR JOSÉ CRISPIM GOMES, ESPÓLIO DE DEUSDETE GAMITA CAMPOS, REPRESENTADO POR JARINILA PEREIRA CAMPOS
ADVOGADO(A): LUIZ HENRIQUE FALCÃO TEIXEIRA, GUTEMBERG SOARES CARNEIRO, SILVANA CRISTINA REIS LOUREIRO, THIAGO HENRIQUE DE SOUSA TEIXEIRA, PAULO ROBERTO ALMEIDA
Requerido: ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADOR(A)(ES): OSMAR CAVALCANTE OLIVEIRA
Relatora:Des. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES

004-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Reexame Necessário - Número Único: 0039754-44.2010.8.10.0001 - N.º Protocolo: 0306632011 - (Nao informada) - PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Remetente: JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE SÃO LUÍS/MA
Requerente: MARIA DA CONCEIÇÃO COSTA PEREIRA
ADVOGADO(A): LISIA MARIA PEREIRA GOMES
Requerido: MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: AIRTON JOSÉ TAJRA FEITOSA
Relatora:Des. RAIMUNDA SANTOS BEZERRA

005-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Reexame Necessário - Número Único: 0017202-32.2003.8.10.0001 - N.º Protocolo: 0306662011 - (SÃO LUÍS) - QUARTA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Remetente: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE SÃO LUÍS/MA
Requerente: J.A. FURTADO PINHEIRO
ADVOGADO(A): HIRAM DE JESUS MIRANDA FONSÊCA, FERNANDO JOSÉ MACHADO CASTRO NETO
Requerido: ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: JOSÉ COSTA
Relator:Des. PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA

006-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Reexame Necessário - Número Único: 0000464-72.2010.8.10.0049 - N.º Protocolo: 0306752011 - (Nao informada) - SEGUNDA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Remetente: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE PAÇO DO LUMIAR
Requerente: MARIA ROSA SOARES SANTOS, MARLINETE SOARES CORDEIRO, MARIA DA CONCEIÇÃO DA COSTA LOPES, MARIA DE FÁTIMA DIAS PEREIRA, MARIA GRACIMAR RODRIGUES FERREIRA, NILCELENE DO ROSÁRIO GOMES MADEIRA, NILZA FERREIRA LOPES, REINILDE DA CONCEIÇÃO PEREIRA GOMES, RONICE SILVA PINHEIRO, RITA MARIA MACHADO SOUZA, RAIMUNDO DOURADO DE SOUZA, RAIMUNDA PEREIRA MELO, SONIA MARIA GOMES SÁ, SORAIA MARIA COSTA ROCHA, SONIA CRISTINA BRITO FRAZÃO, SILVIA MARIA SILVA DE JESUS, TERESINHA DE JESUS CANTANHEDE SILVA, WAGNER LIMA PINTO, VICENILDE FERREIRA MADEIRA, VALDEMARINA DA LUZ
ADVOGADO(A): SÔNIA MARIA LOPES COELHO
Requerido: MUNICÍPIO DE PAÇO DO LUMIAR
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO: GLEYSON GADELHA MELO
Relator:Des. MARCELO CARVALHO SILVA

007-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Reexame Necessário - Número Único: 0000454-28.2010.8.10.0049 - N.º Protocolo: 0306792011 - (PAÇO DO LUMIAR) - PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Requerente: ALZENI MARIANA FERREIRA GARCÊS
ADVOGADO(A): SÔNIA MARIA LOPES COELHO
Remetente: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE PAÇO DO LUMIAR
Requerente: CÉLIA REGINA LOPES DUTRA, DELZINETE RIBEIRO SOUZA, ESMELINDA CRISTINA DA SILVA COSTA OLIVEIRA, FRANCELLENE DE JESUS FERREIRA GARCÊS, IARA LOURDES RODRIGUES, IRANETE DAS GRAÇAS MELO FERREIRA, IVANILDO PEREIRA, IVANILDE MORAES NUNES, JACIRENE ROSA MENDES MELO, JULIANA DA CONCEIÇÃO PEREIRA
ADVOGADO(A): SÔNIA MARIA LOPES COELHO

Requerido: MUNICÍPIO DE PAÇO DO LUMIAR
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO: CARLOS JOSÉ LUNA DOS SANTOS PINHEIRO
Relatora:Des. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES

008-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Reexame Necessário - Número Único: 0015173-62.2010.8.10.0001 - N.º Protocolo: 0306802011 - (Nao informada) - PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Remetente: JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE SÃO LUÍS/MA
Requerente: RODNEY ALMEIDA DA SILVA, MARIANO ARAGÃO DOS SANTOS, MANOEL DE SOUSA CARVALHO, JOÃO WHAYLAN BEZERRA VERAS, JOSÉ MARIANO BARBOSA OLIVEIRA, VALDECI PINHEIRO FILHO, DOUGLAS FURTADO COELHO, ROBSON LEANDRO GOMES FERREIRA, JOSÉ FERNANDO CARDOSO JÚNIOR, SIDNEY COSTA NOGUEIRA, LAURIMAR CESÁRIO MONTEIRO, EDVALDO SILVEIRA GUIMARÃES, CLAUDEMIR PEREIRA PONTES, ORLANDO SANTANA DE JESUS SILVA, FRANCISCO BRITO DA SILVA, PEDRO BASTOS REIS, JOSE RIBAMAR RODRIGUES AZEVEDO, FRANCISCO DAS CHAGAS VITORINO DE ASSUNÇÃO, JOÃO LOPES GOMES, ANISIA PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO(A): SÔNIA MARIA LOPES COELHO
Requerido: ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADOR(A)(ES): LORENA DUAILIBE CARVALHO
Relator:Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF

009-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Reexame Necessário - Número Único: 0013769-73.2010.8.10.0001 - N.º Protocolo: 0306812011 - (Nao informada) - PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Remetente: JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE SÃO LUÍS/MA
Requerente: PEDRO ALVES DE SOUSA, LUIS CARLOS DE ALMEIDA MACHADO, JOSÉ DA SILVA OLIVEIRA, RAIMUNDO ALVES ARAÚJO, LUIS MELO DE ALMEIDA, GILSON MALHEIROS ROCHA, MANOEL HAROLDO MACHADO DE CASTRO, ANTONIO SIQUEIRA DA SILVA FILHO, JOSÉ DE RIBAMAR F. DO NASCIMENTO, IVANILSON ALVES PASSOS, DELFI LIMA REINALDO, FLÁVIO LIMA REINALDO, JOSÉ VITÓRIO COSTA FERREIRA, JURACY ARAÚJO SIQUEIRA, FRANCISCO REGINALDO SOUSA
ADVOGADO(A): WERBRON GUIMARÃES LIMA
Requerido: ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADOR(A)(ES): LORENA DUAILIBE CARVALHO
Relatora:Des. RAIMUNDA SANTOS BEZERRA

010-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Reexame Necessário - Número Único: 0008894-60.2010.8.10.0001 - N.º Protocolo: 0306822011 - (SÃO LUÍS) - PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Remetente: JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE SÃO LUÍS/MA
Requerente: ANTONIO BENTO SILVEIRA, CLEDMAR COELHO BERNARDES, CONCEIÇÃO DE FATIMA QUEIROZ PEREIRA, EDEM GILSON QUEIROZ GUERRA, EXPEDITO SOUSA BARBOSA, IRENE RODRIGUES LOPES, JOSE CARLOS SALES MARINHO, JOSÉ DA SILVA CARVALHO, LUIZ ALBERTO LIMA BRASILINO
ADVOGADO(A): BRUNO LEONARDO SILVA RODRIGUES, MARCONI DIAS LOPES NETO
Requerido: ESTADO DO MARANHÃO
Relatora:Des. RAIMUNDA SANTOS BEZERRA

011-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Reexame Necessário - Número Único: 0021249-05.2010.8.10.0001 - N.º Protocolo: 0306862011 - (SÃO LUÍS) - SEGUNDA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Remetente: JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE SÃO LUÍS/MA
Requerente: ANA GARDÊNIA LIMA MARTINS MENDES
ADVOGADO(A): HILSONY DE ALMEIDA SOUSA VIEIRA, LEONARDO MENEZES ROCHA
Requerido: PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LUÍS, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO LUÍS
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: CONSTÂNCIO PINHEIRO SAMPAIO
Relator:Des. RAIMUNDO FREIRE CUTRIM

012-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Reexame Necessário - Número Único: 0034177-22.2009.8.10.0001 - N.º Protocolo: 0306872011 - (Nao informada) - PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Remetente: JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE SÃO LUÍS/MA
Requerente: ALBERTO ARAÚJO SCHLIEBE
ADVOGADO(A): JOÃO BATISTA MUNIZ ARAÚJO
Requerido: ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADOR(A)(ES): LUCIANA CARDOSO MAIA
Relatora:Des. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES

013-PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Recursos | Reexame Necessário - Número Único: 0004773-23.2009.8.10.0001 - N.º Protocolo: 0306882011 - (SÃO LUÍS) - QUARTA CÂMARA CÍVEL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Remetente: JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE SÃO LUÍS/MA
Requerente: LINDALVA PEREIRA CAMPOS
ADVOGADO(A): BARTIRA MOUSINHO LIMA
Requerido: ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADOR(A)(ES): CARLOS SANTANA LOPES
Relator:Des. PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA

CRIMINAIS REUNIDAS

001-PROCESSO CRIMINAL | Recursos | Revisão Criminal - Número Único: 0006120-26.2011.8.10.0000 - N.º Protocolo: 0306372011 - (SÃO LUÍS) - CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Requerente: VALMIR BELO BARBOSA
ADVOGADO(A): JOSÉ EDUARDO SILVA PINHEIRO HOMEM
Requerido: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
PROMOTOR(A)(ES): ADELIA MARIA SOUZA RODRIGUES MORAIS

Relator:Des. RAIMUNDO NONATO DE SOUZA

002-PROCESSO CRIMINAL | Recursos | Revisão Criminal - Número Único: 0006123-78.2011.8.10.0000 - N.º Protocolo: 0306682011 - (Nao informada) - CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Requerente: GILDENE MARQUES FERNANDES

Requerido: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL

Relator:Des. ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO

CRIMINAIS ISOLADAS

001-PROCESSO CRIMINAL | Medidas Garantidoras | Habeas Corpus - Número Único: 0006121-11.2011.8.10.0000 - N.º Protocolo: 0306392011 - (SÃO LUÍS) - SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL DISTRIBUIÇÃO: PREVENÇÃO

Paciente: EDILBERTO SOUSA LISBOA

ADVOGADO(A): ADILSON TEODORO DE JESUS, JOSÉ LUIS LUCAS DA SILVA

Impetrado: JUIZO DE DIREITO DA QUINTA VARA CRIMINAL DA CAPITAL.

Relator:Des. RAIMUNDO NONATO DE SOUZA

002-PROCESSO CRIMINAL | Medidas Garantidoras | Habeas Corpus - Número Único: 0006122-93.2011.8.10.0000 - N.º Protocolo: 0306402011 - (Nao informada) - PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL DISTRIBUIÇÃO: PREVENÇÃO

Paciente: LEONILSON DE JESUS DA SILVA

Impetrante: LEONILSON DE JESUS DA SILVA

Impetrado: JUIZ DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SÃO LUIS

Relator:Des. ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO

003-PROCESSO CRIMINAL | Medidas Garantidoras | Habeas Corpus - Número Único: 0006127-18.2011.8.10.0000 - N.º Protocolo: 0306842011 - (Nao informada) - PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL DISTRIBUIÇÃO: PREVENÇÃO

Paciente: ANTÔNIO ERASMO DIAS DOS SANTOS

ADVOGADO(A): ANTONIO PACHECO GUERREIRO NETO

Impetrado: JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE IMPERATRIZ

Relator:Des. RAIMUNDO NONATO MAGALHÃES MELO

004-PROCESSO CRIMINAL | Medidas Garantidoras | Habeas Corpus - Número Único: 0006128-03.2011.8.10.0000 - N.º Protocolo: 0306852011 - (Nao informada) - PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL DISTRIBUIÇÃO: PREVENÇÃO

Paciente: WERBERTH DE SOUSA NASCIMENTO

ADVOGADO(A): ADRIANO WAGNER ARAUJO CUNHA

Impetrado: JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SÃO LUÍS

Relator:Des. ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO

005-PROCESSO CRIMINAL | Medidas Garantidoras | Habeas Corpus - Número Único: 0006130-70.2011.8.10.0000 - N.º Protocolo: 0306972011 - (VIANA) - PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Paciente: TOMAZ ROCHA AIRES

ADVOGADO(A): ADILSON S. PERDIGÃO

Impetrado: JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE VIANA

Relator:Des. ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO

006-PROCESSO CRIMINAL | Medidas Garantidoras | Habeas Corpus - Número Único: 0006131-55.2011.8.10.0000 - N.º Protocolo: 0306992011 - (VIANA) - PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL DISTRIBUIÇÃO: PREVENÇÃO

Paciente: RAIMUNDO MORAIS CAMARA

ADVOGADO(A): ADILSON SANTANA PERDIGÃO

Impetrado: JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE VIANA

Relator:Des. ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO

007-PROCESSO CRIMINAL | Medidas Garantidoras | Habeas Corpus - Número Único: 0006132-40.2011.8.10.0000 - N.º Protocolo: 0307002011 - (VIANA) - PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL DISTRIBUIÇÃO: PREVENÇÃO

Paciente: GUIOMAR ROCHA AIRES

ADVOGADO(A): ADILSON S. PERDIGÃO

Impetrado: JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE VIANA

Relator:Des. ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO

008-PROCESSO CRIMINAL | Medidas Garantidoras | Habeas Corpus - Número Único: 0006133-25.2011.8.10.0000 - N.º Protocolo: 0307012011 - (BOM JARDIM) - SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL DISTRIBUIÇÃO: PREVENÇÃO

Paciente: ADEMILSON DE SOUSA LIMA

ADVOGADO(A): IRANDY GARCIA DA SILVA, JURANDIR GARCIA DA SILVA, ERRICO EZEQUIEL FINIZOLA CAETANO, FRANCISCO JÂNIO ROLIM

Impetrado: JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE BOM JARDIM

Relatora:Des. MARIA DOS REMÉDIOS BUNA COSTA MAGALHÃES

009-PROCESSO CRIMINAL | Medidas Garantidoras | Habeas Corpus - Número Único: 0006136-77.2011.8.10.0000 - N.º Protocolo: 0307232011 - (SÃO LUÍS) - PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Acusado: JOSÉ GERARDO DE ABREU

ADVOGADO(A): ROBERTO CHARLES DE MENEZES DIAS, LIANA KERLLEY MATOS NUNES DOS SANTOS

Impetrado: JUIZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA CAPITAL

Relator:Des. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

010-PROCESSO CRIMINAL | Medidas Garantidoras | Habeas Corpus - Número Único: 0006137-62.2011.8.10.0000 - N.º Protocolo: 0307242011 - (SÃO LUÍS) - PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Paciente: JESSICA ALINE MARQUES PEREIRA
ADVOGADO(A): ANTONIO DE PAULA PEREIRA, STÊNIO LEITE FREIRE
Impetrado: JUIZO DA SEGUNDA VARA DE ENTORPECENTES DA COMARCA DE SÃO LUIS
Relator:Des. RAIMUNDO NONATO MAGALHÃES MELO

011-PROCESSO CRIMINAL | Medidas Garantidoras | Habeas Corpus - Número Único: 0006139-32.2011.8.10.0000 - N.º Protocolo: 0307302011 - (SÃO LUÍS) - SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL DISTRIBUIÇÃO: PREVENÇÃO

Paciente: JOSEIDE REIS MACHADO
ADVOGADO(A): ERIVALDO COSTA DA SILVA
Impetrado: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE ENTORPECENTES DA COMARCA DE SÃO LUÍS
Relator:Des. JOSÉ BERNARDO SILVA RODRIGUES

012-PROCESSO CRIMINAL | Medidas Garantidoras | Habeas Corpus - Número Único: 0006140-17.2011.8.10.0000 - N.º Protocolo: 0307322011 - (SÃO LUÍS) - SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL DISTRIBUIÇÃO: PREVENÇÃO

Paciente: MARIA APARECIDA MACHADO
ADVOGADO(A): ERIVALDO COSTA DA SILVA
Impetrado: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE ENTORPECENTES DA COMARCA DE SÃO LUÍS
Relator:Des. JOSÉ BERNARDO SILVA RODRIGUES

013-PROCESSO CRIMINAL | Medidas Garantidoras | Habeas Corpus - Número Único: 0006145-39.2011.8.10.0000 - N.º Protocolo: 0307432011 - (SÃO LUÍS) - SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Paciente: CLEMILSON DINIZ RIBEIRO
ADVOGADO(A): LUIZ SILVA CAMPOS, ROMUALDO SILVA MARQUINHO
Impetrado: JUIZ DE DIREITO DA VARA ESPECIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
Relatora:Des. MARIA DOS REMÉDIOS BUNA COSTA MAGALHÃES

014-PROCESSO CRIMINAL | Medidas Garantidoras | Habeas Corpus - Número Único: 0006146-24.2011.8.10.0000 - N.º Protocolo: 0307462011 - (SÃO LUÍS) - SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Paciente: JIVAGO RIBAMAR RODRIGUES BRAGA
ADVOGADO(A): ZENÓBIA F. SOARES DA SILVA
Impetrado: JUIZ DE DIREITO DA VARA ESPECIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER
Relatora:Des. MARIA DOS REMÉDIOS BUNA COSTA MAGALHÃES

001-PROCESSO CRIMINAL | Recursos | Apelação - Número Único: 0020515-54.2010.8.10.0001 - N.º Protocolo: 0272452011 - (SÃO LUÍS) - TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL DISTRIBUIÇÃO: PREVENÇÃO

Apelante: JOERBTH ROSA DE SOUSA
ADVOGADO(A): MARCIA CRISTINA FERREIRA DOS SANTOS
Apelado: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL
PROMOTOR(A)(ES): ORLANDO PACHECO DE ANDRADE FILHO
Relator:Des. BENEDITO DE JESUS GUIMARÃES BELO

002-PROCESSO CRIMINAL | Recursos | Apelação - Número Único: 0005483-75.2011.8.10.0000 - N.º Protocolo: 0274052011 - (CURURUPU) - PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL DISTRIBUIÇÃO: PREVENÇÃO

Apelante: JOSEAN SILVA PIRES DA FONSECA
DEFENSOR DATIVO: ARCY FONSÊCA GOMES, MAYARA FERNANDA DO N. SALLES
Apelado: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL
PROMOTOR(A)(ES): FRANCISCO DE ASSIS SILVA FILHO
Relator:Des. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

003-PROCESSO CRIMINAL | Recursos | Apelação - Número Único: 0000181-37.2001.8.10.0058 - N.º Protocolo: 0306412011 - (SÃO JOSÉ DE RIBAMAR) - SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Apelante: JONAS LUIS DOS SANTOS
DEFENSOR PÚBLICO: MARCOS VINÍCIUS CAMPOS FRÓES
Apelado: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
PROMOTOR(A)(ES): CARLOS HENRIQUE BRASIL TELES DE MENEZES
Relatora:Des. MARIA DOS REMÉDIOS BUNA COSTA MAGALHÃES

004-PROCESSO CRIMINAL | Recursos | Apelação - Número Único: 0020543-56.2009.8.10.0001 - N.º Protocolo: 0306562011 - (SÃO LUÍS) - SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Apelante: POLIANO MAFRA BARROS
ADVOGADO(A): ARÃO VALDEMAR MENDES DE MELO
Apelado: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
PROMOTOR(A)(ES): OZIEL COSTA FERREIRA NETO
Relator:Des. JOSÉ BERNARDO SILVA RODRIGUES

005-PROCESSO CRIMINAL | Recursos | Apelação - Número Único: 0000339-13.2004.8.10.0115 - N.º Protocolo: 0306572011 - (Nao informada) - PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Apelante: JOSÉ DE RIBAMAR RAMOS
ADVOGADO(A): JOSÉ DE RIBAMAR RAMOS SILVA
Apelado: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL
PROMOTOR(A)(ES): ELISABETH ALBUQUERQUE DE SOUSA MENDONÇA
Relator:Des. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

006-PROCESSO CRIMINAL | Recursos | Apelação - Número Único: 0010644-34.2009.8.10.0001 - N.º Protocolo: 0306652011 - (Nao informada) - TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Apelante: NILSON FONSECA DA CONCEIÇÃO
DEFENSOR PÚBLICO: EDUARDO HENRIQUE SALOMÃO SILVA
Apelado: MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTOR(A)(ES): CLÁUDIO LUIZ FRAZÃO RIBEIRO
Relator:Des. JOSE DE RIBAMAR FROZ SOBRINHO

007-PROCESSO CRIMINAL | Recursos | Apelação - Número Único: 0040013-64.1995.8.10.0001 - N.º Protocolo: 0306892011 - (SÃO LUÍS) - PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Apelante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
PROMOTOR(A)(ES): HAROLDO PAIVA DE BRITO
Apelado: EDSON OLIVEIRA CORREA
DEFENSOR PÚBLICO: ADRIANO JORGE CAMPOS
Relator:Des. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

008-PROCESSO CRIMINAL | Recursos | Apelação - Número Único: 0015366-77.2010.8.10.0001 - N.º Protocolo: 0306962011 - (Nao informada) - TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Apelante: ALYSSON PEREIRA RAMOS
ADVOGADO(A): ROBERTA BITENCOURT ARAÚJO
Apelado: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
PROMOTOR(A)(ES): ORLANDO PACHECO DE ANDRADE FILHO
Relator:Des. JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS

009-PROCESSO CRIMINAL | Recursos | Apelação - Número Único: 0003313-40.2005.8.10.0001 - N.º Protocolo: 0307032011 - (Nao informada) - PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Apelante: MAURÍCIO FERNANDO ASSIS XAVIER DE SOUZA
ADVOGADO(A): RODRIGO MAIA ROCHA
Apelado: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL
PROMOTOR(A)(ES): MARCIA MOURA MAIA
Relator:Des. RAIMUNDO NONATO MAGALHÃES MELO

010-PROCESSO CRIMINAL | Recursos | Apelação - Número Único: 0016794-31.2009.8.10.0001 - N.º Protocolo: 0307042011 - (Nao informada) - SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Apelante: MARCOS ROGERIO DE MOURA SOUSA
ADVOGADO(A): RAIMUNDO PINHEIRO JÚNIOR
Apelado: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL
PROMOTOR(A)(ES): ORLANDO PACHECO DE ANDRADE FILHO
Relator:Des. JOSÉ BERNARDO SILVA RODRIGUES

011-PROCESSO CRIMINAL | Recursos | Apelação - Número Único: 0015380-61.2010.8.10.0001 - N.º Protocolo: 0307332011 - (Nao informada) - PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL DISTRIBUIÇÃO: SORTEIO

Apelante: EDSON MEDANHA MENDES
ADVOGADO(A): ITAMAURO PEREIRA CORREA LIMA
Apelado: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL
PROMOTOR(A)(ES): ORLANDO PACHECO DE ANDRADE FILHO
Relator:Des. ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO

**SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO. EM SÃO LUÍS, DIA 4 DE NOVEMBRO DE 2011,
Desembargador ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO
DECANO, NO EXERCÍCIO DA VICE-PRESIDÊNCIA**

ESMAM

PORTARIA-ESMAM - 542011

Código de validação: 2C732273A5

O DESEMBARGADOR MARCELO CARVALHO SILVA, DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 117, § 3º, inciso I, da Lei Complementar nº 014/91, com a redação dada pela Lei Complementar nº 126, de 29.09.2009, RESOLVE CONCEDER a servidora MANOELLE MORAES DOS SANTOS, matrícula 114843, lotada na ESMAM, 30 (trinta) dias de férias relativas ao exercício de 2011, no período de 16/11/2011 a 15/12/2011. Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se. São Luís, 07 de novembro de 2011.

MARCELO CARVALHO SILVA
DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DE MAGISTRATURA - ESMAM
GAB. DES. MARCELO CARVALHO SILVA
Matrícula 16014

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 16:14 (MARCELO CARVALHO SILVA)

Corregedoria Geral da Justiça

Divisão de Serventias Judiciais

PORTARIA-CGJ - 42142011
(relativo ao Processo 300602011)
Código de validação: 214E542BDB

O CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, e considerando a solicitação contida no Processo n.º 30060/2011-TJ, etc. **R E S O L V E** Designar a servidora **Walquiria Ferreira de Sousa** para exercer a função de Secretária Judicial Substituta da Vara de Interdição, Tutela e Ausência da Capital. Dê-se Ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se. GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, São Luís, em 09 de novembro de 2011.

ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 09/11/2011 15:52 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

Divisão de Pessoal da CGJ
PORTARIA-CGJ - 41732011
Código de validação: D7CDAD3113

O CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, etc. **R E S O L V E**, RETIFICAR o teor da Portaria n.º 4163/2011-CGJ, de 07/11/2011, no tocante ao período da designação, para passar a constar a seguinte redação: DESIGNAR o Doutor **GLENDERMALHEIROS GUIMARÃES**, Juiz de Direito Titular da Comarca de Amarante do Maranhão, para responder cumulativamente pela Comarca de Senador La Roque, durante as férias do Doutor **MARCELO TESTA BALDOCHI**, no período de 16/11/2011 a 15/12/2011. Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se. GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 11:07 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

PORTARIA-CGJ - 41752011
Código de validação: 5D348E419E

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, etc. **R E S O L V E**, CESSAR OS EFEITOS, a considerar de 18/10/2011, da Portaria n.º 3724/2011-CGJ, de 30/09/2011, que designou a Doutora **LUCIANY CRISTINA DE SOUSA FERREIRA**, Juíza de Direito Titular da 1ª Vara da Comarca de Balsas, para responder cumulativamente pela Comarca de Alto Parnaíba, que se encontrava vaga, no período de 03/10/2011 a 01/12/2011. Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se. GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 11:15 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

PORTARIA-CGJ - 41762011
Código de validação: 4E800B8740

O CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, etc. **R E S O L V E**, DESIGNAR o Doutor **LUÍSCARLOS DUTRA DOS SANTOS**, Juiz de Direito Auxiliar de Entrância Final, para responder pela 1ª Vara Criminal da Capital, que se encontra vaga em decorrência da aposentadoria compulsória da Doutora **FLORITA CASTELO BRANCO CAMPOS PINHO**, a considerar o período de 05/11/2011 até ulterior deliberação. Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se. GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 12:39 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

PORTARIA-CGJ - 41772011
Código de validação: 7531263F44

O CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, etc. **R E S O L V E**, TRANSFERIR, devido à aposentadoria compulsória, os 30 (trinta) dias de férias relativas ao exercício de 2011 da Doutora **FLORITA CASTELO BRANCO CAMPOS PINHO**, Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Criminal da Capital, marcados para o período de 18/11/2011 a 17/12/2011. Dê-se ciência, publique-se, registre-se e

cumpra-se. GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 16:14 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

PORTARIA-CGJ - 41792011
Código de validação: B7E606DABF

O CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, etc. **R E S O L V E**, TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 4059/2011-CGJ, de 01/11/2011, que designou o Doutor FRANCISCO RONALDO MACIEL OLIVEIRA, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal da Capital, para responder cumulativamente pela 1ª Vara Criminal da Capital, durante as férias da Doutora FLORITA CASTELO BRANCO CAMPOS PINHO, no período de 18/11/2011 a 17/12/2011. Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se. GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 12:39 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

PORTARIA-CGJ - 41822011
Código de validação: 0513345BA8

O CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, etc. **R E S O L V E**, TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 4075/2011-CGJ, de 01/11/2011, que designou a Doutora ELAILE SILVA CARVALHO, Juíza de Direito Titular da Comarca de Santa Quitéria do Maranhão, para responder cumulativamente pela Comarca de São Bernardo, durante as férias da Doutora JERUSA DE CASTRO DUARTE MENDES, no período de 16/11/2011 a 15/12/2011. Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se. GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 16:10 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

PORTARIA-CGJ - 41832011
Código de validação: 0C3F9255C9

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, etc. **R E S O L V E**, CESSAR OS EFEITOS, a partir de 09/11/2011, da Portaria nº 4167/2011-CGJ, de 07/11/2011, que designou a Doutora ELAILE SILVA CARVALHO, Juíza de Direito Titular da Comarca de Santa Quitéria do Maranhão, para responder pela Comarca de São Bernardo, durante o afastamento da Doutora JERUSA DE CASTRO DUARTE MENDES, a considerar o período de 03/11/2011 a 12/11/2011. Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se. GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 16:14 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

PORTARIA-CGJ - 41842011
Código de validação: 36CB698182

O CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, etc. **R E S O L V E**, DESIGNAR a Doutora JAQUELINE RODRIGUES DA CUNHA, Juíza de Direito Titular da Comarca de Magalhães de Almeida, para responder cumulativamente pela Comarca de São Bernardo, durante o afastamento da Doutora JERUSA DE CASTRO DUARTE MENDES, no período de 09/11/2011 a 12/11/2011. Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se. GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 16:12 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

PORTARIA-CGJ - 41852011
Código de validação: A6A754A438

O CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, etc. **R E S O L V E**, DESIGNAR a Doutora JAQUELINE RODRIGUES DA CUNHA, Juíza de Direito Titular da Comarca de Magalhães de Almeida, para responder cumulativamente pela Comarca de São Bernardo, durante as férias da Doutora JERUSA DE CASTRO DUARTE MENDES, no período de 16/11/2011 a 15/12/2011. Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se. GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 16:11 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

PORTARIA-CGJ - 41862011
Código de validação: 3EA29C2B4A

O CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, etc. **R E S O L V E**, RETIFICAR o teor da Portaria nº 3681/2011-CGJ, de 29/09/2011, no tocante ao período de gozo das férias, para passar a constar a seguinte redação: TRANSFERIR, a pedido, os 05 (cinco) dias restante de férias relativas ao exercício de 2010 do Doutor GLADISTON LUIS NASCIMENTO CUTRIM, Juiz de Direito Titular da Comarca de Arari, marcados para o período de 01/10/2011 A 05/10/2011, para serem gozados em data oportuna. Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se. GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 16:11 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

PORTARIA-CGJ - 41872011
(relativo ao Processo 314122011)
Código de validação: 4CF799187F

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, etc. **R E S O L V E**, CONCEDER ao Doutor AURELIANO COELHO FERREIRA, Juiz de Direito Titular da Comarca de Paulo Ramos, 15 (quinze) dias de licença para acompanhar familiar durante tratamento de saúde, a considerar o período de 07/11/2011 a 21/11/2011. Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se. GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 16:30 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

PORTARIA-CGJ - 41882011
Código de validação: AA90D3DB2E

O CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, etc. **R E S O L V E**, DESIGNAR a Doutora ELAILE SILVA CARVALHO, Juíza de Direito Titular da Comarca de Santa Quitéria do Maranhão, para responder cumulativamente pela Comarca de Brejo, durante a licença prêmio da Doutora MARIA DA CONCEIÇÃO PRIVADO RÊGO, a considerar o período de 03/11/2011 a 17/12/2011. Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se. GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 16:29 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

PORTARIA-CGJ - 41892011
Código de validação: C210D06E95

O CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, etc. **R E S O L V E**, DESIGNAR o Doutor CELSO ORLANDO ARANHA PINHEIRO JUNIOR, Juiz de Direito Titular da 1ª Vara da Comarca de Bacabal, para responder cumulativamente pela 2ª Vara da mesma Comarca, durante a licença prêmio do Doutor CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA PAULA, a considerar o período de 04/11/2011 a 18/12/2011. Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se. GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 16:44 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

PORTARIA-CGJ - 41902011
Código de validação: 4BA1CB765B

O CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, etc. **R E S O L V E**, DESIGNAR o Doutor ALESSANDRO BANDEIRA FIGUEIREDO, Juiz de Direito Titular da 1ª Vara da Comarca de Lago da Pedra, para responder pela cumulativamente pela Comarca de Paulo Ramos, durante o afastamento do Doutor AURELIANO COELHO FERREIRA, a considerar o período de 07/11/2011 a 21/11/2011. Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se. GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 16:43 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

PORTARIA-CGJ - 41912011
Código de validação: 91395D08C2

O CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, etc. **R E S O L V E**, TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 4049/2011-CGJ, de 01/11/2011, que designou o Doutor AURELIANO COELHO FERREIRA, Juiz de Direito Titular da Comarca de Paulo Ramos, para responder cumulativamente pela Comarca de Olho D'Água das Cunhãs, durante o afastamento da Doutora JOSANE ARAÚJO FARIAS BRAGA, no período de 13/11/2011 a 16/11/2011. Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se. GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 16:41 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

PORTARIA-CGJ - 41922011
(relativo ao Processo 314372011)
Código de validação: 38E49CF5FD

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, etc. **R E S O L V E**, CONCEDER à Doutora KARLAJEANE MATOS DE CARVALHO PEREIRA DA SILVA, Juíza de Direito Titular da 2ª Vara da Comarca de Coelho Neto, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, a considerar o período de 04/11/2011 a 18/11/2011. Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se. GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 09 de novembro de 2011.

ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 09/11/2011 11:44 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

PORTARIA-CGJ - 41932011
Código de validação: FDF6B74AF3

O CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, etc. **R E S O L V E**, DESIGNAR o Doutor JOSÉ ELISMAR MARQUES, Juiz de Direito Titular da 1ª Vara da Comarca de Coelho Neto, para responder cumulativamente pela 2ª Vara da mesma Comarca bem como pela Diretoria do Fórum, durante o afastamento da Doutora KARLA JEANE MATOS DE CARVALHO PEREIRA DA SILVA, a considerar o período de 04/11/2011 a 18/11/2011. Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se. GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 09 de novembro de 2011.

ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 09/11/2011 11:45 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

PORTARIA-CGJ - 41942011

(relativo ao Processo 314152011)
Código de validação: CFB337120C

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, etc. **R E S O L V E**, DESIGNAR a Doutora LEONEIDE DELFINA BARROS AMORIM, Juíza de Direito Titular da Comarca de Pindaré-Mirim, para celebrar o casamento dos senhores CARLOS MÁRCIO DA SILVA MOURA e DAYANE LEITE MUNIZ, a ser realizado no dia 26/11/2011, às 17:00 horas, na Rua 08, Quadra 34, Casa 54, IV Conjunto Cohab-Anil, nesta cidade, estando o processo de habilitação tramitando na Serventia Extrajudicial de Registro Civil e Casamentos da 4ª Zona da Capital – Cohab-Anil. Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se. GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 09 de novembro de 2011.

ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 09/11/2011 11:45 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

PORTARIA-CGJ - 41952011
(relativo ao Processo 314172011)
Código de validação: D735CB38E1

O CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, etc. **R E S O L V E**, TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 4093/2011-CGJ, de 03/11/2011, que concedeu à Doutora LEONEIDE DELFINA BARROS AMORIM, Juíza de Direito Titular da Comarca de Pindaré-Mirim, 05 (cinco) dias de afastamento para participar do *Curso de Especialização em Direito Constitucional*, que será realizado na UNDB, nesta cidade, no período de 07/11/2011 a 11/11/2011. Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se. GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 09 de novembro de 2011.

ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 09/11/2011 11:45 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

PORTARIA-CGJ - 41962011
Código de validação: E18AA919E0

O CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, etc. **R E S O L V E**, TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 4094/2011-CGJ, de 03/11/2011, que designou a Doutora KARINY PEREIRA REIS, Juíza de Direito Titular da 3ª Vara da Comarca de Santa Inês, para responder cumulativamente pela Comarca de Pindaré-Mirim, durante o afastamento da Doutora LEONEIDE DELFINA BARROS AMORIM, no período de 07/11/2011 a 11/11/2011. Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se. GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 09 de novembro de 2011.

ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 09/11/2011 11:46 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

PORTARIA-CGJ - 41972011
(relativo ao Processo 315762011)
Código de validação: 9E0714EFD7

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, etc. **R E S O L V E**, CONCEDER ao Doutor MANOEL AURELIANO FERREIRA NETO, Juiz de Direito Titular do 8º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da Capital, 21 (vinte e um) dias de licença para tratamento de saúde, a considerar o período de 01/11/2011 a 21/11/2011. Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se. GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 09 de novembro de 2011.

ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 09/11/2011 11:46 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

PORTARIA-CGJ - 41982011
(relativo ao Processo 315602011)
Código de validação: 71A8C53D23

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, etc. **R E S O L V E**, CONCEDER ao Doutor MÁRCIO AURÉLIO CUTRIM CAMPOS, Juiz de Direito Titular da Comarca de Alcântara, 04 (quatro) dias de licença para tratamento de saúde, a considerar o período de 08/11/2011 a 11/11/2011. Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se. GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA

JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 09 de novembro de 2011.

ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 09/11/2011 11:46 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

PORTARIA-CGJ - 41992011
(relativo ao Processo 313992011)
Código de validação: ACD3B321A1

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, etc. **R E S O L V E**, CESSAR OS EFEITOS, a partir de 10/11/2011, da Portaria nº 73/2011-CGJ, de 05/01/2011, no tocante à designação da Doutora KARINY PEREIRA REIS, Juíza de Direito Titular da 3ª Vara da Comarca de Santa Inês, para exercer a função de Diretor do Fórum da referida Comarca, no período de 07/01/2011 a 06/01/2012. Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se. GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 09 de novembro de 2011.

ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 09/11/2011 11:47 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

PORTARIA-CGJ - 42002011
Código de validação: 5C856DE90E

O CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, etc. **R E S O L V E**, DESIGNAR o Doutor FERNANDO JORGE PEREIRA, Juiz de Direito Titular da Comarca de Bequimão, para responder cumulativamente pela Comarca de Alcântara, durante o afastamento do Doutor MÁRCIO AURÉLIO CUTRIM CAMPOS, a considerar o período de 08/11/2011 a 11/11/2011. Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se. GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 09 de novembro de 2011.

ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 09/11/2011 11:47 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

PORTARIA-CGJ - 42012011
Código de validação: 7A0788201A

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais. **R E S O L V E**, DESIGNAR a Doutora LARISSA RODRIGUES TUPINAMBÁ CASTRO, Juíza de Direito Titular da 2ª Vara da Comarca de Santa Inês, para responder cumulativamente pela Diretoria do Fórum da Comarca de Santa Inês, no período de 10/11/2011 a 06/01/2012. Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se. GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 09 de novembro de 2011.

ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 09/11/2011 11:48 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

PORTARIA-CGJ - 42022011
Código de validação: 658DB92DA3

O CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, etc. **R E S O L V E**, TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 3301/2011-CGJ, de 01/09/2011, que concedeu ao Doutor ROGÉRIO MONTELES DA COSTA, Juiz de Direito Titular da Comarca de Matões, 60 (sessenta) dias de férias relativas ao exercício de 2011, para serem gozados no período de 09/01/2012 a 08/03/2012. Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se. GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 09 de novembro de 2011.

ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 09/11/2011 11:48 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

PORTARIA-CGJ - 42032011

Código de validação: 1D98E916FE

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais. **R E S O L V E**, **CONCEDER**, aos magistrados abaixo relacionados, 03 (três) dias de afastamento para participar do Fórum Nacional dos Juizados Especiais – FONAJE XXX, no período de 16/11/2011 a 18/11/2011.

MAGISTRADO	COMARCA/VARA
MARIA FRANCISCA GUALBERTO DE GALIZA	2º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DA CAPITAL
JOSÉ EULÁLIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA	JUIZADO ESPECIAL DE TRÂNSITO DA CAPITAL
LUCIMARY CASTELO BRANCO CAMPOS DOS SANTOS	6º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DA CAPITAL
MARCO ANTONIO NETTO TEIXEIRA	1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DA CAPITAL
ANA PAULA SILVA ARAÚJO	2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE IMPERATRIZ
EDMILSON DA COSTA LIMA	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE BALSAS
SILVIO SUZART DOS SANTOS	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE CAXIAS
LUIZ CARLOS LICAR PEREIRA	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE PEDREIRAS
MARICÉLIA COSTA GONÇALVES	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE SANTA INÊS
MARCELO JOSÉ AMADO LIBÉRIO	JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR

Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se. GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 09 de novembro de 2011.

ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 09/11/2011 11:49 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

PORTARIA-CGJ - 42072011
(relativo ao Processo 254982011)
Código de validação: A3F242DEE3

OCORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe o art. 82, da Lei Complementar N.º 14/91, de 17 de dezembro de 1991, etc. **RESOLVE**, **CONCEDER** aos **JUIZES DE DIREITO DAS COMARCAS DE ENTRÂNCIA INICIAL** férias relativas aos exercícios de 2011 e 2012, conforme tabela abaixo:

EXERCÍCIO 2011 09 de janeiro a 07 de fevereiro/2012 – 30d	
MAGISTRADO	COMARCA
DANIELA DE JESUS BONFIM FERREIRA	TIMBIRAS
DAVID MOURÃO GUIMARÃES DE MORAIS MENESES	PASSAGEM FRANCA
FRANKLIN SILVA BRANDÃO JÚNIOR	MONTES ALTOS
GLÊNDER MALHEIROS GUIMARÃES	AMARANTE DO MARANHÃO
MÁRCIO AURÉLIO CUTRIM CAMPOS	ALCÂNTARA
MARCO ADRIANO RAMOS FONSECA	BACURI
MIRELLA CEZAR FREITAS	PARAIBANO
SILVIO ALVES NASCIMENTO	PASTOS BONS
EXERCÍCIO 2011 09 de janeiro a 08 DE MARÇO/2012 – 60d	
MAGISTRADO	COMARCA
AURELIANO COELHO FERREIRA	PAULO RAMOS
CLÊNIO LIMA CORRÊA	SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
IRAN KURBAN FILHO	BARÃO DE GRAJAÚ
JOSCELMO SOUSA GOMES	CÂNDIDO MENDES
JOSÉ AUGUSTO SÁ COSTA LEITE	SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS
MARCO AURÉLIO BARRETO MARQUES	SÃO MATEUS DO MARANHÃO
RAFAELA DE OLIVEIRA SAIF RODRIGUES	RAPOSA
ROGÉRIO MONTELES DA COSTA	MATÕES
SIDNEY CARDOSO RAMOS	SÃO BENTO
EXERCÍCIO 2011 01 DE fevereiro A 01 DE MARÇO/2012 – 30d	
MAGISTRADO	COMARCA
ANTONIO ELIAS DE QUEIROGA FILHO	PIO XII
ARTUR GUSTAVO AZEVEDO DO NASCIMENTO	SÃO VICENTE FÉRRER
DENNYS CARNEIRO ROCHA DOS SANTOS	SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO
ELAILE SILVA CARVALHO	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO
EXERCÍCIO 2011 01 DE fevereiro A 31 DE MARÇO/2012 – 60d	
MAGISTRADO	COMARCA

FREDERICO FEITOSA DE OLIVEIRA	CANTANHEDE
MARCELO SANTANA FARIAS	SUCUPIRA DO NORTE
EXERCÍCIO 2011 05 DE MARÇO A 03 DE ABRIL/2012 – 30d	
MAGISTRADO	COMARCA
CAROLINA DE SOUSA CASTRO	MIRADOR
JOÃO PAULO MELLO	LORETO
EXERCÍCIO 2011 02 DE ABRIL A 01 DE MAIO/2012 – 30d	
MAGISTRADO	COMARCA
ANTONIO ELIAS DE QUEIROGA FILHO	PIO XII
ARTUR GUSTAVO AZEVEDO DO NASCIMENTO	SÃO VICENTE FÉRRER
MARCELA SANTANA LOBO	CEDRAL
MARCELO SILVA MOREIRA	BARREIRINHAS
EXERCÍCIO 2011 02 DE ABRIL A 31 DE MAIO/2012 – 60d	
MAGISTRADO	COMARCA
JORGE ANTONIO SALES LEITE	SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO
EXERCÍCIO 2011 02 DE MAIO A 31 DE MAIO/2012 – 30d	
MAGISTRADO	COMARCA
CAROLINA DE SOUSA CASTRO	MIRADOR
CLÉCIA PEREIRA MONTEIRO	MONÇÃO
FLÁVIA PEREIRA DA SILVA BARÇANTE	BURITI BRAVO
MARCO ADRIANO RAMOS FONSECA	BACURI
ODETE MARIA PESSOA MOTA	SÃO JOÃO BATISTA
PAULO ROBERTO BRASIL TELES DE MENEZES	MARACAÇUMÉ
PAULO VITAL SOUTO MONTENEGRO	CARUTAPERA
WELINNE DE SOUZA COELHO	GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS
EXERCÍCIO 2011 04 DE JUNHO A 03 DE JULHO/2012 – 30d	
MAGISTRADO	COMARCA
DANIELA DE JESUS BONFIM FERREIRA	TIMBIRAS
DENNYS CARNEIRO ROCHA DOS SANTOS	SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO
JOÃO PAULO MELLO	LORETO
MAZURKIÉVICZ SARAIVA DE SOUSA	CAROLINA
EXERCÍCIO 2011 02 DE JULHO A 31 DE JULHO/2012 – 30d	
MAGISTRADO	COMARCA
DUARTE HENRIQUE RIBEIRO DE SOUZA	MATINHA
GLENDER MALHEIROS GUIMARÃES	AMARANTE DO MARANHÃO
MÁRCIO AURÉLIO CUTRIM CAMPOS	ALCÂNTARA
MIRELLA CEZAR FREITAS	PARAIBANO
SILVIO ALVES NASCIMENTO	PASTOS BONS
EXERCÍCIO 2011 02 DE JULHO A 30 DE AGOSTO/2012 – 60d	
MAGISTRADO	COMARCA
RAUL JOSÉ DUARTE GOULART JÚNIOR	BOM JARDIM
ROMMEL CRUZ VIÉGAS	SÃO JOÃO DOS PATOS
EXERCÍCIO 2011 01 DE AGOSTO A 30 DE AGOSTO/2012 – 30d	
MAGISTRADO	COMARCA
ELAILE SILVA CARVALHO	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO
FRANKLIN SILVA BRANDÃO JÚNIOR	MONTES ALTOS
MARCELA SANTANA LOBO	CEDRAL
MARCELO SILVA MOREIRA	BARREIRINHAS
EXERCÍCIO 2011 03 DE SETEMBRO A 02 DE OUTUBRO/2012 – 30d	
MAGISTRADO	COMARCA
PAULO ROBERTO BRASIL TELES DE MENEZES	MARACAÇUMÉ
PAULO VITAL SOUTO MONTENEGRO	CARUTAPERA
EXERCÍCIO 2011 01 DE OUTUBRO A 30 DE OUTUBRO/2012 – 30d	
MAGISTRADO	COMARCA
CLÉCIA PEREIRA MONTEIRO	MONÇÃO
WELINNE DE SOUZA COELHO	GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS
EXERCÍCIO 2011 05 DE NOVEMBRO A 04 DE DEZEMBRO/2012 – 30d	
MAGISTRADO	COMARCA
DAVID MOURÃO GUIMARÃES DE MORAIS	PASSAGEM FRANCA
MENESES	
FLÁVIA PEREIRA DA SILVA BARÇANTE	BURITI BRAVO
MAZURKIÉVICZ SARAIVA DE SOUSA	CAROLINA
ODETE MARIA PESSOA MOTA	SÃO JOÃO BATISTA
EXERCÍCIO 2012 09 de janeiro a 07 de fevereiro/2012 – 30d	
MAGISTRADO	COMARCA
ALESSANDRO ARRAIS PEREIRA	RIACHÃO
GLADISTON LUÍS NASCIMENTO CUTRIM	ARARI
MANOEL FELISMINO GOMES NETO	PARNARAMA
EXERCÍCIO 2012 09 de janeiro a 08 DE MARÇO/2012 – 60d	
MAGISTRADO	COMARCA
EDILZA BARROS FERREIRA LOPES VIÉGAS	ICATU
JOSANE ARAÚJO FARIAS BRAGA	OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS

MARCELO TESTA BALDOCHI	SENADOR LA ROQUE
EXERCÍCIO 2012 01 DE fevereiro A 01 DE MARÇO/2012 – 30d	
MAGISTRADO	COMARCA
RÔMULO LAGO E CRUZ	ESPERANTINÓPOLIS
TEREZA CRISTINA FRANCO PALHARES	POÇÃO DE PEDRAS
EXERCÍCIO 2012 01 DE fevereiro A 31 DE MARÇO/2012 – 60d	
MAGISTRADO	COMARCA
ALEXANDRE ANTONIO JOSÉ DE MESQUITA	17ª ZONA – PINHEIRO
LÚCIA DE FÁTIMA SILVA QUADROS	CURURUPU
MARCELO FRAZÃO PEREIRA	15ª ZONA – BALSAS
RODRIGO OTÁVIO TERÇAS SANTOS	TASSO FRAGOSO
EXERCÍCIO 2012 05 DE MARÇO A 03 DE MAIO/2012 – 60d	
MAGISTRADO	COMARCA
DÉBORA JANSEN CASTRO	URBANO SANTOS
JAQUELINE RODRIGUES DA CUNHA	MAGALHÃES DE ALMEIDA
PAULO DE ASSIS RIBEIRO	GUIMARÃES
VANESSA FERREIRA PEREIRA LOPES	BURITI
EXERCÍCIO 2012 02 DE ABRIL A 31 DE MAIO/2012 – 60d	
MAGISTRADO	COMARCA
ALESSANDRA LIMA SILVA	SANTO ANTONIO DOS LOPES
ALEXANDRE MOREIRA LIMA	ITINGA DO MARANHÃO
GISA FERNANDA NERY MENDONÇA DE SOUSA	MIRINZAL
LÚCIO PAULO FERNANDES SOARES	HUMBERTO DE CAMPOS
MARCOS AURÉLIO VELOSO DE OLIVEIRA SILVA	ARAME
EXERCÍCIO 2012 02 DE MAIO A 31 DE MAIO/2012 – 30d	
MAGISTRADO	COMARCA
ANDRÉ BEZERRA EWERTON MARTINS	TURIAÇU
RAQUEL ARAÚJO CASTRO TELES DE MENEZES	GOVERNADOR NUNES FREIRE
EXERCÍCIO 2012 02 DE MAIO A 30 DE JUNHO/2012 – 60d	
MAGISTRADO	COMARCA
CARLOS EDUARDO DE ARRUDA	ALTO PARNAÍBA
MONT'ALVERNE	
FERNANDO JORGE PEREIRA	BEQUIMÃO
EXERCÍCIO 2012 04 DE JUNHO A 03 DE JULHO/2012 – 30d	
MAGISTRADO	COMARCA
KARINE LOPES DE CASTRO	SANTA RITA
EXERCÍCIO 2012 02 DE JULHO A 31 DE JULHO/2012 – 30d	
MAGISTRADO	COMARCA
ALESSANDRO ARRAIS PEREIRA	RIACHÃO
DENISE PEDROSA TORRES	PENALVA
EDEULY MAIA SILVA	ANAJATUBA
GLADISTON LUÍS NASCIMENTO CUTRIM	ARARI
MANOEL FELISMINO GOMES NETO	PARNARAMA
TICIANY GEDEON MACIEL PALÁCIO	MORROS
EXERCÍCIO 2012 02 DE JULHO A 30 DE AGOSTO/2012 – 60d	
MAGISTRADO	COMARCA
MARCELO MORAES RÊGO DE SOUZA	IGARAPÉ GRANDE
EXERCÍCIO 2012 01 DE AGOSTO A 30 DE AGOSTO/2012 – 30d	
MAGISTRADO	COMARCA
KARLOS ALBERTO RIBEIRO MOTA	32ª ZONA – ARAIOSES
EXERCÍCIO 2012 01 DE AGOSTO A 29 DE SETEMBRO/2012 – 60d	
MAGISTRADO	COMARCA
CARLOS EDUARDO COELHO DE SOUSA	18ª ZONA - CHAPADINHA
JERUSA DE CASTRO DUARTE MENDES	SÃO BERNARDO
LEONEIDE DELFINA BARROS AMORIM	PINDARÉ-MIRIM
EXERCÍCIO 2012 03 DE SETEMBRO A 02 DE OUTUBRO/2012 – 30d	
MAGISTRADO	COMARCA
ANDRÉ BEZERRA EWERTON MARTINS	TURIAÇU
RAQUEL ARAÚJO CASTRO TELES DE MENEZES	GOVERNADOR NUNES FREIRE
EXERCÍCIO 2012 03 DE SETEMBRO A 01 DE NOVEMBRO/2012 – 60d	
MAGISTRADO	COMARCA
ANELISE NOGUEIRA REGINATO	OLINDA NOVA DO MARANHÃO
EXERCÍCIO 2012 01 DE OUTUBRO A 30 DE OUTUBRO/2012 – 30d	
MAGISTRADO	COMARCA
TICIANY GEDEON MACIEL PALÁCIO	MORROS
EXERCÍCIO 2012 01 DE OUTUBRO A 29 DE NOVEMBRO/2012 – 60d	
MAGISTRADO	COMARCA
CELSO SERAFIM JÚNIOR	29ª ZONA – CAROLINA
JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS JÚNIOR	26ª ZONA – VIANA
SHEILA SILVA CUNHA	23ª ZONA – CURURUPU
EXERCÍCIO 2012 05 DE NOVEMBRO A 04 DE DEZEMBRO/2012 – 30d	
MAGISTRADO	COMARCA

DENISE PEDROSA TORRES	PENALVA
EDEULY MAIA SILVA	ANAJATUBA
KARINE LOPES DE CASTRO	SANTA RITA
KARLOS ALBERTO RIBEIRO MOTA	32ª ZONA – ARAIOSES
RÔMULO LAGO E CRUZ	ESPERANTINÓPOLIS
TEREZA CRISTINA FRANCO PALHARES	POÇÃO DE PEDRAS
EXERCÍCIO 2012 05 DE NOVEMBRO A 03 DE janeiro/2013 – 30d	
MAGISTRADO	COMARCA
THALES RIBEIRO DE ANDRADE	DOM PEDRO

Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se. GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 09 de novembro de 2011.

ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 09/11/2011 11:49 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

Coordenadoria dos Juizes de Direito

PORTARIA-CGJ - 42042011

Código de validação: FE799CB609

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, etc. **R E S O L V E**, DESIGNAR **Rosane Romeiro dePaulo Sena**, Oficiala de Justiça, para responder pelo Plantão da Comarca de São Luís/MA, no período de 11/11/2011 a 13/11/2011, em substituição a Julieny BragaMarques, Oficiala de Justiça. Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se. GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, São Luís, em 09 de novembro de 2011.

ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 09/11/2011 12:29 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

PORTARIA-CGJ - 42112011

Código de validação: 6BFA79DE69

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, etc. **R E S O L V E**, DESIGNAR o Doutor **Raimundo José Barros de Sousa**, Juiz de Direito Titular da 9ª Vara Criminal e Diretor do Fórum, para responder pelo Plantão Criminal da Comarca de São Luís/MA, no período de 21/11/2011 a 27/11/2011, em substituição a Dra. Rosária de Fátima Almeida Duarte, Juíza de Direito Titular da 11ª Vara Criminal. Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se. GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, São Luís, em 09 de novembro de 2011.

ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 09/11/2011 12:28 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

Diretoria Judiciária

Coordenadoria do Plenário e das Câmaras Reunidas

Câmaras Cíveis Reunidas

ACÓRDÃO Nº 107972/2011

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

Sessão do dia 21 de outubro de 2011

AGRAVO REGIMENTAL Nº. 17971/2011 – SÃO LUÍS

Agravante: Eletrolux do Brasil S/A

Advogado: Geraldo Pinto Santos Júnior

Agravado: Clarity Instituto de Beleza

Advogado: Aderson Lopes de Lima Filho

Relator: Desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. RECONHECIMENTO DE CONEXÃO. PROCESSOS COM CAUSAS DE PEDIR E PEDIDOS IDÊNTICOS. PARTES DIFERENTES. FLEXIBILIZAÇÃO DAS REGRAS PROCESSUAIS PARA EVITAR DECISÕES CONTRADITÓRIAS. HOMENAGEM AOS PRINCÍPIOS DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS. DA ECONOMIA PROCESSUAL E DA SEGURANÇA JURÍDICA.

1. Quando houver semelhança na causa de pedir, com pedidos idênticos nas ações propostas, ainda que se trate de mandado de segurança com partes diferentes, cumpre reconhecer a conexão entre ambas.

2. Apesar de o art. 242 do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça não contemplar a prevenção em Mandado de Segurança, há que se flexibilizar as regras processuais para evitar decisões contraditórias e inconciliáveis acerca da mesma matéria.

3. Homenagem aos princípios da instrumentalidade das formas, da economia processual e, sobretudo, da segurança jurídica.

4. Agravo regimental conhecido e improvido.

DECISÃO: ACORDAM os senhores desembargadores das Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por votação unânime, conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, que integra este acórdão.

Desembargador Lourival Serejo
Relator

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 24.218/2011

NÚMERO ÚNICO: 0004945-94.2011.8.10.0000

AUTOR: ESTADO DO MARANHÃO

Procurador: Dr. Oscar Medeiros Júnior

RÉU: MAKRO ATACADISTA S/A.

Advogados: Dr. Marcelo Mazon Malaquias, Milton Cloudes Rodrigues da Silva e outros

Relator: Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF

DECISÃO

Cuida-se da Ação Rescisória ajuizada pelo Estado do Maranhão visando à desconstituição do Acórdão nº 51.542/2004, decorrente do julgamento da Apelação Cível nº 21.802/2003, realizado pela Segunda Câmara Cível deste Tribunal, que negou provimento ao recurso interposto pelo Estado do Maranhão, nos autos do Mandado de Segurança impetrado por Makro Atacadista S/A., mantendo a sentença que afastou a aplicação da Lei Complementar nº 102/2000.

O réu intentou a mencionada ação mandamental alegando ofensa a seu direito líquido e certo a compensação tributária de créditos de ICMS, já que a Lei Complementar nº 102/2000 seria inconstitucional por ofensa ao princípio da não cumulatividade, sendo-lhe concedida a ordem.

No julgamento do apelo, a Segunda Câmara Cível, composta pelo Des. Antonio Guerreiro Junior- Relator, Des. Nelma Sarney Costa – Revisora e Des. Raimundo Freire Cutrim, manteve a sentença, afastando a aplicação da Lei Complementar nº 102/2000, pois esta teria ampliado as restrições ao direito à compensação, impedindo o impetrante, ora réu, de utilizar seus créditos de ICMS provenientes de aquisição de bens do ativo fixo.

O Estado do Maranhão apresentou seu pedido rescisório alegando que o acórdão impugnado ofendeu o disposto no art. 97 da Constituição Federal, bem como os artigos 20, §5º, e 33, II e IV, da Lei Complementar nº 87/96 c/c 155, §2º, I e II, da CF, ou seja, não foi observada a cláusula da reserva de plenário, sendo, a seu ver, nulo o julgamento. Destacou, ainda, que a referida Câmara entendeu pela inconstitucionalidade dos dispositivos da Lei Complementar Federal nº 102/2000 em dissonância com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que as restrições previstas na mencionada lei não ofendem o princípio da não-cumulatividade.

Assim, pugnou pela procedência do pedido para que seja anulado o acórdão rescindendo, ou, alternativamente, proferido novo julgamento do feito reconhecendo a constitucionalidade das limitações ao direito de compensar créditos tributários. Requeveu, ainda, o deferimento do pedido de tutela antecipada para que seja suspensa a eficácia do Acórdão nº 21.542/2004.

Citada, a demandada apresentou contestação onde aduziu, preliminarmente, o não cabimento da ação rescisória com base na violação literal de lei, pois, a seu ver, a divergência jurisprudencial existente sobre os dispositivos supostamente violados não autorizaria seu ajuizamento, de modo que o recebimento da presente ação ensejaria violação à Sumula 343 do STF e 134 do extinto TRF.

No mérito, aduziu que o acórdão rescindendo já enfrentou a matéria desde o ano de 2004, onde foi reconhecido o direito ao creditamento do ICMS que incidia sobre entrada de bens destinados ao ativo permanente, energia elétrica e serviços de comunicação, pois as limitações impostas pela Lei Complementar nº 102/2000, ofenderiam seu direito. Assim, pugnou pelo não recebimento da ação e, no mérito, pela improcedência do pedido para que seja mantido o direito da demandada de aproveitar-se da totalidade do valor correspondente ao ICMS incidente na aquisição de produtos, sem as limitações da Lei Complementar nº 102/2000.

O autor apresentou réplica onde aduziu que sua ação teve dois fundamentos, a violação ao art. 97 da CF e a violação aos artigos 20, §5º, e 33, II e IV, da Lei Complementar nº 87/96, alterados pela Lei Complementar nº 102/2000 c/c art. 155, §2º, I e II da CF, porém o réu só teria contestado o segundo fundamento.

Sustentou ser cabível seu pleito de rescisão, especialmente porque a questão da constitucionalidade dos artigos 20, §5º, e 33, II e IV, da Lei Complementar nº 87/96, alterados pela Lei Complementar nº 102/2000, já é matéria pacificada na Suprema Corte Constitucional. Requeveu, por fim, o deferimento do seu pleito liminar.

Era o que cabia relatar.

A antecipação de tutela na ação rescisória, já consagrada na jurisprudência do Eg. STJ, veio a ser contemplada na reforma do Código de Processo Civil (Lei 11.280/2006), que alterou o artigo 489, ao dispor que: *"O ajuizamento da ação rescisória não impede o cumprimento da sentença ou acórdão rescindendo, ressalvada a concessão, caso imprescindíveis e sob os pressupostos previstos em lei, de medidas de natureza cautelar ou antecipatória de tutela"*.

Somente em casos excepcionálíssimos deve ser admitida concessão de medida de urgência visando a sustação dos efeitos do julgado rescindendo, porque não é razoável presumir-se a existência da aparência do bom direito contra quem tem a seu favor uma coisa julgada obtida em processo de cognição exauriente.

Ademais, devem estar sobejamente demonstrados os requisitos da prova inequívoca que convença da verossimilhança das alegações, bem como o risco de dano irreparável ou de difícil reparação.

No presente caso, entendo que não se afiguram presentes ambos os pressupostos autorizadores, de que trata o art. 273 do Código de Processo Civil, mormente o relativo ao risco de dano irreparável.

Isto se deve ao fato de que o acórdão rescindendo foi proferido em sede de julgamento de mandado de segurança ocorrido em outubro de 2004, evidenciando que desde então vem produzindo efeitos em decorrência da natureza mandamental da decisão.

Ademais, verifico que acaso seja vencedora a tese do autor quando do julgamento do mérito da presente ação, tem-se que este poderá exigir os

valores eventualmente devidos do demandado, demonstrando, portanto, não ser iminente o risco de dano irreversível ou de difícil reparação.

Ante o exposto, indefiro o pedido de antecipação da tutela.

Tendo em vista que a questão controversa versa sobre matéria de direito, entendo que o presente feito comporta julgamento antecipado, dispensando a realização de instrução, razão pela qual determino sejam intimadas as partes para apresentarem alegações finais, sucessivamente, no prazo de 10 (dez) dias.

Publique-se e cumpra-se.

São Luís, 07 de novembro de 2011.

Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF
Relator

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 13.277/2010

NÚMERO ÚNICO: 0011800-26.2010.8.10.0000

IMPETRANTE: L.M.M. (menor)

Representante: Sabrina Serra Martins Muniz

Advogados: Dr. Maurício Pereira Muniz e outros

IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DO MARANHÃO

Litisconsorte: ESTADO DO MARANHÃO

Relator: Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF

DECISÃO

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por L.M.M., (menor) representada por sua genitora Sabrina Serra Martins Muniz, contra suposto ato omissivo do Secretário de Saúde do Estado do Maranhão que deixou de fornecer o leite especial à menor, em razão da burocratização do procedimento administrativo do programa do leite.

A referida ação mandamental foi julgada em 16/07/2010 pelas Câmaras Cíveis Reunidas desta Corte, a qual concedeu a segurança determinando que o impetrado fornecesse mensalmente o leite especial NEOCATE à impetrante.

Em 04/10/2011 o Secretário de Estado de Saúde oficiou a esta Corte informando que a impetrante, desde o ano de 2010, não compareceu para a retirada do leite e que em razão das diretrizes do Decreto nº 20.621/2004 mostra-se necessário reavaliar, no prazo de três meses, as crianças que serão beneficiadas pelo Programa do Leite, requerendo que esta seja intimada para se manifestar acerca do interesse e necessidade do recebimento do referido alimento.

Assim, determinei que fosse intimada pessoalmente a representante legal da menor, a qual apresentou petição de fls.72 e seguintes informando que não necessita mais do leite especial NEOCATE, pois a menor já respondeu satisfatoriamente ao tratamento e ultrapassou a fase de aleitamento.

Dessa forma, verificando-se que a impetrante não possui mais interesse no fornecimento do citado leite, tenho, pois que cumprida a obrigação do Estado, desobrigando-o de fornecer o alimento especial à menor em questão.

Dê-se ciência dessa decisão ao impetrado.

Em seguida, arquivar-se o feito.

Publique-se e cumpra-se.

São Luís, 04 de novembro de 2011.

Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF
Relator

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

Processo Nº: 0005711-50.2011.8.10.0000 Protocolo Nº: 0285732011

Impetrante: FRACILDA VIANA DE ARAÚJO,

Advogado(a)(s): COSMO ALEXANDRE DA SILVA, MONIQUE MORAIS SANTOS FERNANDES

Impetrado: ATO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MARANHÃO - SEAPS

Relator(a): JAIME FERREIRA DE ARAÚJO

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. NÃO DEMONSTRAÇÃO DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO. CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSOR. CANDIDATA APROVADA COMO EXCEDENTE. DIREITO À NOMEAÇÃO. INEXISTÊNCIA. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA MEDIANTE PROCESSO SELETIVO. POSSIBILIDADE CONSTITUCIONALMENTE PREVISTA.

I. O direito líquido e certo, para ser amparado por mandado de segurança, deve se apresentar manifesto na sua existência com a possibilidade de ser exercitado no momento da impetração, não se admitindo sobre ele dúvidas, incertezas ou presunções.

II. Segundo entendimento já pacificado pelo STF e STJ, o candidato somente possui direito líquido e certo à nomeação e à posse se, aprovado em concurso público, encontrar-se dentro do número de vagas previstas no edital do torneio.

III. A Constituição Federal, em seu art. 37, inciso IX, prevê a possibilidade de haver contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sendo que segundo a doutrina pátria mais abalizada, a contratação por tempo determinado pressupõe caráter de excepcionalidade, onde os servidores exercerão funções, mas não como integrantes de um quadro permanente, paralelo ao dos cargos públicos, senão em caráter transitório e excepcional.

IV. Vagas destinadas a candidatos aprovados em processo seletivo para contratação temporária não são de provimento efetivo, por isso que não podem ser preenchidas por aqueles que foram aprovados e classificados como excedentes no concurso público.

V. Não resta demonstrado o direito líquido e certo da candidata que não comprova a existência de vagas para provimento efetivo ou mesmo que tenha havido preterição daqueles aprovados regularmente no torneio.

VI. Mandado de segurança extinto sem resolução do mérito, nos termos do art. 10 da Lei nº 12.016/2009.

DECISÃO

Trata-se de MANDADO DE SEGURANÇA, com pedido de liminar, impetrado por FRACILDA VIANA DE ARAÚJO contra ato dito ilegal do SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MARANHÃO.

A impetrante aduz, inicialmente, que prestou concurso de provas e títulos, relativo ao Edital 001/2009, para o cargo de professor de ensino fundamental (6º a 9º ano), na disciplina de Geografia, com lotação prevista para o Município de Balsas/MA, tendo sido aprovada na 2ª (segunda) colocação.

Afirma que, não obstante a realização do referido concurso público, a Secretaria de Estado de Educação do Maranhão abriu inscrição (Edital nº 003/2009), mediante processo seletivo, para o preenchimento de vagas relativas ao cargo acima referido.

Alega, ainda, que após a nomeação da primeira colocada aprovada no concurso público, a Administração procedeu à nomeação de outros 03 (três)

professores, desta feita aprovados no Processo Seletivo regido pelo Edital 003/2009 (cuja validade fora prorrogada pela Portaria 021/2011, publicada no DOE do dia 27.01.2011).

Sustenta, também, que em havendo "[...] candidato excedente apto a ocupar essas novas vagas surgidas, oriundos de concurso ainda em vigor, não pode o impetrado realizar contratações sem antes nomear os excedentes nas novas vagas surgidas, obedecendo à ordem classificatória", sob pena de afronta ao art. 37, II, da CF.

Com suporte nesse fato, conclui a impetrante que está caracterizada a sua preterição, haja vista ser a segunda excedente de concurso público ainda em vigor.

Baseada nesses argumentos, bem como afirmando a existência do fumus boni iuris e do periculum in mora, postula a concessão de medida liminar para que a autoridade apontada coatora promova a nomeação da impetrante para o cargo de Professor de Ensino Fundamental (6º a 9º ano), na disciplina Geografia, com lotação no Município de Balsas/MA.

Ao final, pugna pela concessão do benefício da assistência judiciária gratuita e que a ordem impetrada seja concedida em definitivo.

Instruem o writ os documentos de fls. 13-96.

É o relatório. Segue decisão.

Ab initio, concedo à impetrante o benefício da assistência judiciária gratuita, o que faço pela simples afirmação de que não dispõe de meios para pagar as custas processuais. É o que reza o art. 4º da Lei. 1.060/50.

Como cediço, a ação mandamental - além dos requisitos necessários ao exercício de qualquer ação judicial, tais como legitimidade de parte, interesse de agir e possibilidade jurídica do pedido - necessita do preenchimento de duas condições específicas, quais sejam: estar configurada a certeza e liquidez do direito vindicado e que o ato apontado coator provenha de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica de direito privado, no exercício de atribuições do Poder Público.

No que tange ao direito líquido e certo, este para ser amparado por mandado de segurança deve se apresentar manifesto na sua existência com a possibilidade de ser exercitado no momento da impetração, não se admitindo sobre ele dúvidas, incertezas ou presunções.

Nesse viés, ensina HELY LOPES MEIRELLES, em seu "Mandado de Segurança e Ações Constitucionais", atualizado por Arnoldo Wald e Gilmar Ferreira Mendes, 32ª ed., São Paulo: Malheiros Editores, 2009, p. 35 que "quando a lei alude a direito líquido e certo, está exigindo que esse direito se apresente com todos os requisitos para seu reconhecimento e exercício no momento da impetração".

Basicamente, a ora impetrante sustenta que passou a ser detentora do direito líquido e certo de ser nomeada para o cargo de professor de ensino fundamental (6º a 9º ano), na disciplina Geografia, a partir do momento em que a administração pública estadual abriu vagas, mediante processo seletivo, para a contratação temporária de pessoas para o mesmo cargo para o qual prestou concurso.

A questão tratada nos autos vem sendo reiteradamente discutida nesta Corte. Diz respeito à possibilidade de candidatos aprovados, na qualidade de excedentes, em concurso público para professor, serem nomeados pela Administração Pública diante da contratação temporária, realizada mediante processo seletivo, de pessoas para exercerem as mesmas funções.

Não vislumbro a ocorrência e comprovação do direito líquido e certo ora alegado.

Da análise perfunctória dos autos, observei que no concurso público, outrora realizado pela Secretaria de Estado da Administração e Previdência Social, conforme cópia do Edital nº. 01/2009 (fls. 26-49), fora ofertada tão somente 01 (uma) vaga para o cargo de Professor do Ensino Médio - na disciplina Geografia-, com lotação no Município de Balsas/MA (fl. 41).

Nesse caso, ao contrário do que sustenta, não vejo como possa a impetrante ser detentora do direito líquido e certo de obter nomeação para o cargo pleiteado, vez que fora aprovada e classificada, para a disciplina respectiva, na 2ª colocação (fl. 18). É que, repita-se, segundo o edital, o qual é considerado a lei dos concursos públicos, foi criada e disponibilizada apenas 01 (uma) vaga para o cargo referido.

A doutrina de HELY LOPES MEIRELLES é bastante elucidativa acerca do conceito de direito líquido e certo, sendo este aquele "que se apresenta manifesto na sua existência, delimitado na sua extensão e apto a ser exercitado no momento da impetração".

A atual orientação do STJ reconhece o direito líquido e certo à nomeação aos candidatos aprovados dentro das vagas previstas no edital, tal como se depreende dos arestos abaixo transcritos, verbis:

STJ-293696) ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO APROVADO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS NO EDITAL. DIREITO ADQUIRIDO. 1. Aduz o recorrente a impossibilidade jurídica do pedido feito pelo recorrido, em sede de mandado de segurança, de nomeação a cargo de auxiliar operacional de saúde, em razão da inércia da Administração em promover a investidura da impetrante. 2. O Superior Tribunal de Justiça possui precedente no sentido de ser dado ao Judiciário analisar nomeação de candidato aprovado dentro do número de vagas. 3. Da análise dos autos, verifica-se que o Tribunal a quo decidiu que a ora recorrida tem direito adquirido à nomeação, eis que foi aprovada dentro do número de vagas previsto no edital do certame. 4. A jurisprudência desta Corte Superior tem se firmado no sentido de reconhecer que, quando a Administração Pública demonstra a necessidade de preenchimento dos cargos no número de vagas dispostas no edital de abertura do concurso, a mera expectativa de direito dos candidatos aprovados - antes condicionada à conveniência e à oportunidade da Administração (Súmula nº 15 do STF) - dá lugar ao direito líquido e certo à nomeação dos candidatos aprovados e classificados dentro do número de vagas oferecidas. 5. Ademais, ressalta-se que a necessidade de prover certo número de cargos exposta no edital torna a nomeação ato administrativo vinculado, de modo que é ilegal o ato omissivo da Administração que não assegura a nomeação de candidato aprovado e classificado até o limite de vagas previstas no edital. 6. Recurso especial não provido. (Recurso Especial nº 1232930/AM (2011/0011541-9), 2ª Turma do STJ, Rel. Mauro Campbell Marques. j. 22.03.2011, unânime, DJe 28.04.2011). In CD Juris Plenum Ouro. Civil. Editora Plenum. Ano VII. Número 20. Vol. 1. Julho 2011. Original sem destaques.

STJ-293459) ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO APROVADO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS NO EDITAL. DIREITO ADQUIRIDO. 1. Conforme o entendimento jurisprudencial do STJ, o candidato aprovado dentro do número de vagas previstas no edital possui direito subjetivo à nomeação ao cargo para o qual concorreu. Precedentes. 2. Recurso especial não provido. (Recurso Especial nº 1228348/AM(2010/0219749-5), 2ª Turma do STJ, Rel. Mauro Campbell Marques. j. 12.04.2011, unânime, DJe 27.04.2011). In CD Juris Plenum Ouro. Civil. Editora Plenum. Ano VII. Número 20. Vol. 1. Julho 2011. Original sem destaques.

STJ-292904) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONCURSO PÚBLICO. APROVAÇÃO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTO NO EDITAL. DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. VIOLAÇÃO DO ART. 23 DA LEI Nº 12.016/09. NÃO CARACTERIZADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 83/STJ. 1. É descabido o sobrestamento do recurso especial em decorrência do reconhecimento da repercussão geral de matéria constitucional pelo STF, pois o art. 328-A do Regimento Interno daquela Corte determina o sobrestamento, tão somente, do juízo de admissibilidade dos Recursos Extraordinários e dos Agravos de Instrumento contra o despacho denegatório a eles relacionados. 2. Não cabe ao STJ manifestar-se sobre eventual violação a dispositivos e princípios constitucionais, nem mesmo para fins de prequestionamento, sob pena de usurpar a competência conferida, constitucionalmente, ao Supremo Tribunal Federal. 3. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que o candidato aprovado dentro do número de vagas previsto no edital do certame não tem mera expectativa de direito, mas verdadeiro direito subjetivo à nomeação para o cargo a que concorreu e foi classificado. Precedentes: RMS 31.611/SP, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 17.05.2010; RMS 23.331/RO, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 05.04.2010. 4. De acordo com entendimento consolidado deste Superior Tribunal de Justiça, mesmo após expirado o prazo de validade do concurso público, há interesse processual do candidato na impetração de mandado de segurança contra ato omissivo consubstanciado na ausência de sua nomeação. Precedente: RMS 21.323/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis

Moura, Sexta Turma, DJe 21.06.2010. 5. Agravo regimental não provido. (AgRg nos EDcl no Agravo de Instrumento nº 1334659/BA (2010/0140901-1), 1ª Turma do STJ, Rel. Benedito Gonçalves. j. 14.04.2011, unânime, DJe 19.04.2011). In CD Juris Plenum Ouro. Civil. Editora Plenum. Ano VII. Número 20. Vol. 1. Julho 2011. Original sem destaques.

Essa Corte Superior, em recentes julgamentos realizados, inclusive em caso onde figurou como parte o Estado do Maranhão, entendeu que a contratação precária de pessoal para preencher vagas existentes, em preterição a candidatos aprovados para ocupar o mesmo cargo e função, geraria a convalidação da mera expectativa de direito em direito líquido e certo. Veja-se:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE PROFESSOR DE NÍVEL MÉDIO DO ESTADO DO MARANHÃO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA COMPROVADA. ILEGALIDADE. PRETERIÇÃO CONFIGURADA. CONVOLAÇÃO DA EXPECTATIVA DE DIREITO NA SUA LIQUIDEZ E CERTEZA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. É entendimento doutrinário e jurisprudencial de que a aprovação em concurso público gera mera expectativa de direito à nomeação, competindo à Administração, dentro de seu poder discricionário, nomear os candidatos aprovados de acordo com a sua conveniência e oportunidade. 2. Entretanto, a mera expectativa se convola em direito líquido e certo a partir do momento em que, dentro do prazo de validade do concurso, há a contratação de pessoal, de forma precária, para o preenchimento das vagas existentes, em manifesta preterição àqueles que, aprovados em concurso ainda válido, estariam aptos a ocupar o mesmo cargo ou função. 3. Agravo Regimental desprovido. (AgRg no RMS 29973/MA, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 26/10/2010, DJe 22/11/2010). In CD Juris Plenum Ouro. Civil. Editora Plenum. Ano VII. Número 20. Vol. 1. Julho 2011. Original sem destaques.

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. MÉDICO OFTALMOLOGISTA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO. COMPROVADA A PRETERIÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CERTAME. RECONHECIDO O DIREITO À NOMEAÇÃO. NOVA QUALIFICAÇÃO JURÍDICA DOS FATOS DELIMITADOS NO ARESTO RECORRIDO. NÃO INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. A manutenção de contratos temporários para suprir a demanda por Médicos Oftalmologistas, demonstra a necessidade premente de pessoal para o desempenho da atividade, revelando flagrante preterição daqueles que, aprovados em concurso ainda válido, estariam aptos a ocupar o cargo; circunstância que, a teor da Jurisprudência desta Corte Superior, faz surgir o direito subjetivo do candidato à nomeação. 2. O reexame vedado em sede de Recurso Especial, nos moldes da Súmula 7/STJ, cinge-se à existência ou correção dos fatos delimitados na sentença e no acórdão recorrido; a atribuição de nova qualificação jurídica a um fato é perfeitamente possível ao STJ, pois está adstrita ao debate de matéria de direito (AgRg no EREsp. 134.108/DF, Corte Especial, Rel. Min. EDUARDO RIBEIRO, DJU 16.08.1999). 3. Agravo Regimental desprovido. (AgRg no REsp 1124373/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 21/06/2011, DJe 01/07/2011). In CD Juris Plenum Ouro. Civil. Editora Plenum. Ano VII. Número 20. Vol. 1. Julho 2011. Original sem destaques.

Interessante notar que também sobre esse ponto, a Corte Suprema se posiciona por reconhecer o direito líquido e certo, dos candidatos aprovados dentro do número de vagas existentes, quando há contratação temporária em preterição a eles, conforme se lê a seguir, litteris:

Agravo regimental em agravo de instrumento. 2. Existência de candidatos aprovados em concurso público. 3. Contratação de temporários. 3. Preterição. Precedentes do STF. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AI 776070 AgR, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 22/02/2011, DJe-053 DIVULG 21-03-2011 PUBLIC 22-03-2011 EMENT VOL-02486-02 PP-00320). Disponível em: www.stf.jus.br <<http://www.stf.jus.br>>. Original sem destaques.

1. Concurso público: terceirização da vaga: preterição de candidatos aprovados: direito à nomeação: uma vez comprovada a existência da vaga, sendo esta preenchida, ainda que precariamente, fica caracterizada a preterição do candidato aprovado em concurso. 2. Recurso extraordinário: não se presta para o reexame das provas e fatos em que se fundamentou o acórdão recorrido: incidência da Súmula 279.

(AI 440895 AgR, Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Primeira Turma, julgado em 26/09/2006, DJ 20-10-2006 PP-00055 EMENT VOL-02252-05 PP-00920 RNDJ v. 6, n. 84, 2006, p. 57-58). Disponível em: www.stf.jus.br <<http://www.stf.jus.br>>. Original sem destaques.

Sobre o primeiro julgado acima transcrito, de relatoria do Ministro Gilmar Mendes, é oportuno transcrever parte do fundamento do voto, pois ele é bem esclarecedor a respeito do tema em questão. Vejamos:

Nestes termos, aplica-se ao caso a jurisprudência pacífica desta Corte no sentido de que a ocupação precária, por comissão, terceirização ou contratação temporária, de atribuições próprias do exercício de cargo efetivo vago, para o qual há candidatos aprovados em concurso público vigente, configura ato administrativo eivado de desvio de finalidade equivalente à preterição da ordem de classificação no certame, fazendo nascer para os concursados o direito à nomeação, por imposição do artigo 37, inciso IV, da Constituição Federal. (Original sem destaques).

Ressalte-se, por oportuno, que em recente julgamento do RE nº 598.099-MT - que teve repercussão geral reconhecida -, o STF deixou consignado que o candidato aprovado em concurso público, dentro do número de vagas, possui direito subjetivo à nomeação. Trechos do voto do Relator, Min. Gilmar Mendes, publicado no Informativo nº 636, seguem abaixo transcritos, verbis:

A questão central a ser discutida nestes autos é se o candidato aprovado em concurso público dentro do número de vagas possui direito subjetivo, ou apenas expectativa de direito, à nomeação.

[...]

Esse direito à nomeação surge, portanto, quando se realizam as seguintes condições fáticas e jurídicas:

a) previsão em edital de número específico de vagas a serem preenchidas pelos candidatos aprovados no concurso público;

b) realização do certame conforme as regras do edital;

c) homologação do concurso e proclamação dos aprovados dentro do número de vagas previsto no edital, em ordem de classificação, por ato inequívoco e público da autoridade administrativa competente.

[...]

Destaque-se que as vagas previstas em edital já pressupõem a existência de cargos e a previsão na Lei Orçamentária, razão pela qual a simples alegação de indisponibilidade financeira, desacompanhada de elementos concretos, tampouco retira a obrigação da administração de nomear os candidatos aprovados.

Da leitura dos trechos do voto acima referido conclui-se que o direito líquido e certo à nomeação se configura quando, dentro do prazo de validade do concurso público, houver contratação precária de pessoal para o preenchimento de vagas de provimento efetivo existentes, em preterição aos que foram regularmente aprovados. A presente situação fática não me permite tomar conclusão diversa.

A hipótese dos autos retrata com clareza meridiana que a candidata impetrante restou aprovada em colocação excedente e não dentro das vagas previstas inicialmente no edital do torneio. Nesse caso, repise-se, não possui ela direito líquido e certo à nomeação, mas apenas mera expectativa de direito de ser chamada a ocupar um cargo efetivo à proporção que novas vagas forem sendo disponibilizadas (criadas por lei).

Sobre essa questão, importa sejam feitas algumas considerações a respeito do que seja cargo público de provimento efetivo para que assim se possam dirimir quaisquer dúvidas a respeito do tema.

Primeiramente cumpre ressaltar, de acordo com a lição de MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO, que servidor público é gênero cujas espécies são os servidores estatutários - sujeitos ao regime estatutário e que ocupam cargos públicos - empregados públicos - contratados sob o regime celetista e ocupantes de emprego público - e os servidores temporários - contratados por tempo determinado nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, os quais exercem função, sem estarem vinculados a cargo ou emprego público.

Destaca a referida doutrinadora, ademais, que a contratação por tempo determinado pressupõe caráter de excepcionalidade, para atender

necessidade temporária de excepcional interesse público, sendo que "esses servidores exercerão funções, porém, não como integrantes de um quadro permanente, paralelo ao dos cargos públicos, mas em caráter transitório e excepcional".

Assim, tomando-se o conceito de cargo público previsto no art. 3º e parágrafo único da Lei nº 8.112/90, é este "o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor", os quais, sendo acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

No caso dos autos, a impetrante reclama o direito de ser nomeada para um cargo público, para o qual restou aprovada como excedente e não dentro das vagas previstas inicialmente no edital do torneio, tendo em vista a realização de processo seletivo para contratação temporária de professores.

Assim, diante das observações antes elaboradas é que verifico não deter ela o direito líquido e certo que se irroga possuir, vez que não comprovou a existência de vagas para provimento efetivo ou mesmo que tenha havido preterição daqueles aprovados regularmente no concurso.

O certo é que as vagas destinadas aos candidatos aprovados no aludido processo seletivo não são de provimento efetivo, logo não podem ser preenchidas por aqueles que foram aprovados e classificados como excedentes no concurso público.

Além disso, é mister destacar que não existe qualquer ilegalidade na contratação temporária de professores. Ao contrário, a própria Constituição Federal, em seu art. 37, inciso IX, prevê a possibilidade de haver contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Na mesma via, a Lei nº 8.745/1993, alterada pela Lei nº 9.849/99, ao regulamentar mencionado dispositivo constitucional prevê que poderá haver contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, considerando como uma dessas hipóteses de necessidade a "admissão de professor substituto e visitante" (art. 1º e 2º, Inciso IV).

Nesse sentido, colaciono interessantíssimo e elucidativo precedente do STJ, que delineia com precisão a ocorrência de preterição de candidato pela contratação temporária de terceiros:

STJ-281651) ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CARGOS OCUPADOS EM CARÁTER PRECÁRIO DURANTE A VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO. PRETERIÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. APROVAÇÃO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTO EM EDITAL. DIREITO SUBJETIVO A NOMEAÇÃO E POSSE DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DO CERTAME. JUIZO DE CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DA ADMINISTRAÇÃO ATÉ A SUPERVENIÊNCIA DO TERMO FINAL DE VALIDADE DO CONCURSO. 1. Sustentam os recorrentes, em síntese, que existem diversos cargos relativos ao concurso em que aprovados que estão preenchidos de forma precária e irregular por profissionais não concursados, de modo que o fato de não terem sido nomeados ainda importa preterição de sua ordem classificatória e consequente violação de direito líquido e certo. 2. Em primeiro lugar, a inobservância da ordem de classificação que se configura ilegal é aquela interna aos trâmites do certame, ou seja, aquela que ocorre entre candidatos. A contratação temporária ou o exercício de forma precária de cargos efetivados depois da homologação do concurso público não ensejam de per se a preterição dos candidatos regularmente aprovados. Precedente da Terceira Seção. 3. Em segundo lugar, ainda que se reputasse ilegal o exercício de maneira precária por inexistirem os motivos legalmente previstos para tanto, seria necessária dilação probatória para constatar a apontada ilegalidade da contratação temporária, inviável em sede de mandado de segurança. 4. Em terceiro lugar, esta Corte Superior adota entendimento segundo o qual apenas a regular aprovação em concurso público em posição classificatória compatível com as vagas previstas em edital confere ao candidato direito subjetivo a nomeação e posse dentro do período de validade do certame. Precedentes. 5. Na espécie, todas as vagas indicadas no edital (vinte e sete) foram preenchidas pela Administração Pública, de modo que, para os demais aprovados, remanesce apenas expectativa de direito. 6. Não fosse isto suficiente, à época da impetração, o certame ainda estaria dentro de seu prazo de validade, de modo que outras nomeação e posse deveriam guardar observância aos critérios de conveniência e oportunidade da Administração Pública. 7. Recurso ordinário em mandado de segurança não provido. (Recurso em Mandado de Segurança nº 22540/RJ (2006/0159918-6), 2ª Turma do STJ, Rel. Mauro Campbell Marques, j. 16.11.2010, unânime, DJe 25.11.2010). In CD Juris Plenum Ouro. Civil. Editora Plenum. Ano VII. Número 20. Vol. 1. Julho 2011. Original sem destaques.

Assim, ainda que se cogitasse da ilegalidade na contratação temporária, a estreita via do mandamus impede a aferição desse fato, porquanto a dilação probatória é incompatível com o rito especial deste remédio constitucional.

Feitas tais considerações, é importante asseverar outro ponto crucial para a compreensão da controvérsia, qual seja: a contratação de servidor por excepcional interesse público não implica ingresso de pessoal nos quadros da Administração Pública, tal como se vê da disposição inscrita no art. 11 da Lei 6.107/94 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Maranhão), verbis:

Art. 11 - São formas de provimento de cargo público:

I - nomeação;

II - promoção;

III - (revogado Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998)

IV - (revogado Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998)

V - readaptação;

VI - reverso;

VII - aproveitamento;

VIII - reintegração;

IX - recondução.

Assim, se não há ingresso de servidor nos quadros da Administração, a contratação por excepcional interesse público não configura preterição de candidato aprovado em concurso, tal como entende a impetrante.

Por outro lado, importa deixar claro que a regra inserta no art. 2º, inciso VII da Lei Estadual nº 6.915/97 - que dispõe sobre a contratação, por tempo determinado, de pessoal para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 19 da Constituição Estadual - não ampara o argumento exposto pelo ora impetrante.

É que o citado dispositivo estabelece que se considera necessidade temporária de excepcional interesse público a admissão de professores para o ensino fundamental, ensino especial, ensino médio e instrutores para oficinas pedagógicas e profissionalizantes, desde que não existam candidatos aprovados em concurso público e devidamente habilitados, o que implica dizer que a referência dessa norma é aos candidatos classificados (aprovados dentro do número de vagas previstas no edital) e não aos excedentes.

Na hipótese em apreço, como já restou claro, não há prova de que candidatos habilitados dentro das vagas previstas no edital do certame tenham sido preteridos em prol de candidatos aprovados no processo seletivo, tampouco consta dos autos qualquer comprovação de que os contratados estejam ocupando vagas de provimento efetivo, porquanto a impetrante amparou a sua pretensão exclusivamente na contratação temporária de terceiros.

Ao contrário do argumento exposto na inicial do mandamus, o que parece é que já houve o chamamento pela Administração Pública dos classificados no concurso público para ocuparem os cargos de provimento efetivo disponíveis.

Nessa esteira, interessa asseverar que as disposições contidas no edital, reitere-se, têm o condão de vincular a Administração apenas para nomear os aprovados no limite das vagas nele previstas e não os candidatos excedentes; as nomeações destes, se porventura ocorrerem, estarão no âmbito da discricionariedade administrativa.

Assim, repise-se, faz-se assente na jurisprudência pátria que o direito líquido e certo à nomeação se configura quando, dentro do prazo de validade

do concurso público, houver contratação precária de pessoal para o preenchimento de vagas existentes, em preterição aos que foram regularmente aprovados.

Nesse caso, é vedado à Administração Pública, em existindo vagas de provimento efetivo, substituir as nomeações dos candidatos aprovados por contratações temporárias. Se assim proceder, estará lesando direitos individuais e ofendendo aos princípios norteadores da atividade administrativa. Não é essa a hipótese dos autos, conforme já se viu.

Importante ressaltar que, a meu sentir, as reiteradas proposituras de demandas desta espécie demonstram uma insatisfação dos candidatos com a Administração Pública, já que parece ela deixar transparecer a necessidade perene de mão de obra para o suprimento de suas necessidades.

Em que pese tal argumento, não vejo como conceder a segurança vindicada, já que, conforme asseverado, não há nos autos provas de que tenha havido preterição da impetrante. Além disso, foi ela aprovada e classificada em colocação excedente, e a concessão da segurança, nos moldes requeridos, seria uma leviandade desta Corte, pois estaria determinando a nomeação de candidata sem ter a certeza da existência de vagas de provimento efetivo. Além disso, os candidatos em melhor classificação estariam prejudicados.

Na hipótese, razoável seria que a sociedade se mobilizasse e cobrasse dos membros do Executivo e do Legislativo a criação de mais vagas, pois o Judiciário não tem fórmula mágica para a solução de todos os problemas sociais. Ou, ainda, que o Ministério Público promovesse as medidas cabíveis, como a Ação Civil Pública por ato de improbidade, contra o agente público que procedesse a sucessivas contratações temporárias sem a observância devida aos requisitos legais para a aplicação dessa exceção constitucional.

Entendo que admitir o ingresso de candidatos no serviço público em situações análogas a essa seria atribuir a esta Corte a mesma capacidade de fazer um camelo passar pelo fundo de uma agulha!

De outra banda, deve-se considerar que a impetrante não demonstrou que a sua efetivação em cargo público de provimento efetivo estaria dentro dos limites de gastos dos recursos orçamentários do Estado, nos termos do que estabelece o art. 169, § 1º, incisos I e II da Constituição Federal, vez que "todo e qualquer aumento de despesa, mesmo decorrente da nomeação de novos servidores ou da contratação de novos empregados, dependerá da existência de dotação orçamentária suficiente e da autorização na lei de diretrizes orçamentárias".

Veja-se o que diz a jurisprudência do STF e do STJ sobre o assunto, *litteris*:

Insuscetível de dúvida se revela também a jurisprudência quanto à necessidade de prévia dotação orçamentária para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, bem como autorização específica da lei de diretrizes orçamentárias, como dispõe o art. 169 da CF: (...)." (ADI 541)

<[http://www.stf.jus.br/jurisprudencia/IT/frame.asp?SEQ=485294&PROCESSO=541&CLASSE=ADI&cod_classe=504&ORIGEM=IT&RECURSO=0&TIP_voto=do Rel. Min. Carlos Velloso, julgamento em 10-5-2007, Plenário, DJ de 6-9-2007.](http://www.stf.jus.br/jurisprudencia/IT/frame.asp?SEQ=485294&PROCESSO=541&CLASSE=ADI&cod_classe=504&ORIGEM=IT&RECURSO=0&TIP_voto=do%20Rel.%20Min.%20Carlos%20Velloso,%20julgamento%20em%2010-5-2007,%20Plenário,%20DJ%20de%206-9-2007.)>. Disponível em: www.stf.jus.br <<http://www.stf.jus.br>>. Original não negrito.

RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. INTERESSE PROCESSUAL. EXISTÊNCIA. CONCURSO PÚBLICO. APROVAÇÃO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTO NO EDITAL, CONSIDERADAS AS DESISTÊNCIAS. DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. PRECEDENTES. 1. De acordo com entendimento consolidado deste Superior Tribunal de Justiça, mesmo após expirado o prazo de validade do concurso público, há interesse processual do candidato na impetração de mandado de segurança contra ato omissivo consubstanciado na ausência de sua nomeação. 2. Tendo em vista os princípios da lealdade, da boa-fé administrativa e da segurança jurídica, bem como o fato de que a criação de cargos depende de prévia dotação orçamentária, o candidato aprovado dentro do número de vagas previsto no edital do certame, consideradas as desistências dos candidatos melhor classificados, não tem mera expectativa de direito, mas verdadeiro direito subjetivo à nomeação. Precedentes. 3. Recurso ordinário provido. (RMS 21.323/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 01/06/2010, DJe 21/06/2010). Disponível em: www.stj.jus.br <<http://www.stj.jus.br>>. Original sem destaques.

Este eg. Tribunal de Justiça segue a mesma linha de entendimento, inclusive, em caso relatado por este julgador, *in litteris*:

MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATA APROVADA FORA DO NÚMERO DE VAGAS. MERA EXPECTATIVA DE DIREITO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA VIA PROCESSO SELETIVO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO À NOMEAÇÃO. INEXISTÊNCIA. 1. A aprovação em concurso público, fora da quantidade de vagas, não gera direito à nomeação, mas mera expectativa de direito. 2. A expectativa de direito se convalidaria em direito líquido e certo à nomeação se a administração desrespeita a ordem classificatória ou contrata pessoas para preencher as vagas oferecidas no edital, dentro do prazo de validade do certame. 3. Segurança negada. (Nº Processo 161112010 <http://www.tjma.jus.br/site/cons/juris/vw_proc2g.php?processo=161112010>, Acórdão 0948582010, Relator LOURIVAL DE JESUS SEREJO SOUSA, Data 13/09/2010). Disponível em: www.tjma.jus.br. Original sem destaques.

AGRAVO REGIMENTAL. CONSTITUCIONAL. CONCURSO PÚBLICO. DIREITO À NOMEAÇÃO. PRETERIÇÃO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO IMPROVIDO. I - É entendimento doutrinário e jurisprudencial que a aprovação em concurso público gera mera expectativa de direito à nomeação, competindo à Administração, no exercício de seu poder discricionário, nomear candidatos aprovados de acordo com a sua conveniência e oportunidade. II - Não obstante isso, a aprovação de candidato dentro do número de vagas, como pacificado recentemente pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça, gera direito subjetivo ao mesmo de ser nomeado para o cargo ao qual concorreu e foi habilitado, notadamente, quando aprovado dentro do prazo de validade do concurso e há contratação de pessoal, de forma precária, para o preenchimento de vagas existentes, em flagrante preterição àqueles que, aprovados em concurso ainda válido, estariam aptos a ocupar o mesmo cargo ou função. Agravo regimental desprovido. III - Observância dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. IV - Recurso improvido. (Nº Processo 36392009 <http://www.tjma.jus.br/site/cons/juris/vw_proc2g.php?processo=36392009>, Acórdão 0800222009, Relator JOSÉ STÉLIO NUNES MUNIZ, Data 08/05/2009). Disponível em: www.tjma.jus.br. Original sem destaques.

REMESSA. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. DIREITO À NOMEAÇÃO. CRIAÇÃO DE VAGAS DURANTE A VIGÊNCIA DO CONCURSO E CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. I - O candidato aprovado em concurso público, ainda que fora do número de vagas previstas no Edital, possui direito líquido e certo à nomeação quando na vigência do concurso são criadas mais vagas e contratados terceiros precariamente. (Nº Processo 89562010 <http://www.tjma.jus.br/site/cons/juris/vw_proc2g.php?processo=89562010>, Acórdão 0916492010, Relator JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF, Data 21/05/2010). Disponível em: www.tjma.jus.br. Original sem destaques.

ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. NOMEAÇÃO. INVERSÃO DA ORDEM CLASSIFICATÓRIA E CONTRATAÇÃO DE TERCEIRO ESTRANHO AO CARGO, DENTRO DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO. PRETERIÇÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 15 DO STF. IMPROVIMENTO. I - Aprovação em concurso público não gera, em princípio, direito à nomeação, mas mera expectativa de direito. Este direito, todavia, surgirá se houver preenchimento de vaga sem observância da ordem classificatória, ou se, na validade do concurso, houver contratação de pessoal, de forma precária, para o preenchimento de vagas existentes, em flagrante preterição àqueles que, aprovados em concurso ainda válido, estariam aptos a ocupar o mesmo cargo ou função. Precedentes STJ; II - "dentro do prazo de validade do concurso, o candidato aprovado tem o direito à nomeação, quando o cargo for preenchido sem observância da classificação" (STF, Súmula 15); III - remessa necessária não provida. (Nº Processo 209092010 <http://www.tjma.jus.br/site/cons/juris/vw_proc2g.php?processo=209092010>, Acórdão 0947672010, Relator CLEONES CARVALHO CUNHA, Data 14/09/2010). Disponível em: www.tjma.jus.br. Original sem destaques.

TJMA-009251 DIREITO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. PROFESSOR. PORTUGUÊS. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. LEGALIDADE. A aprovação em concurso público fora do número de vagas oferecidas no edital gera mera expectativa de direito à

nomeação, dependente da existência de vaga na disciplina e localidade escolhidas, na ordem de classificação no concurso. Não havendo comprovação de que as contratações temporárias obstaculizaram a nomeação dos aprovados no concurso público para professor da disciplina de português, assim como que o impetrante está na ordem imediata de nomeação, não é ilegal, a princípio, a contratação realizada pela Administração Pública. Ordem denegada. (Mandado de Segurança nº 013368/2006 (65.294/2007), Tribunal Pleno do TJMA, Rel. JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO. j. 14.03.2007, unânime, DO 24.04.2007). Disponível em: www.tjma.jus.br. Original sem destaques.

TJMA - CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATOS APROVADOS FORA DO NÚMERO DE VAGAS. DIREITO LÍQUIDO E CERTO À NOMEAÇÃO. INEXISTÊNCIA. MERA EXPECTATIVA DE DIREITO. PREENCHIMENTO DE VAGAS PREVISTAS NO EDITAL. ATO VINCULADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. POSTERIOR CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. POSSIBILIDADE PREVISTA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E EM LEI ORDINÁRIA. I. Candidatos aprovados em colocações excedentes, e não nas vagas previstas inicialmente no edital do torneio, não possuem direito líquido e certo à nomeação, mas apenas mera expectativa de direito, vez que as disposições contidas no edital têm o condão de vincular a Administração apenas para nomear os aprovados no limite das vagas existentes. II. A Constituição Federal, em seu art. 37, inciso IX, bem como a Lei nº 8.745/1993, prevêem a possibilidade de haver contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, apenas sendo vedado à Administração Pública, em existindo vagas de provimento efetivo, substituir as nomeações dos candidatos aprovados por contratações temporárias. III. Em nenhuma ilegalidade incorre a Administração Pública se, dentro do prazo de validade do concurso, procede à nomeação dos candidatos aprovados para as vagas existentes e, após, empreende a contratação temporária de funcionários para suprir necessidade temporária e de excepcional interesse público. IV. Primeira Apelação conhecida e provida, e segunda apelação conhecida e desprovida, para reformar in totum a sentença vergastada, denegando a ordem mandamental concedida pela juíza de primeira instância. (Nº Processo 10052008 <http://www.tjma.jus.br/site/cons/juris/vw_proc2g.php?processo=10052008>, Acórdão 0788272009 <<http://www.tjma.jus.br/site/acordao/2009/00078827.doc>>, Relator JAIME FERREIRA DE ARAÚJO, Data 30/01/2009). Disponível em: www.tjma.jus.br. Original sem destaques.

Nesse passo, oportuno destacar que, inexistindo nos autos qualquer documento que comprove o direito líquido e certo da impetrante em ser nomeada para o cargo pleiteado, imperioso se faz o indeferimento da inicial por faltar à ação mandamental tal requisito, conforme determina o art. 10 da Lei nº 12.016/2009, verbis:

Art. 10. A inicial será desde logo indeferida, por decisão motivada, quando não for o caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum dos requisitos legais ou quando decorrido o prazo legal para a impetração. (Original sem negrito)

Esse entendimento, de resto, é albergado pelo Superior Tribunal de Justiça, conforme os julgados abaixo transcritos, litteris:

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSUAL CIVIL. CONCURSO PARA FORMAÇÃO DE SOLDADO DA PM ESTADUAL. EXAMES FÍSICOS. ATESTADO. APRESENTAÇÃO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO ALEGADO. NECESSIDADE DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. A ação de mandado de segurança exige que a prova seja pré-constituída, para que o alegado direito líquido e certo seja de plano comprovado, não se admitindo dilação probatória. Ausente a comprovação do alegado, correta a decisão de indeferimento da inicial. Recurso desprovido. (RMS 16.504/BA, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 04/11/2003, DJ 01/12/2003 p. 371). Disponível em www.stj.jus.br <<http://www.stj.jus.br>>. Original sem destaques.

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. ENSINO SUPERIOR. AUSÊNCIA DE ATO COATOR DE MINISTRO DE ESTADO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO DEMONSTRADO DE PLANO. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. VIA MANDAMENTAL INIDÔNEA. INDEFERIMENTO DA INICIAL. 1. A incompetência absoluta desta Corte para processar e julgar Mandado de Segurança cujo ato apontado como ilegal ou abusivo provém de outras autoridades que não as elencadas no art. 105, inciso I, alínea "b", da Constituição Federal, revela-se inafastável. 2. In casu, a impetrante não juntou qualquer documento comprobatório da prática de ato coator pelo Ministro da Educação, o que afasta a competência do STJ, posto que esta Corte somente tem competência para processar e julgar originariamente ações de segurança contra atos de autoria de Ministro de Estado ou do próprio STJ. 3. A concessão do mandado de segurança exige prova pré-constituída do direito líquido e certo que se quer ver declarado, apta a permitir o exame da pretensão deduzida, não se admitindo dilação probatória. Precedentes: MS 13.261/DF, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 04/03/2010; RMS 30.976/PR, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJe 24/03/2010; Resp 1149379/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 30/03/2010. 4. In casu, inexistem nos autos qualquer documento que comprove, prima facie, a existência do seu direito, limitando-se o impetrante a juntar aos autos um andamento processual do Ministério da Educação e notícia de jornal informando que diversos estudantes ficaram impedidos de realizar a prova pelos mesmos motivos que a impetrante. 5. Agravo regimental desprovido. (AgRg no MS 15.167/DF, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 23/06/2010, DJe 01/07/2010). Disponível em www.stj.jus.br <<http://www.stj.jus.br>>. Original sem destaques.

In casu, apenas se a candidata, aprovada dentro do número de vagas previstas no edital do certame, tivesse sido preterida em sua nomeação é que estaria configurada a lesão ao seu direito.

À guisa do exposto, e com respaldo no art. 10 da Lei nº 12.016/2009 c/c o art. 339, I, do RITJMA e o art. 267, I, do CPC, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL e extingo o processo, sem resolução do mérito, por carência de ação, eis que ausente o requisito específico do direito líquido e certo apto a demonstrar o direito postulado pela parte impetrante.

Sem custas, em face do deferimento da justiça gratuita.

Sem honorária, na forma das Súmulas 105 do STJ e 512 do STF.

Publique-se, registre-se e, uma vez certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa e archive-se.

São Luís, 25 de outubro de 2011.

Desembargador JAIME FERREIRA DE ARAÚJO

Relator

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

Processo Nº: 0005794-66.2011.8.10.0000 Protocolo Nº: 0288672011

Impetrante: EMANUELA ANGELA DE ARAÚJO COSTA MOURA,

Advogado(a)(s): BRENDA MARCELLE VIEIRA SERRA, PEDRO RICARDO DE ALMEIDA RIBEIRO

Impetrado: PRESIDENTE DA COMISSÃO CENTRAL DE CONCURSOS DO ESTADO DO MARANHÃO, SECRETARIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MARANHÃO

Relator(a): JAIME FERREIRA DE ARAÚJO

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. NÃO DEMONSTRAÇÃO DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO. CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSOR. CANDIDATO APROVADO COMO EXCEDENTE. DIREITO À NOMEAÇÃO. INEXISTÊNCIA. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA MEDIANTE PROCESSO SELETIVO. POSSIBILIDADE CONSTITUCIONALMENTE PREVISTA.

I. O direito líquido e certo, para ser amparado por mandado de segurança, deve se apresentar manifesto na sua existência com a possibilidade de ser exercitado no momento da impetração, não se admitindo sobre ele dúvidas, incertezas ou presunções.

II. Segundo entendimento já pacificado pelo STF e STJ, o candidato somente possui direito líquido e certo à nomeação e à posse se, aprovado em

concurso público, encontrar-se dentro do número de vagas previstas no edital do torneio.

III. A Constituição Federal, em seu art. 37, inciso IX, prevê a possibilidade de haver contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sendo que segundo a doutrina pátria mais abalizada, a contratação por tempo determinado pressupõe caráter de excepcionalidade, onde os servidores exercerão funções, mas não como integrantes de um quadro permanente, paralelo ao dos cargos públicos, senão em caráter transitório e excepcional.

IV. Vagas destinadas a candidatos aprovados em processo seletivo para contratação temporária não são de provimento efetivo, por isso que não podem ser preenchidas por aqueles que foram aprovados e classificados como excedentes no concurso público.

V. Não resta demonstrado o direito líquido e certo do candidato que não comprova a existência de vagas para provimento efetivo ou mesmo que tenha havido preterição daqueles aprovados regularmente no torneio.

VI. Mandado de segurança extinto sem resolução do mérito, nos termos do art. 10 da Lei nº 12.016/2009.

DECISÃO

Trata-se de MANDADO DE SEGURANÇA, com pedido de liminar, impetrado por EMANUELA ANGELA DE ARAUJO COSTA MOURA contra ato dito ilegal do Secretário de Estado de Administração e Previdência Social (Presidente da Comissão Central de Concurso).

A impetrante pugna, inicialmente, pela concessão do benefício da assistência judiciária gratuita.

Em seu pleito aduz que prestou concurso público, relativo ao Edital 01/2009, para o cargo de Professor de Ensino Fundamental, disciplina Ciências, com lotação no Município de São Luís, obtendo aprovação como 25ª (vigésima quinta) excedente, informando que o referido edital previa 01 (uma) vaga para preenchimento imediato.

Afirma que, não obstante a realização do referido concurso público, "o processo seletivo disponibilizou 29 vagas para contratação temporária de professor do ensino fundamental-Disciplina Ciências para o município de São Luís, cargo para o qual fora aprovada a impetrante no retrocitado concurso em 26º lugar, o que comprova a necessidade de professores no mesmo cargo e unidade de lotação da impetrante". (fl. 05). Afirmo, assim, que as referidas contratações ocorreram através de processo seletivo meritório mediante o Edital nº 003/2009 e através de processo seletivo simplificado.

Argumenta mais, que a ilegalidade do ato apontado coator consiste em deixar de nomear candidatos aprovados em concurso público para contratar de forma precária aqueles aprovados em processo seletivo, em afronta aos princípios norteadores da Administração Pública.

Nesse passo, entende que, por ser candidata excedente aprovada em concurso público, a sua expectativa de direito em ser nomeada convola-se em direito subjetivo a partir do momento em que a Administração Pública, dentro do prazo de validade do certame, realiza contratação de terceiros mediante processo seletivo para preencher vagas ao cargo para o qual fora aprovada.

Baseada nesses argumentos, bem como em jurisprudência deste sodalício e do STJ, afirmando a existência do fumus boni iuris e do periculum in mora, postula a concessão de medida liminar para que a autoridade apontada coatora promova a nomeação e posse da impetrante para o cargo de Professora do Ensino Fundamental, disciplina Ciências, com lotação no Município de São Luís.

Instruem o writ os documentos de fls. 14/38.

É o relatório. Segue decisão.

Ab initio, concedo à impetrante o benefício da assistência judiciária gratuita, o que faço pela simples afirmação de que não dispõe de meios para pagar as custas processuais. É o que reza o art. 4º da Lei. 1.060/50.

Como cediço, a ação mandamental - além dos requisitos necessários ao exercício de qualquer ação judicial, tais como legitimidade de parte, interesse de agir e possibilidade jurídica do pedido - necessita do preenchimento de duas condições específicas, quais sejam: estar configurada a certeza e liquidez do direito vindicado e que o ato apontado coator provenha de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica de direito privado, no exercício de atribuições do Poder Público.

No que tange ao direito líquido e certo, este para ser amparado por mandado de segurança deve se apresentar manifesto na sua existência com a possibilidade de ser exercitado no momento da impetração, não se admitindo sobre ele dúvidas, incertezas ou presunções.

Nesse viés, ensina HELY LOPES MEIRELLES, em seu "Mandado de Segurança e Ações Constitucionais", atualizado por Arnoldo Wald e Gilmar Ferreira Mendes, 32ª ed., São Paulo: Malheiros Editores, 2009, p. 35 que "quando a lei alude a direito líquido e certo, está exigindo que esse direito se apresente com todos os requisitos para seu reconhecimento e exercício no momento da impetração".

Basicamente, a ora impetrante sustenta que passou a ser detentora do direito líquido e certo de ser nomeada para o cargo de professora de ensino fundamental, na disciplina Ciências, Município de São Luís, a partir do momento em que a administração pública estadual abriu vagas, mediante processo seletivo, para a contratação temporária de pessoas para o mesmo cargo para o qual prestou concurso.

A questão tratada nos autos vem sendo reiteradamente discutida nesta Corte. Diz respeito à possibilidade de candidatos aprovados, na qualidade de excedentes, em concurso público para professor, serem nomeados pela Administração Pública diante da contratação temporária, realizada mediante processo seletivo, de pessoas para exercerem as mesmas funções.

Não vislumbro a ocorrência e comprovação do direito líquido e certo ora alegado.

Da análise perfunctória dos autos, observei que no concurso público, outrora realizado pela Secretaria de Estado da Administração e Previdência Social, conforme cópia parcial do Edital nº. 01/2009 (fls. 17/19), fora ofertada tão somente 01 (uma) vaga para o cargo de Professor do Ensino Fundamental - disciplina Ciências -, com lotação no Município de São Luís (fl. 18).

Nesse caso, ao contrário do que sustenta, não vejo como possa a impetrante ser detentora do direito líquido e certo de obter nomeação para o cargo pleiteado, vez que fora aprovada e classificada para a disciplina respectiva, na 26ª (vigésima sexta) colocação (fl. 25). É que, repita-se, segundo o edital, o qual é considerado a lei dos concursos públicos, foi criada e disponibilizada apenas 01 (uma) vaga para o cargo referido.

A doutrina de HELY LOPES MEIRELLES é bastante elucidativa acerca do conceito de direito líquido e certo, sendo este aquele "que se apresenta manifesto na sua existência, delimitado na sua extensão e apto a ser exercitado no momento da impetração".

A atual orientação do STJ reconhece o direito líquido e certo à nomeação aos candidatos aprovados dentro das vagas previstas no edital, tal como se depreende dos arestos abaixo transcritos, verbis:

STJ-293696 ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO APROVADO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS NO EDITAL. DIREITO ADQUIRIDO. 1. Aduz o recorrente a impossibilidade jurídica do pedido feito pelo recorrido, em sede de mandado de segurança, de nomeação a cargo de auxiliar operacional de saúde, em razão da inércia da Administração em promover a investidura da impetrante. 2. O Superior Tribunal de Justiça possui precedente no sentido de ser dado ao Judiciário analisar nomeação de candidato aprovado dentro do número de vagas. 3. Da análise dos autos, verifica-se que o Tribunal a quo decidiu que a ora recorrida tem direito adquirido à nomeação, eis que foi aprovada dentro do número de vagas previsto no edital do certame. 4. A jurisprudência desta Corte Superior tem se firmado no sentido de reconhecer que, quando a Administração Pública demonstra a necessidade de preenchimento dos cargos no número de vagas dispostas no edital de abertura do concurso, a mera expectativa de direito dos candidatos aprovados - antes condicionada à conveniência e à oportunidade da Administração (Súmula nº 15 do STF) - dá lugar ao direito líquido e certo à nomeação dos candidatos aprovados e classificados dentro do número de vagas oferecidas. 5. Ademais, ressalta-se que a necessidade de prover certo número de cargos exposta no edital torna a nomeação ato administrativo vinculado, de modo que é ilegal o ato omissivo da Administração que não assegura a nomeação de candidato aprovado e classificado até o limite de vagas previstas no edital. 6. Recurso especial não provido. (Recurso Especial nº 1232930/AM (2011/0011541-9), 2ª Turma do STJ, Rel. Mauro Campbell Marques. j. 22.03.2011, unânime, DJe 28.04.2011). In CD Juris Plenum Ouro. Civil. Editora Plenum. Ano VII. Número 20. Vol. 1. Julho 2011. Original sem

destaques.

STJ-293459) ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO APROVADO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS NO EDITAL. DIREITO ADQUIRIDO. 1. Conforme o entendimento jurisprudencial do STJ, o candidato aprovado dentro do número de vagas previstas no edital possui direito subjetivo à nomeação ao cargo para o qual concorreu. Precedentes. 2. Recurso especial não provido. (Recurso Especial nº 1228348/AM(2010/0219749-5), 2ª Turma do STJ, Rel. Mauro Campbell Marques. j. 12.04.2011, unânime, DJe 27.04.2011). In CD Juris Plenum Ouro. Civil. Editora Plenum. Ano VII. Número 20. Vol. 1. Julho 2011. Original sem destaques.

STJ-292904) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONCURSO PÚBLICO. APROVAÇÃO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTO NO EDITAL. DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. VIOLAÇÃO DO ART. 23 DA LEI Nº 12.016/09. NÃO CARACTERIZADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 83/STJ. 1. É descabido o sobrestamento do recurso especial em decorrência do reconhecimento da repercussão geral de matéria constitucional pelo STF, pois o art. 328-A do Regimento Interno daquela Corte determina o sobrestamento, tão somente, do juízo de admissibilidade dos Recursos Extraordinários e dos Agravos de Instrumento contra o despacho denegatório a eles relacionados. 2. Não cabe ao STJ manifestar-se sobre eventual violação a dispositivos e princípios constitucionais, nem mesmo para fins de prequestionamento, sob pena de usurpar a competência conferida, constitucionalmente, ao Supremo Tribunal Federal. 3. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que o candidato aprovado dentro do número de vagas previsto no edital do certame não tem mera expectativa de direito, mas verdadeiro direito subjetivo à nomeação para o cargo a que concorreu e foi classificado. Precedentes: RMS 31.611/SP, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 17.05.2010; RMS 23.331/RO, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 05.04.2010. 4. De acordo com entendimento consolidado deste Superior Tribunal de Justiça, mesmo após expirado o prazo de validade do concurso público, há interesse processual do candidato na impetração de mandado de segurança contra ato omissivo consubstanciado na ausência de sua nomeação. Precedente: RMS 21.323/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 21.06.2010. 5. Agravo regimental não provido. (AgRg nos EDcl no Agravo de Instrumento nº 1334659/BA (2010/0140901-1), 1ª Turma do STJ, Rel. Benedito Gonçalves. j. 14.04.2011, unânime, DJe 19.04.2011). In CD Juris Plenum Ouro. Civil. Editora Plenum. Ano VII. Número 20. Vol. 1. Julho 2011. Original sem destaques.

Essa Corte Superior, em recentes julgamentos realizados, inclusive em caso onde figurou como parte o Estado do Maranhão, entendeu que a contratação precária de pessoal para preencher vagas existentes, em preterição a candidatos aprovados para ocupar o mesmo cargo e função, geraria a convalidação da mera expectativa de direito em direito líquido e certo. Veja-se:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE PROFESSOR DE NÍVEL MÉDIO DO ESTADO DO MARANHÃO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA COMPROVADA. ILEGALIDADE. PRETERIÇÃO CONFIGURADA. CONVOLAÇÃO DA EXPECTATIVA DE DIREITO NA SUA LIQUIDEZ E CERTEZA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. É entendimento doutrinário e jurisprudencial de que a aprovação em concurso público gera mera expectativa de direito à nomeação, competindo à Administração, dentro de seu poder discricionário, nomear os candidatos aprovados de acordo com a sua conveniência e oportunidade. 2. Entretanto, a mera expectativa se convola em direito líquido e certo a partir do momento em que, dentro do prazo de validade do concurso, há a contratação de pessoal, de forma precária, para o preenchimento das vagas existentes, em manifesta preterição àqueles que, aprovados em concurso ainda válido, estariam aptos a ocupar o mesmo cargo ou função. 3. Agravo Regimental desprovido. (AgRg no RMS 29973/MA, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 26/10/2010, DJe 22/11/2010). In CD Juris Plenum Ouro. Civil. Editora Plenum. Ano VII. Número 20. Vol. 1. Julho 2011. Original sem destaques.

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. MÉDICO OFTALMOLOGISTA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO. COMPROVADA A PRETERIÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CERTAME. RECONHECIDO O DIREITO À NOMEAÇÃO. NOVA QUALIFICAÇÃO JURÍDICA DOS FATOS DELIMITADOS NO ARESTO RECORRIDO. NÃO INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. A manutenção de contratos temporários para suprir a demanda por Médicos Oftalmologistas, demonstra a necessidade premente de pessoal para o desempenho da atividade, revelando flagrante preterição daqueles que, aprovados em concurso ainda válido, estariam aptos a ocupar o cargo; circunstância que, a teor da Jurisprudência desta Corte Superior, faz surgir o direito subjetivo do candidato à nomeação. 2. O reexame vedado em sede de Recurso Especial, nos moldes da Súmula 7/STJ, cinge-se à existência ou correção dos fatos delimitados na sentença e no acórdão recorrido; a atribuição de nova qualificação jurídica a um fato é perfeitamente possível ao STJ, pois está adstrita ao debate de matéria de direito (AgRg no EREsp. 134.108/DF, Corte Especial, Rel. Min. EDUARDO RIBEIRO, DJU 16.08.1999). 3. Agravo Regimental desprovido. (AgRg no Resp 1124373/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 21/06/2011, DJe 01/07/2011). In CD Juris Plenum Ouro. Civil. Editora Plenum. Ano VII. Número 20. Vol. 1. Julho 2011. Original sem destaques.

Interessante notar que também sobre esse ponto, a Corte Suprema se posiciona por reconhecer o direito líquido e certo, dos candidatos aprovados dentro do número de vagas existentes, quando há contratação temporária em preterição a eles, conforme se lê a seguir, litteris:

Agravo regimental em agravo de instrumento. 2. Existência de candidatos aprovados em concurso público. 3. Contratação de temporários. 3. Preterição. Precedentes do STF. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AI 776070 AgR, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 22/02/2011, DJe-053 DIVULG 21-03-2011 PUBLIC 22-03-2011 EMENT VOL-02486-02 PP-00320). Disponível em: www.stf.jus.br <<http://www.stf.jus.br>>. Original sem destaques. Acesso em 01/11/ 2011.

1. Concurso público: terceirização da vaga: preterição de candidatos aprovados: direito à nomeação: uma vez comprovada a existência da vaga, sendo esta preenchida, ainda que precariamente, fica caracterizada a preterição do candidato aprovado em concurso. 2. Recurso extraordinário: não se presta para o reexame das provas e fatos em que se fundamentou o acórdão recorrido: incidência da Súmula 279.

(AI 440895 AgR, Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Primeira Turma, julgado em 26/09/2006, DJ 20-10-2006 PP-00055 EMENT VOL-02252-05 PP-00920 RNDJ v. 6, n. 84, 2006, p. 57-58). Disponível em: www.stf.jus.br <<http://www.stf.jus.br>>. Original sem destaques. Acesso em 01/11/ 2011.

Sobre o primeiro julgado acima transcrito, de relatoria do Ministro Gilmar Mendes, é oportuno transcrever parte do fundamento do voto, pois é bem esclarecedor a respeito do tema em questão. Vejamos:

Nestes termos, aplica-se ao caso a jurisprudência pacífica desta Corte no sentido de que a ocupação precária, por comissão, terceirização ou contratação temporária, de atribuições próprias do exercício de cargo efetivo vago, para o qual há candidatos aprovados em concurso público vigente, configura ato administrativo eivado de desvio de finalidade equivalente à preterição da ordem de classificação no certame, fazendo nascer para os concursados o direito à nomeação, por imposição do artigo 37, inciso IV, da Constituição Federal. (Original sem destaques).

Ressalte-se, por oportuno, que em recente julgamento do RE nº 598.099-MT que teve repercussão geral reconhecida, o STF deixou consignado que o candidato aprovado em concurso público, dentro do número de vagas, possui direito subjetivo à nomeação. Trechos do voto do Relator, Min. Gilmar Mendes, publicado no Informativo nº 636, seguem abaixo transcritos, verbis:

A questão central a ser discutida nestes autos é se o candidato aprovado em concurso público dentro do número de vagas possui direito subjetivo, ou apenas expectativa de direito, à nomeação.

[...]

Esse direito à nomeação surge, portanto, quando se realizam as seguintes condições fáticas e jurídicas:

a) previsão em edital de número específico de vagas a serem preenchidas pelos candidatos aprovados no concurso público;

b) realização do certame conforme as regras do edital;

c) homologação do concurso e proclamação dos aprovados dentro do número de vagas previsto no edital, em ordem de classificação, por ato inequívoco e público da autoridade administrativa competente.

[...]

Destaques-se que as vagas previstas em edital já pressupõem a existência de cargos e a previsão na Lei Orçamentária, razão pela qual a simples alegação de indisponibilidade financeira, desacompanhada de elementos concretos, tampouco retira a obrigação da administração de nomear os candidatos aprovados.

Da leitura dos trechos do voto acima referido conclui-se que o direito líquido e certo à nomeação se configura quando, dentro do prazo de validade do concurso público, houver contratação precária de pessoal para o preenchimento de vagas de provimento efetivo existentes, em preterição aos que foram regularmente aprovados. A presente situação fática não me permite tomar conclusão diversa.

A hipótese dos autos retrata com clareza meridiana que a candidata impetrante restou aprovada em colocação excedente e não dentro das vagas previstas inicialmente no edital do torneio. Nesse caso, repese-se, não possui ela direito líquido e certo à nomeação, mas apenas mera expectativa de direito de ser chamada a ocupar um cargo efetivo à proporção que novas vagas forem sendo disponibilizadas (criadas por lei).

Sobre essa questão, importa sejam feitas algumas considerações a respeito do que seja cargo público de provimento efetivo para que assim se possam dirimir quaisquer dúvidas a respeito do tema.

Primeiramente cumpre ressaltar, de acordo com a lição de MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO, que servidor público é gênero cujas espécies são os servidores estatutários - sujeitos ao regime estatutário e que ocupam cargos públicos - empregados públicos - contratados sob o regime celetista e ocupantes de emprego público - e os servidores temporários - contratados por tempo determinado nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, os quais exercem função, sem estarem vinculados a cargo ou emprego público.

Destaca a referida doutrinadora, ademais, que a contratação por tempo determinado pressupõe caráter de excepcionalidade, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, sendo que "esses servidores exercerão funções, porém, não como integrantes de um quadro permanente, paralelo ao dos cargos públicos, mas em caráter transitório e excepcional".

Assim, tomando-se o conceito de cargo público previsto no art. 3º e parágrafo único da Lei nº 8.112/90, é este "o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor", os quais, sendo acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

No caso dos autos, a impetrante reclama o direito de ser nomeada para um cargo público, para o qual restou aprovada como excedente e não dentro das vagas previstas inicialmente no edital do torneio, tendo em vista a realização de processo seletivo para contratação temporária de professores. Assim, diante das observações antes elaboradas é que verifico não deter ela o direito líquido e certo que se irroga possuir, vez que não comprovou a existência de vagas para provimento efetivo ou mesmo que tenha havido preterição daqueles aprovados regularmente no concurso.

O certo é que as vagas destinadas aos candidatos aprovados no aludido processo seletivo não são de provimento efetivo, logo não podem ser preenchidas por aqueles que foram aprovados e classificados como excedentes no concurso público.

Além disso, é mister destacar que não existe qualquer ilegalidade na contratação temporária de professores. Ao contrário, a própria Constituição Federal, em seu art. 37, inciso IX, prevê a possibilidade de haver contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Na mesma via, a Lei nº 8.745/1993, alterada pela Lei nº 9.849/99, ao regulamentar mencionado dispositivo constitucional prevê que poderá haver contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, considerando como uma dessas hipóteses de necessidade a "admissão de professor substituto e visitante" (art. 1º e 2º, Inciso IV).

Nesse sentido, colaciono interessantíssimo e elucidativo precedente do STJ, que delineia com precisão a ocorrência de preterição de candidato pela contratação temporária de terceiros:

STJ-281651 ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CARGOS OCUPADOS EM CARÁTER PRECÁRIO DURANTE A VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO. PRETERIÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. APROVAÇÃO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTO EM EDITAL. DIREITO SUBJETIVO A NOMEAÇÃO E POSSE DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DO CERTAME. JUÍZO DE CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DA ADMINISTRAÇÃO ATÉ A SUPERVENIÊNCIA DO TERMO FINAL DE VALIDADE DO CONCURSO. 1. Sustentam os recorrentes, em síntese, que existem diversos cargos relativos ao concurso em que aprovados que estão preenchidos de forma precária e irregular por profissionais não concursados, de modo que o fato de não terem sido nomeados ainda importa preterição de sua ordem classificatória e consequente violação de direito líquido e certo. 2. Em primeiro lugar, a inobservância da ordem de classificação que se configura ilegal é aquela interna aos trâmites do certame, ou seja, aquela que ocorre entre candidatos. A contratação temporária ou o exercício de forma precária de cargos efetivados depois da homologação do concurso público não ensejam de per se a preterição dos candidatos regularmente aprovados. Precedente da Terceira Seção. 3. Em segundo lugar, ainda que se reputasse ilegal o exercício de maneira precária por inexistirem os motivos legalmente previstos para tanto, seria necessária dilação probatória para constatar a apontada ilegalidade da contratação temporária, inviável em sede de mandado de segurança. 4. Em terceiro lugar, esta Corte Superior adota entendimento segundo o qual apenas a regular aprovação em concurso público em posição classificatória compatível com as vagas previstas em edital confere ao candidato direito subjetivo a nomeação e posse dentro do período de validade do certame. Precedentes. 5. Na espécie, todas as vagas indicadas no edital (vinte e sete) foram preenchidas pela Administração Pública, de modo que, para os demais aprovados, remanesce apenas expectativa de direito. 6. Não fosse isto suficiente, à época da impetração, o certame ainda estaria dentro de seu prazo de validade, de modo que outras nomeação e posse deveriam guardar observância aos critérios de conveniência e oportunidade da Administração Pública. 7. Recurso ordinário em mandado de segurança não provido. (Recurso em Mandado de Segurança nº 22540/RJ (2006/0159918-6), 2ª Turma do STJ, Rel. Mauro Campbell Marques, j. 16.11.2010, unânime, DJe 25.11.2010). In CD Juris Plenum Ouro. Civil. Editora Plenum. Ano VII. Número 20. Vol. 1. Julho 2011. Original sem destaques.

Assim, ainda que se cogitasse da ilegalidade na contratação temporária, a estreita via do mandamus impede a aferição desse fato, porquanto a dilação probatória é incompatível com o rito especial deste remédio constitucional.

Feitas tais considerações, é importante asseverar outro ponto crucial para a compreensão da controvérsia, qual seja: a contratação de servidor por excepcional interesse público não implica ingresso de pessoal nos quadros da Administração Pública, tal como se vê da disposição inscrita no art. 11 da Lei 6.107/94 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Maranhão), verbis:

Art. 11 - São formas de provimento de cargo público:

I - nomeação;

II - promoção;

III - (revogado Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998)

IV - (revogado Lei nº 7.356, de 29 de dezembro de 1998)

V - readaptação;

VI - reverso;

VII - aproveitamento;

VIII - reintegração;

IX - recondução.

Assim, se não há ingresso de servidor nos quadros da Administração, a contratação por excepcional interesse público não configura preterição de candidato aprovado em concurso, tal como entende a impetrante.

Por outro lado, importa deixar claro que a regra inserta no art. 2º, inciso VII da Lei Estadual nº 6.915/97 - que dispõe sobre a contratação, por tempo determinado, de pessoal para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 19 da Constituição Estadual - não ampara o argumento exposto pela ora impetrante.

É que o citado dispositivo estabelece que se considera necessidade temporária de excepcional interesse público a admissão de professores para o ensino fundamental, ensino especial, ensino médio e instrutores para oficinas pedagógicas e profissionalizantes, desde que não existam candidatos aprovados em concurso público e devidamente habilitados, o que implica dizer que a referência dessa norma é aos candidatos classificados (aprovados dentro do número de vagas previstas no edital) e não aos excedentes.

Na hipótese em apreço, como já restou claro, não há prova de que candidatos habilitados dentro das vagas previstas no edital do certame tenham sido preteridos em prol de candidatos aprovados no processo seletivo, tampouco consta dos autos qualquer comprovação de que os contratados estejam ocupando vagas de provimento efetivo, porquanto a impetrante amparou a sua pretensão apenas na notícia da homologação do processo seletivo para contratação temporária.

Ao contrário do argumento exposto na inicial do mandamus, o que parece é que já houve o chamamento pela Administração Pública dos classificados no concurso público para ocuparem os cargos de provimento efetivo disponíveis.

Nessa esteira, interessa asseverar que as disposições contidas no edital, reitere-se, têm o condão de vincular a Administração apenas para nomear os aprovados no limite das vagas nele previstas e não os candidatos excedentes; as nomeações destes, se porventura ocorrerem, estarão no âmbito da discricionariedade administrativa.

Assim, repise-se, faz-se assente na jurisprudência pátria que o direito líquido e certo à nomeação se configura quando, dentro do prazo de validade do concurso público, houver contratação precária de pessoal para o preenchimento de vagas existentes, em preterição aos que foram regularmente aprovados.

Nesse caso, é vedado à Administração Pública, em existindo vagas de provimento efetivo, substituir as nomeações dos candidatos aprovados por contratações temporárias. Se assim proceder, estará lesando direitos individuais e ofendendo aos princípios norteadores da atividade administrativa.

Não é essa a hipótese dos autos, conforme já se viu.

Importante ressaltar que, a meu sentir, as reiteradas proposituras de demandas desta espécie demonstram a insatisfação dos candidatos com a Administração Pública, já que parece ela deixar transparecer a necessidade perene de mão de obra para o suprimento de suas necessidades.

Em que pese tal argumento, não vejo como conceder a segurança vindicada, já que, conforme asseverado, não há nos autos provas de que tenha havido preterição da impetrante. Além disso, foi ela aprovada e classificada em colocação excedente, e a concessão da segurança, nos moldes requeridos, seria uma levianidade desta Corte, pois estaria determinando a nomeação de candidato sem ter a certeza da existência de vagas de provimento efetivo. Além disso, os candidatos em melhor classificação restariam prejudicados.

Na hipótese, razoável seria que a sociedade se mobilizasse e cobrasse dos membros do Executivo e do Legislativo a criação de mais vagas, pois o Judiciário não tem fórmula mágica para a solução de todos os problemas sociais. Ou, ainda, que o Ministério Público promovesse as medidas cabíveis, como a Ação Civil Pública por ato de improbidade, contra o agente público que procedesse a sucessivas contratações temporárias sem a observância devida aos requisitos legais para a aplicação dessa exceção constitucional.

Entendo que admitir o ingresso de candidatos no serviço público em situações análogas a essa seria atribuir a esta Corte a mesma capacidade de fazer um camelo passar pelo fundo de uma agulha!

De outra banda, deve-se considerar que a impetrante não demonstrou que a sua efetivação em cargo público de provimento efetivo estaria dentro dos limites de gasto dos recursos orçamentários do Estado, nos termos do que estabelece o art. 169, § 1º, incisos I e II da Constituição Federal, vez que "todo e qualquer aumento de despesa, mesmo decorrente da nomeação de novos servidores ou da contratação de novos empregados, dependerá da existência de dotação orçamentária suficiente e da autorização na lei de diretrizes orçamentárias".

Veja-se o que diz a jurisprudência do STF e do STJ sobre o assunto, litteris:

Insuscetível de dúvida se revela também a jurisprudência quanto à necessidade de prévia dotação orçamentária para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, bem como autorização específica da lei de diretrizes orçamentárias, como dispõe o art. 169 da CF: (...)." (ADI 541)

<http://www.stf.jus.br/jurisprudencia/IT/frame.asp?SEQ=485294&PROCESSO=541&CLASSE=ADI&cod_classe=504&ORIGEM=IT&RECURSO=0&TIP_voto do Rel. Min. Carlos Velloso, julgamento em 10-5-2007, Plenário, DJ de 6-9-2007.>. Disponível em: www.stf.jus.br <<http://www.stf.jus.br>>. Original não negrito. Acesso em 01/11/2011.

RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. INTERESSE PROCESSUAL. EXISTÊNCIA. CONCURSO PÚBLICO. APROVAÇÃO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTO NO EDITAL, CONSIDERADAS AS DESISTÊNCIAS. DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. PRECEDENTES. 1. De acordo com entendimento consolidado deste Superior Tribunal de Justiça, mesmo após expirado o prazo de validade do concurso público, há interesse processual do candidato na impetração de mandado de segurança contra ato omissivo consubstanciado na ausência de sua nomeação. 2. Tendo em vista os princípios da lealdade, da boa-fé administrativa e da segurança jurídica, bem como o fato de que a criação de cargos depende de prévia dotação orçamentária, o candidato aprovado dentro do número de vagas previsto no edital do certame, consideradas as desistências dos candidatos melhor classificados, não tem mera expectativa de direito, mas verdadeiro direito subjetivo à nomeação. Precedentes. 3. Recurso ordinário provido. (RMS 21.323/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 01/06/2010, DJe 21/06/2010). Disponível em: www.stj.jus.br <<http://www.stj.jus.br>>. Original sem destaques. Acesso em 01/11/2011.

Este eg. Tribunal de Justiça segue a mesma linha de entendimento, inclusive em caso relatado por este julgador, in litteris:

TJMA - CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATOS APROVADOS FORA DO NÚMERO DE VAGAS. DIREITO LÍQUIDO E CERTO À NOMEAÇÃO. INEXISTÊNCIA. MERA EXPECTATIVA DE DIREITO. PREENCHIMENTO DE VAGAS PREVISTAS NO EDITAL. ATO VINCULADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. POSTERIOR CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. POSSIBILIDADE PREVISTA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E EM LEI ORDINÁRIA. I. Candidatos aprovados em colocações excedentes, e não nas vagas previstas inicialmente no edital do torneio, não possuem direito líquido e certo à nomeação, mas apenas mera expectativa de direito, vez que as disposições contidas no edital têm o condão de vincular a Administração apenas para nomear os aprovados no limite das vagas existentes. II. A Constituição Federal, em seu art. 37, inciso IX, bem como a Lei nº 8.745/1993, prevêem a possibilidade de haver contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, apenas sendo vedado à Administração Pública, em existindo vagas de provimento efetivo, substituir as nomeações dos candidatos aprovados por contratações temporárias. III. Em nenhuma ilegalidade incorre a Administração Pública se, dentro do prazo de validade do concurso, procede à nomeação dos candidatos aprovados para as vagas existentes e, após, empreende a contratação temporária de funcionários para suprir necessidade temporária e de excepcional interesse público. IV. Primeira Apelação conhecida e provida, e segunda apelação conhecida e desprovida, para reformar in totum a sentença vergastada, denegando a ordem mandamental concedida pela juíza de primeira instância. (Nº Processo 10052008 <http://www.tjma.jus.br/site/cons/juris/vw_proc2g.php?processo=10052008>, Acórdão 0788272009 <<http://www.tjma.jus.br/site/acordao/2009/00078827.doc>>, Relator JAIME FERREIRA DE ARAÚJO, Data 30/01/2009). Disponível em:

www.tjma.jus.br. Original sem destaques. Acesso em 01/11/ 2011.

MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATA APROVADA FORA DO NÚMERO DE VAGAS. MERA EXPECTATIVA DE DIREITO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA VIA PROCESSO SELETIVO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO À NOMEAÇÃO. INEXISTÊNCIA. 1. A aprovação em concurso público, fora da quantidade de vagas, não gera direito à nomeação, mas mera expectativa de direito. 2. A expectativa de direito se convalidaria em direito líquido e certo à nomeação se a administração desrespeita a ordem classificatória ou contrata pessoas para preencher as vagas oferecidas no edital, dentro do prazo de validade do certame. 3. Segurança denegada. (Nº Processo 161112010 <http://www.tjma.jus.br/site/cons/juris/vw_proc2g.php?processo=161112010>, Acórdão 0948582010, Relator LOURIVAL DE JESUS SEREJO SOUSA, Data 13/09/2010). Disponível em: www.tjma.jus.br. Original sem destaques. Acesso em 01/11/ 2011.

AGRAVO REGIMENTAL. CONSTITUCIONAL. CONCURSO PÚBLICO. DIREITO À NOMEAÇÃO. PRETERIÇÃO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO IMPROVIDO. I - É entendimento doutrinário e jurisprudencial que a aprovação em concurso público gera mera expectativa de direito à nomeação, competindo à Administração, no exercício de seu poder discricionário, nomear candidatos aprovados de acordo com a sua conveniência e oportunidade. II- Não obstante isso, a aprovação de candidato dentro do número de vagas, como pacificado recentemente pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça, gera direito subjetivo ao mesmo de ser nomeado para o cargo ao qual concorreu e foi habilitado, notadamente, quando aprovado dentro do prazo de validade do concurso e há contratação de pessoal, de forma precária, para o preenchimento de vagas existentes, em flagrante preterição àqueles que, aprovados em concurso ainda válido, estariam aptos a ocupar o mesmo cargo ou função. Agravo regimental desprovido. III- Observância dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. IV - Recurso improvido. (Nº Processo 36392009 <http://www.tjma.jus.br/site/cons/juris/vw_proc2g.php?processo=36392009>, Acórdão 0800222009, Relator JOSÉ STÉLIO NUNES MUNIZ, Data 08/05/2009). Disponível em: www.tjma.jus.br. Original sem destaques. Acesso em 01/11/ 2011.

REMESSA. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. DIREITO À NOMEAÇÃO. CRIAÇÃO DE VAGAS DURANTE A VIGÊNCIA DO CONCURSO E CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. I - O candidato aprovado em concurso público, ainda que fora do número de vagas previstas no Edital, possui direito líquido e certo à nomeação quando na vigência do concurso são criadas mais vagas e contratados terceiros precariamente. (Nº Processo 89562010 <http://www.tjma.jus.br/site/cons/juris/vw_proc2g.php?processo=89562010>, Acórdão 0916492010, Relator JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF, Data 21/05/2010). Disponível em: www.tjma.jus.br. Original sem destaques. Acesso em 01/11/ 2011.

ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. NOMEAÇÃO. INVERSÃO DA ORDEM CLASSIFICATÓRIA E CONTRATAÇÃO DE TERCEIRO ESTRANHO AO CARGO, DENTRO DA VALIDADE DO CONCURSO PÚBLICO. PRETERIÇÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 15 DO STF. IMPROVIMENTO. I - Aprovação em concurso público não gera, em princípio, direito à nomeação, mas mera expectativa de direito. Este direito, todavia, surgirá se houver preenchimento de vaga sem observância da ordem classificatória, ou se, na validade do concurso, houver contratação de pessoal, de forma precária, para o preenchimento de vagas existentes, em flagrante preterição àqueles que, aprovados em concurso ainda válido, estariam aptos a ocupar o mesmo cargo ou função. Precedentes STJ; II - "dentro do prazo de validade do concurso, o candidato aprovado tem o direito à nomeação, quando o cargo for preenchido sem observância da classificação" (STF, Súmula 15); III - remessa necessária não provida. (Nº Processo 209092010 <http://www.tjma.jus.br/site/cons/juris/vw_proc2g.php?processo=209092010>, Acórdão 0947672010, Relator CLEONES CARVALHO CUNHA, Data 14/09/2010). Disponível em: www.tjma.jus.br. Original sem destaques. Acesso em 01/11/ 2011.

TJMA-009251 DIREITO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. PROFESSOR. PORTUGUÊS. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. LEGALIDADE. A aprovação em concurso público fora do número de vagas oferecidas no edital gera mera expectativa de direito à nomeação, dependente da existência de vaga na disciplina e localidade escolhidas, na ordem de classificação no concurso. Não havendo comprovação de que as contratações temporárias obstaculizaram a nomeação dos aprovados no concurso público para professor da disciplina de português, assim como que o impetrante está na ordem imediata de nomeação, não é ilegal, a princípio, a contratação realizada pela Administração Pública. Ordem denegada. (Mandado de Segurança nº 013368/2006 (65.294/2007), Tribunal Pleno do TJMA, Rel. Jamil de Miranda Gedeon Neto. j. 14.03.2007, unânime, DO 24.04.2007). Disponível em: www.tjma.jus.br. Original sem destaques. Acesso em 01/11/ 2011.

Nesse passo, oportuno destacar que, inexistindo nos autos qualquer documento que comprove o direito líquido e certo da impetrante em ser nomeada para o cargo pleiteado, imperioso se faz o indeferimento da inicial por faltar à ação mandamental tal requisito, conforme determina o art. 10 da Lei nº 12.016/2009, verbis:

Art. 10. A inicial será desde logo indeferida, por decisão motivada, quando não for o caso de mandado de segurança ou lhe faltar algum dos requisitos legais ou quando decorrido o prazo legal para a impetração. (Original sem negrito)

Esse entendimento, de resto, é albergado pelo Superior Tribunal de Justiça, conforme os julgados abaixo transcritos, litteris:

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSUAL CIVIL. CONCURSO PARA FORMAÇÃO DE SOLDADO DA PM ESTADUAL. EXAMES FÍSICOS. ATESTADO. APRESENTAÇÃO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO ALEGADO. NECESSIDADE DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. A ação de mandado de segurança exige que a prova seja pré-constituída, para que o alegado direito líquido e certo seja de plano comprovado, não se admitindo dilação probatória. Ausente a comprovação do alegado, correta a decisão de indeferimento da inicial. Recurso desprovido. (RMS 16.504/BA, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 04/11/2003, DJ 01/12/2003 p. 371). Disponível em www.stj.jus.br <<http://www.stj.jus.br>>. Original sem destaques. Acesso em 01/11/ 2011.

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. ENSINO SUPERIOR. AUSÊNCIA DE ATO COATOR DE MINISTRO DE ESTADO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO DEMONSTRADO DE PLANO. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. VIA MANDAMENTAL INIDÔNEA. INDEFERIMENTO DA INICIAL. 1. A incompetência absoluta desta Corte para processar e julgar Mandado de Segurança cujo ato apontado como ilegal ou abusivo provém de outras autoridades que não as elencadas no art. 105, inciso I, alínea "b", da Constituição Federal, revela-se inafastável. 2. In casu, a impetrante não juntou qualquer documento comprobatório da prática de ato coator pelo Ministro da Educação, o que afasta a competência do STJ, posto que esta Corte somente tem competência para processar e julgar originariamente ações de segurança contra atos de autoria de Ministro de Estado ou do próprio STJ. 3. A concessão do mandado de segurança exige prova pré-constituída do direito líquido e certo que se quer ver declarado, apta a permitir o exame da pretensão deduzida, não se admitindo dilação probatória. Precedentes: MS 13.261/DF, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 04/03/2010; RMS 30.976/PR, Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJe 24/03/2010; Resp 1149379/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 30/03/2010. 4. In casu, inexistem nos autos qualquer documento que comprove, prima facie, a existência do seu direito, limitando-se o impetrante a juntar aos autos um andamento processual do Ministério da Educação e notícia de jornal informando que diversos estudantes ficaram impedidos de realizar a prova pelos mesmos motivos que a impetrante. 5. Agravo regimental desprovido. (AgRg no MS 15.167/DF, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 23/06/2010, DJe 01/07/2010). Disponível em www.stj.jus.br <<http://www.stj.jus.br>>. Original sem destaques. Acesso em 01/11/ 2011.

In casu, apenas se a candidata, aprovada dentro do número de vagas previstas no edital do certame, tivesse sido preterida em sua nomeação é que estaria configurada a lesão ao seu direito.

À guisa do exposto, e com respaldo no art. 10 da Lei nº 12.016/2009 c/c o art. 339, I, do RITJMA e o art. 267, I, do CPC, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL e extingo o processo, sem resolução do mérito, por carência de ação, eis que ausente o requisito específico do direito líquido e certo apto a demonstrar o direito postulado pela parte impetrante.

Sem custas, em face do deferimento da justiça gratuita.

Sem honorária, na forma das Súmulas 105 do STJ e 512 do STF.
Publique-se, registre-se e, uma vez certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa e archive-se.
São Luís, 07 de novembro de 2011
Desembargador JAIME FERREIRA DE ARAUJO
Relator

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS**MANDADO DE SEGURANÇA Nº. 028556/2011 – SÃO LUÍS****(NÚMERO ÚNICO: 0005699-36.2011.8.10.0000)****IMPETRANTE: CLAUDIA CRISTIANE DE MATOS SOUSA.****ADVOGADO: PEDRO RICARDO DE ALMEIDA RIBEIRO, BRENDA MARCELLE VIEIRA SERRA.****IMPETRADOS: SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO, GESTORA DE EDUCAÇÃO URE – UNIDADE REGIONAL DE EDUCAÇÃO.****RELATORA: DESA. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES****DECISÃO**

Trata-se de Mandado de Segurança impetrando por Claudia Cristiane de Matos Sousa em face de ato do Secretário de Educação do Estado do Maranhão e da Gestora de Educação da Unidade Regional de Educação de São Luís, que negou deferimento ao pedido de licença prêmio da Impetrante.

A Autora inicia sua missiva, pugnando pela concessão de assistência judiciária gratuita, sob o argumento de que não teria condições de arcar com os custos da demanda sem prejuízo de seu sustento e de sua família.

Relata em suas razões que é servidora pública estadual vinculada à Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, exercendo o cargo de Professora. Diz que foi aprovada em curso de Pós-Graduação em Filosofia, ministrado na Universidade Federal do Maranhão, cuja duração seria de 18 (dezoito) meses, com início em abril, no turno da noite, entre 18:30 e 22 horas.

Assevera que leciona na Unidade de Ensino CE Liceu Maranhense no mesmo turno do aludido curso de especialização, e por esta razão pleiteou seu afastamento das atividades docentes, o que foi indeferido sob o argumento de que a liberação causaria déficit de professores.

Aduz que em razão da greve dos professores, teria aproveitado para concluir 02 (dois) módulos da especialização, estando em curso, o terceiro.

Afirma que com o término da mencionada greve, está prestes a ser privada de seguir a especialização, razão pela qual vem sendo obrigada a se ausentar da atividade docente nos dias do curso. Em seguida, menciona que em razão da intransigência da Secretaria de Educação resolveu utilizar a licença-prêmio a que faria jus, por perfazer o período de 05 (cinco) anos em atividade.

Contudo o pedido de licença prêmio também teria sido indeferido, decisão que motiva a presente impetração.

Volta-se contra o indeferimento da licença prêmio, alegando que foi admitida em 15 de abril de 2002 e tomou posse em 19 de abril de 2002, completando o período aquisitivo da licença-prêmio, sem que tenha havido o seu respectivo gozo, ou qualquer penalidade. Por isso conclui que teria direito a concessão de 03 (três) meses de licença.

Assevera que seu pedido foi indeferido sob o argumento de que sua liberação implicaria em déficit para a escola, e apesar disso, a Secretaria de Educação não demonstrou a impossibilidade de suprir sua ausência.

Menciona que em pedido de reconsideração, informou a existência de professores que estão fora da sala de aula, postos à disposição com o encerramento do ensino médio noturno em algumas unidades de ensino, que poderiam substituir a Impetrante.

Afirma ainda, que detém outra matrícula no Estado do Maranhão e que já possui três períodos aquisitivos de licença-prêmio. Apesar disso, estaria pedindo o gozo de licença referente a apenas uma matrícula.

Em seguida, a Impetrante alega que o estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão não estaria sendo observado, e que a concessão de licença prêmio é ato vinculado da Administração, quando preenchidos os requisitos legais. Portanto, entende que não seria permitida a negativa.

Diz que o Estado do Maranhão realizou recente concurso e processo seletivo para a contratação de professores, e argumenta não poder aguardar eternamente pela concessão de licença prêmio sob o argumento do déficit, já que apenas a impossibilidade de substituição justificaria a negativa, o que não seria o caso, haja vista as recentes convocações de professores aprovados.

Sustenta que o *fumus boni iuris* estaria caracterizado pela ilegalidade do indeferimento de concessão da licença-prêmio almejada, e que *periculum in mora* seria indiscutível, pois estaria recebendo faltas na atividade docente, pois seria obrigada a não comparecer à escola onde trabalha para continuar o curso de especialização.

Conclui pedindo que seja concedida liminar *inaudita altera parte*, para que as Autoridades Impetradas sejam obrigadas a deferir o pedido de licença-prêmio por assiduidade pelo período de 03 (três) meses à Impetrante. Pede também, assistência judiciária gratuita, e que no julgamento de mérito, seja confirmada a liminar com a concessão da segurança pleiteada.

Com a inicial, acostou os documentos de fls. 14/34.

Vieram-me conclusos.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, sobre o pedido de assistência judiciária gratuita, sua concessão depende apenas da simples alegação da parte, no sentido de que não tem condições de arcar com as despesas do processo, segundo disposição do artigo 4º, da Lei nº. 1.060/50, para que lhe seja assegurado o direito de acesso à Jurisdição. Atendido o requisito à fl. 04, concedo o benefício.

Já a concessão de medida liminar em Mandado de Segurança, depende da presença dos requisitos previstos no artigo 7º, inciso III, da Lei nº. 12016/2009, que tem o seguinte texto:

Art. 7º Ao despachar a inicial, o juiz ordenará:

[...]

III - que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, sendo facultado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica.

Analisando sumariamente a questão, vejo que a Impetrante aponta como ato coator, a negativa de concessão de licença prêmio a que faria jus, regulada pela Lei Estadual nº. 6.107/94, no seu artigo 145, e § 1º, da seguinte forma:

Art.145. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor fará jus a 3(três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo.

§1º. Para efeito de licença-prêmio, considera-se de exercício o tempo de serviço prestado pelo servidor em cargo ou função estadual, qualquer que seja a sua forma de provimento.

Na espécie, em primeira análise vejo que a Impetrante comprova ter mais de 05 (cinco) anos ininterruptos de exercício no cargo de professora, segundo informa documento emitido pela Supervisão de Cadastro Funcional vinculada à Secretaria de Estado da Educação, à fl. 28. Portanto, faz jus à licença prêmio.

Quanto ao tema, entendo que o critério para verificação do cumprimento dos requisitos necessários para a obtenção de licença-prêmio é legal, portanto, vinculado, e não discricionário. Inclusive, em voto de minha relatoria esta Corte já se posicionou pela ilegalidade da negativa de concessão do benefício, quando preenchidos os requisitos legais como na espécie, segundo se nota do seguinte julgado:

MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICENÇA-PRÊMIO. ARTIGOS 145 A 150 DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO MARANHÃO. REQUISITOS PREENCHIDOS. DIREITO SUBJETIVO. CONCESSÃO. ATO VINCULADO E NÃO DISCRICIONÁRIO. GOZO DA LICENÇA-PRÊMIO. INCLUSÃO NO CALENDÁRIO DA ENTIDADE DE DIREITO PÚBLICO. DIREITO DISCRICIONÁRIO RESTRITO. CONCESSÃO DA SEGURANÇA. I - A impetrante conta com mais de 10 (dez) anos de serviços ininterruptos no período de 1998 a 2008, o que lhe dá o direito a percepção da licença prevista no artigo 145 do Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão. II - É ilegal o indeferimento do pedido administrativo formulado pela impetrante, ao argumento de que a licença-prêmio ato discricionário do gestor. III - Sucede que a concessão da licença-prêmio por assiduidade é ato vinculado e não discricionário, cabendo à Administração Pública apenas verificar se os requisitos em lei exigidos estão ou não preenchidos, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça. IV - Concedida a licença-prêmio, resta ao Gestor incluir, de modo razoável, o período de gozo no calendário da repartição pública, de modo que não haja o cumprimento de uma ordem sem precedência nos pedidos. V - Segurança concedida. (TJ/MA. Mandado de Segurança nº. 036692/2009. Relatora Desembargadora Maria das Graças de Castro Duarte Mendes. 07/04/2011).

Portanto, entendo como relevante o fundamento apresentado, e, portanto, presente o *fumus boni iuris*.

De outro lado, ainda em análise sumária, vejo que há prova também de que a Impetrante leciona no turno noturno, e que está cursando Pós-Graduação no mesmo turno (fls. 21 e 22). Tal situação, já vem provocando a atribuição de faltas e descontos na remuneração da Impetrante, segundo atestam os contracheques presentes às fls. 18/20.

Portanto, não há outra conclusão, senão de que a espera pelo desfecho da demanda pode resultar em ineficácia da medida pleiteada, o que indica a presença de *periculum in mora*.

Isto posto, **defiro a tutela liminar pleiteada**, determinando que as Autoridades Impetradas concedam à Impetrante, no prazo de 05 (cinco) dias a licença prêmio de 03 (três) meses, sob pena de multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a ser suportada pela Fazenda Pública Estadual.

Outrossim, ressalvo que as Autoridades Impetradas devem incluir, de modo razoável, o período de gozo no calendário da repartição pública, de modo que haja o cumprimento da ordem com observância de precedência de outros eventuais pedidos.

Notifiquem-se as Autoridades Impetradas, a fim de que prestem no prazo legal de 10 (dez) dias, as informações que entenderem necessárias, fornecendo-lhes cópias da petição inicial e demais documentos instrutivos, em consonância com os termos do artigo 7º, inciso I, da Lei nº. 12.016/2009.

Notifique-se também, o Procurador-Geral do Estado do Maranhão, para que tome conhecimento desta decisão e, se quiser, ingresse na lide, nos termos do inciso II, do artigo 7º, da Lei nº. 12.016/2009.

Recebidas as informações ou transcorrido o prazo, encaminhem-se os autos ao Órgão Ministerial.

Publique-se. Intime-se. Oficie-se. Cumpra-se.

São Luís (MA), 1º de novembro de 2011.
Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes
Relatora

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

REPRESENTAÇÃO PARA INTERVENÇÃO ESTADUAL Nº 39.229/2010

NÚMERO ÚNICO: 0018711-54.2010.8.10.0000

REPRESENTANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE IMPERATRIZ

REPRESENTADO: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA

Advogados: Dr. Marcus Aurélio Borges Lima e outros

Relator: Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF

DESPACHO

Trata-se de Representação Interventiva do Estado do Maranhão no Município de São Pedro da Água Branca, promovida pelo MM. Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Imperatriz, com fundamento no art. 35, da Constituição Federal e arts. 16, IV da Constituição Estadual, em razão do descumprimento de decisão proferida na Ação Cautelar nº 7604-12.2009.8.10.0044 que tramita naquela vara, em que o requerido deixou de dar cumprimento à decisão que determinava a reintegração de servidores públicos aos seus cargos.

Ante a regularização da representação processual do representado, determino seja este intimado, mediante publicação, para que no prazo de 10 (dez) dias, comprove nos autos se os autores da referida ação cautelar foram reintegrados.

Publique-se e cumpra-se.

São Luís, 08 de novembro de 2011.

Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF
Relator

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

REPRESENTAÇÃO PARA INTERVENÇÃO ESTADUAL Nº 39.227/2010

NÚMERO ÚNICO: 0018712-39.2010.8.10.0000

REPRESENTANTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE IMPERATRIZ

REPRESENTADO: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA

Advogados: Dr. Marcus Aurélio Borges Lima e outros

Relator: Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF

DESPACHO

Trata-se de Representação Interventiva do Estado do Maranhão no Município de São Pedro da Água Branca, promovida pelo MM. Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Imperatriz, com fundamento no art. 35, da Constituição Federal e arts. 16, IV da Constituição Estadual, em razão do descumprimento de decisão proferida na Ação Cautelar nº 7813-78.2009.8.10.0044 que tramita naquela vara, em que o requerido deixou de dar cumprimento à decisão que determinava a reintegração de servidores públicos aos seus cargos.

Verifico que às fls. 87/96 foi juntada Petição nº 28.029/2011, porém a mesma faz referência à Representação para Intervenção nº 39.224/2010, cujo número único é o 0018719-31.2010.8.10.0000. Desse modo, determino seja desentranhada a referida petição para que seja anexada corretamente no processo mencionado.

Na oportunidade, determino seja retirado o pedido de informações ao Magistrado representante sobre o andamento da Ação Cautelar nº 7813-78.2009.8.10.0044.

Outrossim, intime-se o representado para que no prazo de 10 (dez) dias, comprove nos autos se os autores da referida ação cautelar foram

reintegrados.
Publique-se e cumpra-se.
São Luís, 08 de novembro de 2011.

Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF
Relator

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

Mandado de Segurança n.º 16063/2010 – São Luís.

IMPETRATE: MAGNO CUNHA DA SILVA

ADVOGADOS: JOSÉ GUTEMBERG FIGUEIRÊDO DE MEDEIROS.

IMPETRADO: SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO

RELATORA: DESA. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES.

DESPACHO

Intime-se o Estado do Maranhão, na pessoa do Procurador Geral do Estado, para integrar a lide, pois trata-se de litisconsorte necessário. Notifique-se a mesma para, no prazo de 10 dias, prestar as informações necessárias, nos termos do art. 7º, I, da Lei nº 12.016/2009. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

São Luís, 01 de novembro de 2011.
Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes
Relatora

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

Cumprimento de Sentença n.º 26.069/2011 – SÃO LUÍS.

(Número único: 0018142-53.2010.8.10.0000).

REQUERENTE: DARLY DE BRITO AZEVEDO.

ADVOGADO: EDSON RANYERE PENHA DE FREITAS.

REQUERIDO: ESTADO DO MARANHÃO.

RELATORA: DESA. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES.

DESPACHO

Com fundamento no art. 730, cite-se o Estado do Maranhão, na pessoa de sua Procuradora-Geral, para que, no prazo legal de 30 (trinta) dias, oponha, se quiser, embargos à presente execução. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

São Luís, 04 de novembro de 2011.
Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes
Relatora

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

MANDADO DE SEGURANÇA n.º 29.019/2011 – SÃO LUÍS

(Número único: 0005825-86.2011.8.10.0000)

IMPETRANTE: ADIERTON RICARDO VIANA LIMA.

ADVOGADO: JOSÉ AMÂNCIO DE ASSUNÇÃO NETO.

IMPETRADOS: SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MARANHÃO E O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO MARANHÃO.

RELATORA: DESA. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES.

DESPACHO

ADIERTON RICARDO VIANA LIMA, já qualificado nestes autos, impetrou o presente Mandado de Segurança em face de ato do **SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MARANHÃO E DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**, dito ilegal e arbitrário, referente à sua não nomeação no cargo de professor de ensino médio regular de História, com lotação no Município de Santa Quitéria, tendo em vista a sua aprovação no concurso público, conforme os termos do Edital n.º 001/2009.

Colacionou documentos de fls. 17/71.

Compulsando os autos, verifico, em juízo preliminar, que esta ação mandamental preenche os requisitos de cabimento, sendo necessário que as Autoridades Coatoras prestem as necessárias informações.

Portanto, notifiquem-se os Impetrados, a fim de que prestem, no prazo legal de 10 (dez) dias, as informações que entender necessárias, fornecendo-lhe cópia da petição inicial e demais documentos instrutivos, em consonância com os termos do art. 7º, inciso I, da Lei n.º 12.016/2009.

Intime-se, na forma do art. 7º, inciso II, da Lei n.º 12.016/2009, a Procuradora-Geral do Estado, para que tome ciência da impetração e, querendo, ingresse no feito.

Após, voltem-me conclusos para análise do pedido de liminar.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

São Luís, 01 de novembro de 2011.
Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes
Relatora

**PAUTA DE JULGAMENTO
CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS**

SERÃO JULGADOS PELAS CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS, SEXTA-FEIRA, 18 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS NOVE HORAS, OU NÃO SE REALIZANDO, NAS SEXTAS-FEIRAS SUBSEQUENTES OS SEGUINTE PROCESSOS:

01 – PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Processo de Conhecimento | Procedimento de Conhecimento | Procedimentos Especiais |

Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos | Mandado de Segurança NÚMERO PROCESSO N.º 0002659-**46.2011.8.10.0000 PROTOCOLO N.º 13016/2011 – SÃO LUÍS**

IMPETRANTE: ANTÔNIO AUGUSTO SOARES SERRA
Advogado: José Raimundo Soares Serra
IMPETRADO: SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE DO MARANHÃO
RELATORA: Desa. ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ

02 – PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Processo de Conhecimento | Procedimento de Conhecimento | Procedimentos Especiais | Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos | Mandado de Segurança NÚMERO PROCESSO N.º 0003544-**60.2011.8.10.0000 PROTOCOLO N.º 17314/2011 – SÃO LUÍS**

IMPETRANTE: ANTÔNIA CLEIDJANE GONÇALVES LIMA
Advogado: Cosmo Alexandre da Silva
IMPETRADO: SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO MARANHÃO – SEPLAN
RELATOR: Des. LOURIVAL DE JESUS SEREJO SOUSA

03 – PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Processo de Conhecimento | Procedimento de Conhecimento | Procedimentos Especiais | Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos | Mandado de Segurança NÚMERO PROCESSO N.º 0014145-**62.2010.8.10.0000 PROTOCOLO N.º 20396/2010 – SÃO LUÍS**

IMPETRANTE: WEDELSON DOS SANTOS MARQUES
Advogado: Carlos Levy Ferreira Gomes
IMPETRADOS: SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO MARANHÃO – SEPLAN e SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO MARANHÃO – SEDUC
LITISCONSORTE: ESTADO DO MARANHÃO
Procuradora: Fausta Maria de Sousa Pereira
RELATORA: Desa. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES

04 – PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Processo de Conhecimento | Procedimento de Conhecimento | Procedimentos Especiais | Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos | Mandado de Segurança NÚMERO PROCESSO N.º 0004256-**50.2011.8.10.0000 PROTOCOLO N.º 20689/2011 – SÃO LUÍS**

IMPETRANTE: FRANCISCO ALEXANDRE DE SOUZA SALES
Advogado: Leonardo Dutra de Sousa
IMPETRADOS: SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO MARANHÃO, SECRETÁRIO INTERINO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO MARANHÃO
RELATOR: Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF

05 – PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Processo de Conhecimento | Procedimento de Conhecimento | Procedimentos Especiais | Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos | Mandado de Segurança NÚMERO PROCESSO N.º 0004442-**73.2011.8.10.0000 PROTOCOLO N.º 21882/2011 – SÃO LUÍS**

IMPETRANTE: RAIMUNDO NONATO FERREIRA CUTRIM
Advogado: Luís Anderson Cutrim de Sousa
IMPETRADO: SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO MARANHÃO
LITISCONSORTE: ESTADO DO MARANHÃO
Procurador: Rodrigo Maia Rocha
RELATORA: Desa. ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ

06 – PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Processo de Conhecimento | Procedimento de Conhecimento | Procedimentos Especiais | Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos | Mandado de Segurança NÚMERO PROCESSO N.º 0004502-**46.2011.8.10.0000 PROTOCOLO N.º 22183/2011 – SÃO LUÍS**

IMPETRANTE: PAULO CONCEIÇÃO CUNHA DOS SANTOS
Advogado: Willians Dourado Costa
IMPETRADO: SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO MARANHÃO
LITISCONSORTE: ESTADO DO MARANHÃO
Procurador: Rodrigo Maia Rocha
RELATORA: Desa. ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ

07 – PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Processo de Conhecimento | Procedimento de Conhecimento | Procedimentos Especiais | Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos | Mandado de Segurança NÚMERO PROCESSO N.º 0004503-**31.2011.8.10.0000 PROTOCOLO N.º 22184/2011 – SÃO LUÍS**

IMPETRANTE: RAIMUNDO FERNANDO SANTOS ROSA
Advogado: Willians Dourado Costa
IMPETRADO: SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO MARANHÃO
LITISCONSORTE: ESTADO DO MARANHÃO
Procurador: Rodrigo Maia Rocha
RELATORA: Desa. ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ

08 – PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Processo de Conhecimento | Procedimento de Conhecimento | Procedimentos Especiais | Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos | Mandado de Segurança NÚMERO PROCESSO N.º 0004504-

16.2011.8.10.0000 PROTOCOLO N.º 22185/2011 – SÃO LUÍS

IMPETRANTE: FRANCISCA TERESA MACHADO DE QUEIROZ LIMA ROMÃO
Advogado: Willians Dourado Costa
IMPETRADO: SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO
ESTADO DO MARANHÃO
LITISCONSORTE: ESTADO DO MARANHÃO
Procurador: Rodrigo Maia Rocha
RELATOR: Des. JOSÉ STÉLIO NUNES MUNIZ

09 – PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Processo de Conhecimento | Procedimento de Conhecimento | Procedimentos Especiais | Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos | Mandado de Segurança NÚMERO PROCESSO N.º 0005305-**29.2011.8.10.0000 PROTOCOLO N.º 26390/2011 – SÃO LUÍS**

IMPETRANTE: IVALDO VIEIRA NASCIMENTO
Advogado: Luís Anderson Cutrim de Sousa
IMPETRADO: SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradora: Fausta Maria de Sousa Pereira
RELATOR: Des. MARCELO CARVALHO SILVA

10 – PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Outros Procedimentos | Incidentes | Conflito de Competência NÚMERO PROCESSO N.º 0003005-**94.2011.8.10.0000 PROTOCOLO N.º 14879/2011 – SÃO LUÍS**

SUSCITANTE: DESEMBARGADOR CLEONES CARVALHO CUNHA
SUSCITADA: DESEMBARGADORA NELMA SARNEY COSTA
RELATOR: Des. JOSÉ STÉLIO NUNES MUNIZ

11 – PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Outros Procedimentos | Incidentes | Exceções | Exceção de Suspeição NÚMERO PROCESSO N.º 0017321-46.2010.8.10.0001 PROTOCOLO N.º 21196/2010 – SÃO LUÍS

EXCIPIENTE: GERSON PESTANA DOS SANTOS
Advogado: Vail Altarugio Filho
EXCEPTO: JUÍZA DE DIREITO DA 5ª VARA DA FAMÍLIA DA CAPITAL
RELATORA: Des. ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ

12 – PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Outros Procedimentos | Incidentes | Exceções | Exceção de Suspeição NÚMERO PROCESSO N.º 0031784-30.2009.8.10.0000 PROTOCOLO N.º 31784/2009 – PEDREIRAS

EXCIPIENTE: LUZIA ALVES TAVARES
Advogado: José Lacerda de Lima Sobrinho
EXCEPTO: JUÍZ DE DIREITO DA 3ª VARA DA COMARCA DE PEDREIRAS
RELATORA: Des. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES

13 – PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Processo de Conhecimento | Procedimento de Conhecimento | Procedimentos Especiais | Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos | Intervenção em Município NÚMERO PROCESSO N.º 0018719-31.2010.8.10.0000 PROTOCOLO N.º 39224/2010 – IMPERATRIZ

REPRESENTANTE: JOAQUIM DA SILVA FILHO – JUIZ DE DIREITO DA VARA DA
FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE IMPERATRIZ
REPRESENTADO: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA
Advogados: Marcus Aurélio Borges Lima, Armstrong Tavares de Lindenberg, Gilvan
Valporto Santos, Renata de Caroli C. D'Angelo, Mirian Marla de M.
Nunes Lima e Flávio Vinicius Araújo Costa
RELATOR: Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF

14 – PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Processo de Conhecimento | Procedimento de Conhecimento | Procedimentos Especiais | Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa | Ação Rescisória NÚMERO PROCESSO N.º 0006384-77.2010.8.10.0000 PROTOCOLO N.º 6384/2010 – SÃO LUÍS

AUTOR: JOSÉ DE RIBAMAR BORGES
Advogados: Carlos Alberto Braga Diniz Júnior, Marcos Fabrício Araújo de Sousa
RÉ: (A. C. S. B. S.) representada por sua mãe, CINTHIA SEBASTIANA DOS
SANTOS BORGES SERRA
Advogado: Paulo César Marques Lopes
Litisconsorte Passivo: ESTADO DO MARANHÃO
Procurador: Carlos Santana Lopes
RELATOR: Des. MARCELO CARVALHO SILVA
REVISORA: Des. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES

15 – PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | Processo de Conhecimento | Procedimento de Conhecimento | Procedimentos Especiais | Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa | Ação Rescisória NÚMERO PROCESSO N.º 0010220-92.2009.8.10.0000 PROTOCOLO N.º 10663/2010 – SÃO LUÍS

AUTOR: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A
Advogados: Deyvison dos Santos Pereira, Valmir Pontes Filho, Rodolfo Licurgo,
Marcus Vinicius A. Alcanfor, Suellen Oliveira Lima Coimbra, Renata Kelly
Araújo Carvalho e Manoel de Castro Júnior
RÉU: JOSÉ RAIMUNDO NONATO MOURA RIBEIRO
Advogados: Ronaldo Henrique Santos Ribeiro e outros
RELATORA: Des. NELMA CELESTE SOUZA SILVA SARNEY COSTA

REVISOR: Des. LOURIVAL DE JESUS SEREJO SOUSA

PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLOVIS BEVILÁQUA", em São Luís, 09 de novembro de 2011.

Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF
Presidente das Câmaras Cíveis Reunidas**Câmaras Criminais Reunidas****CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS****REVISÃO CRIMINAL N.º 017075/2011(0003493-49.2011.8.10.0000)-JOÃO LISBOA****REQUERENTE: FRANCISCO ARRUDA DA SILVA****ADVOGADO: ADALGISA BORGES LUZ SILVA e JOÃO BATISTAS BORGES SILVA****REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL****JUIZ PROLATOR: ALLINE MATOS PIRES GUERRA****ENQUADRAMENTO: ART 157 § 2º INCISO I, II C/C ART. 213 E ART. 214 DO CPB.****RELATOR: DES. RAIMUNDO NONATO MAGALHÃES MELO****REVISOR: DES. ANTONIO FERNANDO BAYMA DE ARAUJO.****VISTOS, ETC.**

Trata-se de Revisão Criminal interposta pelo Requerente Francisco Arruda da Silva, com a intenção de ver reformada a decisão proferida pelo M.M Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de João Lisboa/Ma, com o reconhecimento de crime continuado na conduta do mesmo, reduzindo assim a condenação.

Informa o Requerente que foi condenado a uma pena de 30 (trinta) anos e 02(dois) meses de reclusão e mais 100(cem) dias multa pela prática dos crimes art. 157 § 2º inciso I, II C/C art. 213 e art. 214 do CPB, e que desta decisão interpôs recurso de Apelação o qual foi negado provimento.

Que atualmente encontra-se preso há mais de 05 (cinco) anos na Penitenciária de Pedrinha em São Luís/Ma, e vem sofrendo ameaças de morte por parte de outros presos da capital.

Aduz que na data de sua prisão, contava apenas com 18 (dezoito) anos e 08 meses de idade, e que sua conduta tratou-se de um crime continuado, devendo ser revista a sentença condenatória e reduzida a pena imposta.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

A Revisão Criminal interposta tem a intenção de ver reformada a decisão proferida pelo M.M Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de João Lisboa/Ma, sob a alegação de que a conduta praticada pelo Requerente foi realizada em continuidade delitiva, o que possibilita a redução de sua condenação.

O Regimento Interno desta Corte prescreve em seu art. 407 que a revisão das decisões condenatórias transitadas em julgado, proferidas pelo Tribunal ou mantidas, no julgamento de ação penal originária ou de recurso criminal ordinário, será admitida:

"I - se o acórdão ou a sentença for contrária ao texto expresso de lei penal ou à evidência dos autos;

II - se a decisão condenatória se fundar em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos;

III - se, após a decisão, forem descobertas novas provas que convençam da inocência do condenado ou circunstância que determine ou autorize diminuição da pena. (Redação dada pela Resolução nº 23/2009 de 03.06.2009)."

A Revisão Criminal interposta trouxe um resumo do andamento da Ação Penal que culminou na condenação do Requerente, e menciona que o mesmo à época do fato delituoso era menor de 21 anos, estando atualmente sofrendo ameaças de morte por parte de presos da capital, na Penitenciária de Pedrinhas.

Alega que a conduta delituosa praticada pelo Requerente foi realizada em continuidade delitiva, o que possibilita a redução de sua condenação.

In casu, o Requerente não comprovou a descobertas de novas provas que convençam a existência de circunstância que determine ou autorize diminuição da pena.

Conforme se observa, na peça revisional e na sentença de fls. 168/179, não houve demonstração fato novo capaz de admitir a análise da sentença condenatória por meio de Revisão Criminal, assim como, sentença não foi contrária ao texto expresso de lei ou à evidência dos autos.

Ante o exposto, sem maiores delongas, conforme prescrito no art. 407 do RITJMA, INDEFIRO LIMINARMENTE a presente Revisão Criminal.

Publique-se.

São Luís, 08 de novembro de 2011.

Desembargador RAIMUNDO NONATO MAGALHÃES MELO.Relator

Tribunal Pleno**TRIBUNAL PLENO****PROCESSO CRIMINAL | PROCESSO ESPECIAL | PROCESSO ESPECIAL DE LEIS ESPARSAS | CRIMES AMBIENTAIS****NÚMERO PROCESSO: 0012779-85.2010.8.10.0000****NÚMERO PROTOCOLO: 016183/2010****AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL****SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA: EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU****RÉU: MARCOS ANTÔNIO DE CARVALHO CALDAS****ADVOGADO: RONALDO HENRIQUE SANTOS RIBEIRO****ENQUADRAMENTO: ART. 60, DA LEI Nº 9.605/98****RELATOR: DES. JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS****DECISÃO**

Defiro o pedido de fl. 198. Encaminhem-se, pois, em 24h (vinte e quatro horas), cópias dos documentos de fls. 76 USQUE 82 ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Superintendência Regional do Maranhão, para que integrem a solicitação já formulada, pelo aqui Réu, perante aquela Autarquia.

Após, permaneçam os autos na Coordenadoria do Plenário e das Câmaras Reunidas, onde deverão aguardar a juntada, pelo Réu, dos documentos comprobatórios da doação acordada na espécie, aí incluído o registro respectivo. Prazo: 60 (sessenta) dias.

Publique-se.

Cumpra-se.

São Luís, 08 de novembro de 2011

José JOAQUIM FIGUEIREDO dos Anjos
Relator**TRIBUNAL PLENO****MANDADO DE SEGURANÇA n.º 28.340/2011 – SÃO LUÍS.****(Número único: 0005646-55.2011.8.10.0000).****IMPETRANTE: ROGÉRIO DE LIMA REIS ARAÚJO.****ADVOGADO: ROGÉRIO DE LIMA REIS ARAÚJO.****IMPETRADO: DESEMBARGADOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONCURSO PARA OUTORGA DE DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS DE NOTAS E REGISTROS E DO DIRETOR DO INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DO EXTREMO SUL – IESES.****RELATORA: DESA. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES.****DECISÃO**

ROGÉRIO DE LIMA REIS ARAÚJO, já qualificado nestes autos, impetrou o presente Mandado de Segurança, com pedido de liminar, em face de ato do **DESEMBARGADOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONCURSO PARA OUTORGA DE DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS DE NOTAS E REGISTROS, DIRETOR DO INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DO EXTREMO SUL – IESES**, dito ilegal e arbitrário, referente a não apreciação dos recursos das provas teóricas e práticas.

Colhe-se dos autos que o Impetrante se submeteu ao concurso para outorga de serviço notarial, na modalidade de ingresso, obtendo êxito na prova objetiva e convocado para a prova subjetiva. Sucede que a prova subjetiva foi composta de 06 (seis) questões, sendo 04 (quatro) teóricas, onde valia 01 (um) ponto cada uma e 02 (duas) práticas, valendo 03 (três) pontos cada uma.

Afirma que, nas questões teóricas, teve a seguinte pontuação: nas questões 01 e 02, obteve pontuação de 0,75 (setenta e cinco centésimos); na questão 03, obteve nota máxima, qual seja, 1,00 (um) ponto; na questão 04, obteve 0,5 (meio) ponto. Com relação às questões práticas, na questão 01 obteve 1,00 (um) ponto e na 02, obteve 1,5 (um e meio) ponto, totalizando 5,5 (cinco e meio) pontos.

Ressalta que foi habilitado no certame, conforme lista divulgada no dia 02 de agosto de 2011. Desta decisão, sentindo-se insatisfeito com sua nota, interpôs tempestivamente recurso administrativo, sendo negado provimento ao pedido de revisão das questões práticas, conforme os termos do acesso aos pedidos de revisão, isto em 19 de agosto do corrente ano, mantendo-se a sua pontuação originária.

Aponta que não houve nenhuma resposta aos pedidos de revisão em relação às questões práticas 01 e 02, ou seja, os recursos destas questões não foram apreciados apesar de terem sido formulados de acordo com o Edital n.º 01/2011, que rege o certame.

Diz ser cabível a segurança, uma vez que recorreu administrativamente das questões práticas 01 e 02 e estas não foram apreciadas pela Banca Examinadora, o que já configura clara violação ao princípio constitucional da legalidade, pois, é direito líquido e certo do Impetrante ter suas provas reavaliadas pela Banca Examinadora, logo, perfeitamente possível o controle judicial do ato.

Fundamenta o seu pedido no art. 37, inciso II, da Constituição Federal, que trata necessidade de concurso para ingresso nos cargos públicos e da necessidade de preservação dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, transparência, razoabilidade e motivação dos atos administrativos.

Corroborando dizendo que não se questiona os critérios de correção da prova, mas, o fato de não ter obtido resposta motivada do seu recurso de revisão, importando na omissão da Comissão de Concurso em conhecer do pedido de revisão das provas discursivas e práticas.

Ao final, requereu liminar para que seja suspensa a disponibilização da média final e classificação dos aprovados, determinando que seja promovida a revisão das questões práticas 01 e 02, referente à prova subjetiva do Impetrante. No mérito, a confirmação, em definitivo, da liminar requerida.

Colacionou documentos de fls. 12/68.

É o relatório. Decido.

Analisando os autos, vejo que se encontram reunidos os requisitos necessários a concessão da liminar: *periculum in mora* e *fumus boni juris*.

No caso em apreço deixou a Administração de cumprir com o princípio da legalidade, ao não promover a revisão das respostas do Impetrante, tendo em vista que tempestivamente apresentou recurso administrativo do resultado da prova subjetiva.

A Banca Examinadora não apresentou resposta do pedido de revisão da prova do Impetrante, referente às questões da prova prática (01 e 02), levando-o ilegalmente a uma aleatória classificação no certame.

O próprio edital n.º 001/2011, no item 15.7.3, prevê que o resultado do pedido de revisão seria divulgado no dia 16 de agosto de 2011. No entanto, o Impetrante não teve seus pedidos de revisão atendidos pela Comissão Examinadora, isto em relação às questões da prova prática, que, acaso ocorresse, possivelmente acresceria mais pontos ao Impetrante e sua classificação estaria claramente preservada.

Tal fato importa em violação ao direito líquido e certo do Autor, o qual merecia tratamento igualitário em relação aos demais candidatos, que tiveram seus recursos devidamente acatados ou respondidos motivadamente.

A questão é de procedimento e não de mérito da atividade administrativa.

A Comissão de Concurso deixou de revisar a prova do Impetrante e, por isso, violou as disposições editalícias e os princípios da administração pública, principalmente a legalidade, a impessoalidade e a igualdade, tais quais previstos no *caput*, do art. 37, da CF.

Apreciando questão semelhante, o Tribunal de Justiça do Maranhão já decidiu:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. REVISÃO DA PROVA DISCURSIVA PELA COMISSÃO EXAMINADORA. CABIMENTO. VINCULAÇÃO À RESOLUÇÃO E AO EDITAL. CORREÇÃO DE QUESTÃO DE PROVA PELO PODER JUDICIÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. SEGURANÇA CONCEDIDA. I - Nos concursos públicos, a prática de atos administrativos deve se materializar de acordo com as normas constantes dos regramentos previamente expedidos, sendo vedado dar a elas interpretação extensiva. II - A competência para receber e decidir os recursos administrativos das correções das provas discursivas do Concurso Público para provimento de cargo de Juiz de Direito Substituto do Estado do Maranhão, regulado pela Resolução nº 22/2008-TJMA e pelo Edital nº 02/2008-TJ/MA, é da Comissão Examinadora do Concurso. III - Havendo necessidade de nova correção do recurso decorrente do resultado da avaliação das provas discursivas, impertinente falar-se em atribuição imediata de pontos pela resposta dada pelo impetrante, uma vez que haveria clara e ilegal supressão de instância. IV - O mandado de segurança é ação mandamental, cujo efeito é tão-somente uma ordem de fazer ou deixar de fazer algo, que se aperfeiçoa com seu cumprimento. De nada valerá o instituto processual se à autoridade coatora fosse dada liberdade de cumprir ou não cumprir a ordem prolatada. V - Segurança concedida. TJMA. Acórdão n.º 82.433/2009. Rel. Des. Marcelo Carvalho Silva. Data do julgamento: 23.06.2009.

No mesmo sentido, o Colendo Superior Tribunal de Justiça decidiu, *in verbis*:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO NA CORTE DE ORIGEM. CONCURSO PÚBLICO PARA DELEGADO DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL. NEGATIVA DE ACESSO AOS CRITÉRIOS UTILIZADOS NA CORREÇÃO DA PROVA SUBJETIVA. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA ACERCA DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS CONTRA REFERIDA PROVA. VIOLAÇÃO AO ART. 50 DA LEI 9.784/99. RECURSOS ESPECIAIS PROVIDOS. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. A motivação, nos recursos administrativos referentes a concursos públicos, é obrigatória e irrecusável, nos termos do que dispõe o art. 50, I, III e V, §§ 1o. e 3o. da Lei 9.784/99, não existindo, neste ponto, discricionariedade alguma por parte da Administração. 2.

Com relação ao Impetrante JOÃO GUILHERME MEDEIROS CARVALHO salta aos olhos a total ausência de motivação na correção das provas discursivas e nos respectivos recursos administrativos. Há apenas suposições, externadas pelos ilustres relator e revisor do feito em segundo grau, de que os apelos administrativos do Impetrante foram examinados e devidamente motivados, não tendo sido apresentadas, entretanto, motivações idôneas e circunstanciadas, nos moldes preconizados pelo já mencionado art. 50 da Lei 9.784/99. 3. Quanto aos demais litisconsortes (JANE KLÉBIA DO NASCIMENTO SILVA PAIXÃO E OUTROS), constata-se a ausência de qualquer elemento que pudesse ter o condão de indicar os critérios utilizados pelo examinador para aferição das notas na prova subjetiva, bem como a sucinta, lacônica e estereotipada abordagem feita na revisão das provas. (...) AgRg no REsp 1062902 / DF AGRADO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2008/0121725-5. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO. DJe 03/08/2009.

Com relação ao *periculum in mora*, verifico que o Impetrante não pode ficar ao talante do administrador, o qual se vinculou ao edital e não promoveu a revisão da sua prova prática conforme os termos do Instrumento de Convocação e conforme a Constituição Federal, ao passo que já se aproxima o resultado final do concurso.

Diante da exposição, **DEFIRO** a liminar pleiteada para suspender o resultado final do concurso de notários e registradores do Tribunal de Justiça, até que a Comissão de Concurso promova a revisão das questões práticas 01 e 02, da prova subjetiva do Autor, devendo, em caso de elevação de sua nota, promover a sua correta classificação na ordem decrescente das notas finais do concurso em evidência.

Notifiquem-se as Autoridades Impetradas, a fim de que prestem, no prazo legal de 10 (dez) dias, as informações que entender necessárias, fornecendo-lhes cópia da petição inicial e demais documentos instrutivos, em consonância com os termos do art. 7º, inciso I, da Lei n.º 12.016/2009.

Intime-se o (a) Procurador (a)-Geral do Estado do Maranhão, para que tome ciência da existência deste mandado de segurança e do deferimento da liminar requerida, para, se quiser, integre a lide, nos termos do art. 7º, inciso II, da Lei n.º 12.016/2009.

Oficie-se o Diretor do Instituto de Ensino Superior do Extremo Sul – IESES, dando-lhe conhecimento desta decisão.

Recebidas as informações ou transcorrido o prazo, encaminhem-se os autos ao Órgão Ministerial.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

São Luís, 07 de novembro de 2011.
Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes
Relatora

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA Nº. 029904/2011 – SÃO LUÍS

(NÚMERO ÚNICO: 0005987-81.2011.8.10.0000)

IMPETRANTE: JOSÉ SARAIVA DA SILVA FILHO E OUTROS.

ADVOGADOS: EDSON GOMES MARTINS DA COSTA, IVONE PEREIRA SILVA.

IMPETRADO: ATO DA GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO.

RELATORA: DESA. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES.

DECISÃO

Trata-se de Mandado de Segurança impetrando por José Saraiva da Silva Filho e outros, no qual se insurgem contra ato da Governadora do Estado do Maranhão, face à suposta preterição quanto às suas nomeações no cargo de, para o qual teriam obtido aprovação em concurso de professores da Rede Estadual de Ensino.

Relatam os Autores, que o Governo do Estado do Maranhão, através da Secretaria de Administração e Previdência Social, realizou concurso para provimento de cargos de Professor do Ensino Fundamental e Médio Regular, segundo o Edital nº. 01/2009, publicado em 07/10/2009, certame que, segundo dizem, teve o resultado homologado em 19/02/2010.

Alegam que apesar da validade do concurso ter sido prorrogada para 19/02/2012, através do Edital nº. 03/2009, o Estado realizou processo seletivo objetivando a contratação de professores para o Ensino Fundamental e Médio Regular. Segundo afirmam, 7.400 (sete mil e quatrocentas) contratações foram levadas a efeito nos anos letivos de 2010 e 2011.

Os Impetrantes passam então, a informar a posição classificatória de cada um deles no concurso, a disciplina para a qual foram aprovados, a localidade e o número de vagas oferecidas para o mesmo cargo, disciplina e localidade, no aludido Processo Seletivo, o que denotaria a necessidade de preenchimento de vagas para a prestação dos serviços de educação.

Em seguida afirmam que as vagas deveriam ser preenchidas pelos excedentes do concurso, e que a expectativa de direito daqueles, se converteu em direito subjetivo à nomeação. Por isso, entendem que há ato omissivo da Autoridade Impetrada.

Sustentam a tempestividade e o cabimento do Mandado de Segurança, e seguem sua missiva afirmando a ilegalidade das contratações feitas pelo Estado, apontando julgados desta Corte que se amoldariam à sua pretensão.

Os Autores entendem pela necessidade da concessão de medida liminar para que sejam nomeados para os cargos a que fariam jus, pois o direito vindicado seria plausível, à luz do que já teria sido decidido em questões semelhantes à presente. Dizem ainda, que resta presente o receio de ineficácia da medida, pois pessoas incapacitadas estariam prestando os serviços de educação, em afronta aos princípios que regem a atuação da Administração Pública.

Concluindo, pedem a concessão de medida liminar *inaudita altera parte*, para que os Impetrantes sejam imediatamente nomeados nos respectivos cargos de Professor para os quais teriam sido aprovados. No mérito, pedem a procedência dos pedidos com a confirmação da liminar vindicada. Por fim, pugnam por gratuidade judicial, alegando não terem meios para arcar com as despesas do processo.

Com a inicial, acostaram os documentos de fls. 16/242.

Vieram-me conclusos.

É o relatório. Decido.

Na espécie em apreço, os Impetrantes se insurgem claramente contra a abertura de processo seletivo para a contratação temporária de professores, alegando que tal fato ofenderia o seu direito à nomeação, por terem sido previamente aprovados em concurso para o provimento de cargos de Professor.

Segundo dizem, houve necessidade de contratações através da realização de Processo Seletivo, o que de fato, foi levado a efeito, segundo revela a documentação acostada às fls. 233/238.

Neste contexto, em que a alegada ofensa a direito líquido e certo emerge da suposta preterição de aprovados em concurso, o prazo decadencial em sede de Mandado de Segurança tem como termo inicial o ato que objetiva a contratação temporária por meio de processo seletivo, segundo entendimento do C. STJ adotado por esta Corte, no seguinte julgado:

EMENTA PROCESSUAL CIVIL. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. APROVAÇÃO FORA DO NÚMERO DE VAGAS. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PELA ADMINISTRAÇÃO. DECADÊNCIA. INOCORRÊNCIA. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO. ACOLHIMENTO. INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE. INSTAURAÇÃO. NECESSIDADE. QUESTÃO DE FUNDO. DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. CONTRATAÇÃO PRECÁRIA POR MEIO DE PROCESSO SELETIVO. EXISTÊNCIA

DE CANDIDATO DEVIDAMENTE APROVADO E HABILITADO EM CERTAME VIGENTE. BURLA À EXIGÊNCIA CONSTITUCIONAL DO ART. 37, II, DA CF/88. CARACTERIZAÇÃO. DEFERIMENTO DA ORDEM QUE SE IMPÕE. I - O prazo decadencial em sede de mandado de segurança conta-se da data do ato que violou o direito líquido e certo vindicado. In casu, a contratação temporária de professores, por meio de processo seletivo, para o exercício das mesmas funções do cargo para o qual o impetrante logrou aprovação em concurso público anteriormente realizado, e em plena vigência, configura o marco inicial do prazo para impetração da ação mandamental. Precedentes do STJ: RMS 20.390/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 15.12.05, DJ de 06.02.06, p. 289; RMS 11.781/MG, Rel. Ministro PAULO MEDINA, Sexta Turma, julgado em 04.12.03, DJ de 02.02.04, p. 360. II – [...]. (TJ/MA. Mandado de Segurança nº. 004708/2011. Relator Desembargador Marcelo Carvalho Silva. 02/08/2011).

Na espécie em apreço, como já é notório, face às inúmeras causas com o mesmo objeto que chegaram a esta Corte, houve a homologação do resultado do aludido processo seletivo em março de 2010. Há nos autos, inclusive, a comprovação de contratações temporárias ocorridas em 30/03/2010.

Como o Mandado de Segurança foi proposto em 26/10/2011 (fl. 02) - portanto, além do prazo regulamentar da do artigo 23, da Lei nº. 12.016/2009, que é de 120 (cento e vinte dias), seja da homologação do resultado do processo seletivo, ou das contratações temporárias -, resta evidenciada a decadência do direito de impetrar o presente *mandamus*.

No mesmo sentido, em questão semelhante, foi pronunciada a decadência, segundo o seguinte julgado desta E. Corte:

MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CARGO DE PROFESSOR. CANDIDATO EXCEDENTE. POSTERIOR REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORES. ALEGADA PRETERIÇÃO. IMPLEMENTO DA DECADÊNCIA. EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. 1. Quando a alegada lesão a direito narrada no *mandamus* advém da preterição dos candidatos aprovados em concurso, por força da realização posterior de processo seletivo meritório para contratação temporária de professores, tem-se que o ato impugnado, em verdade, é o próprio processo seletivo. 2. Tendo sido o processo seletivo meritório homologado em 24.3.10, e impetrado o mandado de segurança apenas em 10.2.11, portanto mais de 120 (cento e vinte) dias após a homologação, resta operada a decadência. 3. Extinção do processo com resolução do mérito, pela ocorrência da decadência, na forma do art. 269, IV, do Código de Processo Civil. (TJ/MA. Mandado de Segurança nº. 005024/2011. Relator Desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa. 04/10/2011).

Como o presente caso segue a mesma razão do julgado acima, em face do que determina o artigo 10, da Lei nº. 12.016/2009, e em razão da decadência, é imperioso concluir pelo indeferimento da inicial.

Isto posto, INDEFIRO a petição inicial, com esteio no artigo 10, da Lei nº. 12.016/2009, c/c artigo 339, inciso I, do Regimento Interno deste Egrégio Tribunal.

Publique-se. Intime-se. Oficie-se. Cumpra-se.

São Luís (MA), 03 de novembro de 2011.
Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes
Relatora

TRIBUNAL PLENO

PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO | PROCESSO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTOS ESPECIAIS | PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | RECLAMAÇÃO

NÚMERO PROCESSO: 0004269-49.2011.8.10.0000

NÚMERO DO PROTOCOLO: N.º 020773/2011

RECLAMANTE: MUNICÍPIO DE ALTAMIRA DO MARANHÃO

ADVOGADOS: MARCOS PAULO SOUSA CAMPELO E MARIA DO PERPETUO SOCORRO MARTINS FERRAZ SERRA DOS SANTOS

RECLAMADO: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE SANTA INÊS

VARA: PRIMEIRA VARA

RELATOR: DES. JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS

DESPACHO

Tendo em conta informações obtidas no site do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que o Agravo de Instrumento (ARsp 13981 UF: MA Registro: 2011/0064002-0) do Município de Santa Inês, já foi julgado em 26/09/2011, inclusive, com baixa à origem, requisite-se, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, junto à Coordenadoria do Plenário e das Câmaras Reunidas ou Coordenadoria de Recursos Constitucionais (onde o feito estiver), eventual certidão de trânsito em julgado da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º. 018520/2008, julgada na Sessão do Pleno no dia 28 de outubro de 2009.

Publique-se. Cumpra-se.

São Luís, 07 de novembro de 2011

José JOAQUIM FIGUEIREDO dos Anjos
Desembargador Relator

TRIBUNAL PLENO

PROCESSO CRIMINAL | PROCESSO ESPECIAL | PROCESSO ESPECIAL DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL | CRIMES DE CALÚNIA, INJÚRIA E DIFAMAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO JUIZ SINGULAR

NÚMERO PROCESSO: 0004294-62.2011.8.10.0000

NÚMERO PROTOCOLO: 020866/2011

AUTORA: SÔNIA MARIA AMARAL FERNANDES RIBEIRO

ADVOGADOS: PEDRO AMÉRICO DIAS VIEIRA E DAISY MARIA DIAS VIEIRA

RÉU: DOUGLAS AIRTON FERREIRA AMORIM

COMARCA: SÃO LUÍS

ENQUADRAMENTO: ARTS. 139 E 140 DO CÓDIGO PENAL

RELATOR: DES. JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS

DESPACHO

Sigamos autos à d. Procuradoria de Justiça, para manifestação, no prazo de 5 (cinco) dias (art. 383, parágrafo único, do RI-TJ/MA). Após, tornem-me conclusos, para julgamento.

Cumpra-se. Publique-se.

São Luís, 07 de novembro de 2011

José JOAQUIM FIGUEIREDO dos Anjos
Relator

TRIBUNAL PLENO**MANDADO DE SEGURANÇA n.º 37.484/2010 – São Luís.****(Número único: 0018384-12.2010.8.10.0000).****IMPETRANTE: JOSÉ DE RIBAMAR RIBEIRO RODRIGUES.****ADVOGADOS: DANIEL DE FARIA JERÔNIMO LEITE E OUTROS.****IMPETRADO: ATO DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO.****RELATORA: DESA. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES.****DESPACHO**

Tendo em vista o que consta da petição de fls. 302, remetam-se os autos à Procuradoria-Geral de Justiça, conforme solicitado às fls. 285. Publique-se. Cumpra-se.

São Luís, 01 de novembro de 2011.
Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes.
Relatora

Coordenadoria das Câmaras Cíveis Isoladas**Primeira Câmara Cível****PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL****APELAÇÃO CÍVEL Nº 12918/2011****APELANTE: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A****ADVOGADOS: Rhelmsom Athayde Rocha e outros****APELADO: J.C.L.R., representado por sua mãe, Maria Júlia de Araújo Lima****ADVOGADOS: Luís Eduardo dos Santos Pinto e outro****COMARCA: Colinas****RELATORA: Desª. Raimunda Santos Bezerra****DECISÃO**

Adoto como relatório a parte expositiva do parecer do Ministério Público Estadual que, por meio da ilustre Procuradora de Justiça, Drª. Domingas de Jesus Fróz Gomes, manifestou-se pelo improvimento do apelo (fls. 163/169).

Passo a decidir.

De início, rejeitos as preliminares suscitadas pelo apelante.

Não se está diante de hipótese de carência de ação por falta de interesse de agir, haja vista ser prescindível prévio requerimento administrativo para se postular a indenização acidentária em Juízo.

Insta frisar a desnecessidade do prévio exaurimento da instância administrativa para o exercício do direito de ação, diante do direito fundamental à ação e do princípio do amplo acesso à justiça[1], consoante remansosa jurisprudência. A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. AUSÊNCIA DE POSTULAÇÃO NA VIA ADMINISTRATIVA. INTERESSE PROCESSUAL. OCORRÊNCIA. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DEVIDA. INCONTROVÉRSIA SOBRE A INCAPACIDADE PERMANENTE DO APELADO. RECUSA INJUSTIFICADA AO PAGAMENTO DA APÓLICE. NÃO COMPROVAÇÃO. DANOS MORAIS INEXISTENTES. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. I – **Inexiste exigência de exaurimento das instâncias administrativas para o exercício do direito de ação, sendo certo que a Constituição Federal erigiu a princípio fundamental a inafastabilidade do controle judicial, textualizado no art. 5º, XXXV ("a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito").** [...] V – Recurso parcialmente provido" (TJMA - 23.594/2008 — AÇAILÂNDIA – 2ª C.C. – Rel. Des. Marcelo Carvalho Silva – j. em: 25.08.2009) – *grifei*.

Registro, por oportuno, que o entendimento encimado encontra-se sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça, como abaixo se vê:

Súmula nº 89, STJ. "A ação acidentária prescinde do exaurimento da via administrativa".

Noto, ainda, que o autor/apelado acostou todos os documentos necessários ao levantamento dos valores devidos a título de indenização do seguro DPVAT no caso de morte, a saber[2]: registro da ocorrência no órgão policial competente (fl. 14); relatório médico (fl. 15); laudo pericial expedido pelo Instituto Médico Legal (fl. 17).

Ultrapassadas essas questões, passo à análise do mérito.

O acidente de trânsito sofrido pelo apelado ocorreu em 18.07.2010, na vigência da Lei nº 11.482/2007, que em seu art. 3º, II, dispõe:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: [...] II – até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente.

Resta comprovado nos autos o nexo causal entre o acidente e o dano sofrido pelo apelado, consistente na perda do membro inferior direito devido à amputação acima do joelho, conforme se depreende do laudo de exame de lesão corporal de fl. 17. Logo, a indenização do seguro obrigatório em seu valor máximo, qual seja: R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Nesse sentido:

"DIREITO CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO OCORRIDO NA VIGÊNCIA DA LEI N.º 11.482/2007. APLICABILIDADE. **DIPLOMA LEGISLATIVO QUE NÃO PODER SER ALTERADO POR RESOLUÇÕES OU PORTARIAS DO CNSP.** INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. PROVIMENTO PARCIAL. I - Existindo nos autos prova de invalidez permanente, configura-se hipótese que se subsume à descrita no inciso II do art. 3º da Lei n.º 6.194/74, já com as alterações engendradas pela Lei n.º 11.482/2007, aplicável aos sinistros ocorridos após sua vigência; **II - a Lei n.º 6.194/74, a despeito de ter alguns dispositivos revogados pela Lei n.º 11.482/2007, não pode ser alterada por resoluções ou portarias do CNSP, uma vez que é totalmente inviável aplicar resolução que contrarie a lei que regula a matéria;** III - o valor indenizatório deve ser arbitrado em consonância com o dano sofrido e no patamar estabelecido pelo inciso II do art. 3º da Lei n.º 6.194/74, com suas ulteriores modificações pela Lei n.º 11.482/2007; IV - à correção monetária é aplicável o disposto no § 2º do art. 1º da Lei n.º 6.899/1981, que determina a aplicação da correção monetária dos débitos oriundos de decisão judicial a partir do ajuizamento da ação; V - apelação parcialmente provida. (TJMA – AC nº 276372009 – 3ª Câmara Cível - Rel. Des. Cleones Carvalho Cunha – DJ de 18.11.2009);

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. PRELIMINARES. REJEIÇÃO. INDENIZAÇÃO. VALOR QUE NAO FICA ADSTRITO ÀS RESOLUÇÕES DO CNSP. LIMITE LEGAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA A PARTIR DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. I – Devem ser

rejeitadas as preliminares de falta de interesse processual, ausência de documentos para a propositura da ação, ilegitimidade passiva, tendo em vista o que prescreve o inciso XXXV do art. 5º da CF. **II – O valor da indenização para cobertura dos danos pessoais não fica adstrito às resoluções do CNSP, sendo aplicável pelo magistrado, de acordo com a razoabilidade, os termos da Lei nº 6.194/1974, modificado pela Lei nº 11.482/2007, que fixou o valor máximo em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).** III – Os juros moratórios são fixados a partir da citação e a correção monetária a contar do ajuizamento da ação, conforme previsto no art. 1º da Lei nº 6.899/1981” (TJMA – AC nº 20894/2010 – 1ª Câmara Cível – Rel. Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf – j. em 25.11.2010) – *grifei*.

Os juros de mora, na taxa de 1% (um por cento) ao mês, são devidos a partir da citação, conforme estipulado na sentença de base (Súmula 426, STJ [3]); a correção monetária também foi aplicada corretamente, a partir do ajuizamento da ação – exatamente nos termos requeridos pelo apelante.

Tenho por bem minorar a verba honorária para o patamar de 10% sobre o valor da condenação, em virtude da simplicidade do caso em apreço e em consonância com precedentes deste Tribunal em inúmeras ações semelhantes. A exemplo:

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA. INVALIDEZ PERMANENTE. MINORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PARA 10% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. PARCIAL PROVIMENTO. I – Instruída a demanda de cobrança securitária com documentos aptos a atestar o óbito decorrente de acidente automobilístico, consideram-se atendidos os requisitos do art. 5º da Lei nº 6.194/74; **II – ante a simplicidade jurídica do caso em tela, afigura-se correta a redução dos honorários advocatícios para 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação [...]**” (TJMA – AC nº 026175/2010 – Barra do Corda – Rel. Des. Cleones Carvalho Cunha – j. em 07.10.2010) – *grifei*.

Por derradeiro, entendo que a pretensão recursal da apelante encontra substrato no princípio do duplo grau de jurisdição, razão pela qual não resta caracterizada conduta de *improbus litigator*, de modo a ensejar a multa estabelecida no art. 18 do Código de Processo Civil.

Ante o exposto, em homenagem ao princípio da celeridade processual e com fulcro no art. 557 do Código de Processo Civil, decido monocraticamente, dar parcial provimento ao recurso, apenas para minorar as verbas honorárias para 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

É a decisão.

Publique-se. Cumpra-se.

São Luís, 21 de outubro de 2011.

DESA. RAIMUNDA SANTOS BEZERRA
RELATORA

[1] CF, art. 5º, XXXV: “A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”.

[2] Lei nº 6.194/64, Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

[3] Súmula n.º 426, STJ. “Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação”.

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 13862/2011

APELANTE: Bradesco Seguros S.A.

ADVOGADOS: Giorismar Machado dos Santos e outros

APELADO: A.S.L., representado por sua mãe, Antônia Moraes da Silva

ADVOGADO: Luís Carlos Moura

COMARCA: Caxias

RELATORA: Desª. Raimunda Santos Bezerra

DECISÃO

Adoto como relatório a parte expositiva do parecer do Ministério Público Estadual que, por meio da ilustre Procuradora de Justiça, Drª. Terezinha de Jesus Guerreiro Bonfim, manifestou-se pelo improvimento do apelo (fls. 127/130).

Passo a decidir.

De início, rejeitos as preliminares suscitadas pelo apelante.

Não há que se falar em inclusão da Seguradora Líder Consórcios de Seguros DPVAT S.A. no pólo passivo da lide, na medida em que a apelante, por integrar o consórcio das seguradoras legitimadas a responder pelo seguro obrigatório[1], detém legitimidade para figurar no pólo passivo da demanda. A propósito:

“AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO QUE NÃO LOGRA INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. LEGITIMIDADE PASSIVA. SEGURADORA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 211/STJ. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME NA VIA DO RECURSO ESPECIAL. 1. Mantém-se na íntegra a decisão recorrida cujos fundamentos não foram infirmados. **2. Qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização correspondente ao seguro obrigatório, assegurado o direito de regresso. Precedentes [...]**” (STJ - AgRg no Ag 870.091/RJ – Quarta Turma – Rel. Min. João Otávio de Noronha – j. em: 20/11/2007 - DJ de 11/02/2008 -p. 106) – *grifei*;

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INCLUSÃO DA SEGURADORA LÍDER NO PÓLO PASSIVO DA DEMANDA. PRELIMINAR REJEITADA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO ACERCA DAS EVENTUAIS SEQUELAS ACARRETADAS AO AUTOR EM DECORRÊNCIA DO ACIDENTE. REQUERIMENTO DA PARTE NÃO OBSERVADO. PROVIMENTO. **1. Rejeita-se preliminar acerca da inclusão da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT à consideração de que o pagamento da indenização atinente ao referido seguro pode ser exigido de qualquer seguradora que integre o denominado consórcio obrigatório [...]**” (TJMA – AC nº 026001/2010 – Estreito – Rel. Desª. Nelma Samey Costa – 3ª Câmara Cível – j. em: 16.12.2010) – *grifei*.

Não se está diante de hipótese de carência de ação por falta de interesse de agir, haja vista ser prescindível prévio requerimento administrativo para se postular a indenização acidentária em Juízo.

Insta frisar a desnecessidade do prévio exaurimento da instância administrativa para o exercício do direito de ação, diante do direito fundamental à ação e do princípio do amplo acesso à justiça[2], consoante remansosa jurisprudência. A exemplo:

“PROCESSUAL CIVIL. CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. AUSÊNCIA DE POSTULAÇÃO NA VIA ADMINISTRATIVA. INTERESSE PROCESSUAL. OCORRÊNCIA. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DEVIDA. INCONTROVÉRSIA SOBRE A INCAPACIDADE PERMANENTE DO APELADO. RECUSA INJUSTIFICADA AO PAGAMENTO DA APÓLICE. NÃO COMPROVAÇÃO. DANOS MORAIS INEXISTENTES. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. I – **Inexiste exigência de exaurimento das instâncias administrativas para o exercício do direito de ação, sendo certo que a Constituição Federal erigiu a princípio fundamental a inafastabilidade do controle judicial, textualizado no art. 5º, XXXV (“a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”). [...]** V – Recurso parcialmente provido” (TJMA - 23.594/2008 —AÇAILÂNDIA – 2ª C.C. – Rel. Des. Marcelo Carvalho Silva – j. em: 25.08.2009) – *grifei*.

Registro, por oportuno, que o entendimento encimado encontra-se sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça, como abaixo se vê:

Súmula nº 89, STJ. “A ação acidentária prescinde do exaurimento da via administrativa”.

Ultrapassadas essas questões, passo à análise do mérito.

O acidente de trânsito que culminou em debilidade permanente no membro superior direito e deformidade óssea permanente no punho direito de Alailson da Silva Lima (fls. 14/15) ocorreu em 07.12.2008, na vigência da Lei nº 11.482/2007, que em seu art. 3º, I, dispõe:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: [...] II – até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente.

Destarte, é devida ao recorrido a indenização do seguro obrigatório em seu valor máximo, qual seja: R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A propósito:

“DIREITO CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO OCORRIDO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 11.482/2007. APLICABILIDADE. DIPLOMA LEGISLATIVO QUE NÃO PODE SER ALTERADO POR RESOLUÇÕES OU PORTARIAS DO CNSP. INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. PROVIMENTO PARCIAL. I - Existindo nos autos prova de invalidez permanente, configura-se hipótese que se subsume à descrita no inciso II do art. 3º da Lei nº 6.194/74, já com as alterações engendradas pela Lei nº 11.482/2007, aplicável aos sinistros ocorridos após sua vigência; II - a Lei nº 6.194/74, a despeito de ter alguns dispositivos revogados pela Lei nº 11.482/2007, não pode ser alterada por resoluções ou portarias do cns, uma vez que é totalmente inviável aplicar resolução que contrarie a lei que regula a matéria; III - o valor indenizatório deve ser arbitrado em consonância com o dano sofrido e no patamar estabelecido pelo inciso II do art. 3º da Lei nº 6.194/74, com suas ulteriores modificações pela Lei nº 11.482/2007; IV - à correção monetária é aplicável o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 6.899/1981, que determina a aplicação da correção monetária dos débitos oriundos de decisão judicial a partir do ajuizamento da ação; V - apelação parcialmente provida. (TJMA – AC nº 276372009 – 3ª Câmara Cível - Rel. Des. Cleones Carvalho Cunha – Dj de 18.11.2009);

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. PRELIMINARES. REJEIÇÃO. INDENIZAÇÃO. VALOR QUE NAO FICA ADSTRITO ÀS RESOLUÇÕES DO CNSP. LIMITE LEGAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA A PARTIR DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. I – Devem ser rejeitadas as preliminares de falta de interesse processual, ausência de documentos para a propositura da ação, ilegitimidade passiva, tendo em vista o que prescreve o inciso XXXV do art. 5º da CF. II – **O valor da indenização para cobertura dos danos pessoais não fica adstrito às resoluções do CNSP, sendo aplicável pelo magistrado, de acordo com a razoabilidade, os termos da Lei nº 6.194/1974, modificado pela Lei nº 11.482/2007, que fixou o valor máximo em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).** III – Os juros moratórios são fixados a partir da citação e a correção monetária a contar do ajuizamento da ação, conforme previsto no art. 1º da Lei nº 6.899/1981” (TJMA – AC nº 20894/2010 – 1ª Câmara Cível – Rel. Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf – j. em 25.11.2010) – *grifei*

Os juros de mora, na taxa de 1% (um por cento) ao mês, são devidos a partir da citação, conforme estipulado na sentença de base (Súmula 426, STJ [3]); a correção monetária também foi aplicada corretamente, a partir do ajuizamento da ação – exatamente nos termos requeridos pelo apelante.

Os honorários advocatícios foram fixados em 10% do valor da condenação – dentro, portanto, do limite sugerido pelo recorrente.

Insta salientar que as contrarrazões não constituem em meio adequado para se pleitear a reforma do julgado, servindo, apenas, à impugnação das alegações deduzidas no recurso que se pretende ver desatendido. Logo, não merece ser conhecida a pretensão recursal inserida em contrarrazões.

Ante o exposto, em homenagem ao princípio da celeridade processual e com fulcro no art. 557 do Código de Processo Civil, decido monocraticamente, de acordo com o parecer ministerial, negar provimento ao recurso, nos termos da fundamentação supra.

É a decisão.

Publique-se. Cumpra-se.

São Luís, 21 de outubro de 2011.

RAIMUNDA SANTOS BEZERRA
DESEMBARGADORA RELATORA

[2] CF, art. 5º, XXXV: “A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”.

[3] Súmula nº 426, STJ. “Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação”.

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 16190/2011

APELANTE: Unibanco Seguros S/A Incorporado pelo Itaú Seguros S/A

ADVOGADOS: Marco Aurélio Tavares Santiago Filho e outros

APELADO: L.V.P.S., representado por sua genitora, Keila Valéria Pacheco

ADVOGADAS: Elziane Silva de Araújo e outra

COMARCA: São Luís

RELATORA: Desª. Raimunda Santos Bezerra

DECISÃO

Adoto como relatório a parte expositiva do parecer do Ministério Público Estadual que, por meio da ilustre Procuradora de Justiça, Drª. Terezinha de Jesus Guerreiro Bonfim, manifestou-se pelo provimento parcial do apelo, apenas para modificar o *dies a quo* da correção monetária (fls. 129/137).

Passo a decidir.

De início, rejeitos as preliminares suscitadas pelo apelante.

Não obstante a incorporação do patrimônio do Unibanco Seguros S/A pelo Itaú Seguros S/A, não se está diante de hipótese de ilegitimidade passiva, eis que a empresa incorporadora sucederá a recorrente em todos os seus direitos e obrigações.

Não há que se falar em inclusão da Seguradora Líder Consórcios de Seguros DPVAT S.A. no pólo passivo da lide, na medida em que a apelante, por integrar o consórcio das seguradoras legitimadas a responder pelo seguro obrigatório[1], detém legitimidade para figurar no pólo passivo da demanda. A propósito:

“AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO QUE NÃO LOGRA INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. LEGITIMIDADE PASSIVA. SEGURADORA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 211/STJ. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME NA VIA DO RECURSO ESPECIAL. 1. Mantém-se na íntegra a decisão recorrida cujos fundamentos não foram infirmados. 2. **Qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização correspondente ao seguro obrigatório, assegurado o direito de regresso. Precedentes [...]**” (STJ - AgRg no Ag 870.091/RJ – Quarta Turma - Rel. Min. João Otávio de Noronha – j. em: 20/11/2007 - DJ de 11/02/2008 -p. 106) – *grifei*;

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INCLUSÃO DA SEGURADORA LÍDER NO PÓLO PASSIVO DA DEMANDA. PRELIMINAR REJEITADA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO ACERCA DAS EVENTUAIS SEQUELAS ACARRETADAS AO AUTOR EM DECORRÊNCIA DO ACIDENTE. REQUERIMENTO DA PARTE NÃO OBSERVADO. PROVIMENTO. 1. **Rejeita-se preliminar acerca da inclusão**

da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT à consideração de que o pagamento da indenização atinente ao referido seguro pode ser exigido de qualquer seguradora que integre o denominado consórcio obrigatório [...] (TJMA – AC nº 026001/2010 – Estreito – Rel. Desª. Nelma Sarney Costa – 3ª Câmara Cível – j. em: 16.12.2010) – *grifei*.

Restou comprovado nos autos que o autora/apelada, ora representada por sua genitora, é filha do “de cujus” e, portanto, parte legítima para propor a ação. Veja-se:

“AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. MORTE. PRELIMINAR DE LEGITIMIDADE ATIVA. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. ARBITRAMENTO Conforme disposto no art. 5º, §1º da Lei 6.194/74, os filhos do de cujus são partes legítimas para atuarem no pólo ativo da demanda como beneficiários diretos do seguro [...] (TJMA – AC nº 114982009 – Rel. Des. José Stélio Nunes Muniz – DJ de 14.07.2009) – *grifei*.

Insta frisar, ainda, a desnecessidade do prévio exaurimento da instância administrativa para o exercício do direito de ação, diante do direito fundamental à ação e do princípio do amplo acesso à justiça[2], consoante remansosa jurisprudência. A exemplo:

“PROCESSUAL CIVIL. CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. AUSÊNCIA DE POSTULAÇÃO NA VIA ADMINISTRATIVA. INTERESSE PROCESSUAL. OCORRÊNCIA. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DEVIDA. INCONTROVÉRSIA SOBRE A INCAPACIDADE PERMANENTE DO APELADO. RECUSA INJUSTIFICADA AO PAGAMENTO DA APÓLICE. NÃO COMPROVAÇÃO. DANOS MORAIS INEXISTENTES. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. I – Inexiste exigência de exaurimento das instâncias administrativas para o exercício do direito de ação, sendo certo que a Constituição Federal erigiu a princípio fundamental a inafastabilidade do controle judicial, textualizado no art. 5º, XXXV (“a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”). [...] V – Recurso parcialmente provido” (TJMA - 23.594/2008 —AÇAILÂNDIA – 2ª C.C. – Rel. Des. Marcelo Carvalho Silva – j. em: 25.08.2009) – *grifei*.

Registro, por oportuno, que o entendimento encimado encontra-se sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça, como abaixo se vê:

Súmula nº 89, STJ. “A ação acidentária prescinde do exaurimento da via administrativa”.

O apelante afirma que o recorrido não instruiu o processo com os documentos obrigatórios à propositura da ação acidentária.

A autora/apelada acostou todos os documentos necessários ao levantamento dos valores devidos a título de indenização do seguro DPVAT no caso de morte, a saber[3]: prova da qualidade de beneficiária (fl. 05); registro da ocorrência no órgão policial competente (fl. 12); certidão de óbito (fl. 03).

Ultrapassadas essas questões, passo à análise do mérito.

O apelante aduz que o valor máximo a ser pago em caso de morte é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), e não 40 (quarenta) salários mínimos, como pleiteia a apelada. Equivoca-se o apelante, porquanto que a autora da ação originária requereu o pagamento da indenização “no valor de R\$3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais), valor correspondente à metade da metade do valor total, eis que a vítima também deixou mais um filho” (fl. 07).

Os juros de mora, na taxa de 1% (um por cento) ao mês, são devidos a partir da citação, conforme estipulado na sentença de base (Súmula 426, STJ [4]); a correção monetária, contudo, deve incidir a partir do ajuizamento da ação.

Tendo em vista o baixo valor da condenação e considerando que a fixação de honorários advocatícios em percentual irrisório avilta o serviço profissional, tenho por bem manter a verba honorária fixada pelo juiz de base (20% sobre o valor da condenação).

Por derradeiro, entendo que a pretensão recursal do apelante encontra substrato no princípio do duplo grau de jurisdição, razão pela qual não resta caracterizada conduta de *improbus litigator*, de modo a ensejar a multa estabelecida no art. 18 do Código de Processo Civil.

Ante o exposto, em homenagem ao princípio da celeridade processual e com fulcro no art. 557 do Código de Processo Civil, decido monocraticamente, de acordo com o parecer ministerial, dar **parcial provimento** ao recurso para modificar o *dies a quo* da correção monetária (ajuizamento da ação).

É a decisão.

Publique-se. Cumpra-se.

São Luís, 21 de outubro de 2011.

**RAIMUNDA SANTOS BEZERRA
DESEMBARGADORA RELATORA**

[2] CF, art. 5º, XXXV: “A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”.

[3] Lei nº 6.194/64, Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos:

a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte.

[4] Súmula n.º 426, STJ. “Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação”.

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO n.º 20.925/2011 – SÃO LUÍS.

(Número único: 0004303-24.2011.8.10.0001).

AGRAVANTE: MAURO SÉRGIO CUNHA DINIZ, ELIELDA COSTA MUNIZ, JOSÉ HENRIQUE CANTANHEDE MENDONÇA, FRANCISCO ROMUALDO VERES VIANA, MARIA JOAQUINA BERNARDO DOS SANTOS. D

EFENSOR PÚBLICO: DIEGO FERREIRA DE OLIVEIRA.

AGRAVADO: MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS.

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO: FRANCISCO DE ASSIS COELHO FILHO.

RELATORA: DES. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES.

DECISÃO

Trata-se de Pedido de Reconsideração feito pelo **MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS**, nos autos do Agravo de Instrumento com pedido de liminar, interposto por **MAURO SÉRGIO CUNHA DINIZ, ELIELDA COSTA MUNIZ, JOSÉ HENRIQUE CANTANHEDE MENDONÇA, FRANCISCO ROMUALDO VERES VIANA, MARIA JOAQUINA BERNARDO DOS SANTOS**, em face da decisão por mim prolatada, que deferiu o pedido de antecipação de tutela para determinar que o Agravado realize, no prazo de 15 dias, obras de drenagem ou outras necessárias à eliminação dos riscos de alagamento na área de moradia dos Agravantes.

Em síntese, diz o Agravado, preliminarmente, que não cabe ao Poder Judiciário substituir o Administrador na definição da conveniência e oportunidade na realização de obras, devendo analisar apenas a legalidade do ato.

Alega que a construção de infra-estrutura de drenagem pleiteada irá necessitar de recursos públicos, que devem estar previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, sob pena de violação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Aduz, ainda em sede de preliminar, que a Lei nº 8.437 de 30 de junho de 1992 veda a concessão de liminar em procedimento cautelar contra ato do Poder Público, mormente quando esta esgota, no todo ou em parte, o objeto da ação.

Nomérito, argumenta que há um obstáculo intransponível ao cumprimento da decisão, pois a sua realização envolve criação de despesas que afetam os orçamentos, não sendo possível no presente caso.

Sustenta que a Lei de Responsabilidade Fiscal elevou o nível de responsabilidade na gestão fiscal, prevendo que as verbas já previamente vinculadas a uma determinada despesa não mais poderão ser remanejadas para pagamento de outras despesas.

O Agravado informa que o desequilíbrio orçamentário enseja reprimenda na seara criminal, nas hipóteses previstas na Lei nº 10.028/00.

Ao final, requer a reconsideração da decisão que concedeu a tutela antecipada no presente Agravo de Instrumento para que seja mantido o indeferimento da tutela ordenada pela MM Juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública.

É o relatório.

Analisando os autos entendo que não assiste razão o Agravado.

Isso porque a tutela antecipada foi concedida com base nas provas juntadas aos autos que comprovaram a verossimilhança das alegações e o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação aos Agravantes.

As obras realizadas pelo Agravado geraram graves prejuízos aos Agravantes, em razão da não realização do serviço de drenagem após a inauguração da avenida Dr. Carlos Vasconcelos, no bairro do São Cristóvão. Sendo devidamente provado pelo laudo apresentado aos autos.

As alegações do Agravante de que o Poder Judiciário não pode intervir nas decisões discricionárias da Administração Pública e que a legislação veda a concessão de liminar em procedimento cautelar contra ato do Poder Público, mormente quando esta esgota, no todo ou em parte, o objeto da ação, não devem prosperar.

Digo isso, pois no presente caso deve-se fazer uma ponderação entre as normas, princípios, direitos e garantias, devendo prevalecer aquele que possui maior relevância jurídica.

A possibilidade de alagamento da residência dos Agravantes, a incidência de riscos à funcionalidade do imóvel, assim como, o comprometimento do uso do mesmo, em razão da realização de obras pelo Agravado, afronta o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e da moradia, que deve prevalecer sobre as demais normas aqui citadas.

Dessa forma, não devem prosperar os argumentos do Agravado de que não é possível a concessão da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, pois a norma, no presente caso, conflita com o citado princípio constitucional. Assim como a alegação de que o Poder Judiciário não pode intervir nas decisões discricionárias da Administração Pública.

Nesse sentido já decidiu este Egrégio Tribunal:

Processual Civil. Agravo de instrumento. Ação de indenização por danos materiais e morais. Obra de drenagem de água pluvial. Danos a imóvel residencial. Reparação. Tutela antecipada. Fazenda Pública. Irreversibilidade. A cláusula legal do perigo da irreversibilidade que, em regra, impede o provimento antecipatório de tutela, em se tratando, porém, de circunstâncias de grave dano a imóvel residencial da vítima, com possibilidade de desabamento, deixando-a ao desabrigo com a sua família, há que ser excepcionada ou flexibilizada, de modo a garantir os direitos fundamentais como exigência de concretização do princípio da dignidade da pessoa humana, relativo ao direito à moradia, que há de prevalecer sobre qualquer outro preceito. A concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública, especialmente nos casos de obrigação de fazer e não fazer, é admitida sem maiores embargos pelos Tribunais Superiores e pela doutrina pátria. Havendo constatação de danos em imóvel residencial, inclusive risco de desabamento, em decorrência de obra de drenagem de água pluvial realizada pelo Município, cabível é a condenação deste na reparação de tais danos. Recurso conhecido e improvido. (TJMA – Agravo de Instrumento nº 023419/2006 – Relator: Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto).

Por sua vez, a alegação da ausência de previsão orçamentária também não deve prosperar, frente a ordem constitucional que prevê a dignidade da pessoa humana e o direito à moradia.

Por todo o exposto, indefiro o pedido de reconsideração, mantendo a deferimento da tutela antecipada.

Oficie-se o duto Juízo *a quo*, enviando-lhe cópia desta decisão.

Após, vista ao Ministério Público.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

São Luís, 04 de novembro de 2011.
Des. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes
Relatora

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO n.º 24.614/2011 – SÃO LUÍS.

(Número único: 0005025-58.2011.8.10.0001).

AGRAVANTE: JUAREZ GABRIEL FARIA.

ADVOGADOS: JOSÉ DOS SANTOS FERREIRA SOBRINHO E OUTRO.

AGRAVADA: J.N.F, S.C.N.F., REPRESENTADOS POR SUA MÃE ADRIANA MÁRCIA NOGUEIRA FARIA.

ADVOGADOS (AS): HÉLCIO ALBUQUERQUE DE SOUSA E OUTRA.

RELATORA: DESA. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES.

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento com pedido de Efeito Suspensivo, interposto por **JUAREZ GABRIEL FARIA**, em face da decisão do MM. Juiz de Direito da 6ª Vara de Família da Comarca de São Luís, que fixou e determinou a execução de pensão alimentícia no valor de 08 (oito) salários mínimos, em favor de **J.N.F e S.C.N.F.**, menores impúberes representados por **ADRIANA MÁRCIA NOGUEIRA FARIA**.

Em síntese, diz o Agravante que já existe pensão alimentícia fixada em favor dos filhos decorrentes da convivência conjugal que teve com a Sra. Adriana Márcia Nogueira Faria.

Relata que a pensão foi arbitrada na 11ª Vara Judicial do Condado de Dade, em Miami, Estado da Flórida/USA, desde 14 de novembro de 2008, no valor de \$ 600,00 (seiscentos dólares americanos).

Afirma que está sendo penalizado judicialmente a pagar duas pensões alimentícias, uma nos Estados Unidos da América, e outra no Brasil, fixada nestes autos no valor de R\$ 4.360,00 (quatro mil, trezentos e sessenta reais).

Aduz que o STJ já tomou conhecimento da sentença estrangeira através do processo SE n.º 4.127, protocolizado em 14 de novembro de 2008, mas, devido à burocracia interna e lentidão da máquina judiciária, ainda não foi homologado pelo citado Tribunal Superior. Logo, não pode o Agravante ser compelido a pagar duas vezes pela mesma obrigação.

Ressalta que exerce a atividade de protético e que tem renda em torno de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) mensais, sendo possível arcar com a sentença estrangeira, que fixou o valor da pensão em \$ 600,00 (seiscentos dólares americanos).

Ao final, requereu o deferimento de efeito suspensivo, para manter a pensão já fixada em Miami, no Estado da Flórida/USA, no valor de \$ 600,00 (seiscentos dólares americanos), tendo em vista a Sentença Estrangeira a ser homologada pelo STJ (SE n.º 4127). No mérito, o provimento do

Agravo para que seja reformada em definitivo a decisão proferida, suspendendo-se em definitivo a execução de alimentos.

Juntou documentos de fls. 14 a 124.

É o relatório, passo a decidir.

Analisando os autos, em juízo preliminar, recebo o presente Agravo na forma de instrumento, eis que se encontra potencialmente comprovada a possibilidade de grave lesão e de difícil reparação à parte Recorrente.

A vista da decisão monocrática proferida, analiso se se encontram presentes, neste Recurso, os requisitos para a concessão de efeito suspensivo (art. 273 e inciso II, do art. 527, do Código de Processo Civil), configurados na plausibilidade do direito invocado.

A questão central deste processo versa sobre qual pensão alimentícia deve o Agravante pagar. A que foi fixada pela Justiça Americana ou a que foi fixada pelo Juiz da 6ª Vara de Família da Comarca de São Luís. Nesta última, incidindo a execução das parcelas mensais em atraso.

Vejo que a sentença estrangeira, de fls. 28/115, enquadra-se na regra do art. 15, da Lei de Introdução ao Código Civil, sendo que a pendência de homologação não pode servir de fundamento para se promover ação que tenha o mesmo objeto do processo em que se fixou a pensão e estabeleceu-se o divórcio entre o Agravante e a Sra. Adriana Márcia Nogueira Faria.

Entendo que, ao ser protocolizado o pedido de homologação de sentença estrangeira perante o STJ, como foi promovido pelo Agravante (SE n.º 4.127), em 14 de novembro de 2008, não se pode mais ajuizar ação judicial que tenha o mesmo objeto do que se deseja homologar.

Caso uma das partes ajuíze uma outra ação que tenha o mesmo objeto da sentença estrangeira que se deseja homologar pelo STJ, ocorrerá o fenômeno processual negativo da litispendência, tal qual configurado nos arts. 267, inciso V, e 301, inciso V, do CPC.

A definição legal de litispendência está descrito nos parágrafos 1º e 2º, do art. 301, do CPC, senão vejamos, *in verbis*:

Art. 301. (...)

1º - Verifica-se a litispendência ou a coisa julgada, quando se reproduz ação anteriormente ajuizada. (Alterado pela L-005.925-1973)

§ 2º - Uma ação é idêntica à outra quando tem as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido. (Alterado pela L-005.925-1973)

Diante disso, pelo menos nesta fase processual, verifico que a ocorrência de litispendência, ao ser reconhecida outra pensão alimentícia, que não seja a já fixada na sentença estrangeira, pendente de homologação no STJ.

Isto porque as partes devem aguardar o desfecho da homologação da sentença, antes de promover qualquer ação judicial no território brasileiro que tenha o mesmo objeto do que se deseja homologar perante o STJ.

As partes que elegem a Justiça Estrangeira para pôr fim a seus litígios devem suportar o ônus burocrático e moroso do processo de homologação perante o STJ, não sendo possível promover novas ações com o mesmo objeto.

A distribuição do processo de homologação de sentença estrangeira perante o STJ tem como efeito imediato a prevenção de todo e qualquer ação judicial que se discuta o mesmo objeto. Neste caso, a pensão alimentícia e o divórcio não podem ser rediscutidos até o STJ julgar definitivamente o processo de homologação.

Neste sentido, mantendo-se os termos da decisão agravada, ocorrerá uma ilegal cobrança de duas pensões. A fixada na sentença estrangeira e a fixada pelo Juiz da 6ª Vara de Família da Comarca de São Luís.

Desta forma, verifico como necessária à atribuição de efeito suspensivo a fim de que seja evitado que o Agravante pague duas pensões alimentícias as mesmas partes de ambos os processos (SE n.º 4.127 – STJ e processo 34.257/2009 – TJMA).

Diante do exposto, para evitar dano irreparável ao Agravante, **DEFIRO** o pedido de efeito suspensivo sustando os efeitos da decisão agravada e mantendo somente a pensão fixada pela Justiça Americana, no valor de \$ 600,00 (seiscentos dólares americanos), até o julgamento de mérito deste Agravo.

Oficie-se o douto Juízo *a quo*, enviando-lhe cópia desta decisão, pelo que requisito informações, no prazo legal.

Intime-se a Agravada, para, se quiser, apresentar contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias, conforme art. 527, inciso V, do Código de Processo Civil.

Após, vista ao Ministério Público.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

São Luís, 07 de novembro de 2011.
Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes
Relatora

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO n.º 25.719/2011 – IMPERATRIZ

AGRAVANTE: MAURÍCIO GONÇALVES VILELA FILHO

ADVOGADO (A) (S): JOSINEILE PEDROZA MARINS, AMANDA COSTA DE SOUZA, LEANDRO SANTOS VIANA NETO, JOSÉ ELOI SANTANA COSTA FILHO, MARCIO AUGUSTO VASCONCELOS COUTINHO.

AGRAVADO : HORÁCIO CORREA MORAES.

ADVOGADO (A) (S): CRISTIANO PINHEIRO DE CARVALHO REGO, THAIS BRINGEL REGO CAMPOS.

RELATORA: DES. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES.

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento com requerimento de efeito suspensivo, interposto por **Maurício Gonçalves Vilela Filho**, em face da decisão do MM. Juiz de Direito respondendo pela 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz, que concedeu o pedido cautelar na Medida Cautelar Incidental proposta por **Horácio Gonçalves Vilela**.

Em síntese, diz o Agravante que foi proposta Medida Cautelar Incidental em que requereu o Agravado o bloqueio dos bens do Agravante para garantir suposto crédito, que ainda está sendo objeto de Ação de Cobrança.

Relata que a Juíza que estava respondendo pela 4ª vara indeferiu a liminar, fundamentando sua decisão na impossibilidade de atribuir de imediato aos réus a responsabilidade pela dívida.

O Agravo interpôs Embargos de Declaração, no entanto, a juíza titular da vara se reservou ao direito de apreciá-los somente após a apresentação da contestação.

Após a apresentação da contestação, o juiz que estava respondendo pela vara deferiu o pedido cautelar e concedeu a liminar de arresto dos bens relacionados pelo Agravado na petição inicial.

O Agravante formulou pedido de reconsideração, porém, o magistrado não modificou a decisão.

Inconformado com a decisão, o Requerido Agravou.

Nas razões do recurso, o Agravante sustenta que a liminar não poderia ter sido concedida, tendo em vista que não estão presentes os requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*.

Argumenta que a situação não se enquadra no art. 813, inciso II do CPC, pois o Agravante apresentou espontaneamente a Declaração de Imposto de Renda que comprova o aumento patrimonial nos últimos anos.

Além disso, alega que para concessão da liminar a parte deveria ter demonstrado a verossimilhança das alegações, porém as informações trazidas aos autos não são verdadeiras, pois o Agravado não ostenta condição de credor, não possui título literal de dívida e não comprovou nenhuma obrigação a ser cumprida pelo Agravante, assim com que o mesmo está alienando bens após a propositura da ação de cobrança.

Informa que o Agravado não é credor do Agravante e que quando os bens foram vendidos não havia execução em curso e, ainda, os bens foram substituídos por outros, não caracterizando a fraude.

Aduz que o arresto foi concedido liminarmente sem a devida prestação de caução pelo Agravado, conforme prevê o art. 816, inciso II do CPC.

Alega, ainda, que existem fortes indícios de que o Agravado é incapaz, haja vista declaração prestada pelo filho perante a 3ª Promotoria da Justiça Criminal da comarca de Imperatriz. Tal situação caracterizaria nulidade dos atos praticados pelo Agravado no processo.

Sustenta que foi feito arresto dos imóveis e veículos relacionados pelo Agravado, sem que tivesse comprovado que eram de propriedade do Agravante. Sendo que alguns deles já foram vendidos em datas anteriores à propositura da ação de cobrança, cujas transações foram realizadas de forma válida e lícita.

Ao final, requerer a atribuição do efeito suspensivo ao agravo.

O Agravante juntou os documentos de fls. 27/142.

É o relatório.

Em juízo preliminar, recebo o presente Agravo na forma de instrumento.

Conforme relatado, o Agravante pretende modificar decisão que concedeu a liminar de arresto e bloqueio de seus bens.

Em uma primeira análise, entendo que assiste razão o Agravante.

De acordo com o art. 814 do Código de Processo Civil para concessão do arresto é essencial a prova literal da dívida líquida e certa e prova documental ou justificação de alguns dos casos mencionados no artigo antecedente.

O artigo antecedente trata das ocasiões em que é possível o arresto.

Analisando sumariamente os autos observo que a medida cautelar incidental que requereu o arresto dos bens do Agravante foi interposta no bojo de uma Ação de Cobrança.

Ocorre que na Ação de Cobrança não há dívida líquida e certa, sendo este o objetivo da citada ação.

Tal título só será líquido e certo após a sentença procedente, o não ocorreu no presente caso.

Nesse sentido vejamos decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CAUTELAR INCIDENTAL DE ARRESTO. PEDIDO LIMINAR. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS. Para a concessão do arresto, necessário que se constate a presença de prova literal da dívida líquida e certa e da prova documental ou justificação de alguns dos casos referidos no artigo 813 do estatuto processual civil. Inexistente algum dos elementos acima referidos, mantém-se a decisão que indeferiu a concessão da liminar. NEGADO SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. (Agravado de Instrumento Nº 70045956869, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Iris Helena Medeiros Nogueira, Julgado em 03/11/2011)

Além disso, o Agravante demonstrou na sua declaração de imposto de renda (fls. 110/117), que teve um aumento patrimonial.

Dessa forma, entendo que a liminar deferida pelo juízo *a quo* deve ser suspensa, tendo em vista que o Agravado não apresentou nos autos as provas necessárias para caracterização do arresto, ou seja, prova da dívida líquida e certa, já que trata-se de Ação de Cobrança ainda em curso.

Por todo o exposto, recebo o presente recurso na forma de instrumento e **defiro o pedido efeito suspensivo da decisão agravada.**

Oficie-se o duto Juízo *a quo*, enviando-lhe cópia desta decisão e para, se quiser, preste informações.

Intime-se o agravado, para, conhecimento da decisão e, se quiser, apresente contra-razões, no prazo de 10 (dez) dias, conforme art. 527, inciso V, do Código de Processo Civil.

Após, vista ao Ministério Público.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

São Luís, 08 de novembro de 2011.
Des. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes
Relatora

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO n.º 27.449/2011 – PAÇO DO LUMIAR

AGRAVANTE: JOSÉ FRANCISCO GOMES NETO.

ADVOGADO: SERGIO EDUARDO DE MATOS CHAVES, FLAVIO VINICIUS ARAUJO COSTA.

AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO.

PROMOTORA: NADJA VELOSO CERQUEIRA.

RELATORA: DES. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES.

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto por **José Francisco Gomes Neto**, em face da decisão do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Paço do Lumiar, que julgou improcedente a exceção de pré-executividade, determinado o prosseguimento da execução ajuizada pelo **Ministério Público do Estado do Maranhão**.

Em síntese, diz o agravante que foi ajuizada Ação Civil Pública de Execução Forçada pelo Ministério Público do Estado do Maranhão requerendo o pagamento da quantia de R\$ 23.676,02 (vinte e três mil seiscentos e setenta e seis reais e dois centavos), relativo à aplicação de multa prolatada pelo Tribunal de Contas do Maranhão.

O executado apresentou exceção de pré-executividade que foi julgada improcedente, considerando que não há vício que atinja a pretensão executória.

Inconformado com a decisão, o executado agravou.

Nas razões do recurso, o agravante sustenta que o Ministério Público é parte ilegítima para executar o débito, pois o mesmo tem como beneficiário o Município de Paço do Lumiar, sendo este a parte legítima para executar a decisão do Tribunal de Contas do Estado.

Alega, ainda, que a Ação Civil Pública é nula, posto que executa título incerto e inexecutível, tendo em vista que ainda não transitou em julgado a decisão, estando pendente de recurso de revisão.

Aduz também que o magistrado de primeiro grau cometeu equívoco na decisão que julgou improcedente a exceção de pré-executividade, pois julgou antecipadamente a impugnação que se quer foi protocolada, cerceando a sua defesa.

Argumenta que o Tribunal de Contas ainda vai analisar todo o lastro probatório, em sede de recurso de revisão, podendo a decisão que impõe a multa ser anulada.

Ao final, requer a suspensão liminar da Ação Civil Pública de Execução Forçada, até o final do presente recurso.

O agravante juntou os documentos de fls. 19/64.

É o relatório.

Em juízo preliminar, recebo o presente agravo na forma de instrumento, eis que se encontra potencialmente comprovada a possibilidade de grave

lesão ao agravante.

Conforme relatado, o agravante pretende modificar decisão que o julgou improcedente exceção de pré-executividade.

Primeiramente, sustenta que o Ministério Público não é parte legítima para executar decisão do Tribunal de Contas, pois o débito pertence ao Município de Paço do Lumiar, sendo este a parte legítima para executar a multa.

Entendo que não assiste razão o agravante.

O Ministério Público possui legitimidade para ajuizar ação de execução de decisão do Tribunal de Contas.

Vejamos decisão do STJ e deste Egrégio Tribunal de Justiça:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. TRIBUNAL DE CONTAS. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. EXECUÇÃO. MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. LEGITIMIDADE.

- Pacífico na Primeira Seção desta Corte Superior o entendimento de que o Ministério Público tem legitimidade para promover execução de título executivo extrajudicial decorrente de decisão de Tribunal de Contas, ainda que em caráter excepcional.

Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1207039/MG, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/09/2011, DJe 14/10/2011)

APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSO CIVIL E CONSTITUCIONAL. EXECUÇÃO DE ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL. REGIME DA LEI DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA. POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO. RECURSO NÃO PROVIDO. I. A Lei nº. 7.347/85 não é de aplicação exclusiva em demandas de conhecimento, pois consagra o conjunto de regras e técnicas processuais que são utilizados para a tutela dos interesses coletivos em sentido lato, sendo possível sua aplicação, inclusive, em processo executivo. II. O Ministério Público possui legitimidade para propor ação executiva contra ex-gestor, fundada em decisões proferidas pelo Tribunal de Contas Estadual e na defesa do patrimônio público, de acordo com as disposições do artigo 71, §3º, e e do artigo 129, inciso III, da Constituição Federal. III. Apelo não provido. (Apelação Cível 25.699/2010 – Relatora: Des. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes).

Como visto, o Ministério Público é plenamente legítimo para propor a presente ação, segundo estabelece Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (Lei nº. 8.258/05), nos seguintes termos:

Art. 32. Expirado o prazo a que se refere a alínea “a” do inciso III do art. 27, sem manifestação do responsável, o Tribunal:

I – [...];

II – autorizará, alternativamente, a cobrança judicial da dívida, por intermédio do Ministério Público junto ao Tribunal;

III – [...]

Parágrafo único. Caso o ressarcimento deva ser feito ao Estado ou ao Município, o Tribunal remeter-lhe-á a documentação necessária à cobrança judicial da dívida. (Grifei).

Além disso, dentre as funções institucionais do Ministério Público, o artigo 129, inciso III, da CF/88 enumera a defesa do patrimônio público, que fundamenta a busca do *Parquet*, pelo ressarcimento ao erário, devido em razão de malversação de recursos públicos.

Entender que em casos como este, o direito de ação apenas caberia ao ente lesado na defesa do patrimônio público, seria como concluir que o caso trata apenas de interesse público secundário, o que implica em interpretar restritivamente a disposição do artigo 129, inciso III, da CF/88, levando à proteção deficiente do bem jurídico tutelado.

Por tais razões, entendo que o Ministério Público possui legitimidade para propor execução de título executivo formado por acórdão do Tribunal de Contas do Estado, objetivando o ressarcimento de lesão ao patrimônio público, ocasionado pela sua indevida utilização.

No que diz respeito à alegação de incerteza e inexigibilidade do título entendo que também não assiste razão o Agravante.

De acordo com o documento acostado às fls. 27, o acórdão nº 577/2008 do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão transitou livremente em julgado, não devendo prosperar as alegações do Agravante de inexigibilidade do título executivo.

Conforme acórdão nº 577/2008, fls. 25/26, foi aplicada ao Agravante multa no valor de R\$ 22.794,00 (vinte e dois mil setecentos e noventa e quatro reais), posteriormente confirmada pelo acórdão 807/2009, no recurso de reconsideração.

Dessa forma, entendo que o título executivo é líquido e certo, podendo ser executado.

Analisando os autos não verifico hipótese de cerceamento de defesa, como levantado pelo Agravante, pois não há na decisão do magistrado de primeiro grau qualquer antecipação à impugnação ainda não protocolada.

Por todo o exposto, recebo o presente recurso na forma de instrumento e **indefiro o pedido de efeito suspensivo**, mantendo a decisão liminar de primeiro grau.

Oficie-se o duto Juízo *a quo*, enviando-lhe cópia desta decisão e para, se quiser, preste informações.

Intime-se o agravado, para, conhecimento da decisão e, se quiser, apresente contra-razões, no prazo de 10 (dez) dias, conforme art. 527, inciso V, do Código de Processo Civil.

Após, vista ao Ministério Público.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

São Luís, 31 de outubro de 2011.

Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes

Relatora

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº. 28810/2010 – SÃO LUÍS

NÚMERO ÚNICO: 0017049-55.2010.8.10.0000

AGRAVANTE: LUÍS AUGUSTO DE OLIVEIRA MOCHEL.

ADVOGADO: CLAUDIO LEONARDO PALMEIRA MOREIRA.

AGRAVADO: ESTADO DO MARANHÃO.

PROCURADOR: RAIMUNDO HENRIQUES NASCIMENTO SOARES.

RELATORA: DESA. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES.

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento com pedido de efeito suspensivo, interposto por **LUÍS AUGUSTO DE OLIVEIRA MOCHEL**, em face da decisão do MM. Juiz de Direito respondendo pela 3ª Vara da Fazenda Pública da Capital, Dr. Mário Prazeres Neto, que determinou o arquivamento dos autos de Embargos à execução Nº. 12829/2005, observadas as formalidades legais, sem prejuízo de posterior desarquivamento, opostos pelo **ESTADO DO MARANHÃO**, ora Agravado.

Em síntese, sustenta o Agravante, às fls.03/14, que a precitada decisão interlocutória atenta contra a garantia constitucional do devido processo legal, previsto na Constituição pátria.

Aduz, também, que o magistrado de base deveria ter extinto o processo, com a condenação do Embargante, ora Agravado, no pedido exordial, nas despesas processuais e nos honorários advocatícios, ao invés de determinar o arquivamento do feito, violando, segundo alega, os direitos de

igualdade e de isonomia processual, bem como os princípios da legalidade e da eficiência.

Afirma que o juiz modificou a finalidade da lei, reduzindo seus efeitos, ao não aplicar por completo o que determina o dispositivo legal, bem como não observou a Súmula 240, do STJ,

Requer a atribuição de efeito suspensivo ao recurso, para sustar a eficácia da decisão agravada, até o pronunciamento final deste Tribunal de Justiça.

Por fim, pleiteia o conhecimento e o provimento do presente recurso, para reformar a decisão agravada.

Juntou documentos às fls. 15/79.

Despacho às fls. 92, determinando a intimação do Agravado para apresentar contrarrazões, ante a necessidade da formação do contraditório para a apreciação do pedido liminar.

Contudo, embora devidamente intimado, o Agravado não apresentou contrarrazões, conforme certificado às fls.104.

Informações apresentadas pela Magistrada *a quo* às fls. 100/101.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório. Passo a decidir.

Compulsando os autos, verifico, em juízo preliminar, que este recurso de Agravo preenche os requisitos de admissibilidade, recebendo-o na forma de instrumento, uma vez que se volta contra decisão interlocutória potencialmente causadora de grave lesão à parte recorrente.

Para atribuir-se o efeito suspensivo à decisão agravada, necessário se faz a conjugação dos seguintes requisitos, a relevância dos fundamentos dispensados nas razões recursais, bem como o receio de que a decisão agravada possa resultar lesão grave ou de difícil reparação, conforme se depreende do art. 558, *in fine*, do Código de Processo Civil.

Sem adentrar no mérito recursal e a vista da decisão monocrática proferida, entendo que não se encontram presentes os pressupostos acima mencionados.

Igualmente, não está caracterizado o receio de que a decisão agravada possa resultar lesão grave ou de difícil reparação necessária à concessão do pretendido efeito suspensivo, eis que não se verifica na espécie a presença de dano iminente a justificar a reversão, neste momento processual.

Como é sabido, a lesão grave e de difícil reparação reclamada pela legislação processual, para atribuição de efeito suspensivo à decisão agravada, deve ser aquela lesão iminente e real, suscetível de prejuízo imediato e não *a posteriori*, como no caso dos autos.

Diante do exposto, **indefiro o pedido de efeito suspensivo** pleiteado, até o julgamento de mérito do presente recurso.

Vista ao Ministério Público.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

São Luís, 1º de novembro de 2011.
Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes
Relatora

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO N.º 30.302/2011 NO AGRAVO DE INSTRUMENTO n.º 28.642/2011 – SÃO LUÍS.

(Número único: 0005730-56.2011.8.10.0000).

AGRAVANTE: LUIZ MAGNO DUQUE BACELAR.

ADVOGADOS: HAROLDO GUIMARÃES SOARES FILHO E OUTROS.

AGRAVADA: JERCIANE DOS SANTOS COSTA BACELAR.

ADVOGADOS: GILSON ALVES BARROS E OUTRO.

RELATORA: DESA. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES.

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração n.º 30.302/2011, ajuizado por **JERCIANE DOS SANTOS COSTA BACELAR**, em face da decisão de fls. 210/216, proferida nos autos do Agravo de Instrumento com pedido de Efeito Suspensivo, interposto por **LUIZ MAGNO DUQUE BACELAR** contra a decisão do MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Família da Comarca de São Luís.

A decisão proferida nos autos deste Agravo de Instrumento determinou a redução da pensão alimentícia de 19 (dezenove) para 12 (doze) salários mínimos.

Inconformada, a Agravada ajuizou o presente pedido, dizendo que conviveu 14 (quatorze) anos com o Agravado e, ficando a vida conjugal insuportável, ajuizou ação de divórcio cumulada com alimentos.

Alega que foram fixados os alimentos inicialmente, sendo que o Agravante ajuizou ação revisional no qual o Magistrado reduziu a pensão, de 25 (vinte e cinco) para 19 (dezenove) salários mínimos. Desta decisão, gerou 02 (dois) agravos, interpostos por ambas as partes.

Afirma que, no agravo interposto pela Agravada, de n.º 0005658-69.2011.8.10.0000, o Relator Substituto manteve a pensão em 19 (dezenove) salários mínimos e, no interposto pelo Agravante, de n.º 0005730-56.2011.8.10.0000, reduziu-a para 12 (doze) salários.

Aduz que a contraditória pensão fixada pelo Relator Substituto não faz frente às despesas da Agravada e da filha do casal. Além disso, registra que não se encontra trabalhando, uma vez que foi demitida das empresas do ex-marido, sendo um equívoco da decisão que se deseja reconsiderar, a afirmação que poderia a Recorrida contribuir com o sustento seu e de sua filha.

Alega que inexistem os requisitos para a concessão da tutela antecipada recursal, principalmente a plausibilidade do direito alegado, a verossimilhança das alegações e o perigo de lesão grave e de difícil reparação, a qual corrobora em favor da Agravada.

Ao final, requereu a reconsideração da decisão liminar, para que se eleve a pensão para 25 (vinte e cinco) salários mínimos.

É o relatório, passo a decidir.

Reanalizando os autos, vejo que deve ser reconsiderada a decisão proferida pelo Desembargador que me substituiu.

Isto porque, em primeira análise, entendo que não cabe ação revisional de alimentos no curso ainda de ação de divórcio cumulada com pensão alimentícia.

A pensão anteriormente fixada, ainda de caráter provisório, está submetida à jurisdição da ação de divórcio, logo, não é definitiva, podendo o Magistrado que a fixou a reformar a qualquer momento, desde que as partes provem à mudança de sua situação econômico-financeira, conforme interpretação do § 1º, do art. 13, da Lei n.º 5.478/1968.

Os documentos de fls. 26/181 não apontam para a mudança econômico-financeira de qualquer das partes. Muito pelo contrário, verifica-se claramente que necessitam a Agravada e sua filha de pensão alimentícia até o desfecho final do processo de divórcio, posto que a genitora trabalhava numa das empresas do Agravante e, com a separação, foi demitida.

O pedido de revisão de alimentos, proposto pelo Agravante, é, na verdade, um artifício ilegal para reduzir a pensão até então fixada, posto que não conseguiu reduzir a combatida pensão através de recurso cabível, o qual ainda pende de julgamento (agravos n.º 18.486/2011).

Aburla ilegal para reduzir a pensão alimentícia é intolerável no direito processual civil brasileiro. Deveria o Agravante aguardar o julgamento de mérito dos recursos já interpostos e não promover uma ação sem que houvesse causa de pedir admissível, qual seja, desequilíbrio da sua situação

econômico-financeira. Noutros termos, modificação do binômio necessidade-possibilidade.

Na situação em tela, comprova-se que, pelo menos até o desfecho da ação de divórcio, o binômio necessidade possibilidade concorre em favor da Agravada.

Sobre o assunto, cito jurisprudência da 1ª Câmara Cível, em processo de agravo de instrumento do qual fui relatora, in verbis:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. URGÊNCIA COMPROVADA. ART. 273, DO CPC. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. CONCESSÃO DE TUTELA COMPROVADA. ALIMENTOS PROVISÓRIOS. ATENDIMENTO AO BINÔMIO POSSIBILIDADE/ NECESSIDADE. INTELIGÊNCIA DO § 1º DO ART. 1.694 DO CÓDIGO CIVIL. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO IMPROVIDO. I - Preenchidos os requisitos legais de risco de dano irreparável, bem como a verossimilhança das alegações, deve ser concedida a tutela antecipada, nos termos do art. 273 do CPC. II - O binômio possibilidade/necessidade exigido para o arbitramento da prestação alimentícia foi respeitado, conforme preceitua o § 1º do art. 1.694, do Código Civil, razão pela qual deve ser mantida a decisão a quo. TJMA. Acórdão n.º 84.755/2009. Rel. Des. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes.

Com relação ao pedido de 25 (vinte e cinco) salários mínimos, entendo que é *ultra petita*, uma vez que a decisão, que se deseja reformar, fixou a pensão em 19 (dezenove) salários, razão pela qual entendo não ser possível a elevação acima deste último patamar.

Ante o exposto, DEFIRO parcialmente o pedido para reconsiderar a decisão de fls. 210/216, elevando a pensão de 12 (doze) para 19 (dezenove) salários mínimos, mantendo, assim, a decisão agravada de fls. 11.

Oficie-se o duto Juízo *a quo*, enviando-lhe cópia desta decisão, pelo que requisito informações.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

São Luís, 09 de novembro de 2011.
Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes
Relatora

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

REMESSA Nº 13.562/2011 – SÃO LUÍS/MA.

NÚMERO ÚNICO: 0030173-73.2008.8.10.0001

REMETENTE: JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE SÃO LUÍS

REQUERENTE: ALANNA BIELY CARVALHAL DE MELO

Advogados: Dr. Jeanne Brito Balby e outros

REQUERIDO: MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS

Procuradores: Dr. Julio César de Jesus e outros

Relator: Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF

REMESSA. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. NOMEAÇÃO DE CANDIDATO NA VIA ADMINISTRATIVA. PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO.

I - O interesse processual é composto pelo binômio necessidade/utilidade do provimento jurisdicional pleiteado, além da adequação do procedimento escolhido para se atingir tal fim.

II - Comprovada a concessão administrativa do objeto pleiteado no presente mandado de segurança, resta prejudicada o reexame da sentença de base pelo segundo grau de jurisdição.

III - Remessa prejudicada.

DECISÃO

Trata-se de Remessa Necessária de sentença proferida em Mandado de Segurança (Proc. Nº 30.173/2008) impetrado por Alanna Biely Carvalhal de Melo contra o Prefeito do Município de São Luís.

A requerente intentou a presente ação aduzindo que prestou concurso público para o cargo de Psicóloga para o qual eram previstas 36 vagas, tendo sido aprovada na classificação de nº 32, razão por que requereu a antecipação dos efeitos da tutela para que fosse nomeada e empossada no cargo. O Prefeito prestou informações aduzindo que já convocou até o candidato de número 26 e que o ato de convocação está dentro da esfera de poderes discricionários do ente público, o qual dentro do prazo de validade do concurso procederá às convocações.

Ao sentenciar o feito, foi concedida a ordem para que a impetrante, ora requerente, fosse imediatamente convocada, conforme fls. 63/68.

Nenhuma das partes interpôs recurso e o Município informou que houve o reconhecimento do pedido da autora administrativamente.

A Procuradoria Geral de Justiça manifestou-se pelo improvimento da remessa.

Era o que cabia relatar.

Passo a efetuar o julgamento de forma monocrática, amparado pelo artigo 557 do CPC, tendo em vista que o desiderato seria o mesmo, seja nesta forma, seja através de julgamento pelo colegiado.

Ressalto que o STJ, em reiterados julgados, já manifestou o posicionamento de admitir o julgamento pelo relator de forma monocrática nos casos em que há entendimento pacificado no órgão fracionário.

Sobre o tema:

PROCESSUAL CIVIL. TUTELA ANTECIPADA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. JULGAMENTO DA AÇÃO PRINCIPAL. SUPERVENIENTE PERDA DE OBJETO. FALTA DE INTERESSE RECURSAL. ART. 557 DO CPC. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR RESPALDADA EM JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL A QUE PERTENCE. VIOLAÇÃO DO ART. 535, I e II, DO CPC. NÃO CONFIGURADA. 1. A aplicação do artigo 557, do CPC, supõe que o julgador, ao isoladamente negar seguimento ao recurso ou dar-lhe provimento, confira à parte prestação jurisdicionalequivalente a que seria concedida acaso o processo fosse julgado pelo órgão colegiado. 2. A ratio essendi do dispositivo, com a redação dada pelo artigo 1º, da Lei 9.756/98, visa desobstruir as pautas dos tribunais, dando preferência a julgamentos de recursos que encerrem matéria controversa. 3. Prevalência do valor celeridade à luz do princípio da efetividade (Precedentes do STJ: AgRg no REsp 508.889/DF, Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, 3.ª Turma, DJ 05.06.2006; AgRg no REsp 805.432/SC, Rel. Min. CASTRO MEIRA, 2.ª Turma, DJ 03.05.2006; REsp 771.221/RS, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, 1.ª Turma, DJ 24.04.2006 e; AgRg no REsp 743.047/RS, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, 1.ª Turma, DJ 24.04.2006). 4. In casu, o acórdão hostilizado denota a perfeita aplicação do art. 557, do CPC, posto que a prolação de sentença de mérito na ação originária revela a superveniente perda de objeto do recurso utilizado contra o deferimento ou indeferimento da tutela antecipada initio litis. Precedentes: RESP 702.105/SC, DJ de 01.09.2005; AgRg no RESP 526.309/PR, DJ 04.04.2005 e RESP 673.291/CE, DJ 21.03.2005. 5. Inexiste ofensa ao art. 535, I e II, CPC, quando o Tribunal de origem pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, cujo decisum revela-se devidamente fundamentado. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão. Precedente desta Corte: RESP 658.859/RS, publicado no DJ de 09.05.2005. 6. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 857.173/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/03/2008, DJe 03/04/2008)

O objeto da presente remessa é o reexame necessário da sentença concessiva de segurança, que garantiu à requerente o direito à nomeação e posse no cargo de Psicóloga, para o qual foi aprovada em concurso público regido pelo Edital nº 10/2006.

Ocorre que, pelo que se denota do documento de fls. 72/82, o Município de São Luís informou que a requerente foi convocada de modo espontâneo

pela Administração em 29/01/2010, antes mesmo da prolação da sentença proferida em 24/09/2010.

Assim, tendo em vista o reconhecimento na via administrativa do direito da requerente, o que se constata é a perda do objeto da ação, e por consequência também a perda superveniente da presente remessa, na medida em que prejudicado está o duplo grau obrigatório de jurisdição.

O interesse processual pode ser compreendido sob dois enfoques: a necessidade/utilidade do provimento jurisdicional pleiteado e a adequação do procedimento escolhido para se atingir tal fim, vale dizer, a via judicial deve ser o meio apto a satisfazer a pretensão deduzida em juízo, e o procedimento escolhido deve ser adequado para a consecução de tal objetivo.

Acerca do interesse processual, como uma das condições da ação, o mestre HUMBERTO THEODORO JÚNIOR assim leciona:

O interesse de agir, que é instrumental e secundário, surge da necessidade de obter através do processo a proteção do interesse substancial. Entende-se, dessa maneira, que há interesse processual 'se a parte sofre um prejuízo, não propondo a demanda, e daí resulta que, para evitar esse prejuízo, necessita exatamente da intervenção dos órgãos jurisdicionais'.

Localiza-se o interesse processual não apenas na utilidade, mas especificamente na necessidade do processo como remédio apto à aplicação do direito objetivo no caso concreto, pois a tutela jurisdicional não é jamais outorgada sem uma necessidade, como adverte Allorio. Essa necessidade se encontranaquela situação 'que nos leva a procurar uma solução judicial, sob pena de, se não fizermos, vermo-nos na contingência de não podermos ter satisfeita uma pretensão (o direito de que nos afirmamos titulares). Vale dizer: o processo jamais será utilizável como simples instrumento de indagação ou consulta acadêmica. Só o dano ou o perigo de dano jurídico, representado pela efetiva existência de uma lide, é que autoriza o exercício do direito de ação.

O interesse processual, a um só tempo, haverá de traduzir-se numa relação de necessidade e também numa relação de adequação do provimento postulado, diante do conflito de direito material trazido à solução judicial." (in Curso de Direito Processual Civil, 39ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2003, p. 52)

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REMESSA NECESSÁRIA. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO/CORPO DE BOMBEIROS MILITAR. LIMITAÇÃO DE IDADE. PREVISÃO LEGAL. RESTRIÇÃO COMPATIVEL COM A NATUREZA DO OFÍCIO. SUBSUNÇÃO AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO POSTULADO DA IGUALDADE. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. REPROVAÇÃO DO CANDIDATO NO CERTAME. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. PREJUDICIALIDADE DA REMESSA.

(...)

IV – Constatada a perda superveniente do objeto da ação mandamental diante da não classificação do requerente no certame, mostra-se também prejudicado o reexame necessário.

V – Remessa prejudicada. (TJ/MA, remessa nº 37.321/2010, Segunda Câmara Cível, Rel. Des. Marcelo Carvalho Silva, Acórdão nº 99742/2011, j. em 3 de março de 2011)

PROCESSO CIVIL. REMESSA NECESSÁRIA. MANDADO DE SEGURANÇA. CURSO DE MBA DE GESTÃO AMBIENTAL PORTUÁRIA. MANUTENÇÃO DO IMPETRANTE NO LOCAL DA ESPECIALIZAÇÃO COM AJUDA DE CURSO. LIMINAR. EXPIRADO PRAZO PARA CONCLUSÃO. PERDA SUPERVENIENTE DE objeto. PREJUDICIALIDADE. I - Há perda de objeto do mandado de segurança impetrado com escopo de assegurar direito a manutenção do impetrante na cidade em que o curso de especialização é ministrado, com recebimento de ajuda de curso, se expirado o prazo de conclusão; II - remessa prejudicada." (TJ/MA, Terceira Câmara Cível, Remessa 36.488/2009, Rel. Des. Cleones Carvalho Cunha)

PROCESSO CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS/CFO. MATRÍCULA E PARTICIPAÇÃO NAS FASES DO CERTAME. LIMINAR. CONCESSÃO DA SEGURANÇA. REPROVAÇÃO POSTERIOR NO EXAME INTELECTUAL (PROCESSO SELETIVO). CLASSIFICAÇÃO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS DISPONÍVEIS. NÃO OCORRÊNCIA. perda SUPERVENIENTE DE objeto. PREJUDICIALIDADE DA remessa. I - A despeito de ter sido garantida, através de liminar e concessão definitiva da segurança, a participação do impetrante nas fases do processo seletivo para o Curso de Formação de Oficiais de Bombeiro Militar - CFO/BM-2006, tendo sido reprovado em exame intelectual posterior, não obtendo êxito no certame dentro do número de vagas disponíveis, dá-se a perda superveniente de objeto do feito; II - face à perda superveniente de objeto, inexistente interesse processual na apreciação da remessa necessária. remessa prejudicada. (TJ/MA, Terceira Câmara Cível, Remessa 16.414/2009, Rel. Des. Cleones Carvalho Cunha)

Pelo exposto, havendo inúmeros precedentes desta Corte sobre a matéria, nos termos do art. 557 do CPC, julgo prejudicada a presente remessa, diante da perda do objeto da ação ordinária.

Publique-se e cumpra-se.

São Luís, 08 de novembro de 2011.

Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF
Relator

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

REMESSA Nº. 12.527/2011 – SANTA QUITÉRIA.

(Número único: 0002551-17.2011.8.10.0000)

REMETENTE: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTA QUITÉRIA.

REQUERENTE: M. MILCA SILVA.

ADVOGADO (A): ANTONIO RODRIGUES MONTEIRO NETO.

REQUERIDO: MUNICÍPIO DE SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO.

PROCURADOR (A) (ES): FRANKSTONE OSVALDO SPÍNDOLA MOREIRA CORRÊA.

RELATORA: DESA. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES.

EMENTA

REMESSA NECESSÁRIA. AÇÃO DE COBRANÇA CONTRA MUNICÍPIO. CHEQUES SEM FUNDOS. COMPROVAÇÃO POR NOTAS FISCAIS E O PRÓPRIO CHEQUE DE QUE HOUVE O NEGÓCIO JURÍDICO. DEVER DE PAGAMENTO. REMESSA NÃO PROVIDA.

I – Demonstrada a existência de relação negocial entre as partes, cujos produtos adquiridos estão especificados em notas fiscais, consubstanciada pela entrega de cheques, títulos de natureza não causal, é possível a cobrança realizada.

II – Emitidos os cheques e ainda inexistentes provas pelo Município Requerido de que houve o pagamento, acertada é a decisão do Juízo a quo, pela procedência da cobrança, não merecendo quaisquer reparos.

III – Remessa não provida.

DECISÃO

Trata-se de Remessa Necessária, enviada pelo douto Juízo da Vara Única da Comarca de Santa Quitéria do Maranhão, que, nos autos da Ação de Cobrança com Pedido de Tutela Antecipada n.º 98/2004, prolatou sentença em favor de **M. MILCA SILVA.**, a qual pleiteava do **MUNICÍPIO DE**

SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO o pagamento no valor de R\$ 7.466,00 (sete mil, quatrocentos e sessenta e seis reais) referentes à venda de materiais de construção, acrescidos de juros e correções monetárias.

Na inicial, o Requerente pleiteia o pagamento supracitado do Requerido, tendo em vista que os cheques emitidos por este último terem sido devolvidos sem provisões de fundos, ficando o Autor sem o pagamento pela venda de materiais de construção, além de pedido de tutela antecipada, por estar o Requerente passando por dificuldades frente ao débito cometido pelo Município Requerido. Juntou cópia dos cheques, além de notas fiscais emitidas com a assinatura de recebimento dos materiais.

Requeru a condenação do Município Requerido.

Em sua contestação, o Município Requerido aduz que a nova gestão não encontrou documentações que pertinem sobre a aquisição dos materiais de construção e que em sua exordial o Requerente não menciona a quem entregou o material. E que sem esta certeza, não poderia efetuar o pagamento sob pena de risco ao erário público. Requer ao final que seja julgado totalmente procedente a presente demanda.

A sentença, proferida em audiência, julgou procedente o pedido do Requerente, condenando o Requerido a pagar à Autora a importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com juros e correções monetárias a incidir da data de sua apresentação para cobrança bancária. Condenou ainda o Requerido ao pagamento de honorários advocatícios na proporção de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, também incidindo juros e correção monetária.

Ausentes os recursos voluntários, os autos vieram como remessa necessária.

Remetidos à Procuradoria-Geral de Justiça, em parecer da lavra do Dr. José Antônio Oliveira Bents, este opinou pelo não provimento da remessa, mantendo incólume a r. sentença.

É o relatório. Decido.

Tratando-se de remessa necessária, passo ao conhecimento de seu mérito.

A sentença deve ser mantida em seus próprios fundamentos, tendo em vista que está amplamente comprovado documentalmente nos autos que houve a compra do material de construção pelo Município Requerido, conforme notas fiscais juntadas. Além disso, resta claro também que foram emitidos cheques nos quais se verifica que foram devolvidos pela instituição bancária sem a provisão de fundos.

Apesar de ter alegado em sua contestação que não encontrou documentação que fosse pertinente à compra de materiais de construção, o Requerido não demonstrou nos autos documentos que trouxessem fatos extintivos e/ou modificativos do direito do Autor, desobedecendo ao que ensina o art. 333, II do CPC. Não se desincumbiu este em provar o contrário, ou seja, que não recebera os materiais de construção e/ou que tenha feito a compra dos referidos materiais de construção.

Sendo assim, tratando-se de cheques emitidos em pagamento de um débito, há de se ressaltar que, uma das mais importantes características de tal título de crédito, é sua autonomia, ou seja, a possibilidade de ser auto-suficiente (válido e exigível) independentemente do negócio jurídico do qual tenha sido originado. Depreende-se do caso concreto que o afastamento do dever ao pagamento do cheque somente se daria quando da demonstração de que houvera feito pelo Município Requerido.

Esta E. Corte tem posicionamento sobre esta matéria. Senão vejamos:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE COBRANÇA CONTRA MUNICÍPIO. CHEQUE. PRESCINDÍVEL A DISCUSSÃO DA CAUSA DEBENDI. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. I. A ação de cobrança fundada em cheque prescinde da perquirição da causa debendi. Precedentes do STJ. II. **Para se afastar o dever de pagar os cheques é necessária a demonstração de que já o houvera feito.** III. Recurso não provido. (TJ/MA. APC nº 969/2009. 3ª Câmara Cível. Rel. Des. Antônio Guerreiro Júnior. J. em 20/05/2009). (grifei)

Sendo assim, demonstrada a existência de relação negocial entre a Requerente (credora) e o Município Requerido (devedor), cujos produtos adquiridos estão especificados nas notas fiscais acostadas aos autos, consubstanciada pela entrega de cheques, que são títulos de natureza não causal (desvinculam-se totalmente do negócio jurídico que lhe deu origem), entendo que a r. sentença foi corretamente exarada.

Do exposto, de acordo com o parecer ministerial, julgo pelo **não provimento da remessa**, mantendo inalterada a r. sentença de piso.

Publique-se. Intimem-se.

São Luís, 01 de novembro de 2011.
Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes
Relatora

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 12.935/2011 – Pinheiro.

(Número único: 0001544-96.2009.8.10.0052).

APELANTE: ILDELENE MOURA GOMES PINHEIRO.

ADVOGADO (A): GENIVAL ABRÃO FERREIRA.

APELADO: MUNICÍPIO DE PEDRO DO ROSÁRIO

PROCURADOR (A): ROBERTH SEGUINS FEITOSA E OUTROS.

RELATORA: DESA. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES.

EMENTA

PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE COBRANÇA. SALÁRIOS ATRASADOS. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. OBRIGAÇÃO DO MUNICÍPIO DE EFETUAR O PAGAMENTO. CONTRACHEQUE JUNTADO À EXORDIAL SERVE COMO PROVA DE VÍNCULO. ÔNUS DA PROVA DO FATO EXTINTIVO. INCUMBÊNCIA DO RÉU. ART. 333, II, DO CPC. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO ALEGADO. APELO PROVIDO.

I – Na hipótese dos autos, a juntada de apenas o contracheque do mês anterior comprova o vínculo entre o servidor e o Município, cabendo a este último provar que os valores cobrados pelo autor foram devidamente pagos ou, ainda, que o servidor não laborou no período pleiteado, o que não ocorreu.

II – Comprovado o vínculo funcional e, por conseguinte, a prestação de serviços, o pagamento das verbas salariais é obrigação do ente federado, sob pena de configuração de enriquecimento ilícito. III – Nos termos do inciso II, do art. 333, do CPC, o ônus da prova incumbe ao réu, no tocante ao fato extintivo do direito do autor.

IV – Apelo provido.

DECISÃO

Trata-se de recurso de apelação interposto por ILDELENE MOURA GOMES PINHEIRO, em face da sentença proferida pelo MM. Juiz da 1ª Vara da Comarca de Pinheiro que, nos autos da Ação de Cobrança n.º 1.544/2009, ajuizada contra MUNICÍPIO DE PEDRO DO ROSÁRIO, ora Apelada, julgou extinto o processo sem resolução do mérito, fulcrado no art. 267, inciso I do CPC, por o Apelante não ter juntado documentação comprobatória da sua condição de servidora pública efetiva, conforme ensinamento do art. 283 e 284, parágrafo único do CPC, apesar do MM. Juiz a quo ter dado

prazo de 10 (dez) dias para que o vício fosse sanado, não sendo cumprido conforme certidão de fls. 28.

A Apelante apresentou Recurso de Apelação aduzindo que o documento juntado em sua exordial é suficiente para o julgamento antecipado da lide pelo magistrado de piso. Alega ainda que por ser verba de cunho alimentar, a demonstração de pagamento de salários é meramente documental e que tal ônus é do empregador, ora Apelado, a despeito de ser concursado ou não. Aduz também que tanto o contratado como o concursado, a competência é da Justiça Estadual para o julgamento deste mérito.

Por fim, requer que seja reformada a sentença, e que seja determinada o julgamento do mérito por esta E. Corte, ou, se assim não for, que sejam os autos devolvidos ao juízo da causa para proferir decisão no caso ou que este proceda a dilação probatória.

Devidamente intimado, o Apelado não apresentou contrarrazões, conforme Certidão de fls. 46.

Remetidos à Procuradoria-Geral de Justiça, esta, em parecer da Dr^a. Domingas de Jesus Fróz Gomes, deixou de opinar no mérito, por falta de interesse público no feito.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório. Decido.

Verifico estarem presentes os pressupostos recursais de admissibilidade, devendo, de logo ser conhecida a Apelação.

Entendo que é caso de julgamento monocrático na forma do art. 557, do CPC.

O ônus da prova consiste em uma regra processual na qual o Autor, ora Apelada, prova os fatos constitutivos do seu direito, e ao réu, ora Apelante, comprovar a existência de fatos modificativos, extintivos e impeditivos do direito do Autor.

Compulsando os autos, verifico que há razões para o inconformismo da Apelante, tendo em vista que esta juntou aos autos documento que comprova a existência de vínculo entre esta e o Município Apelado.

Em uma análise ao contracheque juntado pela Apelada de fls. 07, observa-se que está destacado a Empresa pagante, qual seja, a Prefeitura Municipal de Pedro do Rosário, com o seu devido endereço e o seu CNPJ. Observa-se também que o nome da Apelada consta no contracheque com sua posterior função exercida dentro da Secretaria Municipal de Educação do Município Apelado. Por fim, consta a assinatura da mesma comprovando ter recebido o seu salário do mês de novembro/2008, demonstrando ser esta funcionária do Apelado.

Assim considero que o contracheque juntado à exordial dá a comprovação cabal de que a Apelante é funcionária pública municipal. Até porque não importa se esta é concursada ou não. O que importa é que pelas alegações exortadas pela inicial, caberia ao Apelado a comprovação de que os serviços da Apelante não foram executados, ou mesmo que esta não possui vínculo empregatício algum com este, além da comprovação de que, se funcionária pública municipal, já percebera os valores cobrados.

Vejo que das proposituras acima, o Apelado foi silente ao demonstrá-las, pois ao analisar sua contestação de fls.14/18, este não trouxe aos autos documentos que comprovem fatos extintivos e modificativos das alegações iniciais.

Sendo assim, considero que a r. sentença *a quo* deva ser reformada, posto que a inicial preenche os requisitos do art. 283 do CPC.

Tendo em vista que a causa versa tão-somente em questão de direito e vendo que possuo as condições necessárias, vislumbrando o art. 515, § 3º do CPC, passo ao julgamento do mérito.

O ônus da prova consiste em uma regra processual na qual o Autor, ora Apelada, prova os fatos constitutivos do seu direito, e ao réu, ora Apelante, comprovar a existência de fatos modificativos, extintivos e impeditivos do direito do Autor.

Desta forma, vejo que a Apelante comprovou documentalmente que esta presta serviços ao Apelado. Como já descrito retro, o contracheque juntado à exordial comprova a sua situação. Ao contrário desta, o Apelado não trouxe aos autos comprovação de que os serviços não foram prestados ou que a Apelante não figura em seus quadros funcionais.

Farta jurisprudência considera que em casos como este, uma vez comprovado o vínculo funcional e comprovada a contraprestação dos serviços, o ente público só poderá se eximir do pagamento das verbas salariais se comprovar que efetivamente efetuou o pagamento das verbas pleiteadas, o que não se configura ao caso.

Notexto da CF/88, em seu art. 39, §3º, é claro quando elenca que o servidor público fará jus ao recebimento das verbas, sob pena de enriquecimento ilícito do Poder Público.

Sobre o assunto, o Tribunal de Justiça do Maranhão já decidiu, *in verbis*:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. SALÁRIOS ATRASADOS. PRESTAÇÃO DE TRABALHO INCONTROVERSA. ENRIQUECIMENTO ILÍCITO NÃO TOLERADO. PROVIMENTO PARCIAL.

1. Conforme assentado em precedentes deste Tribunal, o Poder Público não pode se esquivar do pagamento de parcelas salariais de servidor municipal, atribuindo responsabilidade a administração anterior. 2. A certeza quanto ao vínculo existente entre o servidor e a administração, torna obrigatório o pagamento das verbas salariais inadimplidas. A ausência da contraprestação pelo trabalho importa em enriquecimento ilícito pela municipalidade, o que não é tolerado no ordenamento jurídico nacional. 3. Juros moratórios a serem computados de acordo com a nova redação do art. 1º-F da Lei nº. 9.494/97. 4. Apelação conhecida e parcialmente provida. TJMA.

Acórdão nº 106.458/2011. Rel. Des. Lourival e Jesus Serejo Sousa.

No mérito, antevejo que a Apelante é funcionária pública do município Apelado e, nesta condição, tem direito a todas verbas salariais decorrentes do trabalho exercido em seu *múnus público*.

Ao contrário do Apelado, a Apelante demonstra documentalmente, através da juntada do seu contracheque, que esta prestava serviços ao Apelado e que era remunerada pelo seu trabalho.

É ônus do Apelado provar que pagou o salário da Apelante, conforme os termos do art. 333, inciso II, do CPC, e não havendo nos autos documentos comprobatórios da não prestação dos serviços ou da condição de não funcionária pública, deve ser imputada a responsabilidade ao Apelado.

A Administração Municipal não é personificada, ou seja, não pode ser atribuída à pessoa do gestor, como se ele pagasse do seu bolso os funcionários e demais despesas e que a responsabilidade pelo pagamento de servidores de gestões passadas seriam imputadas à pessoa do gestor e não ente municipal.

Como se sabe o trabalho prestado pela Apelante foi para a pessoa jurídica de direito público e não para a pessoa natural do prefeito.

Deste modo, ficou evidente o descumprimento, pelo Município Apelado, do princípio da legalidade, já que restou violado o art. 17, da Lei Complementar nº 101/2000, pois, é obrigatório o pagamento de salários dos servidores públicos e seus consectários legais, tendo em vista ser despesa de caráter continuado, não se podendo dizer que é compromisso financeiro pessoal do ex-gestor, o qual deverá cumprir até o término do mandato.

Logo, a prestação dos serviços pela Apelante e o não pagamento de sua remuneração que lhe era devida são fatos incontroversos nos autos. Furta-se o município, na espécie, ao adimplemento de sua obrigação pecuniária, constitui tentativa de enriquecimento ilícito, constituindo-se em conduta vedada à Administração Pública.

Sobre o assunto, é farta a Jurisprudência deste Egrégio Tribunal:

SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - AÇÃO DE COBRANÇA DE VENCIMENTO - PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO - ACOLHIMENTO PARCIAL - ÔNUS DO MUNICÍPIO PROVAR QUE PAGOU O SERVIDOR PÚBLICO - PAGAMENTO EM ATRASO - RETENÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. I - É ônus do município provar que não pagou os vencimentos de seus servidores, não podendo alegar cerceamento de defesa quando se tratar de

cobrança de salários e seus reflexos. II - O não pagamento dos vencimentos dos Apelados ou seu atraso injustificado constitui abuso por parte do representante do Poder Executivo municipal, além de gerar enriquecimento ilícito para o referido município, acarretando, com isso, enorme prejuízo aos servidores. III - É sabido que o vencimento é verba de caráter alimentar, sendo necessária a atualização do débito a ele referente por meio de correção monetária. IV - Recurso conhecido e não provido. Unanimidade. Acórdão n.º 77392/2008. Rel. Des. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes.

Isto posto, **conheço do recurso e, no mérito, fundamentado no art. 557, § 1º, do CPC, dou provimento** ao Apelo, reformando, *in totum*, a r. sentença de piso, determinando que o Município Apelado pague à Apelante o salário de dezembro/2008, além do 13º salário, incidindo sobre estes juros moratórios e correções monetárias.

Aos juros moratórios deverão incidir o índice previsto no art. 1º – F, da Lei n.º 9.494/1997, modificado pela Lei n.º 11.690/2009, contados a partir da citação. A correção monetária deve ser fixada pelo índice INPC/IBGE desde que deveriam ser pagos os salários retidos.

Condeno ainda o Apelado ao pagamento de honorários advocatícios na proporção de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Publique-se. Intimem-se.

São Luís, 01 de novembro de 2011.
Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes.
Relatora

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 14.731/2010 – BACURI.

(Número único: 0012265-35.2010.8.10.0000).

APELANTE (S): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.

PROMOTOR (A): FRANCISCO DE ASSIS SILVA FILHO.

APELADO (S): SEBASTIÃO LOPES MONTEIRO.

ADVOGADO (S): JOSÉ LUIZ FERNANDES GAMA E OUTROS.

RELATORA: DESA. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES.

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE EXECUÇÃO FORÇADA. MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. LEGITIMIDADE ATIVA. ART. 129, III, DA CF/88; ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR N.º 75/93 E ART. 25, IV, DA LEI N.º 8.625/93. PRECEDENTES DO STJ. APELO PROVIDO.

I – De acordo com reiterados precedentes do STJ e desta E. Corte, o *Parquet* estadual detém legitimidade para propor ação executiva com intento de obter pagamento de multa imputada por Tribunal de Contas em face de ex-prefeito, precipuamente face aos regramentos insertos no art. 129, III, da CF/88 e art. 6º da Lei Complementar n.º 75/93 e art. 25, IV, da Lei n.º 8.628/93;

III - Apelo provido.

DECISÃO

Trata-se de recurso de apelação interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL**, em face da sentença proferida pelo MM. Juiz da Vara Única da Comarca de Bacuri, nos autos da Ação Civil Pública de Execução Forçada n.º 270/2006, ajuizada contra **SEBASTIÃO LOPES MONTEIRO**, ora Apelado, no qual julgou extinto a demanda executiva, por falta de legitimidade e interesse imediato e concreto do Apelante ao pretender executar judicialmente o crédito do Município em nome próprio.

Irresignado com r. sentença de piso, o Apelante aduz em seu Recurso de Apelação que o Ministério Público possui legitimidade concorrente e autônoma para ingressar a presente ação, tendo em vista a lesão aos cofres públicos representa a diminuição patrimonial do Município, atingindo a coletividade, gerando deficiência na prestação de serviços públicos oferecidos.

Citaos arts. 25, inciso IV, alínea “a” c/c inciso VIII e art. 27, incisos I, II e III da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lêi n.º 8.625/93) e o art. 26, § 1º, inciso I da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público do Estado do Maranhão.

Requer ao final o provimento do presente Recurso.

O Apelado não apresentou contrarrazões, conforme certidão de fls. 59.

Remetidos à Procuradoria-Geral de Justiça, em parecer da lavra do Dr. Francisco das Chagas Barros de Sousa, este opinou pelo conhecimento e o posterior provimentodo Apelo.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório. Decido.

Conforme relatado, o Ministério Público Estadual requer a reforma da r. sentença de piso no que diz respeito à sua legitimidade para figurar como pólo ativo na ação de cobrança em comento contra o ex-gestor a fim de que este restitua valores apurados pelo TCE ao erário municipal.

No presente caso, conforme documento juntado à inicial de fls. 04, foi aplicado pelo TCE/MA multa de R\$ 14.991,43 (quinze mil, novecentos e noventa e um reais e quarenta e três centavos), referente à desaprovação da Prestação de Contas relativa ao exercício de 1999, sendo como responsável o seu ex-gestor, ora Apelado.

Tendo em vista o trânsito em julgado da Prestação de Contas no TCE/MA e a inércia do Município de Bacuri, o Apelante, com o intuito de cobrar o valor da multa que foi imposta ao Apelado, ingressou com uma Ação Civil Pública de Execução Forçada, sendo posteriormente julgada extinta pelo magistrado de piso por falta de legitimidade para figurar no pólo ativo dessa Ação.

Desde já, considero equivocada a r. sentença ora vergastada, tendo em vista que a jurisprudência do C. Superior Tribunal de Justiça é pacífica no que diz respeito à legitimidade do Ministério Público em figurar no pólo ativo na ação de execução de títulos extrajudiciais. Senão Vejamos:

RECURSO ESPECIAL - PROCESSUAL CIVIL EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL - CERTIDÃO DE DÉBITO EMITIDA PELO TRIBUNAL DE CONTAS - MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. LEGITIMIDADE.

1. Pacificou-se na Primeira Seção desta Corte Superior o entendimento segundo o qual o Ministério Público tem legitimidade para promover execução de título executivo extrajudicial decorrente de decisão do Tribunal de Contas, ainda que em caráter excepcional (v. REsp 1.119.377/SP, Rel. Min. Humberto Martins, Primeira Seção, j. 26.8.2009). 2. Recurso especial conhecido e provido." (REsp 1189576/MG, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/06/2010, DJe 18/06/2010).

PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO. TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CERTIDÃO DE DÉBITO EXPEDIDA POR TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL CONTRA VEREADOR. CRÉDITO DE MUNICÍPIO DE NATUREZA ESPECIAL. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL JUSTIFICADA PELO ART. 25, VIII DA LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO (LEI 8.625/93). PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (AgRg no REsp 842546/MG, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/04/2010, DJe 13/04/2010).

A Constituição Federal de 1988 conferiu ao Ministério Público status de órgão essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa do interesse público, da ordem jurídica e do regime democrático. Os arts. 129, III, da CF; 6º, VII, "b", da EC 75/93, e 25, IV, "a" e "b", da Lei 8.625/93, admitem a defesa do patrimônio público pelo Ministério Público em ação civil pública.

A Lei 8.429/92, por sua vez, estabelece as sanções aplicáveis aos agentes públicos que pratiquem atos de improbidade administrativa, prevendo que a Fazenda Pública, quando for o caso, promoverá as ações necessárias à complementação do ressarcimento do patrimônio público (artigo 17, §4º), permitindo ao Ministério Público ingressar em juízo, de ofício, para responsabilizar os gestores do dinheiro público condenados por tribunais e conselhos de contas (artigo 25, VIII, da Lei 8.625/93).

Esta E. Corte também possui entendimento pacificado no que diz respeito à legitimidade do Ministério Público ingressar com Ações Cíveis de Execução. *In verbis*:

DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. TRIBUNAL DE CONTAS. DECISÃO QUE RECONHECE DÍVIDA OU ATRIBUI MULTA A PREFEITO OU EX-PREFEITO. EFICÁCIA DE TÍTULO EXECUTIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE EXECUÇÃO. MEIO ADEQUADO À COBRANÇA DO VALOR DA DÍVIDA. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.

I —As decisões do Tribunal de Contas, que reconheçam dívida ou atribuam multa patrimonial aos responsáveis por irregularidades no uso de bens públicos, têm eficácia de título executivo extrajudicial (art. 71, § 3º, da CF), sendo o Ministério Público parte legítima para propor a respectiva ação civil pública de execução (Súmula nº 11 da Egrégia Segunda Câmara Cível deste Tribunal).

II —O Ministério Público é parte legítima para propor ação civil pública de execução de julgado do Tribunal de Contas, que reconheça dívida ou atribua multa, desde que ocorra desídia do Município, por seu prefeito municipal, ou conflito de interesses entre o ente público e aquele que o administra.

III —Essa legitimidade, de caráter extraordinário, decorre das próprias funções institucionais cometidas ao Ministério Público pela Constituição Federal, que, dentre outras, o incumbe de buscar a realização do interesse público fundamental, protegendo o patrimônio público, quando lesado ou ameaçado de lesão por terceiros.

IV — Apelação provida.

TJMA. Acórdão n.º 90.846/2010. Rel. Des. Marcelo Carvalho Silva.

Do exposto, em conformidade com o parecer ministerial, **dou provimento** à Apelação para reformar a sentença vergastada, reconhecendo a legitimidade do Ministério Público Estadual para propositura da presente demanda, dando regular processamento à ação.

Publique-se. Intimem-se.

São Luís, 01 de novembro de 2011.
Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes
Relatora

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

REMESSA Nº. 15.038/2011 – SÃO LUÍS.

(Número único: 0019312-96.2006.8.10.0001)

REMETENTE: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE SÃO LUÍS.

REQUERENTE: NETCON INFORMÁTICA LTDA..

ADVOGADOS (AS): ALICE MICHELINE MATOS.

REQUERIDO: ESTADO DO MARANHÃO.

PROCURADOR (A) (ES): SÉRGIO TAVARES.

RELATORA: DESA. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES.

EMENTA

REMESSA NECESSÁRIA. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS DECORRENTES DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. VIATURA POLICIAL. ABALROAMENTO COM VEÍCULO DE PARTICULAR. INDENIZAÇÃO DEVIDA. VALOR QUE NÃO NECESSITA DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO. ART. 475, § 2º DO CPC. REMESSA NÃO CONHECIDA.

I - A Administração Pública é obrigada a indenizar terceiros pelos danos causados por seus prepostos, independentemente de culpa, sendo necessário, tão somente, a configuração do nexo causal entre o dano ocorrido e o comportamento do agente público;

II – Conforme o art. 475, § 2º do CPC, quando a condenação ou fato controvertido não exceder 60 (sessenta salários mínimos), esta não está sujeita ao duplo grau de jurisdição;

III – Remessa não conhecida.

DECISÃO

Trata-se de Remessa Necessária, enviada pelo douto Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Luís, que, nos autos da Ação de Reparação por Danos Materiais n.º 19.312/2006, prolatou sentença em favor de **NETCON INFORMÁTICA LTDA.**, a qual pleiteava do **ESTADO DO MARANHÃO** indenização por danos materiais no valor de R\$ 1.145,00 (um mil, cento e quarenta e cinco reais), acrescidos de juros e correções monetárias.

Na inicial, o Requerente pleiteia o pagamento de R\$ 1.145,00 (um mil, cento e quarenta e cinco reais) do Requerido, tendo em vista o seu veículo ter sido abalroado por um veículo de propriedade deste.

Fundamenta seus pedidos nos art. 37, § 6º da Constituição Federal e no art. 43 do Código Civil.

Requeru a condenação do Estado do Maranhão.

Em sua contestação, o Estado afirma que às pessoas jurídicas (condição do Requerente) não faz jus ao benefício da assistência judiciária gratuita, pois presume-se que estes possuem condições de arcar com as custas e honorários. Aduz, no mérito, que o autor não comprovou as suas alegações, citando o art. 333, I do CPC.

A sentença julgou procedente o pedido do Requerente, condenando o Requerido a pagar-lhe indenização por danos materiais no valor de R\$ 1.145,00 (um mil, cento e quarenta e cinco reais), corrigidos monetariamente a partir do evento danoso e mais juros legais de 1% (um por cento) ao mês. Fixou honorários em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

Ausentes os recursos voluntários, os autos vieram como remessa necessária.

Remetidos à Procuradoria-Geral de Justiça, em parecer da lavra do Dr. José Antônio Oliveira Bents, este opinou pelo provimento parcial da remessa.

É o relatório. Decido.

Não conheço da remessa, pois de acordo com o art. 475, § 2º do CPC, não está sujeita ao duplo grau de jurisdição quando a condenação ou o fato controvertido não exceder a 60 (salários mínimos).

Depreende-se do caso concreto que o Estado do Maranhão fora condenado a pagar ao Requerente o valor de R\$ 1.148,00 (um mil, cento e quarenta e oito reais), valor este abaixo do estipulado pelo art. 475, § 2º do CPC.

Do exposto, sendo contrário ao parecer ministerial, **não conheço da presente remessa.**
Publique-se. Intimem-se.

São Luís, 01 de novembro de 2011.
Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes
Relatora

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO CÍVEL N.º 16.517/2011 – São Luís.
(Número único: 0016455-77.2006.8.10.0001).
APELANTE: BANCO FINASA S/A.
ADVOGADO (A): JULIANA ALMEIDA BARROS.
APELADA: BERTOLINA DE FÁTIMA LOBATO DE SOUZA.
ADVOGADO(S):.
RELATORA: DESA. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES.

EMENTA

PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. PRAZO RECURSAL DE 15 (QUINZE) DIAS. INTEMPESTIVIDADE. APELO NÃO CONHECIDO.
I – De acordo com o art. 508 do CPC, o prazo para interposição de Recurso de Apelação é de 15 (quinze) dias. Não cumprido tal prazo, o Recurso será intempestivo.
III – Apelo não conhecido.

DECISÃO

Trata-se de Recurso de Apelação Cível interposto por **BANCO FINASA S/A** inconformado com sentença prolatada pelo Juiz de Direito da 9ª Vara Cível desta Capital, que, nos autos da Ação de Depósito n.º 16.455/2006, proposta contra **BERTOLINA DE FÁTIMA LOBATO DE SOUZA**, julgou extinto o processo sem resolução do mérito com fundamento no art. 267, III, do Código de Processo Civil. Inconformado, o Apelante ao pleitear a reforma da sentença supracitada, sustenta que este não foi negligente quanto ao impulsionamento do feito. Aduz também que deveria ter sido dado a oportunidade ao Apelante se manifestar em 30 (trinta) dias, conforme dispõe o art. 267 do CPC. Não foram apresentadas contrarrazões ao Apelo, por não ter havido angularização processual. Remetidos à Procuradoria-Geral de Justiça, esta, em parecer do Dr. Marco Antonio Guerreiro, opinou pelo provimento do Recurso. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. Verifico estarem presentes os pressupostos recursais de admissibilidade, devendo, de logo ser conhecida a Apelação. Entendo que é caso de julgamento monocrático na forma do art. 557, do CPC. De início, não merece conhecimento o presente recurso, tendo em vista sua intempestividade. Em que pese a decisão de fls. 78, verifico nos autos, de fls. 76, certidão exarada pela Secretária Judicial informando a intempestividade do presente Recurso. Como se sabe, o prazo para interposição do Recurso de Apelação é de 15 (quinze) dias, conforme o art. 508 do CPC. A sentença vergastada de fls. 60 foi publicada no Diário de Justiça no dia 15/04/2011, sendo que o prazo para interpor Recurso de Apelação se exauriu no dia 02/05/2011. Analisando o protocolo da presente Apelação, verifico que a mesma foi interposta no dia 03/05/2011, restando, portanto, intempestiva. Ante tudo quanto foi exposto, **não conheço do Recurso** tendo em vista a sua intempestividade. Publique-se. Intimem-se.

São Luís, 08 de novembro de 2011.
Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes.
Relatora

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO CÍVEL N.º 18.965/2010 – Olho D'Água das Cunhãs.
(Número único: 0000119-75.2009.8.10.0103).
APELANTE: MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS.
ADVOGADO(A): VERA LÚCIA VIEIRA ASSUNÇÃO.
APELADO (S): ALBA CÉLIA NASCIMENTO.
ADVOGADO (A) (S): LUANA COSTA OLIVEIRA LUSTOZA.
RELATORA: DESA. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES.

EMENTA

PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE COBRANÇA. SALÁRIOS ATRASADOS. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. OBRIGAÇÃO DO MUNICÍPIO DE EFETUAR O PAGAMENTO. ÔNUS DA PROVA DO FATO EXTINTIVO. INCUMBÊNCIA DO RÉU. ART. 333, II, DO CPC. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO ALEGADO. APELO IMPROVIDO.
I. Comprovado o vínculo funcional e, por conseguinte, a prestação de serviços, o pagamento das verbas salariais é obrigação do ente federado, sob pena de configuração de enriquecimento ilícito. II. Nos termos do inciso II, do art. 333, do CPC, o ônus da prova incumbe ao réu, no tocante ao fato extintivo do direito do autor. III. Na hipótese dos autos, cabia ao município réu provar que os valores cobrados pelo autor foram devidamente pagos ou, ainda, que o servidor não laborou no período pleiteado, o que não ocorreu, razão por que deve ser mantida a condenação imposta pelo comando sentencial ao pagamento dos subsídios atrasados. VI. Apelação improvida.

DECISÃO

Trata-se de recurso de apelação interposto pelo MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS, em face da sentença proferida pela MMª. Juíza da Vara Única da Comarca de Olho D'Água das Cunhãs que, nos autos da Ação de Cobrança n.º 119/2009, contra si ajuizada por ALBA CÉLIA DO NASCIMENTO, ora Apelada, julgou procedente o pedido, condenando o Município Apelante a pagar à Apelada o salário do mês de dezembro de

2008, bem como o 13º salário proporcional aos meses trabalhados, referente ao ano de 2008, acrescidos de juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês à partir da citação, e correções monetárias (INPC), a partir da data em que deveria ser realizado o pagamento, ou seja, a partir do dia 10 do mês subsequente à prestação do serviço, valores estes a serem apurados em fase de liquidação de sentença. Fixou honorários advocatícios na proporção de 15% (quinze por cento) sobre valor da condenação.

O Apelante apresentou Recurso de Apelação aduzindo que os valores cobrados na presente demanda não são devidos, pois a Apelada não prestou serviço. Alega também que, por causa da mudança na gestão, os bancos de dados da Prefeitura foram perdidos, ficando sem informações acerca de seus servidores, relatando ainda que quem deveria compor o pólo passivo na presente demanda era o ex-gestor.

Requer ao final o conhecimento e o posterior provimento do presente Recurso de Apelação.

Foi apresentadas contrarrazões pelos Apelados de fls. 83/85, requerendo, ao final, que este E. Tribunal mantenha a sentença que julgou procedente os pedidos iniciais.

Remetidos à Procuradoria-Geral de Justiça, esta, em parecer da Drª. Sâmara Ascar Sauaia, opinou pelo conhecimento e julgamento do Recurso, deixando de opinar quanto ao seu mérito.

É o relatório. Decido.

Verifico estarem presentes os pressupostos recursais de admissibilidade, devendo, de logo ser conhecida a Apelação.

Entendo que é caso de julgamento monocrático na forma do art. 557, do CPC.

O ônus da prova consiste em uma regra processual na qual o Autor, ora Apelados, prova os fatos constitutivos do seu direito, e ao réu, ora Apelante, comprovar a existência de fatos modificativos, extintivos e impeditivos do direito do Autor.

Compulsando os autos, verifico que não há razões para o inconformismo do Apelante, tendo em vista que não juntou aos autos documentos que comprovem a existência de fato extintivo, modificativo ou impeditivo dos Apelados.

Farta jurisprudência considera que em casos como este, uma vez comprovado o vínculo funcional e comprovada a contraprestação dos serviços, o ente público só poderá se eximir do pagamento das verbas salariais se comprovar que efetivamente efetuou o pagamento das verbas pleiteadas, o que não se configura ao caso.

Notexto da CF/88, em seu art. 39, §3º, é claro quando elenca que o servidor público fará jus ao recebimento das verbas, sob pena de enriquecimento ilícito do Poder Público.

Sobre o assunto, o Tribunal de Justiça do Maranhão já decidiu, *in verbis*:

AÇÃO DE COBRANÇA. SALÁRIOS ATRASADOS. SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL. RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO. ÔNUS DA PROVA DESTE.

Comprovado que a servidora trabalhou para o Município, merece ser ressarcido pelos serviços prestados, sob pena de se homenagear o repudiado enriquecimento sem causa.

Cabe ao ente público o ônus *probandi* da quitação da obrigação resultante da prestação de serviços, conforme dispõe o art. 333, II do CPC.

Acórdão nº.106.813/2011. Rel. Des. Stélio Muniz.

No mérito, antevejo que a Apelada é funcionária pública do Município Apelante e, nesta condição, têm direito a todas verbas salariais decorrentes do trabalho exercido em seu *múnus público*.

Ao contrário do Apelante, a Apelada demonstram documentalmente que esta era realmente funcionária pública e que presta serviços à Apelante, sendo remunerada pelo seu trabalho.

É ônus do Apelante provar que pagou o salário da Apelada, conforme os termos do art. 333, inciso II, do CPC, e não havendo nos autos nem mesmo os contracheques do período trabalhado, deve ser imputada a responsabilidade ao Apelante.

Portanto, deve ser confirmada a sentença *a quo*, tendo em vista que os vencimentos dos funcionários públicos seguem o que consta na Constituição Federal, devendo estar previsto na Lei Orçamentária do Município Apelante, bem como o gestor deve cumprir as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme art. 169, da Carta Magna.

A Administração Municipal não é personificada, ou seja, não pode ser atribuída à pessoa do gestor, como se ele pagasse do seu bolso os funcionários e demais despesas e que a responsabilidade pelo pagamento de servidores de gestões passadas seriam imputadas à pessoa do gestor e não ente municipal.

Como se sabe o trabalho prestado pela Apelada foi para a pessoa jurídica de direito público e não para a pessoa natural do prefeito.

Deste modo, ficou evidente o descumprimento, pelo Município Apelante, do princípio da legalidade, já que restou violado o art. 17, da Lei Complementar n.º 101/2000, pois, é obrigatório o pagamento de salários dos servidores públicos e seus consectários legais, tendo em vista ser despesa de caráter continuado, não se podendo dizer que é compromisso financeiro pessoal do ex-gestor, o qual deverá cumprir até o término do mandato.

Logo, a prestação dos serviços pela Apelada e o não pagamento de sua remuneração que lhe era devida são fatos incontroversos nos autos. Furtasse o município, na espécie, ao adimplemento de sua obrigação pecuniária, constitui tentativa de enriquecimento ilícito, constituindo-se em conduta vedada à Administração Pública.

Sobre o assunto, é farta a Jurisprudência deste Egrégio Tribunal:

SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - AÇÃO DE COBRANÇA DE VENCIMENTO - PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO - ACOLHIMENTO PARCIAL - ÔNUS DO MUNICÍPIO PROVAR QUE PAGOU O SERVIDOR PÚBLICO - PAGAMENTO EM ATRASO - RETENÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. I - É ônus do município provar que não pagou os vencimentos de seus servidores, não podendo alegar cerceamento de defesa quando se tratar de cobrança de salários e seus reflexos. II - O não pagamento dos vencimentos dos Apelados ou seu atraso injustificado constitui abuso por parte do representante do Poder Executivo municipal, além de gerar enriquecimento ilícito para o referido município, acarretando, com isso, enorme prejuízo aos servidores. III - É sabido que o vencimento é verba de caráter alimentar, sendo necessária a atualização do débito a ele referente por meio de correção monetária. IV - Recurso conhecido e não provido. Unanimidade. Acórdão n.º 77392/2008. Rel. Des. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes.

Com relação aos juros moratórios e correção monetária, registro, de ofício que os primeiros deverão incidir conforme o índice previsto no art. 1º – F, da Lei n.º 9.494/1997, modificado pela Lei n.º 11.690/2009, contados a partir da citação. A correção monetária deve ser fixada pelo índice INPC/IBGE desde que deveriam ser pagos os salários retidos.

Isto posto, **conheço do recurso e, no mérito, fundamentado no art. 557, § 1º, do CPC, nego provimento** ao Apelo, registrando, de ofício, que incidam os juros constantes do art. 1º-F[1], da Lei n.º 9.494/1997.

Publique-se. Intimem-se.

São Luís, 01 de novembro de 2011.
Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes.
Relatora

[1] Art. 1—F. Nas condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança.

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**AGRAVO DE INSTRUMENTO n.º 25.622/2011 – SÃO LUÍS.****(Número único: 0005202-22.2011.8.10.0000).****AGRAVANTE: ANTÔNIO JOSÉ CRUZ NUNES.****ADVOGADOS (AS): LIANA CARLA VEIRA BARBOSA E OUTROS.****AGRAVADO: BANCO BV FINANCEIRA S/A.****RELATORA: DESA. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES.**

PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. FINANCIAMENTO DE VEÍCULO. TUTELA ANTECIPADA OU CAUTELAR. AUSÊNCIA DE PROVA INEQUÍVOCA. INEXISTÊNCIA DE DANO IRREPARÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE INDEFERIMENTO. AGRAVO QUE SE NEGA SEGUIMENTO. I. Inexistindo prova inequívoca dos supostos abusos invocados pelo Recorrente em contrato de financiamento de veículo, cuja prova demandaria maior instrução probatória, inclusive, com produção de prova pericial, não se pode deferir pedido antecipatório da tutela pretendida. II. O dano que enseja a tutela antecipatória deve ser concreto, atual e grave, inexistindo, se não há provas de constituição válida e formal da mora, que ponha o Recorrente na iminência de sofrer qualquer medida restritiva quanto ao bem, ou quando sequer há notícia da existência de demanda ajuizada por falta de pagamento.

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento com Pedido de Efeito Ativo, interposto por **ANTÔNIO JOSÉ CRUZ NUNES**, em face da decisão do MM. Juiz de Direito da 5ª Vara Cível da Comarca de São Luís que, nos autos da Ação de Revisão Contratual n.º 31.339/2011, indeferiu o pedido de tutela antecipada, proposta em face do **BANCO BV FINANCEIRA S/A.**, ora Agravado.

Em síntese, diz a Agravante que celebrou Contrato de Financiamento com o Banco Agravado, para a aquisição de veículo, garantido com alienação fiduciária, sendo que, diante do montante da dívida, entende que incidem juros abusivos e capitalizados, vedados pelo nosso ordenamento jurídico.

Alega que, constatada a abusividade da cobrança, tem direito de não ter seu nome levado aos Órgãos de Restrição ao Crédito, conforme entendimento do STJ, através do julgamento do REsp n.º 163884/RS. Noutros termos, a inscrição indevida seria uma espécie de punição por ter contestado o contrato na Justiça.

Alega que o STJ decidiu em incidente de recurso repetitivo, que a revisão contratual é permitida e que seus efeitos importam no impedimento de levar o nome do consumidor a órgãos de restrição ao crédito, bem como veda a cobrança de encargos e juros abusivo, autorizado ainda o depósito das parcelas incontroversas.

Afirma que o pedido de liminar requerido ao Juízo de Base preencheu os requisitos do art. 273, do CPC, uma vez que se encontram presentes os requisitos da prova inequívoca do direito alegado, o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, traduzido na possibilidade de ter seu nome levado aos órgãos de proteção ao crédito. Corroborando dizendo que o contrato é prova inequívoca da abusividade praticada.

Ao final, pugnou pela atribuição de efeito suspensivo ativo, com o fim de que seja concedida a tutela antecipada, para que seja retirado o nome do Agravante dos órgãos de restrição ao crédito, bem como seja autorizado o depósito das prestações vindouras e, por último, que seja mantido na posse do bem financiado. No mérito, a confirmação do efeito suspensivo.

Juntou documentos de fls. 26 a 99.

É o relatório, passo a decidir.

Conforme pedido, concedo os benefícios da Justiça Gratuita.

Analisando os autos, vejo, desde logo, que é caso de julgamento monocrático, tendo em vista que a matéria já repetida neste Tribunal de Justiça, bem como no STJ, o que autoriza a aplicação do art. 557, do CPC.

De início, entendo que não sobeja razão ao Agravante, tendo em vista que a cobrança de juros foi pactuada dentro do que prescreve as leis financeiras e o Código de Defesa do Consumidor, conforme já sumulou o Colendo Superior Tribunal de Justiça, através do verbete n.º 382, a qual diz que: **“A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade.”**

Vejo que não é adequada nesta instância a análise de provas periciais para eximir o Agravante do débito oriundo da compra financiada de veículo, atémismo porque é de competência do juízo de origem o exame mais profundo das provas, principalmente aquelas que apontam para excessividade das cláusulas do contrato.

A única prova pela qual se fundamenta o Agravante para se eximir da cobrança dos juros é um cálculo, de fls. 86/87, elaborado unilateralmente, que e sequer objeto de contestação por parte do Banco Agravado.

O precedente do STJ (REsp. n.º 163884/RS) trata de ação revisional já com seu mérito julgado, ou seja, com a produção da prova suficiente para saber se o contrato contém juros e encargos excessivos.

Desta forma, vejo que a insurgência do Recorrente contra decisão que indeferiu seus pedidos antecipatórios de consignação de quantia que entende incontroversa e suspensão da mora, não prospera na medida em que o ordenamento jurídico permite, pelo menos nesta fase processual, a cobrança de juros capitalizados, desde que não excessivo.

A excessividade dos juros e encargos dependem de prova a ser produzida no Juízo ordinário.

Portanto, verifico como correto o indeferimento da concessão da medida antecipatória que, segundo o artigo 273, e inciso I, do CPC, exige prova inequívoca, que demonstre a verossimilhança das alegações, o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

Além disso, não há fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, na medida em que a prova ainda está por ser confeccionada (prova pericial para saber da existência de abusividade no contrato), não se podendo manter a posse do bem com o Agravante, se estiver em mora com o Agravado, posto que é garantia da dívida, conforme Decreto-Lei n.º 911/1969.

Na verdade, os documentos trazidos à colação são insuficientes para a concessão da medida emergencial.

A semelhança do caso que se apresenta, este Tribunal já decidiu sobre o tema, segundo se verifica da seguinte ementa:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO revisional E DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. PROPOSITURA ANTECEDENTE DE DEMANDA revisional. PREJUDICIALIDADE. INEXISTÊNCIA. SUJEIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS À LEI DE USURA. INEXISTÊNCIA. DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO. I. Não há relação de prejudicialidade entre a ação de reintegração de posse e a ação revisional de cláusulas contratuais, tão-somente porque esta discute cláusulas do contrato cujo descumprimento originou o alegado esbulho, mesmo quando a demanda revisional é ajuizada antes a ação de busca e apreensão. II. As instituições financeiras não são sujeitas à Lei de Usura, segundo dispõe a Súmula 382, do C. STJ, e, portanto, a aplicação de índices de juros superiores ao previsto em tal diploma, não descaracteriza a mora. III. agravo conhecido e improvido. TJMA. Acórdão n.º 101.195/2011. Rel. Des. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes.

Por todo o exposto, com fundamento no art. 557, do CPC, **NEGO SEGUIMENTO AO PRESENTE RECURSO, por ser manifestamente improcedente.**

Publique-se. Intime-se.

São Luís, 01 de novembro de 2011.
Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes
Relatora

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 27.267/2011 – CODÓ

AGRAVANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR.

ADVOGADOS: CARLOS FREDERICO DOMINICI, ÍTALO FÁBIO AZEVEDO, GUTEMBERG SILVA BRAGA JÚNIOR, CARLOS EDUARDO BARBOSA CAVALCANTI JÚNIOR, ANTÔNIO GONÇALVES FIGUEIREDO NETO E OUTROS.

AGRAVADO: PEDRO FELIX DA SILVA E IRENE ALVES DOS SANTOS.

RELATORA: DESA. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES.

E M E N T A

AGRAVO DE INSTRUMENTO. FORMAÇÃO DO INSTRUMENTO. CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO. AUSÊNCIA. ART. 525, I DO CPC.

I – Não pode ser conhecido Agravo de Instrumento quando os Agravantes deixam de juntar a certidão de intimação exigida pelo art. 525, I do CPC.

II - É ônus da parte Agravante formalizar corretamente o instrumento pelo qual se deseja o conhecimento do recurso

III – Agravo não conhecido.

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento com pedido de liminar, interposto pela **Companhia Energética do Maranhão - CEMAR**, em face da decisão do MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Codó que, nos autos da Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais, ajuizada por **Pedro Félix da Silva e Irene Alves dos Santos**, ora Agravados, deferiu a tutela antecipada *inaudita altera pars*.

Colhe-se dos autos que os Agravados movem Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais contra a Agravante em razão da morte do seu filho por fiação que se encontrava à deriva na estrada.

Notícia que o MM. Juiz *a quo* deferiu o pedido de tutela antecipada feito pelos Agravados, para obrigar a Agravante a pagar um salário mínimo mensal, a título de pensão provisória, sob pena de multa diária de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) pelo descumprimento.

Nas razões do Agravo, a Agravante afirma que a decisão interlocutória encerra probabilidade de acarretar lesão grave ou de difícil reparação, consubstanciada na entrega de dinheiro aos Agravados.

No mérito, sustenta a ausência de nexo causal entre o evento danoso e a suposta falha no serviço prestado pela concessionária.

Aduz que a morte do filho dos Agravados resultou de evento alheio à atividade exercida pela Agravante e por esta razão não poderia ter sido evitado.

Argumenta que a ação das forças da natureza constitui caso fortuito, excluindo a responsabilidade civil da Agravante.

Ainda nas contra-razões, a Agravante sustenta a ilegalidade das astreintes arbitradas pelo magistrado, pois tal instituto jurídico não é apropriado para as obrigações de pagar quantia certa, sendo que sua manutenção servirá apenas para fomentar o enriquecimento ilícito.

Afirma, ainda, que a multa fixada na decisão recorrida é desproporcional à obrigação principal.

A Agravante sustenta, também, que há risco de irreversibilidade da tutela antecipada, pois os Agravados não dispõem de recursos para efetuar o ressarcimento em caso de modificação da decisão.

Ao final, a Agravante pugna pela admissão do presente agravo e, em caráter liminar, a concessão do efeito suspensivo, para o fim de sustar o cumprimento da decisão monocrática ou, sucessivamente, excluir a incidência da multa diária.

Por fim, a Agravante informa a impossibilidade de pagamento do preparo do recurso em razão da greve dos bancários.

Juntou documentos de fls. 19/53.

É o relatório. Passo a decidir.

Analisando os autos, observo que o Agravo não preenche os requisitos estabelecidos pelo art. 525, I do Código de Processo Civil, senão vejamos:

Art. 525. A petição de agravo de instrumento será instruída:

I – obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado.

O artigo 525, inciso I, do CPC estabelece como documento obrigatório a compor o instrumento do Agravo, a certidão de intimação. Além disso, precedentes desta Corte tem entendido que o mandado de intimação não se presta a substituir a certidão de intimação exigida por lei, quando inexistente qualquer prova da data de sua juntada nos autos originais.

Entendimento neste sentido, inclusive, já restou estabelecido em julgado de minha lavra, como o que segue:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. MANDADO DE INTIMAÇÃO. INEXISTÊNCIA DA DATA DE JUNTADA AOS AUTOS. RECURSO NÃO CONHECIDO. I. A certidão de intimação é peça obrigatória a compor o instrumento de Agravo, e sua ausência acarreta, inexoravelmente, o não conhecimento do recurso, ante a falta de regularidade formal. II. O mandado de intimação não se presta a substituir a certidão exigida pelo artigo 525, I, do CPC, quando inexistente comprovação da data de sua juntada aos autos. III. Agravo não conhecido. (TJ/MA. Agravo de Instrumento nº. 39156/2009. Relatora Desembargadora Maria das Graças de Castro Duarte Mendes. 10/03/2010).

A Jurisprudência Pátria não diverge do entendimento que ora é adotado, como deixa evidente o seguinte julgado:

AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO - AUSÊNCIA DA CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA OU DA DATA DE SUA CIÊNCIA INEQUÍVOCA - EXIGÊNCIA NÃO SUPRIDA PELA JUNTADA DE PROCURAÇÃO AOS AUTOS - AUSÊNCIA DE PODERES ESPECIAIS PARA RECEBIMENTO DE CITAÇÃO - RECURSO DESPROVIDO.

I - A ausência de documento que comprove a ciência inequívoca da decisão hostilizada acarreta a negativa de seguimento ao agravo de instrumento.

II - A juntada de procuração nos autos não supre a exigência legal nem pode ser considerado como comparecimento espontâneo da parte, uma vez que não há conferido ao advogado poderes especiais para recebimento de citação. (TJ/DFT. Agravo Regimental nº. 20100020065769AGI, Relator Lécir Manoel da Luz, 5ª Turma Cível, julgado em 02/06/2010, DJ 10/06/2010 p. 116).

À vista dos documentos adunados pelo agravante, tenho que o recurso carece do requisito de regularidade formal, pois nos autos não há a necessária Certidão de Intimação da decisão agravada.

Objetivando cumprir a exigência legal prevista no artigo 525, inciso I, da Lei Processual, o agravante acostou como prova de ciência da decisão, o mandado de intimação supostamente cumprido em 20/09/2011. Contudo, não há qualquer termo de sua juntada aos autos – esta sim, informação

necessária para que o documento apresentado seja considerado válido e substitutivo da certidão de intimação, a que se refere o dispositivo acima. Não é possível considerar como cumpridas as exigências legais para a interposição do Agravo na forma de instrumento, pois do mandado de intimação acostado, não há informação da sua juntada aos autos, e, portanto, não há como aferir a ciência inequívoca. Ausente, portanto, peça obrigatória para a interposição do presente recurso – da qual depende para que tenha regularidade formal e, portanto para que seja conhecido -, a inadmissibilidade do presente Agravo é medida que se impõe, a teor do que consta do artigo 557, da Lei Adjetiva Civil. Ante ao exposto, e de acordo com o art. 557 do CPC, julgo pelo não conhecimento do Agravo de Instrumento. Publique-se. Intime-se.

São Luís, 01 de novembro de 2011.
Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes
Relatora

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO nº. 029328/2011 – TIMON
(NÚMERO ÚNICO: 0005874-30.2011.8.10.0000)

AGRAVANTE: JOSÉ RAIMUNDO GOMES DA ROCHA.

ADVOGADOS: HENRY WALL GOMES FREITAS, LIANA CARLA VIEIRA BARBOSA.

AGRAVADO: AYMORE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A.

RELATORA: DESA. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES. EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSO CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. CONCESSÃO. GARANTIA DE ACESSO À JUSTIÇA. PRESUNÇÃO NÃO ELIDIDA. NEGATIVA. IMPOSSIBILIDADE. RECOLHIMENTO DE CUSTAS. VALOR DA CAUSA. PROVEITO ECONÔMICO PRETENDIDO. VALOR ESTIMADO. AGRAVO PROVIDO.

I. O pedido de assistência gratuita pode ser feito em qualquer fase do processo, sendo suficiente para a sua obtenção a simples afirmação do estado de pobreza atendendo ao direito constitucionalmente consagrado de amplo acesso à justiça, conforme artigo 5º, inciso XXXV, da CF/88.

II. É indevida a negativa do benefício sob o argumento de que o pleiteante não é assistido pela Defensoria Pública, pois tal assertiva não é capaz de elidir a presunção de veracidade da afirmação de hipossuficiência, segundo o artigo 4º, da Lei nº. 1.060/50.

III. Na hipótese de Ação Revisional proposta para obter nova definição do valor do contrato, assim como o reequilíbrio econômico-financeiro do negócio jurídico, o valor da causa deve ser a diferença entre o valor originalmente fixado e o pretendido, e não o valor do contrato. Precedente do C. STJ.

IV. Em casos que não há como obter de antemão a diferença entre o valor fixado em contrato e o valor que o Demandante pretende pagar após o desfecho da demanda revisional, o valor da causa estimado deve ser aceito pelo Juiz de Base, sob pena de obstar o acesso à Jurisdição.

V. Agravo provido.

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento com pedido de antecipação de tutela recursal, interposto por José Raimundo Gomes da Rocha em face de decisão do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Timon, que indeferiu o pedido de assistência judiciária feito pelo Agravante e determinou a emenda da inicial, para que o Agravante adequasse o valor da causa ao benefício econômico pretendido, recolhesse custas, e juntasse documentos. Em suas razões, o Recorrente afirma a necessidade de concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, pois não poderia arcar com as despesas do processo, sem prejuízo do próprio sustento e da sua família. Diz também, que o Magistrado não pode indeferir de ofício o pedido de gratuidade judicial, ou seja, sem que haja objeção da parte contrária.

Argumenta que o benefício almejado condiz com o direito de acesso à Jurisdição, garantido constitucionalmente pelo artigo 5º, inciso XXXV, da CF/88, e que basta a afirmação de hipossuficiência, que apenas poderia ter presunção eliminada, por prova contrária.

Sustenta em seguida, que nas ações revisionais o valor da causa deve corresponder ao proveito econômico que o demandante pretende. Por isso, entende que o valor da causa que consta da inicial é correto.

Afirma a presença de receio de lesão grave e de difícil reparação, pois a decisão agravada constituiria obstáculo intransponível ao acesso à Jurisdição, e a relevância repousaria na existência do direito alegado.

Concluindo, requer a concessão da assistência judiciária gratuita, bem como a reforma da decisão agravada, quanto aos termos aduzidos.

Junta os documentos de fls. 16/71.

Vieram-me conclusos.

É o relatório, passo então a decidir.

Analisando o caso, vejo que o presente Agravo é interposto em face de decisão que indefere pedido de assistência judiciária gratuita, e determina a correção do valor da causa, bem como o recolhimento das custas, sob pena de cancelamento da distribuição (fl. 20).

Desta forma, observo que a urgência é inerente ao provimento requerido, já que o caso trata de possível obstáculo de acesso à Justiça, e desta forma, carrega consigo potencial possibilidade de grave lesão a direito da parte Agravante, situação que impossibilita a retenção do Agravo.

Portanto, recebo o presente Agravo na forma de instrumento.

Passando à análise da questão, vejo que o Recorrente pede gratuidade judicial no presente Agravo, alegando hipossuficiência e ao mesmo tempo se insurge contra decisão de 1º grau que denegou o benefício, em razão da escolha de patronos não integrantes dos quadros da Defensoria Pública.

Como o benefício da gratuidade judicial é o objeto discutido no próprio mérito do Agravo, e abrange a possibilidade da prática de todos os atos do processo – inclusive recorrer -, sem o pagamento de despesas, passo a apreciar a questão.

Sobre o tema, estabelece o artigo 4º, da Lei nº. 1.060/50 que "**a parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família**".

O dispositivo regulamenta a garantia da assistência judiciária gratuita, e possibilita a todos que não dispõem de condição financeira de pagar as despesas do processo, que exerçam plenamente o seu direito de ação. Essa é a razão de existir do dispositivo mencionado, que **apenas exige a simples afirmação da hipossuficiência**, e goza de presunção *juris tantum*, podendo ser elidida apenas por prova contrária.

Portanto, o diploma legal de regência do tema não restringe o benefício almejado aos assistidos por Defensor Público. E em vista da afirmada da condição de miserabilidade, da inexistência de qualquer ordem para que se comprove a hipossuficiência, e como inexistem provas contrárias, ou mesmo referência a dúvidas fundadas acerca da veracidade das alegações dos pretensos beneficiários, é indevida a objeção apresentada na decisão agravada, pois confronta manifestamente com o artigo 4º, da Lei nº. 1.060/50.

Assim, entendo que há razão no inconformismo do Agravante.

Aliás, no sentido acima referido, direciona a jurisprudência dominante do C. STJ, como revelam as seguintes ementas abaixo:

PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. ART. 4º DA LEI 1.060/1950. SIMPLES AFIRMAÇÃO DO ESTADO DE MISERABILIDADE NA PETIÇÃO INICIAL. PRESUNÇÃO IURIS TANTUM NÃO ELIDIDA.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem se manifestado no sentido de que o pedido de assistência judiciária pode ser feito mediante simples afirmação na própria petição e, havendo dúvida sobre a veracidade das alegações do requerente, não há nada que impeça o magistrado de ordenar a comprovação do estado de pobreza, com a finalidade de avaliar as condições para o deferimento ou não do benefício, já que ela implica simples presunção *iuris tantum*, suscetível de ser elidida mediante prova em contrário.

2. Hipótese em que o requerente atestou sua miserabilidade na petição inicial, não havendo determinação do magistrado para que se comprove a impossibilidade de assunção das custas processuais, tendo ficado atendidas, portanto, as exigências do art. 4º da Lei 1.060/1950.

3. Agravo Regimental não provido. (STJ. AgRg no REsp 555917/AC. Relator Ministro Herman Benjamin. Segunda Turma. DJe 11/03/2009).

DIREITO ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PRESUNÇÃO DE POBREZA. SIMPLES DECLARAÇÃO. CABIMENTO. INVERSÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO.

1. O pedido de assistência gratuita pode ser feito em qualquer fase do processo, sendo suficiente para a sua obtenção a simples afirmação do estado de pobreza. Pode o magistrado, contudo, quando houver dúvida acerca da veracidade das alegações do beneficiário, determinar-lhe que comprove seu estado de miserabilidade a fim de avaliar as condições para o deferimento ou não da assistência judiciária. Precedentes do STJ.

2. Hipótese em que o magistrado, invertendo de forma indevida a presunção de pobreza, indeferiu o pedido de concessão do benefício da justiça gratuita, ao entendimento de que, diante do grande número de autores, poderiam eles se cotizarem para pagar as custas do processo.

3. Recurso especial conhecido e provido. (STJ. REsp 967916 / SP. Relator Ministro Arnaldo Esteves Lima. Quinta Turma. DJe 20/10/2008).

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. COMPROVAÇÃO DO ESTADO DE POBREZA. INDEFERIMENTO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Dispõe art. 4º da Lei 1.060/50 que, para obtenção do benefício da gratuidade, é suficiente a simples afirmação do estado de pobreza, que poderá ser elidida por prova em contrário.

2. Havendo dúvida da veracidade das alegações do beneficiário, nada impede que o magistrado ordene a comprovação do estado de miserabilidade, a fim de avaliar as condições para o deferimento ou não da assistência judiciária. Precedentes jurisprudenciais.

3. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ. AgRg nos EDcl no Ag 664435/SP. Relator Ministro Teori Albino Zavascki. Primeira Turma. DJ 01/07/2005 p. 401).

Quanto à determinação de adequação do valor da causa, entendo que a decisão vergastada também merece alteração, pois especificamente quando se trata de demanda revisional, o valor da causa deve ser atribuído segundo o proveito econômico pretendido com a demanda, a exemplo do que já restou decidido pelo C. STJ, segundo se nota do seguinte julgado:

PROCESSUAL CIVIL. IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA. ART. 542, § 3º, DO CPC. EXCEÇÃO AO COMANDO LEGAL QUE DETERMINA A RETENÇÃO DO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL. ART. 259, V, DO CPC.

1. A jurisprudência desta Corte relaciona o valor da causa ao proveito econômico pretendido com a demanda. Assim, na hipótese em que a ação revisional no qual foi apresentada a impugnação ao valor da causa visa, justamente, nova definição do valor do contrato, a fim de obter o reequilíbrio econômico-financeiro do negócio jurídico, o valor da causa deve ser a diferença entre o valor originalmente fixado e o pretendido.

2. Recurso especial a que se dá parcial provimento. (STJ. REsp 742163/DF. Relator Ministro Teori Albino Zavascki. Primeira Turma. DJe 02/02/2010).

Ocorre que em casos como este, não há como obter de antemão a exata diferença entre o valor fixado em contrato e o valor que a parte demandante eventualmente pagará após o desfecho da demanda revisional.

Esta Corte, inclusive, já firmou posicionamento pela possibilidade de atribuição de valor da causa, de forma estimada, em causa semelhante, segundo de nota do recente julgado a seguir:

DIREITO DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO BANCÁRIO. FINANCIAMENTO DE AUTOMÓVEL. AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL. VALOR DA CAUSA. IMPUGNAÇÃO DE PARTE DO CONTRATO. NÃO APLICAÇÃO DO ART. 259, V, DO CPC. IMPOSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DO QUANTUM NESTE MOMENTO. I - Quando da propositura da ação revisional de contrato, não há como o autor quantificar o valor econômico da vantagem buscada, o que dependerá dos parâmetros em que restar acolhida a pretensão revisional e da posterior liquidação de sentença. Mostra-se adequado, portanto, o valor atribuído à causa pelo agravante. II - Agravo provido. (TJ/MA. Agravo de Instrumento nº. Relator Desembargador Marcelo Carvalho Silva. 31/08/2011).

Portanto, deve ser mantido o valor da causa estimado pelo Recorrente, sob pena de impossibilitar o seu acesso à Jurisdição, direito consagrado no artigo 5º, inciso XXXV, da Carta Magna de 1988.

Os julgados acima revelam que a decisão fustigada encontra-se em manifesto confronto com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, e deste C. TJ/MA.

Assim, parece-me que o caso é de aplicação da hipótese legal do artigo 557, § 1º-A, do CPC, dispositivo que confere ao Relator, a possibilidade de decidir, monocraticamente, pelo provimento do recurso interposto em face de decisão contrária a jurisprudência dominante.

Isto posto, com esteio no artigo 557, § 1º-A, do CPC, **recebo o presente Agravo na forma de Instrumento e a ele dou PROVIMENTO**, concedendo gratuidade judicial ao Agravante, e, por consequência, reformando a decisão vergastada para possibilitar o prosseguimento da Ação Revisional nº. 3417/2011, na 1ª Vara da Comarca de Timon, sem alteração do valor da causa estabelecido na inicial.

Oficie-se o duto Juízo *a quo*, enviando-lhe cópia desta decisão.

Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se.

São Luís (MA), 04 de novembro de 2011.
Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes
Relatora

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO n.º 29.332/2011 – TIMON.

(Número único: 0005878-67.2011.8.10.0000).

AGRAVANTE: MIGUEL DA SILVA BRANDÃO.

ADVOGADOS: HENRY WALL GOMES FREITAS E OUTROS.

AGRAVADO: AYMORÉ CRÉDITO – FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A.

RELATORA: DESA. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. CONCESSÃO. GARANTIA DE ACESSO À JUSTIÇA.

I. Os benefícios da assistência judiciária gratuita é direito constitucionalmente consagrado de amplo acesso à justiça, conforme artigo 5º, inciso XXXV, da CF/88. Precedentes desta Primeira Câmara Cível.

II. Deve ser reformada a decisão que nega a gratuidade judicial ao Requerente/Agravante reconhecidamente pobre na forma da lei.

III. Agravado provido.

DECISÃO

Trata-se de Agravado de Instrumento com pedido de Efeito Suspensivo Ativo, interposto por **MIGUEL DA SILVA BRANDÃO**, em face da decisão da MM. Juíza de Direito da 1ª Vara da Comarca de Timon, que indeferiu o pedido de assistência judiciária no bojo da Ação Revisional de n.º 3.420/2011, ajuizada em face do **AYMORE CRÉDITO – FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A.**, ora Agravado.

Em síntese, diz o Agravante que propôs ação revisional contra o Banco Agravado, requerendo assistência judiciária gratuita, no entanto, tal pedido foi indeferido em franca contrariedade com os arts. 5º, inciso XXXV, da CF, 3º, 4º e 5º, da Lei Federal n.º 1.060/1950.

Alega que, se mantida a decisão, há clara negativa ao direito constitucional de acesso à Justiça.

Ao final, requereu a concessão de efeito suspensivo ativo (tutela recursal) para conceder a assistência. No mérito, o provimento do Agravado para reformar a decisão proferida e tornar definitiva a concessão da assistência judiciária.

Juntou documentos de fls. 15 a 66.

É o relatório. Decido.

Como o caso trata de Agravado interposto em face de decisão que indeferiu pedido de gratuidade judicial, entendo que a urgência é inerente ao provimento requerido, eis que há potencial possibilidade de grave lesão à parte Agravante, o que impossibilita a retenção do Agravado.

Analisando a questão, vejo que o Recorrente pede gratuidade judicial no presente Agravado, e se insurge contra decisão de 1º grau, que indeferiu justamente o pedido de assistência judiciária gratuita, no entanto, não existe qualquer fundamento a sua capacidade econômica.

Como o benefício da assistência gratuita é o objeto discutido no próprio mérito do Agravado, e abrange a possibilidade da prática de todos os atos do processo – inclusive recorrer –, sem o pagamento de despesas, passo a apreciar a questão central.

Estabelece o artigo 4º, da Lei nº. 1.060/50 que **“a parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família”**.

O dispositivo regulamenta a garantia da assistência judiciária gratuita, e possibilita a todos que não dispõem de condição financeira de pagar as despesas do processo, que exerçam plenamente o seu direito de ação. Essa é a razão de existir do dispositivo mencionado, que apenas exige a simples afirmação da hipossuficiência, e goza de presunção *juris tantum*, podendo ser elidida apenas por prova contrária.

No caso em apreço, não há fundamentação suficiente para ser indeferido o pedido de assistência judiciária, já que é manifesta a impossibilidade do Agravante de não ter disponibilidade econômica de pagar as custas processuais e os honorários advocatícios.

Portanto, em vista da condição de miserabilidade, e como inexistem provas contrárias, qualquer ordem para que se comprove a impossibilidade de arcar com as despesas processuais, ou mesmo referência a dúvidas fundadas acerca da veracidade das alegações do pretendo beneficiário, é indevida a negativa do Juiz de 1º grau, pois confronta manifestamente com o artigo 4º, da Lei nº. 1.060/50.

Portanto, entendo que há razão no inconformismo da Agravante, principalmente porque é clara a sua impossibilidade de arcar inicialmente com as custas e honorários advocatícios de sucumbência e juntou cópias de faturas que comprometem os seus ganhos.

Aliás, no sentido acima referido, direciona a jurisprudência dominante do C. STJ, como revelam as seguintes ementas abaixo:

PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. ART. 4º DA LEI 1.060/1950. SIMPLES AFIRMAÇÃO DO ESTADO DE MISERABILIDADE NA PETIÇÃO INICIAL. PRESUNÇÃO IURIS TANTUM NÃO ELIDIDA.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem se manifestado no sentido de que o pedido de assistência judiciária pode ser feito mediante simples afirmação na própria petição e, havendo dúvida sobre a veracidade das alegações do requerente, não há nada que impeça o magistrado de ordenar a comprovação do estado de pobreza, com a finalidade de avaliar as condições para o deferimento ou não do benefício, já que ela implica simples presunção *iuris tantum*, suscetível de ser elidida mediante prova em contrário.

2. Hipótese em que o requerente atestou sua miserabilidade na petição inicial, não havendo determinação do magistrado para que se comprove a impossibilidade de assunção das custas processuais, tendo ficado atendidas, portanto, as exigências do art. 4º da Lei 1.060/1950.

3. Agravado Regimental não provido. (STJ. AgRg no REsp 555917/AC. Relator Ministro Herman Benjamin. Segunda Turma. DJe 11/03/2009).

DIREITO ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PRESUNÇÃO DE POBREZA. SIMPLES DECLARAÇÃO. CABIMENTO. INVERSÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO.

1. O pedido de assistência gratuita pode ser feito em qualquer fase do processo, sendo suficiente para a sua obtenção a simples afirmação do estado de pobreza. Pode o magistrado, contudo, quando houver dúvida acerca da veracidade das alegações do beneficiário, determinar-lhe que comprove seu estado de miserabilidade a fim de avaliar as condições para o deferimento ou não da assistência judiciária. Precedentes do STJ.

2. Hipótese em que o magistrado, invertendo de forma indevida a presunção de pobreza, indeferiu o pedido de concessão do benefício da justiça gratuita, ao entendimento de que, diante do grande número de autores, poderiam eles se cotizarem para pagar as custas do processo.

3. Recurso especial conhecido e provido. (STJ. REsp 967916 / SP. Relator Ministro Arnaldo Esteves Lima. Quinta Turma. DJe 20/10/2008).

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. COMPROVAÇÃO DO ESTADO DE POBREZA. INDEFERIMENTO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Dispõe art. 4º da Lei 1.060/50 que, para obtenção do benefício da gratuidade, é suficiente a simples afirmação do estado de pobreza, que poderá ser elidida por prova em contrário.

2. Havendo dúvida da veracidade das alegações do beneficiário, nada impede que o magistrado ordene a comprovação do estado de miserabilidade, a fim de avaliar as condições para o deferimento ou não da assistência judiciária. Precedentes jurisprudenciais.

3. Agravado regimental a que se nega provimento. (STJ. AgRg nos EDcl no Ag 664435/SP. Relator Ministro Teori Albino Zavascki. Primeira Turma. DJ 01/07/2005 p. 401).

Os julgados acima revelam que a decisão fustigada encontra-se em manifesto confronto com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.

Assim, parece-me que o caso é de aplicação da hipótese legal do artigo 557, § 1º-A, do CPC, dispositivo que confere ao Relator, a possibilidade de decidir, monocraticamente, pelo provimento do recurso interposto em face de decisão contrária a jurisprudência dominante de Tribunais Superiores.

Isto posto, com esteio no artigo 557, § 1º-A, do CPC, **dou PROVIMENTO**, para reformar a decisão vergastada e conceder ao Agravante o benefício da assistência judiciária gratuita requerida no Processo nº. 3.420/2011, em curso na 1ª Vara da Comarca de Timon/MA.

Oficie-se o duto Juízo a quo, enviando-lhe cópia desta decisão.

Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se.

São Luís, 07 de novembro de 2011.
Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes

Relatora

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
APELAÇÃO CÍVEL N.º 37.447/2010 – Pinheiro.
(Número único: 0002026-44.2009.8.10.0052).
APELANTE: MUNICÍPIO DE PEDRO DO ROSÁRIO.
PROCURADOR(A): Klayton Noboru Passos Nishiwaki.
APELADO: RICHARDSON MORAES GONÇALVES.
ADVOGADO(S): Antônio Silva Araújo Souza Junior
RELATORA: DESA. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES.

EMENTA

PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE COBRANÇA. SALÁRIOS ATRASADOS. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. OBRIGAÇÃO DO MUNICÍPIO DE EFETUAR O PAGAMENTO. ÔNUS DA PROVA DO FATO EXTINTIVO. INCUMBÊNCIA DO RÉU. ART. 333, II, DO CPC. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO ALEGADO. APELO IMPROVIDO.

I. Comprovado o vínculo funcional e, por conseguinte, a prestação de serviços, o pagamento das verbas salariais é obrigação do ente federado, sob pena de configuração de enriquecimento ilícito. II. Nos termos do inciso II, do art. 333, do CPC, o ônus da prova incumbe ao réu, no tocante ao fato extintivo do direito do autor. III. Na hipótese dos autos, cabia ao município réu provar que os valores cobrados pelo autor foram devidamente pagos ou, ainda, que o servidor não laborou no período pleiteado, o que não ocorreu, razão por que deve ser mantida a condenação imposta pelo comando sentencial ao pagamento dos subsídios atrasados. VI. Apelação improvida.

DECISÃO

Trata-se de recurso de apelação interposto pelo MUNICÍPIO DE PEDRO DO ROSÁRIO, em face da sentença proferida pelo MM. Juiz da 1ª Vara da Comarca de Pinheiro que, nos autos da Ação de Cobrança n.º 2.026/2009, contra si ajuizada por RICHARDSON MORAES GONÇALVES, ora Apelado, julgou procedente o pedido, condenando o Apelante a pagar ao Apelado a quantia correspondente à remuneração dos meses de novembro e dezembro de 2008, ao 13º salário e ao adicional de um terço das férias iniciadas naquele mês, a ser apurada em liquidação de sentença, observadas as vantagens percebidas e os descontos legais, devendo ainda incidir juros e correção monetária.

Julgou ainda procedente, em parte, o pedido de indenização por danos morais, condenando o Apelante ao pagamento de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) acrescidos de juros legais e correção monetária, contada a partir da publicação da sentença.

Condenou ainda o Município Apelado ao pagamento de honorários advocatícios no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais).

O Apelante apresentou Recurso de Apelação aduzindo que a atual Administração Municipal recebeu a Prefeitura em uma situação caótica e desorganizada, ressaltando que o ex-prefeito não promoveu a transição política, o que causou a este inúmeros prejuízos, pois vários documentos oficiais não foram encontrados nos arquivos da prefeitura, o que dificultou a obtenção de informações e comprovantes de fatos anteriormente realizados.

Aduz também que o pagamento pleiteado pelo Apelante já fora realizado, mas que, como exposto acima, não possui documentos para comprovação e que, em virtude da supremacia do interesse público, deve-se resguardar o patrimônio público, a fim de se evitar o pagamento em duplicidade.

Alega, ainda, que a decisão do magistrado de piso deve ser reformada *in totum*, uma vez que o Apelado não demonstrou de fato que percebera as verbas pleiteadas e cita, em seu favor, o art. 333 do CPC para a comprovação da existência e da veracidade dos fatos alegados.

Por fim, requer que seja reformada a sentença, reconhecendo a ausência da responsabilidade do Município em ressarcir os valores cobrados pela sua ilegitimidade passiva.

O Apelado apresentou contrarrazões de fls. 42/50.

Remetidos à Procuradoria-Geral de Justiça, esta, em parecer da Drª. Domingas de Jesus Fróz Gomes, deixou de opinar sobre o mérito.

É o relatório. Decido.

Verifico estarem presentes os pressupostos recursais de admissibilidade, devendo, de logo ser conhecida a Apelação.

Entendo que é caso de julgamento monocrático na forma do art. 557, do CPC.

O ônus da prova consiste em uma regra processual na qual o Autor, ora Apelado, prova os fatos constitutivos do seu direito, e ao réu, ora Apelante, comprovar a existência de fatos modificativos, extintivos e impeditivos do direito do Autor.

Compulsando os autos, verifico que não há razões para o inconformismo do Apelante, tendo em vista que não juntou aos autos documentos que comprovem a existência de fato extintivo, modificativo ou impeditivo do Apelado.

Farta jurisprudência considera que em casos como este, uma vez comprovado o vínculo funcional e comprovada a contraprestação dos serviços, o ente público só poderá se eximir do pagamento das verbas salariais se comprovar que efetivamente efetuou o pagamento das verbas pleiteadas, o que não se configura ao caso.

Notexto da CF/88, em seu art. 39, §3º, é claro quando elenca que o servidor público fará jus ao recebimento das verbas, sob pena de enriquecimento ilícito do Poder Público.

Sobre o assunto, o Tribunal de Justiça do Maranhão já decidiu, *in verbis*:

AÇÃO DE COBRANÇA. SALÁRIOS ATRASADOS. SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL. RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO. ÔNUS DA PROVA DESTE.

Comprovado que a servidora trabalhou para o Município, merece ser ressarcido pelos serviços prestados, sob pena de se homenagear o repudiado enriquecimento sem causa.

Cabe ao ente público o ônus *probandi* da quitação da obrigação resultante da prestação de serviços, conforme dispõe o art. 333, II do CPC.

Acórdão nº.106.813/2011. Rel. Des. Stélio Muniz.

No mérito, antevejo que o Apelado é funcionário público do Município Apelante e, nesta condição, têm direito a todas verbas salariais decorrentes do trabalho exercido em seu *múnus público*.

Ao contrário do Apelante, o Apelado demonstra documentalmente, através da juntada do Termo de Posse, além de seu contra-cheque, que esta era realmente funcionário público, que prestava serviços ao Apelante e que era remunerado pelo seu trabalho.

É ônus do Apelante provar que pagou o salário do Apelado, conforme os termos do art. 333, inciso II, do CPC, e não havendo nos autos nem mesmo os contracheques do período trabalhado, deve ser imputada a responsabilidade ao Município Apelante.

Portanto, deve ser confirmada a sentença *a quo*, tendo em vista que os vencimentos dos funcionários públicos seguem o que consta na Constituição Federal, devendo estar previsto na Lei Orçamentária do Município Apelante, bem como o gestor deve cumprir as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme art. 169, da Carta Magna.

A Administração Municipal não é personificada, ou seja, não pode ser atribuída à pessoa do gestor, como se ele pagasse do seu bolso os funcionários e demais despesas e que a responsabilidade pelo pagamento de servidores de gestões passadas seriam imputadas à pessoa do gestor

e não ente municipal.

Como se sabe o trabalho prestado pelo Apelado foi para a pessoa jurídica de direito público e não para a pessoa natural do prefeito.

Deste modo, ficou evidente o descumprimento, pelo Município Apelante, do princípio da legalidade, já que restou violado o art. 17, da Lei Complementar n.º 101/2000, pois, é obrigatório o pagamento de salários dos servidores públicos e seus consectários legais, tendo em vista ser despesa de caráter continuado, não se podendo dizer que é compromisso financeiro pessoal do ex-gestor, o qual deverá cumprir até o término do mandato.

Logo, a prestação dos serviços pelo Apelado e o não pagamento de sua remuneração que lhe era devida são fatos incontroversos nos autos. Furtasse o município, na espécie, ao adimplemento de sua obrigação pecuniária, constitui tentativa de enriquecimento ilícito, constituindo-se em conduta vedada à Administração Pública.

Sobre o assunto, é farta a Jurisprudência deste Egrégio Tribunal:

SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - AÇÃO DE COBRANÇA DE VENCIMENTO - PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO - ACOLHIMENTO PARCIAL - ÔNUS DO MUNICÍPIO PROVAR QUE PAGOU O SERVIDOR PÚBLICO - PAGAMENTO EM ATRASO - RETENÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. I - É ônus do município provar que não pagou os vencimentos de seus servidores, não podendo alegar cerceamento de defesa quando se tratar de cobrança de salários e seus reflexos. II - O não pagamento dos vencimentos dos Apelados ou seu atraso injustificado constitui abuso por parte do representante do Poder Executivo municipal, além de gerar enriquecimento ilícito para o referido município, acarretando, com isso, enorme prejuízo aos servidores. III - É sabido que o vencimento é verba de caráter alimentar, sendo necessária a atualização do débito a ele referente por meio de correção monetária. IV - Recurso conhecido e não provido. Unanimidade. Acórdão n.º 77392/2008. Rel. Des. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes.

Com relação aos juros moratórios e correção monetária, registro, de ofício, sendo que os primeiros deverão incidir conforme o índice previsto no art. 1º - F, da Lei n.º 9.494/1997, modificado pela Lei n.º 11.690/2009, contados a partir da citação. A correção monetária deve ser fixada pelo índice INPC/IBGE desde que deveriam ser pagos os salários retidos.

Isto posto, de acordo com o parecer do Ministério Público, **conheço do recurso e, no mérito, fundamentado no art. 557, § 1º, do CPC, nego provimento ao Apelo**, registrando, de ofício, que incidam os juros constantes do art. 1º-F[1], da Lei n.º 9.494/1997.

Publique-se. Intimem-se.

São Luís, 01 de novembro de 2011.
Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes.
Relatora

[1] Art. 1º-F. Nas condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança.

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 38.422/2010 – Pinheiro.

(Número único: 0000869-36.2009.8.10.0052).

APELANTE: MUNICÍPIO DE PEDRO DO ROSÁRIO.

PROCURADOR(A): Klayton Noboru Passos Nishiwaki.

APELADO: ZEZUILA DE JESUS CAMARA SOARES.

ADVOGADO(S): Antônio Silva Araújo Souza Junior

RELATORA: DESA. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES.

EMENTA

PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE COBRANÇA. SALÁRIOS ATRASADOS. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. OBRIGAÇÃO DO MUNICÍPIO DE EFETUAR O PAGAMENTO. ÔNUS DA PROVA DO FATO EXTINTIVO. INCUMBÊNCIA DO RÉU. ART. 333, II, DO CPC. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO ALEGADO. APELO IMPROVIDO.

I. Comprovado o vínculo funcional e, por conseguinte, a prestação de serviços, o pagamento das verbas salariais é obrigação do ente federado, sob pena de configuração de enriquecimento ilícito. II. Nos termos do inciso II, do art. 333, do CPC, o ônus da prova incumbe ao réu, no tocante ao fato extintivo do direito do autor. III. Na hipótese dos autos, cabia ao município réu provar que os valores cobrados pelo autor foram devidamente pagos ou, ainda, que o servidor não laborou no período pleiteado, o que não ocorreu, razão por que deve ser mantida a condenação imposta pelo comando sentencial ao pagamento dos subsídios atrasados. VI. Apelação improvida.

DECISÃO

Trata-se de recurso de apelação interposto pelo MUNICÍPIO DE PEDRO DO ROSÁRIO, em face da sentença proferida pelo MM. Juiz da 1ª Vara da Comarca de Pinheiro que, nos autos da Ação de Cobrança n.º 869/2009, contra si ajuizada por ZEZUILA DE JESUS CÂMARA SOARES, ora Apelada, julgou procedente o pedido, condenando o Apelante a pagar à Apelada a quantia correspondente à remuneração dos meses de novembro e dezembro de 2008, bem como ao adicional de um terço das férias iniciadas naquele mês, a ser apurada em liquidação de sentença, observadas as vantagens percebidas e os descontos legais, devendo ainda incidir juros e correção monetária.

Julgou ainda procedente, em parte, o pedido de indenização por danos morais, condenando o Apelante ao pagamento de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) acrescidos de juros legais e correção monetária, contada a partir da publicação da sentença.

Condenou ainda o Município Apelado ao pagamento de honorários advocatícios no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais).

O Apelante apresentou Recurso de Apelação aduzindo que a atual Administração Municipal recebeu a Prefeitura em um situação caótica e desorganizada, ressaltando que o ex-prefeito não promoveu a transição política, o que causou a esta inúmeros prejuízos, pois vários documentos oficiais não foram encontrados nos arquivos da prefeitura, o que dificultou a obtenção de informações e comprovantes de fatos anteriormente realizados.

Aduz também que o pagamento pleiteado pelo Apelante já fora realizado, mas que, como exposto acima, não possui documentos para comprovação e que, em virtude da supremacia do interesse público, deve-se resguardar o patrimônio público, a fim de se evitar o pagamento em duplicidade.

Alega, ainda, que a decisão do magistrado de piso dev ser reformada *in totum*, uma vez que o Apelado não demonstrou de fato que percebera as verbas pleiteadas e cita, em seu favor, o art. 333 do CPC para a comprovação da existência e da veracidade dos fatos alegados.

Por fim, requer que seja reformada a sentença, reconhecendo a ausência da responsabilidade do Município em ressarcir os valores cobrados pela

sua ilegitimidade passiva.

O Apelado apresentou contrarrazões de fls. 69/77.

Remetidos à Procuradoria-Geral de Justiça, esta, em parecer da Dr^a. Domingas de Jesus Fróz Gomes, deixou de opinar sobre o mérito..

É o relatório. Decido.

Verifico estarem presentes os pressupostos recursais de admissibilidade, devendo, de logo ser conhecida a Apelação.

Entendo que é caso de julgamento monocrático na forma do art. 557, do CPC.

O ônus da prova consiste em uma regra processual na qual o Autor, ora Apelada, prova os fatos constitutivos do seu direito, e ao réu, ora Apelante, comprovar a existência de fatos modificativos, extintivos e impeditivos do direito do Autor.

Compulsando os autos, verifico que não há razões para o inconformismo do Apelante, tendo em vista que não juntou aos autos documentos que comprovem a existência de fato extintivo, modificativo ou impeditivo do Apelado.

Farta jurisprudência considera que em casos como este, uma vez comprovado o vínculo funcional e comprovada a contraprestação dos serviços, o ente público só poderá se eximir do pagamento das verbas salariais se comprovar que efetivamente efetuou o pagamento das verbas pleiteadas, o que não se configura ao caso.

Notexto da CF/88, em seu art. 39, §3º, é claro quando elenca que o servidor público fará jus ao recebimento das verbas, sob pena de enriquecimento ilícito do Poder Público.

Sobre o assunto, o Tribunal de Justiça do Maranhão já decidiu, *in verbis*:

AÇÃO DE COBRANÇA. SALÁRIOS ATRASADOS. SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL. RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO. ÔNUS DA PROVA DESTE.

Comprovado que a servidora trabalhou para o Município, merece ser ressarcido pelos serviços prestados, sob pena de se homenagear o repudiado enriquecimento sem causa.

Cabe ao ente público o ônus *probandi* da quitação da obrigação resultante da prestação de serviços, conforme dispõe o art. 333, II do CPC.

Acórdão nº. 106.813/2011. Rel. Des. Stélio Muniz.

No mérito, antevejo que a Apelada é funcionária pública do Município Apelante e, nesta condição, têm direito a todas verbas salariais decorrentes do trabalho exercido em seu *múnus público*.

Ao contrário do Apelante, o Apelado demonstra documentalmente, através da juntada do Termo de Posse, além de seu contra-cheque, que esta era realmente funcionária pública, que prestava serviços ao Apelante e que era remunerado pelo seu trabalho.

É ônus do Apelante provar que pagou o salário da Apelada, conforme os termos do art. 333, inciso II, do CPC, e não havendo nos autos nem mesmo os contracheques do período trabalhado, deve ser imputada a responsabilidade ao Apelante.

Portanto, deve ser confirmada a sentença *a quo*, tendo em vista que os vencimentos dos funcionários públicos seguem o que consta na Constituição Federal, devendo estar previsto na Lei Orçamentária do Município Apelante, bem como o gestor deve cumprir as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme art. 169, da Carta Magna.

A Administração Municipal não é personificada, ou seja, não pode ser atribuída à pessoa do gestor, como se ele pagasse do seu bolso os funcionários e demais despesas e que a responsabilidade pelo pagamento de servidores de gestões passadas seriam imputadas à pessoa do gestor e não ente municipal.

Como se sabe o trabalho prestado pelo Apelado foi para a pessoa jurídica de direito público e não para a pessoa natural do prefeito.

Deste modo, ficou evidente o descumprimento, pelo Município Apelante, do princípio da legalidade, já que restou violado o art. 17, da Lei Complementar n.º 101/2000, pois, é obrigatório o pagamento de salários dos servidores públicos e seus consectários legais, tendo em vista ser despesa de caráter continuado, não se podendo dizer que é compromisso financeiro pessoal do ex-gestor, o qual deverá cumprir até o término do mandato.

Logo, a prestação dos serviços pela Apelada e o não pagamento de sua remuneração que lhe era devida são fatos incontroversos nos autos. Furta-se o município, na espécie, ao adimplemento de sua obrigação pecuniária, constitui tentativa de enriquecimento ilícito, constituindo-se em conduta vedada à Administração Pública.

Sobre o assunto, é farta a Jurisprudência deste Egrégio Tribunal:

SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - AÇÃO DE COBRANÇA DE VENCIMENTO - PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO - ACOLHIMENTO PARCIAL - ÔNUS DO MUNICÍPIO PROVAR QUE PAGOU O SERVIDOR PÚBLICO - PAGAMENTO EM ATRASO - RETENÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. I

- É ônus do município provar que não pagou os vencimentos de seus servidores, não podendo alegar cerceamento de defesa quando se tratar de cobrança de salários e seus reflexos. II - O não pagamento dos vencimentos dos Apelados ou seu atraso injustificado constitui abuso por parte do representante do Poder Executivo municipal, além de gerar enriquecimento ilícito para o referido município, acarretando, com isso, enorme prejuízo aos servidores. III - É sabido que o vencimento é verba de caráter alimentar, sendo necessária a atualização do débito a ele referente por meio de correção monetária. IV - Recurso conhecido e não provido. Unanimidade. Acórdão n.º 77392/2008. Rel. Des. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes.

Com relação aos juros moratórios e correção monetária, registro, de ofício, sendo que os primeiros deverão incidir conforme o índice previsto no art. 1º - F, da Lei n.º 9.494/1997, modificado pela Lei n.º 11.690/2009, contados a partir da citação. A correção monetária deve ser fixada pelo índice INPC/IBGE desde que deveriam ser pagos os salários retidos.

Isto posto, de acordo com o parecer do Ministério Público, **conheço do recurso e, no mérito, fundamentado no art. 557, § 1º, do CPC, nego provimento ao Apelo**, registrando, de ofício, que incidam os juros constantes do art. 1º-F[1], da Lei n.º 9.494/1997.

Publique-se. Intimem-se.

São Luís, 01 de novembro de 2011.
Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes.
Relatora

[1] Art. 1º-F. Nas condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança.

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL N.º 4.720/2011 – Pinheiro.

(Número único: 0000240-04.2005.8.10.0052).

APELANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO.

PROCURADOR(A): FABRÍCIO MENDES LOBATO.

APELADO: SILVANO CESAR DURANS PESSOA.
ADVOGADO(S): ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES VIANA.
RELATORA: DESA. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES.

EMENTA

PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE COBRANÇA. SALÁRIOS ATRASADOS. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. PRAZO QUINQUENAL DE PRESCRIÇÃO. PRECEDENTES. APLICAÇÃO DA SÚMULA 85 DO STJ. CERCEAMENTO DE DEFESA. INCABIMENTO. OBRIGAÇÃO DO MUNICÍPIO DE EFETUAR O PAGAMENTO. ÔNUS DA PROVA DO FATO EXTINTIVO. INCUMBÊNCIA DO RÉU. ART. 333, II, DO CPC. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO ALEGADO. APELO IMPROVIDO.

I. É entendimento pacífico nesta Corte, seguindo inteligência da Súmula 85 do STJ, que o prazo prescricional das ações contra a Fazenda Pública é de 05 (cinco) anos.

II. Comprovado o vínculo funcional e, por conseguinte, a prestação de serviços, o pagamento das verbas salariais é obrigação do ente federado, sob pena de configuração de enriquecimento ilícito. II. Nos termos do inciso II, do art. 333, do CPC, o ônus da prova incumbe ao réu, no tocante ao fato extintivo do direito do autor.

III. Na hipótese dos autos, cabia ao município réu provar que os valores cobrados pelo autor foram devidamente pagos ou, ainda, que o servidor não laborou no período pleiteado, o que não ocorreu, razão por que deve ser mantida a condenação imposta pelo comando sentencial ao pagamento dos subsídios atrasados.

VI. Apelo improvido.

DECISÃO

Trata-se de recurso de apelação interposto pelo MUNICÍPIO DE PINHEIRO, em face da sentença proferida pelo MM. Juiz da 1ª Vara da Comarca de Pinheiro que, nos autos da Ação de Cobrança n.º 240-04.2005.8.10.0052, contra si ajuizada por SILVANO CÉSAR DURANS PESSOA, ora Apelado, declarando a prescrição quinquenal das parcelas anteriores a 27/11/2008 e julgou parcialmente procedente o pedido, condenando o Apelante a pagar ao Apelado os salários retidos de junho, julho, agosto e dezembro de 2000, bem como as férias, acrescidas do terço constitucional, e o 13º salário relativos aos anos de 1998, 1999 e 2000, em quantia a ser apurada em liquidação de sentença, observadas as vantagens percebidas e os descontos legais, devendo ainda incidir juros e correções monetárias a partir do ajuizamento da ação. Condenou ainda ao pagamento de honorários advocatícios arbitrados em R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)

Inconformado com a r. sentença, o Apelante apresentou Recurso de Apelação aduzindo que a prescrição a ser aplicada ao caso é a trienal, fundamentando suas alegações no art. 206, § 3º, incisos II e V do Código Civil e no Decreto n.º 20.910/32, além de doutrina e jurisprudência. Alega ainda que houve cerceamento de defesa por ter o magistrado de piso julgado antecipadamente a lide, fundamentando-se no art. 331 do CPC.

Requer ao final a reforma da sentença vergastada, anulando-a integralmente e devolvendo os autos ao Juízo de primeiro grau para que ali seja aberta a fase instrutória.

Devidamente intimado, o Apelado não apresentou contrarrazões, conforme certidão de fls. 112.

Remetidos à Procuradoria-Geral de Justiça, esta, em parecer da Drª. Domingas de Jesus Fróz Gomes, opinou pelo conhecimento do Recurso e seu posterior improvimento.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório. Decido.

Verifico estarem presentes os pressupostos recursais de admissibilidade, devendo, de logo ser conhecida a Apelação.

Entendo que é caso de julgamento monocrático na forma do art. 557, do CPC.

Quanto à alegação de prescrição trienal, esta não merece prosperar tendo em vista que, por ser a relação entre o Apelado e o Município Apelante, de trato sucessivo, ou seja, de uma relação que se renova a cada mês, não ocorre prescrição do direito pleiteado, mas tão somente ao prazo quinquenal.

Neste caso aplica-se a súmula n.º 85 do STJ. Senão vejamos:

“Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação”.

Além disso, em que pese a fundamentação do Apelante de que se aplica o prazo prescricional disposto no art. 206, § 3º, incisos II e V do CPC, o que se aplica a este presente caso (dívida da Fazenda Pública ou qualquer direito ou ação em face desta) prevalece o entendimento do Decreto n.º 20.910/1932, nas quais a prescrição das ações pessoais contra a Fazenda Pública, bem como suas autarquias, é de 05 (cinco) anos.

Quanto a este entendimento, esta E. Corte tem o seguinte entendimento:

PODER JUDICIÁRIO. CONVERSÃO DE VENCIMENTOS PARA URV. PERCENTUAL DE 11,98% DEVIDO. JUROS DE MORA IMPOSTOS À FAZENDA PÚBLICA. INTELIÊNCIA DO ART. 1-F DA LEI N.º 9.494/97 (NOVA REDAÇÃO IMPLEMENTADA PELA LEI N.º 11.960/2009). REMESSA IMPROVIDO.

I - Por se tratar de relação jurídica de trato sucessivo, aplica-se a Súmula 85 do STJ, segundo a qual, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação.

(...)

TJMA. Acórdão n.º 100.675/2011. Rel. Des. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes.

Rejeito, portanto, a alegação de prescrição trienal.

Quanto à alegação de cerceamento de defesa esta também não merece prosperar. Senão vejamos:

Vejo que o juiz a quo aplicou corretamente o julgamento antecipado da lide, tendo em vista o art. 330, inciso I do CPC, pois o presente caso versa tão somente de direito. Os documentos juntados à inicial pelo Apelado demonstra cabalmente que este configura-se como funcionário público do Município Apelante e que presta seus serviços. O seu direito está patente e fartamente demonstrado.

Ao contrário do Apelado, o Município Apelante não demonstrou que pagou os valores pleiteados ou sequer trouxe aos autos a folha de pagamento referente aos meses vindicados na exordial.

O ônus da prova consiste em uma regra processual na qual o Autor, ora Apelado, prova os fatos constitutivos do seu direito, e ao réu, ora Apelante, comprovar a existência de fatos modificativos, extintivos e impeditivos do direito do Autor.

Compulsando os autos, verifico que não há razões para o inconformismo do Apelante, tendo em vista que não juntou aos autos documentos que comprovem a existência de fato extintivo, modificativo ou impeditivo do Apelado.

Farta jurisprudência considera que em casos como este, uma vez comprovado o vínculo funcional e comprovada a contraprestação dos serviços, o ente público só poderá se eximir do pagamento das verbas salariais se comprovar que efetivamente efetuou o pagamento das verbas pleiteadas, o que não se configura ao caso.

Notexto da CF/88, em seu art. 39, §3º, é claro quando elenca que o servidor público fará jus ao recebimento das verbas, sob pena de enriquecimento ilícito do Poder Público.

Sobre o assunto, o Tribunal de Justiça do Maranhão já decidiu, *in verbis*:

AÇÃO DE COBRANÇA. SALÁRIOS ATRASADOS. SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL. RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO. ÔNUS DA PROVA DESTE.

Comprovado que a servidora trabalhou para o Município, merece ser ressarcido pelos serviços prestados, sob pena de se homenagear o repudiado enriquecimento sem causa.

Cabe ao ente público o ônus *probandi* da quitação da obrigação resultante da prestação de serviços, conforme dispõe o art. 333, II do CPC.

Acórdão nº. 106.813/2011. Rel. Des. Stélio Muniz.

No mérito, antevejo que o Apelado é funcionário público do município Apelante e, nesta condição, têm direito a todas verbas salariais decorrentes do trabalho exercido em seu *múnus público*.

Ao contrário do Apelante, o Apelado demonstra documentalmente, através da juntada da Nomeação, além de seu contracheque, que este era realmente funcionário público, que prestava serviços à Apelante e que era remunerado pelo seu trabalho.

É ônus do Apelante provar que pagou o salário do Apelado, conforme os termos do art. 333, inciso II, do CPC, e não havendo nos autos nem mesmo os contracheques do período trabalhado, deve ser imputada a responsabilidade ao Apelante.

Portanto, deve ser confirmada a sentença *a quo*, tendo em vista que os vencimentos dos funcionários públicos seguem o que consta na Constituição Federal, devendo estar previsto na Lei Orçamentária do Município Apelante, bem como o gestor deve cumprir as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme art. 169, da Carta Magna.

Deste modo, ficou evidente o descumprimento, pelo Município Apelante, do princípio da legalidade, já que restou violado o art. 17, da Lei Complementar n.º 101/2000, pois, é obrigatório o pagamento de salários dos servidores públicos e seus consectários legais, tendo em vista ser despesa de caráter continuado.

Logo, a prestação dos serviços pelo Apelado e o não pagamento de sua remuneração que lhe era devida são fatos incontroversos nos autos. Furta-se o município, na espécie, ao adimplemento de sua obrigação pecuniária, constitui tentativa de enriquecimento ilícito, constituindo-se em conduta vedada à Administração Pública.

Sobre o assunto, é fatta a Jurisprudência deste Egrégio Tribunal:

SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - AÇÃO DE COBRANÇA DE VENCIMENTO - PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO - ACOLHIMENTO PARCIAL - ÔNUS DO MUNICÍPIO PROVAR QUE PAGOU O SERVIDOR PÚBLICO - PAGAMENTO EM ATRASO - RETENÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. I

- É ônus do município provar que não pagou os vencimentos de seus servidores, não podendo alegar cerceamento de defesa quando se tratar de cobrança de salários e seus reflexos. II - O não pagamento dos vencimentos dos Apelados ou seu atraso injustificado constitui abuso por parte do representante do Poder Executivo municipal, além de gerar enriquecimento ilícito para o referido município, acarretando, com isso, enorme prejuízo aos servidores. III - É sabido que o vencimento é verba de caráter alimentar, sendo necessária a atualização do débito a ele referente por meio de correção monetária. IV - Recurso conhecido e não provido. Unanimidade. Acórdão n.º 77392/2008. Rel. Des. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes.

Isto posto, de acordo com o parecer do Ministério Público, **conheço do recurso e, no mérito, fundamentado no art. 557, § 1º, do CPC, nego provimento** ao Apelo, registrando, de ofício, que incidam os juros constantes do art. 1º-F[1], da Lei n.º 9.494/1997. Com relação aos juros moratórios, deverão incidir conforme o índice previsto no art. 1º – F, da Lei n.º 9.494/1997, modificado pela Lei n.º 11.690/2009, contados a partir da citação e a correção monetária deve ser fixada pelo índice INPC/IBGE desde que deveriam ser pagos os salários retidos.

Publique-se. Intimem-se.

São Luís, 08 de novembro de 2011.
Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes.
Relatora

[1] Art. 1º-F. Nas condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança.

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 30.717/2011 – SÃO LUÍS

NÚMERO ÚNICO: 0006135-92.2011.8.10.0000

AGRAVANTE: BANCO BRADESCO S/A.

Advogados: Dr. José Edgard da Cunha Bueno Filho e Elton melo

AGRAVADA: MARIA LÚCIA ANDRADE COSTA

Advogados: Dr. Francisco Aciomar dos Santos Costa

Relator: Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF

DESPACHO

Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pelo Banco Bradesco S/A. contra a decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca da Capital, Dr. Gervásio Protásio dos Santos Junior, que julgou improcedente a impugnação ao cumprimento de sentença, nos autos da Ação de Indenização em que contende com Maria Lúcia Andrade Costa, afastou a alegação de excesso de execução, reafirmou o caráter solidário da obrigação e determinou a expedição de Alvará do valor incontroverso de R\$ 7.182,52 (sete mil centos e oitenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), mantendo bloqueado na conta do juízo o restante do valor penhorado.

Reservo-me para apreciar o pedido de efeito suspensivo após as informações do magistrado.

Assim, notifique-se o MM. Juízo da 6ª Vara Cível da Comarca da Capital, para, em 10 (dez) dias, prestar as informações pertinentes.

Em seguida, intime-se a agravada para, querendo, contra-arrazoar o recurso.

Publique-se. Cumpra-se.

São Luís, 08 de novembro de 2011.

Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF
Relator

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 26.351/2011 NA APELAÇÃO CÍVEL N.º 19.534/2010 – São Luís.

(Número único: 0019622-49.1999.8.10.0001).

EMBARGANTE: ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS MICRO-EMPRESÁRIOS DE CONFECÇÕES DO ESTADO DO MARANHÃO – ADEMECEMA.

ADVOGADA: ROSICLEINE FLORIANA DE BARÃO E FONTES.

EMBARGADO: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A.
ADVOGADO: LUCIANO COSTA NOGUEIRA.
RELATORA: DESA. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES.

DESPACHO

Ante ao efeito infringente, requerido nos Embargos de Declaração n.º 26.351/2011, determino a intimação da parte embargada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente suas contrarrazões.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

São Luís, 03 de novembro de 2011.
Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes
Relatora

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 26.543/2011 NO AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 18.444/2008.
Número único: 0018444-53.2008.8.10.0000
EMBARGANTE: MUNICÍPIO DE GODOFREDO VIANA – MA.
ADVOGADO: ZILDO RODRIGUES UCHOA NETO.
EMBARGADO: BANCO MATONE S/A.
ADVOGADO: FÁBIO GIL MOREIRA SANTIAGO.
RELATORA: DESA. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES.

DESPACHO

Ante ao efeito infringente, requerido nos Embargos de Declaração n.º 26.543/2011, determino a intimação da parte embargada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente suas contrarrazões.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

São Luís, 07 de novembro de 2011.
Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes
Relatora

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 26.638/2011 NA APELAÇÃO CÍVEL N.º 19.534/2010 – São Luís.
(Número único: 0019622-49.1999.8.10.0001).
EMBARGANTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A.
ADVOGADO: LUCAS FERNANDES RIBEIRO BANHOS.
EMBARGADA: ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS MICRO-EMPRESÁRIOS DE CONFEÇÕES DO ESTADO DO MARANHÃO – ADEMECEMA.
ADVOGADOS (AS): EDMUNDO DOS REIS LUZ, JURANDIR RIBEIRO SILVA E ROSICLEINE FLORIANA DE BARÃO E FONTES.
RELATORA: DESA. MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES.

DESPACHO

Ante ao efeito infringente, requerido nos Embargos de Declaração n.º 26.368/2011, determino a intimação da parte embargada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente suas contrarrazões.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

São Luís, 03 de novembro de 2011.
Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes
Relatora

Segunda Câmara Cível

Referência: APELAÇÃO CÍVEL Nº 005356/2011 (Petição nº 029.871/2011 de 26.10.2011)

Apelante: BENEDICTO EDUARDO CARDOSO FILHO
Advogada: Ana Carolina Nogueira Santos Cruz Cardoso
Apelado: JOÃO DA SILVA SANTIAGO FILHO

INTIMAÇÃO

Na forma do que dispõe a Resolução nº 21/2010, intimo o BENEDICTO EDUARDO CARDOSO FILHO, por meio de sua advogada, para proceder vista dos autos pelo prazo de 05 (cinco) dias, conforme despacho exarado no bojo da petição nº 029.871/2011 de 26.10.2011, à fl. 165, em que foi deferido o pedido protocolado através da referida petição.

Coordenadoria das Câmaras Cíveis Isoladas do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

JUDITH SANTANA TRABULSI
Secretária da Segunda Câmara Cível

Terceira Câmara Cível

ACÓRDÃO Nº 107974/2011
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
Sessão do dia 27 de outubro de 2011
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº. 33358/2010 – SÃO LUÍS

Agravante: Município de São Luís
Procuradores: Airton José Tajra Feitosa e outros
Agravado: Ministério Público estadual
Promotor: Luis Fernando Cabral Barreto Júnior
Relator: Desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA CAUTELAR INIBITÓRIA DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. PROLONGAMENTO DA AVENIDA LITORÂNEA. ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL. RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS QUE COMPROVEM A LEGALIDADE. INDÍCIOS DE IRRREGULARIDADE.

1. Havendo indício de irregularidade no procedimento de licenciamento ambiental, sobretudo no Estudo de Impacto Ambiental – EIA e no Relatório de Impacto Ambiental, do prolongamento da Avenida Litorânea, torna-se necessária a suspensão dos atos posteriores.
3. Os atos praticados no sentido de comprovar irregularidades da Administração Pública, visam resguardar a legalidade do procedimento de licenciamento ambiental, assim como a supremacia do interesse público.
4. Agravo conhecido e improvido.

DECISÃO: ACORDAM os senhores desembargadores da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por votação unânime, conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do desembargador relator, que integra este acórdão.

Desembargador Lourival Serejo
Relator

ACÓRDÃO Nº 107978/2011

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

Sessão extraordinária do dia 31 de outubro de 2011

APELAÇÃO CÍVEL Nº. 06121/2011 – SÃO LUÍS

Apelante: Banco Daycoval S/A

Advogados: Bruno Leonardo Silva Rodrigues e outro

Apelado: Francisco Italo Duarte Dovera

Advogado: Ricardo Augusto Duarte Dovera

Relator: Desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. DANOS MORAIS. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. EMPRÉSTIMO APOSENTADO. FRAUDE. CONSUMIDOR. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS.

1. Demonstrado nos autos que a financeira não tomou os cuidados necessários, agindo de forma negligente ao disponibilizar contrato de empréstimo a aposentado, com desconto em conta benefício, sem autorização do titular, resta configurado o dever indenizatório da instituição.
2. O desconto indevido em conta bancária, pela qual o aposentado recebe benefício previdenciário, gera dano moral, pelos transtornos causados à sua normalidade de vida, conduzida pelas limitações da sua idade.
3. *Quantum* indenizatório em desacordo com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Redução.
4. Apelação conhecida e parcialmente provida.

DECISÃO: ACORDAM os senhores desembargadores da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por votação unânime, conhecer do recurso e dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do desembargador relator, que integra este acórdão.

Desembargador Lourival Serejo
relator

ACÓRDÃO Nº 107979/2011

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

Sessão do dia 31 de outubro de 2011

APELAÇÃO CÍVEL Nº.19790/2011 – BALSAS

Apelante: Luís Carlos Otonelli

Advogado: Francisco José de Andrade Neto e Nara Aguiar

Apelado: Ribeirão S/A.

Advogado: Adriano Rêgo Rodrigues

Relator: Desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. VIOLAÇÃO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA. CONDUTA ILÍCITA. PREJUÍZO COMPROVADO. DANOS MATERIAIS. INDENIZAÇÃO. NECESSIDADE. PRELIMINAR. CITAÇÃO DE PESSOA FÍSICA. AR. COMPROVAÇÃO DE CONHECIMENTO DA AÇÃO. INÉRCIA VOLUNTÁRIA. AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO. REVELIA.

1. A citação de pessoa física pelo correio com AR deve ocorrer diretamente ao citando, todavia, essa regra deve ser flexibilizada quando o autor comprova que o requerido tinha conhecimento da ação. Precedentes do STJ e deste Tribunal. Preliminar de invalidade da citação rejeitada.
2. Violada cláusula de contrato de compra e venda, resultando em prejuízo à outra parte, nasce o direito à indenização nos termos dos artigos 186 e 927 do Código Civil.
3. Recurso improvido.

DECISÃO: ACORDAM os senhores desembargadores da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por votação unânime, conhecer do recurso e NEGAR-LHE provimento, nos termos do voto do relator, que integra este acórdão.

Desembargador Lourival Serejo
relator

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº. 28217/2011 – SÃO LUÍS

AGRAVANTE: ITAMIR NASCIMENTO FONTES

ADVOGADOS: JOSÉ WILSON CARDOSO DINIZ E OUTROS

AGRAVADO: BANCO VOLKSWAGEN S/A

RELATOR: Desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa**DECISÃO**

Trata-se de pedido de reconsideração interposto por Itamir Nascimento Fontes inconformado com o indeferimento do efeito suspensivo em Agravo de Instrumento nº. 28217/2011, interposto contra decisão interlocutória proferida nos autos da Ação Revisional de Contrato nº. 21409/2010, a qual indeferiu pedido de tutela antecipada no sentido de determinar o recolhimento das custas processuais remanescentes.

Observa que a decisão merece ser revista, pois restou fartamente comprovado nos autos os pressupostos processuais necessários à concessão do efeito suspensivo (*fumus boni juris e periculum in mora*).

Expõe, ainda, que há risco de sofrer lesão grave e de difícil reparação, pois com a manutenção da decisão a ação revisional será extinta sem apreciação de mérito.

É o relatório.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o agravante sustenta apenas que a decisão que determinou o recolhimento das custas processuais, com base no valor contrato de financiamento, da forma como lançada, poderá causar-lhe danos irreparáveis, na medida em que, por não ter condições financeiras de arcar com tais custas, a ação poderá ser extinta sem apreciação de mérito.

Após reexame dos fatos e documentos apresentados pelo agravante, verifica-se que não há elementos suficientes à concessão do pedido de efeito suspensivo.

Portanto, à primeira vista, reafirmo que inexistente verossimilhança nas alegações do agravante, posto que os documentos acostados aos autos são insuficientes para comprovar o direito e o risco que poderia advir se a medida for concedida somente no final do presente recurso.

Da mesma forma, não restaram também demonstrados pelo agravante quais os prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação que poderiam ser causados pela decisão combatida.

Do exposto, indefiro o pedido de reconsideração mantendo a decisão em todos os seus termos.

Cumpra-se a parte final da decisão de fls. 26, no sentido de intimar o agravado para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta ao recurso (art. 527, inciso V, do CPC), e conceder vista dos autos à Procuradoria Geral de Justiça para emissão de parecer (art. 527, inciso VI, do CPC).

Após, voltem conclusos.

Publique-se.

São Luís/MA, 8 de novembro de 2011.

**Desembargadora Lourival Serejo
Relator**

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 06057-98.2011.8.10.0000 (30262/2011) – SÃO LUÍS

AGRAVANTE: LUSITANA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S/A.

ADVOGADOS: KLEBER MOREIRA E OUTROS

AGRAVADO: ESPÓLIO DE ELIZABETH HELUY SANCHO RIOS

ADVOGADO: PEDRO AMÉRICO DIAS VIEIRA

LITISCONORTE: AGRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., CYRELA BRAZIL REALTY S/A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, LOMBOK INCORPORADORA LTDA.

RELATOR: DESEMBARGADOR LOURIVAL DE JESUS SEREJO SOUSA

DECISÃO

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto por *Lusitana Administração e Participação S/A.* contra decisão prolatada pelo MM. juiz de direito da 6ª Vara Cível da Comarca de São Luís, nos autos de ação de reintegração de posse proposta por Elizabeth Heluy Sancho Rios, sucedida por seu espólio, em face de Agra Empreendimentos Imobiliários Ltda., Cyrela Brazil Realty S.A. e Lombok Incorporadora Ltda., na qual estes denunciaram à lide a ora agravante.

Colhe-se do sistema *Jurisconsult* de consulta processual que, anteriormente à distribuição do presente agravo, foram distribuídos para a 2ª. Câmara Cível, sob a relatoria do Des. Marcelo Carvalho Silva, os agravos de instrumento n.ºs. 30299/2011 e 30198/2011, com as mesmas partes do recurso ora em análise. Na tramitação do processo originário confirma-se que foram interpostos agravos de instrumentos por todas as partes ali litigantes.

Nesse panorama, incide a regra do art. 242 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, assim disposto:

“Art. 242. A distribuição da apelação, do agravo de instrumento, de outros recursos, da ação rescisória, do habeas corpus e da medida cautelar torna preventa a competência do órgão julgador e do relator para todos os recursos posteriores, tanto na ação quanto na execução referente ao mesmo processo; e na distribuição do inquérito, bem como na realizada para efeito da concessão de fiança ou de decretação de prisão temporária ou preventiva ou de qualquer diligência anterior à denúncia ou queixa, prevenirá a ação penal.

§ 1º Se o relator deixar o Tribunal, a prevenção será do órgão julgador.

[...]”.

Assim, não tendo havido pronunciamento de conteúdo decisório por este relator nos presentes autos, encaminhem-se à Coordenadoria de Distribuição, para que lá sejam realizados os ajustes necessários e encaminhados os autos ao órgão julgador prevento.

Cumpra-se.

São Luís, 8 de novembro de 2011.

**Desembargador Lourival Serejo
Relator**

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 027631-2011

EMBARGANTE: GAM – GRUPO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA

ADVOGADOS: ANTONIO JOSÉ GARCIA PINHEIRO E OUTRO

EMBARGADO: LONG LIFE – SISTEMA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA

ADVOGADOS: ANA LUÍSA ROSA VERAS E OUTROS

RELATOR: DES. LOURIVAL DE JESUS SEREJO SOUSA

DESPACHO

À vista do teor destes embargos (fls. 277-281), vê-se que o embargante pretende impor efeitos infringentes aos mesmos. Assim, conjurando tal possibilidade e, em respeito ao princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório, intime-se o embargado para que, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifeste sobre o seu conteúdo.

São Luís, 8 de novembro de 2011.

**Desembargador Lourival Serejo
Relator**

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 6009-42.2011.8.10.0000 (30064/2011) – SÃO LUÍS****AGRAVANTE: BANCO WOLKSWAGEN S/A****ADVOGADO: WILLIAM PEREIRA DA SILVA****AGRAVADO: NILSON CANITO PIMENTEL****RELATOR: DES. LOURIVAL DE JESUS SEREJO SOUSA****DESPACHO**

O agravo deve está sendo recebido na modalidade instrumental, pois desafia decisão que deliberou sobre medida liminar em primeiro grau de jurisdição[1].

Não havendo pedido de liminar, determinam-se as seguintes providências:

1 – Intimação do agravado NILSON CANITO PIMENTEL, por carta registrada, com aviso de recebimento, no endereço constante de fls. 19-20, para que, no prazo 10 (dez) dias, responda, se quiser, aos termos do presente agravo, facultando-lhe a juntada dos documentos que entender cabíveis.

2 – Após, com ou sem resposta, encaminhem-se os autos à Douta Procuradoria Geral da Justiça.

Publique-se. Cumpra-se.

São Luís, 8 de novembro de 2011.

Desembargador Lourival Serejo
Relator

[1] "Autoriza-se o processamento de agravo de instrumento: (*omissis*)

- 'quando interposto contra decisão que delibera sobre [...] **medida liminar** (STJ-4ª T. RMS 27.433, Min. Fernando Gonçalves, j. 28.4.09, DJ 11.5.09; STJ-3ª T. RMS 27.605-AgRg, Min. Nancy Andrighi, j. 19.11.09, DJ 17.12.09)' (NEGRÃO, Theotônio *et al.* **Código de Processo Civil e legislação processual em vigor**. São Paulo: Saraiva. 42 ed. 2010. p. 642."

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 3829/2011 – COLINAS****EMBARGANTE: PEDRO ANTONIO BISPO RIBEIRO FILHO****ADVOGADO: JOSÉ WILSON CARDOSO DINIZ****EMBARGADO: BRADESCO LEASING S/A. ARRENDAMENTO MERCANTIL****RELATOR: Desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa****DESPACHO**

Certifique-se acerca da devolução do aviso de recebimento relativo à carta registrada cuja expedição foi determinada à fl. 95.

Após, voltem-me os autos conclusos.

São Luís, 8 de novembro de 2011.

Desembargador Lourival Serejo
Relator

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**APELAÇÃO CÍVEL N.º 1124-82.2011.8.10.0000 (5154/2011) – ARAIOSES****APELANTE: LÚCIO DE FÁTIMA GARCEZ DE OLIVEIRA****ADVOGADOS: TIBÉRIO ALMEIDA NUNES E OUTRO****APELADA: GELDINA PRUDÊNCIA DOS SANTOS****ADVOGADO: JOSÉ LUCIANO MALHEIROS DE PAIVA****RELATOR: CLEONES CARVALHO CUNHA****DESPACHO**

Trata-se de petição apresentada por NAZIDEA CORDEIRO DE ARAÚJO OLIVEIRA, na qualidade de terceira interessada, pleiteando o reconhecimento da nulidade do processo, a partir do momento em que deveria ter sido citada por ser esposa do requerido, ora apelante.

Verifica-se nos autos que a presente apelação cível já foi julgada por esta Terceira Câmara Cível desde o dia 28.4.11 – acórdão de fls. 214-219, publicado em 6.5.11 (certidão de fl. 219-verso.). Nesse ponto, restou terminado o ofício jurisdicional, apenas podendo ser alterado o acórdão nas hipóteses previstas nos incisos do art. 463 do CPC[1], que não restaram caracterizadas no caso em análise.

Assim, não conheço do pleito de fls. 221-223, sendo facultada à peticionária a utilização dos meios processuais próprios para alegação da nulidade levantada.

São Luís, 7 de novembro de 2011.

Desembargador Lourival Serejo
Presidente da 3ª Câmara cível

[1] "Art. 463. Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la:

I - para lhe corrigir, de ofício ou a requerimento da parte, inexactidões materiais, ou lhe retificar erros de cálculo;

II - por meio de embargos de declaração".

Quarta Câmara Cível**ACÓRDÃO N.º 107956/2011****Sessão do dia 11 de Outubro de 2011****QUARTA CÂMARA CÍVEL****Processo N.º: 0000140-37.2009.8.10.0140 Protocolo N.º: 0363642010****Apelante: MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO MEARIM-MA,****Advogado(a)(s): GILSON ALVES BARROS****Apelado: ROGÉRIO JARDIM DE MENEZES, NIELSEN SOUSA MOCHEL, ANTÔNIO DO CARMO LICAR, JOSÉ LUIZ DE OLIVEIRA, VÍTOR CAMPELO SOUSA, JOSÉ BENEDITO NUNES, FRANCISCO FAUSTINO DE OLIVEIRA LIMA****Advogado(a)(s): NILMA DO SOCORRO MACIEL MORAES**

Relator(a): JAIME FERREIRA DE ARAÚJO

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO. AÇÃO DE COBRANÇA. HORAS EXTRAS. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. JULGAMENTO ANTECIPADO INCABÍVEL. CERCEAMENTO DE DEFESA. OFENSA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO CONTRADITÓRIO, AMPLA DEFESA E DEVIDO PROCESSO LEGAL. ART 5º, LIV E LV, DA CF. SENTENÇA ANULADA.

I. Existindo necessidade de dilação probatória para aferição de aspectos relevantes da causa, o julgamento antecipado da lide importa em violação do princípio do contraditório, constitucionalmente assegurado às partes e um dos pilares do devido processo legal. Precedentes do STJ.

II. Incabível o julgamento antecipado da lide, com a dispensa da prova testemunhal, se a matéria exige dilação probatória e a parte pugnou pela produção de provas na petição inicial ou na contestação. Precedentes.

III. Apelação conhecida e provida para anular a sentença recorrida e determinar o retorno dos autos à Comarca de origem para prosseguimento do feito, oportunizando-se a especificação e a produção de provas.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de APELAÇÃO CÍVEL Nº ÚNICO 0000140-37.2009.8.10.0140 (N.º 36364-2010)- VITÓRIA DO MEARIM/MA, em que figuram como Apelante e Apelado os acima enunciados, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, "POR VOTAÇÃO UNÂNIME E DE ACORDO COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, CONHECEU E DEU PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Participaram do julgamento os Senhores Desembargadores Jaime Ferreira de Araujo - Relator, Anílides de Jesus Bernardes Chaves Cruz e Paulo Sérgio Velten Pereira.

Funcionou pela Procuradoria Geral de Justiça o Dr. César Queiroz Ribeiro.

São Luís, 11 de outubro de 2011.

DESEMBARGADOR JAIME FERREIRA DE ARAUJO

Relator

ACÓRDÃO Nº 107957/2011**Sessão do dia 8 de Novembro de 2011****QUARTA CÂMARA CÍVEL****Processo Nº: 0004854-04.2011.8.10.0000 Protocolo Nº: 0236592011****Agravante: BANCO GMAC S.A.,****Advogado(a)(s): ROSANGELA A. GOULART, JOSÉ FERREIRA GUERRA****Agravado: VALDEMILSON JESUS DE CARVALHO****Advogado(a)(s): RAMON RODRIGUES SILVA DOMINICES****Relator(a): JAIME FERREIRA DE ARAÚJO**

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. INADIMPLENTO DO DEVEDOR. AÇÃO REVISIONAL C/C CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. AJUIZAMENTO INSUFICIENTE PARA ELIDIR A MORA. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 380 DO STJ.

I. A simples propositura de ação de revisão de contrato não inibe a caracterização da mora do autor (Súmula 380 do STJ).

II. A mera discussão judicial do débito não é suficiente para obstar a inscrição do devedor em cadastros de inadimplentes, sendo que a consignação de parcelas cujo valor fora calculado unilateralmente pelo agravado, correspondendo à metade do valor inicialmente pactuado, não se afigura suficiente para lastrear a antecipação de tutela concedida no juízo singular.

III. Agravo conhecido e provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento, sob o nº 0004854-04.2011.8.10.0000 (23659/2011), em que figuram como Recorrente e Recorrido os acima enunciados, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, "a Quarta Câmara Cível, por votação unânime, conheceu e deu provimento ao recurso, nos termos do voto do Desembargador Relator".

Participaram do julgamento os Senhores Desembargadores Jaime Ferreira de Araujo - Relator, Lourival de Jesus Serejo Sousa e Raimundo Nonato de Souza.

Funcionou pela Procuradoria Geral de Justiça a Dra. Mariléa Campos dos Santos Costa.

São Luís, 08 de novembro de 2011

Desembargador JAIME FERREIRA DE ARAUJO

Relator

ACÓRDÃO Nº 107958/2011**Sessão do dia 8 de Novembro de 2011****QUARTA CÂMARA CÍVEL****Processo Nº: 0004742-35.2011.8.10.0000 Protocolo Nº: 0232662011****Agravante: MERCEDES BENZ LEASING DO BRASIL ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A,****Advogado(a)(s): ANNE CAROLINE GALVÃO DA SILVA, MARIA LUCILIA GOMES, AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR****Agravado: N. COSSE DA SILVA COMERCIO - ME****Advogado(a)(s): ANTONIO HAROLDO FERNANDES DIAS II****Relator(a): JAIME FERREIRA DE ARAÚJO**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. FINANCIAMENTO. VEÍCULO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. LIMINAR DE BUSCA E APREENSÃO. SUSPENSÃO DOS EFEITOS DA MEDIDA. CONSIGNAÇÃO DAS PARCELAS RECLAMADAS.

I. Se o magistrado a quo defere a consignação das parcelas reclamadas, não há razoabilidade em se manter os efeitos da liminar de busca e apreensão, haja vista ausente o periculum in mora a justificar a retomada do veículo.

II. Agravo de Instrumento conhecido e desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de AGRAVO DE INSTRUMENTO NÚMERO ÚNICO 0004742-35.2011.8.10.0000 - (Nº 23266/2011) - PEDREIRAS/MA, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, "UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, CONHECERAM E NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Participaram do julgamento os Senhores Desembargadores Jaime Ferreira de Araujo - Relator, Lourival de Jesus Serejo Sousa e Raimundo Nonato de Souza.

Funcionou pela Procuradoria Geral de Justiça a Dra. Mariléa Campos dos Santos Costa.

São Luís, 08 de novembro de 2011

Desembargador JAIME FERREIRA DE ARAUJO

Relator

ACÓRDÃO Nº 107959/2011

Sessão do dia 1 de Novembro de 2011

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Processo Nº: 0004999-60.2011.8.10.0000 Protocolo Nº: 0282182011

Agravante: MIRIAN LIMA DA SILVA,

Advogado(a)(s): JOSE WILSON CARDOSO DINIZ

Agravado: BANCO BV FINANCEIRA S/A

Relator(a): JAIME FERREIRA DE ARAÚJO

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA. FINANCIAMENTO DE VEÍCULO. PROPOSITURA DE AÇÃO REVISIONAL. MEDIDA INSUFICIENTE PARA ELIDIR A MORA. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 380 DO STJ.

I - Deve ser mantida decisão monocrática proferida em agravo de instrumento se este, nos termos do art. 557, caput do CPC, mostra-se em manifesto confronto com entendimento sumular do STJ e com jurisprudência dominante do Tribunal local.

II - A simples propositura de ação de revisão de contrato não inibe a caracterização da mora do autor (Súmula 380 do STJ).

III - Estando comprovada a mora do devedor de contrato de financiamento de veículo, lícita é a inclusão de seu nome em cadastros de inadimplentes, não podendo ser assegurada a manutenção da posse do bem na esfera jurídica do recorrente.

IV - Agravo regimental conhecido e desprovido para manter a decisão recorrida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de AGRAVO REGIMENTAL, sob o NÚMERO PROCESSO 0004999-60.2011.8.10.0000 Nº PROTOCOLO 028218/2011 - SÃO LUÍS/MA, em que figuram como Agravante(s) e Agravado(s) os acima enunciados, "A QUARTA CÂMARA CÍVEL, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, CONHECEU E NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO PARA MANTER A DECISÃO AGRAVADA, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR".

Participaram do julgamento os Senhores Desembargadores Jaime Ferreira de Araujo - Relator, Paulo Sérgio Velten Pereira - Presidente e Lourival de Jesus Serejo Sousa.

Funcionou pela Procuradoria Geral de Justiça o Dr. José Henrique Marques Moreira.

São Luís, 01 de novembro de 2011

Desembargador JAIME FERREIRA DE ARAUJO

Relator

ACÓRDÃO Nº 107960/2011

Sessão do dia 8 de Novembro de 2011

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Processo Nº: 0010341-97.2009.8.10.0040 Protocolo Nº: 0293592011

Embargante: GUSTAVO GUIMARAES SOARES,

Advogado(a)(s): CARLOS ANDRÉ MORAIS ANCHIETA

Embargado: VIVO S.A.

Advogado(a)(s): BRUNO CALDAS SIQUEIRA FREIRE

Relator(a): JAIME FERREIRA DE ARAÚJO

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. FIXAÇÃO DE VERBA HONORÁRIA. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA.

I - Se o acórdão recorrido restou claro e suficientemente preciso quanto às questões agitadas pelas partes, nenhuma omissão existe em sua fundamentação, remanescendo o inconformismo da parte pela decisão que foi contrária aos seus interesses.

II - Não se há falar em omissão quanto à condenação em custas e honorários advocatícios se o acórdão embargado apreciou expressamente tal matéria, tendo inclusive sido arbitrada a verba honorária em patamar intermediário entre o mínimo e o máximo, ou seja, 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação.

III - Embargos declaratórios conhecidos e rejeitados.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração, sob o nº 0010341-97.2009.8.10.0040 (29359/2011), em que figuram como Embargante e Embargada os acima enunciados, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, "a Quarta Câmara Cível, por votação unânime, rejeitou os embargos opostos, nos termos do voto do Desembargador Relator".

Participaram do julgamento os Senhores Desembargadores Jaime Ferreira de Araujo - Relator, Lourival de Jesus Serejo Sousa, e Raimundo Nonato de Souza.

Funcionou pela Procuradoria Geral de Justiça o Dr. Eduardo Jorge Hiluy Nicolau.

São Luís, 08 de novembro de 2011

Desembargador JAIME FERREIRA DE ARAUJO

Relator

ACÓRDÃO Nº 107961/2011

Sessão do dia 25 de Outubro de 2011

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Processo Nº: 0005815-76.2010.8.10.0000 Protocolo Nº: 0058152010

Apelante:MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS,

Procurador do Município:JÚLIO CÉSAR DE JESUS

Apelado:RAIMUNDA BENTA FEITOSA

Defensor Público:KAMILA BARBOSA E SILVA

Relator(a): JAIME FERREIRA DE ARAÚJO

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA. IRREGULARIDADE NA CONSTRUÇÃO. FALTA DE ALVARÁ. PAGAMENTO DA MULTA PELA NUNCIADA. SUPERVENIENTE CARÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. DEMOLIÇÃO. DESPROPORCIONALIDADE. SENTENÇA TERMINATIVA. MANUTENÇÃO.

I. Advindo o pagamento da multa pecuniária imposta pelo Município, sanada restou a irregularidade pela ausência do alvará, faltando, pois, o interesse de agir, não se havendo falar na medida extrema da demolição da construção, em homenagem ao princípio da proporcionalidade.

II. Desaparecendo, por motivo superveniente, o interesse de agir, a extinção do feito, sem resolução do mérito, é medida imperativa.

III. Apelação conhecida e desprovida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível, sob o nº (0005815-76.2010.8.10.0000) 005815-2010 - São Luís-MA, em que figuram como Apelante e Apelada os antes enunciados, "a Quarta Câmara Cível, por votação unânime e em desacordo com o parecer do Ministério Público, conheceu e negou provimento ao recurso, nos termos do voto do Desembargador relator".

Participaram do julgamento os Senhores Desembargadores Jaime Ferreira de Araujo - Relator, Paulo Sérgio Velten Pereira - Presidente e Lourival de Jesus Serejo Sousa.

Funcionou pela Procuradoria Geral de Justiça o Dr. Teodoro Peres Neto.

São Luís/MA, 25 de outubro de 2011.

Desembargador JAIME FERREIRA DE ARAUJO

Relator

ACÓRDÃO Nº 107962/2011

Sessão do dia 1 de Novembro de 2011

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Processo Nº: 0003776-72.2011.8.10.0000 Protocolo Nº: 0184892011

Agravante:ELOÁ DE PAULA NUNES MAMEDIO,

Advogado(a)(s):FRANCISCO GILVAN GOMES JÚNIOR

Agravado:AYMORE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Relator(a): JAIME FERREIRA DE ARAÚJO

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL. CONCESSÃO DE TUTELA ANTECIPADA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 273, DO CPC. SÚMULA 380 DO STJ. APLICAÇÃO.

I. Ausentes os requisitos do art. 273 do CPC, é de rigor a não concessão da tutela antecipada.

II. "A simples propositura da ação de revisão de contrato não inibe a caracterização da mora do autor" (Súmula 380 do STJ).

III. Agravo conhecido e não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento, sob o nº. 0003776-72.2011.8.10.0000 (018489/2011) - São Luís/MA, em que figuram como Recorrente e Recorrido os antes enunciados, "a Quarta Câmara Cível, por votação unânime, conheceu e negou provimento ao recurso, nos termos do voto do Desembargador Relator".

Participaram do julgamento os Senhores Desembargadores Jaime Ferreira de Araujo - Relator, Paulo Sérgio Velten Pereira - Presidente e Lourival de Jesus Serejo Sousa.

Funcionou pela Procuradoria Geral de Justiça o Dr. José Henrique Marques Moreira.

São Luís/MA, 1º de novembro de 2011.

Desembargador JAIME FERREIRA DE ARAUJO

Relator

ACÓRDÃO Nº 107963/2011

Sessão do dia 1 de Novembro de 2011

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Processo Nº: 0021619-52.2008.8.10.0001 Protocolo Nº: 0250582011

Agravante:ESTADO DO MARANHÃO,

Procurador(a)(es):RICARDO DE LIMA SÉLLOS

Agravado:CONCEIÇÃO DE MARIA CHAVES ROCHA

Advogado(a)(s):HERNILDO PINHEIRO NETO

Relator(a): JAIME FERREIRA DE ARAÚJO

AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO MONOCRÁTICA. CONFRONTO COM JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO RESPECTIVO TRIBUNAL. DECISÃO RECORRIDA PELO NÃO PROVIMENTO DO RECURSO. CONTRADIÇÃO. ALEGAÇÕES IGUAIS ÀS DA APELAÇÃO CÍVEL.

I. A teor do disposto o art. 557 do CPC, o relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior.

II. Se o pleito deduzido no Regimental não trouxe nenhum argumento ou prova novos aptos a reformar a decisão monocrática do Relator do recurso, sendo, pois, a tese deduzida a mesma ventilada na apelação, tese essa objeto de inúmeros precedentes jurisprudenciais da Corte local, razão não

existe para acolhimento do recurso.

III. Agravo regimental desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de AGRAVO REGIMENTAL N.º ÚNICO 0025058-52.2008.8.10.0001, NÚMERO DO PROCESSO 025058-2011 NA APELAÇÃO CÍVEL N.º 038532-2010/ SÃO LUÍS -MA, em que figuram como recorrente e recorridas os acima enunciados, os Senhores Desembargadores da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão "unanimidade, conheceram e negaram provimento ao recurso para manter a decisão agravada, nos termos do voto do Desembargador Relator".

Participaram do julgamento os Senhores Desembargadores Paulo Sérgio Velten Pereira - Presidente, Jaime Ferreira de Araújo - Relator e Lourival de Jesus Serejo Sousa.

Funcionou pela Procuradoria Geral de Justiça o Dr. José Henrique Marques Moreira.

São Luís, 01 de novembro de 2011.

Desembargador JAIME FERREIRA DE ARAUJO

Relator

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Processo Nº: 0015718-11.2005.8.10.0001 Protocolo Nº: 0015692011

Embargante:ASSIST HOTEL - ADMINISTRAÇÃO E CONSULTORIA HOTELEIRA LTDA.,

Advogado(a)(s):FERNANDO MENEZES ROCHA

Embargado:MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS

Procurador do Município:MARCELO DUAILIBE COSTA

Relator(a): JAIME FERREIRA DE ARAÚJO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO EM FACE DE DECISÃO MONOCRÁTICA. COMPETÊNCIA SINGULAR DO PRÓPRIO RELATOR. OMISSÃO PARCIAL. ISS. SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM. EXCLUSÃO DE GORJETAS E ALIMENTAÇÃO. BEBIDAS. TRIBUTAÇÃO REGULAR. TAXATIVIDADE DA LISTA ANEXA AO DL 406/68. DIVERGÊNCIA DE VALORES DA CONTABILIDADE E DA APURAÇÃO FISCAL. NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO EM SEGUNDO GRAU.

I. A competência para julgar embargos de declaração contra decisão do Relator é deste e não do órgão colegiado, sob pena de afastar-se a possibilidade de exame do próprio mérito da decisão (Precedentes do STJ).

II. Afigura-se omissa a decisão que deixa de apreciar matérias listadas pelo recorrente como de grande valor para a solução da lide.

III. O DL 406/68, no seu item 99, é enfático ao dispor que o cômputo dos valores relativos à alimentação somente integram a base de cálculo do ISS quando fizerem parte do preço da diária de hospedagem.

IV. Dada a natureza taxativa da lista de serviços anexa ao DL 406/68, as bebidas devem ser regularmente tributadas, vez que não foram contempladas na exceção legalmente prevista.

V. As gorjetas são valores não-tributáveis por corresponderem a verbas pertencentes aos empregados e que não ingressam o patrimônio decorrente da prestação dos serviços.

VI. Verificada divergência entre os valores apurados na escrita contábil e nos autos de infração, deveria a parte produzir prova pericial para saná-la, não competindo ao Tribunal alterar estes últimos dada a fé pública dos agentes fiscais e a presunção de veracidade que goza o Fisco Municipal.

VII. Embargos conhecidos e parcialmente providos.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração, com pedido de efeitos infringentes, opostos por Assist Hotel Administração e Consultoria Hoteleira Ltda., em face da decisão monocrática de fls. 619-628.

Pretende a embargante ver sanadas omissões apontadas no julgado, as quais, acaso existentes, acarretam a sua modificação e se referem a:

a) "impossibilidade de inclusão de valores referentes ao fornecimento de alimentação e bebidas na base de cálculo do Imposto sobre serviços de qualquer natureza da apelante;

b) Impossibilidade de inclusão dos valores recebidos como gorjeta na base de cálculo do ISSQN; e,

c) Inexistência dos valores apontados nos autos de infrações na contabilidade da apelante" (fl.634 dos autos).

Intimado o Município de São Luís para ofertar contrarrazões, este quedou-se silente, consoante atesta certidão de fl. 645.

Em seguida, voltaram-me os autos conclusos.

É o relatório. Decido.

Conheço do recurso, eis que presentes os pressupostos de admissibilidade.

Quanto à competência para julgar os embargos de declaração, preceitua o art. 537 do CPC que "o juiz julgará os embargos em cinco dias; nos tribunais, o relator apresentará os embargos em mesa na sessão subsequente, proferindo voto".

Ocorre que o entendimento doutrinário e jurisprudencial resta pacificado no sentido de que a aplicação da segunda parte do supramencionado dispositivo refere-se a embargos opostos contra acórdão proferido, obviamente, por órgão colegiado, de onde se infere que somente é capaz de sanar a obscuridade, a contradição ou a omissão - requisitos dos aclaratórios - o prolator do decisum impugnado.

Veja-se a lição de COSTA MACHADO ao comentar o referido dispositivo legal:

Já no que concerne aos embargos contra acórdão, parece fundamental salientar que a circunstância de o texto sob enfoque utilizar o termo "apresentará" significa que a lei não autoriza o relator a indeferir de plano os embargos em hipótese alguma; tal é a atribuição exclusiva do próprio órgão prolator da decisão e de mais ninguém. (Original sem destaque).

LUIZ GUILHERME AIDAR BONDIOLI manifestou-se claramente sobre a oposição de embargos de declaração contra decisão monocrática do relator: Decisão Monocrática do Relator (CPC, art. 557). [...] Não se olvida que a imperfeição que estiver a eivar a decisão monocrática do relator possa ser sanada por agravo, a ser julgado pelos demais integrantes da turma julgadora (CPC, 557, § 1º). Todavia, assim como no caso da decisão interlocutória, a oposição de embargos traz uma resposta mais célere, proferida pela própria pessoa que praticou o ato imperfeito, ou seja, a mais indicada para esclarecer a intenção externada na decisão ou sanar a omissão, e pode ser até necessária para a apresentação de futuro agravo, caso a ininteligibilidade do decisum seja de alto grau (supra nº 16). (Original sem destaque).

Corroborando com esse entendimento, representando a opinião sedimentada da doutrina pátria quanto à competência para o julgamento dos aclaratórios, infere-se do escólio de SEABRA FAGUNDES, citado por LUIS SIMARDI FERNANDES, verbis:

O segundo aresto é um desdobramento do primeiro, a ele se reunindo (mesmo quando repila os embargos) para formarem, em conjunto, uma só decisão da lide ou de algum dos seus pontos. E não se compreende que uma só decisão seja tomada por órgãos distintos. A duplicidade de julgamentos nos casos de declaração é apenas extrínseca. O pedido, sendo um só, a decisão, em fundo, é também uma. O segundo julgamento, que é prolatado sobre o mesmo pedido formulado na apelação, no agravo etc. (repetido na petição de embargos), se destina apenas a suprir uma

deficiência do pronunciamento, que devendo ser total foi parcial, que devendo ser claro foi obscuro ou incongruente. (Original sem destaque).

No mesmo sentido é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o qual decidiu recentemente sobre caso análogo:

(STJ-230797) PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM FACE DE DECISÃO MONOCRÁTICA. COMPETÊNCIA SINGULAR DO PRÓPRIO JULGADOR. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL.

1. A competência para julgar embargos de declaração contra decisão do Relator é deste e não do órgão colegiado, sob pena de afastar-se a possibilidade de exame do próprio mérito da decisão. (REsp 332.655/MA, Rel. Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, Corte Especial, DJ 22.08.2005).

2. Agravo regimental não provido. (Agravo Regimental no Agravo Regimental no Recurso Especial nº 796201/SP (2005/0179690-3), 2ª Turma do STJ, Rel. Mauro Campbell Marques. j. 05.02.2009, unânime, DJ 04.03.2009). (Original sem destaque).

Com efeito, analisando detidamente os autos, vejo que parcial razão assiste à empresa embargante.

No que tange ao cômputo dos valores relativos a alimentação, como bem destacado pela embargante, o DL 406/68 no item 99 é enfático ao dispor que estes somente se incluem na base de cálculo do ISS quando integram o preço da diária de hospedagem.

Ressalto que as bebidas, no entanto, por não estarem incluídas na exceção do item 99 da Lista de Serviços anexa ao DL 406/68, tendo em vista o caráter taxativo deste rol, devem ser regularmente tributadas tendo em vista que compõem o preço da prestação dos serviços.

Outro não é o entendimento da mais abalizada doutrina, a exemplo das lições colhidas da obra "ISS - Teoria, Prática e Questões Polêmicas", da autoria de Francisco Ramos Mangieri, 1ª ed., Edipro: São Paulo, 2001, pp.115-116, ad litteram:

"A única exceção fica por conta da alimentação fornecida, que só comporá a base impositiva do imposto caso esteja incluída no preço da diária do serviço prestado.

Todos os demais serviços prestados aos hóspedes, incluídos ou não na diária do hotel, farão parte integrante da base de cálculo do ISS, devendo-se observar o preço total da prestação, não se admitindo qualquer dedução, seja de materiais, mercadorias ou serviços terceirizados". (Originais sem destaques).

De outro vértice, no condizente à soma dos valores cobrados a título de gorjeta à base de cálculo do ISS, razão assiste à embargante, pois se trata de verba pertencente aos empregados e que não ingressam no patrimônio do embargante em nenhum momento.

O STF e o STJ já consagraram esse entendimento, conforme espelham as decisões monocráticas a seguir reproduzidas naquilo que importam ao deslinde da presente controvérsia, verbis:

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TRIBUTÁRIO. ISS. INCIDENCIA SOBRE GORJETA COBRADA COMPULSORIAMENTE. ARTS. 21 DA CF E 457, PARÁGRAFO 3. DA CLT. I - A GORJETA, AINDA QUANDO COMPULSORIAMENTE COBRADA PELO ESTABELECIMENTO, INTEGRA A REMUNERAÇÃO DO EMPREGADO - SUJEITA, POR SUA VEZ, A TRIBUTAÇÃO FEDERAL (IR) E NÃO MUNICIPAL (ISS). II - O SERVIÇO DE OFERECIMENTO DE HOSPEDAGEM, ALCANÇAVEL PELO ISS, E PRESTADO PELO HOTEL, NÃO PODENDO A REMUNERAÇÃO DE SEUS EMPREGADOS SER TRIBUTADA SE NÃO PRESTAM, ESTES, A ATIVIDADE ATINGIDA PELO TRIBUTO. RECURSO PROVIDO.

(RE 112040, Relator(a): Min. FRANCISCO REZEK, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/10/1988, DJ 02-12-1988 PP-31900 EMENT VOL-01526-03 PP-00661)

"(...) Por fim, no mérito, o acórdão recorrido encontra-se em conformidade com o decidido no RE 112.040/RJ, Rel. Min. Francisco Rezek, cuja ementa segue transcrita: 'RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TRIBUTÁRIO. ISS. INCIDENCIA SOBRE GORJETA COBRADA COMPULSORIAMENTE. ARTS. 21 DA CF E 457, PARÁGRAFO 3. DA CLT. I - A GORJETA, AINDA QUANDO COMPULSORIAMENTE COBRADA PELO ESTABELECIMENTO, INTEGRA A REMUNERAÇÃO DO EMPREGADO - SUJEITA, POR SUA VEZ, A TRIBUTAÇÃO FEDERAL (IR) E NÃO MUNICIPAL (ISS). II - O SERVIÇO DE OFERECIMENTO DE HOSPEDAGEM, ALCANÇAVEL PELO ISS, E PRESTADO PELO HOTEL, NÃO PODENDO A REMUNERAÇÃO DE SEUS EMPREGADOS SER TRIBUTADA SE NÃO PRESTAM, ESTES, A ATIVIDADE ATINGIDA PELO TRIBUTO. RECURSO PROVIDO'. Isso posto, nego seguimento ao recurso" (fls. 60-61). (...) Publique-se. Brasília, 15 de dezembro de 2009. Ministro RICARDO LEWANDOWSKI - Relator - (AI 739454 agr, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, julgado em 15/12/2009, publicado em DJe-018 DIVULG 29/01/2010 PUBLIC 01/02/2010)

"(...) 6. As receitas decorrentes da efetiva prestação de serviços são tributáveis pelo ISS, consubstanciando o pagamento da prestação contratual correspondente. Outrossim, as entradas que não provocam incremento no patrimônio representam mera passagem de valores, a serem repassadas a terceiros, e não implicam qualquer modificação no patrimônio da empresa. Distinção necessária entre receita e entrada para fins financeiro-tributários.

7. A "gorjeta", consoante estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, ostenta natureza salarial, materializando valores que são repassados aos empregados, posto parte integrante de sua remuneração. O prestador de serviços caracteriza-se como mero depositário dos valores percebidos a esse título, o que afasta a incidência do ISS. (Precedentes: REsp 776.152/PE, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 13/02/2007, DJ 15/03/2007 p. 268; REsp 399596/DF, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJ 05/05/2004; REsp 107143/MG, 2ª Turma, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJ 13/12/1999; REsp 6627/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Garcia Vieira, DJ 17/12/1992; RE 112040/RJ, 2ª Turma, Rel. Min. Francisco Rezek, DJ 02/12/1988.)

(...) Cinge-se a atual controvérsia quanto a legalidade da incidência do ISS sobre os 10% (dez por cento) de taxa de serviço cobrados a título de gorjeta pelo empregador.

A base de cálculo do ISS é o preço do serviço, consoante disposto no art. 9º, caput, do Decreto-Lei no 406/68. Para fins de tributação pelo imposto municipal, preço do serviço é a contraprestação que o tomador ou usuário do serviço deve pagar diretamente ao prestador, vale dizer, o valor a que o prestador faz jus, pelos serviços que presta.

A contrario sensu, uma prestação de serviço, à qual não corresponda nenhuma contraprestação a cargo do tomador, não equivalerá ao conceito de serviço tributável pelo ISS, porque, para a composição deste, a presença do aspecto quantitativo, correspondente àquele eleito pelo legislador (preço do serviço), é essencial. Assim, somente quando surgir o direito à contraprestação do tomador por seus serviços, ter-se-ão realizados os aspectos material, temporal e quantitativo do fato tributário, ensejando a incidência do ISS. A perspectiva mensurável do aspecto material da hipótese de incidência - base de cálculo - do ISS não é o volume de recursos financeiros que ingressa no caixa das empresas, mas tão-só aquela espécie de ingressos que pode ser classificada como receita do prestador, proveniente da efetiva prestação de serviços.

Destarte, faz-se mister distinguir os conceitos de ingresso (ou entrada) e de receita, posto que diversos em essência e natureza jurídica, produzindo diferentes efeitos.

Sob a perspectiva jurídica, as receitas são entradas que modificam o patrimônio da empresa, incrementando-o; os ingressos, a seu turno, envolvem tanto as receitas quanto as somas pertencentes a terceiros, não importando modificação no patrimônio de quem os recebe, mas antes mero trânsito para posterior entrega a quem pertencerem.

Assim, são tributáveis pelo ISS tão-somente as receitas decorrentes da prestação de serviços, posto ser a atividade desenvolvida exclusivamente por elas remunerada, consubstanciando o pagamento da

prestação contratual correspondente. As entradas que não provocam incremento no patrimônio representam mera passagem de valores. São somas a serem repassadas a terceiros, que não implicam qualquer modificação no patrimônio da empresa.

Estabelece a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, verbis:

Art. 457. Compreendem-se na remuneração do empregado para todos os

efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber.

[...]

§ 3º Considera-se gorjeta não só a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado, como também aquela que for cobrada pela empresa ao cliente, como adicional nas contas, a qualquer título, e destinada à distribuição aos empregados.

Nesse diapasão, tem-se que a gorjeta ostenta natureza salarial, materializando valores que são repassados aos empregados, posto parte integrante de sua remuneração. O prestador de serviços caracteriza-se como mero depositário dos valores percebidos a esse título, o que afasta a incidência do ISS.

É a jurisprudência pacífica do STF e do STJ acerca do tema, consoante dessume-se dos seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. DECADÊNCIA. INOCORRÊNCIA. ISS. INCIDÊNCIA SOBRE TAXA DE SERVIÇOS - "GORJETA". IMPOSSIBILIDADE.

1. O prazo para impetração do mandado de segurança, segundo o disposto no art. 18 da Lei 1.533/51, é de cento e vinte dias, a se contar da data em que o interessado tiver conhecimento oficial do ato a ser impugnado, sendo insuscetível de suspensão ou interrupção, porquanto consubstancia decadência do direito à impetração, consoante jurisprudência pacífica do STJ.

2. "(...) Se o ato é irrecurável ou apenas passível de recurso sem efeito suspensivo, contar-se-á o prazo da publicação ou da intimação pessoal do interessado; se admite recurso com efeito suspensivo, contar-se-á do término do prazo para o recurso (se não for interposto) ou da intimação do julgamento final do recurso (se interposto regularmente). (in Mandado de Segurança, Hely Lopes Meirelles, 28ª ed., Ed. Malheiros, p.56)...

... 5. A gorjeta, consoante estabelecido pela CLT, ostenta natureza salarial, materializando valores que são repassados aos empregados, posto parte integrante de sua remuneração. O prestador de serviços caracteriza-se como mero depositário dos valores percebidos a esse título, o que afasta a incidência do ISS (Precedentes: REsp 6627/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Garcia Vieira, DJ 17/12/1992; RE 112040/RJ, 2ª Turma, Rel. Min. Francisco Rezek, DJ 02/12/1988; REsp 399596/DF, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJ 05/05/2004; REsp 107143/MG, 2ª Turma, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJ 13/12/1999).

6. Recurso especial desprovido.

(REsp 776.152/PE, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 13/02/2007, DJ 15/03/2007 p. 268)"

"TRIBUTÁRIO. GORJETA. PIS. COFINS. IRPJ. CSLL. PRESCRIÇÃO. TAXA SELIC.

1. (...)

2. A gorjeta, compulsória ou inserida na nota de serviço, tem natureza salarial. Em consequência, há de ser incluída no cálculo de vantagens trabalhistas e deve sofrer a incidência de, apenas, tributos e contribuições que incidem sobre o salário.

3. A exemplo do entendimento de ser ilegal a cobrança do ISS sobre os valores recebidos a título de gorjeta, é também ilegítima a exigência do recolhimento do PIS, IRPJ, CSLL e COFINS sobre o valor cobrado como taxa de serviço, desde que repassado integralmente aos empregados.

4. (...)

5. (...)

(REsp 399596/DF, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJ 05/05/2004)"

"TRIBUTÁRIO - ISS - TAXA DE SERVIÇO - GORJETA - NÃO INCIDÊNCIA - DIVERGÊNCIA NOTÓRIA - INCIDÊNCIA (ERESP Nº 64.465/SP) - PRECEDENTES STJ E STF.

O percentual adicionado às contas, pelos hotéis e restaurantes, a título de "gorjeta", integra a remuneração dos empregados que executam o serviço, razão pela qual não há incidência do ISS, imposto municipal.

Recurso conhecido e provido.

(REsp 107143/MG, 2ª Turma, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJ 13/12/1999)"

"ISS - FATO GERADOR - BASE DE CALCULO - REMUNERAÇÃO DO EMPREGADO. O FATO GERADOR DO ISS E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR EMPRESA OU PROFISSIONAL AUTÔNOMO E PELOS EMPREGADOS. A BASE DE CALCULO E O PREÇO DO SERVIÇO; NESTE NÃO SE INCLUI AS GORJETAS, QUE "AINDA QUANDO COMPULSORIAMENTE COBRADAS PELO ESTABELECIMENTO, INTEGRA A REMUNERAÇÃO DO EMPREGADO".

RECURSO PROVIDO.

(REsp 6627/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Garcia Vieira, DJ 17/12/1992)"

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TRIBUTÁRIO. ISS. INCIDÊNCIA SOBRE GORJETA COBRADA COMPULSORIAMENTE. ARTS. 21 DA CF E 457, PARAGRAFO 3. DA CLT.

I - A GORJETA, AINDA QUANDO COMPULSORIAMENTE COBRADA PELO ESTABELECIMENTO, INTEGRA A REMUNERAÇÃO DO EMPREGADO - SUJEITA, POR SUA VEZ, A TRIBUTAÇÃO FEDERAL (IR) E NÃO MUNICIPAL (ISS). II - O SERVIÇO DE OFERECIMENTO DE HOSPEDAGEM, ALCANÇÁVEL PELO ISS, E PRESTADO PELO HOTEL, NÃO PODENDO A REMUNERAÇÃO DE SEUS EMPREGADOS SER TRIBUTADA SE NÃO PRESTAM, ESTES, A ATIVIDADE ATINGIDA PELO TRIBUTO.

RECURSO PROVIDO.

(RE 112040 / RJ, 2ª Turma, Rel. Min. Francisco Rezek, DJ 02/12/1988)

Ex positis, NEGOU PROVIMENTO ao agravo de instrumento. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 23 de fevereiro de 2010.

MINISTRO LUIZ FUX"

Por fim, no que se refere à divergência entre os valores apontados e a escrita contábil da empresa embargante a ensejar a nulidade dos autos de infração impugnados, entendo que razão não lhe assiste.

Isso porque os agentes fiscais gozam de fé pública e a presunção de veracidade dos valores lançados nos autos de infração milita em favor do Fisco Municipal.

Assim, deveria a embargante ter produzido prova pericial para elidir a controvérsia, o que não fez, conforme certificado à fl. 513 (não requereu a produção de prova).

Não cabe, por conseguinte, ao segundo grau de jurisdição promover correções materiais nos valores discutidos.

De todo o exposto, dou PARCIAL PROVIMENTO aos presentes embargos de declaração, imprimindo-lhes efeitos infringentes para modificar a decisão recorrida apenas no tocante à exclusão dos valores relativos a alimentação e gorjetas indevidamente computados na base de cálculo do ISS, mantendo-a nos demais aspectos, na forma da fundamentação supra.

PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

São Luís (MA), 01 de novembro de 2011.

Desembargador JAIME FERREIRA DE ARAUJO

Relator

QUARTA CÂMARA CÍVEL**Processo Nº: 0015345-09.2007.8.10.0001 Protocolo Nº: 0132072011****Apelante: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS ,****Advogado(a)(s): WAFREDO FRAZÃO CORRÊA NETO , LUIZ CESAR COELHO DE OLIVEIRA FERRO , ETIENNE DE OLIVEIRA BARROS , OCTAMYR JOSÉ TELLES DE ANDRADE JÚNIOR , MERCEDES HELENA DE SOUZA OLIVEIRA ORLANDO , VIVIANE LOSPALUTO PRIORE , RICARDO LASMAR SODRÉ , ALESSANDRA DOS REIS CLÁUDIO , E OUTROS****Apelado: F. E. F. A., MENOR REPRESENTADA POR SEUS PAIS JOSÉ RICARDO ARAUJO E NATALINA DE JESUS FERREIRA****Advogado(a)(s): RAIMUNDO BENEDITO OLIVEIRA JÚNIOR****Relator(a): JAIME FERREIRA DE ARAÚJO**

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ E DEFORMIDADE PERMANENTES. COMPROVAÇÃO. RESOLUÇÃO DO CNSP QUE NÃO SE SOBREPÕE À LEI FEDERAL. APLICAÇÃO DA TABELA DE QUANTIFICAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. ACIDENTE OCORRIDO ANTES DA ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº 11.945/2009. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA E DE JUROS DE MORA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. APRECIÇÃO DE OFÍCIO. JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DESTES TRIBUNAL. MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA DO APELO. JULGAMENTO MONOCRÁTICO. POSSIBILIDADE. ART. 557, CAPUT, DO CPC.

I. Obrigatório é o pagamento à vítima de acidente automobilístico, na modalidade invalidez permanente, desde que reste devidamente comprovado o grau das lesões permanentes ou incapacitantes que acometeram o sinistrado, por ser requisito legal para o recebimento da indenização do seguro pessoal (DPVAT).

II. Lei que regula o seguro obrigatório de acidentes pessoais não pode ser derogada por Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados, por ser esse diploma de espécie normativa hierarquicamente inferior.

III. O tabelamento contendo percentuais de perdas e ou de invalidez previsto no § 1º, do art. 3º, da Lei nº 6.194/74, somente se aplica após o advento da Lei nº 11.945/2009, de 24 de junho de 2009.

IV. Omissa ou equivocada que seja a sentença e mesmo não tendo sido a matéria objeto de apelação pelas partes, nada impede que o Tribunal, de ofício, dentro do seu poder/dever de rever as decisões judiciais, esclareça a partir de quando deva incidir a correção monetária a ser paga pelo vencido, assim como os juros, por se tratar de questões de ordem pública. Precedentes.

V. Os juros legais, nas ações de cobrança de seguro DPVAT, devem incidir a partir da citação, oportunidade em que a seguradora foi constituída em mora, cujo percentual é de 1% (um por cento) ao mês (CC, art. 405). Inteligência do enunciado da Súmula n.º 426 do STJ.

VI. A correção monetária, nesses casos, como meio de manter atualizado o poder aquisitivo da moeda, deve ser contada pelo INPC/IBGE e incidir a partir da data do sinistro.

VII. Sendo o recurso manifestamente improcedente e contrário à jurisprudência dominante deste Tribunal, pode o Relator apreciá-lo monocraticamente, desde logo, a teor do que dispõe o art. 557, caput, do CPC, afigurando-se prescindível a manifestação do respectivo órgão colegiado.

VIII. Apelação a que se nega seguimento e de ofício completada a sentença apenas no que se refere ao índice da correção monetária e dos juros de mora a serem aplicados, por se tratar de matérias de ordem pública.

DECISÃO

Trata-se de Apelação Cível interposta pela COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS contra sentença (fls. 113-117) exarada pelo MM. Juiz de Direito Auxiliar da 9ª Vara Cível da Capital que, nos autos da Ação de Cobrança de Seguro DPVAT (Processo n.º 15345/2007) ajuizada contra si por F.E.F.A., MENOR REPRESENTADA POR SEUS PAIS JOSÉ RICARDO ARAUJO E NATALINA DE JESUS FERREIRA, julgou "procedente o pedido, fixando a condenação de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), monetariamente corrigido a partir de então, pelo INPC do IBGE, ou outro índice oficial que o venha a substituir por ocasião do efetivo pagamento, acrescido a partir do ajuizamento da ação, acrescido de juros moratórios de um por cento ao mês, a contar desta decisão".

Ademais, o magistrado sentenciante condenou a ré a pagar as custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

Em suas razões recursais (fls. 121-129) a apelante sustenta que não restou configurado o nexo de causalidade entre as lesões sofridas pela apelada e o acidente.

Segue aduzindo que a apelada não apresentou laudo que atestasse o grau de invalidez sofrido. Diante disso, pontua que a vítima só tinha direito de receber proporcionalmente ao seu grau de invalidez.

Argumenta, ainda, que as resoluções editadas pela CNSP funcionam como as normas adjetivas regulamentadoras das Leis n.º 6.194/74 e 8.441/92.

Em vista de tais argumentos, requer a reforma da sentença, dando-se provimento à presente apelação.

Devidamente intimada, a apelada apresentou contrarrazões às fls. 137-142.

A PGJ (fls. 149-153) manifestou-se pelo conhecimento e desprovimento da presente apelação para que seja mantida a sentença monocrática.

Eis o relatório. Passa-se à decisão.

A teor do disposto no art. 557 do CPC, verifica-se que o presente recurso se apresenta como manifestamente improcedente e em confronto com a jurisprudência dominante deste sodalício, circunstância que autoriza seu julgamento monocrático por esta relatoria.

Acerca dessa questão prefacial, cumpre observar que o intuito do legislador, ao estatuir a regra do citado dispositivo legal, foi prestigiar os princípios da economia e celeridade processuais para que as pautas dos Tribunais sejam preenchidas somente por recursos que realmente precisem ser apreciados pelo colegiado. Nesse diapasão, impende ressaltar a lição de JORDÃO VIOLIN, no artigo "Julgamento monocrático pelo relator: O artigo 557 do CPC" in "A força dos precedentes", verbis:

Com efeito, ainda que a Constituição atribua aos tribunais o julgamento de recursos, ela é silente quanto a qual órgão interno ao tribunal detém competência para tanto. Pode a lei, portanto, atribuir ao relator apitidão para julgar monocraticamente. Não há qualquer inconstitucionalidade decorrente dessa previsão, desde que se possa saber ex ante qual o juiz natural para análise da pretensão recursal. Não obstante inexistir a garantia do julgamento colegiado, o julgamento monocrático pelo relator obedece, ainda assim, ao princípio da dupla conformidade, segundo o qual quando as decisões de primeiro e segundo grau forem divergentes, outro órgão judicial deverá examinar a causa, até que haja dois julgamentos idênticos. [...] Em ambos os casos, a lógica é a mesma: busca-se valorizar o precedente judicial. Se a decisão recorrida encontrar consonância com outra, proferida anteriormente por instância superior, deverá ser mantida, porquanto caracteriza a dupla conformidade. O que varia de um caso para outro é tão-somente a instância em que a decisão-paradigma foi proferida. [...] Note-se, portanto, a extrema relevância com que são encarados os precedentes no direito brasileiro. Caso uma decisão interlocutória seja contrária à jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, por exemplo, sequer será aberto prazo para que o agravado apresente contrarrazões. O relator tem poderes para dar provimento ao recurso liminarmente, sem submetê-lo ao colegiado. [...] Conclui-se, assim, que os poderes conferidos pelo CPC ao relator dos recursos implicam que somente serão julgados pelo colegiado os casos em que não há um precedente a seguir (Original sem grifos).

Ainda na mesma obra, no artigo "O precedente na dimensão da segurança jurídica", preleciona LUIZ GUILHERME MARINONI, litteris:

A segurança jurídica pode ser vista em outra perspectiva, ou seja, em uma dimensão objetiva. É preciso que a ordem jurídica, e assim a lei e as decisões judiciais, tenham estabilidade. A ordem jurídica deve ter um mínimo de continuidade, até mesmo para que o Estado de Direito não seja um Estado provisório, incapaz de se impor enquanto ordem jurídica dotada de eficácia e potencialidade de se impor aos cidadãos. Mas o que importa, no presente contexto, é demonstrar que a estabilidade não se traduz apenas na continuidade do direito legislado, exigindo, também, a continuidade e o respeito às decisões judiciais, isto é, aos precedentes. Pouco adiantaria ter legislação estável e, ao mesmo tempo, frenética alternância das decisões judiciais. Para dizer o mínimo, as decisões judiciais devem ter estabilidade porque constituem atos de poder. Ora, os atos de poder geram responsabilidade àquele que os instituiu. Assim, as decisões não podem ser livremente desconsideradas pelo próprio Poder Judiciário (Original sem grifos).

Sedimentada e exaustivamente demonstrada a necessidade de apreciação monocrática do vertente apelo, passa-se à sua análise.

Com efeito, a matéria versada nos autos, que tem como górdio o reconhecimento do direito da vítima de acidente automobilístico à indenização do seguro obrigatório DPVAT, já se encontra assentada neste Tribunal.

Perscrutando o acervo fático probatório dos autos, observa-se a comprovação do acidente de trânsito, bem como a deformidade permanente da vítima no membro inferior esquerdo, conforme se vê do boletim de ocorrência (fls. 13-14), do exame complementar realizado pelo Instituto Médico Legal (fl. 15) e documento expedido pelo Hospital Municipal Djalma Marques (fl. 14).

Aliás, comprovado o acidente de trânsito e o dano dele decorrente, estão preenchidos todos os requisitos previstos na lei para o ajuizamento e pagamento da indenização pleiteada, restando clarividente o nexo causal entre o acidente e a invalidez permanente da inditosa vítima.

Assim, comprovada pela autora, ora apelada, a sua incapacidade permanente em decorrência de acidente de trânsito, assiste-lhe direito ao recebimento do seguro obrigatório.

Na mesma linha de raciocínio, confirmam-se os seguintes julgados deste Tribunal, inclusive sob a relatoria do signatário, in verbis:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ E DEFORMIDADE PERMANENTES. COMPROVAÇÃO. PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO. REJEIÇÃO. PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO. CONDENAÇÃO COM BASE EM SALÁRIO MÍNIMO. POSSIBILIDADE. VALOR PREVISTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE À ÉPOCA DO SINISTRO. RESOLUÇÃO DO CNSP QUE NÃO SE SOBREPÕE À LEI FEDERAL. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. MODIFICAÇÃO EX OFFICIO. I. O interesse de agir funda-se na necessidade concreta de buscar a tutela jurisdicional, independentemente de ter ou não o autor o direito material vindicado, de modo. II. Obrigatório é o pagamento à vítima de acidente automobilístico, na modalidade invalidez permanente, desde que reste devidamente comprovado o grau das lesões permanentes ou incapacitantes que acometeram o sinistrado, por ser requisito legal para o recebimento da indenização do seguro pessoal (DPVAT). III. Os valores fixos elencados pela Lei nº 11.482/07 somente se aplicam a sinistros ocorridos após a sua entrada em vigor, sendo que os acidentes de trânsito verificados até a data de 31/05/2007 são regidos pela Lei nº 6.194/74, tendo o STF, conferindo temperamento à regra do art. 7º, IV, da Carta Magna, entendido ser possível a utilização do salário mínimo como forma de expressão do valor nominal da condenação, somente o proibindo como índice de atualização da indenização fixada. IV. Se o juiz de primeiro grau, ao proferir sentença, condena a parte vencida em juros de mora e correção monetária de forma equivocada, nada impede que o Tribunal, dentro do seu poder/dever de rever as decisões judiciais, fixe de ofício as datas de incidência, mesmo sem ter sido objeto do apelo, por se tratarem de questões de ordem pública. Precedentes. V. Apelo conhecido e parcialmente provido. (Apelação Cível, Relator Des. Jaime Ferreira de Araújo, data de julgamento). Original sem grifos. Disponível em www.tjma.jus.br - Acesso em 05 de abril de 2011.

TJMA-014814) DIREITO CIVIL - PROCESSO CIVIL - APELAÇÃO CIVIL - SEGURO DPVAT - RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO POR VIA ADMINISTRATIVA - QUITAÇÃO - INOCORRÊNCIA - INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS PARA APRECIAR PROVA PERICIAL - JULGAMENTO REALIZADO EM VARA CÍVEL ADOTANDO-SE O RITO SUMÁRIO - PRELIMINARES REJEITADAS - INVALIDEZ PERMANENTE DE MEMBRO INFERIOR - MENOR DE IDADE - ACIDENTE DE TRÂNSITO OCORRIDO ANTES DA ALTERAÇÃO DA LEI Nº 6.194/74 PELA LEI Nº 11.945/09 (MP Nº 451/08) - COMPROVAÇÃO - INDENIZAÇÃO DEVIDA. I - [...]. III - Indiscutível a invalidez permanente em membro inferior, causada por acidente de trânsito, faz a apelada jus ao recebimento de indenização pelo seguro DPVAT. IV - Ocorrido o acidente de trânsito em 28.10.2007, aplicam-se as disposições da Lei nº 6.194/74 (art. 3º, II), com as alterações promovidas pela Lei nº 11.482/07, em respeito ao Princípio Tempus Regit Actum. V - A Lei nº 6.194/74, com as alterações promovidas pela Lei nº 11.482/07, não previa qualquer forma de proporcionalidade ao pagamento da indenização em razão da invalidez permanente, o que passou a constar do seu texto (art. 3º, § 1º) apenas com a vigência da Lei nº 11.945/09 em 16.12.2008 (art. 33, IV, "a", da referida norma), inaplicável ao caso constante dos autos. VI - Apesar de ser o órgão competente para fiscalizar as atividades das seguradoras integrantes do consórcio instituído pela Resolução nº 01/75, o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, não tem competência para modificar os valores das indenizações, uma vez que admitir essa possibilidade é, sem sombra de dúvidas, transgredir a hierarquia das normas constante do ordenamento jurídico pátrio, posto que uma resolução emanada do referido Conselho não tem o condão de prevalecer sobre o disposto em lei. VII - Os honorários advocatícios do patrono da apelada (pleiteados em contrarrazões), negados pela Juíza de base, ainda que por aplicação equivocada no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95, já que empreendido ao processo o rito sumário, devem ser indeferidos em razão do fenômeno da preclusão, já que não intentado, no prazo legal, o recurso processual cabível para a revisão da decisão. VIII - Apelação improvida. Por maioria. (Apelação Cível nº 006207/2009 (90.897/2010), 4ª Câmara Cível do TJMA, Rel. Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz. j. 20.04.2010, DJe 05.05.2010). Original sem grifos. JURIS PLENUM OURO, Caxias do Sul: Plenum, n. 16, nov./dez. 2010. 1 DVD. ISSN 1983-0297.

TJMA-016024) APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA. LAUDO DO IML CONCLUSIVO. DEBILIDADE PERMANENTE. INDENIZAÇÃO DEVIDA. MINORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PARA 10% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE O EVENTO DANOSO. JUROS A INCIDIR A PARTIR DA CITAÇÃO. 1º APELO PROVIDO PARCIALMENTE E 2º TOTALMENTE DESPROVIDO. I. Tendo o autor instruído a demanda de cobrança securitária com documentos aptos a atestar-lhe a incapacidade permanente, restam atendidos os requisitos do art. 5º da Lei nº 6.194/74. II. O início da incidência da correção monetária é a data do efetivo prejuízo, uma vez que a responsabilidade em tela é de cunho extracontratual. III. O percentual a ser aplicado, a título dos juros moratórios, é o de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 406 do CPC, incidíveis a partir da citação, tal como determina o art. 214 do CPC. IV. Ante a simplicidade jurídica do caso em tela, afigura-se correta a redução dos honorários advocatícios para 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. V. 1º apelo parcialmente provido e 2º apelo desprovido. (Apelação Cível nº 024896/2010 (94797/2010), 3ª Câmara Cível do TJMA, Rel. Cleones Carvalho Cunha. j. 02.09.2010, unânime, DJe 14.09.2010). Original sem grifos. JURIS PLENUM OURO, Caxias do Sul: Plenum, n. 16, nov./dez. 2010. 1 DVD. ISSN 1983-0297.

TJMA-013938) APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO PARA FINS DE RECEBIMENTO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE INTERESSE. PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO MEDIANTE SIMPLES PROVA DO ACIDENTE E DO DANO DECORRENTE. FIXAÇÃO EM SALÁRIO MÍNIMO. POSSIBILIDADE. I - Rejeita-se a preliminar de falta de interesse em razão da inexistência de pedido administrativo, pois o esgotamento da via administrativa não é impedimento para ajuizamento de demanda.

II - O pagamento do seguro obrigatório DPVAT decorre da simples prova do acidente ocorrido e do dano advindo deste, independentemente da existência de culpa, por força do art. 5º da Lei nº 6.194/74, com nova redação dada pela Lei nº 8.441/92. III - Afasta-se a alegação de incompatibilidade entre a norma especial da Lei nº 6.194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária, pois o valor do DPVAT é fixado consoante critério legal específico. IV - Constatada a debilidade permanente, a indenização deve ser fixada no grau máximo previsto na Lei nº 6.194/74, vigente ao tempo do sinistro. V - Em relação aos juros de mora, o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que a partir da citação da Seguradora é que se dá o termo inicial para a contagem dos juros decorrentes da indenização

do Seguro Obrigatório DPVAT, momento em que a seguradora é constituída em mora. (Apelação Cível nº 33.584/2009 (88.296/2010), 1ª Câmara Cível do TJMA, Rel. Jorge Rachid Mubárák Maluf. j. 14.01.2010, unânime, DJe 28.01.2010). Original sem grifos. JURIS PLENUM OURO, Caxias do Sul: Plenum, n. 16, nov./dez. 2010. 1 DVD. ISSN 1983-0297.

Quanto ao mais, sustenta a apelante que não foi observada a tabela de proporcionalidade, bem como o previsto em Resolução do CNSP, órgão normativo que teria competência para regulamentar a matéria.

Todavia, as alterações da Lei nº 6.194/74, promovidas pela Lei nº 11.945/2009, que incluiu dispositivos e tabelas e que passou a prever valores e porcentagens referentes à indenização para cada tipo de lesão, não pode ser aplicada a acidentes ocorridos antes de sua vigência.

Desse modo, para o cálculo do valor da obrigação, não se aplica ao caso vertente a referida tabela, pois ao tempo do sinistro (31/07/2004), a Lei 11.945/2009 ainda não se encontrava em vigor, sendo força observar, portanto, o princípio *tempus regit actum*.

No tocante à competência do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNPS para regulamentar o seguro DPVAT, vale ressaltar que as suas Resoluções são hierarquicamente inferiores à Lei Federal nº 6.194/74 e, por isso, não devem prevalecer sobre ela.

Esse entendimento, de resto, é amplamente ventilado pela jurisprudência deste Tribunal, inclusive sob a relatoria deste signatário, consoante se depreende dos arestos a seguir transcritos:

TJMA-015471) APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. MORTE DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. COMPROVAÇÃO. ILEGITIMIDADE AD CAUSAM. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. PRELIMINARES REJEITADAS. PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO. VALOR LEGALMENTE PREVISTO. RESOLUÇÃO DO CNSP QUE NÃO SE SOBREPÕE À LEI FEDERAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. MODIFICAÇÃO EX OFFICIO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. I. A ilegitimidade ad causam deve ser repelida, nos casos de cobrança de indenização do Seguro DPVAT, quando comprovada a condição de beneficiário por quem busca a tutela judicial. II. O interesse de agir funda-se na necessidade concreta de buscar a tutela jurisdicional, independentemente de ter ou não o autor o direito material vindicado. III. Preenchidos os requisitos legais para o recebimento da indenização do seguro pessoal por acidente automobilístico, obrigatório é o pagamento dos danos pessoais aos beneficiários de vítima fatal, quando devidamente comprovada a sua condição. IV. Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados não tem o condão de sobrepor-se à lei que regula o seguro obrigatório de acidentes pessoais, porquanto é diploma de espécie normativa hierarquicamente inferior. V. Os valores fixos elencados pela Lei nº 11.482/07 aplicam-se aos sinistros ocorridos após a sua entrada em vigor. VI. Se o juiz de primeiro grau, ao proferir sentença, condena a parte vencida em correção monetária de forma equivocada, nada impede que o Tribunal, dentro do seu poder/dever de rever as decisões judiciais, fixe de ofício a data de incidência, mesmo sem ter sido objeto do apelo, por se tratar de questão de ordem pública. Precedentes. VII. Apelo conhecido e desprovido; mas ex officio reformou-se a sentença vergastada no que tange à incidência da correção monetária. (Apelação Cível nº 000409/2010 (92984/2010), 4ª Câmara Cível do TJMA, Rel. Jaime Ferreira de Araújo. j. 28.06.2010, unânime, DJe 08.07.2010). Original sem grifos. Disponível em JURIS PLENUM OURO, Caxias do Sul: Plenum, n. 16, nov./dez. 2010. 1 DVD. ISSN 1983-0297.

TJMA-014814) DIREITO CIVIL - PROCESSO CIVIL - APELAÇÃO CIVIL - SEGURO DPVAT - RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO POR VIA ADMINISTRATIVA - QUITAÇÃO - INOCORRÊNCIA - INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS PARA APRECIAR PROVA PERICIAL - JULGAMENTO REALIZADO EM VARA CÍVEL ADOTANDO-SE O RITO SUMÁRIO - PRELIMINARES REJEITADAS - INVALIDEZ PERMANENTE DE MEMBRO INFERIOR - MENOR DE IDADE - ACIDENTE DE TRÂNSITO OCORRIDO ANTES DA ALTERAÇÃO DA LEI Nº 6.194/74 PELA LEI Nº 11.945/09 (MP Nº 451/08) - COMPROVAÇÃO - INDENIZAÇÃO DEVIDA. I - O recebimento de indenização por via administrativa "não tem o condão de inviabilizar a pretensão à diferença devida" (STJ. 4ª Turma. REsp nº 257.596/SP, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, unânime, DJU de 16.10.2000). Preliminar rejeitada. II - A ação tramitou perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Presidente Dutra/MA, adotando-se o rito sumário, o qual permite a realização de perícia, não havendo se falar em Juizado Especial. Preliminar rejeitada. III - Indiscutível a invalidez permanente em membro inferior, causada por acidente de trânsito, faz a apelada jus ao recebimento de indenização pelo seguro DPVAT. IV - Ocorrido o acidente de trânsito em 28.10.2007, aplicam-se as disposições da Lei nº 6.194/74 (art. 3º, II), com as alterações promovidas pela Lei nº 11.482/07, em respeito ao Princípio Tempus Regit Actum. V - A Lei nº 6.194/74, com as alterações promovidas pela Lei nº 11.482/07, não previa qualquer forma de proporcionalidade ao pagamento da indenização em razão da invalidez permanente, o que passou a constar do seu texto (art. 3º, § 1º) apenas com a vigência da Lei nº 11.945/09 em 16.12.2008 (art. 33, IV, "a", da referida norma), inaplicável ao caso constante dos autos. VI - Apesar de ser o órgão competente para fiscalizar as atividades das seguradoras integrantes do consórcio instituído pela Resolução nº 01/75, o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, não tem competência para modificar os valores das indenizações, uma vez que admitir essa possibilidade é, sem sombra de dúvidas, transgredir a hierarquia das normas constante do ordenamento jurídico pátrio, posto que uma resolução emanada do referido Conselho não tem o condão de prevalecer sobre o disposto em lei. VII - Os honorários advocatícios do patrono da apelada (pleiteados em contrarrazões), negados pela Juíza de base, ainda que por aplicação equivocada no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95, já que empreendido ao processo o rito sumário, devem ser indeferidos em razão do fenômeno da preclusão, já que não intentado, no prazo legal, o recurso processual cabível para a revisão da decisão. VIII - Apelação improvida. Por maioria. (Apelação Cível nº 006207/2009 (90.897/2010), 4ª Câmara Cível do TJMA, Rel. Anídes de Jesus Bernardes Chaves Cruz. j. 20.04.2010, DJe 05.05.2010). Original sem grifos. Disponível em JURIS PLENUM OURO, Caxias do Sul: Plenum, n. 16, nov./dez. 2010. 1 DVD. ISSN 1983-0297.

TJMA-013154) LEGITIMIDADE ATIVA. INTERESSE DE AGIR. SEGURO OBRIGATÓRIO. VALOR DA INDENIZAÇÃO. 1. Nos termos do art. 4º da Lei 6.194/74, os filhos detêm legitimidade para a propositura da ação de cobrança do seguro obrigatório. 2. Evidenciando a demanda que o processo era o meio necessário para a proteção integral do interesse substancial reclamado, não há falar em ausência de interesse de agir. 3. No seguro obrigatório a indenização por morte corresponde ao valor previsto na Lei 6.194/74, que não constitui fator de indexação inflacionária e deve prevalecer em face de qualquer outro fixado por Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados, cuja competência deve se ater aos parâmetros legais. 4. Apelo conhecido e improvido. Unanimidade. (Apelação Cível nº 19.060/2009 (86.091/2009), 4ª Câmara Cível do TJMA, Rel. Paulo Sérgio Velten Pereira. j. 20.10.2009, unânime, DJe 05.11.2009). Original sem grifos. Disponível em JURIS PLENUM OURO, Caxias do Sul: Plenum, n. 16, nov./dez. 2010. 1 DVD. ISSN 1983-0297.

Frise-se, ademais, que o art. 12 da lei que regula a matéria concede ao CNSP competência para expedir "normas disciplinadoras e tarifas que atendam ao disposto nesta lei", e não para alterar os patamares ali previstos.

Diante de tais considerações, verifica-se que as Resoluções de um órgão não têm o condão de revogar disposição expressa em Lei Federal, devendo prevalecer, como referência para o pagamento de seguros, o valor previsto na Lei nº 6.194/74, consoante entendeu o juiz sentenciante.

Além disso, relevante é destacar que o juízo de primeiro grau, ao proferir sentença, não estabeleceu corretamente a data de incidência e dos juros de mora e da correção monetária.

Quanto aos juros, em perfeita harmonia com o enunciado da Súmula n.º 426 do Superior Tribunal de Justiça, entende-se que a partir da citação da seguradora e que se dá o termo inicial para a contagem dos juros de mora decorrentes da indenização do seguro obrigatório DPVAT, já que foi nessa oportunidade que a seguradora foi constituída em mora. Confira-se o enunciado da Súmula n.º 426 do STJ, in verbis:

Súmula n.º 426-STJ. Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação. Original sem grifos.

Incasu, a taxa dos juros de mora será a de 1% (um por cento) ao mês. Na mesma linha de raciocínio são os seguintes julgados dos Tribunais pátrios, in verbis:

TJDFT-101904) APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. INTERESSE PROCESSUAL. INVALIDEZ PERMANENTE.

JUROS DE MORA. CORREÇÃO MONETÁRIA. INPC. HONORÁRIOS. O requerimento administrativo prévio não é condição para o exercício do direito do segurado de postular em juízo a indenização securitária. Comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização decorrente de acidente de veículo (DPVAT) é o previsto na Lei nº 11.482/2007, em seu valor máximo - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), uma vez que não há qualquer distinção quanto ao grau da lesão sofrida. A correção monetária dar-se-á com base no INPC, a partir da data da liquidação do sinistro, enquanto os juros de mora incidirão a partir da data da citação, no importe de 1% (um por cento) ao mês, consoante o disposto no artigo 405 do Código Civil. Recurso de apelação conhecido e improvido. Recurso adesivo conhecido e parcialmente provido. (Processo nº 2009.01.1.129198-7 (434283), 5ª Turma Cível do TJDF, Rel. Souza e Ávila. unânime, DJe 19.07.2010). Original sem grifos. Disponível em JURIS PLENUM OURO, Caxias do Sul: Plenum, n. 16, nov./dez. 2010. 1 DVD. ISSN 1983-0297.

TJES-010288) APELAÇÕES CÍVEIS. RECURSO PRINCIPAL. APELO ADESIVO. PRELIMINARES REJEITADAS. 1. INDENIZATÓRIA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE CAUSADO POR VEÍCULO COLETIVO. 2. LAUDO PERICIAL. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. INDENIZAÇÃO FIXADA NO PERCENTUAL DE 17,5% SOBRE 40 SALÁRIOS MÍNIMOS. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. 3. ARTIGO 3º, ALÍNEA "B" DA LEI 6.194/74 EM SUA REDAÇÃO ORIGINAL. INAPLICABILIDADE DA LEI 11.482/07 AOS FATOS OCORRIDOS ANTES DE SUA VIGÊNCIA. 4. VINCULAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO. POSSIBILIDADE. ATOS NORMATIVOS EXPEDIDOS PELO CNPS NÃO PREVALECEM. 5. JUROS DE MORA DE 1% AO MÊS A PARTIR DA CITAÇÃO. RECURSO PRINCIPAL IMPROVIDO. APELO ADESIVO IMPROVIDO. 1. A presente ação indenizatória (Seguro DPVAT) visa recebimento de indenização em decorrência da invalidez permanente parcial do autor, que fora vítima de acidente de trânsito envolvendo veículo coletivo. 2. No laudo pericial elaborado pelo perito do DML, restou constatado a invalidez permanente parcial do autor, quantificada em 25% (vinte e cinco por cento) do total do segmento lesado, que corresponde a 17,5% (dezessete vírgula cinco por cento) do valor total da indenização, ou seja, 40 (quarenta salários mínimos. Desse modo, em respeito ao princípio da proporcionalidade, o quantum indenizatório há de ser fixado no percentual quantificado pelo perito a incidir sobre o teto máximo indenizável, pois à toda evidência a incapacidade permanente do apelante não é total para o labor, sendo perfeitamente possível o desempenho de funções, embora com limitações. 3. In casu, aplicar-se-á a regra do art. 3º, alínea "b" da Lei nº 6.194/74, pois inaplicável, na espécie, a Lei nº 11.482/07, eis que esta tão-somente incidirá nos acidentes ocorridos após sua vigência.

4. Quanto à vinculação da indenização securitária ao salário mínimo é perfeitamente possível, porquanto sua fixação na condenação, segundo o critério estabelecido pela Lei nº 6.194/74, refere-se ao quantum a ser indenizado, e não ao fator de correção monetária. Logo, não prevalece a limitação da indenização prevista em Resolução expedida pelo Conselho Nacional dos Seguros Privados, mas sim o comando do art. 3º, alínea "b", da Lei nº 6.194/74, que fixa como parâmetro de apuração do valor do seguro obrigatório, nos casos de invalidez, o teto máximo de até 40 (quarenta) salários mínimos. 5. Os juros de mora foram corretamente fixados no percentual de 1% ao mês, contados da citação, na forma do art. 405, do Código Civil e do art. 219 do CPC, e de acordo com a jurisprudência do STJ. Recurso Principal Improvido. Apelo Adesivo Improvido. (Apelação Cível nº 35050034848, 1ª Câmara Cível do TJES, Rel. Rômulo Taddei. j. 20.04.2010, unânime, DJ 19.07.2010). Original sem grifos. Disponível em JURIS PLENUM OURO, Caxias do Sul: Plenum, n. 16, nov./dez. 2010. 1 DVD. ISSN 1983-0297.

Nesse diapasão, no que concerne à data de incidência da correção monetária, tratando-se de índice que visa recompor o valor real do débito, em virtude da desvalorização da moeda, deve ela ser contada da data do sinistro, ou seja, 31/07/2004.

Esse entendimento, é vastamente ventilado pelo STJ e por este Tribunal, consoante se depreende dos arestos a seguir transcritos, inclusive de minha relatoria:

STJ-268329) CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DO DUT. DESNECESSIDADE. VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. LEI Nº 6.194/1974. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO A QUO. EVENTO DANOSO. JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DA CITAÇÃO. INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL. DANO MORAL. INEXISTÊNCIA. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E PROVIDO. I. A comprovação do pagamento do prêmio do seguro obrigatório não é requisito para o pagamento da indenização. Precedentes. II. A indenização decorrente do seguro obrigatório (DPVAT) deve ser apurada com base no valor do salário mínimo vigente na data do evento danoso, monetariamente atualizado até o efetivo pagamento. III. No caso de ilícito contratual, situação do DPVAT, os juros de mora são devidos a contar da citação. IV. Os dissabores e aborrecimentos decorrentes da inadimplência contratual não são suficientes a ensejar a indenização por danos morais. V. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, parcialmente provido. (Recurso Especial nº 746087/RJ (2005/0070188-5), 4ª Turma do STJ, Rel. Aldir Passarinho Junior. j. 18.05.2010, unânime, DJe 01.06.2010). Original sem grifos. Disponível em JURIS PLENUM OURO, Caxias do Sul: Plenum, n. 16, nov./dez. 2010. 1 DVD. ISSN 1983-0297.

STJ-250215) CIVIL E PROCESSUAL. ACÓRDÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITO INFRINGENTE. NULIDADE NÃO VERIFICADA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). INDENIZAÇÃO LEGAL. VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. LEI Nº 6.194/1974, ART. 5º, § 1º. DATA DE APURAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO A QUO. EVENTO DANOSO. I. Não viola o art. 535 do CPC o acórdão que enfrenta a controvérsia, porém com resultado desfavorável à pretensão da recorrente. II. A indenização decorrente do seguro obrigatório (DPVAT) deve ser apurada com base no valor do salário mínimo vigente na data do evento danoso, monetariamente atualizado até o efetivo pagamento. III. Recurso especial não conhecido. (Recurso Especial nº 788712/RS (2005/0172001-7), 4ª Turma do STJ, Rel. Aldir Passarinho Júnior. j. 29.09.2009, unânime, DJe 09.11.2009). Original sem grifos. Disponível em JURIS PLENUM OURO, Caxias do Sul: Plenum, n. 16, nov./dez. 2010. 1 DVD. ISSN 1983-0297.

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ E DEFORMIDADE PERMANENTES. COMPROVAÇÃO. PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO. VALOR PREVISTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE À ÉPOCA DO SINISTRO. RESOLUÇÃO DO CNPS QUE NÃO SE SOBREPÕE À LEI FEDERAL. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. (...). IV. Os juros de mora, no pagamento de seguro DPVAT, devem incidir a partir da citação, oportunidade em que a seguradora foi constituída em mora (CC, art. 405), sendo que a correção monetária, nesse caso, como meio de manter atualizado o poder aquisitivo da moeda, tem início da data do sinistro. VI. Apelo conhecido e desprovido. (TJMA, Ap. Cível 029061/2009, 4ª Câ. Cível, Rel. Des. Jaime Ferreira de Araujo, unânime, j. 02/02/2010). Original sem grifos. Disponível em www.tjma.jus.br - Acesso em 16 de fevereiro de 2010.

TJMA-015783) APELAÇÃO CÍVEL - SEGURO DPVAT - CORREÇÃO MONETÁRIA - DATA DO SINISTRO - PRECEDENTES DA QUARTA CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - PERCENTUAL APLICADO EM RESPEITO AO ART. 20, § 3º, DO CPC - APELAÇÃO IMPROVIDA. I - Afasta-se a preliminar de ilegitimidade ativa levantada pelo apelante vez que a matéria já foi enfrentada e rechaçada pela Juíza de base, amplamente fundamentada na sentença recorrida. De mais a mais, não se vislumbra qualquer descumprimento às disposições do art. 792, do Código Civil, a ser aplicada por força da determinação constante do art. 4º, da Lei nº 6.194/74 (alterado pela Lei nº 11.482/07), tendo em vista que a apelada, efetivamente, comprovou sua qualidade de herdeira (filha), conforme consta da Certidão de Nascimento acostada aos autos, cabendo aos eventuais herdeiros, caso entendam pertinente, a adoção das medidas necessárias para assegurarem o seu direito. II - A correção monetária deve ser calculada na forma adotada em posicionamento reiterado desta colenda Quarta Câmara Cível, ou seja, a partir da data do sinistro. III - Mostra-se razoável a fixação de honorários advocatícios quando feita levando-se em conta a importância da causa e a presteza do profissional, assim como a imprescindibilidade de o causídico ser remunerado dignamente. Inteligência do art. 20, § 3º do CPC. IV - Apelação improvida. (Apelação Cível nº 009459/2009 (93830/2010), 4ª Câmara Cível do TJMA, Rel. Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz. j. 27.07.2010, unânime, DJe 09.08.2010). Original sem grifos. Disponível em JURIS PLENUM OURO, Caxias do Sul: Plenum, n. 16, nov./dez. 2010. 1 DVD. ISSN 1983-0297.

Já no que pertine ao índice aplicável à correção monetária, deve incidir o INPC/IBGE, conforme se vê dos seguintes julgados:

RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA DA UNIDADE FISCAL DE

REFERÊNCIA - UFIR: TÃO-SOMENTE QUESTÕES TRIBUTÁRIAS. PARCELAS SALARIAIS PAGAS EM ATRASO. ÍNDICE APLICÁVEL: ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR - INPC. 1. A lei instituidora da Unidade Fiscal de Referência - UFIR (n.º 8.383/91) é expressa em determinar sua incidência tão-somente às questões tributárias. 2. Nas condenações genéricas, ou seja, naquelas em que não há exigência legal de aplicação de índice específico de correção monetária, deve incidir o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC -, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE -, por também se constituir índice oficial de atualização monetária. 3. É pacífico o entendimento desta Corte no sentido de que o índice de correção monetária aplicável ao pagamento de parcelas salariais em atraso é o INPC. 4. Recurso especial a que se nega provimento. (STJ, RESP 505472/RS, QUINTA TURMA, DJ DATA:14/05/2007 PG:00366, Rel. Min. LAURITA VAZ). Original sem grifos. Disponível em www.stj.jus.br <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em 02 de março de 2011.

TJGO-036437) 1. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. FALTA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. Não há falar em falta de interesse de agir ante a não apresentação de requerimento administrativo, pois é de sabença trivial que o esgotamento da via administrativa não é requisito para se pleitear, judicialmente, o recebimento do seguro DPVAT consoante o disposto no art. 5º XXXV da Constituição Federal. 2. VALOR DA INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO OCORRIDO APÓS A VIGÊNCIA DA LEI Nº 11.482/07. APLICABILIDADE. Em acidentes ocorridos após o advento da Lei nº 11.482/07, de 31.05.2007, inadmissível se torna o deferimento da indenização em salários mínimos, em atenção ao princípio tempus regit actum, devendo ser a seguradora condenada ao pagamento no valor de R\$ 13.500,00. 3. CONSELHONACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS - CNSP. Nos termos do artigo 12 da Lei nº 6.194/74, refoge à competência do CNSP estabelecer os valores a serem indenizados, não podendo a Resolução CNSP nº 1/75, norma de hierarquia inferior, prevalecer em face da Lei. Não há falar, outrossim, na aplicação da tabela disciplinando a extensão dos danos físicos do acidente automobilístico (surgida através da MP nº 451, de 15.12.08) pelo fato de o sinistro ter ocorrido antes da sua edição. 4. CORREÇÃO MONETÁRIA. INPC. EVENTO DANOSO. A correção monetária deverá ser realizada pelo INPC, a partir da ocorrência do fato danoso (acidente de trânsito). 5. HONORÁRIOS PERICIAIS. PRECLUSÃO. Não havendo recurso da decisão que impõe o pagamento dos honorários do perito à parte que, ao final, for vencida, ocorrerá a preclusão, impedindo à análise da matéria no apelo. 6. PREQUESTIONAMENTO. Dentre as funções do Poder Judiciário, não se encontra cumulada a de órgão consultivo. Apelo conhecido e desprovido. (Apelação Cível nº 425340-40.2009.8.09.0000 (200904253400), 4ª Turma da 2ª Câmara Cível do TJGO, Rel. Carlos Alberto Franca. j. 20.07.2010, unânime, DJe 10.08.2010). Disponível em JURIS PLENUM OURO, Caxias do Sul: Plenum, n. 16, nov./dez. 2010. 1 DVD. ISSN 1983-0297.

Isso posto, e considerando o acervo fático probatório dos autos, verifica-se que bem foi aplicado o direito ao caso concreto, não se ressentindo a sentença recorrida de qualquer vício que dê azo à sua reforma nos termos reclamados pela apelante, restando configurada a manifesta improcedência do recurso, o que já autoriza a negativa de seguimento do apelo.

Em face do exposto e parcialmente de acordo com o parecer ministerial, com fundamento no art. 557, caput, do Código de Processo Civil, NEGOU SEGUIMENTO AO PRESENTE APELO, porém DE OFÍCIO complemento a sentença para estabelecer a incidência da correção monetária a partir da data do sinistro, isto é, 31.07.2004, segundo a variação do INPC/IBGE; e os juros moratórios devem fluir a partir da citação válida, no percentual de 1% (um por cento) ao mês, mantendo-se, no mais, a sentença tal como prolatada.

PUBLIQUE-SE e, uma vez certificado o trânsito em julgado - o que o Sr. Coordenador certificará - devolvam-se os autos à Vara de origem, dando-se baixa.

CUMpra-SE.

São Luís/MA, 07 de novembro de 2011.

Desembargador JAIME FERREIRA DE ARAUJO

Relator

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Processo Nº: 0005485-45.2011.8.10.0000 Protocolo Nº: 0274372011

Agravante:COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO MARANHÃO - CAEMA,

Advogado(a)(s):ALICE MARIA SALMITO CAVALCANTI , JUVENAL NUNES RIBEIRO , CATARINA DELMIRA BOUCINHAS LEAL , ANTONIO CANTANHÊDE , JOSÉ DE RIBAMAR CARDOSO FILHO , FERNANDA MARIA BITTENCOURT PINHEIRO , MARIA DA CONCEIÇÃO RIBEIRO MATOS CABRAL , SÉRGIO ROBERTO MENDES DE ARAÚJO , RAIMUNDA BERENICE BANDEIRA DE FREITAS , JOSÉ CLEOMENES PEREIRA MORAES

Agravado:MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Promotor(a)(es):ANA CLAUDIA CRUZ DOS ANJOS

Relator(a): JAIME FERREIRA DE ARAÚJO

DECISÃO

Trata-se de AGRAVO DE INSTRUMENTO, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, interposto por COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO MARANHÃO - CAEMA no intuito de reformar a decisão exarada pelo MM Juiz de Direito da Comarca de Riachão (respondendo), exarada nos autos da AÇÃO CIVIL PÚBLICA (processo n.º 448-83.2011) em trâmite naquele juízo, contra si movida pelo agravado, que determinou, entre outras providências, a realização de obras para ampliar o fornecimento de água à população daquela cidade, sob pena de multa diária.

Aduz a agravante, inicialmente, que as astreintes fixadas são exorbitantes, uma vez que fixadas nos valores de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) - para o caso de atraso no restabelecimento do fornecimento de água; extensão do abastecimento de água à zona rural do município de Riachão; abstenção de emissão de faturas aos consumidores, até o restabelecimento do fornecimento de água, bem como a suspensão da cobrança referente ao mês de agosto/2011; atraso no início das obras de ampliação da rede de abastecimento (prazo fixado em 30 dias) - e R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) - por cada interrupção no fornecimento de água à população do município de Riachão.

Alega, ainda, que a decisão guerreada afrontou o contraditório por ter sido proferida inaudita altera parte e que "[...] não houve prova por parte do Ministério Público de que não estavam sendo tomadas medidas visando a melhoria do cito (sic) sistema, bem como a não manifestação da CAEMA ao que lhe era requisitado, pois consta nos próprios autos trazidos à baila que os responsáveis da CAEMA prestaram informações e compareceram quando convocados [...]".

Relata, também, que não estão presentes os requisitos para a concessão da tutela antecipada e que "[...] como coloca o autor em sua própria inicial, aCAEMA é a concessionária do serviço de abastecimento de águas e esgotos do município, da sede, ficando a zona rural a cargo do município e por ser ainda uma empresa de economia mista, necessita da contraprestação de consumo para efetuar, (sic) manutenção e melhorias no sistema [...]".

Sustenta, outrossim, "[...] a impossibilidade de que sejam cumpridas todas as determinações judiciais no que tange a obras e aquisições de materiais em um prazo mínimo, haja vista a necessidade de haver um respeito ao sistema da lei 8.666/93 que trata de licitações [...]". Não podendo então a CAEMA, realizar na rapidez exigida em juízo, as determinações e medidas tidas como necessárias para otimizar e regularizar o abastecimento na cidade e na zona rural [...].

Destaca, ainda, a sua incompetência para o fornecimento de água para a zona rural do município de Riachão - porquanto a sua concessão restringe-se à sede - e que a decisão recorrida, além de representar risco de lesão à ordem administrativa, pode levar o sistema ao colapso, em razão do efeito multiplicador das demandas deste jaez.

Requer, ao final, a concessão de efeito suspensivo para sobrestar os efeitos da decisão exarada pelo juízo singular, pugnando, subsidiariamente, pelo elastecimento do prazo para o cumprimento das imposições para, no mínimo, 180 (cento e oitenta dias) e a redução das astreintes. Instruem o recurso os documentos de fls.24-47.

É o relatório. Fundamento e decido.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade do recurso, passo ao seu exame.

Tendo em vista os efeitos da Lei nº. 11.187/05, que restringiu o cabimento do recurso de Agravo de Instrumento, compete ao Relator converter o agravo interposto na forma instrumental em retido nos autos, salvo quando se tratar de provisão jurisdicional de urgência ou houver perigo de lesão grave e de difícil ou incerta reparação (*periculum in mora*).

In casu, sustenta a agravante que a decisão do magistrado a quo, que determinou, dentre outras providências, a realização de obras para ampliar o fornecimento de água à população daquela cidade, sob pena de multa diária, é apta a produzir lesão grave ou de difícil reparação, razão pela qual postula o recebimento do presente agravo sob o regime de instrumento e a concessão de efeito suspensivo.

O cerne da controvérsia diz respeito à suposta precariedade do sistema de abastecimento de água do município de Riachão, que teria ficado sem o regular fornecimento por cerca de quinze dias (21.07.2011 a 03.08.2011 - data do ajuizamento da Ação Civil Pública pelo parquet estadual), o que estaria acarretando sérios prejuízos à população em geral e também aos órgãos públicos, os quais tiveram de suspender as suas atividades (inicial da ACP, acostada às fls. 32-44).

Nesse sentido, e considerando que a questão demanda rápida solução por esta Corte, determino o processamento do agravo sob a forma de Instrumento, destacando, contudo, que a concessão do efeito suspensivo no caso sub examine não é medida imperativa, a teor do que dispõem os arts. 527, III, e 558, ambos do CPC, já que ao relator compete a análise dos requisitos pertinentes (*fumus boni iuris* e *periculum in mora*).

Ab initio, não vislumbro a violação ao contraditório, pois a antecipação dos efeitos da tutela sem a oitiva da parte contrária apenas posterga o seu exercício para momento posterior, representando, outrossim, a mitigação àquele princípio. Pensar diferente seria enfraquecer o instituto que fora concebido para resguardar o demandante que precisa de uma prestação jurisdicional célere, sob pena do perecimento de seu direito.

No caso dos autos de origem, em que se busca a melhoria do sistema de abastecimento de água de uma coletividade, fica evidente a necessidade da imediata apreciação dos pedidos, porquanto tratar-se de serviço essencial à própria sobrevivência humana.

Em relação às astreintes - e aqui não se está a afastar a gravidade da situação -, entendo que os valores fixados afiguram-se excessivos, porquanto a multa processual não se presta à própria execução da obrigação, mas, ao revés, representa meio indireto de coação dirigido ao devedor para que realize a providência determinada.

Com efeito, as astreintes podem chegar ao montante de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) diários, o que não considero razoável, uma vez que, nos termos dos arts. 461, § 5º, e art. 644, do CPC, a imposição da multa se presta a assegurar a efetividade das decisões judiciais, em caso de desatendimento ao comando exarado, não devendo, pois, representar a antecipação da providência pleiteada, conforme já assinalado.

A despeito disso, a fixação da multa diária não deve ser irrisória - a ponto de compelir o devedor ao descumprimento da obrigação -, ou mesmo exorbitante, a ponto de representar enriquecimento ilícito da parte a quem a sua imposição favorece.

A lição de GUILHERME RIZZO AMARAL, na obra "As astreintes e o Processo Civil Brasileiro", 2ª ed., Porto Alegre: Editora do Advogado, 2010, p. 133-134 é bastante elucidativa, verbis:

Não apenas na aplicação das astreintes, mas em todos os atos praticados pelo juiz ou qualquer outra autoridade estatal, devem ser observados os chamados princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. [...] Assim, temos que a aplicação das astreintes não deve constituir fonte geradora de injustiça, como ocorreria, por exemplo, se permitida a cobrança da multa, mesmo nos casos em que a sentença definitiva fosse de improcedência. A moderação de que trata o princípio, por sua vez, não impede a fixação de valores discrepantes da obrigação principal para as astreintes. Deve haver moderação e equilíbrio para com o fim pretendido pelo ato da autoridade estatal. Sendo este a coerção do réu, o valor fixado para as astreintes só seria excessivo quando ultrapassasse o necessário para demover o réu de sua recalcitrância. (Original sem destaques).

Assim, atento aos critérios de razoabilidade, proporcionalidade e, sobretudo, para prestigiar a atividade jurisdicional, entendo que as multas outrora aplicadas devem ser reduzidas de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para R\$ 1.000,00 (mil reais), diante de cada uma das hipóteses constantes da decisão agravada.

No que tange à alegação da exiguidade dos prazos concedidos para o início da execução das obras, penso que razão assiste à agravante, porquanto está ela subordinada aos ditames da Lei 8.666/93 - que estabelece rígidas normas acerca do procedimento licitatório - e as obras de engenharia para atender a demanda de uma cidade consomem maior tempo de planejamento e execução, em razão de sua própria natureza, afigurando-se razoável a sua ampliação, a fim de que a agravante não se veja penalizada por fato impossível de ser prestado. Nesse sentido, considero razoável a fixação do prazo de 180 (cento e oitenta) dias para o início das obras.

Por outro lado, no que concerne à determinação do restabelecimento e manutenção do fornecimento de água aos munícipes (leia-se, consumidores) de Riachão, entendo que a decisão não merece retoques, porquanto o serviço prestado pela agravante, por ser de natureza pública e essencial, deve ter sua execução (fornecimento) preservada, dentre outras garantias, pelo princípio da continuidade dos serviços públicos (art. 22, CDC).

Nesse sentido, o STJ já decidiu que somente ao Poder Judiciário compete a decisão acerca da suspensão do fornecimento de serviços essenciais, confira-se:

STJ-293563) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ENERGIA ELÉTRICA. DÍVIDA CONTESTADA EM JUÍZO. DÉBITO PRETÉRITO. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Esta Corte possui entendimento consolidado no sentido de que há ilegalidade na interrupção no fornecimento de água nos casos de dívida contestada em Juízo, referente a valores apurados unilateralmente pela concessionária e decorrentes de débitos pretéritos, uma vez que o corte configura constrangimento ao consumidor que procura discutir no Judiciário débito que considera indevido. 2. Ademais, o STJ possui entendimento pacífico no sentido de que não é lícito à concessionária interromper o fornecimento de energia elétrica por dívida pretérita, em face da existência de outros meios legítimos de cobrança de débitos antigos não pagos. 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no Agravo em Recurso Especial nº 132/PE (2011/0027099-7), 2ª Turma do STJ, Rel. Mauro Campbell Marques. j. 12.04.2011, unânime, DJe 27.04.2011). In CD Juris Plenum Ouro. Civil. Editora Plenum. Ano VII. Número 20. Vol. 1. Setembro 2011. Original sem destaques.

Desse modo, muito embora seja permitida pela Lei de Concessões e Permissões (Lei nº 8.987/95) a "descontinuidade do serviço por inadimplemento do usuário" (art. 6º, §3º, II), deve-se ponderar que esse artigo deve ser lido à luz dos comandos constitucionais, mormente daqueles relacionados à defesa do consumidor (CF, art. 170, V), sendo certo que em havendo várias interpretações para a norma, deverá prevalecer aquela que melhor se amolda ao comando constitucional.

Esta Câmara já apreciou questão semelhante, sob a relatoria da e. Des. Anildes Cruz, verbis:

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - SUSPENSÃO DE LIMINAR - NÃO PREJUDICIALIDADE DO MÉRITO RECURSAL - FORNECIMENTO DE ÁGUA - SERVIÇO DE NATUREZA PÚBLICA E ESSENCIAL - SOBREPOSIÇÃO DA LEI N.º 8.078/90 - MELHORIA NA REDE DE ABASTECIMENTO - OBRAS DE ENGENHARIA COMPLEXA - NECESSIDADE DE PROCESSO LICITATÓRIO - AMPLIAÇÃO DO PRAZO - APLICAÇÃO DE MULTA - VALOR EXAGERADO - PARCIAL REFORMA. I - "In casu" não houve perda do objeto recursal, pois não é da natureza da Suspensão de Liminar (ex vi. arts.504 e 506, do RITJMA), a possibilidade de reforma da decisão outrora recorrida, servindo apenas para evitar (suspender) lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública, ficando reservado para a natureza do respectivo recurso, a viabilidade ou não de reforma da decisão impugnada, razão pela qual, passo ao exame do mérito recursal. II - Na forma dos arts. 461, § 5º, e art. 644, do CPC, justifica-se a imposição da multa no processo para assegurar a efetividade da prestação jurisdicional, em caso de mora. No entanto, no

caso dos autos, em atenção ao princípio da razoabilidade, da proporcionalidade e, sobretudo, para conferir credibilidade ao referido instituto processual, uma vez que, não se destina ao enriquecimento indevido da parte, [...] III - Igualmente, o prazo 60 (sessenta) dias para a execução da obrigação de fazer imposta se apresenta exíguo, posto que, envolve atividade de engenharia complexa, demandando tempo razoável para concretização, além da consideração do fator clima (entende-se, chuva) e necessidade de processo de licitação, razão pela qual estimamos que o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, apresentava-se razoável para que a agravante pudesse cumprir fielmente o encargo estabelecido no decisum a quo. IV - Por outro lado, no que concerne à determinação do não corte no fornecimento de água aos municípios (leia-se, consumidores) de São Bento-MA, compreendemos que o juiz singular, analisando com propriedade a matéria em debate, utilizou dentre as razões de decidir, a consideração de que o serviço prestado pela agravante por ser de natureza pública e essencial, deveria ter sua execução (fornecimento) preservada, dentre outras garantias, pelo princípio da continuidade (art. 22, CDC), de maneira que não fosse permitida a sua interrupção como instrumento de cobrança dos consumidores (art. 42, CDC). V - Recurso conhecido e parcialmente provido. Unânime. (TJMA. Agravo de Instrumento n.º 31.007/2009. Acórdão n.º 90.373/2010. Rel. Desa. Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz. DJ 13.10.2010) Disponível em www.tjma.jus.br <<http://www.tjma.jus.br>>. Original sem destaques.

Colhe-se do voto condutor interessante lição de Plínio Lacerda Martins, litteris:

[...] transcrevermos as palavras de Plínio Lacerda Martins, que acentua: "... constitui prática abusiva o corte de energia elétrica por falta de pagamento, sendo vedado o corte de energia por parte do fornecedor, em razão do serviço ser considerado essencial, não prevalecendo a norma que autoriza a interrupção de serviço essencial (art. 6º, parágrafo 3º, II da Lei 8.987/95), pois a mesma conflita com o Código do Consumidor, prevalecendo a norma consumerista em razão do princípio da proibição de retrocesso ao invés do princípio *lex posteriori revoga legis a priori*".

A agravante alega, também, que a ampliação da rede de águas e esgotos para a zona rural estaria fora do âmbito de suas atribuições, porquanto a concessão de seus serviços seria tão somente para a sede do município. Contudo, não cuidou a agravante de comprovar a referida alegação, porquanto inexistente nos autos cópia do contrato firmado com o Estado, razão pela qual a decisão não merece retoques nesse ponto.

Em relação à suspensão da cobrança das contas de água em razão da precariedade dos serviços, vejo que a agravante não cuidou de juntar aos autos comprovantes de que presta serviço de qualidade, como era de seu dever (CPC, art. 330, II), razão pela qual não se sustenta a pretensão de suspender a decisão nesse ponto. A Primeira Câmara Cível desta corte já apreciou questão semelhante, consoante se infere do seguinte excerto:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ABASTECIMENTO DE ÁGUA. FORNECIMENTO DEFICIENTE E PRECÁRIO. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. AFRONTA COMPROVADA. TUTELA ANTECIPADA. DEFERIMENTO. AGRAVO IMPROVIDO. I - Presentes os requisitos autorizadores da tutela antecipada concedida pelo juízo a quo, imperiosa torna-se a manutenção da decisão hostilizada até o final da contenda. II - Não restou comprovado pelo agravante, na condição concessionária (empresa pública) do serviço de abastecimento de água e tratamento de esgotos no Estado do Maranhão, presta um serviço de qualidade, ou seja, adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido por lei (Lei 8.987/95 - Lei das Concessões), sendo ilegal a sua respectiva cobrança, podendo ser objeto de controle de legalidade, tal como no presente caso, em que ficara constatada por meio dos documentos acostados nos autos, a ineficiência e irregularidade no fornecimento de água potável na Rua Afonso Pena, no Centro do Município de Dom Pedro /MA. III - Agravo improvido, de acordo com o parecer da Doutra Procuradoria Geral de Justiça. (TJMA. Agravo de Instrumento n.º 9925/2010. Acórdão n.º 1012702011. Rel. Desa. Raimunda Bezerra. DJ 28.04.2011). Disponível em www.tjma.jus.br <<http://www.tjma.jus.br>>. Original sem destaques.

A alegação do efeito multiplicador é por demais falaciosa, porquanto a instauração de demandas deste jaez depende exclusivamente de seu comportamento, ficando, pois, evidente que detém ela a possibilidade de evitar que isso ocorra, bastando para tal que preste serviço de qualidade.

Do exposto, CONCEDO PARCIALMENTE O EFEITO SUSPENSIVO vindicado para reduzir as astreintes outrora fixadas de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para R\$ 10.000,00 (dez mil reais) - referente à determinação contida na alínea "a" da decisão agravada - e de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para R\$ 1.000,00 (mil reais) - referente às alíneas "a", "c", "d" e "e" do referido decisum. CONCEDO, outrossim, o elastecimento do prazo para o início das obras de ampliação da rede de tratamento e abastecimento do município de Riachão, de 30 (trinta) para 180 (cento e oitenta dias) - contados da publicação desta decisão -, mantendo os demais termos da decisão guerreada.

Notifique-se o Juízo Singular acerca desta decisão, remetendo-se-lhe cópia, via e-mail, por este gabinete, para que preste as informações que julgar necessárias no prazo de 10 (dez) dias.

Outrossim, intime-se o agravado, por mandado, para, querendo, oferecer contrarrazões, em igual prazo, sendo facultada a juntada de documentos.

Após, encaminhem-se os autos à Procuradoria Geral de Justiça para emissão de parecer. Em seguida, conclusos para julgamento.

Publique-se e CUMPRASE.

São Luís, 09 de novembro de 2011.

Desembargador JAIME FERREIRA DE ARAUJO

Relator

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Processo Nº: 0005532-19.2011.8.10.0000 Protocolo Nº: 0277042011

Agravante: CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A - ELETROBRÁS ELETRONORTE,

Advogado(a)(s): VALDECY SOUSA, E OUTROS, ANDREI BRAGA MENDES, ROSA MARIA TELES, JOSÉ GERALDO CRISÓSTOMO DE SOUSA, LUIZ CARLOS GATTO, MÁRCIO BEZE, TICIANE FUKUSHIMA TEGOSHI, ANDRÉ HENRIQUE LEHENBAUER THOMÉ, ANGÉLICA FERREIRA DE OLIVEIRA

Agravado: ESPÓLIOS DE TÁCITO DA SILVEIRA CALDAS E VIOLETA FELIX CALDAS, REPRESENTADOS POR SEU INVENTARIANTE JOSÉ MURILO LYRA PESSOA DOS REIS

Advogado(a)(s): ALEKSANDRA LYRA PESSOA DOS REIS CALDAS

Relator(a): JAIME FERREIRA DE ARAUJO

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTIMAÇÃO EM AUDIÊNCIA. INTEMPESTIVIDADE CONFIGURADA. ART 522, DO CPC. INADMISSIBILIDADE. JULGAMENTO MONOCRÁTICO PELO RELATOR. POSSIBILIDADE. ART. 557, CAPUT, DO CPC.

I. A teor do art. 522 do CPC, o prazo para interpor recurso de agravo de instrumento é de dez dias - contado esse prazo da intimação do advogado, quer pela publicação oficial, quer também na audiência, se a ela estiver presente.

II. Se o recurso aviado revela-se manifestamente inadmissível face à sua flagrante intempestividade, pode o relator apreciá-lo monocraticamente, desde logo, a teor do que dispõe o art. 557, caput, do CPC, afigurando-se prescindível a manifestação do respectivo órgão colegiado.

III. Agravo a que se nega seguimento.

DECISÃO

Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto por Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - Eletrobrás Eletronorte em face de decisão prolatada pelo MM Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Paço do Lumiar/MA que, no autos da Ação de Reintegração de Posse nº 00841/2010 proposta contra si pelos Espólios de Tácito da Silveira Caldas e Violeta Felix Caldas, representados por seu inventariante, José Murilo Lyra Pessoa dos Reis Caldas, indeferiu as preliminares de ilegitimidade passiva e o pedido de denunciação à lide formulados.

Aduz a agravante, em suma, que a sua inclusão no polo passivo da demanda, juntamente com a CEMAR, possui intuito meramente financeiro, razão

porque não deve prosperar, mormente porque a ocupação ora combatida é pacífica e existe há mais de 30 (trinta) anos, muito antes da implementação do programa LUZ PARA TODOS.

Requer, ao final, a concessão do efeito suspensivo a fim de que seja cassada a decisão maltratada e determinada a sua exclusão do feito. Pugna, ainda, pelo conhecimento e provimento do recurso.

Instruem o recurso os documentos de fls. 17-99.

É o relatório. Passa-se à decisão.

A teor do disposto no art. 557 do CPC, verifico a necessidade de apreciação monocrática do presente recurso no sentido de negar-lhe seguimento, ante a sua manifesta intempestividade.

Acerca dessa questão prefacial, cumpre observar que o intuito do legislador, ao estatuir a regra do citado dispositivo legal, foi prestigiar os princípios da economia e celeridade processuais para que as pautas dos Tribunais sejam preenchidas somente por recursos que realmente precisem ser apreciados pelo colegiado. Nesse diapasão, impende ressaltar a lição de JORDÃO VIOLIN, no artigo "Julgamento monocrático pelo relator: O artigo 557 do CPC" in "A força dos precedentes", verbis:

Com efeito, ainda que a Constituição atribua aos tribunais o julgamento de recursos, ela é silente quanto a qual órgão interno ao tribunal detém competência para tanto. Pode a lei, portanto, atribuir ao relator aptidão para julgar monocraticamente. Não há qualquer inconstitucionalidade decorrente dessa previsão, desde que se possa saber ex ante qual o juiz natural para análise da pretensão recursal. Não obstante inexistir a garantia do julgamento colegiado, o julgamento monocrático pelo relator obedece, ainda assim, ao princípio da dupla conformidade, segundo o qual quando as decisões de primeiro e segundo grau forem divergentes, outro órgão judicial deverá examinar a causa, até que haja dois julgamentos idênticos. [...] Em ambos os casos, a lógica é a mesma: busca-se valorizar o precedente judicial. Se a decisão recorrida encontrar consonância com outra, proferida anteriormente por instância superior, deverá ser mantida, porquanto caracteriza a dupla conformidade. O que varia de um caso para outro é tão-somente a instância em que a decisão-paradigma foi proferida. [...] Note-se, portanto, a extrema relevância com que são encarados os precedentes no direito brasileiro. Caso uma decisão interlocutória seja contrária à jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, por exemplo, sequer será aberto prazo para que o agravado apresente contrarrazões. O relator tem poderes para dar provimento ao recurso liminarmente, sem submetê-lo ao colegiado. [...] Conclui-se, assim, que os poderes conferidos pelo CPC ao relator dos recursos implicam que somente serão julgados pelo colegiado os casos em que não há um precedente a seguir. (Original sem destaques).

Ainda na mesma obra, no artigo "O precedente na dimensão da segurança jurídica", preleciona LUIZ GUILHERME MARINONI, litteris:

A segurança jurídica pode ser vista em outra perspectiva, ou seja, em uma dimensão objetiva. É preciso que a ordem jurídica, e assim a lei e as decisões judiciais, tenham estabilidade. A ordem jurídica deve ter um mínimo de continuidade, até mesmo para que o Estado de Direito não seja um Estado provisório, incapaz de se impor enquanto ordem jurídica dotada de eficácia e potencialidade de se impor aos cidadãos. Mas o que importa, no presente contexto, é demonstrar que a estabilidade não se traduz apenas na continuidade do direito legislado, exigindo, também, a continuidade e o respeito às decisões judiciais, isto é, aos precedentes. Pouco adiantaria ter legislação estável e, ao mesmo tempo, frenética alternância das decisões judiciais. Para dizer o mínimo, as decisões judiciais devem ter estabilidade porque constituem atos de poder. Ora, os atos de poder geram responsabilidade àquele que os instituiu. Assim, as decisões não podem ser livremente desconsideradas pelo próprio Poder Judiciário. (Original sem destaques).

Sedimentada a necessidade de apreciação monocrática do vertente recurso, passo à sua análise.

Compulsando os autos, verifico que do exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso aviado, constata-se que não merece ser ele conhecido, eis que flagrantemente intempestivo.

Conforme se vê do Termo de Audiência de fls. 96-98, a decisão objurgada é datada de 23/08/2011, ocasião em que a magistrada de primeiro grau dá por intimadas as partes e não há nos autos qualquer outra certidão de intimação em data diversa que possibilite verificar a tempestividade do recurso aviado em 05/10/2011, como sustentado pela agravante.

In casu, portanto, deve-se atentar para a redação do art. 506 do CPC, segundo o qual "O prazo para a interposição do recurso, aplicável em todos os casos o disposto no artigo 184 e seus parágrafos, contar-se-á da data: I. da leitura da sentença em audiência; II. da intimação às partes, quando a sentença não for proferida em audiência; III. da publicação do dispositivo do acórdão no órgão oficial." (Original sem destaques).

Nesse viés, notório é que a parte não observou as regras do art. 522, do CPC, in verbis:

Art. 522. Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento.

Sobre essa questão, LUIZ GUILHERME MARINONI e DANIEL MITIDIERO obtemperam:

O prazo para interposição do recurso corre da data em que os advogados são intimados da decisão, da sentença ou do acórdão. É contado a partir do primeiro dia útil subsequente. (Original sem destaques).

NERY & NERY afastam qualquer dúvida quanto ao momento de incidência do prazo para recorrer ao lecionarem, in extensis:

Prazo para recurso. Inicia-se a partir da impugnabilidade, isto é, da prolação do ato impugnável, pois o direito brasileiro não reconhece o recurso ante tempus. Em geral, o dies ad quo do prazo é o da ciência inequívoca do conteúdo da decisão. (Original sem destaques).

No caso em comento, vejo que o recurso aviado é manifestamente intempestivo, razão pela qual se faz imperativa a aplicação do art. 557, caput do CPC, que ora invoco para NEGAR SEGUIMENTO ao vertente agravo de instrumento, por faltar-lhe requisito extrínseco de admissibilidade.

Notifique-se o Juízo Singular, remetendo-se-lhe cópia digitalizada desta decisão a ser enviada via e-mail pelo gabinete.

PUBLIQUE-SE e, uma vez certificado o trânsito em julgado - o que o Sr. Coordenador certificará - arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

CUMPRA-SE.

São Luís/MA, 03 de novembro de 2011.

Desembargador JAIME FERREIRA DE ARAUJO

Relator

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Processo Nº: 0004858-41.2011.8.10.0000 Protocolo Nº: 0236782011

Agravante: ELBA LEITE WEBER,

Advogado(a)(s): SHEILA BRITTO DOS SANTOS

Agravado: ESTADO DO MARANHÃO

Procurador(a)(es): HELENA MARIA CAVALCANTI HAICKEL

Relator(a): JAIME FERREIRA DE ARAUJO

DESPACHO

Defiro o pedido de fl. 75, tendo em vista a inércia do recorrido e o agravamento do estado de saúde da recorrente.

Via de consequência, majoro as astreintes anteriormente arbitradas para o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por dia de descumprimento, a ser

contada a partir da intimação e a ser revertida em favor da recorrente.

Determino, outrossim, o encaminhamento de cópias do presente despacho e da decisão de fls. 42-48 ao Sr. Secretário de Saúde do Estado do Maranhão para conhecimento e cumprimento.

Cumpridas as diligências ora ordenadas, voltem-me conclusos.

Publique-se e CUMPRA-SE.

São Luís, 08 de novembro de 2011

Desembargador JAIME FERREIRA DE ARAUJO

Relator

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Processo Nº: 0001953-93.2008.8.10.0024 Protocolo Nº: 0296432011

Embargante: TOKIO MARINE SEGURADORA S.A.,

Advogado(a)(s): RHELMSON ATAYDE ROCHA

Embargado: L H C REPRESENTAÇÕES LTDA

Advogado(a)(s): ELEONEL LOPES PIRES

Relator(a): JAIME FERREIRA DE ARAÚJO

DESPACHO

Tendo em vista tratar-se de Embargos de Declaração (fls. 351-354) com caráter infringente, determino seja o embargado intimado para que, no prazo de 05 (cinco) dias, querendo, apresente manifestação sobre o recurso, após o que deverão ser remetidos os autos a este relator.

Publique-se e CUMPRA-SE.

São Luís, 08 de novembro de 2011

Desembargador JAIME FERREIRA DE ARAUJO

Relator

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Processo Nº: 0028875-15.2009.8.10.0000 Protocolo Nº: 0302632011

Embargante: GRACE CELY GUEDES DE CASTRO,

Advogado(a)(s): THIAGO HENRIQUE DE SOUSA TEIXEIRA

Embargado: ESTADO DO MARANHÃO.

Procurador(a)(es): RAIMUNDO HENRIQUES NASCIMENTO SOARES

Relator(a): JAIME FERREIRA DE ARAÚJO

DESPACHO

Tendo em vista o caráter infringente dos Embargos de Declaração de fls. 191-197, determino seja a parte embargada intimada para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias apresentar manifestação sobre o recurso.

Findo o prazo, voltem-me os autos conclusos.

Publique-se. CUMPRA-SE.

São Luís (MA), 09 de novembro de 2011.

Desembargador JAIME FERREIRA DE ARAUJO

Relator

Coordenadoria das Câmaras Criminais Isoladas

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0000844-92.2006.8.10.0063 (29826/2011) – ZÉ DOCA/MA

Apelante: Lucy Jones de Abreu Pimenta

Advogado: Dr. Antonio Joabe Bonfim Rodrigues

Apelado: Ministério Público Estadual

Relator: Desembargador Antonio Fernando Bayma Araujo

NOTIFICAÇÃO

Torno público para conhecimento dos interessados, que o Excelentíssimo Senhor Desembargador Relator, exarou às fls. 209, despacho abrindo vista dos autos ao Apelante Darlan Rufino do Nascimento, na pessoa de seu advogado Dr. Antonio Joabe Bonfim Rodrigues, para, no prazo legal, ofertar as razões recursais, nos termos do art. 600, § 4º do Código de Processo Penal.

COORDENADORIA DAS CÂMARAS CRIMINAIS ISOLADAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 09 DE NOVEMBRO DE 2011.

ADRIANA GOMES OLIVEIRA
SECRETÁRIA DA PRIMEIRA CAMARA CRIMINAL

Primeira Câmara Criminal

ACÓRDÃO Nº 107964/2011

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2011

HABEAS CORPUS Nº 023443-2011 – PAÇO DO LUMIAR-MA

Número Único: 0004815-07.2011.8.10.0000

PACIENTE: ROSEMARY MUNIZ GONÇALVES GUIMARÃES

IMPETRANTES: JONILTON SANTOS LEMOS JUNIOR e JORGE FERREIRA DE ALMEIDA

IMPETRADO: JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA DA COMARCA DE PAÇO DO LUMIAR

RELATOR: DESEMBARGADOR ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO

EMENTA

Penal. Processual. Habeas Corpus. Tráfico de entorpecentes e associação. Prisão preventiva. Despacho mantenedor. Fundamentação.

Suficiência. Ilegalidade. Inocorrência. ***Substituição de prisão preventiva por prisão domiciliar (art. 318, III, do Código de Processo Penal). Agente. Alegação de ser mãe de crianças com menos de seis anos de idade. Comprovação dos cuidados especiais e de sua imprescindibilidade. Ausência. Pleito. Indeferimento.

I – Se suficientemente motivado o decreto, não apenas por apontar os indícios de autoria e a materialidade delitiva, mas, sobretudo, a necessidade da medida, ao fito de que garantida a ordem pública e a aplicação da lei penal, incoerente o admitir de que afrontativo ao direito de ir e vir.

II – Demandativa a substituição da prisão preventiva pela domiciliar, como que, prevista no art. 318, III, do Código de Processo Penal, não só da comprovação da idade da criança, como também da demonstração da imprescindibilidade do agente no implementar de seus cuidados especiais.

Ordem denegada. Unanimidade.

DECISÃO ACORDAM os Senhores Desembargadores da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, à unanimidade e de acordo com o parecer ministerial, a ordem, denegar, nos termos do voto do relator.

Desembargador ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO
PRESIDENTE e RELATOR

ACÓRDÃO Nº 107965/2011

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 09 DE AGOSTO DE 2011

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 032337-2008 – SÃO LUÍS-MA

Número Único: 0032337-14.2008.8.10.0000

APELANTE: AMARILSON CORRÊA

ADVOGADA: FERNANDA KARINA NASCIMENTO CORREA

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROMOTOR: WASHINGTON LUIZ MACIEL CANTANHÊDE

RELATOR: DESEMBARGADOR ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO

REVISOR: DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO MAGALHÃES MELO

EMENTA

Penal. Roubo. Subtração mediante violência. Configuração. Desclassificação. Impossibilidade. ***Pena. Dosimetria. Atenuantes. Incidência. Reconhecimento. Imperatividade. Retificação. Necessidade. Regime inicial de cumprimento de pena. Alteração.

I – Se, pelo coligido acervo, comprovada subtração patrimonial mediante o emprego de violência contra vítima menor de 08 (oito) anos de idade, configurado que se ter, o delito de roubo, e, porquanto isso, esbarrativo o proceder de sua desclassificação.

II – A outro modo, dosada a pena sem que reconhecidas em favor do réu, as atenuantes (menoridade e confissão espontânea), imperioso, pois, o se lhe imprimir de retificação, bem ainda o alterar do regime inicial de cumprimento de pena.

Recurso parcialmente provido, para que tão-somente retificada a imposta reprimenda com a adequação de novo regime inicial de cumprimento do semiaberto para o aberto. Unanimidade.

DECISÃO ACORDAM os Senhores Desembargadores da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, à unanimidade e de acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, em dar parcial provimento ao recurso, apenas e tão-somente, para reformar a sentença recorrida no respeitante ao quantum de pena imposta ao aqui apelante, passando ao total de 04 (quatro) anos de reclusão e pagamento de 08 (oito) dias-multa, bem como alterado o seu regime inicial de cumprimento de pena do semiaberto para aberto, nos termos do voto do relator.

Desembargador ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO
PRESIDENTE e RELATOR

ACÓRDÃO Nº 107966/2011

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 09 DE AGOSTO DE 2011

HABEAS CORPUS Nº 019391-2011 – IMPERATRIZ-MA

Número Único: 0003997-55.2011.8.10.0000

PACIENTES: JURACI DOS SANTOS MATOS e FRANCISCO BEZERRA DOS SANTOS

IMPETRANTES: ELIAS DA SILVA DINIZ e VERA ALVES CARVALHO

IMPETRADO: JUÍZO DA SEGUNDA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE IMPERATRIZ

RELATOR: DESEMBARGADOR ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO

EMENTA

Penal. Processual. Tráfico de Entorpecente. Habeas Corpus. Sentença condenatória. Vícios. Pena. Redimensionamento. Regime de cumprimento. Valoração de provas. Sede imprópria. Não conhecimento. ***Pacientes presos durante instrução probatória. Direito de apelar em liberdade. Negativa. Ausência de fundamentação. Illegal constrangimento. Configuração.

I – Inadequado o manuseio da via mandamental ao reexame de dosimetria de pena e regime de seu cumprimento, ante o implicar de aprofundada análise de prova.

II – A outro modo, ainda que por toda a instrução, permanecido preso o paciente, por certo que a negativa do direito de recorrer em liberdade há que necessariamente fundamentada.

Ordem a que não se conhece quanto aos pedidos de redimensionamento da pena e mudança de regime prisional e, concedida, quanto ao pleito firmado em ausência de fundamentação da negativa do direito de recorrer em liberdade. Unanimidade.

DECISÃO ACORDAM os Senhores Desembargadores da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, à unanimidade e de acordo com o parecer da d. Procuradoria Geral de Justiça, adequado em banca, em, da ordem, não conhecer, quanto às teses de redimensionamento da pena e mudança de regime prisional, e, se lhe conceder, em relação à alegação de ausência de fundamentação do ato tido por ilegal inviabilizador do direito de recorrer em liberdade, nos termos do voto do relator.

Desembargador ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO
PRESIDENTE e RELATOR

ACÓRDÃO Nº 107967/2011
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
SESSÃO DO DIA 09 DE AGOSTO DE 2011
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 000490-2010 – SÃO LUÍS-MA
Número Único: 0000490-23.2010.8.10.0000
APELANTE: ADAIL LEITE SILVA
ADVOGADOS: RIOD BARBOSA AYOUB
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
PROMOTORA: RAQUEL SILVA DE CASTRO
RELATOR: DESEMBARGADOR ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO
REVISOR: DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO MAGALHÃES MELO

EMENTA

Penal. Processual. Tráfico de Entorpecente. Acervo probatório. Suficiência. Alegação de não flagrado na comercialização da droga. Inocuidade. Absolvção. Impossibilidade. ***Extinção da punibilidade. Prescrição da pretensão punitiva superveniente. Evidência. Reconhecimento de ofício. Imperatividade.

I – Não adstrita a efetiva configuração do crime de tráfico de entorpecente ao apurar da mercancia, eis que suficiente e bastante ao seu amoldar, adequada a perpetrada conduta em qualquer das modalidades ínsitas no art. 33, da Lei nº 11.343/2006 (antes sob a égide do art. 12, da Lei nº 6.368/76).

II – A outro modo, se do trânsito em julgado da sentença para a acusação, decorrido o espaço de tempo previsto no artigo 109, do Código Penal, inquestionável o reconhecer da prescrição da pretensão punitiva superveniente.

Recurso a que, pelos seus próprios fundamentos, se lhe nega provimento, mas que, ante o verificar que se operado a prescrição da pretensão punitiva superveniente, de ofício, esta, reconhece para declarar extinta a punibilidade. Unanimidade.

DECISÃO: ACORDAM os Senhores Desembargadores da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, à unanimidade e de acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, em negar provimento ao interposto recurso, contudo, de ofício, declarar extinta a punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva superveniente, nos termos do voto do relator.

Desembargador ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO
PRESIDENTE e RELATOR

ACÓRDÃO Nº 107968/2011
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
SESSÃO DO DIA 26 DE ABRIL DE 2011
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 030213-2008 – ANAJATUBA-MA
Número Único: 0030213-58.2008.8.10.0000
APELANTE: JOSÉ WILAME VIEIRA
ADVOGADO: JOSÉ ANTONIO DE CASTRO MENDES
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
PROMOTOR: MARIA CRISTINA LIMA LOBATO MURILLO
RELATOR: DESEMBARGADOR ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO
REVISOR: DESEMBARGADORA RAIMUNDO NONATO MAGALHÃES MELO

EMENTA

Penal. Processual. Apelação. Furto qualificado. Audiência instrutória. Ausência de assinatura dos advogados dos réus. Constatado. Participação no ato. Inocorrência. ***Defesas conflitantes. Alegações finais ofertadas por um mesmo causídico a ambos os acusados. Prejuízo. Configuração. Devido Processo Legal. Ofensa. Nulidade processual. Reconhecimento.

I – Constatada a ausência de assinatura dos advogados no termo de audiência instrutória, indubitável que não participado da sessão judicial, situação a caracterizar patente cerceamento de defesa e consequente nulidade do ato processual, por flagrante ofensa ao Princípio do Contraditório.

II – De igual modo, se em favor de ambos os acusados, apresentadas alegações finais por um mesmo advogado, quando conflitantes as suas defesas, imperativa a nulificação do procedimento, ante o evidente violar do Princípio Constitucional do Devido Processo Legal, em que corolários os do Contraditório e da Ampla Defesa.

Recurso a que se dá provimento para que nulificado o processo-crime a partir da audiência instrutória, inclusive, nulidade extensível a corréu, ainda que não recorrido. Inteligência do art. 580, do Código de Processo Penal. Unanimidade.

DECISÃO: ACORDAM os Senhores Desembargadores da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, à unanimidade e de acordo com o parecer da douta Procuradoria Geral de Justiça, adequado em banca, em dar provimento ao recurso, para declarar a nulidade do processo a partir da audiência de instrução em que ausentes os patronos dos acusados, realizada em 01.07.2003 (fls. 127 a 130), inclusive, sem prejuízo da validade dos atos processuais praticados anteriormente a esta, estendendo-se a decisão ao corréu, por força do disposto no art. 580, do Código de Processo Penal.

Desembargador ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO
PRESIDENTE e RELATOR

ACÓRDÃO Nº 107969/2011
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
SESSÃO DO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2011
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 007080-2011 – SÃO LUÍS-MA
Número Único: 0025259-54.2008.8.10.0004
APELANTE: JÚLIO CÉSAR RODRIGUES
ADVOGADA: RAFAELA FEITOSA LOPES (DEFENSORA DATIVA)
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
PROMOTOR: MÁRCIO THADEU SILVA MARQUES
RELATOR: DESEMBARGADOR ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO

REVISOR: DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO MAGALHÃES MELO**EMENTA****Penal. Processual. Apelação. Roubo. Elementos configurativos. Demonstração. Absolução. Impossibilidade.****I – Se, do contexto probatório, a emergir comprovação de que tomado parte o agente na prática delitiva, se lhe atribuída, suplantada que se ter a tese fundada na absolvição por insuficiência de prova.****Recurso improvido. Unanimidade.****DECISÃO: ACORDAM os Senhores Desembargadores da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, à unanimidade e de acordo com o parecer da douta Procuradoria Geral de Justiça, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.****Desembargador ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO
PRESIDENTE e RELATOR****ACÓRDÃO Nº 107970/2011****PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL****SESSÃO DO DIA 12 DE ABRIL DE 2011****HABEAS CORPUS Nº 004800-2011 – IGARAPÉ GRANDE-MA****Número Único: 0001083-18.2011.8.10.0000****PACIENTE: ANTONIO CESAR LEITE MARINHO****IMPETRANTE: LAUAND SAMPAIO RODRIGUES****IMPETRADO: ATO DO JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE IGARAPÉ GRANDE****RELATOR: DESEMBARGADOR ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO****EMENTA****Habeas corpus. Homicídio. Prisão preventiva. Paciente. Apresentação espontânea. Colaboração com a elucidação do fato. Pressuposto autorizativo. Ausência. Ilegal constrangimento. Configuração.****I – Ainda que se valido o Magistrado Processante no decretar da preventiva, de elementos aparentemente se lhe configurativos, quando a revelar os autos que não só espontaneamente se apresentado, o paciente, à autoridade policial, mas sobretudo a colaborar com a elucidação dos fatos, insuscetível de manutenção o imposto ergástulo.****Ordem concedida. Unanimidade.****DECISÃO: ACORDAM os Senhores Desembargadores da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, à unanimidade e contra o parecer ministerial, em conceder a ordem, nos termos do voto do relator.****Desembargador ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO
PRESIDENTE e RELATOR****ACÓRDÃO Nº 107980/2011****Sessão do dia 8 de Novembro de 2011****PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL****Processo Nº: 0005064-55.2011.8.10.0000 Protocolo Nº: 0248182011 - Buriticupu (MA)****Paciente: JOSÉ ALVES PEREIRA****Impetrante: JOSE ALVES PEREIRA****Impetrado: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE BURITICUPU****Incidência Penal: Art. 157, do CPB****Relator(a): JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA****EMENTA****HABEAS CORPUS. CRIME DE ROUBO. PRISÃO PREVENTIVA. LIBERDADE PROVISÓRIA CONCEDIDA DURANTE A TRAMITAÇÃO DO WRIT. ORDEM PREJUDICADA.****1. A concessão de liberdade provisória pelo juízo apontado coator durante a tramitação do writ, implica em sua prejudicialidade pela perda superveniente de objeto.****2. Habeas Corpus prejudicado.****DECISÃO - Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por unanimidade e de acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, em julgar prejudicada a ordem impetrada, nos termos do voto do Desembargador Relator.****Participaram do julgamento os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Antônio Fernando Bayma Araújo (Presidente), José Luiz Oliveira de Almeida e Raimundo Nonato Magalhães Melo. Presente pela Procuradoria Geral de Justiça o Dr. José Argolo Ferrão Coelho.****São Luís(MA), 08 de novembro de 2011.****Des. Antônio Fernando Bayma Araújo - Presidente
Des. José Luiz Oliveira de Almeida - Relator****ACÓRDÃO Nº 107981/2011****Sessão do dia 8 de Novembro de 2011****PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL****Processo Nº: 0023413-77.2009.8.10.0000 Protocolo Nº: 0234132009 - Açailândia (MA)****Apelante: HORTELINA MARIA DA CONCEIÇÃO ,****Advogado(a)(s): MARIA JOELMA FERNANDES VASCONCELOS****Apelado: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL****Incidência Penal: Art. 12, caput, da Lei nº 6368/76****Relator(a): DESEMBARGADOR JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA****EMENTA****PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. CONJUNTO PROBATÓRIO. ALEGAÇÃO DE FRAGILIDADE. INOCORRÊNCIA. APLICAÇÃO RETROATIVA DO ART. 33, CAPUT, E SEU § 4º, DA LEI Nº 11.343/2006, AOS FATOS OCORRIDOS SOB VIGÊNCIA DA LEI Nº 6.368/76. POSSIBILIDADE, DE ACORDO COM AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO, EM**

ATENÇÃO AO PRINCÍPIO DA RETROATIVIDADE DA LEI MAIS BENIGNA. PENA RESULTANTE QUE IMPLICA NO RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO RETROATIVA. APELO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECLARADA EXTINTA A PUNIBILIDADE, EX OFFICIO.

1. Se o conjunto probatório é harmônico e coeso, a confirmar a autoria delitiva, não há que se falar em absolvição.
2. Embora o atual art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006, comine pena mínima mais gravosa (cinco anos de reclusão) ao crime de tráfico ilícito de entorpecente, é possível a sua aplicação retroativa aos fatos ocorridos na vigência da Lei nº 6.368/76, considerando-se a causa de diminuição de pena prevista em seu § 4º (de 1/6 a 2/3), inexistente na antiga legislação.
3. Não se admite, contudo, a aplicação de normas híbridas, isto é, a incidência isolada da causa de diminuição de pena do § 4º, do art. 33, da atual Lei de Tóxicos, à pena prevista no revogado art. 12, da Lei nº 6.368/76, sob pena do julgador, nesta hipótese, estar legislando.
4. Se, da aplicação integral do art. 33, da Lei nº 11.343/06, aos fatos praticados antes de sua vigência, resultar, concretamente, em pena corporal mais branda, sua retroação é de rigor, posto que mais benéfica ao réu, situação verificada no caso vertente.
5. Pena resultante que implica no reconhecimento da prescrição retroativa da pretensão punitiva estatal.
6. Precedentes do STJ e do STF.

7. **Apelelo conhecido e improvido, mas, redimensionada a pena, de ofício, reconhecendo-se a prescrição da pretensão punitiva estatal.**

DECISÃO - Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Senhores Desembargadores, por unanimidade e de acordo com os fundamentos do parecer da Procuradoria Geral de Justiça, em negar provimento ao recurso, para que seja reformada a sentença condenatória, aplicando, retroativamente, o art. 33, caput, com a causa de diminuição de pena do seu § 4º, em 2/3 (dois terços), ambos da Lei nº 11.343/2006, e, reconhecendo que a pena resultante é mais benéfica, condenar o apelante à pena de 1 (um) ano e 8 (oito) meses de reclusão, e, em seguida, declarar extinta a punibilidade, pelo advento da prescrição retroativa, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Participaram do julgamento os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Antônio Fernando Bayma Araujo (Presidente), Raimundo Nonato Magalhães Melo e José Luiz Oliveira de Almeida. Presente pela Procuradoria Geral de Justiça o Dr. José Argolo Ferrão Coelho. São Luís, 08 de novembro de 2011.

Des. Antônio Fernando Bayma Araujo - Presidente
Des. José Luiz Oliveira de Almeida - Relator

ACÓRDÃO Nº 107982/2011

Sessão do dia 8 de Novembro de 2011

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

Processo Nº: 0005168-47.2011.8.10.0000 Protocolo Nº: 0254222011

Paciente: EDUARD ALEXANDER DE MONROE

Advogado(a)(s): ROBERTO CHARLES DE MENEZES DIAS E OUTRO

Impetrado: JUIZ DA VARA DE ENTORPECENTES DA COMARCA DE SÃO LUIS/MA

Incidência Penal: Art. 33, caput, e art. 35, da Lei nº 11.340/2006

Relator(a): DESEMBARGADOR JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

EMENTA

HABEAS CORPUS. ART. 33, CAPUT, E ART. 35, DA LEI Nº 11.343/2006. DECISÃO QUE HOMOLOGA A PRISÃO EM FLAGRANTE. ALEGATIVA DE AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO. INOCORRÊNCIA. DECISÃO SUPERVENIENTE QUE INDEFERE PLEITO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. SEGREGAÇÃO CAUTELAR FUNDAMENTADA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA.

1. Não procede a alegação de ausência de motivação da decisão que indefere o pleito de liberdade provisória se o magistrado demonstrou, com base em dados concretos, a real necessidade da medida.

2. Inexiste constrangimento ilegal quando a necessidade de segregação provisória encontra-se suficientemente comprovada nos autos, como forma de garantir a ordem pública presentes os demais pressupostos legais autorizadores do ergástulo cautelar.

3. **Ordem denegada.**

DECISÃO - Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por unanimidade e de acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, em denegar a ordem impetrada, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Participaram do julgamento os Excelentíssimos Senhores Desembargadores José Bernardo Silva Rodrigues, José Luiz Oliveira de Almeida e Raimundo Nonato Magalhães Melo (Presidente). Presente pela Procuradoria Geral de Justiça o Dr. José Argolo Ferrão Coelho.

São Luís(MA), 08 de novembro de 2011.

Des. Raimundo Nonato Magalhães Melo - Presidente
Des. José Luiz Oliveira de Almeida - Relator

ACÓRDÃO Nº 107983/2011

Sessão do dia 8 de Novembro de 2011

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

Processo Nº: 0003529-68.2011.8.10.0040 Protocolo Nº: 0248262011 - Imperatriz (MA)

Apelante: LEANDRO SILVA SOUSA

Advogado(a)(s): ENOS SILVÉRIO DE ARAÚJO

Apelado: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL

Incidência Penal: Art. 157, § 2º, I e II, c/c art. 71, todos do CPB

Relator(a): DESEMBARGADOR JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

EMENTA

PENAL E PROCESSUAL PENAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO PELO CONCURSO DE AGENTES E USO DE ARMA. ALEGAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA PARA A CONDENAÇÃO E PARA A INCIDÊNCIA DAS MAJORANTES. INOCORRÊNCIA. PENA. RECONHECIMENTO DE DUAS MAJORANTES. INCREMENTO PELO CRITÉRIO MERAMENTE QUANTITATIVO. OFENSA À SUMÚLA 443, DO STJ. APELO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Nos crimes patrimoniais, a palavra da vítima reveste-se de importância ímpar, revelando-se o norte probatório apto a conduzir à condenação, desde que sintonizada com as demais provas carreadas aos autos.

2. É irrelevante, para a caracterização do roubo majorado pelo concurso de agentes, que todos os comparsas sejam identificados, se há nos autos prova efetiva da participação dos demais.

3. A circunstância de apenas um dos roubadores portar a arma de fogo não afasta a incidência da respectiva majorante relativamente ao corréu que não o fazia.

4. É dispensável a apreensão e realização de exame pericial em arma de fogo, quando outras provas evidenciam, o quanto bastem, seu poder vulnerante e efetivo emprego na ação delitosa.

5. A dupla majoração do roubo, por si só, não autoriza o incremento da pena além do mínimo legalmente previsto. Inteligência da súmula 443, do STJ.

6. Precedentes do STJ.

7. Apelo parcialmente provido, para redimensionar a pena.

DECISÃO - Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Primeira Câmara Criminal, por unanimidade e de acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, adequado em banca, em dar parcial provimento ao recurso, para, de ofício, redimensionar a pena, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Participaram do julgamento os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Antônio Fernando Bayma Araujo (Presidente), Raimundo Nonato Magalhães Melo e José Luiz Oliveira de Almeida. Presente pela Procuradoria Geral de Justiça o Dr. José Argolo Ferrão Coelho.
São Luís, 8 de novembro de 2011.

Des. Antônio Fernando Bayma Araujo - Presidente

Des. José Luiz Oliveira de Almeida - Relator

ACÓRDÃO Nº 107984/2011

Sessão do dia 8 de Novembro de 2011

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

Processo Nº: 0021706-18.2002.8.10.0001 Protocolo Nº: 0112122011 - São Luís (MA)

Apelante: LUIS ANTÔNIO SILVA LEOCÁDIO

Advogado(a)(s): HÉLIO DE JESUS MUNIZ LEITE E OUTROS

Apelado: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL

Incidência Penal: Art. 121, *caput*, do CPB

Relator(a): DESEMBARGADOR JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

EMENTA

APELAÇÃO CRIMINAL. TRIBUNAL DO JÚRI. HOMICÍDIO SIMPLES. INDEFERIMENTO DE INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. MATÉRIA NÃO SUBMETIDA AO CONSELHO DE SENTENÇA. PRECLUSÃO. APELO CONHECIDO E PROVIDO. REDUZIDA A PENA DE OFÍCIO.

1. O indeferimento motivado de instauração de incidente de insanidade mental, não enseja nulidade do julgamento, especialmente quando o julgador aceita laudo médico definitivo carreado aos autos pela defesa, como prova apta a ser utilizada em plenário.

2. O acolhimento da tese de que o laudo médico colacionado aos autos é cabal a demonstrar a inimizabilidade do recorrente mostra-se inviável em sede recursal, posto que representa verdadeira supressão de instância, já que a matéria não foi submetida ao Conselho de Sentença.

3. A ausência de sustentação de tese referente à inimputabilidade do réu, bem como, ausência de qualquer objeção acerca dos quesitos submetidos à votação pelos jurados, implica em preclusão da matéria.

5. Apelo conhecido e parcialmente provido.

DECISÃO - Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Senhores Desembargadores, por unanimidade e de acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, em dar parcial provimento ao recurso, tão somente para redimensionar a pena do apelante, tornando-a definitiva, em 06 (seis) anos e 06 (seis) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente semiaberto, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Participaram do julgamento os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Antônio Fernando Bayma Araujo (Presidente), Raimundo Nonato Magalhães Melo e José Luiz Oliveira de Almeida. Presente pela Procuradoria Geral de Justiça o Dr. José Argolo Ferrão Coelho.
São Luís, 08 de novembro de 2011.

Des. Antônio Fernando Bayma Araujo - Presidente

Des. José Luiz Oliveira de Almeida - Relator

ACÓRDÃO Nº 107985/2011

Sessão do dia 8 de Novembro de 2011

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

Processo Nº: 0003917-39.2009.8.10.0040 Protocolo Nº: 0239602011 - Imperatriz (MA)

Apelante: JOSÉ ALVES BRASILEIRO

Apelado: JEAN MATOS CARNEIRO

Advogado(a)(s): SOLON COSTA SANTOS

Incidência Penal: Art. 168, § 1º, inciso III, do CPB

Relator(a): DESEMBARGADOR JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

EMENTA

APELAÇÃO CRIMINAL. APROPRIAÇÃO INDÉBITA. ABSOLVIÇÃO. RECURSO DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. IN DUBIO PRO REO. SENTENÇA MANTIDA. APELO IMPROVIDO.

1. Vigora em nosso sistema jurídico-penal o princípio da excepcionalidade dos crimes culposos, insculpido no parágrafo único do art. 18, do Código Penal, segundo o qual a punição por dolo é a regra, enquanto a sanção por culpa é excepcional, só sendo admitida quando a lei textualmente o prevê.

2. Em se tratando do crime de apropriação indébita, imprescindível a presença de dolo, não podendo se admitir a sua imputação quando não demonstrado, quanto baste, o *animus domini* do acusado, em se apropriar da coisa para si, ou em proveito próprio.

2. Se o conjunto probatório não é capaz de trazer a certeza da ocorrência do fato, deve o réu ser absolvido, em homenagem ao princípio *in dubio pro reo*.

4. Recurso improvido.

DECISÃO - Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Senhores Desembargadores da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por unanimidade e de acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Participaram do julgamento os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Antônio Fernando Bayma Araújo (Presidente), Raimundo Nonato Magalhães Melo e José Luiz Oliveira de Almeida. Presente pela Procuradoria Geral de Justiça o Dr. José Argolo Ferrão Coelho.
São Luís, 8 de novembro de 2011.

Des. Antônio Fernando Bayma Araújo - Presidente
Des. José Luiz Oliveira de Almeida - Relator

ACÓRDÃO Nº 107986/2011
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
SESSÃO DO DIA 05 DE ABRIL DE 2011
HABEAS CORPUS Nº 002057-2011 – SANTA INÊS-MA
Número Único: 0000025-06.2011.8.10.0056
PACIENTE: NELIS NELSON MORENO DOMINGUES
ADVOGADO: MARCEL SOUZA CAMPOS
RELATOR: DESEMBARGADOR ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO

EMENTA

Penal. Processual. Habeas Corpus. Decreto prisional. Fundamentação. Insuficiência. Prisão temporária. Requisitos. Inconfiguração. Liberdade. Imposição.

I – Se carente de válida fundamentação o decreto prisional, bem como inexistentes os requisitos da prisão temporária previstos na Lei nº 7.960/89, esbarrativo, pois, o manter da constritiva ordem.

Ordem concedida com vistas a que confirmada a liminar, nestes autos, deferida. Unanimidade.

DECISÃO ACORDAM os Senhores Desembargadores da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, à unanimidade e de acordo com o parecer da douta Procuradoria Geral de Justiça, em conceder a ordem, nos termos do voto do relator.

Desembargador ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO
PRESIDENTE e RELATOR

ACÓRDÃO Nº 107987/2011
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
SESSÃO DO DIA 29 DE MARÇO DE 2011
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 006759-2009 – COLINAS-MA
Número Único: 0006759-15.2009.8.10.0000
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
PROMOTOR: LINDON JONSON GOLÇALVES DE SOUSA
APELADO: ROQUE FEITOSA DA SILVA
ADVOGADO: SEZOTRIS FRANCISCO PAÉ LIMA
RELATOR: DESEMBARGADOR ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO
REVISOR: DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO MAGALHÃES MELO

EMENTA

Penal. Processual. Apelação. Júri. Decisão. Manifesta contrariedade à prova dos autos. Demonstração. Novo julgamento. Imposição.

I – Se a demonstrar os autos, manifesta dissonância entre o veredicto e os elementos de convicção colhidos no competente instrutório, de maneira a denotar que não findo o julgado na prova mais qualificada, recomendável, por certo, que submetido o agente a novo julgamento.

Recurso provido, para que submetido, o apelado, a novo julgamento perante o Tribunal do Júri. Unanimidade.

DECISÃO ACORDAM os Senhores Desembargadores da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, à unanimidade e de acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, em dar provimento ao recurso, para que submetido o apelado a novo julgamento perante o Tribunal do Júri, nos termos do voto do relator.

Desembargador ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO
PRESIDENTE e RELATOR

ACÓRDÃO Nº 107988/2011
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
SESSÃO DO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2011
HABEAS CORPUS Nº 024452-2011 – SÃO JOSÉ DE RIBAMAR-MA
Número Único: 0004987-46.2011.8.10.0000
PACIENTES: MARILENILDES SILVA LISBOA e JOSÉ WALLENSON SILVA DOS SANTOS
ADVOGADO: SERGIO ROBERTO P. DA SILVA
RELATOR: DESEMBARGADOR ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO

EMENTA:

Habeas Corpus. Relaxamento de prisão. Concessão. Prejudicialidade.

I – Se, já relaxada a prisão dos ora pacientes, perecido, pois, o objeto perseguido na impetração. Inteligência do art. 659, do Código de Processo Penal.

Prejudicialidade. Unanimidade.

DECISÃO ACORDAM os Senhores Desembargadores da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, à unanimidade e de acordo com o parecer ministerial, em julgar prejudicada a ordem, nos termos do voto do relator.

Desembargador ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO
PRESIDENTE e RELATOR

ACÓRDÃO Nº 107989/2011
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
SESSÃO DO DIA 12 DE JULHO DE 2011
HABEAS CORPUS Nº 014716-2011 – SÃO LUÍS-MA
Número Único: 0002986-88.2011.8.10.0000

PACIENTE: EDMAR SOUSA BARROS
IMPETRANTE: DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL
DEFENSOR: BRUNO DIXON DE AMEIDA MACIEL
IMPETRADO: JUÍZO DE DIREITO DA DÉCIMA PRIMEIRA VARA CRIMINAL DA COMARCA DESTA CAPITAL

EMENTA

Penal. Processual. Habeas Corpus. Crime sexual contra vulnerável (art. 218-B, do Código Penal). Uso de substância entorpecente. Flagrante. Ausência de homologação. Illegal constrangimento. Alegação superada pela superveniência do despacho indeferitório de relaxamento de prisão.

I – Apto o indeferimento de pedido de relaxamento de prisão, tomado sob o argumento de que inexistente ato homologatório do flagrante, tanto a suprir a deficiência procedimental, quanto a substituir o constritivo ato anterior.

Ordem denegada. Unanimidade.

DECISÃO ACORDAM os Senhores Desembargadores da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, à unanimidade e de acordo com o parecer da douta Procuradoria Geral de Justiça, em denegar a ordem, nos termos do voto do relator.

Desembargador ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO
PRESIDENTE e RELATOR

ACÓRDÃO Nº 107990/2011

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

SESSÃO DO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2011

HABEAS CORPUS Nº 026798-2011 – IMPERATRIZ-MA

Número Único: 0005351-18.2011.8.10.0000

PACIENTE: ROBERTO VARGAS ARAÚJO

IMPETRANTE: DAVI RAFAEL SILVA VERAS (DEFENSOR PÚBLICO)

RELATOR: DESEMBARGADOR ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO

EMENTA

Habeas Corpus. Furto qualificado. Prisão. Agente. Registros criminais outros. Verificação. Periculosidade. Evidência. Garantia da ordem pública. Necessidade. Illegal constrangimento. Inconfiguração.

I – Se suficientemente fundamentado o decreto prisional, quanto aos requisitos do art. 312, do Código de Processo Penal, como que, a necessidade de garantia da ordem pública, ante registros criminais outros do agente, de modo a demonstrar manifesta tendência a práticas criminosas, de nenhuma ilegalidade o manutiver da custódia cautelar.

Ordem denegada. Unanimidade.

DECISÃO ACORDAM os Senhores Desembargadores da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, à unanimidade e de acordo com o parecer da douta Procuradoria Geral de Justiça, em denegar a ordem, nos termos do voto do relator.

Desembargador ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO
PRESIDENTE e RELATOR

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

Processo Nº: 0005694-14.2011.8.10.0000 Protocolo Nº: 0285462011-CHAPADINHA (MA)

Paciente: DAVID MARQUES DE SOUSA

Advogado(a)(s): JOSÉ ROSEAN FERNANDES DE OLIVEIRA

Impetrado: JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE CHAPADINHA

Incidência Penal: Art. 155, § 4º, I e IV, c/c art. 29, do Código Penal

Relator(a): DESEMBARGADOR JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

DECISÃO

O Sr. Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida (relator): Consoante relatado no despacho de fls. 100/101, tratam os presentes autos de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado pelo advogado José Josean Fernandes de Oliveira, em favor de David Marques de Sousa, contra ato do MM. Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Chapadinha/MA.

Relata o impetrante, em síntese, que o paciente foi preso em flagrante em 17/07/2011, em razão de ter furtado um aparelho de DVD, já restituído ao seu proprietário, de modo que, recolhido até a presente data, resta configurado o constrangimento ilegal por excesso de prazo.

Argumenta, ademais, que já formalizou pedido de liberdade provisória junto à autoridade indigitada coatora, eis que o paciente preenche todos os requisitos para a concessão do benefício, no entanto, indeferido.

Insurge-se, assim, contra a medida constritiva em epígrafe, requerendo seja concedida a ordem, liminarmente, em favor do paciente, colocando-o imediatamente em liberdade, em razão disso.

Despacho requisitando informações da autoridade indigitada coatora, no prazo de 03 (três) dias, às fls. 100/101, datada de 20/10/2011.

As informações requeridas foram prestadas e juntadas às fls. 105/106, em 08/11/2011.

É o que cabia relatar. Passo ao exame da liminar.

Analisando os presentes autos, devo dizer que não vislumbrei, prima facie, argumentos suficientes a ensejar a concessão da liminar pleiteada, pois que não estão presentes, à evidência, os pressupostos legais para sua concessão.

A liminar é medida excepcional, devendo-se fazer presentes à sua concessão os requisitos do fumus boni iuris e do periculum in mora.

O excesso de prazo, para os fins colimados no writ, não decorre somente do resultado da somatória dos prazos processuais. Deve ter em conta, simultaneamente, os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, consideradas as particularidades de cada caso concreto, o que poderá justificar eventual dilação.

In casu, as informações da autoridade impetrada dão conta de que a defesa, após a citação dos denunciados, permaneceu cerca de 46 (quarenta e seis) dias com vistas dos autos, vindo a devolvê-lo somente em 07/10/2011, e que, somente então, o processo retornou ao seu curso normal.

Por essas razões, não antevejo, neste exame preliminar, o alegado constrangimento ilegal, de modo que as questões suscitadas neste writ deverão ser submetidas à nova análise pelo órgão colegiado, após manifestação do Ministério Público de segundo grau.

Não é demais registrar que, em sede habeas corpus, a liminar só deverá ser concedida pelo relator, em favor do paciente, se houver risco de grave violência, em conformidade com o disposto no art. 330, do Regimento Interno desta Corte, o que não se verifica no caso presente.

Ante as considerações supra, indefiro a liminar pleiteada.

Remetam-se os autos à Procuradoria de Justiça, para emissão de parecer conclusivo.

Após, voltem-me conclusos.
São Luís, 08 de novembro de 2011.

Des. José Luiz Oliveira de Almeida - Relator

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

Processo Nº: 0006016-34.2011.8.10.0000 Protocolo Nº: 0300922011-GOVERNADOR EUGÊNCIO BARROS (MA)

Paciente: ANTONIO ALENCAR FILHO E JOSÉ IRAN GUIMARÃES

Advogado(a)(s): AUGUSTO CARLOS COSTA, ELIEDERSON SOUZA DOS SANTOS E IRANDY GARCIA DA SILVA

Impetrado: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE EUGÊNIO DE BARROS - MA

Incidência Penal: Art. 157, § 2º, I e II, e art. 288, todos do CPB

Relator(a): DESEMBARGADOR JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

DECISÃO

O Sr. Desembargador José Luiz Oliveira de Almeida (relator): Trata-se de habeas corpus com pedido de liminar, contra ato do Juízo de Direito da Comarca de Governador Eugênio Barros, impetrado, perante o plantão judiciário, pelos advogados Augusto Carlos Costa, Eliederson Souza dos Santos e Irandy Garcia da Silva, em favor dos pacientes Antônio Alencar Filho e José Iran Guimarães, presos em flagrante delito pela prática, em tese, dos crimes previstos no art. 157, § 2º, I e II, e art. 288, todos do CPB.

Narram os impetrantes, em síntese:

I - que os pacientes encontram-se presos em flagrante, desde 20.10.2011, em razão da prática, em tese, do crime de abigeato e formação de quadrilha;

II - que o Juízo da Comarca de Pindaré-Mirim, deferiu pedido de liberdade provisória dos pacientes, após manifestação favorável do Ministério Público;

III - que, quando do envio do Alvará de Soltura para a delegacia onde se encontram ergastulados os pacientes, sobreveio a informação da existência de um mandado de prisão preventiva oriundo da Comarca de Governador Eugênio Barros;

IV - que o decreto preventivo da autoridade indigitada coatora, fulcrou-se no mesmo auto de prisão que fora distribuído também para a Comarca de Pindaré-Mirim;

Diante de tais fatos, os impetrantes alegam que a prisão cautelar é ilegal pelos seguintes fundamentos:

I - em razão do mesmo fato/situação estão a responder por dois processos, em inequívoco bis in idem; e

II - que no caso sob retina operou-se a prevenção do Juízo da Comarca de Pindaré-Mirim, nos termos do art. 83, do CPP.

Instruiu a inicial com os documentos de fls. 08/103.

Na decisão de fls. 105/106, o ilustre desembargador plantonista entendeu que o alegado constrangimento ilegal, por não ser contemporâneo à impetração, não se enquadrava em hipótese de apreciação durante o plantão, sendo o feito redistribuído a minha relatoria.

Através do despacho de fls. 111/113, solicitei as informações aos juízos das Comarcas de Pindaré-Mirim e Governador Eugênio Barros, diante das alegações constantes na exordial, de suposta incompetência do juízo que decretou a prisão preventiva.

O juízo da Comarca de Pindaré-Mirim prestou informações às fls. 116, esclarecendo que concedeu liberdade provisória aos pacientes, e atualmente, aguarda o envio do inquérito policial.

Por sua vez, a autoridade judiciária da Comarca de Gov. Eugênio Barros, em suas informações às fls. 117/119, instruída com o relatório do inquérito policial, às fls. 120/124, relatou que foi decretada a prisão preventiva do paciente e demais corréus, atendendo representação formulada pela autoridade policial, após manifestação favorável do Parquet. Disse que o inquérito já foi concluído, e recebido no juízo em 31 de outubro do corrente, ocasião em que foi enviado ao Ministério Público. Acrescentou, por fim, que não há pedido de exceção de competência formulado.

Os autos vieram-me conclusos.

É o relatório. Decido.

Examinando os autos, observo que o cerne da impetração centra-se nos seguintes argumentos: a incompetência do juízo que decretou a prisão preventiva, e a falta de amparo legal e factual desta prisão cautelar. Análise a seguir, perfunctoriamente, tais alegações, iniciando pela incompetência do juízo que decretou a prisão preventiva.

O argumento fulcral do writ, neste ponto, cinge-se à alegada prevenção do juízo da comarca de Pindaré-Mirim, que primeiro recebeu o auto de prisão em flagrante para homologação. Para justificar a prevenção do referido juízo, alegam os impetrantes que o crime de quadrilha ou bando, imputado aos pacientes e demais corréus, é delito permanente, atraindo as regras do art. 71 e 83, ambos do CPP.

Nesse contexto, acentua ser inconcebível que os pacientes sejam processados por dois juízes distintos, pelo mesmo fato, pois a autoridade judiciária apontada coatora decretou a prisão preventiva em superposição à jurisdição preventiva do juízo de Pindaré-Mirim, que, primeiramente, homologou o flagrante e decretou medidas cautelares diversas da prisão.

Em que pese a capitulação das denúncias constantes no relatório do IP, às fls. 120/124, de fato, mencionar o crime de formação de quadrilha, é ressaltado que a configuração do delito em questão pressupõe a estabilidade associativa, algo que só será possível dirimir após a instrução processual.

Ademais, por ser o inquérito policial peça meramente informativa, é lição mezinha que a capitulação feita pela autoridade policial jamais vincula o Ministério Público, dominus litis da ação penal pública, que pode dar ao fato definição jurídica diversa na denúncia.

Com efeito, o que parece decisivo, em linha de princípio, para a fixação da competência no presente caso, não é a prática do crime de quadrilha, mas sim, o crime de roubo, cujo critério de fixação da competência segue a regra do art. 70, caput, do CPB, ou seja, o local da consumação do delito.

Nesse sentido, a autoridade judiciária de Governador Eugênio Barros, em suas informações às fls. 117/119, relata que a Fazenda "Penha", o que, aprioristicamente, não tem o condão de afastar a fixação da competência no presente caso, que se rege pelo art. 70, caput, do CPP, ou seja, o local da consumação do crime.

Ademais, importante acrescentar que circunstância da prisão em flagrante ter sido homologada na comarca de Pindaré-Mirim, decorreu das circunstâncias do caso concreto, em razão da prisão ter se efetivado nesta Comarca (nas proximidades da Fazenda "Penha"), o que, aprioristicamente, não tem o condão de afastar a fixação da competência no presente caso, que se rege pelo art. 70, caput, do CPP, ou seja, o local da consumação do crime.

Nesse contexto, vale destacar, ainda, que os crimes de subtração patrimonial, conforme a mais remansosa jurisprudência do STF[4], consumam-se no exato momento em que ocorre a subtração do bem, com a inversão da posse, sendo desnecessário, inclusive, que saia da esfera de vigilância da vítima.

Com efeito, segundo consta nos autos o crime consumou-se na Fazenda situada na Comarca de Governador Eugênio Barros, de onde o gado foi, em tese, subtraído pelo paciente e demais corréus.

Assim, não me parece viável, nesta sede prefacial, acolher a alegação de incompetência do juízo que decretou a ergástula preventiva.

Por derradeiro, a alegação de fundamentação insuficiente, da decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, também não se afigura apta, neste momento preambular, a desconstituí-la.

Com efeito, em minha compreensão, somente a decisão judicial flagrantemente afrontosa aos preceitos constitucionais e/ou legais, ou aquela

absolutamente destituída de fundamentação concreta, enquadra-se em situação conducente à concessão do pleito liminar na via heroica, máculas estas que, aprioristicamente, não visualizei no caso sob testilha.

Ao contrário do que afirma o impetrante, a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente (fls. 08/10), em linha de princípio, traça os contornos mínimos de motivação, fazendo alusão aos requisitos do art. 311 e 312, do CPP, em dados concretos apanhados dos autos.

Ademais, constato que esta linha argumentativa do writ, obviamente, diz respeito ao mérito da impetração, cuja análise compete ao órgão colegiado, após a juntada das informações da autoridade coatora, e do parecer ministerial.

O mesmo verifico relativamente aos alegados predicativos favoráveis dos pacientes, cujo exame, também, alude ao mérito, e nesta sede serão oportunamente analisados.

Por conseguinte, o deferimento do pleito liminar, neste momento, acabaria por esgotar, esvaziar, em absoluto, o objeto da impetração, já que, como afirmei, estão inseridos no próprio mérito, não sendo lícito ao relator, monocraticamente, e sem a necessária manifestação ministerial, usurpar as atribuições do colegiado.

Com as considerações supra, indefiro a liminar pleiteada.

Encaminhem-se os autos à Procuradoria Geral de Justiça, para emissão de parecer, no prazo legal.

São Luís, 08 de novembro de 2011.

Des. José Luiz Oliveira de Almeida - Relator

[1] Art. 71. Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.

[2] Art. 83. Verificar-se-á a competência por prevenção toda vez que, concorrendo dois ou mais juízes igualmente competentes ou com jurisdição cumulativa, um deles tiver antecedido aos outros na prática de algum ato do processo ou de medida a este relativa, ainda que anterior ao oferecimento da denúncia ou da queixa (arts. 70, § 3o, 71, 72, § 2o, e 78, II, c).

[3] Art. 70. A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumir a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.

[4] [...] I - A decisão ora questionada está em perfeita consonância com a jurisprudência desta Corte no sentido de que a consumação do roubo ocorre no momento da subtração, com a inversão da posse da res, independentemente, portanto, da posse pacífica e desvigiada da coisa pelo agente. Precedentes. [...] (HC 109078, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 11/10/2011).

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS 029837/2011 – ITAPECURU-MIRIM (numeração única: 0005976-52.2011.8.10.0000)

PACIENTE: Edilton Carlos dos Santos Peniche

IMPETRANTE: Erivaldo Costa da Silva

IMPETRADO: Juízo da 1ª Vara da Comarca de Itapecuru-Mirim

ENQUADRAMENTO: art.288 do C.P.B

RELATOR: Desembargador Raimundo Nonato Magalhães Melo

VISTOS, ETC.

O Advogado Erivaldo Costa da Silva impetra a presente ordem de Habeas Corpus Liberatório, com pedido de liminar, em favor Erivaldo Costa da Silva, ao argumento de que se encontra sofrendo constrangimento ilegal, em sua liberdade de locomoção, por ato oriundo do Juízo da 1ª Vara da Comarca de Itapecuru-Mirim.

Consta da exordial que o paciente foi preso em flagrante em 01 de outubro de 2010, acusado da prática do crime de formação de quadrilha, permanecendo ergastulado há mais de 390 (trezentos e noventa) dias, sem que haja sentença condenatória exarada.

Sustenta que o paciente vem sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, por tal razão, requer a concessão liminar da ordem, e no mérito, sua confirmação.

É o que tinha a relatar.

Decido.

É cediço que para concessão liminar da ordem faz-se necessária a presença, concomitante, dos requisitos do *periculum in mora* (perigo da demora) e do *fumus boni iuris* (fumaça do bom direito).

No caso em apreço, o *periculum in mora* evidencia-se em virtude do trâmite processual da presente ordem, embora com rito sumaríssimo, que requer certo lapso temporal, permanecendo o paciente ergastulado por esse período antes de sentença penal condenatória transitada em julgado.

Contudo, ao que concerne ao requisito do *fumus boni iuris*, que consiste no abuso de poder ou na ilegalidade do ato impugnado, na presente fase, não resta prontamente caracterizado.

Com estas considerações, em razão da ausência do requisito essencial da concessão da medida, **INDEFIRO** o pedido de LIMINAR.

Notifique-se o MM. Juiz da 1ª Vara da Comarca de Itapecuru-Mirim, autoridade coatora, para, no prazo de 05 dias, prestar as informações de estilo.

Encaminhem-lhe cópia da inicial e deste despacho.

Prestadas as informações, encaminhem-se os autos à Procuradoria Geral de Justiça para emissão de parecer.

Cumpra-se. Publique-se.

São Luís/MA, 08 de novembro de 2011.

Desembargador Raimundo Nonato Magalhães Melo
Relator

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS 029980/2011 – ANAJATUBA (numeração única: 0005999-95.2011.8.10.0000)

PACIENTE: Luís Carlos Rodrigues

IMPETRANTE: Meyre Marques Bastos

IMPETRADO: Juízo da Vara Única da Comarca de Anajatuba

ENQUADRAMENTO: art.121, §2º, I do C.P.B

RELATOR: Desembargador Raimundo Nonato Magalhães Melo

VISTOS, ETC.

A Advogada Meyre Marques Bastos impetra a presente ordem de Habeas Corpus Liberatório, com pedido de liminar, em favor Luís Carlos Rodrigues, ao argumento de que se encontra sofrendo constrangimento ilegal, em sua liberdade de locomoção, por ato oriundo do Juízo da Vara Única da Comarca de Anajatuba.

Consta da exordial que o paciente foi preso em flagrante em 21 de julho de 2007, acusado da prática de homicídio qualificado, permanecendo ergastulado até a data desta impetração, sem que tenha sido submetido a julgamento pelo Tribunal de Júri.

Ressalta que o paciente é portador do Vírus HIV, encontrando-se em estado de saúde bastante debilitado.

Sustenta que o paciente vem sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, por tal razão, requer a concessão liminar

da ordem, e no mérito, sua confirmação.

É o que tinha a relatar.

Decido.

É cediço que para concessão liminar da ordem faz-se necessária a presença, concomitante, dos requisitos do *periculum in mora* (perigo da demora) e do *fumus boni iuris* (fumaça do bom direito).

No caso em apreço, o *periculum in mora* evidencia-se em virtude do trâmite processual da presente ordem, embora com rito sumaríssimo, que requer certo lapso temporal, permanecendo o paciente ergastulado por esse período antes de sentença penal condenatória transitada em julgado.

Contudo, ao que concerne ao requisito do *fumus boni iuris*, que consiste no abuso de poder ou na ilegalidade do ato impugnado, na presente fase, não resta prontamente caracterizado.

Com estas considerações, em razão da ausência do requisito essencial da concessão da medida, **INDEFIRO** o pedido de LIMINAR.

Notifique-se o MM. Juiz da Vara Única da Comarca de Anajatuba, autoridade coatora, para, no prazo de 05 dias, prestar as informações de estilo.

Encaminhem-lhe cópia da inicial e deste despacho.

Prestadas as informações, encaminhem-se os autos à Procuradoria Geral de Justiça para emissão de parecer.

Cumpra-se. Publique-se.

São Luís/MA, 08 de novembro de 2011.

Desembargador Raimundo Nonato Magalhães Melo
Relator

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº030137/2011(0006031-03.2011.8.10.0000)CURURUPU

PACIENTE: ANTELMO CHAGAS

ADVOGADO: DENILSON JOSÉ GARCIA AMORIM.

IMPETRADO: JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE CURURUPU

JUIZ PROLATOR: LUCIA DE FATIMA SILVA QUADROS

ENQUADRAMENTO: ART 217-A DO CPB.

RELATOR: DESEMBARGADOR RAIMUNDO NONATO MAGALHÃES MELO.

VISTOS, ETC.

O Impetrante Denilson José Garcia Amorim impetra a presente ordem de Habeas Corpus em favor do paciente Antelmo Chagas ao argumento de que a decisão que decretou a prisão preventiva esta sem fundamentação.

Aduz o impetrante que ao paciente foi lhe concedido o direito de recorrer em liberdade da sentença condenatória, no entanto, a sua ex-esposa procurou a Promotoria do Município de Cururupu e fez acusações que culminou novamente com sua prisão.

Informa que está separado de sua ex-esposa desde que foi acusado pela mesma de manter um enlace com a vítima menor (sua enteada). Que diante da recusa do paciente de reatar o relacionamento, a sua ex companheira por revanche causou a prisão do paciente.

Que não há prova de que o paciente esta se encontrado com menor, muito menos de possível gravidez, estando a decisão que decretou a prisão preventiva desprovida de fundamentação.

Requer a concessão da medida liminar, com a conseqüente expedição de alvará de soltura, em favor da paciente. No mérito pede a confirmação em definitivo do Writ.

É o relatório. DECIDO.

Tratando-se de medida liminar nos caberá tão somente a análise da presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*.

O *periculum in mora* evidencia-se em virtude da demora do processamento e julgamento do writ e da ação penal, em que o paciente ficará preso por todo esse período antes da sentença penal condenatória transitada em julgado.

Contudo, ao que concerne ao requisito do *fumus boni iuris*, que consiste no abuso de poder ou na ilegalidade do ato impugnado, encontra-se ausente.

Com estas considerações, INDEFIRO O PEDIDO DE LIMINAR.

Notifique-se o Juízo da Comarca de Cururupu, autoridade coatora, para, no prazo de 05 dias, prestar as informações de estilo.

Encaminhem-se os autos à Procuradoria Geral de Justiça para emissão de parecer.

Cumpra-se. Publique-se.

São Luís/MA, 09 de novembro de 2011.

Desembargador RAIMUNDO NONATO MAGALHÃES MELO.Relator

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0002000-19.2008.8.10.0040 (30230/2011) – IMPERATRIZ/MA

Apelante: Darlan Rufino do Nascimento

Advogada: Dra. Fernanda K. Azevedo Guerreiro Mota

Apelado: Ministério Público Estadual

Relator: Desembargador Antonio Fernando Bayma Araujo

NOTIFICAÇÃO

Torno público para conhecimento dos interessados, que o Excelentíssimo Senhor Desembargador Relator, exarou às fls. 138, despacho abrindo vista dos autos ao Apelante Darlan Rufino do Nascimento, na pessoa de sua advogada Dra. Fernanda K. Azevedo Guerreiro Mota, para, no prazo legal, ofertar as razões recursais, nos termos do art. 600, § 4º do Código de Processo Penal.

COORDENADORIA DAS CÂMARAS CRIMINAIS ISOLADAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 09 DE NOVEMBRO DE 2011.

ADRIANA GOMES OLIVEIRA
SECRETÁRIA DA PRIMEIRA CAMARA CRIMINAL

Segunda Câmara Criminal

Segunda Câmara Criminal

HABEAS CORPUS N.º 28151-2011 – MARACAÇUMÉ (MA)

NÚMERO ÚNICO :00056032120118100000

PACIENTE : CARLITO MAGALHÃES ALVES

IMPETRANTE : FRANCISCO CASTRO CONCEIÇÃO, WELLINGTON MARCOS FERREIRA, CONCEIÇÃO, PEDRO IVO CONCEIÇÃO

GONÇALVES**IMPETRADO : JUÍZO DE DIREITO COMARCA DE MARACAÇUMÉ/MA****COMARCA : MARACAÇUMÉ****VARA : VARA ÚNICA****ENQUADRAMENTO : ART. 157, § 2º, I e II, ART. 288, PARÁGRAFO ÚNICO E ART. 304, do CPB****RELATORA : DESA. MARIA DOS REMÉDIOS BUNA COSTA MAGALHÃES****DECISÃO DE LIMINAR**

Cuida-se de Habeas Corpus, com pedido de liminar impetrado por FRANCISCO CASTRO CONCEIÇÃO e WELLINGTON MARCOS F. CONCEIÇÃO, com fundamento na Constituição Federal e Código de Processo Penal, em favor de CARLITO MAGALHÃES ALVES, contra ato dito ilegal e abusivo levado a termo pelo douto JUÍZO DA COMARCA DE MARACAÇUMÉ/MA.

O impetrante traz na inicial de fls. 03/17, em síntese, que:

I – Tramita no Juízo de 1º Grau a ação penal que apura o suposto crime de latrocínio ocorrido em 30/08/2010, por volta das 09:00 hs, na cidade de Maracaçumé, tendo como vítima o Sargento PM Francisco do Espírito Santo Cardoso de Almeida, que foi morto a tiros quando tentava interceptar duas pessoas que estavam assaltando à mão armada a um dado comércio local.

II – A prisão preventiva do paciente fora decretada em 02/2011, tendo este tomado conhecimento da medida no mesmo mês, e ainda se encontra preso desde este período até os dias atuais não tendo sequer iniciada a instrução processual.

III – Existe um excesso de prazo na formação da culpa, pois já decorreram mais de 200 (duzentos) dias, sendo que não foi iniciado o sumário de culpa do paciente, caracterizando o excesso de prazo na formação da culpa e o consequente constrangimento ilegal.

IV – No dia do suposto crime narrado nos autos, ou seja dia 30/08/2010, é o mesmo dia da ocorrência do delito de roubo que está sendo apurado na ação penal em trâmite na 9ª Vara Criminal de São Luís, não podendo, destarte, o paciente estar em dois lugares diferentes ao mesmo tempo, o que torna uma das acusações completamente sem nenhum nexo de causalidade.

V – inexistente justa causa para manutenção da prisão do ora paciente, pois se encontram ausentes os requisitos legais do caso concreto e ensejadores da prisão preventiva.

Por fim, requer, o impetrante, liminarmente, nos termos dos dispositivos mencionados, presentes o fumus boni iuris e o periculum in mora, a concessão da presente ordem de habeas corpus, garantindo-se a liberdade imediata do paciente, com a expedição do Alvará de Soltura. E no mérito, que seja confirmada a liminar conferida.

Às fls. 18/65, juntada de documentos.

Às fls. 70/71, esta Relatora, por cautela, deixou para apreciar a liminar após as informações da autoridade apontada como coatora, o que foi de logo determinado.

As mesmas foram prestadas às fls. 75/76, onde consta basicamente que, de fato, a prisão preventiva do paciente e demais acusados, foram decretadas no dia 01/02/2011, sendo que naquele mesmo dia, a denúncia foi recebida.

Informa ainda que consta a folha de distribuição dos feitos criminais em nome do ora paciente, emitida pela comarca de São Luís – MA, na qual constam vários feitos criminais em seu nome. Ademais, todos os acusados apresentaram suas defesas.

Após, foi designada audiência para o dia 31/08/2011, entretanto, esta restou inviável, uma vez que aquele magistrado teve participação obrigatória no curso aplicado pela ESMAM, na capital deste Estado, razão pela qual, novo despacho, designando nova audiência para o dia 21/11/2011, fora proferido.

Às informações foram juntados documentos de fls. 77/126.

É o relatório.

Da análise acurada dos autos, na espécie, não vislumbro os requisitos legais ensejadores para concessão da medida antecipatória, a saber: fumus boni iuris e periculum in mora, requisitos estes que, diga-se de passagem, não foram devidamente caracterizados, pois, embora haja a alegação de excesso de prazo na formação da culpa, e realmente o paciente já esteja preso por mais tempo do que o Provimento n.º 03/2011 – CGJ determina, percebe-se nestes autos, uma pluralidade de réus, o que deve ser levado em consideração para justificar um suposto excesso de prazo, como neste caso.

Por tais motivos acima descritos, INDEFIRO A LIMINAR requerida.

Encaminhem-se os presentes autos à Procuradoria Geral de Justiça, para providências de praxe.

Após, voltem-me conclusos.

Cumpra-se.

São Luís- MA, 09 de agosto de 2011.

Desa. Maria dos Remédios Buna Costa Magalhães

Relatora

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL**HABEAS CORPUS N.º 0005732-26.2011.8.10.0000 MONTES ALTOS-MA.****PACIENTE : MARCOS ALVES DE SOUSA JUNIOR****IMPETRANTE : LEANDRO BARROS DE SOUSA****IMPETRADO : JUÍZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MONTES ALTOS - MARANHÃO.****RELATORA DESA. MARIA DOS REMÉDIOS BUNA COSTA MAGALHÃES****DESPACHO**

Trata-se de Habeas Corpus com pedido de liminar impetrado pelo Advogado LEANDRO BARROS DE SOUSA, com fundamento na Constituição Federal e Código de Processo Penal, em favor de MARCOS ALVES DE SOUSA JUNIOR, contra ato dito ilegal e abusivo levado a termo pelo douto Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Montes Altos.

Às fl. 50/52 encontra-se acostado parecer da Procuradoria Geral de Justiça requerendo seja o feito convertido em diligência para solicitar as informações da autoridade coatora acerca do alegado na inicial.

Defiro o pleito e determino seja intimado o magistrado processante para prestar as informações acerca do alegado no presente writ no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

Depois de cumprida a diligência acima determinada, sejam os presentes autos encaminhados à Procuradoria Geral de Justiça para emissão de parecer definitivo.

Notifique-se

Cumpra-se.

São Luís-MA, 08 de novembro de 2011.

DESª. MARIA DOS REMÉDIOS BUNA COSTA MAGALHÃES

Relatora.

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL**APELAÇÃO CRIMINAL n.º 0007357-63.2009.8.10.0001 – SÃO LUÍS (MA).****1º Apelante : Anderson Carlos dos Santos Cordeiro****Advogado : José Franklin Skeff Seba****2º Apelante : José Augusto Frazão Rodrigues****Advogados : José Luís Lucas da Silva e outros****Apelado : Ministério Público Estadual****Promotor : Valdenir Cavalcante Lima****RELATORA : DESA. MARIA DOS REMÉDIOS BUNA****Despacho**

Por conta do conteúdo transcrito na certidão de fls. 265, determino a notificação pessoal do recorrente José Augusto Frazão Rodrigues, para o fim de apresentar as razões recursais ou nomear outro advogado para tanto, sob pena de não o fazendo, lhe ser nomeado defensor dativo ou público para apresentação das razões do recurso de apelação.

Cumpra-se.

São Luís (MA), 08 de novembro de 2011.

DESA. MARIA DOS REMÉDIOS BUNA
RELATORA**Terceira Câmara Criminal****ACÓRDÃO Nº 107971/2011****TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL****Sessão do dia 31 de outubro de 2011****PROCESSO CRIMINAL | RECURSOS | APELAÇÃO NÚMERO PROCESSO: 0001986-53.2011.8.10.0000 Nº. 009516/2011 – SÃO LUÍS****Apelante Deyde Francisco Gama****Advogados: Carlos Vitalino Cezar Bical e Luís Américo Henrique de Castro****Apelado: Ministério Público Estadual****Promotora: Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro****Relator: Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos****EMENTA:**

PENAL. PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÂNSITO. ART. 302, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISOS, I, III e V DA LEI Nº. 9503/1997. TESE DE FALTA DE COMPROVAÇÃO AUTORIA. INVIABILIDADE. 1 – Autoria restou certa na pessoa do acriminado porque respaldada em testemunhas presenciais que o acompanhavam na caminhonete e viram o mesmo atropelar e matar duas adolescentes em uma bicicleta para, em seguida, se evadir omitindo socorro. 2 - Nos delitos culposos o imperativo legal exige que o sujeito preveja o que normalmente pode acontecer, o que não quer dizer previsão do extraordinário, o excepcional, mas, sim, o que ordinariamente acontece. A previsibilidade deve ser analisada em face das circunstâncias e elementos concretos em que o sujeito se encontra, é dizer, de uma previsibilidade (objetiva) presente, atual, nas circunstâncias do momento da realização da conduta. Portanto, o resultado naturalístico – no caso, aqui, morte de duas pessoas - deveria ser previsível ao acriminado, principalmente quando estava a dirigir um veículo sem habilitação após haver ingerido bebida alcoólica. Entendo que o resultado objetivamente previsível poderia ter sido evitado se o réu tivesse evitado conduzir veículo para o qual não tinha habilitação legal. Apelação conhecida e improvida. (Apelação Criminal, Terceira Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do MA, Relator: Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos).

DECISÃO: ACORDAM os Desembargadores da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por unanimidade de votos e de acordo com o parecer da douta Procuradoria Geral de Justiça, em conhecer e negar provimento ao Recurso, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Des. José **JOAQUIM FIGUEIREDO** dos Anjos
Relator

ACÓRDÃO Nº 107973/2011**TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL****Sessão do dia 31 de outubro de 2011****CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA N.º 015970/2011 – SÃO JOSÉ DE RIBAMAR (MA)****NÚMERO PROCESSO: 0002117-53.2008.8.10.0058****Suscitante: Juízo de Direito da 3ª Vara da Comarca de São José de Ribamar****Suscitado: Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de São José de Ribamar****Relator: Des. Benedito de Jesus Guimarães Belo****E M E N T A**

PROCESSUAL PENAL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO PENAL INICIADA. EDIÇÃO SUPERVENIENTE DE PROVIMENTOS. REDISTRIBUIÇÃO PARA OUTRA VARA. MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. PERPETUAÇÃO DA JURISDIÇÃO. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO ART. 87 DO CPC.

I – Depois de proposta e distribuída não deve a ação penal ser redistribuída para outra Vara com fundamento em provimentos quando inócua qualquer situação autorizativa da modificação da competência, notadamente quando já praticados vários atos processuais de cunho decisório, sob pena de violação ao princípio da perpetuação da jurisdição, aplicado subsidiariamente ao processo penal.

II – Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo Suscitado. Unanimidade.

DECISÃO: ACORDAM os Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por unanimidade, nos termos do voto do relator e de acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, modificado em banca, em conhecer do Conflito e declarar competente o Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Ribamar, ora Suscitado, para processar e julgar o feito.

Desembargador **BENEDITO DE JESUS GUIMARÃES BELO**
PRESIDENTE/RELATOR

ACÓRDÃO Nº 107975/2011
TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
Sessão do dia 24 de outubro de 2011
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 015897/2011 – SANTA RITA(MA)
NÚMERO PROCESSO: 0000115-95.2006.8.10.0118
Recorrente: Neilson Carvalho Campos
Advogado: Dr. José Maria Leite Lima
Recorrido: Ministério Público Estadual
Promotora de Justiça: Drª. Karine Guimarães Brusaca Pereira
Juiz Prolator: Drª. Karine Lopes de Castro
Relator: Des. Benedito de Jesus Guimarães Belo

E M E N T A

PENAL. PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO. DENÚNCIA FORMALMENTE IDÔNEA. ALEGAÇÕES FINAIS DEFENSIVAS APRESENTADAS. NULIDADES AFASTADAS. PRONÚNCIA. MATERIALIDADE DO DELITO E INDÍCIOS DE SUA AUTORIA. CONJUGAÇÃO. INADMISSIBILIDADE DE IMPRONÚNCIA. PREVALÊNCIA DO PRINCÍPIO *IN DUBIO PRO SOCIETATE*. RECURSO DESPROVIDO.

I – Não padece de vício a denúncia que embora concisa contenha em seu bojo todos os elementos exigidos pela legislação processual penal, descrevendo de forma minudente o fato criminoso em toda a sua essência e com todas as suas circunstâncias, possibilitando o pleno exercício do direito de defesa.

II – Oferecidas as alegações finais de defesa, pleiteando, inclusive, pela absolvição do acusado, não há vício a ser sanado por falta dessa peça processual.

III – Na sentença de pronúncia, que encerra mero juízo de admissibilidade da acusação, patenteada a materialidade do delito e os indícios de autoria, não há se falar em impronúncia, uma vez presentes os requisitos mínimos previstos no artigo 408 do CPP.

IV – Recurso conhecido e desprovido. Unanimidade.

DECISÃO: ACORDAM os Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por unanimidade, nos termos do voto do relator e de acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, em rejeitar as preliminares de nulidade e, no mérito, negar provimento ao recurso para manter a decisão de pronúncia, para que o recorrente seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular.

Desembargador **BENEDITO DE JESUS GUIMARÃES BELO**
PRESIDENTE/RELATOR

ACÓRDÃO Nº 107976/2011
TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
Sessão do dia 31 de outubro de 2011
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 016036/2011 – SÃO JOÃO DOS PATOS
NÚMERO PROCESSO: 0000374-27.2010.8.10.0126
Recorrente: Rejane Alves Moreira
Defensor Dativo: Dr. Ivânio Silveira Coelho Ribeiro
Recorrido: Ministério Público Estadual
Promotor de Justiça: Dr. Williams Silva de Paiva
Juiz Prolator: Dr. Rommel Cruz Viégas
Relator: Des. Benedito de Jesus Guimarães Belo

E M E N T A

PENAL E PROCESSUAL PENAL. PRONÚNCIA. HOMICÍDIO QUALIFICADO. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. EXCESSO DE ELOQUÊNCIA ACUSATÓRIA. INOCORRÊNCIA. RECURSO IMPROVIDO. UNANIMIDADE.

I – Limitando-se a decisão de pronúncia a indicar os indícios de autoria e a materialidade delitiva e assim submeter o acusado a julgamento pelo júri, não há se falar em emissão de juízo de valor capaz de influenciar negativamente a decisão dos jurados.

II – Recurso conhecido e desprovido. Unanimidade.

DECISÃO: ACORDAM os Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por unanimidade, nos termos do voto do relator e de acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, em conhecer e negar provimento ao Recurso em Sentido Estrito, mantendo incólume, em todos os seus termos, para que o recorrente seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular.

Desembargador **BENEDITO DE JESUS GUIMARÃES BELO**
PRESIDENTE/RELATOR

ACÓRDÃO Nº 107977/2011
TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
SESSÃO DO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2011
CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA Nº. 014411/2011 – SÃO JOSÉ DE RIBAMAR/MA
NÚMERO PROCESSO: 0002709-63.2009.8.10.0058
SUSCITANTE: Juízo de Direito da 3ª Vara da Comarca de São José de Ribamar
SUSCITADO: Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de São José de Ribamar
RELATOR: Des. Benedito de Jesus Guimarães Belo

E M E N T A

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PROCESSO PENAL INICIADO. SUPERVENIÊNCIA DE PROVIMENTOS DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA MODIFICANDO A COMPETÊNCIA. REDISTRIBUIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PERPETUAÇÃO DA JURISDIÇÃO.

APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO ART. 87 DO CPC.

I – Depois de recebida a inicial acusatória a ação penal não pode ser redistribuída para outra Vara, salvo quando houver supressão do órgão judiciário ou alteração da sua competência em razão da matéria ou da hierarquia, sob pena de violação ao princípio da perpetuação da jurisdição.

II – Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo Suscitado. Unanimidade.

DECISÃO: ACORDAM os Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por unanimidade e de acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça, em conhecer do Conflito e declarar competente o Juízo de Direito da Primeira Vara da Comarca de São José de Ribamar, ora Suscitado, nos termos do voto do relator.

Desembargador BENEDITO DE JESUS GUIMARÃES BELO
PRESIDENTE e RELATOR

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL**PROCESSO CRIMINAL | MEDIDAS GARANTIDORAS | HABEAS CORPUS****NÚMERO PROCESSO: 0004881-84.2011.8.10.0000****NÚMERO PROTOCOLO: 023857-2011****PACIENTE: ANDRESON MAGALHÃES SILVA****ADVOGADO: CLEMENTE BARROS VIEGAS****IMPETRADO: JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE IMPERATRIZ****COMARCA: IMPERATRIZ****VARA: QUARTA VARA CRIMINAL****JUIZ PROLATOR: WELITON SOUSA CARVALHO****ENQUADRAMENTO: ART. 121, CAPUT, DO CPB****RELATOR: DES. JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS****DECISÃO**

HABEAS CORPUS impetrado em favor de Andreson Magalhães Silva, preso preventivamente em razão de suposto homicídio, reclamando ausente justa causa à preservação do ergástulo, à falta de seus requisitos, e bem assim excedidos os prazos processuais relativos à formação da culpa, porquanto custodiado, o paciente, desde 17/05/2011, sem que até esta data iniciada a instrução criminal.

Pediu fosse a Ordem liminarmente concedida, com a expedição do competente Alvará de Soltura. Denegada a liminar (fls. 21 USQUE 24), vieram as informações, dando conta de que revogada a custódia, por força de decisão judicial de Primeiro Grau, concessiva de liberdade provisória, em 21/09/2011.

Parecer ministerial da lavra da d. Procuradora de Justiça, Drª Rita de Cássia Maia Baptista Moreira às fls. 31 USQUE 35, pela prejudicialidade da impetração.

Decido.

Há nos autos a notícia de que solto o paciente, por força de decisão judicial. Esgotado resta, pois, o objeto da impetração.

Nesse sentido, os precedentes seguintes, LITTERIS:

“PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. FLAGRANTE. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ALEGAÇÃO DE FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. LIBERDADE PROVISÓRIA CONCEDIDA PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ORIGEM. ORDEM PREJUDICADA.

1. Concedido o benefício de liberdade provisória pelo Tribunal a quo, resta evidente a prejudicialidade do writ, em razão da perda do objeto do presente pedido.

2. HC extinto sem exame de mérito.”

(HC 96737/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJ em 18/08/2008)

“PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. 1. PRISÃO PREVENTIVA. RÉUS POSTOS EM LIBERDADE POR EXCESSO DE PRAZO. PEDIDO PREJUDICADO. PERDA DO OBJETO. 2. WRIT PREJUDICADO.

1. Considerando que os pacientes foram colocados em liberdade por força de outro habeas corpus julgado por esta Turma, em que foi concedida a ordem em virtude do reconhecimento de excesso de prazo para o julgamento dos mesmos, restou prejudicado o presente writ, que visava a revogação da prisão preventiva

2. Writ prejudicado.”

(HC 80654/RJ, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJ em 14/04/2008)

Assim, e com fundamento no art. 336, do RI-TJ/MA, c/c o art. 659, da Lei Substantiva Penal, julgo prejudicada a impetração, pela perda superveniente do respectivo objeto.

Decorridos os prazos necessários, remetam-se os autos ao arquivo.

Publique-se.

Intimem-se.

São Luís, 07 de novembro de 2011

José JOAQUIM FIGUEIREDO dos Anjos
Relator

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL**PROCESSO CRIMINAL | MEDIDAS GARANTIDORAS | HABEAS CORPUS****NÚMERO PROCESSO: 0006028-48.2011.8.10.0000****NÚMERO PROTOCOLO: 030127-2011****PACIENTE: REGINALDO ARAÚJO RODRIGUES****ADVOGADO: JOSYFRANK SILVA DA COSTA****IMPETRADO: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE ITAPECURU-MIRIM****COMARCA: ITAPECURU-MIRIM****VARA: PRIMEIRA VARA****JUÍZA PROLATORA: LAYSA DE JESUS PAZ MARTINS MENDES****ENQUADRAMENTO: ART. 155, § 1º, C/C § 4º, I, C/C ART. 288, TODOS DO CP****RELATOR: DES. JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS****DECISÃO**

HABEAS CORPUS impetrado em favor de Reginaldo Araújo Rodrigues, preso preventivamente em razão de suposta infração ao art. 155, § 1º, c/c § 4º, I, c/c o art. 288, ambos da Lei Substantiva Penal.

A impetração sustenta, em síntese, ilegalmente constrangido o paciente, porque custodiado desde 08/09/2011, sem que até esta data citado a responder à denúncia, ofertada que fora ainda em 28/09/2011.

Sob tal prisma, e à alegação de tratar, a hipótese, de acriminado primário e sem antecedentes, com domicílio fixo e ocupação lícita, pede seja a Ordem liminarmente concedida, com a expedição do competente Alvará de Soltura.

Decido.

A concessão de liminar, em HABEAS CORPUS, constitui medida excepcional, porque decorrente de construção doutrinária e jurisprudencial, ou seja, porque desprovida de normatização legal a admiti-la. Assim é que somente será admitida quando demonstrada, de forma inequívoca e imediata, flagrante ilegalidade no ato ou decisão impugnados, demandando, ainda, a satisfação cumulativa dos requisitos do FUMUS BONI IURIS e PERICULUM IN MORA.

Ao julgador singular, porém, não cabe deferir liminarmente ordem de HABEAS CORPUS, por implicar indevida antecipação da prestação jurisdicional de mérito.

A medida urgente, quando concedida, haverá que ficar restrita à garantia da eficácia da decisão final a ser proferida pelo colegiado, não se prestando à supressão da competência daquele.

Nesse sentido, aliás, tem se manifestado reiteradamente o Superior Tribunal de Justiça, VERBIS: "... a provisão cautelar não se presta à apreciação da questão de mérito do writ, por implicar exame prematuro da matéria de fundo da ação de habeas corpus, de competência da turma julgadora, que não pode ser apreciada nos limites da cognição sumária do Relator. Por outras palavras, no writ não cabe medida satisfativa antecipada" (HC 17579/RS, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ em 09/08/2001).

Tem-se, pois, completamente inadmissível a pretensão urgente, formulada no sentido de que à paciente fosse, liminarmente, garantido o direito reclamado: o pedido liminar é o próprio mérito da impetração, cujo exame compete privativamente ao colegiado, no momento oportuno.

Indefiro a liminar.

Corrija-se a autuação, para nela incluir o correto enquadramento da espécie, qual seja, art. 155, § 1º, c/c § 4º, I, c/c o art. 288, ambos da Lei Substantiva Penal.

Após, peçam-se informações detalhadas à d. autoridade dita coatora, bem como cópias dos documentos necessários ao exame da controvérsia. Prazo: 5 (cinco) dias.

Decorridos, com ou sem elas, sigam os autos ao representante do Órgão do PARQUET, para manifestação, observado o prazo de 2 (dois) dias para tanto regimentalmente previsto no art. 328 do RI-TJ/MA.

Publique-se.

Cumpra-se.

São Luís, 07 de novembro de 2011

José JOAQUIM FIGUEIREDO dos Anjos
Relator

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS N.º 0006076-07.2011.8.10.0000 (030336-2011) – SÃO LUÍS/MA.

Paciente: Domingos Alves de Araújo

Impetrante: José Ribamar Marques

Impetrado: Juiz de Direito da 11ª Vara Criminal da Comarca de São Luís/MA.

Relator Substituto: Desembargador José Bernardo Silva Rodrigues

DECISÃO

Cuida-se de pedido liminar em sede de *Habeas Corpus*, impetrado por José Ribamar Marques, em favor de Domingos Alves de Araújo, contra ato do MM. Juiz de Direito da 11ª Vara Criminal da Comarca de São Luís/MA.

O impetrante relata que o paciente encontra-se recolhido na Penitenciária de Pedrinhas desde o dia 03.10.2011, sob a acusação da suposta prática do crime previsto no art. 217-A do Código Penal.

Aduz que a segregação cautelar baseou-se em auto de prisão em flagrante delito que não existiu, sendo posteriormente convertida, ilegalmente, em prisão preventiva pelo ilustre juiz que se encontrava de plantão.

Assevera que foi protocolado Pedido de Revogação da Prisão Preventiva em favor do paciente, o qual foi indeferido pela magistrada de base, como garantia da ordem pública, da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal.

Sustenta que "as causas invocadas pela autoridade coatora não se encontram concretamente demonstradas nos autos, não passando de meras conjecturas, adredemente, articuladas, com o fim único de justificar a segregação cautelar do incriminado".

Afirmando ausentes os requisitos estabelecidos no art. 312 do Código de Processo Penal e presentes o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, pugna pela concessão liminarmente da presente ordem de *Habeas Corpus*, garantindo a liberdade do paciente até o julgamento final do writ, com a expedição do competente Alvará de Soltura.

No mérito, pugna pela confirmação da medida liminar, com a concessão em definitivo do *mandamus*, para que seja conferido ao paciente o direito de responder ao processo em liberdade.

É o relatório.

DECIDO.

Tratando-se de medida liminar, nos caberá tão somente a análise da presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*.

Como é cediço, a prisão preventiva é uma espécie de prisão cautelar, devendo, em função do princípio constitucional da presunção de inocência, previsto no art. 5º, inc. LVII, da Constituição Federal, ser aplicada de forma comedida, excepcional, em hipóteses autorizadoras previstas no art. 312, do Código de Processo Penal, as quais demonstram o *periculum libertatis*.

Ademais, a prisão preventiva deve sempre ser analisada sob a ótica da Lei nº 12.403/2011, a qual, pode-se dizer, tem como objetivo mostrar - melhor seria dizer "relembra" - que a prisão provisória é uma medida de exceção, a *ultima ratio*.

Segundo Luiz Flávio Gomes (Prisão e Medidas cautelares – Comentários à Lei 12.403/2011. São Paulo: RT, 2011.), a prisão preventiva não é apenas a *ultima ratio*. Ela é a *extrema ratio da ultima ratio*. A regra é a liberdade; a exceção são as cautelares restritivas da liberdade (art. 319, CPP); dentre elas, vem por último, a prisão, por expressa previsão legal.

Realizadas tais considerações preliminares, passo à análise da hipótese dos autos, onde a autoridade coatora, ao indeferir o pedido de liberdade provisória e manter a prisão preventiva do paciente, limitou-se a afirmar que:

"(...) a ordem pública não pode ficar marginalizada em detrimento de ações perversas e criminosas, independente de primariedade e bons antecedentes, sendo necessário à imposição de medidas eficazes em frear o ímpeto criminoso, bem como evitar a reiteração de práticas delitivas, para quem delinque.

Fora tal argumento, há indícios nos autos de que o requerente seja adepto a prática de crimes sexuais envolvendo menores, demonstrando ser

pessoa de alta periculosidade, tendo em vista a forma ostensiva que aliciou uma criança de 12 (doze) anos de idade, utilizando de expediente ardiloso para cometer o crime e satisfazer a sua lascívia.

(...) não vislumbro no atual momento, que qualquer medida esculpida no artigo supra, possa resultar em meios satisfatórios capazes de evitar a reiteração dos crimes e nem as considero como adequadas, dado a gravidade do crime, não havendo na atual fase, nenhum argumento capaz de converter a prisão preventiva em medidas cautelares.

Sendo assim, estando o processo em fase uterina, não me parece prudente, neste momento, beneficiar o requerente com a concessão de liberdade provisória, uma vez que, restitui-lo ao convívio próximo da vítima, já que moram próximos, poderia pôr em risco não apenas a integridade da adolescente, mas gerar consequências que poderiam obstruir o regular andamento processual, este sempre vislumbrando a busca da verdade real dos fatos, verdade esta, que será demonstrada no decorrer do processo e não na fase embrionária em que os autos se encontram.

A atual encarceração do requerente se faz necessária diante da gravidade da conduta que lhe é imputada, devendo permanecer preso a fim de proteger a integridade física da adolescente vítima desse delito, garantindo com isso a paz social e a ordem pública, além de assegurar a instrução penal, livrando as possíveis testemunhas de qualquer influência que possam sofrer por parte de DOMINGOS ALVES DE ARAÚJO." (Negritei)

A magistrada de base fundamenta a necessidade da prisão por conveniência da instrução criminal ao argumento de impedir a intimidação da vítima antes dos depoimentos em juízo, preservando a verdade real.

Como se pode observar, não há qualquer elemento concreto com relação à intimidação da vítima ou testemunha por parte do paciente. Em verdade, a magistrada fundamenta o decreto prisional na mera probabilidade do que o acusado poderá vir a fazer caso seja solto, o que não serve para respaldar a medida constritiva para conveniência da instrução criminal.

Não se está a negar que a ameaça ou intimidação da vítima constitua motivo suficiente para o decreto de prisão preventiva, e sim a afirmar que não houve efetivamente tal situação fática.

Quanto ao requisito da prisão preventiva atinente à garantia da ordem pública, de igual modo entendo carecedor de fundamentação idônea, uma vez que o argumento utilizado pela magistrada mostra-se equivocada, eis que pautado apenas na possibilidade de reiteração de condutas delituosas e na gravidade abstrata do delito, não mantendo vínculo com qualquer situação fática concreta.

O entendimento doutrinário e jurisprudencial é uníssono no sentido de que meras conjecturas e ilações não constituem motivos ensejadores para decretação do ergástulo cautelar. Esse é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

Prisão preventiva (imposição). Testemunhas (ameaça). Decreto (falta de fundamentação). Prazo (excesso). Revogação (caso). 1. O despacho (ou a decisão) que decreta a prisão há de estar suficientemente fundamentado (Cód. de Pr. Penal, art. 315). A preventiva há sempre de vir apoiada em bons elementos de convicção – elementos certos, determinados, concretos –, sob pena de ser havido o decreto por não fundamentado. 2. A existência de testemunhas sigilosas e de temor reverencial em relação aos acusados, também de receio quanto à integridade daqueles que prestaram depoimento, por si sós, não justificam a imposição de prisão preventiva. 3. Por ser medida de índole excepcional – liberdade é regra, prisão é exceção –, a prisão antes do trânsito em julgado deve vir, sempre e sempre, baseada em fundamentação concreta, e não em meras suposições ou conjecturas. 4. Ademais, sem dúvida que a coação é ilegal quando alguém está preso por mais tempo do que determina a lei, momentaneamente a prisão cautelar já perdura por mais de duzentos dias, ainda que se trate de crime cometido com violência. 5. Ordem de habeas corpus concedida.

(HC 115040 / SP HABEAS CORPUS 2008/0197930-1, Relator para o Acórdão Ministro NILSON NAVES, 6ª T, julgado em 26/05/2009, DJe 01/07/2009)

CRIMINAL. RHC. ESTELIONATO. FORMAÇÃO DE QUADRILHA. PRISÃO PREVENTIVA. PROVA DA MATERIALIDADE E AUTORIA. MOTIVAÇÃO INIDÔNEA A RESPALDAR A CUSTÓDIA. POSSIBILIDADE DE REITERAÇÃO DA PRÁTICA DELITIVA. AMEAÇA A TESTEMUNHA. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. MERAS SUPOSIÇÕES E PROBABILIDADES. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. RECURSO PROVIDO.

A existência de prova da autoria e materialidade dos crimes imputados ao recorrente não constitui fundamentação idônea a autorizar a prisão para garantia da ordem pública, se desvinculada de qualquer fator concreto que não a própria prática, em tese, criminosa. Aspectos que devem permanecer alheios à avaliação dos pressupostos da prisão preventiva, mormente para garantia da ordem pública, pois desprovidos de propósito cautelar, com o fim de resguardar o resultado final do processo. Conclusões vagas e abstratas tais como a preocupação de que o recorrente possa reiterar a conduta supostamente delitiva, ou ameaçar testemunhas, sem vínculo com situação fática concreta, efetivamente existente, consistem meras probabilidades e suposições a respeito do que o acusado poderá vir a fazer, caso permaneça solto, motivo pelo qual não podem respaldar a medida constritiva para conveniência da instrução criminal. Precedentes. Condições pessoais favoráveis, mesmo não sendo garantidoras de eventual direito à liberdade provisória, devem ser devidamente valoradas, quando não demonstrada a presença de requisitos que justifiquem a medida constritiva excepcional. Deve ser cassado o acórdão recorrido, bem como o decreto prisional, para revogar a prisão preventiva do recorrente, determinando-se a imediata expedição de alvará de soltura em seu favor, se por outro motivo não estiver preso, sem prejuízo de que venha a ser decretada novamente a custódia, com base em fundamentação concreta. Recurso provido, nos termos do voto do Relator.

(RHC 19770 / RR RECURSO ORDINARIO EM HABEAS CORPUS 2006/0141769-1, Ministro GILSON DIPP, 5ª T, julgado em 22/08/2006, DJ 18/09/2006 p. 339)

Nesta senda, impossível de subsistir o decreto prisional com base na conveniência da instrução criminal ou na garantia da ordem pública, não havendo prova concreta de que o paciente tenha cometido qualquer ameaça à vítima, ou que venha a praticar novos delitos.

Face todo o exposto, não é exagero repetir que a prisão cautelar tem que se fundar em fatos plausíveis, concretos, não podendo estar embasado em meras conjecturas, sob pena de fragilizar a garantia do próprio instituto da prisão provisória, a qual somente pode ser utilizada excepcionalmente.

Desta feita, o *fumus boni iuris* está consubstanciado na ausência dos requisitos previstos no art. 312, do Código de Processo Penal.

O *periculum in mora* se consubstancia em ser flagrante o dano que o paciente virá a sofrer com a manutenção da famigerada prisão, ante a privação de sua liberdade e da convivência familiar, bem como de prover o seu sustento e de sua família.

Isto posto, CONCEDO a liminar pleiteada, garantindo a liberdade ao paciente DOMINGOS ALVES DE ARAÚJO, até o julgamento do mérito do presente writ, servindo a presente decisão como ALVARÁ DE SOLTURA.

Após, determino seja oficiado ao Juízo de Direito da 11ª Vara Criminal da Comarca de São Luís/MA para tomar ciência da presente decisão e para, no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias, prestar informações sobre o alegado na inicial, devendo ser-lhe encaminhada cópia da inicial, dos documentos que a instruem, bem como desta decisão, inclusive via fax ou e-mail, servindo, de logo, a presente, como ofício para fins de ciência e cumprimento, e, após essa providência, remetidos estes à douta Procuradoria Geral de Justiça, para emissão de parecer.

Publique-se. Cumpra-se.

São Luís (MA), 04 de novembro de 2011.

Desembargador JOSÉ BERNARDO SILVA RODRIGUES
Relator Substituto

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL N.º 0000004-10.1994.8.10.0029 (N.º protocolo: 29193/2011 – Caxias/MA)

Apelante: Valdeci Ximenes Cruz
Advogado: Manoel Messias Pereira de Sousa
Apelado: Ministério Público Estadual
Relator: Des. Benedito de Jesus Guimarães Belo

DESPACHO

Baixem-se os autos para abertura de prazo para a defesa do apelante Valdeci Ximenes Cruz apresentar razões recursais, como requerido no termo de apelação de fl. 103.

Na sequência, intime-se o representante do Ministério Público que oficia junto à 4ª Vara da Comarca de Caxias para, querendo, ofereça as suas contrarrazões.

Após, voltem-me conclusos.

São Luís, 07 de novembro de 2011.

Desembargador **BENEDITO DE JESUS GUIMARÃES BELO**
RELATOR

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIMINAL N.º 010941/2011 – SÃO JOSÉ RIBAMAR (MA)

NÚMERO PROCESSO: 0000006-68.1986.8.10.0058

Apelante: José Augusto Cutrim da Silva

Defensor Público: Dr. Cícero Sampaio de Lacerda

Apelado: Francisco Adalberto Teixeira Nascimento

Juiz Prolator: Dr. Márcio Castro Brandão

Relator: Des. Benedito de Jesus Guimarães Belo

Vistos etc.

Diante do teor da certidão de f. 668, oficie-se ao Juízo deprecado sobre o cumprimento da Carta Precatória de f. 665.

Cumpra-se.

São Luís (MA), 08 de novembro de 2011.

Desembargador **BENEDITO DE JESUS GUIMARÃES BELO**
RELATOR

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO CRIMINAL | RECURSOS | APELAÇÃO

NÚMERO PROCESSO: 0000012-59.1999.8.10.0110

NÚMERO PROTOCOLO: 030379/2011

APELANTE: WIRAN FERREIRA CAMPÊLO

ADVOGADO: HÉLIO LEITE

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROMOTOR: CARLOS ROSTÃO MARTINS FREITAS

COMARCA: PENALVA

VARA: VARA ÚNICA

JUÍZA PROLATORA: IRIS DANIELLE DE ARAÚJO SANTOS

ENQUADRAMENTO: ART. 157, § 2º, INCISOS I E II, DO CPB

RELATOR: DES. JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS

REVISOR SUBSTITUTO: DES. JOSÉ BERNARDO SILVA RODRIGUES

DESPACHO

Intime-se o Advogado constituído pelo Apelante, para que ofereça suas razões de Apelação, no prazo legal (art. 600, da Lei Adjetiva Penal).

Decorrido o prazo sem manifestação da defesa, intime-se referido recorrente, pessoalmente, para constituir novo Advogado, ou declarar a impossibilidade de fazê-lo.

Em sendo o caso, determino seja notificada a d. Defensoria Pública do Estado, para que indique Defensor a funcionar no feito, oferecendo as razões de recurso, pena de eventual nulidade do julgamento a ser proferido pela eg. Terceira Câmara Criminal.

Nesse sentido destaco, por oportuno, VERBIS:

"HABEAS CORPUS. ESTUPRO COM VIOLÊNCIA PRESUMIDA. RECURSO DE APELAÇÃO. NÃO APRESENTAÇÃO DAS RAZÕES. CONSTRANGIMENTO CARACTERIZADO.

1. É direito constitucional do réu ter arazoados os seus recursos interpostos, e por profissional tecnicamente habilitado, não se contentando, como não se contenta, a ampla defesa com impugnações imotivadas.

2. É corolário do direito à ampla defesa, com os recursos a ela inerentes, o dever de nomeação de defensor do réu para a interposição, arazoamento e substituição de seu recurso, já quando não haja constituído advogado, já quando este se omite relativamente a atos de defesa essenciais, assegurando-se-lhe, além, neste caso, a constituição de novo patrono.

3. Ordem concedida."

(STJ, HC nº 13.544/RS, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ em 24.02.2003)

"PROCESSUAL PENAL. ESTELIONATO. 1. RÉU QUE MANIFESTA DESEJO DE RECORRER DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. INTIMAÇÃO DE ADVOGADO CONSTITUÍDO PARA APRESENTAÇÃO DE RAZÕES. INÉRCIA. APELAÇÃO JULGADA SEM AS RAZÕES. NULIDADE. RECONHECIMENTO. CERCEAMENTO DE DEFESA. OCORRÊNCIA. 2. ORDEM CONCEDIDA.

1. Tendo o réu manifestado pessoalmente o desejo de recorrer da sentença condenatória, deve ser suprida a sua falta de capacidade postulatória, com a apresentação de razões por advogado. Havendo advogado constituído, se esta permanece inerte, deve ser o acusado intimado para constituir novo defensor, e, não o fazendo, deve-se-lhe nomear defensor dativo para tanto.

2. Ordem concedida, recolhendo-se, em consequência, o mandado de prisão expedido contra o paciente, em virtude da desconstituição do trânsito em julgado."

(STJ, HC nº 71.054/SC, Rel. Min. Maria Thereza Assis Moura, DJ em 10.12.2007)

Após, sigam os autos ao órgão do PARQUET de base, para oferecimento de contrarrazões, no prazo legal.

Finalmente, vencidos tais atos, sigam os autos à Procuradoria Geral de Justiça, para manifestação de mérito. Prazo: 10 (dez) dias (art. 559, do RI-TJ/MA).

Publique-se. Cumpra-se.
São Luís, 07 de novembro de 2011

José **JOAQUIM FIGUEIREDO** dos Anjos
Relator

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
PROCESSO CRIMINAL | RECURSOS | APELAÇÃO
NÚMERO PROCESSO: 0000045-45.2006.8.10.0032
NÚMERO PROTOCOLO: 029356/2011
APELANTE: ANTÔNIO RODRIGUES MAGALHÃES NETO
DEFENSOR DATIVO: THIAGO JEFFERSON MACHADO SILVA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
PROMOTOR: ANDRÉ LUÍS LOPES ROCHA
COMARCA: COELHO NETO
VARA: PRIMEIRA VARA
JUIZ PROLATOR: JOSÉ ELISMAR MARQUES
ENQUADRAMENTO: ART. 157, CAPUT, C/C ART. 14, DO CÓDIGO PENAL
RELATOR: DES. JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS
REVISOR SUBSTITUTO: DES. JOSÉ BERNARDO SILVA RODRIGUES

DESPACHO

Sigam os autos à Procuradoria Geral de Justiça, para manifestação. Prazo: 10 (dez) dias (art. 559 do RI-TJ/MA).
Publique-se. Cumpra-se.
São Luís, 07 de novembro de 2011

José **JOAQUIM FIGUEIREDO** dos Anjos
Relator

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
APELAÇÃO CRIMINAL N.º 029700/2011 – TUNTUM (MA)
NÚMERO PROCESSO: 0000474-52.2010.8.10.0135
Apelante: Francilene da Silva Almeida
Advogado: Dr. José Mendes Josué
Apelado: Ministério Público Estadual
Promotor de Justiça: Dr. Gabriel Sodré Gonçalves
Juiz Prolator: Dr. Pedro Henrique Holanda Pascoal
Relator: Des. Bendito de Jesus Guimarães Belo
Vistos etc.

Compulsando os autos, verifiquei a ausência de continuação da sentença condenatória, exatamente, entre as fs. 204 e 205, local em que deveria constar a dosimetria da pena privativa de liberdade imposta à apelante, razão pela qual, com sustentação no artigo 259 do RITJ/MA, converto o julgamento em diligência para determinar o retorno dos autos à origem a fim de que seja posto aos autos essa parte da decisão condenatória, devendo as partes serem novamente intimadas, observadas as formalidades legais.

Cumpra-se.
São Luís (MA), 08 de novembro de 2011.

Desembargador **BENEDITO DE JESUS GUIMARÃES BELO**
RELATOR

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
APELAÇÃO CRIMINAL N.º 022340-2011 – CAXIAS (MA)
NÚMERO ÚNICO: 0000492-18.2001.8.10.0029
Apelante: Claudemir Andrade Ferreira
Advogado: Naldson Luiz Pereira Carvalho
Apelado: Ministério Público
Promotor: Fernando Evelim de Miranda Meneses
Juiz Prolator: Paulo Afonso Vieira Gomes
Relator: Des. Benedito de Jesus Guimarães Belo

DESPACHO

Acolho a manifestação ministerial de fl. 230, para converter o julgamento em diligência e, via de consequência, determinar a baixa dos autos ao juízo de origem, a fim de que lá, com brevidade, sejam tomadas as providências processuais necessárias à notificação das vítimas acerca da sentença penal, nos termos do art. 201, §2º, do Código de Processo Penal, bem como a separação do processo em relação ao acusado João Moura da Silva. Após, venham-me conclusos.

Cumpra-se. Publique-se.
São Luís (MA), 03 de novembro de 2011.

Desembargador **BENEDITO DE JESUS GUIMARÃES BELO**
RELATOR

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RECURSO EM SENTIDO ESTRITO N.º 029198/2011 – SÃO BENTO
NÚMERO ÚNICO: 0000558-98.2010.8.10.0120
Recorrente: Ministério Público Estadual
Promotor de Justiça: Dr. Carlos Henrique Soares Monteiro
Recorrido: Waldemir de Jesus Lima
Advogado: Dr. Cícero Carlos de Medeiros

Juiz Prolator: Dr. Sidney Cardoso Ramos
Relator: Des. Benedito de Jesus Guimarães Belo
Vistos etc.

Considerando que após o oferecimento das contrarrazões pelo recorrido não houve manifestação do Juízo monocrático no sentido de manter ou reformar a decisão fustigada, converto o julgamento em diligência, com amparo no artigo 259, *caput*, do RITJ/MA, para determinar o retorno dos presentes autos à origem a fim de que seja exercido o juízo de retratação, nos moldes do disposto no artigo 589, do Código de Processo Penal. Após, voltem-me conclusos.

Cumpra-se.

São Luís, 08 de novembro de 2011.

Desembargador **BENEDITO DE JESUS GUIMARÃES BELO**
RELATOR

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
PROCESSO CRIMINAL/RECURSO/APELAÇÃO
NUMERO PROCESSO: 0002533-40.2010.8.10.0029
NUMERO PROTOCOLO: 030246/2011
APELANTE: MARCOS WINICIUS BORGES DA SILVA
ADVOGADO: JONAS DE AGUIAR FILHO
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
PROMOTOR: FERNANDO EVELIM DE MIRANDA MENESES
COMARCA: CAXIAS
VARA: TERCEIRA VARA
JUIZ PROLATOR: PAULO AFONSO VIEIRA GOMES
ENQUADRAMENTO: ART. 157, §2º, INCISOS I E II, C/C ART. 71, DO CPB.
RELATOR: DES. JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS
REVISOR SUBST.: DES. JOSÉ BERNARDO SILVA RODRIGUES

DESPACHO

Observe intimação pessoal do réu (fl. 125, verso), apresentação de apelo (fls. 127 USQUE 131) e contrarrazões (fls. 136 USQUE 144). Sigam os autos à douta Procuradoria Geral de Justiça, para manifestação. Prazo: 10 (dez) dias (art. 559 do RI-TJ/MA).

Publique-se. Cumpra-se.

São Luís, 08 de novembro de 2011

José **JOAQUIM FIGUEIREDO** dos Anjos
Desembargador Relator

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
PROCESSO CRIMINAL | RECURSO | APELAÇÃO
NUMERO ÚNICO: 0002587-69.2011.8.10.0029
APELAÇÃO CRIMINAL Nº. 029350/2011
APELANTE: MÁRCIO DA SILVA DIAS
ADVOGADOS: NALDSON LUIZ PEREIRA CARVALHO, RACHEL SILVA CARVALHO BEZERRA E SARA MORGANA SILVA CARVALHO
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
PROMOTOR: FÁBIO MENEZES DE MIRANDA
COMARCA: CAXIAS
VARA: QUARTA VARA
JUIZ PROLATOR: ANTÔNIO MANOEL ARAÚJO VELOZO
ENQUADRAMENTO: ART. 303, PARÁGRAFO ÚNICO C/C ART. 302, INCISO III, AMBOS DO CÓDIGO BRASILEIRO DE TRÂNSITO
RELATOR: DES. JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS
REVISOR SUBST.: DES. JOSÉ BERNARDO SILVA RODRIGUES

DESPACHO

Observe intimação pessoal do réu com ciência no rosto da sentença (fl. 89). O recurso (fl. 92), todavia, pugna pela apresentação de razões na superior instância (CPP, artigo 600, §4º), razão porque determino a intimação do causídico a fim de apresentá-las no prazo legal. Após, baixem-se os autos a fim de que o Ministério Público de base apresente contraminuta para, em seguida, remeter o feito à douta Procuradoria Geral de Justiça, para manifestação. Prazo: 10 (dez) dias (art. 559 do RI-TJ/MA). Publique-se. Cumpra-se.

São Luís, 08 de novembro de 2011

José **JOAQUIM FIGUEIREDO** dos Anjos
Desembargador Relator

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
HABEAS CORPUS N.º 029939/2011 –PINHEIRO(MA)
Número do Processo: 0005992-06.2011.8.10.0000
Paciente: Marcelo Gomes Campelo
Advogado: Anderson Maranhão de Moraes
Impetrado: Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Pinheiro
Relator: Des. Benedito de Jesus Guimarães Belo

DESPACHO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado pelo advogado Anderson Maranhão de Moraes em favor de Marcelo Gomes Campelo, nomeando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Pinheiro.

Ad cautelam, condiciono a apreciação do pedido de liminar à chegada de informações da autoridade apontada como coatora, que deverá ser notificada para prestá-las no prazo de 05 (cinco) dias. Nessa oportunidade devem ser-lhe remetidas cópias da inicial e dos documentos que a instruem, bem como desta decisão.

Após, venham-me conclusos.

Cumpra-se.

São Luís (MA), 07 de novembro de 2011.

Desembargador **BENEDITO DE JESUS GUIMARÃES BELO**
RELATOR

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL**HABEAS CORPUS N.º030364/2011 – ZÉ DOCA****NÚMERO PROCESSO: 0006080-44.2011.8.10.0000****Paciente: Antonio Horas da Silva****Advogados: Isaura Cristina de Araújo e Christian Bezerra Costa****Autoridade Coatora: Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca****Relator: Des. Benedito de Jesus Guimarães Belo****DESPACHO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado pelos advogados Isaura Cristina de Araújo e Christian Bezerra Costa em favor de Antonio Horas da Silva e contra ato do Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca.

Fundado em razões de prudência, condiciono a apreciação do pedido de liminar à prestação de informações pela autoridade apontada coatora, que deverá ser notificada para prestá-las no prazo máximo de 05 (cinco) dias. Nessa oportunidade devem ser-lhe remetidas cópias da inicial e dos documentos que a instruem, assim como deste despacho.

Após, venham-me conclusos.

Cumpra-se.

São Luís (MA), 08 de novembro de 2011.

Desembargador **BENEDITO DE JESUS GUIMARÃES BELO**
RELATOR

Coordenadoria de Recursos Constitucionais**COORDENADORIA DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS****RECURSO ESPECIAL CÍVEL****Número Processo: 0012516-58.2007.8.10.0000****Número Protocolo: 030538-2011****Agravo de Instrumento: 012516-2007****Recorrente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A****Advogados: LUCAS FERNANDES RIBEIRO BANHOS E OUTROS****Recorridos: ALBERTO BOOTH E CÍNTIA WEISS BOOTH****Advogado: ALDO DE MATOS SABINO JUNIOR****INTIMAÇÃO**

Intimo os recorridos acima aludidos para apresentarem as contrarrazões de que trata o artigo 542 do Código de Processo Civil.

Coordenadoria de Recursos Constitucionais do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, em São Luís, 9 de novembro de 2011.

Adelene Cardoso Macedo
Auxiliar Judiciário

COORDENADORIA DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS**RECURSO EXTRAORDINÁRIO CRIMINAL****Número Processo: 0015586-03.2009.8.10.0004****Número Protocolo: 30695-2011****Apelação Criminal: 000528-2011****Recorrente: WAGNER FERNANDES DE AZEVEDO****Advogados: JONILTON SANTOS LEMOS JUNIOR E JORGE FERREIRA DE ALMEIDA****Recorrido: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL****Procurador: JOSÉ ARGÔLO FERRÃO COELHO****INTIMAÇÃO**

Intimo o recorrido acima aludido para apresentar as contrarrazões de que trata o artigo 542 do Código de Processo Civil.

Coordenadoria de Recursos Constitucionais do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, em São Luís, 9 de novembro de 2011.

Adelene Cardoso Macedo
Auxiliar Judiciário

COORDENADORIA DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS**RECURSO ESPECIAL CRIMINAL****Número Processo: 0015586-03.2009.8.10.0004****Número Protocolo: 30694-2011****Apelação Criminal: 000528-2011****Recorrente: WAGNER FERNANDES DE AZEVEDO****Advogados: JONILTON SANTOS LEMOS JUNIOR E JORGE FERREIRA DE ALMEIDA****Recorrido: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL****Procurador: JOSÉ ARGÔLO FERRÃO COELHO****INTIMAÇÃO**

Intimo o recorrido acima aludido para apresentar as contrarrazões de que trata o artigo 542 do Código de Processo Civil.

Coordenadoria de Recursos Constitucionais do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, em São Luís, 9 de novembro de 2011.

Adelene Cardoso Macedo
Auxiliar Judiciário

COORDENADORIA DE RECURSOS CONSTITUCIONAIS**RECURSO ESPECIAL CRIMINAL****Número Processo: 0016445-94.2010.8.10.0000****Número Protocolo: 30473-2011**

Denúncia: 026717-2010**Recorrente: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO****Procurador: EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU****Recorrida: MARIA DO SOCORRO ALMEIDA WAQUIM****Advogado: DIEGO FRANCISCO ALVES BARRADAS****INTIMAÇÃO**

Intimo a recorrida acima aludida para apresentar as contrarrazões de que trata o artigo 542 do Código de Processo Civil.

Coordenadoria de Recursos Constitucionais do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, em São Luís, 9 de novembro de 2011.

Adelene Cardoso Macedo

Auxiliar Judiciário

Diretoria Administrativa**Divisão de Licitação e Contratos****PROCESSO nº 6.820/2008 -TJ****DECISÃO**

Trata-se de processo licitatório na modalidade Pregão Presencial -SRP, que objetivava a aquisição de material de acondicionamento (caixas de papelão) para atender às necessidades do Tribunal de Justiça.

Realizado o procedimento, sagrou-se vencedora a empresa Comércio e Representações São Luís, CNPJ nº 03.276.613/0001-44, pelo melhor lance de R\$ 52.600,00 (cinquenta e dois mil e seiscentos reais), conforme Termo de Adjudicação e Homologação de fls. 168 e 169.

Diante do resultado do certame foi lavrada e assinada a Ata de Registro de Preços, bem como o Contrato com a referida empresa, conforme se observa nos documentos de fls. 174/181 e 196/202, no qual a empresa se obrigou a fornecer o material no prazo de 10 (dez) dias.

Em documento juntado à fl. 212, datado de 22.01.2009, a empresa solicita dilação do prazo para entrega do material.

Analisando o pedido da empresa, o Coordenador de Material de Patrimônio do TJ/MA indefere o mesmo considerando que a homologação da licitação se deu no dia 14.08.2008, que a nota de empenho foi emitida em 03.10.2008 e o contrato assinado em 06.10.2008, sendo que até meados de janeiro de 2009 o material, que deveria ter sido entregue em 10 (dez) dias, ainda não tinha sido entregue, bem como que nenhuma justificativa tinha sido dada pela empresa, o que só veio a ocorrer em 22.01.2009.

Às fls. 216/217, a Coordenação de Material e Patrimônio informa que nenhuma quantidade do material objeto do Pregão Presencial nº 16/2008, de responsabilidade da empresa Comércio e Representações São Luís Ltda, havia sido fornecido, além do que, a referida empresa já teria sido vencedora em outros certames e, de igual modo, não cumpriu com suas obrigações contratuais.

Instada a fornecer o material, a segunda colocada no certame, a empresa E. L. de Melo Araújo Comércio e Representações Ltda, aceitou fornecer os bens.

À fl. 265, foi determinada a notificação da empresa Comércio e Representações São Luís Ltda para se manifestar quanto ao descumprimento do contrato de fornecimento, bem como em relação à aplicação das penalidades cabíveis.

Transcorrido o prazo dado na notificação sem qualquer manifestação o então Presidente determinou a rescisão do contrato nº 111/2008, firmado com empresa Comércio e Representações São Luís Ltda, a aplicação da multa de 5% (cinco por cento) calculada sobre o valor do contrato e a convocação da 2ª colocada no certame.

Convocada a 2ª colocada a mesma forneceu o objeto do contrato, conforme termo de recebimento definitivo de fl. 310.

A Auditoria da Presidência, às fls. 323/327, se manifesta pela regularidade da convocação e da contratação da 2ª colocada no certame, bem como, pela punição da empresa Comércio e Representações São Luís Ltda, com a multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Em parecer de fls. 330/333 a Assessoria Jurídica da Presidência se manifesta pela aplicação concomitante da multa no valor de R\$ 894,20 (oitocentos e noventa e quatro reais e vinte centavos) correspondentes aos 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato (cláusula 10.2.2), pela aplicação da multa diária de 0,3% ao dia, aplicada por atraso na execução do contrato superior a 30 dias (cláusula 10.2.2.2), tendo como marco inicial o dia 17.10.2008 até a notificação ocorrida em 08.05.2009 (fl.267), pela suspensão do direito de licitar com a administração pelo prazo de 02 (dois) anos e consequentemente, pela declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o Poder Público até que seja reabilitada.

A Auditoria da Presidência, em nova manifestação de fls. 343, ratifica o entendimento da Assessoria Jurídica, ressaltando a necessidade de declaração de inidoneidade da empresa Comércio e Representações São Luís Ltda, para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Após apuração e atualização dos valores relativos às penalidades a serem aplicadas, a empresa foi oficiada para tomar conhecimento e se manifestar a respeito da decisão, tendo a mesma pedido vista dos autos no dia 09.07.2010 sem se manifestar.

Em 05.11.2010, a empresa, através de requerimento independente que gerou um novo processo de nº. 41.381/2010, que seguirá apenso ao presente, se manifestou quanto à ocorrência, alegando, em suma, a falta de previsão para aplicação de multa pecuniária e a inexistência de prejuízo para o Tribunal de Justiça, tendo em vista que o material foi fornecido pelo 2º colocado.

É o relatório. Decido.

A situação trazida à tona, revela, de modo claro, a desídia da empresa Comércio e Representações São Luís Ltda, inscrita no CNPJ nº 03.276.613/0001-44, que vencedora do certame licitatório nº. 16/2008 (Pregão Presencial), assinou o contrato de fornecimento, porém não forneceu o material ao Tribunal de Justiça, gerando demora na satisfação da necessidade do Poder Público tendo em vista que foi necessária a convocação da 2ª colocada na licitação.

Verifica-se assim, que tal fato demandou, além do tempo sem o material que era necessário, a mão de obra e o custo de realizar todo um processo licitatório com a assinatura de um contrato, sem a entrega do objeto.

Ademais, convém salientar que a empresa sempre agiu de forma desidiosa, pois não tendeu às notificações em tempo hábil e, quando o fez não apresentou qualquer justificativa plausível, além de já ser reincidente nessa prática, conforme noticiado nos autos.

Como forma de demonstrar tal atitude e o prejuízo advindo dessa conduta, destaca-se a cronologia do processo. Vejamos:

1º) O processo licitatório foi deflagrado em 28.02.2008, tendo sido homologado apenas em 14.08.2008, ou seja, quase 06 (seis) meses após o início;
2º) No dia 03.10.2008, foi emitida nota de empenho (fls. 191/193) e o Contrato com a empresa assinado em 06.10.2008, tendo a mesma 10 (dez) dias para fornecer o material, ou seja, até 16.10.2008, o que não ocorreu;

3º) Somente no dia 23.01.2009, foi recebido um ofício da empresa, solicitando a dilação do prazo para entrega dos materiais, ou seja, mais de três meses após o prazo final para a entrega.

4º) Diante do não fornecimento do material, foi necessário convocar a 2ª colocada no certame, procedimento que durou até o dia 24.08.2009, com

assinatura do contrato, sendo finalizado no dia 10.09.2009, com o recebimento definitivo, ou seja, o material que deveria ter sido entregue originariamente até o dia 16.08.2008, só foi efetivamente recebido no dia 10.09.2009, isto é, mais de 01 (um) ano após a assinatura do primeiro contrato.

A esse respeito convém salientar que a 2ª colocada, após assinatura do contrato em 24.08.2009 entregou o material no dia 02.09.2009, ou seja, o que a empresa Comércio e Representações São Luís Ltda não fez em mais de 01 (um) ano, a segunda colocada resolveu em menos de 10 (dez) dias, fato que demonstra, de forma clara, a conduta desidiosa da referida empresa.

5º) Em 08.05.2009 (fl. 267) houve uma notificação à empresa sem qualquer manifestação da mesma;

6º) Novo Ofício de nº 115/2010, recebido pela empresa em 06.07.2010, conforme Aviso de Recebimento de fl. 329, informando da aplicação das penalidades, que gerou apenas um pedido de vista dos autos.

7º) Através do Ofício nº 138/2010-DG, de 27.07.2010 (fl. 361), foi encaminhada cópia do presente processo administrativo à empresa, que recebeu o mesmo em 04.08.2010, só vindo a se manifestar em 05.11.2010, conforme requerimento 41.381/2010, que gerou um novo processo que segue apenso ao presente.

Pois bem, diante de todo esse lapso temporal, além das reiteradas manifestações intempestivas e desprovidas de qualquer fundamento ou justificativa plausível, não há como negar a atitude desidiosa e nociva ao interesse público perpetrada pela empresa Comércio e Representações São Luís Ltda o que, em homenagem aos princípios da eficiência, celeridade e indisponibilidade do interesse público, impõe a aplicação de penalidades à mesma, consoante já apontado e apurado nos autos do presente processo.

Alega a empresa, que não há previsão legal para aplicação de multa pecuniária, fato que se afasta diante da previsão contratual constante nas cláusulas 10.2.2 e 10.2.2.2, que se acham amparadas no art. 87, II, da Lei nº 8.666/93.

Acrescente-se que, segundo a empresa, não teria havido prejuízo pelo fato da 2ª colocada ter executado o objeto do contrato, tal argumentação só ratifica o sentimento de descaso que o particular demonstra ter com a coisa pública, pois entende que o atraso no fornecimento de material necessário para a execução de um serviço público por mais de 01 ano não acarreta qualquer prejuízo à sociedade.

Por todo o exposto, restando evidentes os prejuízos causados à esta Corte pela conduta da Empresa Comércio e Representações São Luís Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 03.276.613/0001-44 que, inclusive já ficou inadimplente com suas obrigações em outras oportunidades, Determino:

A SUSPENSÃO DO SEU DIREITO LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO (Lei nº 8.666/93 - Art. 6º, XII - *Administração: órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente*) **PELO PRAZO DE 02 (DOIS) ANOS**, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/93.

DECLARO A MESMA INIDÔNEA PARA CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, (Lei nº 8.666/93 - Art. 6º, XI - *Administração Pública: a administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas*; nos termos do art. 87, IV, da Lei nº 8.666/93.

A APLICAÇÃO DAS SANÇÕES CONTRATUAIS previstas nas cláusulas 10.2.2 (multa de 5% sobre o valor do contrato) e 10.2.2.2 (mora de 0,3% pelo atraso na entrega do objeto) do contrato, sendo esta última apurada no período compreendido entre os dias 17.08.2008 (primeiro dia após o prazo final para entrega dos bens) e 19.05.2009 (data da rescisão do contrato), atualizando-se o montante do débito.

Após apuração do débito, que a empresa seja notificada para efetuar o pagamento do montante apurado, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de, não o fazendo, serem os autos remetidos à Procuradoria Geral do Estado para as providências relativas à inscrição do débito na dívida ativa do Estado e posterior execução fiscal.

DETERMINO AINDA, que seja dado conhecimento da presente decisão às comissões de licitações das demais entidades Estaduais, Municipais e Federais, bem como que seja informado no COMPRASNET, SICAFI e demais sistemas de compras e de cadastramento de fornecedores existentes, para conhecimento e descredenciamento da empresa, nos termos do art. 7º da Lei nº. 10.520/2002.

São Luís (MA), 27 de janeiro de 2011.

Desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto
Presidente

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 28.654/2011 – TJ/MA.Em conformidade com os Atos e Termos do Processo em epígrafe, cujo objeto consiste no pagamento das despesas relativas à inscrição, diárias e passagens aéreas para os servidores CRISTIANO DE JESUS SOUSA DE ABREU (matrícula n.º 120477), NEWTON DE SOUSA CARVALHO (matrícula n.º 129668) e JONNILSON NOGUEIRA DOS PASSOS (matrícula n.º 107326), em razão da participação no “Curso de Responsabilização dos Agentes Públicos e Privados perante os Tribunais de Contas”, a ser realizado no período de 01 a 02/12/2011, na cidade de Belém (PA), e considerando que estes se encontram devidamente comprovados e atendem as prescrições legais pertinentes, **RATIFICO**, com fundamento no artigo 25, II, § 1º, c/c art. 13, VI, da Lei 8.666/93, a Inexigibilidade de Licitação referente à contratação da JAM JURÍDICA EDITORAÇÃO E EVENTOS LTDA. Publique-se, para ciência dos interessados, observadas as normas legais.

São Luís, 10 de novembro de 2011.

Des. JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
Presidente do Tribunal de Justiça

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 28.664/2011 – TJ/MA.Em conformidade com os Atos e Termos do Processo em epígrafe, cujo objeto consiste na Inscrição da Juíza de Direito da Comarca de Olho d' Água das Cunhãs/MA, Joseane Araujo Farias Braga, no VIII Congresso Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM, a ser realizado no período de 13 a 16 de novembro do corrente ano, na cidade de Belo Horizonte/MG, e considerando que estes se encontram devidamente comprovados e atendem as prescrições legais pertinentes, **RATIFICO**, com fundamento no artigo 25, II, § 1º, c/c art. 13, VI, da Lei 8.666/93, a Inexigibilidade de Licitação referente à contratação do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Publique-se, para ciência dos interessados, observadas as normas legais.

São Luís, 10 de novembro de 2011.

Des. JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
Presidente do Tribunal de Justiça

RESENHA DO TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO E O MUNICÍPIO DE LORETO/MA. PROCESSO ADMINISTRATIVO 6.373/2011. OBJETO: Parceria entre o Poder Judiciário do Maranhão e Município de Loreto/MA para Cessão de Servidores Públicos Municipais para atuarem na Comarca de Loreto/MA considerando a intenção de cooperação mútua entre as partes. **UNIDADE CONVENIENTE:** Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. **CONVENIADO:** Município de Loreto/MA. **DATA DA ASSINATURA DO**

CONVÊNIO: 02/03/2011; VIGÊNCIA DO CONVÊNIO: O presente Convênio vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) meses, consoante o limite disposto no art. 57, inc II, da lei Federal 8.666/93. ASSINATURAS: p/Convenientes: Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto – Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão; Des. Antônio Pacheco Guerreiro Júnior – Corregedor-Geral da Justiça; Geraldo Martins Coelho – Prefeito Municipal de Loreto/MA.

São Luís, 09 de novembro de 2011

Alessandra Darub Alves

Diretora - Geral da Secretaria

RESENHA DA NOTA DE EMPENHO Nº 2011NE00650 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28.654/2011. OBJETO: pagamento das despesas relativas à inscrição, diárias e passagens aéreas para os servidores CRISTIANO DE JESUS SOUSA DE ABREU (matrícula n.º 120477), NEWTON DE SOUSA CARVALHO (matrícula n.º 129668) e JONNILSON NOGUEIRA DOS PASSOS (matrícula n.º 107326), em razão da participação no "Curso de Responsabilização dos Agentes Públicos e Privados perante os Tribunais de Contas", a ser realizado no período de 01 a 02/12/2011, na cidade de Belém (PA). BASE LEGAL: **Art. 25, II, c/c art. 13, VI, da Lei nº 8.666/93**; CONTRATANTE: **Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão**; CONTRATADO: **JAM Jurídica Editoração e Eventos LTDA**; DATA DE EMISSÃO DA NOTA DE EMPENHO: **08/11/2011**; VALOR DA NOTA DE EMPENHO: **R\$ 5.970,00 (cinco mil, novecentos e setenta reais)**; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: **04901**; FONTE: **0107000000**; NATUREZA DA DESPESA: **339039**; MODALIDADE DO EMPENHO: **Ordinário**; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: **Inexigibilidade**.

São Luís, 10 de novembro de 2011.

ALESSANDRA DARUB ALVES

Diretora-Geral da Secretaria

RESENHA DA NOTA DE EMPENHO Nº 2011NE00132 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28.664/2011. OBJETO: Inscrição da Juíza de Direito da Comarca de Olho d' Água das Cunhãs/MA, Joseane Araujo Farias Braga, no VIII Congresso Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM, a ser realizado no período de 13 a 16 de novembro do corrente ano, na cidade de Belo Horizonte/MG. BASE LEGAL: **Art. 25, II, c/c art. 13, VI, da Lei nº 8.666/93**; CONTRATANTE: **Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão**; CONTRATADO: **IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família**; DATA DE EMISSÃO DA NOTA DE EMPENHO: **08/11/2011**; VALOR DA NOTA DE EMPENHO: **R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais)**; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: **04902**; FONTE: **0101000000**; NATUREZA DA DESPESA: **339039**; MODALIDADE DO EMPENHO: **Ordinário**; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: **Inexigibilidade**.

São Luís, 10 de novembro de 2011.

ALESSANDRA DARUB ALVES

Diretora-Geral da Secretaria

Diretoria de Recursos Humanos

ATO - 9222011

(relativo ao Processo 304302011)

Código de validação: FBF88F44EE

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E Declarar vago o cargo de Técnico Judiciário - Apoio Téc. Administrativo, ocupado pelo servidor MARCUS EDUARDO SERRA, matrícula n.º 1504448, em decorrência da sua posse em outro cargo público inacumulável, **a partir da data retroativa de 25.10.2011, até a aprovação em estágio probatório no cargo de Oficial de Justiça deste Tribunal de Justiça**, nos termos do art. 33, inciso VIII da Lei n.º 8.112/1990, tendo em vista decisão constante do Processo nº 30430/2011-TJ. DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE. PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 07 de novembro de 2011.

JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Matrícula 53991

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 14:01 (JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO)

ATO - 9242011

Código de validação: B041102FEC

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E Exonerar DANIELLE FONSECA COELHO, matrícula n.º 152090, do cargo em comissão de Assistente de Administração, símbolo CDAI-03, Núcleo de Apoio à Justiça do 1º Grau. PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 07 de novembro de 2011.

JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Matrícula 53991

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 14:05 (JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO)

ATO - 9252011

Código de validação: 6833C87357

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E Nomear FLÁVIO RAMON DE CARVALHO NEVES para exercer o cargo em comissão de Assessor de Administração, símbolo CDAI-3, com lotação na 4ª Vara da Família da Comarca de São Luís. PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 07 de novembro de 2011.

JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Matrícula 53991

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 14:02 (JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO)

ATO - 9262011

Código de validação: 0DC3525244

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E Exonerar EISENHOWER KENDALLALMEIDA FEITOSA, matrícula n.º 152058, do cargo em comissão de Secretário de Administração, símbolo CDAS-03, do Núcleo de Apoio à Justiça do 1º Grau, com efeito retroativo a 01.11.2011. PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Matrícula 53991

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 14:10 (JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO)

ATO - 9272011

(relativo ao Processo 307482011)

Código de validação: 0E53143A61

OPRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E Nomear MARTINA DE ARAUJO LOBATO para exercer o cargo em comissão de Assessor de Juiz, símbolo CDAI-1, da 1ª Vara de Entorpecentes da Comarca de São Luís, **com efeito retroativo a 03.11.2011**. PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Matrícula 53991

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 14:13 (JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO)

ATO - 9282011

Código de validação: 7B4D39225E

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E Nomear TANIA CRISTINA ALMEIDA COSTA para exercer o cargo em comissão de Secretário de Administração, símbolo CDAS-3, com lotação na Secretaria da Corregedoria Geral da Justiça, com efeito retroativo a 01.11.2011. PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Matrícula 53991

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 14:16 (JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO)

ATO - 9292011

(relativo ao Processo 311642011)

Código de validação: B0E2216C39

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E Exonerar, a pedido, NARA DE CERQUEIRA PEREIRA, matrícula n.º 147157, do cargo de Analista Judiciário - Direito, lotada na 3ª Vara da Comarca de Pedreiras, **a partir de 21.11.2011**. PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Matrícula 53991

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 14:16 (JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO)

ATO - 9302011

(relativo ao Processo 299482011)

Código de validação: 4FDC360C0C

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 91, § 3º da Lei Complementar nº 014/91, **R E S O L V E** Nomear GEOSETE SILVA BARBALHO para exercer o cargo em comissão de Secretário Judicial de Entrância Intermediária, símbolo CDAS-6, da 2ª Vara da Comarca de Barra do Corda, **com efeito retroativo a 01.11.2011**, tendo em vista decisão constante do Processo nº 29948/2011-TJ. PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Matrícula 53991

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 14:13 (JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO)

ATO - 9342011
(relativo ao Processo 228222011)
Código de validação: ACB59EA359

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, **R E S O L V E** Nomear RAIMUNDO NONATO LIMADE OLIVEIRA JUNIOR para exercer o cargo em comissão de Assessor de Administração, símbolo CDAI-3, com lotação no Juizado Especial de Trânsito da Comarca de São Luís. PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Matrícula 53991

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 14:41 (JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO)

ATO - 9352011
(relativo ao Processo 235852011)
Código de validação: EA23037092

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, **R E S O L V E** Exonerar CARLA PAZ VIEIRA, matrícula n.º 131789, do cargo em comissão de Assistente de Administração, símbolo CDAI-03, Núcleo de Apoio à Justiça do 1º Grau. PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Matrícula 53991

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 14:26 (JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO)

ATO - 9362011
(relativo ao Processo 314082011)
Código de validação: 68D86A7681

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, **R E S O L V E** Nomear DIEGO MOREIRA CRUZ para exercer o cargo em comissão de Assessor de Juiz, símbolo CDAI-1, da 2ª Vara de Entorpecentes da Comarca de São Luís. PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Matrícula 53991

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 14:28 (JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO)

ATO - 9372011
(relativo ao Processo 213972011)
Código de validação: B831A70D45

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, **R E S O L V E** Tornar sem efeito o Ato n.º 912/2011-TJ, de 07.11.2011, que exonerou AMIN JORGE COSTA MORAES REGO, matrícula n.º 149260, do cargo em comissão de Assistente de Administração, símbolo CDAI-03, do Núcleo de Apoio à Justiça do 1º Grau. PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Matrícula 53991

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 14:29 (JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO)

ATO - 9382011
(relativo ao Processo 314602011)
Código de validação: 3F28F4377C

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E Exonerar MARYVANDO SOUSA NOGUEIRA, matrícula n.º 140293, do cargo em comissão de Secretário Executivo de Desembargador, símbolo CDAS-4, do Gabinete da Exma. Sra. Des. Cleonice Silva Freire. PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Matrícula 53991

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 14:31 (JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO)

ATO - 9392011
(relativo ao Processo 314562011)
Código de validação: 04DF1F8F33

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E Exonerar ISABEL CRISTINA LIMA CORRÊA, matrícula n.º 21519, do cargo em comissão de Chefe de Gabinete de Desembargador, símbolo CDAS-2, do Gabinete da Exma. Sra. Des. Cleonice Silva Freire. PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Matrícula 53991

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 14:29 (JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO)

PORTARIA-TJ - 55012011
Código de validação: 4BDF6B7DE2

O DESEMBARGADOR PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA, MEMBRO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 117, § 3º, inciso I, da Lei Complementar n.º 014/91, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 126, de 29.09.2009, R E S O L V E Interromper, a partir de 31.10.2011, o gozo das férias relativas ao exercício de 2011, da servidora LÍDIA NERES LINSOSO, Suboficial de gabinete de Desembargador, matrícula n.º 151209, lotada neste gabinete, concedidas pela Portaria n.º 45912011, datada de 1º.9.2011, no período de 13.10.2011 a 11.11.2011, restando **12 (doze) dias**. DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE. GABINETE DO DESEMBARGADOR PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA, em São Luís, 31 de outubro de 2011. Desembargador PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA

DESEMBARGADOR PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA
Matrícula 126599

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 31/10/2011 11:41 (PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA)

PORTARIA-TJ - 55852011
(relativo ao Processo 308462011)
Código de validação: 2A9AD42558

ADIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 10º, parágrafo único, da Resolução n.º 23/2010, c/c o artigo 3º, inciso I, da Portaria n.º 1866/2010-TJ, R E S O L V E Relatar o servidor JOSÉ MARCIANO DA SILVA PEREIRA, Oficial de Justiça, matrícula n.º 00406, do 3º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da Comarca de São Luís para a Coordenadoria das Câmaras Cíveis Isoladas. DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE. SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 04 de novembro de 2011.

ALESSANDRA DARUB ALVES
DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DIRETOR GERAL
Matrícula 100289

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 10:33 (ALESSANDRA DARUB ALVES)

PORTARIA-TJ - 56522011
(relativo ao Processo 286322011)
Código de validação: E0DFDC47D6

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E Colocar o servidor GARDEN ABREULIMA FILHO, Técnico Judiciário - Apoio Téc. Administrativo, matrícula n.º 149724, lotado na Comarca de Riachão, à disposição da Turma Recursal Cível e Criminal da Comarca de São Luís, **pelo prazo de 06 (seis) meses**. DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 07 de novembro de 2011.

JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Matrícula 53991

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 14:04 (JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO)

PORTARIA-TJ - 56532011
(relativo ao Processo 287452011)
Código de validação: E165C2A897

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o artigo 93, inciso XII, da Emenda Constitucional n.º 45/2004, datada de 08.12.2004, R E S O L V E, Conceder à Desembargadora ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ, Membro deste Egrégio Tribunal de Justiça, matrícula n.º 3640, 60 (sessenta) dias de férias relativas ao exercício de **2010**, sendo 30 (trinta) dias referentes ao 1º período, de **05.03.2012 a 03.04.2012** e 30 (trinta) dias referentes ao 2º, de **04.04.2012 a 03.05.2012**, tendo em vista decisão constante do Processo n.º 28745/2011-TJ.DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 07 de novembro de 2011.

JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Matrícula 53991

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 14:08 (JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO)

PORTARIA-TJ - 56542011
(relativo ao Processo 188862011)
Código de validação: 13896933A0

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 81, IV, § 4.º da Lei Complementar n.º 014/91, e artigo 25, XII, do Regimento Interno deste Tribunal, R E S O L V E Conceder a MARIA DA CONCEIÇÃO PRIVADO RÊGO, Juíza de Direito da 1ª Vara da Comarca de Brejo, matrícula n.º 60285, o gozo de 45 (quarenta e cinco) dias de licença-prêmio por assiduidade, restante do 1º quinquênio, no período de 03.11.2011 a 17.12.2011, tendo em vista decisão constante do Processo n.º 18886/2011-TJ. DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 07 de novembro de 2011.

JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Matrícula 53991

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 14:06 (JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO)

PORTARIA-TJ - 56562011
(relativo ao Processo 312592011)
Código de validação: E405A0A610

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E Remover, a pedido, a servidora CLAUDIA MILLA DA SILVA, Oficial de Justiça, matrícula n.º 147553, da Comarca de Cândido Mendes para a Comarca de Viana, com lotação na 1ª Vara, conforme VI Concurso de Remoção dos Servidores Efetivos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, homologado em sessão plenária administrativa realizada no dia 21.09.2011. DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Matrícula 53991

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 14:09 (JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO)

PORTARIA-TJ - 56582011
(relativo ao Processo 312602011)
Código de validação: 070678F725

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E Remover, a pedido, a servidora MARCIASUEKO AOKI, Oficial de Justiça, matrícula n.º 150235, da Comarca de Buriticupu para a Comarca de Açailândia, com lotação no Juizado Especial Cível

e Criminal, conforme VI Concurso de Remoção dos Servidores Efetivos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, homologado em sessão plenária administrativa realizada no dia 21.09.2011. DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Matrícula 53991

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 14:09 (JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO)

PORTARIA-TJ - 56622011
(relativo ao Processo 312292011)
Código de validação: 6C01A81A8A

ODIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 9º, inciso I, da Resolução n.º 23/2010, R E S O L V E Relatar o servidor BENEDITO CARDOSO DUTRA JUNIOR, Auxiliar Judiciário, matrícula n.º 108597, da Coordenadoria de Acompanhamento e Desenvolvimento na Carreira para a Divisão de Cadastro. DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

AURINO DA ROCHA LUZ
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
Matrícula 120139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 11:58 (AURINO DA ROCHA LUZ)

PORTARIA-TJ - 56642011
(relativo ao Processo 312612011)
Código de validação: 0B3D46DA7E

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E Remover, a pedido, o servidor DEUSIMARDA SILVA COSTA, Técnico Judiciário - Apoio Téc. Administrativo, matrícula n.º 115816, da Comarca de Paraibano para a Comarca de São Luís, com lotação na 2ª Vara de Entorpecentes, conforme VI Concurso de Remoção dos Servidores Efetivos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, homologado em sessão plenária administrativa realizada no dia 21.09.2011. DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Matrícula 53991

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 14:14 (JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO)

PORTARIA-TJ - 56782011
(relativo ao Processo 312652011)
Código de validação: 34ECF1A2F8

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E Remover, a pedido, o servidor MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA RAMOS, Oficial de Justiça, matrícula n.º 74724, da 1ª Vara da Comarca de Santa Luzia do Paruá para a Comarca de São Luís, com lotação na Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, conforme VI Concurso de Remoção dos Servidores Efetivos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, homologado em sessão plenária administrativa realizada no dia 21.09.2011. DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Matrícula 53991

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 14:21 (JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO)

PORTARIA-TJ - 56792011
(relativo ao Processo 306152011)
Código de validação: 97AD69EF2C

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 81, IV, § 4.º da Lei Complementar n.º 014/91, e artigo 25, XII, do Regimento Interno deste Tribunal, R E S O L V E Conceder a CARLOS ROBERTO GOMES DE OLIVEIRA PAULA, Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Bacabal, matrícula n.º 60020, o gozo de 45 (quarenta e cinco) dias de licença-prêmio por assiduidade, restantes do 3º quinquênio, no período de 04.11.2011 a 18.12.2011, tendo em vista decisão constante do Processo nº 30615/2011-TJ. DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Matrícula 53991

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 14:19 (JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO)

PORTARIA-TJ - 56852011
(relativo ao Processo 306622011)
Código de validação: 1028EB3D86

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E Remover, a pedido, o servidor FREDSONDE SOUSA COSTA, Técnico Judiciário - Apoio Téc. Administrativo, matrícula nº 148239, da 2ª Vara da Comarca de Balsas para a Comarca de Santa Inês, com lotação na Diretoria do Fórum, conforme VI Concurso de Remoção dos Servidores Efetivos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, homologado em sessão plenária administrativa realizada no dia 21.09.2011. DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Matrícula 53991

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 14:31 (JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO)

PORTARIA-TJ - 56892011
(relativo ao Processo 303722011)
Código de validação: DD2210814F

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E Remover, a pedido, a servidora NELMA CONCEIÇÃO SOUZA ANUNCIACÃO, Técnico Judiciário - Apoio Téc. Administrativo, matrícula nº 133769, da 2ª Vara da Comarca de Vitorino Freire para a Comarca de Paço de Lumiar, com lotação na 1ª Vara, conforme VI Concurso de Remoção dos Servidores Efetivos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, homologado em sessão plenária administrativa realizada no dia 21.09.2011. DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Matrícula 53991

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 14:40 (JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO)

PORTARIA-TJ - 56902011
(relativo ao Processo 303062011)
Código de validação: 77C6EEB644

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E Prorrogar, por 01 (um) ano, a disposição do servidor RICARDO LUIS DA SILVA, Técnico Judiciário – Técnico em Informática-Hardware, matrícula n.º 102681, para o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sem ônus para o órgão de origem, a partir de 01.01.2012, tendo em vista decisão constante do Processo n.º 30306/2011-TJ. DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Matrícula 53991

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 14:40 (JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO)

PORTARIA-TJ - 56912011
(relativo ao Processo 312672011)
Código de validação: E6CA12E654

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E Remover, a pedido, o servidor JOAQUIM RODRIGUES MOREIRA FILHO, Oficial de Justiça, matrícula nº 147504, da Comarca de Cururupu para a Comarca de Araiões, com lotação na 2ª Vara, conforme VI Concurso de Remoção dos Servidores Efetivos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, homologado em sessão plenária administrativa realizada no dia 21.09.2011. DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Matrícula 53991

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 14:42 (JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO)

PORTARIA-TJ - 56932011
(relativo ao Processo 312682011)
Código de validação: 2305AE42E3

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E Remover, a pedido, a servidora LILIASANTOS GONÇALVES, Técnico Judiciário - Apoio Téc. Administrativo, matrícula nº 133462, da Comarca de Cantanhede para a Comarca de Rosário, com lotação na 2ª Vara, conforme VI Concurso de Remoção dos Servidores Efetivos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, homologado em sessão plenária administrativa realizada no dia 21.09.2011. DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Matrícula 53991

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 14:27 (JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO)

PORTARIA-TJ - 56952011
(relativo ao Processo 312692011)
Código de validação: 01912153B2

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E Remover, a pedido, a servidora SHIRLAINE INGRID ROXO, Técnico Judiciário - Apoio Téc. Administrativo, matrícula nº 148148, da Comarca de Cândido Mendes para a Comarca de Governador Nunes Freire, conforme VI Concurso de Remoção dos Servidores Efetivos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, homologado em sessão plenária administrativa realizada no dia 21.09.2011. DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011

JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Matrícula 53991

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 14:41 (JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO)

PORTARIA-TJ - 56992011
(relativo ao Processo 312712011)
Código de validação: F347B10DE6

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E Remover, a pedido, a servidora THAISA HELENA PEIXOTO CASTELO BRANCO, Técnico Judiciário - Apoio Téc. Administrativo, matrícula nº 148189, da Comarca de Cândido Mendes para a Comarca de Governador Nunes Freire, conforme VI Concurso de Remoção dos Servidores Efetivos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, homologado em sessão plenária administrativa realizada no dia 21.09.2011. DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Matrícula 53991

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 14:28 (JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO)

PORTARIA-TJ - 57012011
(relativo ao Processo 312202011)
Código de validação: 9BB251D30B

ODIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 117, § 3º, inciso V, da Lei Complementar n.º 014/91, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 126, de 25.09.2009, R E S O L V E Conceder a ANA SHIRLEY ARAÚJO FARIAS RAPOSO, Analista Judiciário - Administração, ora exercendo a função gratificada de Supervisor do Boletim de Alteração Financeira, matrícula n.º 14134, lotada na Divisão de Cadastro, 30 (trinta) dias de férias referentes ao exercício de **2012**, no período de **09.01.2012 a 07.02.2012**, tendo em vista processo n.º 31220/2011-TJ/Digidoc. DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

AURINO DA ROCHA LUZ
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
Matrícula 120139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 12:01 (AURINO DA ROCHA LUZ)

PORTARIA-TJ - 57042011
(relativo ao Processo 303782011)
Código de validação: 4A84A3F7AD

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E Remover, a pedido, a servidora FRANCISLEIDCOSTA ATHAYDES, Técnico Judiciário - Apoio Téc. Administrativo, matrícula nº 133652, da 2ª Vara da Comarca de Santa Luzia para a Comarca de Raposa, conforme VI Concurso de Remoção dos Servidores Efetivos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, homologado em sessão plenária administrativa realizada no dia 21.09.2011. DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Matrícula 53991

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 14:42 (JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO)

PORTARIA-TJ - 57052011
(relativo ao Processo 312832011)
Código de validação: 4E468EF29C

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E Remover, a pedido, a servidora LORENAGALVÃO GAIOSO, Técnico Judiciário - Apoio Téc. Administrativo, matrícula nº 149732, da Comarca de Carolina para a Comarca de Matinha, conforme VI Concurso de Remoção dos Servidores Efetivos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, homologado em sessão plenária administrativa realizada no dia 21.09.2011. DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Matrícula 53991

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 14:42 (JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO)

PORTARIA-TJ - 57062011
(relativo ao Processo 311972011)
Código de validação: 2260FC4B4E

ODIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 117, § 3º, inciso V, da Lei Complementar n.º 014/91, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 126, de 25.09.2009, R E S O L V E Conceder a LISIANE SEBA SALOMÃO DA SILVA, Técnico Judiciário, ora exercendo a função gratificada de Secretário de Diretor, matrícula n.º 121079, lotada na Diretoria de Recursos Humanos, 30 (trinta) dias de férias referentes ao exercício de **2012**, no período de **04.01.2012 a 02.02.2012**, tendo em vista processo n.º 31197/2011-TJ/Digdoc. DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

AURINO DA ROCHA LUZ
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
Matrícula 120139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 16:43 (AURINO DA ROCHA LUZ)

PORTARIA-TJ - 57082011
Código de validação: 5AF11A22E6

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E Colocar a servidora STACY KELLYRIBEIRO PEREIRA, Auxiliar Judiciário, matrícula nº 143974, lotada na Comarca de Esperantinópolis, à disposição da Comarca de São Luís, para exercer suas atividades junto à Turma Recursal Cível e Criminal, em caráter temporário, **por um período de 06 (seis) meses**, em prorrogação, tendo em vista decisão constado Processo n.º 47538/2010-TJ. DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Matrícula 53991

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 14:43 (JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO)

PORTARIA-TJ - 57102011
(relativo ao Processo 312142011)
Código de validação: 9614D89527

ODIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 117, § 3º, inciso V, da Lei Complementar n.º 014/91, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 126, de 25.09.2009, R E S O L V E Conceder a ROZILENE SILVA LIMA, Auxiliar Judiciário - Telefonista, ora exercendo a função gratificada de Supervisor de Divisão, matrícula n.º 117952, lotada na Divisão de Direitos e Deveres, 30 (trinta) dias de férias referentes ao exercício de **2012**, no período de **02.01.2012 a 31.01.2012**, tendo em vista processo n.º 31214/2011-

TJ/Digidoc. DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

AURINO DA ROCHA LUZ
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
Matrícula 120139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 16:43 (AURINO DA ROCHA LUZ)

PORTARIA-TJ - 57122011
(relativo ao Processo 302232011)
Código de validação: FB825596FD

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 19, § 8º da Constituição Estadual, R E S O L V E Autorizar o afastamento do servidor DIEGO PADILHA TRINDADE, Técnico Judiciário - Apoio Téc. Administrativo, matrícula n.º 135871, lotado na Diretoria Administrativa, para apresentação da Dissertação de Mestrado em Gestão de Marketing, em Aveiros - Portugal, **sem prejuízo** de sua remuneração, **com efeito retroativo ao período de 13.10.2011 a 30.11.2011**, tendo em vista decisão constante do Processo n.º 30223/2011-TJ. DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Matrícula 53991

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 14:53 (JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO)

PORTARIA-TJ - 57132011
(relativo ao Processo 295172011)
Código de validação: B775354BFD

ODIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 9º, inciso I, da Resolução n.º 23/2010, R E S O L V E Relatar o servidor FRANCISCO SAULO BRITO AGUIAR, Analista Judiciário - Administrador, matrícula n.º 101493, da Coordenadoria de Acompanhamento e Desenvolvimento na Carreira para a Divisão de Gravação e Registros. DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

AURINO DA ROCHA LUZ
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
Matrícula 120139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 16:43 (AURINO DA ROCHA LUZ)

PORTARIA-TJ - 57482011
(relativo ao Processo 303722011)
Código de validação: F6664B69E8

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E Remover, a pedido, o servidor EDUARDO CARVALHO NASCIMENTO SOUSA, Técnico Judiciário - Apoio Téc. Administrativo, matrícula n.º 148056, da 1ª Vara da Comarca de Açailândia para a Comarca de Imperatriz, com lotação na 3ª Vara da Família, conforme VI Concurso de Remoção dos Servidores Efetivos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, homologado em sessão plenária administrativa realizada no dia 21.09.2011. DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 08 de novembro de 2011.

JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Matrícula 53991

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 08/11/2011 22:22 (JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO)

PORTARIA-TJ - 57592011
(relativo ao Processo 314342011)
Código de validação: EC74526719

ODIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 4º, inciso I, "c", da Portaria n.º 1866/2010-TJ, R E S O L V E Autorizar o afastamento do servidor VILSON FONTENELE MACHADO FILHO, Técnico Judiciário - Apoio Administrativo, matrícula n.º 149633, lotado na Vara Única da Comarca de Esperantinópolis, em virtude do falecimento do seu genitor, pelo prazo de 08 (oito) dias, no período de 28.10.2011 a 04.11.2011. DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 09 de novembro de 2011.

AURINO DA ROCHA LUZ
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
Matrícula 120139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 09/11/2011 08:50 (AURINO DA ROCHA LUZ)

PORTARIA-TJ - 57602011
(relativo ao Processo 313952011)
Código de validação: C2F1D48239

ODIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 118, inciso I, da Lei Complementar nº 14/91, com redação dada pela Lei Complementar nº 126, de 25.09.2009 e artigo 1º, inciso I, da Portaria nº 1871/2010-TJ, R E S O L V E Conceder a MARIA MAGDA LUCIANA PACHECO ALENCAR, Chefe de Gabinete de Desembargador, matrícula nº 127969, lotada no Gabinete do Des. Raimundo Nonato de Souza, 08 (oito) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 06.11.2011 a 13.11.2011. DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 09 de novembro de 2011.

AURINO DA ROCHA LUZ
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
Matrícula 120139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 09/11/2011 08:51 (AURINO DA ROCHA LUZ)

PORTARIA-TJ - 57612011
(relativo ao Processo 312152011)
Código de validação: 37756FA584

ODIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com artigo 117, § 3º, inciso V, da Lei Complementar nº 014/91, com a redação dada pela Lei Complementar nº 126, de 25.09.2009, R E S O L V E Conceder a LEA CRISTINA PEREIRA FELINTO COSTA, Auxiliar Judiciário, matrícula nº 132399, lotada na Coordenadoria de Pagamento, 30 (trinta) dias de férias referentes ao exercício de 2012, no período de 19.01.2012 a 17.02.2012, tendo em vista processo nº 31215/2011-TJ/Digidoc. DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 09 de novembro de 2011.

AURINO DA ROCHA LUZ
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
Matrícula 120139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 09/11/2011 08:51 (AURINO DA ROCHA LUZ)

PORTARIA-TJ - 57622011
(relativo ao Processo 31222011)
Código de validação: 2349475DE6

ODIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 117, § 3º, inciso V, da Lei Complementar nº 014/91, com a redação dada pela Lei Complementar nº 126, de 25.09.2009, R E S O L V E Conceder a CLAUDIANE RODRIGUES PINTO, Auxiliar Judiciário, ora exercendo a função gratificada de Supervisor de Divisão, matrícula nº 120352, lotada na Divisão de Cadastro, 30 (trinta) dias de férias referentes ao exercício de 2012, no período de 02.01.2012 a 31.01.2012, tendo em vista processo nº 31221/2011-TJ/Digidoc. DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 09 de novembro de 2011.

AURINO DA ROCHA LUZ
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
Matrícula 120139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 09/11/2011 08:51 (AURINO DA ROCHA LUZ)

PORTARIA-TJ - 57632011
(relativo ao Processo 311912011)
Código de validação: 08FB831F23

A DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, R E S O L V E Conceder a AURINO DA ROCHA LUZ, Analista Judiciário - Direito, ora exercendo o cargo em comissão de Diretor Recursos Humanos, matrícula nº 120139, 30 (trinta) dias de férias referentes ao exercício de 2012, no período de 02.01.2012 a 31.01.2012, tendo em vista processo nº 31191/2011-TJ/Digidoc. DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 09 de novembro de 2011.

ALESSANDRA DARUB ALVES
DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DIRETOR GERAL
Matrícula 100289

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 09/11/2011 09:33 (ALESSANDRA DARUB ALVES)

PORTARIA-TJ - 57642011
(relativo ao Processo 314022011)
Código de validação: B028ECAB6C

ODIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 118, inciso I, da Lei Complementar n.º 14/91, com redação dada pela Lei Complementar n.º 126, de 25.09.2009 e artigo 1º, inciso I, da Portaria n.º 1871/2010-TJ, R E S O L V E Conceder a EGLANTINE UCHÔA DOS SANTOS, Assessora de Desembargador, matrícula n.º 106542, lotada no Gabinete do Des. José Stélio Nunes Muniz, 08 (oito) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 07.11.2011 a 14.11.2011. DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 09 de novembro de 2011.

AURINO DA ROCHA LUZ
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
Matrícula 120139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 09/11/2011 08:51 (AURINO DA ROCHA LUZ)

PORTARIA-TJ - 57652011
(relativo ao Processo 313982011)
Código de validação: B99BD81081

ODIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 117, § 3º, inciso V, da Lei Complementar n.º 014/91, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 126, de 25.09.2009, R E S O L V E Conceder a MARIALÚCIA DE ABREU, Analista Judiciário - Administrador, ora exercendo o cargo em comissão de Coordenador de Acompanhamento e Desenvolvimento na Carreira, matrícula n.º 120857, 30 (trinta) dias de férias referentes ao exercício de 2011, no período de 01.12.2011 a 30.12.2011, tendo em vista processo n.º 31398/2011-TJ/Digidoc. DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 09 de novembro de 2011.

AURINO DA ROCHA LUZ
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
Matrícula 120139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 09/11/2011 08:51 (AURINO DA ROCHA LUZ)

PORTARIA-TJ - 57662011
(relativo ao Processo 315752011)
Código de validação: 4DCAFA9F8E

ODIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 117, § 3º, inciso V, da Lei Complementar n.º 014/91, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 126, de 25.09.2009, R E S O L V E Conceder a JOSEANE CHAVES GOMES, Analista Judiciário - Direito, ora exercendo o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Direito e Deveres, matrícula n.º 137570, 30 (trinta) dias de férias referentes ao exercício de 2012, no período de 02.01.2012 a 31.01.2012, tendo em vista processo n.º 31575/2011-TJ/Digidoc. DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 09 de novembro de 2011.

AURINO DA ROCHA LUZ
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
Matrícula 120139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 09/11/2011 08:52 (AURINO DA ROCHA LUZ)

PORTARIA-TJ - 57692011
(relativo ao Processo 312792011)
Código de validação: 10BCE0555C

ODIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 117, § 3º, inciso V, da Lei Complementar n.º 014/91, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 126, de 25.09.2009, R E S O L V E Conceder a LUIS ROBERTO FREIRE PIRES, Técnico Judiciário - Técnico em Informática - Soft, matrícula n.º 121129, lotado na Divisão de Desenvolvimento e Suporte, o gozo de 16 (dezesesseis) dias de férias restantes do exercício de 2011, no período de 16.11.2011 a 01.12.2011, tendo em vista processo n.º 31279/2011-TJ/Digidoc. DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 09 de novembro de 2011.

AURINO DA ROCHA LUZ
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
Matrícula 120139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 09/11/2011 08:52 (AURINO DA ROCHA LUZ)

PORTARIA-TJ - 57702011
(relativo ao Processo 312822011)
Código de validação: A6A9FFEC5F

ODIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 117, § 3º, inciso V, da Lei Complementar n.º 014/91, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 126, de 25.09.2009, R E S O L V E Conceder a JACQUELINE DE ASSIS MARTINS, Técnico Judiciário - Agente Judiciário, matrícula n.º 12237, lotada na Coordenadoria da Biblioteca, 30 (trinta) dias de férias referentes ao exercício de **2012**, no período de **02.01.2012 a 31.01.2012**, tendo em vista processo n.º 31282/2011-TJ/Digidoc. DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 09 de novembro de 2011.

AURINO DA ROCHA LUZ
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
Matrícula 120139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 09/11/2011 08:52 (AURINO DA ROCHA LUZ)

PORTARIA-TJ - 57712011
(relativo ao Processo 312852011)
Código de validação: 3405392D87

ODIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 117, § 3º, inciso V, da Lei Complementar n.º 014/91, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 126, de 25.09.2009, R E S O L V E Conceder a NEUZA BEZERRA SILVA, Técnico Judiciário, ora exercendo a função gratificada de Secretário de Coordenador, matrícula n.º 135293, lotada na Coordenadoria de Finanças, o **gozo** de 30 (trinta) dias de férias referentes ao exercício de **2011**, no período de **02.01.2012 a 31.01.2012**, tendo em vista processo n.º 31285/2011-TJ/Digidoc. DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 09 de novembro de 2011.

AURINO DA ROCHA LUZ
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
Matrícula 120139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 09/11/2011 08:52 (AURINO DA ROCHA LUZ)

PORTARIA-TJ - 57732011
(relativo ao Processo 312892011)
Código de validação: FB84128587

ODIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 117, § 3º, inciso V, da Lei Complementar n.º 014/91, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 126, de 25.09.2009, R E S O L V E Conceder a KEILA LIGIA COSTA DE MELO, Técnico Judiciário - Técnico em Laboratório, ora exercendo o cargo em comissão de Chefe da Divisão Médica, matrícula n.º 102269, 30 (trinta) dias de férias referentes ao exercício de **2012**, no período de **02.01.2012 a 31.01.2012**, tendo em vista processo n.º 31289/2011-TJ/Digidoc. DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 09 de novembro de 2011.

AURINO DA ROCHA LUZ
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
Matrícula 120139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 09/11/2011 08:53 (AURINO DA ROCHA LUZ)

PORTARIA-TJ - 57992011
Código de validação: 2718AD8A59

ODESEMBARGADOR PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA, MEMBRO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 117, § 3º, inciso I, da Lei Complementar n.º 014/91, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 126, de 25.09.2009, R E S O L V E Conceder a partir de 16.11.2011, 13 (treze) dias restantes do gozo das férias relativas ao exercício de **2011**, da servidora MÔNICA REGINA SOARES BRANDÃO DOS SANTOS, Secretária Executiva, matrícula n.º 119958, lotada neste gabinete, interrompidas pela PORTARIA N.º 39062011-GD, datada de 27.07.2011. DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. GABINETE DO DESEMBARGADOR PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA, em São Luís, 9 de novembro de 2011.

DESEMBARGADOR PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA
Matrícula 126599

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 09/11/2011 10:24 (PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA)

Diretoria do Ferj
COMFERJ-DFERJ - 2212011
Código de validação: 204C1C7345

A Diretoria do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário do Estado do Maranhão, nos termos do art. 20 da Resolução nº. 02/2001, comunica para conhecimento geral que, no dia 26 de outubro de 2011, foi informada pelo Secretário Judicial do 1º Juizado Especial Cível da Comarca de Imperatriz/MA, Sr. Alessandro Martins Barros, a inutilização de 01 (um) selo de fiscalização judicial - Gratuito, de numeração 383521. São Luís, 04 de novembro de 2011.

CELERITA DINORAH SOARES DE CARVALHO SILVA
DIRETORA DO FERJ
DIRETORIA DO FERJ
Matrícula 113399

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 09/11/2011 13:51 (CELERITA DINORAH SOARES DE CARVALHO SILVA)

COMFERJ-DFERJ - 2222011
Código de validação: 5F6192F11E

A Diretoria do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário do Estado do Maranhão, nos termos do art. 20 da Resolução nº. 02/2001, comunica para conhecimento geral que, no dia 27 de outubro de 2011, foi informada pela Secretária Judicial do 11º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da Comarca de São Luís/MA, Sra. Eliane Mendes Vieira, a inutilização de 03 (três) selos de fiscalização judicial - Gratuito, de numerações 307676, 307682 e 395014. São Luís, 04 de novembro de 2011.

CELERITA DINORAH SOARES DE CARVALHO SILVA
DIRETORA DO FERJ
DIRETORIA DO FERJ
Matrícula 113399

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 09/11/2011 13:51 (CELERITA DINORAH SOARES DE CARVALHO SILVA)

Supervisão dos Juizados Especiais

PORTARIA-CGJ - 42102011
(relativo ao Processo 315952011)
Código de validação: BBAB61B006

O CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 60-A da Lei Complementar n.º 14, de 17 de dezembro de 1991 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão), com a redação dada pela Lei Complementar n.º 119 de 1º de julho de 2008, etc; R E S O L V E, Designar a Doutora MARIA IZABEL PADILHA -36582 -Juíza de Direito Auxiliar de Entrância Final, para funcionar no Processo n.º 001.2010.043.169-9 em trâmite no 11º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da Comarca de São Luís/MA, face o impedimento do Doutor TALVICK AFONSO ATTA DE FREITAS, conforme Processo n.º 31595/2011. . Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se. GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, São Luís, em 09 de novembro de 2011.

ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 09/11/2011 12:54 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

PORTARIA-CGJ - 42122011
Código de validação: 060874FACB

O CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 60-A da Lei Complementar n.º 14, de 17 de dezembro de 1991 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão), com a redação dada pela Lei Complementar n.º 119 de 1º de julho de 2008, etc; R E S O L V E, Tornar sem efeito a Portaria n.º 4140/2011-CGJ, de 07/11/2011, que designou a Doutora MARIA EUNICE DO NASCIMENTO SERRA -27664 - Juíza de Direito Auxiliar de Entrância Final, para funcionar pelo 8º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da Comarca de São Luís/MA, a considerar o período de 07/11/2011 até ulterior deliberação. Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se. GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, São Luís, em 09 de novembro de 2011.

ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 09/11/2011 13:33 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

PORTARIA-CGJ - 42132011
Código de validação: 8D3C94B8A7

O CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 60-A da Lei Complementar n.º 14, de 17 de dezembro de 1991 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão), com a redação dada pela Lei Complementar n.º 119 de 1º de julho de 2008, etc; R E S O L V E, Designar a Doutora MARIA EUNICE DO NASCIMENTO SERRA -27664 - Juíza de Direito

Auxiliante Entrância Final, para responder, pelo 8º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo e pela Titularidade da 3ª Turma Recursal Cível e Criminal da Comarca de São Luís/MA, durante o afastamento do Doutor Manoel Aureliano Ferreira Neto, **a considerar o período de 01 a 21/11/2011**. Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se. **GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, São Luís, em 09 de novembro de 2011.**

ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DO CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA
Matrícula 2139

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 09/11/2011 13:26 (ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR)

Segunda Turma Recursal Cível e Criminal

PAUTA DE JULGAMENTO

Serão julgados pela Segunda Turma Recursal Cível e Criminal, em Sessão ordinária a ser realizada no dia 22 (vinte e dois) de novembro do corrente ano às 15:00 horas, ou, não se realizando, nas terças-feiras subseqüentes, os seguintes recursos:

Sessão do dia 22.11.2011 (terça-feira):

RELATOR: SAMUEL BATISTA DE SOUZA:

01) RECURSO N.º 544/10-2 – São Luís/MA

ORIGEM: 8º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO
RECORRENTE: CEUMA – CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DO MARANHÃO
ADVOGADO(A): Dr. CAYRO SANDRO ALENCAR CARNEIRO
RECORRIDO(A): FRANCISCO ALVES BARROSO NETO
ADVOGADO(A): Dr. FÁBIO FERNANDO ROSA CASTELO BRANCO

02) RECURSO N.º 1089/10-2 – Vitória do Mearim/MA

ORIGEM: COMARCA DE VITÓRIA DO MEARIM
RECORRENTE: BANCO CACIQUE S/A
ADVOGADO(A): Dra. DELMA MARIA CARREIRA FURTADO
RECORRIDO(A): CREUSA NOGUEIRA NUNES
ADVOGADO(A): Dr. JOSÉ ANTONIO NUNES AGUIAR

03) RECURSO N.º 1140/10-2 – Tuntum/MA

ORIGEM: COMARCA DE TUNTUM
RECORRENTE: BANCO BONSUCESSO S/A
ADVOGADO(A): Dr. FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES
RECORRIDO(A): BEATRIZ BARBOSA DE MIRANDA
ADVOGADO(A): Dra. ANNA KARINA CUNHA DA SILVA

RELATORA: LUCIMARY CASTELO BRANCO CAMPOS DOS SANTOS:

04) RECURSO N.º 889/09-2 – Bacabal/MA

ORIGEM: COMARCA DE BACABAL
RECORRENTE: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(A): Dra. MARIA CÉLIA PEREIRA DA SILVA
RECORRIDO(A): CARLOS FLÁVIO DA CUNHA FERREIRA
ADVOGADO(A): Dr. MARCO LEANDRO GOMES DE SOUSA

05) RECURSO N.º 1077/09-2 – São Luís/MA

ORIGEM: 7º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO
RECORRENTE: GOLDEN CROSS – ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA
ADVOGADO(A): Dr. MARCOS LUÍS BRAID R. SIMÕES E ULISSES CÉSAR MARTINS DE SOUSA
RECORRIDO(A): DIANE MARIA SOUSA GONÇALVES
ADVOGADO(A): Dr. NOZOR LAURO LOPES DE SOUSA FILHO

06) RECURSO N.º 012/11-2 – São Domingos do Maranhão/MA

ORIGEM: COMARCA DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO
RECORRENTE: BANCO SCHAHIN S/A
ADVOGADO(A): Dr. JOSÉ EDGAR CUNHA BUENO FILHO
RECORRIDO(A): MARIA MADALENA PEREIRA DO NASCIMENTO
ADVOGADO(A): Dr. HENRIQUE ROOSEVELT OLÍMPIO DE OLIVEIRA

Rachel Beliche Silva
Secretária das Turmas Recursais Cíveis e Criminais

Quarta Turma Recursal Cível e Criminal

PAUTA DE JULGAMENTO

Serão julgados pela Quarta Turma Recursal Cível e Criminal, em Sessão ordinária a ser realizada no dia 17 (dezessete) de novembro do corrente ano, às 15:00 horas, ou não se realizando, nas quintas-feiras subseqüentes, os seguintes recursos:

Sessão do dia 17.11.2011. (quinta-feira):

RELATORA: MARIA DO SOCORRO M. CARNEIRO:

01) RECURSO N.º 437/11-4 - Coelho Neto/MA

ORIGEM: COMARCA DE COELHO NETO

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. MARCELO MEMÓRIA, VALMIR PONTES FILHO E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): MARIA DO SOCORRO DE BRITO RODRIGUES

ADVOGADO(A): Dra. LUCIANA BLAZEJUK SALDANHA

02) RECURSO N.º 455/11-4 - Lago da Pedra/MA

ORIGEM: COMARCA DE LAGO DA PEDRA

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO, CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO E HUGO FILARDI PEREIRA

RECORRIDO(A): MARIA DALVA GONÇALVES LEITE DIAS

ADVOGADO(A): Dr. LUCIANO BARROS DE BRITO

03) RECURSO N.º 717/11-4 - Lago da Pedra/MA

ORIGEM: COMARCA DE LAGO DA PEDRA

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. HUGO FILARDI PEREIRA, CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): JOSÉ EDSON COSTA NEVES

ADVOGADO(A): Dr. TIAGO FIALHO LOPES

04) RECURSO N.º 718/11-4 - Lago da Pedra/MA

ORIGEM: COMARCA DE LAGO DA PEDRA

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. HUGO FILARDI PEREIRA, CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): DIEGO RICARDO DE QUEIROZ SILVA

ADVOGADO(A): Dr. TIAGO FIALHO LOPES

05) RECURSO N.º 727/11-4 - Lago da Pedra/MA

ORIGEM: COMARCA DE LAGO DA PEDRA

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. HUGO FILARDI PEREIRA, CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): JOSÉ WABIO DE SOUSA

ADVOGADO(A): Dr. TIAGO FIALHO LOPES

06) RECURSO N.º 730/11-4 - Lago da Pedra/MA

ORIGEM: COMARCA DE LAGO DA PEDRA

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. HUGO FILARDI PEREIRA, CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): FRANCISCO SANTOS DE SOUSA

ADVOGADO(A): Dr. TIAGO FIALHO LOPES

07) RECURSO N.º 732/11-4 - Lago da Pedra/MA

ORIGEM: COMARCA DE LAGO DA PEDRA

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. HUGO FILARDI PEREIRA, CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): CLEANDRA BARBOSA PENHA

ADVOGADO(A): Dr. TIAGO FIALHO LOPES

08) RECURSO N.º 742/11-4 - Lago da Pedra/MA

ORIGEM: COMARCA DE LAGO DA PEDRA

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO, HUGO FILARDI PEREIRA E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): ALINES RAQUEL PEREIRA DA SILVA

ADVOGADO(A): Dr. TIAGO FIALHO LOPES

09) RECURSO N.º 743/11-4 - Lago da Pedra/MA

ORIGEM: COMARCA DE LAGO DA PEDRA

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. HUGO FILARDI PEREIRA, CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): WILTON SERGIO BARROS NASCIMENTO

ADVOGADO(A): Dr. LUCIANO BARROS DE BRITO

10) RECURSO N.º 767/11-4 - São Luís Gonzaga/MA

ORIGEM: COMARCA DE SÃO LUÍS GONZAGA

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. HUGO FILARDI PEREIRA, CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): MARIA ROSIMARY FREITAS DE CASTRO

ADVOGADO(A): NÃO CONSTA NOS AUTOS

11) RECURSO N.º 771/11-4 - Lago da Pedra/MA

ORIGEM: COMARCA DE LAGO DA PEDRA

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. HUGO FILARDI PEREIRA, CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): MARIA DE FÁTIMA MACEDO PEREIRA

ADVOGADO(A): Dr. TIAGO FIALHO LOPES

12) RECURSO N.º 780/11-4 - Lago da Pedra/MA

ORIGEM: COMARCA DE LAGO DA PEDRA

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. HUGO FILARDI PEREIRA, CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): MARIA DO CARMO MARTA VIEIRA

ADVOGADO(A): Dr. TIAGO FIALHO LOPES

13) RECURSO N.º 802/11-4 - Lago da Pedra/MA

ORIGEM: COMARCA DE LAGO DA PEDRA

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. HUGO FILARDI PEREIRA, CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): SIRNANDE MENDONÇA DE LIMA

ADVOGADO(A): Dr. LUCIANO BARROS DE BRITO

14) RECURSO N.º 803/11-4 - Lago da Pedra/MA

ORIGEM: COMARCA DE LAGO DA PEDRA

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. HUGO FILARDI PEREIRA, CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): FRANCIMAR DE ALMEIDA MOTA

ADVOGADO(A): Dr. TIAGO FIALHO LOPES

15) RECURSO N.º 809/11-4 - Lago da Pedra/MA

ORIGEM: COMARCA DE LAGO DA PEDRA

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. HUGO FILARDI PEREIRA, CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): MARINALVA DA CONCEIÇÃO DE SOUSA

ADVOGADO(A): Dr. TIAGO FIALHO LOPES

16) RECURSO N.º 818/11-4 - Lago da Pedra/MA

ORIGEM: COMARCA DE LAGO DA PEDRA

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. HUGO FILARDI PEREIRA, CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): MARIA JOSÉ DA SILVA PEREIRA

ADVOGADO(A): Dr. TIAGO FIALHO LOPES

17) RECURSO N.º 819/11-4 - Lago da Pedra/MA

ORIGEM: COMARCA DE LAGO DA PEDRA

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. HUGO FILARDI PEREIRA, CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): PAULO RIBEIRO ALEXANDRE DUARTE

ADVOGADO(A): Dr. LUCIANO BARROS DE BRITO

18) RECURSO N.º 854/11-4 - Lago da Pedra/MA

ORIGEM: COMARCA DE LAGO DA PEDRA

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. THÂMARA FERRAZ GARCIA, HUGO FILARDI PEREIRA, CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): JADEANES DE MELO DAMASCENO

ADVOGADO(A): Dr. LUCIANO BARROS DE BRITO

19) RECURSO N.º 859/11-4 - Lago da Pedra/MA

ORIGEM: COMARCA DE LAGO DA PEDRA

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. HUGO FILARDI PEREIRA, CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO E THÂMARA FERRAZ GARCIA

RECORRIDO(A): GUTEMBERG DA SILVA OLIVEIRA

ADVOGADO(A): Dr. LUCIANO BARROS DE BRITO

20) RECURSO N.º 951/11-4 - Timbiras/MA

ORIGEM: COMARCA DE TIMBIRAS

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. HUGO FILARDI PEREIRA, CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): FRANCISCA DAS CHAGAS DE MACEDO ADRIÃO

ADVOGADO(A): Dr. HERBETH MENDES JÚNIOR

21) RECURSO N.º 1029/11-4 - Lago da Pedra/MA

ORIGEM: COMARCA DE LAGO DA PEDRA

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): RENY LAIANY DOS SANTOS SOUSA

ADVOGADO(A): Dr. TIAGO FIALHO LOPES

22) RECURSO N.º 1038/11-4 - Lago da Pedra/MA

ORIGEM: COMARCA DE LAGO DA PEDRA

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): ANTONIO DE OLIVEIRA VIEIRA

ADVOGADO(A): Dr. TIAGO FIALHO LOPES

23) RECURSO N.º 1043/11-4 - Lago da Pedra/MA

ORIGEM: COMARCA DE LAGO DA PEDRA

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): SEBASTIÃO DOS SANTOS MATIAS

ADVOGADO(A): Dr. TIAGO FIALHO LOPES

24) RECURSO N.º 1044/11-4 - Lago da Pedra/MA

ORIGEM: COMARCA DE LAGO DA PEDRA

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): ALDENITE MOREIRA GONÇALVES

ADVOGADO(A): Dr. TIAGO FIALHO LOPES

25) RECURSO N.º 1049/11-4 - Coelho Neto/MA

ORIGEM: COMARCA DE COELHO NETO

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dra. THÂMARA FERRAZ GARCIA

RECORRIDO(A): BRUNO RAFAEL OLIVEIRA RAMOS

ADVOGADO(A): Dra. LUCIANA BLAZEJUK SALDANHA

RELATOR: JOSÉ EULÁLIO FIGUEIREDO DE ALMEIDA:

26) RECURSO N.º 142/11-4 - Igarapé Grande/MA

ORIGEM: COMARCA DE IGARAPÉ GRANDE

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. VALMIR PONTES FILHO, MARCELO MEMÓRIA E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): JOSÉ ROBSON PEREIRA

ADVOGADO(A): Dr. JAMES ALBERT MAGALHÃES SANTOS

27) RECURSO N.º 145/11-4 - Igarapé Grande/MA

ORIGEM: COMARCA DE IGARAPÉ GRANDE

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. MARCELO MEMÓRIA, VALMIR PONTES FILHO E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): MOISÉS FERREIRA DE SOUSA JÚNIOR

ADVOGADO(A): Dr. GUILHERME ANTONIO DE LIMA MENDONÇA

28) RECURSO N.º 163/11-4 - Igarapé Grande/MA

ORIGEM: COMARCA DE IGARAPÉ GRANDE

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. VALMIR PONTES FILHO, MARCELO MEMÓRIA E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): WAGNO SOUSA FERREIRA

ADVOGADO(A): Dr. JAMES ALBERT MAGALHÃES SANTOS

29) RECURSO N.º 171/11-4 - Igarapé Grande/MA

ORIGEM: COMARCA DE IGARAPÉ GRANDE

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. VALMIR PONTES FILHO, MARCELO MEMÓRIA E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): JACIARA LIBÂNIO DA SILVA

ADVOGADO(A): Dr. JAMES ALBERT MAGALHÃES SANTOS

30) RECURSO N.º 173/11-4 - Igarapé Grande/MA

ORIGEM: COMARCA DE IGARAPÉ GRANDE

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. MARCELO MEMÓRIA, VALMIR PONTES FILHO E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): CÁSSIA GLEDYS JACAÚNA OLIVEIRA DE CARVALHO

ADVOGADO(A): Dr. JAMES ALBERT MAGALHÃES SANTOS

31) RECURSO N.º 220/11-4 - Igarapé Grande/MA

ORIGEM: COMARCA DE IGARAPÉ GRANDE

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. MARCELO MEMÓRIA, VALMIR PONTES FILHO E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): MARIA LIDIANA CARNEIRO DE MOURA

ADVOGADO(A): Dr. LAUAND SAMPAIO RODRIGUES

32) RECURSO N.º 226/11-4 - Igarapé Grande/MA

ORIGEM: COMARCA DE IGARAPÉ GRANDE

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. MARCELO MEMÓRIA, VALMIR PONTES FILHO E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): ANTONIO CESAR LEITE MARINHO

ADVOGADO(A): Dr. LAUAND SAMPAIO RODRIGUES

33) RECURSO N.º 415/11-4 - Igarapé Grande/MA

ORIGEM: COMARCA DE IGARAPÉ GRANDE

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. HUGO FILARDI PEREIRA, CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): VALDIMIRO DA LUZ CAMPOS

ADVOGADO(A): Dr. JAMES ALBERT MAGALHÃES SANTOS

34) RECURSO N.º 417/11-4 - Igarapé Grande/MA

ORIGEM: COMARCA DE IGARAPÉ GRANDE

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. HUGO FILARDI PEREIRA, CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): MARCIA DA SILVA SAMPAIO

ADVOGADO(A): Dr. JAMES ALBERT MAGALHÃES SANTOS

35) RECURSO N.º 423/11-4 - Igarapé Grande/MA

ORIGEM: COMARCA DE IGARAPÉ GRANDE

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. HUGO FILARDI PEREIRA, CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): MARIA VANDILEZA MACEDO DO NASCIMENTO

ADVOGADO(A): Dr. LAUAND SAMPAIO RODRIGUES

36) RECURSO N.º 432/11-4 - Igarapé Grande/MA

ORIGEM: COMARCA DE IGARAPÉ GRANDE

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. HUGO FILARDI PEREIRA, CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): DJANE OLIVEIRA DO NASCIMENTO VIEIRA

ADVOGADO(A): Dr. JAMES ALBERT MAGALHÃES SANTOS

37) RECURSO N.º 435/11-4 - Igarapé Grande/MA

ORIGEM: COMARCA DE IGARAPÉ GRANDE

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. HUGO FILARDI PEREIRA, CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): MARIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA LACERDA

ADVOGADO(A): Dr. GUILHERME ANTONIO DE LIMA MENDONÇA

38) RECURSO N.º 467/11-4 - Igarapé Grande/MA

ORIGEM: COMARCA DE IGARAPÉ GRANDE

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. HUGO FILARDI PEREIRA, CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): ROBERLANE CAMPELO BARBOSA

ADVOGADO(A): Dr. JAMES ALBERT MAGALHÃES SANTOS

39) RECURSO N.º 472/11-4 - Igarapé Grande/MA

ORIGEM: COMARCA DE IGARAPÉ GRANDE

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. HUGO FILARDI PEREIRA, CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO E CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): JOSÉ RAIMUNDO VIEIRA NETO

ADVOGADO(A): Dr. JAMES ALBERT MAGALHÃES SANTOS

40) RECURSO N.º 494/11-4 - Pedreiras/MA

ORIGEM: COMARCA DE PEDREIRAS

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. MARCELO MEMÓRIA, VALMIR PONTES FILHO E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): MILTON DANTAS DE MELO

ADVOGADO(A): Dra. LUCIANA DE SOUZA CASTRO

41) RECURSO N.º 507/11-4 - Pedreiras/MA

ORIGEM: COMARCA DE PEDREIRAS

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. MARCELO MEMÓRIA, VALMIR PONTES FILHO E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): FRANCILENE RIBEIRO SANTIAGO

ADVOGADO(A): Dr. ADALBERTO BEZERRA DE SOUSA FILHO

42) RECURSO N.º 509/11-4 - Pedreiras/MA

ORIGEM: COMARCA DE PEDREIRAS

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. VALMIR PONTES FILHO, MARCELO MEMÓRIA E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): JOSEVILSON DA SILVA CHAGAS

ADVOGADO(A): Dr. HELENO EUGÊNIO DA SILVA MARANHÃO

43) RECURSO N.º 512/11-4 - Pedreiras/MA

ORIGEM: COMARCA DE PEDREIRAS

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. MARCELO MEMÓRIA, VALMIR PONTES FILHO E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): SEBASTIANA GARDÊNIA FREITAS DE SOUSA

ADVOGADO(A): Dr. ADALBERTO BEZERRA DE SOUSA FILHO

44) RECURSO N.º 521/11-4 - Pedreiras/MA

ORIGEM: COMARCA DE PEDREIRAS

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. MARCELO MEMÓRIA, VALMIR PONTES FILHO, CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO E THÂMARA FERRAZ GARCIA

RECORRIDO(A): ARNALDO AGUIAR DE OLIVEIRA

ADVOGADO(A): Dr. OTONIEL DOS SANTOS REGADAS DE CARVALHO E ANTONIO HAROLDO FERNANDES DIAS II

45) RECURSO N.º 531/11-4 - Pedreiras/MA

ORIGEM: COMARCA DE PEDREIRAS

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. MARCELO MEMÓRIA, VALMIR PONTES FILHO E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): MARIA DALVA LIMA RIOS

ADVOGADO(A): Dr. CLAUDECY NUNES SILVA

46) RECURSO N.º 563/11-4 - Pedreiras/MA

ORIGEM: COMARCA DE PEDREIRAS

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. MARCELO MEMÓRIA, VALMIR PONTES FILHO E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): EDIMILSON ABREU DO CARMO

ADVOGADO(A): Dr. HELENO EUGÊNIO DA SILVA MARANHÃO

47) RECURSO N.º 564/11-4 - Pedreiras/MA

ORIGEM: COMARCA DE PEDREIRAS

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. MARCELO MEMÓRIA, VALMIR PONTES FILHO E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): ANDREA BELARMINO DA SILVA

ADVOGADO(A): Dr. EDUARDO SILVA FERNANDES

48) RECURSO N.º 589/11-4 - Pedreiras/MA

ORIGEM: COMARCA DE PEDREIRAS

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. MARCELO MEMÓRIA, VALMIR PONTES FILHO E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): MARCOS ANDRÉ CARVALHO

ADVOGADO(A): Dr. ADALBERTO BEZERRA DE SOUSA FILHO

49) RECURSO N.º 592/11-4 - Pedreiras/MA

ORIGEM: COMARCA DE PEDREIRAS

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. MARCELO MEMÓRIA, VALMIR PONTES FILHO E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): IARA DE JESUS DOS SANTOS

ADVOGADO(A): Dr. FERNANDO DE FREITAS FORMIGA

50) RECURSO N.º 661/11-4 - Pedreiras/MA

ORIGEM: COMARCA DE PEDREIRAS

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. MARCELO MEMÓRIA, VALMIR PONTES FILHO, CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO E THÂMARA FERRAZ GARCIA

RECORRIDO(A): EDSON OLIVEIRA ALVES

ADVOGADO(A): Dr. EDUARDO SILVA FERNANDES

51) RECURSO N.º 662/11-4 - Pedreiras/MA

ORIGEM: COMARCA DE PEDREIRAS

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. VALMIR PONTES FILHO, MARCELO MEMÓRIA E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): ROONEY MELO BEZERRA

ADVOGADO(A): Dr. EDUARDO SILVA FERNANDES

52) RECURSO N.º 668/11-4 - Pedreiras/MA

ORIGEM: COMARCA DE PEDREIRAS

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. MARCELO MEMÓRIA, VALMIR PONTES FILHO, CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO E THÂMARA FERRAZ GARCIA

RECORRIDO(A): RAIMUNDO NONATO GONÇALVES DE SOUSA

ADVOGADO(A): Dr. FERNANDO ANTONIO COSTA POLARY

53) RECURSO N.º 671/11-4 - Pedreiras/MA

ORIGEM: COMARCA DE PEDREIRAS

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. MARCELO MEMÓRIA, VALMIR PONTES FILHO E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): DYONES SOUSA BEZERRA

ADVOGADO(A): Dr. ANTONIO HAROLDO FERNANDES DIAS II

54) RECURSO N.º 674/11-4 - Pedreiras/MA

ORIGEM: COMARCA DE PEDREIRAS

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. MARCELO MEMÓRIA, VALMIR PONTES FILHO, E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO E THÂMARA FERRAZ GARCIA

RECORRIDO(A): JANIEL DA SILVA SANTOS

ADVOGADO(A): Dr. EDUARDO SILVA FERNANDES

55) RECURSO N.º 750/11-4 - Igarapé Grande/MA

ORIGEM: COMARCA DE IGARAPÉ GRANDE

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. HUGO FILARDI PEREIRA, CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO E CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): JOSÉ GOMES DA SILVA

ADVOGADO(A): Dr. LAUAND SAMPAIO RODRIGUES

56) RECURSO N.º 756/11-4 - Igarapé Grande/MA

ORIGEM: COMARCA DE IGARAPÉ GRANDE

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. HUGO FILARDI PEREIRA, CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO, CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO E THÂMARA FERRAZ GARCIA

RECORRIDO(A): OSVALDO FERREIRA DE SOUSA

ADVOGADO(A): Dr. JAMES ALBERT MAGALHÃES SANTOS

57) RECURSO N.º 987/11-4 - Pedreiras/MA

ORIGEM: COMARCA DE PEDREIRAS

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): RAIMUNDO CASTRO DE OLIVEIRA

ADVOGADO(A): Dra. HELLEN EMANUELLY LEITE MELO

58) RECURSO N.º 1004/11-4 - Igarapé Grande/MA

ORIGEM: COMARCA DE IGARAPÉ GRANDE

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): VARLENE FROTA E SILVA

ADVOGADO(A): Dr. GUILHERME ANTONIO DE LIMA MENDONÇA

59) RECURSO N.º 1008/11-4 - Igarapé Grande/MA

ORIGEM: COMARCA DE IGARAPÉ GRANDE

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): ROSA CRUZ DE SOUSA

ADVOGADO(A): Dr. LAUAND SAMPAIO RODRIGUES

60) RECURSO N.º 1022/11-4 - Igarapé Grande/MA

ORIGEM: COMARCA DE IGARAPÉ GRANDE

RECORRENTE: TIM CELULAR S/A

ADVOGADO(A): Dr. CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO

RECORRIDO(A): LUCAS AQUINO DA SILVA

ADVOGADO(A): Dr. GUILHERME ANTONIO DE LIMA MENDONÇA

RELATOR: TALVICK AFONSO ATTA DE FREITAS:

61) RECURSO N.º 1336/10-4 - São Luís/MA

ORIGEM: 4º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

RECORRENTE: LÍCIA ROBERTA LEÃO AMARAL

ADVOGADO(A): Dra. JOSEANY H. DIAS DE CARVALHO

RECORRIDO(A): BANCO CITICARD S/A

ADVOGADO(A): Dra. PAULICEYA MATEUS DOS SANTOS

Rachel Béliche Silva

Secretária das Turmas Recursais Cíveis e Criminais

Fórum da Comarca de São Luís

Varas Cíveis

Segunda Vara Cível do Fórum Des. Sarney Costa

Ato Ordinatório

Processo nº 0011737-61.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: MARIA DOS REMEDIOS DE CARVALHO BELLO

Advogados: HAROLDO CLAUDIO DOS SANTOS DIAS (OAB 6362)

Réus: FEDERAL DE SEGUROS S.A

De acordo com o provimento nº 01/2007-CGJ, o autor fica intimado para, querendo, responder em 10 (dez) dias nos termos da contestação. São Luís (MA), 1 de Novembro de 2011. Márcia Lopes Ferreira Secretária Judicial da 2ª Vara Cível Resp: 154898

Ato Ordinatório

Processo nº 0011751-45.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: GILBERTO ANTONIO HORTA COSTA e MARIA JOSE PEREIRA HORTA COSTA

Advogados: JULIANA MARQUES VALE (OAB 8889) e JULIANA MARQUES VALE (OAB 8889) e RAIMUNDO FERREIRA MARQUES (OAB 502) e RAIMUNDO FERREIRA MARQUES (OAB 502) e TERESINHA DE FATIMA MARQUES VALE (OAB 6263) e TERESINHA DE FATIMA MARQUES VALE (OAB 6263)

Réus: BENEDITO NASCIMENTO DA COSTA

Advogados: BENEDITO NASCIMENTO DA COSTA (OAB 2995)

De acordo com o provimento nº 01/2007-CGJ, o autor fica intimado para, querendo, responder em 10 (dez) dias nos termos da contestação. São Luís (MA), 1 de Novembro de 2011. Márcia Lopes Ferreira Secretária Judicial da 2ª Vara Cível Resp: 154898

Ato Ordinatório

Processo nº 0015618-46.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: FRANCISCA NOGUEIRA DA SILVA

Advogados: PABLO ALVES NAUE (OAB 10197)

Réus: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA

Advogados: MARCELO SANTOS SILVA (OAB 5771)

De acordo com o provimento nº 01/2007-CGJ, o autor fica intimado para, querendo, responder em 10 (dez) dias nos termos da contestação. São Luís (MA), 1 de Novembro de 2011. Márcia Lopes Ferreira Secretária Judicial da 2ª Vara Cível Resp: 154898

Ato Ordinatório

Processo nº 0020719-64.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: ANTONISVALDA PEREIRA MARTINS

Advogados: RAFAELLA CARDOSO ALMADA LIMA (OAB 8034)

Réus: LEONARDO TELLES DE SOUZA PESSOA

Advogados: MARIA DO SOCORRO VIEIRA MENEZES DE CASTRO (OAB 7797) e PAULO AFONSO VIEIRA DE CASTRO (OAB 9617)

De acordo com o provimento nº 01/2007-CGJ, o autor fica intimado para, querendo, responder em 10 (dez) dias nos termos da contestação. São Luís (MA), 1 de Novembro de 2011. Márcia Lopes Ferreira Secretária Judicial da 2ª Vara Cível Resp: 154898

Ato Ordinatório

Processo nº 0020957-83.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: LUCILEIDE MARTINS RODRIGUES

Advogados: VALERIA CRISTINA REGINO FERREIRA (OAB 7512)

Réus: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A

Advogados: JULIANA ARAUJO ALMEIDA AYOUB (OAB 7386)

De acordo com o provimento nº 01/2007-CGJ, o autor fica intimado para, querendo, responder em 10 (dez) dias nos termos da contestação. São Luís (MA), 1 de Novembro de 2011. Márcia Lopes Ferreira Secretária Judicial da 2ª Vara Cível Resp: 154898

Ato Ordinatório

Processo nº 0022045-59.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Autor: BANCO FIAT S/A

Advogados: JULIANA ALMEIDA BARROS (OAB 10163)

Réus: DIOGO EZEQUIEL BRANDAO SILVA

Advogados: FELIPE VIDIGAL CANTANHEDE (OAB 8209)

De acordo com o provimento nº 01/2007-CGJ, o autor fica intimado para, querendo, responder em 10 (dez) dias nos termos da contestação. São Luís (MA), 1 de Novembro de 2011. Márcia Lopes Ferreira Secretária Judicial da 2ª Vara Cível Resp: 154898

Ato Ordinatório

Processo nº 0026981-30.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: GESSOMAR - INDUSTRIA DE GESSO DO MARANHÃO LTDA

Advogados: ALDINEI ABREU FARIAS (OAB 7786) e HASSAN OKA FILHO (OAB 9902)

Réus: OI - TNL PCS S.A

Advogados: MARCOS LUIS BRAID RIBEIRO SIMOES (OAB 6134) e ULISSES CESAR MARTINS DE SOUSA (OAB 4462)

De acordo com o provimento nº 01/2007-CGJ, o autor fica intimado para, querendo, responder em 10 (dez) dias nos termos da contestação. São Luís (MA), 1 de Novembro de 2011. Márcia Lopes Ferreira Secretária Judicial da 2ª Vara Cível Resp: 154898

Ato Ordinatório

Processo nº 0027357-16.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: ABINADABE OLIVEIRA SANTOS

Advogados: FABIO AUGUSTO VIDIGAL CANTANHEDE (OAB 10019)

Réus: BANCO FIAT S/A

Advogados: TATYANA R S TAVARES (OAB 10223)

De acordo com o provimento nº 01/2007-CGJ, o autor fica intimado para, querendo, responder em 10 (dez) dias nos termos da contestação. São Luís (MA), 1 de Novembro de 2011. Márcia Lopes Ferreira Secretária Judicial da 2ª Vara Cível Resp: 154898

Ato Ordinatório

Processo nº 0028353-14.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Autor: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A

Advogados: SUELEN GONCALVES BIRINO (OAB 8544)

Réus: SHIRLHEY LAC LANE RABELO

Advogados: CARLOS BRONSON COELHO DA SILVA (OAB 5652A)

De acordo com o provimento nº 01/2007-CGJ, o autor fica intimado para, querendo, responder em 10 (dez) dias nos termos da contestação. São Luís (MA), 1 de Novembro de 2011. Márcia Lopes Ferreira Secretária Judicial da 2ª Vara Cível Resp: 154898

Ato Ordinatório

Processo nº 0029476-47.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: MARIA CLEDITE FERREIRA

Advogados: FERNANDO ANTONIO RIBEIRO DE PAULA (OAB 4858)

Réus: BRADESCO - BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S/A

Advogados: FABIO HENRIQUE RIBEIRO CARVALHAL LIMA (OAB 8664)

De acordo com o provimento nº 01/2007-CGJ, o autor fica intimado para, querendo, responder em 10 (dez) dias nos termos da contestação. São Luís (MA), 1 de Novembro de 2011. Márcia Lopes Ferreira Secretária Judicial da 2ª Vara Cível Resp: 154898

Ato Ordinatório

Processo nº 0029627-13.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: LUIS CARLOS CUNHA LIMA

Advogados: VICTORIO DE OLIVEIRA RICCI (OAB 900)

Réus: GERMANO BRAGA DE OLIVEIRA JUNIOR

Advogados: GERMANO BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 3304)

De acordo com o provimento nº 01/2007-CGJ, o autor fica intimado para, querendo, responder em 10 (dez) dias nos termos da contestação. São Luís

(MA), 1 de Novembro de 2011. Márcia Lopes Ferreira Secretária Judicial da 2ª Vara Cível Resp: 154898

Ato Ordinatório

Processo nº 0029892-15.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: MANOEL MATEUS CARVALHO

Advogados: FABIO AUGUSTO VIDIGAL CANTANHEDE (OAB 10019) e FELIPE VIDIGAL CANTANHEDE (OAB 8209)

Réus: BANCO FIAT S/A

Advogados: ALESSANDRA BARBALHO SOUZA (OAB 10204)

De acordo com o provimento nº 01/2007-CGJ, o autor fica intimado para, querendo, responder em 10 (dez) dias nos termos da contestação. São Luís (MA), 1 de Novembro de 2011. Márcia Lopes Ferreira Secretária Judicial da 2ª Vara Cível Resp: 154898

Ato Ordinatório

Processo nº 0031315-10.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: JACQUELINE DA CONCEIÇÃO MIRANDA CARDOSO

Advogados: MARILENE RIBEIRO PINHEIRO (OAB 3179)

Réus: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A

Advogados: LAYANNA AVELAR DO NASCIMENTO (OAB 10381) e LUCIANA CHRISTINA RIBEIRO BARBOSA (OAB 8681)

De acordo com o provimento nº 01/2007-CGJ, o autor fica intimado para, querendo, responder em 10 (dez) dias nos termos da contestação. São Luís (MA), 1 de Novembro de 2011. Márcia Lopes Ferreira Secretária Judicial da 2ª Vara Cível Resp: 154898

Ato Ordinatório

Processo nº 0031738-67.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: OSELITA FONSECA DOS SANTOS e OSMAR FONSECA DOS SANTOS

Advogados: IURI BRAGA MONTEIRO (OAB 4978) e IURI BRAGA MONTEIRO (OAB 4978) e SORAYA ABDALLA SILVA DOS SANTOS (OAB 5071) e SORAYA ABDALLA SILVA DOS SANTOS (OAB 5071) e YADYA CARVALHO BAQUIL (OAB 6094) e YADYA CARVALHO BAQUIL (OAB 6094)

Réus: SUL AMERICA CIA. NACIONAL DE SEGUROS

Advogados: FABIO ELIAS DE MEDEIROS MOUCHREK (OAB 5973) e REGIS GONDIM PEIXOTO (OAB 9357)

De acordo com o provimento nº 01/2007-CGJ, o autor fica intimado para, querendo, responder em 10 (dez) dias nos termos da contestação. São Luís (MA), 1 de Novembro de 2011. Márcia Lopes Ferreira Secretária Judicial da 2ª Vara Cível Resp: 154898

Ato Ordinatório

Processo nº 0031831-30.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: DONISIO ANCHIETA RIBEIRO

Advogados: DANIELLY RAMOS VIEIRA (OAB 9076)

Réus: BANCO FIAT S/A

Advogados: ALESSANDRA BARBALHO SOUZA (OAB 10204)

De acordo com o provimento nº 01/2007-CGJ, o autor fica intimado para, querendo, responder em 10 (dez) dias nos termos da contestação. São Luís (MA), 1 de Novembro de 2011. Márcia Lopes Ferreira Secretária Judicial da 2ª Vara Cível Resp: 154898

Ato Ordinatório

Processo nº 0032792-68.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: MARIA PEREIRA DE SOUSA

Advogados: DORANIA RODRIGUES COSTA LOPES (OAB 6900) e LIANA CARLA VIEIRA BARBOSA (OAB 8367A)

Réus: BANCO ITAUCARD S/A

Advogados: TATYANA R S TAVARES (OAB 10223)

De acordo com o provimento nº 01/2007-CGJ, o autor fica intimado para, querendo, responder em 10 (dez) dias nos termos da contestação. São Luís (MA), 1 de Novembro de 2011. Márcia Lopes Ferreira Secretária Judicial da 2ª Vara Cível Resp: 154898

Ato Ordinatório

Processo nº 0033928-03.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: ARILENE PAIXAO DA COSTA

Advogados: EDUARDO JOSE ALMEIDA DUAILIBE (OAB 8491) e JANIO MARIO MARTINS PINTO (OAB 9170)

Réus: HSBC SEGUROS BRASIL S/A

Advogados: TANIA VAINSENER (OAB 20124)

De acordo com o provimento nº 01/2007-CGJ, o autor fica intimado para, querendo, responder em 10 (dez) dias nos termos da contestação. São Luís (MA), 1 de Novembro de 2011. Márcia Lopes Ferreira Secretária Judicial da 2ª Vara Cível Resp: 154898

Ato Ordinatório**Processo nº 0034121-18.2011.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: FABIANO COSTA SAMENEZES****Advogados: MARCONI SIMPLICIO DE ARAUJO (OAB 7451)****Réus: OI - TELEMAR NORTE LESTE S/A****Advogados: MARCOS LUIS BRAID RIBEIRO SIMOES (OAB 6134) e ULISSES CESAR MARTINS DE SOUSA (OAB 4462)**

De acordo com o provimento nº 01/2007-CGJ, o autor fica intimado para, querendo, responder em 10 (dez) dias nos termos da contestação. São Luís (MA), 1 de Novembro de 2011. Márcia Lopes Ferreira Secretária Judicial da 2ª Vara Cível Resp: 154898

Ato Ordinatório**Processo nº 0038820-52.2011.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: MARIA DOS ANJOS SANTOS COSTA****Advogados: CARLOS HENRIQUE OLIVEIRA DE QUEIROZ (OAB 6926)****Réus: BFB LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL****Advogados: ALESSANDRA BARBALHO SOUZA (OAB 10204)**

De acordo com o provimento nº 01/2007-CGJ, o autor fica intimado para, querendo, responder em 10 (dez) dias nos termos da contestação. São Luís (MA), 1 de Novembro de 2011. Márcia Lopes Ferreira Secretária Judicial da 2ª Vara Cível Resp: 154898

Decisão**Processo nº 0004368-94.2003.8.10.0001****Ação: ACAO MONITORIA****Autor: NORTE BRASIL TELECOM S/A****Advogados: DIOGO GUALHARDO NEVES (OAB 7671)****Réus: REGINA CELIA DE OLIVEIRA LARANJA****Advogados: MARCOS FABIO LESSA DE ALENCAR (OAB 4139)**

Vivo S.A., através de seu advogado, com suporte nos artigos 535 e ss. do Código de Processo Civil, interpôs embargos de declaração para ver esclarecida a base de cálculo dos honorários advocatícios fixados na sentença de fls. 125/126. A interposição se deu em tempo hábil (certidão de fl. 164). Os autos vieram conclusos. Decido. Examinando o texto da sentença, observo caber razão à embargante. Em verdade, no presente feito não houve condenação, uma vez que foram acolhidos pelo juízo os embargos monitoriais de fls. 20/27 e, por consequência extinta a ação monitoria epigrafada. In casu, a verba honorária, por não ter havido condenação, deve ser fixada consoante apreciação equitativa do juiz, como estabelece o art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil. Nesse sentido: PROCESSO CIVIL - EXECUÇÃO - CONVERSÃO EM MONITÓRIA APÓS CITAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - EXTINÇÃO DO PROCESSO. I - Feita a citação dos executados, não há possibilidade de se converter ação de execução em ação monitoria. II - Nas causas em que não houver condenação, os honorários devem ser fixados consoante apreciação equitativa do juiz, atendido o disposto nas alíneas do § 3º do art. 20 do CPC. No caso dos autos, embora o advogado dos réus tenha desenvolvido um bom trabalho, não teve que despendar grandes esforços, não tendo realizado atos processuais complexos, devendo, portanto, ser mantido o valor fixado na sentença de primeiro grau. III - Recurso improvido (ApCiv 250062006 <http://www.tjma.jus.br/site/cons/jurispr/vw_proc2g.php?processo=250062006>, Rel. Des. José Stélio Nunes Muniz). Havendo, então, obscuridade somente quanto à fixação da verba honorária, acolho os presentes embargos para dar à sentença a seguinte redação em seu dispositivo: "Condeno a embargada nas custas e honorários de advogado, que arbitro em R\$ 3.864,93 (três mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e trêz centavos), com fulcro no art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil." Publique-se. Intimem-se. São Luís (MA), 07 de novembro de 2011. Luiz de França Belchior Silva Juiz de Direito da 2ª Vara Cível

Decisão**Processo nº 0008922-77.2000.8.10.0001****Ação: AÇÃO ORDINARIA DE INDENIZACAO POR DANO****Autor: LOJAO AUTOMOTIVO LTDA****Advogados: ROBERTO TAVARES DE SOUZA (OAB 3991)****Réus: BANCO DO ESTADO DO MARANHÃO S/A - BEM****Advogados: ELTON MELO (OAB 9347A) e JOSÉ EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO (OAB 126504)**

Valendo-se do direito previsto nos artigos 535 e seguintes do Código de Processo Civil, Lojão Automotivo Ltda. opõe embargos de declaração para "suprir omissão da R. Sentença, sob pena de restar eivada de vício passível de nulidade... (fls. 140/143)". Requereu a atribuição de efeitos modificativos ao recurso, com o seu conhecimento e provimento. Devidamente intimada, a parte embargada não se manifestou nos autos (certidão de fl. 147). É o relatório. Passo à decisão. Conheço dos embargos, porque presentes os requisitos de oposição, mas os inacolho, à vista dos fundamentos adiante. Por definição, os embargos de declaração são o recurso que se prestam a sanar omissões, obscuridades ou contradições acaso existentes nas decisões judiciais (CPC, arts. 535 e ss.). "Os EDcl têm finalidade de completar a decisão omissa ou, ainda, de aclará-la, dissipando obscuridades ou contradições. Não têm caráter substitutivo da decisão embargada, mas sim integrativo ou aclaratório. Como regra, não têm caráter substitutivo, modificador ou infringente do julgado". (NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Op. cit., p. 924). Ao trazer à baila sua irrisignação quanto à conclusão lógica para a improcedência do pedido e demais critérios de julgamento aplicados na sentença, o embargante pretende a total revisão do julgado, matéria típica de apelação, a ser levada ao órgão ad quem. Em verdade, o recorrente, ao devolver toda essa matéria, traz a juízo na forma de embargos de declaração, as razões de uma apelação. Mesmo que os embargos aclaratórios contenham efeitos modificativos, estes não podem ser de tal amplitude e profundidade que descaracterizem o recurso, disfarçando uma autêntica apelação. Não cabe ao magistrado de base rever sua própria decisão a ponto de alterá-la substancialmente, ficando esta atividade a cargo das instâncias revisoras, em homenagem ao princípio do duplo grau de jurisdição. Anular ou reformar as decisões, em vista de error in procedendo ou error in judicando, são funções reservadas aos Tribunais - órgãos colegiados. Já decidiu o Tribunal de Justiça do Maranhão que "Os embargos de declaração não se prestam a rediscutir questões já decididas, tendo em vista que se trata de recurso sem devolutividade" (ApCiv 31.784/2008, Rel. Des. Antônio Guerreiro Junior). Assim, recebo, mas inacolho os presentes embargos de declaração, mantendo a decisão como lançada. Eis porque, sendo protelatórios os embargos, aplico o comando

inserto no artigo 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil, para condenar o embargante ao pagamento da multa de 1% (um por cento) sobre o valor da causa, em benefício do embargado, a ser apurado em liquidação de sentença. Publique-se. Intimem-se. São Luís (MA), 07 de novembro de 2011. Luiz de França Belchior Silva Juiz de Direito da 2ª Vara Cível

Decisão

Processo nº 0013210-10.1996.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: BANCO NOROESTE S/A

Advogados: PEDRO AMERICO DIAS VIEIRA (OAB 705)

Réus: ANTONIO CARLOS DE CASTRO MARAO e SEBASTIAO ROCHA FILHO

Advogados: ANA CRISTINA FERREIRA GOMES (OAB 3036)

Valendo-se do direito previsto nos artigos 535 e seguintes do Código de Processo Civil, Banco Noroeste S.A. opõe embargos de declaração para ver sanada suposta omissão do julgado "no que tange às diligências não realizadas pelo embargante e quanto à intimação pessoal do mesmo... (fls. 217/227)". Requereu o conhecimento e provimento do recurso. É o relatório. Passo à decisão. Conheço dos embargos, porque presentes os requisitos de oposição, mas os inacolho, à vista dos fundamentos adiante. Por definição, os embargos de declaração são o recurso que se presta a sanar omissões, obscuridades ou contradições acaso existentes nas decisões judiciais (CPC, arts. 535 e ss.). "Os EDcl têm finalidade de completar a decisão omissa ou, ainda, de aclará-la, dissipando obscuridades ou contradições. Não têm caráter substitutivo da decisão embargada, mas sim integrativo ou aclaratório. Como regra, não têm caráter substitutivo, modificador ou infringente do julgado". (NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Op. cit., p. 924). O argumento da falta da necessária intimação pessoal antecedente à sentença de extinção do processo por abandono (CPC, art. 267, § 1º) é matéria a ser levada ao órgão ad quem por meio de apelação. Os embargos de declaração não se prestam a esse mister, à vista da definição do instituto acima exposta. De outra banda, inexistente omissão do juízo quanto à especificação de diligências não realizadas pelo embargante, uma vez que a sentença alvejada é clara, ao explicitar as condutas desiduosas do recorrente caracterizadoras do abandono da causa. Não cabe ao magistrado de base rever sua própria decisão a ponto de alterá-la substancialmente, ficando esta atividade a cargo das instâncias revisoras, em homenagem ao princípio do duplo grau de jurisdição. Anular ou reformar as decisões, em vista de error in procedendo ou error in iudicando, são funções reservadas aos Tribunais - órgãos colegiados. Já decidiu o Tribunal de Justiça do Maranhão que "Os embargos de declaração não se prestam a rediscutir questões já decididas, tendo em vista que se trata de recurso sem devolutividade" (ApCiv 31.784/2008, Rel. Des. Antônio Guerreiro Junior). Assim, recebo, mas inacolho os presentes embargos de declaração, mantendo a decisão como lançada. Publique-se. Intimem-se. São Luís (MA), 07 de novembro de 2011. Luiz de França Belchior Silva Juiz de Direito da 2ª Vara Cível

Decisão

Processo nº 0018441-27.2010.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: JOADILSON CAMPOS PAURA

Advogados: JOSE WILSON CARDOSO DINIZ (OAB 6055A)

Réus: BANCO FIAT S/A

Advogados: FERNANDA MENDES BEZERRA GOMES (OAB 8052)

Valendo-se do direito previsto nos artigos 535 e seguintes do Código de Processo Civil, Joadilson Campos Paura opõe embargos de declaração com base em suposta omissão e contradição, vez que a sentença exarada "não apreciou devidamente os pedidos constantes na petição inicial, especialmente no que tange a realização da perícia técnica... (fls. 75/77)". Requereu a atribuição de efeitos modificativos ao recurso, com o seu conhecimento e provimento. É o relatório. Passo à decisão. Conheço dos embargos, porque presentes os requisitos de oposição, mas os inacolho, à vista dos fundamentos adiante. Por definição, os embargos de declaração são o recurso que se presta a sanar omissões, obscuridades ou contradições acaso existentes nas decisões judiciais (CPC, arts. 535 e ss.). "Os EDcl têm finalidade de completar a decisão omissa ou, ainda, de aclará-la, dissipando obscuridades ou contradições. Não têm caráter substitutivo da decisão embargada, mas sim integrativo ou aclaratório. Como regra, não têm caráter substitutivo, modificador ou infringente do julgado". (NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Op. cit., p. 924). A sentença alvejada não restou omissa quanto ao pedido de inversão do ônus da prova e realização de perícia contábil. O primeiro pleito foi claramente indeferido na sentença (fl. 66), por terem sido considerados inexistentes os requisitos para tal. De outra banda, ao considerar o feito maduro para julgamento, a douta Magistrada reputou o mesmo devidamente instruído, pelo que desnecessária seria a realização de qualquer perícia contábil. Igualmente, o decurso embargado não padece da alegada contradição, uma vez que a Magistrada considerou despidiende a juntada de quaisquer documentos, tais como contrato ou extratos, conforme explicitado na fl. 66 do julgado. Ao trazer à baila as apontadas matérias e requerer expressamente a anulação de cláusulas abusivas e extorsivas de juros aplicados, o embargante pretende a total revisão do julgado, matéria típica de apelação, a ser levada ao órgão ad quem. Em verdade, o recorrente, ao devolver toda essa matéria, traz a juízo na forma de embargos de declaração, as razões de uma apelação. Não cabe ao magistrado de base rever sua própria decisão a ponto de alterá-la substancialmente, ficando esta atividade a cargo das instâncias revisoras, em homenagem ao princípio do duplo grau de jurisdição. Anular ou reformar as decisões, em vista de error in procedendo ou error in iudicando, são funções reservadas aos Tribunais - órgãos colegiados. Já decidiu o Tribunal de Justiça do Maranhão que "Os embargos de declaração não se prestam a rediscutir questões já decididas, tendo em vista que se trata de recurso sem devolutividade" (ApCiv 31.784/2008, Rel. Des. Antônio Guerreiro Junior). Assim, recebo, mas inacolho os presentes embargos de declaração, mantendo a decisão como lançada. Publique-se. Intimem-se. São Luís (MA), 07 de novembro de 2011. Luiz de França Belchior Silva Juiz de Direito da 2ª Vara Cível

Decisão

Processo nº 0025089-86.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO SUMÁRIO

Autor: J J R VIANA

Advogados: FLAVIO HENRIQUE AIRES PINTO (OAB 8672)

Réus: BANCO BRADESCO S/A e QUIMICA FARMACEUTICA GASPAR VIANA S/A

Análise dos requisitos para a concessão da antecipação de tutela, previstos no art. 273, I e II, do CPC, implica o exame da matéria fático-probatória. E devem estar presentes cumulativamente estes requisitos autorizadores. Analisando os argumentos e os documentos apresentados pela parte autora, não me convenci do deferimento antecipatório, pois não restou demonstrado de forma inequívoca, não havendo também, fortes indícios de verossimilhança nas alegações iniciais do autor, de que o lançamento dos seus dados no Cartório de Protesto da Capital se deu de forma arbitrária. Isto posto, INDEFIRO o pedido de tutela antecipada. Designo o dia 1º de agosto de 2012, às 11:00 horas, na sala de audiências deste

Juízo, para ter lugar a audiência de conciliação. Citem-se e intem-se as requeridas por seus representantes legais, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, para comparecer à referida audiência, e nela, não havendo conciliação, oferecer resposta escrita ou oral, produzindo e requerendo as provas que desejar. Advirtam-se os representantes legais das requeridas de que, deixando injustificadamente de comparecer à audiência ou o fazendo desacompanhado de advogado, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor, sob pena de revelia. Cientifique de que poderá fazer-se representar por preposto para transigir. Façam-se as intimações necessárias. São Luís (MA), 07 de novembro de 2011. Uma via desta decisão será utilizada como CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO, devendo ser remetida mediante Aviso de Recebimento. Luiz de França Belchior Silva Juiz de Direito da 2ª Vara Cível Resp: 104901

Decisão

Processo nº 0039434-91.2010.8.10.0001

Ação: PROCESSO CAUTELAR | INTERPELAÇÃO

Autor: CHRISTIAN BARROS PINTO

Advogados: CHRISTIAN BARROS PINTO (OAB 7063)

Réus: HIRLENE BARROS PINTO e NAYARA COSTA BARROS

Valendo-se do direito previsto nos artigos 535 e seguintes do Código de Processo Civil, Christian Barros Pinto opõe embargos de declaração com base em suposta omissão e obscuridade "para que, cumprindo-se a norma inserta no art. 4º da Lei n. 1.060/50, seja deferida a gratuidade de justiça ao interpelante... (fls. 14/26)". Requereu a atribuição de efeitos modificativos ao recurso, com o seu conhecimento e provimento. É o relatório. Passo à decisão. Conheço dos embargos, porque presentes os requisitos de oposição, mas os inacolho, à vista dos fundamentos adiante. Por definição, os embargos de declaração são o recurso que se prestam a sanar omissões, obscuridades ou contradições acaso existentes nas decisões judiciais (CPC, arts. 535 e ss.). "Os EDcl têm finalidade de completar a decisão omissa ou, ainda, de aclará-la, dissipando obscuridades ou contradições. Não têm caráter substitutivo da decisão embargada, mas sim integrativo ou aclaratório. Como regra, não têm caráter substitutivo, modificador ou infringente do julgado". (NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Op. cit., p. 924). Ao trazer à baila sua irrisignação quanto ao indeferimento de gratuidade de justiça, o embargante pretende a total revisão do decum, matéria a ser levada ao órgão ad quem através de Agravo de Instrumento, recurso cabível nesses casos. Mesmo que os embargos aclaratórios contenham efeitos modificativos, estes não podem ser de tal amplitude e profundidade que descaracterizem o recurso e alterem totalmente o julgado. Não cabe ao magistrado de base rever sua própria decisão a ponto de alterá-la substancialmente, ficando esta atividade a cargo das instâncias revisoras, em homenagem ao princípio do duplo grau de jurisdição. Anular ou reformar as decisões, em vista de error in procedendo ou error in iudicando, são funções reservadas aos Tribunais - órgãos colegiados. Já decidiu o Tribunal de Justiça do Maranhão que "Os embargos de declaração não se prestam a rediscutir questões já decididas, tendo em vista que se trata de recurso sem devolutividade" (ApCiv 31.784/2008, Rel. Des. Antônio Guerreiro Junior). Assim, recebo, mas inacolho os presentes embargos de declaração, mantendo a decisão como lançada. Publique-se. Intem-se. São Luís (MA), 07 de novembro de 2011. Luiz de França Belchior Silva Juiz de Direito da 2ª Vara Cível

Decisão

Processo nº 0047694-26.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: TLG CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA

Advogados: PEDRO LEONEL PINTO DE CARVALHO (OAB 417)

Réus: VOTORANTIM CIMENTOS N/E S/A

Declaro-me suspeito de processar e julgar o presente feito, por questão de foro íntimo (CPC, artigo 135, parágrafo único), portanto, encaminhem-se os autos ao Cartório Distribuidor da Comarca para redistribuição do feito, com a compensação devida. Cumpra-se. São Luís (MA), 3 de Novembro de 2011. LUIZ DE FRANÇA BELCHIOR SILVA Juiz de Direito da 2ª Vara Cível Resp: 104901

Despacho

Processo nº 0000785-62.2007.8.10.0001

Ação: ACAO DE REVISAO DE CONTRATO

Autor: ASSOC BRAS. DE AGENCIAS DE VIAGENS DO MA - ABAV-MA

Advogados: MARCIO ANTONIO DE CARVALHO RUFINO (OAB 5502)

Réus: GOL TRANSPORTES AEREOS S/A

Advogados: GUILHERME FERNANDES SOUZA SILVA (OAB 6194)

Verifico que a petição de fls. 339/357 afigura-se unilateral, fato que impossibilita a extinção do processo, sem antes haver a manifestação da autora. Assim, intem-se a autora para tomar conhecimento de todo o teor da referida petição e requerer o que achar de direito, no prazo de 10 (dez) dias. São Luís (MA), 07 de novembro de 2011. LUIZ DE FRANÇA BELCHIOR SILVA Juiz de Direito da 2ª Vara Cível Resp: 104901

Despacho

Processo nº 0001228-52.2003.8.10.0001

Ação: INDENIZACAO SIMPLES

Autor: SARA MAGALHAES BERTO

Advogados: KATCHELYNE ISABELLE FURTADO MOREIRA (OAB 5545)

Réus: FASTER ROAD EXPRESS LTDA

Advogados: MILTON RICARDO LUSO CALADO (OAB 5108) e RAQUEL ELITA ALVES PORTO (OAB 108004)

Intem-se o devedor, na forma do artigo 475-J, do Estatuto Civil, para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor apontado às fls. 138/139, qual seja (R\$ 2.634,73), sob pena de ser acrescida a multa de 10% sobre a importância reclamada, ficando advertido de que poderá formular defesa no prazo de lei. São Luís (MA), 07 de novembro de 2011. LUIZ DE FRANÇA BELCHIOR SILVA Juiz de Direito da 2ª Vara Cível Resp: 104901

Despacho

Processo nº 0007423-09.2010.8.10.0001**Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: FILOMENO ANTONIO COSTA LEITE FILHO****Advogados: JOSE DE RIBAMAR TORREAO SMITH JUNIOR (OAB 6124)****Réus: EUROMAR AUTOMOVEIS E PECAS LTDA****Advogados: GLAUCIO SANTOS COSTA (OAB 7837)**

Ao 08º (oitavo) dia do mês de novembro de dois mil e onze (2.011), às 09:30 horas, na sala de audiências do Juízo de Direito da 2ª Vara Cível, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, no fórum Des. Sarney Costa, onde se achava o Excelentíssimo Senhor Doutor Luiz de Franca Belchior Silva, Juiz de Direito desta Vara, comigo assessor de administração - Núcleo de Apoio a Justiça, por determinação do MM. Juiz foi feito o pregão de estilo, dos autos da AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS Promovida por FILOMENO ANTONIO COSTA LEITE FILHO, em face EUROMAR AUTOMOVEIS E PEÇAS LTDA de verificando-se a presença da parte autora FILOMENO ANTONIO COSTA LEITE FILHO, bem como sua advogada Mirella Brito Rosa, OAB/MA: 8378; ausente a parte Ré EUROMAR AUTOMOVEIS E PEÇAS LTDA, presentes os acadêmicos de Direito, Thiago Furtado Marinho (CPD 581355), George Luis Pereira Nogueira (CPD 733970), Antonio Jose Pereira Frazão (CPD 734184), Flavio Jorge Costa (CPD 309540) Antonio Carlos Carvalho Lima (CPD 07804005), Elaine Leão Dias (CPD 07104004), Raqueline Ribeiro Salazar (CPD 2088DR0074), Lucilene Abreu Martins (CPD 714010020017), João Francisco dos Anjos de Matos (CPD 505419). Aberta a audiência, a advogada do autor pediu a aplicação do ART.39, E 238 DO CPC, que tem como consequência, tornar válida a intimação da empresa Ré pra comparecer a audiência, eis que não forneceu seu novo endereço. Pediu afinal o julgamento antecipado da lide nos termo do Art.330, I, do CPC, considerando que a matéria é exclusivamente de direito e em face da ausência da empresa Ré. Intime-se a empresa Ré via Diário da Justiça eletrônico para através do seu advogado constituído nos autos apresentar as provas que tiver em prol de sua defesa no prazo de 10 (dez) dias. Expirado esse prazo e na hipótese da empresa Ré não requerer a produção de nenhuma prova, fica essa desde já intimada par apresentar no mesmo prazo as alegações finais de defesa que tiver. A advogada do autor disse que faria suas alegações finais remissivamente a peça inicial acaso a empresa Ré não apresente nenhuma prova que possa desafiar uma Instrução e Julgamento. A advogada do autor apresentou agravo retido a decisão: Meritíssimo juiz, o momento processual para que o réu requeresse as provas que pretende produzir é este, razão pela qual ocorreu o fenômeno da preclusão. Assim, não há o que se oportunizar novo momento para que o Ré produza provas. Pede-se assim, a reconsideração da decisão, caso contrario pede que o tribunal aprecie tal pedido em sede de preliminar de apelação se esta houver. Sobre o Agravo Retido, ouça-se a agravada no prazo de 10 dias, com intimação dessa pelo Diário da Justiça Eletrônico. Tal medida se torna necessária porque a empresa Ré não é Revel em face da sua ausência nessa audiência, é sim, deve suportar a pena de confissão. Ademais, a intimação da empresa RÉ PARA DIZER sobre o apelo ora interposto atende ao principio constitucional da ampla defesa, do qual o Julgador não pode se Olvidar. Após esse prazo de intimação, Conclusos os Autos. NADA MAIS. Eu,....., Carla Paz Vieira, Assessor de Administração - Núcleo de Apoio a Justiça , digitei. Luiz de Franca Belchior Silva Juiz de Direito da 2ª Vara Cível Resp: 104901

Despacho**Processo nº 0008049-96.2008.8.10.0001****Ação: EXECUCAO P/ TITULO EXTRAJUDICIAL****Autor: DUVEL DISTRIBUIDORA DE VEICULOS E PECAS LTDA****Advogados: ANA LUISA ROSA VERAS (OAB 6343) e ANDRE FELIPE A C MARTINS (OAB 7775)****Réus: ANTONIO IGOR VIANA MENDES**

À autora para manifestar-se sobre certidão do oficial de justiça às fls. 29. São Luís (MA), 07 de novembro de 2011. LUIZ DE FRANÇA BELCHIOR SILVA Juiz de Direito da 2ª Vara Cível Resp: 104901

Despacho**Processo nº 0015424-22.2006.8.10.0001****Ação: AÇÃO ORDINARIA DE INDENIZACAO POR DANO****Autor: LACDAN REVISTAS LTDA****Advogados: ADOLFO TESTI NETO (OAB 6075) e JORGE LUIS DE CASTRO DE FONSECA (OAB 3671)****Réus: TELEMAR NORTE LESTE S/A****Advogados: CRISTIANO ALVES FERNANDES RIBEIRO (OAB 6146) e ISABELLA BATALHA DOS SANTOS (OAB 5532) e LUCIO FERNANDO PENHA FERREIRA (OAB 7703) e MARCOS LUIS BRAID RIBEIRO SIMOES (OAB 6134)**

Com base no art. 520, VII, do CPC, recebo a apelação somente em seu efeito devolutivo. Intime-se a parte apelada para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões. Após, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça com as cautelas legais e as homenagens de estilo. São Luís (MA), 07 de novembro de 2011. Luiz de França Belchior Silva Juiz de Direito da 2ª Vara Cível Resp: 104901

Despacho**Processo nº 0018323-66.2001.8.10.0001****Ação: ACAO DE COBRANCA****Autor: GUTERRES CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA****Advogados: IVAN IRINEU PIFFER (OAB 15817) e LUIS AUGUSTO DE MIRANDA GUTERRES FILHO (OAB 2162)****Réus: TELEMAR-TELECOMUNICACOES DO MARANHÃO S/A****Advogados: LETICIA MARIA ANDRADE TROVAO (OAB 7583) e MARCOS LUIS BRAID RIBEIRO SIMOES (OAB 6134) e ULISSES CESAR MARTINS DE SOUSA (OAB 4462)**

Intime-se o devedor, na forma do artigo 475-J, do Estatuto Civil, para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor apontado às fls. 476/477, qual seja (R\$ 303.993,97) sob pena de ser acrescida a multa de 10% sobre a importância reclamada, ficando advertido de que poderá formular defesa no prazo de lei. São Luís (MA), 07 de novembro de 2011. LUIZ DE FRANÇA BELCHIOR SILVA Juiz de Direito da 2ª Vara Cível Resp: 104901

Despacho**Processo nº 0024321-97.2010.8.10.0001**

Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA | REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE**Autor: SAFRA LEASING S/A-ARRENDAMENTO MERCANTIL****Advogados: RAFAEL DOS SANTOS BERMUDEZ (OAB 7872)****Réus: JOSE GUIMARAES NETO****Advogados: NATANAEL ESTEVAO CORREA (OAB 5134)**

Designo audiência preliminar para o dia 16 de novembro de 2.011, às 09:30 horas, na sala de audiências deste Juízo. Façam-se as intimações necessárias. São Luís (MA), 14 de janeiro de 2.011. Uma via desta decisão será utilizada como CARTA DE INTIMAÇÃO, devendo ser enviada mediante Aviso de Recebimento. Isabella de Amorim Parga Martins Lago Juiz de Direito respondendo pela 2ª Vara Cível Resp: 104901

Despacho**Processo nº 0026897-97.2009.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: JOSE RIBAMAR CUTRIM BEZERRA JUNIOR****Advogados: JOSÉ ANTÔNIO FIGUEIREDO FERREIRA JÚNIOR (OAB 7718)****Réus: BANCO VOLKSWAGEN S/A****Advogados: WILLIAM PEREIRA DA SILVA (OAB 10113)**

Ao 31º (trigésimo primeiro) dia do mês de outubro de dois mil e onze (2.011), às 15:00 horas, na sala de audiências do Juízo de Direito da 2ª Vara Cível, nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, no fórum Des. Sarney Costa, onde se achava o Excelentíssimo Senhor Doutor Luiz de Franca Belchior Silva, Juiz de Direito desta Vara, comigo assessor de administração - Núcleo de Apoio a Justiça, por determinação do MM. Juiz foi feito o pregão de estilo, dos autos da AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO CUMULADA COM DANOS MORAIS E MATERIAIS, Promovida por JOSÉ RIBAMAR CUTRIM BEZERRA JUNIOR, em face de BANCO VOLKSWAGEN S/A, verificando-se a Ausência da parte autora Sr. José Ribamar Cutrim Bezerra Junior, Presente a parte Ré BANCO VOLKSWAGEN S/A, representado pelo preposto do Banco Diego Aurélio da Penha Santos que junta aos autos carta de preposição, bem o advogado do referido Banco William Pereira da Silva, OAB/MA:10113-A/MA que junta aos autos substabelecimento e Extrato de contrato - Leasing, Presentes os acadêmicos de Direito, Antonio José Pereira Frazão(CPD 734184), Flavio Jorge Costa (CPD 309540) Antonio Carlos Carvalho Lima (CPD 07804005), Elaine Leão Dias (CPD 07104004), Raquelene Ribeiro Salazar (CPD 2088DR0074), Lucilene Abreu Martins (CPD 714010020017), João Francisco dos Anjos de Matos (CPD 505419). Aberta a audiência, o Banco réu disse que a controvérsia da ação reside nos valores das prestações do contrato, cujo os valores se encontram expostos do extrato atualizado os quais se encontram anexo a contestação e ora junta tal documento novamente aos autos. Disse mais que a questão é eminentemente de direito as provas são documentais já inserta nos autos, estando assim o processo pronto para Julgamento e que apresenta, no momento, suas alegações finais remissivas a contestação. Intime-se o autor, via diário eletrônico da justiça para dizer no prazo de 10 dias quais as provas que pretende produzir ou, ao contrario, Apresentar as alegações que tiver no mesmo prazo. Transcorrido esse prazo conclusos os autos. NADA MAIS. Eu,....., Carla Paz Vieira, Assessor de Administração - Núcleo de Apoio a Justiça , digitei. Luiz de Franca Belchior Silva Juiz de Direito da 2ª Vara Cível Resp: 104901

Despacho**Processo nº 0033005-50.2006.8.10.0001****Ação: AÇÃO ORDINARIA DE COBRANCA****Autor: CAEMA****Advogados: CLEOMENES PEREIRA MORAES (OAB 4411) e JOSE AMANCIO DE ASSUNÇÃO NETO (OAB 9499A)****Réus: CONDOMINIO RIVEIRA DE AREIA**

Ante a possibilidade de atribuição de efeitos infringentes, intime-se o embargado, para, em 5 dias, se manifestar sobre os embargos de declaração interpostos às fls. 22/28. Após, voltem conclusos. São Luís (MA), 07 de novembro de 2011. Luiz de França Belchior Silva Juiz de Direito da 2ª Vara Cível Resp: 104901

Despacho**Processo nº 0045234-28.1995.8.10.0001****Ação: EXECUCAO FORCADA****Autor: BANCO RURAL S/A****Advogados: PEDRO AMERICO DIAS VIEIRA (OAB 705)****Réus: SANDRA MARIA CORREIA LINDOSO e SEVERO SANTOS VILA NOVA**

De acordo com o provimento nº 01/2007-CGJ, o embargado fica intimado para, querendo, manifestar-se em 10 (dez) dias nos termos dos embargos monitórios. São Luís (MA), 6 de Outubro de 2011. Márcia Lopes Ferreira Secretária Judicial da 2ª Vara Cível Resp: 154898

Sentença**Processo nº 0001659-42.2010.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA****Autor: BANCO VOLKSWAGEN S/A****Advogados: EDNAN SOARES COUTINHO MOURA (OAB 184188)****Réus: JONAS LEITAO MACEDO**

Banco Volkswagen S.A., pessoa jurídica de direito privado, moveu ação de busca e apreensão em face de Jonas Leitão Macedo, uma vez que deixou de executar as prestações do contrato de alienação fiduciária. Juntou os documentos de fls. 06/20. Vieram os autos. É o relatório. Decido. De pronto, ressalto que o caso é de extinção por ausência de pressuposto processual, pois embora o banco tenha instruído o feito com a notificação do devedor em mora, entendo que tal ato não tem validade. Na presente hipótese, apesar de o requerido residir e domiciliar nesta capital, o credor fiduciário adotou o procedimento de notificá-lo por meio do Serviço Notarial e Registral da Comarca de Timon - MA (fl. 16/16v). Ora, sem dúvida, o referido procedimento evidencia a clara dificuldade em impor o devido conhecimento do débito ao consumidor, que é parte hipossuficiente da relação jurídica

de direito material. Além do mais, tem-se a questão do devido processo legal, maculado pela irregular notificação, já que esta foi postada pelo credor fiduciário em outra cidade que não aquela em que reside o financiado, decorrendo daí a não configuração da mora contratual. Ademais, atente-se ao fato de que o Tabelião não pode praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação, consoante o disposto no art. 9º da Lei nº 8.935/1994. Portanto, apesar de o credor poder optar pelo Tabelião que melhor lhe convenha, há que se restringir a atuação deste no âmbito da sua competência territorial, pena de ineficácia do ato praticado fora desse limite. Esse é o caso dos autos, haja vista que o banco enviou a notificação através de Tabelião situado em Comarca diversa do domicílio do devedor, de modo que não restou atendida a exigência contida no §2º do art. 2º do Decreto-Lei 911/69. Nesse sentido, já decidiu o Colendo Superior Tribunal de Justiça: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. NECESSIDADE DE NOTIFICAÇÃO EXPEDIDA POR CARTÓRIO DE TÍTULO E DOCUMENTOS DA COMARCA DE RESIDÊNCIA DO DEVEDOR. 1. A notificação extrajudicial realizada por tabelião fora do Município para o qual recebeu delegação não tem validade (arts. 8º e 9º da Lei n. 8.935/94. 2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 1350564/SC, Rel. Min. João Otávio de Noronha, 04/08/2011)". E na mesma linha, manifesta-se o Tribunal de Justiça do Maranhão: "APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA FIDUCIÁRIA. INADIMPLÊNCIA. BUSCA E APREENSÃO. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL. INVALIDADE. 1. A mora do devedor fiduciante é requisito indispensável à propositura da ação de busca e apreensão fundamentada em contrato de financiamento com garantia fiduciária, sendo suficiente à sua prova, a simples notificação expedida pelo Cartório de Títulos e Documentos e entregue no endereço declarado pelo devedor, dispensada a sua assinatura. 2. Todavia, "O tabelião de notas não poderá praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação" (art. 9º da Lei nº. 8.935/1994,) sob pena de violar o princípio da territorialidade. 3. In casu, a notificação extrajudicial não é válida, pois foi expedida por cartório da Comarca de Caucaia-CE, quando o devedor reside em Bequimão-MA. Portanto, ausente documento essencial à propositura da ação. 4 - Apelação conhecida e improvida. (TJ/MA, Apelação Cível 21713/2011 <http://jurisconsult.tjma.jus.br/eNotyTsOgzAMXDDQu3CBxAn50ZGBC3SvbMdpkRAgkIQ9ft0fHp1AhumYQS0RDgW0AwQxXAeyZKVYFxcDGDYsxBIKZaOxYrPv-Vgu7lqPvf4ePstK2Mqm58X89DgaK2z_-9fmyfNr_wLUobCGCNBhhuX9YCLiU,>, Rel. Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa, 27/09/2011)". Por consequência, conclui-se pela "ausência de pressuposto processual para o manejo da ação de busca e apreensão, qual seja, a comprovação da mora nos termos do § 2º do art. 2º do Decreto-lei n.º 911/69" (TJ/RS, Agravo de Instrumento n.º 70037636065, Relª. Desª. Ângela Terezinha de Oliveira Brito, 15/07/2010). Isto posto, uma vez intruída a ação com notificação extrajudicial inválida, inexistente pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, pelo que extingo o feito sem resolução de mérito, na conformidade do artigo 267, inciso IV, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor, se ainda devidas. Sem honorários. Transitando esta decisão em julgado, dê-se baixa, arquivem-se os autos. P.R.I. São Luís (MA), 03 de novembro de 2011. Luiz de França Belchior Silva Juiz de Direito da 2ª Vara Cível

Sentença

Processo nº 0006078-42.2009.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Autor: BANCO GE CAPITAL S/A

Advogados: DORIANA DOS SANTOS CAMELLO (OAB 6170)

Réus: EVANDRO RODRIGUES LIMA

Banco GE Capital S.A., pessoa jurídica de direito privado, moveu ação de busca e apreensão em face de Evandro Rodrigues Lima, uma vez que deixou de executar as prestações do contrato de alienação fiduciária. Juntou os documentos de fls. 04/24. Vieram os autos. É o relatório. Decido. De pronto, ressalto que o caso é de extinção por ausência de pressuposto processual, pois embora o banco tenha instruído o feito com a notificação do devedor em mora, entendo que tal ato não tem validade. Na presente hipótese, apesar de o requerido residir e domiciliar nesta capital, o credor fiduciário adotou o procedimento de notificá-lo por meio do Serviço Notarial e Registral da Comarca de Maceió - AL (fl. 08). Ora, sem dúvida, o referido procedimento evidencia a clara dificuldade em impor o devido conhecimento do débito ao consumidor, que é parte hipossuficiente da relação jurídica de direito material. Além do mais, tem-se a questão do devido processo legal, maculado pela irregular notificação, já que esta foi postada pelo credor fiduciário em outro Estado da Federação que não aquele em que reside o financiado, decorrendo daí a não configuração da mora contratual. Ademais, atente-se ao fato de que o Tabelião não pode praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação, consoante o disposto no art. 9º da Lei nº 8.935/1994. Portanto, apesar de o credor poder optar pelo Tabelião que melhor lhe convenha, há que se restringir a atuação deste no âmbito da sua competência territorial, pena de ineficácia do ato praticado fora desse limite. Esse é o caso dos autos, haja vista que o banco enviou a notificação através de Tabelião situado em Comarca diversa do domicílio do devedor, de modo que não restou atendida a exigência contida no §2º do art. 2º do Decreto-Lei 911/69. Nesse sentido, já decidiu o Colendo Superior Tribunal de Justiça: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. NECESSIDADE DE NOTIFICAÇÃO EXPEDIDA POR CARTÓRIO DE TÍTULO E DOCUMENTOS DA COMARCA DE RESIDÊNCIA DO DEVEDOR. 1. A notificação extrajudicial realizada por tabelião fora do Município para o qual recebeu delegação não tem validade (arts. 8º e 9º da Lei n. 8.935/94. 2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 1350564/SC, Rel. Min. João Otávio de Noronha, 04/08/2011)". E na mesma linha, manifesta-se o Tribunal de Justiça do Maranhão: "APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA FIDUCIÁRIA. INADIMPLÊNCIA. BUSCA E APREENSÃO. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL. INVALIDADE. 1. A mora do devedor fiduciante é requisito indispensável à propositura da ação de busca e apreensão fundamentada em contrato de financiamento com garantia fiduciária, sendo suficiente à sua prova, a simples notificação expedida pelo Cartório de Títulos e Documentos e entregue no endereço declarado pelo devedor, dispensada a sua assinatura. 2. Todavia, "O tabelião de notas não poderá praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação" (art. 9º da Lei nº. 8.935/1994,) sob pena de violar o princípio da territorialidade. 3. In casu, a notificação extrajudicial não é válida, pois foi expedida por cartório da Comarca de Caucaia-CE, quando o devedor reside em Bequimão-MA. Portanto, ausente documento essencial à propositura da ação. 4 - Apelação conhecida e improvida. (TJ/MA, Apelação Cível 21713/2011 <http://jurisconsult.tjma.jus.br/eNotyTsOgzAMXDDQu3CBxAn50ZGBC3SvbMdpkRAgkIQ9ft0fHp1AhumYQS0RDgW0AwQxXAeyZKVYFxcDGDYsxBIKZaOxYrPv-Vgu7lqPvf4ePstK2Mqm58X89DgaK2z_-9fmyfNr_wLUobCGCNBhhuX9YCLiU,>, Rel. Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa, 27/09/2011)". Por consequência, conclui-se pela "ausência de pressuposto processual para o manejo da ação de busca e apreensão, qual seja, a comprovação da mora nos termos do § 2º do art. 2º do Decreto-lei n.º 911/69" (TJ/RS, Agravo de Instrumento n.º 70037636065, Relª. Desª. Ângela Terezinha de Oliveira Brito, 15/07/2010). Isto posto, uma vez intruída a ação com notificação extrajudicial inválida, inexistente pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, pelo que extingo o feito sem resolução de mérito, na conformidade do artigo 267, inciso IV, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor, se ainda devidas. Sem honorários. Transitando esta decisão em julgado, dê-se baixa, arquivem-se os autos. P.R.I. São Luís (MA), 03 de novembro de 2011. Luiz de França Belchior Silva Juiz de Direito da 2ª Vara Cível

Sentença

Processo nº 0007454-63.2009.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Autor: BANCO VOLKSWAGEN S/A**Advogados: EDNAN SOARES COUTINHO MOURA (OAB 184188)****Réus: MARCO PAULO ATHAN FERNANDES**

Banco Volkswagen S.A., pessoa jurídica de direito privado, moveu ação de busca e apreensão em face de Marco Paulo Athan Fernandes, uma vez que deixou de executar as prestações do contrato de alienação fiduciária. Juntou os documentos de fls. 06/19. Vieram os autos. É o relatório. Decido. De pronto, ressalto que o caso é de extinção por ausência de pressuposto processual, pois embora o banco tenha instruído o feito com a notificação do devedor em mora, entendo que tal ato não tem validade. Na presente hipótese, apesar de o requerido residir e domiciliar nesta capital, o credor fiduciário adotou o procedimento de notificá-lo por meio do Serviço Notarial e Registral da Comarca de Cariacica (fls. 16/18). Ora, sem dúvida, o referido procedimento evidencia a clara dificuldade em impor o devido conhecimento do débito ao consumidor, que é parte hipossuficiente da relação jurídica de direito material. Além do mais, tem-se a questão do devido processo legal, maculado pela irregular notificação, já que esta foi postada pelo credor fiduciário em outro Estado da Federação que não aquele em que reside o financiado, decorrendo daí a não configuração da mora contratual. Ademais, atente-se ao fato de que o Tabelião não pode praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação, consoante o disposto no art. 9º da Lei nº 8.935/1994. Portanto, apesar de o credor poder optar pelo Tabelião que melhor lhe convenha, há que se restringir atuação deste no âmbito da sua competência territorial, pena de ineficácia do ato praticado fora desse limite. Esse é o caso dos autos, haja vista que o banco enviou a notificação através de Tabelião situado em Comarca diversa do domicílio do devedor, de modo que não restou atendida a exigência contida no §2º do art. 2º do Decreto-Lei 911/69. Nesse sentido, já decidiu o Colendo Superior Tribunal de Justiça: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. NECESSIDADE DE NOTIFICAÇÃO EXPEDIDA POR CARTÓRIO DE TÍTULO E DOCUMENTOS DA COMARCA DE RESIDÊNCIA DO DEVEDOR. 1. A notificação extrajudicial realizada por tabelião fora do Município para o qual recebeu delegação não tem validade (arts. 8º e 9º da Lei n. 8.935/94. 2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 1350564/SC, Rel. Min. João Otávio de Noronha, 04/08/2011)". E na mesma linha, manifesta-se o Tribunal de Justiça do Maranhão: "APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA FIDUCIÁRIA. INADIMPLÊNCIA. BUSCA E APREENSÃO. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL. INVALIDADE. 1. A mora do devedor fiduciante é requisito indispensável à propositura da ação de busca e apreensão fundamentada em contrato de financiamento com garantia fiduciária, sendo suficiente à sua prova, a simples notificação expedida pelo Cartório de Títulos e Documentos e entregue no endereço declarado pelo devedor, dispensada a sua assinatura. 2. Todavia, "O tabelião de notas não poderá praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação" (art. 9º da Lei nº. 8.935/1994,) sob pena de violar o princípio da territorialidade. 3. In casu, a notificação extrajudicial não é válida, pois foi expedida por cartório da Comarca de Caucaia-CE, quando o devedor reside em Bequimão-MA. Portanto, ausente documento essencial à propositura da ação. 4 - Apelação conhecida e improvida. (TJ/MA, Apelação Cível 21713/2011 <http://jurisconsult.tjma.jus.br/eNotyTsOgzAMXDDQu3CBxAn50ZGBC3SvbMdpkRAGkIQ9fjt0fHp1AhumYQS0RDgW0AwQxXAeyZKVYFxcDGDYsxBIKZaOxyrPv-Vgu7lqPvfat4ePstK2Mqm58X89DgaK2z_-9fmyfNr_wLUobCGCNBhhuX9YCLiU,>, Rel. Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa, 27/09/2011)". Por consequência, conclui-se pela "ausência de pressuposto processual para o manejo da ação de busca e apreensão, qual seja, a comprovação da mora nos termos do § 2º do art. 2º do Decreto-lei nº 911/69" (TJ/RS, Agravo de Instrumento nº. 70037636065, Relª. Desª. Ângela Terezinha de Oliveira Brito, 15/07/2010). Isto posto, uma vez intruída a ação com notificação extrajudicial inválida, inexistente pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, pelo que extingo o feito sem resolução de mérito, na conformidade do artigo 267, inciso IV, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor, se ainda devidas. Sem honorários. Transitando esta decisão em julgado, dê-se baixa, arquivem-se os autos. P.R.I. São Luís (MA), 03 de novembro de 2011. Luiz de França Belchior Silva Juiz de Direito da 2ª Vara Cível

Sentença**Processo nº 0010968-87.2010.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA****Autor: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A****Advogados: ALLAN RODRIGUES FERREIRA (OAB 7248)****Réus: LUIS FERNANDO CAMARA SALDANHA**

Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A., pessoa jurídica de direito privado, moveu ação de busca e apreensão em face de Luís Fernando Camara Saldanha, uma vez que deixou de executar as prestações do contrato de alienação fiduciária. Juntou os documentos de fls. 04/16. Vieram os autos. É o relatório. Decido. De pronto, ressalto que o caso é de extinção por ausência de pressuposto processual, pois embora o banco tenha instruído o feito com a notificação do devedor em mora, entendo que tal ato não tem validade. Na presente hipótese, apesar de o requerido residir e domiciliar nesta capital, o credor fiduciário adotou o procedimento de notificá-lo por meio do Serviço Notarial e Registral da Comarca de Maceió - AL (fl. 11). Ora, sem dúvida, o referido procedimento evidencia a clara dificuldade em impor o devido conhecimento do débito ao consumidor, que é parte hipossuficiente da relação jurídica de direito material. Além do mais, tem-se a questão do devido processo legal, maculado pela irregular notificação, já que esta foi postada pelo credor fiduciário em outro Estado da Federação que não aquele em que reside o financiado, decorrendo daí a não configuração da mora contratual. Ademais, atente-se ao fato de que o Tabelião não pode praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação, consoante o disposto no art. 9º da Lei nº 8.935/1994. Portanto, apesar de o credor poder optar pelo Tabelião que melhor lhe convenha, há que se restringir atuação deste no âmbito da sua competência territorial, pena de ineficácia do ato praticado fora desse limite. Esse é o caso dos autos, haja vista que o banco enviou a notificação através de Tabelião situado em Comarca diversa do domicílio do devedor, de modo que não restou atendida a exigência contida no §2º do art. 2º do Decreto-Lei 911/69. Nesse sentido, já decidiu o Colendo Superior Tribunal de Justiça: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. NECESSIDADE DE NOTIFICAÇÃO EXPEDIDA POR CARTÓRIO DE TÍTULO E DOCUMENTOS DA COMARCA DE RESIDÊNCIA DO DEVEDOR. 1. A notificação extrajudicial realizada por tabelião fora do Município para o qual recebeu delegação não tem validade (arts. 8º e 9º da Lei n. 8.935/94. 2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 1350564/SC, Rel. Min. João Otávio de Noronha, 04/08/2011)". E na mesma linha, manifesta-se o Tribunal de Justiça do Maranhão: "APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA FIDUCIÁRIA. INADIMPLÊNCIA. BUSCA E APREENSÃO. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL. INVALIDADE. 1. A mora do devedor fiduciante é requisito indispensável à propositura da ação de busca e apreensão fundamentada em contrato de financiamento com garantia fiduciária, sendo suficiente à sua prova, a simples notificação expedida pelo Cartório de Títulos e Documentos e entregue no endereço declarado pelo devedor, dispensada a sua assinatura. 2. Todavia, "O tabelião de notas não poderá praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação" (art. 9º da Lei nº. 8.935/1994,) sob pena de violar o princípio da territorialidade. 3. In casu, a notificação extrajudicial não é válida, pois foi expedida por cartório da Comarca de Caucaia-CE, quando o devedor reside em Bequimão-MA. Portanto, ausente documento essencial à propositura da ação. 4 - Apelação conhecida e improvida. (TJ/MA, Apelação Cível 21713/2011 <http://jurisconsult.tjma.jus.br/eNotyTsOgzAMXDDQu3CBxAn50ZGBC3SvbMdpkRAGkIQ9fjt0fHp1AhumYQS0RDgW0AwQxXAeyZKVYFxcDGDYsxBIKZaOxyrPv-Vgu7lqPvfat4ePstK2Mqm58X89DgaK2z_-9fmyfNr_wLUobCGCNBhhuX9YCLiU,>, Rel. Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa, 27/09/2011)". Por consequência, conclui-se pela "ausência de pressuposto processual para o manejo da ação de busca e apreensão, qual seja, a comprovação da

mora nos termos do § 2º do art. 2º do Decreto-lei n.º 911/69" (TJ/RS, Agravo de Instrumento n.º 70037636065, Relª. Desª. Ângela Terezinha de Oliveira Brito, 15/07/2010). Isto posto, uma vez intruída a ação com notificação extrajudicial inválida, inexistente pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, pelo que extingo o feito sem resolução de mérito, na conformidade do artigo 267, inciso IV, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor, se ainda devidas. Sem honorários. Transitando esta decisão em julgado, dê-se baixa, arquivem-se os autos. P.R.I. São Luís (MA), 03 de novembro de 2011. Luiz de França Belchior Silva Juiz de Direito da 2ª Vara Cível

Sentença

Processo nº 0011202-06.2009.8.10.0001

Ação: PROCESSO CAUTELAR | BUSCA E APREENSÃO

Autor: BANCO FINASA BMC S/A

Advogados: MAURO SERGIO FRANCO PEREIRA (OAB 7932)

Réus: ANTONIO ADILSON BARBOSA CARVALHO

Banco Finasa BMC S.A., pessoa jurídica de direito privado, moveu ação de busca e apreensão em face de Antônio Adilson Barbosa Carvalho, uma vez que deixou de executar as prestações do contrato de alienação fiduciária. Juntou os documentos de fls. 05/21. Vieram os autos. É o relatório. Decido. De pronto, ressalto que o caso é de extinção por ausência de pressuposto processual, pois embora o banco tenha instruído o feito com a notificação do devedor em mora, entendo que tal ato não tem validade. Na presente hipótese, apesar de o requerido residir e domiciliar nesta capital, o credor fiduciário adotou o procedimento de notificá-lo por meio do Serviço Notarial e Registral da Comarca de Maracanaú - CE (fl. 18). Ora, sem dúvida, o referido procedimento evidencia a clara dificuldade em impor o devido conhecimento do débito ao consumidor, que é parte hipossuficiente da relação jurídica de direito material. Além do mais, tem-se a questão do devido processo legal, maculado pela irregular notificação, já que esta foi postada pelo credor fiduciário em outro Estado da Federação que não aquele em que reside o financiado, decorrendo daí a não configuração da mora contratual. Ademais, atente-se ao fato de que o Tabelião não pode praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação, consoante o disposto no art. 9º da Lei nº 8.935/1994. Portanto, apesar de o credor poder optar pelo Tabelião que melhor lhe convenha, há que se restringir a atuação deste no âmbito da sua competência territorial, pena de ineficácia do ato praticado fora desse limite. Esse é o caso dos autos, haja vista que o banco enviou a notificação através de Tabelião situado em Comarca diversa do domicílio do devedor, de modo que não restou atendida a exigência contida no §2º do art. 2º do Decreto-Lei 911/69. Nesse sentido, já decidiu o Colendo Superior Tribunal de Justiça: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. NECESSIDADE DE NOTIFICAÇÃO EXPEDIDA POR CARTÓRIO DE TÍTULO E DOCUMENTOS DA COMARCA DE RESIDÊNCIA DO DEVEDOR. 1. A notificação extrajudicial realizada por tabelião fora do Município para o qual recebeu delegação não tem validade (arts. 8º e 9º da Lei n. 8.935/94. 2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 1350564/SC, Rel. Min. João Otávio de Noronha, 04/08/2011)". E na mesma linha, manifesta-se o Tribunal de Justiça do Maranhão: "APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA FIDUCIÁRIA. INADIMPLÊNCIA. BUSCA E APREENSÃO. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL. INVALIDADE. 1. A mora do devedor fiduciário é requisito indispensável à propositura da ação de busca e apreensão fundamentada em contrato de financiamento com garantia fiduciária, sendo suficiente à sua prova, a simples notificação expedida pelo Cartório de Títulos e Documentos e entregue no endereço declarado pelo devedor, dispensada a sua assinatura. 2. Todavia, "O tabelião de notas não poderá praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação" (art. 9º da Lei nº. 8.935/1994,) sob pena de violar o princípio da territorialidade. 3. In casu, a notificação extrajudicial não é válida, pois foi expedida por cartório da Comarca de Caucaia-CE, quando o devedor reside em Bequimão-MA. Portanto, ausente documento essencial à propositura da ação. 4 - Apelação conhecida e improvida. (TJ/MA, Apelação Cível 21713/2011

<http://jurisconsult.tjma.jus.br/eNotyTsOgzAMXDDQu3CBxAn50ZGBC3SvbMdpkRAGklQ9fjt0fHp1AhumYQS0RDgW0AwQxXAeyZKVYFxcDGDYsxBIKZaOxyrPv-Vgu7lqPvfat4ePstK2Mqm58X89DgK2z_-9fmyfNr_wLUobCGCNBhhhuX9YCLiU,>, Rel. Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa, 27/09/2011)".

Por consequência, conclui-se pela "ausência de pressuposto processual para o manejo da ação de busca e apreensão, qual seja, a comprovação da mora nos termos do § 2º do art. 2º do Decreto-lei n.º 911/69" (TJ/RS, Agravo de Instrumento n.º 70037636065, Relª. Desª. Ângela Terezinha de Oliveira Brito, 15/07/2010). Isto posto, uma vez intruída a ação com notificação extrajudicial inválida, inexistente pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, pelo que extingo o feito sem resolução de mérito, na conformidade do artigo 267, inciso IV, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor, se ainda devidas. Sem honorários. Transitando esta decisão em julgado, dê-se baixa, arquivem-se os autos. P.R.I. São Luís (MA), 03 de novembro de 2011. Luiz de França Belchior Silva Juiz de Direito da 2ª Vara Cível

Sentença

Processo nº 0018993-26.2009.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Autor: BANCO BRADESCO S/A-BANCO BRASILEIRO DE DESCONTO SA

Advogados: MARCO ANTONIO KAUFMANN (OAB 8876)

Réus: WINCOPY COMERCIO LTDA

Banco Bradesco S.A., pessoa jurídica de direito privado, moveu ação de busca e apreensão em face de Wincopy Comércio Ltda., uma vez que deixou de executar as prestações do contrato de alienação fiduciária. Juntou os documentos de fls. 05/16. Vieram os autos. É o relatório. Decido. De pronto, ressalto que o caso é de extinção por ausência de pressuposto processual, pois embora o banco tenha instruído o feito com a notificação da devedora em mora, entendo que tal ato não tem validade. Na presente hipótese, apesar de a requerida residir e domiciliar nesta capital, o credor fiduciário adotou o procedimento de notificá-la por meio do Serviço Notarial e Registral da Comarca de Brasília - DF (fl. 14). Ora, sem dúvida, o referido procedimento evidencia a clara dificuldade em impor o devido conhecimento do débito ao consumidor, que é parte hipossuficiente da relação jurídica de direito material. Além do mais, tem-se a questão do devido processo legal, maculado pela irregular notificação, já que esta foi postada pelo credor fiduciário em outro Estado da Federação que não aquele em que reside a financiada, decorrendo daí a não configuração da mora contratual. Ademais, atente-se ao fato de que o Tabelião não pode praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação, consoante o disposto no art. 9º da Lei nº 8.935/1994. Portanto, apesar de o credor poder optar pelo Tabelião que melhor lhe convenha, há que se restringir a atuação deste no âmbito da sua competência territorial, pena de ineficácia do ato praticado fora desse limite. Esse é o caso dos autos, haja vista que o banco enviou a notificação através de Tabelião situado em Comarca diversa do domicílio da devedora, de modo que não restou atendida a exigência contida no §2º do art. 2º do Decreto-Lei 911/69. Nesse sentido, já decidiu o Colendo Superior Tribunal de Justiça: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. NECESSIDADE DE NOTIFICAÇÃO EXPEDIDA POR CARTÓRIO DE TÍTULO E DOCUMENTOS DA COMARCA DE RESIDÊNCIA DO DEVEDOR. 1. A notificação extrajudicial realizada por tabelião fora do Município para o qual recebeu delegação não tem validade (arts. 8º e 9º da Lei n. 8.935/94. 2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 1350564/SC, Rel. Min. João Otávio de Noronha, 04/08/2011)". E na mesma linha, manifesta-se o Tribunal de Justiça do Maranhão: "APELAÇÃO

CÍVEL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA FIDUCIÁRIA. INADIMPLÊNCIA. BUSCA E APREENSÃO. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL. INVALIDADE. 1. A mora do devedor fiduciante é requisito indispensável à propositura da ação de busca e apreensão fundamentada em contrato de financiamento com garantia fiduciária, sendo suficiente à sua prova, a simples notificação expedida pelo Cartório de Títulos e Documentos e entregue no endereço declarado pelo devedor, dispensada a sua assinatura. 2. Todavia, "O tabelião de notas não poderá praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação" (art. 9º da Lei nº. 8.935/1994,) sob pena de violar o princípio da territorialidade. 3. In casu, a notificação extrajudicial não é válida, pois foi expedida por cartório da Comarca de Caucaia-CE, quando o devedor reside em Bequimão-MA. Portanto, ausente documento essencial à propositura da ação. 4 - Apelação conhecida e improvida. (TJ/MA, Apelação Cível 21713/2011

<http://jurisconsult.tjma.jus.br/eNotyTsOgzAMXDDQu3CBxAn50ZGBC3SvbMdpkRAGklQ9fjt0fHp1AhumYQS0RDgW0AwQxXAeyZKVYFxcDGDYsxBIKZaOxyrPv-Vgu7lqPvfat4ePstK2Mqm58X89DgaK2z_-9fmyfNr_wLUobCGCNBhhuX9YCLiU,>, Rel. Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa, 27/09/2011)". Por consequência, conclui-se pela "ausência de pressuposto processual para o manejo da ação de busca e apreensão, qual seja, a comprovação da mora nos termos do § 2º do art. 2º do Decreto-lei n.º 911/69" (TJ/RS, Agravo de Instrumento n.º 70037636065, Relª. Desª. Ângela Terezinha de Oliveira Brito, 15/07/2010). Isto posto, uma vez intruída a ação com notificação extrajudicial inválida, inexistente pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, pelo que extingo o feito sem resolução de mérito, na conformidade do artigo 267, inciso IV, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor, se ainda devidas. Sem honorários. Transitando esta decisão em julgado, dê-se baixa, arquivem-se os autos. P.R.I. São Luís (MA), 03 de novembro de 2011. Luiz de França Belchior Silva Juiz de Direito da 2ª Vara Cível

Sentença

Processo nº 0026741-12.2009.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Autor: BANCO VOLKSWAGEN S/A

Advogados: EDNAN SOARES COUTINHO MOURA (OAB 184188)

Réus: ESTHER BITTENCOURT LIMEIRA

Banco Volkswagen S.A., pessoa jurídica de direito privado, moveu ação de busca e apreensão em face de Esther Bittencourt Limeira, uma vez que deixou de executar as prestações do contrato de alienação fiduciária. Juntou os documentos de fls. 06/16. Vieram os autos. É o relatório. Decido. De pronto, ressalto que o caso é de extinção por ausência de pressuposto processual, pois embora o banco tenha instruído o feito com a notificação da devedora em mora, entendo que tal ato não tem validade. Na presente hipótese, apesar de a requerida residir e domiciliar nesta capital, o credor fiduciário adotou o procedimento de notificá-la por meio do Serviço Notarial e Registral da Comarca de Cariacica - ES (fls. 14/15). Ora, sem dúvida, o referido procedimento evidencia a clara dificuldade em impor o devido conhecimento do débito ao consumidor, que é parte hipossuficiente da relação jurídica de direito material. Além do mais, tem-se a questão do devido processo legal, maculado pela irregular notificação, já que esta foi postada pelo credor fiduciário em outro Estado da Federação que não aquele em que reside a financiada, decorrendo daí a não configuração da mora contratual. Ademais, atente-se ao fato de que o Tabelião não pode praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação, consoante o disposto no art. 9º da Lei nº 8.935/1994. Portanto, apesar de o credor poder optar pelo Tabelião que melhor lhe convenha, há que se restringir a atuação deste no âmbito da sua competência territorial, pena de ineficácia do ato praticado fora desse limite. Esse é o caso dos autos, haja vista que o banco enviou a notificação através de Tabelião situado em Comarca diversa do domicílio da devedora, de modo que não restou atendida a exigência contida no §2º do art. 2º do Decreto-Lei 911/69. Nesse sentido, já decidiu o Colendo Superior Tribunal de Justiça: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. NECESSIDADE DE NOTIFICAÇÃO EXPEDIDA POR CARTÓRIO DE TÍTULO E DOCUMENTOS DA COMARCA DE RESIDÊNCIA DO DEVEDOR. 1. A notificação extrajudicial realizada por tabelião fora do Município para o qual recebeu delegação não tem validade (arts. 8º e 9º da Lei n. 8.935/94. 2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 1350564/SC, Rel. Min. João Otávio de Noronha, 04/08/2011)". E na mesma linha, manifesta-se o Tribunal de Justiça do Maranhão: "APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA FIDUCIÁRIA. INADIMPLÊNCIA. BUSCA E APREENSÃO. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL. INVALIDADE. 1. A mora do devedor fiduciante é requisito indispensável à propositura da ação de busca e apreensão fundamentada em contrato de financiamento com garantia fiduciária, sendo suficiente à sua prova, a simples notificação expedida pelo Cartório de Títulos e Documentos e entregue no endereço declarado pelo devedor, dispensada a sua assinatura. 2. Todavia, "O tabelião de notas não poderá praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação" (art. 9º da Lei nº. 8.935/1994,) sob pena de violar o princípio da territorialidade. 3. In casu, a notificação extrajudicial não é válida, pois foi expedida por cartório da Comarca de Caucaia-CE, quando o devedor reside em Bequimão-MA. Portanto, ausente documento essencial à propositura da ação. 4 - Apelação conhecida e improvida. (TJ/MA, Apelação Cível 21713/2011

<http://jurisconsult.tjma.jus.br/eNotyTsOgzAMXDDQu3CBxAn50ZGBC3SvbMdpkRAGklQ9fjt0fHp1AhumYQS0RDgW0AwQxXAeyZKVYFxcDGDYsxBIKZaOxyrPv-Vgu7lqPvfat4ePstK2Mqm58X89DgaK2z_-9fmyfNr_wLUobCGCNBhhuX9YCLiU,>, Rel. Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa, 27/09/2011)". Por consequência, conclui-se pela "ausência de pressuposto processual para o manejo da ação de busca e apreensão, qual seja, a comprovação da mora nos termos do § 2º do art. 2º do Decreto-lei n.º 911/69" (TJ/RS, Agravo de Instrumento n.º 70037636065, Relª. Desª. Ângela Terezinha de Oliveira Brito, 15/07/2010). Isto posto, uma vez intruída a ação com notificação extrajudicial inválida, inexistente pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, pelo que extingo o feito sem resolução de mérito, na conformidade do artigo 267, inciso IV, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor, se ainda devidas. Sem honorários. Transitando esta decisão em julgado, dê-se baixa, arquivem-se os autos. P.R.I. São Luís (MA), 03 de novembro de 2011. Luiz de França Belchior Silva Juiz de Direito da 2ª Vara Cível

Sentença

Processo nº 0039070-22.2010.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Autor: B V FINANCEIRA S/A-CFI

Advogados: RAFAEL DOS SANTOS BERMUDEZ (OAB 7872)

Réus: JOSE RIBAMAR LOBATO

BV Financeira S.A. CFI, pessoa jurídica de direito privado, moveu ação de busca e apreensão em face de José Ribamar Lobato, uma vez que deixou de executar as prestações do contrato de alienação fiduciária. Juntou os documentos de fls. 05/19. Vieram os autos. É o relatório. Decido. De pronto, ressalto que o caso é de extinção por ausência de pressuposto processual, pois embora o banco tenha instruído o feito com a notificação do devedor em mora, entendo que tal ato não tem validade. Na presente hipótese, apesar de o requerido residir e domiciliar nesta capital, o credor fiduciário adotou o procedimento de notificá-lo por meio do Serviço Notarial e Registral da Comarca de Maceió - AL (fl. 12). Ora, sem dúvida, o referido

procedimento evidencia a clara dificuldade em impor o devido conhecimento do débito ao consumidor, que é parte hipossuficiente da relação jurídica de direito material. Além do mais, tem-se a questão do devido processo legal, maculado pela irregular notificação, já que esta foi postada pelo credor fiduciário em outro Estado da Federação que não aquele em que reside o financiado, decorrendo daí a não configuração da mora contratual. Ademais, atente-se ao fato de que o Tabelião não pode praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação, consoante o disposto no art. 9º da Lei nº 8.935/1994. Portanto, apesar de o credor poder optar pelo Tabelião que melhor lhe convenha, há que se restringir a atuação deste no âmbito da sua competência territorial, pena de ineficácia do ato praticado fora desse limite. Esse é o caso dos autos, haja vista que o banco enviou a notificação através de Tabelião situado em Comarca diversa do domicílio do devedor, de modo que não restou atendida a exigência contida no §2º do art. 2º do Decreto-Lei 911/69. Nesse sentido, já decidiu o Colendo Superior Tribunal de Justiça: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. NECESSIDADE DE NOTIFICAÇÃO EXPEDIDA POR CARTÓRIO DE TÍTULO E DOCUMENTOS DA COMARCA DE RESIDÊNCIA DO DEVEDOR. 1. A notificação extrajudicial realizada por tabelião fora do Município para o qual recebeu delegação não tem validade (arts. 8º e 9º da Lei n. 8.935/94. 2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 1350564/SC, Rel. Min. João Otávio de Noronha, 04/08/2011)". E na mesma linha, manifesta-se o Tribunal de Justiça do Maranhão: "APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA FIDUCIÁRIA. INADIMPLÊNCIA. BUSCA E APREENSÃO. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL. INVALIDADE. 1. A mora do devedor fiduciante é requisito indispensável à propositura da ação de busca e apreensão fundamentada em contrato de financiamento com garantia fiduciária, sendo suficiente à sua prova, a simples notificação expedida pelo Cartório de Títulos e Documentos e entregue no endereço declaradopelo devedor, dispensada a sua assinatura. 2. Todavia, "O tabelião de notas não poderá praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação" (art. 9º da Lei nº. 8.935/1994,) sob pena de violar o princípio da territorialidade. 3. In casu, a notificação extrajudicial não é válida, pois foi expedida por cartório da Comarca de Caucaia-CE, quando o devedor reside em Bequimão-MA. Portanto, ausente documento essencial à propositura da ação. 4 - Apelação conhecida e improvida. (TJ/MA, Apelação Cível 21713/2011 <http://jurisconsult.tjma.jus.br/eNotyTsOgzAMXDDQu3CBxAn50ZGBC3SvbMdpkRagkIQ9fjt0fHp1AhumYQS0RDgW0AwQxXAeyZKVYFxcDGDYsxBIKZaOxyrPv-Vgu7lqPvfat4ePstK2Mqm58X89DgaK2z_-9fmyfNr_wLUobCGCNBhhuX9YCLiU,>, Rel. Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa, 27/09/2011)". Por consequência, conclui-se pela "ausência de pressuposto processual para o manejo da ação de busca e apreensão, qual seja, a comprovação da mora nos termos do § 2º do art. 2º do Decreto-lei n.º 911/69" (TJ/RS, Agravo de Instrumento n.º 70037636065, Relª. Desª. Ângela Terezinha de Oliveira Brito, 15/07/2010). Isto posto, uma vez intruída a ação com notificação extrajudicial inválida, inexistente pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, pelo que extingo o feito sem resolução de mérito, na conformidade do artigo 267, inciso IV, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor, se ainda devidas. Sem honorários. Transitando esta decisão em julgado, dê-se baixa, arquivem-se os autos. P.R.I. São Luís (MA), 3 de novembro de 2011. Luiz de França Belchior Silva Juiz de Direito da 2ª Vara Cível

Sentença

Processo nº 0047242-16.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Autor: BANCO BRADESCO S.A

Advogados: SUELEN GONCALVES BIRINO (OAB 8544)

Réus: ITAMARA MUNIZ PINHO

Banco Bradesco S.A., pessoa jurídica de direito privado, moveu ação de busca e apreensão em face de Itamara Muniz Pinho, uma vez que deixou de executar as prestações do contrato de alienação fiduciária. Juntou os documentos de fls. 05/19. Vieram os autos. É o relatório. Decido. De pronto, ressalto que o caso é de extinção por ausência de pressuposto processual, pois embora o banco tenha instruído o feito com a notificação da devedora em mora, entendo que tal ato não tem validade. Na presente hipótese, apesar de a requerida residir e domiciliar nesta capital, o credor fiduciário adotou o procedimento de notificá-la por meio do Serviço Notarial e Registral da Comarca de Maceió - AL (fl. 15). Ora, sem dúvida, o referido procedimento evidencia a clara dificuldade em impor o devido conhecimento do débito ao consumidor, que é parte hipossuficiente da relação jurídica de direito material. Além do mais, tem-se a questão do devido processo legal, maculado pela irregular notificação, já que esta foi postada pelo credor fiduciário em outro Estado da Federação que não aquele em que reside a financiada, decorrendo daí a não configuração da mora contratual. Ademais, atente-se ao fato de que o Tabelião não pode praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação, consoante o disposto no art. 9º da Lei nº 8.935/1994. Portanto, apesar de o credor poder optar pelo Tabelião que melhor lhe convenha, há que se restringir a atuação deste no âmbito da sua competência territorial, pena de ineficácia do ato praticado fora desse limite. Esse é o caso dos autos, haja vista que o banco enviou a notificação através de Tabelião situado em Comarca diversa do domicílio da devedora, de modo que não restou atendida a exigência contida no §2º do art. 2º do Decreto-Lei 911/69. Nesse sentido, já decidiu o Colendo Superior Tribunal de Justiça: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. NECESSIDADE DE NOTIFICAÇÃO EXPEDIDA POR CARTÓRIO DE TÍTULO E DOCUMENTOS DA COMARCA DE RESIDÊNCIA DO DEVEDOR. 1. A notificação extrajudicial realizada por tabelião fora do Município para o qual recebeu delegação não tem validade (arts. 8º e 9º da Lei n. 8.935/94. 2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 1350564/SC, Rel. Min. João Otávio de Noronha, 04/08/2011)". E na mesma linha, manifesta-se o Tribunal de Justiça do Maranhão: "APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA FIDUCIÁRIA. INADIMPLÊNCIA. BUSCA E APREENSÃO. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL. INVALIDADE. 1. A mora do devedor fiduciante é requisito indispensável à propositura da ação de busca e apreensão fundamentada em contrato de financiamento com garantia fiduciária, sendo suficiente à sua prova, a simples notificação expedida pelo Cartório de Títulos e Documentos e entregue no endereço declaradopelo devedor, dispensada a sua assinatura. 2. Todavia, "O tabelião de notas não poderá praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação" (art. 9º da Lei nº. 8.935/1994,) sob pena de violar o princípio da territorialidade. 3. In casu, a notificação extrajudicial não é válida, pois foi expedida por cartório da Comarca de Caucaia-CE, quando o devedor reside em Bequimão-MA. Portanto, ausente documento essencial à propositura da ação. 4 - Apelação conhecida e improvida. (TJ/MA, Apelação Cível 21713/2011 <http://jurisconsult.tjma.jus.br/eNotyTsOgzAMXDDQu3CBxAn50ZGBC3SvbMdpkRagkIQ9fjt0fHp1AhumYQS0RDgW0AwQxXAeyZKVYFxcDGDYsxBIKZaOxyrPv-Vgu7lqPvfat4ePstK2Mqm58X89DgaK2z_-9fmyfNr_wLUobCGCNBhhuX9YCLiU,>, Rel. Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa, 27/09/2011)". Por consequência, conclui-se pela "ausência de pressuposto processual para o manejo da ação de busca e apreensão, qual seja, a comprovação da mora nos termos do § 2º do art. 2º do Decreto-lei n.º 911/69" (TJ/RS, Agravo de Instrumento n.º 70037636065, Relª. Desª. Ângela Terezinha de Oliveira Brito, 15/07/2010). Isto posto, uma vez intruída a ação com notificação extrajudicial inválida, inexistente pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, pelo que extingo o feito sem resolução de mérito, na conformidade do artigo 267, inciso IV, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor, se ainda devidas. Sem honorários. Transitando esta decisão em julgado, dê-se baixa, arquivem-se os autos. P.R.I. São Luís (MA), 04 de novembro de 2011. Luiz de França Belchior Silva Juiz de Direito da 2ª Vara Cível

Sentença

Processo nº 0048285-85.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO

FIDUCIARIA**Autor: BANCO FIAT S/A****Advogados: TATYANA R S TAVARES (OAB 10223)****Réus: MARIA DA GRACA DE JESUS DIAS**

Banco Fiat S.A., pessoa jurídica de direito privado, moveu ação de busca e apreensão em face de Maria da Graça de Jesus Dias, uma vez que deixou de executar as prestações do contrato de alienação fiduciária. Juntou os documentos de fls. 05/32. Vieram os autos. É o relatório. Decido. De pronto, ressalto que o caso é de extinção por ausência de pressuposto processual, pois embora o banco tenha instruído o feito com a notificação da devedora em mora, entendo que tal ato não tem validade. Na presente hipótese, apesar de a requerida residir e domiciliar nesta capital, o credor fiduciário adotou o procedimento de notificá-la por meio do Serviço Notarial e Registral da Comarca de Joaquim Gomes - AL (fl. 25). Ora, sem dúvida, o referido procedimento evidencia a clara dificuldade em impor o devido conhecimento do débito ao consumidor, que é parte hipossuficiente da relação jurídica de direito material. Além do mais, tem-se a questão do devido processo legal, maculado pela irregular notificação, já que esta foi postada pelo credor fiduciário em outro Estado da Federação que não aquele em que reside a financiada, decorrendo daí a não configuração da mora contratual. Ademais, atente-se ao fato de que o Tabelião não pode praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação, consoante o disposto no art. 9º da Lei nº 8.935/1994. Portanto, apesar de o credor poder optar pelo Tabelião que melhor lhe convenha, há que se restringir a atuação deste no âmbito da sua competência territorial, pena de ineficácia do ato praticado fora desse limite. Esse é o caso dos autos, haja vista que o banco enviou a notificação através de Tabelião situado em Comarca diversa do domicílio da devedora, de modo que não restou atendida a exigência contida no §2º do art. 2º do Decreto-Lei 911/69. Nesse sentido, já decidiu o Colendo Superior Tribunal de Justiça: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. NECESSIDADE DE NOTIFICAÇÃO EXPEDIDA POR CARTÓRIO DE TÍTULO E DOCUMENTOS DA COMARCA DE RESIDÊNCIA DO DEVEDOR. 1. A notificação extrajudicial realizada por tabelião fora do Município para o qual recebeu delegação não tem validade (arts. 8º e 9º da Lei n. 8.935/94. 2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 1350564/SC, Rel. Min. João Otávio de Noronha, 04/08/2011)". E na mesma linha, manifesta-se o Tribunal de Justiça do Maranhão: "APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA FIDUCIÁRIA. INADIMPLÊNCIA. BUSCA E APREENSÃO. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL. INVALIDADE. 1. A mora do devedor fiduciante é requisito indispensável à propositura da ação de busca e apreensão fundamentada em contrato de financiamento com garantia fiduciária, sendo suficiente à sua prova, a simples notificação expedida pelo Cartório de Títulos e Documentos e entregue no endereço declarado pelo devedor, dispensada a sua assinatura. 2. Todavia, "O tabelião de notas não poderá praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação" (art. 9º da Lei nº. 8.935/1994,) sob pena de violar o princípio da territorialidade. 3. In casu, a notificação extrajudicial não é válida, pois foi expedida por cartório da Comarca de Caucaia-CE, quando o devedor reside em Bequimão-MA. Portanto, ausente documento essencial à propositura da ação. 4 - Apelação conhecida e improvida. (TJ/MA, Apelação Cível 21713/2011

<http://jurisconsult.tjma.jus.br/eNotyTsOgzAMXDDQu3CBxAn50ZGBC3SvbMdpkRagklQ9fjt0fHp1AhumYQS0RDgW0AwQxXAeyZKVFYfxcDGDYsxBIKZaOxYrPv-Vgu7lqPvf4ePstK2Mqm58X89DgaK2z_-9fmyfNr_wLUobCGCNBhhuX9YCLiU,>, Rel. Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa, 27/09/2011)". Por consequência, conclui-se pela "ausência de pressuposto processual para o manejo da ação de busca e apreensão, qual seja, a comprovação da mora nos termos do § 2º do art. 2º do Decreto-Lei nº 911/69" (TJ/RS, Agravo de Instrumento nº 70037636065, Relª. Desª. Ângela Terezinha de Oliveira Brito, 15/07/2010). Isto posto, uma vez intruída a ação com notificação extrajudicial inválida, inexistente pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, pelo que extingo o feito sem resolução de mérito, na conformidade do artigo 267, inciso IV, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor, se ainda devidas. Sem honorários. Transitando esta decisão em julgado, dê-se baixa, arquivem-se os autos. P.R.I. São Luís (MA), 04 de novembro de 2011. Luiz de França Belchior Silva Juiz de Direito da 2ª Vara Cível

Sentença**Processo nº 0048936-20.2011.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA****Autor: BANCO ITAUCARD S/A****Advogados: TATYANA R S TAVARES (OAB 10223)****Réus: JHONATAN DA SILVA COSTA**

Banco Itaucard S.A., pessoa jurídica de direito privado, moveu ação de busca e apreensão em face de Jhonatan da Silva Costa, uma vez que deixou de executar as prestações do contrato de alienação fiduciária. Juntou os documentos de fls. 05/36. Vieram os autos. É o relatório. Decido. De pronto, ressalto que o caso é de extinção por ausência de pressuposto processual, pois embora o banco tenha instruído o feito com a notificação do devedor em mora, entendo que tal ato não tem validade. Na presente hipótese, apesar de o requerido residir e domiciliar nesta capital, o credor fiduciário adotou o procedimento de notificá-lo por meio do Serviço Notarial e Registral da Comarca de Joaquim Gomes - AL (fl. 28). Ora, sem dúvida, o referido procedimento evidencia a clara dificuldade em impor o devido conhecimento do débito ao consumidor, que é parte hipossuficiente da relação jurídica de direito material. Além do mais, tem-se a questão do devido processo legal, maculado pela irregular notificação, já que esta foi postada pelo credor fiduciário em outro Estado da Federação que não aquele em que reside o financiado, decorrendo daí a não configuração da mora contratual. Ademais, atente-se ao fato de que o Tabelião não pode praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação, consoante o disposto no art. 9º da Lei nº 8.935/1994. Portanto, apesar de o credor poder optar pelo Tabelião que melhor lhe convenha, há que se restringir a atuação deste no âmbito da sua competência territorial, pena de ineficácia do ato praticado fora desse limite. Esse é o caso dos autos, haja vista que o banco enviou a notificação através de Tabelião situado em Comarca diversa do domicílio do devedor, de modo que não restou atendida a exigência contida no §2º do art. 2º do Decreto-Lei 911/69. Nesse sentido, já decidiu o Colendo Superior Tribunal de Justiça: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. NECESSIDADE DE NOTIFICAÇÃO EXPEDIDA POR CARTÓRIO DE TÍTULO E DOCUMENTOS DA COMARCA DE RESIDÊNCIA DO DEVEDOR. 1. A notificação extrajudicial realizada por tabelião fora do Município para o qual recebeu delegação não tem validade (arts. 8º e 9º da Lei n. 8.935/94. 2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no Ag 1350564/SC, Rel. Min. João Otávio de Noronha, 04/08/2011)". E na mesma linha, manifesta-se o Tribunal de Justiça do Maranhão: "APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA FIDUCIÁRIA. INADIMPLÊNCIA. BUSCA E APREENSÃO. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL. INVALIDADE. 1. A mora do devedor fiduciante é requisito indispensável à propositura da ação de busca e apreensão fundamentada em contrato de financiamento com garantia fiduciária, sendo suficiente à sua prova, a simples notificação expedida pelo Cartório de Títulos e Documentos e entregue no endereço declarado pelo devedor, dispensada a sua assinatura. 2. Todavia, "O tabelião de notas não poderá praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação" (art. 9º da Lei nº. 8.935/1994,) sob pena de violar o princípio da territorialidade. 3. In casu, a notificação extrajudicial não é válida, pois foi expedida por cartório da Comarca de Caucaia-CE, quando o devedor reside em Bequimão-MA. Portanto, ausente documento essencial à propositura da ação. 4 - Apelação conhecida e improvida. (TJ/MA, Apelação Cível 21713/2011 <http://jurisconsult.tjma.jus.br/eNotyTsOgzAMXDDQu3CBxAn50ZGBC3SvbMdpkRagklQ9fjt0fHp1AhumYQS0RDgW0AwQxXAeyZKVFYfxcDGDYsxBIKZaOxYrPv-Vgu7lqPvf4ePstK2Mqm58X89DgaK2z_-9fmyfNr_wLUobCGCNBhhuX9YCLiU,>, Rel. Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa, 27/09/2011)".

Por consequência, conclui-se pela "ausência de pressuposto processual para o manejo da ação de busca e apreensão, qual seja, a comprovação da mora nos termos do § 2º do art. 2º do Decreto-lei n.º 911/69" (TJ/RS, Agravo de Instrumento n.º 70037636065, Relª. Desª. Ângela Terezinha de Oliveira Brito, 15/07/2010). Isto posto, uma vez intruída a ação com notificação extrajudicial inválida, inexistente pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, pelo que extingo o feito sem resolução de mérito, na conformidade do artigo 267, inciso IV, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor, se ainda devidas. Sem honorários. Transitando esta decisão em julgado, dê-se baixa, arquivem-se os autos. P.R.I. São Luís (MA), 04 de novembro de 2011. Luiz de França Belchior Silva Juiz de Direito da 2ª Vara Cível

Terceira Vara Cível do Fórum Des. Sarney Costa**Despacho****Processo nº 0000463-03.2011.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: JOSE EDUARDO SILVA PINHEIRO HOMEM****Advogados: JOSE EDUARDO SILVA PINHEIRO HOMEM (OAB 4049)****Réus: BANCO BRADESCO S/A-BANCO BRASILEIRO DE DESCONTO SA****Advogados: MARIA LUCILIA GOMES (OAB 5643)**

DESPACHO: INTIME-SE O AUTOR PARA SE MANIFESTAR EM 10 DIAS SOBRE CONTESTAÇÃO DE FOLHAS. SÃO LUIS, 31/10/2011. DR. DOUGLAS AIRTON FERREIRA AMORIM, JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL. Resp: 124529

Despacho**Processo nº 0003401-68.2011.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA****Autor: BANCO PANAMERICANO S/A****Advogados: BRUNO JOSE DE FREITAS BORGES (OAB 8824) e JOSE EXPEDITO BACELAR ALMEIDA FILHO (OAB 7384)****Réus: LUIS ORLANDO BEZERRA DE AMORIM**

DESPACHO: EM RESPEITO AO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL, COM FULCRO NO ART. 296 DO CPC, REFORMO O DECISUM DE FOLHAS, REVOGANDO-O, DETERMINANDO QUE SEJA INTIMADO O AUTOR PARA JUNTAR NOS AUTOS OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À PROPOSITURA DA AÇÃO EM 10 DIAS CONFORME O DISPOSTO NOS ARTIGOS 283 E 284 DO CPC, EM ESPECIAL A PROCURAÇÃO VÁLIDA, A PROVA DA MORA ATRAVÉS DE CARTA REGISTRADA OU PROTESTO, COM AR-AVISO DE RECEBIMENTO, CONFORME DISPOSTO NAS LEIS, O CERTIFICADO DE PROPRIEDADE DO VEÍCULO COM ANOTAÇÃO DO DETRAN, O CONTRATO DEVIDAMENTE REGISTRADO, ASSIM COMO, COMPLETANDO O RECOLHIMENTO DAS CUSTAS, CONFORME O ART. 259 INCISO V E 260 DO CPC. SÃO LUIS, 31/10/2011. DR. DOUGLAS AIRTON FERREIRA AMORIM, JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL. Resp: 124529

Despacho**Processo nº 0005404-93.2011.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRACAO DE RECURSOS HUMANOS E NEGOCIOS PUBLICOS - EMARHP****Advogados: CIPRIANO DA PAZ PIRES (OAB 2210) e SERGIO GERALDO MACIEL PIRES (OAB 4116)****Réus: FERNANDA SAURA FERREIRA**

DESPACHO: DECLARO-ME SUSPEITO POR MOTIVO INTIMO (ART. 135 § ÚNICO DO CPC). REDISTRIBUA-SE OS AUTOS NA FORMA DO ART. 15 INCISO II DA LC Nº 0014/1991, E DO OFÍCIO CIRCULAR Nº 60/2009/GAB - CGJ, DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA. SÃO LUIS, 27/10/2011. DR. DOUGLAS AIRTON FERREIRA AMORIM, JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL. Resp: 124529

Despacho**Processo nº 0006168-79.2011.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO SUMÁRIO****Autor: FACULDADE SANTA TEREZINHA - CEST****Advogados: MARIA DA CONCEICAO LIMA MELO ROLIM (OAB 3999)****Réus: LUZINETE SANTOS NASCIMENTO e POLLYANNA MICHELLY DE MORAIS DE JESUS**

DESPACHO: INTIME-SE O AUTOR, POR SEU ADVOGADO, PARA SE MANIFESTAR EM 10 DIAS. SÃO LUIS, 04/11/2011. DR. DOUGLAS AIRTON FERREIRA AMORIM, JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL. Resp: 124529

Despacho**Processo nº 0007755-39.2011.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA****Autor: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A****Advogados: MAURO SERGIO FRANCO PEREIRA (OAB 7932)****Réus: FRANCYARA CARVALHO SERRA**

DESPACHO: CONSIDERANDO O REQUERIDO PELO AUTOR ÀS FOLHAS 25, EM RESPEITO AO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL, COM FULCRO NO ART. 296 DO CPC, REFORMO O DECISUM DE FOLHAS 30/35, REVOGANDO-O, DETERMINANDO QUE SEJA INTIMADO O AUTOR PARA JUNTAR NOS AUTOS OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À PROPOSITURA DA AÇÃO EM 10 DIAS CONFORME O DISPOSTO NOS ARTIGOS 283 E 284 DO CPC, EM ESPECIAL A PROCURAÇÃO, A PROVA DA MORA ATRAVÉS DE CARTA REGISTRADA COM AR-AVISO DE RECEBIMENTO, EXIGIDOS POR LEI, O CERTIFICADO DE PROPRIEDADE DO VEÍCULO COM ANOTAÇÃO DO DETRAN, O CONTRATO DEVIDAMENTE REGISTRADO, ASSIM COMO, COMPLETANDO O RECOLHIMENTO DAS CUSTAS, CONFORME O ART. 259 INCISO V E 260

DO CPC. SÃO LUIS, 27/10/2011. DR. DOUGLAS AIRTON FERREIRA AMORIM, JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL. Resp: 124529

Despacho

Processo nº 0009460-09.2010.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA | REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE

Autor: BANCO ITAULEASING S/A

Advogados: JULIANA ALMEIDA BARROS (OAB 10163) e RAFAEL DOS SANTOS BERMUDEZ (OAB 7872)

Réus: LUIS HENRIQUE PINHEIRO

DESPACHO: DEIXO DE RECEBER A APELAÇÃO POR INTEMPESTIVA CONFORME CERTIDÃO DE FOLHAS 25. SÃO LUIS, 27/10/2011. DR. DOUGLAS AIRTON FERREIRA AMORIM, JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL. Resp: 124529

Despacho

Processo nº 0010887-46.2007.8.10.0001

Ação: ORDINARIA

Autor: FLOR DE LYS FIALHO FELIX

Advogados: HERCYLA SARAH MAIA (OAB 4709)

Réus: BANCO DA AMAZONIA S/A

Advogados: JEFFERSON WALLACE GOMES MARTINS FRANCA (OAB 6677)

DESPACHO: DESNECESSÁRIO OUTRAS PROVAS, (ART.130 CPC), INTIME-SE ÀS PARTES PARA APRESENTAREM ALEGAÇÕES-FINAIS NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS PARA CADA UM, INICIANDO PELA AUTORA. SÃO LUIS, 04/11/2011. DR. DOUGLAS AIRTON FERREIRA AMORIM, JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL. Resp: 124529

Despacho

Processo nº 0012887-58.2003.8.10.0001

Ação: ORDINARIA

Autor: EDUARDO SOUZA DE OLIVEIRA

Advogados: ABDON CLEMENTINO DE MARINHO (OAB 4980) e WELGER FREIRE DOS SANTOS (OAB 4534)

Réus: TELEMAR-TELECOMUNICACOES DO MARANHAO S/A

Advogados: MARCOS LUIS BRAID RIBEIRO SIMOES (OAB 6134) e ULISSES CESAR MARTINS DE SOUSA (OAB 4462)

DESPACHO: INTIME-SE O AUTOR, POR SEU ADVOGADO, PARA SE MANIFESTAR EM 10 DIAS. SÃO LUIS, 08/11/2011. DR. DOUGLAS AIRTON FERREIRA AMORIM, JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL. Resp: 124529

Despacho

Processo nº 0014268-23.2011.8.10.0001

Ação: PROCESSO CAUTELAR | NOTIFICAÇÃO

Autor: CRISTAL MARMORES GRANITOS PREMOLDADOS E CONSTRUÇOES LTDA

Advogados: LUCIANO COSTA NOGUEIRA (OAB 6593)

Réus: CAMILLE PINHEIRO AZEVEDO e JULIO CESAR DE SOUZA MATOS FILHO

DESPACHO: ENTREGUE-SE AUTOR INDEPENDENTEMENTE DE TRANSLADO, DANDO-SE BAIXA. SÃO LUIS, 04/11/2011. DR. DOUGLAS AIRTON FERREIRA AMORIM, JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL. Resp: 124529

Despacho

Processo nº 0031730-61.2009.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA | CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

Autor: MARIA JOSE CARVALHO FRAZAO

Advogados: NORBERTO JOSE DA CRUZ FILHO (OAB 5276)

Réus: BANCO VOLKSWAGEN S/A

DESPACHO: INTIME-SE O AUTOR, POR SEU ADVOGADO, PARA SE MANIFESTAR EM 10 DIAS. SÃO LUIS, 25/10/2011. DR. DOUGLAS AIRTON FERREIRA AMORIM, JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL. Resp: 124529

Despacho

Processo nº 0032069-49.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA | ALVARÁ JUDICIAL

Autor: IVALDO RODRIGUES

Advogados: ADAUTO GONCALVES DOS SANTOS (OAB 8037)

Réus:

DESPACHO: DECLARO-ME SUSPEITO POR MOTIVO INTIMO (ART. 135 § ÚNICO DO CPC). REDISTRIBUA-SE OS AUTOS NA FORMA DO ART. 15 INCISO II DA LC Nº 0014/1991. SÃO LUIS, 18/10/2011. DR. DOUGLAS AIRTON FERREIRA AMORIM, JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL. Resp: 124529

Despacho

Processo nº 0032764-08.2008.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA | MONITÓRIA

Autor: CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DO MARANHAO - CEUMA ...

Advogados: MIRELLA PARADA MARTINS (OAB 4915)
Réus: WERBETH MACEDO CASTRO

DESPACHO: INTIME-SE O AUTOR, POR SEU ADVOGADO, PARA SE MANIFESTAR EM 05 DIAS. SÃO LUIS, 19/10/2011. DR. DOUGLAS AIRTON FERREIRA AMORIM, JUIZ DE DIREITO DA 3º VARA CÍVEL. Resp: 124529

Despacho

Processo nº 0034391-76.2010.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | DESPEJO

Autor: EUDES DE OLIVEIRA ARANHA

Advogados: MARIA ELILDES BELFORT (OAB 2277)

Réus: AMAFI COMERCIAL E CONSTRUTORA LTDA

DESPACHO: INTIME-SE O AUTOR, POR SEU ADVOGADO, PARA SE MANIFESTAR EM 10 DIAS, TENDO EM VISTA DOS AUTOS, APÓS JUNTAR O AR E CERTIFICADO. SÃO LUIS, 04/11/2011. DR. DOUGLAS AIRTON FERREIRA AMORIM, JUIZ DE DIREITO DA 3º VARA CÍVEL. Resp: 124529

Despacho

Processo nº 0035641-13.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Autor: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A

Advogados: HOSANA CRISTINA FERNANDES (OAB 6588)

Réus: LUCIANO DE SOUSA FRANÇA

DESPACHO: Examinando a inicial, constato que o autor atribuiu o valor da causa patamar inferior as parcelas vencidas e vincendas do contrato de financiamento celebrado entre as partes, contrariando o disposto no art. 259, inciso V do CPC. Assim, determino a emenda a inicial nesse sentido, no prazo de 10 dias, com o recolhimento das custas remanescentes, sob pena das cominações legais. ASSIM COMO, JUNTE AOS AUTOS NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS A PROVA DA MORA CONFORME AS LEI, O CONTRATO DEVIDAMENTE REGISTRADO, O CERTIFICADO DE PROPRIEDADE EXPEDIDO PELO DETRAN, ASSIM COMO PLANILHA COMPREENSIVEL DO DÉBITO. SÃO LUIS, 31/10/2011. DR. DOUGLAS AIRTON FERREIRA AMORIM, JUIZ DE DIREITO DA 3º VARA CÍVEL. Resp: 124529

Despacho

Processo nº 0035942-57.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA | REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE

Autor: BB LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL

Advogados: ANNE CAROLINE GALVAO DA SILVA (OAB 8986) e MARIA LUCILIA GOMES (OAB 5643)

Réus: PATRICIA NERES MELO

DESPACHO: INTIME-SE O AUTOR PARA CUMPRIR OS ARTS. 12, INCISO VI, 13 DO CPC., E PARA JUNTAR NOS AUTOS OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À PROPOSITURA DA AÇÃO EM 10 (DEZ) DIAS, CONFORME O DISPOSTO NO ART. 284 DO CPC, EM ESPECIAL A PROVA DA MORA, CONFORME AS LEIS, O CONTRATO REGISTRADO, A PLANILHA DO DÉBITO, O CERTIFICADO DE REGISTRO E PROPRIEDADE DO VEÍCULO NO DETRAN, EFETUANDO O PAGAMENTO DAS CUSTAS NA FORMA DO ART. 259, INCISO V DO CPC. SÃO LUIS, 31/10/2011. DR. DOUGLAS AIRTON FERREIRA AMORIM, JUIZ DE DIREITO DA 3º VARA CÍVEL. Resp: 124529

Despacho

Processo nº 0036427-91.2010.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: TROPICAL EMPREENDIMENTO IMOBILIARIOS LTDA

Advogados: RAFAEL BRUNO PESSOA DE OLIVEIRA (OAB 9833)

Réus: CIPE CURSO PRE-VESTIBULAR LTDA

DESPACHO: INTIME-SE O AUTOR, POR SEU ADVOGADO, PARA SE MANIFESTAR EM 10 DIAS. SÃO LUIS, 19/10/2011. DR. DOUGLAS AIRTON FERREIRA AMORIM, JUIZ DE DIREITO DA 3º VARA CÍVEL. Resp: 124529

Despacho

Processo nº 0037562-75.2009.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA | MONITÓRIA

Autor: CEUMA.

Advogados: ELVACI REBELO MATOS (OAB 6551)

Réus: MARIO AFONSO COIMBRA DE CARVALHO

DESPACHO: INTIME-SE O AUTOR, POR SEU ADVOGADO, PARA SE MANIFESTAR EM 05 DIAS. SÃO LUIS, 19/10/2011. DR. DOUGLAS AIRTON FERREIRA AMORIM, JUIZ DE DIREITO DA 3º VARA CÍVEL. Resp: 124529

Despacho

Processo nº 0041186-64.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA | ALVARÁ JUDICIAL

Autor: MARIA TERESA MARTINS VIVEIROS

Advogados: DENISE MARIA P DOS SANTOS BOTELHO (OAB 6367)

Réus:

DESPACHO: DECLARO-ME SUSPEITO POR MOTIVO INTIMO (ART. 135 § ÚNICO DO CPC). REDISTRIBUA-SE OS AUTOS NA FORMA DO ART. 15 INCISO II DA LC Nº 0014/1991. SÃO LUIS, 04/11/2011. DR. DOUGLAS AIRTON FERREIRA AMORIM, JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL. Resp: 124529

Despacho

Processo nº 0041990-66.2010.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | DESPEJO

Autor: COOPERATIVA MISTA DE CONSUMO DOS MOTORISTAS AUTONOMOS DE SAO LUIS LTDA - COCOMA

Advogados: ADALBERTO FLAVIO ARAUJO DA SILVEIRA LEITE (OAB 3102)

Réus: LUIS MARCHAO NETO

DESPACHO: INTIME-SE O AUTOR, POR SEU ADVOGADO, PARA SE MANIFESTAR EM 10 DIAS. SÃO LUIS, 01/11/2011. DR. DOUGLAS AIRTON FERREIRA AMORIM, JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL. Resp: 124529

Sentença

Processo nº 0004396-52.2009.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL

Autor: JOSE DOMINGOS PINHEIRO

Advogados: VALUZIA MARIA DA CUNHA SANTOS (OAB 3698)

Réus:

SENTENÇA: JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 267 incisos II e III c/c 329 do Código Processo Civil. Desentranhem-se os documentos acostados, se requeridos, deixando-se cópias nos autos. Transitado em julgado, certifique-se e arquite-se com baixa. Custas ex lege. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 25 de Outubro de 2011. Dr. Douglas Ailton Ferreira Amorim Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível da Capital Resp: 124529

Sentença

Processo nº 0012890-71.2007.8.10.0001

Ação: AÇÃO ORDINARIA DE INDENIZACAO POR DANO

Autor: GARDENIA MARIA GASPAR

Advogados: JOAO BATISTA MUNIZ ARAUJO (OAB 4086) e SORAYA CIBELE DE OLIVEIRA ARAUJO (OAB 6617)

Réus: LOSANGO PROMOTORA DE VENDAS LTDA

Advogados: DIOGO GUALHARDO NEVES (OAB 7671)

SENTENÇA: JULGO PROCEDENTE A AÇÃO PARA O FIM DE CONDENAR A LOSANGO PROMOÇÕES DE VENDAS LTDA A PAGAR A AUTORA O VALOR R\$ 25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS), A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, CONSIDERADOS OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE, ACRESCIDOS DE CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DA PROLAÇÃO DESTA DECISUM (SUMULA 362 DO STJ), E JUROS DE MORA DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS, ESTES INCIDENTES DESDE A DATA DO EVENTO DANOSO, A TEOR DO ART. 406 DO CÓDIGO CIVIL E VERBETE 54 DA SUMULA DO STJ. CONDENO AO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS QUE FIXO EM 15% (QUINZE POR CENTO) SOBRE O VALOR TOTAL DA CONDENÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 20, § 3º, E ALÍNEAS, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. Registre-se, Publique-se e Intime-se. São Luís, 21 de outubro de 2011. Dr. Douglas Ailton Ferreira Amorim Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível da Capital Resp: 124529

Sentença

Processo nº 0015441-19.2010.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: RAIMUNDA DAS GRAÇAS CORREA

Advogados: DALFRAN CALDAS LOIOLA (OAB 8094A)

Réus: LE MANS COMERCIO E SERVICOS DE MOTOCICLETAS LTDA

SENTENÇA: JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, com fundamento nos artigos 257, 267, inciso I, c/c 329 e 459 do Código Processo Civil, determinando o cancelamento na distribuição. Transitada em julgado, archive-se com a devida baixa. Custas ex lege. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 31 de Outubro de 2011. Dr. Douglas Ailton Ferreira Amorim Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível da Capital Resp: 124529

Sentença

Processo nº 0022197-49.2007.8.10.0001

Ação: RETIFICACAO REGISTRO CIVEL

Autor: JESIEL DOS SANTOS COSTA

Advogados: FABIO MARCELO MARITAN ABBONDANZA (OAB 7630)

Réus:

SENTENÇA: JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 267 incisos II e III c/c 329 do Código Processo Civil. Desentranhem-se os documentos acostados, se requeridos, deixando-se cópias nos autos. Transitado em julgado, certifique-se e archive-se com baixa. Custas ex lege. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 18 de Outubro de 2011. Dr. Douglas Ailton Ferreira Amorim Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível da Capital Resp: 124529

Sentença

Processo nº 0024710-48.2011.8.10.0001**Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA | REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE****Autor: MARIA NEUMA FARIA BASTOS****Advogados: RAFAEL BRUNO PESSOA DE OLIVEIRA (OAB 9833)****Réus: ANTONIO DILSON SA**

SENTENÇA: devido a falta de cumprimento da diligencia determinada por este juízo, com fundamento nos artigos 284, § único c/c 295, inciso VI e 267, inciso I, 329 e 459 do Código de Processo Civil, indefiro a inicial e por consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, condenando o autor ao pagamento das custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 31 de Outubro de 2011. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível da Capital Resp: 124529

Sentença**Processo nº 0026882-02.2007.8.10.0001****Ação: RETIFICACAO REGISTRO CIVEL****Autor: MARIA APARECIDA FRANCA CASTRO****Advogados: RICARDO LUIS DE ALMEIDA TEIXEIRA (OAB DEFENSOR PUBLICO)****Réus:**

SENTENÇA: JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 267 incisos II e III c/c 329 do Código Processo Civil. Desentranhem-se os documentos acostados, se requeridos, deixando-se cópias nos autos. Transitado em julgado, certifique-se e archive-se com baixa. Custas ex lege. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 21 de Outubro de 2011. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível da Capital Resp: 124529

Sentença**Processo nº 0029533-02.2010.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA | CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO****Autor: FLAVIA DE AZEVEDO VERAS****Advogados: FAMARA MOURA PASSINHO (OAB 3074)****Réus: HSBC LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A**

SENTENÇA: JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, com fundamento nos artigos 257, 267, inciso I, c/c 329 e 459 do Código Processo Civil, determinando o cancelamento na distribuição. Transitada em julgado, archive-se com a devida baixa. Custas ex lege. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 31 de Outubro de 2011. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível da Capital Resp: 124529

Sentença**Processo nº 0042939-90.2010.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA | REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE****Autor: BANCO ITAULEASING S/A****Advogados: CHRISTIANE KELLEN DA SILVA COELHO (OAB 8472) e SUELEN GONCALVES BIRINO (OAB 8544)****Réus: LUIZ JOSE DA SILVA FILHO**

SENTENÇA: devido à falta de cumprimento da diligencia determinada por este juízo, restou comprovada a impossibilidade jurídica do pedido e a falta de interesse da ação, razão porque, com fundamento nos artigos 269, inciso I c/c 295, incisos I, III e VI, § único inciso III e, 285-A c/c 459 do Código de Processo Civil, REJEITO o pedido e por consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, condenando o autor ao pagamento das custas processuais. Após o transito em julgado devidamente certificado, archive-se com a devida baixa. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 25 de Outubro de 2011. Dr. Douglas Airton Ferreira Amorim Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível da Capital Resp: 124529

Quarta Vara Cível do Fórum Des. Sarney Costa**Ato Ordinatório****Processo nº 0000359-21.2005.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | DESPEJO****Autor: GLORIA LUCIANE DE CARVALHO BAYMA****Advogados: NONATO MARTINS (OAB 913)****Réus: KENAZ CRISTIAN SOUZA VEIGA**

Intimo a parte devedora, na pessoa de seu advogado, para, querendo, oferecer impugnação da penhora realizada, de acordo com termo de fls. 72, no prazo de 15 (quinze) dias conforme art. 475 J, § 1º do C. P. C. São Luís (Ma), 3 de Outubro de 2011. Elisonete Lopes Vieira. Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Ato Ordinatório**Processo nº 0001358-38.1986.8.10.0001****Ação: PROCESSO CAUTELAR | BUSCA E APREENSÃO****Autor: SAFRA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS S/A****Advogados: MARIA JOSE MILHOMEM (OAB 7572) e PEDRO AMERICO DIAS VIEIRA (OAB 705)****Réus: JOAO BATISTA SILVA BRAGA e JOSE DE RIBAMAR LUNA DE SOUSA****Advogados: LUIZ FERNANDO PIRES (OAB 2911)**

Abro vista ao autor/exequente para manifestar-se sobre certidão negativa o oficial de justiça de fls. 218, pelo prazo de lei. São Luís, 3 de Novembro de

2011.Elisonete Lopes Vieira.Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Ato Ordinatório

Processo nº 0002829-25.2005.8.10.0001

Ação: AÇÃO ORDINARIA DE INDENIZACAO POR DANO

Autor: ANA LUCIA SILVA DOS REIS e BARBARA KELLY SERRA FERREIRA e CLAUDIANE FRAZAO AZEVEDO e ILMA DINIZ BEZERRA e JOEL PIRES RIBEIRO e LADY LAURA BARBOSA RODRIGUES e LALIA REGINA SANTANA RODRIGUES e LINDELCI AUGUSTINHA DIAS MATOS e TERTULIANA GOMES ALVES DOS SANTOS

Advogados: IVANILDE COELHO MESQUITA (OAB DEFENSORAPUBLICA)

Réus: MACIEL TREINAMENTO PROFISSIONAL LTDA

Advogados: ALYSSON MENDES COSTA (OAB 6429) e HAROLDO GUIMARAES SOARES FILHO (OAB 5078)

Intimem-se as partes, sobre o retorno dos autos da instância superior e para requererem o que entendem de direito, no prazo de 15 (quinze) dias. São Luís (Ma), 3 de Novembro de 2011. Elisonete Lopes Vieira. Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Ato Ordinatório

Processo nº 0004717-19.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: EDNA SILVA QUEIROZ

Advogados: YADYA CARVALHO BAQUIL (OAB 6094)

Réus: FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL-PETROS

Advogados: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 8882A)

Intime-se a parte autora para dizer sobre Contestação de fls. 92-131, no prazo de 10 (dez) dias. São Luís (Ma), 6 de Outubro de 2011. Elisonete Lopes Vieira. Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Ato Ordinatório

Processo nº 0007770-13.2008.8.10.0001

Ação: BUSCA E APREENSAO

Autor: BANCO FINASA S/A

Advogados: CHRISTIANE KELLEN DA SILVA COELHO (OAB 8472) e SUELEN GONCALVES BIRINO (OAB 8544)

Réus: PEDRO MESSIAS LOBATO COSTA

Abro vista ao autor/exequente para manifestar-se sobre Carta Precatória devolvida de fls. 31-40, pelo prazo de lei. São Luís, 18 de Outubro de 2011. Elisonete Lopes Vieira. Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Ato Ordinatório

Processo nº 0009961-70.2004.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A

Advogados: GILMAR PEREIRA SANTOS (OAB 4119) e THIAGO GONZALEZ BOUCINHAS (OAB 9251)

Réus: A C REBOUCAS-PROJETOS E ASSESSORIA LTDA e ALDENOR CUNHA REBOUCAS e FONTENELLE AGRICULTURA E PECUARIA S/A e GRACIETE VITORIA COSTA REBOUCAS

Abro vista ao autor/exequente para manifestar-se sobre certidão negativa do oficial de justiça de fls. 64 verso, pelo prazo de lei. São Luís, 3 de Novembro de 2011. Elisonete Lopes Vieira. Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Ato Ordinatório

Processo nº 0010014-80.2006.8.10.0001

Ação: PROCESSO CAUTELAR | BUSCA E APREENSÃO

Autor: UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A

Advogados: ODIMAR AZENETE MATTEUCCI CAMPELO (OAB 7398)

Réus: ANTONIO CARLOS DE LIMA

Abro vista ao autor/exequente para manifestar-se sobre certidão negativa do oficial de justiça de fls. 40, pelo prazo de lei. São Luís, 5 de Julho de 2011. Elisonete Lopes Vieira. Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Ato Ordinatório

Processo nº 0010665-44.2008.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: FRANCISCO BENTO FILHO

Advogados: SIRGENE RODRIGUES SOUSA (OAB 5323)

Réus: CLAUDIONOR PAULO RAMOS e FLAMARION RIBEIRO S FACUNDES e JOSE MIGUEL COSTA TRAVASSOS e LINO ANTONIO ROCHA MESQUITA e SAMUEL CARVALHO CORREA

Advogados: ELIANA MARIA PINHEIRO SANTOS (OAB 4696) e KASSIA BARROS BEZERRA (OAB 7207)

Abro vista ao autor/exequente para manifestar-se sobre certidão negativa do oficial de justiça de fls. 92 verso, pelo prazo de lei. São Luís, 3 de Novembro de 2011. Elisonete Lopes Vieira. Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Ato Ordinatório

Processo nº 0011388-97.2007.8.10.0001**Ação: BUSCA E APREENSAO****Autor: BANCO VOLKSWAGEN S/A****Advogados: CAROLINE CERVEIRA VALOIS FALCAO (OAB 9131)****Réus: GLAUCIA ISIDIO DE ALMEIDA**

Abro vista ao autor/exequente para manifestar-se sobre certidão negativa do oficial de justiça de fls. 48, pelo prazo de lei. São Luis, 3 de Novembro de 2011.Elisonete Lopes Vieira.Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Ato Ordinatório**Processo nº 0012487-63.2011.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: ADRIANA NASCIMENTO PINHEIRO****Advogados: ALBERTO LURINE GUIMARAES (OAB 3744)****Réus: EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A (OAB 5844) e MARCIA SILVA REGO (OAB 6786)****Advogados: CAYUS LUCYLOS MATIAS DA PAZ OLIVEIRA (OAB 5844) e MARCIA SILVA REGO (OAB 6786)**

Intime-se a parte autora para dizer sobre Contestação de fls. 34/70, no prazo de 10 (dez) dias.São Luis (Ma), 17 de Junho de 2011.Elisonete Lopes VieiraSecretária Judicial da 4ª Vara Cível Resp: 142356

Ato Ordinatório**Processo nº 0013728-48.2006.8.10.0001****Ação: PROCESSO CAUTELAR | BUSCA E APREENSÃO****Autor: BANCO HONDA S/A****Advogados: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423) e HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422) e MAURO SERGIO FRANCO PEREIRA (OAB 7932)****Réus: BARBARA CILENE DINIZ DUARTE**

Abro vista ao autor/exequente para manifestar-se sobre certidão negativa do oficial de justiça de fls. 43, pelo prazo de lei. São Luis, 3 de Novembro de 2011.Elisonete Lopes Vieira.Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Ato Ordinatório**Processo nº 0014683-45.2007.8.10.0001****Ação: BUSCA E APREENSAO****Autor: BANCO ABN AMRO REAL S/A****Advogados: ALLAN RODRIGUES FERREIRA (OAB 7248)****Réus: MARIA DALVA CORREIA MARTINS**

Abro vista ao autor/exequente para manifestar-se sobre certidão negativa do oficial de justiça de fls. 41, pelo prazo de lei. São Luis, 3 de Novembro de 2011.Elisonete Lopes Vieira.Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Ato Ordinatório**Processo nº 0014687-82.2007.8.10.0001****Ação: BUSCA E APREENSAO****Autor: BANCO ABN AMRO REAL S/A****Advogados: JOSE EXPEDITO BACELAR ALMEIDA FILHO (OAB 7384)****Réus: NORIS MARIA SILVA SOARES**

Abro vista ao autor/exequente para manifestar-se sobre certidão negativa do oficial de justiça de fls. 50, pelo prazo de lei. São Luis, 3 de Novembro de 2011.Elisonete Lopes Vieira.Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Ato Ordinatório**Processo nº 0014973-94.2006.8.10.0001****Ação: BUSCA E APREENSAO****Autor: BANCO HONDA S/A****Advogados: ISABEL CRISTINA LOPES BULHOES (OAB 6041)****Réus: JOSE ANTONIO SODRE SANTOS**

Abro vista ao autor/exequente para manifestar-se sobre certidão negativa do oficial de justiça de fls. 40, pelo prazo de lei. São Luis, 3 de Novembro de 2011.Elisonete Lopes Vieira.Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Ato Ordinatório**Processo nº 0015105-64.2000.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA | REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE****Autor: BANDEIRANTES S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL****Advogados: CELSO DAVID ANTUNES (OAB 1141A) e LUIS CARLOS LAURENÇO (OAB 16780) e ROBERTA SANTANA DE CARVALHO (OAB 31183)****Réus: ANA MARIA B DE ARAUJO SILVESTRE e EDNA BARRIOS LUGO****Advogados: ALDY MELLO DE ARAUJO FILHO (OAB DEFENSORPUBLICO) e ALDY MELLO DE ARAUJO FILHO (OAB DEFENSORPUBLICO)**

Intimem-se as partes, sobre o retorno dos autos da instância superior e para requererem o que entendem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. São Luís (Ma), 13 de Julho de 2011. Elisonete Lopes Vieira. Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Ato Ordinatório

Processo nº 0016706-90.2009.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Autor: BANCO FINASA BMC S/A

Advogados: CINTHIA HELUY MARINHO (OAB 6835)

Réus: VADERBRANDO SANTOS DE OLIVEIRA

Abro vista ao autor/exequente para manifestar-se sobre Carta Precatória de fls. 29-38, pelo prazo de lei. São Luís, 12 de Julho de 2011. Elisonete Lopes Vieira. Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Ato Ordinatório

Processo nº 0017217-93.2006.8.10.0001

Ação: PROCESSO CAUTELAR | BUSCA E APREENSÃO

Autor: BANCO DIBENS S/A

Advogados: ODIMAR AZENETE MATTEUCCI CAMPELO (OAB 7398) e RAFAEL DOS SANTOS BERMUDEZ (OAB 7872)

Réus: JOAO TEIXEIRA NORONHA

Abro vista ao autor/exequente para manifestar-se sobre Carta Precatória devolvida de fls. 54-59, pelo prazo de lei. São Luís, 12 de Julho de 2011. Elisonete Lopes Vieira. Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Ato Ordinatório

Processo nº 0017264-04.2005.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA | MONITÓRIA

Autor: UNICEUMA - CENTRO UNIVERSITARIO DO MARANHÃO

Advogados: ELVACI REBELO MATOS (OAB 6551)

Réus: FRANCISCA DAS CHAGAS DE OLIVEIRA

Abro vista ao autor/exequente para manifestar-se sobre certidão negativa do oficial de justiça de fls. 36, pelo prazo de lei. São Luís, 3 de Novembro de 2011. Elisonete Lopes Vieira. Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Ato Ordinatório

Processo nº 0018816-91.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: MARIO PEREIRA NUNES e SHEYLA FERREIRA DA SILVA NUNES

Advogados: LUIZ ANDRÉ FARIAS DE ALBUQUERQUE (OAB 9615) e LUIZ ANDRÉ FARIAS DE ALBUQUERQUE (OAB 9615)

Réus: BRADESCO SAUDE S/A e HOSPITAL SÃO DOMINGOS LTDA

Advogados: RENATO TADEU RONDINA MANDALITI (OAB 115762)

Intime-se a parte autora para dizer sobre Contestação de fls. 43-81, no prazo de 10 (dez) dias. São Luís (Ma), 18 de Outubro de 2011. Elisonete Lopes Vieira. Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Ato Ordinatório

Processo nº 0018843-45.2009.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: SELMHA CARLA CARVALHO E SILVA DOS REIS

Advogados: ALESSANDRO LUIZ CARVALHO E SILVA (OAB 9307)

Réus: CAMED - CAIXA DE ASSISTENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

Advogados: ANASTACIO MARINHO (OAB 8502)

Intime-se a parte autora para dizer sobre Contestação de fls. 49-112, no prazo de 10 (dez) dias. São Luís (Ma), 18 de Outubro de 2011. Elisonete Lopes Vieira. Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Ato Ordinatório

Processo nº 0020345-58.2005.8.10.0001

Ação: PROCESSO DE EXECUÇÃO | EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

Autor: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Advogados: JOSE EDMILSON CARVALHO FILHO (OAB 4945)

Réus: GRUPO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL AGRICOLA DOS TRABALHADORES RURAIS DE QUEBRA POTE

Intimem-se as partes, sobre o retorno dos autos da instância superior e para requererem o que entendem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. São Luís (Ma), 14 de Julho de 2011. Elisonete Lopes Vieira. Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Ato Ordinatório

Processo nº 0021612-60.2008.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO

FIDUCIARIA**Autor: BANCO FINASA S/A****Advogados: CINTHIA HELUY MARINHO (OAB 6835)****Réus: SUELINE ARAUJO DOS SANTOS**

Abro vista ao autor/exequente para manifestar-se sobre ofício de fls. 49, pelo prazo de lei. São Luis, 21 de Junho de 2011. Elisonete Lopes Vieira. Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Ato Ordinatório**Processo nº 0022364-95.2009.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: BASILIO MENDES CARVALHO****Advogados: JADSON CLEON SILVA DE SOUZA (OAB 7337)****Réus: BANCO FINASA S/A**

Abro vista ao autor/exequente para manifestar-se sobre certidão negativa do oficial de justiça de fls. 31, pelo prazo de lei. São Luis, 3 de Novembro de 2011. Elisonete Lopes Vieira. Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Ato Ordinatório**Processo nº 0022841-84.2010.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA****Autor: BANCO BMG S/A****Advogados: JOSE EXPEDITO BACELAR ALMEIDA FILHO (OAB 7384)****Réus: BERNARDO SILVA**

Abro vista ao autor/exequente para manifestar-se sobre certidão negativa do oficial de justiça de fls. 29, pelo prazo de lei. São Luis, 3 de Novembro de 2011. Elisonete Lopes Vieira. Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Ato Ordinatório**Processo nº 0024230-41.2009.8.10.0001****Ação: PROCESSO DE EXECUÇÃO | EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL****Autor: MARLY DE FATIMA FRANCA DA SILVA****Advogados: GUSTAVO FONTELES CARVALHO FERREIRA (OAB 8501)****Réus: SELMA MARIA COSTA CONCEICAO DINIZ**

Abro vista ao autor/exequente para manifestar-se sobre certidão negativa do oficial de justiça de fls. 33, pelo prazo de lei. São Luis, 18 de Outubro de 2011. Elisonete Lopes Vieira. Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Ato Ordinatório**Processo nº 0024391-51.2009.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA | REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE****Autor: HSBC BANK BRASIL S.A - BANCO MULTIPLO****Advogados: JOSE EXPEDITO BACELAR ALMEIDA FILHO (OAB 7384)****Réus: ALESSANDRO AILTON COELHO**

Abro vista ao autor/exequente para manifestar-se sobre certidão negativa do oficial de justiça de fls. 40, pelo prazo de lei. São Luis, 3 de Novembro de 2011. Elisonete Lopes Vieira. Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Ato Ordinatório**Processo nº 0025806-06.2008.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA | REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE****Autor: BANCO ITAULEASING S/A****Advogados: CHRISTIANE KELLEN S COELHO (OAB 8472) e CINTHIA HELUY MARINHO (OAB 6835)****Réus: RITA DE CASSIA MARQUES SOARES**

Intimem-se as partes, sobre o retorno dos autos da instância superior e para requererem o que entendem de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. São Luis (Ma), 13 de Julho de 2011. Elisonete Lopes Vieira. Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Ato Ordinatório**Processo nº 0027920-83.2006.8.10.0001****Ação: AÇÃO ORDINARIA DE INDENIZACAO POR DANO****Autor: FRANCISCO ALVES DE MOURA****Advogados: ALEKSANDRA LYRA PESSOA DOS REIS CALDAS (OAB 5074) e ALEKSANDRA LYRA PESSOA DOS REIS CALDAS (OAB 5074) e SARAH SANTOS ARAUJO NETA (OAB 5077)****Réus: AMAZONIA CELULAR S.A****Advogados: MARCO ANTONIO COELHO LARA (OAB 5429A)**

Intimem-se as partes, sobre o retorno dos autos da instância superior e para requererem o que entendem de direito, no prazo de 15 (quinze) dias. São Luis (Ma), 3 de Novembro de 2011. Elisonete Lopes Vieira. Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Ato Ordinatório**Processo nº 0027986-87.2011.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA | MONITÓRIA****Autor: CEUMA - ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR****Advogados: MIRELLA PARADA MARTINS (OAB 4915)****Réus: ANDRE LUIZ SANTANA SILVA**

Abro vista ao autor/exequente para manifestar-se sobre certidão negativa do oficial de justiça de fls. 19, pelo prazo de lei. São Luis, 3 de Novembro de 2011.Elisonete Lopes Vieira.Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Ato Ordinatório**Processo nº 0028527-23.2011.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: MARIA DE FATIMA TEIXEIRA DA MIRANDA****Advogados: ASSINIR LIMA PIMENTA (OAB 8731)****Réus: BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO****Advogados: DIEGO MENEZES MIRANDA (OAB 10464)**

Intime-se a parte autora para dizer sobre Contestação de fls. 25-78, no prazo de 10 (dez) dias.São Luis (Ma), 3 de Novembro de 2011.Elisonete Lopes Vieira.Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Ato Ordinatório**Processo nº 0030656-35.2010.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA | MONITÓRIA****Autor: COMPANHIA ENERGETICA DO MARANHÃO - CEMAR****Advogados: GUSTAVO MENEZES ROCHA (OAB 7145) e LETICIA MENDONCA MORENO (OAB 8949)****Réus: FRANCISCO G DA CONCEICAO**

Abro vista ao autor/exequente para manifestar-se sobre certidão negativa do oficial de justiça de fls. 94, pelo prazo de lei. São Luis, 14 de Julho de 2011.Elisonete Lopes Vieira.Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Ato Ordinatório**Processo nº 0031182-36.2009.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA****Autor: BANCO PANAMERICANO S/A****Advogados: TERESA CRISTINA PITTA PINHEIRO FABRICIO (OAB 14694)****Réus: MARLON DOS SANTOS CAMPOS**

Abro vista ao autor/exequente para manifestar-se sobre certidão negativa do oficial de justiça de fls. 22, pelo prazo de lei. São Luis, 3 de Novembro de 2011.Elisonete Lopes Vieira.Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Ato Ordinatório**Processo nº 0031418-17.2011.8.10.0001****Ação: PROCESSO DE EXECUÇÃO | EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL****Autor: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A****Advogados: MARIA DO CARMO MENDONCA DOS SANTOS (OAB 4333) e WINDSOR SILVA DOS SANTOS (OAB 4214)****Réus: L DE JESUS MARTINS e VALDINE MOREIRA MARQUES**

Abro vista ao autor/exequente para manifestar-se sobre certidão negativa do oficial de justiça de fls. 41, pelo prazo de lei. São Luis, 3 de Novembro de 2011.Elisonete Lopes Vieira.Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Ato Ordinatório**Processo nº 0031520-44.2008.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA | MONITÓRIA****Autor: BANCO DA AMAZONIA S/A****Advogados: JEFFERSON WALLACE GOMES MARTINS FRANCA (OAB 6677)****Réus: I C DE O PONTES e ISABEL CRISTINA DIAS DE OLIVEIRA e MARIA DE JESUS DA SILVA FACANHA**

Abro vista ao autor/exequente para manifestar-se sobre certidão negativa do oficial de justiça de fls. 97, pelo prazo de lei. São Luis, 3 de Novembro de 2011.Elisonete Lopes Vieira.Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Ato Ordinatório**Processo nº 0031844-29.2011.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: FRANCISCO ALVES RODRIGUES****Advogados: LIANA CARLA VIEIRA BARBOSA (OAB 8367A)****Réus: BANCO AYMORE CREDITO E FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A****Advogados: JULIANA ARAUJO ALMEIDA AYOUB (OAB 7386) e THAYZA GABRIELA RODRIGUES FREITAS (OAB 10177)**

Intime-sea parte autora para dizer sobre Contestação de fls. 62-95, no prazo de 10 (dez) dias.São Luis (Ma), 18 de Outubro de 2011.Elisonete Lopes Vieira.Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Ato Ordinatório

Processo nº 0032162-80.2009.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA | MONITÓRIA

Autor: UNICEUMA - CENTRO UNIVERSITARIO DO MARANHAO

Advogados: ELVACI REBELO MATOS (OAB 6551)

Réus: LAIS VANESSA SILVA DE SOUZA

Abro vista ao autor/exequente para manifestar-se sobre certidão negativa do oficial de justiça de fls. 22, pelo prazo de lei. São Luis, 3 de Novembro de 2011.Elisonete Lopes Vieira.Secretária Judicial da 4ª Vara Cível Resp: 115766

Ato Ordinatório

Processo nº 0032676-62.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: EDSO ROGERIO LOPES

Advogados: MARCOS VINICIUS AZEVEDO DE ANDRADE (OAB 7596) e MARGARETH MAUD MADEIRA DOS SANTOS (OAB 7595)

Réus: SIN/CSPB - SINDICATO DA CONFEDERACAO DOS SERVIDORES PUBLICOS DO BRASIL

Advogados: GABRIEL PINHEIRO CORREA COSTA (OAB 9805)

Intime-sea parte autora para dizer sobre Contestação de fls. 22-62, no prazo de 10 (dez) dias.São Luis (Ma), 18 de Outubro de 2011.Elisonete Lopes Vieira.Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Ato Ordinatório

Processo nº 0032854-79.2009.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Autor: BANCO BMG S/A

Advogados: BRUNO JOSE DE FREITAS BORGES (OAB 8824) e JOSE EXPEDITO BACELAR ALMEIDA FILHO (OAB 7384)

Réus: CARLOS AUGUSTO DOS SANTOS SILVA

Abro vista ao autor/exequente para manifestar-se sobre certidão negativa do oficial de justiça de fls. 38, pelo prazo de lei. São Luis, 3 de Novembro de 2011.Elisonete Lopes Vieira.Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Ato Ordinatório

Processo nº 0034001-72.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: ANNALU MENDONCA FIGUEIREDO FERREIRA PIRES LEAL e RODRIGO RAMOS PIRES LEAL

Advogados: ADELSON DE SOUSA LOPES JUNIOR (OAB 8815) e ADELSON DE SOUSA LOPES JUNIOR (OAB 8815)

Réus: FRANERE COMERCIO CONSTRUÇOES E IMOBILIARIA LTDA e GRAND PARK-PARQUE DAS AGUAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

Advogados: HUGO LEONARDO VEIGA DA SILVA (OAB 8673) e RUTE ATAIDES LIMA (OAB 9634) e SAULO GONZALEZ BOUCINHAS (OAB 6247)

Intime-se a parte autora para dizer sobre Contestação de fls. 73-181, no prazo de 10 (dez) dias.São Luis (Ma), 3 de Novembro de 2011.Elisonete Lopes Vieira.Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Ato Ordinatório

Processo nº 0034195-77.2008.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Autor: BANCO HONDA S/A

Advogados: HIRAN LEAO DUARTE (OAB 8390A) e MAURO SERGIO FRANCO PEREIRA (OAB 7932)

Réus: LUIS AUGUSTO PRADO COSTA

Abro vista ao autor/exequente para manifestar-se sobre certidão negativa do oficial de justiça de fls. 47, pelo prazo de lei. São Luis, 3 de Novembro de 2011.Elisonete Lopes Vieira.Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Ato Ordinatório

Processo nº 0037546-53.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: ANDREIA COSTA AZEVEDO

Advogados: HERBERT FREITAS RODRIGUES (OAB 5101)

Réus: E S Q SOARES

Abro vista ao autor/exequente para manifestar-se sobre certidão negativa do oficial de justiça de fls. 19, pelo prazo de lei. São Luis, 3 de Novembro de 2011.Elisonete Lopes Vieira.Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Ato Ordinatório

Processo nº 0039815-02.2010.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA | REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE

Autor: SAFRA LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A

Advogados: CELSO MARCON (OAB 8104) e MICHELE JEANNE BEZERRA PEREIRA (OAB 9601)

Réus: WERBETH SOUSA PASSINHO

Abro vista ao autor/exequente para manifestar-se sobre certidão negativa do oficial de justiça de fls. 33, pelo prazo de lei. São Luís, 3 de Novembro de 2011. Elisonete Lopes Vieira. Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Decisão

Processo nº 0003840-26.2004.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: PAULO CESAR DA SILVA

Advogados: HERBERTH FREITAS RODRIGUES (OAB 5101)

Réus: DISTRIBUIDORA UNIVERSAL DO MARANHÃO LTDA - GUARANA RIVER

Advogados: JOSE MARQUES DE CARVALHO NETO (OAB 5945)

Indefiro o pleito às fls. 244/245, já que não consta ser o crédito referido certo e líquido, posto ser objeto apenas de uma sentença condenatória, sem provasequer de seu trânsito em julgado. Publique-se e Intime-se. São Luís, 30 de setembro de 2011. Tyrone José Silva Juiz de Direito da 4ª Vara Cível Resp: 129171

Decisão

Processo nº 0029657-82.2010.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: COMPANHIA ENERGETICA DO MARANHÃO - CEMAR

Advogados: LUCIMARY GALVAO LEONARDO (OAB 6100)

Réus: TELMO MENDES DA SILVA JUNIOR

Advogados: MAURICIO NORONHA (OAB 6145)

Face ao que expõe o requerido na contestação com relação à tramitação na 1ª Vara Cível de processo envolvendo a mesma causa de pedir de nº 22038/2004, o que caracteriza a conexão de que trata o art. 103 do CPC, encaminhe-se os presentes autos àquela Vara Judicial, através da Distribuição, onde em conjunto com a outra melhor será apreciada. Publique-se e Intime-se. São Luís, 30 de setembro de 2011. Tyrone José Silva Juiz de Direito da 4ª Vara Cível Resp: 129171

Despacho

Processo nº 0002763-69.2010.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: GARDENIA DO PERPETUO SOCORRO RAMOS

Advogados: CARLOS VICTOR BELO DE SOUSA (OAB 8196)

Réus: BANCO ABN AMRO REAL S/A

Advogados: JOSE EXPEDITO BACELAR ALMEIDA FILHO (OAB 7384) e JULIANA ARAUJO ALMEIDA AYOUB (OAB 7386)

Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar sobre contestação e documentos às fls. 35/72. Publique-se. São Luís, 04 de julho de 2011. Tyrone José Silva Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Capital Resp: 129171

Despacho

Processo nº 0002981-73.2005.8.10.0001

Ação: EXECUCAO FORCADA

Autor: JOAO JOSE TOURINHO

Advogados: MARIA LOURENCA BOTTENTUIT CANTANHEDE (OAB 4596)

Réus: O CRIADOR DE AVES DE ROSARIO LTDA

Intime-se pessoalmente a parte autora para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, informar se ainda tem interesse na continuidade do feito, requerendo o que ainda entender de direito para o seu regular prosseguimento, sob pena de extinção. Publique-se. São Luís, 03 de novembro de 2011. Tyrone José Silva Juiz de Direito da 4ª Vara Cível Resp: 129171

Despacho

Processo nº 0004480-68.2000.8.10.0001

Ação: AÇÃO SUMARIA DE COBRANCA DOS HONORARIOS

Autor: FRANCISCO XAVIER DE SOUSA FILHO

Advogados: FRANCISCO XAVIER DE SOUZA FILHO (OAB 3080) e JOSE RIBAMAR SANTOS (OAB 2715)

Réus: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A - BNB

Advogados: EDELSON FERREIRA FILHO (OAB 6652) e MARIA GABRIELA SILVA PORTELA (OAB 5741)

Desentranhe-se petição de fls. 112/120, posto que é estranha aos autos, devolvendo-se ao subscritor para que esclareça a qual processo pertence, se ao Processo nº 8419/1996, ou ao Processo nº 4479/2000. Certifique-se sobre o trânsito em julgado da sentença de improcedência dos embargos. Em caso positivo, proceda-se a devida baixa. Publique-se e Cumpra-se. São Luís, 24 de março de 2011. Tyrone José Silva Juiz de Direito da 4ª Vara Cível

Despacho

Processo nº 0006301-78.1998.8.10.0001**Ação: EMBARGOS | EMBARGOS À EXECUÇÃO****Autor: COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DO MARANHAO- CAEMA****Advogados: PEDRO AMERICO DIAS VIEIRA (OAB 705)****Réus: MARIA CELESTE EVERTON SERRA****Advogados: PEDRO LEONEL PINTO DE CARVALHO (OAB 417)**

Intimem-se as partes para tomarem ciência dos cálculos de fls. 353/354 e, querendo, se manifestarem em 05 (cinco) dias. Publique-se. São Luís, 20 de outubro de 2011. Tyrone José Silva Juiz de Direito da 4ª Vara Cível Resp: 129171

Despacho**Processo nº 0011086-29.2011.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: VANIA NOGUEIRA DOS SANTOS****Advogados: DIOGO DUALIBE FURTADO (OAB 9147)****Réus: BANCO BV - FINANCEIRA LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A****Advogados: CELSO MARCON (OAB 8104) e LEONARDO DAVID ALVES (OAB 7792)**

Designo, para audiência de conciliação, o dia 30/11/2011, às 11h30min. Intimem-se as partes via AR e os advogados pela imprensa. Publique-se e cumpra-se. São Luís, 26 de setembro de 2011. Tyrone José Silva Juiz de Direito da 4ª Vara Cível Resp: 129171

Despacho**Processo nº 0013812-83.2005.8.10.0001****Ação: AÇÃO SUMARISSIMA****Autor: ASSOCIACAO APOS.PENS.CX.ASSIST.APOS.FUN.BEM-AAPC****Advogados: JOSE MURILO DE CASTRO AZEVEDO (OAB 3042) e ROQUE PIRES MACATRAO (OAB 2881)****Réus: CX. ASSIST. E APOSENT. DOS FUNC. DO BEM - CAPOF****Advogados: ADRIANA ACOSTA MARTINS GAMA (OAB 6217)**

Intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestarem sobre a baixa dos autos do Egrégio Tribunal de Justiça, requerendo o que for devido. Publique-se. São Luís, 19 de abril de 2011. Tyrone José Silva Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da capital. Resp: 129171

Despacho**Processo nº 0020453-19.2007.8.10.0001****Ação: PROCESSO CAUTELAR | BUSCA E APREENSÃO****Autor: HJA MENDES MADEIRAS****Advogados: LIANA CARLA VIEIRA BARBOSA (OAB 3919)****Réus: JUIZO DA 4 VARA CIVEL**

Intime-se o excepto para se manifestar, no prazo de lei, se manifestar sobre a presente exceção de incompetência. Publique-se. São Luís, 16 de junho de 2011. Tyrone José Silva Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Capital Resp: 129171

Despacho**Processo nº 0022381-44.2003.8.10.0001****Ação: PROCESSO CAUTELAR | BUSCA E APREENSÃO****Autor: Processo em Segredo de Justiça****Advogados: CINTHIA HELUY MARINHO (OAB 6835) e SUELEN GONCALVES BIRINO (OAB 8544)****Réus: Processo em Segredo de Justiça**

Indefiro o pleito às fls. 113/114 posto que o requerido já foi, inclusive, citado, conforme fls. 109. Desta forma, requeira a demandante o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Publique-se. São Luís, 24 de outubro de 2011. Tyrone José Silva Juiz de Direito da 4ª Vara Cível Resp: 129171

Despacho**Processo nº 0022470-33.2004.8.10.0001****Ação: PROCESSO DE EXECUÇÃO | EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO****Autor: FUNDACAO VALE DO RIO DOCE DE HABITACAO E DESEN- VO****Advogados: CLAUDIO LEONARDO PALMEIRA MOREIRA (OAB 3748) e RENATO DE OLIVEIRA ANDRADE (OAB 20220)****Réus: ADONIAS TEIXEIRA e MARIA FLORISPIS PEREIRA TEIXEIRA**

Recebo a apelação às fls. 134/144, em seus efeitos legais. Apresente o apelado, no prazo da lei, resposta à referida manifestação recursal. Publique-se. São Luís, 07 de novembro de 2011. Tyrone José Silva Juiz de Direito da 4ª Vara Cível Resp: 129171

Despacho**Processo nº 0022569-95.2007.8.10.0001****Ação: EXECUCAO P/ TITULO EXTRAJUDICIAL****Autor: BENEDITO NASCIMENTO MACHADO****Advogados: WALTER LINO RIBAMAR PINHEIRO CORREIA (OAB 4693)****Réus: BELCHIOR SALOMAO ENGENHARIA E SERVICOS LTDA**

Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar aos autos o demonstrativo atualizado do débito do executado. Publique-se.

Cumpra-se.São Luís, 24 de outubro de 2011.Tyrone José SilvaJuiz de Direito da 4ª Vara Cível Resp: 129171

Despacho

Processo nº 0023034-70.2008.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA | REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE

Autor: BANCO FINASA S/A

Advogados: ALLAN RODRIGUES FERREIRA (OAB 7248)

Réus: FRANCISCO RODRIGUES DE SOUSA

Intime-se pessoalmente a parte autora para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, informar se ainda tem interesse na continuidade do feito, requerendo o que ainda entender de direito para o seu regular prosseguimento, sob pena de extinção.Publicue-se.São Luís, 03 de novembro de 2011.Tyrone José SilvaJuiz de Direito da 4ª Vara Cível Resp: 129171

Despacho

Processo nº 0023138-91.2010.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Autor: BANCO FINASA BMC S/A

Advogados: ALLAN RODRIGUES FERREIRA (OAB 7248)

Réus: JANIO CAVALCANTE ARANHA

Indefiro a expedição dos Ofícios requeridos às fls. 27/28, tendo em vista que a parte autora não demonstrou ter esgotado os esforços no sentido de localizar o endereço do réu pelas vias comuns. Desta forma, indefiro a expedição de Ofício ao Detran/MA, visando o bloqueio do veículo, tendo em vista que já há sobre o mesmo o ônus da inalienabilidade, o que torna inócua a pretensão.Indefiro ainda, a expedição dos demais ofícios por ausência de amparo legal.Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, diligenciar acerca do endereço do autor, fornecendo-o a este juízo, sob pena de extinção. Publique-se.São Luís, 19 de maio de 2011.Tyrone José SilvaJuiz de Direito da 4ª Vara Cível da Capital Resp: 129171

Despacho

Processo nº 0023628-50.2009.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: MARIA DO ROSARIO ARAUJO.

Advogados: LIANA CARLA VIEIRA BARBOSA (OAB 3919)

Réus: BFB LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL

Advogados: CÉSAR ROBERTO COELHO FERREIRA FILHO (OAB 8471) e SUELEN GONCALVES BIRINO (OAB 8544)

Intime-se o requerido para juntar aos autos cópia do contrato de financiamento a que se reporta a autora em sua inicial, no prazo de 10 (dez) dias.Publicue-se.São Luís, 28 de setembro de 2011.Tyrone José SilvaJuiz de Direito da 4ª Vara Cível Resp: 129171

Despacho

Processo nº 0024278-29.2011.8.10.0001

Ação: PROCESSO CAUTELAR | NOTIFICAÇÃO

Autor: ADRIANA CANTANHEDE DE ANDRADE

Advogados: CELSO SERAFIM JUNIOR (OAB 191857)

Réus: OTICA MAIA

Notifique-se na forma requerida. Transcorridos os prazos estabelecidos para a espécie, entreguem-se os autos à notificante independente de traslado.Publicue-se. Cumpra-seSão Luís, 17 de junho de 2011.Tyrone José SilvaJuiz de Direito da 4ª Vara Cível Resp: 129171

Despacho

Processo nº 0024519-03.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Autor: OMNI S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Advogados: MAURA POLIANA SILVA RIBEIRO (OAB 12008)

Réus: FRANCISCO CARLOS AZEVEDO SANTOS

Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, autenticar ou declarar autênticas, nos termos do art. 365, IV, do CPC, as cópias do contrato, da notificação extrajudicial e demais peças correspondentes, com observação de que a faculdade prevista no artigo acima informado, tem de ser feita documento a documento.Publicue-se.São Luís, 17 de junho de 2011.Tyrone José SilvaJuiz de Direito da 4ª Vara Cível da Capital Resp: 129171

Despacho

Processo nº 0024675-30.2007.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: JOAO DIAS BARROS

Advogados: KAMILA CARDOSO DE SOUZA RIBEIRO (OAB 6189)

Réus: BRASIL TELECOM S/A

Advogados: DIOGO GUALHARDO NEVES (OAB 7671) e JOSE JERONIMO DUARTE JUNIOR (OAB 5302)

Intime-se pessoalmente a parte autora para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, informar se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o for devido, sob pena de extinção.Publicue-se.São Luís, 04 de julho de 2011. Tyrone José Silva Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da

Capital Resp: 129171

Despacho**Processo nº 0024704-12.2009.8.10.0001****Ação: PROCESSO CAUTELAR | BUSCA E APREENSÃO****Autor: BANCO ABN AMRO REAL S/A****Advogados: ALLAN RODRIGUES FERREIRA (OAB 7248)****Réus: ALESSANDRO AILTON COELHO**

Indefiro o pleito de expedição de ofícios para obter o endereço do demandado tendo em vista que a parte autora não demonstrou ter esgotado os esforços no sentido de localizar o endereço do réu pelas vias comuns. Indefiro também a expedição de ofício ao Detran/MA, visando o bloqueio do veículo, tendo em vista que já há sobre o mesmo o ônus da inalienabilidade, não podendo o veículo ser transferido sem anuência do requerente. Indefiro ainda a expedição dos demais ofícios por ausência de fundamento e amparo legal. Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, diligenciar sobre a localização do requerido e do bem objeto da presente lide, sob pena das cominações legais. Publique-se. São Luís, 07 de novembro de 2011. Tyrone José Silva Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Capital Resp: 129171

Despacho**Processo nº 0025095-30.2010.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADO COM COBRANÇA****Autor: IMIFARMA PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS S/A****Advogados: MARCOS LUIS BRAID RIBEIRO SIMOES (OAB 6134) e ULISSES CESAR MARTINS DE SOUSA (OAB 4462)****Réus: DANIEL DOS SANTOS DA SILVA****Advogados: CLAUDIOMAR DOMINICI DE LIMA (OAB 8809)**

Designo, para audiência de conciliação, o dia 29/03/2012, às 10h00min. Intimem-se as partes via AR e os advogados pela imprensa. Publique-se e cumpra-se. São Luís, 26 de setembro de 2011. Tyrone José Silva Juiz de Direito da 4ª Vara Cível Resp: 129171

Despacho**Processo nº 0025354-30.2007.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: ALVORADA MOTOCICLETAS LTDA****Advogados: GERSON SILVA NASCIMENTO (OAB 2849) e HUGO LEONARDO LOPES DE CARVALHO (OAB 8441)****Réus: HSBC BANK BRASIL S.A - BANCO MULTIPLO****Advogados: NICOMEDES OLIMPIO JANSEN JUNIOR (OAB 8224)**

Intime-se a parte autora para, querendo, se manifestar sobre petição e documentos de fls. 98/110. Publique-se. São Luís, 30 de setembro de 2011. Tyrone José Silva Juiz de Direito da 4ª Vara Cível Resp: 129171

Despacho**Processo nº 0027391-93.2008.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: THALLYTA RODRIGUES SILVA AZEVEDO****Advogados: IVONE PEREIRA SILVA (OAB 9141) e JOSE WILSON CARDOSO DINIZ (OAB 2523) e MICHELLE LINDOSO MOREIRA (OAB 8683)****Réus: BANCO FINASA S/A****Advogados: CELSO MARCON (OAB 8104)**

Indefiro a perícia requerida pelo autor, já que não constam fundamentos na inicial ou nos autos, que indiquem a necessidade de perícia para esclarecimento da matéria. Decido pelo julgamento antecipado. Publique-se e Intime-se. A seguir, à conclusão para sentença. São Luís, 29 de setembro de 2011. Tyrone José Silva Juiz de Direito da 4ª Vara Cível Resp: 129171

Despacho**Processo nº 0027733-02.2011.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA | CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO****Autor: MARIA DE FATIMA DO NASCIMENTO BARBOSA****Advogados: DIOGO DUALIBE FURTADO (OAB 9147)****Réus: BANCO ITAUCARD S/A**

Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, recolher as custas processuais iniciais, sob penas cominações legais. Publique-se. São Luís, 24 de outubro de 2011. Tyrone José Silva Juiz de Direito da 4ª Vara Cível Resp: 129171

Despacho**Processo nº 0028359-55.2010.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA****Autor: BANCO BMG S/A****Advogados: JOSE EXPEDITO BACELAR ALMEIDA FILHO (OAB 7384)****Réus: MARIA JOSE REIS SANTOS**

Intime-se pessoalmente a parte autora para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, informar se ainda tem interesse na continuidade do feito, requerendo o que ainda entender de direito para o seu regular prosseguimento, sob pena de extinção. Publique-se. São Luís, 03 de novembro de 2011. Tyrone José Silva Juiz de Direito da 4ª Vara Cível Resp: 129171

Despacho

Processo nº 0030375-16.2009.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Autor: BANCO BMG S/A

Advogados: JOSE EXPEDITO BACELAR ALMEIDA FILHO (OAB 7384)

Réus: HELDER RIOS DE SOUZA

Intime-se pessoalmente a parte autora para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, informar se ainda tem interesse na continuidade do feito, requerendo o que ainda entender de direito para o seu regular prosseguimento, sob pena de extinção. Publique-se. São Luís, 03 de novembro de 2011. Tyrone José Silva Juiz de Direito da 4ª Vara Cível Resp: 129171

Despacho

Processo nº 0032231-44.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Autor: BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Advogados: BRUNO JOSE DE FREITAS BORGES (OAB 8824)

Réus: ROSA MARIA FARIAS SOARES

Intime-se pessoalmente a parte autora para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, informar se ainda tem interesse na continuidade do feito, requerendo o que ainda entender de direito para o seu regular prosseguimento, sob pena de extinção. Publique-se. São Luís, 03 de novembro de 2011. Tyrone José Silva Juiz de Direito da 4ª Vara Cível Resp: 129171

Despacho

Processo nº 0034606-18.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: DIEGO DE JESUS DIAS SANTOS

Advogados: DILSON DIAS SA (OAB 8455)

Réus: C & A MODAS LTDA

Advogados: JOSIVALDO OLIVEIRA LOPES (OAB 5338)

Intime-se a parte autora para dizer sobre Contestação de fls. 23-44, no prazo de 10 (dez) dias. São Luís (Ma), 18 de Outubro de 2011. Elisonete Lopes Vieira. Secretária Judicial da 4ª Vara Cível. Resp: 115766

Despacho

Processo nº 0034872-39.2010.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA | REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE

Autor: BANCO ITAULEASING S/A

Advogados: CHRISTIANE KELLEN DA SILVA COELHO (OAB 8472) e SUELEN GONCALVES BIRINO (OAB 8544)

Réus: LEIDE DAIANA NUNES DAMASCENO

Recebo a apelação às fls. 31/40, em seus efeitos legais. Apresente o apelado, no prazo da lei, resposta à referida manifestação recursal. Publique-se. São Luís, 07 de novembro de 2011. Tyrone José Silva Juiz de Direito da 4ª Vara Cível Resp: 129171

Despacho

Processo nº 0036583-79.2010.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA | REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE

Autor: BANCO ITAULEASING S/A

Advogados: CHRISTIANE KELLEN DA SILVA COELHO (OAB 8472) e SUELEN GONCALVES BIRINO (OAB 8544)

Réus: MAYCON CESAR MELONIO COSTA

Recebo a apelação às fls. 30/40, em seus efeitos legais. Apresente o apelado, no prazo da lei, resposta à referida manifestação recursal. Publique-se. São Luís, 07 de novembro de 2011. Tyrone José Silva Juiz de Direito da 4ª Vara Cível Resp: 129171

Despacho

Processo nº 0037586-06.2009.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: FRANERE COMERCIO CONSTRUÇÕES E IMOBILIARIA LTDA

Advogados: JOAO MATEUS BORGES DA SILVEIRA (OAB 6665) e SAULO GONZALEZ BOUCINHAS (OAB 6247)

Réus: SUPERMERCADOS MACIEL LTDA

Advogados: NAYARA SOARES COSTA FERREIRA (OAB 8956) e POLLYANA LOPES MACIEL (OAB 8960)

Intime-se a parte autora sobre a juntada da documentação às fls. 104/138 para, se quiser, se manifestar no prazo já concedido. Publique-se. São Luís, 28 de setembro de 2011. Tyrone José Silva Juiz de Direito da 4ª Vara Cível Resp: 129171

Despacho

Processo nº 0038491-40.2011.8.10.0001
Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
Autor: DELLYS FERREIRA LIMA
Advogados: ORLANDO DA SILVA CAMPOS (OAB 4975)
Réus: BANCO PAN AMERICANO S/A

Defiro a assistência judiciária gratuita requerida.Cite-se na forma da lei.Quanto ao pedido de tutela antecipada, me manifestarei após resposta.Publique-se.São Luís, 29 de setembro de 2011.Tyrone José Silva Juiz de Direito da 4ª Vara Cível Resp: 129171

Despacho

Processo nº 0039071-70.2011.8.10.0001
Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
Autor: ANA CELIA ALMEIDA COSTA
Advogados: CARLOS HENRIQUE OLIVEIRA DE QUEIROZ (OAB 6926)
Réus: BV FINANCEIRA S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Defiro a assistência judiciária gratuita requerida.Indefiro o pedido de consignação em pagamento, por não se enquadrar a espécie nas hipóteses estabelecidas no art. 335 do Código Civil. Cite-se na forma da lei.Quanto à tutela antecipada requerida, me manifestarei após resposta.Publique-se.São Luís, 29 de setembro de 2011. Tyrone José SilvaJuiz de Direito da 4ª Vara Cível Resp: 129171

Despacho

Processo nº 0039982-82.2011.8.10.0001
Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
Autor: JOAO ARIALDO TEIXEIRA MORAES
Advogados: ISAAC RIBEIRO SILVA (OAB 9232)
Réus: FUNDACAO DOS ECONOMIARIOS FEDERAIS - FUNCEF

Defiro a assistência judiciária gratuita requerida.Cite-se na forma da lei.Publique-se.São Luís, 29 de setembro de 2011. Tyrone José SilvaJuiz de Direito da 4ª Vara Cível Resp: 129171

Despacho

Processo nº 0040147-32.2011.8.10.0001
Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
Autor: MARCOS ANTONIO ALMEIDA BRITO
Advogados: TERTULIANO FARIAS RODRIGUES (OAB 6101)
Réus: LECCA CFI S/A (EPANOR)

Intime-se a parte autora para recolher as custas iniciais, no prazo de 10 (dez) dias.Publique-se.São Luís, 29 de setembro de 2011.Tyrone José Silva Juiz de Direito da 4ª Vara Cível Resp: 129171

Despacho

Processo nº 0040249-54.2011.8.10.0001
Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
Autor: VALDEMAR FURTADO DOS SANTOS
Advogados: VAGMA SERRA BIRINO (OAB 6628)
Réus: THOMAS EDSON DE ARAUJO E SILVA

Defiro a assistência judiciária gratuita requerida.Cite-se na forma da lei.Quanto ao pedido de tutela antecipada, me manifestarei após resposta.Publique-se.São Luís, 29 de setembro de 2011. Tyrone José SilvaJuiz de Direito da 4ª Vara Cível Resp: 129171

Despacho

Processo nº 0040394-13.2011.8.10.0001
Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
Autor: CAEMA - COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO MARANHÃO
Advogados: DANILO SILVA DA CANHOTA (OAB 10126)
Réus: HOTEL RIO POTY SAO LUIS LTDA

Indefiro o pedido de justiça gratuita, por não se encontrar inserida nas hipóteses previstas em lei.Intime-se a parte autora para recolher as custas iniciais.Após pagas as custas, cite-se na forma da lei.Publique-se.São Luís, 29 de setembro de 2011. Tyrone José SilvaJuiz de Direito da 4ª Vara Cível Resp: 129171

Despacho

Processo nº 0041457-73.2011.8.10.0001
Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
Autor: UROCENTRO-CENTRO DE UROLOGIA DO MARANHÃO
Advogados: ANTONIO CARLOS MUNIZ CANTANHEDE (OAB 4812)
Réus: MULTICLINICAS-ASSIST MED CIRURGICA HOSPITALAR LTDA

Defiro o pedido para o recolhimento das custas iniciais ao final da lide.Cite-se na forma da lei.Publique-se.São Luís, 27 de setembro de 2011.Tyrone

José SilvaJuiz de Direito da 4ª Vara Cível da Capital Resp: 129171

Sentença**Processo nº 0006235-78.2010.8.10.0001****Ação: PROCESSO DE EXECUÇÃO | EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL****Autor: SECCIONAL COMERCIO INTERNACIONAL LTDA****Advogados: ANA PAULA ANDRADE LOPES (OAB 31539) e CASSIANO RICARDO GOLOS TEIXEIRA (OAB 36803)****Réus: T M DA SILVA JUNIOR**

Isto posto, julgo extinto o presente processo, nos termos do art. 267, IV do Código de Processo Civil. Torno sem efeito a penhora procedida às fls. 58. Arquivem-se os autos após o trânsito em julgado desta, providenciando-se, contudo, precedentemente, a baixa na distribuição. P.R.I. São Luís, 05 de outubro de 2011. Tyrone José SilvaJuiz de Direito da 4ª Vara Cível

Sentença**Processo nº 0010706-45.2007.8.10.0001****Ação: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR ATO ILÍCITO****Autor: DOMINGOS REIS BOGEA e SANDRA REGINA MARBOSA ARAUJO****Advogados: RAIMUNDA CELIA SILVA COELHO (OAB 2068) e RAIMUNDA CELIA SILVA COELHO (OAB 2068)****Réus: JOSE CARLOS****Advogados: RAIMUNDA FELIX DE CASTRO RODRIGUES (OAB 3534) e WALBER LIMA BRITO (OAB 4162)**

Isto posto, julgo procedentes os pedidos constantes da presente ação para, considerando ainda a condição humilde dos autores, condenar os réus a indenizar os autores a título de danos materiais, em uma pensão no valor correspondente a 2/3 do salário mínimo, devidos quando completar a idade de 14 anos até quando completaria a idade de 25 anos, e a partir daí com valor reduzido a 1/3 do salário mínimo, até os autores completarem a idade de 65 anos, mantendo-se no mesmo valor no caso de diferença de idade, até que o mais novo complete tal idade. Condeno ainda os réus a indenizar os autores pelos danos morais que sofreram, cuja indenização fixo em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) a cada um dos autores, com juros a partir da citação. Condeno ainda os réus nas custas processuais e honorários advocatícios, estes em 20% do valor da condenação. P.R.I. São Luís, 24 de agosto de 2011. Tyrone José SilvaJuiz de Direito da 4ª Vara Cível

Sentença**Processo nº 0014121-36.2007.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: MARIA NAZARETH NUNES RUBIM****Advogados: CYNTHIA REGINA DA SILVA E SILVA (OAB 5036)****Réus: TELEMAR NORTE LESTE S/A****Advogados: JOSE DAVID SILVA JUNIOR (OAB 6077) e MARCOS LUIS BRAID RIBEIRO SIMOES (OAB 6134)**

Isto posto, face a carência de ação em razão da ausência de interesse processual demonstrado na inicial por parte da autora representada, julgo extinto o presente processo nos termos do art. 267, VI, do Código de Processo Civil. Sem honorários e custas, face os benefícios da assistência judiciária. P.R.I. São Luís, 16 de junho de 2011. Tyrone José SilvaJuiz da 4ª Vara Cível da Capital

Sentença**Processo nº 0014835-25.2009.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: DISTRIBUIDORA MERCOSUL LTDA****Advogados: KATIA TEREZA DE CARVALHO PENHA (OAB 6682)****Réus: TRANSBRASILIANA - ENCOMENDAS E CARGAS LTDA.**

Isto posto, seguro nas provas documentais agregada aos autos pela autora e acervo legislativo alhures invocado julgo procedente o pleito pretendido, e condeno a ré a pagar à demandante a quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de reparação pelo dano moral causado, valor que deverá ser corrigido monetariamente há partir da citação. Diante da sucumbência CONDENO a demandada ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, fixo estes, em conformidade com o disposto no art. 20, § 3º do Código de Processo Civil, em 20% sobre o valor do quantum condenatório. P. R. I. São Luís, 17 de maio de 2011. Tyrone José SilvaJuiz de Direito da 4ª Vara Cível da Capital

Sentença**Processo nº 0020660-23.2004.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA | REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE****Autor: CIA. ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL****Advogados: HELENA CASTELO B. DO BOMFIM (OAB 6352) e TARCIANO DOS ANJOS OLIVEIRA (OAB 5662E)****Réus: JOSE RIBAMAR CAMPOS COUTINHO**

Isto posto, diante da ausência de caracterização da mora para os fins pretendidos, carente se encontra a espécie de pressuposto necessário à fluência da ação. Assim, à vista do disposto no art. 267, IV, do Código de Processo Civil, julgo extinto o presente processo sem apreciação do mérito. Condeno a parte autora nas custas processuais. Sem honorários advocatícios face a ausência de relação processual. Oficie-se ao DETRAN/MA para que efetue o desbloqueio do bem objeto da presente lide. Arquivem-se os autos após o trânsito em julgado desta, providenciando-se, contudo, precedentemente, a baixa na distribuição. P.R.I. São Luís, 16 de junho de 2011. Tyrone José SilvaJuiz da 4ª Vara Cível da Capital

Sentença**Processo nº 0022932-82.2007.8.10.0001****Ação: PROCESSO CAUTELAR | BUSCA E APREENSÃO**

Autor: BANCO VOLKSWAGEN S/A
Advogados: PRISCILA CABRAL FERNANDES (OAB 7367)
Réus: FRANCISCO EMIDIO FILHO

Isto posto, e em virtude da parte requerida ter quitado o débito constante dos autos, extingo o presente processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, II do Código de Processo Civil. Sem custas remanescentes conforme certidão às fls. 67. Arquivem-se os autos após o trânsito em julgado desta, providenciando-se, contudo, precedentemente, a baixa na distribuição. P.R.I.São Luís, 15 de abril de 2011. Tyrone José Silva Juiz de Direito da 4ª Vara Cível

Sentença

Processo nº 0023113-15.2009.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESÁRIAS, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Autor: PAULO CESAR DA SILVA
Advogados: HERBERTH FREITAS RODRIGUES (OAB 5101)
Réus: DUMEL DISTRIBUIDORA UNIVERSAL DO MARANHÃO LTDA
Advogados: JOSE MANUEL DE MACEDO COSTA FILHO (OAB 5715)

Isto posto, a teor do art. 267, V, e seu § 3º do Código de Processo Civil, julgo extinto o presente processo, sem apreciação do mérito. Sem custas no momento e honorários advocatícios, face o benefícios da assistência judiciária. P.R.I.São Luís, 26 de agosto de 2011. Tyrone José Silva Juiz de Direito da 4ª Vara Cível

Sentença

Processo nº 0024770-94.2006.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA | MONITÓRIA

Autor: MARIA V C SIQUEIRA
Advogados: HERBERTH FREITAS RODRIGUES (OAB 5101)
Réus: ARTE TUBOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Assim, por tudo que foi exposto alhures, no tocante à agressão sofrida pela Requerente objetivamente, julgo procedente o pedido formulado e condeno a requerida ARTE TUBOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. a pagar, a título de reparação por dano moral, à MARIA V. C. SIQUEIRA a quantia de R\$ 3.000,00 (três mil reais), valor que deverá ser corrigido, monetariamente, a partir da citação. Condeno a Requerida, também, ao pagamento das custas judiciais e honorários advocatícios e, fixo este no patamar de 10% (dez por cento) sobre os valores da restituição e da condenação. P. R. I.São Luís, 13 de junho de 2011. Tyrone José Silva Juiz de Direito da 4ª Vara Cível

Sentença

Processo nº 0038208-51.2010.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: JOSE FURTADO SANTOS
Advogados: DANIEL LUIS SILVEIRA (OAB 8366)
Réus: BANCO ABN AMRO REAL S/A

Isto posto, e com fundamento nos artigos 186 e 927 do Código Civil, julgo em parte procedentes os pedidos objetos da presente ação para condenar o réu no pagamento de R\$3.500,00, acrescido de juros e correção monetária, conforme consta na inicial. Deixo de condenar em danos morais, por não restarem caracterizados. Condeno ainda o réu ao pagamento das custas e honorários advocatícios, estes em 20% (vinte por cento) do valor da causa. O descumprimento voluntário da sentença no prazo de 15 (quinze) dias ensejará as consequências do art. 475-J do Código de Processo Civil. Arquivem-se os autos após o trânsito em julgado desta, providenciando-se, contudo, precedentemente, a baixa na distribuição. Publique-se, Registre-se e Intime-se. São Luís, 18 de agosto de 2011. Tyrone José Silva. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível.

Sentença

Processo nº 0038289-34.2009.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Autor: BANCO FINASA BMC S/A
Advogados: PAULO HENRIQUE FERREIRA (OAB 894B)
Réus: ELIAS DE SOUSA LISBOA

Isto posto, ausente pressuposto necessário à fluência da ação, e à vista do disposto no art. 267, IV, do Código de Processo Civil, julgo extinto o presente processo sem apreciação do mérito. Condeno a parte autora nas custas processuais. Sem honorários advocatícios face a ausência de relação processual. Arquivem-se os autos após o trânsito em julgado desta, providenciando-se, contudo, precedentemente, a baixa na distribuição. P.R.I.São Luís, 16 de junho de 2011. Tyrone José Silva Juiz da 4ª Vara Cível da Capital

Sentença

Processo nº 0044435-57.2010.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA | REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE

Autor: DIBENS LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL
Advogados: CHRISTIANE KELLEN DA SILVA COELHO (OAB 8472)
Réus: GERISVALDO BEZERRA SANTANA

Isto posto, e à vista do permissivo legal para a espécie, homologo a referida desistência, extinguindo o presente processo sem exame do mérito, o que faço também com arrimo na regra do art. 267, VIII do Código de Processo Civil. Sem custas remanescentes, conforme fls. 24. Sem honorários

advocatórios, face a ausência de relação processual. Arquivem-se os autos após o trânsito em julgado desta, providenciando-se, contudo, precedentemente, a baixa na distribuição. P.R.I. São Luís, 14 de junho de 2011. Tyrone José Silva Juiz de Direito da 4ª Vara Cível

Quinta Vara Cível do Fórum Des. Sarney Costa**Processo nº 0026698-75.2009.8.10.0001****Ação: PROCESSO DE EXECUÇÃO | EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL****Autor: VIA MAR EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA-ME****Advogados: BRUNO RAMPIM CASSIMIRO (OAB 218164) e MARCO ANTONIO CAIS (OAB 97584)****Réus: ZACARIAS ROCHA SOARES****Advogados: JOSE WILSON CARDOSO DINIZ (OAB 6055A)**

Concluo, por estas razões, que não deve prosperar o pedido do exequente. Ex positis, indefiro o requerimento de fl. 23, e por consequência determino a intimação da parte exequente, para no prazo de 05 (cinco) dias, juntar memória atualizada do débito. Após, voltem-me conclusos. Determino ainda, em homenagem ao princípio da conciliação, que deve ser buscada constantemente pelo Magistrado mesmo em ações de execução (art. 125, IV), que intime-se a parte executada, para que manifeste-se acerca da possibilidade de parcelamento da dívida. Cumpra-se. São Luís-MA, 19 de outubro de 2011. PATRÍCIA MARQUES BARBOSA Juíza de Direito Auxiliar respondendo Pela 5ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0001499-61.2003.8.10.0001**Ação: AÇÃO ORDINARIA DE INDENIZACAO POR DANO****Autor: LOJAS GABRYELLA LTDA****Advogados: ADALBERTO RIBAMAR BARBOSA GONCALVES (OAB 973)****Réus: INDUSTRIA DE MOVEIS THB LTDA.****Advogados: CLADIMIR LUIZ BONAZZA (OAB 7204A)**

Intime-se a parte executada, LOJAS GABRYELLA LTDA, para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar a dívida como exigida, ou seja, a importância de R\$ 1.341,93 (um mil e trezentos e quarenta e um reais e noventa e três centavos) sob pena de incidir em multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor total, nos termos do artigo 475-J do Código de Processo Civil. Cumpra-se. São Luís (MA), 31 de outubro de 2011. Patrícia Marques Barbosa Juíza de Direito Auxiliar respondendo Pela 5ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0002273-81.2009.8.10.0001**Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA | MONITÓRIA****Autor: CENTRO DE APOIO AOS PEQUENOS EMPREENDIMENTOS-CEAPE****Advogados: MARCIA CRYSTINNE PINHO DA SILVEIRA (OAB 6832)****Réus: JOANA PIRES LOPES**

Considerando a certidão de fl. 56/v, determino intime-se a parte autora, por meio de carta, e seu patrono via diário eletrônico, para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, dar prosseguimento ao feito, promovendo o ato que lhe compete, sob pena de arquivamento (CPC, art. 267, § 1º c/c art. 598). Intime-se. Cumpra-se. São Luís (MA), 03 de novembro de 2011. Dra. PATRÍCIA MARQUES BARBOSA Juíza de Direito Auxiliar resp. pela 5ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0002551-82.2009.8.10.0001**Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA****Autor: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A****Advogados: ALLAN RODRIGUES FERREIRA (OAB 7248)****Réus: LIERSON PEREIRA**

Intime-se a parte promovente, pessoalmente e através do seu advogado, para que promova a citação da parte promovida no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Na oportunidade, diga sobre o expediente de fls. 39-41. São Luís-MA, 19 de Outubro de 2011. PATRÍCIA MARQUES BARBOSA Respondendo pela 5ª Unidade Jurisdicional Cível

Processo nº 0004099-94.1999.8.10.0001**Ação: ACAO DE COBRANCA****Autor: MARIA CELINA CUTRIN OLIVEIRA DE SOUZA****Advogado: ANTONIO CARLOS ARAUJO FERREIRA (OAB 5113)****Réu: ASSOCIACAO DOS SERVIDORES CIVIS DO BRASIL- ASCB****Advogado: JOSÉ RIBAMAR MARQUES (OAB 2290)****Réu: AMIL SEGURADORA LTDA****Advogado: PEDRO AMÉRICO DIAS VIEIRA (OAB 705)**

Considerando a condenação solidária da AMIL SEGURADORA S.A. ao pagamento da condenação a cargo da requerida, determino a sua intimação, através do advogado constituído, para no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o pagamento voluntário da quantia de R\$ 10.931,57 (dez mil, novecentos e trinta e um reais e cinquenta e sete centavos), sob pena de incidência de multa de 10%, art. 475-J do CPC, bem como de penhora. Cumpra-se. São Luís (MA), 04 de Novembro de 2011. PATRÍCIA MARQUES BARBOSA Juíza de Direito Auxiliar respondendo Pela 5ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0005398-86.2011.8.10.0001**Ação: PROCESSO DE EXECUÇÃO | EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL****Autor: THUCYDIDES BARBOSA FROTA****Advogados: AARAO CARLOS LIMA CASTRO (OAB 6475)****Réus: ALARICO RIBEIRO GONCALVES SOBRINHO****Advogados: OSWALDO ALMEIDA (OAB 4357)**

Intimem-se o exequente para no prazo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se acerca da petição de fl. 22. Após, com ou sem manifestação do promovente, volvam-me os autos conclusos. Cumpra-se. São Luís-MA, 19 de outubro de 2011. PATRÍCIA MARQUES BARBOSA Juíza de Direito Auxiliar respondendo Pela 5ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0006482-69.2004.8.10.0001**Ação: EXECUCAO FORCADA**

Autor: BANCO ITAU S/A**Advogados: GUILHERME MARINHO SOARES (OAB 18556B)****Réus: O SILVA ARAUJO ME e ODILON SILVA ARAUJO**

Considerando o longo tempo decorrido entre a distribuição da presente ação até a presente data, e, não tendo sido encontrado bens passíveis de penhora, estando a presente ação parada desde setembro de 2010, intime-se o autor, pessoalmente e por seu advogado, para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 48 horas, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito por abandono da causa. Cumpra-se. São Luís - MA, 20 de outubro de 2011. PATRÍCIA MARQUES BARBOSA Juíza Auxiliar de Entrância Final, respondendo pela 5ª Unidade Jurisdicional Cível da Capital

Processo nº 0007088-87.2010.8.10.0001**Ação: PROCESSO CAUTELAR | INTERPELAÇÃO****Autor: DELMAN RODRIGUES INCORPORACOES LTDA****Advogados: CARLOS EDUARDO CAVALCANTI (OAB 6716)****Réus: GEORGE CASTRO e KILMA MARIA PAIVA SOARES CASTRO**

Tendo sido efetuadas as intimações, conforme certidão de fls. 39 intime-se o interpelante, por seu advogado, para após pagamento das custas remanescentes, se houve, receber os autos, no prazo de 15 dias, após este prazo, não havendo manifestação do mesmo, archive-se com baixa na distribuição. São Luís (MA), 19 de outubro de 2011. PATRÍCIA MARQUES BARBOSA Juíza respondendo pela 5ª Vara Cível

Processo nº 0007777-78.2003.8.10.0001**Ação: ORDINARIA****Autor: JOSE ANTONIO FIGUEIREDO FERREIRA e MARIA DAS GRACAS SOUSA FERREIRA****Advogados: JEZANIAS DO REGO MONTEIRO (OAB 4161) e JEZANIAS DO REGO MONTEIRO (OAB 4161) e PEDRO LEONEL PINTO DE CARVALHO (OAB 417)****Réus: ENGECE-ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES****Advogados: FRANCISCO COELHO DE SOUSA (OAB 4600) e SANDRO DE QUADROS PAGLIARINI (OAB 5664)**

Feitas tais ponderações, defiro em parte o requerimento de fls. determinando a intimação da parte executada para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague a dívida, no montante de R\$ 57.461,91 (cinquenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e um reais e noventa e um centavos) sob pena de incidir em multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da execução, nos termos do artigo 475-J, do Código de Processo Civil. Não havendo pagamento, requirite-se o bloqueio de quantia suficiente para satisfazer a execução, já acrescida da aludida multa, por intermédio do BACEN-JUD, em conta bancária da parte Executada, de depósito ou saldo credor em conta corrente, poupança ou quaisquer aplicações financeiras, ressaltando-se do bloqueio quantias provenientes da remuneração dos agentes públicos ou do salário dos empregados em geral; sendo positivo, transfira-se a importância bloqueada ao Banco do Brasil, em conta judicial remunerada, intimando e advertindo-se o Banco referido da função de depositário. Intime-se. Cumpra-se. São Luís (MA), 1º de novembro de 2011. PATRÍCIA MARQUES BARBOSA Respondendo pela 5ª Unidade Jurisdicional Cível

Processo nº 0009701-17.2009.8.10.0001**Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA****Autor: HSBC BANK BRASIL S.A - BANCO MULTIPLO****Advogados: ANNA CAROLINE FERNANDES ALVES (OAB 8316)****Réus: IVANILDE DINIZ**

Considerando a certidão do Sr(a). Oficial(a), dando conta da não localização do endereço do requerido, intime-se a parte promovente, pessoalmente e através do seu advogado, para que promova a citação da parte promovida no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. São Luís-MA, 19 de Outubro de 2011. PATRÍCIA MARQUES BARBOSA Respondendo pela 5ª Unidade Jurisdicional Cível

Processo nº 0010279-14.2008.8.10.0001**Ação: AÇÃO ORDINARIA DE INDENIZACAO POR DANO****Autor: JOSELMA NORMA MENDES FONSECA****Advogados: ABSON BARROS FURTADO (OAB 8921)****Réus: OI S/A****Advogados: MARCOS LUIS BRAID RIBEIRO SIMOES (OAB 6134) e ULISSES CESAR MARTINS DE SOUSA (OAB 4462)**

Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso de apelação adesiva interposto pela requerente às fls. 123/130, em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se a parte recorrida, TNL PCS S/A-OI, para, querendo, apresentar suas contrarrazões ao recurso adesivo, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso de tal prazo, com ou sem manifestação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Cumpra-se. São Luís (MA), 29 de Setembro de 2011. PATRÍCIA MARQUES BARBOSA Juíza de Direito Auxiliar

Processo nº 0010595-61.2007.8.10.0001**Ação: BUSCA E APREENSAO****Autor: BANCO HONDA S/A****Advogados: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423) e HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422)****Réus: JACKSON ALEXANDRE BORBA E SILVA**

Intime-se a parte promovente, pessoalmente e através do seu advogado, para que promova a citação da parte promovida no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Na oportunidade, diga sobre o expediente de fls. 36-38. São Luís-MA, 19 de Outubro de 2011. PATRÍCIA MARQUES BARBOSA Respondendo pela 5ª Unidade Jurisdicional Cível

Processo nº 0010953-55.2009.8.10.0001**Ação: PROCESSO DE EXECUÇÃO | EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL****Autor: ISAN INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRACAO E NEGOCIOS LTDA****Advogados: EMANOEL SILVA DE SOUZA (OAB 7376) e LUIZ ANTONIO MUNIZ MACHADO (OAB 7736)****Réus: DENILSON POLICARPO DE MELO**

Intime-se a parte autora pessoalmente, bem como seu advogado, para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, dar prosseguimento ao feito, promovendo o ato que lhe compete, sob pena de arquivamento (CPC, art. 267, § 1º c/c art. 598). Intime-se. Cumpra-se. São Luís (MA), 19 de outubro de 2011. PATRÍCIA MARQUES BARBOSA Juíza de Direito Auxiliar respondendo pela 5ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0011597-95.2009.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CODIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSAO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Autor: HSBC BANK BRASIL S.A - BANCO MULTIPLO

Advogados: ANNA CAROLLINE FERNANDES ALVES (OAB 8316)

Réus: WELLINGTON SOARES DOS SANTOS

Considerando a certidão do Sr(a). Oficial(a), dando conta da não localização do endereço do requerido, intime-se a parte promovente, pessoalmente e através do seu advogado, para que promova a citação da parte promovida no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. São Luís-MA, 19 de Outubro de 2011. PATRÍCIA MARQUES BARBOSA Respondendo pela 5ª Unidade Jurisdicional Cível

Processo nº 0012447-62.2003.8.10.0001

Ação: ACAO MONITORIA

Autor: VAREJAO FELIX LTDA.

Advogados: CAYRO SANDRO ALENCAR CARNEIRO (OAB 4822)

Réus: ASSOCIACAO DOS CABOS E SOLD. DO CORPO DE BOMB. MIL. DO MA. - ACSOLBOM

Advogados: INALDO ALVES PINTO (OAB 4741) e JOSE CARLOS TAVARES DURANS (OAB 3768)

Indefiro o pleito de fls. 85, uma vez que tais providências são da alçada do advogado do postulante, que deverá diligenciar nesse sentido. Intime-se o Requerente desta decisão. Após, com ou sem resposta deste, retornem-me os autos conclusos. São Luís-MA, 15 de abril de 2009. DR. JOSÉ DE ARIMATÉIA CORREIA SILVA Juiz de Direito Titular da 5ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0012455-63.2008.8.10.0001

Ação: REINTEGRACAO DE POSSE

Autor: CIA. ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Advogados: RAFAEL DOS SANTOS BERMUDEZ (OAB 7872)

Réus: W S DE ARAUJO FILHO

Intime-se a parte promovente, pessoalmente e através do seu advogado, para que promova a citação da parte promovida no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Na oportunidade, diga sobre o expediente de fls. 29-32. São Luís-MA, 19 de Outubro de 2011. PATRÍCIA MARQUES BARBOSA Respondendo pela 5ª Unidade Jurisdicional Cível

Processo nº 0012723-83.2009.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: KARLENY PINHEIRO PINTO

Advogados: ELLEN NAZARETH FURTADO DE A RIBEIRO (OAB 8160)

Réus: BANCO ITAU S/A

Advogados: MAURA POLIANA SILVA RIBEIRO (OAB 12008)

Em vista da penhora on line realizada nestes autos cumprida integralmente, lavre-se termo de penhora sobre o valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil), obtidos em contas da executada, conforme relatório do sistema BACEN-Jud. Intime-se a parte executada para ciência do bloqueio on-line realizado nestes autos, e oferta de impugnação, advertindo-a que para tanto possui o prazo de 15 (quinze) dias, conforme a legislação processual civil. Após, com ou sem oferta de manifestação pelas partes, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. São Luís-MA, 07 de novembro de 2011. PATRÍCIA MARQUES BARBOSA Juiz de Direito Respondendo pela 5ª Unidade Jurisdicional Cível

Processo nº 0013710-66.2002.8.10.0001

Ação: ACAO DE COBRANCA

Autor: MARIA DALVINA LIMA CRUZ

Advogados: MANOEL ANTONIO XAVIER (OAB 4444)

Réus: SUL AMERICA CIA. NACIONAL DE SEGUROS

Advogados: CINTHIA HELUY MARINHO (OAB 6835) e FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JÚNIOR (OAB 9515A)

Os Embargos foram propostos fora do prazo de cinco (05) dias, previsto no art. 536, do Código de Processo Civil, tendo inclusive o acórdão embargado transitado em julgado desde 18/junho de 2011 conforme certidão de fls. 104, tendo sido juntada petição de embargos apenas em data de 17/08/2011, apesar de estranhamente a mesma ter sido protocolizada neste Juízo em 23/05/2011, mesmo antes da baixa deste processo do tribunal para esta vara que somente aconteceu em 22/07/2011. Tudo muito tumultuado. Mesmo porque se os embargos de declaração são do acórdão de nº 101.689/2011, a mesma deveria ter sido protocolizada no Egrégio Tribunal de Justiça do Maranhão e no devido prazo. Nestas condições, entendo que a petição de fls. 114 a 123 é protelatória, não deveria fazer parte deste processo, mesmo porque não poderia ter sequer sido juntada neste feito, na fase em que se encontra. Ante o exposto determino que referida petição seja desentranhada do feito e entregue em mãos do advogado do requerido, tudo mediante certidão nos autos. Intime-se a parte requerida, para cumprimento da sentença no prazo de 15 dias, sob pena da incidência da multa de 10% prevista no artigo 475-J, do CPC. Cumpra-se. São Luís (ma), 25 de outubro de 2011 PATRÍCIA MARQUES BARBOSA Juíza Respondendo pela 5ª Vara Cível

Processo nº 0017177-38.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA | REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE

Autor: PANAMERICANO ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A

Advogados: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (OAB 8784)

Réus: DARLAN MARTINS DA SILVA

Intime-se a parte autora, e seu patrono via diário eletrônico, para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, dar prosseguimento ao feito, promovendo o ato que lhe compete, sob pena de arquivamento (CPC, art. 267, § 1º c/c art. 598). Intime-se. Cumpra-se. São Luís (MA), 31 de outubro de 2011. Dra. PATRÍCIA MARQUES BARBOSA Juíza de Direito Auxiliar resp. pela 5ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0017997-57.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: SIDNY AMORIM PENHA

Advogados: MAYLA DE JESUS L. MENDES (OAB 9773) e RODRIGO FIGUEIREDO (OAB 9008)

Réus: CONSTRUCOES E COMERCIO CAMARGO E CORREA SA e LIDER LOCACAO DE VEICULOS E TRANSPORTE

Advogados: BRUNO MARCOS ALVES (OAB 10705) e TIAGO LUIZ RODRIGUES NEVES (OAB 10042)

Compulsando os autos verifica-se que a parte autora apresentou expediente às fls. 125-134, postulado pela juntada de mais provas, mesmo após o prazo para alegações finais, estando o processo concluso para sentença. Pois bem, quando o autor tem a posse ou o conhecimento de documentos

úteis à demonstração dos fatos constitutivos de seu direito, deverá fazer a prova documental desses fatos na petição inicial (CPC 396), somente podendo juntar documentos posteriormente se forem novos ou relativos a direito ou fatos supervenientes (CPC 397 e 462). Desta feita, não sendo novos os documentos apresentados pelo autor, haja vista que se não a posse, o mesmo tinha pelo menos conhecimento da existência, não providenciando sequer a juntada a até a data da audiência de instrução e julgamento, ocasião em que se tornou precluso o seu direito de produzir mais provas. Portanto, indefiro o requerimento acima mencionado, e por via de consequência determino que referida petição seja desentranhada do feito e entregue em mãos do advogado do autor, tudo mediante certidão nos autos. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Intimem-se e cumpra-se. São Luís (MA), 25 de Outubro de 2011. PATRÍCIA MARQUES BARBOSA Juíza de Direito Auxiliar respondendo Pela 5ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0018216-17.2004.8.10.0001**Ação: AÇÃO ORDINARIA DE INDENIZACAO POR DANO****Autor: S.A MATHIAS COMERCIO E REPRESENTACOES****Advogados: RONALDO HENRIQUE SANTOS RIBEIRO (OAB 7402)****Réus: JVR FACTORING FOMENTO MERCANTIL COMERCIAL LTDA e MARAVILHA INDUSTRIA & COMERCIO DE RACOES LTDA****Advogados: CYNTHIA KATHEUSCIA DA CRUZ E SILVA (OAB 8649) e JANIO GONCALO MACIEL DE MORAIS (OAB 6449) e JOSE ARLINDO DO CARMO (OAB 3722)**

Levando em consideração o possível efeito infringente resultante da oposição dos Embargos de Declaração opostos nos autos, intime-se a parte embargada para responder ao recurso, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem manifestação da parte embargada, voltem-me os autos conclusos. São Luís/MA, 19 de Outubro de 2011. PATRÍCIA MARQUES BARBOSA Juíza de Direito Auxiliar

Processo nº 0018316-30.2008.8.10.0001**Ação: BUSCA E APREENSAO****Autor: BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO****Advogados: JOSE EXPEDITO BACELAR ALMEIDA FILHO (OAB 7384)****Réus: MARIA HELENA PINHEIRO BOTELHO**

Intime-se a parte promovente, pessoalmente e através do seu advogado, para que promova a citação da parte promovida no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Na oportunidade, diga sobre o expediente de fls. 41-44. São Luís-MA, 19 de Outubro de 2011. PATRÍCIA MARQUES BARBOSA Respondendo pela 5ª Unidade Jurisdicional Cível

Processo nº 0023037-54.2010.8.10.0001**Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: WALTER MARQUES CRUZ****Advogados: ITALO GOMES DE AZEVEDO (OAB 2513)****Réus: BANCO RURAL S/A****Advogados: MARINA MARIA MAIA VALENTE (OAB 9600) e RHELMSON ATHAYDE ROCHA (OAB 5936)**

No cotejo dos autos, verifiquei que a parte promovente quedou-se inerte em requerer o cumprimento da sentença exarada de fls. 160/167, devidamente transitada em julgado, por esta razão, aguarde-se em secretaria o prazo de seis meses, após arquivem-se os presentes autos, nos termos do artigo 475 - J, § 5º do Código de Processo Civil, com as cautelas legais. Cumpra-se. São Luís - MA, 31 de outubro de 2011. Patrícia Marques Barbosa Juíza de Direito Auxiliar respondendo Pela 5ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0023374-14.2008.8.10.0001**Ação: PROCESSO CAUTELAR | CAUTELAR INOMINADA****Autor: RICARDO CORDEIRO GONCALVES****Advogados: RAIMUNDO FERREIRA MARQUES (OAB 502) e TERESINHA DE FATIMA MARQUES VALE (OAB 6263)****Réus: GOOGLE BRAZIL****Advogados: FABIO ELIAS DE MEDEIROS MOUCHREK (OAB 99370)**

Considerando o depósito realizado pela requerida a fl. 200, determino intime-se o advogado dos autores, para apresentar manifestação, no prazo de quarenta e oito horas sobre referido depósito, bem como no mesmo prazo impulse o feito, promovendo o ato que lhe compete, sob pena de arquivamento (CPC, art. 267, § 1º c/c art. 598). Intime-se. Cumpra-se. São Luís (MA), 01 de novembro de 2011. Dra. PATRÍCIA MARQUES BARBOSA Juíza de Direito Auxiliar resp. pela 5ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0028176-89.2007.8.10.0001**Ação: BUSCA E APREENSAO****Autor: BANCO BMG S/A****Advogados: JOSE EXPEDITO BACELAR ALMEIDA FILHO (OAB 7384)****Réus: JANAINA MARAVALHA**

Intime-se a parte promovente, pessoalmente e através do seu advogado, para que promova a citação da parte promovida no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Na oportunidade, diga sobre o expediente de fls. 49-51. São Luís-MA, 19 de Outubro de 2011. PATRÍCIA MARQUES BARBOSA Respondendo pela 5ª Unidade Jurisdicional Cível

Processo nº 0029130-38.2007.8.10.0001**Ação: BUSCA E APREENSAO****Autor: UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A****Advogados: CAROLINE CERVEIRA VALOIS FALCAO (OAB 9131) e MARLON ALEX SILVA MARTINS (OAB 6976)****Réus: RENATO RAIMUNDO DOS SANTOS**

Intime-se a parte promovente, pessoalmente e através do seu advogado, para que promova a citação da parte promovida no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Na oportunidade, diga sobre o expediente de fls. 36-38. São Luís-MA, 19 de Outubro de 2011. PATRÍCIA MARQUES BARBOSA Respondendo pela 5ª Unidade Jurisdicional Cível

Processo nº 0032851-27.2009.8.10.0001**Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA | REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE****Autor: BANCO BMG S/A****Advogados: JOSE EXPEDITO BACELAR ALMEIDA FILHO (OAB 7384)****Réu: ELTON DOMINGOS CAMARA ABREU**

Interveniente: CLAUDIO CALDAS SANTOS**Advogado: CLÁUDIO CALDAS SANTOS (OAB 3474)**

Processo paralisado há mais de 30 dias por inércia da parte autora. Assim, determino que o requerente seja intimado, pessoalmente, por carta com aviso de recebimento, para se manifestar sobre o andamento do feito no prazo de 48:00 horas, sob pena de extinção, de conformidade com o § 1º do artigo 267 do CPC. São Luís - MA, 17 de Dezembro de 2010. Juiz Gilberto de Moura Lima Respondendo pela 5ª Vara Cível

Processo nº 0033159-97.2008.8.10.0001**Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA****Autor: BANCO BMC S/A****Advogados: RAFAEL DOS SANTOS BERMUDEZ (OAB 7872)****Réus: RAIMUNDO FERREIRA DE M JUNIOR**

Intime-se a parte promovente, pessoalmente e através do seu advogado, para que promova a citação da parte promovida no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Na oportunidade, diga sobre o expediente de fls. 43-46. São Luís-MA, 19 de Outubro de 2011. PATRÍCIA MARQUES BARBOSA Respondendo pela 5ª Unidade Jurisdicional Cível

Processo nº 0034102-12.2011.8.10.0001**Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: ELAINE CRISTHINE SILVA AROUCHE AZEVEDO****Advogados: MARCOS FABRÍCIO ARAÚJO DE SOUSA (OAB 9210)****Réus: CENTRO MEDICO MARANHENSE S/A**

Recebo a petição inicial, já que presentes estão os requisitos legais. Defiro o pedido de assistência gratuita postulado pela autora, condicionando à juntada de declaração de hipossuficiência pela mesma, no prazo de 05(cinco) dias, por entender ser este um ato de caráter personalíssimo. Após a juntada do documento supra, CITEM-SE os requeridos, para, querendo, no prazo 15 dias, contestarem a presente, indicando provas sob pena de não o fazendo admitir como verdadeiros os fatos articulados pela autora. Serve este despacho como MANDADO DE CITAÇÃO. São Luís (MA), 24 de agosto de 2011. PATRÍCIA MARQUES BARBOSA Juíza de Direito Auxiliar respondendo pela 5ª Vara Cível da Capital

Sexta Vara Cível do Fórum Des. Sarney Costa**Processo nº 0000103-83.2002.8.10.0001****Ação: AÇÃO ORDINARIA DE INDENIZACAO POR DANO****Autor: ANA LOURDES SILVA****Advogados: RAIMUNDO DA SILVA SANTOS (OAB 6086)****Réus: IGREJA PENTECOSTAL VIDEIRA VIVA****Advogados: JOSE RAIMUNDO SOARES MONTENEGRO (OAB 4516A)**

Tendo em vista que não consta nos autos o CNPJ da ré, o que impossibilitou a penhora on line de suas contas junto ao sistema Bacenjud, de ordem, com fundamentação legal: § 4º do Art. 162 do CPC c/c o Provimento nº 001/2007 - COGER/Maranhão, expedi intimação a parte exequente para no prazo de 10 (dias) informar o CNPJ do executado. São Luís (MA), 22 de agosto de 2011. Renata Mônica Rodrigues da Silva Secretária Judicial da 6ª Vara Cível

Processo nº 0001926-19.2007.8.10.0001**Ação: ACAO DE INDENIZACAO POR ACIDENTE DE VEICULO****Autor: JULIO CESAR BRITO SOUSA****Advogados: ELSON JANUARIO FAGUNDES (OAB 7641)****Réus: UNIBANCO AIG SEGUROS E PREVIDENCIA S/A****Advogados: DANA THAIS FERREIRA SANGIORGI (OAB 9266) e REGIS GONDIM PEIXOTO (OAB 17731)**

Certifico que foi penhorado o valor da execução nas contas da requerida, valor este transferido para conta judicial no Banco do Brasil a disposição deste Juízo, tendo sido lavrado termo de penhora nos autos. Certifico, outrossim, que de ordem, com fundamentação legal: § 4º do Art. 162 do CPC c/c o Provimento nº 001/2007 - COGER/Maranhão, expedi intimação à referida parte para, querendo, impugnar a execução no prazo de 15 (quinze) dias. O referido é verdade e dou fé. São Luís/MA, 18 de outubro de 2011. Renata Mônica Rodrigues da Silva Secretária Judicial da 6ª Vara Cível

Processo nº 0002070-42.1997.8.10.0001**Ação: COMINATORIA****Autor: ANTONIO JOSE IBIAPINA MENDONCA****Advogados: MARIA JOSE MILHOMEM (OAB 1913) e PEDRO AMERICO DIAS VIEIRA (OAB 705)****Réus: ZENILDE AIRES CAMPOS****Advogados: CARLOS ROBERTO FEITOSA COSTA (OAB 3639) e ROSANIO ALVES COSTA (OAB)**

Tendo sido interposto Recurso de Apelação dentro do prazo legal, e devidamente acompanhado da comprovação do recolhimento do preparo, intime-se à parte recorrida para, querendo, contra-arrazoar a referida peça no prazo de 15 (quinze) dias. São Luís (MA), 14 de Julho de 2011. Renata Mônica Rodrigues da Silva Secretária Judicial da 6ª Vara Cível

Processo nº 0004327-25.2006.8.10.0001**Ação: AÇÃO ORDINARIA DE INDENIZACAO POR DANO****Autor: PATRICIA KAUFFMANN FIDALGO CARDOSO DA SILVEIRA****Advogados: ANTONIO FERNANDES CAVALCANTE JUNIOR (OAB 6843)****Réus: TALVANE MARLUCIO ABREU ARAUJO****Advogados: THAYSA HALIMA SAUAIA RIBEIRO (OAB 6792)**

Certifico que a parte requerida impugnou a execução dentro do prazo legal, razão pela qual, de ordem, com fundamentação legal: § 4º do Art. 162 do CPC c/c o Provimento nº 001/2007 - COGER/Maranhão, expedi intimação à parte impugnada/autora para, querendo, se manifestar sobre a impugnação no prazo de 15 (quinze) dias. São Luís (MA), 08 de Julho de 2011. Renata Mônica Rodrigues da Silva Secretária Judicial da 6ª Vara Cível

Processo nº 0006330-55.2003.8.10.0001**Ação: EXECUCAO P/ TITULO EXTRAJUDICIAL****Autor: GRAFICA E EDITORA AQUARELA LTDA****Advogados: JOSE MARQUES DE CARVALHO NETO (OAB 5945)****Réus: ALBERTO MARQUES DE ARAUJO**

Certifico que o valor penhorado nas contas da parte executada foi bem aquém do valor da execução, conforme tela do Bacenjud de fls. 50/51, razão pela qual de ordem, com fundamentação legal: § 4º do Art. 162 do CPC c/c o Provimento nº 001/2007 - COGER/Maranhão, expedi intimação a parte exequente para no prazo de 10 (dias) indicar bens da parte executada a serem penhorados, na forma do Art. 652, § 2º do CPC, aqui aplicado subsidiariamente. São Luís (MA), 11 de Julho de 2011. Renata Mônica Rodrigues da Silva Secretária Judicial da 6ª Vara Cível

Processo nº 0006428-35.2006.8.10.0001**Ação: BUSCA E APREENSAO****Autor: BANCO HSBC BAMERINDUS (S/A)****Advogados: JOSE EXPEDITO BACELAR ALMEIDA FILHO (OAB 7384)****Réus: IRAELZA CAMPOS E SILVA**

Forneça o interessado, no prazo de 10 (dez) dias, novo endereço da parte. São Luís (MA), 15 de Julho de 2011. Renata Mônica Rodrigues da Silva Secretária Judicial da 6ª Vara Cível Resp: 100198

Processo nº 0007494-60.2000.8.10.0001**Ação: EXECUCAO FORCADA****Autor: MAICON IND. DE MOVEIS LTDA****Advogados: ELVACI REBELO MATOS (OAB 1820)****Réus: NEUTON BARROS FILHO**

Certifico que, de ordem, e com fundamentação legal: § 4º do Art. 162 do CPC c/c o Provimento nº 001/2007 - COGER/Maranhão, expedi intimação para a parte requerente para efetuar o pagamento do valor das custas finais, sob pena de expedição de certidão de dívida em favor do FERJ, assim como juntar as cópias dos documentos que deseja desentranhar, no prazo de 10 dias. São Luís (MA), 20 de outubro de 2011. Renata Mônica Rodrigues da Silva Secretária Judicial da 6ª Vara Cível

Processo nº 0010599-30.2009.8.10.0001**Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO SUMÁRIO****Autor: GABRIELE NATHALY PIMENTA BARBOSA e MICAELLY PIMENTA BARBOSA****Advogados: LUIZ VIANA DA FONSECA FILHO (OAB 7227) e LUIZ VIANA DA FONSECA FILHO (OAB 7227)****Réus: UNIBANCO AIG SEGUROS E PREVIDENCIA S/A**

Certifico que foi penhorado o valor da execução nas contas da requerida, valor este transferido para conta judicial no Banco do Brasil a disposição deste Juízo, tendo sido lavrado termo de penhora nos autos. Certifico, outrossim, que de ordem, com fundamentação legal: § 4º do Art. 162 do CPC c/c o Provimento nº 001/2007 - COGER/Maranhão, expedi intimação à referida parte para, querendo, impugnar a execução no prazo de 15 (quinze) dias. O referido é verdade e dou fé. São Luís/Ma, 18 de outubro de 2011. Renata Mônica Rodrigues da Silva Secretária Judicial da 6ª Vara Cível

Processo nº 0013377-02.2011.8.10.0001**Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: ALBERTO SANTOS MACHADO****Advogados: DANILO MOHANA PINHEIRO CARVALHO LIMA (OAB 9022)****Réus: BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS e EXPRESSO SOLEMAR LTDA****Advogados: LARISSA ABDALLA BRITTO (OAB 4282) e RENATO TADEU RONDINA MANDALITI (OAB 115762)**

Certifico que a parte requerida apresentou contestação dentro do prazo legal, razão pela qual, de ordem, com fundamentação legal: § 4º do Art. 162 do CPC c/c o Provimento nº 001/2007 - COGER/Maranhão, expedi intimação a parte autora para apresentar réplica e se manifestar sobre os documentos juntados, no prazo de dez dias. São Luís (MA), 17 de outubro de 2011. Renata Mônica Rodrigues da Silva Secretária Judicial da 6ª Vara Cível

Processo nº 0013816-23.2005.8.10.0001**Ação: ACAO DE REPETICAO DE INDEBITO****Autor: EDVAR VIEIRA DOS SANTOS****Advogados: HERBERTH FREITAS RODRIGUES (OAB 5101) e THYANNE ARAUJO FREITAS RIBEIRO (OAB 8547)****Réus: DALCAR VEICULOS PECAS E ACESSORIOS****Advogados: VALERIA LAUANDE CARVALHO COSTA (OAB 4749)**

Certifico que a Decisão do MM. Juiz de Direito de fls. 71/72-v, nos autos deste Processo de nº 13816/2005, pertinente a uma Ação de Repetição de Indébito em que EDVAR VIEIRA DOS SANTOS move contra DALCAR VEÍCULOS LTDA., transitou livremente em julgado, sem recurso. Certifico, outrossim, que a parte requerida efetuou o pagamento do valor da condenação, razão pela qual, de ordem, com fundamentação legal: § 4º do Art. 162 do CPC c/c o Provimento nº 001/2007 - COGER/Maranhão, expedi intimação para a parte autora, querendo, requerer o levantamento do valor depositado. São Luís (MA), 14 de Julho de 2011. Renata Mônica Rodrigues da Silva Secretária Judicial da 6ª Vara Cível

Processo nº 0013914-37.2007.8.10.0001**Ação: PROCEDIMENTO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA/DECISÃO | CUMPRIMENTO DE SENTENÇA****Autor: CRYSTIAN GONZALEZ BOUCINHAS****Advogados: SAULO GONZALEZ BOUCINHAS (OAB 6247)****Réus: CASSI - CAIXA DE ASSISTENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL****Advogados: JOSE MANUEL DE MACEDO COSTA FILHO (OAB 5715)**

Certifico que foi penhorado o valor da execução nas contas da requerida, valor este transferido para conta judicial no Banco do Brasil a disposição

deste Juízo, tendo sido lavrado termo de penhora nos autos. Certifico, outrossim, que de ordem, com fundamentação legal: § 4º do Art. 162 do CPC c/c o Provimento nº 001/2007 - COGER/Maranhão, expedi intimação à referida parte para, querendo, impugnar a execução no prazo de 15 (quinze) dias. São Luís/Ma, 18 de outubro de 2011. Renata Mônica Rodrigues da Silva Secretária Judicial da 6ª Vara Cível

Processo nº 0015860-20.2002.8.10.0001

Ação: EMBARGOS DE TERCEIROS

Autor: ESTADO DO MARANHÃO

Advogados: JORGE CRUZ DE CARVALHO (PROCURADOR) (OAB) e MIGUEL RIBEIRO PEREIRA (OAB PROCURADORESTADUAL)

Réus: SILMA SOUSA DE AQUINO

Advogados: JOSE VICTOR SPINDOLA FURTADO (OAB 2832)

Tendo sido interposto Recurso de Apelação dentro do prazo legal, e devidamente acompanhado da comprovação do recolhimento do preparo, intime-se à parte recorrida para, querendo, contra-arrazoar a referida peça no prazo de 15 (quinze) dias. São Luís (MA), 11 de Julho de 2011. Renata Mônica Rodrigues da Silva Secretária Judicial da 6ª Vara Cível

Processo nº 0017801-05.2002.8.10.0001

Ação: AÇÃO ORDINARIA DE INDENIZACAO POR DANO

Autor: MARIA DO ROSARIO CANDEIRA CASTRO

Advogados: BENEVENUTO MARQUES SEREJO NETO (OAB 4022) e EDUARDO AIRES CASTRO (OAB 5378)

Réus: TELEMAR NORTE LESTE S/A

Advogados: MARCOS LUIS BRAID RIBEIRO SIMOES (OAB 6134) e ULISSES CESAR MARTINS DE SOUSA (OAB 4462)

Certifico que foi penhorado o valor da execução nas contas da requerida, valor este transferido para conta judicial no Banco do Brasil a disposição deste Juízo, tendo sido lavrado termo de penhora nos autos. Certifico, outrossim, que de ordem, com fundamentação legal: § 4º do Art. 162 do CPC c/c o Provimento nº 001/2007 - COGER/Maranhão, expedi intimação à referida parte para, querendo, impugnar a execução no prazo de 15 (quinze) dias. São Luís/Ma, 18 de outubro de 2011. Renata Mônica Rodrigues da Silva Secretária Judicial da 6ª Vara Cível

Processo nº 0018181-52.2007.8.10.0001

Ação: AÇÃO ORDINARIA DE INDENIZACAO POR DANO

Autor: FRANCISCO NUNES DE MELO

Advogados: DOUGLAS ALBERTO BAHIA DE OLIVEIRA (OAB 2110)

Réus: COMPANHIA ENERGETICA DO ESTADO DO MARANHÃO-CEMAR

Advogados: ANTONIO GONÇALVES FIGUEIREDO NETO (OAB 6680)

Certifico que foi penhorado o valor da execução nas contas da requerida, valor este transferido para conta judicial no Banco do Brasil a disposição deste Juízo, tendo sido lavrado termo de penhora nos autos. Certifico, outrossim, que de ordem, com fundamentação legal: § 4º do Art. 162 do CPC c/c o Provimento nº 001/2007 - COGER/Maranhão, expedi intimação à referida parte para, querendo, impugnar a execução no prazo de 15 (quinze) dias. São Luís/Ma, 07 de novembro de 2011. Renata Mônica Rodrigues da Silva Secretária Judicial da 6ª Vara Cível

Processo nº 0020764-83.2002.8.10.0001

Ação: EXECUCAO FORCADA

Autor: PEREIRA VERAS, FEITOSA & CIA LTDA

Advogados: JOAO FERNANDES FREIRE NETO (OAB 3546)

Réus: PEDRO ENIO DE OLIVEIRA

Certifico que o valor penhorado nas contas da parte executada foi bem aquém do valor da execução, conforme tela do Bacenjud de fls. 54/55, razão pela qual de ordem, com fundamentação legal: § 4º do Art. 162 do CPC c/c o Provimento nº 001/2007 - COGER/Maranhão, expedi intimação a parte exequente para no prazo de 10 (dias) indicar bens da parte executada a serem penhorados, na forma do Art. 652, § 2º do CPC, aqui aplicado subsidiariamente. São Luís (MA), 18 de outubro de 2011. Renata Mônica Rodrigues da Silva Secretária Judicial da 6ª Vara Cível

Processo nº 0022466-83.2010.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: ANDRE SCHWARZ FERNANDES

Advogados: RAIMUNDO DE SOUZA FERREIRA (OAB 8271) e VANDA DANTAS FEITOSA (OAB 8821)

Réus: BANCO DO BRASIL S/A

Certifico que foi penhorado o valor da execução nas contas da requerida, valor este transferido para conta judicial no Banco do Brasil a disposição deste Juízo, tendo sido lavrado termo de penhora nos autos. Certifico, outrossim, que de ordem, com fundamentação legal: § 4º do Art. 162 do CPC c/c o Provimento nº 001/2007 - COGER/Maranhão, expedi intimação à referida parte para, querendo, impugnar a execução no prazo de 15 (quinze) dias. São Luís/Ma, 18 de outubro de 2011. Renata Mônica Rodrigues da Silva Secretária Judicial da 6ª Vara Cível Resp: 100198

Processo nº 0023069-30.2008.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: JOSELIA DURANS RAMOS

Advogados: WADY TEIXEIRA DE JESUS (OAB 4358)

Réus: C & A MODAS LTDA

Advogados: JOSÉ EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO (OAB 9588)

Certifico que a parte requerida apresentou contestação dentro do prazo legal, razão pela qual, de ordem, com fundamentação legal: § 4º do Art. 162 do CPC c/c o Provimento nº 001/2007 - COGER/Maranhão, expedi intimação a parte autora para apresentar réplica, no prazo de dez dias. São Luís, 07 de novembro de 2011. Renata Mônica Rodrigues da Silva Secretária Judicial da 6ª Vara Cível.

Processo nº 0025735-38.2007.8.10.0001

Ação: ACAO DE COBRANCA

Autor: COMPANHIA ENERGETICA DO MARANHÃO - CEMAR

Advogados: LUCIMARY GALVAO LEONARDO (OAB 6100) e WELLEN SANDRA SANTOS COQUEIRO (OAB 8555)

Réus: ANTONIO JOSE DOS SANTOS

Certifico que não foi encontrado saldo nas contas bancárias executado, conforme tela do Bacenjud de fls. 69/70, razão pela qual de ordem, com fundamentação legal: § 4º do Art. 162 do CPC c/c o Provimento nº 001/2007 - COGER/Maranhão, expedi intimação a parte exequente para no prazo de 10 (dias) indicar bens dos devedores a serem penhorados, na forma do Art. 652, § 2º do CPC, aqui aplicado subsidiariamente. São Luís (MA), 11 de Julho de 2011. Renata Mônica Rodrigues da Silva Secretária Judicial da 6ª Vara Cível

Processo nº 0005370-65.2004.8.10.0001

Ação: AÇÃO ORDINARIA

Autor: MARIA DE JESUS COSTA SANTOS e MARIA DE JESUS PIRES SILVA e RAIMUNDO NONATO LIMA NOGUEIRA e RAIMUNDO NONATO VIANA e RAIMUNDO PARGA SEREJO e SUELI MORAES DE SOUSA E SOUSA e TERESINHA DE JESUS SENA GUIMARAES e TOMAZ DE AQUINO SOARES e ZEDEQUIAS SANTOS SOUSA

Advogados: EDGARD CARVALHO SALVES NETO (OAB 5336) e LUANE LEMOS FELICIO AGOSTINHO (OAB 6641) e PEDRO DUAILIBE MASCARENHAS (OAB 4632)

Réus: FUNDACAO SISTEL DE SEGURIDADE SOCIAL

Advogados: JOAO JOAQUIM MARTINELLI (OAB 1796A)

R. hoje1. Certifique a Secretaria se a audiência se realizou. 2. Em caso negativo, o que é muito provável, intimem-se as partes para que digam, em 05 dias, se pretendem produzir novas provas. 3. Não havendo interesse de produção de novas provas, retornem os autos conclusos para sentença. S. Luís 16.09.2011 Gervásio Protásio dos Santos Junior Juiz de Direito da 6ª Vara Cível.

Processo nº 0000433-07.2007.8.10.0001

Ação: EXECUCAO FORCADA POR QUANTIA CERTA

Autor: M A DA SILVA EQUIPAMENTOS HOSPITALARES

Advogados: FERNANDO CESAR CORDEIRO PESTANA (OAB 4176)

Réus: SARA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA

Recebidos em 15 de março de 2011. Uma vez que após a citação a executada não se manifestou, na forma do artigo 655 - A do código de processo civil, determino o processamento de penhora eletrônica pelo Sistema BacenJud. Após a realização do pedido de bloqueio de valores junte-se aos autos o Recibo de Protocolamento emitido pelo Sistema BacenJud 2.0. Retornem os autos em 72 horas, para verificação da resposta do sistema. Cumpra-se. São Luís, 15 de março de 2011. PAULO DE ASSIS RIBEIRO Juiz de Direito

Processo nº 0003905-55.2003.8.10.0001

Ação: AÇÃO ORDINARIA DE INDENIZACAO POR DANO

Autor: MARCO ANTONIO DE MELO LOPES

Advogados: CELINA URCULINA DE MELO LOPES (OAB 921) e MARCIA DE MELO LOPES (OAB 7652)

Réus: NORTE BRASIL TELECOM - NBT

Advogados: JACIMAR DE JESUS PEREIRA VIANA DE ARAUJO (OAB 8905)

Vistos, etc. Encaminhe-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça tendo em vista a apresentação das contra razões dentro do prazo legal, conforme certidão de fls. 248. Cumpra-se observando as formalidades legais. São Luís, 13 de setembro de 2011. Gervásio Protásio dos Santos Júnior Juiz de Direito Titular da 6ª Vara Cível

Processo nº 0004303-94.2006.8.10.0001

Ação: AÇÃO DE INDENIZACAO POR ACIDENTE DE VEICULO

Autor: AGENILSON DE JESUS DINIZ SILVA

Advogados: LINCOLN JOSE CARVALHO DA SILVA (OAB 5565)

Réus: TRANSBRASILIANA TRANSPORTES E TURISMO LTDA e TRANSBRASILIANA TRANSPORTES E TURISMO LTDA

Advogados: ALESSANDRA PIRES DE CAMPOS DE PIERI (OAB 14580) e NARDO ASSUNCAO DA CUNHA (OAB 4613)

R. hoje1 Considerando os cálculos apresentados pela Contadoria Judicial, libere-se por alvará judicial os valores apontados (R\$ 4.409,37 + 881,87 + 03.072,91); 2 Outrossim, considerando a informação prestada pela Contadora Judicial nas notas explicativas (fls. 433), digam os autores em cinco dias. 3 Cumpra-se. S. Luís 27.10.2011 Gervásio Protásio dos Santos Junior Juiz de Direito da 6ª Vara Cível.

Processo nº 0012593-25.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: ALDENOR JOSE MENDES

Advogados: LUCIANA SILVA DE CARVALHO (OAB 8027)

Réus: GAFISA SPE - 52 EMPREENDIMENTOS IMBILIARIOS LTDA e GRAND PARK-PARQUE DAS AGUAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

Advogados: SAULO GONZALEZ BOUCINHAS (OAB 6247)

R. hoje1 Intime-se a parte autora para que diga, em 10 dias, sobre a contestação ofertada. S. Luís 16.09.2011 Gervásio Protásio dos Santos Junior Juiz de Direito da 6ª Vara Cível.

Processo nº 0013547-42.2009.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: FRANCISCO XAVIER DE SOUSA FILHO

Advogados: FRANCISCO XAVIER DE SOUZA FILHO (OAB 3080)

Réus: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A

Advogados: MARIA GABRIELA SILVA PORTELA (OAB 5741)

R. hoje1 Tendo em vista que, apresentados os embargos monitórios, deve-se adotar o procedimento ordinário e, considerando a natureza da lide que admite conciliação, designo o dia 03 de maio de 2012, às 8:30 horas, devendo ser intimadas as partes e seus advogados, aquelas pessoalmente e

este via DJE.S. Luis 26.08.2011Gervásio Protásio dos Santos Junior Juiz de Direito da 6ª Vara Cível.

Processo nº 0018149-57.2001.8.10.0001

Ação: EXECUCAO P/QUANTIA CERTA C/DEVEDOR SOLVENTE

Autor: BARSA PLANETA INTERNACIONAL LTDA

Advogados: ROSA MARIA BENTO BRANDAO BICKER (OAB 101967)

Réus: CARLOS ROBERTO MELO PRADO

Intime-se a parte autora, na pessoa de seu representante legal, para, em 48 horas, manifestar interesse no feito sob pena de extinção.São Luis - MA, 21 de novembro de 2006. Abrahão Lincoln Sauáia Juiz de Direito da 6ª Vara Cível.

Processo nº 0019345-23.2005.8.10.0001

Ação: ACAO DE COBRANCA

Autor:

Réus: CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DO MARANHÃO - CEUMA ... e DOMINGOS JOSE COSTA FONSECA JUNIOR

Advogados: MIRELLA PARADA MARTINS (OAB 4915) e SILVANA LEAL SILVA (OAB 5258)

Vistos, etc.1. Tendo em vista que é tempestiva e se encontra regularmente preparada, recebo a apelação no seu duplo efeito.2. Intime-se, em consequência o apelado, por meio de seu advogado e via DJE, para, querendo, no prazo de quinze dias, responder o recurso.3. Transcorrido o prazo legal, com ou sem manifestação do apelado, encaminhe-se os autos ao E. Tribunal de Justiça para os fins de direito.Cumpra-se, observando as formalidades legais.São Luis, 13 de setembro de 2011.Gervásio Protásio dos Santos JúniorJuiz de Direito Titular da 6ª Vara Cível

Processo nº 0019567-49.2009.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: ENOS DOS SANTOS

Advogados: SONIA MARIA ALVES SOUSA (OAB 7753)

Réus: BRADESCO SEGUROS S/A

R. hojeIntime-se a parte requerente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie a juntada de Exame expedido pelo Instituto Médico Legal para comprovar a invalidez que alega ter sofrido.Transcorrido o prazo consignado, com ou sem manifestação, retornem os autos conclusos.S. Luis 16.09.2011Gervásio Protásio dos Santos Junior Juiz de Direito da 6ª Vara Cível.

Processo nº 0022516-46.2009.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA | REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE

Autor: JOAO FILHO MARTINS COSTA

Advogados: ANA LUISA ROSA VERAS (OAB 6343) e ANDRE FELIPE A C MARTINS (OAB 7775)

Réus: ADEILSON FERREIRA. e ANDREA. e EVANILSON FERREIRA. ILMAR BRANDÃO LIMA

Advogados: ALBERTO GUILHERME TAVARES DE ARAUJO E SILVA (OAB DEFENSORPUBLICO) e FÁBIO LUIZ VIÉGAS CUTRIM (OAB 8693)

Réus: EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E NEGÓCIOS PÚBLICOS S/A - EMARHP

R. hojeConsiderando que em réplica o autor juntou novos documentos, ex-vi do art. 398 do CPC, diga a parte requerida, em 05 (cinco) dias, sobre os mesmos.S. Luis 16.09.2011Gervásio Protásio dos Santos Junior Juiz de Direito da 6ª Vara Cível.

Processo nº 0029313-04.2010.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: CARMEM LUCIA MENEZES BARROS e ERNESTO DE JESUS CABRAL FILHO e JOANA D'ARC VIEIRA DE ALMEIDA e LEIDIANE SOUSA DE OLIVEIRA e LINDALVA BOTELHO CORREA e MARIA FRANCISCA BONFIM ABREU e MARIA JOSE AMORIM SOUSA e NILCE DE JESUS SOARES COELHO e RAIMUNDO NONATO SILVA SOUSA e SEBASTIAO RODRIGUES

Advogados: LUIZ VALDEMIRO SOARES COSTA (OAB 9487A) e MARIO MARCONDES NASCIMENTO (OAB 7701)

Réus: SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

Advogados: JOSE ROBERTO FARIAS DE ARAUJO FILHO (OAB 6991)

Iniciada a audiência, presentes apenas as requerentes Lindalva Botelho Correa e Maria José Amorim Sousa, desacompanhadas de seu advogado, embora este tenha sido regularmente intimado; presentes também o representante da requerida e seu advogado. Examinando a inicial, observa-se que se cuida de Ação Ordinária de Responsabilidade Obrigacional Securitária em que os autores aduzem, em síntese, que são mutuários do sistema financeiro de habitação e que seus os imóveis apresentam diversos problemas, daí porque pugnam pela condenação da ré no importe necessário à reparação dos sinistros. Citada, a ré ofertou a contestação deduzindo diversas preliminares, entre as quais a inépcia da inicial. De fato, a leitura da inicial conduz à conclusão inarredável de que a inicial não contém dados que são essenciais para permitir este juízo formar a sua convicção (art. 282, III, CPC) e nem se encontra acompanhado de elementos indispensáveis à propositura da ação (art. 283). Ora, todos os autores alegam que os seus imóveis apresentam avarias que devem ser indenizadas pela seguradora ré, entretanto, não indicam (a) a data em que tais avarias ocorreram para que se permita a analisar a ocorrência, ou não, da prescrição; (b) a individualização dessas avarias por imóveis, inclusive para que possa servir de base para a realização de uma futura perícia; e (c) a comprovação da comunicação do sinistro à seguradora ré, elemento essencial para fim de constituição de mora. Registre-se que são elementos essenciais, e sem os quais estará prejudicado o regular desenvolvimento do processo, de sorte que determino a intimação dos suplicantes, na pessoa de seus advogados, via DJE, para que, no prazo de 10 dias, emende a inicial apontando os dados referenciados, bem como promova à juntada da comprovação de comunicação do sinistro, oportunidade em que também poderá se manifestar sobre o conteúdo da contestação. Transcorrido o prazo consignado, com ou sem manifestação dos autores, retornem os autos conclusos. São Luis, 08 de novembro de 2011. Gervásio Protásio dos Santos Júnior Juiz de Direito da 6ª Vara Cível.

Processo nº 0044637-34.2010.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA | REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE

Autor: BANCO FINASA S/A

Advogados: LUCIANA CHRISTINA RIBEIRO BARBOSA (OAB 8681)

Réus: EDIVALDO RIBEIRO DOS SANTOS

Vistos, etc.1. Tendo em vista que é tempestiva e se encontra regularmente preparada, recebo a apelação no seu duplo efeito.2. Considerando que se tratou de sentença que indeferiu a inicial, extinguindo o feito sem apreciação do mérito antes da citação do réu, ex-vi do art. 296 do CPC, dispensada a sua intimação para responder ao apelo.3. Assim, encaminhe-se os autos ao E. Tribunal de Justiça para os fins de direito. Cumpra-se, observando as formalidades legais. São Luís, 16 de setembro de 2011. Gervásio Protásio dos Santos Júnior, Juiz de Direito Titular da 6ª Vara Cível

EDTAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, e dele conhecimento tiverem, que por este meio com o prazo de 30 (trinta) dias, **CITE-SE** o requerido **ORLANDO DE JESUS SERRA DINIZ**, brasileiro, inscrito no CPF nº 912.259.498-15, residente na Rua 12, Casa 52, Cohatrac II, nesta Capital, para querendo no prazo de 15 (quinze) dias, contestar a presente ação, sob pena de confesso e revelia, nos autos da **AÇÃO DE MONITÓRIA N.º 15066-62.2003.8.10.0001**, em que BANCO DIBENS S/A move contra ORLANDO DE JESUS SERRA DINIZ. E que seu prazo que correrá da publicação assim que decorrerem os 30 (trinta) dias fixados, ficando assim perfeita e válida esta citação. O presente edital será afixado no lugar de costume e publicado na forma da lei. Dado e passado o presente mandado nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, na Secretaria a meu cargo aos 16 (dezesesseis) dias do mês de Setembro do ano de dois mil e onze (2011). Eu, Renata Mônica Rodrigues da Silva, Secretária, digitei e subscrevo.

GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR
Juiz de Direito da 6ª Vara Cível

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, e dele conhecimento tiverem, que por este meio com o prazo de 30 (trinta) dias, **CITE-SE** o requerido **CONSTRUTORA HM LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ nº 03.616.601/0001-11, com sede na Rua B, Quadra F, Casa 09, Jardim Atlântico, Olho D'água, nesta Capital, para querendo no prazo de 15 (quinze) dias, contestar a presente ação, sob pena de confesso e revelia, nos autos da **AÇÃO DE MONITÓRIA N.º 19836-59.2007.8.10.0001**, em que SÃO DOMINGOS PETRÓLEO LTDA move contra CONSTRUTORA HM LTDA - ME. E que seu prazo que correrá da publicação assim que decorrerem os 30 (trinta) dias fixados, ficando assim perfeita e válida esta citação. O presente edital será afixado no lugar de costume e publicado na forma da lei. Dado e passado o presente mandado nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, na Secretaria a meu cargo aos 15 (quinze) dias do mês de Setembro do ano de dois mil e onze (2011). Eu, Renata Mônica Rodrigues da Silva, Secretária, digitei e subscrevo.

GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR
Juiz de Direito da 6ª Vara Cível

Sétima Vara Cível do Fórum Des. Sarney Costa**Ato Ordinatório**

Processo nº 0014525-24.2006.8.10.0001

Ação: AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO

Autor: DJALMA CARLOS MARINHO

Advogados: FRANCISCO ALCIOMAR DOS SANTOS COSTA (OAB 5304)

Réus: COMPANHIA ENERGETICA DO MARANHÃO - CEMAR

Advogados: LUCIMARY GALVAO LEONARDO (OAB 6100)

CERTIDÃO Processo nº 14525/2006 Ref.: Provimento nº 001/2007-CGJ-MA, Art. 3º, XV Certifico que recebi os presentes autos baixados do Tribunal de Justiça deste Estado, contendo 216 folhas numeradas e rubricadas. Diante disso ficam intimadas as partes para darem prosseguimento ao feito. São Luís, 20 de outubro de 2011. Belª. Thays Maciel de Melo Secretária Judicial da 7ª Vara Cível

Ato Ordinatório

Processo nº 0015075-68.1996.8.10.0001

Ação: EXECUCAO FORCADA

Autor: BANCO DE CREDITO NACIONAL S/A - BCN

Advogados: ADALBERTO RIBAMAR BARBOSA GONÇALVES (OAB 2700)

Réus: FLORA MARIA DIEGUES FREIRE BRITO e LOJAS YELLOW PECAS E PNEUS LTDA e SEVERINO FREIRE BRITO

CERTIDÃO Processo nº 15075/1996 Ref.: Provimento nº 001/2007-CGJ-MA, Art. 3º, XV Certifico que recebi os presentes autos baixados do Tribunal de Justiça deste Estado, contendo 270 folhas numeradas e rubricadas. Diante disso ficam intimadas as partes para darem prosseguimento ao feito. São Luís, 20 de outubro de 2011. Belª. Thays Maciel de Melo Secretária Judicial da 7ª Vara Cível

Processo nº 0021945-46.2007.8.10.0001

Ação: REINTEGRACAO DE POSSE

Autor: CIA. ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Advogados: RAFAEL DOS SANTOS BERMUDEZ (OAB 7872)

Réus: JO MARQUES DE SA

CERTIDÃO Processo nº 21945/2007 Ref.: Provimento nº 001/2007-CGJ-MA, Art. 3º, XV Certifico que recebi os presentes autos baixados do Tribunal de Justiça deste Estado, contendo 57 folhas numeradas e rubricadas. Diante disso ficam intimadas as partes para darem prosseguimento ao feito. São Luís, 20 de outubro de 2011. Belª. Thays Maciel de Melo Secretária Judicial da 7ª Vara Cível

Ato Ordinatório

Processo nº 0022084-95.2007.8.10.0001

Ação: EMBARGOS A EXECUCAO

Autor: HOTEL POUSADA RIBEIRAO LTDA

Advogados: JOSE LOPES DE ABREU (OAB 2010)

Réus: BANCO DA AMAZONIA S/A

Advogados: JEFFERSON WALLACE GOMES MARTINS FRANCA (OAB 6677)

CERTIDÃOProcesso nº 22084/2007Ref.: Provimento nº 001/2007-CGJ-MA, Art. 3º, XV Certifico que recebi os presentes autos baixados do Tribunal de Justiça deste Estado, contendo 142 folhas numeradas e rubricadas. Diante disso ficam intimadas as partes para darem prosseguimento ao feito.São Luís, 20 de outubro de 2011.Belª. Thays Maciel de MeloSecretária Judicial da 7ª Vara Cível

Decisão**Processo nº 0002650-18.2010.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA | REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE****Autor: DIBENS LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL****Advogados: RAFAEL DOS SANTOS BERNUDES (OAB 7872)****Réus: ARNALDO BARBOSA FERREIRA**

...Assim sendo, considerando os termos do art. 284, parágrafo único do CPC, intime-se pessoalmente a parte Requerente, via AR, bem como também seus advogados, via DJE, para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, primeiro, no que tange a juntada dos documentos necessários à propositura da presente ação, em especial, o contrato e a prova da mora (comprovante da notificação da mora), via notificação extrajudicial ou protesto, expedida por um Cartório de Títulos local e não por Comarca diversa daquela que reside o devedor, segundo, no que se refere ao valor dado à causa, in casu, majorando o referido valor com base no valor total do bem a que se refere, ao valor total do contrato e ou vantagem econômica que almeja em juízo (valor total devido), assim, completando e pagando as custas judiciais, sob pena de indeferimento da inicial, com a consequente extinção do processo sem resolução de mérito. Publique-se. Intime-se. São Luís - MA, 26 Julho de 2011 JOSÉ RIBAMAR GOULART HELUY JÚNIORJuiz de Direito em exercício na 7ª Vara Cível

Decisão**Processo nº 0009718-19.2010.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA****Autor: BANCO FINASA BMC S/A****Advogados: ALLAN RODRIGUES FERREIRA (OAB 7248)****Réus: PPG DISTRIBUICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS E VARIEDADES LTDA**

..Assim sendo, analisando os autos e, considerando os termos do art. 284, parágrafo único do CPC, intime-se pessoalmente a parte Requerente, via AR, bem como também seus advogados, via DJE, para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, primeiro, no que tange a juntada dos documentos necessários à propositura da presente ação, em especial, o contrato e a prova da mora (comprovante da notificação da mora), via notificação extrajudicial ou protesto, expedida por cartório local e não por Comarca diversa daquela que reside o devedor, segundo, no que se refere ao valor dado à causa, in casu, majorando o referido valor com base no valor total do bem (valor do contrato do veículo) ou valor dado à causa, assim, completando e pagando as custas judiciais, sob pena de indeferimento da inicial, com a consequente extinção do processo sem resolução de mérito. Também, intime-se, a parte Requerente, por seus Advogados via DJE, para se manifestar sobre a Certidão de fl. 21, dando prosseguimento ao feito, com informações precisas nos autos, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção, conforme preceitua o art. 267, inciso III do CPC. Publique-se. Intime-se. São Luís- MA, 25 de Julho de 2011JOSÉ RIBAMAR GOULART HELUY JÚNIOR Juiz de Direito em exercício na 7ª Vara Cível

Decisão**Processo nº 0015255-93.2010.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA****Autor: HSBC BANK BRASIL S.A - BANCO MULTIPLO****Advogados: PAULO HENRIQUE FERREIRA (OAB 894B)****Réus: JOSE PLACIDO FONSECA SILVA**

...Assim sendo, considerando os termos do art. 284, parágrafo único do CPC, intime-se a parte Requerente (Banco) e seus Advogados, via DJE, para no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, no que tange a juntada dos documentos necessários à propositura da presente ação, em especial, o contrato e a prova da mora (comprovante da notificação da mora), via notificação extrajudicial ou protesto, expedida por cartório local e não por Comarca diversa daquela que reside o devedor, sob pena de indeferimento da inicial, com a consequente extinção do processo sem resolução de mérito. Também, intime-se, a parte Requerente, por seus Advogados via DJE, para se manifestar sobre a Certidão de fl. 20, dando prosseguimento ao feito, com informações precisas nos autos, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção, conforme preceitua o art. 267, inciso III do CPC. Publique-se. Intime-se. São Luís- MA, 25 de Julho de 2011JOSÉ RIBAMAR GOULART HELUY JÚNIOR Juiz de Direito em exercício na 7ª Vara Cível

Decisão**Processo nº 0017969-26.2010.8.10.0001****Ação: PROCESSO CAUTELAR | BUSCA E APREENSÃO****Autor: HSBC BANK BRASIL S.A - BANCO MULTIPLO****Advogados: PAULO HENRIQUE FERREIRA (OAB 894B)****Réus: CESARIO GREGORIO CAMPOS**

...Assim sendo, considerando os termos do art. 284, parágrafo único do CPC, intime-se a parte Requerente (Banco) e seus Advogados, via DJE, para no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, no que tange a juntada dos documentos necessários à propositura da presente ação, em especial, o contrato e a prova da mora (comprovante da notificação da mora), via notificação extrajudicial ou protesto, expedida por cartório local e não por Comarca diversa daquela que reside o devedor, sob pena de indeferimento da inicial, com a consequente extinção do processo sem resolução de mérito. Também, intime-se, a parte Requerente, por seus Advogados via DJE, para se manifestar sobre a Certidão de fl. 25, dando prosseguimento ao feito, com informações precisas nos autos, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção, conforme preceitua o art. 267, inciso III do CPC. Publique-se. Intime-se. São Luís- MA, 25 de Julho de 2011JOSÉ RIBAMAR GOULART HELUY JÚNIOR Juiz de Direito em exercício na 7ª Vara Cível

Decisão

Processo nº 0019481-44.2010.8.10.0001**Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA | REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE****Autor: SAFRA LEASING S/A-ARRENDAMENTO MERCANTIL****Advogados: RAFAEL DOS SANTOS BERMUDES (OAB 7872)****Réus: REJANE SANTOS ALMEIDA**

... Assim sendo, considerando os termos do art. 284, parágrafo único do CPC, intime-se pessoalmente a parte Requerente, via AR, bem como também seus advogados, via DJE, para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, no que tange a juntada dos documentos necessários à propositura da presente ação, em especial, o contrato e a prova da mora (comprovante da notificação da mora), via notificação extrajudicial ou protesto, expedida por cartório local e não por Comarca diversa daquela que reside a devedora, ou mesmo expedida por um escritório de advocacia entregue por escritório de advocacia no endereço do devedor e por este própria assinada, sob pena de indeferimento da inicial, com a consequente extinção do processo sem resolução de mérito. Publique-se. Intime-se. São Luís - MA, 21 de Julho de 2011 JOSÉ RIBAMAR GOULART HELUY JÚNIOR Juiz de Direito em exercício na 7ª Vara Cível

Decisão**Processo nº 0028271-17.2010.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA****Autor: BANCO FINASA S/A****Advogados: RAFAEL DOS SANTOS BERMUDES (OAB 7872)****Réus: FRANCISCO MONTEIRO DA SILVA**

[...] Assim sendo, analisando os autos e, considerando os termos do art. 284, parágrafo único do CPC, intime-se pessoalmente a parte Requerente, via AR, bem como também seus advogados, via DJE, para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, primeiro, no que tange a juntada dos documentos necessários à propositura da presente ação, em especial, o contrato e a prova da mora (comprovante da notificação da mora), via notificação extrajudicial ou protesto, expedida por cartório local e não por Comarca diversa daquela que reside o devedor, segundo, no que se refere ao valor dado à causa, in casu, majorando o referido valor com base no valor total do bem (valor do contrato do veículo) ou valor dado à causa, assim, completando e pagando as custas judiciais, sob pena de indeferimento da inicial, com a consequente extinção do processo sem resolução de mérito. Também, intime-se, a parte Requerente, por seus Advogados via DJE, para se manifestar sobre a Certidão de fl. 31, dando prosseguimento ao feito, com informações precisas nos autos, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção, conforme preceitua o art. 267, inciso III do CPC. Publique-se. Intime-se. São Luís- MA, 25 de Julho de 2011 JOSÉ RIBAMAR GOULART HELUY JÚNIOR Juiz de Direito em exercício na 7ª Vara Cível

Decisão**Processo nº 0031014-97.2010.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA****Autor: BANCO FINASA BMC S/A****Advogados: RAFAEL DOS SANTOS BERMUDES (OAB 7872)****Réus: FRANCY GOIABEIRA DE MELO**

....Assim sendo, analisando os autos e, considerando os termos do art. 284, parágrafo único do CPC, intime-se pessoalmente a parte Requerente, via AR, bem como também seus advogados, via DJE, para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, primeiro, no que tange a juntada dos documentos necessários à propositura da presente ação, em especial, o contrato e a prova da mora (comprovante da notificação da mora), via notificação extrajudicial ou protesto, expedida por cartório local e não por Comarca diversa daquela que reside o devedor, segundo, no que se refere ao valor dado à causa, in casu, majorando o referido valor com base no valor total do bem (valor do contrato do veículo) ou valor dado à causa, assim, completando e pagando as custas judiciais, sob pena de indeferimento da inicial, com a consequente extinção do processo sem resolução de mérito. Também, intime-se, a parte Requerente, por seus Advogados via DJE, para se manifestar sobre a Certidão de fl. 24, dando prosseguimento ao feito, com informações precisas nos autos, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção, conforme preceitua o art. 267, inciso III do CPC. Publique-se. Intime-se. JOSÉ RIBAMAR GOULART HELUY JÚNIOR Juiz de Direito em exercício na 7ª Vara Cível

Decisão**Processo nº 0036556-33.2009.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA | REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE****Autor: BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO****Advogados: JOSE EXPEDITO BACELAR ALMEIDA FILHO (OAB 7384)****Réus: PEDRO JOAB MARINHO COELHO**

...Assim sendo, analisando os autos e, considerando os termos do art. 284, parágrafo único do CPC, intime-se pessoalmente a parte Requerente, via AR, bem como também seus advogados, via DJE, para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, primeiro, no que tange a juntada dos documentos necessários à propositura da presente ação, em especial, o contrato e a prova da mora (comprovante da notificação da mora), via notificação extrajudicial ou protesto, expedida por cartório local e não por Comarca diversa daquela que reside o devedor, segundo, no que se refere ao valor dado à causa, in casu, majorando o referido valor com base no valor total do bem (valor do contrato do veículo) ou valor dado à causa, assim, completando e pagando as custas judiciais, sob pena de indeferimento da inicial, com a consequente extinção do processo sem resolução de mérito. Também, intime-se, a parte Requerente, por seus Advogados via DJE, para se manifestar sobre a Certidão de fl. 23, dando prosseguimento ao feito, com informações precisas nos autos, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção, conforme preceitua o art. 267, inciso III do CPC. Publique-se. Intime-se. São Luís- MA, 25 de Julho de 2011 JOSÉ RIBAMAR GOULART HELUY JÚNIOR Juiz de Direito em exercício na 7ª Vara Cível

Despacho**Processo nº 0002281-24.2010.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO**

Autor: MARIA DO CARMO PACHECO DE CARVALHO
Advogados: FRANCISCO JOSE PACHECO DE CARVALHO (OAB 9382)
Réus: CAMED - CAIXA DE ASSISTENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL
Advogados: ANASTACIO JORGE MATOS DE SOUSA MARINHO (OAB 8502)

Vistos, etc. Compulsando os autos, verifico a existência de documentos que não se referem à presente demanda, razão pela qual determino que a Secretaria Judicial promova o desentranhamento das folhas 27/83 dos presentes autos para serem juntados ao processo de nº 3414-04.2010.8.10.0001 (3363/2010), com a posterior renumeração de ambos. Em que pese o pleito da parte autora pelo julgamento antecipado da lide, observa-se que a requerida, em sede de contestação, protestou provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos. Assim, há que ser oportunizada a especificação de provas por parte da Requerida. Contudo, uma vez que as circunstâncias da causa evidenciam ser improvável a obtenção de conciliação, deixo de designar Audiência Preliminar e, nos termos do artigo 331, §3º do CPC, determino que se proceda à intimação da requerida para, querendo, particularizar as provas que ainda pretende produzir ou informar a este Juízo quanto a desnecessidade de sua realização, tudo no prazo de 10 dias. Por derradeiro, observa-se que não há questões preliminares a serem analisadas. Processo em ordem, partes legítimas e bem representadas, não havendo nenhuma irregularidade. Declaro saneado o presente feito. Intimem-se as partes. Cópia do presente despacho servirá como instrumento de mandado. Cumpra-se. São Luís/MA, 17 de maio de 2011. Eugênia de Azevedo Neves Juíza de Direito Auxiliar

Despacho

Processo nº 0003064-17.1990.8.10.0001
Ação: INDENIZACAO SIMPLES
Autor: LUIS PESSOA CARVALHO e LUNDGREN IRMAOS - CASAS PERNAMBUCANAS
Advogados: ITALO GUSTAVO E SILVA LEITE (OAB 7620) e POMPILO DE ALBUQUERQUE (OAB 242)
Réus: LUNDGREN IRMÃOS - CASAS PERNAMBUCANAS

Intime-se o Advogado do autor, por publicação, para se manifestar sobre a petição de fls. 144, como já determinado às fls. 147. Publique-se. São Luís, 31 de outubro de 2011. JOSÉ RIBAMAR GOULART HELUY JÚNIOR Juiz de Direito respondendo pela 7ª Vara Cível

Despacho

Processo nº 0003414-04.2010.8.10.0001
Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
Autor: MARIA DO CARMO PACHECO DE CARVALHO
Advogados: FRANCISCO JOSE PACHECO DE CARVALHO (OAB 9382)
Réus: CAMED - CAIXA DE ASSISTENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL
Advogados: ANASTACIO JORGE MATOS DE SOUSA MARINHO (OAB 8502)

Vistos, etc. Atendendo à petição de fls. 27/38, determino que a Secretaria Judicial promova o desentranhamento das folhas 27/83 do processo de nº 2233/2010 para serem juntados ao processo de nº 3414-04.2010.8.10.0001 (3363/2010), com a posterior renumeração de ambos os autos. Em que pese o pleito da parte autora pelo julgamento antecipado da lide, observa-se que a requerida, em sede de contestação, protestou provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos. Assim, há que ser oportunizada a especificação de provas por parte da Requerida. Contudo, uma vez que as circunstâncias da causa evidenciam ser improvável a obtenção de conciliação, deixo de designar Audiência Preliminar e, nos termos do artigo 331, §3º do CPC, determino que se proceda à intimação da requerida para, querendo, particularizar as provas que ainda pretende produzir ou informar a este Juízo quanto a desnecessidade de sua realização, tudo no prazo de 10 dias. Por derradeiro, observa-se que não há questões preliminares a serem analisadas. Processo em ordem, partes legítimas e bem representadas, não havendo nenhuma irregularidade. Declaro saneado o presente feito. Intimem-se as partes. Cópia do presente despacho servirá como instrumento de mandado. Cumpra-se. São Luís/MA, 17 de maio de 2011. Eugênia de Azevedo Neves Juíza de Direito Auxiliar

Despacho

Processo nº 0003767-20.2005.8.10.0001
Ação: EMBARGOS A EXECUCAO
Autor: BELKISS CLAUDINO DE OLIVEIRA
Advogados: LUCIANA SILVA DE CARVALHO (OAB 8027) e SERGIO ROBERTO ARANHA PINHEIRO (OAB 7554)
Réus: FORD LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL
Advogados: JOSE LUIS DA SILVA SANTANA (OAB 4562)

Defiro o pedido de fls. 134/135, intime-se pessoalmente a parte Requerida/ora executada e fiel depositária do veículo, por Oficial de Justiça, para entregar no prazo de 05 (cinco) dias, à parte Requerente o veículo informado na presente demanda, cumprindo-se a determinação judicial, sob pena de ser usado para tanto força policial. Em atenção ao princípio da economia processual, cópia do presente despacho servirá como instrumento de mandado/carta de citação. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. São Luís - MA, 10 de Outubro de 2011. Dr. Luiz Gonzaga Almeida Filho Juiz de Direito respondendo pela 7ª Vara Civil

Despacho

Processo nº 0004939-75.1997.8.10.0001
Ação: ACAO DE INDENIZACAO POR ACIDENTE DE VEICULO
Autor: VIACAO PRIMOR LTDA
Advogados: CLELIA MAIZA MEDEIROS OLIVEIRA (OAB 3833) e LARISSA ABDALLA BRITTO FIALHO (OAB 4282)
Réus: MARIA CELIA CASTELO BRANCO RABELO
Advogados: SONIA MARIA FERREIRA (OAB 6705)

I - Verificando o erro material da decisão, este apontado às fls. 112-113 e, podendo o mesmo ser corrigido de ofício a qualquer tempo, defiro o pedido e determino a expedição do respectivo Alvará Judicial na forma requerida; II - Publique-se. Cumpra-se. São Luís - MA, 22 de Julho de 2011 JOSÉ RIBAMAR GOULART HELUY JÚNIOR Juiz de Direito em exercício na 7ª Vara Cível

Despacho

Processo nº 0012000-98.2008.8.10.0001**Ação: ACAO DE REPARACAO DE DANO****Autor: ANA CELIA RODRIGUES RIBEIRO e CONDOMINIO DO EDIFICIO RESIDENCIAL PUNTA DEL ESTE e VARLENE DA SILVA MELO****Advogados: HERCYLA SARAH MAIA (OAB 4709)****Réus: MOCELIN ENGENHARIA E CONSTRUÇOES LTDA****Advogados: RICARDO SAUAIA MARÃO (OAB 7691) e WALNEY ABREU OLIVEIRA (OAB 4378)**

Após uma leitura atenta dos autos percebi ser necessária a prova pericial, mesmo porque os laudos de vistorias técnicas juntados à inicial, por terem sido produzidos unilateralmente, não têm força jurídica para o deslinde da causa. Assim, nomeio Perito do Juízo, independentemente de termo de compromisso, o Dr. ANTONIO JOSÉ IBIAPINA MENDONÇA, Eng. Civil, CREA 0549/D-Ma., Residente e domiciliado nesta cidade à Rua dos Botos, Q. 18, casa 32, Calhau, devendo o mesmo ser intimado para que no prazo de 24 horas diga se aceita o encargo. Caso positivo, que diga qual o valor dos seus honorários. Vinda essa resposta aos autos, intimem-se as partes para depositar em cartório, rateados entre elas, 50% do valor cobrado pelo expert, sendo que a outra metade será paga quando da entrega da perícia, uma vez que ambas as partes requereram essa prova. Por economia processual, faculto às partes, dentro do prazo de 05 (cinco) dias a partir do pagamento acima mencionado, a indicação de Assistentes Técnicos e a apresentação de quesitos. Os Assistentes Técnicos oferecerão seus pareceres no prazo comum de 10 (dez) dias após a apresentação do laudo do Perito oficial, independentemente de intimação. Oportunamente deliberarei sobre a audiência de instrução e julgamento. Intimem-se. São Luís, 25 de maio de 2009. Dr. Luis Carlos Nunes Freire, Juiz de Direito

Despacho**Processo nº 0012000-98.2008.8.10.0001****Ação: ACAO DE REPARACAO DE DANO****Autor: ANA CELIA RODRIGUES RIBEIRO e CONDOMINIO DO EDIFICIO RESIDENCIAL PUNTA DEL ESTE e VARLENE DA SILVA MELO****Advogados: HERCYLA SARAH MAIA (OAB 4709)****Réus: MOCELIN ENGENHARIA E CONSTRUÇOES LTDA****Advogados: RICARDO SAUAIA MARÃO (OAB 7691) e WALNEY ABREU OLIVEIRA (OAB 4378)**

Dando prosseguimento ao feito, determino a intimação pessoal do Perito que fora nomeado nestes autos, para se manifestar acerca do pagamento de seus honorários, estes pagos pelos Requerentes, conforme consta do depósito judicial de **fls. 817-818**, assim, requerendo o que achar necessário. Em atenção ao princípio da economia processual, cópia do presente despacho servirá como instrumento de mandado/carta citação. Intime-se. Cumpra-se. São Luís-MA, 21 de Junho de 2011. Osmar Gomes dos Santos, Juiz de Direito Auxiliar resp. pela 7ª. Vara Cível

Despacho**Processo nº 0021802-62.2004.8.10.0001****Ação: OBRIGACAO DE FAZER****Autor: ANA NERY CHIDIAK REIS ARAGAO****Advogados: DIVANA SOUSA (OAB 4599)****Réus: ABN AMRO BANK AYMORE FINANCIAMENTOS e BANCO ABN AMRO REAL S/A e CASA FACIL e TODESCHINI S/A INDUSTRIA E COMERCIO****Advogados: IURI BRAGA MONTEIRO (OAB 4978) e JURANDIR RIBEIRO SILVA (OAB 8329) e MARCELO PONTE FERREIRA DE SOUZA (OAB 7504) e NEY BATISTA LEITE FERNANDES (OAB 5983)**

I - Como requer, defiro o pedido de 168, determinando para garantia do juízo, o deferimento dos bens indicados às fls. 139 e discriminados às fls. 142, bem como reconheço a legitimidade dos Bancos Requeridos para figurarem no pólo passivo da presente demanda e ainda do acordo realizado e informado nos autos às fls. 130/131; II - Determino a intimação da Requerente e dos Requeridos - Banco ABN - AMRO REAL e ABN - Amro Aymoré Financiamentos, por seus Advogados via, DJE, para se manifestarem nos autos, no prazo de 10 (dez) dias, dando prosseguimento ao feito, requerendo o que achar necessário; III - Também, determino à Secretaria deste juízo para organizar a capa dos autos, inserindo as partes Requerente e Requeridos, bem como seus Advogados. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. São Luís-MA, 22 de Julho de 2011. José Ribamar Goulart Heluy Júnior, Juiz de Direito em exercício pela 7ª Vara Cível

Despacho**Processo nº 0037395-87.2011.8.10.0001****Ação: PROCESSO DE EXECUÇÃO | EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL****Autor: JOSE RIBAMAR OLIVEIRA FERREIRA****Advogados: JOSE RIBAMAR OLIVEIRA FERREIRA (OAB 2708)****Réus: OSMAR FERREIRA DE OLIVEIRA**

Cite-se a parte Executada para, no prazo de 03 (três) dias, pagar a importância exequenda, consignando-se no mandado que, não efetuado o pagamento, o oficial de justiça poderá proceder de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, a devedora, tudo a teor das disposições do artigo 652, do CPC, com a redação que lhe conferiu a Lei n.º 11.382, de 06.12.2006. Consigne-se no mandado, ainda, que, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, poderão as partes Executadas oferecerem embargos, independentemente de garantia do Juízo (artigos 738 e 736 do CPC). Fixo, de logo, os honorários advocatícios do presente feito em 15% (quinze por cento) sobre o total do valor exequendo (art. 652-A, do CPC), devendo a Executada ser advertida de que, efetuado o pagamento integral dentro do prazo acima estipulado, referida verba será reduzida pela metade (§ único, do mesmo artigo 652-A). Em atenção ao princípio da economia processual, cópia do presente despacho servirá como instrumento de mandado/carta de citação. Publique-se. São Luís-MA, 05 de Setembro de 2011. Dr. Luiz Gonzaga Almeida Filho, Juiz de Direito respondendo na 7ª Vara Cível.

Despacho**Processo nº 0037517-03.2011.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**

Autor: PANAMERICANO S/A**Advogados: ALAN FERREIRA DE SOUZA (OAB 21801)****Réus: MARIA DO SOCORRO DA ROCHA SANTOS**

...Assim sendo, considerando os termos do art. 284, parágrafo único do CPC, intime-se pessoalmente a parte Requerente, via AR, bem como também seus advogados, via DJE, para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, no que tange a juntada dos documentos necessários à propositura da presente ação, em especial, o contrato e a prova da mora (comprovante da notificação da mora), via notificação extrajudicial ou protesto, expedida por um Cartório de Títulos local e não por Comarca diversa daquela que reside o devedor, ou mesmo expedida por um Escritório de Advocacia e ou entregue por escritório de advocacia no endereço do devedor e por este própria assinada, sob pena de indeferimento da inicial, com a consequente extinção do processo sem resolução de mérito. Publique-se. Intime-se. São Luís - MA, 14 de Setembro de 2011. Dr. LUIZ GONZAGA ALMEIDA FILHO Juiz de Direito respondendo na 7ª Vara Cível

Despacho**Processo nº 0042587-35.2010.8.10.0001****Ação: EMBARGOS | EMBARGOS À EXECUÇÃO****Autor: ROMULO MARTINS FRANCA****Advogados: RODRIGO ANTONIO GRESPAN (OAB 8393A)****Réus: PLANTA COMERCIO E ENGENHARIA LTDA**

Recebo os embargos para discussão. Atento à circunstância de que a execução ainda não se encontra garantida por penhora, deixo de atribuir-lhe efeito suspensivo (CPC, artigo 739-A, inciso I). Certifique-se nos autos principais e apensem-se. Cite-se a parte Embargada para Contestar, querendo, em 15 (quinze) dias (CPC, artigo 740), consignando-se que, não sendo contestado o pedido, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos alegados pelo embargante (CPC, artigos 285 e 319). A citação será feita na pessoa do advogado da parte embargada. Intime-se. São Luís-MA, 23 de Março de 2011. JOSÉ RIBAMAR GOULART HELUY JÚNIOR, Juiz de Direito em exercício na 7ª Vara Cível

Oitava Vara Cível do Fórum Des. Sarney Costa**JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL, COMÉRCIO E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE SÃO LUIS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO.****8ª SECRETARIA CÍVEL****JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL: DR. LUIZ GONZAGA ALMEIDA FILHO****PROMOTORA DE JUSTIÇA: MÁRCIA LIMA BUHATEM****SECRETÁRIA JUDICIAL: ANNA CAROLINA PINHEIRO VALE****OFÍCIO Nº. 235/2011****01) AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA****PROCESSO Nº. 1860-73.2006.8.10.0001****AUTOR: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A.****ADVOGADO: LUCIANO COSTA NOGUEIRA****RÉU: SHALOM S/A. INDÚSTRIA MADEIREIRA****ADVOGADO: FÁBIO FERNANDO ROSA CASTELO BRANCO E OUTROS****DESPACHO DE FLS. 178**

Que a parte vitoriosa, no prazo de 10 dias, promova a execução do julgado, instruindo o pedido com a memória de cálculo (art. 475-B do CPC), se for o caso. Publique-se. DR. TYRONE JOSÉ SILVA, JUIZ DE DIREITO RESP. PELA 8ª VARA CÍVEL.

02) AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE**PROCESSO Nº. 16084-45.2008.8.10.0001****AUTOR: DIBENS LEASING S/A. ARRENDAMENTO MERCANTIL****ADVOGADO: MARLON ALEX SILVA MARTINS, LUCIANA CHRISTINA RIBEIRO BARBOSA****RÉU: CLEONICE DA SILVA CORREA CARVALHO****DESPACHO DE FLS. 72**

Recebo nos dois efeitos a apelação. Não havendo nos autos representante judicial da parte apelada para contra-arrazoar, determino a remessa do processo ao Eg. Tribunal de Justiça para apreciação do recurso. São Luís, 16/10/2011. DR. TYRONE JOSÉ SILVA, JUIZ DE DIREITO RESP. PELA 8ª VARA CÍVEL.

03) AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO**PROCESSO Nº. 15725-90.2011.8.10.0001****AUTOR: ANASTÁCIA PEREIRA MARQUES****ADVOGADO: HENRY WALL GOMES FREITAS, DORIANA RODRIGUES COSTA LOPES****RÉU: BANCO PANAMERICANO S/A.****ADVOGADO: GILVAN MELO DE SOUSA****DESPACHO DE FLS. 128**

Recebo a apelação em seus legais efeitos. Vistas ao(s) apelado(s) para responder(em). DR. TYRONE JOSÉ SILVA, JUIZ DE DIREITO RESP. PELA 8ª VARA CÍVEL.

04) AÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIRO**PROCESSO Nº. 45062-27.2011.8.10.0001 ANEXO Nº. 32099-84.2011.8.10.0001****EMBARGANTE: ATLANTIS COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA.****ADVOGADO: ALBERTO FROZ DUARTE****EMBARGADO: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A.****ADVOGADO: EDMAR DE OLIVEIRA NABARRO****DESPACHO DE FLS. 20**

Recebo os embargos. Apense-se aos autos principais, que ficam suspensos, e intime-se a parte embargada para requerer em 10 dias. Publique-se. DR. TYRONE JOSÉ SILVA, JUIZ DE DIREITO RESP. PELA 8ª VARA CÍVEL.

05) AÇÃO DE EXECUÇÃO DO BRASIL S/A.**PROCESSO Nº. 11752-16.2000.8.10.0001****EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL S/A.****ADVOGADO: JOSÉ RIBAMAR CARDOSO FILHO****EXECUTADO: M. S. DOS REIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO e seu avalista JOSÉ ANTENOR PINHEIRO DOS REIS****DESPACHO DE FLS. 85**

Recebo nos dois efeitos a apelação. Não havendo nos autos representante judicial da parte apelada para contra-arrazoar, determino a remessa do processo ao Eg. Tribunal de Justiça para apreciação do recurso. São Luís, 26/10/2011. DR. TYRONE JOSÉ SILVA, JUIZ DE DIREITO RESP. PELA 8ª VARA CÍVEL.

06) AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE NASCIMENTO**PROCESSO Nº. 44895-10.2011.8.10.0001****AUTOR: RONILSON DE JESUS COSTA****ADVOGADO: ADRIANO SANTOS ARAÚJO****DESPACHO DE FLS. 11**

Sobre o parecer do órgão ministerial, diga a parte requerente Mem 10 dias. Publique-se. DR. TYRONE JOSÉ SILVA, JUIZ DE DIREITO RESP. PELA 8ª VARA CÍVEL.

07) AÇÃO DE DESPEJO**PROCESSO Nº. 5026-11.2009.8.10.0001****AUTOR: JOSÉ RODRIGUES NOGUEIRA****ADVOGADO: RICARDO TADEU BUGARIN DUAILIBE****RÉU: LOTERIA CANTINHO DA SORTE LTDA.****ADVOGADO: ADALBERTO FLÁVIO ARAÚJO DA SILVEIRA LEITE, JORGE LUÍS HAIDAR EWERTON****DESPACHO DE FLS. 175**

Recebo a apelação, com efeito somente devolutivo (art. 58, V, da Lei nº. 8.245/1991). Intime-se a apelada para responder, no prazo da lei. Publique-se. São Luís – MA, 03/11/2011. DR. TYRONE JOSÉ SILVA, JUIZ DE DIREITO RESP. PELA 8ª VARA CÍVEL.

08) AÇÃO MONITÓRIA**PROCESSO Nº. 14852-76.2000.8.10.0001****AUTOR: CEUMA – ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR****ADVOGADO: MIRELLA PARADA MARTINS****RÉU: MARIA BENEDITA SANTOS BARROS****DESPACHO DE FLS. 120**

Diga a parte autora em 10 dias. Publique-se. São Luís – MA, 31/10/2011. DR. TYRONE JOSÉ SILVA, JUIZ DE DIREITO RESP. PELA 8ª VARA CÍVEL.

09) AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA**PROCESSO Nº. 47824-16.2011.8.10.0001 ANEXO Nº. 21575-28.2011.8.10.0001****IMPUGNANTE: AYMORÉ C. F. I. S/A.****ADVOGADO: HOSANA CRISTINA FERNANDES****IMPUGNADO: ROSILENE GAMA FERREIRA****ADVOGADO: DORANIA RODRIGUES COSTA LOPES****DESPACHO DE FLS. 08**

Apense-se ao processo principal. Sobre a impugnação ao valor da causa, diga a parte impugnada em 05 dias. São Luís, 26 de outubro de 2011. DR. TYRONE JOSÉ SILVA, JUIZ DE DIREITO RESP. PELA 8ª VARA CÍVEL.

10) AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE DE VEÍCULO**PROCESSO Nº. 11696-36.2007.8.10.0001****AUTOR: BRUNNA DO NASCIMENTO OLIVEIRA****ADVOGADO: LUCIANA MACEDO GUTERRES, VALÉRIA CRISTINA REGINO FERREIRA****RÉU: BRADESCO SEGUROS S/A.****ADVOGADO: ADAIAH MARTINS RODRIGUES NETO, RHELMSON ATHAYDE ROCHA****DESPACHO DE FLS. 282**

Defiro o pedido para determinar que seja intimada a parte devedora, através de seu representante judicial, para, no prazo de 15 dias, pagar o montante da dívida no valor de R\$ 36.990,17, pena de ser acrescido de 10% na forma prevista no art. 475-J, do CPC. Publique-se. São Luís, 31 de outubro de 2011. DR. TYRONE JOSÉ SILVA, JUIZ DE DIREITO RESP. PELA 8ª VARA CÍVEL.

11) AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE**PROCESSO Nº. 13464-26.2009.8.10.0001****AUTOR: BFB LEASING S/A. ARRENDAMENTO MERCANTIL****ADVOGADO: RAFAEL DOS SANTOS BERMUDEZ****RÉU: LUÍS PAULO BITENCOURT PINTO****DESPACHO DE FLS. 93**

Recebo nos dois efeitos a apelação. Não havendo nos autos representante judicial da parte apelada para contra-arrazoar, determino a remessa do processo ao Eg. Tribunal de Justiça para apreciação do recurso. São Luís, 31 de outubro de 2011. DR. TYRONE JOSÉ SILVA, JUIZ DE DIREITO RESP. PELA 8ª VARA CÍVEL.

12) AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL**PROCESSO Nº. 44451-74.2011.8.10.0001****AUTOR: LAMARTIN MARTINS SILVA DA SILVA LEITE****ADVOGADO: RAFAELLA CARDOSO ALMADA LIMA****DESPACHO DE FLS. 15**

Sobre o parecer do órgão ministerial, diga a parte requerente Mem 10 dias. Publique-se. São Luís, 31 de outubro de 2011. DR. TYRONE JOSÉ SILVA, JUIZ DE DIREITO RESP. PELA 8ª VARA CÍVEL.

13) AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE**PROCESSO Nº. 17632-03.2011.8.10.0001****AUTOR: VOLKSWAGEN LEASING S/A. ARRENDAMENTO MERCANTIL****ADVOGADO: LUCIANA CHRISTINA RIBEIRO BARBOSA****RÉU: CONCREMAR INDÚSTRIA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.****ADVOGADO: LOURIVAL GODINHO DA SILVA JÚNIOR****DESPACHO DE FLS. 187**

Recebo a apelação no efeito devolutivo. Vistas ao(s) apelado(s) para responder(em). Publique-se. São Luís, 31 de outubro de 2011. DR. TYRONE JOSÉ SILVA, JUIZ DE DIREITO RESP. PELA 8ª VARA CÍVEL.

14) AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO**PROCESSO Nº. 14709-04.2011.8.10.0001****CONSIGNANTE: RAIMUNDO ANTÔNIO FEQUES RIBEIRO****ADVOGADO: DIOGO DUAILIBE FURTADO, JORGE DAVID SILVA FRAZÃO****CONSIGNADO: BANCO AYMORÉ C. F. I. S/A.****ADVOGADO: JULIANA ARAÚJO ALMEIDA AYOUB E OUTROS****DESPACHO DE FLS. 136**

Recebo a apelação no efeito devolutivo. Vistas ao(s) apelado(s) para responder(em). Publique-se. São Luís, 31 de outubro de 2011. DR. TYRONE JOSÉ SILVA, JUIZ DE DIREITO RESP. PELA 8ª VARA CÍVEL.

15) AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO**PROCESSO Nº. 8533-09.2011.8.10.0001****AUTOR: WILSON PEREIRA RODRIGUES****ADVOGADO: DIOGO DUAILIBE FURTADO, JORGE DAVID DA SILVA FRAZÃO****RÉU: BANCO ITAÚ-UNIBANCO S/A.****ADVOGADO: INDIRA MELO MOTA, ERISÂNGELA ARAÚJO TRAVASSOS****DESPACHO DE FLS. 184**

Recebo a apelação no efeito devolutivo. Vistas ao(s) apelado(s) para responder(em). Publique-se. São Luís, 26 de outubro de 2011. DR. TYRONE JOSÉ SILVA, JUIZ DE DIREITO RESP. PELA 8ª VARA CÍVEL.

16) AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO**PROCESSO Nº. 19030-82.2011.8.10.0001****AUTOR: RAIMUNDO COSTA GOMES****ADVOGADO: JOSÉ WILSON CARDOSO DINIZ, ELCI WEBER ABADDY E OUTROS****RÉU: BANCO BRADESCO S/A. - FINASA****ADVOGADO: LUCIANA CHRISTINA RIBEIRO BARBOSA****DESPACHO DE FLS. 121**

Recebo a apelação no efeito devolutivo. Vistas ao(s) apelado(s) para responder(em). Publique-se. São Luís, 31 de outubro de 2011. DR. TYRONE JOSÉ SILVA, JUIZ DE DIREITO RESP. PELA 8ª VARA CÍVEL.

17) AÇÃO ORDINÁRIA DE INDENIZAÇÃO POR SERVIÇÃO DE PASSAGEM PERMANENTE**PROCESSO Nº. 38244-30.2009.8.10.0001****AUTOR: ADNAY BATALHA SOUZA****ADVOGADO: ISAAC RIBEIRO SILVA****RÉU: CEMAR – CIA. ENERGÉTICA DO MARANHÃO****ADVOGADO: MARCO ANTÔNIO COELHO LARA, ANTÔNIO NERY DA SILVA JÚNIOR****DESPACHO DE FLS. 151**

Recebo as apelações em seus legais efeitos. Vistas ao(s) apelado(s) para responder(em). Publique-se. São Luís, 31 de outubro de 2011. DR. TYRONE JOSÉ SILVA, JUIZ DE DIREITO RESP. PELA 8ª VARA CÍVEL.

18) AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO**PROCESSO Nº. 10890-98.2007.8.10.0001****AUTOR: BANCO DIBENS S/A.****ADVOGADO: RAFAEL DOS SANTOS BERMUDEZ****RÉU: NELSON SOARES JÚNIOR****ADVOGADO: ANTÔNIO PACHECO GUERREIRO NETO****DESPACHO DE FLS. 156**

Diga a parte autora em 10 dias. Publique-se. São Luís, 31 de outubro de 2011. DR. TYRONE JOSÉ SILVA, JUIZ DE DIREITO RESP. PELA 8ª VARA CÍVEL.

19) AÇÃO MONITÓRIA**PROCESSO Nº. 12444-44.2002.8.10.0001****AUTOR: CEUMA – ASSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR****ADVOGADO: MIRELLA PARADA MARTINS****RÉU: DANIELO BOUERES VIANA****DESPACHO DE FLS. 152**

Recebo nos dois efeitos a apelação. Não havendo nos autos representante judicial da parte apelada para contra-arrazoar, determino a remessa do processo ao Eg. Tribunal de Justiça para apreciação do recurso. São Luís, 31 de outubro de 2011. DR. TYRONE JOSÉ SILVA, JUIZ DE DIREITO RESP. PELA 8ª VARA CÍVEL.

20) AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL BANCÁRIA**PROCESSO Nº. 19150-28.2011.8.10.0001**

AUTOR: JOSÉ EDUARDO DE SOUZA

ADVOGADO: CAROLINA MORAES MOREIRA DE SOUZA, FELIPE VIDIGAL CANTANHEDE, FÁBIO AUGUSTO VIDIGAL CANTANHEDE

RÉU: BANCO SAFRA S/A.

ADVOGADO: SAÍLE AZEVEDO DA CRUZ

DESPACHO DE FLS. 141

Recebo a apelação em seus legais efeitos. Vistas ao(s) apelado(s) para responder(em). Publique-se. São Luís, 31 de outubro de 2011. DR. TYRONE JOSÉ SILVA, JUIZ DE DIREITO RESP. PELA 8ª VARA CÍVEL.

21) AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL BANCÁRIA

PROCESSO Nº. 21047-91.2011.8.10.0001

AUTOR: BARTOLOMEU MAGNO DA SILVA

ADVOGADO: CAROLINA MORAES MOREIRA DE SOUZA, FELIPE VIDIGAL CANTANHEDE, FÁBIO AUGUSTO VIDIGAL CANTANHEDE

RÉU: JULIANA ARAÚJO ALMEIDA AYOUB

DESPACHO DE FLS. 124

Recebo a apelação em seus legais efeitos. Vistas ao(s) apelado(s) para responder(em). Publique-se. São Luís, 31 de outubro de 2011. DR. TYRONE JOSÉ SILVA, JUIZ DE DIREITO RESP. PELA 8ª VARA CÍVEL.

22) AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER

PROCESSO Nº. 29125-74.2011.8.10.0001

AUTOR: ANTÔNIO JOSÉ LOPES

ADVOGADO: FERNANDO JOSÉ ANDRADE SALDANHA

RÉU: BANCO BRANCRED S/A.

DESPACHO DE FLS. 63

Forneça o interessado, no prazo de 10 (dez) dias, novo endereço da parte. São Luís, 07 de novembro de 2011. DR. TYRONE JOSÉ SILVA, JUIZ DE DIREITO RESP. PELA 8ª VARA CÍVEL.

23) AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL

PROCESSO Nº. 38789-32.2011.8.10.0001

AUTOR: ELIOZEIA DE SOUZA BARROS

DEFENSOR PÚBLICO: FÁBIO MAGALHÃES PINTO

DESPACHO DE FLS. 16

Para a audiência de justificação prévia designo o dia 16/12/2011, às 09:20 horas, devendo a parte requerente comparecer acompanhada de seu advogado ou defensor público e de, pelo menos, duas testemunhas. Publique-se e intime-se. Ciência ao Ministério Público. São Luís, 05 de outubro 2011. DR. LUIZ GONZAGA ALMEIDA FILHO. Juiz de Direito da 8ª Vara Cível da Capital.

JUIZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL, COMÉRCIO E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE SÃO LUIS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO.

8ª SECRETARIA CÍVEL

JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL: DR. LUIZ GONZAGA ALMEIDA FILHO

PROMOTORA DE JUSTIÇA: MÁRCIA LIMA BUHATEM

SECRETÁRIA JUDICIAL: ANNA CAROLINA PINHEIRO VALE

OFÍCIO Nº. 234/2011

01) AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

PROCESSO Nº. 11150-44.2008.8.10.0001

AUTOR: CANOPUS CONSTRUÇÕES LTDA.

ADVOGADO: RICARDO TADEU BUGARIN DUAILIBE, BRUNO ARAÚJO DUAILIBE PINHEIRO

RÉU: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO TORRICELLI

ADVOGADO: MARCO ANTÔNIO COELHO LARA

SENTENÇA DE FLS. 1693

Havendo as partes chegado a um consenso, cujas bases estão na forma da lei, e sendo disponíveis os direitos em questão, homologo o acordo entre ambas realizando, e, por via de consequência, JULGO EXTINTO o processo com resolução de mérito na forma do artigo 269, III, do CPC. Indefiro a assistência judiciária requerida, uma vez que não foram satisfeitos os princípios atinentes a Lei nº 1.060/50. Custas judiciais remanescentes rateadas igualmente entre as partes. Em seguida, baixem-se na distribuição e arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 26 de outubro de 2011. DR. TYRONE JOSÉ SILVA, JUIZ DE DIREITO RESP. PELA 8ª VARA CÍVEL.

02) AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO

PROCESSO Nº. 31233-76.2011.8.10.0001 ANEXOS Nº. 31849-51.2011.8.10.0001, 31854-73.2011.8.10.0001

AUTOR: AYMORÉ C. F. I. S/A.

ADVOGADO: ALLAN RODRIGUES FERREIRA

RÉU: ANGÉLICA MARIA DA SILVA

ADVOGADO: DORÂNIA RODRIGUES COSTA LOPES, LIANA CARLA VIEIRA BARBOSA

SENTENÇA DE FLS. 117

Desta Feita, estando extinto o processo principal sem resolução de mérito, determino o arquivamento deste e de seus apensos de nºs. 31849-51.2011.8.10.001 (Exceção de Incompetência) e de nº. 31854-73.2011.8.10.0001 (Impugnação ao Valor da Causa), com baixa na distribuição, devendo ser expedido mandado para que a parte autora, no prazo de 48 horas, restitua à parte ré o bem apreendido. Condeno a parte autora a pagar as custas do processo e os honorários do advogado da parte ré, que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Publique-se e intime-se. São Luís, 24 de outubro de 2011. DR. TYRONE JOSÉ SILVA, JUIZ DE DIREITO RESP. PELA 8ª VARA CÍVEL.

03) AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO

PROCESSO Nº. 33812-31.2010.8.10.0001

AUTOR: BANCO SANTANDER BRASIL S/A.

ADVOGADO: RAFAEL DOS SANTOS BERMUDEZ

RÉU: VANESSA LÚCIA LINS ARAÚJO VIDIGAL

ADVOGADO: JOSE HERBERTO DIAS JUNIOR, PAULO CESAR A. M. VIDIGAL**SENTENÇA DE FLS. 82/83**

Isto posto, acolho a prova documental apresentada pelo réu, em julgo improcedente a Ação de Busca e Apreensão, para, confirmando o despacho de fls. 44, condenar o autor a devolver o veículo no estado que foi encontrado e os acessórios, bem como a pagar os honorários advocatícios de 10% do valor da causa. Custas como já recolhidas. P. R. I. São Luís, 11 de outubro de 2011. DR. LUIZ GONZAGA ALMEIDA FILHO, Juiz de Direito da 8ª Vara Cível da Capital.

04) AÇÃO MONITÓRIA**PROCESSO Nº. 16925-40.2008.8.10.0001****AUTOR: UNICEUMA – CENTRO UNIVERSITÁRIO DO MARANHÃO****ADVOGADO: ELVACI REBELO MATOS****RÉU: LUCILA DE JESUS SILVA DOS SANTOS****SENTENÇA DE FLS. 25**

Homologo por sentença, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência formulado pela parte autora à fl. 24. Em consequência julgo extinto o processo na forma da lei. Devolvam-se os documentos que instruíram a inicial. Baixem-se na distribuição e arquivem-se. Custas como já recolhidas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 26 de outubro de 2011. DR. TYRONE JOSÉ SILVA, JUIZ DE DIREITO RESP. PELA 8ª VARA CÍVEL.

05) AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS**PROCESSO Nº. 9464-12.2011.8.10.0001****AUTOR: RIO ANIL SHOPPING****ADVOGADO: SAULO GONZALEZ BOUCINHAS****RÉU: ROMMEL SILVA NUNES****SENTENÇA DE FLS. 54**

Vistos, etc. Homologo por sentença, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência formulado pela parte autora à fl. 53. Em consequência julgo extinto o processo na forma da lei. Devolvam-se os documentos que instruíram a inicial. Baixem-se na distribuição e arquivem-se. Custas como já recolhidas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís - MA, 26 de outubro de 2011. DR. TYRONE JOSÉ SILVA, JUIZ DE DIREITO RESP. PELA 8ª VARA CÍVEL.

06) AÇÃO ORDINÁRIA**PROCESSO Nº. 4030-42.2011.8.10.0001****AUTOR: FABIANO, FÁBIO E FABIANO ADVOGADOS ASSOCIADOS SS E STENYO VIANA MELO****ADVOGADO: FABIANO DE CRISTO CABRAL, FABIANO DE CRISTO CABRAL RODRIGUES JÚNIOR, STENYO VIANA MELO****RÉU: EUROMAR AUTOMÓVEIS E PEÇAS LTDA.****ADVOGADO: GLÁUCIO SANTOS COSTA****SENTENÇA DE FLS. 306/307**

(...) Havendo as partes chegado a um consenso, cujas bases estão na forma da lei, e sendo disponíveis os direitos em questão, homologo o acordo entre ambas realizando, e, por via de consequência, JULGO EXTINTO o processo com resolução de mérito na forma do artigo 269, III, do CPC. Indefero a assistência judiciária requerida, uma vez que não foram satisfeitos os princípios atinentes a Lei nº 1.060/50. Custas judiciais remanescentes rateadas igualmente entre as partes. Em seguida, baixem-se na distribuição e arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 26 de outubro de 2011. DR. TYRONE JOSÉ SILVA, JUIZ DE DIREITO RESP. PELA 8ª VARA CÍVEL.

Nona Vara Cível do Fórum Des. Sarney Costa**Processo Nº. 1064-43.2010.8.10.0001****Ação: Condenatória****Autor(es): JOÃO MAMEDE PIRES NETO****Advogado(a): Dr. Kleicy Luiz Reis e Silva****Réu(s): UNIMED SÃO LUIS - COOPERATIVA DE TRABALHO****Advogado(a): Dra. Valéria Lauande Carvalho Costa e outros.**

DESPACHO DE FL. 108 – Designo o dia 13 de dezembro de 2011, às 08:30 horas, para realização da audiência preliminar de conciliação (Art. 331, CPC), e serve este de CARTA DE INTIMAÇÃO das partes.

São Luís, 22 de Junho de 2011.

Drª Alice Prazeres Rodrigues, Juíza de Direito respondendo pela 9ª Vara Cível

Processo Nº. 34524-21.2010.8.10.0001**Ação: Condenatória****Autor(es): DOMINGAS DO ESPIRITO SANTOS BARBOSA DA SILVA****Advogado(a): Dr. Sebastião da Cruz Moreira****Réu(s): COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR****Advogado(a): Dra. Lucimary Galvão Leonardo**

DESPACHO DE FL. 73 – Designo o dia 13 de Dezembro de 2011, às 11:00 horas, para realização da audiência preliminar de conciliação (Art. 331, CPC), e serve este de CARTA DE INTIMAÇÃO das partes.

São Luís, 27 de Junho de 2011.

Drª Alice Prazeres Rodrigues, Juíza de Direito respondendo pela 9ª Vara Cível

Processo Nº. 42127-48.2010.8.10.0001**Ação: Condenatória****Autor(es): WILLIAM DE JESUS LOPES****Advogado(a): Dr. Paulo Roberto Almeida e outros.****Réu(s): METLIFE - METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA S/A****Advogado(a): Dra. Tânia Vainsencher**

DESPACHO DE FL. 341 – Designo o dia 13 de Dezembro de 2011, às 10:30 horas, para realização da audiência preliminar de conciliação (Art. 331, CPC), e serve este de CARTA DE INTIMAÇÃO das partes.

São Luís, 27 de Junho de 2011.

Drª Alice Prazeres Rodrigues, Juíza de Direito respondendo pela 9ª Vara Cível

Processo Nº. 9615-17.2007.8.10.0001Ação: **Acao de Reparacao de Dano**Autor(es): **RIO POTY HOTEL SAO LUIS LTDA**Advogado(a): **Dr. Silvio Augusto de Moura Fé**Réu(s): **PORTAL - COMÉRCIO DE ESQUADRIAS DE ALUMINIO LTDA**Advogado(a): **Dr. Anthony Boden**

DESPACHO DE FL. 119 – Marco o dia 13 de dezembro de 2011, às 09:00 horas, para realização da audiência em que será oportunizada a possibilidade de Conciliação das partes e, superada esta, Instrução do processo com a tomada de depoimento das partes e oitiva de testemunhas, cujo rol deverá ser apresentado, no prazo de até 10 (dez) dias antes da audiência. Serve este de CARTA DE INTIMAÇÃO das partes.

São Luís, 22 de Junho de 2011

Drª Alice Prazeres Rodrigues, Juíza de Direito respondendo pela 9ª Vara Cível

Processo Nº. 7776-83.2009.8.10.0001Ação: **Condenatória**Autor(es): **JOSENIRA MARIA ROCHA MORAES**Advogado(a): **Dr. Delza Pereira Gilberti**Réu(s): **JULIO CÉSAR SOUSA BUHATEM JÚNIOR**Advogado(a): **Dr. Wady Teixeira**Réu(s): **ANA CLÁUDIA DA SILVA CORDEIRO BUHATEM**Advogado(a): **Dr. Wady Teixeira**Réu(s): **FÁBIO HENRIQUE SOUSA BUHATEM**Advogado(a): **Dr. José Ribamar Serra**

DESPACHO DE FL. 97 – Designo o dia 13 de Dezembro de 2011, às 11:30 horas, para realização da audiência preliminar de conciliação (Art. 331, CPC), e serve este de CARTA DE INTIMAÇÃO das partes.

São Luís, 27 de Junho de 2011.

Drª Alice Prazeres Rodrigues, Juíza de Direito respondendo pela 9ª Vara Cível

Processo Nº. 12821-34.2010.8.10.0001Ação: **Condenatória**Autor(es): **HERBETH DE TÁSSIO NOGUEIRA E SILVA**Advogado(a): **Dra. Yádyá Carvalho Baquil**Réu(s): **TNL PCS S/A - OI**Advogado(a): **Dr. Ulisses César Martins de Sousa**

DESPACHO DE FL. 87 – Designo o dia 13 de dezembro de 2011, às 10:00 horas, para realização da audiência preliminar de conciliação (Art. 331, CPC), e serve este de CARTA DE INTIMAÇÃO das partes.

São Luís, 5 de Agosto de 2011.

Drª Alice Prazeres Rodrigues, Juíza de Direito respondendo pela 9ª Vara Cível

Processo Nº. 17666-80.2008.8.10.0001Ação: **Declaratória**Autor(es): **FRANCISCA DE HOLANDA LOPES**Advogado(a): **Dr. Sandro Silva de Souza**Réu(s): **CACIQUE PROMOTORA DE VENDAS LTDA**Advogado(a): **Dra. Joana D'arc S. Santiago Rabelo**

DESPACHO DE FL. 76 – Designo o dia 12 de dezembro de 2011, às 10:00 horas, para realização da audiência preliminar de conciliação (Art. 331, CPC), e serve este de CARTA DE INTIMAÇÃO das partes.

São Luís, 22 de Julho de 2011.

Drª Alice Prazeres Rodrigues, Juíza de Direito respondendo pela 9ª Vara Cível

Processo Nº. 9229-79.2010.8.10.0001Ação: **Condenatória**Autor(es): **CRISTIANO DE JESUS SOUSA PINHO**Advogado(a): **Dr. Ítalo Gustavo e Silva Leite**Réu(s): **UNIBANCO S/A**Advogado(a): **Dra. Luciana Christina Ribeiro Barbosa**

DESPACHO DE FL. 90 – Designo o dia 12 de dezembro de 2011, às 11:30 horas, para realização da audiência preliminar de conciliação (Art. 331, CPC), e serve este de CARTA DE INTIMAÇÃO das partes.

São Luís, 17 de Agosto de 2011.

Drª Alice Prazeres Rodrigues, Juíza de Direito respondendo pela 9ª Vara Cível

Processo Nº. 413-50.2006.8.10.0001Ação: **Busca e Apreensao**Autor(es): **PEDRO ARISTÓTELES SOUSA VELOSO**Advogado(a): **Dr. Ronaldo Henrique Santos Ribeiro**Réu(s): **JOÃO VALERIO PEREIRA DE HOLANDA**Advogado(a): **Dr. Antonio Gregório Chaves Neto**

DESPACHO DE FL. 49 – Designo o dia 12 de dezembro de 2011, às 08:30 horas, para realização da audiência preliminar de conciliação (Art. 331, CPC), e serve este de CARTA DE INTIMAÇÃO das partes.

São Luís, 19 de Julho de 2011.

Drª Alice Prazeres Rodrigues, Juíza de Direito respondendo pela 9ª Vara Cível

Processo Nº. 21702-73.2005.8.10.0001Ação: **Ação Ordinaria de Indenizacao Por Dano**Autor(es): **REGINALDO DA SILVA OLIVEIRA**Advogado(a): **Dr. Adalberto Ribamar Barbosa Gonçalves e outros.**Réu(s): **UNIHOSP - SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA**Advogado(a): **Dr. Antonio César de Araújo Freitas e outros.**

DESPACHO DE FL. 144 – Designo o dia 12 de dezembro de 2011, às 10:30 horas, para realização da audiência preliminar de conciliação (Art. 331, CPC), e serve este de CARTA DE INTIMAÇÃO das partes.

São Luís, 22 de Julho de 2011.

Drª Alice Prazeres Rodrigues, Juíza de Direito respondendo pela 9ª Vara Cível

Processo Nº. 2621-07.2006.8.10.0001

Ação: **Ação Ordinária**

Autor(es): **CALLINA MACIEL BERTRAND**

Advogado(a): **Dr. Daniel Guerreiro Bonfim**

Réu(s): **UNICEUMA - CENTRO UNIVERSITÁRIO DO MARANHÃO**

Advogado(a): **Dr. Alfredo Salim Duailibe Neto**

DESPACHODE FL. 172 – Designo o dia 12 de dezembro de 2011, às 09:00 horas, para realização da audiência de Instrução e Julgamento. Intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicarem as provas que pretendem produzir em audiência, sob pena de preclusão. Serve este de CARTA DE INTIMAÇÃO das partes.

São Luís, 20 de Julho de 2011

Drª Alice Prazeres Rodrigues, Juíza de Direito respondendo pela 9ª Vara Cível

PROCESSO Nº. 44088-24.2010.8.10.0001

Ação: **Condenatória**

Autor(es): **JOSIMAR ALEXANDRE DUARTE e outra.**

Advogado(a): **Dr. Júlio César Marques**

Réu(s): **COMPANHIA ENERGETICA DO MARANHÃO - CEMAR**

SENTENÇA DE FL. 58/61v. – (...). Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A PRETENSÃO DOS AUTORES, com fulcro no art. 269, I, do CPC, para fins de CONDENAR a requerida a pagar aos requerentes, a título de indenização por danos morais, o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), acrescidos de juros legais (art. 406, do CC) e correção monetária (segundo índice oficial). Os juros de mora, bem como a correção monetária, devem ser contados a partir da sentença, conforme recente entendimento do Colendo STJ, ao qual aderimos in totum. Diante da sucumbência parcial dos autores, nos termos do artigo 21, parágrafo único do CPC, a ré, arcará com o pagamento das custas processuais e com a honorária advocatícia da parte contrária, fixada em R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) considerando a natureza da demanda, a inexistência de dilações probatórias e o trabalho desempenhado, na forma do artigo 20, §§ 3º e 4º, do CPC. Dou por publicada com a entrega dos autos na Secretaria. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado e não pagas as custas, remetam-se os autos para a contadoria a fim de calculá-las e intime-se o devedor para pagamento, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de expedição de Certidão de Dívida. Decorrido o prazo sem pagamento, expeça-se Certidão de Dívida e arquivem-se os autos.

São Luís (MA), 05 de agosto de 2011.

Drª Alice Prazeres Rodrigues, Juíza de Direito respondendo pela 9ª Vara Cível

PROCESSO Nº. 26419-89.2009.8.10.0001

Ação: **Condenatória**

Autor(es): **PRIMAVERA DIANA CARDOSO E PAIVA**

Advogado(a): **Dr. Antonio Guedes de Paiva Neto**

Réu(s): **COMPANHIA ENERGETICA DO MARANHÃO - CEMAR**

Advogado(a): **Dr. Antonio Figueiredo Neto**

SENTENÇA DE FL. 65/66 – (...). Ex positis, JULGO PROCEDENTE A PRETENSÃO DA AUTORA, para fins de DECLARAR a nulidade do débito apurado, sem a observância de regular procedimento administrativo, correspondente ao valor de R\$ 735,28 (setecentos e trinta e cinco reais e vinte e oito centavos), sem prejuízo de que a aludida irregularidade no medidor seja investigada por meios idôneos, isto é, obedecendo as normas legais relativas à matéria. E, ainda, para CONDENAR a requerida a pagar à requerente, a título de indenização por danos morais, o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês (art. 406, do CC) e correção monetária (segundo índice oficial). Os juros de mora, bem como a correção monetária, devem ser contados a partir da sentença, conforme recente entendimento do Colendo STJ, ao qual aderimos in totum. Condeno a ré a pagar as despesas processuais e os honorários do patrono da parte requerente, que fixo em 20% (vinte por cento) do valor atualizado da causa, na forma do artigo 20, caput e § 3º, do CPC. Dou por publicada com a entrega dos autos na Secretaria. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado e não pagas as custas, remetam-se os autos para a contadoria a fim de calculá-las e intime-se o devedor para pagamento, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de expedição de Certidão de Dívida. Decorrido o prazo sem pagamento, expeça-se Certidão de Dívida e arquivem-se os autos.

São Luís (MA), 17 de agosto de 2011.

Drª Alice Prazeres Rodrigues, Juíza de Direito respondendo pela 9ª Vara Cível

PROCESSO Nº. 1679-04.2008.8.10.0001

Ação: **Condenatória**

Autor(es): **M I DA COSTA E SOUZA**

Advogado(a): **Dr. Antonio Pacheco Guerreiro Neto**

Réu(s): **COMPANHIA MARANHENSE DE REFRIGERANTES - REFRIMA**

Advogado(a): **Dra. Suzane de Castro e outros.**

SENTENÇA DE FL. 142/143v – (...). Ex positis, JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS formulados pela autora e a condeno ao pagamento das despesas processuais e dos honorários do patrono da ré que fixo em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), considerando a natureza pouco complexa da demanda, a inexistência de dilações probatórias e o trabalho desempenhado, na forma do artigo 20, § 3º e 4º, do CPC. Dou por publicada com a entrega dos autos na Secretaria. Registre-se. Intimem-se. Decorrido o prazo para recurso, certifique-se e arquivem-se os autos.

São Luís (MA), 20 de julho de 2011.

Dr. Sebastião Joaquim Lima Bonfim, Juiz de Direito respondendo pela 9ª Cível

PROCESSO Nº. 36946-03.2009.8.10.0001

Ação: **Condenatória**

Autor(es): **ANTONILDE RAMOS GOMES**

Advogado(a): **Dr. Fabiano Ferreira de Aragão**

Réu(s): **COMPANHIA ENERGETICA DO MARANHÃO - CEMAR**

Advogado(a): **Dra. Lucimary Galvão Leonardo**

SENTENÇA DE FL. 49/51 – (...). Ex positis, JULGO PROCEDENTE A PRETENSÃO DA AUTORA, para fins de CONDENAR a requerida a pagar à requerente, a título de indenização por danos morais, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês (art. 406, do CC) e correção monetária (segundo índice oficial). Os juros de mora, bem como a correção monetária, devem ser contados a partir da sentença, conforme recente entendimento do Colendo STJ, ao qual aderimos in totum. Condeno a ré a pagar as despesas processuais e os

honorários do patrono da parte requerente, que fixo em 20% (vinte por cento) do valor atualizado da causa, na forma do artigo 20, caput e § 3º, do CPC. Dou por publicada com a entrega dos autos na Secretaria. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado e não pagas as custas, remetam-se os autos para a contaduría a fim de calculá-las e intime-se o devedor para pagamento, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de expedição de Certidão de Dívida. Decorrido o prazo sem pagamento, expeça-se Certidão de Dívida e arquivem-se os autos. São Luís (MA), 17 de agosto de 2011.

Drª Alice Prazeres Rodrigues, Juíza de Direito respondendo pela 9ª Vara Cível

PROCESSO Nº. 8832-88.2008.8.10.0001

Ação: **Reivindicatória**

Autor(es): **MARIA DO SOCORRO SOARES FURTADO**

Advogado(a): **Dr. Gutemberg Soares Carneiro**

Réu(s): **ADEMAR DOS ANJOS MARQUES**

Advogado(a): **Dr. Marco Aurelio Haikel**

SENTENÇA DE FL. 369/371 – (...). Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos expostos na inicial, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil. A autora arcará com o pagamento das custas processuais e com a honorária advocatícia da parte contrária, fixada em R\$ 400,00 (quatrocentos reais) considerando a natureza pouco complexa da demanda e o trabalho desempenhado, na forma do artigo 20, §§ 3º e 4º, do CPC. Porém, fica a parte sucumbente isenta de seu pagamento pelo prazo de 05 (cinco) anos a contar desta sentença, desde que não possa proceder ao pagamento sem prejuízo próprio ou de sua família, segundo o art. 12 da Lei nº 1060/1950. Dou por publicada com a entrega dos autos na Secretaria. Registre-se. Intimem-se.

São Luís (MA), 04 de agosto de 2011.

Drª Alice Prazeres Rodrigues, Juíza de Direito respondendo pela 9ª Vara Cível

PROCESSO Nº. 35734-10.2010.8.10.0001

Ação: **Condenatória**

Autor(es): **DIEGO GOMES BOTELHO**

Advogado(a): **Dra. Christiani Gonçalves Versiani**

Réu(s): **BRADESCO SEGUROS S/A**

Advogado(a): **Dr. Régis Gondim Peixoto**

SENTENÇA DE FL. 83/89 – (...). Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão do autor, para fins de condenar a requerida a pagar a verba securitária no equivalente ao valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) que corresponde a 40 (quarenta) salários mínimos vigentes à época do sinistro e, por conseguinte, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I do CPC. Determino a incidência sobre a condenação de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação e, a correção monetária a partir do ajuizamento da ação. Condeno também a promovida ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, com base no art. 20, § 3º do CPC.

Dou por publicada com a entrega dos autos na Secretaria. Registre-se. Intimem-se. Notifique-se o Ministério Público. Transitada em julgado e não pagas as custas, remetam-se os autos para a contaduría a fim de calculá-las e intime-se o devedor para pagamento, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de expedição de Certidão de Dívida. Decorrido o prazo sem pagamento, expeça-se Certidão de Dívida e arquivem-se os autos.

São Luís, 27 de outubro de 2011.

Dr. Sebastião Joaquim Lima Bonfim, Juiz de Direito respondendo pela 9ª Cível

PROCESSO Nº. 42341-05.2011.8.10.0001

Ação: **Reintegração de Posse**

Autor(es): **UNIBANCO DIBENS/ DIBENS LEASING S/A- ARRENDAMENTO MERCANTIL**

Advogado(a): **Dra. Laís Costa de Jesus**

Réu(s): **AURILEIA DE JESUS S PEREIRA**

SENTENÇA DE FL. 27 – (...). Assim, homologo a desistência e julgo extinto o processo, sem resolução do mérito (Art. 267, VIII, CPC). Sobreleva anotar que concernente ao pedido da parte autora para que seja oficiado ao DETRAN/CIRETRAN, objetivando retirar qualquer restrição eventualmente imposta por este Juízo, que não fora expedido qualquer mandado. Dessarte, inexistente qualquer restrição oriunda de decisão judicial, não incumbe a este órgão jurisdicional qualquer providência nesse espectro. Custas pelo autor, já recolhidas (fls. 21). Registre-se. Trânsito em julgado, por preclusão lógica. Arquivem-se os autos.

São Luís, 10 de outubro de 2011.

Dr. Sebastião Joaquim Lima Bonfim, Juiz de Direito respondendo pela 9ª Cível

São Luís, 09 de novembro de 2011

ANA PRISCILA COSTA ANDRADE
Secretária Judicial da 9ª Vara Cível

Varas Criminais

Segunda Vara Criminal do Fórum Des. Sarney Costa

Processo nº 10875-61.2009.8.10.0001

Acusado: Fernando José Rodrigues Ramos

Vítima: Afonso Ferreira de Souza

Inc. Penal: Art. 121, § 3º, do CPB

Intimem-se as partes da Sentença de fls. 98/100 (parte final):

*"Vistos Etc... Ante o exposto e que mais dos autos consta, declaro extinta a punibilidade em prol do acusado **FERNANDO JOSÉ RODRIGUES RAMOS**, com supedâneo no artigo 89, § 5º, da Lei nº 9.099/95, com todas as consequências, inclusive, de não constar na folha de antecedentes criminais, ressalvada a hipótese de requisição judicial. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após, arquivem-se. São Luís, 31 de outubro de 2011. **Francisco RONALDO MACIEL Oliveira**, Juiz de Direito Titular da Segunda Vara Criminal da Capital."*

Oitava Vara Criminal do Fórum Des. Sarney Costa

INTIMAÇÃO DO DESPACHO

JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL - FERNANDO LUIZ MENDES CRUZ - SECRETÁRIA JUDICIAL KAROLINA MARINHO E SILVA, PROC.

N.º 4507-07.2007.8.10.0001, acusado(s): GLAUBER FRANCISCO LOPES LIMA Advogado(s): DRA. SUELI DE BARROS DA COSTA, OAB/MA 5045, conforme TERMO de fls. 135. Intime(m)-se o advogado constituído pelo acusado acima nominado, para apresentar as Alegações Finais no prazo legal. Dado e passado o presente, São Luís, 9 de Novembro de 2011.

FERNANDO LUIZ MENDES CRUZ
Juiz de direito da 8ª Vara Criminal

Nona Vara Criminal do Fórum Des. Sarney Costa

JUIZ DE DIREITO TITULAR DA 9ª VARA CRIMINAL, RAIMUNDO JOSÉ BARROS DE SOUSA, SECRETÁRIO JUDICIAL, ARTUR SOUZA GONDIM SILVA, PROC.: N.º 4210-63.2008.8.10.0001, acusado(s): CARLOS HENRIQUE SILVA DINIZ - advogado(s): Dr. ALBERTO FROZ DUARTE, OAB/MA 6823; acusado(s): CLEBER SOARES - advogado(s): Dr. ERIVALDO COSTA DA SILVA, OAB/MA 4592, conforme Sentença de fls. 438/452: "[...] Diante do exposto, julgo improcedente a pretensão punitiva e absolvo Cleber Soares e Eduardo Paiva dos Passos da imputação que lhes fora feita nos presentes autos, o fazendo com fulcro no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal e condeno Carlos Henrique Silva Diniz nas penas do art. 180, §§ 1º e 2º do Código Penal. [...] Após o trânsito em julgado da sentença, lance-se o nome do acusado no rol dos culpados e baseado no art. 15, última parte, inciso III, da Constituição Federal suspendo os direitos políticos do réu enquanto perdurar a condenação, oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral com cópia desta decisão e extraia-se carta de sentença respectiva e encaminhe-se à Vara de Execuções Criminais para os devidos fins. Custas na forma da lei processual. Publique-se. Registre-se. Intime-se o sentenciado (expedir intimação por meio de edital pelo prazo de noventa dias, acaso não seja localizado), bem como as vítimas, consoante previsão no art. 201, do CPP. Notifique-se o Ministério Público Estadual. Cumpra-se [...]"

RAIMUNDO JOSÉ BARROS DE SOUSA

Juiz de Direito Titular da 9ª Vara Criminal

Décima Vara Criminal do Fórum Des. Sarney Costa

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO.

JUÍZA DE DIREITO TITULAR: ORIANA GOMES

PROMOTORES DE JUSTIÇA: JOSE OSMAR ALVES/JOSÉ AUGUSTO CUTRIM GOMES

SECRETARIA JUDICIAL: ANA PRISCYLLA ASSUNÇÃO ARAÚJO

1. AÇÃO PENAL Nº 21589-46.2010.8.10.0001

ACUSADOS: EDIVALDO COELHO MADEIRA DE SOUSA e ROSELY COELHO MADEIRA DE SOUSA

ADVOGADO: Dr. Antonio César de Araújo Freitas, OAB/MA nº 4695

Despacho de fls. 497-v: "R. Hoje. A intimação deve ser feita pessoalmente, e não por interposta pessoa. Da forma como está certificado, reflete a chamada "intimação lambe-lambe", o que não pode se dar no processo penal, onde os atos devem obedecer estritamente os princípios do contraditório, ampla defesa e legalidade. Portanto, devolva-se à Central de Mandados para o devido cumprimento. S. Luís, 08/11/2011."

2. INQUÉRITO POLICIAL Nº 49430-79.2011.8.10.0001

EMPRESA INVESTIGADA: J. A. SANTOS VIEIRA (I.E. nº 12.159.852-7)

ADVOGADO: Dr. Arão Valdemar Mendes de Melo, OAB/MA nº 8202.

Despacho de fls. 112: "R. Hoje. Vistas dos autos ao Ministério Público Estadual. São Luís, 03/11/2011."

3. AÇÃO PENAL Nº 33665-05.2010.8.10.0001

ACUSADOS: FERNANDO JOSÉ PEREIRA LOBATO, RAIMUNDO AFRÂNIO NAVA ALVES, WILMA TERESA SANTOS LOBATO e FREDERICO JORGE SILVA DE MELO

ADVOGADO: Dr. Adriano Wagner Araújo Cunha, OAB/MA nº 9345-A

Despacho de fls. 311-v: "R. Hoje. Vista ao órgão do Ministério Público. S. Luís, 08/11/2011."

4. AÇÃO PENAL Nº 5043-47.2009.8.10.0001

ACUSADOS: EDVALDO COELHO MADEIRA DE SOUSA e ROSILÉIA DOS SANTOS CARVALHO

ADVOGADO: Dr. Antonio César de Araújo Freitas, OAB/MA nº 4695

Despacho de fls. 478-v: "R. Hoje. Oficiar à Procuradoria imediatamente. S. Luís, 07/11/2011."

5. AÇÃO PENAL n.º 10748-89.2010.8.10.0001

ACUSADO: PAULO CÉSAR SOUSA DE ALCÂNTARA

ADVOGADO: Dr. Aurélio Pinheiro de Azevedo, OAB/MA nº 7950.

Despacho de fls. 202-v: "R. Hoje. Recebo efetivamente a denúncia em vista de não ter resposta preliminar e designo a audiência no dia 1º de dezembro de 2011, às 10:00 horas. Intimem-se. São Luís, 08/11/2011."

6. INQUÉRITO POLICIAL nº 21027-03.2011.8.10.0001

EMPRESA INVESTIGADA: GRANORTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

INDICIADOS: Celso Bittencourt Ferro Costa e José Carlos dos Santos Salgueiro.

ADVOGADO: Dr. José Cavalcante de Alencar Junior, OAB/MA nº 5980.

Despacho de fls. 1.325: "R. Hoje. Vista ao Ministério Público Estadual. São Luís, 09/11/2011."

7. AÇÃO PENAL n.º 15044-23.8.10.0001

ACUSADO: Rogério Medeiros de Araújo

ADVOGADO: Dr. Adriano Wagner Araujo Cunha, OAB/MA nº 7950.

Despacho de fls. 181: " Vistos, etc. Trata-se de Ação Penal em que o Ministério Público Estadual processa Rogério Medeiros de Araújo. A denúncia foi recebida em 1º de agosto do ano fluente (fls. 02). O réu foi citado em 1º de outubro deste mesmo ano (fls. 144), aduzindo em sua defesa que os Autos de Infração nº 8640077955 e 467630005911 já foram quitados, mas não fez prova da quitação. O Auto de Infração nº 46763000590-3 foi julgado procedente e, sendo um dos que forram a denúncia, não há que se falar em falta de justa causa para esta Ação Penal. Com efeito, o réu adentrou no dia 27 do mês corrente com uma Ação de Nulidade no Juízo Cível, porém não existe concessão de medida liminar. Assim, designo o dia 11 de janeiro de 2012, às 09:30 horas para audiência de instrução. Intimem-se. São Luís, 07 de novembro de 2011.."

8. AÇÃO PENAL n.º 25887-52.2008.8.10.0001

ACUSADA: FÁTIMA MARIA COSTA DOS SANTOS

ADVOGADOS: Dr. Judson Lopes, OAB/MA nº 4844, Dr. Fábio Roquette, OAB/MA nº 4953-A e Drª. Ana Valéria Bezerra Sodré, OAB/MA nº 4856.

Despacho de fls. 566-v: "R. Hoje. Intimem-se os advogados para declinarem os endereços corretos, conforme certidão de fls. 545/546/-versos. S. Luís, 08.11.2011."

9. INQUÉRITO POLICIAL nº 41383-53.2010.8.10.0001

EMPRESA INVESTIGADA: M. DO R. A. DE CARVALHO COMÉRCIO (Inscrição Estadual nº 12.163.867-7).

Despacho de fls. 84-v: "R. Hoje. Intimar o interessado por edital. São Luís, 07/11/2011."

10. AÇÃO PENAL n.º 35917-78.2010.8.10.0001

ACUSADA: GERSON NUNES COUTINHO e OUTROS

ADVOGADOS: Dr. Oswaldo Almeida, OAB/MA nº 4357.

Despacho de fls. 756-v: "R. Hoje. Não há possibilidade do adiamento desta audiência. Se for o caso, nomear-se-á defensor para este ato e, caso os réus não apareçam terão suas prisões preventivas decretadas, por obstruírem a instrução criminal. São Luís, 09/11/2011."

Oriana Gomes

Juíza de Direito Titular da 10ª Vara Criminal
Crimes Contra a Ordem Tributária

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO.

JUÍZA DE DIREITO TITULAR: ORIANA GOMES

PROMOTORES DE JUSTIÇA: JOSE OSMAR ALVES/JOSÉ AUGUSTO CUTRIM GOMES

SECRETARIA JUDICIAL: ANA PRISCYLLA ASSUNÇÃO ARAÚJO

1. AÇÃO PENAL Nº . 32940-50.2009.8.10.0001

PARTE AUTORA: Ministério Público Estadual

PARTE ACUSADA: Antonio Carlos Teixeira.

ADVOGADO: Dr. Fábio Vidigal Cantanhede, OAB/MA nº 10019, Dra. Carolina Moraes Moreira de Souza, OAB/MA nº 8248.

Sentença de fls. 398/401: "Vistos, etc. Trata-se de Ação Penal Pública movida pelo Órgão do Ministério Público Estadual contra Antônio Carlos Teixeira, devidamente qualificado na exordial, pela prática do crime previsto no artigo 1º, inciso I e II da Lei 8.137/90 c/c o art. 71 do Código Penal. [...] No dia 15 de junho de 2011, em audiência, o Órgão Ministerial afirmou que a conduta delituosa a ser apurada nesta Ação Penal se configura como um mero agir continuado de outras condutas perpetradas, por meio da empresa ANTÔNIO CARLOS TEIXEIRA-ME. Sendo assim, já existindo outra demanda que tem por objeto o mesmo fato, requereu, o denunciante, a extinção do presente feito. Requereu, ainda, a **extração de cópias da denúncia de fls. 02/14, bem como dos documentos de fls. 27/29 e de fls. 63/69, fazendo, desde logo, o aditamento. Em obediência ao princípio da isonomia** foi concedido prazo, de acordo com o art. 396 do CPP, para a advogada do réu se manifestar (fls. 376/377). As fls. 383, o acusado requer a extinção do feito de acordo com a manifestação do Ministério Público Estadual. Vieram os autos conclusos. É o relatório. Passo a decisão. **1. Análise fática e jurídica:** Compulsando os autos verifica-se que, de acordo com a manifestação do Ministério Público, os fatos a serem apurados na presente ação penal têm o mesmo objeto da Ação Penal nº 19708/2009. [...] Com efeito. Pelos fatos confrontados, verifica-se que a presente Ação Penal tem o mesmo objeto e a mesma causa de pedir da Ação Penal nº 19708/2009. A empresa ANTÔNIO CARLOS TEIXEIRA-ME apenas substituiu a empresa A. C. HORTIFRUTUGRANJEIROS LTDA., não havendo qualquer alteração fática entre as mesmas, sendo diferentes apenas no plano formal. [...] **2. Da fundamentação: 2.1 Litispendência e o princípio do non bis in idem:** Com efeito. A litispendência ocorre quando em processos diferentes e pendentes de julgamento há identidade entre as partes e a causa de pedir. Logo, é em decorrência de tal situação que o art. 95, III do Código Instrumental Penal prevê a possibilidade da oposição da exceção de litispendência tendo como escopo o evitar a ocorrência do repudiado *bis in idem*, podendo tal exceção, inclusive, ser oposta a qualquer tempo. [...] Destarte, pelo exposto, acolho a manifestação do Órgão do Ministério Público Estadual, exarada na audiência supracitada, declarando extinta esta ação, sem o julgamento do mérito, **em virtude da litispendência, e determino o arquivamento da presente Ação Penal em face de Antônio Carlos Teixeira.** Determino a extração das devidas cópias como requerido Órgão Ministerial às fls. 377, bem como devem estes autos serem apensados aos autos da Ação Penal nº 19.708/2009, **para fins de aditamento.** Assim, em vista do presente aditamento, dê-se vista à parte requerida, para responder nos termos do artigo 396 do CPP, no prazo de 10 (dez) dias. Torno sem efeito as quebras de dados fiscais e bancários, arquivando-se as respectivas respostas dadas a este Juízo. Publique-se. Registre-se e intimem-se São Luís 10 de outubro 2011."

Oriana Gomes

Juíza de Direito da 10ª Vara Criminal
Crimes Contra a Ordem Tributária.

Décima Primeira Vara Criminal do Fórum Des. Sarney Costa

PROCESSO Nº 0001704-47.2004.8.10.0004

INCIDÊNCIA PENAL: Art. Art. 244-A da Lei 8.069/90 c/c art. 69 do CPB.

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

ACUSADOS: **ANTÔNIO CARLOS DINIZ NETO,**

PAULO HUMBERTO DE AGUIAR CARNEIRO COELHO,

DIMAS INÁCIO DE FARIAS

ADVOGADOS: **DR. SERGIO ROBERTO ARANHA PINHEIRO, OAB-MA 7554**

DRA. MÁRCIA CRISTINA SILVA RABELO, OAB-MA 3600

DR. OSMAR CAVALCANTE OLIVEIRA, OAB-MA 2787

VÍTIMAS: A. C. C. D., D. H. S. DE A. e T. M. P.

DESPACHO: [...] face o não comparecimento advogado do acusado Antônio Carlos Pereira Neto, e não havendo Defensor Dativo para nomeação delibero pela suspensão do presente ato e designo como nova data para sua realização o dia **21 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS 08:30 HORAS**, no local de costume. Saindo intimados os presentes. [...]. São Luís, 26 de outubro de 2011. (As.) Rosaria de Fatima Almeida Duarte – Juíza de Direito titular da 11ª Vara Criminal.

PUBLICAÇÃO DE RESENHA DE TERMO ASSENTADA DE AUDIÊNCIA

PROCESSO Nº 65-47.2011.8.10.0004

INCIDÊNCIA PENAL: Art. 121 do CPB.

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

ACUSADO: ARINALDO DOS SANTOS PINHEIRO e outros

ADVOGADO: **DRA. ADRIANO WAGNER ARAUJO CUNHA, OAB/MA 9345-A**

TERMO DE ASSENTADA: (...) DELIBERAÇÃO: designo como nova data para continuação da audiência de instrução e julgamento o dia

17/NOVEMBR/2011, às 14:00 horas, no local de costume(...). São Luís, 09 de novembro de 2011. (As.) Rosaria de Fatima Almeida Duarte – Juíza de Direito Titular da 11ª Vara Criminal.

Está conforme o original.
São Luís, 9 de novembro de 2011.
Omar Mendes Junior
Secretário Judicial da 11ª Vara Criminal

PUBLICAÇÃO DE RESENHA DE TERMO ASSENTADA DE AUDIÊNCIA

PROCESSO Nº 65-47.2011.8.10.0004

INCIDÊNCIA PENAL: Art. 121 do CPB.

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

ACUSADO: ARINALDO DOS SANTOS PINHEIRO e outros

ADVOGADO: **DRA. SUELI MONTEIRO DE BARROS, OAB/MA 5045-A**

TERMO DE ASSENTADA: (...) DELIBERAÇÃO: designo como nova data para continuação da audiência de instrução e julgamento o dia **17/NOVEMBR/2011, às 14:00 horas**, no local de costume(...). São Luís, 09 de novembro de 2011. (As.) Rosaria de Fatima Almeida Duarte – Juíza de Direito Titular da 11ª Vara Criminal.

Está conforme o original.
São Luís, 9 de novembro de 2011.
Omar Mendes Junior
Secretário Judicial da 11ª Vara Criminal

Varas da Família

Primeira Vara da Família do Fórum Des. Sarney Costa

Processo nº 0005117-33.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68

Autor: Processo em Segredo de Justiça

Advogados: MAURO HENRIQUE CHAVES (OAB DEFENSOR PUBLICO)

Réus: Processo em Segredo de Justiça

Trata-se de Ação de Alimentos proposta por Josué Lucas Gonçalves Santos, Davi Felipe Gonçalves Santos e Sofia Thauany Gonçalves Santos representados por Flor de Maria Ferreira Gonçalves contra Urutany Reis Santos, devidamente qualificados nos autos. Por despacho à fl. 46 foi determinada a intimação da requerente para manifestar-se sobre a proposta oferecida pelo requerido, mas esta não se manifestou, conforme se observa dos autos. Com vistas ao Ministério Público, este opinou pela extinção do processo, conforme parecer de fls. 53. É o relatório. Decido Segundo as informações contidas na certidão de Oficial de Justiça fls. 38 verifica-se que a requerente mudou de endereço, e não informou a este Juízo, tal qual prescreve o artigo 238, parágrafo único, do Código de Processo Civil, o que torna evidente seu descaso com o prosseguimento da ação. Ademais, os autos foram instaurados no inicial do ano de 2011 e até a presente data não ocorreu o desate do mérito. Dessa maneira, o presente feito, por desídia da parte autora, encontra-se parado há meses, o que torna imperiosa a sua extinção, nos moldes do artigo 267, III do CPC. Assim, com fundamento no artigo 267, III e §1º do CPC e em conformidade com o parecer ministerial, declaro extinto sem resolução de mérito o processo de alimentos proposta por Josué Lucas Gonçalves Santos, Davi Felipe Gonçalves Santos e Sofia Thauany Gonçalves Santos representados por Flor de Maria Ferreira Gonçalves contra Urutany Reis Santos, para que produza seus efeitos legais correlatos. Sem custas, face ao pedido de justiça gratuita, que ora defiro. Após, certificado o trânsito em julgado, archive-se, observadas as formalidades legais. Cumpra-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 03 de novembro de 2011.

José de Ribamar Castro
Juiz de Direito 1ª Vara de Família

Processo nº 0010559-77.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA/DECISÃO | CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

Autor: Processo em Segredo de Justiça

Advogados: JULIANA DUALIBE DE ABREU FONSECA (OAB DEFENSOR PUBLICO)

Réus: Processo em Segredo de Justiça

Trata-se de Ação de Execução de Cumprimento de Sentença proposta por José da Conceição Silva, contra Felicidade de Maria Oliveira Almeida, devidamente qualificados nos autos. Por despacho às fls. 51 foi determinada a intimação da parte autora para dizer se ainda possui interesse no prosseguimento do feito, mas conforme certidão de fls. 52, esta não reside no endereço indicado. Com vistas ao Ministério Público, este opinou pela extinção do processo, conforme parecer de fls. 56. É o relatório. Decido Baseado na certidão de Oficial de Justiça fls. 52 verifica-se que a requerente mudou-se sem fornecer seu novo endereço em juízo, tal qual prescreve o artigo 238, parágrafo único, do Código de Processo Civil, o que torna evidente seu descaso com o prosseguimento da ação. Além disso, pelo mesmo dispositivo, é válida a intimação, com prazo de 48 (quarenta e oito) horas, dirigida ao endereço fornecido na inicial, o que supre a determinação do artigo 267, §1º do CPC. Ademais, os autos foram instaurados no inicial do ano de 2011 e até a presente data não ocorreu o desate do mérito. Dessa maneira, o presente feito, por negligência da parte autora, encontra-se parado há meses, o que torna imperiosa a sua extinção, nos moldes do artigo 267, III do CPC. Assim, com fundamento no artigo 267, III do CPC e em conformidade com o parecer ministerial, declaro extinto sem resolução de mérito a Ação de Execução de Cumprimento de Sentença, proposta por José da Conceição Silva, contra Felicidade de Maria Oliveira Almeida para que produza seus efeitos legais correlatos. Sem custas, face ao pedido de justiça gratuita, que ora defiro. Após, certificado o trânsito em julgado, archive-se, observadas as formalidades legais. Cumpra-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 03 de novembro de 2011.

José de Ribamar Castro
Juiz de Direito 1ª Vara de Família

Processo nº 0011169-50.2008.8.10.0001

Ação: EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL | EXECUÇÃO DE ALIMENTOS

Autor: RAIMUNDA SOARES DA SILVA

Advogados: MARIA DO PERPETUO SOCORRO MACIEL DE CARVALHO (OAB 3983) e THALES DA COSTA LOPES (OAB 6512)

Réus: ENEAS DO ESPIRITO SANTO**Advogados: TATIANA MARIA PEREIRA COSTA (OAB 9094)**

Trata-se de ação de Execução de Alimentos proposta por Paula Raissa da Silva do Espírito Santo, representada por sua genitora, Raimunda Soares da Silva, através de Advogado constituído, contra Enéas do Espírito Santo, devidamente qualificado nos autos. Por despacho à fl. 191 foi determinada a intimação da autora para dizer se ainda possui interesse no prosseguimento do feito, porém o seu endereço não foi encontrado, sendo assim intimada por seu advogado, conforme certificado nos autos. Com vistas ao Ministério Público, este opinou pela extinção do processo, conforme parecer de fl. 201/202. É o relatório. Decido. De fato, a requerente demonstrou total desinteresse no feito, posto que fora devidamente intimada por seu advogado para que no prazo de 48 (quarenta e oito) horas demonstrasse interesse no feito, mas, ainda assim, não apresentou a devida manifestação. Além disso, pelo mesmo dispositivo, é válida a intimação, com prazo de 48 (quarenta e oito) horas, dirigida ao endereço fornecido na inicial, o que supre a determinação do artigo 267, §1º do CPC. Verifica-se ainda que, que a requerente fora devidamente intimada por ser advogado, tomando ciência quanto ao prazo para manifestar-se nos autos, o que não foi obedecido, conforme certificado nos autos. Assim, com fundamento no artigo 267, III e §1º do CPC, declaro extinto sem resolução de mérito o processo de Execução de Alimentos proposta por Paula Raissa da Silva do Espírito Santo, representada por sua genitora, Raimunda Soares da Silva contra Enéas do Espírito Santo, para que produza seus efeitos legais correlatos. Após, certificado o trânsito em julgado, archive-se, observadas as formalidades legais. Cumpra-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 04 de novembro de 2011.

José de Ribamar Castro
Juiz de Direito 1ª Vara de Família

Processo nº 0016083-55.2011.8.10.0001**Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | DIVÓRCIO LITIGIOSO****Autor: Processo em Segredo de Justiça****Advogados: JOSE GILBERTO VASCONCELOS (OAB 9025) e WANDA SOUZA BEZERRA (OAB 9787)****Réus: Processo em Segredo de Justiça****Advogados: ALEXANDER RODRIGUES FERREIRA (OAB 6824)**

Do exposto, julgo procedente o pedido para decretar o divórcio de Geralda Carlos Nogueira e José Nogueira Lima e o faço em consonância com os artigos 226, § 6º da Constituição Federal, artigo 1.659 e 1.667 do Código Civil. Devendo o imóvel localizado na Avenida Lourenço Vieira da Silva, sem número, São Cristóvão, nesta cidade, onde funciona o estabelecimento comercial Dunas Motel que possui uma casa residencial contígua ao motel, na qual reside a requerente, permanecer na titularidade exclusiva de Geralda Carlos Nogueira, visto que o requerido abriu mão da parte que lhe cabe. A divorcianda permanecerá usando o nome de casada: Geralda Carlos Nogueira. Oportunamente e sob as cautelas legais, expeçam-se os mandados de averbação e as comunicações necessárias. Sem custas, face ao pedido de assistência judiciária deferido às fls. 20. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. São Luís, 7 de novembro de 2011.

José de Ribamar Castro
Juiz de Direito 1ª Vara de Família

Processo nº 0018811-45.2006.8.10.0001**Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: MARIA JOSE ALVES DOS SANTOS****Advogados: JULIANA DUALIBE DE ABREU FONSECA (OAB DEFENSOR PUBLICO)****Réus: MARTINHO JOSE SILVA FERREIRA****Advogados: FELIPE ANTONIO RAMOS SOUSA (OAB 9149) e FRANCISCO XAVIER DE SOUZA FILHO (OAB 3080)**

Processo n.º 18811-45.2006.8.10.0001 Requerente: Jaciara Alves dos Santos representado por Maria José Alves dos Santos Requerido: Martinho José Silva Ferreira Ação de investigação de paternidade cumulada com alimentos Vistos etc. Trata-se de ação de investigação de paternidade cumulada com alimentos, promovida por Jaciara Alves dos Santos representado por Maria José Alves dos Santos, através de Defensor Público devidamente constituído, contra Martinho José Silva Ferreira, ambos qualificados nos autos. Aduz a representante que manteve relacionamento amoroso com o requerido, fato que teria culminado com sua gravidez. Afirma, porém, que a criança encontra-se registrada apenas com seu nome e que não recebe qualquer auxílio paterno para a manutenção da infante, razão pela qual busca, através do presente feito, satisfazer os direitos da filha. Regularmente citado o requerido apresentou contestação às fls. 89/90, requerendo a realização de exame de DNA, o que foi aceito pela representante em sua réplica de fl. 100. Ato ordinatório de fl. 103 designando dia, local e hora para comparecimento das partes das partes para realização de coleta de material. Resultado negativo do laudo técnico de investigação de paternidade por análise de DNA às fls. 116/122 e intimação acerca do resultado às fls. 124. Certidão de fl. 139, informando o decurso do prazo sem que a requerente tenha se manifestado sobre o laudo de investigação de paternidade. Instado a se manifestar, o representante ministerial opinou pela improcedência da ação, conforme parecer de fls. 140/142. É o relatório. Decido. O exame de DNA, em ações dessa natureza, é considerado prova muito relevante - praticamente inconteste - sendo desnecessária, na maioria dos casos, maior dilação probatória. Rizzardo afirma que "cuida-se de um sistema que alcança grande difusão, bem mais complexos que os anteriores, mas de confiabilidade quase máxima". Registre-se que apesar de tais probabilidades só não serem absolutas (100%) - como esclarece Simas Filho - verifica-se a incidência de um alto grau de veracidade, eis que "[...] determinadas mais de dezoito bandas, a probabilidade de existir outra pessoa com a mesma sequência de aminoácidos codificados no DNA é superior à capacidade populacional do Globo Terrestre [...]". In casu, verifica-se que o resultado do exame de DNA refutou por completo as alegações da requerente ao atestar que: "[...] Com base na análise de transmissão dos alelos obtidos em 15 (quinze) loci independentes, está EXCLUÍDA a paternidade do Sr. Martinho José Silva Ferreira sobre Jaciara Alves dos Santos, pois esta não apresenta alelos paternos coincidentes com o suposto pai em 11 (onze) dos 15 (quinze) marcadores analisados. Assim, inevitável é o reconhecimento da improcedência do pedido, uma vez que o exame de DNA realizado foi conclusivo ao excluir a paternidade do requerido. Semelhante é o entendimento dos tribunais pátrios, senão vejamos: INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE. EXAME DE DNA NEGATIVO DA PATERNIDADE BIOLÓGICA. AUSÊNCIA DE OUTRAS PROVAS. IMPROCEDÊNCIA DA DEMANDA. Se o exame de DNA realizado nos autos é conclusivo da exclusão da paternidade biológica, e não há outras provas minimamente seguras quanto ao vínculo de parentesco, impõe-se a improcedência da demanda. Ainda mais quando nesta instância, a pedido da parte autora, determinou-se a conversão do feito em diligência para repetição da prova pericial, e não houve comparecimento da própria requerente, sem justificativa. Sentença mantida. NEGADO PROVIMENTO AO APELO. (DESª. Maria Berenice Dias - Presidente - Apelação Cível nº 70012167201, Comarca de São Sebastião do Cai). E ainda que o exame de DNA não consista em prova hierarquicamente superior às demais - eis que não há no ordenamento jurídico pátrio distinção entre os diversos meios de provas - é cristalino que a sua eficácia é dotada de um elevado grau de confiabilidade, mesmo porque baseado em métodos científicos, ainda não contestados. Além disso, repise-se, a requerente não demonstrou qualquer interesse na realização de outras provas hábeis a comprovar a referida paternidade, uma vez que, intimada sobre o resultado do exame de paternidade, quedou-se inerte. Acrescente-se ainda que não se está reduzindo o papel do julgador à função de "homologador de perícias técnicas", tal qual afirma o Des. Alfredo Guilherme Englert, mas: "[...] não se pode deixar de

reconhecer que a margem de erro em exames dessa espécie é bastante pequena, inexistindo razões suficientes para anular a conclusão do laudo pericial, e a conseqüente sentença, e embasar o acolhimento do pedido, ainda mais em se levando em conta que não houve manifestação contrária à lisura do laudo pericial." (Apelação Cível n.º 70006104756 - Porto Alegre - RS). Ademais, instado a se manifestar, o representante do Ministério Público apresentou seu parecer conclusivo opinando pela improcedência da ação, senão vejamos: "[...] Ante o exposto, manifesta-se o Ministério Público pela improcedência da ação, uma vez que foi excluída a paternidade pelo exame de DNA, em relação à menor Jaciara Alves dos Anjos." (parecer de fl. 142). Desta feita, diante do conjunto probatório carreado aos autos, em que foram respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa e, considerando o resultado do exame de DNA que excluiu a paternidade alegada, julgo improcedente o pedido de investigação de paternidade formulado por Jaciara Alves dos Santos representada por Maria José Alves dos Santos contra Martinho José Silva Ferreira, e o faço nos termos 1.607 e seguintes do Código Civil e 330, I do Código de Processo Civil. Sem custas, face ao pedido de assistência judiciária que ora defiro. Oportunamente e sob as cautelas legais, archive-se, fazendo-se as anotações necessárias. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. São Luís, 04 de novembro de 2011.

José de Ribamar Castro
Juiz de Direito 1ª Vara de Família

Processo nº 0023276-24.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68

Autor: Processo em Segredo de Justiça

Advogados: JULIANA DUALIBE DE ABREU FONSECA (DEFENSORA PUBLICA)

Réus: Processo em Segredo de Justiça

Diante do exposto, fixo os alimentos definitivos a que Eliano da Silva Lima deve prestar ao filho Gustavo Santos Lima representado por Maria Edite dos Anjos Santos, no percentual de 15% (quinze por cento) dos seus rendimentos, excetuados os descontos obrigatórios, a ser descontados na folha de pagamento e depositados na conta corrente da representante do autor, ou em caso de perda de vínculo empregatício o percentual de 20% (vinte por cento) do salário mínimo, a ser depositado na conta corrente da representante. Oficie-se ao órgão empregador do alimentante para proceder aos descontos. Sem custas, face ao pedido de assistência judiciária que ora defiro. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 07 de novembro de 2011.

José de Ribamar Castro
Juiz de Direito 1ª Vara de Família

Processo nº 0033726-26.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | DIVÓRCIO LITIGIOSO

Autor: Processo em Segredo de Justiça

Advogados: MAURO HENRIQUE CHAVES (OAB DEFENSOR PUBLICO)

Réus: Processo em Segredo de Justiça

Processo n.º 33726-26.2011.8.10.0001 Requerente: Ana Ruth Pereira Sousa Requerida: Juarez Gomes da Costa Júnior Ação de Divórcio Vistos etc. Trata-se de ação de Divórcio, proposta por Ana Ruth Pereira Sousa, através de advogado devidamente constituído, contra Juarez Gomes da Costa Júnior, devidamente qualificados nos autos, em razão dos seguintes fatos: Aduz a requerente que se encontra separada judicialmente do requerido desde 25 de setembro de 2003, conforme certidão de casamento averbada às fls. 05. Informa que o casal possui um filho menor de idade, Bruno Henrique Sousa da Costa, cuja guarda encontra-se com a divorcianda e para o qual o requerido já paga pensão alimentícia, tudo determinado na ação de Separação Judicial, autos nº. 11072/2003. Por fim, alega que durante o casamento não constituíram bens e almeja com o presente feito, uma vez satisfeitos os requisitos necessários e inalteradas as cláusulas estipuladas por ocasião da separação, seja decretado o divórcio. Audiência de conciliação à fl. 20, ausente o requerido devidamente citado e intimado. Na oportunidade foi ouvida a divorcianda e determinado que se aguardasse o decurso do prazo para contestação. Certidão de fl. 21 informando que o requerido não apresentou contestação e despacho de fl. 22, declarando sua revelia. Instado a se manifestar, o representante do Ministério Público opinou pelo deferimento do pedido, conforme parecer de fls. 24/26. É o relatório. Decido. Prefacialmente, constatada a existência de sentença de Separação Judicial com relação às partes deste processo, com certidão de casamento devidamente averbada, e ante a inexistência de prejuízo para a parte requerida, uma vez que a finalidade/pedido da ação não se altera, recebo a presente ação como ação de Conversão de Separação Judicial em Divórcio. Com o advento da Emenda Constitucional nº 66, foi suprimido da Constituição Federal o requisito de prévia separação judicial por período igual ou superior a 01 (um) ano ou de comprovada separação de fato por mais de 02 (dois) anos. Acerca do assunto, a legislação é cristalina, senão vejamos: Constituição Federal Art. 226. § 6º. O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. Assim, ante a ausência de requisito temporal para a decretação do divórcio, bastando, para tanto, a simples manifestação de vontade dos divorciandos, plenamente possível a conversão da separação judicial em divórcio pleiteada nos autos. In casu, verifica-se que o requerido foi citado pelos meios legais atinentes à espécie, tendo silenciado a respeito da presente ação, de onde se infere, tacitamente, seu desinteresse em contestar seus termos ou sua anuência quanto ao pedido. Ressalte-se, por oportuno, que versa o presente feito de matéria passível de ser resolvida pela análise de questões meramente de direito, comprovadas pela documentação carreada aos autos, prescindindo de dilação probatória, o que autoriza o julgamento antecipado da lide (artigo 330, inciso I). Do exposto, julgo procedente o pedido, para decretar a conversão em divórcio da separação judicial de Ana Ruth Pereira Sousa Costa e Juarez Gomes da Costa Júnior, cujas cláusulas reger-se-ão pelas mesmas contidas na separação judicial, e o faço com fulcro nos artigos 226, § 6º da Constituição Federal. Sem custas, face ao pedido de assistência judiciária que ora defiro. Expeça-se o mandado de averbação. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. São Luís, 03 de novembro de 2011.

José de Ribamar Castro
Juiz de Direito 1ª Vara de Família

Processo nº 0034199-12.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: Processo em Segredo de Justiça e Processo em Segredo de Justiça

Advogados: THAYSA HALIMA SAUAIA RIBEIRO (OAB 6792)

Trata-se de Ação de Declaratória de União Estável proposta por Francenice de Sousa Nogueira e Henrique Vagner Almeida Silva, devidamente qualificados nos autos. Por despacho às fls. 46 foi determinada a intimação das partes para dizer se ainda possuem interesse no prosseguimento do feito, mas conforme certidão de fls. 47, estas não residem no endereço indicado. Com vistas ao Ministério Público, este opinou pela extinção do processo, conforme parecer de fls. 51. É o relatório. Decido. Baseado na certidão de Oficial de Justiça fls. verifica-se que os requerentes mudaram-se sem fornecer seu novo endereço em juízo, tal qual prescreve o artigo 238, parágrafo único, do Código de Processo Civil, o que torna evidente seu descaso com o prosseguimento da ação. Além disso, pelo mesmo dispositivo, é válida a intimação, com prazo de 48 (quarenta e oito) horas, dirigida ao endereço fornecido na inicial, o que supre a determinação do artigo 267, § 1º do CPC. Ademais, os autos foram instaurados no meio do ano de

2011 e até a presente data não ocorreu o desate do mérito. Dessa maneira, o presente feito, por negligência da parte autora, encontra-se parado há meses, o que torna imperiosa a sua extinção, nos moldes do artigo 267, III do CPC. Assim, com fundamento no artigo 267, III do CPC e em conformidade com o parecer ministerial, declaro extinto sem resolução de mérito a Ação de Declaratória de União Estável, proposta por Francenice de Sousa Nogueira e Henrique Vagner Almeida Silva para que produza seus efeitos legais correlatos. Sem custas, face ao pedido de justiça gratuita, que ora defiro. Após, certificado o trânsito em julgado, archive-se, observadas as formalidades legais. Cumpra-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 03 de novembro de 2011.

José de Ribamar Castro
Juiz de Direito 1ª Vara de Família

Processo nº 0036625-94.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | SEPARAÇÃO LITIGIOSA

Autor: Processo em Segredo de Justiça

Advogados: JOSE CARLOS EVERTON LINDOSO (OAB 3058)

Réis: Processo em Segredo de Justiça

Cuida-se de ação de Separação Judicial, proposta por Raimundo Julião Matos, através de advogado constituído, contra Nezimar de Melo Feitosa Matos, já qualificados nos autos. Por despacho às fls. 34, foi ordenada a intimação da autora para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar sua inicial, adequando o pedido a Emenda Constitucional n.º 66, que extinguiu a o instituto jurídico da separação. Devidamente intimada, através de seu advogado, verifica-se através da certidão de fls. 37, que a parte a parte autora não apresentou a devida manifestação. É o relatório. Decido. A petição inicial, ato solene que impulsiona a atividade jurisdicional, deve ser revestida de requisitos formais imprescindíveis ao ajuizamento da demanda, estes enumerados nos artigos 282 e 283 do Código de Processo Civil. Consequentemente, caso se verifique que não há em seu conteúdo elementos necessários à análise da demanda, pode o magistrado optar pelo seu indeferimento ou ainda, dar ao autor a possibilidade de emendá-la, no prazo de 10 (dez) dias. In casu, observa-se que, apesar de devidamente intimada para tanto, a requerente não emendou sua inicial adequando a petição a Emenda Constitucional n.º 66/2010 que extinguiu do ordenamento jurídico o instituto da separação, deixando de cumprir o que determina o artigo 282, III e IV do Código de Processo Civil, prejudicando, desse modo, o regular andamento do feito. Assim, com fundamento nos artigos 282, III e IV e 284, § único e 267, I, do CPC, indefiro a petição inicial, e declaro extinto sem resolução de mérito o processo de separação litigiosa proposto por Raimundo Julião Matos contra Nezimar de Melo Feitosa Matos, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Custas na forma da Lei. Após, certificado o trânsito em julgado, archive-se, observadas as formalidades legais. Cumpra-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 09 de novembro de 2011.

José de Ribamar Castro
Juiz de Direito 1ª Vara de Família

Processo nº 0046436-78.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA | ALVARÁ JUDICIAL

Autor: Processo em Segredo de Justiça

Advogados: ADIA KRISTIANNE ATAETE VILAR ATAIDE (DEFENSOR PUBLICO)

Cuida-se de alvará judicial pleiteado por Sara Raquel Aguiar Fonseca representada por Vanda Maria Serra Aguiar, através da Defensoria Pública deste Estado, devidamente qualificados nos autos. Aduz o requerente que é filho de Antonio Freire Fonseca e que, conforme determinado na ação de Alimentos (autos nº. 3882/2009), restou estabelecido que o alimentante pagasse, a título de alimentos ao requerente, o percentual de 18% (dezoito por cento) de seus vencimentos, deduzidos os descontos obrigatórios. Ocorre que o alimentante teve seu contrato de trabalho rescindido, e que, em razão deste fato, restaram retidas verbas de FGTS relativas ao pagamento de pensão alimentícia. Requer, assim, com o presente alvará judicial, o resgate de tais valores. O pedido veio instruído com os documentos de fls. 05/13. Parecer do representante do Ministério Público opinando pela expedição do alvará à fl. 17/19. É o relatório. Decido. Verifica-se que processo está em ordem e devidamente instruído. Os documentos acostados aos autos são suficientes para atestar a veracidade das alegações da representante dos requerentes. De fato, no bojo da ação de Alimentos, foi determinado o pagamento de pensão alimentícia no percentual de 18% dos seus vencimentos, deduzidos os descontos legais, valores que foram retidos quando da sua rescisão contratual, a título de FGTS. Em casos desse jaez, a jurisprudência é firme no sentido de que, sendo o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) verba indenizatória, sobre ele não incidem descontos objetivando saldar dívida de prestação alimentícia. Não obstante, tal orientação guarda exceções, nos casos em que foi expressamente acordado pelas partes a incidência dos alimentos sobre o valor de FGTS ou quando o beneficiário dos valores expressamente anui. A esse respeito, elucidativo o seguinte escólio da Corte Superior de Justiça: RESP. ALIMENTOS. FGTS. 1. O entendimento pretoriano é pacífico no sentido do caráter indenizatório do FGTS, sobre ele não incidindo o percentual fixado sobre o salário a título de alimentos, sendo admissível o bloqueio apenas na hipótese de pactuação expressa ou de circunstâncias concretas (v.g. despedida), para garantir o pagamento da verba alimentar. 2. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. 3. Recurso especial não conhecido. (Resp 337660 / RJ ; RECURSO ESPECIAL 2001/0097937-3. Relator(a) MIN. FERNANDO GONÇALVES (1107). Órgão Julgador T4 - QUARTA TURMA. Data do Julgamento: 06/11/2003. Data da Publicação/Fonte DJ 01.12.2003 p. 358) Vê-se dos autos que o alimentante (beneficiário dos valores de FGTS) manifestou expressa concordância com o pedido (fl. 09), sendo forçosa a concessão da pretensão formulada. Do exposto, estando devidamente instruído o pedido e sendo legítima a pretensão do requerente, julgo procedente o pedido, como formulado na inicial e determino a expedição de Alvará para levantamento dos valores suplicados, devidamente atualizados, junto à Caixa Econômica Federal. Tomem-se as cautelas necessárias e observem-se as normas administrativas da instituição bancária depositária dos valores. Sem custas, tendo em vista o pedido de assistência judiciária, que ora defiro. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 1º de dezembro de 2011.

José de Ribamar Castro
Juiz de Direito 1ª Vara de Família

Processo nº 0047874-42.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | DIVÓRCIO LITIGIOSO

Autor: Processo em Segredo de Justiça

Advogados: MARIA DA CONCEICAO COSTA MUBARACK (OAB 3544)

Réis: Processo em Segredo de Justiça

Cuida-se de ação de Divórcio Litigioso proposto por José Marinaldo Alves, através de advogado constituído, em face de Marinalva Oliveira Sales, ambos qualificados nos autos. Por despacho à fl. 09, foi ordenada a intimação da autora para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar sua inicial, colacionando aos autos o instrumento procuratório. Devidamente intimada, através de seu advogado (fl. 11), a requerente não se manifestou, consoante se vê através da certidão de fl. 12. É o relatório. Decido. A petição inicial, ato solene que impulsiona a atividade jurisdicional, deve ser revestida de requisitos formais imprescindíveis ao ajuizamento da demanda, estes enumerados nos artigos 282 e 283 do Código de Processo Civil.

Consequentemente, caso se verifique que não há em seu conteúdo elementos necessários à análise da demanda, pode o magistrado optar pelo seu indeferimento ou ainda, dar ao autor a possibilidade de emendá-la, no prazo de 10 (dez) dias. In casu, observa-se que, apesar de devidamente intimada para tanto, a requerente não emendou sua inicial, trazendo aos autos o instrumento procuratório, na forma como determina o artigo 283 do Código de Processo Civil, prejudicando, desse modo, o regular andamento do feito. Assim, com fundamento nos artigos 283 e 284, § único e 267, I, do CPC, indefiro a petição inicial, e declaro extinto sem resolução de mérito o processo de Divórcio Litigioso proposto por José Marinaldo Alves contra Marinalva Oliveira Sales, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Sem custas, face ao pedido de justiça gratuita, que ora defiro. Após, certificado o trânsito em julgado, archive-se, observadas as formalidades legais. Cumpra-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 09 de novembro de 2011.

José de Ribamar Castro
Juiz de Direito 1ª Vara de Família

Terceira Vara da Família do Fórum Des. Sarney Costa

JUIZO DE DIREITO DA TERCEIRA VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO.

TERCEIRA SECRETARIA DE FAMÍLIA

JUIZA DE DIREITO: JOSEANE DE JESUS CORRÊA BEZERRA

PROMOTOR: CARLOS HENRIQUE RODRIGUES VIEIRA

SECRETÁRIA JUDICIAL SUBSTITUTA: NEILA RAQUEL MARTINS COSTA

AÇÃO: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS

PROCESSO Nº.: 11061-55.2007.8.10.0001

REQUERENTE: MARTA RUCELIA SÁ HOLANDA

ADVOGADO: MEYRE MARQUES BASTOS

REQUERIDO: DEOBALDO GUINZANI

ADVOGADO: RHUAN CARLOS DUARTE MARTINS

ATO ORDINATÓRIO: Usando da faculdade que me confere a Constituição Federal em seu art. 93, inciso XIV; assim como o art. 162, § 4º, do CPC, e, ainda, o Provimento nº 001/2007 da Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão, CANCELO a audiência designada à fl. 172, para aguardar a devolução do AR referente à Carta de Intimação de fl. 171. PUBLIQUE-SE. São Luís, 08 de novembro de 2011. Neila Raquel Martins Costa – Secretária Judicial Substituta da 3ª Vara da Família.

JUIZO DE DIREITO DA TERCEIRA VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO.

TERCEIRA SECRETARIA DE FAMÍLIA

JUIZA DE DIREITO: JOSEANE DE JESUS CORRÊA BEZERRA

PROMOTOR: CARLOS HENRIQUE RODRIGUES VIEIRA

SECRETÁRIA JUDICIAL SUBSTITUTA: NEILA RAQUEL MARTINS COSTA

AÇÃO: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS

PROCESSO Nº.: 13425-29.2009.8.10.0001

REQUERENTE: MARIA DA CONCEIÇÃO SANCHES SOUSA

ADVOGADO: JOSÉ RODRIGUES JUNIOR

REQUERIDO: JOSÉ ROBERLAND ALVES DE OLIVEIRA

ATO ORDINATÓRIO: Usando da faculdade que me confere a Constituição Federal em seu art. 93, inciso XIV; assim como o art. 162, § 4º, do CPC, e, ainda, o Provimento nº 001/2007 da Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão, CANCELO a audiência designada à fl. 33, tendo em vista ausência de endereços atualizados das partes nos autos. São Luís, 08 de novembro de 2011. Neila Raquel Martins Costa – Secretária Judicial Substituta da 3ª Vara da Família.

JUIZO DE DIREITO DA TERCEIRA VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO.

TERCEIRA SECRETARIA DE FAMÍLIA

JUIZA DE DIREITO: JOSEANE DE JESUS CORRÊA BEZERRA

PROMOTOR: CARLOS HENRIQUE RODRIGUES VIEIRA

SECRETÁRIA JUDICIAL SUBSTITUTA: NEILA RAQUEL MARTINS COSTA

AÇÃO: INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C ALIMENTOS

PROCESSO Nº.: 14187-21.2004.8.10.0001

REQUERENTE: LUCINETE DE JESUS AZEVEDO FRANÇA

ADVOGADO: ANTONIO AMORIM PEREIRA

REQUERIDO: ADELINO RODRIGUES DE ABREU E OUTROS

ADVOGADO: FABIO CESAR TEIXEIRA MELO

ATO ORDINATÓRIO: Usando da faculdade que me confere a Constituição Federal em seu art. 93, inciso XIV; assim como o art. 162, § 4º, do CPC, e, ainda, o Provimento nº 001/2007 da Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão, INTIMO a autora, por seu advogado, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre a Petição de fls. 219/220. PUBLIQUE-SE. São Luís, 08 de novembro de 2011. Neila Raquel Martins Costa – Secretária Judicial Substituta da 3ª Vara da Família.

JUIZO DE DIREITO DA TERCEIRA VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO.

TERCEIRA SECRETARIA DE FAMÍLIA

JUIZA DE DIREITO: JOSEANE DE JESUS CORRÊA BEZERRA

PROMOTOR: CARLOS HENRIQUE RODRIGUES VIEIRA

SECRETÁRIA JUDICIAL SUBSTITUTA: NEILA RAQUEL MARTINS COSTA

AÇÃO: GUARDA E RESPONSABILIDADE

PROCESSO Nº.: 17104-37.2009.8.10.0001

REQUERENTE: ZENAIDE SANTOS

ADVOGADO: MARIA DO PERPETUO SOCORRO M. DE CARVALHO

REQUERIDO: ELISENE SANTOS AMARAL

ATO ORDINATÓRIO: Usando da faculdade que me confere a Constituição Federal em seu art. 93, inciso XIV; assim como o art. 162, § 4º, do CPC, e, ainda, o Provimento nº 001/2007 da Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão, INTIMO o(a) autor(a), por seu advogado, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre a certidão de fls. 57. PUBLIQUE-SE. São Luís, 08 de novembro de 2011. Neila Raquel Martins Costa – Secretária Judicial Substituta da 3ª Vara da Família.

JUIZO DE DIREITO DA TERCEIRA VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO.**TERCEIRA SECRETARIA DE FAMÍLIA****JUIZA DE DIREITO: JOSEANE DE JESUS CORRÊA BEZERRA****PROMOTOR: CARLOS HENRIQUE RODRIGUES VIEIRA****SECRETÁRIA JUDICIAL SUBSTITUTA: NEILA RAQUEL MARTINS COSTA****AÇÃO: DECLARATÓRIA DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL****PROCESSO Nº.: 37998-34.2009.8.10.0001****REQUERENTE: LEDA MARIA LIMA****ADVOGADO: LUIZ FERNANDO AZEVEDO XAVIER DE SOUZA****REQUERIDO: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO****ADVOGADO: JOSÉ AMÉRICO DA S. C. FERREIRA**

ATO ORDINATÓRIO: Usando da faculdade que me confere a Constituição Federal em seu art. 93, inciso XIV; assim como o art. 162, § 4º, do CPC, e, ainda, o Provimento nº 001/2007 da Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão, INTIMO o(a) autor(a), por seu advogado, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre a certidão de fls. 71. PUBLIQUE-SE. São Luís, 08 de novembro de 2011. Neila Raquel Martins Costa – Secretária Judicial Substituta da 3ª Vara da Família.

JUIZO DE DIREITO DA TERCEIRA VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO.**TERCEIRA SECRETARIA DE FAMÍLIA****JUIZA DE DIREITO: JOSEANE DE JESUS CORRÊA BEZERRA****PROMOTOR: CARLOS HENRIQUE RODRIGUES VIEIRA****SECRETÁRIA JUDICIAL SUBSTITUTA: NEILA RAQUEL MARTINS COSTA****AÇÃO: REVISÃO DE ALIMENTOS****PROCESSO Nº.: 44135-95.2010.8.10.0001****REQUERENTE: MARIA DO CARMO DE SOUSA CUTRIM****ADVOGADO: MARLY R. BARROS COSTA****REQUERIDO: JULIO CUTRIM FILHO**

ATO ORDINATÓRIO: Usando da faculdade que me confere a Constituição Federal em seu art. 93, inciso XIV; assim como o art. 162, § 4º, do CPC, e, ainda, o Provimento nº 001/2007 da Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão, INTIMO o(a) autor(a), por seu advogado, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre a certidão de fls. 33. PUBLIQUE-SE. São Luís, 08 de novembro de 2011. Neila Raquel Martins Costa – Secretária Judicial Substituta da 3ª Vara da Família.

JUIZO DE DIREITO DA TERCEIRA VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO.**TERCEIRA SECRETARIA DE FAMÍLIA****JUIZA DE DIREITO: JOSEANE DE JESUS CORRÊA BEZERRA****PROMOTOR: CARLOS HENRIQUE RODRIGUES VIEIRA****SECRETÁRIA JUDICIAL SUBSTITUTA: NEILA RAQUEL MARTINS COSTA****AÇÃO: DIVÓRCIO****PROCESSO Nº.: 18276-77.2010.8.10.0001****REQUERENTE: HAYSSA ARAUJO BRAGA MARTINS****ADVOGADO: MURILO ABREU LOBATO JUNIOR****REQUERIDO: KARLOS ROBERTO DA SILVA BRAGA MARTINS****ADVOGADO: CLAUDECIR REGO DOS SANTOS**

DESPACHO: Intime-se a parte autora, através de seu advogado, para em 10(dez) dias, manifestar-se acerca da Certidão de fls. 118. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se. São Luís, 27 de outubro de 2011. José de Ribamar Castro - Juiz de Direito.

JUIZO DE DIREITO DA TERCEIRA VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO.**TERCEIRA SECRETARIA DE FAMÍLIA****JUIZA DE DIREITO: JOSEANE DE JESUS CORRÊA BEZERRA****PROMOTOR: CARLOS HENRIQUE RODRIGUES VIEIRA****SECRETÁRIA JUDICIAL SUBSTITUTA: NEILA RAQUEL MARTINS COSTA****AÇÃO: EXONERAÇÃO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA****PROCESSO Nº.: 32712-41.2010.8.10.0001****REQUERENTE: TELES MARQUES VASCONCELOS****ADVOGADO: ITAMAURO PEREIRA CORREA LIMA****REQUERIDO: ANA CLAUDIA LINDOSO VASCONCELOS E ROMERITO TELES LINDOSO VASCONCELOS****ADVOGADO: ANA CLAUDIA LINDOSO VASCONCELOS**

DESPACHO: Intime-se a parte autora, por seu advogado, para em 10(dez) dias, manifestar-se sobre o teor da certidão de fl. 71. Publique-se e Cumpra-se. São Luís, 01 de novembro de 2011. José de Ribamar Castro - Juiz de Direito.

JUIZO DE DIREITO DA TERCEIRA VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO.**TERCEIRA SECRETARIA DE FAMÍLIA****JUIZA DE DIREITO: JOSEANE DE JESUS CORRÊA BEZERRA****PROMOTOR: CARLOS HENRIQUE RODRIGUES VIEIRA****SECRETÁRIA JUDICIAL SUBSTITUTA: NEILA RAQUEL MARTINS COSTA****AÇÃO: ALIMENTOS****PROCESSO Nº.: 36385-08.2011.8.10.0001****REQUERENTE: MARIA NEIDE MENDES DA CUNHA****ADVOGADO: JOSÉ ROSÁRIO JUNIOR****REQUERIDO: DIEGO ALEX DE SÁ MACHADO**

DESPACHO: Defiro o pedido de Assistência Judiciária. Designo o dia 23/11/2011, às 10:45 horas, na sala de audiências deste Juízo, para a realização da audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Cite-se o alimentante, via Mandado, com advertência de que a contestação, caso não haja conciliação, será apresentada em audiência. Defiro o pedido da requerente, referente a pensão alimentícia, em favor do filho menor, VICTORGABRIEL CUNHA MACHADO, pelo que arbitro os alimentos provisórios no equivalente a 30% (trinta por cento) do salário mínimo, cujo valor

deverá ser depositado até o dia 05 (cinco) de cada mês, em conta bancária fornecida pela requerente posteriormente (...) São Luís, 06 de setembro de 2011. Dr^a. Joseane de Jesus Corrêa Bezerra - Juíza de Direito da 3ª Vara de Família.

JUIZO DE DIREITO DA TERCEIRA VARA DA FAMÍLIA DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO.

TERCEIRA SECRETARIA DE FAMÍLIA

JUIZA DE DIREITO: JOSEANE DE JESUS CORRÊA BEZERRA

PROMOTOR: CARLOS HENRIQUE RODRIGUES VIEIRA

SECRETÁRIA JUDICIAL SUBSTITUTA: NEILA RAQUEL MARTINS COSTA

AÇÃO: DIVÓRCIO

PROCESSO Nº: 5289-09.2010.8.10.0001

REQUERENTE: ELIDA MARIA COSTA DE CARVALHO

ADVOGADO: WALTER FERNANDES FRANÇA

REQUERIDO: ROBERT ROCHA DE CARVALHO

ADVOGADO: HERBETH MOURA SILVA

DESPACHO: Intime-se a parte autora, através de seu advogado, para se manifestar, no prazo de 10(dez) dias, a respeito da petição e documentos de fls. 58/71. São Luís, 20 de outubro de 2011. José de Ribamar Castro - Juiz de Direito.

Quarta Vara da Família do Fórum Des. Sarney Costa

JUIZO DE DIREITO DA QUARTA VARA DE FAMÍLIA

COMARCA DE SÃO LUÍS CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO

4º CARTÓRIO DE FAMÍLIA DA CAPITAL

JUIZA DE DIREITO AUXILIAR Dr^a. ANDRÉA FURTADO PERLMUTTER LAGO

PROMOTORA DE JUSTIÇA Dra. MARIA DO SOCORRO VIEGAS LEITE

PROMOTOR DE JUSTIÇA Dr. GIORGIONNI MATOS LAUANDE

SECRETÁRIA JUDICIAL Dra. LAURA AMÉLIA FERNANDES ZARANZA DE CARVALHO

RESENHAS:

Proc. Nº 41832-74.2011.8.10.0001. AÇÃO: OFERECIMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA. Aut. SALOMÃO DE JESUS SILVA FRANÇA. Adv(s). Dr(s). JOSÉ MURILO DE SOUZA JÚNIOR. Req. CYNIRA RACHEL PAVÃO FRANÇA, Rep. seus filhos. **DESPACHO:** Designo o dia 01 / 12 / 2011, às 16 horas e 45 minutos, para a realização da Audiência de Conciliação. Cite-se a Representante das Requeridas para comparecimento, cientificando-a de que o prazo de 15 (quinze) dias para contestar a ação começará a fluir a partir da audiência acima aprazada, caso seja infrutífera uma solução amigável. Intime-se o autor para a audiência acima designada. Intime-se. Cientifique-se ao ilustre representante Ministerial. São Luís - MA, 24 de Outubro de 2011. (Ass.) **ANDRÉA FURTADO PERLMUTTER LAGO**, Juíza de Direito Auxiliar da 4ª Vara de Família.

Proc. Nº 27929-06.2010.8.10.0001. AÇÃO: EMBARGOS Á EXECUÇÃO. Aut. JOSÉ RAIMUNDO SILVA PEREIRA. Adv(s). Dr(s). ANÍBAL BITENCOURT REIS PINHO. Req. ROCASSIO FERNANDES SILVA PEREIRA. Adv(s). Dr(s). MARCONI SIMPLÍCIO DE ARAÚJO. **DESPACHO:** Designo Audiência de Conciliação para o dia 07 de Dezembro de 2011, às 11:00hs. Determino o comparecimento pessoal das partes para interrogatório. As testemunhas deverão ser apresentadas independentemente de intimação. Notifique-se o representante do Ministério Público. Intime-se. São Luís (MA), 03 de Novembro de 2011. (Ass.) **ANDRÉA FURTADO PERLMUTTER LAGO**, Juíza de Direito Auxiliar da 4ª Vara de Família.

Proc. Nº 33115-10.2010.8.10.0001. AÇÃO: ALIMENTOS. Aut. JULIANE NAZARÉ SANTOS, Rep. sua filha. Def. Público. Dr(s). SÍLVIA REGINA PEREIRA MARTINS. Req. WARLISSON MAURO COSTA SILVA. **DESPACHO:** Face a Certidão de fls. 35, designo Audiência de Conciliação para o dia 07 de Dezembro de 2011, às 10:30hs. Determino o comparecimento pessoal das partes para interrogatório. As testemunhas deverão ser apresentadas independentemente de intimação. Notifique-se o representante do Ministério Público. Intime-se. São Luís (MA), 03 de Novembro de 2011. (Ass.) **ANDRÉA FURTADO PERLMUTTER LAGO**, Juíza de Direito Auxiliar da 4ª Vara de Família.

Proc. Nº 23258-37.2010.8.10.0001. AÇÃO: EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO ALIMENTAR. Aut. LEDA MARIA PINHEIRO RODRIGUES. Adv(s). Dr(s). CARLOS AUGUSTO SANTOS PEREIRA. Req. MARCOS AURÉLIO FRANÇA FRASNKLIN. Adv(s). Dr(s). ÓTAVIO DOS ANJOS RIBEIRO. **DESPACHO:** Intime-se a parte autora para se manifestar sobre a contestação, no prazo de 10 (dez) dias. Designo Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para o dia 13 de Dezembro de 2011 às 11:00 horas. Determino o comparecimento pessoal das partes para interrogatório. As testemunhas deverão ser apresentadas independentemente de intimação. Notifique-se o representante do Ministério Público. Intimem-se. São Luís, 08 de Novembro de 2011. (Ass.) **ANDRÉA FURTADO PERLMUTTER LAGO**, Juíza de Direito Auxiliar da 4ª Vara de Família.

Proc. Nº 25397-25.2011.8.10.0001. AÇÃO: DIVÓRCIO LITIGIOSO. Aut. DORLENE RIBEIRO SOUSA. Adv(s). Dr(s). ALEXANDER RODRIGUES FERREIRA, LÍVIA FRANCISCA ROMA REIS e LUANA CELINA LEMOS DE MORAES. Req. JOSÉ DE RIBAMAR ALVES DE SOUSA. Adv(s). Dr(s). SEBASTIÃO DA CRUZ MOREIRA, RAIMUNDO NONATO FROZ NETO e PAULO GUILHERME MEDEIROS ALVES. **DESPACHO.** Defiro o Pedido Ministerial de fls. 3045, para designar audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para o dia 12 de Dezembro de 2011, às 10:30hs. Determino o comparecimento pessoal das partes para interrogatório. As testemunhas deverão ser apresentadas independentemente de instrução. Notifique-se o representante do Ministério Público. Intime-se. São Luís (MA), 04 de Novembro de 2011. (Ass.) **ANDRÉA FURTADO PERLMUTTER LAGO**, Juíza de Direito Auxiliar da 4ª Vara da Família.

Proc. Nº 11142-62.2011.8.10.0001. AÇÃO: DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE DE FATO C/C ALIMENTOS. Aut. LUCIANA DOS SANTOS FERREIRA, Adv(s). Dr(s). JOSÉ MARIA DINIZ e LIZ CRISTINA DE MELO BRITO. Req. ANDERSON BATISTA DOS SANTOS. **DESPACHO:** Dou o Processo por Saneado. Em decorrência das certidões de fls. 12 e 13, decreto a revelia do Requerido. Defiro as provas úteis requeridas tempestivamente. Designo a Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para o dia 12 de Dezembro de 2011 às 11:00 horas. Determino o comparecimento pessoal das partes para interrogatório. As testemunhas deverão ser apresentadas independentemente de instrução. Notifique-se o representante do Ministério Público. Intime-se. São Luís (MA), 04 de Novembro de 2011. (Ass.) **ANDRÉA FURTADO PERLMUTTER LAGO**, Juíza de Direito Auxiliar da 4ª Vara da Família.

Proc. Nº 25180-84.2008.8.10.0001. AÇÃO: ALIMENTOS. Aut. FRANCISCA TÂNIA TAVARES LIMA, Rep. seu filho. Adv(s). Dr(s). LUIZ FELIPE RABELO RIBEIRO. Req. ARIN MÁRCIO SILVA DA COSTA e OUTRO. Adv(s). Dr(s). BENEDITO NASCIMENTO DA COSTA. **DESPACHO.** Face a Certidão de fls. 120, designo Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para o dia 12 de Dezembro de 2011, às 10:00hs. Determino o comparecimento pessoal das partes para interrogatório. As testemunhas deverão ser apresentadas independentemente de intimação. Notifique-se o

representante do Ministério Público. Intime-se. São Luis (MA), 03 de Novembro de 2011. (Ass.) **ANDRÉA FURTADO PERLMUTTER LAGO**, Juíza de Direito Auxiliar da 4ª Vara da Família.

Proc. Nº 40678-55.2010.8.10.0001. AÇÃO: RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL C/C ALIMENTOS. Aut. JOSEANE BRITO DE SOUSA. Def. Público. Dr(s). SÍLVIA REGINA PEREIRA MARTINS. Req. JUSTINO RODRIGUES MACEDO. DESPACHO: Designo Audiência de Conciliação para o dia 07 de Dezembro de 2011, às 11:30hs. Determino o comparecimento pessoal das partes para interrogatório. As testemunhas deverão ser apresentadas independentemente de intimação. Notifique-se o representante do Ministério Público. Intime-se. São Luis (MA), 03 de Novembro de 2011. (Ass.) **ANDRÉA FURTADO PERLMUTTER LAGO**, Juíza de Direito Auxiliar da 4ª Vara de Família.

Proc. Nº 21880-12.2011.8.10.0001. AÇÃO: DECLARATÓRIA DE EXISTÊNCIA DE UNIÃO ESTÁVEL. Aut. JAIRO CÂMARA MENDES. Adv(s). Dr(s). JORGE LUIS TINOCO SOUZA. Req. ANA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA. DESPACHO: Torno sem efeito o despacho de fls. 28. Dou o Processo por Saneado. Em decorrência da certidão de fls. 26, decreto a revelia dos Requeridos. Defiro as provas úteis requeridas tempestivamente. Designo a Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 21 de Novembro de 2011, às 15:30 hs. Determino o comparecimento do Autor para colheita de seu depoimento pessoal. As testemunhas deverão ser apresentadas em audiência independentemente de intimação. Notifique-se o Ministério Público. Int. São Luís, 08 de Novembro de 2011. (Ass.) **ANDRÉA FURTADO PERLMUTTER LAGO**, Juíza de Direito Auxiliar da 4ª Vara de Família.

Proc. Nº 33970-86.2010.8.10.0001. AÇÃO: REVISÃO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA. Aut. CATIANE RABELO DOS SANTOS, Rep. seu filho. Def. Público Dr(s). SÍLVIA REGINA PEREIRA MARTINS. Req. WELLYNTON DOS SANTOS CARVALHO. DESPACHO: Face ao Parecer Ministerial de fls. 32, designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 07 de Dezembro de 2011, às 10:00hs. Determino o comparecimento pessoal das partes para interrogatório. As testemunhas deverão ser apresentadas independentemente de intimação. Notifique-se o representante do Ministério Público. Intime-se. São Luis (MA), 03 de Novembro de 2011. (Ass.) **ANDRÉA FURTADO PERLMUTTER LAGO**, Juíza de Direito Auxiliar.

Proc. Nº 38282-08.2010.8.10.0001. AÇÃO: EXECUÇÃO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA. Aut. REGINA DOS SANTOS VERAS, Rep. seu filho. Def. Público. Dr(s). SÍLVIA REGINA PEREIRA MARTINS. Req. RICARDO GARCIA DUTRA LOPES. Adv(s). Dr(s). JOSÉ ALCY MONTEIRO DE SOUSA. DESPACHO: Designo Audiência de Conciliação para o dia 07 de Dezembro de 2011, às 09:00hs. Determino o comparecimento pessoal das partes para interrogatório. As testemunhas deverão ser apresentadas independentemente de intimação. Notifique-se o representante do Ministério Público. Intime-se. São Luis (MA), 03 de Novembro de 2011. (Ass.) **ANDRÉA FURTADO PERLMUTTER LAGO**, Juíza de Direito Auxiliar da 4ª Vara de Família.

São Luís, 09 de novembro de 2011.

LAURA AMÉLIA FERNANDES ZARANZA DE CARVALHO
Secretária Judicial da 4ª Secretária de Família.

Quinta Vara da Família do Fórum Des. Sarney Costa

JUÍZO DE DIREITO DA QUINTA VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE SÃO LUÍS

JUÍZA DE DIREITO TITULAR: DRA. ANGELA MARIA MORAES SALAZAR

PROMOTORAS DE JUSTIÇA: DRA. MARUSCHKA DE MELLO E SILVA E DRA. SIRLEI CASTRO AIRES RODRIGUES

SECRETÁRIA JUDICIAL: ADRIANA NEIVA ALVES DA SILVA BRASIL

PUBLICAÇÃO DA PAUTA DE AUDIÊNCIA DO MÊS DE NOVEMBRO/2011
DIA 17/11/2011 (QUINTA-FEIRA)

PROCESSO Nº. 13779-83.2011.8.10.0001

AÇÃO: MODIFICAÇÃO DE GUARDA E RESPONSABILIDADE DE MENOR C/C PEDIDO DE LIMINAR DE GUARDA PROVISÓRIA E EXONERAÇÃO DE PENSÃO

REQUERENTE: JOÃO MARCELO AQUINO DE CARVALHO

ADVOGADO: HÉLIO BEZERRA DA COSTA JÚNIOR OAB/MA 4.825

REQUERIDA: KARINNA RACHEL PINTO DE SOUSA

ADVOGADA: GONZANILDE PINTO DE SOUSA – OAB/MA 3648

DESPACHO: Designo o dia 17 de novembro de 2011, às 08:30 horas, para audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, ocasião em que as partes deverão comparecer acompanhadas de seus respectivos advogados, bem como de suas testemunhas. São Luís, 01 de novembro de 2011.

DRA. ANGELA MARIA MORAES SALAZAR - Juíza de Direito Titular da 5ª Vara de Família.

PROCESSO Nº 44209-52.2009.8.10.0001

AÇÃO: REVISÃO DE ALIMENTOS C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA

REQUERENTE: MAYSALAN DA COSTA NUNES

ADVOGADO: SAILE AZEVEDO DA CRUZ - OAB/8269

REQUERIDOS: LARYSSA KELLY BARROS NUNES E PEDRO GABRIEL BARROS NUNES

REPRESENTANTE LEGAL: LOURDIMAR BARROS PINHEIRO NUNES

ADVOGADO: ANTONIO AMORIM PEREIRA – OAB/MA 4713

DESPACHO: Designo o dia 17 de novembro de 2011, às 08:45 horas, para audiência de Conciliação. São Luís, 01 de novembro de 2011. **DRA. ANGELA MARIA MORAES SALAZAR - Juíza de Direito Titular da 5ª Vara de Família.**

PROCESSO Nº 48977-84.2011.8.10.0001

AÇÃO: DIVÓRCIO LITIGIOSO

REQUERENTE: MARIO GOMES DOS SANTOS

ADVOGADO: RAIMUNDA CÉLIA SILVA COELHO – OAB/MA 2068

REQUERIDA: MARIA DE JESUS PINTO DOS SANTOS

DESPACHO: Designo o dia 17 de novembro de 2011, às 09:00 horas, para audiência de Conciliação. Cite-se e intime-se a (o) requerida (o) para comparecer ao ato, cientificando-o (a) de que, frustrada a conciliação ou não comparecendo, o prazo para apresentação de resposta - **15 (quinze) dias**, ut. art. 297 do C.P.Civil - começará a fluir da data da audiência, sob pena de revelia. São Luís, 01 de novembro de 2011. **DRA. ANGELA MARIA MORAES SALAZAR - Juíza de Direito Titular da 5ª Vara de Família.**

PROCESSO Nº 48329-07.2011.8.10.0001**AÇÃO: ALIMENTOS****REQUERENTE: AILTON JOÃO DOS SANTOS SARAIVA FILHO****REPRESENTANTE LEGAL: ROSANGELA DA CRUZ SILVA****ADVOGADA: GLAUCIA FERNANDA OLIVEIRA MARTINS BATALHA – OAB/MA 10.329****REQUERIDO: AILTON JOÃO DOS SANTOS SARAIVA****DESPACHO:** Designo o dia 17 de novembro de 2011, às 09:15 horas, para audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, ocasião em que as partes deverão comparecer acompanhadas de seus respectivos advogados, bem como de suas testemunhas. São Luís, 01 de novembro de 2011.**DRA. ANGELA MARIA MORAES SALAZAR - Juíza de Direito Titular da 5ª Vara de Família.****PROCESSO Nº 48928-43.2011.8.10.0001****AÇÃO: ALIMENTOS****REQUERENTE: VICTOR GABRIEL SANTOS GUIMARÃES****REPRESENTANTE LEGAL: ADRIANA DE SOUSA SANTOS****ADVOGADA: LUCY CHAVES COSTA FERREIRA – OAB/MA 3465****REQUERIDO: VICTOR HUGO CARVALHO GUIMARÃES****DESPACHO:** Designo o dia 17 de novembro de 2011, às 09:30 horas, para audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, ocasião em que as partes deverão comparecer acompanhadas de seus respectivos advogados, bem como de suas testemunhas. São Luís, 01 de novembro de 2011.**DRA. ANGELA MARIA MORAES SALAZAR - Juíza de Direito Titular da 5ª Vara de Família.****Está conforme o original.****São Luís, 09 de novembro de 2011.****Secretária Judicial da 5ª Vara de Família****Sexta Vara da Família do Fórum Des. Sarney Costa****1)PROCESSO: 0029386-15.2006.8.10.0001****AÇÃO: RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE****REQUERENTE(S): FRANCISCA EVANIA DE ARAUJO****DEFENSOR PÚBLICO****REQUERIDO(A)(S): IRALDO FRANCISCO LIMA VERAS****DECISÃO:** Isto posto, nos termos do art. 267, III e § 1º do CPC, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, determinando seu arquivamento.

Publique-se. Registre-se e Intimem-se.

Certificado o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e arquite-se, observadas as formalidades legais. Sem Custas.

São Luís, 09 de novembro de 2011

ANTONIO JOSÉ VIEIRA FILHO

Juiz de Direito da 6ª Vara de Família

2)PROCESSO: 0021876-14.2007.8.10.0001**AÇÃO: GUARDA****REQUERENTE(S): BERNARDA MOREIRA DE CARVALHO****ADVOGADO(A)(S): DRª HÉRICA CUNHA DE CARVALHO PERES SOARES, OAB/MA 6668****DECISÃO:** Isto posto, nos termos do art. 267, III e § 1º do CPC, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, determinando seu arquivamento.

Publique-se. Registre-se e Intimem-se.

Certificado o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e arquite-se, observadas as formalidades legais. Sem Custas.

São Luís, 09 de novembro de 2011.

ANTONIO JOSÉ VIEIRA FILHO

Juiz de Direito da 6ª Vara de Família

3)PROCESSO: 0026681-44.2006.8.10.0001**AÇÃO: INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C ALIMENTOS****REQUERENTE(S): LUCIANE SANTOS SILVA****DEFENSOR PÚBLICO****REQUERIDO(A)(S): JOSIEL FONSECA DA SILVA****DECISÃO:** Isto posto, nos termos do art. 267, III e § 1º do CPC, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, determinando seu arquivamento.

Publique-se. Registre-se e Intimem-se. Certificado o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e arquite-se, observadas as formalidades legais. Sem custas.

São Luís, 09 de novembro de 2011

ANTONIO JOSÉ VIEIRA FILHO

Juiz de Direito da 6ª Vara de Família

4)PROCESSO: 0023698-04.2008.8.10.0001**AÇÃO: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS****REQUERENTE(S): GIZELLE SANTOS DA SILVA****ADVOGADO(A)(S): DR. SERGIO ROBERTO P. DA SILVA, OAB/MA 3110****REQUERIDO(A)(S): DENILSON DE JESUS FERREIRA AZEVEDO****ADVOGADO(A)(S): DR. BENONES VIEIRA DE ARAUJO, OAB/MA 5497****DECISÃO:** Isto posto, nos termos do art. 267, III e § 1º do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, determinando seu arquivamento.

Publique-se, Registre-se e Intimem-se.

Certificado o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e arquivem-se, observadas as formalidades legais. Sem custas.

São Luís, 09 de Novembro de 2011

ANTONIO JOSÉ VIEIRA FILHO
Juiz de Direito da 6ª Vara de Família

5)PROCESSO: 0012808-74.2006.8.10.0001

AÇÃO: GUARDA E RESPONSABILIDADE

REQUERENTE(S): SIMÃO POLICARPO COSTA

DEFENSOR PÚBLICO

REQUERIDO(A)(S): JOSELENA BARROSO SANTOS

DECISÃO: Isto posto, nos termos do art. 267, III e §1º do CPC, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, determinando seu arquivamento.

Publique-se. Registre-se e Intimem-se.

Certificado o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e arquivem-se, observadas as formalidades legais. Sem Custas.

São Luís, 09 de novembro de 2011

ANTONIO JOSÉ VIEIRA FILHO
Juiz de Direito da 6ª Vara de Família

6)PROCESSO: 0026275-52.2008.8.10.0001

AÇÃO: INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C ALIMENTOS

REQUERENTE(S): MARIA FILOMENA MENDES

DEFENSOR PÚBLICO

REQUERIDO(A)(S): NIVALDO SANTOS

DECISÃO: Isto posto, nos termos do art. 267, III e §1º do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, determinando seu arquivamento.

Publique-se, Registre-se e Intimem-se.

Certificado o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e arquivem-se, observadas as formalidades legais. Sem custas.

São Luís, 09 de novembro de 2011

ANTONIO JOSÉ VIEIRA FILHO
Juiz de Direito da 6ª Vara de Família

7)PROCESSO: 0013385-81.2008.8.10.0001

AÇÃO: INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE

REQUERENTE(S): MAIRLA ARAUJO LOPES

ADVOGADO(A)(S): DR. FRANCISCO GOMES DE MORAIS, OAB/MA 4626, DRª ALBYLANE NERY DO NASCIMENTO, OAB/MA 3911 E OUTROS(UNICEUMA)

REQUERIDO(A)(S): PAULO PEREIRA DOS SANTOS

DECISÃO: Isto posto, nos termos do art. 267, III e §1º do CPC, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, determinando seu arquivamento.

Publique-se. Registre-se e Intimem-se.

Certificado o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e arquivem-se, observadas as formalidades legais. Sem Custas.

São Luís, 09 de novembro de 2011

ANTONIO JOSÉ VIEIRA FILHO
Juiz de Direito da 6ª Vara de Família

8)PROCESSO: 0023852-85.2009.8.10.0001

AÇÃO: RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO

REQUERENTE(S): ANA RODRIGUES DE ALMEIDA

DEFENSOR PÚBLICO

REQUERIDO(A)(S): MARCO AURELIO RODRIGUES REIS E OUTROS

DECISÃO: Isto posto, nos termos do art. 267, III e §1º do CPC, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, determinando seu arquivamento.

Publique-se. Registre-se e Intimem-se.

Certificado o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e arquivem-se, observadas as formalidades legais. Sem custas.

São Luís, 09 de Novembro de 2011

ANTONIO JOSÉ VIEIRA FILHO
Juiz de Direito da 6ª Vara de Família

9)PROCESSO: 0005781-98.2010.8.10.0001

AÇÃO: RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL

REQUERENTE(S): JOÃO EVANGELISTA COELHO

ADVOGADO(A)(S): DR. RAIMUNDO BENEDITO OLIVEIRA JUNIOR, OAB/MA 5706

DECISÃO: Isto posto, nos termos do art. 267, III e §1º do CPC, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, determinando seu arquivamento

Publique-se. Registre-se e Intimem-se.

Certificado o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e arquivem-se, observadas as formalidades legais. Sem custas.

São Luís, 09 de Novembro de 2011

ANTONIO JOSÉ VIEIRA FILHO

Juiz de Direito da 6ª Vara de Família

10)PROCESSO: 0028179-78.2006.8.10.0001**AÇÃO: ALIMENTOS****REQUERENTE(S): LUCINETE DOS SANTOS****ADVOGADO(A)(S): DR. MANOEL KLINGER, OAB/MA 7188****REQUERIDO(A)(S): CARLOS ALBERTO PEREIRA PINHEIRO****DECISÃO:** Isto posto, nos termos do art. 267 III e §1º do CPC, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, determino seu arquivamento. Publique-se. Registre-se e Intimem-se.

Certificado o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e archive-se, observadas as formalidades legais. Sem custas.

São Luís, 09 de Novembro de 2011

ANTONIO JOSÉ VIEIRA FILHO

Juiz de Direito da 6ª Vara de Família

11)PROCESSO: 0022986-48.2007.8.10.0001**AÇÃO: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS****REQUERENTE(S): LINDAIANA DE JESUS NOGUEIRA CAMPOS****DEFENSOR PÚBLICO****REQUERIDO(A)(S): EVANILDO CARVALHO MORAES****DECISÃO:** Isto posto, nos termos do art. 794, I, do CPC, julgo extinta a execução, determinando seu arquivamento. Publique-se. Registre-se e Intimem-se.

Certificado o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e archive-se, observadas as formalidades legais. Sem Custas.

São Luís, 09 de novembro de 2011

ANTONIO JOSÉ VIEIRA FILHO

Juiz de Direito da 6ª Vara de Família

12)PROCESSO: 0001678-53.2007.8.10.0001**AÇÃO: SEPARAÇÃO DE CORPOS****REQUERENTE(S): FRANCISCA DAS CHAGAS SILVA ROCHA****ADVOGADO(A)(S): DR. LUZ HENRIQUE FALCÃO TEIXEIRA, OAB/MA 3827, DR. GUTEMBERG SOARES CARNEIRO, OAB/MA 5775 E OUTROS****REQUERIDO(A)(S): CLEMILSON DA SILVA ROCHA****DECISÃO:** Isto posto, nos termos do art. 267, VI, do CPC, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, determinando seu arquivamento. Publique-se. Registre-se e Intimem-se.

Certificado o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e archive-se, observadas as formalidades legais. Sem Custas.

São Luís, 09 de novembro de 2011

ANTONIO JOSÉ VIEIRA FILHO

Juiz de Direito da 6ª Vara de Família

13)PROCESSO: 0011057-81.2008.8.10.0001**AÇÃO: RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTAVEL****REQUERENTE(S): RAIMUNDA ANTONIA PEREIRA OLIVEIRA****DEFENSOR PÚBLICO****REQUERIDO(A)(S): JOSÉ EDMAR GOMES SALDANHA****DECISÃO:** Isto posto, nos termos do art. 267, III e §1º do CPC, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, determinando seu arquivamento. Publique-se. Registre-se e Intimem-se.

Certificado o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e archive-se, observadas as formalidades legais. Sem Custas.

São Luís, 09 de novembro de 2011

ANTONIO JOSÉ VIEIRA FILHO

Juiz de Direito da 6ª Vara de Família

14)PROCESSO: 0011004-66.2009.8.10.0001**AÇÃO: GUARDA****REQUERENTE(S): FRANCISCO DAS CHAGAS VIANA DA SILVA JUNIOR****DEFENSOR PÚBLICO****DECISÃO:** Isto posto, nos termos do art. 267, III e § 1º do CPC, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, determinando seu arquivamento.

Publique-se. Registre-se e Intimem-se.

Certificado o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e archive-se, observadas as formalidades legais. Sem Custas.

São Luís, 09 de novembro de 2011

ANTONIO JOSÉ VIEIRA FILHO

Juiz de Direito da 6ª Vara de Família

15)PROCESSO: 016127-16.2007.8.10.0001**AÇÃO: DIVORCIO****REQUERENTE(S): AUGUSTO MATOS DOS SANTOS****ADVOGADO(A)(S): DR.ª MARIA DA CONCEIÇÃO COSTA MUBERECK, OAB/MA 3544 E OUTRO****REQUERIDO(A)(S): MARIA DA GRAÇA PEREIRA DOS SANTOS****DECISÃO:** Isto posto, nos termos do art. 267, III, do CPC, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, e conforme seu §1º, determinando seu

arquivamento. Publique-se. Registre-se e Intimem-se.

Certificado o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e archive-se, observadas as formalidades legais. Sem Custas.

São Luís, 09 de novembro de 2011

ANTONIO JOSÉ VIEIRA FILHO
Juiz de Direito da 6ª Vara de Família

Sétima Vara da Família do Fórum Des. Sarney Costa

PROCESSO: 32566-63.2011.08.10.0001

AÇÃO: DIVÓRCIO LITIGIOSO

REQUERENTE: VALDENICE DRUMON DE SOUSA PEREIRA

ADVOGADO: MARCELO JOSÉ LIMA FURTADO

REQUERIDO: JOSÉ DE RIBAMAR AMORIM PEREIRA

ADVOGADO: ANTONIO AMORIM PEREIRA

ATO ORDINATÓRIO: Intime-se a parte requerente, através de seu procurador, para manifestar-se, no prazo de dez dias, sobre o documento de fls 37-49 contestação. São Luís (MA), 09 de novembro de 2011. **Maria Francisca Galvão Dias. Secretária Judicial Titular da 7ª Vara de Família.**

PROCESSO: 36701-21.2011.08.10.0001

AÇÃO: DIVÓRCIO

REQUERENTE: FÁBIO HENRIQUE MATTOS MENDES

ADVOGADO: LUANE LEMOS FELICIO AGOSTINHO

REQUERIDO: ANA RUTE ALVES MENDES

ATO ORDINATÓRIO: Intime-se a parte requerente, através de seu procurador, para manifestar-se, no prazo de cinco dias, sobre o documento de fls 17. São Luís (MA), 18 de outubro de 2011. **Maria Francisca Galvão Dias. Secretária Judicial Titular da 7ª Vara de Família.**

PROCESSO: 41043-75.2011.8.10.0001

AÇÃO: EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER

REQUERENTE: ANTONIO DE JESUS PEREIRA

DEFENSOR PÚBLICO: JOSÉ AMÉRICO DA SILVA

REQUERIDO: EMÍLIA DOS SANTOS PEREIRA

ATO ORDINATÓRIO: Intime-se a parte requerente, através de seu procurador, para manifestar-se, no prazo de cinco dias, sobre o documento de fls 11. São Luís (MA), 09 de novembro de 2011. **Maria Francisca Galvão Dias. Secretária Judicial Titular da 7ª Vara de Família.**

PROCESSO: 10304-22.2011.08.10.0001

AÇÃO: DIVÓRCIO

REQUERENTE: ELIELMA TENÓRIO DA CUNHA FERREIRA

ADVOGADA: CYNTIA DE JESUS COSTA BEZERRA

REQUERIDO: JOSÉ ALDO FERREIRA

ADVOGADO: NATÉRCIA MARIA PROTÁSIO DE LIMA

DESPACHO: Intime-se a parte autora, por meio de seu procurador, para no prazo de 10 (dez) dias se manifestar sobre documentos juntados às fls.76/85. São Luís (MA), 03 de novembro de 2011. **Jesus Guanaré de Sousa Borges** Juiz de Direito titular da 7ª Vara de Família.

PROCESSO: 47206-71.2011.08.10.0001

AÇÃO: DIVÓRCIO LITIGIOSO

REQUERENTE: MÁRCIA ADRIANA CAMPOS ARAÚJO

ADVOGADO: MARIA DO PERPETUO SOCORRO MACIEL DE CARVALHO

REQUERIDO: ITALO JORGE COSTA ARAÚJO

DESPACHO: Defiro o pedido de assistência judiciária gratuita. Designo dia 14/03/2012, às 09:40 horas para realização de audiência de tentativa de conciliação, com o comparecimento das partes e de seus advogados. Intimem-se. Notifique-se o MPE. Cite-se e intime-se o réu, advertindo-se que, não havendo acordo em audiência, deverá apresentar defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de advogado, sob pena de serem presumidos como verdadeiros os fatos articulados pela autora, conforme o disposto no art. 285 do CPC. No que diz respeito aos alimentos provisórios requeridos, arbitro pensão alimentícia em benefício da filha comum do casal, Thalita Patrícia Campos Araujo(certidão de nascimento, fls. 12), a serem devidos pelo réu, Ítalo Jorge Costa Araujo, no valor correspondente à 20%(vinte por cento) do salário mínimo, que deverão ser entregues à representante legal da beneficiária, Márcia Adriana Braga Campos, mediante depósito em conta bancária de n. 001603-6, agência 0148, Banco da Amazônia, ate todo quinto dia útil de cada mês. Intimem-se. São Luís (MA), 03 de novembro de 2011. **Jesus Guanaré de Sousa Borges** Juiz de Direito Titular da 7ª Vara de Família

PROCESSO: 8372-96.2011.08.10.0001

AÇÃO: REVISÃO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

REQUERENTE: CARLOS EDUARDO FERREIRA CARDOSO

ADVOGADO: Dr(a) GARDÊNIA BATISTA ALVES ANDRADE - OAB/MA: 9593

REQUERIDO: FRANCILENE APARECIDA PINHEIRO AZEVEDO

ADVOGADO: JOSÉ RODRIGUES JUNIOR

SENTENÇA: Defiro o pedido de assistência judiciária gratuita. Designo dia 14/03/2012, às 09:40 horas para realização de audiência de tentativa de conciliação, com o comparecimento das partes e de seus advogados. Intimem-se. Notifique-se o MPE. Cite-se e intime-se o réu, advertindo-se que, não havendo acordo em audiência, deverá apresentar defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de advogado, sob pena de serem presumidos como verdadeiros os fatos articulados pela autora, conforme o disposto no art. 285 do CPC. No que diz respeito aos alimentos provisórios requeridos, arbitro pensão alimentícia em benefício da filha comum do casal, Thalita Patrícia Campos Araujo(certidão de nascimento, fls. 12), a serem devidos pelo réu, Ítalo Jorge Costa Araujo, no valor correspondente à 20%(vinte por cento) do salário mínimo, que deverão ser entregues à representante legal da beneficiária, Márcia Adriana Braga Campos, mediante depósito em conta bancária de n. 001603-6, agência 0148, Banco da Amazônia, ate todo quinto dia útil de cada mês. Intimem-se. São Luís (MA), 03 de novembro de 2011. **Jesus Guanaré de Sousa Borges** Juiz de Direito Titular da 7ª Vara de Família

Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de São Luís**Decisão****Processo nº 0000846-66.2011.8.10.0005****Ação: MEDIDAS CAUTELARES | MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (LEI MARIA DA PENHA)****Requerente: ROBERTA GARCIA BRASIL****Requerida: ALESSANDRO MARTINS DE OLIVEIRA****Advogada: KARLA MARÃO VIANA PEREIRA MURAD, OAB/MA 6298**

Vistos, etc. 1. Advogados do representado vem aos autos apresentar habilitação e requerer carga. 2. Haja vista estarem satisfeitos os elementos procuratórios, ficam os autos disponíveis, no prazo legal, para a parte requerida. 3. Intimem-se. São Luís (MA), 29 de setembro de 2011. NELSON MELO DE MORAES RÊGO Juiz Titular da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

Sentença**Processo nº 0002109-70.2010.8.10.0005****Ação: PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS | INQUÉRITO POLICIAL****Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO e VALDA CRISTINA LIMA GOMES****Réus: ARLINDO FERREIRA DE ARAUJO****Advogada: DRA. DOLIRIS PEREIRA AGUIAR, OAB/MA 9752**

Resulta desta análise jurídica que o conjunto de fatos, conhecidos, provados e inter-relacionados por circunstâncias de tempo e lugar, compõe prova segura que autoriza a conclusão de que a vítima realmente sofreu lesão corporal de natureza leve por seu companheiro, sendo desvalorizada e desprestigiada no seu âmbito doméstico e familiar. Passo a observar os critérios determinados pelo art. 59 do CPB, para a fixação da pena. A culpabilidade do Réu ARLINDO FERREIRA DE ARAUJO restou comprovada, eis que praticou um injusto penal, possuindo a capacidade de querer e de entender o caráter delituoso. No que tange a circunstância judicial de antecedentes do condenado, o mesmo não possui qualquer antecedentes criminais. Não há nos autos elementos para a análise da personalidade do acusado. A própria vítima afirmou que já agrediu fisicamente o acusado. Apurou-se que o motivo do crime foi ciúme do acusado para com a vítima. EX POSITIS, pelo que ficou demonstrado e pelo que mais dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a denúncia formulada, para CONDENAR o Réu ARLINDO FERREIRA DE ARAUJO nas penas do crime de lesão corporal de natureza leve (art. 129 § 9º do CPB), fixando-lhe a pena base em 03 (três) meses de detenção. Em razão da aplicação da pena mínima, não aproveita ao réu, a atenuante da confissão. E não havendo circunstâncias agravantes e nem causa especial de aumento ou diminuição, mantenho a pena base fixada de 03 (três) meses como definitiva. O regime inicial de cumprimento da pena é o aberto (art. 33 § 1º, alínea "C" do CPB). CONDENO o réu à participação no GRUPO REFLEXIVO de REEDUCAÇÃO e RESSOCIALIZAÇÃO de Autor de Violência Doméstica, mantido por esta Vara. À Equipe Multidisciplinar e o faço com respaldo do art. 45 da LMP. CONDENO ainda, o Estado do Maranhão, ao pagamento de honorários à Defensora dativa nomeada DOLIRIS PEREIRA AGUIAR (OAB-MA 9752) no valor de R\$2.200,00 (dois mil e duzentos reais), conforme Tabela de Honorários Advocatórios aprovada pela OAB-MA, por ter atuado na defesa desde resposta à acusação até a elaboração das alegações finais. EXPEÇA-SE OFÍCIO requisitório. Após o trânsito em julgado, lance-se o nome do réu no rol de culpados (art. 393, II do CPP) e ENCAMINHE-SE à Equipe Multidisciplinar. P. R. L. São Luís, 26 de setembro de 2011. Dr. Nelson Melo de Moraes Rêgo Juiz Titular da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

PROCESSO: 2156-44.2010.8.10.0005

ACUSADO: JOSÉ SANTOS BARROS

ADVOGADO: DR. PAULO ROBERTO ALMEIDA, OAB/MA 6395

VÍTIMA: IVETE COSTA MACEDO

**TERMO DE DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA
UNA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO**

O MM Juiz deliberou em audiência o seguinte: 01. Segundo o Artigo 402 do CPP o MM Juiz deu vista ao Ministério Público que não requereu nenhuma diligência e quanto a defesa determinou que fosse intimado o advogado constituído Dr Paulo Alberto Almeida para no prazo de 24 horas se manifestar quanto a eventual diligências; 02. Decorrido o prazo com ou sem manifestação conclusos. Dando-se por encerrado o presente termo que, depois de lido e achado conforme, vai por todos assinado. Eu,....., Ana Chaveline de Mello Silva, Auxiliar Judiciária, o digitei e assinei.

DR. NELSON MELO DE MORAES RÊGO
Juiz de Direito Titular da Vara Especial de Violência
Doméstica e Familiar Contra a Mulher

Secretaria de Interdição, Sucessão e Alvará**Nº PROCESSO: 47641-45.2011.8.10.0001****AÇÃO: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****REQUERENTE: MARIA DAS DORES FRAZÃO DA SILVA****REQUERIDO: TELMA MARIA AZEVEDO DA SILVA****ADVOGADO: JOSÉ ROSÁRIO JUNIOR**

DECISÃO: Vistos etc.: [...] Assim, declara-se a incompetência deste juízo para conhecer da matéria, por conseguinte, declina-se da competência para uma das Varas Cíveis desta Comarca, para onde os presentes autos deverão ser redistribuídos, dando-se a respectiva baixa em nossos registros. Intime-se. Cumpra-se. São Luís, 07 de novembro de 2011. Milton Bandeira Lima. Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará.

Nº PROCESSO: 49402-14.2011.8.10.0001**AÇÃO: ALVARÁ****REQUERENTE: LILIAN VIANA FREITAS E OUTROS****ADVOGADO: GLAUCIA FERNANDA OLIVEIRA MARTINS BATALHA**

DECISÃO: Vistos etc.: Diante do exposto, à vista do art. 9º, inciso XXV, da Lei Complementar Estadual nº 14/91, verifico que a matéria não se encontra no rol da competência desta Vara de Interdição, Sucessão e Alvará Judicial, cabendo, em verdade à Vara da Família da Capital. Dessa forma, tratando-se de competência em razão da matéria, e, portanto, absoluta, declaro, nos termos do art. 113 do CPC, a incompetência deste juízo

para processar e julgar o presente feito, determinando-se a baixa dos autos à distribuição para que se proceda à remessa a uma das Varas da Família desta Capital, conforme reza o art. 9º, incisos XVII a XXIV, da Lei Complementar Estadual 14/91. Intime-se. Cumpra-se. São Luís, 07 de novembro de 2011. Milton Bandeira Lima. Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará.

Nº PROCESSO: 13910-05.2004.8.10.0001

AÇÃO: INVENTÁRIO

HERDEIROS: LINETE CAMPELO DA SILVA PINHEIRO E OUTROS

ADVOGADO: ENEAS PEREIRA PINHO

DESPACHO: Vistos etc.: Intime-se o espólio de IVONE MAIA CAMPELO, na pessoa de seus herdeiros, através de advogado, para, no prazo de 10(dez) dias, manifestar-se sobre a petição de fls. 209/211. Cumpra-se. São Luís, 07 de novembro de 2011. Milton Bandeira Lima. Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará.

Nº PROCESSO: 47845-89.2011.8.10.0001

AÇÃO: INVENTÁRIO

REQUERENTE: MARIA APARECIDA ROCHA RODRIGUES

ADVOGADO: CLOVIS TAVARES MEDEIROS

DESPACHO: Vistos etc.: Trata-se de pedido de abertura de inventário em que a suposta parte não observou os requisitos legais(art. 282, CPC), nem sequer o dirigiu a este juízo, além de ter solicitado "ALVORÁ". Como se observa o escrito de fl. 02 não tem nem forma e nem jeito de uma petição inicial, o que denota desconhecimento da lei processual civil, em especial aos requisitos que devem ser criteriosamente observados quando da propositura de uma dirigida a qualquer juízo. Ressalte-se, ainda, que também não instruiu o pedido com a certidão de óbito do suposto de cujus, documento indispensável à propositura da ação, nos termos do artigo 987, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Ademais, o artigo 283 do Código de Processo Civil, dispõe que "a petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação". Assim, intime-se a requerente, através de seu advogado, para, no prazo de 10(dez) dias, emendar a petição inicial, observando todos os requisitos legais, sob pena de indeferimento(art. 284, CPC) e, consequente, extinção do feito sem resolução de mérito. Intime-se. Cumpra-se. São Luís, 07 de novembro de 2011. Milton Bandeira Lima. Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará.

Nº PROCESSO: 48094-40.2011.8.10.0001

AÇÃO: INVENTÁRIO

REQUERENTE: MARIA CELESTE DOMINICI SOARES

ADVOGADO: LUANE LEMOS FELICIO AGOSTINHO

DESPACHO: Vistos etc.: Trata-se de processo de abertura de inventário requerido por Maria Celeste Dominici Soares dos bens deixados por falecimento de Ulisses de Jesus Sousa da Conceição. Nomeia-se para o cargo de inventariante o Sr. MARIA CELESTE DOMINICI SOARES, que deverá prestar compromisso em 05(cinco) dias e, em 20(vinte) dias, contados da data da assinatura do termo de inventariante, deverá apresentar as primeiras declarações, na forma e no teor do art. 993, do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se. São Luís, 07 de novembro de 2011. Milton Bandeira Lima. Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará.

Nº PROCESSO: 23528-95.2009.8.10.0001

AÇÃO: INVENTÁRIO

PARTES: JOÃO FRANCISCO DA SILVA

ADVOGADO: JOAQUIM PEDRO DE BARROS NETO

DESPACHO: Vistos etc.: Com fulcro no artigo 1.009 do Código de Processo Civil, sobre o laudo de avaliação de fls. 49/50, manifestem-se as partes no prazo de 10(dez) dias, que correrá em cartório, inclusive a Fazenda Pública. Intime-se. Cumpra-se. São Luís, 07 de novembro de 2011. Milton Bandeira Lima. Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará.

Nº PROCESSO: 27953-34.2010.8.10.0001

AÇÃO: INVENTÁRIO

PARTES: PAULO LASARO DE CARVALHO FILHO E OUTROS

ADVOGADO: CLÁUDIO ANTÔNIO AMARAL MORAES

DESPACHO: Vistos etc.: Examinando-se os presentes autos, verifica-se que sobre o cálculo do imposto causa mortis, as partes e a Fazenda Pública foram devidamente intimadas e nada opuseram. Assim, com fulcro no artigo 1.013 do Código de Processo Civil, homologa-se o cálculo do imposto causa mortis(fl. 71). Intime-se as partes da referida decisão homologatória, inclusive a Fazenda Pública Estadual. Em seguida, dando-se prosseguimento ao presente processo, com amparo no artigo 1.022 do Código de Processo Civil, faculta-se às partes que, no prazo comum de 10 (dez) dias, formulem o pedido de quinhão. E, no tocante ao pedido de alienação do veículo descrito à fl. 17, ante a anuência de todos os herdeiros, defere-se, entretanto o valor obtido com a venda do bem deverá ser depositado integralmente na conta judicial em nome do espólio em epígrafe. Expeça-se alvará judicial para tal finalidade em nome do inventariante. Cumpra-se. São Luís, 07 de novembro de 2011. Milton Bandeira Lima. Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará.

Nº PROCESSO: 18253-39.2007.8.10.0001

AÇÃO: INVENTÁRIO

PARTES: AYMORÉ DE CASTRO ALVIM E OUTROS

ADVOGADO: JÚLIA CASTRO

DESPACHO: Vistos etc.: Examinando-se os presentes autos, verifica-se que sobre o cálculo do imposto causa mortis, as partes e a Fazenda Pública foram devidamente intimadas e nada opuseram. Assim, com fulcro no artigo 1.013 do Código de Processo Civil, homologa-se o cálculo do imposto causa mortis(fl. 147). Intime-se as partes da referida decisão homologatória, inclusive a Fazenda Pública Estadual e o Ministério Público Estadual. Em seguida, dando-se prosseguimento ao presente processo, com amparo no artigo 1.022 do Código de Processo Civil, faculta-se às partes que, no prazo comum de 10 (dez) dias, formulem o pedido de quinhão. E, no tocante ao pedido de fl. 151/152, dê-se vista ao Ministério Público Estadual. Cumpra-se. São Luís, 07 de novembro de 2011. Milton Bandeira Lima. Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará.

Nº PROCESSO: 2853-39.1994.8.10.0001

AÇÃO: INVENTÁRIO

REQUERENTE: MARIA RAIMUNDA DOS SANTOS NEVES

ADVOGADO: JOSÉ CARLOS SOUSA SILVA

DESPACHO: Vistos etc.: Defere-se o pedido de fl. 524. Expeça alvará na forma requerida. Ultimados todos os termos da sentença, archive, por findos, dando-se a respectiva baixa. São Luís, 07 de novembro de 2011. Milton Bandeira Lima. Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão

e Alvará.

Nº PROCESSO: 24013-66.2007.8.10.0001

AÇÃO: INVENTÁRIO

INVENTARIANTE: LUCIANA PIRES DA SILVA

PORTE: WILMA DE FÁTIMA NEVES SILVA

ADVOGADO: JORGE LUIS DE CARVALHO NINA; SONIA MARIA GAMA DE ALMEIDA

DESPACHO: Vistos etc.: Examinando-se os presentes autos, verifica-se que sobre laudo de avaliação, fl. 139/140 as partes e a Fazenda Pública foram devidamente intimadas e nada opuseram. Assim, com fulcro no artigo 1.011 do Código de Processo Civil, homologa-se o laudo de avaliação de fls. 139/140 para fins de cálculo do imposto causa mortis. Por conseguinte, intime-se a inventariante, para, no prazo de 10(dez) dias, apresentar as últimas declarações e, em seguida, ouça-se, em igual prazo, as partes sobre elas. Cumpra-se. São Luis, 07 de novembro de 2011. Milton Bandeira Lima. Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará.

Nº PROCESSO: 17770-14.2004.8.10.0001

AÇÃO: INVENTÁRIO

PARTES: LEOPOLDO PEREIRA MARTINS E OUTRO; DJALMA SOARES MARTINS FILHO

ADVOGADO: JOSÉ ALCY MONTEIRO SOUSA; JOSÉ CARLOS BASTOS SILVA

DESPACHO: Vistos etc.: Com amparo no artigo 1.012 do Código de Processo Civil, ouça-se as partes sobre as últimas declarações, fls. 176/177, no prazo comum de 10(dez) dias. Por conseguinte, não havendo impugnação, à Contadoria para proceder ao cálculo do imposto causa mortis. Intime-se. Cumpra-se. São Luis, 08 de novembro de 2011. Milton Bandeira Lima. Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará.

Nº PROCESSO: 38568-49.2011.8.10.0001

AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO

REQUERENTE: FRANCISCO DAS CHAGAS ARAUJO JUNIOR

REQUERIDO: MARIA VITÓRIA ARAUJO

ADVOGADO: JOSÉ CARLOS MINEIRO

DESPACHO: Vistos etc.: Defere-se o pedido na forma requerida. Intime-se. Cumpra-se. São Luis, 08 de novembro de 2011. Milton Bandeira Lima. Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará.

Nº PROCESSO: 48773-40.2011.8.10.0001

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: ARENICE FREITAS DA SILVA

INTERDITANDO: AMOS SANTOS DE FREITAS

ADVOGADO: VALDEMIR PESSÔA PRAZERES

DESPACHO: Vistos etc.: Das provas colacionadas aos autos (fls. 13), vislumbra-se a plausibilidade do direito (fumus boni iuris), bem como a necessidade de urgência (periculum in mora), por tratar-se de questão de saúde do(a) interditando(a). Assim, defere-se a medida, em caráter provisório, com prazo de 90 (noventa) dias, e nomeia-se, desde logo, o(a) Sr(a). Arenice Freitas da Silva, como curador(a) provisório(a) do(a) curatelando(a) Amós Santos de Freitas, a fim de que o(a) mesmo(a) possa representá-lo(a) em juízo ou fora dele, inclusive para fins previdenciários, bem como administrar financeiramente as contas do(a) interditando(a), podendo, inclusive, fazer levantamento de valores depositados junto à conta corrente ou poupança do(a) curatelando(a), ficando, também, o(a) referido(a) curador(a) provisório(a) nomeado(a) depositário(a) fiel dos valores recebidos junto às Instituições Financeiras, bem como de quaisquer outras fontes, obrigando-se à prestação de contas, tudo como disposto no artigo 919 do Código de Processo Civil, inclusive às sanções de lei. Lavre-se termo de curatela provisória, com prazo de 90 (noventa) dias, devendo constar do mesmo que é terminantemente vedado alienar ou onerar os bens móveis ou imóveis ou outros de qualquer natureza pertencente ao(a) interditando(a), ficando vedado, inclusive, contrair qualquer tipo de empréstimo em dinheiro ou outra espécie em nome do(a) curatelando(a), salvo com expressa autorização judicial. Intime-se a parte autora, por intermédio de seu advogado, para em dez(10) dias, juntar os documentos abaixo: I DA REQUERENTE: - Certidão de antecedentes criminais; - Atestado de bons antecedentes; - Atestado de sanidade física e mental; I DO INTERDITANDO: - Se for eleitor, apresentar cópia do título. Intime-se a parte deste despacho, cuja cópia servirá de mandado. Cumpra-se. São Luis, 04 de novembro de 2011. Milton Bandeira Lima. Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará.

Nº PROCESSO: 49189-08.2011.8.10.0001

AÇÃO: ALVARÁ

REQUERENTE: MARIA JOSÉ MARTINS DOS REIS

ADVOGADO: LUIZ FELIPE MARTINS DOS REIS

DESPACHO: Vistos etc.: Considerando o documento a escritura pública de adoção de fl. 10 e o Código Civil em seu art. 1.603, versa que "a filiação prova-se pela certidão do termo de nascimento registrada no Registro Civil", intime-se a autora, por intermédio de seu advogado, para juntar, em 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial (art. 283 do CPC), certidão de nascimento com a devida averbação da adoção. Cumpra-se. São Luis, 08 de novembro de 2011. Milton Bandeira Lima. Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará.

Nº PROCESSO: 28623-38.2011.8.10.0001

AÇÃO: ALVARÁ

REQUERENTE: MARIA DO CARMO SANTOS

ADVOGADO: JOSÉ EDUARDO SILVA PINHEIRO HOMEM

DESPACHO: Vistos etc.: Intime-se a requerente, via seu advogado, para cumprir integralmente o despacho de fls.30, na forma como nele determinado, no prazo de 48 horas, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se. São Luis, 08 de novembro de 2011. Milton Bandeira Lima. Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará.

Nº PROCESSO: 43413-27.2011.8.10.0001

AÇÃO: ALVARÁ

REQUERENTE: MARIA DIANA MIRANDA RIBEIRO E OUTROS

ADVOGADO: DIEGO CARLOS SÁ DOS SANTOS

DESPACHO: Vistos etc.: Defere-se o pedido de fls.36/37. Aguardem os autos na Secretaria pelo prazo de 15 (quinze) dias, contados da interposição da petição. Após, voltem os autos conclusos. Intime-se. Cumpra-se São Luis, 08 de novembro de 2011. Milton Bandeira Lima. Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará.

Nº PROCESSO: 42174-85.2011.8.10.0001

AÇÃO: INTERDIÇÃO

REQUERENTE: EUGÊNIA MARIA LIMA FERREIRA

INTERDITANDO: ELZA CAMILA SILVA MAIA

ADVOGADO: MARCO AURELIO NEVES LIMA

DESPACHO: Vistos etc.: Designa-se o dia 01 de dezembro de 2011 às 09h30min, para a audiência de exame e interrogatório do(a) interditando(a), nos moldes do art. 1.181 do Código de Processo Civil. Intimem-se as partes deste despacho, cuja cópia servirá de mandado, dando-lhe ciência da data da audiência. De igual modo, cite-se o(a) interditando(a), advertindo-lhe de que poderá impugnar o pedido, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da audiência do seu interrogatório. Notifique-se o Ministério Público. Havendo interesse da parte em antecipar a data da audiência, faça-se presente à Secretaria desta Vara, para que seja designada nova data, ficando sob sua responsabilidade a apresentação do(a) curatelando(a) ao interrogatório, independentemente de intimação e/ou citação. Cumpra-se. São Luis, 04 de novembro de 2011. Milton Bandeira Lima. Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará.

Nº PROCESSO: 38987-69.2011.8.10.0001**AÇÃO: ALVARÁ**

REQUERENTE: CELSO HENRIQUE PINHEIRO GONÇALVES

ADVOGADO: ADALBERTO R.B. GONÇALVES

DESPACHO: Vistos etc.: Intime-se o (a) autor (a), por intermédio de seu advogado/Defensor Público, para juntar, em 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial (Art. 283 do CPC): Certidão de existência/inexistência de dependentes habilitados perante a Previdência Social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares, conforme disposição do art. 1º, caput, da Lei nº 6.858/80, e do art. 2º, e parágrafo único, do Decreto nº 85.845/81; Na falta de dependentes habilitados na forma acima, declaração (assinada pelo postulante) informando a existência/inexistência de outros sucessores do de cujus previstos na Lei Civil, para fins do art. 5º do Decreto nº 85.845/81, sujeitando-se o declarante às sanções previstas no Código Penal e demais cominações legais aplicáveis; Se tratar de hipótese do inciso V, art. 1º, do Decreto nº 85.845/81, declaração de existência/inexistência de outros bens sujeitos a inventário, firmada pelo interessado, na forma do art. 4º do referido Decreto; Cumpra-se. São Luis, 04 de novembro de 2011. Milton Bandeira Lima. Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará.

Nº PROCESSO: 49423-87.2011.8.10.0001**AÇÃO: ALVARÁ**

REQUERENTE: DANIELLE DE SOUSA MEDEIROS E OUTROS

ADVOGADO: FRANCISCO MOURA DOS SANTOS

DESPACHO: Vistos etc.: Intime-se o(a) autor(a), por intermédio de seu advogado/Defensor Público, para juntar, em 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial (Art. 283 do CPC): Na falta de dependentes habilitados, declaração (assinada pelo postulante) informando a existência/inexistência de outros sucessores do de cujus, previstos na Lei Civil, para fins do art. 5º do Decreto nº 85.845/81, sujeitando-se o declarante às sanções previstas no Código Penal e demais cominações legais aplicáveis; Se tratar de hipótese do inciso V, art. 1º, do Decreto nº 85.845/81, declaração de existência/inexistência de outros bens sujeitos a inventário, firmada pelo interessado, na forma do art. 4º do referido Decreto; Cumpra-se. São Luis, 07 de novembro de 2011. Milton Bandeira Lima. Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará.

Nº PROCESSO: 2047-13.2008.8.10.0001**AÇÃO: INVENTÁRIO**

PARTES: FRANCISCA HOLANDA LOPES E OUTRA

ADVOGADO: SANDRO SILVA DE SOUZA; DOMINGOS FARIA PEREIRA JUNIOR

DESPACHO: Vistos etc.: Examinando-se os presentes autos, verifica-se que sobre o cálculo do imposto causa mortis, as partes e a Fazenda Pública foram devidamente intimadas e nada opuseram. Assim, com fulcro no artigo 1.013 do Código de Processo Civil, homologa-se o cálculo do imposto causa mortis (fl. 70). Intime-se as partes da referida decisão homologatória, inclusive a Fazenda Pública Estadual. Em seguida, dando-se prosseguimento ao presente processo, com amparo no artigo 1.022 do Código de Processo Civil, faculta-se às partes que, no prazo comum de 10 (dez) dias, formulem o pedido de quinhão. Cumpra-se. São Luis, 07 de novembro de 2011. Milton Bandeira Lima. Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará.

Nº PROCESSO: 22458-82.2005.8.10.0001**AÇÃO: INVENTÁRIO**

REQUERENTE: MARIA JULIA SOUZA SILVA

ADVOGADO: JOSE EDUARDO SILVA PINHEIRO HOMEM

DESPACHO: Vistos etc.: Defere-se o pedido de fl. 77. Ultimados os termos da sentença, archive-se, por findos, dando-se a respectiva baixa. Cumpra-se. São Luis, 07 de novembro de 2011. Milton Bandeira Lima. Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará.

Nº PROCESSO: 5827-92.2007.8.10.0001**AÇÃO: INVENTÁRIO**

REQUERENTE: ADÉLIA PAIXÃO MARTINS E OUTROS

ADVOGADO: ALDINEI ABREU FARIAS

DESPACHO: Vistos etc.: Examinando-se os presentes autos, verifica-se que sobre o cálculo do imposto causa mortis, as partes e a Fazenda Pública foram devidamente intimadas e nada opuseram. Assim, com fulcro no artigo 1.013 do Código de Processo Civil, homologa-se o cálculo do imposto causa mortis (fl. 150). Intime-se as partes da referida decisão homologatória, inclusive a Fazenda Pública Estadual. Em seguida, dando-se prosseguimento ao presente processo, com amparo no artigo 1.022 do Código de Processo Civil, faculta-se às partes que, no prazo comum de 10 (dez) dias, formulem o pedido de quinhão. Cumpra-se. São Luis(MA), 07 de novembro de 2011. MILTON BANDEIRA LIMA Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvarás

Nº PROCESSO: 49391-82.2011.8.10.0001**AÇÃO: ALVARÁ**

REQUERENTE: ISAU RIOS DA SILVA

ADVOGADO: DANIELA ALMEIDA MARTINS

DESPACHO: Vistos etc.: Intime-se o(a) autor(a), por intermédio de seu advogado, para juntar, em 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial (Art. 283 do CPC): (X) Certidão de existência/inexistência de dependentes habilitados perante a Previdência Social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares, na forma do art. 1º, caput, da Lei nº 6.858/80, e do art. 2º, e parágrafo único do Decreto nº 85.845/81; (X) Na falta de dependentes habilitados, declaração (assinada pelo postulante) informando a existência/inexistência de outros sucessores do de cujus, previstos na Lei Civil, na forma do art. 5º do Decreto nº 85.845/81; (X) Declaração de inexistência de outros bens a inventariar, firmada

pelo interessado, na forma do art. 4º do Decreto nº 85.845/81; () Oficie-se ao Consorcio Honda, para no prazo de 10 dias informar a este juízo a existência do consorcio do grupo 29769, cota234, RD 8, no nome do Sr. Francisco wellison Rios da Silva, CPF-037.191.103-62, falecido em 1º-07-2011. Cumpra-se. São Luís, 07 de novembro de 2011. Milton Bandeira Lima Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvarás

Nº PROCESSO: 24516-82.2010.8.10.0001**AÇÃO: INVENTÁRIO**

REQUERENTE: NAYA PRICILA MENDES LIMA

ADVOGADO: ADILTON SOUSA SILVA

DESPACHO: Vistos etc.: Defere-se o requerimento Ministerial lançado às fls. 42/43 e, por conseguinte, determina-se a intimação a inventariante, através de advogado(a), para, no prazo de 05(cinco) dias, informar o endereço da herdeira menor NAYRA CRISTINA MENDES LIMA e de sua genitora MARIA APARECIDA MENDES. Cumpra-se. São Luís(MA), 07 de novembro de 2011.

MILTON BANDEIRA LIMA Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvarás

Nº PROCESSO: 44123-81.2010.8.10.0001**AÇÃO: INTERDIÇÃO**

REQUERENTE: CONCEIÇÃO DE MARIA GONÇALVES DA SILVA

ADVOGADO: MANOEL ANTONIO XAVIER

DESPACHO: Vistos etc.: Assim, o MM. Juiz determinou a intimação do advogado para, no prazo de 48h (quarenta e oito) horas tomar conhecimento e se manifestar sobre o teor das supracitadas certidões indicando, de logo, o endereço correto das partes.. Cumpra-se. São Luís(MA), 05 de setembro de 2011, às 13:07:00. MILTON BANDEIRA LIMA Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvarás

Nº PROCESSO: 333-47.2010.8.10.0001**AÇÃO: INVENTÁRIO**

REQUERENTE: ANA LÚCIA AZEVEDO

ADVOGADO: MIRIAN MARLA DE M. NUNES LIMA; ARMSTRONG TAVARES DE LINDBERG

DESPACHO: Vistos etc.: Examinando-se os presentes autos, verifica-se que sobre laudo de avaliação, fls. 63/64, as partes e a Fazenda Pública, devidamente intimadas, nada opuseram. Assim, com fulcro no artigo 1.011 do Código de Processo Civil, homologa-se o laudo de avaliação de fls. 63/64 para fins de cálculo do imposto causa mortis. Por conseguinte, intime-se a inventariante, para, no prazo de 10(dez) dias, apresentar as últimas declarações e, em seguida, ouça-se, em igual prazo, as partes sobre elas. Cumpra-se. São Luís(MA), 07 de novembro de 2011. MILTON BANDEIRA LIMA Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvarás

Nº PROCESSO: 46786-66.2011.8.10.0001**AÇÃO: ALVARÁ**

REQUERENTE: REGIANE PEREIRA SOUSA E ROSANE VIANA PEREIRA

ADVOGADO: DILSON DIAS SÁ

DESPACHO: Vistos etc.: Intime-se o(a) autor(a), por intermédio de seu advogado/Defensor Público, para juntar, em 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial (Art. 283 do CPC): Na falta de dependentes habilitados, declaração (assinada pelo postulante) informando a existência/inexistência de outros sucessores do de cujus, previstos na Lei Civil, para fins do art. 5º do Decreto nº 85.845/81, sujeitando-se o declarante às sanções previstas no Código Penal e demais cominações legais aplicáveis; Se tratar de hipótese do inciso V, art. 1º, do Decreto nº 85.845/81, declaração de existência/inexistência de outros bens sujeitos a inventário, firmada pelo interessado, na forma do art. 4º do referido Decreto;

Cumpra-se. São Luís, 20 de outubro de 2011. Milton Bandeira Lima
Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvarás

Nº PROCESSO: 49595-29.2011.8.10.0001**AÇÃO: ALVARÁ**

REQUERENTE: LUCILENE DONATO DINZ MENDES E OUTROS

ADVOGADO: JOSÉ NIJAR SAUAIA NETO

DESPACHO: Vistos etc.: Intime-se o(a) autor(a), por intermédio de seu advogado, para juntar, em 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial (Art. 283 do CPC): (X) Certidão de existência/inexistência de dependentes habilitados perante a Previdência Social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares, na forma do art. 1º, caput, da Lei nº 6.858/80, e do art. 2º, e parágrafo único do Decreto nº 85.845/81; (X) Na falta de dependentes habilitados, declaração (assinada pelo postulante) informando a existência/inexistência de outros sucessores do de cujus, previstos na Lei Civil, na forma do art. 5º do Decreto nº 85.845/81; (X) Declaração de inexistência de outros bens a inventariar, firmada pelo interessado, na forma do art. 4º do Decreto nº 85.845/81. Cumpra-se. São Luís, 07 de novembro de 2011. Milton Bandeira Lima Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvarás

Nº PROCESSO: 49622-12.1988.8.10.0001**AÇÃO: ALVARÁ**

REQUERENTE: MARIA BERNARDETE SANTOS SILVA

ADVOGADO: WILMA MARIA PEREIRA LIMA

DESPACHO: Vistos etc.: Intime-se o(a) autor(a), por intermédio de seu advogado, para juntar, em 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial (Art. 283 do CPC): (X) Certidão de existência/inexistência de dependentes habilitados perante a Previdência Social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares, na forma do art. 1º, caput, da Lei nº 6.858/80, e do art. 2º, e parágrafo único do Decreto nº 85.845/81; (X) Na falta de dependentes habilitados, declaração (assinada pelo postulante) informando a existência/inexistência de outros sucessores do de cujus, previstos na Lei Civil, na forma do art. 5º do Decreto nº 85.845/81; (X) Declaração de inexistência de outros bens a inventariar, firmada pelo interessado, na forma do art. 4º do Decreto nº 85.845/81; Cumpra-se. São Luís, 07 de novembro de 2011. Milton Bandeira Lima Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvarás

Nº PROCESSO: 48210-46.2011.8.10.0001**AÇÃO: ALVARÁ**

REQUERENTE: MARIA DA CONCEIÇÃO FREITAS

ADVOGADO: CORNÉLIO DE JESUS PEREIRA E OUTROS

DESPACHO: Vistos etc.: Intime-se o(a) autor(a), por intermédio de seu advogado, para juntar, em 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial (Art. 283 do CPC): (X) Certidão de existência/inexistência de dependentes habilitados perante a Previdência Social ou na forma da

legislação específica dos servidores civis e militares, na forma do art. 1º, caput, da Lei nº 6.858/80, e do art. 2º, e parágrafo único do Decreto nº 85.845/81; (X) Na falta de dependentes habilitados, declaração (assinada pelo postulante) informando a existência/inexistência de outros sucessores do de cujus, previstos na Lei Civil, na forma do art. 5º do Decreto nº 85.845/81; (X) Declaração de inexistência de outros bens a inventariar, firmada pelo interessado, na forma do art. 4º do Decreto nº 85.845/81; Cumpra-se. São Luís, 07 de novembro de 2011. Milton Bandeira Lima Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

Nº PROCESSO: 49734-78.2011.8.10.0001

AÇÃO: ALVARÁ

REQUERENTE: LENIMAR DE JESUS SILVA

ADVOGADO: LINDA NOGUEIRA BESSA PINHEIRO

DESPACHO: Vistos etc.: Intime-se o(a) autor(a), por intermédio de seu advogado, para juntar, em 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial (Art. 283 do CPC): (X) Certidão de existência/inexistência de dependentes habilitados perante a Previdência Social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares, na forma do art. 1º, caput, da Lei nº 6.858/80, e do art. 2º, e parágrafo único do Decreto nº 85.845/81; (X) Na falta de dependentes habilitados, declaração (assinada pelo postulante) informando a existência/inexistência de outros sucessores do de cujus, previstos na Lei Civil, na forma do art. 5º do Decreto nº 85.845/81; (X) Declaração de inexistência de outros bens a inventariar, firmada pelo interessado, na forma do art. 4º do Decreto nº 85.845/81; (X) Declaração da União estável (sentença). Cumpra-se. São Luís, 07 de novembro de 2011. Milton Bandeira Lima Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará.

Nº PROCESSO: 49415-12.2011.8.10.0001

AÇÃO: ALVARÁ

REQUERENTE: MACIELA LIMA MACIEL SANTOS

ADVOGADO: HEURIDES SERRA FERREIRA

DESPACHO: Vistos etc.: Intime-se o(a) autor(a), por intermédio de seu advogado, para juntar, em 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial (Art. 283 do CPC): (X) Certidão de existência/inexistência de dependentes habilitados perante a Previdência Social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares, na forma do art. 1º, caput, da Lei nº 6.858/80, e do art. 2º, e parágrafo único do Decreto nº 85.845/81; (X) Na falta de dependentes habilitados, declaração (assinada pelo postulante) informando a existência/inexistência de outros sucessores do de cujus, previstos na Lei Civil, na forma do art. 5º do Decreto nº 85.845/81; (X) Declaração de inexistência de outros bens a inventariar, firmada pelo interessado, na forma do art. 4º do Decreto nº 85.845/81; (X) Oficie-se ao Banco Bradesco, para no prazo de 10 dias informar a este juízo o saldo existente na conta 0042716-0, agência 2121 pertencente ao Sr. José Carlos Sousa Santos, CPF-850.229.933-68. Cumpra-se. São Luís, 07 de novembro de 2011. Milton Bandeira Lima Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

Nº PROCESSO: 35549-06.2009.8.10.0001

AÇÃO: INVENTÁRIO

REQUERENTE: PATRICIA BARBOSA BORGES DAMES

ADVOGADO: JOSÉ SILVA DO VALE NETO; CLEITO LEITE GOMES

DESPACHO: Vistos etc.: Com fulcro no artigo 1.012 do Código de Processo Civil, ouça-se as partes sobre as últimas declarações no prazo comum de 10 (dez) dias, inclusive o Ministério Público Estadual. E, não havendo impugnação, encaminhe-se os autos à Contadoria Judicial para fins de cálculo do imposto causa mortis. Intime-se. Cumpra-se. São Luís (MA), 07 de novembro de 2011. MILTON BANDEIRA LIMA Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvarás

Nº PROCESSO: 33481-83.2009.8.10.0001

AÇÃO: INVENTÁRIO

REQUERENTE: ELESIANE BRAGA BILIO

ADVOGADO: CAROLINE FERNANDO SOUSA BOUÉRES; FRANCINÉ COSTA MELO

DESPACHO: Vistos etc.: Ante o exposto, intime-se a inventariante e os demais herdeiros, através de advogado, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre a deliberação na forma acima descrita. E, caso haja concordância das partes, lavre-se o respectivo auto de partilha (artigo 1.024 do Código de Processo Civil). Após, venham os autos conclusos. Cumpra-se. São Luís (MA), 07 de novembro de 2011, às 14:27:30. MILTON BANDEIRA LIMA Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará

Nº PROCESSO: 8227-55.2002.8.10.0001

AÇÃO: INVENTÁRIO

REQUERENTE: MARILORDES MARANHÃO MUSSALEM

ADVOGADO: MARCILIO MUSSALÉM; GLEYSON GADELHA MELO

DESPACHO: Vistos etc.: Com fulcro no artigo 1.012 do Código de Processo Civil, encaminhe-se os presentes autos ao(à) contador(a) judicial para proceder à elaboração do cálculo do imposto causa mortis. Feito o cálculo, com respaldo no artigo 1.013 do supracitado Diploma legal, ouça-se as partes no prazo comum de 5 (cinco) dias, que correrá em cartório e, em seguida, a Fazenda Pública. Intime-se. Cumpra-se. São Luís (MA), 07 de novembro de 2011. MILTON BANDEIRA LIMA Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvarás

Nº PROCESSO: 11131-38.2008.8.10.0001

AÇÃO: HABILITAÇÃO

REQUERENTE: CLORES GOMES C. DANTAS E OUTROS

ADVOGADO: ROBERTO MONGELOS WALLIM JÚNIOR; THIAGO SEBASTIÃO CAMPELO DANTAS

SENTENÇA: Vistos etc.: [...] É, em síntese, o relatório. Decide-se. Nos termos do artigo 459, caput, do Código de Processo Civil, "[...] nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito, o juiz decidirá de forma concisa." Examinando-se os presentes autos, verifica-se que tramita há mais de 03 (três) anos. Os autos do processo de inventário dos bens do espólio de Clores Gomes Silva e Beltrão Campelo do Bonfim, nº 0013910-05.2004.8.10.0001, já se encontram na fase de partilha, e os sucessores do espólio da de cujus IVONE MAIA CAMPELO, foram todos declarados, a saber: viúvo GREGÓRIO CAMPELO, e seus doze filhos, CLORES CAMPELO DANTAS, RAIMUNDO JOSÉ CAMPELO, JOSÉ DE ALENCAR CAMPELO MAIA, CLÉSIO CAMPELO MAIS, CLÉSIA CAMPELO MAIA, FERNANDO CAMPELO MAIA, FERNANDA CAMPELO MAIS, GORETE CAMPELO MAIA, NAZIONETE CAMPELO MAIA, ROSÂNGELA CAMPELO MAIA, PATRÍCIA CAMPELO MAIA e FÉLIX CAMPELO MAIA. Portanto, o presente pedido perdeu o seu objeto, esvaziando-se totalmente, não tendo como continuar tramitando. Assim, com amparo no artigo 267, VI, do Código de Processo Civil, julga-se extinto o processo sem resolução de mérito. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, desapense-se e archive-se, dando-se a respectiva baixa. São Luís, 07 de novembro de 2011. Milton Bandeira Lima. Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará.

Nº PROCESSO: 36340-04.2011.8.10.0001**AÇÃO: ALVARÁ**

REQUERENTE: RAIMUNDA BORRALHO PEREIRA

ADVOGADO: MIRELLA PARADA MARTINS E OUTRA

SENTENÇA: Vistos etc.: Diante do exposto, feitas tais considerações, com fulcro nos arts. 1.750 e 1.781 do CC e acompanhando a ilustre manifestação ministerial, defere-se o pedido formulado na inicial, determinando a expedição do competente Alvará Judicial habilitando Fátima de Maria Pereira Teixeira (RG nº 032748952007-4 SSP/MA; CPF nº 198.625.203-53), na qualidade de curadora de sua genitora Raimunda Borralho Pereira, a proceder à alienação do bem imóvel situado Rua Graça Aranha, nº 97, Centro, nesta cidade, de propriedade da interditada, cujo valor mínimo para a venda será o previsto no laudo de avaliação judicial, no caso, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), ficando responsável, ainda, e sob as penas da lei, devendo prestar contas de tudo, fazendo-se prova em juízo, e constando que é terminantemente vedado contrair qualquer tipo de empréstimo em dinheiro ou outra espécie em nome da curatelada. Sem custas (parte beneficiária da Justiça Gratuita). P.R.I. Transitado em julgado, archive-se. Expeça-se Mandado (caso necessário). São Luís, 31 de outubro de 2011. Milton Bandeira Lima. Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará.

Nº PROCESSO: 5327-94.2005.8.10.0001**AÇÃO: PRESTAÇÃO DE CONTAS**

REQUERENTE: SUELY GONÇALVES NEVES BRAGA

REQUERIDO: SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES DE SÃO LUIS

ADVOGADO: CELINA URÇULINA DE MELO LOPES E OUTROS; GUTEMBERG SOARES CARNEIRO

SENTENÇA: Vistos etc.: [...] Assim, com amparo no artigo 267, VI, do Código de Processo Civil, julga-se extinto o processo sem resolução de mérito. Custas de lei. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, desapense-se e archive-se, dando-se a respectiva baixa. São Luís, 07 de novembro, de 2011. Milton Bandeira Lima. Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará.

Nº PROCESSO: 3422-25.2003.8.10.0001**AÇÃO: INVENTÁRIO**

REQUERENTE: MARIA RAIMUNDA CARDOSO

ADVOGADO: RAIMUNDA CÉLIA SILVA COELHO

SENTENÇA: Vistos etc.: Isto posto, homologa-se, por sentença, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, o auto de partilha de fls. 124/132, referente aos bens que compõem o espólio de Joaquim Francisco Cardoso, falecido aos 11(onze) dias do mês de novembro do ano 2001 (dois mil e um). Em consequência, adjudica-se aos interessados os seus respectivos quinhões, salvo erro, omissão ou direito de terceiros, em especial a Fazenda Pública. Decorrido o prazo legal, expeça-se os formais de partilha, entretanto ficam condicionados à juntada das certidões negativas(federal, estadual e municipal) em nome do espólio de Joaquim Francisco Cardoso. Custas e honorários advocatícios pelas partes. Dê-se ciência à Fazenda Pública e ao Ministério Público Estadual. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitado em julgado, archive-se os autos, dando-se a respectiva baixa. São Luís, 08 de novembro de 2011. Milton Bandeira Lima. Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará.

Nº PROCESSO: 42657-18.2011.8.10.0001**AÇÃO: ALVARÁ**

REQUERENTE: REGINA CELIA COSTA MATOS

ADVOGADO: ROMUALDO SILVA MARQUINHO

SENTENÇA: Vistos etc.: Isto posto, tendo em vista que a Requerente foi devidamente intimada para instruir seu pedido com documentos indispensáveis à espécie, mas manteve-se inerte, deixando transcorrer in albis o prazo que lhe foi concedido para regularização do feito, indefere-se a petição inicial nos termos do art. 284, parágrafo único do CPC, e declara-se, na forma do art. 267, I do CPC, extinto o processo sem resolução do mérito. Defere-se o pedido de Assistência Judiciária Gratuita. Sem custas e honorários advocatícios Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitado em julgado, archive-se. Havendo requerimento para desentranhamento de documentos que instruíram o feito, proceda-se na forma requerida, mediante recibo nos autos. São Luís, 08 de novembro de 2011. Milton Bandeira Lima. Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará.

Nº PROCESSO: 28135-83.2011.8.10.0001**AÇÃO: ALVARÁ**

REQUERENTE: MARIA MADALENA DA SILVA LINO

ADVOGADO: LISIA MARIA PEREIRA GOMES; THALES DA COSTA LOPES

SENTENÇA: Vistos etc.: Isto posto, tendo em vista que a Requerente foi devidamente intimada para instruir seu pedido com documentos indispensáveis à espécie, mas manteve-se inerte, deixando transcorrer in albis o prazo que lhe foi concedido para regularização do feito, indefere-se a petição inicial nos termos do art. 284, parágrafo único do CPC, e declara-se, na forma do art. 267, I do CPC, extinto o processo sem resolução do mérito. Defere-se o pedido de Assistência Judiciária Gratuita. Sem custas e honorários advocatícios Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitado em julgado, archive-se. Havendo requerimento para desentranhamento de documentos que instruíram o feito, proceda-se na forma requerida, mediante recibo nos autos. São Luís, 08 de novembro de 2011. Milton Bandeira Lima. Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará.

Nº PROCESSO: 21653-22.2011.8.10.0001**AÇÃO: SUBSTITUIÇÃO DE CURADOR**

REQUERENTE: SONIA MAURA DE FREITAS SERRA

REQUERIDO: MARIA LINDALVA BARBOSA FREITAS

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA

SENTENÇA: Vistos etc.: Isto posto, com fulcro nos artigos 1.103 e segs. do Código de Processo Civil, e acolhendo parecer ministerial, nomeia-se Sônia Maura de Freitas Serra como nova curadora da interditada Maria Lindalva Barbosa de Freitas, em substituição à atual, Sra. Solange Maura Vale Pinheiro. São Luís, 11 de agosto de 2011. Milton Bandeira Lima. Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará.

Nº PROCESSO: 44013-48.2011.8.10.0001**AÇÃO: ALVARÁ**

REQUERENTE: THALYSSON SOUSA RIBEIRO ROCHA

ADVOGADO: HUMBERTO GOMES DE OLIVEIRA JUNIOR

SENTENÇA: Vistos etc.: Isto posto, tendo em vista que a Requerente foi devidamente intimada para instruir seu pedido com documentos indispensáveis à espécie, mas manteve-se inerte, deixando transcorrer in albis o prazo que lhe foi concedido para regularização do feito, indefere-se

a petição inicial nos termos do art. 284, parágrafo único do CPC, e declara-se, na forma do art. 267, I do CPC, extinto o processo sem resolução do mérito. Defere-se o pedido de Assistência Judiciária Gratuita. Sem custas e honorários advocatícios Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitado em julgado, archive-se. Havendo requerimento para desentranhamento de documentos que instruíram o feito, proceda-se na forma requerida, mediante recibo nos autos. São Luís, 08 de novembro de 2011. Milton Bandeira Lima. Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará.

Nº PROCESSO: 48998-60.2011.8.10.0001

AÇÃO: ALVARÁ

REQUERENTE: MARIA DO ROSÁRIO SOUSA PEREIRA

ADVOGADO: MAIRA DE JESUS FREITAS PASSOS

SENTENÇA: Vistos Diante do exposto, indefere-se o pedido de alvará considerando a inadequação da via eleita pela requerente para obtenção de autorização judicial a fim de proceder ao levantamento de quantia com existência de outros bens, de acordo como o art. 2º, da lei nº 6.858/80, havendo necessidade de observância da regra do inventário/arrolamento, e declara-se extinto o processo na forma do art. 267, VI, do CPC. Sem custas (parte beneficiária da justiça gratuita). P.R.I. Transitado em julgado, archive-se. Da mesma forma, proceda-se o desentranhamento dos documentos que instruem a inicial, caso haja requerimento nesse sentido. São Luís, 04 de novembro de 2011. Milton Bandeira Lima. Juiz de Direito Titular da Vara de Interdição, Sucessão e Alvará.

Varas da Fazenda Pública

Primeira Vara da Fazenda Pública do Fórum Des. Sarney Costa

Decisão

Processo nº 0004900-92.2008.8.10.0001

Ação: ACAO DE COBRANCA

Autor: JOAO CANDIDO DOMINICI

Advogados: CARLOS SEABRA DE CARVALHO COELHO (OAB 4773)

Réus: ESTADO DO MARANHÃO

ADVOGADO: SERGIO TAVARES (PROCURADOR DO ESTADO)

Recebo a apelação de fls. 173/182 nos seus efeitos devolutivo e suspensivo. Vista à parte apelada para, querendo, responder, no prazo de 15 (quinze) dias. São Luís, 21 de outubro de 2011. LUZIA MADEIRO NEPONUCENA Juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública Resp: 121426

Decisão

Processo nº 0010441-38.2010.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: CARLOS RANIEL MATOS FIGUEIRA

Advogados: JOSE MARIA DINIZ (OAB 3738) e LIZ CRISTINA DE MELO BRITO (OAB 3790)

Réus: ESTADO DO MARANHÃO

PROCURADOR: RAIMUNDO HENRIQUE N. SOARES

Recebo a apelação de fls. 176/180 nos seus efeitos devolutivo e suspensivo. Vista à parte apelada para, querendo, responder, no prazo de 15 (quinze) dias. São Luís, 21 de outubro de 2011. LUZIA MADEIRO NEPONUCENA Juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública Resp: 121426

Decisão

Processo nº 0017167-91.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | MANDADO DE SEGURANÇA

Autor: LEONILSON DE JESUS FERRAZ MELO

Advogados: ISABEL CRISTINA ARAUJO SOUSA (OAB DEFENSORA)

Réus: ATO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO -DETRAN/MA e SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDENCIA DO MA e SUPERINTENDENTE DE PERICIAS MEDICAS

Recebo a apelação de fls. 29/45 nos seus efeitos devolutivo e suspensivo. Vista à parte apelada para, querendo, responder, no prazo de 15 (quinze) dias. São Luís, 21 de outubro de 2011. LUZIA MADEIRO NEPONUCENA Juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública Resp: 121426

Decisão

Processo nº 0023061-19.2009.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | MANDADO DE SEGURANÇA

Autor: CRISTIANE LUCIANA DE ARAUJO

Advogados: JONILTON SANTOS LEMOS JUNIOR (OAB 6070)

Réus: ATO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO LUIS e ATO DO PREFEITO DE SAO LUIS

Recebo a apelação de fls. 194/227 nos seus efeitos devolutivo e suspensivo. Vista à parte apelada para, querendo, responder, no prazo de 15 (quinze) dias. São Luís, 21 de outubro de 2011. LUZIA MADEIRO NEPONUCENA Juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública Resp: 121426

Decisão

Processo nº 0025662-61.2010.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: ALTILDES DE MARIA PINHEIRO ABREU e DADILCE DA SILVA PEREIRA e MARIA DE SOUSA LIMA e MIRIAM DA CRUZ SOARES e ROSALINA VIANA DE OLIVEIRA MELO

Advogados: PAULO ROBERTO ALMEIDA (OAB 6395)

Réus: ESTADO DO MARANHÃO**ADVOGADO: FLÁVIA PATRÍCIA SOARES RODRIGUES (PROCURADORA DO ESTADO)**

Recebo a apelação de fls. 117/151 nos seus efeitos devolutivo e suspensivo. Vista à parte apelada para, querendo, responder, no prazo de 15 (quinze) dias.São Luís, 21 de outubro de 2011.LUZIA MADEIRO NEPONUCENA Juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública Resp: 121426

Decisão**Processo nº 0025852-29.2007.8.10.0001****Ação: MANDADO DE SEGURANCA****Autor: NATALIA COELHO DE SOUSA****Advogados: ITAMARY DE FATIMA CORREA LIMA MARQUES (OAB 4362)****Réus: PRESIDENTE DA COMISSÃO DO CONCURSO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - MARIA FILOMENA SAADS COSTA****ADVOGADO: JOSÉ BORRALHO RIBEIRO FILHO (PROCURADOR DO MUNICÍPIO)**

Recebo a apelação de fls. 146/154 nos seus efeitos devolutivo e suspensivo. Vista à parte apelada para, querendo, responder, no prazo de 15 (quinze) dias.São Luís, 21 de outubro de 2011.LUZIA MADEIRO NEPONUCENA Juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública Resp: 121426

Decisão**Processo nº 0026843-34.2009.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | MANDADO DE SEGURANÇA****Autor: JULIO CESAR SILVEIRA GONCALVES e MARCO ANTONIO ROCHA SILVA e SANDRO LUIS SILVA SARAIVA****Advogados: JORGE VIANA (OAB 5357)****Réus: PRESIDENTE DA COMISSÃO DE PROMOÇÕES DE OFICIAIS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MARANHÃO**

Recebo a apelação de fls. 209/220 nos seus efeitos devolutivo e suspensivo. Vista à parte apelada para, querendo, responder, no prazo de 15 (quinze) dias.São Luís, 21 de outubro de 2011.LUZIA MADEIRO NEPONUCENA Juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública Resp: 121426

Decisão**Processo nº 0028362-44.2009.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: ANTONIA DA SILVA CUNHA e EDNALVA MARQUES SILVEIRA e FRANCISCA FRANCILA SILVA DE MIRANDA e IARALEX ALMEIDA NICACIO FERNANDES e LAIR DE MARIA RAMOS PAIXAO e LUIZA GOMES FIGUEREDO e MARIA DA CONCEICAO GOMES SILVA e MARIA DA CONCEICAO PEREIRA CAMARA e MARIA DIVINA VIEIRA DOS SANTOS e MARIA JOSE CARDOSO TEIXEIRA e MARIA NEUSA MOURA SOUSA e MARIA RODRIGUES DA SILVA e MARISTELA SOUSA DA SILVA e MARLENE SOARES DA COSTA e MIRONILDE DE OLIVEIRA SACRAMENTO****Advogados: SILVANA CRISTINA REIS LOUREIRO (OAB 5976)****Réus: ESTADO DO MARANHÃO****ADVOGADO: MARIA DE FÁTIMA LEONOR CAVALCANTE(PROCURADORA DO ESTADO)**

Recebo a apelação de fls. 168/187 nos seus efeitos devolutivo e suspensivo. Vista à parte apelada para, querendo, responder, no prazo de 15 (quinze) dias.São Luís, 21 de outubro de 2011.LUZIA MADEIRO NEPONUCENA Juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública Resp: 121426

Decisão**Processo nº 0028569-09.2010.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: CRISALIDA DAMASCENO DE CASTRO DA SILVA e DINALVA LIMA DA SILVA e INES IRACEMA DE ALBUQUERQUE DE SOUSA e IRADENES CATARINA DE PASSOS VIEIRA e JOSEFA AGOSTINHO PEREIRA****Advogados: PAULO ROBERTO ALMEIDA (OAB 6395) E LUIS HENRIQUE FALCÃO TEIXEIRA(OAB 3827)****Réus: ESTADO DO MARANHÃO****ADVOGADO: DANIEL BLUME P. DE ALMEIDA(PROCURADOR DO ESTADO)**

Recebo a apelação de fls. 123/158 nos seus efeitos devolutivo e suspensivo. Vista à parte apelada para, querendo, responder, no prazo de 15 (quinze) dias.São Luís, 21 de outubro de 2011.LUZIA MADEIRO NEPONUCENA Juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública Resp: 121426

Decisão**Processo nº 0029520-37.2009.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: SEBASTIAO FRANCISCO GUIMARAES CORREIA****Advogados: EDUARDO OLIVEIRA PEREIRA (OAB 9201) e GABRIEL CORREIA DE FARIAS (OAB 8920)****Réus: ESTADO DO MARANHÃO****ADVOGADO: MARIA DE FÁTIMA LEONOR CAVALCANTE (PROCURADORA DO ESTADO)**

Recebo a apelação de fls. 205/224 nos seus efeitos devolutivo e suspensivo. Vista à parte apelada para, querendo, responder, no prazo de 15 (quinze) dias.São Luís, 21 de outubro de 2011.LUZIA MADEIRO NEPONUCENA Juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública Resp: 121426

Decisão**Processo nº 0032885-02.2009.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: ALDENICE DE MARIA LEITE FERREIRA e BENEDITA MACHADO SILVA e CONCEICAO SILVA AGUIAR e FRANCISCA ALVES BOAVENTURA GONCALVES e IVONE MARIA CARDOSO MELO e MARIA DAS GRACAS DE SOUSA SILVA e MARIA DE FATIMA MATOS**

BRENHA e MARIA MERCES DO NASCIMENTO e MARICE LUCIA DO NASCIMENTO DINIZ e MARINALDO FONSECA CARVALHO e MEUBLES BORGES e RAIMUNDO NONATO FREIRE DE ALMEIDA e ROBERTO CARLOS NOLETO e SILVANI LIMA MENDES e TAMARA MARIA CANAVIEIRA SCHALCHER

Advogados: GUTEMBERG SOARES CARNEIRO (OAB 5775)

Réus: ESTADO DO MARANHÃO

Recebo a apelação de fls. 209/229 nos seus efeitos devolutivo e suspensivo. Vista à parte apelada para, querendo, responder, no prazo de 15 (quinze) dias. São Luís, 21 de outubro de 2011. LUZIA MADEIRO NEPONUCENA Juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública Resp: 121426

Decisão

Processo nº 0034703-18.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: JOSE ARNALDO ALVES

Advogados: ANA MARGARIDA DINIZ RIBEIRO (OAB 8585)

Réus: ESTADO DO MARANHÃO.

Recebo a apelação de fls. 77/88 nos seus efeitos devolutivo e suspensivo. Vista à parte apelada para, querendo, responder, no prazo de 15 (quinze) dias. São Luís, 25 de outubro de 2011. LUZIA MADEIRO NEPONUCENA Juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública Resp: 121426

Decisão

Processo nº 0039864-43.2010.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | MANDADO DE SEGURANÇA

Autor: CLEYTON SANTOS DA COSTA

Advogados: ADILSON TEODORO DE JESUS (OAB 4464)

Réus: COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MARANHÃO

Recebo a apelação de fls. 142/146 nos seus efeitos devolutivo e suspensivo. Vista à parte apelada para, querendo, responder, no prazo de 15 (quinze) dias. São Luís, 21 de outubro de 2011. LUZIA MADEIRO NEPONUCENA Juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública Resp: 121426

Decisão

Processo nº 0040123-38.2010.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: LUCIVANE DA SILVA NASCIMENTO ALMEIDA e MARIA ROSANGELA RODRIGUES MEMÓRIA

Advogados: KAMILA BARBOSA E SILVA (OAB DEFENSORA PÚBLICA)

Réus: MUNICIPIO DE SAO LUIS.

ADVOGADO: FRANCISO ALCIOMAR DOS SANTOS COSTA (OAB 5304 PROCURADOR DO MUNICÍPIO)

Recebo a apelação de fls. 192/233 no seu efeito meramente devolutivo. Vista à parte apelada para, querendo, responder, no prazo de 15 (quinze) dias. São Luís, 25 de outubro de 2011. LUZIA MADEIRO NEPONUCENA Juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública Resp: 121426

Decisão

Processo nº 0042983-75.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: EMERSON ROBERTO MADEIRA CUNHA

Advogados: KATCHELYNE ISABELLE FURTADO MOREIRA (OAB 5545)

Réus: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO LUIS

AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA Processo : 42983-75.2011.8.10.0001 Autor : Emerson Roberto Madeira Cunha Advogada : Katchelyne Isabelle Furtado Moreira Réu : Prefeitura Municipal de São Luís **DECISÃO** Trata-se de **AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA**, ajuizada por EMERSON ROBERTO MADEIRA CUNHA em desfavor da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS. Do exposto, com base nos princípios processuais aplicáveis ao caso, indefiro, o pedido de tutela em razão do que dispõem os arts. 1º da Lei 9.494/97, e os parágrafos 2º e 5º do art. 7º da Lei 12.016/2009. Outrossim, defiro o pedido de gratuidade da Justiça formulado na inicial. TJSP - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - JUSTIÇA GRATUITA - Prova da insuficiência de recursos - Declaração pelo interessado no sentido de que não têm meios suficientes para arcar com o custo do processo, sem prejuízo para o sustento próprio e o de sua família - Inexigibilidade de outras providências - Não derrogação da Lei 1.060/50 pelo art. 5.º, LXXIV da CF -- Benefício concedido. (RT 708/88). Cite-se o Município de São Luís, na pessoa de seu Procurador Geral, para contestar o pedido, querendo, no prazo de 60 (sessenta) dias. São Luís, 25 de outubro de 2011. Luzia Madeiro Neponucena Juíza de Direito da 1.ª Vara da Fazenda Pública Resp: 121426

Decisão

Processo nº 0043770-07.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: TAMARA DA CRUZ OLIVEIRA

Advogados: JOAO DA SILVA SANTIAGO FILHO (OAB 2690)

Réus: ESTADO DO MARANHÃO

AÇÃO ORDINÁRIA Processo : 43770-07.2011.8.10.0001 Autora : Tâmara da Cruz Oliveira Advogado : João da Silva Santiago Filho Réu : Estado do Maranhão **DECISÃO** Trata-se de Ação Ordinária com Pedido de Antecipação de Tutela, ajuizada por Tâmara da Cruz Oliveira em desfavor do Estado do Maranhão. Do exposto, indefiro a antecipação da tutela, considerando que à parte requerente não logrou êxito em comprovar a verossimilhança das suas alegações, fundada em prova inequívoca, nos termos do art. 273 do CPC. Outrossim, defiro o pedido de assistência judiciária gratuita formulado na inicial. Cite-se o Estado do Maranhão, na pessoa de seu Procurador-Geral, para contestar o pedido, querendo, no prazo de 60 (sessenta) dias. Determino, outrossim, a citação como assistentes litisconsorciais: Banco BMG S/A, Banco Cruzeiro do Sul, Banco Panamericano S/A

e Família Bandeirante Previdência Privada, todos com endereços indicados na inicial, para que integrem a demanda. São Luís, 25 de outubro de 2011. Luzia Madeiro Neponucena Juíza de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública Resp: 121426

Decisão

Processo nº 0044463-88.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: JOSE BRIGIDO ROCHA

Advogados: FRANCISCO MUNIZ ALVES (OAB 3025)

Réus: ESTADO DO MARANHÃO

AÇÃO ORDINÁRIA DE REIVINDICAÇÃO Processo : 44463-88.2011.8.10.0001 Autor : José Brigido Rocha Advogado : Francisco Muniz Alves Réu : Estado do Maranhão **DECISÃO** Trata-se de **AÇÃO ORDINÁRIA DE REIVINDICAÇÃO**, ajuizada por JOSÉ BRIGIDO ROCHA em face do ESTADO DO MARANHÃO. Pelo exposto, em razão da Fazenda Pública se submeter às regras de competência definidas na citada Lei Complementar e em atenção a norma procedimental, declino da competência para apreciar a presente demanda e, por via de consequência, determino a remessa dos autos para a Comarca de Monção. Dê-se baixa aos registros respectivos e encaminhem-se os autos. Intimem-se as partes. São Luís, 25 de outubro de 2011. Luzia Madeiro Neponucena Juíza de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública Resp: 121426

Decisão

Processo nº 0045058-87.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: ANA ROSELI SANTOS CHAVES e CECILIA CAMINHA DE MELO ABREU e EMILENA MUNIZ CARVALHO FRANÇA e SUANNE DO SOCORRO MARQUES DE ALENCAR

Advogados: ALICE MICHELINE MATOS (OAB 7502)

Réus: ESTADO DO MARANHÃO.

AÇÃO ORDINÁRIA Processo n.º : 45058-87.2011.8.2010.0001 Autora : Ana Roseli Santos Chaves Advogada : Alice Micheline Matos Réu : Estado do Maranhão **DECISÃO INTERLOCUTÓRIA** Constatada a ocorrência de má-fé na Distribuição das Ações Ordinárias de n.º. 45059-72.2011.8.10.0001 e n.º. 45058-87.2011.8.10.0001 promovidas por Ana Roseli Santos Chaves e outros em face do Estado do Maranhão, tendo como causídica Alice Micheline Matos, os quais possuem mesmas partes e a mesma causa de pedir e os mesmos pedidos, cuja observância pela distribuição constitui fato relevante para o segundo sorteio, devolvo os autos aquela Distribuição para os atos de ofício daquela Secretaria, dando-se baixa nos registros respectivos. São Luís, 1 de novembro de 2011. Luzia Madeiro Neponucena Juíza de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública Resp: 121426

Decisão

Processo nº 0046024-50.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | MANDADO DE SEGURANÇA

Autor: PAULO ROBERTO ALMEIDA PAIVA

Advogados: RAIMUNDO WILSON CARVALHO BOUCINHAS (OAB 8806)

Réus: GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO

MANDADO DE SEGURANÇA Processo : 46024-50.2011.8.10.0001 (46199/2011) Impetrante : Paulo Roberto de Almeida Paiva Advogado : Raimundo Wilson Carvalho Boucinhas Impetrado : Governadora do Estado do Maranhão **DECISÃO** Trata-se de **MANDADO DE SEGURANÇA**, movida por PAULO ROBERTO DE ALMEIDA PAIVA em face da GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO, através da qual contesta a decisão do ato administrativo que o exonerou dos quadros da Polícia Militar do Maranhão. (Grifo) Do exposto, declino da competência deste Juízo, bem como determino a remessa imediata dos autos para a Justiça Militar do Estado do Maranhão, dando-se baixa. Intimem-se as partes. São Luís, 25 de outubro de 2011. Luzia Madeiro Neponucena Juíza de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública Resp: 121426

Decisão

Processo nº 0047043-91.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: ALICE MARIA DOS REIS FERREIRA e ANA ISABEL GOMES PIMENTA e GABRIEL SODRE GONCALVES e LUANA MOREIRA E SILVA e PRISCILA DE NEIVA BORBA e RAIMUNDO DOS SANTOS OLIVEIRA JUNIOR e THIAGO EMANUEL VIANA CAMPOS e WERLY MARIA CORREA LAUANDE

Advogados: MICHAEL ECEIZA NUNES (OAB 7619))

Réus: ESTADO DO MARANHÃO.

AÇÃO ORDINÁRIA Processo : 47043-91.2011.8.10.001 Autores : Alice Maria dos Reis Ferreira e outros Advogado : Michael Eceiza Nunes Réu : Estado do Maranhão **DECISÃO** Trata-se de **AÇÃO ORDINÁRIA** com Pedido de Antecipação de Tutela, ajuizada por Alice Maria dos Reis Ferreira e outros em desfavor do ESTADO DO MARANHÃO. Do exposto, com base nos princípios processuais aplicáveis ao caso, indefiro, o pedido de tutela em razão do que dispõem os arts. 1º da Lei 9.494/97, e os parágrafos 2º e 5º do art. 7º da Lei 12.016/2009. Outrossim, defiro o pedido de gratuidade da Justiça formulado na inicial. TJSP - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - JUSTIÇA GRATUITA - Prova da insuficiência de recursos - Declaração pelo interessado no sentido de que não têm meios suficientes para arcar com o custo do processo, sem prejuízo para o sustento próprio e o de sua família - Inexigibilidade de outras providências - Não derrogação da Lei 1.060/50 pelo art. 5º, LXXIV da CF -- Benefício concedido. (RT 708/88). Cite-se o Estado do Maranhão, na pessoa de seu Procurador Geral, para contestar o pedido, querendo, no prazo de 60 (sessenta) dias. São Luís, 26 de outubro de 2011. Luzia Madeiro Neponucena Juíza de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública Resp: 121426

Decisão

Processo nº 0047047-31.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: DIONISIO FERREIRA LIMA GARCIA e JOACIMAR DE JESUS CHAVES SOARES

Advogados: LENY VASCONCELOS RODRIGUES (OAB 9873)

Réus: ESTADO DO MARANHÃO.

AÇÃO ORDINÁRIA COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA Processo n.º: 47047-31.2011.8.10.0001 Autores : Dionísio Ferreira Lima Garcia e outra Advogado : Leny Vasconcelos Rodrigues Réu : Estado do Maranhão DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Trata-se de **AÇÃO ORDINÁRIA COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA** ajuizada por DIONÍSIO FERREIRA LIMA GARCIA E OUTRA em desfavor do ESTADO DO MARANHÃO, objetivando a suspensão da cobrança da contribuição do FUNBEN (Fundo de Benefícios dos Servidores do Estado do Maranhão).

Despacho

Processo nº 0000218-31.2007.8.10.0001

Ação: AÇÃO ORDINARIA/ANULATORIA

Autor: JORGE LUIS TINOCO SOUZA

Advogados: JORGE LUIS TINOCO SOUZA (OAB 2831)

Réus: ESTADO DO MARANHÃO

Advogados: LORENA DUAILIBE CARVALHO (OAB PROCURADORA)

Processo nº.218/2007 Aguarde-se a manifestação da parte interessada. São Luís, 20 de outubro de 2011. LUZIA MADEIRO NEPONUCENA Juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública Resp: 121426

Despacho

Processo nº 0005918-17.2009.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | MANDADO DE SEGURANÇA

Autor: J GONCALVES DOS SANTOS FILHO E CIA LTDA

Advogados: IVALDECI ROLIM DE MENDONÇA JUNIOR(OAB 4722) E PABLO CARDOSO BAIMA (OAB 7314)

Réus: GESTOR DO CORPO TECNICO PARA ACAO FISCAL, AREA DE FISCALIZACAO DE GRANDES CONTRIBUINTES, DA SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DO MARANHÃO

Advogados: MARCELO DE OLIVEIRA SAMPAIO (OAB PROCURADORESTADUAL)

Processo nº.5918/2009 Arquite-se. São Luís, 20 de outubro de 2011. LUZIA MADEIRO NEPONUCENA Juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública Resp: 121426

Despacho

Processo nº 0008181-27.2006.8.10.0001

Ação: ACAO DE REPETICAO DE INDEBITO

Autor: JOSE ARGOLO FERRAO COELHO

Advogados: GILLIANO FRED NASCIMENTO CUTRIM (OAB 6612) e MARCUS AURELIO BORGES LIMA (OAB 6508)

Réus: ESTADO DO MARANHÃO

Advogados: RICARDO DE LIMA SELLOS (OAB PROCURADOR DO ESTADO)

Processo nº.8181/2006 Aguarde-se a manifestação da parte interessada. São Luís, 20 de outubro de 2011. LUZIA MADEIRO NEPONUCENA Juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública Resp: 121426

Despacho

Processo nº 0009631-29.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: MUNICIPIO DE SAO JOAO DO CARU

Advogados: ANTONIO CARVALHO FILHO (OAB 3612)

Réus: ASSOCIAÇÃO INTERMUNICIPAL DE CONSORCIOS DA REGIAO DOS LAGOS MARANHENSES-CONLAGOS e ESTADO DO MARANHÃO

AÇÃO ORDINÁRIA Processo : 9631-29.2011.8.10.0001 Autores : Município de São João do Carú Réu : Associação Intermunicipal de Consórcios da Região dos Lagos Maranhenses - Conlagos; e Estado do Maranhão **DESPACHO** Vista aos autores para réplica, no prazo de 10 (dez) dias. Após vista ao Ministério Público. São Luís, 06 de outubro de 2011. Luzia Madeiro Neponucena Juíza de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública Resp: 121426

Despacho

Processo nº 0009787-17.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: FRANCISCA NEIDE COSTA

Advogados: AILANA SA SERENO (OAB 6983)

Réus: ESTADO DO MARANHÃO

PROCURADOR: RAIMUNDO HENRIQUES N. SOARES

AÇÃO ORDINÁRIA Processo : 9787-17.2011.8.10.0001 Autores : Francisca Neide Costa Réu : Estado do Maranhão **DESPACHO** Vista aos autores para réplica, no prazo de 10 (dez) dias. Após vista ao Ministério Público. São Luís, 06 de outubro de 2011. Luzia Madeiro Neponucena Juíza de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública Resp: 121426

Despacho

Processo nº 0019246-43.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: ANTONIO LEONARDO COSTA e AUSINETE DA CONCEIÇÃO PAIXAO COSTA e GISELE DE FATIMA FRANCA VIEGAS e GRACIETE DE JESUS ALMEIDA ALVARES e IVANETE DE FREITAS LIMA e MARIA DA NATIVIDADE NOGUEIRA LIMA e MARILDA PEREIRA SEREJO

Advogados: DIOGO DINIZ RIBEIRO CABRAL (OAB 9355) e EDSON ANDRADE DE ALENCAR (OAB 9200)

Réus: ESTADO DO MARANHÃO.
PROCURADORA: LORENA DUALIBE CARVALHO

AÇÃO ORDINÁRIA Processo : 19246-43.2011.8.10.0001 (189682011) Autores : Antonio Leonardo Costa e outros Réu : Estado do Maranhão **DESPACHO** Vista aos autores para réplica, no prazo de 10 (dez) dias. Após vista ao Ministério Público. São Luís, 06 de outubro de 2011. Luzia Madeiro Neponucena Juíza de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública Resp: 121426

Despacho

Processo nº 0020818-05.2009.8.10.0001
Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
Autor: DONIZETE NANA ZARE DUARTE
Advogados: LUCIANA SILVA DE CARVALHO (OAB 8027)
Réus: ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADOR: OSMAR CAVALCANTE OLIVEIRA

AÇÃO ORDINÁRIA Processo : 208182009 Autores : Donizete Nanazare Duarte Réu : Estado do Maranhão **DESPACHO** Vista aos autores para réplica, no prazo de 10 (dez) dias. Após vista ao Ministério Público. São Luís, 06 de outubro de 2011. Luzia Madeiro Neponucena Juíza de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública Resp: 121426

Despacho

Processo nº 0026540-20.2009.8.10.0001
Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
Autor: JOAQUIM BATISTA DA SILVA
Advogados: MANOEL ARAUJO BEZERRA (OAB 902)
Réus: DETRAN/MA DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO MARANHÃO
ADVOGADOS: HÉLIO DA SILVA MAIA NETO (OAB 5194) E MARIA DE NAZARÉ CHAVES CAVALCANTE (OAB 5432)

AÇÃO ORDINÁRIA Processo n.º : 26540/2009 Autor : Joaquim Batista da Silva Réu : Departamento Estadual de Trânsito **DESPACHO** Sobre o pedido de desistência de fls. 52, formulado pela parte autora, vista ao réu em 10 (dez) dias, (art. 267, § 4.º, do CPC). São Luís, 04 de outubro de 2011. Luzia Madeiro Neponucena Juíza de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública Resp: 121426

Despacho

Processo nº 0042709-14.2011.8.10.0001
Ação: EMBARGOS | EMBARGOS À EXECUÇÃO
Autor: ESTADO DO MARANHÃO.
Advogados: MARCELO APOLO VIEIRA FRANKLIN (OAB PROCURADORESTADUAL)
Réus: ITALO GUSTAVO E SILVA LEITE
ADVOGADO: ITALO GUSTAVO E SILVA LEITE (OAB 7620)

Processo nº. 42709-14.2011.8.10.0001 Intime-se o embargado para apresentar resposta para os embargos com o prazo de 15 (quinze) dias. São Luís, 05 de outubro de 2011. LUZIA MADEIRO NEPONUCENA Juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública Resp: 121426

Despacho

Processo nº 0044101-86.2011.8.10.0001
Ação: EMBARGOS | EMBARGOS À EXECUÇÃO
Autor: ESTADO DO MARANHÃO.
Advogados: CARLOS SANTANA LOPES (OAB PROCURADOR)
Réus: ITALO GUSTAVO E SILVA LEITE

Processo nº. 44101-86.2011.8.10.0001 Intime-se o embargado, com o prazo de 10 (dez) dias para impugnação. São Luís, 10 de outubro de 2011. LUZIA MADEIRO NEPONUCENA Juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública Resp: 121426

Sentença

Processo nº 0007048-08.2010.8.10.0001
Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO
Autor: ANNA LILIAN SILVA PAIVA
Advogados: JOSE RIBAMAR SERRA (OAB 4374)
Réus: MUNICIPIO DE SAO LUIS.
PROCURADORA: ANNE KAROLE S. FONTENELLE DE BRITO

AÇÃO DE COBRANÇA Processo n.º: 7048-08.2010.8.10.0001 Autora: Anna Lilian Silva Paiva Réu: Município de São Luís. Do exposto, e considerando as explicações acima consignadas, julgo **PROCEDENTE** o pedido da autora, condenando o réu ao pagamento da quantia de R\$ 2.299,84 (dois mil duzentos e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos), sendo R\$ 1.785,60 (mil setecentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos) referentes ao FGTS, e, R\$ 724,24 (setecentos e vinte e quatro reais e vinte e quatro centavos) a título de multa de 40% (quarenta por cento) sobre o FGTS, em consonância com o Enunciado Nº 363 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho. Tendo em vista que a presente ação fora ajuizada em 09 de março de 2010, os juros de mora deverão incidir sobre os juros da caderneta de poupança, em virtude da publicação da Lei n.º 11.960/2009 no DOU em 30.06.2009, que resultou do Projeto de conversão da MP 457/09, alterando a redação antes imposta pela MP 2.180-35/2001 ao artigo 1.º F da Lei 9.494/97, que assim estabelece: "Artigo 1.º-F. Nas condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança" A correção monetária deverá ser feita pelo INPC e deverá ocorrer a partir da data em que cada parcela se tornou devida. Condeno o Município de São Luís em honorários advocatícios que fixo em

10% (dez por cento) do valor total da condenação, a serem pagos ao advogado da autora. Superada a fase de recursos voluntários, subam os autos ao Tribunal de Justiça do Estado para o reexame necessário (CPC, art. 475, I). Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 20 de outubro de 2011. Luzia Madeiro Neponucena Juíza de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública

Sentença

Processo nº 0012941-14.2009.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | MANDADO DE SEGURANÇA

Autor: SINDICATO DO COMERCIO DE VENDEDORES AMBULANTES DE

Advogados: INACIO DE ARAUJO COSTA (OAB 8972) e VICTOR RAMALHO QUEZADO DE FIGUEIREDO (OAB 8574)

Réus: ATO DO SUPERINTENDENTE DE FISCALIZACAO URBANA - SUFUI (SEMTHURB)

Processo : 12941-14.2009.8.10.0001 (12941/2009) Impetrante : Sindicato do Comércio de Vendedores Ambulantes de São Luís Impetrado : Ato do Superintendente de Fiscalização Urbana - SUAF SENTENÇANesses termos, conforme acima exposto e de acordo com o parecer ministerial, extingo o processo sem resolução do mérito, conforme dispõe o art. 267, IV do CPC. Custas pelo impetrante. Sem honorários advocatícios, em razão da Súmula 512 do STF. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 14 de março de 2011. Luzia Madeiro Neponucena Juíza de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública

Sentença

Processo nº 0022966-86.2009.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: MARIA DAS DORES PEREIRA DA SILVA BATISTA e MARIA DAS GRACAS SANTOS GUIMARAES e MARIA DO ROSARIO DA SILVA e MARIA ITABIRA DE SOUSA GOMES

Advogados: SILVANA CRISTINA REIS LOUREIRO (OAB 5976)

Réus: ESTADO DO MARANHÃO

PROCURADORA: MARIA DE FÁTIMA LEONOR CAVALCANTE

AÇÃO RECLASSIFICAÇÃO DE CARGO E SALÁRIO C/C COBRANÇA Proc. Nº : 229662009 Autor a : Maria das Dores Pereira da Silva Batista e Outros Réu : Estado do Maranhão. Pelo exposto, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTES os pedidos dos autores, e por consequência, determino ao réu que promova as reclassificações dos autores para o cargo de Professor Classe IV, nas respectivas referências a que tiverem direito, com a correlata correção de seus vencimentos, com o pagamento da diferença, mês a mês, havida desde que adquiriram a pré-condição legal necessária e suficiente para suas promoções, ou seja, MARIA DO ROSÁRIO DA SILVA e MARIA DAS DORES PEREIRA DA SILVA BATISTA, desde 22 de julho de 2004, MARIA DAS GRAÇAS SANTOS GUIMARÃES, desde 12 de julho de 2006, e, MARIA ITABIRA DE SOUSA GOMES, desde 12 de dezembro de 2005, cujos valores deverão ser apurados em fase de liquidação de sentença. Considerando o respectivo tempo de serviço dos autores, garantido o pagamento da Gratificação de Atividades de Magistério, prevista no artigo 60, inciso II, do Estatuto do Magistério, e dos anuênios a que têm direito no mesmo período, bem como, que efetue o pagamento das diferenças a que têm direito corrigida monetariamente, a partir das mesmas datas. Tendo em vista que a referida ação foi intentada em 04/08/2009, os juros de mora deverão incidir sobre os juros da caderneta de poupança, em virtude da publicação da Lei nº 11.960/2009 no DOU em 30.06.2009, que resultou do Projeto de conversão da MP 457/09, alterando a redação antes imposta pela MP 2.180-35/2001 ao artigo 1.º F da Lei 9.494/97, que assim estabelece: "Artigo 1.º-F. Nas condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança" Diante da sucumbência, com base no art. 20, parágrafo 4º do CPC, apreciando equitativamente (atendendo ao grau de zelo do profissional, ao lugar da prestação do serviço, a natureza e importância da causa), e, ainda, em consonância com a jurisprudência pátria, condeno o Estado do Maranhão em honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) do valor total da condenação, a serem pagos ao advogado dos autores. Superada a fase de recursos voluntários, subam os autos ao Tribunal de Justiça do Estado para o reexame necessário (CPC, art. 475, I). Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 17 de outubro 2011. Luzia Madeiro Neponucena Juíza de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública

Sentença

Processo nº 0023481-29.2006.8.10.0001

Ação: IMPUGNACAO DO PEDIDO DE ASSISTENCIA JUDICIARIA

Autor: ESTADO DO MARANHÃO

Advogados: LORENA DUALIBE CARVALHO (OAB PROCURADORA)

Réus: ANTONIO AMERICO LOBATO GONCALVES

ADVOGADO: ANTÔNIO AMERICO LOBATO GONÇALVES

AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA Processo n.º : 23481/2006 Impugnante : Estado do Maranhão Impugnada : Antonio Américo Lobato Gonçalves. Do exposto, não vejo razões para revogar os benefícios da assistência judiciária concedida à parte impugnada, pelo que mantenho a decisão que a concedeu os benefícios da assistência judiciária gratuita, tendo por base o que dispõe a Lei n.º 1.060/50, bem como a orientação dos tribunais pátrios. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 20 de outubro de 2011. Luzia Madeiro Neponucena Juíza de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública

Sentença

Processo nº 0027527-22.2010.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: ANTONILDE LOPES OLIVEIRA e ELDA MARIA ALVES DE SOUSA ARAUJO e FRANCISCA MARIA DA SILVA BATISTA e LENI DE ALMEIDA SANTOS e MARIA GORETI DA SILVA BRITO

Advogados: PAULO ROBERTO ALMEIDA (OAB 6395)

Réus: ESTADO DO MARANHÃO

ADVOGADO: DANIEL BLUME P. DE ALMEIDA (OAB PROCURADOR DO ESTADO)

AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA Proc. Nº : 27527-22.2010.8.10.0001 Autor a : Antonilde Lopes Oliveira e Outros Réu : Estado do Maranhão. Pelo exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos dos autores, consequentemente, determino ao réu que efetue o pagamento da diferença, mês a mês,

dossalários das suplicantes desde quando adquiriram a pré-condição legal necessária e suficiente para suas promoções, ou seja, LENI DE ALMEIDA SANTOS, desde 28 de setembro de 2007, MARIA GORETI DA SILVA BRITO, desde 16 de agosto de 2008, FRANCISCA MARIA DA SILVA BATISTA, desde 17 de setembro de 2003, ELDA MARIA ALVES DE SOUSA ARAÚJO, desde 01 de abril de 2004, e, ANTONILDE LOPES OLIVEIRA, desde 27 de março de 2002, até a eventual concessão dos mesmos, ou seja, até a data do ano de 2009 em que foram promovidos, devendo os referidos valores serem apurados em fase de liquidação de sentença. Considerando para todos os autores, as referências correlatas ao respectivo tempo de serviço de cada uma delas, garantido o pagamento da Gratificação de Atividades de Magistério, prevista no artigo 60, inciso II, do Estatuto do Magistério, e dos anuênios a que têm direito no mesmo período, bem como, que efetue o pagamento das diferenças a que têm direito, corrigidas monetariamente, a partir das mesmas datas. Tendo em vista que a referida ação foi intentada em 19/08/2010, os juros de mora deverão incidir sobre os juros da caderneta de poupança, em virtude da publicação da Lei n.º 11.960/2009 no DOU em 30.06.2009, que resultou do Projeto de conversão da MP 457/09, alterando a redação antes imposta pela MP 2.180-35/2001 ao artigo 1.º F da Lei 9.494/97, que assim estabelece: "Artigo 1.º-F. Nas condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança" Diante da sucumbência, com base no artigo 20, parágrafo 4º do Código de Processo Civil, apreciando equitativamente (atendendo ao grau de zelo do profissional, ao lugar da prestação do serviço, a natureza e importância da causa), e, ainda, em consonância com a jurisprudência pátria, condeno o Estado do Maranhão em honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) do valor total da condenação, a serem pagos ao advogado dos autores. Superada a fase de recursos voluntários, subam os autos ao Tribunal de Justiça do Estado para o reexame necessário (CPC, art. 475, I). Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 14 de outubro de 2011. Luzia Madeiro Neponucena Juíza de Direito da 1.ª Vara da Fazenda Pública

Sentença

Processo nº 0031090-58.2009.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: AUDILENE DE JESUS PEREIRA e CARMEM SUELY BORGES CALDAS e CLARICE PEREIRA VIANA e VICENCIA VERA FERREIRA DE ALENCAR MENDES

Advogados: GUTEMBERG SOARES CARNEIRO (OAB 5775)

Réus: ESTADO DO MARANHÃO

PROCURADORA: RENATA BESA DA SILVA CASTRO

AÇÃO RECLASSIFICAÇÃO DE CARGO E SALÁRIO C/C COBRANÇA Proc. Nº : 31090-58.2009.8.10.0001 Autor a : Audilene de Jesus Pereira e Outros Réu : Estado do Maranhão. Pelo exposto, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTES os pedidos dos autores, e por consequência, determino ao réu que promova as reclassificações dos autores para o cargo de Professor Classe IV, nas respectivas referências a que tiverem direito, com a correlata correção de seus vencimentos, com o pagamento da diferença, mês a mês, havida desde que adquiriram a pré-condição legal necessária e suficiente para suas promoções, ou seja, VICÊNCIA VERA FERREIRA DE ALENCAR MENDES, desde 23 de março de 2007, CARMEM SUELY BORGES CALDAS e CLARICE PEREIRA VIANA, desde 23 de janeiro de 2008, e, AUDILENE DE JESUS PEREIRA, desde 27 de julho de 2005, cujos valores deverão ser apurados em fase de liquidação de sentença. Considerando o respectivo tempo de serviço dos autores, garantido o pagamento da Gratificação de Atividades de Magistério, prevista no artigo 60, inciso II, do Estatuto do Magistério, e dos anuênios a que têm direito no mesmo período, bem como, que efetue o pagamento das diferenças a que têm direito corrigida monetariamente, a partir das mesmas datas. Tendo em vista que a referida ação foi intentada em 04/08/2009, os juros de mora deverão incidir sobre os juros da caderneta de poupança, em virtude da publicação da Lei n.º 11.960/2009 no DOU em 30.06.2009, que resultou do Projeto de conversão da MP 457/09, alterando a redação antes imposta pela MP 2.180-35/2001 ao artigo 1.º F da Lei 9.494/97, que assim estabelece: "Artigo 1.º-F. Nas condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança" Diante da sucumbência, com base no art. 20, parágrafo 4º do CPC, apreciando equitativamente (atendendo ao grau de zelo do profissional, ao lugar da prestação do serviço, a natureza e importância da causa), e, ainda, em consonância com a jurisprudência pátria, condeno o Estado do Maranhão em honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) do valor total da condenação, a serem pagos ao advogado dos autores. Superada a fase de recursos voluntários, subam os autos ao Tribunal de Justiça do Estado para o reexame necessário (CPC, art. 475, I). Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 17 de outubro 2011. Luzia Madeiro Neponucena Juíza de Direito da 1.ª Vara da Fazenda Pública

Sentença

Processo nº 0043492-40.2010.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: GLAUDIONEIA DE FATIMA NEVES e LEILA MARIA PESSOA MENEZES DO NASCIMENTO e LOURIVAL PEREIRA DE SOUSA FILHO e MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO SEREJO e SOLANY MARIA DOMINGUES

Advogados: THIAGO HENRIQUE DE SOUSA TEIXEIRA (OAB 10012)

Réus: ESTADO DO MARANHÃO

ADVOGADO: MARCELO APOLO VIEIRA FRANKLIN (OAB PROCURADOR DO ESTADO)

AÇÃO RECLASSIFICAÇÃO DE CARGO E SALÁRIO C/C COBRANÇA Proc. Nº : 43492-40.2010.8.10.0001 Autor a : Glaudioneia de Fátima Neves e Outros Réu : Estado do Maranhão. Pelo exposto, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTES os pedidos dos autores, e por consequência, determino ao réu que promova as reclassificações dos autores para o cargo de Professor Classe IV, nas respectivas referências a que tiverem direito, com a correlata correção de seus vencimentos, com o pagamento da diferença, mês a mês, havida desde que adquiriram a pré-condição legal necessária e suficiente para suas promoções, ou seja, MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO SEREJO, desde 10 de agosto de 2009, GLAUDIONEIA DE FATIMA NEVES, desde 18 de janeiro de 2010, LEILA MARIA PESSOA MENEZES DO NASCIMENTO, desde 22 de outubro de 2007, SOLANY MARIA DOMINGUES, desde 02 de abril de 2004, e, LOURIVAL PEREIRA DE SOUSA FILHO, desde 28 de agosto de 2009, cujos valores deverão ser apurados em fase de liquidação de sentença. Considerando o respectivo tempo de serviço dos autores, garantido o pagamento da Gratificação de Atividades de Magistério, prevista no artigo 60, inciso II, do Estatuto do Magistério, e dos anuênios a que têm direito no mesmo período, bem como, que efetue o pagamento das diferenças a que têm direito corrigida monetariamente, a partir das mesmas datas. Tendo em vista que a referida ação foi intentada em 16/10/2010, os juros de mora deverão incidir sobre os juros da caderneta de poupança, em virtude da publicação da Lei n.º 11.960/2009 no DOU em 30.06.2009, que resultou do Projeto de conversão da MP 457/09, alterando a redação antes imposta pela MP 2.180-35/2001 ao artigo 1.º F da Lei 9.494/97, que assim estabelece: "Artigo 1.º-F. Nas condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança" Diante da sucumbência, com base no art. 20,

parágrafo 4º do CPC, apreciando equitativamente (atendendo ao grau de zelo do profissional, ao lugar da prestação do serviço, a natureza e importância da causa), e, ainda, em consonância com a jurisprudência pátria, condeno o Estado do Maranhão em honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) do valor total da condenação, a serem pagos ao advogado dos autores. Superada a fase de recursos voluntários, subam os autos ao Tribunal de Justiça do Estado para o reexame necessário (CPC, art. 475, I). Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís, 17 de outubro 2011. Luzia Madeiro Neponucena Juíza de Direito da 1.ª Vara da Fazenda Pública

Segunda Vara da Fazenda Pública do Fórum Des. Sarney Costa**ORDINÁRIA – NUMERAÇÃO ÚNICA: 20742-10.2011.8.10.0001****PROC. 20367/2011****AUTOR: ASSUNÇÃO DE MARIA SOUZA E OUTROS****ADVOGADO: TIAGO ANDERSON LUZ FRANÇA****RÉU: ESTADO DO MARANHÃO****PROCURADOR: HELENA MARIA CAVALCANTI HAICKEL**

Assim é que determino a realização da prova pericial, para o que nomeio o perito contábil, Dr. Luiz Carlos Aquino, CRC n.º 6022/MA, o qual deverá iniciar os trabalhos no prazo de 20 (vinte dias) após a juntada das fichas financeiras, tendo o mesmo tempo para concluí-los.

Arbitro os honorários do perito em R\$ 35,00 (trinta e cinco) reais por autor, tendo em vista que os primeiros cálculos, a serem efetuados, dizem respeito, apenas, à extração de média de operações de quatro meses de vencimentos dos autores, não exigindo maior complexidade. No entanto, estabeleço o valor mínimo de R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) para cada processo que contiver de um a quatro autores, o que reputo necessário a manter a valorização e o respeito ao trabalho do profissional. Os honorários do perito deverão ser pagos pelo réu, no prazo de dez dias, tendo em vista que os autores são beneficiários da assistência judiciária gratuita, bem como já há acerto nesse sentido e foi proposto pelo Procurador Geral do Estado. As partes terão o prazo de cinco dias para formularem quesitos e indicarem assistentes. O laudo deverá conter planilhas explicativas, além de responder aos quesitos formulados pelas partes, bem como os que abaixo seguem: 1 - Para o dia 1º de março de 1994, qual a média dos vencimentos dos autores, em URVs, tendo em conta o período de novembro e dezembro de 1993 e janeiro e fevereiro de 1994? (incs. I e II do art. 22 da Lei 8.880/94). 2 - Os autores tiveram conversão de seus vencimentos de Cruzeiro Real para URV com base nos índices fixados para o último dia dos meses acima indicados? Em caso negativo qual o dia exato ou aproximado? 3 - Essa média é superior ou inferior aos vencimentos dos autores, em cruzeiros reais, recebidos em fevereiro de 1994? (§ 2º do art. 22 da Lei 8.880/94). 4 - Essa média é superior ou inferior aos vencimentos dos requerentes, em URVs, recebidos em março de 1994? (§ 2º do art. 22 da Lei 8.880/94). 5 - Qual era o valor, em URVs, dos vencimentos que os demandantes deveriam receber em março de 1994? 6 - No mês de março de 1994, aos autores receberam vencimentos superiores ou inferiores aos que deveriam receber, considerando as respostas dos quesitos acima e os termos do art. 22 da Lei 8.880/94? 7 - De quanto foi a perda de vencimentos e qual o seu índice? 8 - De quanto foi o aumento real de vencimentos e qual o seu índice? 9 - Há alguma diferença a ser recebida pelos autores em decorrência da conversão? Outrossim, tendo em vista que o Estado do Maranhão não cumpriu a determinação de fls. 41, oficie-se ao Tribunal de Contas do Estado para que o mesmo apresente a este Juízo as fichas financeiras dos autores, no período de novembro de 1993 a maio de 1994, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de multa a ser cominada por este Juízo. Não há outras provas a serem produzidas. Uma via desta decisão será utilizada como MANDADO devendo ser cumprido por Oficial de Justiça. São Luís, 04 de novembro de 2011. Carlos Henrique Rodrigues Veloso. Juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública.

ORDINÁRIA – NUMERAÇÃO ÚNICA: 48949-19.2011.8.10.0001**PROC. 49256/2011****AUTOR: MUNICÍPIO DE ARAGUANÃ****ADVOGADO: ENEAS GARCIA FERNANDES NETO****RÉU: ESTADO DO MARANHÃO****PROCURADOR: HELENA MARIA CAVALCANTE HAICKEL**

Desse modo, constata-se que, no caso em exame, estão presentes os requisitos necessários para a concessão da medida de urgência, razão pela qual, nesta fase embrionária de cognição sumária, concedo a tutela antecipada para o fim de determinar que o Estado do Maranhão se abstenha de fazer a inclusão do Município de Araganã em qualquer cadastro restritivo de crédito, em razão da não prestação de contas do convênio nº 420/2005/SEDUC/MA, principalmente para efeitos de transferências voluntárias relativas a ações de educação, saúde e assistência social, até a que outra decisão em sentido contrário seja proferida. Intimem-se as partes desta decisão. Cite-se o Estado do Maranhão, na pessoa de seu Procurador-Geral, para, querendo, contestar a presente ação, no prazo de 60 (sessenta) dias. Uma via desta decisão será utilizada como MANDADO devendo ser cumprida por Oficial de Justiça. São Luís, 04 de novembro de 2011. Carlos Henrique Rodrigues Veloso. Juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública.

Processo nº 0049507-88.2011.8.10.0001**Ação: MANDADO DE SEGURANÇA****Impetrante: PRUDENTE REFEIÇÕES LTDA****Advogados: CHRISTIANO MACHADO DE CASTRO****Impetrado: ATO DO SECRETARIO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SAO LUIS**

Assim sendo, caracterizada a inadequação da via eleita, eis que a matéria tem que ser discutida pelas vias ordinárias (ação de cobrança), indefiro a inicial e declaro extinto o feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 267, inc. I do Código de Processo Civil. Sem honorários advocatícios. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Transitada em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. São Luís, 03 de novembro de 2011. Carlos Henrique Rodrigues Veloso. Juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública.

ORDINÁRIA – NUMERAÇÃO ÚNICA: 21388-88.2009.8.10.0001**PROC. 21388/2009****AUTOR: ACRÍSIO MACHADO SANTANA E OUTROS****ADVOGADO: SÔNIA MARIA LOPES COELHO****RÉU: ESTADO DO MARANHÃO****PROCURADOR: DANIEL BLUME P. DE ALMEIDA**

Dessa forma, aplicando o disposto no art. 285-A do Código de Processo Civil e declarando a inexistência de perdas remuneratórias dos autores em razão da implantação do regime de subsídio, de que trata a Lei Estadual nº 8.591/2007, em contraste com as alegações da inicial, julgo improcedente o pedido deles. Sem condenação em honorários advocatícios, tendo em vista que não houve contestação.

Sem custas processuais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. São Luís, 11 de outubro de 2011. Carlos Henrique Rodrigues Veloso.

Juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública.

Terceira Vara da Fazenda Pública do Fórum Des. Sarney Costa

Despacho

Processo nº 0000061-49.1993.8.10.0001

Ação: ACAO DE CONSIGNACAO EM PAGAMENTO

Autor: SERVEPEÇAS SERVIÇOS E PEÇAS LTDA

Advogados: CRISTIANO ALVES FERNANDES RIBEIRO (OAB 6146) e MARCOS LUIS BRAID RIBEIRO SIMOES (OAB 6134) e ULISSES CESAR MARTINS DE SOUSA (OAB 4462)

Réus: MUNICIPIO DE SAO LUIS

Advogados: FRANCISCO DE ASSIS SOUSA COELHO FILHO (OAB PROCURADORMUNICIPAL)

DESPACHOR. hoje.Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre o documento juntado à fl. 218, requerendo o que for de direito.Publicue-se. Cumpra-se.São Luís (MA), 06 de outubro de 2011.Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOSTitular da 3ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho

Processo nº 0000619-30.2007.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA/DECISÃO | CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

Autor: TEREZINHA DE JESUS RIBEIRO OLIVEIRA

Advogados: ALINE NEIVA ALVES DA SILVA (OAB 7643) e CARLOS SEABRA DE CARVALHO COELHO (OAB 4773) e ERIKO JOSE DOMINGUES DA SILVA RIBEIRO (OAB 4835)

Réus: MUNICIPIO DE SAO LUIS

Advogados: LEONARDO HENRIQUE DA COSTA BEZERRA (OAB PROCURADORMUNICIPAL)

DESPACHOR. hoje.Recebo o presente recurso de APELAÇÃO nos efeitos devolutivo e suspensivo.Intime(m)-se a(s) parte(s) apelada(s), para, querendo,apresentar (em) contrarrazões no prazo legal. Após remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça.Publicue-se. Cumpra-se. São Luís (MA), 20 de outubro de 2011. Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3.ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho

Processo nº 0000643-87.2009.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA/DECISÃO | CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

Autor: CONCEICAO DE MARIA DE JESUS CORREIA SILVA e JOAO DOMINGOS COELHO e MARIA JOSE MENDES TEIXEIRA e NESTOR RENALDO CONCEICAO FILHO e ROSA MARIA DE FATIMA MENDES

Advogados: JOAO RODRIGUES ALMEIDA (OAB 4989) e JOAO RODRIGUES ALMEIDA (OAB 4989) e JOAO RODRIGUES ALMEIDA (OAB 4989) e JOAO RODRIGUES ALMEIDA (OAB 4989)

Réus: O ESTADO.

Advogados: RAIMUNDO HENRIQUES NASCIMENTO SOARES (OAB PROCURADORDOESTADO)

DESPACHOEm petição de fls. 213, os autores requerem a implantação em seus títulos de proventos a vantagem denominada Função Gratificada de Assistente Militar Especial Nível I, correspondente a 03 soldos e a Função Gratificada de Agente de Segurança Especial Militar Níveis IV e V, correspondente a 02 soldos de suas graduações para cada um deles.Assim, em razão do trânsito em julgado da sentença de fls. 85/91, que julgou procedente os pedidos formulados na inicial, bem como do Acórdão de fls. 138/153, mantendo a sentença a quo, resta inafastável a incorporação das gratificações, razão pela qual defiro o pedido contido à fl. 213. Com isso, intime-se o Estado do Maranhão para proceder com a implantação das gratificações acima, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de caracterização de crime de desobediência e de serem adotadas medidas coercitivas co cumprimento da obrigação.Publicue-se. Intimem-se. São Luís (MA), 1º de novembro de 2011. Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho

Processo nº 0001620-11.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA | MONITÓRIA

Autor: C J G SAMINESES COMERCIALIZACOES

Advogados: DIOGO GUALHARDO NEVES (OAB 7671) e JOSE CALDAS GOIS JUNIOR (OAB 4540)

Réus: MUNICIPIO DE SAO LUIS

Advogados: FRANCISCO ALCIOMAR DOS SANTOS COSTA (OAB PROCURADORMUNICIPAL)

DESPACHOR. hoje.Recebo os presentes recursos de APELAÇÃO de fls. 88/98 e 100/108 nos efeitos devolutivo e suspensivo.Intime(m)-se a(s) parte(s) apelada(s), para, querendo, apresentar (em) contrarrazões no prazo legal. Após remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça.Publicue-se. Cumpra-se. São Luís (MA), 21 de outubro de 2011.JUIZ JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOSTITULAR DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA Resp: 145359

Despacho

Processo nº 0004917-26.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: ANA LUCIA ARAUJO TAVARES

Advogados: LUCIANA SILVA DE CARVALHO (OAB 8027)

Réus: ESTADO DO MARANHÃO

Advogados: RENATA BESSA DA SILVA CASTRO (OAB 6241)

DESPACHOR. hoje.Recebo o presente recurso de APELAÇÃO nos efeitos devolutivo e suspensivo.Intime(m)-se a(s) parte(s) apelada(s), para,

querendo, apresentar (em) contrarrazões no prazo legal. Após remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Publique-se. Cumpra-se. São Luís (MA), 07 de outubro de 2011. Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho

Processo nº 0005248-18.2005.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: CAS MOREIRA IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO

Advogados: ANTONIO JOSE GARCIA PINHEIRO (OAB 5511) e MICHAELA DOS SANTOS REIS (OAB 6774)

Réus: ESTADO DO MARANHÃO

Advogados: DANIEL PALACIO DE AZEVEDO (OAB PROCURADORESTADUAL)

DESPACHOR. hoje. Recebo os presentes recursos de APELAÇÃO de fls. 449-454 e 456-477, nos efeitos devolutivo e suspensivo. Intime(m)-se a(s) parte(s) apelada(s), para, querendo, apresentar (em) contrarrazões no prazo legal. Após remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Publique-se. Cumpra-se. São Luís (MA), 05 de outubro de 2011. Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho

Processo nº 0005766-66.2009.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: TOME CONSTANTINO LOPES

Advogados: CARLOS AUGUSTO MACEDO COUTO (OAB 6710) e DEOLINDO LUIZ RODRIGUES NETO (OAB 7516)

Réus: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS - IPAM e MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS

Advogados: BRIGYDA LUCRECYA T D P PONTES (OAB 17150) e GUILHERME SOARES FIGUEIREDO (OAB 8427) e MARIA TEREZA FREITAS ROCHA (OAB PROCURADORAMUNICIPAL)

DESPACHOR. hoje. Recebo o recurso de APELAÇÃO de fls. 160/170, nos efeitos devolutivo e suspensivo. Intime-se a parte apelada, para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal. Após remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Publique-se. Cumpra-se. São Luís (MA), 26 de outubro de 2011. Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho

Processo nº 0007451-89.2001.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: ASSOCIAÇÃO DO PES. DA CAIXA ECONÔMICA FED.-APCEF-MA

Advogados: FABIANO FERREIRA DE ARAGÃO (OAB 7699) e LUIZ FRANCISCO MARTINS FRANÇA JUNIOR (OAB 7701)

Réus: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

Advogados: FRANCISCO DE ASSIS SOUSA COELHO FILHO (OAB PROCURADORMUNICIPAL)

DESPACHOR. hoje. Tendo em vista o retorno dos autos da instância superior, intime-se a parte autora (vitoriosa) - para no prazo de 10 (dez) dias, requerer o que entender de direito, podendo promover a competente execução de cumprimento de sentença. Não sendo requerida a execução no prazo de 06 (seis) meses, os autos serão arquivados, conforme dispõe o art. 475-J, § 5.º do Código de Processo Civil. Publique-se. Cumpra-se. São Luís (MA), 05 de outubro de 2011. Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho

Processo nº 0007988-41.2008.8.10.0001

Ação: AÇÃO ORDINÁRIA DE INDENIZAÇÃO POR DANO

Autor: NELCY DO LIVRAMENTO CAMPOS DINIZ

Advogados: JOSE LUIS DA SILVA SANTANA (OAB 4562)

Réus: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO DETRAN-MA

Advogados: HELIO DA SILVA MAIA NETO (OAB 5194) e VALBER MUNIZ (OAB 2057)

DESPACHOR. hoje. Recebo o presente recurso de APELAÇÃO nos efeitos devolutivo e suspensivo. Intime(m)-se a(s) parte(s) apelada(s), para, querendo, apresentar (em) contrarrazões no prazo legal. Após remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Publique-se. Cumpra-se. São Luís (MA), 05 de outubro de 2011. Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho

Processo nº 0008276-81.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: ANNALU MENDONÇA FIGUEIREDO FERREIRA PIRES LEAL e CHRYSTIAN GONZALEZ BOUCINHAS e GUIDA MENDONÇA FIGUEIREDO FERREIRA e MARCIO GONZALEZ LEITE e RAFAEL JOSE COSTA SARAIVA

Advogados: MICHAEL ECEIZA NUNES (OAB 7619) e MICHAEL ECEIZA NUNES (OAB 7619) e MICHAEL ECEIZA NUNES (OAB 7619) e MICHAEL ECEIZA NUNES (OAB 7619) e MICHAEL ECEIZA NUNES (OAB 7619)

Réus: ESTADO DO MARANHÃO.

Advogados: OSMAR CAVALANTE OLIVEIRA (OAB PROCURADORESTADUAL)

DESPACHOR. hoje. Recebo os presentes recursos de APELAÇÃO de fls. 146-154 e 156-169 nos efeitos devolutivo e suspensivo. Intime(m)-se a(s) parte(s) apelada(s), para, querendo, apresentar (em) contrarrazões no prazo legal. Após remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Publique-se. Cumpra-se. São Luís (MA), 20 de outubro de 2011. Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho

Processo nº 0010972-61.2009.8.10.0001**Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: ROMULO ALVES DIAS****Advogados: REBECA CASTRO CHESKIS (OAB 7769)****Réus: ESTADO DO MARANHÃO****Advogados: MARIA DE FATIMA LEONOR CAVALCANTE (OAB PROCURADORADOESTAD)**

DESPACHOR.Hoje.Tendo em vista o retorno dos autos da instância superior, intime-se a parte autora - parte vitoriosa - para, no prazo de 15 (quinze) dias, requerer o que entender de direito, podendo promover a competente execução de cumprimento de sentença. Não sendo requerida a execução no prazo de 06 (seis) meses, os autos serão arquivados, conforme dispõe o art. 475-J, § 5.º do Código de Processo Civil. Publique-se. Cumpra-se.São Luís (MA), 05 de outubro de 2011.JUIZ JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOSTITULAR DA 3.ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA Resp: 145359

Despacho**Processo nº 0011197-13.2011.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: ANDRE MENEZES MENDES e GRACIANA FERNANDES GOMES e JOSE MURILO FERREIRA FILHO e JULIANA MENEZES MENDES e THIAGO SALLES ASSUNCAO****Advogados: FERNANDO MENEZES ROCHA (OAB 7755) e FERNANDO MENEZES ROCHA (OAB 7755) e FERNANDO MENEZES ROCHA (OAB 7755) e FERNANDO MENEZES ROCHA (OAB 7755) e FERNANDO MENEZES ROCHA (OAB 7755) e GUSTAVO MENEZES ROCHA (OAB 7145) e GUSTAVO MENEZES ROCHA (OAB 7145) e GUSTAVO MENEZES ROCHA (OAB 7145) e GUSTAVO MENEZES ROCHA (OAB 7145) e GUSTAVO MENEZES ROCHA (OAB 7145) e LEONARDO MENEZES ROCHA (OAB 9242) e LEONARDO MENEZES ROCHA (OAB 9242) e LEONARDO MENEZES ROCHA (OAB 9242) e LEONARDO MENEZES ROCHA (OAB 9242)****Réus: ESTADO DO MARANHÃO.****Advogados: RICARDO DE LIMA SELLOS (OAB PROCURADORDOESTADO)**

DESPACHOR. hoje.Recebo os presentes recursos de APELAÇÃO de fls. 165-179 e 181-193 nos efeitos devolutivo e suspensivo.Intime(m)-se a(s) parte(s) apelada(s), para, querendo, apresentar (em) contrarrazões no prazo legal. Após remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça.Publique-se. Cumpra-se. São Luís (MA), 20 de outubro de 2011. Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3.ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho**Processo nº 0011915-25.2002.8.10.0001****Ação: AÇÃO ANULATÓRIA DE DEBITO FISCAL****Autor: LAJOFRE COMERCIO E PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA****Advogados: CLEOMAR PEIXOTO COUTINHO (OAB 5046) e JURACI HOMEM DO BRASIL (OAB 4604)****Réus: ESTADO DO MARANHÃO****Advogados: OSMAR CAVALCANTE OLIVEIRA (OAB PROCURADOR)**

DESPACHOR. hoje.Tendo em vista o retorno dos autos da Instância Superior, intime-se a parte ré (vitoriosa) para, requerer o que entender de direito no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento, se mantida a inércia por mais de 06 (seis) meses, desde logo ordenado.Cumpra-se.São Luís (MA), 06 de outubro de 2011.Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOSTitular da 3ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho**Processo nº 0013040-47.2010.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: OSVALDO SILVA SOUSA****Advogados: GLAUCIO SANTOS COSTA (OAB 7837)****Réus: ESTADO DO MARANHÃO****Advogados: CARLOS SANTANA LOPES (OAB PROCURADOR)**

DESPACHOR.hoje.Recebo o presente recurso de APELAÇÃO de fls. 110-140 somente no efeito devolutivo, ex vi do art. 520, inciso VII do Código de Processo Civil .Intime(m)-se a(s) parte(s) apelada(s), para, querendo, apresentar (em) contrarrazões no prazo legal. Após remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça.Cumpra-se. São Luís (MA), 05 de outubro de 2011.Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOSTitular da 3ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho**Processo nº 0013830-94.2011.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: CONCEIÇÃO DE MARIA LIMA GUEDES e IVONEIDE QUEIROZ SANTOS e LIVIA COELHO NETTO e MARIA DOS REMEDIOS RIBEIRO DOS SANTOS e PAULO VICTOR DURANS SOUZA e RAIMUNDO COSTA VALE e SUSANE MARIA PINTO VIEGAS****Advogados: PEDRO DUAILIBE MASCARENHAS (OAB 4632) e PEDRO DUAILIBE MASCARENHAS (OAB 4632) e PEDRO DUAILIBE MASCARENHAS (OAB 4632) e PEDRO DUAILIBE MASCARENHAS (OAB 4632) e PEDRO DUAILIBE MASCARENHAS (OAB 4632) e PEDRO DUAILIBE MASCARENHAS (OAB 4632)****Réus: ESTADO DO MARANHÃO****Advogados: RAIMUNDO HENRIQUES NASCIMENTO SOARES (OAB PROCURADORDOESTADO)**

DESPACHOR.Hoje.Intimem-se os autores para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestarem sobre a CONTESTAÇÃO de fls. 57/74. Publique-se. Cumpra-se.São Luís (MA), 05 de outubro de 2011. Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho

Processo nº 0014291-66.2011.8.10.0001**Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: INTERCAR COMERCIO E SERVICOS LTDA****Advogados: ITALO FABIO AZEVEDO (OAB 4292) e TECLA KAROL SOUZA GOMES (OAB 10110)****Réus: MUNICIPIO DE SAO LUIS.****Advogados: JULIO CESAR DE JESUS (OAB PROCURADORMUNICIPAL)**

DESPACHOR.Hoje.Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a CONTESTAÇÃO de fls. 87/97. Publique-se. Cumpra-se São Luís (MA), 05 de outubro de 2011. Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho**Processo nº 0014408-67.2005.8.10.0001****Ação: MANDADO DE SEGURANÇA****Autor: MARIA VIEIRA REIS e PAULO HENRIQUE VIEIRA REIS****Advogados: RICARDO DA SILVA LINS (OAB 6029) e RICARDO DA SILVA LINS (OAB 6029)****Réus: SECRETARIA MUN DE TERRAS HAB E URBANISMO-SEMTHURB****Advogados: FRANCISCO ALCIOMAR DOS SANTOS COSTA (OAB PROCURADORMUNICIPAL)**

DESPACHOR. hoje.Recebo o presente recurso de APELAÇÃO nos efeitos devolutivo e suspensivo. Conforme lei do mandado de segurança (lei nº 12016, art. 14, § 1º) Intime(m)-se a(s) parte(s) apelada(s), para, querendo, apresentar (em) contrarrazões no prazo legal. Após remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça.Publique-se. Cumpra-se. São Luís (MA), 06 de outubro de 2011.Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho**Processo nº 0015109-23.2008.8.10.0001****Ação: DECLARATORIA****Autor: JOSE MARIA DA ROCHA TORRES****Advogados: ANDERSON KAIENO FEITOSA CAVALCANTE (OAB 8088)****Réus: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO****Advogados: DANIEL BLUME PEREIRA DE ALMEIDA (OAB PROCURADORESTADUAL) e FERNANDO BAYMA SILVA (OAB 2652) e PAULO CRUZ PEREIRA E SILVA (OAB 4574)**

DESPACHOR. hoje.Tendo em vista o retorno dos autos da Instância Superior, intime-se a parte autora (vitoriosa) para, requerer o que entender de direito no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento, se mantida a inércia por mais de 06 (seis) meses, desde logo ordenado.Cumpra-se.São Luís (MA), 06 de outubro de 2011.Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho**Processo nº 0016213-16.2009.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: SINDEDUCACAO SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DO ENSINO PUBLICO MUNICIPAL DE SAO LUIS****Advogados: ANTONIO CARLOS ARAUJO FERREIRA (OAB 5113)****Réus: MUNICIPIO DE SAO LUIS.****Advogados: FRANCISCO DE ASSIS SOUSA COELHO FILHO (OAB PROCURADORMUNICIPAL)**

DESPACHOR. hoje.Recebo o presente recurso de APELAÇÃO nos efeitos devolutivo e suspensivo.Intime(m)-se a(s) parte(s) apelada(s), para, querendo,apresentar (em) contrarrazões no prazo legal. Após remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça.Publique-se. Cumpra-se. São Luís (MA), 05 de outubro de 2011.Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho**Processo nº 0016257-64.2011.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: SIDNEY CARDOSO RAMOS****Advogados: ALBERTO LURINE GUIMARAES (OAB 3744)****Réus: ESTADO DO MARANHÃO****Advogados: LORENA DUAILIBE CARVALHO (OAB PROCURADORA)**

DESPACHOR.Hoje.Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a CONTESTAÇÃO de fls. 17/53. Publique-se. Cumpra-se São Luís (MA), 05 de outubro de 2011. Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho**Processo nº 0016871-69.2011.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: DERICKSON MARQUES VIEIRA****Advogados: ITALO GUSTAVO E SILVA LEITE (OAB 7620)****Réus: ESTADO DO MARANHÃO****Advogados: CARLOS SANTANA LOPES (OAB PROCURADOR)**

DESPACHOR.Hoje.Intimem-se os autores para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestarem sobre a CONTESTAÇÃO de fls. 34/44. Publique-se.

Cumpra-se São Luís (MA), 05 de outubro de 2011. Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho

Processo nº 0016968-74.2008.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A

Advogados: FABIO ELIAS DE MEDEIROS MOUCHREK (OAB 99370)

Réus: ESTADO DO MARANHÃO

Advogados: OSCAR CRUZ MEDEIROS JUNIOR (OAB PROCURADORESTADUAL)

DESPACHOR. hoje.Tendo em vista a ausência de manifestação das partes sobre o valor dos honorários periciais, conforme a certidão de fl. 1940 intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o pagamento do valor dos honorários, em razão de sua concordância tácita com os valores apresentados às fls. 1934-1935, nos termos do artigo 33 do Código de Processo Civil.Publicue-se. Cumpra-se.São Luís (MA), 05 de outubro de 2011.Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho

Processo nº 0017026-09.2010.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | MANDADO DE SEGURANÇA

Autor: TERESINHA DE FATIMA MARQUES VALE

Advogados: TERESINHA DE FATIMA MARQUES VALE (OAB 6263)

Réus: GESTOR DE CEDULA DE GESTÃO PARA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTARIA - CEGAT

Advogados: HELENA MARIA CAVALCANTI HAICKEL (OAB)

DESPACHOR. hoje.Recebo o presente recurso de APELAÇÃO de fls. 61-69 somente no efeito devolutivo, ex vi do art. 520, inciso VII do Código de Processo Civil .Intime(m)-se a(s) parte(s) apelada(s), para, querendo, apresentar (em) contrarrazões no prazo legal. Após remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça.Cumpra-se. São Luís (MA), 20 de outubro de 2011.Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho

Processo nº 0017117-65.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: ITUMAR DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA

Advogados: DANIEL GUERREIRO BONFIM (OAB 6554)

Réus: ESTADO DO MARANHÃO

Advogados: OSCAR MEDEIROS JUNIOR (OAB PROCURADORMA)

DESPACHOR.Hoje..Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a CONTESTAÇÃO, requerendo o que entender de direito. Publique-se. Cumpra-se São Luís (MA), 06 de outubro de 2011. Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho

Processo nº 0018503-72.2007.8.10.0001

Ação: AÇÃO ORDINARIA DE COBRANCA

Autor: MARIA DE FATIMA SOARES SANTOS e ANTONIA APARECIDA XAVIER BARROS e GESSIELITA GOMES DA SILVA e LUIS GONSAGA SILVA e MARIA EDWIRGES FERREIRA CARDOSO e MARIA INACIA TAVARES SILVA

Advogados: SILVANA CRISTINA REIS LOUREIRO (OAB 5976) e SILVANA CRISTINA REIS LOUREIRO (OAB 5976) e SILVANA CRISTINA REIS LOUREIRO (OAB 5976) e SILVANA CRISTINA REIS LOUREIRO (OAB 5976) e SILVANA CRISTINA REIS LOUREIRO (OAB 5976)

Réus: ESTADO DO MARANHÃO

Advogados: SERGIO TAVARES (OAB PROCURADOR DO ESTADO)

DESPACHOR. hoje.Tendo em vista o retorno dos autos da Instância Superior, intime-se a parte ré (vitoriosa) para, requerer o que entender de direito no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento, se mantida a inércia por mais de 06 (seis) meses, desde logo ordenado.Cumpra-se.São Luís (MA), 06 de outubro de 2011.Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho

Processo nº 0018921-05.2010.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: FRANCISCA LIMA TORRES e RUTH ROSARIO DE CARVALHO e VERA LUCIA MORAES BARBOSA e ZILMA DE JESUS DA SILVA

Advogados: PAULO ROBERTO ALMEIDA (OAB 6395) e PAULO ROBERTO ALMEIDA (OAB 6395) e PAULO ROBERTO ALMEIDA (OAB 6395) e PAULO ROBERTO ALMEIDA (OAB 6395)

Réus: ESTADO DO MARANHÃO

Advogados: OSMAR CAVALCANTE OLIVEIRA (OAB PROCURADOR)

DESPACHOR. hoje.Recebo o presente recurso de APELAÇÃO nos efeitos devolutivo e suspensivo.Intime(m)-se a(s) parte(s) apelada(s), para, querendo, apresentar (em) contrarrazões no prazo legal. Após remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça.Publicue-se. Cumpra-se. São Luís (MA), 07 de outubro de 2011.Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho

Processo nº 0019260-95.2009.8.10.0001**Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA | NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA****nunciado: ENTREPOSTO GESTÃO IMOBILIARIA SERVIÇOS LTDA****Advogados: FRANCIMAR RAMOS VIANA PLANTIER (OAB 6482)****Nunciante: MUNICIPIO DE SAO LUIS****Procurador: JULIO CESAR DE JESUS**

DESPACHOR: hoje.Recebo o presente recurso de APELAÇÃO nos efeitos devolutivo e suspensivo.Intime(m)-se a(s) parte(s) apelada(s), para, querendo,apresentar (em) contrarrazões no prazo legal. Após remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça.Publique-se. Cumpra-se. São Luís (MA), 20 de outubro de 2011. Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3.ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho**Processo nº 0020989-59.2009.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: JOEL BEZERRA DA SILVA****Advogados: CHRISTIAN BARROS PINTO (OAB 7063)****Réus: ESTADO DO MARANHÃO****Advogados: MARIA DE FATIMA LEONOR CAVALCANTE (OAB PROCURADORADOESTAD)**

DESPACHOR. hoje.Tendo em vista o retorno dos autos da Instância Superior, intime-se a parte autora (vitoriosa) para, requerer o que entender de direito no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento, se mantida a inércia por mais de 06 (seis) meses, desde logo ordenado.Cumpra-se.São Luís (MA), 06 de outubro de 2011.Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOSTitular da 3ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho**Processo nº 0021560-59.2011.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: GERARDES DA SILVA JANUARIO e HAMILTON DA SILVA MONTEIRO e JEFERSON MAGNO DA SILVA e LAUDELINO VIEIRA e MANOEL DE JESUS LOPES e MARIA JOSE DA SILVA****Advogados: ATHOS DE CARVALHO DE MELO E ALVIM (OAB 10007) e ATHOS DE CARVALHO DE MELO E ALVIM (OAB 10007) e ATHOS DE CARVALHO DE MELO E ALVIM (OAB 10007) e ATHOS DE CARVALHO DE MELO E ALVIM (OAB 10007) e ATHOS DE CARVALHO DE MELO E ALVIM (OAB 10007)****Réus: ESTADO DO MARANHÃO****Advogados: RAIMUNDO HENRIQUES NASCIMENTO SOARES (OAB PROCURADORDOESTADO)**

DESPACHOR.Hoje.Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a CONTESTAÇÃO de fls. 51/67. Publique-se. Cumpra-seSão Luís (MA), 06 de outubro de 2011. Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho**Processo nº 0022086-26.2011.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: DENIS ALVES BULHAO e EDILIANA RIBEIRO GALVAO DE LIMA e FLAVIO DOS SANTOS OLIVEIRA e JULIANA MICHELA AMORIM BARBOSA****Advogados: ERNANI OLIVEIRA ALVES JUNIOR (OAB 9321) e ERNANI OLIVEIRA ALVES JUNIOR (OAB 9321) e ERNANI OLIVEIRA ALVES JUNIOR (OAB 9321) e ERNANI OLIVEIRA ALVES JUNIOR (OAB 9321) e GUSTAVO SANTOS GOMES (OAB 8696) e GUSTAVO SANTOS GOMES (OAB 8696) e GUSTAVO SANTOS GOMES (OAB 8696) e GUSTAVO SANTOS GOMES (OAB 8696)****Réus: ESTADO DO MARANHÃO.****Advogados: JOAO RICARDO DA SILVA GOMES DE OLIVEIRA (OAB PROCURADORDOESTADO)**

DESPACHOR. hoje.Recebo os presente recurso de APELAÇÃO de fls. 135-147 nos efeitos devolutivo e suspensivo.Intime(m)-se a(s) parte(s) apelada(s), para, querendo, apresentar (em) contrarrazões no prazo legal. Após remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça.Publique-se. Cumpra-se. São Luís (MA), 20 de outubro de 2011. Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3.ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho**Processo nº 0022922-33.2010.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: MARIA JULIA LIMA DA CRUZ****Advogados: NORBERTO JOSE DA CRUZ FILHO (OAB 5276)****Réus: ESTADO DO MARANHÃO****Advogados: CARLOS SANTANA LOPES (OAB PROCURADOR)**

DESPACHOR. hoje.Recebo o presente recurso de APELAÇÃO nos efeitos devolutivo e suspensivo.Intime(m)-se a(s) parte(s) apelada(s), para, querendo,apresentar (em) contrarrazões no prazo legal. Após remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça.Publique-se. Cumpra-se. São Luís (MA), 05 de outubro de 2011.Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOSTitular da 3ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho**Processo nº 0023050-63.2004.8.10.0001****Ação: NUNCIACAO DE OBRA NOVA****Autor: MUNICIPIO DE SAO LUIS****Advogados: JULIO CESAR DE JESUS (OAB PROCURADORMUNICIPAL)**

Réus: VELTON SANTOS RAMOS
Advogados: DIEGO JOSE FONSECA MOURA (OAB 8192)

DESPACHOR. hoje.Tendo em vista o retorno dos autos da Instância Superior, intime-se a parte ré (vitoriosa) para, requerer o que entender de direito no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento, se mantida a inércia por mais de 06 (seis) meses, desde logo ordenado.Cumpra-se.São Luís (MA), 06 de outubro de 2011.Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOSTitular da 3ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho

Processo nº 0023843-55.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: IVONICE RAMOS DOS SANTOS e MARIA JOSE RAMOS DE CRISTO

Advogados: DARIO ANDRE CUTRIM CASTRO (OAB DEFENSORPUBLICO) e DARIO ANDRE CUTRIM CASTRO (OAB DEFENSORPUBLICO) e DIEGO FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB DEFENSORPÚBLICO) e DIEGO FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB DEFENSORPÚBLICO)

Réus: MUNICIPIO DE SAO LUIS.

Advogados: AMADEUS PEREIRA DA SILVA - PROCURADOR DO MUNICIPIO (OAB)

DESPACHOR.Hoje.Intimem-se os autores para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestarem sobre a CONTESTAÇÃO de fls. 30/85. Publique-se. Cumpra-seSão Luís (MA), 05 de outubro de 2011. Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho

Processo nº 0024601-73.2007.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA/DECISÃO | CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

Autor: MARIA MADALENA SODRE

Advogados: RAIMUNDO GERALDO RIBEIRO DA COSTA (OAB 4478)

Réus: ESTADO DO MARANHÃO

Advogados: LORENA DUAILIBE CARVALHO (OAB PROCURADORA)

DESPACHOR.hoje.Recebo o presente recurso de APELAÇÃO de fls. 185-214 somente no efeito devolutivo, ex vi do art. 520, inciso VII do Código de Processo Civil .Intime(m)-se a(s) parte(s) apelada(s), para, querendo, apresentar (em) contrarrazões no prazo legal. Após remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça.Cumpra-se. São Luís (MA), 26 de outubro de 2011.Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOSTitular da 3ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho

Processo nº 0024955-93.2010.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: ROBERTO CAMPOS FILHO

Advogados: MARCOS VINICIUS AZEVEDO DE ANDRADE (OAB 7596)

Réus: ESTADO DO MARANHÃO

Advogados: RENATA BESSA DA SILVA CASTRO (OAB 6241)

DESPACHOR. hoje.Recebo o presente recurso de APELAÇÃO nos efeitos devolutivo e suspensivo.Intime(m)-se a(s) parte(s) apelada(s), para, querendo,apresentar (em) contrarrazões no prazo legal. Após remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça.Publique-se. Cumpra-se. São Luís (MA), 05 de outubro de 2011.Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOSTitular da 3ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho

Processo nº 0025623-35.2008.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | MANDADO DE SEGURANÇA

Autor: TELEMAR NORTE LESTE S/A

Advogados: CARLOS FREDERICO TAVARES DOMINICI (OAB 5410) e GABRIEL PRADO AMARANTE DE MENDONCA (OAB 97996) e GABRIELA B GONZAGA F PORTO (OAB 112266) e ITALO FABIO AZEVEDO (OAB 4292)

Réus: GESTOR CHEFE DA COORDENACAO DE MERCADORIAS EM TRANSITO (CEGAF - TRANSITO) DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO MA.

Advogados: HELENA MARIA CAVALCANTI HAICKEL (OAB)

DESPACHOR. hoje.Tendo em vista o retorno dos autos da Instância Superior, intime-se a parte autora (vitoriosa) para, requerer o que entender de direito no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento, se mantida a inércia por mais de 06 (seis) meses, desde logo ordenado.Cumpra-se.São Luís (MA), 06 de outubro de 2011.Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOSTitular da 3ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho

Processo nº 0025844-47.2010.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: ELIANE DE NAZARE BARROS LIMA e MARIA DE FATIMA ARAUJO SILVA e MARIA DELZUITA FERNANDES FELIX e MARIA DO AMPARO MOTA CAVALCANTE e SONIA DE JESUS DE SOUSA BANDEIRA

Advogados: PAULO ROBERTO ALMEIDA (OAB 6395) e PAULO ROBERTO ALMEIDA (OAB 6395) e PAULO ROBERTO ALMEIDA (OAB 6395) e PAULO ROBERTO ALMEIDA (OAB 6395)

Réus: ESTADO DO MARANHÃO

Advogados: HELENA MARIA DA CAVALCANTI HAICKEL (OAB 2846)

DESPACHOR. hoje.Recebo o presente recurso de APELAÇÃO nos efeitos devolutivo e suspensivo.Intime(m)-se a(s) parte(s) apelada(s), para, querendo,apresentar (em) contrarrazões no prazo legal. Após remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça.Publique-se. Cumpra-se. São Luís

(MA), 05 de outubro de 2011. Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho

Processo nº 0026884-64.2010.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: MARCEONILIA LUISA MOURA VILARINS

Advogados: JOSE ALEX BARROSO LEAL (OAB 4683)

Réus: ESTADO DO MARANHÃO

Advogados: MARCELO APOLO VIEIRA FRANKLIN (OAB PROCURADORESTADUAL)

DESPACHOR. hoje.Recebo o presente recurso de APELAÇÃO nos efeitos devolutivo e suspensivo.Intime(m)-se a(s) parte(s) apelada(s), para, querendo, apresentar (em) contrarrazões no prazo legal. Após remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça.Publique-se. Cumpra-se. São Luís (MA), 07 de outubro de 2011. Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho

Processo nº 0026955-32.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: DAYANA KARLA CARDOSO DE OLIVEIRA e MILENA DOS ANJOS PIRES e SIMONE CARNEIRO DE OLIVEIRA PIRES DA FONSECA

Advogados: ALICE MICHELINE MATOS (OAB 7502) e ALICE MICHELINE MATOS (OAB 7502) e ALICE MICHELINE MATOS (OAB 7502)

Réus: ESTADO DO MARANHÃO.

Advogados: RENATA BESSA DA SILVA CASTRO (OAB 6241)

DESPACHOR.Hoje.Intime-se os autores para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestarem sobre a CONTESTAÇÃO de fls. 48/61. Publique-se. Cumpra-seSão Luís (MA), 05 de outubro de 2011. Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho

Processo nº 0026977-90.2011.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: GEORGE BARBOSA NASCIMENTO

Advogados: ALICE MICHELINE MATOS (OAB 7502)

Réus: ESTADO DO MARANHÃO.

Advogados: RENATA BESSA DA SILVA CASTRO (OAB 6241)

DESPACHOR.Hoje.Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a CONTESTAÇÃO de fls. 36/54. Publique-se. Cumpra-seSão Luís (MA), 05 de outubro de 2011. Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho

Processo nº 0028558-77.2010.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: ANTONIA PEREIRA DOS SANTOS e DORALICE JOVITA GALVAO e NILDE FERREIRA DE ARAUJO e RAIMUNDO NASCIMENTO DA SILVA e TELMA MARIA FREIRE BRITO

Advogados: PAULO ROBERTO ALMEIDA (OAB 6395) e PAULO ROBERTO ALMEIDA (OAB 6395) e PAULO ROBERTO ALMEIDA (OAB 6395) e PAULO ROBERTO ALMEIDA (OAB 6395) e PAULO ROBERTO ALMEIDA (OAB 6395)

Réus: ESTADO DO MARANHÃO

Advogados: FLAVIA PATRICIA SOARES RODRIGUES (OAB PROCURADORAESTADUAL)

DESPACHOR. hoje.Recebo o presente recurso de APELAÇÃO nos efeitos devolutivo e suspensivo.Intime(m)-se a(s) parte(s) apelada(s), para, querendo, apresentar (em) contrarrazões no prazo legal. Após remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça.Publique-se. Cumpra-se. São Luís (MA), 05 de outubro de 2011. Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho

Processo nº 0029582-14.2008.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA/DECISÃO | CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

Autor: IVANILDE LIRA DOS SANTOS e JOSE ALMIR VALENTE COSTA FILHO e MARIA RAIMUNDA FERREIRA e MARINALVA BULHOES LIMA e VILMA MARIA VIANA DE OLIVEIRA COSTA

Advogados: SILVANA CRISTINA REIS LOUREIRO (OAB 5976) e SILVANA CRISTINA REIS LOUREIRO (OAB 5976) e SILVANA CRISTINA REIS LOUREIRO (OAB 5976) e SILVANA CRISTINA REIS LOUREIRO (OAB 5976) e SILVANA CRISTINA REIS LOUREIRO (OAB 5976)

Réus: ESTADO DO MARANHÃO

Advogados: CARLOS SANTANA LOPES (OAB PROCURADOR)

DESPACHOR. hoje.Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se sobre os documentos juntados às fls. 180/228, requerendo o que for de direito.Publique-se. Cumpra-se.São Luís (MA), 05 de outubro de 2011. Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho

Processo nº 0035443-10.2010.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: JOSE DE RIBAMAR LUCENA JUNIOR

Advogados: GABRIEL AHID COSTA (OAB 7569) e PALOMA QUINTANILHA VELOSO (OAB 8721)

Réus: ESTADO DO MARANHÃO

Advogados: CARLOS SANTANA LOPES (OAB PROCURADOR)

DESPACHOR. hoje.Recebo o presente recurso de APELAÇÃO de fls. 131-143 somente no efeito devolutivo, ex vi do art. 520, inciso VII do Código de Processo Civil .Intime(m)-se a(s) parte(s) apelada(s), para, querendo, apresentar (em) contrarrazões no prazo legal. Após remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça.Cumpra-se. São Luís (MA), 20 de outubro de 2011.Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOSTitular da 3ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho

Processo nº 0037363-19.2010.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: ALLAN XAVIER DIAS

Advogados: GABRIEL AHID COSTA (OAB 7569)

Réus: ESTADO DO MARANHÃO

Advogados: RICARDO DE LIMA SELLOS (OAB PROCURADORDOESTADO)

DESPACHOR. hoje.Recebo o presente recurso de APELAÇÃO nos efeitos devolutivo e suspensivo.Intime(m)-se a(s) parte(s) apelada(s), para, querendo, apresentar (em) contrarrazões no prazo legal. Após remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça.Publique-se. Cumpra-se. São Luís (MA), 20 de outubro de 2011. Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3.ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

Despacho

Processo nº 0038145-26.2010.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: ISABELLE CRISTINNE ABREU AMORIM

Advogados: FERNANDO ANDRE PINHEIRO GOMES (OAB 7067) e LÍCIA VALERIA PINTO CAMPOS (OAB 6023)

Réus: ESTADO DO MARANHÃO

Advogados: RICARDO DE LIMA SELLOS (OAB PROCURADORDOESTADO)

DESPACHOR. hoje.Recebo o presente recurso de APELAÇÃO de fls. 72-83 nos efeitos devolutivo e suspensivo.Intime(m)-se a(s) parte(s) apelada(s), para, querendo, apresentar (em) contrarrazões no prazo legal. Após remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça.Publique-se. Cumpra-se. São Luís (MA), 26 de outubro de 2011.JUIZ JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOSTITULAR DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA Resp: 145359

Despacho

Processo nº 0042632-39.2010.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: ADRIANA GRASIELA DA SILVA ARAUJO e FRANCISCA DE ASSIS DIAS FONSECA DE ARAUJO e JUCELINO LINDOSO e MARIA GENI CAMPOS e MARIA RAIMUNDA DA CONCEIÇÃO MACEDO

Advogados: PAULO ROBERTO ALMEIDA (OAB 6395) e PAULO ROBERTO ALMEIDA (OAB 6395) e PAULO ROBERTO ALMEIDA (OAB 6395) e PAULO ROBERTO ALMEIDA (OAB 6395) e PAULO ROBERTO ALMEIDA (OAB 6395)

Réus: ESTADO DO MARANHÃO

Advogados: CARLOS SANTANA LOPES (OAB PROCURADOR)

DESPACHOR. hoje.Recebo o presente recurso de APELAÇÃO nos efeitos devolutivo e suspensivo.Intime(m)-se a(s) parte(s) apelada(s), para, querendo, apresentar (em) contrarrazões no prazo legal. Após remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça.Publique-se. Cumpra-se. São Luís (MA), 05 de outubro de 2011.Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOSTitular da 3ª Vara da Fazenda Pública Resp: 145359

RESENHAS DA TERCEIRA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA CAPITAL

JUIZ: Dr. MÁRIO PRAZERES NETO

PROMOTOR: Dr. MARCO AURÉLIO BATISTA BARROS

3ª SECRETARIA JUDICIAL DA FAZENDA PÚBLICA

SECRETARIA JUDICIAL: DÉBORA SOUSA CHAVES

Processo nº 0001280-09.2007.8.10.0001

Ação: PROCEDIMENTO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA/DECISÃO | CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

Autor: ALDEMIR GOULART e GENIVAL GOMES BARROSO e JORGE SILVA DOS SANTOS e MANOEL FERNANDES VIEIRA e MARIA DA CONCEIÇÃO DINIZ CARVALHO ROCHA e MARIA DE LOURDES LIMA NOLASCO e MARIA MAGDALENA CARVALHO e MARILIA MATOS PEREIRA e MOACYR DAS MERCES MARINHO FILHO e RAIMUNDO SARAIVA DA SILVA e RITA AMORIM MELO ARAUJO e SEBASTIAO ALVES DOS REIS e VALDELINA DA SILVA SANTOS e VALDOMIR MUNIZ DE SOUZA e VERA LUCIA SOARES CONCEIÇÃO

Advogados: SILVANA CRISTINA REIS LOUREIRO (OAB 5976)

Réu: ESTADO DO MARANHÃO

Advogado: CARLOS GUSTAVO BRITO CASTRO - PROCURADOR (OAB)

DESPACHO: R. hoje. Defiro o pedido de fls. 356/357. Com isso, intime-se o Estado do Maranhão para proceder com a efetiva incorporação do percentual de 4,36% nas remunerações dos autores Jorge Silva dos Santos, Raimundo Saraiva da Silva, Rita Amorim Melo Araujo e Sebastião Alves dos Reis e do percentual de 1,11% para os autores Ademir Goulart, Genival Gomes Barroso, Manoel Fernandes Vieira, Maria da Conceição Diniz Carvalho Rocha, Maria de Lourdes Lima Nolasco, Maria Magdalena Carvalho, Marília Matos Pereira e Moacyr da Mereces, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de caracterização de crime de desobediência. Após a efetiva incorporação, oficie-se a Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAN) para, juntar aos autos, as fichas financeiras dos autores a partir de janeiro de 2002 até a data da efetiva incorporação dos percentuais acima. Publique-se. Intime-se. Cumpra São Luís (MA), 05 de outubro de 2011. Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública.

Processo nº 0012981-50.1996.8.10.0001

Ação: AÇÃO POPULAR**Autor: PEDRO LEONEL PINTO DE CARVALHO****Advogados: THIAGO BRHANNER GARCES COSTA E OUTROS****Réu: BANCO DO ESTADO DO MARANHÃO S/A - BEM – BANCO BRADESCO****Advogado: ANA NIZETE FONTES VIEIRA RODRIGUES (OAB 3683)****Réu: GRÁFICA ESCOLAR S/A****Advogado: Dr. MARCELLO ABREU ITAPARY E MARIANA NUNES VILHENA**

DESPACHO: R. hoje. Recebo o presente recurso de APELAÇÃO nos efeitos devolutivo e suspensivo. Intime(m)-se a(s) parte(s) apelada(s), para, querendo, apresentar (em) contrarrazões no prazo legal. Após remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Publique-se. Cumpra-se. São Luís (MA), 05 de outubro de 2011. Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública.

Processo nº 0024733-91.2011.8.10.0001**Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: ANA MARIA BOTTENTUIT RAMOS e CARMELITA MARIA SOUSA FROZ e FRANCINETE FERREIRA DOS SANTOS e JOSE LUIZ MOHANA e JOSE MAURICIO EDUARDO DA SILVA e JOSE RIBAMAR SANTOS e JOSEMAR MARCELINO FERREIRA GODINHO e MOISES PRAZERES e RAIMUNDA MARIA SILVA****Advogados: DANIEL ARMANDO RODRIGUES SILVA (OAB 9046) Réus: ESTADO DO MARANHÃO****Advogados: LUCIANA CARDOSO MAIA (OAB PROCURADORESTAD)**

DESPACHO: R.Hoje. Intimem-se os autores para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestarem sobre a CONTESTAÇÃO de fls. 89/117. Publique-se. Cumpra-se São Luís (MA), 05 de outubro de 2011. Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública.

Processo nº 0026629-09.2010.8.10.0001**Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: CLEONICE ROCHA e DORALICE ALVES TEIXEIRA e ELIZABETH PINHEIRO DE SOUSA AGUIAR e FRANCISCA SOUSA SILVEIRA DE MOURA e FRANCISCO DAS CHAGAS JACOME ERICEIRA e FRANCISCO DAS CHAGAS RAMOS e FRANCISCLEIDE CUNHA DE FARIAS e JOSE ARNOBIO TEIXEIRA DAS CHAGAS e JOSE JARDIM PEREIRA e MARIA DA PURIFICACAO SOARES PINTO e MARIA DE LOURDES FRADE OLIVEIRA e MARIA ISABEL DA SILVA MOURA e RAILANNE BEZERRA DOS SANTOS e TELMA GUEDELHA MAGALHAES****Advogados: GUTEMBERG SOARES CARNEIRO****Réus: ESTADO DO MARANHÃO****Advogados: MARCELO APOLO VIEIRA FRANKLIN (OAB PROCURADORESTADUAL)**

DESPACHO: R. hoje. Recebo o presente recurso de APELAÇÃO nos efeitos devolutivo e suspensivo. Intime(m)-se a(s) parte(s) apelada(s), para, querendo, apresentar (em) contrarrazões no prazo legal. Após remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Publique-se. Cumpra-se. São Luís (MA), 05 de outubro de 2011. Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública.

Processo nº 0017303-88.2011.8.10.0001**Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: CLAUDECY CAMPOS NUNES****Advogado: GUTEMBERG SOARES CARNEIRO (OAB 5775)****Réus: ESTADO DO MARANHÃO****Advogado: LUCIANA CARDOSO MAIA (OAB PROCURADORADOESTAD)**

DESPACHO: R.Hoje. Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a CONTESTAÇÃO de fls. 25/44. Publique-se. Cumpra-se São Luís (MA), 05 de outubro de 2011. Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública.

Processo nº 0011745-48.2005.8.10.0001**Ação: AÇÃO DE COBRANÇA****Autor: LOURENCO JOSE TAVARES VIEIRA DA SILVA e MARIA DE LOURDES BORGES RODRIGUES****Advogados: FABIANO DE CRISTO CABRAL RODRIGUES (OAB 13725) e GRIJALVA RODRIGUES PINTO NETO (OAB 6150)****Réus: ESTADO DO MARANHÃO****Advogados: CARLOS GUSTAVO BRITO CASTRO (OAB PROCURADORDOESTADO)**

DESPACHO: R. hoje. Tendo em vista o retorno dos autos da Instância Superior, intime-se a parte ré (vitoriosa) para, requerer o que entender de direito no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento, se mantida a inércia por mais de 06 (seis) meses, desde logo ordenado. Cumpra-se. São Luís (MA), 06 de outubro de 2011. Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública.

Processo nº 0026031-21.2011.8.10.0001**Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: ANA CLAUDIA MACEDO DUTRA e DAMYAO CARNEIRO DA COSTA e ELVIRA EUGENIA ARANHA BARBOSA SANTOS e FRANCISCA SANTOS MAIA e IZABEL CRISTINA FRAZAO FERRAZ e JACY DE FATIMA FERNANDES ARAUJO e MARIA VITORIA PEREIRA COSTA e RUTH RODRIGUES MARTINS RESPLANDES e VALERIA MOURA BARROS****Advogados: ANTONIO CARLOS ARAUJO FERREIRA (OAB 5113)****Réus: IPAM - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE SÃO LUIS****Advogados: BRIGYDA LUCRECYA T D P PONTES (OAB 17150) e FRANCISCO DE ASSIS PINHEIRO ABREU (OAB 2368)**

DESPACHO: R.Hoje. Intimem-se os autores para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestarem sobre a CONTESTAÇÃO de fls. 117/157. Publique-se. Cumpra-se São Luís (MA), 05 de outubro de 2011. Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública.

Processo nº 0031108-11.2011.8.10.0001**Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: ANTONIO BUENO DE SOUSA FILHO e ANTONIO JORGE ANDRADE DOS SANTOS e CARLOS MONTEIRO DO NASCIMENTO e EDNEY HARRISON FERREIRA LEAIL e JAIR JORGE SANTOS SOUSA e JOSE MARIANO ALMEIDA NETO e JOSE TADEU REIS DA LUZ e JUAREZ DE JESUS LEMOS e RAIMUNDO NONATO ARAUJO VILAS BOAS e RICARDO CHAGAS CARVALHO JUNIOR****Advogados: SONIA MARIA LOPES COELHO (OAB 3811)****Réu: ESTADO DO MARANHÃO.****Advogado: JOAO RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB PROCURADORDOESTADO)**

DESPACHO: R. Hoje. Intimem-se os autores para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestarem sobre a CONTESTAÇÃO de fls. 144/178. Publique-se. Cumpra-se São Luís (MA), 05 de outubro de 2011. Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública.

Processo nº 0031078-73.2011.8.10.0001**Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: CARLOS ALBERTO VASCONCELOS RIBEIRO e CARLOS LUIS ARAUJO SILVA GEMEO e DIONILIO GONCALVES COSTA JUNIOR e IRIS MARY MARIA COMPASSO DA SILVA e JORGE SANTOS PEREIRA e JOSE FRANCISCO BITENCOURT REIS DE PINHO e LINAIR SILVA DE SOUZA e PAULO SERGIO SOARES MOURA e REMULO SANTOS SILVA e ROBSON HUDSON LOPES E SILVA****Advogado: SONIA MARIA LOPES COELHO (OAB 3811)****Réus: ESTADO DO MARANHÃO.****Advogado: OSMAR CAVALCANTE OLIVEIRA (OAB PROCURADOR)****DESPACHO:** R. Hoje. Intimem-se os autores para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestarem sobre a CONTESTAÇÃO de fls. 131/149. Publique-se. Cumpra-se São Luís (MA), 05 de outubro de 2011. Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública.**Processo nº 0000247-13.2009.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: DEUZILENE AROUCHA GALVAO DA SILVA e JORGE HENRIQUE MATOS DE SOUSA****Advogado: FLAVIO HENRIQUE AIRES PINTO (OAB 8672)****Réu: HOSPITAL PRESIDENTE VARGAS****Advogados: MAURICIO CAMARGO BANDEIRA (OAB 4402)****Réu: MUNICÍPIO DE SÃO LUIS****Procuradora: MARIA TEREZA FREITAS ROCHA****DESPACHO:** R. hoje. Recebo os presentes recursos de APELAÇÃO de fls. 208/229 e 231/243 nos efeitos devolutivo e suspensivo. Intime(m)-se a(s) parte(s) apelada(s), para, querendo, apresentar (em) contrarrazões no prazo legal. Após remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Publique-se. Cumpra-se. São Luís (MA), 26 de outubro de 2011. JUIZ JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS TITULAR DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA.**Processo nº. 0025584-38.2008.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: MANOEL DE SOUSA QUEIROZ e MARIA APARECIDA CRUZ SANTOS e MARIA DA CONCEICAO MARTINS ARAUJO e MARIA DO AMPARO RODRIGUES DE FREITAS SAMPAIO e MARIA DO SOCORRO RODRIGUES LINS e MARIA DOS REMEDIOS CAMPOS DE ALMEIDA e MARIA GRACIETE DO NASCIMENTO SAMPAIO e MARIA GRACILDES DO NASCIMENTO CARVALHO e MARIA INES GOMES DE SOUZA e MARIA IRIS SOUZA DA SILVA e MARIA SANTANA DE LIMA e OTACILIO DE BRITO e RIBAMAR ROSA e ROSILDA MAGALHAES SANTOS e ROSILENE LOPES FERREIRA****Advogados: SILVANA CRISTINA REIS LOUREIRO (OAB 5976)****Réus: ESTADO DO MARANHÃO****Advogados: CARLOS SANTANA LOPES (OAB PROCURADOR)****DESPACHO:** R. hoje. Tendo em vista o retorno dos autos da Instância Superior, intime-se a parte autora (vitoriosa) para, requerer o que entender de direito no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento, se mantida a inércia por mais de 06 (seis) meses, desde logo ordenado. Cumpra-se. São Luís (MA), 06 de outubro de 2011. Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública.**Processo nº 0008534-91.2011.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: ADRIANA QUEIROZ SANTOS COSTA e ANDRE DE SOUSA MORENO e CARLOS ALBERTO NEVES COSTA e CARMEN MARIA MOREIRA PEDROSA MENDONÇA e CELERITA DINORAH SOARES DE CARVALHO SILVA e DENYSE REIS BATISTA e DOUGLAS LIMA DA GUIA e FERNANDO CARVALHO DE OLIVEIRA e FRANCISCO ADALBERTO MORAES DA SILVA e GISELE SILVA ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA e JOSE SILVA DA CRUZ e JOSEANE CHAVES GOMES e LISIANE SEBA SALOMAO SILVA e MARIA LUCIA DE ABREU e MARIA NELMA PIRES BATISTA e ROBSON LUIS DA SILVA e SEBASTIAO ROCHA FILHO e TYARA OLIVEIRA DOS SANTOS e ULISSES JOSE SILVA ROCHA e VICTOR OLIVEIRA SILVA****Advogados: CRISTIANO ALVES FERNANDES RIBEIRO (OAB 6146)****Réus: ESTADO DO MARANHÃO****Advogados: JOAO RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB PROCURADOR DO ESTADO)****DESPACHO:** R. hoje. Recebo o presente recurso de APELAÇÃO nos efeitos devolutivo e suspensivo. Intime(m)-se a(s) parte(s) apelada(s), para, querendo, apresentar (em) contrarrazões no prazo legal. Após remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Publique-se. Cumpra-se. São Luís (MA), 20 de outubro de 2011. Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública**Processo nº 0021495-64.2011.8.10.0001****Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: ADELIA FERREIRA ARAUJO e ADRIAO DA SILVA NASCIMENTO e ANTONIA CRISTINA CASTELO ALMEIDA e ANTONIO AUGUSTO SANTOS COSTA e ANTONIO JOSE GOMES e ANTONIO JOSE MARQUES VILAS BOAS e CARLOS ALBERTO COELHO BARROS e CARLOS MAGNO PEREIRA e CLEUDES SELERTINA FERREIRA LIMA e CONCEIÇÃO DE MARIA ALVES SANTOS e DAMIAO MELO e DIONISIO MARTINIANO MARTINS FILHO e DOMINGOS DOS SANTOS ROCHA e EDMILSON SOUZA SANTOS e EUZEBIO NOGUEIRA DOS SANTOS e FRANCISCO SOUSA SANTOS e IAPORAN BEZERRA DE ARAUJO e IVO DE ASSUNCAO BOTTENTUIT e JECY SANTANA DA SILVA e JEFFERSON ARAUJO AMARAL e JEONILDO PEREIRA BARBOSA e JOSE DE RIBAMAR BRITO e JOSE ELIAS RAMOS e JOSE PEDRO SOUSA NUNES e JOSILMAR MORAES LOBO "COME-COME" e LUCERLITA OLIVEIRA VELOSO e MARCILIO PASSOS DA SILVA e MARIA DA NATIVIDADE SAMPAIO GOMES e MOISES SAMENEZ DOS SANTOS e NESTOR RENALDO CONCEICAO FILHO e OSVALINO SILVA e PEDRO CRUZ VALE e QUENAR PEREIRA GERMANO e RAIMUNDO ABREU e RAIMUNDO ALVES DE SOUSA e RAIMUNDO NONATO BERTOLDO e RAIMUNDO NONATO CANTANHEDE BORRALHO e RIBAMAR ROGERIO DOS SANTOS NETO e RONALDO PINTO FRAZAO e ROSANGELA DE FATIMA MORAES DUARTE e SEBASTIAO SANTOS CORREA e SELMIR DE JESUS SOUSA NUNES e TALLIS INOCENCIO DOS PRAZERES e VALDECI BARBOSA BANDEIRA e WALDEMIR MARTINS DE SOUSA e WILLAME FONTES MACIEL****Advogado: EDSON CASTELO BRANCO DOMINICI JUNIOR (OAB 8563)****Réus: ESTADO DO MARANHÃO****Advogados: RAIMUNDO HENRIQUES NASCIMENTO SOARES (OAB PROCURADOR DO ESTADO)****SENTENÇA:** (...) DIANTE DO EXPOSTO, julgo improcedentes os pedidos contidos na inicial. Com isso, declaro que o Estado do Maranhão não tem obrigação legal de reajustar a remuneração dos autores no índice de 21,7% a contar de março de 2006, em função da vigência da Lei n.º 8.369/2006. Condeno os(as) requerentes ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos moldes do § 3º, do artigo 20, do Código de Processo Civil. Entretanto, em razão da concessão do benefício da assistência judiciária gratuita, a parte

Autora somente ficará obrigada ao pagamento desde que possa fazê-lo sem prejuízo próprio ou da sua família e, se dentro de cinco anos, a contar desta sentença, a autora não puder satisfazer o pagamento, a obrigação ficará prescrita, a teor do disposto no art. 12 da Lei 1060/50. Publique-se. Registre-se. Intime-se. São Luís / MA, 04 de novembro de 2011. Juiz JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DOS ANJOS Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública

Quarta Vara da Fazenda Pública do Fórum Des. Sarney Costa**01 - PROCESSO Nº 12014-87.2005.8.10.0001 (120142005)****AÇÃO: ORDINARIA****AUTOR: ILZA DE SOUSA REGO E OUTRAS****ADVOGADO: DR. LUIZ HENRIQUE FALCÃO TEIXEIRA OAB/MA Nº 3827****RÉU: ESTADO DO MARANHÃO****PROCURADORA: HELENA MARIA CAVALCANTI HAICKEL****DESPACHO DE FLS.: 350**

Intime-se à parte autora para se manifestar sobre documentos de fls. 330/348, no prazo de 05 (cinco) dias. Publique-se. São Luís/MA, 27 de outubro de 2011.

Megbel Abdala Tanus Ferreira.

Juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública

02 - PROCESSO Nº 0009369-84.2008.8.10.0001 (93692008)**AÇÃO: AÇÃO DE RECLASSIFICAÇÃO DE CARGO****AUTOR: IEDA DA SILVA LEAL E OUTROS****ADVOGADO: DR. LUIZ HENRIQUE FALCÃO TEIXEIRA OAB/MA Nº 3827****RÉU: ESTADO DO MARANHÃO****PROCURADORA: HELENA MARIA CAVALCANTI HAICKEL****DESPACHO DE FLS.: 248**

Recebo o recurso interposto pela parte ré (fls. 212/245) em ambos os efeitos. Intime-se a parte autora para apresentar as contra-razões, no prazo legal. Superado o prazo, com ou sem resposta, subam os autos ao EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO. São Luís/MA, 26 de outubro de 2011.

Megbel Abdala Tanus Ferreira

Juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública

03 - PROCESSO Nº 0025314-48.2007.8.10.0001 (253142007)**AÇÃO: PENSÃO PREVIDENCIARIA****AUTOR: ANDRELINA FERREIRA PORTO****ADVOGADO: DR. LUIZ HENRIQUE FALCÃO TEIXEIRA OAB/MA Nº 3827****RÉU: ESTADO DO MARANHÃO****PROCURADORA: HELENA MARIA CAVALCANTI HAICKEL****DESPACHO DE FLS.: 132**

Tratando-se matéria unicamente de direito, intime-se as partes para, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, oferecer alegações finais, em forma de memoriais, iniciando pela parte autora. Após, vista ao Ministério Público. Feito isto, voltem-me conclusos. São Luís, 25 de outubro de 2011.

Megbel Abdala Tanus Ferreira

Juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública

04 - PROCESSO Nº 0011456-42.2010.8.10.0001 (111492010)**AÇÃO: MANDADO DE SEGURANÇA****AUTOR: CARREL ENGENHARIA LTDA****ADVOGADOS: GUSTAVO MENEZES ROCHA (OAB 7755)****RÉUS: GESTOR DE FISCALIZAÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO MARANHÃO****PROCURADORA: HELENA MARIA CAVALCANTI HAICKEL****DESPACHO DE FLS.: 133**

Recebo o recurso interposto pela parte autora (fls. 118/129) somente no efeito devolutivo. Intime-se a outra parte para apresentar as contra-razões, no prazo legal. Superado o prazo, com ou sem resposta, subam os autos ao EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO. São Luís/MA, 18 de outubro de 2011.

Megbel Abdala Tanus Ferreira Juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública

Juiz da 4ª Vara da Fazenda pública

05 - PROCESSO Nº 0030225-69.2008.8.10.0001 (302252008)**AÇÃO: CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA****AUTOR: JOAO AUGUSTO VARELA GARCEZ****ADVOGADOS: DANA THAIS FERREIRA SANGIOOGI (OAB 9266)****RÉU: MUNICIPIO DE SAO LUIS****PROCURADOR: FRANCISCO DE ASSIZ SOUZA COELHO FILHO****DESPACHO DE FLS.: 997**

Defiro o petitório do Município de São Luís de fls. 988 Intime-se. Publique-se. São Luís, 27 de outubro de 2011.

Megbel Abdala Tanus Ferreira

Juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública

06 PROCESSO Nº 0012017-03.2009.8.10.0001 (120172009)**AÇÃO: ORDINÁRIA****AUTOR: OLIVAR DA SILVEIRA LEITE FILHO****ADVOGADOS: LUIS AUGUSTO DE MIRANDA GUTERRES FILHO (OAB 2162)****RÉUS: MUNICIPIO DE SAO LUIS.****PROCURADOR: FRANCISCO DE ASSIZ SOUZA COELHO FILHO**

DESPACHO DE FLS.: 113

Recebo o recurso interposto pela parte autora (fls. 98/108) em seu duplo efeito, de acordo com art. 520, CPC. Intime-se a outra parte para apresentar as contra-razões, no prazo legal. Superado o prazo, com ou sem resposta, subam os autos ao EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO. São Luís/MA, 25 de outubro de 2011.
Megbel Abdala Tanus Ferreira
Juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública

07 - PROCESSO Nº 0002076-63.2008.8.10.0001 (20762008)**AÇÃO: MEDIDA CAUTELAR****AUTOR: MUNICIPIO DE SAO LUIS****PROCURADOR: FRANCISCO DE ASSIZ SOUZA COELHO FILHO****RÉUS: LUMIARTE-COMUNICAÇÃO VISUAL****DESPACHO DE FLS.: 107**

Considerando o ato ordinatório de fls. 104 e a certidão de fls. 105, tendo em vista a inércia da parte interessada, arquivem-se os autos provisoriamente. Publique-se. São Luís, 20 de outubro de 2011.
Megbel Abdala Tanus Ferreira
Juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública

08 - PROCESSO Nº 0026492-61.2009.8.10.0001 (264922009)**AÇÃO: ORDINÁRIA****AUTOR: MARIA DE FATIMA DUTRA MENDONCA****ADVOGADOS: FABIANO FERREIRA DE ARAGAO (OAB 7699)****RÉU: ESTADO DO MARANHÃO****PROCURADORA: HELENA MARIA CAVALCANTI HAICKEL****DESPACHO DE FLS.: 58**

Recebo o recurso interposto pela parte ré (fls. 48/55) em seu duplo efeito, de acordo com art. 520, CPC. Intime-se a outra parte para apresentar as contra-razões, no prazo legal. Superado o prazo, com ou sem resposta, subam os autos ao EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO. São Luís/MA, 24 de outubro de 2011.
Megbel Abdala Tanus Ferreira
Juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública

09 - PROCESSO Nº 0040810-15.2010.8.10.0001 (398422010)**AÇÃO: ORDINÁRIA****AUTOR: DANILO DE SOUSA TUPAN****ADVOGADOS: THIAGO PEREIRA DAMASCENO (OAB 10010)****RÉU: ESTADO DO MARANHÃO.****PROCURADORA: HELENA MARIA CAVALCANTI HAICKEL****DESPACHO DE FLS.: 221**

Torno sem efeito a certidão de fls.219, eis que o recurso de apelação é tempestivo, recebo o recurso interposto pela parte ré (fls. 209/218) somente no efeito devolutivo. Intime-se a outra parte para apresentar as contra-razões, no prazo legal. Superado o prazo, com ou sem resposta, subam os autos ao EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO. São Luís/MA, 31 de outubro de 2011.
Megbel Abdala Tanus Ferreira
Juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública

10 - PROCESSO Nº 0005693-36.2005.8.10.0001 (56932005)**AÇÃO: ACAO DE REPARACAO DE DANO****AUTOR: JOSE CARLOS DOS SANTOS BARROS****ADVOGADOS: SUELY LOPES SILVA (OAB 4543363)****RÉU: ESTADO DO MARANHÃO****PROCURADORA: HELENA MARIA CAVALCANTI HAICKEL****DESPACHO DE FLS.: 196**

Recebo o recurso interposto pela parte autora (fls. 180/193) em seu duplo efeito, de acordo com art. 520, CPC. Intime-se a outra parte para apresentar as contra-razões, no prazo legal. Superado o prazo, com ou sem resposta, subam os autos ao EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO. São Luís/MA, 25 de outubro de 2011. Megbel Abdala Tanus Ferreira
Juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública

Varas da Infância e da Juventude

Segunda Vara da Infância e Juventude de São Luís

SENTENÇA

O DOUTOR ALEXANDRE LOPES DE ABREU, JUIZ DE DIREITO AUXILIAR RESPONDENDO PELA 2ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DESTA COMARCA DE SÃO LUÍS, ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI ETC.

Processo nº 692-54.2011.8.10.0003. **REMISSÃO.** VISTOS, etc... **HOMOLOGO** por sentença, para que produza os jurídicos e legais efeitos, a **REMISSÃO** concedida pelo órgão do Ministério Público, como forma de **EXCLUSÃO PROCESSUAL** aplicando ao adolescente **M.M.A.**, a medida socioeducativa de **LIBERDADE ASSISTIDA**, nos termos dos artigos 112, IV, c/c artigo 126, § único do ECA. Oficie-se à SEMCAS para a execução desta decisão. Após, promova-se a execução em autos próprios, que serão formados, obrigatoriamente, por peças processuais indispensáveis ao trâmite. Cumpra-se. **P.R.I.** São Luís/MA, 31 de outubro de 2011. Dr. Alexandre Lopes de Abreu, Juiz de Direito Auxiliar, respondendo pela 2ª Vara da Infância e da Juventude. Está conforme o original. Eu, Kátia Albuquerque de Figueirêdo, Secretária Judicial, que digitei e subscrevo.

SENTENÇA

O DOUTOR ALEXANDRE LOPES DE ABREU, JUIZ DE DIREITO AUXILIAR RESPONDENDO PELA 2ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DESTA COMARCA DE SÃO LUÍS, ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI ETC.

Processo nº 128-75.2011.8.10.0003. **REPRESENTAÇÃO.** VISTOS, etc... Consta dos autos que o adolescente **J.A.V.C.**, já é falecido, conforme cópia

da certidão de óbito à fl. 46. Como se observa, a notícia da morte do adolescente, constante nos autos, nos termos do art. 107, I, do Código Penal, que: "Extingue-se a punibilidade: I – pela morte do agente". Destarte, no âmbito do direito Penal, nenhuma pena passará da pessoa do agente faltoso. Face ao exposto, declaro extinta a punibilidade pela morte do adolescente **J.A.V.C.** Cumpridas as formalidades legais, arquivem-se com a baixa devida. Publique-se e Intime-se. São Luís/MA, 31 de outubro de 2011. Dr. Alexandre Lopes de Abreu, Juiz de Direito Auxiliar, respondendo pela 2ª Vara da Infância e da Juventude. Está conforme o original. Eu, Kátia Albuquerque de Figueirêdo, Secretária Judicial, que digitei e subscrevo.

SENTENÇA

O DOUTOR ALEXANDRE LOPES DE ABREU, JUIZ DE DIREITO AUXILIAR RESPONDENDO PELA 2ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DESTA COMARCA DE SÃO LUÍS, ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI ETC.

Processo nº 698-61.2011.8.10.0003. **REPRESENTAÇÃO.** VISTOS, etc... **HOMOLOGO** por sentença, para que produza os jurídicos e legais efeitos, a **REMISSÃO** concedida pelo órgão do Ministério Público, como forma de **EXCLUSÃO PROCESSUAL**, aplicando ao adolescente **A.V.V.** a medida socioeducativa de **ADVERTÊNCIA**, nos termos do Artigo 112, I, 115 e 126 da Lei 8.069/90. Designe a Sra. Secretária Judicial data para a realização da audiência de Advertência perante o Serviço Social. **P.R.I.** São Luís/MA, 04 de novembro de 2011. Dr. Alexandre Lopes de Abreu, Juiz de Direito Auxiliar, respondendo pela 2ª Vara da Infância e da Juventude. Está conforme o original. Eu, Kátia Albuquerque de Figueirêdo, Secretária Judicial, que digitei e subscrevo.

SENTENÇA

O DOUTOR ALEXANDRE LOPES DE ABREU, JUIZ DE DIREITO AUXILIAR RESPONDENDO PELA 2ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DESTA COMARCA DE SÃO LUÍS, ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI ETC.

Processo nº 702-98.2011.8.10.0003. **REMISSÃO.** VISTOS, etc... **HOMOLOGO** por sentença, para que produza os jurídicos e legais efeitos, a **REMISSÃO** concedida pelo órgão do Ministério Público, como forma de **EXCLUSÃO PROCESSUAL** aplicando ao adolescente **M.D.P.C.** a medida socioeducativa de **ADVERTÊNCIA**, nos termos dos artigos 112, I, 115 e 126, § único da Lei 8.069/90. Designe a Secretária Judicial data para a realização da audiência de Advertência perante o Serviço Social. Cumpra-se. **P.R.I.** São Luís/MA, 07 de novembro de 2011. Dr. Alexandre Lopes de Abreu, Juiz de Direito Auxiliar, respondendo pela 2ª Vara da Infância e da Juventude. Está conforme o original. Eu, Kátia Albuquerque de Figueirêdo, Secretária Judicial, que digitei e subscrevo.

SENTENÇA

O DOUTOR ALEXANDRE LOPES DE ABREU, JUIZ DE DIREITO AUXILIAR RESPONDENDO PELA 2ª VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DESTA COMARCA DE SÃO LUÍS, ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI ETC.

Processo nº 18135-86.2009.8.10.0003. **REPRESENTAÇÃO.** VISTOS, etc... Consta dos autos que o adolescente **D.S.S.**, já é falecido, conforme informações às fl. 36-40. Como se observa, a notícia da morte do adolescente, constante nos autos, nos termos do art. 107, I, do Código Penal, que: "Extingue-se a punibilidade: I – pela morte do agente". Destarte, no âmbito do direito Penal, nenhuma pena passará da pessoa do agente faltoso. Face ao exposto, declaro extinta a punibilidade pela morte do adolescente **D.S.S.** Cumpridas as formalidades legais, arquivem-se com a baixa devida. Publique-se e Intime-se. São Luís/MA, 09 de novembro de 2011 Dr. Alexandre Lopes de Abreu, Juiz de Direito Auxiliar, respondendo pela 2ª Vara da Infância e da Juventude. Está conforme o original. Eu, Kátia Albuquerque de Figueirêdo, Secretária Judicial, que digitei e subscrevo.

Comarcas do Interior

Açailândia

Segunda Vara de Açailândia

Processo nº 0000383-44.2009.8.10.0022

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Autor: BANCO PANAMERICANO S.A.

Advogados: SIDNEY ROBSON BARROS COSTA (OABMA 6256)

Réus: ROSINEIDE ALEIXO BEZERRA

Decisão de f.52: Intime-se a parte autora por mandado, remetido pelo correio, com aviso de recebimento, para que, no prazo de 48h (quarenta e oito horas), diga se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo (art. 267, §1º, CPC).Cumpra-se.Sirva-se de MANDADO, CARTA e OFÍCIO a presente decisão (Ofício Circular n.º 11/2009-GAB/CGJ). Açailândia, 25 de outubro de 2011.

André B. P. Santos

Juiz de Direito da 2ª Vara de Açailândia

Processo nº 0000419-23.2008.8.10.0022

Ação: BUSCA E APREENSAO

Autor: Banco Panamericano S/A

Advogados: DANIELA FRANCATI DO NASCIMENTO (OABPI 5033A)

Réus: Jose Francisco de Oliveira

Decisão de f.34: Intime-se a parte autora por mandado, remetido pelo correio, com aviso de recebimento, para que, no prazo de 48h (quarenta e oito horas), diga se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo (art. 267, §1º, CPC).Cumpra-se.Sirva-se de MANDADO, CARTA e OFÍCIO a presente decisão (Ofício Circular n.º 11/2009-GAB/CGJ). Açailândia, 25 de outubro de 2011

André B. P. Santos

Juiz de Direito da 2ª Vara de Açailândia

Processo nº 0000728-73.2010.8.10.0022

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Autor: BANCO FINASA BMC S/A

Advogados: PAULO HENRIQUE FERREIRA (OABPE 894B)

Réus: JOAQUIM RONDINELI POUBEL

Decisão de f.36: Intime-se a parte autora por mandado, remetido pelo correio, com aviso de recebimento, para que, no prazo de 48h (quarenta e oito

horas), diga se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo (art. 267, §1º, CPC).Cumpra-se.Sirva-se de MANDADO, CARTA e OFÍCIO a presente decisão (Ofício Circular n.º 11/2009-GAB/CGJ). Açailândia, 25 de outubro de 2011.

André B. P. Santos
Juiz de Direito da 2ª Vara de Açailândia

Processo nº 0001048-94.2008.8.10.0022

Ação: BUSCA E APREENSAO

Autor: Banco Panamericano S/A

Advogados: GLAUBER P. PEIXOTO SANTANA (OABSE 3800)

Réus: Jeanne da Luz Figueira

Decisão de f.42: Intime-se a parte autora por mandado, remetido pelo correio, com aviso de recebimento, para que, no prazo de 48h (quarenta e oito horas), diga se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo (art. 267, §1º, CPC).Cumpra-se.Sirva-se de MANDADO, CARTA e OFÍCIO a presente decisão (Ofício Circular n.º 11/2009-GAB/CGJ). Açailândia, 25 de outubro de 2011.

André B. P. Santos
Juiz de Direito da 2ª Vara de Açailândia

Decisão

Processo nº 0001461-73.2009.8.10.0022

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: EREMILTON COSTA MORAIS

Advogados: ENOQUE DINIZ (OABMA 4084)

Réus: AGROPECUARIA DOM ELISEU LTDA

Advogado: AGOSTINHO MONTEIRO JÚNIOR OABPA 9.888

Decisão de f.216: Sentença rejeitando pedidos da parte autora/reconvinte e acolhendo em parte pedidos da parte ré/reconvinda (ff. 201/205).Publicação da sentença (f. 206).Trânsito em julgado da sentença (f. 207).Da sentença já constava a advertência do art. 475-J, caput, do CPC.Pedido da parte ré/reconvinte para o cumprimento da sentença (ff. 208/214).Intime-se a parte exequente (ré/reconvinte), na pessoa de seu advogado, para, no prazo de 30 (trinta) dias, recolher as custas referentes ao preparo prévio, sob pena de extinção do feito.Eventualmente recolhidas as custas iniciais, após atestado nos autos, proceda-se da forma seguinte:a) defiro o pedido da parte exequente para que seja realizada penhora on line, devendo constar do cálculo da dívida o valor da multa prevista no art. 475-J do CPC.b) havendo bloqueio de numerário, lavre-se o respectivo termo de penhora.c) após, intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, para: tomar conhecimento do respectivo auto; e, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer impugnação (art. 475-J, §1º, CPC).d) caso não lograda a penhora on line, por falta de recursos da parte executada, intime-se a parte exequente para, em 10 (dez) dias, requerer o que for de seu interesse.Cumpra-se.Açailândia, 31 de outubro de 2011.

André B. P. Santos
Juiz de Direito da 2ª Vara de Açailândia

Processo nº 0002054-68.2010.8.10.0022

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: JORLANDES SILVA DE SOUSA

Advogados: ANTONIO MALAQUIAS CHAVES JUNIOR (OABMA 8290)

Réus: BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Decisão de 67: Diante das circunstâncias concretas disponíveis nos autos, conjugadas com o teor do artigo 13 da Lei 1060/50 combinado com o §1º do artigo 14 da Lei Estadual 9109/2009, concedo parcialmente as benesses da assistência judiciária, determinando a parte autora que recolha apenas 50% (cinquenta por cento) das custas devidas. Tal posicionamento encontra guarida na melhor jurisprudência emanada de nossos tribunais superiores. A respeito, colaciono ementa de decisão do Superior Tribunal de Justiça da qual compartilho. "PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. DANOS MORAIS. PRETENSÃO INDENIZATÓRIA AJUIZADA POR MAGISTRADO EM FACE DE PROMOTOR DE JUSTIÇA. ATO ILÍCITO E DANO MORAL NÃO-CARACTERIZADOS. JUSTIÇA GRATUITA. CONCESSÃO PARCIAL DO BENEFÍCIO. POSSIBILIDADE. ALEGADA VIOLAÇÃO DOS ARTS. 159, DO CC/1916, 186, DO CC/2002, E 4º DA LEI 1.060/50. NÃO-OCORRÊNCIA. DOUTRINA. PRECEDENTES. DESPROVIMENTO.1. O acórdão local deu solução adequada à controvérsia, porquanto não-caracterizados o ato ilícito e o dano à honra subjetiva do Juiz. As palavras e expressões empregadas pelo Promotor no exercício de suas atribuições funcionais - embora ríspidas e desnecessárias - não configuram, concretamente, o animus injuriandi, e, conforme ressaltado, não foram dirigidas à pessoa do Juiz, mas proferidas no contexto e nos limites da causa.2. O juiz, dependendo das circunstâncias do caso concreto, pode conceder o benefício da gratuidade judiciária parcial. Exegese do art. 13 da Lei 1.060/50. Doutrina.3. Se o Tribunal de Justiça entendeu que o recorrente tem condições de arcar, em parte, com as despesas do processo, a reversão dessa conclusão - notadamente para se saber se, de fato, o magistrado é hipossuficiente e faz jus, nos termos da lei, à integralidade do benefício - pressupõe, necessariamente, o reexame de provas, atividade cognitiva vedada nesta instância superior (Súmula 7/STJ).4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido. (grifei) Intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, demonstre nos autos o recolhimento das custas, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 257, caput, CPC, c/c art. 14, in fine, da Lei Estadual 9109/2009). Após, venham os autos imediatamente conclusos. Intimem-se. Cumpra-se. Açailândia, 26 de outubro de 2011.

André B. P. Santos
Juiz de Direito da 2ª Vara de Açailândia

Processo nº 0002504-45.2009.8.10.0022

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Autor: BANCO BMG S/A

Advogados: JOSE EXPEDITO BACELAR ALMEIDA FILHO (OABMA 7384)

Réus: FRANCISCO JECKSON DA CONCEIÇÃO SOARES

Decisão de f.59: Intime-se a parte autora por mandado, remetido pelo correio, com aviso de recebimento, para que, no prazo de 48h (quarenta e oito horas), diga se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo (art. 267, §1º, CPC).Cumpra-se.Sirva-se de MANDADO, CARTA e OFÍCIO a presente decisão (Ofício Circular n.º 11/2009-GAB/CGJ). Açailândia, 25 de outubro de 2011.

André B. P. Santos
Juiz de Direito da 2ª Vara de Açaílândia**Processo nº 0003653-42.2010.8.10.0022****Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL****Autor: MARIA FRANCISCA ALVES MARTINS****Advogados: DANIEL SILVA GALVÃO (OABMA 7004)**

Decisão de f.17: Trata-se de pedido de declaração judicial de morte presumida, formulado pela interessada acima mencionada, objetivando a declaração da morte presumida de Francisco Alves Martins, com o respectivo assento de óbito. Eis o importante. Passo a decidir. A pretensão da requerente, como se vê da petição inicial, é a declaração presumida da morte de seu marido Francisco Alves Martins. O Juízo desta 2ª Vara não dispõe de competência para apreciar demandas que envolvam direitos de família. É que dispõe o art. 11-A da Lei Complementar Estadual n.º 14/1991: Art. 11-A. Nas Comarcas de Açaílândia e Bacabal os serviços judiciários serão distribuídos da seguinte forma: [...] II. 2ª Vara: Cível. Comércio. Registros Públicos. Fundações. Provedorias; III. 3ª Vara: Família. Casamento. Sucessões. Tutela, Curatela e Ausência; IV. 4ª Vara: Família. Casamento. Sucessões. Infância e Juventude. Do exposto, com fundamento no art. 11-A da Lei Complementar Estadual n.º 14/1991 e no art. 113, caput e §2º do CPC, reconheço a incompetência deste Juízo de Direito da 2ª Vara e determino a remessa dos presentes autos à Distribuição. Providencie a Secretaria Judicial as cautelas de praxe, o registro e baixa na distribuição. Intimem-se. Cumpra-se. Açaílândia, 26 de outubro de 2011.

André B. P. dos Santos
Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Açaílândia**Processo nº 0003775-55.2010.8.10.0022****Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA****Autor: BANCO FINASA BMC S/A****Advogados: SUELEN GONÇALVES BIRINO (OABMA 8544)****Réus: JOSE DO PATROCÍNIO ARAUJO**

Decisão de f.29: Intime-se a parte autora por mandado, remetido pelo correio, com aviso de recebimento, para que, no prazo de 48h (quarenta e oito horas), diga se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo (art. 267, §1º, CPC). Cumpra-se. Sirva-se de MANDADO, CARTA e OFÍCIO a presente decisão (Ofício Circular n.º 11/2009-GAB/CGJ). Açaílândia, 25 de outubro de 2011.

André B. P. Santos
Juiz de Direito da 2ª Vara de Açaílândia**Processo nº 0005764-62.2011.8.10.0022****Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA****Autor: BANCO PANAMERICANO S/A****Advogados: MARIANE CARDOSO MACAREVICH (OABRS 30264) e SABRINA CAMARGO DE OLIVEIRA MARTIN (OABRS 55893)****Réus: JAKSON ALVES FERREIRA**

Trata-se de ação autônoma de busca e apreensão, com pedido de liminar e de partes as acima mencionadas, formulada ao argumento de que financiamento concedido pelo requerente ao requerido não foi honrado por esse último. O negócio respectivo constaria de contrato de compra e venda, garantido por alienação fiduciária incidente sobre um veículo automotor. Anexos, documentos. Eis o relevante. As pessoas jurídicas serão representadas em Juízo, ativa e passivamente, por quem os respectivos estatutos designarem, ou, não os designando, por seus diretores (art. 12, VI, do CPC). Cuida-se de matéria de ordem pública, portanto, cognoscível de ofício a qualquer tempo e grau de jurisdição, qualificada pela doutrina e jurisprudência como pressuposto processual de validade. No vertente caso, observo que não acompanharam a inicial os atos constitutivos, o estatuto ou contrato social, bem como ata de eleição da diretoria da pessoa jurídica, documentos indispensáveis para aferição da regularidade de sua representação processual. Dessa forma, intime-se a requerente para no prazo de 10 (dez) dias juntar aos autos os documentos precitados, sob pena de indeferimento da inicial (arts. 283 c/c 284, ambos do CPC). Transcorrido o prazo, sanadas ou não as irregularidades, venham os autos imediatamente conclusos. Sirva-se de MANDADO, CARTA e OFÍCIO a presente decisão (Ofício Circular n.º 11/2009-GAB/CGJ). Intimem-se. Cumpra-se. Açaílândia, 31 de outubro de 2011.

André B. P. Santos
Juiz de Direito da 2ª Vara de Açaílândia**Processo nº 0000143-75.1997.8.10.0022****Ação: ACAO DE REPARACAO DE DANOS****Autor: DEUSDEDITH ALVES SAMPAIO****Advogados: DERNIVAL GUIMARÃES DE SOUZA (OABMA 23882) e FLORENTINO PEDRA (OABMA 2976)****Réus: FRANCISCO ABELARDO RIBEIRO JUNIOR****Advogado: Nilton Oliveira**

Despacho de f.100: Intime-se a parte exequente, na pessoa de seu(s) advogado(s), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, peça o que de direito. Cumpra-se. Açaílândia, 26 de outubro de 2011.

André B. P. Santos
Juiz de Direito da 2ª Vara de Açaílândia**Processo nº 0000379-07.2009.8.10.0022****Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA****Autor: BANCO PANAMERICANO S.A.****Advogados: SIDNEY ROBSON BARROS COSTA (OABMA 6256)****Réus: ELSON ALVES MOTTA**

Despacho de f.44: Intime-se a parte autora, para no prazo de 05 (cinco) dias, informar este Juízo o atual endereço da parte requerida, sob pena das cominações legais. Intimem-se. Cumpra-se. Açailândia, 26 de outubro de 2011.

André B. P. Santos

Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Açailândia

Processo nº 0000469-15.2009.8.10.0022

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Autor: BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Advogados: ALLAN RODRIGUES FERREIRA (OABMA 7248) e JOSE EXPEDITO BACELAR ALMEIDA FILHO (OABMA 7384) e SIDNEY COSTA OABMA6256

Réus: PEDRO CARLOS OLIVEIRA DE SOUSA

Despacho de f.47: Intime-se a parte autora, na pessoa de seu(sua) advogado(a), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, peça o que for de direito. Transcorrido aquele prazo sem manifestação, intime-se a parte autora, por carta, para que no prazo de 48h (quarenta e oito horas), manifeste interesse na causa, requerendo o que for de direito, sob pena de extinção do processo (art. 267, § 1º, CPC). Sirva-se de MANDADO, CARTA E OFÍCIO o presente despacho (Ofício Circular n.º 11/2009-GAB/CGJ). Cumpra-se. Açailândia, 29 de setembro de 2011.

André B. P. Santos

Juiz de Direito da 2ª Vara de Açailândia

Processo nº 0000850-57.2008.8.10.0022

Ação: BUSCA E APREENSAO

Autor: Banco Finasa S/a

Advogados: APARECIDA SUELENE PEREIRA DUARTE (OABTO 3861)

Réus: Genivaldo de Sousa Lima

Despacho de f.56: Intime-se a parte autora, na pessoa de seu(sua) advogado(a), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, peça o que for de direito. Transcorrido aquele prazo sem manifestação, intime-se a parte autora, por carta, para que no prazo de 48h (quarenta e oito horas), manifeste interesse na causa, requerendo o que for de direito, sob pena de extinção do processo (art. 267, § 1º, CPC). Sirva-se de MANDADO, CARTA E OFÍCIO o presente despacho (Ofício Circular n.º 11/2009-GAB/CGJ). Cumpra-se. Açailândia, 29 de setembro de 2011.

André B. P. Santos

Juiz de Direito da 2ª Vara de Açailândia

Processo nº 0001038-84.2007.8.10.0022

Ação: DECLARATORIA DE INEXISTENCIA DE RELACAO JURIDICA

Autor: FRANCISCO PORFIRIO DE ASSIS FILHO

Advogados: ERNO SORVOS (OABMA 3885A)

Réus: BANCO FINASA S/A

Advogados: ULISSES CESAR MARTINS DE SOUSA OABMA4462 E MARCOS LUIS BRAID RIBEIRO SIMOES OABMA6134.

Despacho de f.185: Intimem-se as partes, na pessoa de seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, informar se ainda tem interesse no depoimento pessoal das partes. Cumpra-se. Açailândia, 20 de outubro de 2011.

André B. P. Santos

Juiz de Direito da 2ª Vara de Açailândia

Processo nº 0001156-21.2011.8.10.0022

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Autor: BV FINANCEIRA S/A CFI

Advogados: KEILA RAQUEL CUTRIM JANSEN (OABMA 9280)

Réus: LUZIA SILVA SOUSA

Despacho de f.29: Intime-se a parte autora, na pessoa de seu(sua) advogado(a), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, peça o que for de direito. Transcorrido aquele prazo sem manifestação, intime-se a parte autora, por carta, para que no prazo de 48h (quarenta e oito horas), manifeste interesse na causa, requerendo o que for de direito, sob pena de extinção do processo (art. 267, § 1º, CPC). Sirva-se de MANDADO, CARTA E OFÍCIO o presente despacho (Ofício Circular n.º 11/2009-GAB/CGJ). Cumpra-se. Açailândia, 29 de setembro de 2011.

André B. P. Santos

Juiz de Direito da 2ª Vara de Açailândia

Processo nº 0001167-50.2011.8.10.0022

Ação: PROCESSO CAUTELAR | BUSCA E APREENSÃO

Autor: BANCO DO BRASIL S.A.

Advogados: PAULA RODRIGUES DA SILVA (OABMA 9590-A)

Réus: M D MALHARIA E BORDADOS LTDA - ME

Despacho de f.67: Intime-se a parte autora, na pessoa de seu(sua) advogado(a), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, peça o que for de direito. Transcorrido aquele prazo sem manifestação, intime-se a parte autora, por mandado, para que no prazo de 48h (quarenta e oito horas), manifeste interesse na causa, requerendo o que for de direito, sob pena de extinção do processo (art. 267, § 1º, CPC). Sirva-se de MANDADO, CARTA E OFÍCIO o presente despacho (Ofício Circular n.º 11/2009-GAB/CGJ). Cumpra-se. Açailândia, 29 de setembro de 2011.

André B. P. Santos

Juiz de Direito da 2ª Vara de Açailândia

Processo nº 0001188-94.2009.8.10.0022**Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA****Autor: BANCO PANAMERICANO S/A****Advogados: PAULO HENRIQUE FERREIRA (OABPE 894B)****Réus: JOSE SOARES DE MACEDO**

Despacho de f.76: Parte ré devidamente citada. Contudo, o veículo objeto da busca não foi apreendido (f. 73). Intime(m)-se a parte autora, na pessoa de seu(s) advogado(s), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, peça o que de direito. Açailândia, 31 de outubro de 2011.

André B. P. Santos**Juiz de Direito da 2ª Vara de Açailândia****Processo nº 0001243-16.2007.8.10.0022****Ação: BUSCA E APREENSAO****Autor: Banco Panamericano S/A****Advogados: GILSON ALVES BARROS (OABMA7492)****Réus: Elismar do O de Sousa**

Despacho de f.44: Intime-se a parte autora, para no prazo de 05 (cinco) dias, informar este Juízo o atual endereço da parte requerida, sob pena das cominações legais. Intimem-se. Cumpra-se. Açailândia, 26 de outubro de 2011.

André B. P. Santos**Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Açailândia****Processo nº 0001511-36.2008.8.10.0022****Ação: BUSCA E APREENSAO****Autor: BANCO FINASA S/A****Advogados: APARECIDA SUELENE PEREIRA DUARTE (OABTO 3861)****Réus: RAFAEL DE SOUSA BARBOSA**

Despacho de f.34: Intime-se a parte autora, na pessoa de seu(sua) advogado(a), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, peça o que for de direito. Transcorrido aquele prazo sem manifestação, intime-se a parte autora, por carta, para que no prazo de 48h (quarenta e oito horas), manifeste interesse na causa, requerendo o que for de direito, sob pena de extinção do processo (art. 267, § 1º, CPC). Sirva-se de MANDADO, CARTA E OFÍCIO o presente despacho (Ofício Circular n.º 11/2009-GAB/CGJ). Cumpra-se. Açailândia, 29 de setembro de 2011.

André B. P. Santos**Juiz de Direito da 2ª Vara de Açailândia****REG. DISTRIBUIÇÃO Nº. 1214-29.2008.8.10.0022****DENOMINAÇÃO: Ação de Consignação em Pagamento****DATA DO AJUIZAMENTO: 21/05/2008 12:20:41****PARTE(S) REQUERENTE(S): C. T. Vilarino Motos Ltda e Celia Teodoro Vilarino****PARTE(S) REQUERIDA(S): Comercial Silverado de Peças Ltda**

O Excelentíssimo Senhor Andre Boguea Pereira Santos, Juiz de Direito da Segunda Vara da Comarca de Açailândia, Estado do Maranhão.
FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que fica(m) CITADO a(s) parte(s) requerida(s) Comercial Silverado de Peças Ltda, atualmente em lugar incerto e não sabido, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar resposta, inclusive contestação, sob pena de se reputarem verdadeiras as afirmações articuladas na petição inicial (arts. 285, 297 e 319, CPC), consoante Decisão de fls. 14/15, a seguir transcrita: "Diante do exposto, defiro a medida liminar, determinando o cancelamento do protesto, aceitando a caução oferecida, que deverá ser objeto de depósito judicial, junto ao Banco do Brasil S/A, mediante guia de depósito, no prazo de 03 dias, sob pena de revogação da medida. Efetuado o depósito, oficie-se ao Cartório de Registro de Imóveis desta comarca, para providenciar a retirada do nome da autora da lista de protesto. Cumprida a medida, cite-se, na forma requerida. Açailândia-MA, 11 de junho de 2008. Livia Maria da Graça Costa Aguiar Juíza de Direito da 2ª Vara". E para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente EDITAL, que será fixado no lugar de costume, nos termos da petição inicial e despacho prolatado nos autos da Ação em epígrafe.

O que se CUMPRA nos termos e na forma da Lei. Dado e passado o presente nesta Secretaria Judicial a meu cargo, nesta cidade de Açailândia, Estado do Maranhão, aos 25 de Outubro de 2011. Eu, Andréia Amaral Rodrigues, Secretário Judicial, que o fiz digitar, conferi e subscrevo.

André B. P. Santos**Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Açailândia/MA****Processo nº 0000904-04.2000.8.10.0022****Ação: ACAO DE INDENIZACAO POR ATO ILICITO****Autor: WAGNER DE VASCONCELOS****Advogados: FRANCISCO RAIMUNDO CORREA (OABMA 5415)****Réus: CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES DO MARANHÃO LTDA - CEJUMA****Advogados: ANTONIO DE LISBOA MACHADO FILHO (OABMA 4085)**

Sentença de f.136: Trata-se de ação indenizatória, de as partes as acima mencionadas. Citada, a parte ré apresentou contestação (ff. 47/90). Réplica (ff. 91/95). Designada audiência preliminar (ff. 96 e 113), a parte autora não foi encontrada no endereço indicado na inicial (ff. 99 e 117). Consta ainda dos autos que, as últimas diligências dedicadas à intimação da parte requerente, essa mudou de endereço, sem que tenha comunicado tal a este Juízo. É o relatório. Decido. A teor do art. 39, II, do CPC, advém como ônus das partes e seus procuradores informarem ao Juízo qualquer mudança de endereço, o que a parte requerente deixou de observar, tanto que, procurada no endereço que forneceu, não foi encontrada. Afiro, pois, que a requerente abandonou a causa por quase nove (nove) anos, sem cumprir os atos processuais que lhe competiam, o que subsume a hipótese daquela do art. 267, inciso II, do CPC. Do exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, na forma do art. 267, inciso II, do CPC. Ônus processuais ex lege. Publique-se, registre-se, intemem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Açailândia, 26 de outubro de 2011.

André B. P. Santos**Juiz de Direito da 2ª Vara de Açailândia**

Processo nº 0000929-65.2010.8.10.0022**Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: R R TRAJANO JUNIOR****Advogados: JOSE WILSON CARDOSO DINIZ (OABMA 6055A)****Réus: BANCO DO BRASIL S/A****Advogado: BRUNO CALDAS SIQUEIRA FREIRE OABMA6798**

Sentença de f.161: Trata-se de ação revisional de contrato, com pedido de antecipação de tutela e de partes as acima mencionadas. Anexos, documentos. Antecipação de tutela indeferida à f. 44. Citada a parte ré apresentou contestação (ff. 72/142). Réplica ff. 142/152. Em petição à f. 153, a parte autora, por seu advogado, formulou a desistência do feito. Intimada a parte ré manifestou-se favoravelmente ao pedido de extinção (f. 159). É o relatório. Verifico que as custas judiciais já foram recolhidas (f. 11). Apresentada a desistência da ação pelo autor, por meio de seu advogado, esse investido de poderes para tanto (art. 38, CPC), observo que não há qualquer impedimento. Sendo assim, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, na forma do art. 267, VIII, do CPC. Cada parte arcará com os honorários advocatícios de seus patronos. Publique-se, registre-se, intimem-se. Após, o trânsito em julgado, arquivem-se. Açailândia, 26 de outubro de 2011.

André B. P. Santos**Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Açailândia****Processo nº 0002146-46.2010.8.10.0022****Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: PAULO ROBERTO SANTIAGO DE SOUZA****Advogados: SANDRO QUEIROZ DA SILVA (OABMA 9556)****Réus: BV FINANCEIRA S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO****Advogados: RICARDO BRITO CARON OABMA9563**

Sentença de f.152: Trata-se de ação revisional de contrato de financiamento c/c consignação em pagamento e pedido de liminar, de partes as acima mencionadas, objetivando revisão de cláusulas contratuais que ao sentir do autor são ilegais e abusivas, especialmente no que diz respeito às taxas de juros, sua forma de aplicação e demais encargos. Anexos, documentos. A parte autora juntou aos autos comprovante de recolhimento de 50% (cinquenta por cento) das custas judiciais às ff. 70/71, como deferido à f. 67. Indeferida a antecipação de tutela. Citada, a parte ré apresentou contestação. Audiência de conciliação. As partes entabularam acordo nos termos constantes às ff. 145/146 e requerem sua homologação judicial. Às ff. 149/150, a parte autora juntou aos autos comprovação do pagamento do acordo realizado. É o relatório. Passo a decidir. Não há impedimento legal para o acolhimento do acordo. As partes são dotadas de capacidade civil plena. Encontram-se devidamente assistidas por seus respectivos advogados. Os termos da transação constam dos autos às ff. 145/146. Do exposto, homologo o acordo formulado entre as partes às ff. 145/146 e, por consequência, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, conforme o art. 269, III, do CPC. Intime-se a parte autora para que promova ao pagamento das custas judiciais devidas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se, com baixa na Distribuição. Açailândia, 26 de outubro de 2011.

André B. P. Santos**Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Açailândia****Terceira Vara de Açailândia****Despacho****Processo nº 0003113-28.2009.8.10.0022****Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68****Autor: Processo em Segredo de Justiça e Processo em Segredo de Justiça****Advogados: FRANCISCA LOPES DA SILVA (OAB 8596) e FRANCISCA LOPES DA SILVA (OAB 8596)****Réus: Processo em Segredo de Justiça****Advogados: EGMAR GUEDES DA SILVA (OAB 216872) e SARA LUIZA RUFINO (OAB 307806)**

REDESIGNO a audiência de tentativa de conciliação e julgamento para o dia 10 de janeiro de 2012, às 11h00min, neste Juízo. INTIMEM-SE as partes com a advertência do art. 7º da Lei de Alimentos. CONFORME solicitado na cota ministerial de fls. 67, INTIME-SE o advogado do requerido dos alimentos provisórios e da presente deliberação via Diário da Justiça. OFICIE-SE A CAJUD. CUMPRA-SE. Sirva-se de mandado, carta e Ofício a presente decisão. (Ofício Circular nº 11/2009-GAB/CGJ). Açailândia/MA, 20 de outubro de 2011. ALESSANDRA COSTA ARCANGELI Juíza de Direito Titular da 3ª Vara. Resp: 148098

Despacho**Processo nº 0003113-28.2009.8.10.0022****Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68****Autor: Processo em Segredo de Justiça e Processo em Segredo de Justiça****Advogados: FRANCISCA LOPES DA SILVA (OAB 8596) e FRANCISCA LOPES DA SILVA (OAB 8596)****Réus: Processo em Segredo de Justiça****Advogados: EGMAR GUEDES DA SILVA (OAB 216872) e SARA LUIZA RUFINO (OAB 307806)**

Vistos etc. DEFIRO os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita (Lei nº 1.060/50). EM FACE da não comprovação nos autos dos reais vencimentos do requerido FIXO alimentos provisórios em 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo vigente hoje igual a, R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais), totalizando R\$ 232,50 (duzentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos), devidos a partir da citação. DESIGNO o dia 06 de maio de 2010, às 09h00min, neste Juízo, a Audiência de Conciliação e Julgamento, devendo autora e réu comparecer acompanhados de seus advogados. CITE-SE o requerido, por via de Carta Precatória, para em 15 (quinze) dias responder aos termos da presente demanda, com a advertência de que não contestada a ação se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (Art. 285, CPC), podendo fazê-lo por escrito em audiência. INTIME-SE, a requerente para proceder à abertura da Conta Poupança para os fins de depósito da pensão alimentícia onde o nº. da citada conta, deverá ser apresentado na audiência, advertindo-a de que o seu não comparecimento determina o arquivamento dos autos. ATENTE-SE a Secretaria Judicial para o cumprimento da citação do requerido, somente após a apresentação nesta Secretaria do nº da conta poupança para os fins de depósito dos alimentos provisórios arbitrados, que deverá constar da Carta Precatória, para tanto, intime-se primeiramente

a requerente, para os devidos fins. Açailândia/MA, 21 de dezembro de 2009. ALESSANDRA COSTA ARCANGELI Juíza de Direito Titular da 3ª Vara

Alto Parnaíba

Processo: nº 277-79.2011.8.10.0065 (2772011)

Ação: REINTEGRAÇÃO /MANUTENÇÃO DE POSSE

Autor: AGROPECUÁRIA ITAPUÁ LTDA

Advogado: KELTON ALMEIDA MACHADO – OAB/MA 9.981-A

Réu: ONEIDE VITOR EICKOFF e OUTROS

DISPOSITIVO:

DECISÃO {...Dessa maneira, considerando que todos os requisitos do art. 927 do CPC estão presentes, especialmente a data do esbulho, bem como presentes os requisitos *do periculum in mora e fumus boni iuris*, **DEFIRO o pedido de LIMINAR a fim de conceder a reintegração da posse ao autor do(s) imóveis descritos às fls.04** (Fazenda Estrela do Norte, Data Itapuá, matrícula nº2.772; Fazenda Itapuá I, matrícula nº1.074; Fazenda Itapuá II, matrícula nº1.735; Fazenda Cruzeiro do Sul, matrícula 1.447; todas situadas na zona rural de Alto Parnaíba/MA). Expeça-se o competente Mandado de Reintegração da Posse, que deverá ser cumprido com prudência e moderação, ficando autorizado, se for absolutamente necessário, o reforço policial. Após o cumprimento da liminar, cite(m)-se o(s) requerido(s), para querendo, contestar(em) a presente ação no prazo de 5 (cinco) dias. Intimem-se.

Alto Parnaíba (MA), 04 de novembro de 2011
Carlos Eduardo de Arruda Mont'Alverne
Juiz de Direito Titular da Comarca de Alto Parnaíba

Processo: nº 278-64.2011.8.10.0065

ção: INTÉRDITO PROIBITÓRIO

Requerente: ONEIDE VITOR EICKOFF e OUTRA

Advogado: DÉCIO HELDER DO AMARAL ROCHA – OAB/MA 3.937

Requerido: AGRINVEST BRASIL LTDA e OUTROS

DISPOSITIVO:

DECISÃO {...Desse modo, e por todo o exposto, com fulcro nos arts. 926 e 929 do Código de Processo Civil, **INDEFIRO A LIMINAR** pleiteada na inicial. Intimem-se os requeridos desta decisão, citando-os, ainda, para querendo contestar a presente ação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de reputarem-se verdadeiros os fatos expostos na inicial. Intimações e providências necessárias.

Alto Parnaíba (MA), 04 de novembro de 2011
Carlos Eduardo de Arruda Mont'Alverne
Juiz de Direito Titular da Comarca de Alto Parnaíba

Anajatuba

EDITAL DE INTIMAÇÃO

DOUTORA EDEULY MAIA SILVA, JUIZA DE DIREITO, TITULAR DESTA COMARCA DE ANAJATUBA, ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital de intimação, virem ou dele conhecimento tiverem, que, processam por este Juízo e Secretaria Judicial, os termos da **Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais C/C Obrigação de Fazer com Tutela Antecipada nº 9000054-35.2009.8.10.00**, que tem como requerente **MARIA FELIPA DOS SANTOS MENDES** e requerida **BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL**.

OBJETIVO – INTIMAR: BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL, requerida, na pessoa de seu patrono **MANUELA SARMENTO, OAB/BA 18.454**, empresa situada na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.703, Vila Conceição, São Paulo/SP, Cep: 04.543-901 para tomar conhecimento do teor do Despacho, a seguir transcrito: "(...) **Intime-se o requerido da Penhora on-line bem como para, querendo, apresentar embargos no prazo de 15 (quinze) dias. Anajatuba, 01 de novembro de 2011. Edeuly Maia Silva, Juíza de Direito,**"

O QUE SE CUMpra SOB AS PENAS DA LEI; E, para que ninguém possa alegar ignorância mandou expedir o presente edital que será publicado no Diário Oficial do Estado e afixado no local público de costume, na forma da Lei. Dado e passado nesta Cidade e comarca de Anajatuba, Estado do Maranhão, 09 de novembro de 2011. Eu. (Manoela de Carvalho Pontes), Técnico Judiciário, digitei e subscrevi.

Edeuly Maia Silva
Juíza de Direito

Arame

INTIMAÇÃO

Processo nº.116-65.2008.8.10.0068

Ação: Tulela

Autor(a)(s): Maria Elieuz Vital Freitas

Advogado(s): Dr. João Batista Santos Guará – OAB/MA Nº.2.565

Requerido: Kinverlly Thaiane Freitas Santos

Finalidade: **INTIMAR** o advogado **Dr. João Batista Santos Guará – OAB/MA Nº.2.565**, para informar a esta Secretaria Judicial de Arame no prazo de 48 (quarenta e oito horas), se a parte requerente possui interesse no andamento do feito.

Valdilene Maria de Oliveira Torres
Secretária Judicial

(Assinando de ordem do **MM. Juiz Dr. Marcos Aurélio Veloso de Oliveira Silva**, Titular da Comarca de Arame-MA nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº. 145-81.2009.8.10.0068

Ação: Cobrança

Autor(es): Ricarley Gonçalves Lima

Advogado(s): Abmael Gomes Neto - OAB/MA Nº 6272

Réu(s): Eletricidade Cons. Comércio e Indústria Ltda

Advogado(s): Catarino dos Santos Pereira de Abreu – OAB/MA nº 3640

Finalidade: **INTIMAR** os advogados da partes, para comparecerem à audiência de conciliação designada para o **dia 02 de dezembro de 2011, às 10:00 horas** na sala de audiência do Fórum Local desta comarca, situado à Rua Barão de Grajaú, s/n, Centro - Arame/MA, em virtude da Semana Nacional da Conciliação, nos autos acima mencionados.

Valdilene Maria de Oliveira Torres
Secretária Judicial

(Assinando de ordem do **MM. Juiz Dr. MARCOS AURÉLIO VELOSO DE OLIVEIRA SILVA**, Titular da Comarca de Arame-MA)

Processo nº. 232011

Ação: Repetição de Indébito c/c Indenização por Danos Morais

Reclamante(s): Maria Zilair Saldanha Freitas

Reclamado(s): Banco BMG S.A

Advogado(s): Tiago Carneiro Lima – OAB/PE nº. 10.422

Finalidade: **INTIMAR** o **Dr. Tiago Carneiro Lima**, para comparecer à audiência de conciliação designada para o **dia 02 de dezembro de 2011, às 09:00 horas** na sala de audiência do Fórum Local desta comarca, situado à Rua Barão de Grajaú, s/n, Centro - Arame/MA, em virtude da Semana Nacional da Conciliação, nos autos acima mencionados.

Valdilene Maria de Oliveira Torres
Secretária Judicial

(Assinando de ordem do **MM. Juiz Dr. MARCOS AURÉLIO VELOSO DE OLIVEIRA SILVA**, Titular da Comarca de Arame-MA)

Processo nº. 9000024-26.2011.8.10.0068

Ação: Repetição de Indébito c/c Indenização por Danos Morais

Reclamante(s): Betisa Granjeiros de Santos e Santos

Reclamado(s): Banco Oboé

Advogado(s): Rosana Gomes Sousa Ferreira – OAB/MA nº 9314

Finalidade: **INTIMAR** a **Dra. Rosana Gomes Sousa Ferreira**, para comparecer à audiência de conciliação designada para o **dia 02 de dezembro de 2011, às 09:10 horas** na sala de audiência do Fórum Local desta comarca, situado à Rua Barão de Grajaú, s/n, Centro - Arame/MA, em virtude da Semana Nacional da Conciliação, nos autos acima mencionados.

Valdilene Maria de Oliveira Torres
Secretária Judicial

(Assinando de ordem do **MM. Juiz Dr. MARCOS AURÉLIO VELOSO DE OLIVEIRA SILVA**, Titular da Comarca de Arame-MA)

Araioses

Segunda Vara de Araioses

EDITAL DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO PRAZO DE LEI

PROCESSO Nº 1094-39.2008.8.10.0069

AÇÃO DE INTERDIÇÃO

REQUERENTE: RITA DE CÁSSIA MELO ALVES.

ADVOGADO: DIÓGENES MEIRELES MELO – OAB/MA Nº 5.969/2001 – A.

INTERDITANDO: CARLOS RICARDO DE MELLO.

O DOUTOR MARCELO FONTENELE VIEIRA, MM. JUIZ DE DIREITO TITULAR DA 1ª VARA DA COMARCA DE ARAIOSES - MA, RESPONDENDO PELA 2ª, NA FORMA DA LEI, ETC., FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que foi proferida sentença às **fls. 25/27** nos autos da ação acima mencionada, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: " **ISTO POSTO**, de conformidade com o parecer do Ministério Público e com supedâneo nos arts. 1767, III e 1772, todos do Código Civil e nos arts. 1180 a 1184, todos do CPC, **julgo procedente o pedido inicial para decretar a interdição plena de Carlos Ricardo de Mello**, em virtude de ser portador de demência apresentando déficit global, delírios e etc., ficando o mesmo privado de exercer, por si, os atos da vida civil. Nomeio a Sra. Rita de Cássia Melo Alves, filha do requerido, como curadora do interdito, e considerando a sua reconhecida idoneidade, dispense-a desde logo de prestar a garantia da especialização em hipoteca legal. Inscreva-se a presente sentença no Registro de Pessoas Naturais e publique-se no local de costume e pelo Órgão Oficial por 03 (três) vezes, com intervalo de dez dias, constando do Edital os nomes do interdito e da curadora, a causa da interdição e os limites da curatela. Considerando que o advogado da autora foi nomeado como assistente judiciário por este juízo, bem como tendo em vista o ofício circular nº 57/2004-CGJ, 15 de setembro de 2004, e a tabela oficial da OAB/MA, condeno o Estado do Maranhão a pagar ao referido causídico honorários advocatícios que arbitro no valor mínimo estabelecido para a causa na tabela de honorários da OAB/MA, comunicando-se esta decisão à Procuradoria Geral do Estado. Sem custas. P. R. I. Observadas as formalidades legais arquivem-se. Araioses, 25 de junho de 2009. **Marcelo Fontenele Vieira. Juiz de Direito.**" Dado e passado nesta cidade e comarca de Araioses, estado do Maranhão, aos 09 dias de novembro do ano de 2011.

MARCELO FONTENELE VIEIRA
Juiz de Direito

EDITAL DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO PRAZO DE LEI

PROCESSO Nº 1157-40.2003.8.10.0069

AÇÃO DE INTERDIÇÃO

REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.

INTERDITANDO(A): FRANCISCO DAS CHAGAS SOUZA.

O DOUTOR MARCELO FONTENELE VIEIRA, MM. JUIZ DE DIREITO TITULAR DA 1ª VARA DA COMARCA DE ARAIOSES - MA, RESPONDENDO PELA 2ª, NA FORMA DA LEI, ETC., FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que foi proferida sentença às **fls. 17/19** nos autos da ação acima mencionada, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "Ante o exposto, com parecer favorável do representante do Ministério Público, **julgo procedente o pedido, e decreto a interdição plena de FRANCISCO DAS CHAGAS SOUZA**, declarando-o absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 3º, inciso II c/c art. 1.767,

ambos do Código Civil. Nomeio-lhe curador Sr. **LUIZ ANTÔNIO SOUZA**, RG nº 57861996-2, sobrinho do interditando, como requerido pelo representante do Ministério Público, que deverá prestar compromisso em 5 (cinco) dias, nos termos do artigo 1.187 do Código de Processo Civil. Inscreva-sea presente nos assentamentos do Registro de Pessoas Naturais e publique-se no local de costume e no órgão oficial, por 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, com observância do disposto no art. 1.184, in fine, do Código de Processo Civil e arts. 92; 93 e 107, § 1º da Lei 6.015/73 (Lei de Registros Públicos). Fica o curador dispensado da especialização em hipoteca legal, de que trata o art. 1.188, do Código de Processo Civil, por não possuir o interditando "bem" de valor econômico. Fica ainda dispensado da especialização em hipoteca legal em razão de sua reconhecida idoneidade moral (art. 1.190 do CPC). Defiro Assistência Judiciária requerida na inicial. Sem custas. Ciência ao Ministério Público. *Publique-se. Registre-se. Intimem-se.* Araíoses, 20 de outubro de 2005. Manoel Felismino Gomes Neto. Juiz de Direito Substituto, respondendo por Araíoses." Dado e passado nesta cidade e comarca de Araíoses, estado do Maranhão, aos 09 dias de novembro do ano de 2011.

MARCELO FONTENELE VIEIRA
Juiz de Direito

**EDITAL DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO
PRAZO DE LEI**

PROCESSO Nº 344-37.2008.8.10.0069

AÇÃO DE INTERDIÇÃO

REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.

INTERDITANDO: FRANCISCO DE ASSIS AMORIM FERREIRA.

O DOUTOR MARCELO FONTENELE VIEIRA, MM. JUIZ DE DIREITO TITULAR DA 1ª VARA DA COMARCA DE ARAIOSES - MA, RESPONDENDO PELA 2ª, NA FORMA DA LEI, ETC., FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que foi proferida sentença às **fls. 25/27** nos autos da ação acima mencionada, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "**ISTO POSTO**, de conformidade com o parecer do Ministério Público e com supedâneo nos arts. 1767, III e 1772, todos do Código Civil e nos arts. 1180 a 1184, todos do CPC, **defiro o pedido inicial para decretar a interdição plena de FRANCISCO DE ASSIS AMORIM FERREIRA**, em virtude de ser portador de Epilepsia, ficando o mesmo privado de exercer, por si, os atos da vida civil. Nomeio o Sr. **Manuel Ferreira da Silva, como curador do interditado**, e considerando a sua reconhecida idoneidade, dispense-o desde logo de prestar a garantia da especialização em hipoteca legal. Inscreva-se a presente sentença no Registro de Pessoas Naturais e publique-se no local de costume e pelo Órgão Oficial por 03 (três) vezes, com intervalo de dez dias, constando do Edital os nomes do interditado e do curador, a causa da interdição e os limites da curatela. Sem custas. P. R. I. Observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos com as devidas baixas. Araíoses, 14 de abril de 2010. **MARCELO FONTENELE VIEIRA. Juiz de Direito.**" Dado e passado nesta cidade e comarca de Araíoses, estado do Maranhão, aos 09 dias de novembro do ano de 2011.

MARCELO FONTENELE VIEIRA
Juiz de Direito

**EDITAL DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO
PRAZO DE LEI**

PROCESSO Nº 414-88.2007.8.10.0069

AÇÃO DE INTERDIÇÃO

REQUERENTE: FRANCISCO DE ASSIS DIAS.

ADVOGADO: LAÉRCIO NASCIMENTO – OAB/PI nº 4.064.

INTERDITANDO: ANTONIO FRANCISCO DE MORAES.

O DOUTOR MARCELO FONTENELE VIEIRA, MM. JUIZ DE DIREITO TITULAR DA 1ª VARA DA COMARCA DE ARAIOSES - MA, RESPONDENDO PELA 2ª, NA FORMA DA LEI, ETC., FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que foi proferida sentença às **fls. 27/29** nos autos da ação acima mencionada, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "**ISTO POSTO**, de conformidade com o parecer do Ministério Público e com supedâneo nos arts. 1767, III e 1772, todos do Código Civil e nos arts. 1180 a 1184, todos do CPC, **julgo procedente o pedido inicial para decretar a interdição plena de ANTONIO FRANCISCO DE MORAES**, em virtude de ser portador de deficiência mental grave, ficando o mesmo privado de exercer, por si, os atos da vida civil. Nomeio o Sr. Francisco de Assis Dias, irmão de criação do requerido, como curador do interditado, e considerando a sua reconhecida idoneidade, dispense-o desde logo de prestar a garantia da especialização em hipoteca legal. Inscreva-se a presente sentença no Registro de Pessoas Naturais e publique-se no local de costume e pelo Órgão Oficial por 03 (três) vezes, com intervalo de dez dias, constando do Edital os nomes do interditado e do curador, a causa da interdição e os limites da curatela. Considerando que o advogado do autor foi nomeado como assistente judiciário por este juízo, bem como tendo em vista o ofício circular nº 57/2004-CGJ, 15 de setembro de 2004, e a tabela oficial da OAB/MA, condeno o Estado do Maranhão a pagar ao referido causídico honorários advocatícios que arbitro no valor mínimo estabelecido para a causa na tabela de honorários da OAB/MA, comunicando-se esta decisão à Procuradoria Geral do Estado. Sem custas. P. R. I. Observadas as formalidades legais arquivem-se. Araíoses, 27 de agosto de 2008. **Marcelo Fontenele Vieira. Juiz de Direito.**" Dado e passado nesta cidade e comarca de Araíoses, estado do Maranhão, aos 09 dias de novembro do ano de 2011.

MARCELO FONTENELE VIEIRA
Juiz de Direito

**EDITAL DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO
PRAZO DE LEI**

PROCESSO Nº 450-62.2009.8.10.0069

AÇÃO DE INTERDIÇÃO

REQUERENTE: MARIA IVONEIDE ARAÚJO DE SOUZA.

ADVOGADO: DIÓGENES MEIRELES MELO – OAB/MA Nº 5.969/2001 – A.

INTERDITANDO: THÁLIA ARAÚJO DE SOUZA.

O DOUTOR MARCELO FONTENELE VIEIRA, MM. JUIZ DE DIREITO TITULAR DA 1ª VARA DA COMARCA DE ARAIOSES - MA, RESPONDENDO PELA 2ª, NA FORMA DA LEI, ETC., FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que foi proferida sentença às **fls. 22/24** nos autos da ação acima mencionada, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: "**ISTO POSTO**, de conformidade com o parecer do Ministério Público e com supedâneo nos arts. 1767, III e 1772, todos do Código Civil e nos arts. 1180 a 1184, todos do CPC, **julgo procedente o pedido inicial para decretar a interdição plena de Thália Araújo de Souza**, em virtude de ser portadora de retardo mental (CID – Nº F71.1) apresentando déficit cognitivo global acentuado, associado a cegueira congênita, etc., ficando a mesma privada de exercer, por si, os atos da vida civil. Nomeio a Sra. Maria Ivoneide Araújo de Souza, irmã da requerida, como curadora da interditada, e considerando a sua reconhecida idoneidade, dispense-a desde logo de prestar a garantia da especialização em hipoteca legal. Inscreva-se a presente sentença no Registro de Pessoas Naturais e publique-se no local de costume e pelo Órgão Oficial por 03 (três) vezes, com intervalo de dez dias, constando do

Editais nomes do interdito e da curadora, a causa da interdição e os limites da curatela. Considerando que o advogado da autora foi nomeado como assistente judiciário por este juízo, bem como tendo em vista o ofício circular nº 57/2004-CGJ, 15 de setembro de 2004, e a tabela oficial da OAB/MA, condeno o Estado do Maranhão a pagar ao referido causídico honorários advocatícios que arbitro no valor mínimo estabelecido para a causa na tabela de honorários da OAB/MA, comunicando-se esta decisão à Procuradoria Geral do Estado. Sem custas. P. R. I. Observadas as formalidades legais arquivem-se. Araiões, 20 de julho de 2009. **Marcelo Fontenele Vieira. Juiz de Direito.** Dado e passado nesta cidade e comarca de Araiões, estado do Maranhão, aos 09 dias de novembro do ano de 2011.

MARCELO FONTENELE VIEIRA
Juiz de Direito

**EDITAL DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO
PRAZO DE LEI**

PROCESSO Nº 50-82.2008.8.10.0069

AÇÃO DE INTERDIÇÃO

REQUERENTE: EDILEUZA MARIA DA SILVA.

ADVOGADO: DIÓGENES MEIRELES MELO – OAB/MA Nº 5.969/2001 – A.

INTERDITANDO: FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA COUTINHO.

O DOUTOR MARCELO FONTENELE VIEIRA, MM. JUIZ DE DIREITO TITULAR DA 1ª VARA DA COMARCA DE ARAIOSES - MA, RESPONDENDO PELA 2ª, NA FORMA DA LEI, ETC., FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que foi proferida sentença às **fls. 29/31** nos autos da ação acima mencionada, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: **"ISTO POSTO**, de conformidade com o parecer do Ministério Público e com supedâneo nos arts. 1767, III e 1772, todos do Código Civil e nos arts. 1180 a 1184, todos do CPC, **julgo procedente o pedido inicial para decretar a interdição plena de FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA COUTINHO**, em virtude de ser portador de retardo mental, ficando o mesmo privado de exercer, por si, os atos da vida civil. Nomeio a Sra. Edileuza Maria da Silva, mãe do requerido, como curadora do interdito, e considerando a sua reconhecida idoneidade, dispense-a desde logo de prestar a garantia da especialização em hipoteca legal. Inscreva-se a presente sentença no Registro de Pessoas Naturais e publique-se no local de costume e pelo Órgão Oficial por 03 (três) vezes, com intervalo de dez dias, constando do Edital os nomes do interdito e da curadora, a causa da interdição e os limites da curatela. Considerando que o advogado da autora foi nomeado como assistente judiciário por este juízo, bem como tendo em vista o ofício circular nº 57/2004-CGJ, 15 de setembro de 2004, e a tabela oficial da OAB/MA, condeno o Estado do Maranhão a pagar ao referido causídico honorários advocatícios que arbitro no valor mínimo estabelecido para a causa na tabela de honorários da OAB/MA, comunicando-se esta decisão à Procuradoria Geral do Estado. Sem custas. P. R. I. Observadas as formalidades legais arquivem-se. Araiões, 25 de agosto de 2008. **Marcelo Fontenele Vieira. Juiz de Direito.** Dado e passado nesta cidade e comarca de Araiões, estado do Maranhão, aos 09 dias de novembro do ano de 2011.

MARCELO FONTENELE VIEIRA
Juiz de Direito

**EDITAL DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO
PRAZO DE LEI**

PROCESSO Nº 708-09.2008.8.10.0069

AÇÃO DE INTERDIÇÃO

REQUERENTE: MARIA GORETE SILVA LEITÃO.

ADVOGADO: DIÓGENES MEIRELES MELO – OAB/MA Nº 5.969/2001 – A.

INTERDITANDO: JOSÉ VALDENILDO SILVA DOS SANTOS.

O DOUTOR MARCELO FONTENELE VIEIRA, MM. JUIZ DE DIREITO TITULAR DA 1ª VARA DA COMARCA DE ARAIOSES - MA, RESPONDENDO PELA 2ª, NA FORMA DA LEI, ETC., FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que foi proferida sentença às **fls. 30/32** nos autos da ação acima mencionada, cuja parte dispositiva conta com o seguinte teor: **"ISTO POSTO**, de conformidade com o parecer do Ministério Público e com supedâneo nos arts. 1767, III e 1772, todos do Código Civil e nos arts. 1180 a 1184, todos do CPC, **julgo procedente o pedido inicial para decretar a interdição plena de José Valdenildo Silva dos Santos**, em virtude de ser portador de déficit cognitivo comportamental grave, ficando o mesmo privado de exercer, por si, os atos da vida civil. Nomeio a Sra. Maria Gorete Silva Leitão, mãe do requerido, como curadora do interdito, e considerando a sua reconhecida idoneidade, dispense-a desde logo de prestar a garantia da especialização em hipoteca legal. Inscreva-se a presente sentença no Registro de Pessoas Naturais e publique-se no local de costume e pelo Órgão Oficial por 03 (três) vezes, com intervalo de dez dias, constando do Edital os nomes do interdito e da curadora, a causa da interdição e os limites da curatela. Considerando que o advogado da autora foi nomeado como assistente judiciário por este juízo, bem como tendo em vista o ofício circular nº 57/2004-CGJ, 15 de setembro de 2004, e a tabela oficial da OAB/MA, condeno o Estado do Maranhão a pagar ao referido causídico honorários advocatícios que arbitro no valor mínimo estabelecido para a causa na tabela de honorários da OAB/MA, comunicando-se esta decisão à Procuradoria Geral do Estado. Sem custas. P. R. I. Observadas as formalidades legais arquivem-se. Araiões, 28 de outubro de 2008. **Marcelo Fontenele Vieira. Juiz de Direito.** Dado e passado nesta cidade e comarca de Araiões, estado do Maranhão, aos 09 dias de novembro do ano de 2011.

MARCELO FONTENELE VIEIRA
Juiz de Direito

Arari

Processo : 751-69.2010.8.10.0070

Ação : Ordinária

Requerente : MARIA JOSÉ SOUZA SILVA

Advogado : ADILTON SOUZA SILVA - OAB/MA 6866

Requerido : BANCO BRADESCO S/A

Advogado : RUBENS GARPAR SERRA- OAB/SP 119.859

FINALIDADE : INTIMAR os advogados acima especificados para comparecerem à audiência Preliminar designada para o dia 21/11/2011 às 14:30h, na sala de audiência do Fórum desta Comarca, sito na Rua João Inácio Garcia, 100, centro, Arari/MA.

Arari, 08 de novembro de 2011

Gladiston Luís Nascimento Cutrim
Juiz de Direito

Bacabal**Primeira Vara de Bacabal****EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS**

O MM. JUIZ DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA DESTA COMARCA DE BACABAL, ESTADO DO MARANHÃO, DR(A). Celso Orlando Aranha Pinheiro Júnior, NA FORMA DA LEI, etc.

FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Secretaria da 1ª Vara, se processam aos termos legais, uma Ação Ordinária de nº. 32-61.1992.8.10.0024, movida por João Batista Pereira Silva contra Construtora Castro Almeida, na pessoa de seu representante legal. E como consta dos referidos autos que o(a) autor(a) Sr. JOÃO BATISTA PEREIRA, brasileiro, pedreiro, inscrito no CPF nº 176.096.743-20, se encontra atualmente em endereço incerto e não sabido, pelo presente edital, com o prazo de quinze dias, fica ele(a) devida e legalmente INTIMADO(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, providenciar o pagamento das custas processuais a que foi condenado(a) a pagar, cujo valor importa em R\$ 473,72 (quatrocentos e setenta e três reais e setenta e dois centavos). SEDE DO JUÍZO: Fórum Dr. Deusimar Freitas de Carvalho, Rua Manoel Alves de Abreu, s/n, centro. CEP: 65.700-000. Telefones: (99) 3621-3221 e 3621-5046. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e de futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será afixado no lugar público de costume no fórum local e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Bacabal, Estado do Maranhão, aos 20 (vinte) de Outubro de 2011. Eu,, Secretário(a) Judicial da 1ª Vara, digitei e subscrevo.

Juiz CELSO PINHEIRO JUNIOR
Titular da 1ª Vara

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

O MM. JUIZ DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA DESTA COMARCA DE BACABAL, ESTADO DO MARANHÃO, DR(A). Celso Orlando Aranha Pinheiro Júnior, NA FORMA DA LEI, etc.

FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Secretaria da 1ª Vara, se processam aos termos legais, uma Ação de Busca e Apreensão de nº. 814-38.2010.8.10.0024, movida por ANDRÉIA SILVA DE JESUS CÂMARA, brasileira, casada, vendedora autônoma, portadora do CI nº 0369800512009-5 SESP/MA e CPF nº 482.703.423-00, contra Cláudio Reis. E como consta dos referidos autos que o(a) autor(a) se encontra, atualmente em endereço incerto e não sabido, pelo presente edital, com o prazo de quinze dias, fica ele(a) devida e legalmente INTIMADO(a) para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, manifestar interesse no feito, cumprindo o despacho de fl. 17, sob pena de extinção nos autos da ação supramencionada. SEDE DO JUÍZO: Fórum Dr. Deusimar Freitas de Carvalho, Rua Manoel Alves de Abreu, s/n, centro. CEP: 65.700-000. Telefones: (99) 3621-3221 e 3621-5046. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e de futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será afixado no lugar público de costume no fórum local e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Bacabal, Estado do Maranhão, aos 31 (trinta e Um) de Outubro de 2011. Eu,, Secretário(a) Judicial da 1ª Vara, digitei e subscrevo.

Juiz CELSO PINHEIRO JUNIOR
Titular da 1ª Vara

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

O MM. JUIZ DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA DESTA COMARCA DE BACABAL, ESTADO DO MARANHÃO, DR(A). Celso Orlando Aranha Pinheiro Júnior, NA FORMA DA LEI, etc.

FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Secretaria da 1ª Vara, se processam aos termos legais, uma Ação de Busca e Apreensão de nº. 877-68.2007.8.10.0024, movida por Banco Volkswagen S/A, na pessoa de seu representante legal, contra Maria da Paz Silva da Costa, brasileira, viúva, professora, inscrita no CPF nº 879.138.873-20. E como consta dos referidos autos que o(a) requerido(a) se encontra, atualmente em endereço incerto e não sabido, pelo presente edital, com o prazo de quinze dias, fica ele(a) devida e legalmente INTIMADO(a) do teor da sentença proferida de conclusão seguinte: Assim, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, na forma do art. 267, III do CPC. Condeno o autor no pagamento das custas processuais. Sem honorários advocatícios. P.R.I. Bacabal, 23 de maio de 2011. Juiz Celso Pinheiro Junior. Titular da 1ª Vara. SEDE DO JUÍZO: Fórum Dr. Deusimar Freitas de Carvalho, Rua Manoel Alves de Abreu, s/n, centro. CEP: 65.700-000. Telefones: (99) 3621-3221 e 3621-5046. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e de futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será afixado no lugar público de costume no fórum local e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Bacabal, Estado do Maranhão, aos 31 (trinta e Um) de Outubro de 2011. Eu,, Secretário(a) Judicial da 1ª Vara, digitei e subscrevo.

Juiz CELSO PINHEIRO JUNIOR
Titular da 1ª Vara

JUIZ DE DIREITO: Celso Pinheiro Junior, Titular da 1ª Vara
SECRETARIA JUDICIAL DA 1ª VARA

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº. 2229-22.2011.8.10.0024

DENOMINAÇÃO: Ação de Embargos à Execução

PARTE EMBARGANTE: Departamento Estadual de Transito - DETRAN

ADVOGADOS DO EMBARGANTE: Hélio da Silva Maia Neto e Valber Muniz

PARTE EMBARGADA: Alzivan Douglas de Moraes

ADVOGADO DO EMBARGADO: Bento Vieira

INTIMAÇÃO do(a) advogado(a) da parte embargante: Dr(a). Hélio da Silva Maia Neto e Valber Muniz, inscrito(a) na OAB/MA sob o nº 5194 e 2057 bem como o(a) advogado(a) da parte embargada: Dr(a). Bento Vieira, inscrito(a) na OAB/MA sob o nº 4692.

FINALIDADE: INTIMÁ-LO do dispositivo da sentença, adiante transcrita: "Isto posto, julgo parcialmente procedente os Embargos à Execução, para que seja excluída do valor da condenação a multa de 10% (dez por cento) prevista no artigo 475-J do CPC, por ser inaplicável à execução contra fazenda pública, bem como realinhar o valor da multa diária de R\$ 200,00 (duzentos reais) aplicada à fl. 149, para o valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), permanecendo-se a condenação nos demais termos, obedecendo-se o rito dos precatórios, na forma da lei. Transitada em julgado, encaminhem-se os autos à Contadoria Judicial para expedição de novo laudo de atualização monetária. Após, requirite-se o pagamento por meio do eminente Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, conforme o disposto no artigo 730, inciso I do CPC. Sem custas. Honorários advocatícios por suas respectivas partes. Remessa desnecessária em face das disposições do parágrafo 3º do artigo 475 do CPC. P.R.I. Cumpra-se. Bacabal, 4 de novembro de 2011. Juiz Celso Pinheiro Junior. Titular da 1ª Vara."

Bacabal-MA, 9 (nove) de Novembro de 2011.

Valde Nélito Andrade Moreno
Secretário Jud. da 1ª Vara

Terceira Vara de Bacabal**Processo nº:1438-53.2011.8.10.0024****Ação: BUSCA E APREENSÃO DE MENOR C/C PEDIDO DE LIMINAR****Requerente:EVANDRO PEREIRA****Advogado(a): ANTONIO FLORÊNCIO NETO - OAB/MA 2884****Requerido(a):ROSIMEIRE DOS SANTOS GOMES**

Intimação do(s) Advogado(s) **ANTONIO FLORÊNCIO NETO - OAB/MA 2884**, do dispositivo da decisão adiante transcrita: DECISÃO: "Destarte, por não entender demonstrados os pressupostos legais, indefiro o pedido de medida liminar, determinando o prosseguimento do feito com a formação do contraditório. Cite-se a requerida para que conteste a demanda no prazo de cinco (050 dias, sob pena dos efeitos da revelia". Publique-se e intimem-se. Bacabal, 26 de setembro de 2011. **Juiz Wilson Manoel de Freitas Filho**, Titular da 3ª Vara.

Quarta Vara de Bacabal

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº. 2277-78.2011.8.10.0024

DENOMINAÇÃO: INVENTARIO

JUZ DE DIREITO: Wilson Manoel de Freitas Filho

SECRETARIA JUDICIAL DA 4ª VARA

PARTE(S) REQUERENTE(S): Vera Lucia Pacheco Leite

PARTE(S) REQUERIDA(S): Francisco Fernandes Pacheco, Estelina Veras Pacheco

INTIMAÇÃO do(a) advogado(a) **ANTONIO AUGUSTO SOUSA**, inscrito(a) na OAB sob o nº 4847, com escritório na Ana Jansen, Qda. 19, Lote 02, Centro Empresarial Mendes Forta, sala 302/304 - São Francisco, São Luis/MA, para tomar conhecimento da parte final da sentença a seguir transcrita: "Pelo exposto, com fulcro nos dispositivos legais citados, homologo a partilha amigável em conformidade com o instrumento de fls. 06/08 e autorizo que Vera Lucia Pacheco Leite efetue o saque do valor mencionado no alvará nº 331/11 de 16 de março de 2011, subscrito pelo Juiz do Trabalho Mario Lúcio Batignian, referente ao Processo nº 465/98, que seria recebido em vida por Estelina Veras Pacheco, para que em seguida proceda à divisão da quantia recebida entre os demais herdeiros. Expeça-se o Alvará".

Josieli Lopes Monteles

Secretária Judicial da 4ª Vara

Assino de ordem do MM. Juiz (Art. 225, VII, CPC)

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº. 2893-87.2010.8.10.0024

DENOMINAÇÃO:INVENTÁRIO

JUIZ DE DIREITO: Roberto Abreu Soares

SECRETARIA JUDICIAL DA 4ª VARA

PARTE AUTORA: Jone Kilde Bezerra de Aquino, Maria de Lourdes Bezerra

PARTE(S) RÉ(S): José Ferreira de Aquino

INTIMAR : **ADAUTO GONÇALVES DOS SANTOS**, inscrito na OAB/PA sob nº 8.037, com escritório Profissional na Rua Magalhães de Almeida, nº 622, Centro, Bacabal/MA, do inteiro teor do despacho de fls. 13, a seguir transcrito: " Constando que a petição inicial não está assinada, intime-se o advogado do requerente para comparecer à Secretaria e regularizar o requerimento, sob pena de indeferimento. Intime-se também para promover o recolhimento das custas processuais observando o valor atribuído ao montante da herança ". É o presente para INTIMÁ-LO. E para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, expediu-se a presente INTIMAÇÃO, nos termos do despacho prolatado nos autos da Ação em epígrafe. Eu, Josieli Lopes Monteles, Secretário(a) Judicial, que o fiz digitar, conferi, subscrevo e assino por ordem do Juiz de Direito, art, 225,VII do CPC.

Josieli Lopes Monteles

SECRETARIA JUDICIAL DA 4ª VARA

De ordem do Juiz de Direito, art, 225,VII do CPC.

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº. 373-57.2010.8.10.0024

DENOMINAÇÃO: INVENTARIO

JUZ DE DIREITO: Wilson Manoel de Freitas Filho

SECRETARIA JUDICIAL DA 4ª VARA

PARTE(S) REQUERENTE(S): Alzenir Matos Alencar

PARTE(S) REQUERIDA(S): José Matos

INTIMAÇÃO do(a) advogado(a) **ELIS ADOLFO DOLCE DE LEMOS**, inscrito(a) na OAB sob o nº **54889**, com escritório na Rua Jacob Emerick, nº 29, **São Vicente/SP**, por todo o teor do DESPACHO do MM. Juiz a seguir transcrito: "Dê-se ciência à inventariante da remessa e distribuição do inventário para este juízo, intimando-a para promover os atos que lhe competem visando à conclusão do procedimento, sob pena de remoção". Bem como para que se manifeste sobre o teor da certidão de fls. 79-v: " Deixe de intimar a inventariante **ALZENIR MATOS ALENCAR**, uma vez que a mesma não reside no endereço informado, conforme noticia a Sra. Vera, proprietária do imóvel". Dado e passado nesta cidade e Comarca de Bacabal, Estado do Maranhão, aos 15 (quinze) de Setembro de 2011.

Josieli Lopes Monteles

Secretária Judicial da 4ª Vara

Assino de ordem do MM. Juiz (Art. 225, VII, CPC)

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº. 767-45.2002.8.10.0024

DENOMINAÇÃO:Divorcio

JUIZ DE DIREITO: Wilson Manole de Freitas Filho

SECRETARIA JUDICIAL DA 4ª VARA

PARTE AUTORA: Jose Evandro Soares Silva

PARTE(S) RÉ(S): Neusa Melo da Costa Silva

INTIMAR: **CARLOS ROBERTO FEITOSA COSTA**, advogado inscrito na OAB/MA sob nº 3639, do inteiro teor do despacho de fls. 52, a seguir

transcrito: " Indefiro o pedido de transferência do imóvel, vez que a pretensão da requerente encontra óbice na letra do art. 5º, inciso LIV, da Constituição Federal. ". É o presente para INTIMÁ-LO. E para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, expediu-se a presente INTIMAÇÃO, nos termos do despacho prolatado nos autos da Ação em epígrafe. O que se CUMPRA nos termos e na forma da Lei. Eu, Josieli Lopes Monteles, Secretário(a) Judicial, que o fiz digitar, conferi, subscrevo e assino por ordem do Juiz de Direito Titular da 3ª Vara, respondendo pela 4ª Vara , art, 225,VII do CPC.

Wilson Manoel de Freitas Filho.
Titular da 3ª Vara
Respondendo pela 4ª Vara

Bacuri

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

Nº. 358-83.2006.8.10.0071

REQUERENTE: CONCEIÇÃO OLIVEIRA AZEVEDO

ADVOGADO: GENIVAL ABRÃO FERREIRA-OAB/MA 3755

REQUERIDO: MUNICÍPIO DE BACURI/MA

SENTENÇA de fls. 106/112: CONCEIÇÃO OLIVEIRA AZEVEDO, qualificada na ação, ajuizou reclamação trabalhista contra o Município de Bacuri, aduzindo que foi admitida em 15(quinze) de junho de 1977, através de portaria, anterior à regra constitucional contida no art. 37, inciso II, da CF/88.

Ante o exposto, com base nos fundamentos fáticos e jurídicos acima indicados, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido formulado pela autora, para:

A) CONDENAR O MUNICÍPIO DE BACURI A PAGAR A DEMANDANTE O VALOR REFERENTE AOS DEPÓSITOS DE FGTS no período de 15.06.1977 a 20/05/1997, já disponíveis na conta vinculada da autora, perfazendo a quantia de R\$ 9.408,00 (nove mil, quatrocentos e oito reais), indicada na inicial, incidindo correção monetária a partir do ajuizamento da ação e juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação;

B) CONDENAR O MUNICÍPIO DE BACURI ao recolhimento dos valores que ainda não tenham sido depositados na conta vinculada de FGTS da autora, no período de 15.06.1977 a 20.05.1997;

C) RECONHECER A CONFIGURAÇÃO DO INSTITUTO DA PRESCRIÇÃO quanto às férias em período compreendido entre os anos de 1983 e 2000; 13º salário de 1983 a 2000; salários dos meses de outubro, novembro e dezembro de 1996; bem ainda quanto aos valores devidos a título de PIS/PASEP;

D) JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO DE CONDENACÃO DO REQUERIDO AO PAGAMENTO DE ADICIONAL DE FÉRIAS E 13º TERCEIRO SALÁRIO REFERENTES AOS ANOS DE 2002 A 2006;

Condeno o réu a pagar as custas processuais e honorários advocatícios ao advogado do autor, os quais fixo em R\$ 1.000,00 (mil reais), nos termos do art. 20, § 4º, do CPC.

Oficie-se à Caixa Econômica Federal para encaminhar a este juízo, no prazo de 10 dias, o extrato dos depósitos de FGTS depositados em conta vinculada em nome da autora a partir de 1983 até a presente data.

Intime-se a autora para informar se, por outro motivo, já recebeu o saldo de FGTS depositado em sua conta bancária.

Em seguida, expeça-se Alvará Judicial em favor da autora para levantamento dos valores depositados em sua conta vinculada de FGTS.

Dispensada a remessa necessária, nos termos do art. 475, § 2º, do CPC.

Superada a fase de recursos voluntários, certifique-se o trânsito em julgado. Após, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição.

Publique-se. Registre-se. Intime-se o autor, via DJe, intimando-se a Fazenda Municipal, por intermédio do procurador habilitado nos autos.

Cumpra-se.

Bacuri/MA, 27 de outubro de 2011.

MARCO ADRIANO RAMOS FONSÊCA
Juiz de Direito Titular

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

Nº. 365-75.2006.8.10.0071

REQUERENTE: ELIZETE DOS ANJOS BATISTA

ADVOGADO: GENIVAL ABRÃO FERREIRA-OAB/MA 3755

REQUERIDO: MUNICÍPIO DE BACURI/MA

SENTENÇA de fls. 106/112: ELIZETE DOS ANJOS BATISTA, qualificada na ação, ajuizou reclamação trabalhista contra o Município de Bacuri, aduzindo que foi admitida em 02(dois) de março de 1983, através de portaria, anterior à regra constitucional contida no art. 37, inciso II, da CF/88.

Ante o exposto, com base nos fundamentos fáticos e jurídicos acima indicados, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido formulado pela autora, para:

A) CONDENAR O MUNICÍPIO DE BACURI A PAGAR A DEMANDANTE O VALOR REFERENTE AOS DEPÓSITOS DE FGTS no período de 02.03.1983 a 20/05/1997, já disponíveis na conta vinculada da autora, perfazendo a quantia de R\$ 6.336,00 (seis mil, trezentos e trinta e seis reais), indicada na inicial, incidindo correção monetária a partir do ajuizamento da ação e juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação;

B) CONDENAR O MUNICÍPIO DE BACURI ao recolhimento dos valores que ainda não tenham sido depositados na conta vinculada de FGTS da autora, no período de 02.03.1983 a 20.05.1997;

C) RECONHECER A CONFIGURAÇÃO DO INSTITUTO DA PRESCRIÇÃO quanto às férias em período compreendido entre os anos de 1983 e 2000; 13º salário de 1983 a 2000; salários dos meses de outubro, novembro e dezembro de 1996; bem ainda quanto aos valores devidos a título de PIS/PASEP;

D) JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO DE CONDENACÃO DO REQUERIDO AO PAGAMENTO DE ADICIONAL DE FÉRIAS E 13º TERCEIRO SALÁRIO REFERENTES AOS ANOS DE 2001 A 2006;

Condeno o réu a pagar as custas processuais e honorários advocatícios ao advogado do autor, os quais fixo em R\$ 1.000,00 (mil reais), nos termos do art. 20, § 4º, do CPC.

Oficie-se à Caixa Econômica Federal para encaminhar a este juízo, no prazo de 10 dias, o extrato dos depósitos de FGTS depositados em conta vinculada em nome da autora a partir de 1983 até a presente data.

Intime-se a autora para informar se, por outro motivo, já recebeu o saldo de FGTS depositado em sua conta bancária.

Em seguida, expeça-se Alvará Judicial em favor da autora para levantamento dos valores depositados em sua conta vinculada de FGTS.

Dispensada a remessa necessária, nos termos do art. 475, § 2º, do CPC.

Superada a fase de recursos voluntários, certifique-se o trânsito em julgado. Após, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição.

Publique-se. Registre-se. Intime-se o autor, via DJe, intimando-se a Fazenda Municipal, por intermédio do procurador habilitado nos autos.

Cumpra-se.

Bacuri/MA, 27 de outubro de 2011.

MARCO ADRIANO RAMOS FONSÊCA
Juiz de Direito Titular**Balsas****Primeira Vara de Balsas**

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº 1118-02.2008.8.10.0026

DENOMINAÇÃO:Ação Impugnação ao Valor da Causa

DE ORDEM DA MMA JUÍZA DE DIREITO: Luciany Cristina de Sousa Ferreira

SECRETARIA JUDICIAL DA 1ª VARA

PARTE (S) REQUERENTE (S):Elmo Teodoro Ribeiro e Ana Luiza Dias Batista

ADVOGADO (A) DA PARTE REQUERENTE: Dr. Carlso Alberto Figueiredo de Assis

PARTE (S) REQUERIDO (S):Raimundo Nonato Batista Bezerra e Ana Sales Batista

ADVOGADO DA PARTE REQUERIDO: Drª. Denise MARTins Sucena Pires

FINALIDADE: INTIMAR o(a) advogado(a) da parte Requerente: Dr(a). Carlos Alberto Figueiredo de Assis, inscrito(a) na OAB/MG, sob o nº 67428 da parti final da decisão de fls. 19/22, a seguir transcrita: "Portanto, examinando as razões suscitadas na inicial, tenho que não merece acolhida a impugnação pretendida pelo demandado, eis que não se pode conceber que o valor desta causa unicamente fixado com base no imóvel, mas sim tem que ser igual à importância inserida nos pedidos, uma vez que este é valor econômico da ação. Pelo exposto, julgo improcedente a impugnação, devendo ser mantido o valor atribuído à causa na ordinária em apenso. Custa processuais pelo impugnante. Decorrido o prazo recursal, certificar em caixa própria o presente incidente. publique-se Intimem-se Balsas, 19 de maio de 2011. Frederico Feitosa de Oliveira - Juiz de Direito."

Maria Luzimar Brito da Silva Lima

Sec. Judicial da 1ª Vara, ass. de ordem da MM. Juíza, Dra. Luciany Cristina de Sousa Ferreira,
nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº. 001/2007/CGJ/MA

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº 1118-02.2008.8.10.0026

DENOMINAÇÃO:Ação Impugnação ao Valor da Causa

DE ORDEM DA MMA JUÍZA DE DIREITO: Luciany Cristina de Sousa Ferreira

SECRETARIA JUDICIAL DA 1ª VARA

PARTE (S) REQUERENTE (S):Elmo Teodoro Ribeiro e Ana Luiza Dias Batista

ADVOGADO (A) DA PARTE REQUERENTE: Dr. Carlso Alberto Figueiredo de Assis

PARTE (S) REQUERIDO (S):Raimundo Nonato Batista Bezerra e Ana Sales Batista

ADVOGADO DA PARTE REQUERIDO: Drª. Denise Martins Sucena Pires

FINALIDADE: INTIMAR o(a) advogado(a) da parte Requerida: Dr(a). Denise Martins Sucena Pires, inscrito(a) na OAB/TO, sob o nº 1.609 da parti final da decisão de fls. 19/22, a seguir transcrita: "Portanto, examinando as razões suscitadas na inicial, tenho que não merece acolhida a impugnação pretendida pelo demandado, eis que não se pode conceber que o valor desta causa unicamente fixado com base no imóvel, mas sim tem que ser igual à importância inserida nos pedidos, uma vez que este é valor econômico da ação. Pelo exposto, julgo improcedente a impugnação, devendo ser mantido o valor atribuído à causa na ordinária em apenso. Custa processuais pelo impugnante. Decorrido o prazo recursal, certificar em caixa própria o presente incidente. publique-se Intimem-se Balsas, 19 de maio de 2011. Frederico Feitosa de Oliveira - Juiz de Direito."

Maria Luzimar Brito da Silva Lima

Sec. Judicial da 1ª Vara, ass. de ordem da MM. Juíza, Dra. Luciany Cristina de Sousa Ferreira,
nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº. 001/2007/CGJ/MA

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº 124-81.2002.8.10.0026

DENOMINAÇÃO:Ação Ordinaria de Indenizacao Por Dano

SECRETARIA JUDICIAL DA 1ª VARA

DE ORDEM DA MM JUÍZA DE DIREITO: Luciany Cristina de Sousa Ferreira

PARTE (S) REQUERENTE (S):Armazém Mateus Ltda

ADVOGADO (A) DA PARTE REQUERENTE: Drª. Eneide Aparecida de Camargo Simon

PARTE (S) REQUERIDO (S):Deusamar Oliveira Sousa

FINALIDADE:INTIMAR o(a) advogado(a) da parte Requerente: Dr(a). Eneide Aparecida de Camargo Simon, inscrito(a) na OAB/MA, sob o nº 6.053-A para no prazo de 05 dias, se manifestar sobre o despacho de fls. 200, a seguir transcrito: "Vistos em Correição. Intime-se a parte demandante para manifestar-se sobre o prosseguimento do feito, no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de extinção.Após, decorrido prazo com ou sem manifestação, conclusos. Balsas, 05 de setembro de 2011. Luciany cristina de Sousa Ferreira - Juíza de Direito"

Maria Luzimar Brito da Silva Lima

Sec. Judicial da 1ª Vara, ass. de ordem da MM. Juíza, Dra. Luciany Cristina de Sousa Ferreira,
nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº. 001/2007/CGJ/MA

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº 1278-56.2010.8.10.0026

DENOMINAÇÃO:Ação Ordinária

JUIZ (A) DE DIREITO: Luciany Cristina de Sousa Ferreira, Titular da 1ª Vara

SECRETARIA JUDICIAL DA 1ª VARA

PARTE (S) REQUERENTE (S):Renato Miranda Carvalho

ADVOGADO (A) DA PARTE REQUERENTE: Dr. Antônio Pacheco Guereiro Neto

PARTE (S) REQUERIDO (S):Rf Serviços de Documentos Ltda (cartório Postal), Raimundo Nelson F. Filho

ADVOGADO DA PARTE REQUERIDO: Drª. Cleiciane Pereira Dias e Marcos George Andrade Silva

FINALIDADE: INTIMAR DE ORDEM DA M.M. JUÍZA Luciany Cristina de Sousa Ferreira, NOS TERMOS DO ART. 3º, XXV, III, DO PROVIMENTO Nº 001/2007/CGJ/MA., o(a) advogado(a) da parte Requerente: Dr(a). Antônio Pacheco Guereiro Neto, inscrito(a) na OAB/MA, sob o nº 6949 do despacho de fls. 80, a seguir transcrito: " Verifico que as circunstância da causa evidenciam ser improvável a conciliação em sede de audiência preliminar, razão pela qual desde logo saneio o processo, fixando como ponto controvertido a ilegalidade do protesto, objeto da presente demanda, bem como a existência ou não de danos a serem ressarcidos. Ademais, não afastando a hipótese de julgamento antecipado, intimem-se as partes,

por seus advogados, através do DJE, dos termos do presente despacho, bem como para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestarem acerca da necessidade da realização da audiência de instrução de julgamento, indicando as provas que pretendem produzir. Após, com ou sem manifestações, autos conclusos. Intimem-se. cumpra-se. Balsas/MA, Angelo Antonio Alencar dos Santos - Juiz de Direito."

Maria Luzimar Brito da Silva Lima

**Sec. Judicial da 1ª Vara, ass. de ordem da MM. Juíza, Dra. Luciany Cristina de Sousa Ferreira,
nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº. 001/2007/CGJ/MA**

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº 1278-56.2010.8.10.0026

DENOMINAÇÃO: Ação Ordinária

JUIZ (A) DE DIREITO: Luciany Cristina de Sousa Ferreira, Titular da 1ª Vara

SECRETARIA JUDICIAL DA 1ª VARA

PARTE (S) REQUERENTE (S): Renato Miranda Carvalho

ADVOGADO (A) DA PARTE REQUERENTE: Dr. Antônio Pacheco Guereiro Neto

PARTE (S) REQUERIDO (S): Rf Serviços de Documentos Ltda (cartório Postal), Raimundo Nelson F. Filho

ADVOGADO DA PARTE REQUERIDO: Drª. Cleiciane Pereira Dias e Marcos George Andrade Silva

FINALIDADE: INTIMAR DE ORDEM DA M.M. JUÍZA Luciany Cristina de Sousa Ferreira, NOS TERMOS DO ART. 3º, XXV, III, DO PROVIMENTO Nº 001/2007/CGJ/MA., o(a) advogado(a) da parte Requerida: Dr(a). Cleiciane Pereira Dias, inscrito(a) na OAB/MA, sob o nº 6.351 do despacho de fls. 80, a seguir transcrito: "Verifico que as circunstância da causa evidenciam ser improvável a conciliação em sede de audiência preliminar, razão pela qual desde logo saneio o processo, fixando como ponto controvertido a ilegalidade do protesto, objeto da presente demanda, bem como a existência ou não de danos a serem ressarcidos. Ademais, não afastando a hipótese de julgamento antecipado, intimem-se as partes, por seus advogados, através do DJE, dos termos do presente despacho, bem como para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestarem acerca da necessidade da realização da audiência de instrução de julgamento, indicando as provas que pretendem produzir. Após, com ou sem manifestações, autos conclusos. Intimem-se. cumpra-se. Balsas/MA, Angelo Antonio Alencar dos Santos - Juiz de Direito."

Maria Luzimar Brito da Silva Lima

**Sec. Judicial da 1ª Vara, ass. de ordem da MM. Juíza, Dra. Luciany Cristina de Sousa Ferreira,
nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº. 001/2007/CGJ/MA**

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº 1278-56.2010.8.10.0026

DENOMINAÇÃO: Ação Ordinária

JUIZ (A) DE DIREITO: Luciany Cristina de Sousa Ferreira, Titular da 1ª Vara

SECRETARIA JUDICIAL DA 1ª VARA

PARTE (S) REQUERENTE (S): Renato Miranda Carvalho

ADVOGADO (A) DA PARTE REQUERENTE: Dr. Antônio Pacheco Guereiro Neto

PARTE (S) REQUERIDO (S): Rf Serviços de Documentos Ltda (cartório Postal), Raimundo Nelson F. Filho

ADVOGADO DA PARTE REQUERIDO: Drª. Cleiciane Pereira Dias e Marcos George Andrade Silva

FINALIDADE: INTIMAR DE ORDEM DA M.M. JUÍZA Luciany Cristina de Sousa Ferreira, NOS TERMOS DO ART. 3º, XXV, III, DO PROVIMENTO Nº 001/2007/CGJ/MA., o(a) advogado(a) da parte Requerida: Dr(a). Marcos George Andrade Silva, inscrito(a) na OAB/MA, sob o nº 6635 do despacho de fls. 80, a seguir transcrito: "Verifico que as circunstância da causa evidenciam ser improvável a conciliação em sede de audiência preliminar, razão pela qual desde logo saneio o processo, fixando como ponto controvertido a ilegalidade do protesto, objeto da presente demanda, bem como a existência ou não de danos a serem ressarcidos. Ademais, não afastando a hipótese de julgamento antecipado, intimem-se as partes, por seus advogados, através do DJE, dos termos do presente despacho, bem como para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestarem acerca da necessidade da realização da audiência de instrução de julgamento, indicando as provas que pretendem produzir. Após, com ou sem manifestações, autos conclusos. Intimem-se. cumpra-se. Balsas/MA, Angelo Antonio Alencar dos Santos - Juiz de Direito."

Maria Luzimar Brito da Silva Lima

**Sec. Judicial da 1ª Vara, ass. de ordem da MM. Juíza, Dra. Luciany Cristina de Sousa Ferreira,
nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº. 001/2007/CGJ/MA**

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº 1559-85.2005.8.10.0026

DENOMINAÇÃO: Ação Ordinária de Cobrança

SECRETARIA JUDICIAL DA 1ª VARA

PARTE (S) REQUERENTE (S): Neusa Mendes Feitosa

ADVOGADO (A) DA PARTE REQUERENTE: Dr. Débora Rodrigues Leite

PARTE (S) REQUERIDO (S): Sul América Seguros de Vida e Previdência S/A

ADVOGADO DA PARTE REQUERIDO: Dr. Cláudio de Melo Valença Filho

FINALIDADE: INTIMAR o(a) advogado(a) da parte Requerido: Dr(a). Cláudio de Melo Valença Filho, inscrito(a) na OAB/CE, sob o nº 16.285-A do despacho de fls. 302, a seguir transcrito: "Determinada a penhora de crédito da requerida, foi expedido ofício ao Banco Central, sendo efetuada constrição em diversas contas judiciais. A requerente recebeu valor de R\$ 92.082,63 (fls. 292). Defiro o pleito (fls. 297/299), desconstituindo a penhora realizada em excesso, determinando o desbloqueio imediato dos demais valores decorrentes desse processo (Ofício 1979/2010- fls. 261). Ressalto que a determinação via ofício, impossibilita esse Magistrado de proceder o desbloqueio imediato através de BACENJUD. Oficie-se ao Banco Central, para providenciar os desbloqueios. Caso não seja possível, expeça-se Alvará judicial em favor do requerido (Sul América Seguros de Pessoas e previdência S/A. Intime-se. Balsas, 17 de maio de 2011. Juiz Marcelo Elias Matos e Oka- Projeto Pauta Zero."

Maria Luzimar Brito da Silva Lima

**Sec. Judicial da 1ª Vara, ass. de ordem da MM. Juíza, Dra. Luciany Cristina de Sousa Ferreira,
nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº. 001/2007/CGJ/MA**

CARTA DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº 1559-85.2005.8.10.0026

DENOMINAÇÃO: Ação Ordinária de Cobrança

SECRETARIA JUDICIAL DA 1ª VARA

PARTE (S) REQUERENTE (S):Neusa Mendes Feitosa

ADVOGADO (A) DA PARTE REQUERENTE: Dr. Débora Rodrigues Leite

PARTE (S) REQUERIDO (S):Sul América Seguros de Vida e Previdência S/A

ADVOGADO DA PARTE REQUERIDO: Dr. Clávio de Melo Valença Filho

FINALIDADE: INTIMAR o(a) advogado(a) da parte Requerente: Dr(a). Débora Rodrigues Leite, inscrito(a) na OAB/MA, sob o nº 6.739 do despacho de fls. 302, a seguir transcrito: "Determinada a penhora de crédito da requerida, foi expedido ofício ao Banco Central, sendo efetuada constrição em diversas contas judiciais. A requerente recebeu valor de R\$ 92.082,63 (fls.292). Defiro o pleito (fls. 297/299), desconstituindo a penhora realizada em excesso, determinando o desbloqueio imediato dos demais valores decorrentes desse processo (Ofício 1979/2010- fls. 261). Ressalto que a determinação via ofício, impossibilita esse Magistrado de proceder o desbloqueio imediato através de BACENJUD. Oficie-se ao Banco Central, para providenciar os desbloqueios. Caso não seja possível, expeça-se Alvará judicial em favor do requerido (Sul América Seguros de Pessoas e previdência S/A. Intime-se. Balsas, 17 de maio de 2011. Juiz Marcelo Elias Matos e Oka- Projeto Pauta Zero."

Maria Luzimar Brito da Silva Lima

Sec. Judicial da 1ª Vara, ass. de ordem da MM. Juíza, Dra. Luciany Cristina de Sousa Ferreira,
nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº. 001/2007/CGJ/MA

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº 1631-67.2008.8.10.0026

DENOMINAÇÃO:Rescisão de Contrato

JUIZ (A) DE DIREITO: Luciany Cristina de Sousa Ferreira, Titular da 1ª Vara

SECRETARIA JUDICIAL DA 1ª VARA

PARTE (S) REQUERENTE (S):Jose Nadur Filho

ADVOGADO (A) DA PARTE REQUERENTE: Dr. José Marques Botelho

PARTE (S) REQUERIDO (S):Luis Donisete da Rosa

ADVOGADO DA PARTE REQUERIDO: Drª. Helcrisia de Jesus Alves Sousa

FINALIDADE: INTIMAR DE ORDEM DA M.M. JUÍZA Luciany Cristina de Sousa Ferreira, NOS TERMOS DO ART. 3º, XXV, III, DO PROVIMENTO Nº 001/2007/CGJ/MA., o(a) advogado(a) da parte Requerida: Dr(a). Helcrisia de Jesus Alves Sousa, inscrito(a) na OAB/MA, sob o nº 7.857 do despacho de fls. 108, a seguir transcrito: "Verifico que as circunstância da causa evidenciam ser improvável a conciliação em sede de audiência preliminar, razão pela qual desde logo saneio o processo, fixando como ponto controvertido o descumprimento ou de cláusulas que geram a rescisão contratual. Ademais, não afastando a hipótese de julgamento antecipado, intem-se as partes, por seus advogados, através do DJE, dos termos do presente despacho, bem como para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestarem acerca da necessidade da realização da audiência de instrução de julgamento, indicando as provas que pretendem produzir. Após, com ou sem manifestações, autos conclusos. Intem-se. cumpra-se. Balsas/MA, 19.05.2011. Angelo Antonio Alencar dos Santos - Juiz de Direito."

Maria Luzimar Brito da Silva Lima

Sec. Judicial da 1ª Vara, ass. de ordem da MM. Juíza, Dra. Luciany Cristina de Sousa Ferreira,
nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº. 001/2007/CGJ/MA

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº 1631-67.2008.8.10.0026

DENOMINAÇÃO:Rescisão de Contrato

JUIZ (A) DE DIREITO: Luciany Cristina de Sousa Ferreira, Titular da 1ª Vara

SECRETARIA JUDICIAL DA 1ª VARA

PARTE (S) REQUERENTE (S):Jose Nadur Filho

ADVOGADO (A) DA PARTE REQUERENTE: Dr. José Marques Botelho

PARTE (S) REQUERIDO (S):Luis Donisete da Rosa

ADVOGADO DA PARTE REQUERIDO: Drª. Helcrisia de Jesus Alves Sousa

FINALIDADE: INTIMAR DE ORDEM DA M.M. JUÍZA Luciany Cristina de Sousa Ferreira, NOS TERMOS DO ART. 3º, XXV, III, DO PROVIMENTO Nº 001/2007/CGJ/MA., o(a) advogado(a) da parte Requerente: Dr(a). José Marques Botelho, inscrito(a) na OAB/MA, sob o nº 8624-A do despacho de fls. 108, a seguir transcrito: "Verifico que as circunstância da causa evidenciam ser improvável a conciliação em sede de audiência preliminar, razão pela qual desde logo saneio o processo, fixando como ponto controvertido o descumprimento ou de cláusulas que geram a rescisão contratual. Ademais, não afastando a hipótese de julgamento antecipado, intem-se as partes, por seus advogados, através do DJE, dos termos do presente despacho, bem como para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestarem acerca da necessidade da realização da audiência de instrução de julgamento, indicando as provas que pretendem produzir. Após, com ou sem manifestações, autos conclusos. Intem-se. cumpra-se. Balsas/MA, 19.05.2011. Angelo Antonio Alencar dos Santos - Juiz de Direito."

Maria Luzimar Brito da Silva Lima

Sec. Judicial da 1ª Vara, ass. de ordem da MM. Juíza, Dra. Luciany Cristina de Sousa Ferreira,
nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº. 001/2007/CGJ/MA

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº 1657-02.2007.8.10.0026

DENOMINAÇÃO:Ação Exibição de Documentos

SECRETARIA JUDICIAL DA 1ª VARA

PARTE (S) REQUERENTE (S):Banex S/A, Credito, Financiamento e Investimento

ADVOGADO (A) DA PARTE REQUERENTE: Dr. Wilker Batista Cavalcanti

PARTE (S) REQUERIDO (S):Município de Balsas-MA

ADVOGADO DA PARTE REQUERIDO: Dr. Luciano Pedra Fonseca

FINALIDADE: INTIMAR o(a) advogado(a) da parte Requerente: Dr(a). Wilker Batista Cavalcanti, inscrito(a) na OAB/MA, sob o nº 6049-A para no prazo de 10 dias, se manifestar sobre os documentos exibidos de fls. 50/430 e despacho de fls. 435, a seguir transcrito: "Intime-se a parte autora para se manifestar sobre os documentos exibidos e postular o que entender cabível no prazo de 10 dias, sob pena de se presumir a satisfação integral de sua pretensão. Balsas(MA), 17 de maio de 2011. Francisco Soares Reis Júnior - Juiz de Direito (Projeto Pauta Zero)."

Maria Luzimar Brito da Silva Lima

Sec. Judicial da 1ª Vara, ass. de ordem da MM. Juíza, Dra. Luciany Cristina de Sousa Ferreira,
nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº. 001/2007/CGJ/MA

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº 2334-95.2008.8.10.0026

DENOMINAÇÃO:Ação Declaratória com Preceito Cominatório

JUIZA DE DIREITO: LUCIANY CRISTINA DE SOUSA FERREIRA

SECRETARIA JUDICIAL DA 1ª VARA

PARTE (S) REQUERENTE (S): Edson Cristiano Bonawitz e esposa

ADVOGADO (A) DA PARTE REQUERENTE: Dr. Aldo de Mattos Sabino Junior

PARTE (S) REQUERIDO (S): Banco do Nordeste do Brasil S/A

ADVOGADO DA PARTE REQUERIDO: Dr. Carlos Alberto Layme Junior

FINALIDADE: INTIMAR o(a) advogado(a) da parte Requerente: Dr(a). Aldo de Matto Sabino Junior, inscrito(a) na OAB/MA, sob o nº 7.203-A para no prazo de 05 dias, se manifestar sobre o despacho de fls. 311, a seguir transcrito: "Vistos. Intime-se o autor, por seu advogado, via diário eletrônico, para que o mesmo informe no prazo de 05(cinco) dias, se ainda possui interesse no presente curso processual, requerendo o que for de seu interesse, sob pena de extinção. Cumpra-se. Balsas/MA, 17 de maio de 2011. Frederico Feitosa de Oliveira - Juiz de Direito"

Maria Luzimar Brito da Silva Lima

Sec. Judicial da 1ª Vara, ass. de ordem da MM. Juíza, Dra. Luciany Cristina de Sousa Ferreira,
nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº. 001/2007/CGJ/MA

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº **236-35.2011.8.10.0026**

DENOMINAÇÃO: Execução Fiscal

JUIZ (A) DE DIREITO: Luciany Cristina de Sousa Ferreira, Titular da 1ª Vara

SECRETARIA JUDICIAL DA 1ª VARA

PARTE (S) EXEQUENTE (S): Estado do Maranhão

PARTE (S) EXECUTADA (S): **Induscal - Industria de Calcario Ltda**

ADVOGADO DA PARTE EXECUTADA: **Daniela Augusto Guimarães**

FINALIDADE: INTIMAR DE ORDEM DA M.M. JUÍZA Luciany Cristina de Sousa Ferreira, NOS TERMOS DO ART. 3º, XXV, III, DO PROVIMENTO Nº 001/2007/CGJ/MA, a advogada da parte Executada: **Dra. Daniela Augusto Guimarães**, inscrita na OAB/TO, sob o nº 3.912 para **REGULARIZAR sua representação processual**, conforme DESPACHO de fls. 15, a seguir transcrito: "R. H. 1. Intime-se o advogado subscritor de peça de fl. 14 para os fins de regularizar a representação processual. 2. Em face da não aceitação do bem indicado para penhora em decorrência da infringência à ordem de preferência, e considerando a petição de fl. 14, determino a penhora "online" de numerários em contas existentes em nome da executada. Em 18.05.2011. (assinatura ilegível)"

Maria Luzimar Brito da Silva Lima

Sec. Judicial da 1ª Vara, ass. de ordem da MM. Juíza, Dra. Luciany Cristina de Sousa Ferreira,
nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº. 001/2007/CGJ/MA

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº 29-51.2002.8.10.0026

DENOMINAÇÃO: Ação Ordinária de Reintegração de Cargo c/c Perdas e Danos

SECRETARIA JUDICIAL DA 1ª VARA

PARTE (S) REQUERENTE (S): Maria Eunice de Sousa Miranda

ADVOGADO (A) DA PARTE REQUERENTE: Dr. Antônio Murilo Costa

PARTE (S) REQUERIDO (S): Município de Balsas-MA

ADVOGADO DA PARTE REQUERIDO: Dr. Luciano Pedra Fonseca

FINALIDADE: INTIMAR o(a) advogado(a) da parte Requerente: Dr(a). Antônio Murilo Costa, inscrito(a) na OAB/MA, sob o nº 4.361 para no prazo de 05 dias, se manifestar sobre o despacho de fls. 202, a seguir transcrito: "Intime-se a autora para manifestar interesse no feito, comunicando o cumprimento do mandado de reintegração. Balsas/MA, 17 de maio de 2011. Marcelo Elias MATos e Oka- Juiz de Direito (Projeto Pauta Zero)"

Maria Luzimar Brito da Silva Lima

Sec. Judicial da 1ª Vara, ass. de ordem da MM. Juíza, Dra. Luciany Cristina de Sousa Ferreira,
nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº. 001/2007/CGJ/MA

DE ORDEM DA M.Ma. JUÍZA Luciany Cristina de Sousa Ferreira, NOS TERMOS DO ART. 3º, XXV, III, DO PROVIMENTO Nº 001/2007/CGJ/MA.

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº 3076-18.2011.8.10.0026

DENOMINAÇÃO: Ação de Busca e Apreensão

JUIZ (A) DE DIREITO: Luciany Cristina de Sousa Ferreira, Titular da 1ª Vara

SECRETARIA JUDICIAL DA 1ª VARA

PARTE (S) EXEQUENTE (S): Bv Financeira S/a-crédito, Financiamento e Investimento, na pessoa de seu representante legal,

ADVOGADO (A) DA PARTE EXEQUENTE: Drª. Flávia Patricia Leite Cordeiro

PARTE (S) EXECUTADA (S): Adelizangela Galvão Santos

FINALIDADE: INTIMAR o(a) advogado(a) da parte REQUERENTE: Dr(a). Flávia Patricia Leite Cordeiro, inscrito(a) na OAB/MA, sob o nº 4909 da parte final da decisão de fls.24/25, a seguir transcrita: "Posto isso, defiro, a busca e apreensão do veículo Automóvel Fiat Uno Evo Vivace 1.0, Fabricação e Modelo 2010/2011, Cinza, Gasolina, Chassi nº 9BD195152B0066224, devendo o bem ser depositado em favor do demandante. Expeça-se o respectivo mandado de busca e apreensão com as seguintes advertências: a) 5 (cinco) dias, após executada a liminar, consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do requerente; b) No mesmo prazo de 05(cinco) dias, a parte ré poderá pagar a integralidade da dívida pendente, incluindo as que parcelas até o presente momento, hipótese na qual o bem não lhe será retirado ou, se já houve sido apreendido, ser-lhe-á restituído livre de ônus; c) O requerido poderá apreenatr resposta no prazo de 15(qunize) dias, contados da apreensão do bem, servindo o mandado de busca e apreensão também como mandado de citação, mesmo que tenha pago a dívida nostermos do item b acima.caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição. Cumpra-se. cite-se e intimem-se.Balsas, 31 de outubro de 2011. Juíza Luciany Cristina de Sousa Ferreira- Titular da 1ª Vara.

Maria Luzimar Brito da Silva Lima

Sec. Judicial da 1ª Vara, ass. de ordem da MM. Juíza, Dra. Luciany Cristina de Sousa Ferreira,
nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº. 001/2007/CGJ/MA

DE ORDEM DA M.Ma. JUÍZA Luciany Cristina de Sousa Ferreira, NOS TERMOS DO ART. 3º, XXV, III, DO PROVIMENTO Nº 001/2007/CGJ/MA.

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº 3077-03.2011.8.10.0026

DENOMINAÇÃO: Ação de Busca e Apreensão

JUIZ (A) DE DIREITO: Luciany Cristina de Sousa Ferreira, Titular da 1ª Vara

SECRETARIA JUDICIAL DA 1ª VARA

PARTE (S) REQUERENTE (S): BV Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento,
ADVOGADO (A) DA PARTE EXEQUENTE: Dr^a. Flávia Patricia Leite Cordeiro
PARTE (S) EXECUTADA (S): Leandro Uilquer Alves Nascimento
FINALIDADE: INTIMAR o(a) advogado(a) da parte Requerente: Dr(a). Flávia Patricia Leite Cordeiro, inscrito(a) na OAB/MA, sob o nº 4909 da parte final da decisão fls. 21/22, a seguir transcrita: "Posto isso, defiro, a busca e apreensão do veículo Automóvel Volkswagen Saveriro Cross 1.6 8v, Fabricação e Modelo 2010/2011, Preta Gasolina, Chassi nº 9BWLBO5U5BP117933, devendo o bem ser depositado em favor do demandante. Expeça-se o respectivo mandado de busca e apreensão com as seguintes advertências: a) 5 (cinco) dias, após executada a liminar, consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do requerente; b) No mesmo prazo de 05(cinco) dias, a parte ré poderá pagar a integralidade da dívida pendente, incluindo as que parcelas até o presente momento, hipótese na qual o bem não lhe será retirado ou, se já houve sido apreendido, ser-lhe-á restituído livre de ônus; c) O requerido poderá apreenatr resposta no prazo de 15(quinze) dias, contados da apreensão do bem , servindo o mandado de busca e apreensão também como mandado de citação, mesmo que tenha pago a dívida nostermos do item b acima,caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição. Cumpra-se. cite-se e intinem-se.Balsas, 31 de outubro de 2011. Juíza Luciany Cristina de Sousa Ferreira- Titular da 1ª Vara."

Maria Luzimar Brito da Silva Lima

Sec. Judicial da 1ª Vara, ass. de ordem da MM. Juíza, Dra. Luciany Cristina de Sousa Ferreira,
nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº. 001/2007/CGJ/MA

DE ORDEM DA MM JUÍZA Luciany Cristina de Sousa Ferreira, NOS TERMOS DO ART. 3º, XXV, III, DO PROVIMENTO Nº 001/2007/CGJ/MA.

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº 3078-85.2011.8.10.0026

DENOMINAÇÃO: Ação de Busca e Apreensão

SECRETARIA JUDICIAL DA 1ª VARA

PARTE (S) REQUERENTE (S): Bv Financeira S. A

ADVOGADO (A) DA PARTE REQUERENTE: Dr^a. Flávia Patricia leite Cordeiro

PARTE (S) REQUERIDA (S): Livio Castro Silva

FINALIDADE: INTIMAR o(a) advogado(a) da parte REQUERENTE: Dr(a). Flávia Patricia leite Cordeiro, inscrito(a) na OAB/MA, sob o nº 4909 da parte final da decisão de fls.23/24, a seguir transcrita: "Posto isso, defiro, a busca e apreensão do veículo Automóvel toyota Hilux SRV Caribe Dupla 4x, Fabricação e Modelo 2005/2006, Preta, Placa JUI 3753, gasolina, Chassi nº 8AJEZ39G062500779, devendo o bem ser depositado em favor do demandante. Expeça-se o respectivo mandado de busca e apreensão com as seguintes advertências: a) 5 (cinco) dias, após executada a liminar, consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do requerente; b) No mesmo prazo de 05(cinco) dias, a parte ré poderá pagar a integralidade da dívida pendente, incluindo as que parcelas até o presente momento, hipótese na qual o bem não lhe será retirado ou, se já houve sido apreendido, ser-lhe-á restituído livre de ônus; c) O requerido poderá apreenatr resposta no prazo de 15(quinze) dias, contados da apreensão do bem , servindo o mandado de busca e apreensão também como mandado de citação, mesmo que tenha pago a dívida nostermos do item b acima,caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição. Cumpra-se. cite-se e intinem-se.Balsas, 31 de outubro de 2011. Juíza Luciany Cristina de Sousa Ferreira- Titular da 1ª Vara.

Maria Luzimar Brito da Silva Lima

Sec. Judicial da 1ª Vara, ass. de ordem da MM. Juíza, Dra. Luciany Cristina de Sousa Ferreira,
nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº. 001/2007/CGJ/MA

Maria Luzimar Brito da Silva Lima
Secretária Judicial da 1ª Vara

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº 3283-17.2011.8.10.0026

AÇÃO: Carta de Ordem

SECRETARIA JUDICIAL DA 1ª VARA

PARTE AUTORA: Justiça Pública

PARTE RÉ: Francisco de Assis Milhomem Coelho

ADVOGADO(A): Drs. Daniel Faria Jerônimo Leite e José Rodrigues Oliveira Neto

FINALIDADE: INTIMAR os advogados do acusado, Drs. Daniel Faria Jerônimo Leite OAB/MA 5.991 e José Rodrigues Oliveira Neto OAB/MA 8.712-A, do inteiro teor da CERTIDÃO de fls. 418, a seguir transcrito: "CERTIFICO, em cumprimento ao despacho retro que fica designado o dia 23.11.2011, às 09:00 horas para realização da audiência de Instrução. Dou fé. Balsas/MA, 07.11.2011. Maria Luzimar Brito da Silva Lima - Sec. Judicial."

Maria Luzimar Brito da Silva Lima

Sec. Judicial da 1ª Vara, ass. de ordem da MM. Juíza, Dra. Luciany Cristina de Sousa Ferreira,
nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº. 001/2007/CGJ/MA

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº 378-49.2005.8.10.0026

DENOMINAÇÃO: Declaratoria

JUIZ (A) DE DIREITO: Luciany Cristina de Sousa Ferreira, Titular da 1ª Vara

SECRETARIA JUDICIAL DA 1ª VARA

PARTE (S) REQUERENTE (S): Lavronorte Produtos para Lavoura Ltda

ADVOGADO (A) DA PARTE REQUERENTE: Dr^a. Geise Borges da Fonseca Honaiser

PARTE (S) REQUERIDO (S): Embratel Empresa Brasileira de Telecomunicações

ADVOGADO DA PARTE REQUERIDO: Dr^a. Juliana Oliveira Borges

FINALIDADE: INTIMAR DE ORDEM DA M.M. JUÍZA Luciany Cristina de Sousa Ferreira, NOS TERMOS DO ART. 3º, XXV, III, DO PROVIMENTO Nº 001/2007/CGJ/MA., o(a) advogado(a) da parte Requerida: Dr(a). Juliana Oliveira Borges, inscrito(a) na OAB/MA, sob o nº 8846-A do despacho deferindo o desarquivamento e vistas dos autos, a seguir transcrito: "R. Hoje, Defiro, a apostulação de fls. 339/340. Integralmente. Cumpra-se. Balsas(MA), 03 de maio de 2011.. MARcello Frazão Pereira- Juiz de Direito 1ª Vara."

Maria Luzimar Brito da Silva Lima

Sec. Judicial da 1ª Vara, ass. de ordem da MM. Juíza, Dra. Luciany Cristina de Sousa Ferreira,

nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº. 001/2007/CGJ/MA

Segunda Vara de BalsasREG. DISTRIBUIÇÃO Nº: **1303-35.2011.8.10.0026**

DENOMINAÇÃO: PEDIDO CAUTELAR INCIDENTAL DE INDISPONIBILIDADE DE BENS

REQUERENTE: JOSÉ ELCIVAL DANTAS RÊGO

Advogado(a): Dr. Cristiano Rego Coelho - OAB/MA – 7.956

REQUERIDO: OURO BRANCO LOGISTICA DE TRANSPORTE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

De ordem do MM. Juiz de Direito da 2ª Vara desta Comarca - Dr. Marco André Tavares Teixeira, **INTIMO** o(a) advogado(a) supracitado da **DECISÃO** de fls. 42/43, da **ação acima identificada**, cuja parte dispositiva segue abaixo transcrita:

DISPOSITIVO: "(...) Assim, postergando o contrário, defiro parcialmente o pedido, de liminar, sem audiência prévia da parte adversa, para: 1. Determinar a indisponibilidade do bem descrito acima, até posterior deliberação neste ou em outro procedimento. 2. No entanto, condiciono o cumprimento da medida respectiva à caução prévia, nos termos do art. 804 do CPC.... Balsas/MA, 09 de junho de 2011. (as) Marco André Tavares Teixeira - Juiz da 2ª Vara de Balsas/MA".

Patrícia Botelho de M. Feitosa
Secretária Judicial

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº: **1783-13.2011.8.10.0026**

DENOMINAÇÃO: EMBARGOS À EXECUÇÃO

EMBARGANTE, RENATO MIRANDA CARVALHO

EMBARGADO: FRIOBOM COMERCIO DE FRIOS E TRANSPORTES LTDA

Advogado(a): Dr. Edmar de Oliveira Nabarro - OAB/MA – 8875

De ordem do MM. Juiz de Direito da 2ª Vara desta Comarca - Dr. Marco André Tavares Teixeira, **INTIMO** os (as) advogados (as) supracitados (as) da **SENTENÇA** de fls. 25, proferida na **ação acima identificada**, cuja parte dispositiva segue abaixo transcrita:

DISPOSITIVO: "(...) Dessa forma, com a perda do objeto há consequentemente a falta de interesse processual, pelo que, na forma do art. 267, VI do CPC julgo extinta a presente ação, sem resolução de mérito. P. R. I, após o transito em julgado archive-se com a baixa em nossos registros. Cumpra-se. Balsas/MA, 28 de junho de 2011. (as) Dr. Marco André Tavares Teixeira - Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Balsas/MA."

Atenciosamente,
Patrícia Botelho de M. Feitosa
Secretária Judicial

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº 1983-59.2007.8.10.0026

DENOMINAÇÃO: EMBARGO À EXECUÇÃO

EMBARGANTE: JÚLIO UEJIMA

Advogado: Eduardo Luiz Bortoluzzi OAB/MA 4066

EMBARGADO: VISÃO AGROPECUÁRIA-ASSISTÊNCIA TÉCNICA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES

O Doutor Marco André Tavares Teixeira, Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Balsas/MA, intima o advogado da parte embargante acima especificada, para tomar conhecimento do DESPACHO, na ação acima identificada, a seguir parcialmente transcrita:

DESPACHO: " (...) Ante o exposto, determino a intimação, via DJE, do embargante para, em 10 dias, apresentar memória de cálculos do que entende ser devido, sob pena de indeferimento liminar dos embargos ou do não conhecimento do fundamento de excesso. Após, voltem-me conclusos. Balsas/MA, 20 de outubro de 2011. (as) Marco André Tavares Teixeira - Juiz da 2ª Vara de Balsas/MA."

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº. 2608-88. 2010.8.10.0026

DENOMINAÇÃO: AÇÃO PENAL PROCEDIMENTO ORDINARIO

AUTOR: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL

REU: FLAVIO LIMA DA SILVA E OUTROS

Advogado: IZANIO CARVALHO FEITOSA OAB MA 6760

De ordem do MM. Juiz de Direito da 2ª Vara desta Comarca, o Dr. Marco André Tavares Teixeira, **INTIMO** o advogado supracitado para tomar conhecimento da SENTENÇA, prolatada na **ação acima identificada**, a seguir parcialmente transcrita:

DISPOSITIVO: "(...) Ante o exposto, fixo a pena-base em 10(dez) anos de reclusão e 700(setecentos) dias-multa. Presente a circunstancia atenuante prevista no art. 65, I 1º parte do CPB, qual seja, agente menor de 21 anos na data do fato, atenuo a pena de 06(seis) meses. Ausentes circunstâncias agravantes. Não existindo causas especiais ou gerais de diminuição de pena. Fica o Réu condenado definitivamente a pena de 09(nove) anos e 06(seis) meses de reclusão e multa de 665 (seiscentos e sessenta e cinco) dias-multa sendo cada dia-multa o correspondente a 1/30 do salário mínimo vigente à data do fato. Nego aos réus o direito de recorrer em liberdade, em consonância com o disposto pelo art. 2º § 2º, da lei 8.072/90 em vista persistirem as razões motivada de seu decreto preventivo, as quais não restaram alteradas. Recomendo aos réus o cumprimento da pena na Penitenciária Agrícola de Pedrinhas, em regime inicialmente fechado (art 2º § 1º, da Lei n 8.072/90), facultando aos órgãos de segurança publica a execução de outro estabelecimento desde que preenchidos os requisitos legais. Transitada em julgado, acaso mantida a condenação, lance-se o nome do réu no rol de culpados. Proceda-se a formação do PEP- Processo de Execução Penal nos termos da Resolução nº 113, do CNJ. Expeça-se Guia de recolhimento Provisório, após o transito em julgado Guia de Recolhimento Definitiva. Oficie-se o eg. Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Maranhão, comunicando a condenação do réu, com sua devida identificação, acompanhada de fotocópia da Presente decisão, para cumprimento do disposto pelos art.71 parágrafo 2º, do Código Eleitoral c/c art 15, III, da Constituição Federal. Em relação aos Réus Pedro Pereira da Silva e Ronaldo dos Reis Vieira expeça-se Alvará de soltura se por outro motivo não estiverem presos. Custas pelos sentenciados. Balsas/MA, 06 de Setembro de 2011. (as) Marco André Tavares Teixeira Juiz da 2ª Vara de Balsas/ MA".

Balsas/MA, 26 de Outubro de 2011.
Patrícia Botelho de Macedo Feitosa
Secretária Judicial

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº: **3349-31.2010.8.10.0026**
DENOMINAÇÃO: REINTEGRAÇÃO DE POSSE C/C PERDAS E DANOS
REQUERENTE: BFB LEASING S/A-ARRENDAMENTO MERCANTIL
Advogado(a): Dr. Ivan Wagner Melo Diniz - OAB/MA – 8190
REQUERIDO: INACIO BRUNO OLIVEIRA NETO

De ordem do MM. Juiz de Direito da 2ª Vara desta Comarca - Dr. Marco André Tavares Teixeira, **INTIMO** os (as) advogados (as) supracitados (as) da **SENTENÇA** de fls. 40/41, proferida na **ação acima identificada**, cuja parte dispositiva segue abaixo transcrita:

DISPOSITIVO: "(...) Deste modo, na forma do artigo 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil, julgo extinto a presente ação, sem resolução do mérito, facultando ao autor, sem necessidade do trânsito em julgado, retirada das peças que instruem o pedido, mediante recibo. Custas como recolhidas. P. R. I. Com o trânsito em julgado, archive-se. Balsas/MA, 22 de setembro de 2011. (as) Marco André Tavares Teixeira - Juiz da 2ª Vara da Comarca de Balsas/MA."

Atenciosamente,
Patrícia Botelho de M. Feitosa
Secretária Judicial

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº: **601-02.2005.8.10.0026**
DENOMINAÇÃO: ORIDNÁRIA DE ANULAÇÃO DE ATO JURÍDICO
REQUERENTE: MARIA APARECIDA BRITO DA SILVA, repres. RITA LOPES DA COSTA
Advogado(a): Dr. Edilson Rocha Ribeiro - OAB/MA – 4969
REQUERIDO: JAMILDO DE JESUS OLIVEIRA E OUTRO
Advogado(a): Dr. Erasmo Lima Bezerra - OAB/PI – 1094/79

De ordem do MM. Juiz de Direito da 2ª Vara desta Comarca - Dr. Marco André Tavares Teixeira, **INTIMO** os (as) advogados (as) supracitados (as) da **SENTENÇA** de fls. 80/81, proferida na **ação acima identificada**, cuja parte dispositiva segue abaixo transcrita:

DISPOSITIVO: "(...) Ante o exposto, com fulcro no art. 267, VI, declaro extinto o processo, sem análise do mérito. Condeno a parte autora ao pagamento das custas e honorários advocatícios, os quais arbitro em 5% sobre o valor da causa. P. R. I. Balsas/MA, 11 de maio de 2011. (as) Marco André Tavares Teixeira - Juiz da 2ª Vara de Balsas/MA."

Atenciosamente,
Patrícia Botelho de M. Feitosa
Secretária Judicial

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº: **804-61.2005.8.10.0026**
DENOMINAÇÃO: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
EXEQUENTE: BUNGE FERTILIZANTES S/A
Advogado(a): Dra. Luciana de Freitas Matos Barbosa - OAB/MA – 6615
EXECUTADO: EDUARDO LUIS MERCURI

De ordem do MM. Juiz de Direito da 2ª Vara desta Comarca - Dr. Marco André Tavares Teixeira, **INTIMO** os (as) advogados (as) supracitados (as) do **DESPACHO** de fls. 50, proferida na **ação acima identificada**, abaixo transcrito:

DISPOSITIVO: "(...) R. Hoje. Defiro pleito de fls. 45 no sentido de aguardar suspenso o feito até o dia 30 de setembro de 2009. Após tal data, intime-se o exequente para manifestar-se **no prazo de cinco dias** e requerer o que entender pertinente. Cumpra-se. Após, voltem-me conclusos. Balsas/MA, 09 de março de 2009. (as) Dr. Marco André Tavares Teixeira - Juiz Titular da 2ª Vara da Comarca de Balsas/MA."

Atenciosamente,
Patrícia Botelho de M. Feitosa
Secretária Judicial

Terceira Vara de Balsas

AÇÃO: PENAL
PROCESSO: 3179-25.2011.8.10.0026
AUTO: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
ACUSADO(S): NIEL GOMES DA SILVA
ADVOGADO: CRISÓGONO RODRIGUES VIEIRA
Finalidade: Intimação do(s) Advogado(s): CRISÓGONO RODRIGUES, VIEIRA, OAB/MA 3180 para, no prazo de 03 (três) dias, apresentar alegações finais, nos autos supramencionados.

Balsas, 09 de novembro de 2011.
NIRVANA MARIA MOURÃO BARROSO
Juíza de Direito Titular da 3ª Vara da Comarca de Balsas

Barão do Grajaú

Despacho

Processo nº 0000302-42.2009.8.10.0072
Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | MANDADO DE SEGURANÇA
Autor: MIGUEL ANGELO REZENDE DO NASCIMENTO
Advogado: LEONARDO CABEDO RODRIGUES OAB/PI 5761
Réu: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Advogado: MIGUEL ARCANJO SILVA COSTA OAB/PI 1108

Intimem-se as partes para se manifestarem sobre o retorno dos autos, requerendo o que entenderem pertinente, em quinze (15) dias. Escoado o prazo in albis, arquivem-se os autos com baixa. Barão do Grajaú, 26 de setembro de 2011.

Iran Kurban Filho
Juiz de Direito Titular

Barra do Corda

Primeira Vara de Barra do Corda

Processo: 9000797-97.2011.8.10.0027

Ação de Cobrança de Saldo Remanescente de Seguro Obrigatório DPVAT – Invalidez Permanente.

Demandante: MARIA DE ASSUNÇÃO AMORIM DA SILVA

Advogado(a): Bárbara de Cássia Souza Alencar, OAB/MA 7.993

Demandado: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Finalidade: Intimação da demandante por seu(sua) advogado(a), para comparecer na sala de audiências deste Juízo, **no dia 24/01/2012, às 08:00 horas**, oportunidade em que será realizada a **audiência de conciliação, instrução e julgamento**, cientificando-o de que caso não acha conciliação, deverá apresentar no máximo de três testemunhas, caso queira produzir prova testemunhal, advertindo-os que sua ausência importará em extinção do feito sem resolução do mérito nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95.

Gustavo Henrique Silva Medeiros
Juiz de Direito da 1ª Vara
e do JEC

Processo: 9000907-96.2011.8.10.0027

Ação de Cobrança de Saldo Remanescente de Seguro Obrigatório DPVAT – Invalidez Permanente.

Demandante: GILDEVAN RODRIGUES BRASIL

Advogado(a): Bárbara de Cássia Souza Alencar, OAB/MA 7.993

Demandado: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Finalidade: Intimação do demandante por seu(sua) advogado(a), para comparecer na sala de audiências deste Juízo, **no dia 24/01/2012, às 08:10 horas**, oportunidade em que será realizada a **audiência de conciliação, instrução e julgamento**, cientificando-o de que caso não acha conciliação, deverá apresentar no máximo de três testemunhas, caso queira produzir prova testemunhal, advertindo-os que sua ausência importará em extinção do feito sem resolução do mérito nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95.

Gustavo Henrique Silva Medeiros
Juiz de Direito da 1ª Vara
e do JEC

Processo: 9000902-74.2011.8.10.0027

Ação de Cobrança de Saldo Remanescente de Seguro Obrigatório DPVAT – Invalidez Permanente.

Demandante: ANTONIO LIMA GOMES

Advogado(a): Bárbara de Cássia Souza Alencar, OAB/MA 7.993

Demandado: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Finalidade: Intimação do demandante por seu(sua) advogado(a), para comparecer na sala de audiências deste Juízo, **no dia 24/01/2012, às 08:20 horas**, oportunidade em que será realizada a **audiência de conciliação, instrução e julgamento**, cientificando-o de que caso não acha conciliação, deverá apresentar no máximo de três testemunhas, caso queira produzir prova testemunhal, advertindo-os que sua ausência importará em extinção do feito sem resolução do mérito nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95.

Gustavo Henrique Silva Medeiros
Juiz de Direito da 1ª Vara
e do JEC

Processo: 9000903-59.2011.8.10.0027

Ação de Cobrança de Saldo Remanescente de Seguro Obrigatório DPVAT – Invalidez Permanente.

Demandante: ALDECIR BANDEIRA DA SILVA

Advogado(a): Bárbara de Cássia Souza Alencar, OAB/MA 7.993

Demandado: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Finalidade: Intimação do demandante por seu(sua) advogado(a), para comparecer na sala de audiências deste Juízo, **no dia 24/01/2012, às 08:30 horas**, oportunidade em que será realizada a **audiência de conciliação, instrução e julgamento**, cientificando-o de que caso não acha conciliação, deverá apresentar no máximo de três testemunhas, caso queira produzir prova testemunhal, advertindo-os que sua ausência importará em extinção do feito sem resolução do mérito nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95.

Gustavo Henrique Silva Medeiros
Juiz de Direito da 1ª Vara
e do JEC

Processo: 9000900-07.2011.8.10.0027

Ação de Cobrança de Saldo Remanescente de Seguro Obrigatório DPVAT – Invalidez Permanente.

Demandante: CLODOALDO RAIMUNDO DA COSTA

Advogado(a): Bárbara de Cássia Souza Alencar, OAB/MA 7.993

Demandado: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Finalidade: Intimação da demandante por seu(sua) advogado(a), para comparecer na sala de audiências deste Juízo, **no dia 24/01/2012, às 08:40 horas**, oportunidade em que será realizada a **audiência de conciliação, instrução e julgamento**, cientificando-o de que caso não acha conciliação, deverá apresentar no máximo de três testemunhas, caso queira produzir prova testemunhal, advertindo-os que sua ausência importará em extinção do feito sem resolução do mérito nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95.

Gustavo Henrique Silva Medeiros
Juiz de Direito da 1ª Vara
e do JEC

Processo: 9000928-72.2011.8.10.0027

Ação de Cobrança de Saldo Remanescente de Seguro Obrigatório DPVAT – Invalidez Permanente.

Demandante: JOSEFA DA SILVA NUNES

Advogado(a): Bárbara de Cássia Souza Alencar, OAB/MA 7.993

Demandado: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Finalidade: Intimação da demandante por seu(sua) advogado(a), para comparecer na sala de audiências deste Juízo, **no dia 24/01/2012, às 09:00 horas**, oportunidade em que será realizada a **audiência de conciliação, instrução e julgamento**, cientificando-o de que caso não acha conciliação, deverá apresentar no máximo de três testemunhas, caso queira produzir prova testemunhal, advertindo-os que sua ausência importará em extinção do feito sem resolução do mérito nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95.

Gustavo Henrique Silva Medeiros
Juiz de Direito da 1ª Vara
e do JEC

Processo: 9000924-35.2011.8.10.0027

Ação de Cobrança de Saldo Remanescente de Seguro Obrigatório DPVAT – Invalidez Permanente.

Demandante: JOSÉ VELOSO DA COSTA

Advogado(a): Bárbara de Cássia Souza Alencar, OAB/MA 7.993

Demandado: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Finalidade: Intimação do demandante por seu(sua) advogado(a), para comparecer na sala de audiências deste Juízo, **no dia 24/01/2012, às 09:10 horas**, oportunidade em que será realizada a **audiência de conciliação, instrução e julgamento**, cientificando-o de que caso não acha conciliação, deverá apresentar no máximo de três testemunhas, caso queira produzir prova testemunhal, advertindo-os que sua ausência importará em extinção do feito sem resolução do mérito nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95.

Gustavo Henrique Silva Medeiros
Juiz de Direito da 1ª Vara
e do JEC

Processo: 9001048-18.2011.8.10.0027

Ação de Cobrança de Saldo Remanescente de Seguro Obrigatório DPVAT – Invalidez Permanente.

Demandante: JANAINA DA SILVA PEREIRA

Advogado(a): Bárbara de Cássia Souza Alencar, OAB/MA 7.993

Demandado: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Finalidade: Intimação da demandante por seu(sua) advogado(a), para comparecer na sala de audiências deste Juízo, **no dia 24/01/2012, às 09:20 horas**, oportunidade em que será realizada a **audiência de conciliação, instrução e julgamento**, cientificando-o de que caso não acha conciliação, deverá apresentar no máximo de três testemunhas, caso queira produzir prova testemunhal, advertindo-os que sua ausência importará em extinção do feito sem resolução do mérito nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95.

Gustavo Henrique Silva Medeiros
Juiz de Direito da 1ª Vara
e do JEC

Processo: 9001101-96.2011.8.10.0027

Ação de Cobrança de Saldo Remanescente de Seguro Obrigatório DPVAT – Invalidez Permanente.

Demandante: FRANCISCO JANILTON CARVALHO

Advogado(a): Bárbara de Cássia Souza Alencar, OAB/MA 7.993

Demandado: CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA.

Finalidade: Intimação do demandante por seu(sua) advogado(a), para comparecer na sala de audiências deste Juízo, **no dia 24/01/2012, às 09:30 horas**, oportunidade em que será realizada a **audiência de conciliação, instrução e julgamento**, cientificando-o de que caso não acha conciliação, deverá apresentar no máximo de três testemunhas, caso queira produzir prova testemunhal, advertindo-os que sua ausência importará em extinção do feito sem resolução do mérito nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95.

Gustavo Henrique Silva Medeiros
Juiz de Direito da 1ª Vara
e do JEC

Processo: 9001122-72.2011.8.10.0027

Ação de Cobrança de Saldo Remanescente de Seguro Obrigatório DPVAT – Invalidez Permanente.

Demandante: KATIANE FERREIRA DE ARAÚJO

Advogado(a): Bárbara de Cássia Souza Alencar, OAB/MA 7.993

Demandado: CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA.

Finalidade: Intimação da demandante por seu(sua) advogado(a), para comparecer na sala de audiências deste Juízo, **no dia 24/01/2012, às 09:40 horas**, oportunidade em que será realizada a **audiência de conciliação, instrução e julgamento**, cientificando-o de que caso não acha conciliação, deverá apresentar no máximo de três testemunhas, caso queira produzir prova testemunhal, advertindo-os que sua ausência importará em extinção do feito sem resolução do mérito nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95.

Gustavo Henrique Silva Medeiros
Juiz de Direito da 1ª Vara
e do JEC

Processo: 9000898-37.2011.8.10.0027

Ação de Cobrança de Saldo Remanescente de Seguro Obrigatório DPVAT – Invalidez Permanente.

Demandante: VALTELIANO RIBEIRO DE ASSIS
Advogado(a): Bárbara de Cássia Souza Alencar, OAB/MA 7.993
Demandado: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Finalidade: Intimação do demandante por seu(sua) advogado(a), para comparecer na sala de audiências deste Juízo, **no dia 24/01/2012, às 09:50 horas**, oportunidade em que será realizada a **audiência de conciliação, instrução e julgamento**, cientificando-o de que caso não acha conciliação, deverá apresentar no máximo de três testemunhas, caso queira produzir prova testemunhal, advertindo-os que sua ausência importará em extinção do feito sem resolução do mérito nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95.

Gustavo Henrique Silva Medeiros
Juiz de Direito da 1ª Vara
e do JEC

Processo: 9001300-21.2011.8.10.0027
Ação de Cobrança de Saldo Remanescente de Seguro Obrigatório DPVAT – Invalidez Permanente.
Demandante: JOSÉ DIONES PEREIRA NESCIAMENTO
Advogado(a): Bárbara de Cássia Souza Alencar, OAB/MA 7.993
Demandado: EXCELSIOR SEGUROS.

Finalidade: Intimação do demandante por seu(sua) advogado(a), para comparecer na sala de audiências deste Juízo, **no dia 24/01/2012, às 10:00 horas**, oportunidade em que será realizada a **audiência de conciliação, instrução e julgamento**, cientificando-o de que caso não acha conciliação, deverá apresentar no máximo de três testemunhas, caso queira produzir prova testemunhal, advertindo-os que sua ausência importará em extinção do feito sem resolução do mérito nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95.

Gustavo Henrique Silva Medeiros
Juiz de Direito da 1ª Vara
e do JEC

Processo: 9001214-50.2011.8.10.0027
Ação de Cobrança da Diferença de Seguro Obrigatório DPVAT por Invalidez Permanente.
Demandante: FERNANDA CAIANO NEVES
Advogado(a): Ronny Petherson Rocha Vieira, OAB/MA 7058-A e Samira de Sousa Rodrigues OAB/MA 10.386
Demandado: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS.

Finalidade: Intimação da demandante por seu(sua) advogado(a), para comparecer na sala de audiências deste Juízo, **no dia 24/01/2012, às 10:10 horas**, oportunidade em que será realizada a **audiência de conciliação, instrução e julgamento**, cientificando-o de que caso não acha conciliação, deverá apresentar no máximo de três testemunhas, caso queira produzir prova testemunhal, advertindo-os que sua ausência importará em extinção do feito sem resolução do mérito nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95.

Gustavo Henrique Silva Medeiros
Juiz de Direito da 1ª Vara
e do JEC

Processo: 9001227-49.2011.8.10.0027
Ação de Cobrança da Diferença de Seguro Obrigatório DPVAT por Invalidez Permanente.
Demandante: JOSÉ FERREIRA GOMES
Advogado(a): Ronny Petherson Rocha Vieira OAB/MA 7058-A e Samira de Sousa Rodrigues OAB/MA 10.386
Demandado: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS.

Finalidade: Intimação do demandante por seu(sua) advogado(a), para comparecer na sala de audiências deste Juízo, **no dia 24/01/2012, às 10:20 horas**, oportunidade em que será realizada a **audiência de conciliação, instrução e julgamento**, cientificando-o de que caso não acha conciliação, deverá apresentar no máximo de três testemunhas, caso queira produzir prova testemunhal, advertindo-os que sua ausência importará em extinção do feito sem resolução do mérito nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95.

Gustavo Henrique Silva Medeiros
Juiz de Direito da 1ª Vara
e do JEC

Processo: 9001219-72.2011.8.10.0027
Ação de Cobrança da Diferença de Seguro Obrigatório DPVAT por Invalidez Permanente.
Demandante: RAIMUNDA CLEMENTE DA SILVA
Advogado(a): Ronny Petherson Rocha Vieira, OAB/MA 7058-A e Samira de Sousa Rodrigues OAB/MA 10.386
Demandado: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS.

Finalidade: Intimação da demandante por seu(sua) advogado(a), para comparecer na sala de audiências deste Juízo, **no dia 24/01/2012, às 10:30 horas**, oportunidade em que será realizada a **audiência de conciliação, instrução e julgamento**, cientificando-o de que caso não acha conciliação, deverá apresentar no máximo de três testemunhas, caso queira produzir prova testemunhal, advertindo-os que sua ausência importará em extinção do feito sem resolução do mérito nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95.

Gustavo Henrique Silva Medeiros
Juiz de Direito da 1ª Vara
e do JEC

Processo: 9001226-64.2011.8.10.0027
Ação de Cobrança da Diferença de Seguro Obrigatório DPVAT por Invalidez Permanente.
Demandante: SONIA MARIA SOUSA AGUIAR
Advogado(a): Ronny Petherson Rocha Vieira, OAB/MA 7058-A e Samira de Sousa Rodrigues OAB/MA 10.386
Demandado: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS.

Finalidade: Intimação da demandante por seu(sua) advogado(a), para comparecer na sala de audiências deste Juízo, **no dia 24/01/2012, às 10:40**

horas, oportunidade em que será realizada a **audiência de conciliação, instrução e julgamento**, cientificando-o de que caso não acha conciliação, deverá apresentar no máximo de três testemunhas, caso queira produzir prova testemunhal, advertindo-os que sua ausência importará em extinção do feito sem resolução do mérito nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95.

Gustavo Henrique Silva Medeiros
Juiz de Direito da 1ª Vara
e do JEC

Processo: 9001225-79.2011.8.10.0027

Ação de Cobrança da Diferença de Seguro Obrigatório DPVAT por Invalidez Permanente.

Demandante: MESSIAS PEREIRA DA SILVA

Advogado(a): Ronny Petherson Rocha Vieira, OAB/MA 7058-A e Samira de Sousa Rodrigues OAB/MA 10.386

Demandado: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS.

Finalidade: Intimação da demandante por seu(sua) advogado(a), para comparecer na sala de audiências deste Juízo, **no dia 24/01/2012, às 10:50 horas**, oportunidade em que será realizada a **audiência de conciliação, instrução e julgamento**, cientificando-o de que caso não acha conciliação, deverá apresentar no máximo de três testemunhas, caso queira produzir prova testemunhal, advertindo-os que sua ausência importará em extinção do feito sem resolução do mérito nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95.

Gustavo Henrique Silva Medeiros
Juiz de Direito da 1ª Vara
e do JEC

Processo: 9001213-65.2011.8.10.0027

Ação de Cobrança da Diferença de Seguro Obrigatório DPVAT por Invalidez Permanente.

Demandante: PEDRO SILVA FERREIRA

Advogado(a): Ronny Petherson Rocha Vieira, OAB/MA 7058-A e Samira de Sousa Rodrigues OAB/MA 10.386

Demandado: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS.

Finalidade: Intimação da demandante por seu(sua) advogado(a), para comparecer na sala de audiências deste Juízo, **no dia 24/01/2012, às 11:00 horas**, oportunidade em que será realizada a **audiência de conciliação, instrução e julgamento**, cientificando-o de que caso não acha conciliação, deverá apresentar no máximo de três testemunhas, caso queira produzir prova testemunhal, advertindo-os que sua ausência importará em extinção do feito sem resolução do mérito nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95.

Gustavo Henrique Silva Medeiros
Juiz de Direito da 1ª Vara
e do JEC

Processo: 9001215-35.2011.8.10.0027

Ação de Cobrança da Diferença de Seguro Obrigatório DPVAT por Invalidez Permanente.

Demandante: IVAN BRITO DO NASCIMENTO

Advogado(a): Ronny Petherson Rocha Vieira, OAB/MA 7058-A e Samira de Sousa Rodrigues OAB/MA 10.386

Demandado: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS.

Finalidade: Intimação do demandante por seu(sua) advogado(a), para comparecer na sala de audiências deste Juízo, **no dia 24/01/2012, às 11:10 horas**, oportunidade em que será realizada a **audiência de conciliação, instrução e julgamento**, cientificando-o de que caso não acha conciliação, deverá apresentar no máximo de três testemunhas, caso queira produzir prova testemunhal, advertindo-os que sua ausência importará em extinção do feito sem resolução do mérito nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95.

Gustavo Henrique Silva Medeiros
Juiz de Direito da 1ª Vara
e do JEC

Processo: 9001216-20.2011.8.10.0027

Ação de Cobrança da Diferença de Seguro Obrigatório DPVAT por Invalidez Permanente.

Demandante: JOÃO LOPES DE MESQUITA

Advogado(a): Ronny Petherson Rocha Vieira, OAB/MA 7058-A e Samira de Sousa Rodrigues OAB/MA 10.386

Demandado: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS.

Finalidade: Intimação do demandante por seu(sua) advogado(a), para comparecer na sala de audiências deste Juízo, **no dia 24/01/2012, às 11:20 horas**, oportunidade em que será realizada a **audiência de conciliação, instrução e julgamento**, cientificando-o de que caso não acha conciliação, deverá apresentar no máximo de três testemunhas, caso queira produzir prova testemunhal, advertindo-os que sua ausência importará em extinção do feito sem resolução do mérito nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95.

Gustavo Henrique Silva Medeiros
Juiz de Direito da 1ª Vara
e do JEC

Processo: 9001217-05.2011.8.10.0027

Ação de Cobrança da Diferença de Seguro Obrigatório DPVAT por Invalidez Permanente.

Demandante: ROSEANE SILVA FERNANDES

Advogado(a): Ronny Petherson Rocha Vieira, OAB/MA 7058-A e Samira de Sousa Rodrigues OAB/MA 10.386

Demandado: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS.

Finalidade: Intimação da demandante por seu(sua) advogado(a), para comparecer na sala de audiências deste Juízo, **no dia 24/01/2012, às 11:30 horas**, oportunidade em que será realizada a **audiência de conciliação, instrução e julgamento**, cientificando-o de que caso não acha conciliação, deverá apresentar no máximo de três testemunhas, caso queira produzir prova testemunhal, advertindo-os que sua ausência importará em extinção do feito sem resolução do mérito nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95.

Gustavo Henrique Silva Medeiros

Juiz de Direito da 1ª Vara
e do JEC

Processo: 9001218-87.2011.8.10.0027

Ação de Cobrança da Diferença de Seguro Obrigatório DPVAT por Invalidez Permanente.

Demandante: NEIVA GOMES CABRAL

Advogado(a): Ronny Petherson Rocha Vieira, OAB/MA 7058-A e Samira de Sousa Rodrigues OAB/MA 10.386

Demandado: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS.

Finalidade: Intimação da demandante por seu(sua) advogado(a), para comparecer na sala de audiências deste Juízo, **no dia 24/01/2012, às 11:40 horas**, oportunidade em que será realizada a **audiência de conciliação, instrução e julgamento**, cientificando-o de que caso não acha conciliação, deverá apresentar no máximo de três testemunhas, caso queira produzir prova testemunhal, advertindo-os que sua ausência importará em extinção do feito sem resolução do mérito nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95.

Gustavo Henrique Silva Medeiros
Juiz de Direito da 1ª Vara
e do JEC

Barreirinhas

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

O Doutor MARCELO SILVA MOREIRA, Juiz de Direito desta Comarca de Barreirinhas, Estado do Maranhão, na forma da lei, etc... FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo se processa a Ação Penal nº 559-64.2009.8.10.0073(2142009), em que é autor o Ministério Público Estadual e acusado **MARINALDO CARDOSO SILVA**, vulgo macaco, brasileiro, solteiro, lavrador, natural de Barreirinhas/MA, com endereço no Povoado Canoas, neste Município, filho de Carlos Alberto Batista Sousa e Ana Maria Menezes Cardoso, atualmente em local incerto e não sabido, pelo que se expediu o presente com a finalidade de CITAR o acusado da denúncia dos autos da Ação Penal que lhe está sendo movida pelo Ministério Público; e, INTIMÁ-LO para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, nos termos do art. 396 do CPP. E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente que será afixado no lugar público de costume e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta Cidade de Barreirinhas, Estado do Maranhão, aos nove dias do mês de novembro de dois mil e onze(2011). Eu, _____ José Ribamar Gomes Leite Junior, Técnico Judiciário da Comarca, digitei e subscrevi.

MARCELO SILVA MOREIRA
Juiz de Direito Titular da Comarca

Bom Jardim

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

Expediente nº: 5333

Ação: DIVÓRCIO LITIGIOSO

Processo nº 584-06.2011.8.10.0074

Autor(a): JOCICLEIA GOMES DE OLIVEIRA UCHOA

Ré(u): VALTER UCHÔA

O Exmo. Sr. Dr. Raul José Duarte Goulart Júnior, Juiz de Direito Titular da Comarca de Bom Jardim, Estado do Maranhão, na forma da lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem e dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria Judicial se processam os termos da Ação de Divórcio Direto Litigioso acima mencionada, sendo o presente para CITAR: Valter Uchôa, brasileiro(a), casado, residente em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento dos termos da Ação em epígrafe e comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 07/12/2011, às 11:30 horas, no Fórum desta Comarca, sito à Rua Nova Brasília, s/nº - Bom Jardim - MA, ficando ciente de que o prazo de 15 (quinze) dias para a contestação começará a fluir a partir da data da referida audiência, caso infrutífera uma solução amigável. E para que no futuro não alegue ignorância, mandou expedir o presente edital com prazo de 20 (vinte) dias, que será publicado na forma da lei e afixado no lugar de costume. Bom Jardim/MA, 01/11/2011.

Juiz Raul José Duarte Goulart Júnior
Titular da Comarca

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

Ação: Remoção de Curador

Processo nº 6472009

Autor(a): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Ré(u): JOACI BATISTA DE OLIVEIRA

O Exmo. Sr. Dr. Raul José Duarte Goulart Júnior, Juiz de Direito Titular da Comarca de Bom Jardim, Estado do Maranhão, na forma da lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria Judicial se processam os termos da ação em epígrafe, e em atendimento ao que dos autos consta, fica o requerido JOACI BATISTA DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, lavrador, filho de Maria Batista de Oliveira, natural de Santa Inês/MA, nascido em 23/04/1968, estando atualmente em lugar incerto, CITADO para tomar conhecimento dos termos da inicial a seguir transcrita e, querendo, contesta-la, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo, ser-lhe decretada a revelia. E, para que chegue ao conhecimento do interessado e não possa no futuro alegar ignorância, mandou expedir o presente edital com prazo de 20 (vinte) dias, que será publicado no Órgão Oficial do Estado e afixado no lugar de costume. DADO E PASSADO nesta cidade e comarca de Bom Jardim, Estado do Maranhão, aos dezesseis (16) dias do mês de agosto do ano de dois mil e dez (2010). Eu, _____ Secretário Judicial, fiz digitar, subscrevi e assino.

Juiz Raul José Duarte Goulart Júnior

Buritcupu

Processo nº 14-32.2009.8.10.0028

AÇÃO DE VALORES DE CONSUMO DE ENERGIA ELETRICA

REQUERENTE: R.M SOARES LOPES – IND MADEIRAS

ADVOGADO (A): JOSE WILSON CARDOSO DINIZ OAB/MA 6055-A

REQUERIDO (A): CEMAR-COMPANHIA ENERGETICA DO MARANHÃO

ADVOGADO: GILBERTO COSTA SOARES OAB/MA 4914

1INTIMAÇÃO: Pelo presente, e de ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca, INTIMO **os advogados acima**, para comparecerem à sala de audiências deste Juízo sito à Rua 19 de Março, 35, centro, Buritcupu /MA, **no dia 14 de dezembro de 2011 às 09h:15min**, para audiência de conciliação, instrução e julgamento, nos autos supra. Buritcupu, 08 de novembro de 2011.

JEANE DE OLIVEIRA BRITO

Secretária Judicial

Mat 133165

Processo nº 233-18.2011.8.10.00

DECLARATORIA NEGATIVA DE CONTRATO TELEFONICO CUMULADA COM RESPONSABILIDADE CIVIL COM PEDIDO LIMINAR

AUTOR: JEANE DE OLIVEIRA BRITO

ADVOGADO(A): ROSANA GOMES FERREIRA OAB/MA9314

REU(S): EMBRATEL- EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES

ADVOGADOS MARCIA SILVA REGO OAB/MA6786, JOSE CALDAS GOIS JUNIOR OAB/MA 4540, JOSE CALDAS GOIS OAB/MA 609, CARLA CARVALHO FERREIURA OAB/RJ 148.979; LUIZ CARLILE FONTENELLE CERQUEIRA OAB/PA 2585, GABRIEL DE FREITAS MELRO MAGADAN OAB/RS 44.046 E LIZIANE ARAUJO OAB/RS 44.046 E OUTROS.

DESPACHO: Dando inicio a fase de cumprimento de sentença, intime-se o devedor para apagamento do valor atualizado da condenação, no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de aplicação de multa de 10%(dez por cento) sobre o total e prosseguimento, com penhora e alienação judicial de bens, tudo na forma do artigo 475-J, do Código de Processo Civil, alteração dada pela Lei nº. 11.232/2005, de 22.12.2005. Decorrido o prazo, vista ao credor para os fins do artigo 614, inciso II, do CPC. Intimem-se. Buritcupu (MA), 09 de novembro de 2011.

Juiz AILTON GUTEMBERG CARVALHO LIMA

Titular da Comarca de Buritcupu – MA

Processo nº 335-67.2009.8.10.0028

AÇÃO DE VALORES DE CONSUMO DE ENERGIA ELETRICA

REQUERENTE: I.A CALDEIRAS - MADEIRAS

ADVOGADO (A): JOSE WILSON CARDOSO DINIZ OAB/MA 6055-A

REQUERIDO (A): CEMAR-COMPANHIA ENERGETICA DO MARANHÃO

ADVOGADO: GILBERTO COSTA SOARES OAB/MA 4914

1INTIMAÇÃO: Pelo presente, e de ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca, INTIMO **os advogados acima**, para comparecerem à sala de audiências deste Juízo sito à Rua 19 de Março, 35, centro, Buritcupu /MA, **no dia 14 de dezembro de 2011 às 09h:45min**, para audiência de conciliação, nos autos supra. Buritcupu, 08 de novembro de 2011.

JEANE DE OLIVEIRA BRITO

Secretária Judicial

Mat 133165

Processo nº 89-37.2010.8.10.0028

AÇÃO DE VALORES DE CONSUMO DE ENERGIA ELETRICA

REQUERENTE: E. DA SILVA – COMERCIO DE MADEIRAS

ADVOGADO (A): JOSE WILSON CARDOSO DINIZ OAB/MA 6055-A

REQUERIDO (A): CEMAR-COMPANHIA ENERGETICA DO MARANHÃO

ADVOGADO: GILBERTO COSTA SOARES OAB/MA 4914

INTIMAÇÃO: Pelo presente, e de ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca, INTIMO **os advogados acima**, para comparecerem à sala de audiências deste Juízo sito à Rua 19 de Março, 35, centro, Buritcupu /MA, **no dia 14 de dezembro de 2011 às 10h:15min**, para audiência de conciliação, nos autos supra. Buritcupu, 08 de novembro de 2011.

JEANE DE OLIVEIRA BRITO

Secretária Judicial

Mat 133165

Cedral

Processo nº: 0000372-60.2008.8.10.0083

RECLAMAÇÃO CÍVEL - JEC

Requerente(a): **BENEDITA SALDANHA.**

Advogado(a): JOSÉ RIBAMAR TEIXEIRA GOULART, OAB/MA nº 448.

Requerido(a): **BANCO PINE S/A.**

Advogado(a): WILTON ROVERI, OAB/SP 62.397.

Intimação da parte requerente, por seu procurador JOSÉ RIBAMAR TEIXEIRA GOULART, OAB/MA nº 448, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar os cálculos relativos à execução, no valor que entender devido, procedendo o necessário desconto do valor depositado em favor da requerente.

Cedral/MA, 09 de novembro de 2011.
Paulo Gabriel Passinho Nogueira
Técnico Judiciário

(Assinado de ordem da MMª. Juíza **MARCELA SANTANA LOBO**, titular da Comarca de Cedral/MA, nos termos do art. 3º, XXV, III do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

Processo: 266-93.2011.8.10.0083

RETIFICAÇÃO DE ATESTADO DE ÓBITO

REQUERENTE: **ANIZIO RAMOS PINHEIRO**

ADVOGADO: CARLOS BRONSON COELHO DA SILVA, OAB/MA 5652

FINALIDADE: **INTIMAÇÃO** do requerente, por seu procurador, para tomar ciência da sentença que consta na sua parte dispositiva com o seguinte teor: "... **Assim, com fundamento no artigo art. 267, inciso II do CPC, extingo o processo sem resolução de mérito.** Isento de custas face à concessão do benefício da assistência beneficiária gratuita..."

Cedral/MA 09 de novembro de 2011
Thiago Antonio de Holanda Freitas
Auxiliar Judiciário

(Assinado de ordem da MMª Juíza **MARCELA SANTANA LOBO**, titular da comarca de Cedral/MA, nos termos do art. 3º, inciso XXV, III, do provimento N°001/2007/CGJ/MA)

Processo n.º 365-63.2011.8.10.0083

Ação: Embargos

Requerente: Aline Ximendes Correa

Advogado: ANTONIO CARLOS RODRIGUES VIANA OAB/MA 5358

Embargado: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A

Advogado: Genival Abrão Ferreira, OAB/MA 3.755

INTIMAÇÃO do advogado: **ANTONIO CARLOS RODRIGUES VIANA, OAB/MA 5358**, para, no prazo de dez dias, emendar a inicial, trazendo cópias de seus documentos pessoais, sob pena de indeferimento.

Cedral/MA, 09 de novembro de 2011.

Ana Raquel Gonçalves Campos
Secretária Judicial

Assinado pela **MM. Juíza MARCELA SANTANA LOBO**, Titular da comarca de Cedral-MA, nos termos do art. 3.º, XXV, III, do Provimento n.º 001/2007/CGJ/MA.

Processo nº: 9000039-86.2007.8.10.0083

EMBARGOS À EXECUÇÃO - JEC

Embargante: **COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR.**

Advogado(a): ADÁLIA ALENCAR DE OLIVEIRA, OAB/MA nº 6.087.

Requerido(a): **EDSON MARTINS.**

Advogado(a): ROMOLO DUARTE DOVERA, OAB/MA nº 8.893.

Intimação da parte embargante, por sua advogada, ADÁLIA ALENCAR DE OLIVEIRA, OAB/MA nº 6.087, bem como da parte embargada, na pessoa de seu advogado, ROMOLO DUARTE DOVERA, OAB/MA nº 8.893, para tomarem ciência do dispositivo da sentença prolatada nos autos em epígrafe, conforme segue: "*Vistos etc. [...] Ante o exposto, com arrimo no artigo 269, inciso I do CPC, **JULGO IMPROCEDENTES OS EMBARGOS À EXECUÇÃO.** Com amparo, no artigo 55, parágrafo único, inciso II da Lei 9.099/95, condeno a embargante nas custas processuais, que deverão ser calculadas pela Secretaria Judicial.*"

Cedral/MA, 09 de novembro de 2011.
Paulo Gabriel Passinho Nogueira
Técnico Judiciário

(Assinado de ordem da MMª. Juíza **MARCELA SANTANA LOBO**, titular da Comarca de Cedral/MA, nos termos do art. 3º, XXV, III do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº: 9000044-69.2011.8.10.0083

Ação: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

Requerente: **ANTONIA IOLANDA MELO**

Advogado(a): LUÍS HENRIQUE DINIZ FONSECA, OAB/MA nº 3.941.

Requerido(a): **COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR.**

Advogado(a): ADÁLIA ALENCAR DE OLIVEIRA, OAB/MA nº 6.087.

Intimação da parte requerente, por seu procurador, LUÍS HENRIQUE DINIZ FONSECA, OAB/MA nº 3.941, bem como da parte requerida, na pessoa de sua advogada, ADÁLIA ALENCAR DE OLIVEIRA, OAB/MA nº 6.087, para tomarem ciência do dispositivo da sentença prolatada nos autos em epígrafe, conforme segue: "*Vistos etc. [...] Assim, com fundamento no artigo 269, II, c/c artigo 794, inciso I, todos do CPC, **declaro extinta a presente execução.** Sem custas e honorários advocatícios.*"

Cedral/MA, 09 de novembro de 2011.
Paulo Gabriel Passinho Nogueira
Técnico Judiciário

(Assinado de ordem da MMª. Juíza **MARCELA SANTANA LOBO**, titular da Comarca de Cedral/MA, nos termos do art. 3º, XXV, III do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

Processo N.º 9000080-14.2011.8.10.0083

Reclamação Cível

Requerente: Marinilde Araújo Pacheco

Advogado: Luís Henrique Diniz Fonseca, OAB/MA 3941

Requerido: Companhia Energética do Maranhão - CEMAR

Advogado: Adália Alencar de Oliveira, OAB/MA 6087

INTIMAÇÃO da parte requerida através de sua advogada(s): Adália Alencar de Oliveira, OAB/MA 6087, para no prazo de quinze dias, apresentar seus embargos à execução na forma do artigo 52, IX da Lei 9.099/95, tendo em vista penhora *on line* realizada nos autos, no valor de R\$ 1.263,72 (hum mil duzentos e sessenta e três reais e setenta e dois centavos).

Cedral/MA, 09 de novembro de 2011

Leandro Moreira Passinho

Técnico Judiciário

(Assinado de ordem da MMª. Juíza **Marcela Santana Lobo**, Titular da comarca de Cedral, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº001/2007/CGJ/MA)

Processo nº: 9000134-77.2011.8.10.0083

EMBARGOS À EXECUÇÃO - JEC

Requerente(a): **DICMARES SILVA DE CASTRO.**

Requerido(a): **COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR.**

Advogado(a): **ADÁLIA ALENCAR DE OLIVEIRA, OAB/MA nº 6.087.**

Intimação da parte requerida, por sua advogada, ADÁLIA ALENCAR DE OLIVEIRA, OAB/MA nº 6.087, para tomar ciência do dispositivo da sentença prolatada nos autos em epígrafe, conforme segue: " Vistos etc. [...] Assim, com fundamento no artigo 269, inciso II, c/c artigo 794, inciso I, todos do CPC, **declaro extinta**. a presente execução. Sem custas e honorários advocatícios." .

Cedral/MA, 09 de novembro de 2011.

Paulo Gabriel Passinho Nogueira

Técnico Judiciário

(Assinado de ordem da MMª. Juíza **MARCELA SANTANA LOBO**, titular da Comarca de Cedral/MA, nos termos do art. 3º, XXV, III do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº: 9000137-32.2011.8.10.0083

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - JEC

Requerente(a): **DOMINGOS LIMA E ANGELA MARIA LOUZEIRO LIMA.**

Advogado(a): **LUÍS HENRIQUE DINIZ FONSECA, OAB/MA nº 3.941.**

Requerido(a): **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT.**

Advogado(a): **CINTHIA HELUY MARINHO SOARES, OAB/MA nº 6.835 E ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JÚNIOR, OAB/MA 9.515-A.**

Intimação da parte requerente, por seu procurador LUÍS HENRIQUE DINIZ FONSECA, OAB/MA nº 3.941, bem como da parte requerida, por seus advogados CINTHIA HELUY MARINHO SOARES, OAB/MA nº 6.835 E ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JÚNIOR, OAB/MA 9.515-A, para tomarem ciência da DECISÃO prolatada nos autos em epígrafe, conforme segue: " *Compulsando nos autos, verifico que de fato, houve a interposição do recurso, via e-mail, com apresentação do preparo no prazo legal. Contudo, constato que, não obstante tenha a empresa requerida apresentado o recurso no decêndio legal, juntou aos autos os originais apenas em 09.08.2011 infringindo assim a determinação legal que estabelece o quinqüídio como prazo para apresentação da peça interposta via fax-símile (art. 2º, parágrafo único, da Lei 9.800/99). Observe-se que, tendo o prazo recursal iniciado dia 21.07.2010 (quinta-feira), encerrou-se em 30.07.2011 (sábado), prorrogando-se para o primeiro dia útil, 01.08.2011 (segunda-feira). O recurso foi interposto, via e-mail, em 01.08.2011 (carimbo fls. 71). O prazo para apresentação dos originais passou a fluir do dia 02.08.2011 (terça-feira), encerrando-se em 08.08.2011 (segunda-feira). A apresentação injustificada e intempestiva dos originais apenas no dia 09.08.2011 (terça-feira) - certidão fls. 81 e carimbo fls. 73, inviabiliza seja dado seguimento ao recurso, face ao não preenchimento integral das condições de admissibilidade recursal. Destarte, intime-se a requerida para, no prazo de quinze dias, efetuar o pagamento do valor fixado, sob pena de acréscimo da multa prevista no artigo 475-J do CPC. Escoado o prazo sem manifestação, atualize-se o valor do débito e faça-se a conclusão dos autos. Intimem-se as partes, por seus advogados constituídos, do inteiro teor desta decisão, publicando-a no DJe. Cumpra-se." .*

Cedral/MA, 09 de novembro de 2011.

Paulo Gabriel Passinho Nogueira

Técnico Judiciário

(Assinado de ordem da MMª. Juíza **MARCELA SANTANA LOBO**, titular da Comarca de Cedral/MA, nos termos do art. 3º, XXV, III do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº 9000155-53.2011.8.10.0083

Ação: RECLAMAÇÃO CÍVEL

Requerente: **JANIEL RIBEIRO DIAS**

Requerido: **CLARO S.A.**

Advogados: DÉBORA BATISTA ARAUJO, OAB/SP 171822-B; FÁBIO ANDRÉ CÍCERO DE SÁ, OAB/SP 146956; LUIZ ALEXANDRE DUTRA, OAB/SP 157686; LARISSA ADRIANA MAGALHÃES CARNEIRO DA SILVA, OAB/MG 102066; PLÍNIO JOSÉ LOPES SHIGEMATSU, OAB/SP 144389; MATEUS FONSECA PELIZER, OAB/SP 153725; HÉLIO BITTON RODRIGUES, OAB/RJ 71709; ANA PAULA ARANTES DE FREITAS LINHARES, OAB/DF 13166; JOÃO BEZERRA DE OLIVEIRA LIMA FILHO, OAB/BA 18393; FRANK ROBSON ALMEIDA E SILVA, OAB/AM 2332; CÁSSIO MAIA AMIN, OAB/MG 84595; ALEXANDRE ALMEIDA DA SILVA, OAB/PR 39173-B; FABIANA TORRES MACHADO, OAB/RS 54122; CLÁUDIO KLAUTAU QUEIROZ E SILVA, OAB/PA 11022; ANA FLÁVIA PERIERA GUIMARÃES, OAB/MG 105287; MÁRCIO VICTOR TEIXEIRA ROSA, OAB/PI 6363; RUBEM AMORIM, OAB/MA 4366

Intimação da parte requerida por seus advogados, DÉBORA BATISTA ARAUJO, OAB/SP 171822-B; FÁBIO ANDRÉ CÍCERO DE SÁ, OAB/SP 146956; LUIZ ALEXANDRE DUTRA, OAB/SP 157686; LARISSA ADRIANA MAGALHÃES CARNEIRO DA SILVA, OAB/MG 102066; PLÍNIO JOSÉ LOPES SHIGEMATSU, OAB/SP 144389; MATEUS FONSECA PELIZER, OAB/SP 153725; HÉLIO BITTON RODRIGUES, OAB/RJ 71709; ANA PAULA ARANTES DE FREITAS LINHARES, OAB/DF 13166; JOÃO BEZERRA DE OLIVEIRA LIMA FILHO, OAB/BA 18393; FRANK ROBSON ALMEIDA E SILVA, OAB/AM 2332; CÁSSIO MAIA AMIN, OAB/MG 84595; ALEXANDRE ALMEIDA DA SILVA, OAB/PR 39173-B; FABIANA TORRES MACHADO, OAB/RS 54122; CLÁUDIO KLAUTAU QUEIROZ E SILVA, OAB/PA 11022; ANA FLÁVIA PERIERA

GUIMARÃES, OAB/MG 105287; MÁRCIO VICTOR TEIXEIRA ROSA, OAB/PI 6363; RUBEM AMORIM, OAB/MA 4366, para comparecer perante este Juízo e comarca de Cedral/MA, para participar de audiência de **CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO**, designada para o dia **06 de dezembro de 2011**, às **09h20min**.

Cedral/MA, 09 de novembro de 2011
Tarcísio de Jesus Rodrigues Cardoso e Silva
Técnico Judiciário

(Assinando de ordem da **MMª. Juíza Marcela Santana Lobo**, titular da Comarca de Cedral/MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº 9000155-53.2011.8.10.0083

Ação: RECLAMAÇÃO CÍVEL

Requerente: JANIÉL RIBEIRO DIAS

Requerido: CLARO S.A.

Advogados: DÉBORA BATISTA ARAUJO, OAB/SP 171822-B; FÁBIO ANDRÉ CÍCERO DE SÁ, OAB/SP 146956; LUIZ ALEXANDRE DUTRA, OAB/SP 157686; LARISSA ADRIANA MAGALHÃES CARNEIRO DA SILVA, OAB/MG 102066; PLÍNIO JOSÉ LOPES SHIGEMATSU, OAB/SP 144389; MATEUS FONSECA PELIZER, OAB/SP 153725; HÉLIO BITTON RODRIGUES, OAB/RJ 71709; ANA PAULA ARANTES DE FREITAS LINHARES, OAB/DF 13166; JOÃO BEZERRA DE OLIVEIRA LIMA FILHO, OAB/BA 18393; FRANK ROBSON ALMEIDA E SILVA, OAB/AM 2332; CÁSSIO MAIA AMIN, OAB/MG 84595; ALEXANDRE ALMEIDA DA SILVA, OAB/PR 39173-B; FABIANA TORRES MACHADO, OAB/RS 54122; CLÁUDIO KLAUTAU QUEIROZ E SILVA, OAB/PA 11022; ANA FLÁVIA PEREIRA GUIMARÃES, OAB/MG 105287; MÁRCIO VICTOR TEIXEIRA ROSA, OAB/PI 6363; RUBEM AMORIM, OAB/MA 4366

Intimação da parte requerida por seus advogados, **DÉBORA BATISTA ARAUJO, OAB/SP 171822-B; FÁBIO ANDRÉ CÍCERO DE SÁ, OAB/SP 146956; LUIZ ALEXANDRE DUTRA, OAB/SP 157686; LARISSA ADRIANA MAGALHÃES CARNEIRO DA SILVA, OAB/MG 102066; PLÍNIO JOSÉ LOPES SHIGEMATSU, OAB/SP 144389; MATEUS FONSECA PELIZER, OAB/SP 153725; HÉLIO BITTON RODRIGUES, OAB/RJ 71709; ANA PAULA ARANTES DE FREITAS LINHARES, OAB/DF 13166; JOÃO BEZERRA DE OLIVEIRA LIMA FILHO, OAB/BA 18393; FRANK ROBSON ALMEIDA E SILVA, OAB/AM 2332; CÁSSIO MAIA AMIN, OAB/MG 84595; ALEXANDRE ALMEIDA DA SILVA, OAB/PR 39173-B; FABIANA TORRES MACHADO, OAB/RS 54122; CLÁUDIO KLAUTAU QUEIROZ E SILVA, OAB/PA 11022; ANA FLÁVIA PEREIRA GUIMARÃES, OAB/MG 105287; MÁRCIO VICTOR TEIXEIRA ROSA, OAB/PI 6363; RUBEM AMORIM, OAB/MA 4366**, para tomar ciência da decisão proferida nos autos em epígrafe, constante à fl. 67, conforme segue: *"Ratifico a liminar concedida às fls. 37, e considerando o documento juntado pelo requerente, concedo a tutela antecipada para determinar que a empresa abstenha-se de incluir o nome do requerente em cadastro de restrição ao crédito, ou tendo incluído, que proceda à exclusão no prazo de 24h, relativamente à conta 818289760, no valor de R\$ 432,35 (quatrocentos e trinta e dois reais e trinta e cinco centavos), sob pena de multa diária no importe de R\$ 100,00 (cem reais) que fluirá até a efetiva comprovação de cumprimento desta decisão. Tendo em vista que a intimação deveria ter sido realizada por DJE, em nome dos advogados indicados às fls. 57-59 dos autos, redesigno a audiência para o dia 06 de dezembro de 2011, às 09:20 horas. Proceda a intimação da requerida na forma aqui determinada. A parte requerente sai intimada. Cumpra-se"*.

Cedral/MA, 09 de novembro de 2011
Tarcísio de Jesus Rodrigues Cardoso e Silva
Técnico Judiciário

(Assinando de ordem da **MMª. Juíza Marcela Santana Lobo**, titular da Comarca de Cedral/MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº 9000182-36.2011.8.10.0083

Ação: RECLAMAÇÃO CÍVEL

Requerente: MARINILDE ARAUJO PACHECO

Advogados: ALAN NUNES LAMOUNIER FERREIRA NUNES, OAB/MG 113840; ANA FLÁVIA PEREIRA GUIMARÃES, OAB/MG 105287; ANNA EMILIA SOUSA LEITE GAETANI, OAB/MG107305; DANIEL SANTOS SETTE CÂMARA, OAB/MG 108077; DARCIO GUIMARÃES DE ANDRADE, OAB/MG 8096; DIOGO SOARES PERES, OAB/MG 116750; FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES, OAB/MG 76696; FERNANDO FASSHEBER DE PAULA, OAB/MG 99382; FLAVIA ANDRÉS CARAM CATALDO, OAB/MG 101414; ISABELA FERNANDES PAIM TELES, OAB/MG 116236; JOÃO NAPOLEÃO LACERDA BARBATO, OAB/MG 70431; KARLESSO SANTOS NUNES, OAB/MG 79608; LEOPOLDO MARGANI JÚNIOR, OAB/MG 41813; LUIZ FLÁVIO VALLE BASTOS, OAB/MG 52529; MARIA LUCIA DA SILVA, OAB/MG 81188; MARIANA MARQUES SOARES, OAB/MG 12948; MURILO CARDOSO OLIVEIRA, OAB/MG 55174; NATALIA LOPES DE ARAUJO, OAB/MG 112362; ROBERTA ESPINHA CORREA, OAB/MG 50342 E OAB/DF 2406; SÉRGIO SANTOS SETTE CÂMARA, OAB/MG 51452; THÁIS BERTOLINI DA CRUZ, OAB/MG 115408; VINÍCIUS PEREIRA BARBOSA, OAB/MG 106966; VIVIAN LEÃO MACEDO, OAB/MG 98867; CARLOS LUIZ KUTIANSKI, OAB/DF 6850; DIOGO FONSECA SANTOS KUTIANSKI, OAB/DF 23165; DOUGLAS WILLIAM CAMPOS DOS SANTOS, OAB/DF 31138; FERNANDO FONSECA SANTOS KUTIANSKI, OAB/DF 28487; GUSTAVO DE OLIVEIRA MACHADO, OAB/GO 21857; LUCIANO VALENTIM DE CASTRO, OAB/GO 21487; MARCELO RODRIGUES FELÍCIO, OAB/GO 23573; RAMOS GONÇALVES LIMA OAB/GO 21618; EDILSON TOSHIO NAKAO OAB/MS 9821; FERNANDO MÁRCIO VAREIRO, OAB/MS 13057; GILSON FREIRE DA SILVA, OAB/MS 5489; ANTONIO CARLOS TAVARES DE MELLO, OAB/MT 5026; MARCELO ALVES PUGA, OAB/MT 5058; RÓBER CÉSAR DA SILVA, OAB/MT 4784-B; MARCEL BEZERRA CHAVES, OAB/AC 2073; MÁRCIO BEZERRA CHAVES, OAB/AC 3198; RODRIGO CORBUCCI, OAB/TO 3840; JONATHAS COELHO BAPTISTA DE MELLO, OAB/RO 3011

Requerido: JOÃO BATISTA PEREIRA FILHO

Intimação da parte requerida por seus advogados, **ALAN NUNES LAMOUNIER FERREIRA NUNES, OAB/MG 113840; ANA FLÁVIA PEREIRA GUIMARÃES, OAB/MG 105287; ANNA EMILIA SOUSA LEITE GAETANI, OAB/MG107305; DANIEL SANTOS SETTE CÂMARA, OAB/MG 108077; DARCIO GUIMARÃES DE ANDRADE, OAB/MG 8096; DIOGO SOARES PERES, OAB/MG 116750; FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES, OAB/MG 76696; FERNANDO FASSHEBER DE PAULA, OAB/MG 99382; FLAVIA ANDRÉS CARAM CATALDO, OAB/MG 101414; ISABELA FERNANDES PAIM TELES, OAB/MG 116236; JOÃO NAPOLEÃO LACERDA BARBATO, OAB/MG 70431; KARLESSO SANTOS NUNES, OAB/MG 79608; LEOPOLDO MARGANI JÚNIOR, OAB/MG 41813; LUIZ FLÁVIO VALLE BASTOS, OAB/MG 52529; MARIA LUCIA DA SILVA, OAB/MG 81188; MARIANA MARQUES SOARES, OAB/MG 12948; MURILO CARDOSO OLIVEIRA, OAB/MG 55174; NATALIA LOPES DE ARAUJO, OAB/MG 112362; ROBERTA ESPINHA CORREA, OAB/MG 50342 E OAB/DF 2406; SÉRGIO SANTOS SETTE CÂMARA, OAB/MG**

51452; THAIS BERTOLINI DA CRUZ, OAB/MG 115408; VINICIUS PEREIRA BARBOSA, OAB/MG 106966; VIVIAN LEO MACEDO, OAB/MG 98867; CARLOS LUIZ KUTIANSKI, OAB/DF 6850; DIOGO FONSECA SANTOS KUTIANSKI, OAB/DF 23165; DOUGLAS WILLIAM CAMPOS DOS SANTOS, OAB/DF 31138; FERNANDO FONSECA SANTOS KUTIANSKI, OAB/DF 28487; GUSTAVO DE OLIVEIRA MACHADO, OAB/GO 21857; LUCIANO VALENTIM DE CASTRO, OAB/GO 21487; MARCELO RODRIGUES FELÍCIO, OAB/GO 23573; RAMOS GONÇALVES LIMA OAB/GO 21618; EDILSON TOSHIO NAKAO OAB/MS 9821; FERNANDO MÁRCIO VAREIRO, OAB/MS 13057; GILSON FREIRE DA SILVA, OAB/MS 5489; ANTONIO CARLOS TAVARES DE MELLO, OAB/MT 5026; MARCELO ALVES PUGA, OAB/MT 5058; RÓBER CÉSAR DA SILVA, OAB/MT 4784-B; MARCEL BEZERRA CHAVES, OAB/AC 2073; MÁRCIO BEZERRA CHAVES, OAB/AC 3198; RODRIGO CORBUCCI, OAB/TO 3840; JONATHAS COELHO BAPTISTA DE MELLO, OAB/RO 3011; MÁRCIO VICTOR TEIXEIRA ROSA, OAB/PI 6363; RUBEM AMORIM, OAB/MA 4366; RUBEM AMORIM, OAB/MA 4366, para comparecer perante este Juízo e comarca de Cedral/MA, para participar de audiência de CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para o dia **06 de dezembro de 2011**, às **09h00min**.

Cedral/MA, 09 de novembro de 2011
Tarcisio de Jesus Rodrigues Cardoso e Silva
Técnico Judiciário

(Assinando de ordem da MMª. Juíza **Marcela Santana Lobo**, titular da Comarca de Cedral/MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº: 9000245-95.2010.8.10.0083

EMBARGOS À EXECUÇÃO - JEC

Embargante: **BANCO BRADESCO S/A.**

Advogado(a): JOSÉ EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO, OAB/MA nº 9.588-A.

Requerido(a): **VERA MARIA SOARES SILVA.**

Advogado(a): LUÍS HENRIQUE DINIZ FONSECA, OAB/MA nº 3.941.

Intimação da parte embargante, por seu procurador, JOSÉ EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO, OAB/MA nº 9.588-A, bem como da parte embargada, na pessoa de seu advogado, LUÍS HENRIQUE DINIZ FONSECA, OAB/MA nº 3.941, para tomarem ciência do dispositivo da sentença prolatada nos autos em epígrafe, conforme segue: "*Vistos etc. [...] Ante o exposto, com arrimo no artigo 269, inciso I do CPC, **JULGO IMPROCEDENTES OS EMBARGOS À EXECUÇÃO**, condenando, ainda, a empresa requerida, na forma do artigo 17, inciso II do CPC, ao pagamento de multa por litigância de má-fé, no percentual de 1% (um por cento) sobre o valor da causa. Com amparo, no artigo 55, parágrafo único, inciso II da Lei 9.099/95, condeno a embargante nas custas processuais, que deverão ser calculadas pela Secretaria Judicial e ao pagamento de honorários advocatícios que no forma do artigo 20, §4º do CPC, arbitro em R\$ 300,00 (trezentos reais).*".

Cedral/MA, 09 de novembro de 2011.
Paulo Gabriel Passinho Nogueira
Técnico Judiciário

(Assinado de ordem da MMª. Juíza **MARCELA SANTANA LOBO**, titular da Comarca de Cedral/MA, nos termos do art. 3º, XXV, III do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº: 9000291-50.2011.8.10.0083

Ação: RECLAMAÇÃO CÍVEL

Requerente: **JUVENILDO SOUSA SILVA**

Advogado(a): MARIA DO SOCORRO MORAIS RAMADA, OAB/MA 4.376.

Requerido(a): **COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR**

Intimação da parte requerente, na pessoa de sua advogada, MARIA DO SOCORRO MORAIS RAMADA, OAB/MA 4.376, para comparecer perante este Juízo e comarca de Cedral/MA, para participar de audiência de conciliação, instrução e julgamento, designada para o dia **12 de dezembro de 2011, às 16h20min**, com a observação que poderá comparecer à audiência acompanhado de, no máximo, 03 (três) testemunhas, se houverem. Caso exista necessidade de intimação prévia das testemunhas, o rol deverá ser depositado nesta Secretaria Judicial com a devida qualificação, até 10 (dez) dias antes da realização da audiência. **Advertindo-lhe**, ainda, que sua ausência injustificada, resultará na extinção do processo sem resolução do mérito conforme o Art. 51, I, da Lei 9099/95.

Cedral/MA, 09 de novembro de 2011.
Paulo Gabriel Passinho Nogueira
Técnico Judiciário

(Assinado de ordem da MMª. Juíza **MARCELA SANTANA LOBO**, titular da Comarca de Cedral/MA, nos termos do art. 3º, XXV, III do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

Chapadinha

Segunda Vara de Chapadinha

= EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 60 DIAS =

O Doutor Mário Henrique Mesquita Reis, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Chapadinha, Estado do Maranhão, na forma da Lei, etc...

Pelo presente Edital com prazo de 60 (sessenta) dias Intimar: ROBERTO MARINHO DE ARAUJO JUNIOR, brasileiro, detentor de união estável, carpinteiro, filho de Roberto Marinho de Araújo e Maria de Jesus Passos Araújo, residente e domiciliado em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 60 (sessenta) dias, tomar ciência sobre o inteiro teor da sentença proferida em seu desfavor, extraída da Denúncia nº 1022-35.2009.8.10.0031, movida pelo Ministério Público Estadual contra ROBERTO MARINHO DE ARAUJO JUNIOR, neste Juízo e Secretaria da 2ª Vara. Dado e passado nesta Comarca de Chapadinha, 21 dias do mês de junho de dois mil e onze (2.011). Eu, Ruy Alberto Campos de Menezes, Secretário Judicial, digitei e subscrevi.

Mário Henrique Mesquita Reis
Juiz de Direito-Titular da 2ª Vara

= EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS =

O Doutor Mário Henrique Mesquita Reis, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Chapadinha, Estado do Maranhão, na forma da Lei, etc... FAZ SABER, a todos que o presente Edital virem dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria da 2ª Vara se processam os termos da Denúncia nº 1076-98.2009.8.10.0031, movida pela Justiça Pública contra Leonardo da Silva Soares Ramos, CITA: LEONARDO DA SILVA SOARES RAMOS, brasileiro, solteiro, estudante, filho de e Valdir Ferreira Ramos e Antonia da Silva Soares Ramos, residente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 15 (quinze) dias responder por escrito à acusação que lhe é feita na Denúncia dos autos em epígrafe. E para que não seja alegada ignorância, mandou expedir este que será publicado e afixado na sede deste Juízo. Dado e passado nesta Comarca de Chapadinha, 21 (vinte e um) dias do mês de junho de dois mil e onze (2.011). Eu, Ruy Alberto Campos de Menezes, Secretário Judicial, digitei e subscrevi.

Mário Henrique Mesquita Reis
Juiz de Direito-Titular da 2ª Vara

= EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 10 DIAS =

O Doutor Mário Henrique Mesquita Reis, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Chapadinha, Estado do Maranhão, na forma da Lei, etc... FAZ SABER, a todos que o presente Edital virem dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria da 2ª Vara se processam os termos da Denúncia nº 1077-83.2009.8.10.0031, movida pela Justiça Pública contra José Augusto Ferreira. CITE-SE: JOSÉ AUGUSTO FERREIRA, vulgo "Zé Dada", brasileiro, solteiro, solteiro, filho de Raimunda Augusta Ferreira, residente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 10 (dez) dias responder por escrito à acusação que lhe é feita na Denúncia dos autos em epígrafe. E para que não seja alegada ignorância, mandou expedir este que será publicado e afixado na sede deste Juízo. Dado e passado nesta Comarca de Chapadinha, 22 (vinte e dois) dias do mês de junho de dois mil e onze (2011). Eu, Ruy Alberto Campos de Menezes, Secretário Judicial, digitei e subscrevi.

Mário Henrique Mesquita Reis
Juiz de Direito-Titular da 2ª Vara

= EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 60 DIAS =

O Doutor Mário Henrique Mesquita Reis, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Chapadinha, Estado do Maranhão, na forma da Lei, etc... Pelo presente Edital com prazo de 60 (sessenta) dias Intimar: **RIVELINO DIAS BATISTA**, brasileiro, casado, natural de Cristalândia-To, residente e domiciliado em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 60 (sessenta) dias, tomar ciência sobre o inteiro teor da sentença proferida em seu desfavor, extraída da Denúncia nº 347-82.2003.8.10.0031, movida pelo Ministério Público Estadual contra RIVELINO DIAS BATISTA, neste Juízo e Secretaria da 2ª Vara. Dado e passado nesta Comarca de Chapadinha, 14 dias do mês de julho de dois mil e onze (2011). Eu, Ruy Alberto Campos de Menezes, Secretário Judicial, digitei e subscrevi.

Mário Henrique Mesquita Reis
Juiz de Direito-Titular da 2ª Vara

= EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS =

O Doutor Cristiano Simas de Sousa, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara, respondendo pela 2ª Vara da Comarca de Chapadinha, Estado do Maranhão, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER, a todos que o presente Edital virem dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria da 2ª Vara se processam os termos da Denúncia nº 509-67.2009.8.10.0031, movida pela Justiça Pública contra JOSE SILVA DE SOUSA, CITA: JOSE SILVA DE SOUSA, conhecido por "Zé Arara", brasileiro, solteiro, pedreiro, filho de Feliciano Lima de Sousa e Cecília Ferreira de Sousa, residente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 15 (quinze) dias responder por escrito à acusação que lhe é feita na Denúncia dos autos em epígrafe. E para que não seja alegada ignorância, mandou expedir este que será publicado e afixado na sede deste Juízo. Dado e passado nesta Comarca de Chapadinha, 30 dias do mês de agosto de dois mil e onze (2011). Eu, Ruy Alberto Campos de Menezes, Secretário Judicial, digitei e subscrevi.

Dr. Cristiano Simas de Sousa
Juiz de Direito-Titular da 1ª Vara
respondendo pela 2ª Vara

= EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS =

O Doutor Cristiano Simas de Sousa, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara, respondendo pela 2ª Vara da Comarca de Chapadinha, Estado do Maranhão, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER, a todos que o presente Edital virem dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria da 2ª Vara se processam os termos da Denúncia nº 56-09.2008.8.10.0031, movida pela Justiça Pública contra JOSEMAR DOS SANTOS RODRIGUES, CITA: JOSEMAR DOS SANTOS RODRIGUES, conhecido por "Barrão", brasileiro, solteiro, maranhense, braçal, filho de José de Oliveira Cardoso Alves e Doracy dos Santos Rodrigues, residente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 15 (quinze) dias responder por escrito à acusação que lhe é feita na Denúncia dos autos em epígrafe. E para que não seja alegada ignorância, mandou expedir este que será publicado e afixado na sede deste Juízo. Dado e passado nesta Comarca de Chapadinha, 30 dias do mês de agosto de dois mil e onze (2011). Eu, Ruy Alberto Campos de Menezes, Secretário Judicial, digitei e subscrevi.

Dr. Cristiano Simas de Sousa
Juiz de Direito-Titular da 1ª Vara
respondendo pela 2ª Vara

= EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS =

O Doutor Mário Henrique Mesquita Reis, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Chapadinha, Estado do Maranhão, na forma da Lei, etc... FAZ SABER, a todos que o presente Edital virem dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria da 2ª Vara se processam os termos da Denúncia nº 862-83.2004.8.10.0031, movida pela Justiça Pública contra DOMINGOS BARBOSA DOS SANTOS, CITA: **DOMINGOS BARBOSA DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, lavrador, filho de Berilo Viana dos Santos e de Maria de Jesus Barbosa dos Santos, residente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 15 (quinze) dias responder por escrito à acusação que lhe é feita na Denúncia dos autos em epígrafe. E para que não seja alegada ignorância, mandou expedir este que será publicado e afixado na sede deste Juízo. Dado e passado nesta Comarca de Chapadinha, 08 dias do mês de agosto de dois mil e onze (2011). Eu, Ruy Alberto Campos de Menezes, Secretário Judicial, digitei e subscrevi.

Mário Henrique Mesquita Reis

Juiz de Direito-Titular da 2ª Vara

= EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS =

O Doutor Mário Henrique Mesquita Reis, MM. Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Chapadinha, Estado do Maranhão, na forma da Lei, etc... FAZ SABER, a todos que o presente Edital virem dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria da 2ª Vara se processam os termos da Denúncia nº 972-72.2010.8.10.0031, movida pela Justiça Pública contra RAIMUNDO DOS SANTOS SOUSA, CITA: **RAIMUNDO DOS SANTOS SOUSA**, brasileiro, amasiado, lavrador, filho de Vicente Bento Araújo e Rozidete Ferreira Araújo, residente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 10 (dez) dias responder por escrito à acusação que lhe é feita na Denúncia dos autos em epígrafe. E para que não seja alegada ignorância, mandou expedir este que será publicado e afixado na sede deste Juízo. Dado e passado nesta Comarca de Chapadinha, 28 dias do mês de junho de dois mil e onze (2011). Eu, (Ruy Alberto Campos de Menezes), Secretário Judicial, digitei e subscrevi.

Mário Henrique Mesquita Reis
Juiz de Direito-Titular da 2ª Vara

Codó

Juizado Especial Cível e Criminal de Codó

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR PEDRO GUIMARÃES JÚNIOR, JUIZ DE DIREITO TITULAR DA 1ª VARA DA COMARCA DE CODÓ/MA, RESPONDENDO CUMULATIVAMENTE PELO JECCrim, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

Processo: **9000329-49.2010.8.10.0034****AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS; CANCELAMENTO DO DÉBITO E EXCLUSÃO DO SPC E SERASA**Reclamante: **MARIA DA LUZ FERREIRA DE OLIVEIRA**

Advogado:

Reclamado: **CREDI 21 PARTICIPAÇÕES LTDA**Advogado: **ADAIL ULISSES DE OLIVEIRA NETO OAB/MA 9.512-A**

FINALIDADE: Intimação do advogado da parte reclamada, **ADAIL ULISSES DE OLIVEIRA NETO OAB/MA 9.512-A**, para conhecimento de teor da decisão de fl. 67, que segue: (...) *Proceda-se à atualização da dívida, intime-se o executado, para pagamento em 15 (quinze) dias, fazendo-se constar na respectiva carta de penhora que, se não for paga a dívida nesse prazo, será adicionada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor acordado. Advirta-se que, se não for paga a dívida, procederá em feito a penhora de quantos bens bastem para a satisfação do débito, tudo nos termos do art. 52 da Lei n.º 9.099/95, advirta-se ainda que a mesma poderá ser realizada sob a penhora on-line, conforme previsto no art. 665-A do Código de Processo Civil. Codó (MA), 25 de agosto de 2011. Ass. Daniela de Jesus Bonfim Ferreira, Juiz Titular da Comarca de Timbiras/MA, respondendo cumulativamente pelo JECCrim desta Comarca*, nos autos do processo acima. Dado e passado nesta cidade de Codó, Estado do Maranhão, aos nove (09) dias do mês de novembro do ano de dois mil e onze (2011). Eu, Daniel Teles Moreira Silva, Técnico Judiciário, matrícula 153502, digitei de ordem do M.M. Juiz Pedro Guimarães Júnior, Titular da 1ª Vara, respondendo cumulativamente pelo JECCrim desta Comarca.

MARIA ROSICLÉIA SOARES SILVA
Secretária Judicial do JECCrim – Mat. 150979
Ato Ordinatório do art. 3º do Provimento nº 001/07 - CGJ

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR PEDRO GUIMARÃES JÚNIOR, JUIZ DE DIREITO TITULAR DA 1ª VARA DA COMARCA DE CODÓ/MA, RESPONDENDO CUMULATIVAMENTE PELO JECCrim, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

Processo: **9000340-78.2010.8.10.0034****AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT**Reclamante: **JOÃO BATISTA VITORINO SILVA**Advogado: **MOISÉS REIS NETO OAB/MA 7.654**Reclamado: **ITAÚ SEGUROS S/A**Advogado: **FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JÚNIOR OAB/MA 9.515-A e CINTHIA HELUY MARINHO SOARES OAB/MA 6.835**

FINALIDADE: Intimação dos advogados da parte reclamada, **FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JÚNIOR OAB/MA 9.515-A e CINTHIA HELUY MARINHO SOARES OAB/MA 6.835**, para conhecimento de teor da decisão de fl. 226, que segue: (...) *Não recebo o Recurso Inominado de fls. 206/220, por ser intempestivo. Intime-se o advogado da Recorrente. Codó (MA), 25 de agosto de 2011. Ass. Daniela de Jesus Bonfim Ferreira, Juiz Titular da Comarca de Timbiras/MA, respondendo cumulativamente pelo JECCrim desta Comarca*, nos autos do processo acima. Dado e passado nesta cidade de Codó, Estado do Maranhão, aos nove (09) dias do mês de novembro do ano de dois mil e onze (2011). Eu, Daniel Teles Moreira Silva, Técnico Judiciário, matrícula 153502, digitei de ordem do M.M. Juiz Pedro Guimarães Júnior, Titular da 1ª Vara, respondendo cumulativamente pelo JECCrim desta Comarca.

MARIA ROSICLÉIA SOARES SILVA
Secretária Judicial do JECCrim – Mat. 150979
Ato Ordinatório do art. 3º do Provimento nº 001/07 - CGJ

Coelho Neto

Primeira Vara de Coelho Neto

**EDITAL DE CITAÇÃO
COM PRAZO DE 30 DIAS**

**REG. DISTRIBUIÇÃO Nº. 1146-44.2011.8.10.0032
DENOMINAÇÃO: Consignação em Pagamento**

PARTE AUTORA: ANA A. DA COSTA MERCADINHO**PARTE RÉ: MARIA ROSA MALHARIA LTDA**

O Excelentíssimo Senhor José Elismar Marques, Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Coelho Neto, Estado do Maranhão.

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que neste Juízo tramita processo em que figuram como requerido Maria Rosa Malharia Ltda, na pessoa de seu representante legal, com endereço a Ignorado,, encontrando-se atualmente em lugar incerto e não sabido. É o presente para **CITÁ-LO** para no prazo de 30(trinta) dias para exercer receber o valor consignado ou para aceitar que o devedor faça o depósito respectivo em audiência que designo para o dia 14.12.2011, às 09:00. horas. na secretaria deste juízo. Se preferir poderá até aquela data apresentar contestação, sob sobb pena de revelia, podendo o juiz julgar procedente o pedido, declarar extinta a obrigação e condenar o réu nas custas e honorários advocatícios. E como não tenha sido possível citá-lo pessoalmente, é o presente para **CITÁ-LO** por edital que será afixado no local de costume. E para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente **EDITAL**, que será afixado e publicado, na forma da lei, bem como publicado no Diário da Justiça.

O que se CUMPRA nos termos e na forma da Lei. Dado e passado o presente nesta Secretaria Judicial a meu cargo, nesta cidade de Coelho Neto, Estado do Maranhão, aos 26 (vinte e Seis) de Outubro de 2011. Eu, Rosilene de Macedo Ludovico, Aux. Judiciária Mat: 134338. digitei e conferi.

José Elismar Marques
Juiz de Direito da 1ª Vara

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE
10(dez) DIAS

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº. 679-65.2011.8.10.0032**DENOMINAÇÃO:Ação Penal - Procedimento Ordinário****PARTE AUTORA: DANIEL DOS SANTOS****PARTE RÉ: RAIMUNDO MIGUEL DE MELO**

O Excelentíssimo Senhor José Elismar Marques, Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Coelho Neto, Estado do Maranhão.

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que neste Juízo tramita processo em que figuram como acusado(s), **RAIMUNDO MIGUEL DE MELO**, brasileiro, união estável, natural de Codó-MA, nascido em 29/07//1990, filho de maria das Graças Melo, residente na rua Tancredo Neves nº 1042, bairro São Raimundo na cidade de Codó-MA, como incurso nas penas do Artigo 168 CPB. É o presente para **CITÁ-LO** para no prazo de 10 (dez) dias, a contar a partir do seu comparecimento pessoal ou de defensor constituído para responder a acusação por escrito a cerca dos fatos narrados na ação em epígrafe, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interessa á sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação quando necessário, advertindo-se ainda, que se não apresentada a resposta no prazo legal, ou se, citado, não constituir defensor, poderá o Juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312. E para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente **EDITAL**, que será afixado e publicado, na forma da lei, bem como publicado no Diário da Justiça.

RESUMO DA ACUSAÇÃO: Consta no inquerito Policial que no dia 18/11/2010 por volta de 13: 30 horas, O senhor Daniel dos santos emprestou para o acusado uma máquina fotográfica para ser utilizada em um evento festivo e sob a condição de devolvê-la às 17h:00, e como o acordo não foi cumprido a vítima procurou o denunciado e constatou que o mesmo havia vendido a máquina fotográfica.

O que se CUMPRA nos termos e na forma da Lei. Dado e passado o presente nesta Secretaria Judicial a meu cargo, nesta cidade de Coelho Neto, Estado do Maranhão, aos 20 (vinte) de Setembro de 2011. Eu,,Rosilene de Macedo Alves Ludovico Aux. Judiciária Mat: 134338, digitei e conferi.

José Elismar Marques
Juiz de Direito da 1ª Vara

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE
10 (DEZ) DIAS

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº. 917-84.2011.8.10.0032**DENOMINAÇÃO: Procedimento Investigatório do Mp (peças de Informação)****PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL****PARTE RÉ: GILVAN FONSECA MATOS SILVA**

O Excelentíssimo Senhor José Elismar Marques, Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Coelho Neto, Estado do Maranhão.

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que neste Juízo tramita processo em que figuram como acusado, **GILVAN FONSECA MATOS DA SILVA**, como incurso nas penas do Artigo: 129 E 163 do CPB. É o presente para **CITÁ-LO** para no prazo de 10 (dez) dias, a contar a partir do seu comparecimento pessoal ou de defensor constituído para responder a acusação por escrito a cerca dos fatos narrados na ação em epígrafe, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interessa á sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação quando necessário, advertindo-se ainda, que se não apresentada a resposta no prazo legal, ou se, citado, não constituir defensor, poderá o Juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312. E para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente **EDITAL**, que será afixado e publicado, na forma da lei, bem como publicado no Diário da Justiça.

RESUMO DA ACUSAÇÃO: Consta no termo circunstanciado que no dia 29.11.2009, por volta de 22:00 horas as vítimas **RUI SILVA COELHO E VANDERLI PERES DE MORAES**, se encontravam em frente ao motel Bom Sucesso, quando houve uma discussão entre as vítimas e o acusado ocasião em que o acusado agrediu Rui Silva no rosto com um facão e ainda arremessou várias pedras contra a motocicleta de Rui.

O que se CUMPRA nos termos e na forma da Lei. Dado e passado o presente nesta Secretaria Judicial a meu cargo, nesta cidade de Coelho Neto, Estado do Maranhão, aos 1 (um) de Novembro de 2011. Eu, Rosilene de Macedo Alves Ludovico - Aux. Judiciária Mat: 134338, digitei e conferi.

José Elismar Marques
Juiz de Direito da 1ª Vara

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE
30(TRINTA) DIAS

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº. 918-69.2011.8.10.0032**DENOMINAÇÃO: Processo Criminal | Procedimentos Investigatórios | Procedimento Investigatório do Mp (peças de Informação)****PARTE INVESTIGANTE: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL****PARTE INVESTIGADO: FRANCISCO JAILSON DE OLIVEIRA SILVA, ANTONIEL GOMES DA COSTA, "MADEIRA"**

O Excelentíssimo Senhor José Elismar Marques, Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Coelho Neto, Estado do Maranhão.

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que neste Juízo tramita processo em que figuram como acusado(s), **ANTONIEL GOMES DA COSTA, vulgo "MADEIRA"**, brasileiro, solteiro, natural de Miguel Alves/PI, filho de Antonio Madeira da Costa e Deuzanira Gomes da Costa, residente na Rua "R", nº 53, bairro Sarney, Coelho Neto/MA, como incurso nas penas do Artigo 19 do Decreto Lei nº 3688/41. É o presente para **CITÁ-LO** para no prazo de 10 (dez) dias, a contar a partir do seu comparecimento pessoal ou de defensor constituído para responder a acusação por escrito a cerca dos fatos narrados na ação em epígrafe, podendo argüir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação quando necessário, advertindo-se ainda, que se não apresentada a resposta no prazo legal, ou se, citado, não constituir defensor, poderá o Juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no art. 312. E para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente EDITAL, que será afixado e publicado, na forma da lei, bem como publicado no Diário da Justiça.

RESUMO DA ACUSAÇÃO: Consta do termo Circunstanciado de Ocorrência que no dia 22/09/2010, às 02h:15min, a guarnição da Polícia Militar foi acionada pelo 190 e, ao chegar ao Festejo de São Francisco, encontrou os denunciados Francisco Jailson de Oliveira Silva e Antoniel Gomes da Costa, causando badernas e tentando assaltar as pessoas que retornavam do festejo para suas residências. Com eles foram apreendidos um facão e uma faca.

O que se CUMPRA nos termos e na forma da Lei. Dado e passado o presente nesta Secretaria Judicial a meu cargo, nesta cidade de Coelho Neto, Estado do Maranhão, aos 28 (vinte e Oito) de Setembro de 2011. Eu, Rosilene de Macedo Alves Ludovico, Aux. Judiciária, digitei e conferi.

Dr. José Elismar Marques
Juiz de Direito Titular da 1ª Vara

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA
REG. DISTRIBUIÇÃO Nº. 129-70.2011.8.10.0032

DENOMINAÇÃO: Processo Criminal | Procedimentos Investigatórios | Procedimento Investigatório do Mp (peças de Informação)

PARTE REQUERENTE: WALDIMIRO GOMES DA SILVA

PARTE REQUERIDA: FRANCISCO CRISTOVAO DA SILVA ARAUJO

O Excelentíssimo Senhor José Elismar Marques, Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Coelho Neto, Estado do Maranhão.

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que fica **INTIMADO** o denunciado, **FRANCISCO CRISTOVÃO DASILVA ARAÚJO**, brasileiro, solteiro natural de Coelho Neto MA, filho de Francisca da Silva Araújo, residente e domiciliado na rua João Castelo, s/nº, bairro Nossa Senhora de Fátima, na cidade de Afonso Cunha-MA para que venha a juízo no dia 13.12.2011, às 10:00 horas, situado na Av. Antonio Guimarães, s/n, bairro Olho D'aguinha, Cep: 65.620-000, quando será prosposta a suspensão condicional do processo para dizer se aceita ou não a proposta de suspensão formulada pelo Ministério Público, cuja as condições estão nos autos: que deverá comparecer acompanhado de advogado, ficando advertido de que, na falta deste, ser-lhe-á nomeado defensor dativo. E para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente EDITAL, que será fixado no lugar de costume, nos termos do despacho prolatado nos autos da Ação em epígrafe de fls.

O que se CUMPRA nos termos e na forma da Lei. Dado e passado o presente nesta Secretaria Judicial a meu cargo, nesta cidade de Coelho Neto-MA, Estado do Maranhão, aos 07 (sete) de novembro de 2011. Eu., Rosilene de Macedo Alves Ludovico, Aux. Judiciária Mat: 134338, digitei e conferi.

Dr. José Elismar Marques
Juiz de Direito

Coroatá

Primeira Vara de Coroatá

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS

A DOUTORA ANDRÉA CYSNE FROTA MAIA, JUÍZA DE DIREITO DA 1ª VARA, DESTA COMARCA DE COROATÁ, ESTADO DO MARANHÃO.

FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital, com o prazo de quinze dias, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que se processando, por este Juízo, os termos da Ação Penal nº. 1912-59.2009.8.10.0035, em que a Justiça Pública move contra **CARLOS ANDRÉ FREITAS RODRIGUES**, brasileiro, união estável, lavrador, filho de Lino Rodrigues e de Otacília Freitas Rodrigues, residente na Rua Francisco Matos, s/nº, centro, na cidade de Peritoró/Ma, atualmente em lugar incerto e não sabido, é o presente para que seja o acusado **CITADO** para responder, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias a acusação contra si formulada, podendo em suas respostas argüirem preliminares e alegarem tudo o que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, inclusive oferecer exceção. E, para que não se alegue ignorância, mandou expedir este que será publicado e afixado na forma da lei. Coroatá, aos nove (09) dia do mês de Novembro do ano de dois mil e onze (2011). Eu, _____, Tânia Lourdes da Silva Cruz, Secretária Judicial, subscrevi.

ANDRÉA CYSNE FROTA MAIA
Juíza de Direito da 1ª Vara

INTIMAÇÃO

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº. 1503-15.2011.8.10.0035

DENOMINAÇÃO: ASSENTAMENTO DE OBITO

JUÍZA DE DIREITO: Andréa Cysne Frota Maia

SECRETARIA JUDICIAL DA 1ª VARA DA COMARCA DE COROATÁ-MA

PARTE REQUERENTE: MARIA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS

Advogado(a)(s) **MARIA AUXILIADORA MEDEIROS BRAGA**, inscrito(a) na **OAB/MA sob o nº. 6.648**, com endereço profissional à Rua Manoel Alves de Abreu, nº. 188, Centro, CEP: 65.000-000, Bacabal Ma, para tomar conhecimento da **parte final da sentença**, a seguir transcrita: "*Ex positis, defiro o pedido inicial para que seja procedido o assentamento do óbito de RAIMUNDO FRANCISCO DE SOUSA, observando-se as formalidades legais. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, archive-se com as cautelas e baixas de estilo. Coroatá, 01 de novembro de 2011.*" Coroatá, 09 de novembro de 2011.

Andréa Cysne Frota Maia
Juíza Titular da 1ª Vara**Segunda Vara de Coroatá**

O Doutor FRANCISCO SOARES REIS JUNIOR, Juiz de Direito da 2ª Vara, desta Comarca de Coroatá, Estado do Maranhão, na forma da lei, etc....

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que se processando por este Juízo e Secretaria da 2ª Vara os termos da Ação de Interdição nº1334-96.2009.8.10.0035, em que é requerente Maria Vera Lúcia Felisberto Cardoso e requerida Maria do Carmo Felisberto, decretou a interdição deste conforme se vê da sentença seguinte: Trata-se de ação de interdição proposta Maria Vera Lúcia Felisberto Cardoso em face de Maria do Carmo Felisberto, devidamente qualificado, alegando, para tanto, ser este portador de deficiência mental e que, por isso mesmo, se encontra incapacitado para o exercício de atos da vida civil, inserindo-se entre aqueles que estão sujeitos à curatela. A seguir, demonstradas as razões que levam à sua legitimidade para a propositura desta ação, a interditante manifestou sincero interesse em assumir o especial encargo, em prol do seu filho. Propugna, ao final, porque seja decretada a interdição nos termos e para os fins pretendidos, recaindo sobre a nomeação de curadora. Juntou os documentos de fls. 06/11, Termo de curatela provisória às fls. 17. Sucedidas a citação, o exame pessoal e ao interrogatório, e havendo ainda transcorrido in albis o prazo para a impugnação do pedido, submeteu-se o interditando a perícia médica, cujas conclusões estão consubstanciadas no laudo de fls. 16. É o relatório. Decido. A matéria versada encontra regência nos arts. 1.767, inciso I, e seguintes do vigente Código Civil, cuja dicção é a seguinte: CC. Art. 1767. Estão sujeitos a curatela: I – aqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para os atos da vida civil. É exatamente este o caso dos autos, no qual há de se ter por interdito o requerido, uma vez que a sua situação de fato se ajusta ao comando normativo na medida em que, embora já tendo atingido a maioridade, mostrou-se absolutamente incapaz para os atos da vida civil. Tal inferência extrai-se do conjunto da prova. Às impressões do magistrado, por ocasião do exame pessoal, soma-se a prova técnica consistente em perícia médica realizada por profissional habilitado, cujo laudo fora conclusivo em afirmar a sua insanidade, acometido que se encontra de esquizofrenia paranóide. E nesse ponto, com devidas vênias ao eminente representante Ministerial, reputo desnecessária a realização de audiência objetivando arguição do perito, uma vez que, a meu sentir, o laudo é elucidativo, conclusivo e não contraditório, eis que, para além dos eventuais intervalos de lucidez que anuncia e do controle medicamentoso da doença, tem-se que a esquizofrenia paranóide é doença mental incurável e que conduz a incapacidade para os atos da vida civil, posto subtrair a razão do seu portador. Por outro lado, interessante notar que é a regência do Código Civil que impõe a interdição em situações desse jaez. Assim está no seu artigo 3º, inciso II, ao proclamar que são absolutamente incapazes de exercer os atos da vida civil aqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a sua prática. Ora, no caso em exame o requerido é portador de deficiência mental, classificada como mal adquirido que o impede de portar-se com a aptidão necessária para reger a sua pessoa e administrar seus bens. Observe-se, por derradeiro, que as provas coligidas até o momento autorizam julgamento seguro, dispensada, reitere-se, a realização de audiência de instrução. Adite-se a isso o fato de que procedimentos da espécie são de jurisdição voluntária e, portanto, não se sujeitam a fórmulas inflexíveis, conforme se infere do ordenamento – CPC, 1.109. Do mesmo modo, provado se encontra o consórcio conjugal havido entre a propensa curadora e o interditando, conforme certidão de casamento anexa. Isto posto, julgo procedente o pedido e, como normal consectário, decreto a interdição de Maria do Carmo Felisberto, declarando-o absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, conquanto haja alcançado a maioridade, por ser portador de deficiência mental, enquanto perdurar tal enfermidade. A par disso nomeio-lhe curadora a Srª. Maria Vera Lúcia Felisberto Cardoso, a qual fica desde logo advertida de que não poderá, por qualquer modo, alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de qualquer natureza, pertencentes ao curatelado, senão mediante autorização judicial e ainda de que os valores eventualmente recebidos de entidade previdenciária deverão ser aplicados exclusivamente na sua saúde, alimentação e bem-estar – CPC, 919. Lavre-se o termo respectivo, inscrevendo-se a sentença no registro próprio, providenciando-se ainda a sua publicação na Imprensa Oficial por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias – CPC, 1.184. Intime-se a curadora para compromisso – CPC, 1.188. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Coroatá (MA), 18 de novembro de 2011 FRANCISCO SOARES REIS JUNIOR, Juiz Titular da 2ª. Vara. E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente, que será publicado por 03 (três) vezes pela imprensa Oficial do Estado, com intervalo de dez dias, e afixado no lugar público de costume. Coroatá, 18 (dezoito) de outubro de dois mil e onze (2.011). Eu, _____ (Flor de Maria Araújo Miranda), Secretária Judicial da 2ª Vara, o fiz digitar e subscrevi.

FRANCISCO SOARES REIS JUNIOR
JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA

O Doutor FRANCISCO SOARES REIS JUNIOR, Juiz de Direito da 2ª Vara, desta Comarca de Coroatá, Estado do Maranhão, na forma da lei, etc....

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que se processando por este Juízo e Secretaria da 2ª Vara os termos da Ação de Interdição nº1510-75.2009.8.10.0035, em que é requerente Rosimar Gomes de Sousa e requerido Wendel Jefferson Gomes de Sousa, decretou a interdição deste conforme se vê da sentença seguinte: Trata-se de ação de interdição proposta Rosimar Gomes de Sousa em face de Wendel Jefferson Gomes de Sousa, devidamente qualificado, alegando, para tanto, ser este portador de deficiência mental e que, por isso mesmo, se encontra incapacitado para o exercício de atos da vida civil, inserindo-se entre aqueles que estão sujeitos à curatela. A seguir, demonstradas as razões que levam à sua legitimidade para a propositura desta ação, a interditante manifestou sincero interesse em assumir o especial encargo, em prol do seu filho. Propugna, ao final, porque seja decretada a interdição nos termos e para os fins pretendidos, recaindo sobre a nomeação de curadora. Juntou os documentos de fls. 06/12, Termo de curatela provisória às fls. 14. Sucedidas a citação, o exame pessoal e ao interrogatório, e havendo ainda transcorrido in albis o prazo para a impugnação do pedido, submeteu-se o interditando a perícia médica, cujas conclusões estão consubstanciadas no laudo de fls. 16. É o relatório. Decido. A matéria versada encontra regência nos arts. 1.767, inciso I, e seguintes do vigente Código Civil, cuja dicção é a seguinte: CC. Art. 1767. Estão sujeitos a curatela: I – aqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para os atos da vida civil. É exatamente este o caso dos autos, no qual há de se ter por interdito o requerido, uma vez que a sua situação de fato se ajusta ao comando normativo na medida em que, embora já tendo atingido a maioridade, mostrou-se absolutamente incapaz para os atos da vida civil. Tal inferência extrai-se do conjunto da prova. Às impressões do magistrado, por ocasião do exame pessoal, soma-se a prova técnica consistente em perícia médica realizada por profissional habilitado, cujo laudo fora conclusivo em afirmar a sua insanidade, acometido que se encontra de esquizofrenia paranóide. E nesse ponto, com devidas vênias ao eminente representante Ministerial, reputo desnecessária a realização de audiência objetivando arguição do perito, uma vez que, a meu sentir, o laudo é elucidativo, conclusivo e não contraditório, eis que, para além dos eventuais intervalos de lucidez que anuncia e do controle medicamentoso da doença, tem-se que a esquizofrenia paranóide é doença mental incurável e que conduz a incapacidade para os atos da vida civil, posto subtrair a razão do seu portador. Por outro lado, interessante notar que é a regência do Código Civil que impõe a interdição em situações desse jaez. Assim está no seu artigo 3º, inciso II, ao proclamar que são absolutamente incapazes de exercer os atos da vida civil aqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a sua prática. Ora, no caso em exame o requerido é portador de deficiência mental, classificada como mal adquirido que o impede de portar-se com a aptidão necessária para reger a sua pessoa e administrar seus bens. Observe-se, por derradeiro, que as provas coligidas até o momento autorizam julgamento seguro, dispensada, reitere-se, a realização de audiência de instrução. Adite-se a isso o fato de que procedimentos

da espécie são de jurisdição voluntária e, portanto, não se sujeitam a fórmulas inflexíveis, conforme se infere do ordenamento – CPC, 1.109. Do mesmo modo, provado se encontra o consórcio conjugal havido entre a propensa curadora e o interditando, conforme certidão de casamento anexa. Isto posto, julgo procedente o pedido e, como normal consectário, decreto a interdição de Wendel Jefferson Gomes de Sousa, declarando-o absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, conquanto haja alcançado a maioridade, por ser portador de deficiência mental, enquanto perdurar tal enfermidade. A par disso nomeio-lhe curadora a Sr^a. Rosimar Gomes de Sousa, a qual fica desde logo advertida de que não poderá, por qualquer modo, alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de qualquer natureza, pertencentes ao curatelado, senão mediante autorização judicial e ainda de que os valores eventualmente recebidos de entidade previdenciária deverão ser aplicados exclusivamente na sua saúde, alimentação e bem-estar – CPC, 919. Lavre-se o termo respectivo, inscrevendo-se a sentença no registro próprio, providenciando-se ainda a sua publicação na Imprensa Oficial por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias – CPC, 1.184. Intime-se a curadora para compromisso – CPC, 1.188. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Coroa^tá (MA), 18 de novembro de 2011 FRANCISCO SOARES REIS JUNIOR, Juiz Titular da 2^a. Vara. E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente, que será publicado por 03 (três) vezes pela Imprensa Oficial do Estado, com intervalo de dez dias, e afixado no lugar público de costume. Coroa^tá, 18 (dezoito) de outubro de dois mil e onze (2.011). Eu, _____ (Flor de Maria Araújo Miranda), Secretária Judicial da 2^a Vara, o fiz digitar e subscrevi.

FRANCISCO SOARES REIS JUNIOR
JUIZ DE DIREITO DA 2^a VARA

O Doutor FRANCISCO SOARES REIS JUNIOR, Juiz de Direito da 2^a Vara, desta Comarca de Coroa^tá, Estado do Maranhão, na forma da lei, etc....

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que se processando por este Juízo e Secretaria da 2a Vara os termos da Ação de Interdição nº1557-49.2009.8.10.0035, em que é requerente Maria de Jesus Silva da Conceição e requerido Luis Carlos Silva da Conceição, decretou a interdição deste conforme se vê da sentença seguinte: Trata-se de ação de interdição proposta por Maria de Jesus Silva da Conceição em face de Luis Carlos Silva da Conceição, devidamente qualificado, alegando, para tanto, ser este portador de deficiência mental e que, por isso mesmo, se encontra incapacitado para o exercício de atos da vida civil, inserindo-se entre aqueles que estão sujeitos a curatela. A seguir, demonstradas as razões que levam à sua legitimidade para a propositura desta ação, a interditante manifestou sincero interesse em assumir o especial encargo, em prol do seu filho. Propugna, ao final, porque seja decretada a interdição nos termos e para os fins pretendidos, recaindo sobre a nomeação de curadora. Juntou os documentos de fls. 05/08. Sucidadas a citação, o exame pessoal e ao interrogatório, e havendo ainda transcorrido in albis o prazo para a impugnação do pedido, submeteu-se o interditando a perícia médica, cujas conclusões estão consubstanciadas no laudo de fls. 31. Parecer do Ministério Público Estadual, opinando pelo deferimento do pedido da inicial (fls. 34/35). É o relatório. Decido. A matéria versada encontra regência nos arts. 1.767, inciso I, e seguintes do vigente Código Civil, cuja dicção é a seguinte: CC. Art. 1767. Estão sujeitos a curatela: I – aqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para os atos da vida civil. É exatamente este o caso dos autos, no qual há de se ter por interdito o requerido, uma vez que a sua situação de fato se ajusta ao comando normativo na medida em que, embora já tendo atingido a maioridade, mostrou-se absolutamente incapaz para os atos da vida civil. Tal inferência extrai-se do conjunto da prova. As impressões do magistrado, por ocasião do exame pessoal, soma-se a prova técnica consistente em perícia médica realizada por profissional habilitado, cujo laudo fora conclusivo em afirmar a sua insanidade, acometido que se encontra de esquizofrenia paranóide. E nesse ponto, com devidas vênias ao eminente representante Ministerial, reputo desnecessária a realização de audiência objetivando arguição do perito, uma vez que, a meu sentir, o laudo é elucidativo, conclusivo e não contraditório, eis que, para além dos eventuais intervalos de controle e de administração medicamentosa da doença, tem-se que a esquizofrenia paranóide é doença mental incurável e que conduz a incapacidade para os atos da vida civil, posto subtrair a razão do seu portador. Por outro lado, interessante notar que é a regência do Código Civil que impõe a interdição em situações desse jaez. Assim está no seu artigo 3º, inciso II, ao proclamar que são absolutamente incapazes de exercer os atos da vida civil aqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a sua prática. Ora, no caso em exame o requerido é portador de deficiência mental, classificada como mal adquirido que o impede de portar-se com a aptidão necessária para reger a sua pessoa e administrar seus bens. Observe-se, por derradeiro, que as provas coligidas até o momento autorizam julgamento seguro, dispensada, reitere-se, a realização de audiência de instrução. Adite-se a isso o fato de que procedimentos da espécie são de jurisdição voluntária e, portanto, não se sujeitam a fórmulas inflexíveis, conforme se infere do ordenamento – CPC, 1.109. Do mesmo modo, provado se encontra o consórcio conjugal havido entre a propensa curadora e o interditando, conforme certidão de casamento anexa. Isto posto, julgo procedente o pedido e, como normal consectário, decreto a interdição de Luis Carlos Silva da Conceição, declarando-o absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, conquanto haja alcançado a maioridade, por ser portador de deficiência mental, enquanto perdurar tal enfermidade. A par disso nomeio-lhe curadora a Sr^a. Maria de Jesus Silva da Conceição, a qual fica desde logo advertida de que não poderá, por qualquer modo, alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de qualquer natureza, pertencentes ao curatelado, senão mediante autorização judicial e ainda de que os valores eventualmente recebidos de entidade previdenciária deverão ser aplicados exclusivamente na sua saúde, alimentação e bem-estar – CPC, 919. Lavre-se o termo respectivo, inscrevendo-se a sentença no registro próprio, providenciando-se ainda a sua publicação na Imprensa Oficial por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias – CPC, 1.184. Intime-se a curadora para compromisso – CPC, 1.188. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Coroa^tá (MA), 28 de fevereiro de 2011 FRANCISCO SOARES REIS JUNIOR, Juiz Titular da 2^a. Vara. E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente, que será publicado por 03 (três) vezes pela Imprensa Oficial do Estado, com intervalo de dez dias, e afixado no lugar público de costume. Coroa^tá, 18 (dezoito) de outubro de dois mil e onze (2.011). Eu, _____ (Flor de Maria Araújo Miranda), Secretária Judicial da 2^a Vara, o fiz digitar e subscrevi.

FRANCISCO SOARES REIS JUNIOR
JUIZ DE DIREITO DA 2^a VARA

O Doutor FRANCISCO SOARES REIS JUNIOR, Juiz de Direito da 2^a Vara, desta Comarca de Coroa^tá, Estado do Maranhão, na forma da lei, etc....

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que se processando por este Juízo e Secretaria da 2a Vara os termos da Ação de Interdição nº161-03.2010.8.10.0035, em que é requerente Neuza Furtado Muniz Rocha e requerido Manoel Carneiro Muniz Filho, decretou a interdição deste conforme se vê da sentença seguinte: Trata-se de ação de interdição proposta Neuza Furtado Muniz Rocha em face de Manoel Carneiro Muniz Filho, devidamente qualificado, alegando, para tanto, ser este portador de deficiência mental e que, por isso mesmo, se encontra incapacitado para o exercício de atos da vida civil, inserindo-se entre aqueles que estão sujeitos a curatela. A seguir, demonstradas as razões que levam à sua legitimidade para a propositura desta ação, a interditante manifestou sincero interesse em assumir o especial encargo, em prol de seu irmão. Propugna, ao final, porque seja decretada a interdição nos termos e para os fins pretendidos, recaindo sobre a nomeação de curador. Juntou os documentos de fls. 05/10, incluindo laudo psiquiátrico. Decisão de fls. 11 concedendo a curatela provisória a requerente. Sucidadas a citação, o exame pessoal e ao interrogatório, e havendo ainda transcorrido in albis o prazo para a impugnação do pedido, submeteu-se o interditando a perícia médica, cujas conclusões estão consubstanciadas no laudo de fls. 20. É o relatório. Decido. A matéria versada encontra regência nos arts. 1.767, inciso I, e seguintes do vigente Código Civil, cuja dicção é a seguinte: CC. Art. 1767. Estão sujeitos a curatela: I – aqueles

que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para os atos da vida civil. É exatamente este o caso dos autos, no qual há de se ter por interdito o requerido, uma vez que a sua situação de fato se ajusta ao comando normativo na medida em que, embora já tendo atingido a maioridade, mostrou-se absolutamente incapaz para os atos da vida civil. Tal inferência extrai-se do conjunto da prova. As impressões do magistrado, por ocasião do exame pessoal, soma-se a prova técnica consistente em perícia médica realizada por profissional habilitado, cujo laudo fora conclusivo em afirmar a sua insanidade, acometido que se encontra de esquizofrenia paranóide. E nesse ponto, com devidas vênias ao eminente representante Ministerial, reputo desnecessária a realização de audiência objetivando arguição do perito, uma vez que, a meu sentir, o laudo é elucidativo, conclusivo e não contraditório, eis que, para além dos eventuais intervalos de lucidez que anuncia e do controle medicamentoso da doença, tem-se que a esquizofrenia paranóide é doença mental incurável e que conduz a incapacidade para os atos da vida civil, posto subtrair a razão do seu portador. Por outro lado, interessante notar que é a regência do Código Civil que impõe a interdição em situações desse jaez. Assim está no seu artigo 3º, inciso II, ao proclamar que são absolutamente incapazes de exercer os atos da vida civil aqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a sua prática. Ora, no caso em exame o requerido é portador de deficiência mental, classificada como mal adquirido que o impede de portar-se com a aptidão necessária para reger a sua pessoa e administrar seus bens. Observe-se, por derradeiro, que as provas coligidas até o momento autorizam julgamento seguro, dispensada, reitere-se, a realização de audiência de instrução. Adite-se a isso o fato de que procedimentos da espécie são de jurisdição voluntária e, portanto, não se sujeitam a fórmulas inflexíveis, conforme se infere do ordenamento – CPC, 1.109. Do mesmo modo, provado se encontra o consórcio conjugal havido entre a propensa curadora e o interditando, conforme certidão de casamento anexa. Isto posto, julgo procedente o pedido e, como normal consectário, decreto a interdição de Manoel Carneiro Muniz Filho, declarando-o absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, conquanto haja alcançado a maioridade, por ser portador de deficiência mental, enquanto perdurar tal enfermidade. A par disso nomeio-lhe curador a Srª. Neuza Furtado Muniz Rocha, a qual fica desde logo advertida de que não poderá, por qualquer modo, alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de qualquer natureza, pertencentes ao curatelado, senão mediante autorização judicial e ainda de que os valores eventualmente recebidos de entidade previdenciária deverão ser aplicados exclusivamente na sua saúde, alimentação e bem-estar – CPC, 919. Lavre-se o termo respectivo, inscrevendo-se a sentença no registro próprio, providenciando-se ainda a sua publicação na Imprensa Oficial por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias – CPC, 1.184. Intime-se a curadora para compromisso – CPC, 1.188. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Coroaá (MA), 06 de outubro de 2010 FRANCISCO SOARES REIS JUNIOR, Juiz Titular da 2ª. Vara. E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente, que será publicado por 03 (três) vezes pela imprensa Oficial do Estado, com intervalo de dez dias, e afixado no lugar público de costume. Coroaá, 18 (dezoito) de outubro de dois mil e onze (2.011). Eu, _____ (Flor de Maria Araújo Miranda), Secretária Judicial da 2ª Vara, o fiz digitar e subscrevi.

FRANCISCO SOARES REIS JUNIOR
JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA

O Doutor FRANCISCO SOARES REIS JUNIOR, Juiz de Direito da 2ª Vara, desta Comarca de Coroaá, Estado do Maranhão, na forma da lei, etc....

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que se processando por este Juízo e Secretaria da 2ª Vara os termos da Ação de Interdição nº 97-27.2009.8.10.0035, em que é requerente Raimundo Sena Filho e requerida Luzia de Sousa Sena, decretou a interdição deste conforme se vê da sentença seguinte: Trata-se de ação de interdição proposta Raimundo Sena Filho em face de Luzia de Sousa Sena, devidamente qualificado, alegando, para tanto, ser este portador de deficiência mental e que, por isso mesmo, se encontra incapacitado para o exercício de atos da vida civil, inserindo-se entre aqueles que estão sujeitos à curatela. A seguir, demonstradas as razões que levam à sua legitimidade para a propositura desta ação, a interditante manifestou sincero interesse em assumir o especial encargo, em prol de sua irmã. Propugna, ao final, porque seja decretada a interdição nos termos e para os fins pretendidos, recaindo sobre a nomeação de curador. Juntou os documentos de fls. 02/12, incluindo laudo psiquiátrico. Decisão de fls. 11 concedendo a curatela provisória a requerente. Sucede a citação, o exame pessoal e ao interrogatório, e havendo ainda transcorrido in albis o prazo para a impugnação do pedido, submeteu-se o interditando a perícia médica, cujas conclusões estão consubstanciadas no laudo de fls. 29. É o relatório. Decido. A matéria versada encontra regência nos arts. 1.767, inciso I, e seguintes do vigente Código Civil, cuja dicção é a seguinte: CC. Art. 1767. Estão sujeitos a curatela: I – aqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para os atos da vida civil. É exatamente este o caso dos autos, no qual há de se ter por interdito o requerido, uma vez que a sua situação de fato se ajusta ao comando normativo na medida em que, embora já tendo atingido a maioridade, mostrou-se absolutamente incapaz para os atos da vida civil. Tal inferência extrai-se do conjunto da prova. As impressões do magistrado, por ocasião do exame pessoal, soma-se a prova técnica consistente em perícia médica realizada por profissional habilitado, cujo laudo fora conclusivo em afirmar a sua insanidade, acometido que se encontra de esquizofrenia paranóide. E nesse ponto, com devidas vênias ao eminente representante Ministerial, reputo desnecessária a realização de audiência objetivando arguição do perito, uma vez que, a meu sentir, o laudo é elucidativo, conclusivo e não contraditório, eis que, para além dos eventuais intervalos de lucidez que anuncia e do controle medicamentoso da doença, tem-se que a esquizofrenia paranóide é doença mental incurável e que conduz a incapacidade para os atos da vida civil, posto subtrair a razão do seu portador. Por outro lado, interessante notar que é a regência do Código Civil que impõe a interdição em situações desse jaez. Assim está no seu artigo 3º, inciso II, ao proclamar que são absolutamente incapazes de exercer os atos da vida civil aqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a sua prática. Ora, no caso em exame o requerido é portador de deficiência mental, classificada como mal adquirido que o impede de portar-se com a aptidão necessária para reger a sua pessoa e administrar seus bens. Observe-se, por derradeiro, que as provas coligidas até o momento autorizam julgamento seguro, dispensada, reitere-se, a realização de audiência de instrução. Adite-se a isso o fato de que procedimentos da espécie são de jurisdição voluntária e, portanto, não se sujeitam a fórmulas inflexíveis, conforme se infere do ordenamento – CPC, 1.109. Do mesmo modo, provado se encontra o consórcio conjugal havido entre a propensa curadora e o interditando, conforme certidão de casamento anexa. Isto posto, julgo procedente o pedido e, como normal consectário, decreto a interdição de Luzia de Sousa Sena, declarando-o absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, conquanto haja alcançado a maioridade, por ser portador de deficiência mental, enquanto perdurar tal enfermidade. A par disso nomeio-lhe curador o Sr. Raimundo Sena Filho, a qual fica desde logo advertida de que não poderá, por qualquer modo, alienar ou onerar bens móveis, imóveis ou de qualquer natureza, pertencentes ao curatelado, senão mediante autorização judicial e ainda de que os valores eventualmente recebidos de entidade previdenciária deverão ser aplicados exclusivamente na sua saúde, alimentação e bem-estar – CPC, 919. Lavre-se o termo respectivo, inscrevendo-se a sentença no registro próprio, providenciando-se ainda a sua publicação na Imprensa Oficial por três vezes, com intervalo de 10 (dez) dias – CPC, 1.184. Intime-se a curadora para compromisso – CPC, 1.188. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Coroaá (MA), 06 de outubro de 2010 FRANCISCO SOARES REIS JUNIOR, Juiz Titular da 2ª. Vara. E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente, que será publicado por 03 (três) vezes pela imprensa Oficial do Estado, com intervalo de dez dias, e afixado no lugar público de costume. Coroaá, 18 (dezoito) de outubro de dois mil e onze (2.011). Eu, _____ (Flor de Maria Araújo Miranda), Secretária Judicial da 2ª Vara, o fiz digitar e subscrevi.

FRANCISCO SOARES REIS JUNIOR
JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA

Cururupu

PROCESSO Nº 881-17.2010.8.10.0084
AÇÃO DE DIVÓRCIO
REQUERENTE: RUBERVAL DA SILVA RABELO
REQUERIDA: MARINALVA DOS SANTOS

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

A DOUTORA LUCIA DE FÁTIMA SILVA QUADROS, JUÍZA DE DIREITO DESTA COMARCA DE CURURUPU DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a quantos o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretária Judicial desta Comarca, se processam os autos da AÇÃO DE DIVÓRCIO – Processo nº. 881-17.2010.8.10.0084, em que é Requerente: Ruberval da Silva Rabelo e requerida Marinalva dos Santos, é o presente para **CITAR**, com PRAZO DE 15 (QUINZE) dias, a Requerida **MARINALVA DOS SANTOS**, brasileira, casada, atualmente em lugar incerto e não sabido, de todo o conteúdo da Ação de Divórcio acima referida, tudo de acordo com o despacho de fl. 14 nos autos, o qual é deste teor: “**Designo o dia 18 de novembro de 2011, às 10:00 horas no Fórum desta comarca para realização de audiência de conciliação. Cite-se a requerida, através de Edital com prazo de 15 (quinze) dias advertindo-a de que o prazo para contestação será de 15 dias contados da data de audiência.** E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir este edital que será afixado uma cópia no local de costume deste Juízo e outra no Diário Oficial. Dado e passado nesta cidade de Cururupu do Estado do Maranhão, pela Secretária Judicial, aos oito (08) dias do mês de novembro do ano de dois mil e onze (2011). Eu, (João Gonçalves da Silva) Secretário Judicial, digitei e subscrevo.

LUCIA DE FÁTIMA SILVA QUADROS
Juíza de Direito

Dom Pedro

Processo nº. 274-35.2009.8.10.0085
Ação: Alimentos
Autor: Menor Amanda Vitória Soares, Rep. por Francisca Eduarda Soares
Réu: Luciano dos Santos

FINALIDADE: intimar as partes do inteiro teor da Sentença de fls. 12/13, cujo dispositivo adiante se vê: “Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido e fixo definitivo os alimentos devidos por LUCIANO DOS SANTOS em favor de sua filha Amanda Vitória Soares, em 20% (vinte por cento) do salário mínimo o que deverá ser feito através do depósito bancário. Sem custas P. I. Dom Pedro, 09 de novembro de 2011. Thales Ribeiro de Andrade, Juiz de Direito.

Dom Pedro/MA, 09 de novembro de 2011
Jarciana Monteiro de Oliveira Maçaranduba Secretária Judicial de Ordem

Estreito

Primeira Vara de Estreito

Senhores advogados, é o presente para convidar todos os advogados militantes junto a 1ª Vara da Comarca de Estreito, a **se fazerem presentes em reunião de trabalho no dia 18/11/2011, às 18:00 horas**, visando tratar de assuntos diversos afetos à entrega da prestação jurisdicional definitiva, nesta 1ª vara. Lembrando a todos os advogados que suas presenças são imprescindíveis aos fins e metas colimadas por este juízo para o biênio 2012/2013. Estreito-Ma 09 de Novembro de 2011. Juiz de Direito Gilmar de Jesus Everton Vale, Titular da 1ª Vara da Comarca de Estreito-MA.

Governador Nunes Freire

EDITAL DE SENTENÇA

A DOUTORA RAQUEL ARAÚJO CASTRO TELES DE MENEZES, MM. JUÍZA DE DIREITO DA COMARCA DE GOVERNADOR NUNES FREIRE, ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI E ETC.

FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL DE SENTENÇA virem, ou dele conhecimento tiverem, que se processam por este Juízo e Secretaria Judicial nos termos da Ação de Alimentos proc. 548-53.2010.8.10.0088, em que tem como requerente Ana Mourdes Marques dos Santos e requerido José Ribamar Barros Fonseca, que se processam perante este Juízo e Secretaria Judicial, em que seu cumprimento, fica devidamente INTIMADA: ANA LOURDES MARQUES DOS SANTOS, brasileira, atualmente em lugar incerto e não sabido; Para tomar conhecimento da sentença de fl. 33 E 33-V, proferida por este juízo, parte final segue transcrita: “Decido. Diante do exposto, com fundamento nos arts. 238, parágrafo único, e 267, VI, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução de mérito. Sem custas. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e archive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se”. O QUE CUMPRAS SOB AS PENAS DA LEI. E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente, que será publicado no Diário Eletrônico da Justiça, na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Gov. Nunes Freire, Estado do Maranhão, aos quatro (04) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e onze (2011). Eu _____, Kátia Rossanna Andrade Lucena Gomes, Secretária Judicial, mandei digitar e subscrevo.

Raquel Araújo Castro Teles de Menezes
Juíza de Direito

EDITAL DE SENTENÇA

A DOUTORA RAQUEL ARAÚJO CASTRO TELES DE MENEZES, MM. JUÍZA DE DIREITO DA COMARCA DE GOVERNADOR NUNES FREIRE, ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI E ETC.

FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL DE SENTENÇA virem, ou dele conhecimento tiverem, que se processam por este Juízo e Secretaria Judicial nos termos da Ação de Alimentos proc. 557-15.2010.8.10.0088, em que tem como requerente Claudineth de Jesus Pinheiro Sarges e requerido José Raimundo Silva Cardoso, que se processam perante este Juízo e Secretaria Judicial, em que seu cumprimento, fica devidamente

INTIMADA: CLAUDINETH DE JESUS PINHEIRO SARGES, brasileira, atualmente em lugar incerto e não sabido; Para tomar conhecimento da sentença de fl. 21 E 21-V, proferida por este juízo. Parte final segue transcrita: "Decido. Diante do exposto, com fundamento nos arts. 238, parágrafo único, e 267, VI, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução de mérito. Sem custas. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e archive-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se". O QUE CUMPRA SOB AS PENAS DA LEI. E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente, que será publicado do Diário Eletrônico da Justiça, na forma da lei. Dado de passado nesta cidade e Comarca de Gov. Nunes Freire, Estado do Maranhão, aos quatro (04) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e onze (2011). Eu _____, Kátia Rossanna Andrade Lucena Gomes, Secretária Judicial, mandei digitar e subscrevo.

Raquel Araújo Castro Teles de Menezes
Juíza de Direito

EDITAL DE SENTENÇA

A DOUTORA RAQUEL ARAÚJO CASTRO TELES DE MENEZES, MM. JUÍZA DE DIREITO DA COMARCA DE GOVERNADOR NUNES FREIRE, ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI E ETC.

FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL DE SENTENÇA virem, ou dele conhecimento tiverem, que se processam por este Juízo e Secretaria Judicial nos termos da Ação de Investigação de Paternidade c/c Alimentos proc. 586-65.2010.8.10.0088, em que tem como requerente Luciana Amaral Lobato e requerido Antonio Marcos Chaves de Oliveira, que se processam perante este Juízo e Secretaria Judicial, em que seu cumprimento, fica devidamente INTIMADOS: LUCIANA AMARAL LOBATO e ANTONIO MARCOS CHAVES DE OLIVEIRA, brasileiros, atualmente em lugares incerto e não sabido; Para tomarem conhecimento da sentença de fl. 29 e 29-v, proferida por este juízo. Parte final segue transcrita: "Decido. Diante do exposto, com fundamento nos arts. 238, parágrafo único, e 267, VI, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução de mérito. Sem custas. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e archive-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se". O QUE CUMPRA SOB AS PENAS DA LEI. E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente, que será publicado do Diário Eletrônico da Justiça, na forma da lei. Dado de passado nesta cidade e Comarca de Gov. Nunes Freire, Estado do Maranhão, aos quatro (04) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e onze (2011). Eu _____, Kátia Rossanna Andrade Lucena Gomes, Secretária Judicial, mandei digitar e subscrevo.

Raquel Araújo Castro Teles de Menezes
Juíza de Direito

Processo: 274-55.2011.8.10.0088

Denominação: Justificação de Óbito

Requerente: Antonio José Oliveira

Advogado(a): Dra. Aurea de Lourdes Teixeira Bringel Fuentes OAB/MA 4730

INTIMAÇÃO

Autoridade Judiciária: Raquel Araújo Castro Teles de Menezes, Juíza de Direito Titular da Comarca de Governador Nunes Freire, Estado do Maranhão.

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da advogado acima supramencionados, para audiência de justificação designada dia 21/11/2011, às 15:30 horas, neste juízo. Dado e passado nesta Cidade de Governador Nunes Freire/MA, 09 de novembro de 2011.

Katia Rossanna Andrade Lucena Gomes

Secretária Judicial

Assino de ordem da MM. Juíza Titular desta Vara única, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA.

Processo: 287-25.2009.8.10.0088

Denominação: Alimentos

Requerente: Antonia Vanda Alves da Silva

Advogado(a): Dra. Eunice B. Damasceno OAB/MA 2.570

Requerido(a): Gracildo da Costa Silva

INTIMAÇÃO

Autoridade Judiciária: Raquel Araújo Castro Teles de Menezes, Juíza de Direito Titular da Comarca de Governador Nunes Freire, Estado do Maranhão.

FINALIDADE: INTIMAÇÃO do advogado acima supramencionado, para tomar conhecimento da sentença proferida por este juízo, segue parte final transcrita: "Decido. Diante do exposto, com fundamento nos arts. 238, parágrafo único, e 267, VI, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução de mérito. Sem custas. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e archive-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Dado e passado nesta Cidade de Governador Nunes Freire/MA, 09 de novembro de 2011.

Katia Rossanna Andrade Lucena Gomes

Secretária Judicial

Assino de ordem da MM. Juíza Titular desta Vara única, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA.

Processo: 668-33.2009.8.10.0088

Denominação: Divórcio

Requerente: Rosinete Pinheiro Dantra

Advogado(a): Dr. Isaías de Araújo Dias OAB/MG 35.263

Requerido(a): José Flávio Barreto Dantra

Advogado(a): Dr. Marcus Vinicius de Castro Barreto OAB/MA 7798

INTIMAÇÃO

Autoridade Judiciária: Raquel Araújo Castro Teles de Menezes, Juíza de Direito Titular da Comarca de Governador Nunes Freire, Estado do Maranhão.

FINALIDADE: INTIMAÇÃO dos advogados acima supramencionados, para tomar conhecimento da sentença de fls. 31/32, proferida por este juízo, segue parte final transcrita: "Decido. Por todo o exposto, verificando que o pedido preenche os requisitos do art. 226, § 6º, da Constituição Federal, c/c art. 40, da Lei 6.515/77, e ainda o § 2º do art. 1.580 do Código Civil, DECRETO O DIVÓRCIO de ROSINETE PINHEIRO DANTRA E JOSÉ FLÁVIO BARRETO DANTRA, e, por conseguinte, declaro dissolvida a sociedade conjugal e o vínculo matrimonial. A requerente voltará a usar o nome de solteira, Rosinete de Souza Pinheiro. Após o trânsito em julgado, expeça-se o competente mandado de averbação. Após, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais. Sem custas ou honorários. Considerando que a contestação foi apresentada pelo defensor dativo Dr. Marcus Vinicius de Castro Barreto (fl.29), ante a falta de atuação de Defensor Público perante esta Comarca, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, arbitro, a título de honorários advocatícios, o valor de R\$200,00 (duzentos reais) em benefício do referido advogado, de acordo com a Tabela da OAB/MA, cujos valores deverão ser pagos pelo Estado do Maranhão. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Dado e passado nesta

Cidade de Governador Nunes Freire/MA, 09 de novembro de 2011.

Katia Rossanna Andrade Lucena Gomes
Secretária Judicial

Assino de ordem da MM. Juíza Titular desta Vara única, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA.

Processo: 8-68.2011.8.10.0088

Denominação: Justificação de Óbito

Requerente: Maria de Jesus Campos

Advogado(a): Dra. Aurea de Lourdes Teixeira Bringel Fuentes OAB/MA 4730

INTIMAÇÃO

Autoridade Judiciária: Raquel Araújo Castro Teles de Menezes, Juíza de Direito Titular da Comarca de Governador Nunes Freire, Estado do Maranhão.

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da advogado acima supramencionados, para audiência de justificação designada dia 21/11/2011, às 16:00 horas, neste juízo. Dado e passado nesta Cidade de Governador Nunes Freire/MA, 09 de novembro de 2011.

Katia Rossanna Andrade Lucena Gomes
Secretária Judicial

Assino de ordem da MM. Juíza Titular desta Vara única, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA.

Processo nº 287-25.2009.8.10.0088

Ação: Alimentos

Requerente: Antônia Vanda Alves da Silva

Requerido: Gracildo da Costa Silva

Sentença

Decido. Diante do exposto, com fundamento nos arts. 238, parágrafo único, e 267, VI, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução de mérito. Sem custas. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e archive-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Raquel Araujo Castro Teles de Menezes. Juíza de Direito. Dado e passado nesta Comarca de Governador Nunes Freire, 09 de novembro de 2011.

Raquel Araujo Castro Teles de Menezes
Juíza de Direito

Processo nº 398-09.2009.8.10.0088

Ação: Execução de Alimentos

Requerente: Francisca das Chagas Costa

Requerido: Elilton Costa

Sentença

Decido. Decido. Diante do exposto, com fundamento no art. 267, III, do Código de Processo Civil, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução de mérito. Sem custas em razão do benefício da justiça gratuita que ora concedo. Após o trânsito em julgado, archive-se com baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Raquel Araujo Castro Teles de Menezes. Juíza de Direito. Dado e passado nesta Comarca de Governador Nunes Freire, 04 de novembro de 2011.

Raquel Araujo Castro Teles de Menezes
Juíza de Direito

Processo nº 521-36.2011.8.10.0088

Ação: Execução de Alimentos

Requerente: Claudenise Pimenta Sodré

Requerido: Roberto Freire de Oliveira

Sentença

Decido. Diante disso, com fundamento nos arts. 295, II, 794, I, e 795, todos do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO. Sem custas. Após o trânsito em julgado, arquivem-se com baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Raquel Araujo Castro Teles de Menezes. Juíza de Direito. Dado e passado nesta Comarca de Governador Nunes Freire, 09 de novembro de 2011.

Raquel Araujo Castro Teles de Menezes
Juíza de Direito

Grajaú

Primeira Vara de Grajaú

CLASSE(CNJ): **AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE CONTRATUAL Nº: 274-19.2008.8.10.0037**

REQUERENTE: **JOÃO PEREIRA NETO**

REQUERIDO: **BANCO FINASA BMC S/A e EUROMAR AUTOMÓVEIS E PEÇAS LTDA**

Intimar o(a) advogado(a) **Dr. PAULO HENRIQUE FERREIRA, OAB/PE 894-B**, para, **no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer impugnação à penhora no valor de R\$ 10.673,50 (dez mil, seiscentos e setenta e três reais e cinquenta centavos), efetuada nos autos da ação em epígrafe.** Grajaú, Estado do Maranhão, aos 08 (oito) dias de novembro de 2011.

Conceição de Maria Coelho Brito

Secretária Judicial

Assino de ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca

Imperatriz

Primeira Vara Cível de Imperatriz

A DOUTORA ANA LUCRÉCIA BEZERRA SODRÉ REIS, JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA 1ª VARA CÍVEL, DESTA COMARCA DE IMPERATRIZ,

ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI ETC.

PELA presente INTIMAÇÃO, na forma do Art. 236 e 237 caput do CPC e da resolução 15/2008, nos autos de Ação de Execução (Proc. n.º **1122-26.2010.8.10.0040**) requerido por BANCO BRADESCO S/A representada por LUCINEIDE CARVALHO DA SILVA, contra J B F DA SILVA, JOAO BATISTA FRANCO DA SILVA, que se processam perante este juízo e respectiva secretaria, INTIMA o (s) advogado (s) do requerente (a) Dr (a). FLÁVIO GERALDO FERREIRA DA SILVA, "para que compareça em Audiência de Conciliação, a ser realizada no dia 01/12/2011 Às 10:30 horas", exarados autos acima. A presente intimação será publicada na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão, aos 9 (nove) de Novembro de 2011. Eu Elba Freitas Clarintino, Secretária Judicial, fiz digitar, subscrevo.

Elba Freitas Clarintino
Secretária Judicial da 1ª Vara Cível
Assino de Ordem da MM Juíza (Art.225, VII, CPC).

A DOUTORA ANA LUCRÉCIA BEZERRA SODRÉ REIS, JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA 1ª VARA CÍVEL, DESTA COMARCA DE IMPERATRIZ, ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI ETC.

PELA presente INTIMAÇÃO, na forma do Art. 236 e 237 caput do CPC e da resolução 15/2008, nos autos de AÇÃO Execução Forçada (Proc. n.º 275-15.1996.8.10.0040) requerido por Banco Bamerindus do Brasil S/A, move em face de DIVEKAR DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS CARAJAS LTDA, que se processam perante este juízo e respectiva secretaria, INTIMA o (s) advogado (s) do requerente (a) Dr (a). Edmar de Oliveira Nabarro, para que tome conhecimento da decisão a seguir transcrita: "Nos termos do art. 791, III, do CPC, defiro parcialmente o pedido de suspensão da execução (fl. 216), pelo prazo de 60 (sessenta) dias, ficando de logo advertida a parte Exequente que decorrido o prazo supra mencionado, deverá indicar bens passíveis de penhora. Intime-se. Imperatriz, 8 de agosto de 2011. Juíza ANA LUCRÉCIA BEZERRA SODRÉ REIS. Titular da 1.ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz". A presente intimação será publicada na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão, aos 1 (um) de Novembro de 2011. Eu Elba Freitas Clarintino, Secretária Judicial, fiz digitar, subscrevo.

Elba Freitas Clarintino
Secretária Judicial da 1ª Vara Cível
Assino de Ordem da MM Juíza (Art.225, VII, CPC)

A DOUTORA ANA LUCRÉCIA BEZERRA SODRÉ REIS, JUÍZA TITULAR DA 1ª VARA CÍVEL, DESTA COMARCA DE IMPERATRIZ, ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI ETC.

PELA presente INTIMAÇÃO, na forma do Art. 236 e 237 caput do CPC e da resolução 15/2008, nos autos de AÇÃO DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE (Proc. n.º **3810-24.2011.8.10.0040**) requerido por JOSÉ FELIX PEREIRA DA SILVA, contra INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL, que se processam perante este juízo e respectiva secretaria, INTIMA o advogado do requerente, Dr (a). MIGUEL FERREIRA FURTADO, "para que no prazo de 10 (dez) dias, junte a declaração de hipossuficiência da requerente, por entender ser este um ato personalíssimo", exarado nos autos acima. O presente edital que será publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão, aos 1 (um) de Novembro de 2011. Eu Elba Freitas Clarintino, Secretária Judicial, fiz digitar, subscrevo.

Elba Freitas Clarintino
Secretária Judicial da 1ª Vara Cível
Assino de Ordem da MM Juíza (Art.225, VII, CPC).

A DOUTORA ANA LUCRÉCIA BEZERRA SODRÉ REIS, JUÍZA TITULAR DA 1ª VARA CÍVEL, DESTA COMARCA DE IMPERATRIZ, ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI ETC.

PELA presente INTIMAÇÃO, na forma do Art. 236 e 237 caput do CPC e da resolução 15/2008, nos autos de Ação Declaratória (Proc. n.º **4366-60.2010.8.10.0040**) requerido por ALLAN LEDA COELHO VERAS, move em face de MAGAZINE TEIXEIRA, que se processam perante este juízo e respectiva secretaria, INTIMA o (s) advogado (s) do requerido (a) Dr (a). ROBERTO LUIS CARON, "para que no prazo de 10 (dez) dias, se manifeste sobre o pedido de desistência da ação pelo autor, sob pena de concordância tácita, tudo conforme decisão de fls. 56". A presente intimação será publicada na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão, aos 9 (nove) de Novembro de 2011. Eu Elba Freitas Clarintino, Secretária Judicial, fiz digitar, subscrevo.

Elba Freitas Clarintino
Secretária Judicial da 1ª Vara Cível
Assino de Ordem da MM Juíza (Art.225, VII, CPC).

A DOUTORA ANA LUCRÉCIA BEZERRA SODRÉ REIS, JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA 1ª VARA CÍVEL, DESTA COMARCA DE IMPERATRIZ, ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI ETC.

PELA presente INTIMAÇÃO, na forma do Art. 236 e 237 caput do CPC e da resolução 15/2008, nos autos de Responsabilidade Civil (Proc. n.º 4751-13.2007.8.10.0040) requerido por MARIA DA CONCEIÇÃO PEREIRA DE BRITO, move em face de AUTO AVIAÇÃO PROGRESSO S/A, que se processam perante este juízo e respectiva secretaria, INTIMA o (s) advogado (s) do executado (a) Dr. (a) Renata Pessoa de Andrade Queiroz, OAB/PE 16521, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento da quantia determinada na sentença no valor de R\$ 61.887,39 (sessenta e um oitocentos e oitenta e sete reais e trinta e nove centavos), sob pena de incidência de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, bem como de expedição de Mandado de Penhora e Avaliação (Art. 475-J- do CPC), tudo conforme despacho de fls. 284. A presente intimação que será publicada na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão, aos 9 (nove) de Novembro de 2011. Eu Elba Freitas Clarintino, Secretária Judicial, fiz digitar, subscrevo.

Elba Freitas Clarintino
Secretária Judicial da 1ª Vara Cível
Assino de ordem da MM Juíza (art. 225, VII, do CPC)

A DOUTORA ANA LUCRÉCIA BEZERRA SODRÉ REIS, JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA 1ª VARA CÍVEL, DESTA COMARCA DE IMPERATRIZ, ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI ETC.

PELA presente INTIMAÇÃO, na forma do Art. 236 e 237 caput do CPC e da resolução 15/2008, nos autos de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANOS MORAIS (Proc. n.º 6791-26.2011.8.10.0040) requerido por OTAMIRES RIBEIRO MOREIRA, move em face de FEMAH CASA E ESCRITÓRIO LTDA, que se processam perante este juízo e respectiva secretaria, INTIMA o adv. da parte requerente Dra. Feranda Miranda Léda e Sarah Lamarck "para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente réplica à Contestação de fls. 47 e 64. A presente que será publicada na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão, aos 9 (nove) de Novembro de 2011. Eu Elba Freitas Clarintino, Secretária Judicial, fiz digitar, subscrevo.

Elba Freitas Clarintino

Secretaria Judicial da 1ª Vara Cível
Assino de Ordem do MM Juiz (Art.225, VII, CPC)

A DOUTORA ANA LUCRÉCIA BEZERRA SODRÉ REIS, JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA 1ª VARA CÍVEL, DESTA COMARCA DE IMPERATRIZ, ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI ETC.
PELA presente INTIMAÇÃO, na forma do Art. 236 e 237 caput do CPC e da resolução 15/2008, nos autos de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO (Proc. n.º 9274-29.2011.8.10.0040) requerido por JOSÉ JOÃO DE SOUSA representada por LUCINEIDE CARVALHO DA SILVA, contra SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., que se processam perante este juízo e respectiva secretaria, INTIMA o (s) advogado (s) do requerente (a) Dr (a). DENY JACKSON SOUSA MAGALHÃES, LUARAN PEREIRA LINS, "para que compareça em Audiência de Conciliação, a ser realizada no dia 02/02/2012 Às 10:30 horas", exarado nos autos acima. A presente intimação será publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão, aos 9 (nove) de Novembro de 2011. Eu Elba Freitas Clarintino, Secretária Judicial, fiz digitar, subscrevo.

Elba Freitas Clarintino
Secretária Judicial da 1ª Vara Cível
Assino de Ordem da MM Juíza (Art.225, VII, CPC).

Segunda Vara Cível de Imperatriz

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº. 5263-59.2008.8.10.0040

DENOMINAÇÃO: EXECUÇÃO

REQUERENTE(S): BANCO DO BRASIL S.A.

REQUERIDA(S): 3 PEP PNEUS E SERVIÇOS LTDA E OUTROS

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE TRINTA (30) DIAS

A Excelentíssima Senhora Ana Beatriz Jorge de Carvalho Maia, Juíza de Direito Titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz, Estado do Maranhão, na forma da lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa perante este Juízo e Secretaria da 2ª Vara Cível a ação de Execução Forçada nº 5263-59.2008.8.10.0040, em que Banco do Brasil S/A move em desfavor de 3 Pep Pneus e Serviços Ltda e outros. É o presente para CITAR os executados: 3 Pep Pneus e Serviços Ltda, inscrita no CNPJ nº 07.419.305/0001-81, na pessoa de seu representante legal; Oriel Borges Paulo, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 105.192.202-00 e RG nº 5786727 SSP/PA; Maria de Fátima Figueredo Paulo, brasileira, casada, inscrita no CPF nº 167.346.532-34 e RG nº 5033389/PA; José Carlos Lima de Barbalho, brasileiro, casado, inscrito no CPF 681.761.805-30 e RG. 3852733/PA e Joseane Alves Rosa, brasileira, casada, inscrita no CPF nº 968.020.575-49 e RG nº 08662820-84 SSP/BA, todos em lugares incertos e não sabido, para tomarem conhecimento do conteúdo da ação supramencionada, devendo, no prazo de 03 (três) dias, efetuarem o pagamento no valor de R\$ 88.723,40 (oitenta e oito mil, setecentos e vinte e três reais e quarenta centavos), devidamente atualizado, acrescido das custas processuais e dos honorários advocatícios arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, para efeitos de sua remição, sob pena de não realizá-lo espontaneamente, proceder-se de logo a penhora e avaliação. Ficam cientificados os executados que há possibilidade de no prazo de 15 (quinze) dias embargarem e, caso depositem 30% (trinta por cento) do valor da execução, inclusive custas e honorários advocatícios, acrescido de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, poderão requerer o pagamento restante em até 06 (seis) parcelas mensais (art. 745-A). E, para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se o presente EDITAL, que será fixado no lugar de costume e publicado no Diário da Justiça e no jornal de ampla circulação. Dado e passado o presente nesta Secretaria Judicial a meu cargo, nesta cidade de Imperatriz Estado do Maranhão, aos 16 (dezesesseis) de março de 2011. Eu, , Antônio Martins de Araújo, Secretário Judicial, que o fiz digitar, conferi e subscrevo.

Ana Beatriz Jorge de Carvalho Maia
Juíza de Direito da 2ª Vara Cível

Terceira Vara Cível de Imperatriz

**EDITAL DE CITAÇÃO DOS AUSENTES,
INCERTOS E DESCONHECIDOS COM PRAZO DE 30 dias**

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº. 2854-81.2006.8.10.0040

DENOMINAÇÃO: Usucapiao Especial

DATA DO AJUIZAMENTO: 18/05/2006 09:52:54

VALOR DA CAUSA EM R\$: 30000.00

PARTE(S) REQUERENTE(S): CARLINDO SOARES PEREIRA

PARTE(S) REQUERIDA(S): MARIA RIBEIRO DE SOUSA

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que fica(m) CITADOS: os interessados ausentes, incertos e desconhecidos, para querendo manifestarem interesse na Ação de Usucapião acima referida, que tem como objeto um imóvel medindo de frente 6,60 metros de frente, por 30,00 metros laterais, localizados nesta cidade de Imperatriz na Rua Piauí nº 2026, entre as Ruas Bandeirantes e Rua Beta, Bairro Bacuri. E para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente EDITAL, que será fixado no lugar de costume, nos termos da petição inicial e despacho prolatado nos autos da Ação em epígrafe O que se CUMpra nos termos e na forma da Lei. Dado e passado o presente nesta Secretaria Judicial a meu cargo, nesta cidade de ,Estado do Maranhão.

Ana Lucrécia Bezerra Sodré Reis
Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Cível
Respondendo pela 3ª Vara Cível

PROCESSO Nº: 9210-19.2011.8.10.0040

TIPO DE AÇÃO: Processo Cível e do Trabalho | Processo Cautelar | Exibição

REQUERENTE: VALDILEA DA COSTA SILVA FEITOSA

REQUERIDO: C.A.I.- Clínica de Acidentados de Imperatriz Ltda

Finalidade: Intimação do Advogado(a) **ANA CAROLINA VIEIRA DA SILVA MELO, OAB/ MA 10.486**, para tomar conhecimento da **DECISÃO DA MM JUÍZA** de fls. 15/ 17, a seguir transcrita: Vistos, etc. Cuida-se de ação cautelar de exibição de documentos ajuizada por VALDILEA DA COSTA SILVA FEITOSA em face de C.A.I. CLINICA DE ACIDENTADOS DE IMPERATRIZ LTDA ao argumento de que a parte requerida tem em sua posse copia do prontuário medico que por si só provam a pertinência do pedido da autora que tem como base requerimento do seguro DPVAT. A inicial vem

instruída com a documentação de fls. 07/14. Com efeito, a exibição de documentos pode ser promovida tanto de forma incidental quanto preparatória, sendo que apenas na segunda hipótese possui natureza cautelar, sendo sua principal finalidade, em sendo preparatória, a de impedir o ajuizamento de uma ação mal instruída, evitando que o autor, no curso do processo, se depare com prova inexistente ou cuja produção tenha se tornado impossível e, nesta hipótese, o procedimento a ser observado encontra-se descrito pelos arts. 356 a 359 do CPC, segundo os quais, uma vez recebida a inicial, promove-se a citação do réu, fixando-lhe prazo de 5 (cinco) dias para manifestação (art. 357 do CPC). Culminando na consequência de que nesta ocasião, o demandado poderá adotar uma das seguintes condutas: exibir em juízo a coisa ou documento pleiteado, o que extingue o processo, posto que a medida produz o efeito desejado; silenciar-se, permitindo que se presuma verdadeiros os fatos que deveriam ser comprovados (art. 359, inc. I, do CPC); ou oferecer contestação, recusando o dever de exibir o objeto do pedido ou alegando que não o possui. Assevere-se que, conforme o art. 845, a ação cautelar de exibição, quando incidental, segue o procedimento estabelecido nos artigos 355 a 363 do CPC o que caberia a aplicação do art. 359, contudo, se preparatória, o efeito perseguido, de se ter por verdadeiros os fatos alegados, só serão obtidos em um processo principal onde haja um pedido específico de declaração ou desconstituição, sob o fundamento lógico de que na cautelar preparatória não pode haver e é incabível pedido próprio da cognição principal. Em fim, nos termos do art. 844 do CPC, a cautelar de exibição de documentos tem lugar, como procedimento preparatório, a exibição judicial quando se tratar de coisa móvel em poder de outrem e que o requerente reputa sua ou tenha interesse em conhecer; ou se tratar de documento próprio ou comum, em poder de co-interessado, sócio, condômino, credor ou devedor; ou em poder de terceiro que o tenha em sua guarda, como inventariante, testamenteiro, depositário ou administrador de bens alheios, bem assim da escrituração comercial por inteiro, balanços e documentos de arquivo, nos casos expressos em lei. No presente caso, tenho que é cabível a exibição de documentos, posto que em procedimento preparatório, com as especificações referidas acima, ou seja, o direito de acesso aos documentos é corolário lógico da garantia constitucional de invocação do Poder Judiciário para apreciar a lesão sofrida (art. 5º XXXV), pois, como poderia a parte Autora pleitear o benefício do seguro DPVAT, sem ter em mãos o prontuário médico que daria base ao seu pedido, ou seja, in casu, pelo que entendo presentes os requisitos autorizadores da concessão da medida cautelar pleiteada, a saber, o "periculum in mora" e o "fumus boni iuris", sobretudo porque intenciona a Requerente, no prazo legal, ajuizar o pedido do seguro dpvat. Assevere-se que o dever de informação e, por conseguinte, o de exibir a documentação que a contenha é obrigação decorrente de lei, de integração contratual compulsória, pelo que, não pode ser objeto de recusa nem de condicionantes, face ao princípio da boa-fé objetiva, ademais disto, se pode o cliente a qualquer tempo requerer da instituição de atendimento médico o prontuário médico em questão. Isto posto, porque presentes os requisitos autorizadores da concessão da medida cautelar, intime-se a parte Ré para que, no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias, exiba a documentação referente ao prontuário médico, em posse da parte requerida, nos termos do art. 357 e 359, ambos do CPC. Intime-se. Expeça-se o competente mandado. CITE-SE a parte Requerida para, querendo, responder aos termos do pedido, devendo constar do mandado as advertências dos arts. 285, 319 e 803 do CPC. Imperatriz (MA), 02 de novembro de 2011. ANA LUCRÉCIA BEZERRA SODRÉ REIS. Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Cível. Respondendo pela 3ª Vara Cível. Imperatriz/MA, 9 (nove) de Novembro de 2011.

Geisa Cobas Xavier
Secretária Judicial

(Assinando de ordem da MM. Ana Lucrécia Bezerra Sodré Reis, respondendo pela 3ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

PROCESSO Nº: 9228-40.2011.8.10.0040

TIPO DE AÇÃO: Processo Cível e do Trabalho | Processo de Conhecimento | Procedimento de Conhecimento | Procedimento Ordinário

REQUERENTE: JESSICA MARTINS HONDA

REQUERIDO: BANCO FINASA S/A

Finalidade: Intimação do Advogado(a) **RAMON RODRIGUES SILVA DOMINICES, OAB/ MA 10100**, para tomar conhecimento da **DECISÃO DA MM JUÍZA (PARTE FINAL)** de fls. 64/ 68, a seguir transcrita: Isto posto, pelas acima expostas, entendo que não há nos autos prova inequívoca que me convença da verossimilhança do direito invocado pela Autora, qual seja, a suspensão dos pagamentos e a retirada do seu nome dos cadastros protetivos do crédito a que fora inscrito em razão da dívida para com o Banco, o que não impede, noutra oportunidade, em que a situação seja melhor aclarada, notadamente após a resposta do Banco, ou na instrução, se não for possível naquela primeira oportunidade, seja reanalisada a possibilidade do deferimento do pedido, tão logo estejam presentes os requisitos ensejadores da concessão da liminar pleiteada. Em continuidade do feito, CITE-SE a parte Requerida na forma e no endereço fornecido na inicial para que, querendo, venha aos autos responder aos termos da inicial, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 297 do CPC), devendo constar do mandado as advertências dos arts. 285 e 319 do CPC. Porque presentes os requisitos legais, concedo os benefícios da gratuidade da justiça. INTIME-SE o Requerente. CUMPRA-SE. Imperatriz (MA), 02 de novembro de 2011. ANA LUCRÉCIA BEZERRA SODRÉ REIS. Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Cível. Respondendo pela 3ª Vara Cível. Imperatriz/MA, 9 (nove) de Novembro de 2011.

Geisa Cobas Xavier
Secretária Judicial

(Assinando de ordem da MM. Ana Lucrécia Bezerra Sodré Reis, respondendo pela 3ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

PROCESSO Nº: 9306-34.2011.8.10.0040

TIPO DE AÇÃO: Processo Cível e do Trabalho | Processo de Conhecimento | Procedimento de Conhecimento | Procedimento Ordinário

REQUERENTE: MARILDE DA SILVA ARAUJO

REQUERIDO: COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO MARANHÃO - CAEMA

Finalidade: Intimação do Advogado(a) **SARAH LAMARCK, OAB/ MA 6681**, para tomar conhecimento da **DECISÃO DA MM JUÍZA** de fls. 36, a seguir transcrita: Vistos, etc.. Por cautela, resevo-me para apreciar a antecipação de tutela requerida após a contestação da Ré, quando melhor delineado estará o panorama da lide, ensejando o exame dos requisitos que a autorizam, e, sobretudo, em homenagem ao princípio do contraditório. Cite-se a parte Requerida, para que no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, responda aos termos do pedido, devendo constar do mandado as advertências dos arts. 285 e 319 do CPC. Porque presentes os requisitos legais, concedo os benefícios da gratuidade da justiça. Cumpra-se. Imperatriz (Ma), 07 de novembro 2011.

ANA LUCRÉCIA BEZERRA SODRÉ REIS. Juíza de Direito. Titular da 1ª Vara Cível
Respondendo pela 3ª Vara Cível. Imperatriz/MA, 9 (nove) de Novembro de 2011.

Geisa Cobas Xavier
Secretária Judicial

(Assinando de ordem da MM. Ana Lucrécia Bezerra Sodré Reis, respondendo pela 3ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz-MA, nos termos do art. 3º,

Quarta Vara Cível de Imperatriz**Processo nº: 1029-68.2007.8.10.0040****Ação: EXECUÇÃO****Requerente: V. M. BARROS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO****Advogado: DR. DENY JACKSON SOUSA MAGALHÃES, OAB/MA 7083****Requerido: KARLA AZEVEDO BRINGEL JUSTINO**

Intimação do(s) Advogado(s) acima especificado(s), para tomar(em) conhecimento do despacho de fls. 31, a seguir transcrito: "**Intime-se o autor e seu advogado para, no prazo de 48h00 (quarenta e oito horas), requerer providências necessárias ao andamento regular do feito, sob pena de extinção sem resolução de mérito (art. 267, II, III e § 1º do CPC)**".

Imperatriz/MA, 08 de novembro de 2011

Joana D'arc Pereira Barros**Secretária Judicial**

(Assinando de ordem do **MM. Juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto**, Respondendo pela 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº: 12647-20.2001.8.10.0040**Ação: EXECUÇÃO****Exequente: HOSPITAL SÃO RAFAEL LTDA****Advogado: DR. RAIMUNDO MIRANDA ANDRADE, OAB/MA 5132****Executado: ALANA MARA ALVES DURAN**

Intimação do(s) Advogado(s) acima especificado(s), para tomar(em) conhecimento do despacho de fls. 80, a seguir transcrito: "**Intime-se o exequente e seu advogado para, no prazo de 48h00 (quarenta e oito horas), requerer providências necessárias ao andamento regular do feito, sob pena de extinção sem resolução de mérito (art. 267, II, III e § 1º do CPC)**".

Imperatriz/MA, 08 de novembro de 2011

Joana D'arc Pereira Barros**Secretária Judicial**

(Assinando de ordem do **MM. Juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto**, Respondendo pela 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº1498-75.2011.8.10.0040**Ação: BUSCA E APREENSÃO****Requerente: BV FINANCEIRA S/A CFI****Advogado: BRENDA MARCELE VIEIRA SERRA-OAB/MA 8835****Requerido: FRANCISCO WASHINGTON SOUZA R. JUNIOR****Advogado: NÃO CONSTA NOS AUTOS**

O Excelentíssimo Senhor Adolfo Pires da Fonseca Neto, Juiz de Direito, respondendo pela 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz/MA, INTIMA o(s) advogado(s) acima especificado(s), para tomar(em) conhecimento da sentença proferida nos autos da ação em epígrafe, cuja parte dispositiva segue transcrita: "**Dessa forma, considerando que ao julgador incumbe conduzir o feito primando pela sua regularidade, EXTINGO o presente processo, sem resolução de mérito, com fulcro no artigo 267, inciso I, do Código de Processo Civil. Condeno a Requerente ao pagamento das custas processuais finais, se houver. Após o trânsito em julgado, proceda-se o arquivamento com baixa na distribuição. P.R.I.**".

Imperatriz/MA, 9 de Novembro de 2011.

Adolfo Pires da Fonseca Neto**Juiz de Direito**

Respondendo pela 4ª Vara Cível

Processo nº16504-74.2001.8.10.0040**Ação: ORDINÁRIA****Requerente: METALCO - CIA MARANHENSE DE METAIS COMPENSADOS LTDA****Requerido: VOLKSWAGEN LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL****Advogado: DRA. LUCIANA CHRISTINA RIBEIRO BARBOSA, OAB/MA 8681**

O Excelentíssimo Senhor Adolfo Pires da Fonseca Neto, Juiz de Direito, respondendo pela 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz/MA, INTIMA o(s) advogado(s) acima especificado(s), para tomar(em) conhecimento da sentença proferida nos autos da ação em epígrafe, cuja parte dispositiva segue transcrita: "**Ante o exposto, julgo improcedente a presente impugnação, por conseguinte determino o prosseguimento da execução, em seus termos legais. Transitada em julgada, expeça-se alvará judicial em favor do patrono da impugnada. Custas finais pelo Impugnado, se houver. P.R.I.**".

Imperatriz/MA, 09 de novembro de 2011.

Adolfo Pires da Fonseca Neto**Juiz de Direito**

Respondendo pela 4ª Vara Cível

Processo nº: 198-45.1992.8.10.0040**Ação: EVICÇÃO****Requerente: CARLOS ROBERTO GRAGNANIN****Advogado: MIRIAM SANTOS-OAB/MA 3868**

Requerido: MANOELITO ALMEIDA COELHO

Intimação do(s) Advogado(s) acima especificado(s), para tomar(em) conhecimento do despacho de fls. 180, a seguir transcrito: **"Intime-se a Requerente, para requerer as medidas necessárias ao impulsionamento do feito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção nos termos do art. 267, II, III parágrafo 1º do CPC"**.

Imperatriz/MA, 09 de novembro de 2011

Joana D'arc Pereira Barros

Secretária Judicial

(Assinando de ordem do **MM. Juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto**, Respondendo pela 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº: 274-06.1991.8.10.0040

Ação: EXECUÇÃO

Requerente: ALPHA MÁQUINAS E VEÍCULOS DO NORDESTE LTDA

Advogado: DR. OZIEL VIEIRA DA SILVA, 3303

Requerido: JACELINE PIRES L. CHAVES

Intimação do(s) Advogado(s) acima especificado(s), para tomar(em) conhecimento do despacho de fls. 63, a seguir transcrito: **"Intime-se a Exequerente, e seu advogado, para requererem as medidas necessárias ao impulsionamento do feito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção nos termos do art. 267, II, III e § 1º, do CPC"**.

Imperatriz/MA, 8 de Novembro de 2011

Joana D'arc Pereira Barros

Secretária Judicial

(Assinando de ordem do **MM. Juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto**, Respondendo pela 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº: 356-95.1995.8.10.0040

Ação: EXECUÇÃO

Exequente: BANCO ECONOMICO S/A

Advogado: EDMAR DE OLIVEIRA NABARRO, OAB/MA 3796-A

Executado: MARIA GORETHPINTO DA SILVA

Intimação do(s) Advogado(s) acima especificado(s), para tomar(em) conhecimento do despacho de fls. 64, a seguir transcrito: **Intime-se o exequente para que indique outros meios para satisfação do crédito.**

Imperatriz/MA, 09 de novembro de 2011

Joana D'arc Pereira Barros

Secretária Judicial

(Assinando de ordem do **MM. Juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto**, Respondendo pela 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº: 3996-47.2011.8.10.0040

Ação: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

Requerente: MARIA DA CONCEIÇÃO DA CUNHA

Advogado: RAMON RODRIGUES SILVA DOMINICES-OAB/MA 10100

Requerido: LOJAS SORRISO - MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS (DIAS E BARROS LTDA)

Intimação do(a) Advogado(a) acima especificado, para querendo, apresentar réplica à contestação e documentos de fls. 26/38, no prazo legal.

Imperatriz/MA, 9 de Novembro de 2011

Joana D'arc Pereira Barros

Sec. Judicial

(Assinando de ordem do **MM. Juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto**, Respondendo pela 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº4456-68.2010.8.10.0040

Ação: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

Requerente: RONALDO RODRIGUES MAIA JUNIOR

Advogado: RAMON GEORGES DAHER-OAB/MA 9722

Requerido: CEMAR - COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO

Advogado: GILBERTO COSTA SOARES-OAB/MA 4914

O Excelentíssimo Senhor Adolfo Pires da Fonseca Neto, Juiz de Direito, respondendo pela 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz/MA, INTIMA o(s) advogado(s) acima especificado(s), para tomar(em) conhecimento da sentença proferida nos autos da ação em epígrafe, cuja parte dispositiva segue transcrita: **"Dessa forma, diante de tudo o que foi exposto e consta dos autos, julgo procedente o pedido para condenar a Ré a pagar ao autos a importância de R\$ 3.000,00, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de dez por centos, nos termos do art. 475-J do cpc"**.

Imperatriz/MA, 09 de Novembro de 2011.

Adolfo Pires da Fonseca Neto

Juiz de Direito

Respondendo pela 4ª Vara Cível

Processo nº: 4847-57.2009.8.10.0040

Ação: OBRIGAÇÃO DE FAZER

Requerente: CLEOMAR TEIXEIRA LUZ

Requerido: AVON COSMETICOS LTDA

Advogado: DRA. MARIANA BRAGA DE CARVALHO, OAB/MA 6853

Intimação do(s) Advogado(s) acima especificado(s), para tomar(em) conhecimento do despacho de fls. 84, a seguir transcrito: **"Recebo o recurso de apelação de fls. 73/80 dos autos, em seu efeito devolutivo e suspensivo. Intime-se a apelada para respondê-lo no prazo legal de 15 (quinze) dias".**

Imperatriz/MA, 07 de novembro de 2011

Joana D'arc Pereira Barros

Secretária Judicial

(Assinando de ordem do **MM. Juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto**, Respondendo pela 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº: 5465-31.2011.8.10.0040

Ação: REIVINDICATÓRIA

Requerente: EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E NEGÓCIOS PÚBLICOS - EMARHP

Advogado: PAULO THIAGO FERNANDES DIAS-OAB/MA 7064

Requerido: EVA SANTOS

Intimação do(a) Advogado(a) acima especificado, para querendo, apresentar réplica à contestação e documentos de fls. 55/85, no prazo legal.

Imperatriz/MA, 9 de Novembro de 2011

Joana D'arc Pereira Barros

Secretária Judicial

(Assinando de ordem do **MM. Juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto**, Respondendo pela 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº: 5918-26.2011.8.10.0040

Ação: REVISIONAL DE CONTRATO C/C CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

Requerente: MARCOS AURÉLIO PEREIRA MERCEDES

Advogado: RAMON RODRIGUES SILVA DOMINICES

Requerido: BANCO PANAMERICANO

Intimação do(a) Advogado(a) acima especificado, para querendo, apresentar réplica à contestação e documentos de fls. 76/101, no prazo legal.

Imperatriz/MA, 9 de Novembro de 2011

Joana D'arc Pereira Barros

Secretária Judicial

(Assinando de ordem do **MM. Juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto**, Respondendo pela 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº: 6596-41.2011.8.10.0040

Ação: OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

Requerente: JOÃO DA CRUZ EVANGELISTA DE FRANÇA

Advogado: BRUNO CALDAS SIQUEIRA FREIRE-OAB/MA 6798

Requerido: BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS SA

Intimação do(a) Advogado(a) acima especificado, para querendo, apresentar réplica à contestação e documentos de fls. 57/69, no prazo legal.

Imperatriz/MA, 9 de Novembro de 2011

Joana D'arc Pereira Barros

Secretária Judicial

(Assinando de ordem do **MM. Juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto**, Respondendo pela 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº: 6662-21.2011.8.10.0040

Ação: OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA

Requerente: MARCOS JOSE BARROS DE MELO

Advogado: KALENO DELGADO LEITE-OAB/MA 9317

Requerido: UNICOC - UNIÃO DE CURSOS SUPERIORES COC LTDA

Intimação do(a) Advogado(a) acima especificado, para querendo, apresentar réplica à contestação e documentos de fls. 63/108, no prazo legal.

Imperatriz/MA, 9 de Novembro de 2011

Joana D'arc Pereira Barros

Secretária Judicial

(Assinando de ordem do **MM. Juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto**, Respondendo pela 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº: 7057-28.2002.8.10.0040

Ação: EXECUÇÃO

Exequente: GERDAU SA

Advogado: NOÊMIA MARIA DE LACERDA SCHUTZ, OAB/GO 4606

Executado: LEDUARDO M ALMEIDA COMERCIO

Intimação do(s) Advogado(s) acima especificado(s), para tomar(em) conhecimento do despacho de fls. 116, a seguir transcrito: **"Intime-se o exequente para que indique outros meios para satisfação do crédito".**

Imperatriz/MA, 09 de novembro de 2011

Joana D'arc Pereira Barros

Secretária Judicial

(Assinando de ordem do **MM. Juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto**, Respondendo pela 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº: 7103-02.2011.8.10.0040
Ação: DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO
Requerente: GLEYCIANE KELLY CRUZ MOURA
Advogado: SARAH LAMARCK-OAB/MA 6681
Requerido: CEMAR - COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO

Intimação do(a) Advogado(a) acima especificado, para querendo, apresentar réplica à contestação e documentos de fls. 32/57, no prazo legal.

Imperatriz/MA, 9 de Novembro de 2011
Joana D'arc Pereira Barros
Secretária Judicial

(Assinando de ordem do **MM. Juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto**, Respondendo pela 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº: 7339-56.2008.8.10.0040
Ação: EXECUÇÃO
Requerente: INTITUIÇÃO EDUCACIONAL SUL MARANHENSE LTDA
Advogado: DR. JOÃO HENRIQUE DE OLIVEIRA, OAB/MA 8617
Requerido: CARMEM REGINA AMARANTE DANIN

Intimação do(s) Advogado(s) acima especificado(s), para tomar(em) conhecimento do despacho de fls. 31, a seguir transcrito: "**Considerando-se o teor da certidão de fl. 29 dos autos, determino a intimação pessoal da requerente, bem como, de sua advogada para, no prazo de 48h00 (quarenta e oito horas), requerer providências necessárias ao andamento regular do feito, sob pena de extinção sem resolução de mérito (art. 267, III e § 1º do CPC)**".

Imperatriz/MA, 08 de novembro de 2011
Joana D'arc Pereira Barros
Secretária Judicial
Mat. 1503895

(Assinando de ordem do **MM. Juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto**, Respondendo pela 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº: 7436-51.2011.8.10.0040
Ação: OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS
Requerente: IRANILDO ALVES CAVALCANTE
Advogado: SARAH LAMARCK-OAB/MA 6681
Requerido: CENTRO DE OLHOS DE IMPERATRIZ LTDA

Intimação do(a) Advogado(a) acima especificado, para querendo, apresentar réplica à contestação e documentos de fls. 36/60, no prazo legal.

Imperatriz/MA, 9 de Novembro de 2011
Joana D'arc Pereira Barros
Secretária Judicial

(Assinando de ordem do **MM. Juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto**, Respondendo pela 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº: 7617-52.2011.8.10.0040
Ação: BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A - FINANSA BMC
Advogado: DRA. SUELEN GONÇALVES BIRINO, OAB/MA 8544
Requerido: WANDERLY TORRES BATISTA

Intimação do(s) Advogado(s) acima especificado(s), para que emende a inicial e junte no prazo de 10(dez) dias, prova da constituição em mora do devedor, conforme preconiza o §2º do artigo 2º do Decreto Lei 911/69, sob pena de indeferimento da inicial. Tudo conforme despacho de fls. 57/59, proferido nos autos em questão.

Imperatriz/MA, 07 de novembro de 2011
Joana D'arc Pereira Barros
Secretária Judicial

(Assinando de ordem do **MM. Juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto**, Respondendo pela 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº: 7662-27.2009.8.10.0040
Ação: Busca e Apreensão
Requerente: BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Advogado: BRUNO JOSÉ DE FREITAS BORGES-OAB/MA 8824
Requerido: JONH WILLA ALVES ALMEIDA

Intimação do(s) Advogado(s) acima especificado(s), para tomar(em) conhecimento do despacho de fls. 79, a seguir transcrito: **Intime-se, o Requerente para, no prazo de 48 (quarenta e oito horas), requeira as providências necessárias ao prosseguimento do feito, sob pena de extinção.**

Imperatriz/MA, 9 de Novembro de 2011
Joana D'arc Pereira Barros
Secretária Judicial

(Assinando de ordem do **MM. Juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto**, Respondendo pela 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº: 7710-15.2011.8.10.0040

Ação: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS

Requerente: ANTÔNIO LUIZ SILVA DOS SANTOS

Advogado: ANA CAROLINA VIEIRA DA SILVA MELO-OAB/MA 10486

Requerido: COMPRÊMIO COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA

Intimação do(s) Advogado(s) acima especificado(s), para tomar(em) conhecimento do Ato Ordinatório de fls. 74, a seguir transcrito: **Intime-se a parte autora para fornecer cópias da inicial, para instruir ato processual (citação).**

Imperatriz/MA, 9 de Novembro de 2011

Joana D'arc Pereira Barros

Secretária Judicial

(Assinando de ordem do **MM. Juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto**, Respondendo pela 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº: 7999-45.2011.8.10.0040

Ação: REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO C/C COM DANOS MORAIS

Requerente: MARIA DE JESUS LIMA CARDOSO

Advogado: RAMON RODRIGUES SILVA DOMINICES-OAB/MA 10100

Requerido: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A

Intimação do(a) Advogado(a) acima especificado, para querendo, apresentar réplica à contestação e documentos de fls. 80/115, no prazo legal.

Imperatriz/MA, 9 de Novembro de 2011

Joana D'arc Pereira Barros

Secretária Judicial

(Assinando de ordem do **MM. Juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto**, Respondendo pela 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº: 8720-94.2011.8.10.0040

Ação: REDIBITÓRIA C/C INDENIZAÇÃO

Requerente: LICIO EUGENIO LOPES MAGALHÃES

Advogado: BRUNO ARAÚJO DE LIMA-OAB/MA 10296

Requerido: ALIANÇA DISTRIBUIDORA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA, COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV

Intimação do(s) Advogado(s) acima especificado(s), para tomar(em) conhecimento do Ato Ordinatório de fls. 102, a seguir transcrito: **Intime-se a parte autora para fornecer cópia da inicial, para instruir ato processual (citação).**

Imperatriz/MA, 9 de Novembro de 2011

Joana D'arc Pereira Barros

Secretária Judicial

(Assinando de ordem do **MM. Juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto**, Respondendo pela 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº: 8911-42.2011.8.10.0040

Ação: CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

Requerente: AYSLAN NOLETO DA COSTA

Advogado: RAMON RODRIGUES SILVA DOMINICES-OAB/MA 10100

Requerido: BANCO HONDA S/A

Intimação do(s) Advogado(s) acima especificado(s), para tomar(em) conhecimento do Ato Ordinário de fls. 71, a seguir transcrito: **Intime-se a parte autora para fornecer cópia da inicial, para instruir ato processual (citação).**

Imperatriz/MA, 9 de Novembro de 2011

Joana D'arc Pereira Barros

Secretária Judicial

(Assinando de ordem do **MM. Juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto**, Respondendo pela 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº: 8983-29.2011.8.10.0040

Ação: REINTEGRAÇÃO DE POSSE

Requerente: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A

Advogado: DRA. TATYANA R. S. TAVARES, OAB/MA 10223

Requerido: LOURENÇO CARDOSO DA SILVA

Intimação do(s) Advogado(s) acima especificado(s), para tomar(em) conhecimento do despacho de fls. 38, a seguir transcrito: **Analisando o contexto dos autos, verifico que o subscritor da peça vestibular não possui habilitação nos autos, conforme impõe o art. 36 do CPC, primeira parte, que assim estabelece: "A parte será representada em juízo por advogado legalmente habilitado". Dessa forma, intime-se o requerente para no prazo de 10 (dez) dias, regularizar sua representação processual, segundo inteligência do art. 36 do CPC, sob pena de indeferimento da exordial.**

Imperatriz/MA, 08 de novembro de 2011

Joana D'arc Pereira Barros

Secretária Judicial

(Assinando de ordem do **MM. Juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto**, Respondendo pela 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

Segunda Vara da Família de Imperatriz**Edital de Citação****Processo nº 0009534-09.2011.8.10.0040****Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | DIVÓRCIO LITIGIOSO****Autor: RONALDO LOPES DA SILVA AMORIM****Advogados: MÁRCIA RIBEIRO LIMA LACERDA (OAB 4671)****Réus: JACIRENE DIOLINDA DA SILVA AMORIM**

Citação do(a) requerido(a) por edital com prazo de 30 (trinta) dias. JACIRENE DIOLINDA DA SILVA AMORIM, brasileira, casada, endereço em local incerto e não sabido, para, no prazo de 15 (quinze) dias contestar a ação, através de advogado, sob pena de revelia e confissão. Não sendo contestada no prazo legal reputar-se-ão como verdadeiros os fatos articulados pela (o) autor (a). Art. 285 do C.P.C. Imperatriz/MA, 09 de novembro de 2011.

Adolfo Pires da Fonseca Neto
Juiz da 2ª Vara da Família.

Edital de Citação**Processo nº 0009536-76.2011.8.10.0040****Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | DIVÓRCIO LITIGIOSO****Autor: MARIA SOUSA ALMEIDA****Advogados: MÁRCIA RIBEIRO LIMA LACERDA (OAB 4671)****Réus: ILDEMAR SILVA DE ALMEIDA**

Citação do(a) requerido(a) por edital com prazo de 30 (trinta) dias. ILDEMAR SILVA DE ALMEIDA, brasileira, casada, endereço em local incerto e não sabido, para, no prazo de 15 (quinze) dias contestar a ação, através de advogado, sob pena de revelia e confissão. Não sendo contestada no prazo legal reputar-se-ão como verdadeiros os fatos articulados pela (o) autor (a). Art. 285 do C.P.C. Imperatriz/MA, 09 de novembro de 2011.

Adolfo Pires da Fonseca Neto
Juiz da 2ª Vara da Família.

Processo nº 0000666-42.2011.8.10.0040**Ação: EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL | EXECUÇÃO DE ALIMENTOS****Autor: ERIELDA DE JESUS RODRIGUES BATALHA e ERILENE DE JESUS RODRIGUES BATALHA****Advogados: MARIA VERA LUDCE ARAUJO SANTOS (OAB 4469) e MARIA VERA LUDCE ARAUJO SANTOS (OAB 4469)****Réus: DJAN ANTÔNIO BATALHA****Advogados: GEORGE VINÍCIUS BARRETO CAETANO (OAB 6060)**

Sendo assim, em consonância com o parecer do Ministério Público, declaro por sentença, para que surtam os jurídicos e legais efeitos, extinta a presente execução em relação aos meses executados, e o faço com base no artigo 794, inciso I, do CPC. Ressalta-se que quaisquer outros valores com vencimentos posteriores à citação e ao referido adimplemento, ou ainda honorários advocatícios, devem ser objeto de nova execução. Condeno o executado ao pagamento das custas processuais ao FERJ e honorários advocatícios no percentual de 20% sobre o valor da execução. Expeça-se Alvará para que a parte autora possa levantar a quantia penhorada que lhe cabe junto à instituição bancária devida (fl. 85). Publicada com a juntada aos autos. Registre-se. Arquive-se. Imperatriz, 04 de novembro de 2011.

Adolfo Pires da Fonseca Neto
Juiz da 2ª Vara da Família

Processo nº 0001115-97.2011.8.10.0040**Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68****Autor: DENNIS RINALD DOS REIS SILVA****Advogados: ISABEL LOIOLA GOMES MOREIRA (OAB 9732)****Réus: ADRIANE BONTEMPO ALVES SILVA e SAMARA BONTEMPO ALVES SILVA****Advogados: MIGUEL FERREIRA FURTADO (OAB 5561)**

Recebo o recurso em seu efeito devolutivo. Intime-se a parte apelada para responder ao recurso no prazo de 15 dias. Imperatriz-MA, 08/11/2011.

Adolfo Pires da Fonseca Neto
Juiz da 2ª Vara da Família.

Processo nº 0002565-75.2011.8.10.0040**Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA | RESTAURAÇÃO DE AUTOS****Autor: FRANCISCA DOS SANTOS HERENIO****Advogados: CATARINO DOS SANTOS PEREIRA DE ABREU (OAB 3640)****Réus:**

Umavez que é da parte autora o ônus de promover a citação e que o despacho de fls 49 não foi cumprido em su totalidade, concedo ao advogado o prazo de cinco dias para fornecer os endereços de todos os herdeiros a serem citados, inclusive os dos filhos do de cujus. Imperatriz/MA. 08/11/2011.

Adolfo Pires da Fonseca Neto
Juiz da 2ª Vara da Família.

Processo nº 0003798-10.2011.8.10.0040**Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | DIVÓRCIO LITIGIOSO****Autor: MILTON FERREIRA****Advogados: CLEMENTE BARROS VIEGAS (OAB 1018)****Réus: CLEONICE LUSTOSA FERREIRA****Advogados: LUIS AFONSO DANDA (OAB 8611)**

Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, para, com base no artigo 40 da Lei 6.515/77 decretar o divórcio do casal MILTON FERREIRA e CLEONICE LUSTOSA FERREIRA, pondo fim a sociedade conjugal e ao vínculo matrimonial, retornando a suplicada usar o nome de solteira, bem como determino a avaliação, venda e partilha de forma igual dos bens imóveis indicados na exordial, após a quitação das dívidas. Condono as partes ao pagamento das custas processuais ao FERJ pro-rata e honorários advocatícios individuais. P.R.I. Transitada em julgado, expeça-se mandado para as devidas averbações. Imperatriz, MA, 17 de janeiro de 2011.

Adolfo Pires da Fonseca Neto
Juiz da 2ª Vara da Família

Processo nº 0004114-23.2011.8.10.0040

Ação: EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL | EXECUÇÃO DE ALIMENTOS

Autor: FABIANA RIBEIRO DA SILVA e ISAAC DA SILVA PEREIRA

Advogados: GEORGE DE MORAES FEITOSA (OAB 9735) e GEORGE DE MORAES FEITOSA (OAB 9735)

Réus: PAULO ROBERTO SOUSA PEREIRA

OUÇA-SE A EXEQUENTE ACERCA DA CERTIDÃO QUE INFORMA QUE O EXECUTADO APRESENTOU CÓPIA DA CERTIDÃO DE ÓBITO DA EXEQUENTE, FL. 30, DIZENDO NÃO HAVER MAIS NECESSIDADE DO PAGAMENTO DA PENSÃO. IMPERATRIZ, 09/11/2011.

Adolfo Pires da Fonseca Neto
Juiz da 2ª Vara da Família

Processo nº 0004319-86.2010.8.10.0040

Ação: EXECUCAO DE PENSAO ALIMENTICIA

Autor: FRANCISCA INGRID VASCONCELOS ARAÚJO e IASMIN VASCONCELOS ARAÚJO e JACQUELINE VASCONCELOS SILVA ARAÚJO

Advogados: ELIAS SANTOS (OAB 3977) e ELIAS SANTOS (OAB 3977) e ELIAS SANTOS (OAB 3977)

Réus: JOANES DA SILVA ARAÚJO

INTIME-SE O AUTOR POR SEU ADVOGADO E PESSOALMENTE, DA CERTIDÃO NEGATIVA DE FLS. 18. Imperatriz - MA, 30/09/2011.

GESUAL GOMES MOREIRA
SECRETÁRIO JUDICIAL
assino de ordem do MM. Juiz, art. 225 VII do CPC

Processo nº 0004528-55.2010.8.10.0040

Ação: EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL | EXECUÇÃO DE ALIMENTOS

Autor: CLÁUDIA MARIA LOPES DA SILVA e HELLEN CAROLYNE MEDEIROS DA SILVA

Advogados: PAULO DIAS DE CARVALHO JUNIOR (OAB 8351) e PAULO DIAS DE CARVALHO JUNIOR (OAB 8351)

Réus: JOVINIANO MEDEIROS DA SILVA

INTIME-SE O AUTOR POR SEU ADVOGADO E PESSOALMENTE, DA CERTIDÃO NEGATIVA DE FLS. 40. Imperatriz, 09/11/2011.

Adolfo Pires da Fonseca Neto
Juiz da 2ª Vara da Família

Processo nº 0006013-61.2008.8.10.0040

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68

Autor: ANA PATRICIA NOGUEIRA DO RÊGO e IRIS MARIA NOGUEIRA REGO e RUAN CARLOS DAMIÃO NOGUEIRA REGO

Advogados: KEILA CRISTINA BRITO DA SILVA (OAB 8078A) e KEILA CRISTINA BRITO DA SILVA (OAB 8078A) e KEILA CRISTINA BRITO DA SILVA (OAB 8078A)

Réus: EVILÁSIA DAMIÃO DE QUEIROZ e RAIMUNDO REGO DE QUEIROZ

Advogados: FRANCISCO DE ASSIS CORREIA RÊGO (OAB 790) e FRANCISCO DE ASSIS CORREIA RÊGO (OAB 790)

Com efeito, percebe-se que restaram preenchidos os requisitos do artigo 267, inciso III, do CPC, razão pela qual, em acordo com o parecer ministerial, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito. Sem custas. Publicada com a juntada aos autos. Registre-se. Intime-se. Arquive-se. Imperatriz, 07 de Novembro de 2011.

Adolfo Pires da Fonseca Neto
Juiz da 2ª Vara da Família

Processo nº 0007228-67.2011.8.10.0040

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | DIVÓRCIO LITIGIOSO

Autor: MARIA CICERA SILVA SOARES

Advogados: Antonio Neres de Jesus e Souza (OAB 3024)

Réus: LINO SOUZA SOARES

Advogados: TIAGO VASCONCELOS SILVA (OAB 9723)

Dessa forma, JULGO PROCEDENTE o pedido, para decretar o divórcio do casal Maria Cícera Silva Soares e Lino Sousa Soares, pondo fim à sociedade conjugal e ao vínculo matrimonial, voltando a divorcianda a usar o nome de solteira. Sem custas ante o pedido de Justiça Gratuita. Publicada com a juntada aos autos. Registre-se. Intime-se. Arquive-se. Imperatriz/MA, 07 de Novembro de 2011.

Adolfo Pires da Fonseca Neto
Juiz da 2ª Vara da Família

Processo nº 0007228-67.2011.8.10.0040

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | DIVÓRCIO LITIGIOSO

Autor: MARIA CICERA SILVA SOARES

Advogados: Antonio Neres de Jesus e Souza (OAB 3024)

Réus: LINO SOUZA SOARES

Dessa forma, JULGO PROCEDENTE o pedido, para decretar o divórcio do casal Maria Cícera Silva Soares e Lino Sousa Soares, pondo fim à sociedade conjugal e ao vínculo matrimonial, voltando a divorcianda a usar o nome de solteira. Sem custas ante o pedido de Justiça Gratuita. Publicada com a juntada aos autos. Registre-se. Intime-se. Arquive-se. Imperatriz/MA, 07 de Novembro de 2011.

Adolfo Pires da Fonseca Neto
Juiz da 2ª Vara da Família

Processo nº 0008656-84.2011.8.10.0040

Ação: EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL | EXECUÇÃO DE ALIMENTOS

Autor: GABRIEL VINICIUS CONCEIÇÃO DOS SANTOS e MARIA DO CARMO CONCEIÇÃO ARAÚJO

Advogados: MARCIA RIBEIRO LIMA (OAB 4671) e MARCIA RIBEIRO LIMA (OAB 4671)

Réus: INDIAMIM CORTEZ DOS SANTOS

INTIME-SE A AUTORA POR SEU ADVOGADO E PESSOALMENTE, DA CERTIDÃO NEGATIVA DE FLS. 15v. Imperatriz, 09/11/2011.

Adolfo Pires da Fonseca Neto
Juiz da 2ª Vara da Família

Processo nº 0008674-08.2011.8.10.0040

Ação: EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL | EXECUÇÃO DE ALIMENTOS

Autor: ILDIMAR BEZERRA PAZ e INGRID KAYLINE BEZERRA SOUSA e ISABELLE BEZERRA SOUSA

Advogados: PAULO THIAGO FERNANDES DIAS (OAB 7064) e PAULO THIAGO FERNANDES DIAS (OAB 7064) e PAULO THIAGO FERNANDES DIAS (OAB 7064)

Réus: CLAUDIO SILVA SOUSA

INTIME-SE O AUTOR POR SEU ADVOGADO E PESSOALMENTE, DA CERTIDÃO NEGATIVA DE FLS. 16v. Imperatriz, 09/11/2011.

Adolfo Pires da Fonseca Neto
Juiz da 2ª Vara da Família

Processo nº 0009279-51.2011.8.10.0040

Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: HELOUISE FERREIRA DE ARAÚJO e KEYLA DEBORA FERREIRA DA SILVA

Advogados: ANTONIO PACHECO GUERREIRO NETO (OAB 6949) e ANTONIO PACHECO GUERREIRO NETO (OAB 6949)

Réus: Antonio José Gonçalves dos Santos

Advogados: VALDEMAR DE BRITO (OAB 4964)

Indefiro o pedido de liminar ora pleiteada, uma vez que os imóveis em questão já foram objeto de discussão nos autos.....onde se verifica que a genitora da ora embargante detalha qua a aquisição de tais bens se deu de forma bem diferente da ora pleiteada. No entanto, para que não haja eventual alegação de afronta ao princípio da ampla defesa, não obstante todo o desenrolar da ação principal, determino a suspensão daqueles autos e o devido apensamento deste, a fim de que se realize a citação do embargado para que conteste os presentes embargos, no prazo de 10 dias, conforme preceitua o art. 1053 do CPC. Imperatriz, 09/11/2011.

Adolfo Pires da Fonseca Neto
Juiz da 2ª Vara da Família

Processo nº 0009422-40.2011.8.10.0040

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68

Autor: ALFEZA CRISTINA NOGUEIRA TAVARES e ANA CRISTINA TAVARES SILVA e HANDEL JOHANSON TAVARES SILVA

Advogados: Enos Silvério de Araújo (OAB 4349) e Enos Silvério de Araújo (OAB 4349) e Enos Silvério de Araújo (OAB 4349)

Réus: FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA

Intime-se o advogado dos requerentes para emendar a inicial, no prazo de cinco dias, com a finalidade de comprovar que o pai dos autores está impossibilitado de prestar-lhe alimentos, bem como promova a citação dos avós maternos e avó paterna. Imperatriz/MA. 08/11/2011.

Adolfo Pires da Fonseca Neto
Juiz da 2ª Vara da Família

Processo nº 0006678-72.2011.8.10.0040

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | DIVÓRCIO LITIGIOSO

Autor: MARTA DA SILVA CARDOSO

Advogados: MARILIA NOBRE MIRANDA (OAB 9664)

Réus: WANDERLEY DE ALENCAR CARDOSO

Advogados: EDMILSON FRANCO DA SILVA (OAB 4401)

Dessaforma, JULGO PROCEDENTE o pedido, para decretar o divórcio do casal Marta da Silva Cardoso e Wanderley de Alencar Cardoso, pondo fim à sociedade conjugal e ao vínculo matrimonial, voltando a divorcianda a usar o nome de solteira. Sem custas ante o pedido de Justiça Gratuita. Publicada com a juntada aos autos. Registre-se. Intime-se. Arquive-se. Imperatriz/MA, 26 de Outubro de 2011.

Adolfo Pires da Fonseca Neto
Juiz da 2ª Vara da Família

Processo nº 0006678-72.2011.8.10.0040

Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | DIVÓRCIO LITIGIOSO

Autor: MARTA DA SILVA CARDOSO

Advogados: MARILIA NOBRE MIRANDA (OAB 9664)

Réus: WANDERLEY DE ALENCAR CARDOSO

Dessaforma, JULGO PROCEDENTE o pedido, para decretar o divórcio do casal Marta da Silva Cardoso e Wanderley de Alencar Cardoso, pondo fim à sociedade conjugal e ao vínculo matrimonial, voltando a divorcianda a usar o nome de solteira. Sem custas ante o pedido de Justiça Gratuita. Publicada com a juntada aos autos. Registre-se. Intime-se. Arquive-se. Imperatriz/MA, 26 de Outubro de 2011.

Adolfo Pires da Fonseca Neto
Juiz da 2ª Vara da Família

Segunda Vara Criminal de Imperatriz

PROCESSO Nº: 242-73.2006.8.10.0040

ACAO PENAL PUBLICA

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

DENUNCIADO: FRANCISCO SILVA CARLOS

ADVOGADA DO DENUNCIADO FRANCISCO SILVA CARLOS: LÚCIA MARIA BANDEIRA MAGNO – OAB/MA 4473

Intimação da Advogada, do denunciado Francisco Silva Carlos, Dra. Lúcia Maria Bandeira Magno, OAB/MA 4473, para tomar conhecimento da sentença prolatada nos autos de Ação Penal em epígrafe, cuja parte dispositiva segue adiante transcrita: "(...) ISTO POSTO, com fundamento no art. 89, § 5º da Lei nº 9.099/95, declaro extinta a punibilidade de FRANCISCO SILVA CARLOS, já qualificado nos autos, pela expiração do período de provas, sem aprovação. Arquivem-se os autos, com posterior baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Imperatriz(MA) 31 de outubro de 2011. Juíza Suely de Oliveira Santos Feitosa". Titular da 2ª Vara Criminal. SEDE DO JUÍZO: 2ª Vara Criminal, Fórum "Min. Henrique de La Rocque Almeida", sito à Rua Ruy Barbosa, s/n, centro, Imperatriz - MA - (99) 2101 4021 - (99) 2101 4000.

Imperatriz, (MA), 04 de novembro de 2011
Juíza SUELY DE OLIVEIRA SANTOS FEITOSA
Titular da 2ª Vara Criminal

PROCESSO Nº: 2745-28.2010.8.10.0040

ACAO PENAL PUBLICA

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

DENUNCIADO: MARCO ANTONIO TORRES DA COSTA CORTEZ

ADVOGADO DO DENUNCIADO MARCO ANTONIO TORRES DA COSTA CORTEZ: BENEDITO JORGE GONÇALVES DE LIRA – OAB/MA 9561

Intimação do Advogado, do denunciado Marco Antonio Torres da Costa Cortez, Dr. Benedito Jorge Gonçalves de Lira, OAB/MA 9561, para tomar conhecimento da sentença prolatada nos autos, cuja parte dispositiva segue adiante transcrita: "(...) ISTO POSTO, com fundamento no art. 387, do Código de Processo Penal, JULGO EM PARTE PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR o acusado MARCO ANTONIO TORRES DA COSTA CORTEZ, devidamente qualificado nos autos, como incurso na pena do Art. 16, parágrafo único, "IV" da Lei nº 10.826/2003. (...) Assim, torno a pena DEFINITIVA EM 03 (TRÊS) ANOS DE RECLUSÃO E 10 (DEZ) DIAS-MULTA, a qual deverá ser cumprida, inicialmente, em REGIME ABERTO (art. 33, § 2º, "c"), em lugar estabelecido pelo Juízo das Execuções Penais. (...) Com respaldo ao art. 44, I, II e III e § 2º do CP, CONVERTO a pena privativa de liberdade EM 02 (DUAS) RESTRITIVAS DE DIREITO, na modalidade PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE (art. 43, IV, CP), em local a ser indicado pelo Juízo das Execuções Penais, segundo as diretrizes do Art. 46 do CP. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Imperatriz/MA, 31 de outubro de 2011. Juíza Suely de Oliveira Santos Feitosa. Titular da 2ª Vara Criminal.". SEDE DO JUÍZO: 2ª Vara Criminal, Fórum "Min. Henrique de La Rocque Almeida", sito à Rua Ruy Barbosa, s/n, centro, Imperatriz - MA - (99) 2101 4021 - (99) 2101 4000.

Imperatriz, (MA), 09 de novembro de 2011
Juíza SUELY DE OLIVEIRA SANTOS FEITOSA
Titular da 2ª Vara Criminal

PROCESSO Nº 4374-03.2011.8.10.0040

AÇÃO PENAL PÚBLICA

DENUNCIADO: SERGIO REIS DE ARAÚJO

ADVOGADO: VALDEMAR DE BRITO - OAB/MA 4964

Intimação do advogado do denunciado, DR. VALDEMAR DE BRITO - OAB/MA 4964, para, no prazo de 10 dias, apresentar defesa escrita, na qual poderá ser arguida preliminares e tudo o que interesse a defesa do denunciado em epígrafe, oferecer documentos e justificações, especificar provas que pretender produzir e arrolar até no máximo 08 testemunhas, qualificando-as e requerendo a sua intimação quando necessário. SEDE DO JUÍZO: 2ª VARA CRIMINAL - Fórum de Justiça, sito à Rua Ruy Barbosa, s/n, centro, Imperatriz - MA - (99) 2101 4021.

Imperatriz (MA), 10 de novembro de 2011.
Juíza SUELY DE OLIVEIRA SANTOS FEITOSA
Titular da 2ª Vara Criminal

PROCESSO Nº: 607-88.2010.8.10.0040

ACAO PENAL PUBLICA

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

DENUNCIADO: PEDRO DE JESUS MAURÃO

ADVOGADO DO DENUNCIADO PEDRO DE JESUS MAURÃO: FABRICIO DA SILVA MACEDO – OAB/MA 8861

Intimação do Advogado, do denunciado Pedro de Jesus Maurão, Dr. Fabricio da Silva Macedo, OAB/MA 8861, para comparecer na Sala de Audiências da 2ª Vara Criminal, no dia 22 de novembro de 2011 às 08h30min, com o fim de participar de audiência de instrução e julgamento designada nos autos em epígrafe. SEDE DO JUÍZO: 2ª Vara Criminal, Fórum "Min. Henrique de La Rocque Almeida", sito à Rua Ruy Barbosa, s/n, centro, Imperatriz - MA - (99) 2101 4021 - (99) 2101 4000.

Imperatriz, (MA), 10 de novembro de 2011
Juíza SUELY DE OLIVEIRA SANTOS FEITOSA
Titular da 2ª Vara Criminal

PROCESSO Nº: 6253-45.2011.8.10.0040

ACAO PENAL PUBLICA

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

DENUNCIADO: ARY ALYSSON TEIXEIRA DOS SANTOS

ADVOGADO DO DENUNCIADO ARY ALYSSON TEIXEIRA DOS SANTOS: CARLINDO E. B. M. JÚNIOR – OAB/MA 10323

Intimação do Advogado, do denunciado Ary Alysson Teixeira dos Santos, Dr. Carlindo E. B. M. Júnior, OAB/MA 10323, para comparecer na Sala de Audiências da 2ª Vara Criminal, no dia 17 de novembro de 2011 às 14h30min, com o fim de participar de audiência de instrução e julgamento designada nos autos em epígrafe. SEDE DO JUÍZO: 2ª Vara Criminal, Fórum "Min. Henrique de La Rocque Almeida", sito à Rua Ruy Barbosa, s/n, centro, Imperatriz - MA - (99) 2101 4021 - (99) 2101 4000.

Imperatriz, (MA), 07 de novembro de 2011
Juíza SUELY DE OLIVEIRA SANTOS FEITOSA
Titular da 2ª Vara Criminal

Primeira Vara Criminal de Imperatriz

Ação Penal: 6591-92.2006.8.10.0040

Parte Autora: Justiça Pública

Parte Ré: Jesse Rodrigues Diniz e outro

Finalidade: Intimação do advogado

De ordem da Excelêntíssima Senhora Cristiana de Sousa Ferraz Leite, Juíza de Direito Titular da 1ª vara Criminal da Comarca de Imperatriz do Estado do Maranhão. Intimo Vossa Senhoria advogado constituído do réu Jessé Rodrigues Diniz **Dr. Lúcio Delmiro pereira Silva, OAB/MA 5.823**, para tomar conhecimento da sentença proferida nos autos do processo em epígrafe, abiaxo descrita, bem como do prazo de 05 (cinco) dias para recorrer da referida sentença.

SENTENÇA

O Ministério Público Estadual propôs a presente denúncia em face de JESSÉ RODRIGUES DINIZ, MARCELO DE MELO CAMPOS, ANTONIO DOS REIS PEREIRA SILVA E DIOGO LIMA DE SOUSA, qualificados nos autos, sendo os dois primeiros pela prática de fato típico ilícito descrito no art. 155, § 4º, I e IV, c/c art. 29, todos do Código Penal e os dois últimos pela prática de fato típico ilícito previsto no art. 180, § 3º do Código Penal.

Alega que no dia 08 de dezembro de 2005, os denunciados Jessé Rodrigues Diniz e Marcelo de Melo Campos em companhia de um indivíduo identificado como Francisco invadiram, mediante arrombamento de um portão de ferro e porta da frente, o imóvel residencial da vítima José Neuridan Teixeira Nascimento, situado no Parque Planalto, deste município, oportunidade em que apropriaram-se de vários bens.

A denúncia segue afirmando que os acusados Jessé Rodrigues Diniz e Marcelo de Melo Campos, repassaram parte dos bens subtraídos aos outros réus Antonio dos Reis Pereira Silva e Diogo Lima de Sousa.

A Denúncia foi recebida no dia 10 de março de 2006 (fl. 52)

O acusado Antonio dos Reis Pereira Silva foi citado pessoalmente à fl. 55-v, enquanto o acusado Diogo Lima de Sousa foi citado à fl. 56-v.

Como os réus Jessé Rodrigues Diniz e Marcelo de Melo Campos não foram encontrados para serem citados pessoalmente determinou-se a sua citação por edital (fl. 79).

Antonio dos Reis Pereira Silva foi interrogado às fls. 58/59, e Diogo Lima de Sousa foi interrogado às fls. 60/61.

Defesa prévia do acusado Antonio dos Reis Pereira Silva apresentada às fls. 63/66 e a do réu Diogo Lima de Sousa às fls. 68/71, ambas com rol de testemunhas.

Uma vez que os acusados Jessé Rodrigues Diniz e Marcelo de Melo Campos não atenderam ao chamamento editalício, determinou-se a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, com base no art. 366 do CPP (fl. 81), deferindo-se a produção antecipada de provas.

Na audiência para inquirição das testemunhas arroladas na denúncia foram ouvidos: Geovan Oliveira da Silva (fl. 92), Adriel da Silva Leite (fl. 93) e Odorico da Silva Duarte (fl. 95).

Na mesma ocasião foi então determinada a separação dos autos em relação aos réus Jessé Rodrigues Diniz e Marcelo de Melo Campos, em razão de estarem foragidos (fl. 91), bem como decretada a prisão preventiva deles.

O presente processo, desmembrado do original, permaneceu suspenso até o comparecimento pessoal de Jessé Rodrigues Diniz que veio a Juízo acompanhado de seu advogado, quando então foi determinada a reativação do processo somente em relação a ele, ordenando-se a sua citação pessoal para apresentar defesa escrita (fl. 99/100).

Em seguida foi determinada a separação do processo em relação ao outro réu Marcelo de Melo Campos, para que ele seja processado em autos apartados (fl. 102).

A Defesa Preliminar de Jessé Rodrigues Diniz foi apresentada às fls. 106/112, com a indicação do rol de testemunhas.

Não sendo o caso de absolvição sumária, designou-se audiência de instrução e julgamento, onde foram ouvidas as testemunhas de Defesa Ezequiel Ferreira Rio, Geovane Reis, Luiz Cláudio Martins Herenio, e, por fim, realizado o interrogatório de Jessé Rodrigues Diniz, com o registro de todos os depoimentos em sistema áudio visual (fls. 123/128).

Encerrada a instrução criminal e não havendo requerimento de diligências, abriu-se vista às partes para apresentação de alegações finais.

O Ministério Público, então apresentou suas alegações finais em forma de memoriais, requerendo a procedência da ação para condenação do réu nas penas do art. 155, § 4º, I e IV, c/c art. 29, ambos do Código Penal, uma vez provadas a materialidade e autoria delitivas.

Logo depois, a Defesa também em forma de memoriais, ofereceu suas alegações finais requerendo, em síntese, a absolvição do réu, e, subsidiariamente, a condenação na pena mínima, considerando condições pessoais favoráveis, circunstâncias atenuantes, e substituição da pena, nos termos do art. 44 do Código Penal.

Relatados.

De início, cumpre asseverar que a presente sentença refere-se apenas ao réu Jessé Rodrigues Diniz, visto que o processo foi separado em relação aos outros denunciados.

Pois bem. A materialidade do crime ficou demonstrada pelo auto de apresentação e apreensão de fls. 13 e 36, boletim de ocorrência nº 3580/2005 à fl. 29.

A autoria delitiva também restou demonstrada por meio das evidências e indícios extraídos dos depoimentos testemunhais.

Um primeiro indício que nos leva a tal conclusão, diz respeito ao fato de que o furto na casa vítima ocorreu no dia 08/12/05 e, curiosamente, já no dia seguinte, o acusado JESSÉ ofereceu a espingarda para o suposto receptor da arma, o acusado ANTONIO DOS REIS PEREIRA SILVA.

Na Delegacia ANTONIO DOS REIS disse que JESSÉ lhe ofereceu a espingarda como pagamento de uma dívida:

"(...) QUE JESSÉ trabalha com o interrogado há cerca de sete meses, onde exerce a função de vendedor externo em outras cidades deste Estado; (...) QUE na sexta-feira, dia 09/12/05, JESSÉ informou ao interrogado que um dos clientes não possuía dinheiro para quitar o seu débito e havia dado uma espingarda como pagamento; QUE respondeu a JESSÉ que não queria arma alguma e queria apenas o seu dinheiro; (...)".

Em Juízo, o acusado ANTONIO DOS REIS PEREIRA SILVA, disse que:

"(...) Jessé Rodrigues prestava serviço para a sua empresa Atacadão das Bicicletas (...); que Jessé trabalhava há oito meses para a sua empresa; que certo dia Jessé entregou-lhe a espingarda referida na denúncia, dizendo que tinha recebido por uma dívida, alegando que o devedor ia fechar seu comércio e não tinha como pagar a dívida; que disse ainda que já tinha um comprador para a arma no valor de R\$ 600,00; que deixou a espingarda em sua residência, alegando que seria perigoso trafegar com ela (...)".

Outra evidência é o fato de que quando foi procurado pelos policiais militares, o acusado JESSÉ soube apontar, com precisão, onde e com quem os

bens estariam.

A vítima José Neuridan Teixeira Nascimento não foi ouvida em Juízo, pois não foi encontrada para ser intimada, tendo o Ministério Público desistido de seu depoimento (fl. 91). Na Delegacia, disse que no dia 08/12/05 (quinta-feira), chegou do trabalho por volta de 06:15h, ocasião em que constatou que sua casa estava arrombada, dando por falta de vários de seus pertences, quais sejam, aqueles descritos no boletim de ocorrência à fl. 29. Após o ocorrido, passou a investigar o fato junto aos seus vizinhos, até que suspeitas o fizeram chegar ao acusado JESSÉ. No dia 12/12/05, quatro dias depois do furto, a vítima decidiu acionar a polícia militar, a fim de desvendar o crime. Acompanhado dos policiais, foi até o acusado JESSÉ, oportunidade em que este confessou a autoria do crime juntamente com FRANCISCO e MARCELO, apontando ainda os nomes dos supostos receptadores, com quem efetivamente foram encontrados os bens furtados.

Nesse sentido, os policiais militares responsáveis pela prisão em flagrante de JESSÉ disseram, de forma unânime, que a própria vítima os informou que JESSÉ teria sido um dos autores do furto ocorrido em sua residência. Com base nessa informação é que os policiais abordaram JESSÉ, ocasião em que ele confessou a prática do crime na companhia de outras duas pessoas, informando ainda com quem estariam os bens furtados. Ato contínuo, e orientados por JESSÉ, os policiais foram até a casa do réu ANTONIO onde foi encontrada a espingarda da vítima. Logo em seguida, foram até a residência do acusado DIOGO onde foi encontrado o computador furtado.

Assim é que tais indícios de prova nos levam a induzir que o acusado JESSÉ realmente teve participação no crime de furto ora apurado.

Em que pese a alegação do réu de que não praticou o furto, e que sua participação teria se limitado apenas em intermediar e auxiliar na venda dos objetos que sabia serem furtados, as evidências já apontadas nos levam à conclusão diversa.

O fato de o réu ter oferecido para venda a espingarda subtraída, pouco tempo depois de consumado o delito de furto; de ter apontado com exatidão onde e com quem estaria parte dos objetos subtraídos; de os policiais terem afirmado que o acusado confessou o delito no momento de sua abordagem, todos estes indícios reunidos nos levam a crer que o réu, de fato, foi o autor do furto ocorrido na casa da vítima José Neuridan Teixeira Nascimento no dia 08/12/2005.

Por outro lado, não se pode considerar o furto em sua forma qualificada pelo rompimento de obstáculo devido à ausência de laudo de perícia técnica no local do arrombamento, assim como também inexistente outro elemento de prova capaz de comprovar o rompimento de obstáculo. Sendo infração que deixa vestígio necessário se faz a realização de exame de corpo de delito como forma de comprovar de maneira irrefutável a existência do arrombamento, sendo essa a regra contida no art. 158 do Código de Processo Penal.

Assim, inexistindo o aludido exame pericial torna-se inaplicável a qualificadora relativa ao rompimento de obstáculo. Também não há provas suficientes de que o acusado tenha agido em concurso com outra pessoa, impondo-se a desclassificação da conduta do réu para o tipo penal descrito no art. 155, caput, do Código Penal (furto simples).

Outrossim, entendendo estar configurada a causa de aumento de pena prevista no art. 155, § 1º, do Código Penal, posto que o crime foi cometido durante o período do repouso noturno. Nessa esteira, a vítima disse na delegacia que à época do fato trabalhava de vigilante à noite, no período de 18 às 6h e que só veio dar por falta de seus pertences quando chegou em casa do trabalho, por volta das 06:15h da manhã, podendo-se deduzir que o crime fora cometido enquanto a vítima trabalhava, durante o período em que não havia ninguém na casa.

Desse modo, não restam dúvidas quanto à materialidade e autoria do crime de furto cometido durante o repouso noturno, bem como inexistente causa excludente de ilicitude.

Ante o exposto, e tudo o mais que dos autos consta, JULGA-SE PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA DENÚNCIA PARA CONDENAR O ACUSADO JESSÉ RODRIGUES DINIZ PELA PRÁTICA DO CRIME PREVISTO NO ART. 155, CAPUT, § 1º, DO CÓDIGO PENAL.

Passa-se à dosimetria da pena.

Considerando as circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, tem-se que a culpabilidade em nada ultrapassou o tipo legalmente previsto, sendo considerado normal; o réu é primário e não registra antecedentes criminais; nada foi verificado quanto à conduta social e personalidade do réu, sendo entendidas como boas, em atenção ao princípio de presunção do estado de inocência; quanto às consequências do crime não há nos autos elementos peculiares para se reconhecerem como desfavoráveis ao acusado, além do que os bens foram restituídos à vítima; o comportamento da vítima em nada contribuiu para a prática do delito. Por isso, FIXA-SE A PENA BASE NO MÍNIMO LEGAL, EM 1 (UM) ANO DE RECLUSÃO, E 10 (DEZ) DIAS-MULTA.

Não há circunstâncias agravantes e nem atenuantes e inexistem causas de diminuição de pena.

Todavia está configurada a causa de aumento de pena prevista no art. 155, § 1º, do CP (furto praticado durante o repouso noturno), razão pela qual eleva-se a pena em 1/3 (um terço), fixando-se a PENA DEFINITIVA EM 1 (UM) ANO E 4 (QUATRO) MESES DE RECLUSÃO, E 13 (TREZE) DIAS-MULTA.

Tendo em vista que, pelo que foi colhido durante a instrução, o acusado não detém posses, tratando-se de pessoa aparentemente de parcos rendimentos, fixa-se para cada dia multa 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato, cuja apuração deve ser feita pela Contadoria Judicial.

A pena deverá ser cumprida inicialmente em regime aberto, conforme disposto no art. 33, § 2º, alínea "c", c/c § 3º do mesmo artigo do Código Penal.

Considerando ainda que a pena privativa de liberdade aplicada não é superior a 4 anos, preenchidos os demais requisitos legais e à vista do disposto no § 2º do art. 44 do CP, substitui-se a pena privativa de liberdade por: 1) uma restritiva de direitos, consistente em prestação pecuniária, a qual arbitra-se em 1 (um) salário mínimo vigente, que será destinado ao Instituto Caminhos, mantenedor do Abrigo de Crianças e Adolescentes abandonadas PROMANA, com conta bancária com os dados seguintes: agência 4466-0 e conta corrente 7277-x, Banco do Brasil S/A, em uma única parcela, cujo pagamento deve ser efetuado tão-logo transitado em julgado a presente sentença, devendo o acusado comprovar o cumprimento da pena mediante comprovante de depósito bancário. O Instituto beneficiado deverá prestar contas a este Juízo da utilização do dinheiro recebido, mediante apresentação de documento em 30 dias após o recebimento da última parcela; e 2) multa, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), a ser revertida em favor do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ) do Maranhão.

As penas restritivas de direitos serão convertidas em privativa de liberdade, nas hipóteses de descumprimento injustificado das restrições impostas, conforme disposto no § 4º, art. 44 do CP.

Após o trânsito em julgado, intime-se o réu para efetuar o pagamento da pena pecuniária e da multa em 10 (dez) dias; comunique-se à Justiça Eleitoral para os fins necessários; insira-se o nome do réu no livro de rol de culpados; oficiar aos setores de identificação e estatística para os registros necessários.

Custas e despesas processuais pelo réu (art. 804, CPP).

Publique-se. Registre-se. Intimem-se, inclusive a vítima.

Imperatriz(MA), 21 de outubro de 2011.

Juíza Cristiana de Sousa Ferraz Leite

Titular da 1ª Vara Criminal

Imperatriz, 08 de novembro de 2011.

Rychardyson Barbosa da Silva

Secretário Judicial Substituto da 1ª Vara Criminal

Terceira Vara Criminal de Imperatriz

DISTRIBUIÇÃO Nº 66760520118100040

DENOMINAÇÃO: AÇÃO PENAL

PARTE AUTORA: JUSTIÇA PÚBLICA

PARTE REQUERIDA: DIEGO SILVA DE SOUSA E ERINALDO FERNANDES DE SOUSA

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Ernesto Guimarães Alves, Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz, Estado do Maranhão.

FINALIDADE

INTIMAÇÃO, do advogado abaixo indicado, para tomar conhecimento da sentença de fls. 60/98 que fica fazendo parte integrante deste, cientificando-os também no prazo de 05 (cinco) para querendo apelar da referida sentença prolatada pelo (a) MM Juiz(a) Dr (a) Ernesto Guimarães Alves.

ADVOGADO(S): ADALGISA BORGES LUZ SILVA, OAB/MA Nº 4338**JOÃO BATISTA BORGES LUZ SILVA, OAB/MA Nº 10275**

(...) Com isso, fica o réu Diego Silva de Sousa definitivamente condenado: a) pelo crime de roubo (...) a pena definitiva de 6 (seis) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa; b) pelo crime de estupro - fica o réu definitivamente condenado a pena de 7 (sete) anos e 6 (seis) meses de reclusão e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa (...) P.R.I, Imperatriz/MA, 04 de novembro de 2011.

Dado e passado a presente nesta Secretaria Judicial a meu cargo, nesta cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão, aos 09 (nove) de junho de 2011. Eu, **Odair de Sena Assis**, Técnico Judiciário, o digitei e conferi.

Ernesto Guimarães Alves
Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal

Vara da Fazenda Pública de Imperatriz**Processo nº 0006816-42.2002.8.10.0044****Ação: ACAO POPULAR****Autor: MIGUEL DALADIER BARROS****Advogados: MIGUEL DALADIER BARROS (OAB 5833)****Réus: ANTONIO EXPEDITO FERREIRA CARVALHO e Estado do Maranhão e ILSO MATEUS e JOSMAR PEREIRA FERNANDES FILHO e MUNICIPIO DE IMPERATRIZ****Advogados: ANDREA TONIAZZO (OAB 6872A) e ENEIDE APARECIDA DE CAMARGO SIMON (OAB 6053A) e MOURIVAL EPIFANIO DE SOUZA (OAB 5333)**

Intime-se o autor, por seu advogado, para, no prazo de 30 (trinta) dias, efetuar o recolhimento das custas processuais de envio e cumprimento da carta precatória na comarca de BALSAS/MA, podendo os boletos serem impressos no site <http://www.tjma.jus.br>, clicando na opção GERADOR DE CUSTAS, depois em CARTA PRECATÓRIA. Ou, entrando em contato diretamente com a contadoria da comarca de Imperatriz. Imperatriz(MA), 7 de Novembro de 2011. Fabricio Ferraz Vasconcelos Secretário Judicial da Vara da Fazenda Pública Resp: 111401

Processo nº 0000826-55.2011.8.10.0044**Ação: PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO****Autor: LARISSA FIGUEREDO BARBOSA****Advogada: ADILENE RAMOS SOUSA (OAB/MA 5699)****Réus: HOSPITAL REGIONAL MATERNO INFANTIL DE IMPERATRIZ**

Vistos, A autora Larissa Figueredo Barbosa, por intermédio de seu advogado, propõe a presente ação em face do Hospital Regional Materno Infantil o qual, segundo nosso entendimento, não pode figurar no pólo passivo da presente demanda. Assim, não cabe ao juiz substituir-se à parte na eleição de quem deva figurar no pólo passivo da ação. Isto posto, faculto-lhe a emenda da exordial, no prazo de 10 dias, nos termos do art. 284 do Código de Processo Civil, sob pena de indeferimento da petição inicial (CPC, art. 284, § único). Intime-se. Cumpra-se. Imperatriz/MA, 26 de outubro de 2011. Juiz JOAQUIM da Silva Filho Titular da Vara da Fazenda Pública

Processo nº 0000858-60.2011.8.10.0044**Ação: PROCEDIMENTOS REGIDOS POR OUTROS CÓDIGOS, LEIS ESPARSAS E REGIMENTOS | MANDADO DE SEGURANÇA****Autor: FRANKY MÁRLEO CARVALHO BARBOSA****Advogados: GENIVALDO PEREIRA SILVA JUNIOR (OAB/MA 10478)****Réus: CEL PM FKANKLIN PACHECO SILVA**

Vistos, Processo regido pela Lei nº 12.016/2009. Defiro os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita. Apesar de existir a permissão para o deferimento da liminar inaudita altera parte ou depois de justificação prévia, esta deve, em homenagem aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, ser exceção à regra, sendo permitida apenas quando a notificação do impetrado puder tornar ineficaz a medida ou quando a urgência for de tal ordem que não possa esperar a notificação e resposta do réu. No caso em julgamento, não vislumbro os requisitos para o deferimento da liminar inaudita altera parte, tendo em vista que não vejo em que a notificação do requerido poderia tornar ineficaz a medida, nem tampouco a urgência que não possa esperar a notificação e resposta do impetrado. Ante o exposto, deixo para apreciar o pedido de liminar, para depois de apresentadas as informações. Notifique-se o Impetrado do conteúdo da petição inicial, enviando-lhe a segunda via apresentada com as cópias dos documentos, para, no prazo de 10 (dez) dias (art. 7º, §1º, Lei nº 12016/2009), prestarem as informações. Imperatriz-MA, 01 de novembro de 2011. Juiz JOAQUIM da Silva Filho Titular da Vara da Fazenda Pública

Sentença**Processo nº 0000168-31.2011.8.10.0044****Ação: INCIDENTES | IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA****Autor: MUNICIPIO DE IMPERATRIZ****Réus: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO**

Isto Posto, NÃO ACOLHO A IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA. Translade-se cópia desta decisão para os autos nº. 5009-06.2010.8.10.0044. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Esgotados os prazos recursais, certifique-se e arquite-se com baixa na distribuição. Imperatriz/Ma, 07 de novembro de 2011. JOAQUIM da Silva Filho Juiz Titular da Vara da Fazenda Pública

Processo nº 0000390-96.2011.8.10.0044

Ação: PROCEDIMENTO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA/DECISÃO | CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

Autor: Carlos Luis Costa

Advogados: MARIO CESAR F DA CONCEICAO (OAB 5063)

Réus: ESTADO DO MARANHÃO

Isso posto, à falta do recolhimento das custas, apesar de ter sido a parte instada a este mister, julgo extinto o processo, sem resolução de mérito, fundamentado no art. 267, I, do CPC. Com o trânsito em julgado, archive-se com baixa na distribuição. Publique-se, registre-se e intime-se. Imperatriz-MA, 07 de novembro de 2011. Juiz JOAQUIM da Silva Filho Titular da Vara da Fazenda Publica

Itapecuru-Mirim

Primeira Vara de Itapecuru-Mirim

PROCESSO Nº. 184-70.2011.8.10.0048

AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE COM PEDIDO DE LIMINAR

REQUERENTE: JOÃO CARLOS SANTOS OLIVEIRA

ADVOGADO: DRA. ADRIANA SILVA CARVALHO – OAB/MA: 8440

REQUERIDO: MARIA DE FÁTIMA FRAZÃO VIEIRA E CARLOS DE OLIVEIRA

Provimento nº. 001/2007 da CGJ/MA

IV. Apresentada a contestação, intimação do(a) autor(a) para manifestação em 10^(dez) dias. Itapecuru-Mirim, 09 de novembro de 2011.

Alessandra Costa Ferreira Bezerra

Secretária Judicial da 1ª Vara

(Assinado de ordem da MMª Juíza desta Comarca, nos termos do Provimento nº. 001/2007/CGJ/MA)

PROCESSO 0002260-72.2008.8.10.0048

AÇÃO INDENIZAÇÃO C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA

RECLAMANTE: MARIA ODETE CONCEIÇÃO MARTINS

ADVOGADO: DR. JOSE ALBERTO NEVES DOS SANTOS- OAB 3377/MA

RECLAMADO: BANCO SCHAHIN S/A

ADVOGADO: DR. MARCELO RAYES - OAB- 141.541/SP

Trata-se de Embargos à Execução oferecidos, tempestivamente, pelo requerido (fls. 82/90) insurgindo-se da constrição judicial realizada às fls. 71/78. Relatado. DECIDO.

Primeiramente cabe analisar a alegada nulidade da intimação da sentença.

Expõe o requerido que, em sua contestação, teria pleiteado, de maneira expressa, que todas as intimações e demais atos de comunicação deveriam ser feitos, exclusivamente, em nome do advogado Marcelo Rayes, estando, por isso, a intimação feita ao patrono Tomé Gomes Lima (fl. 64) eivada de nulidade.

Ocorre que, diferentemente do que alega o reclamado, consoante se extrai da contestação, especificamente à fl. 49, foi requerido que as intimações fossem feitas em nome de Dr. Marcelo Rayes e Tomé Gomes Lima.

Desta maneira, a intimação da sentença, realizada em nome do advogado Tomé Gomes Lima, é totalmente válida.

Por sua vez, também não deve prosperar a alegação de excesso de execução, visto que os valores apresentados nos embargos não correspondem ao cálculo correto, visto que, como se extrai da segunda tabela, à fl. 88, a correção monetária, referente à condenação por danos morais, foi atualizada a partir da data de 01/04/2010, quando deveria ter sido feita a partir de 13/04/09, data de prolação da sentença (fls. 53/58), estando, portanto, correto a quantia bloqueada às fls. 71/78.

Ante o exposto, julgo improcedentes os presentes embargos à execução.

Intime-se.

Decorrido o prazo de recurso, expeça-se o competente alvará de liberação da quantia penhorada, em favor da autora, intimando-a, ainda, a requerer, em 05 (cinco) dias, o que entender devido, sob pena de arquivamento.

P.R.I.

Itapecuru-Mirim/MA, 25 de outubro de 2011.

Laysa de Jesus Paz Martins Mendes

Juíza de Direito

PROCESSO Nº. 1371-16.2011.8.10.0048

AÇÃO ORDINÁRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA

REQUERENTE: AGROPECUÁRIA JR – COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO

ADVOGADO(S): DANIEL BARROS DE MIRANDA - OAB/MA: 7542 e/ou CLEBER RENATO BISPO ALCÂNTARA - OAB/MA: 7510

REQUERIDO: CEMAR – COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO

DECISÃO FLS. 39/41.

Vistos, etc. Agropecuária JR Comércio e Transportes Ltda ajuizou Ação Ordinária c/c Indenização por Danos Morais e Pedido de Tutela Antecipada contra a Companhia Energética do Maranhão - CEMAR, alegando que, no dia 17 de julho do corrente ano, recebeu a fatura referente ao consumo do mês anterior de energia elétrica, cujo valor foi de R\$ 22.884,31 (vinte e dois mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e trinta e um centavos), sendo que, a partir de então, os valores passaram a vir exorbitantes, ultrapassando, em muito, o valor que era pago mensalmente, cuja média era de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Requer a concessão de liminar, a fim de que a requerida se abstenha de interromper o fornecimento de energia elétrica da requerente, tendo em vista o não pagamento das faturas vencidas nos meses de julho/2011 a outubro/2011; além disso, requer, ainda, que a requerida se abstenha de incluir o CNPJ da empresa autora nos registros de inadimplentes ou, na hipótese de já ter inserido, que proceda à respectiva retirada, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de multa diária no importe de R\$ 1.000,00 (um mil reais); por fim, obsecra pela interrupção das cobranças de todas as faturas posteriores ao mês de outubro/2011, até que seja realizada a perícia e possíveis consertos no medidor da respectiva unidade consumidora. Relatado. Passo a decidir. Reza a vigente redação do art. 273 do Código de Processo Civil a respeito do instituto da antecipação de tutela, verbis: "O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e: I - haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil

reparação; ou II - fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu. Com efeito, para que seja deferida a tutela antecipatória dos efeitos da sentença de mérito impõe-se a presença do requisito da verossimilhança das alegações, aliado ao periculum in mora ou ao abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu. Ao se referir à existência de prova inequívoca que convença o julgador da verossimilhança das alegações do autor, o legislador deixou patente que para a antecipação dos efeitos da tutela de mérito é indispensável mais do que o fumus boni iuris, ou seja, faz-se mister que além da fumaça do bom direito - própria das ações cautelares - tenha-se em vista a aparência do bom direito. Inclusive a doutrina, procurando aliar esses dois conceitos aparentemente dissonantes de prova inequívoca e verossimilhança, define a probabilidade como um ponto de equilíbrio, "mais forte do que verossimilhança, mas não tão peremptório quanto o de prova inequívoca". Na realidade, há quem defenda que, pela impossibilidade da existência de prova inequívoca, como verdade processual, pois toda e qualquer prova é passível de análise e apreciação pelo julgador para, aí sim, formar seu convencimento, deve tal locução ser compreendida como prova literal, documental, até porque não há menção legal à possibilidade de audiência de justificação, deixando claro que não compete a prova oral para a formulação dessa verossimilhança. Analisando minuciosamente os presentes autos, verifica-se que evidente se mostra a prova inequívoca capaz de convencer-me da verossimilhança das alegações apresentadas, vez que as faturas, referentes ao consumo de energia elétrica pela autora, de fato, aumentaram significativamente, a partir da competência julho/2011. Consoante se infere das contas acostadas às fls. 26/31, o valor da fatura, em média, era de R\$ 1.594,32 (um mil, quinhentos e noventa e quatro reais e trinta e dois centavos), sendo que, a priori, sem motivo algum que justificasse, referido valor, conforme se observa às fls. 32/35, subiu para R\$ 13.398,85 (treze mil, trezentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos). Por outro lado, patente o periculum in mora, visto que a suspensão do fornecimento de energia elétrica para o imóvel da empresa requerente, bem como a inserção do seu CNPJ nos órgãos de proteção ao crédito acarretar-lhe-ão, por óbvio, transtornos de toda ordem e quicá irreversíveis. Com efeito, incomparavelmente inferiores são as perdas da CEMAR frente às da requerente com a mencionada interrupção até o deslinde da questão, uma vez que à primeira, a qualquer tempo, será possível manusear todos os instrumentos legais para auferir o que lhe for eventualmente devido. Assim, ante o exposto, nos termos do art. 273, I do CPC, concedo a liminar pleiteada, razão pela qual determino que seja intimada a Companhia Energética do Maranhão - CEMAR, para que esta se abstenha de interromper o fornecimento de energia elétrica na empresa autora, consignando, desde logo, que a autora deverá depositar, em juízo, mensalmente, a contar deste mês de outubro/2011, o valor correspondente à média das faturas referentes aos meses de janeiro a maio/2011, no importe de R\$ 1.594,32 (um mil, quinhentos e noventa e quatro reais e trinta e dois centavos), até o deslinde do presente feito; bem como determino que a Cemar proceda, outrossim, à retirada do CNPJ da empresa dos órgãos de proteção ao crédito, na hipótese de já tê-lo inserido, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, ou se abstenha de fazer tal inserção, sob pena de multa diária no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais). Cite-se o requerido, na forma da lei, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente contestação, sob pena de presumirem-se aceitos pelo réu os fatos articulados pela autora. Intime-se. Itapecuru - Mirim/MA, 1º de novembro de 2011.

Obs.: Fica(m) advertido(s) o(s) Sr.(s) Advogado(s), de que este(s) deverá(ão) comunicar seu(s) cliente(s) acerca da(s) intimação(ões) supracitada(s).

Laysa de Jesus Paz Martins Mendes
Juíza de Direito da 1ª Vara

Processo nº .0000886-84.2009.8.10.0048
Ação: BUSCA E APREENSÃO
Requerente: BANCO ITAÚ
Requerido: SANTIAGO GOMES DA SILVA

A Juíza de Direito **LAYSA DE JESUS PAZ MARTINS MENDES**, titular da 1ª Vara, desta Comarca de Itapecuru-Mirim, Estado do Maranhão, na forma da lei, etc. **FAZ SABER** a todos quantos o presente edital, com o prazo de **15 (quinze)** dias, virem ou dele conhecimento tiverem que se procedendo por este Juízo e Secretaria Judicial da 1ª Vara aos termos da Ação em epígrafe e, não sendo localizado o requerido, Sr. **Santiago Gomes da Silva**, brasileiro, portador do CPF nº 237.429.763-20, com endereço na Rua Pe. Possidônio Monteiro, nº 91 - Centro - Itapecuru-Mirim/MA, achando-se em lugar incerto ou não sabido, não sendo, portanto, possível intimá-lo pessoalmente, fica pelo presente **INTIMADO** da sentença que extinguiu a ação em referência, conforme resenha do referido *decisum*, a seguir transcrito: "**RESENHA DE SETENÇA**": "(...) Assim nos termos do art. 158, parágrafo único e art. 267, VIII, do Código de Processo Civil, **homologo por sentença a desistência da presente ação, extinguido o feito sem julgamento do mérito. Nos termos do art. 26, caput do CPC, condeno o autor no pagamento das custas processuais. Autorizo, caso solicitada, a devolução ao requerente de documentos, mediante recibo nos autos. P.R.I. Itapecuru-Mirim, 26 de fevereiro de 2010. Juíza Laysa de Jesus Paz Martins Mendes. Titular da 1ª Vara**". E, para que se não alegue ignorância, mandou expedir o presente edital que será publicado por uma vez pela imprensa Oficial do Estado e afixado no átrio do Fórum local. Expedido nessa Comarca, 16 de setembro de 2010. Eu, _____, (Alessandra C. Ferreira Bezerra), Secretaria, digitei, conferi e subscrevo.

Juíza Laysa de Jesus Paz Martins Mendes.
Titular da 1ª Vara

PROCESSO Nº. 0001599-93.2008.8.10.0048
AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA.
REQUERENTE: MARIA DA NATIVIDADE DE OLIVEIRA
ADVOGADO: DR. ALUÍZIO BARROS PEREIRA JÚNIOR- OAB/MA: 7487
REQUERIDO: LUNENDER E BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO BANCO BRADESCO: DR. ALDINEI ABREU FARIAS- OAB-MA 7786
ADVOGADO LUNENDER: DR. MAURÍCIO RICARDO MAMEDE SELARES - OAB/MA: 7123; RICARDO LUIS MAYER - OAB/SC: 6962

FINALIDADE: Para comparecer, na sala de audiências do Fórum local, situado na Rua Basílio Simão, s/nº, no dia **07 de dezembro do ano de 2011, às 11:00 horas**, para que tenha lugar a audiência de **Instrução e Julgamento** na referida ação, oportunidade em que poderá comparecer com as provas que pretenda realizar, trazendo em juízo até o máximo de **03 (três) testemunhas** (art. 34, LJE), ou depositando o respectivo rol em até 05 (cinco) dias antes da prefalada audiência. Esclarecendo-lhe que **Vossa senhoria (advogado do reclamante) ficará incumbido de intimar o (a) requerente para o referido ato**, advertindo-lhe que caso não compareça o processo será extinto sem resolução do mérito (art. 51, I, da LJE). **Para os reclamados**, esclareço-lhes, que caso não compareçam, considerar-se-ão verdadeiras as alegações iniciais do demandante, sendo proferido julgamento de plano (art. 18, § 1º da Lei nº 9099/95), constado ainda a possibilidade de inversão do ônus da prova.

Alessandra Costa Ferreira Bezerra
Secretária Judicial

(Assinado de ordem da MM. Juíza desta Comarca, nos termos do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

PROCESSO Nº. 9000895-19.2011.8.10.0048
AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA CONTRATUAL (COM PEDIDO LIMINAR DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER) C/C INDENIZAÇÃO

POR DANOS MORAIS**REQUERENTE: JOSEFA VIEIRA SIQUEIRA.****ADVOGADO: DR. JOSÉ JOAQUIM DA SILVA REIS – OAB/MA: 9719****REQUERIDO: BANCO BRADESCO S/A**

FINALIDADE: Para comparecer, na sala de audiências do Fórum local, situado na Rua Basílio Simão, s/nº, no dia **13 de dezembro do ano de 2011, às 09:30 horas**, para que tenha lugar a audiência **UNA de Conciliação, Instrução e Julgamento** na referida ação, oportunidade em que poderá comparecer com as provas que pretende realizar, trazendo em juízo até o máximo de **03 (três) testemunhas** (art. 34, LJE), ou depositando o respectivo rol em até 05 (cinco) dias antes da prefallada audiência. Esclarecendo-lhe que **Vossa senhoria ficará incumbido de intimar o (a) requerente para o referido ato**, advertindo-lhe que caso não compareça o processo será extinto sem resolução do mérito (art. 51, I, da LJE).

Alessandra Costa Ferreira Bezerra**Secretária Judicial**

(Assinado de ordem da MM. Juíza desta Comarca, nos termos do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

PROCESSO Nº. 9000897-86.2011.8.10.0048**AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS C/C MORAIS****REQUERENTE: JOSÉ ALVES DE SALES****ADVOGADO: DR. JEAN CLÉSIO MELO FERREIRA – OAB/MA: 6656****REQUERIDO: JOSÉ DE RIBAMAR CASTRO RÊGO**

FINALIDADE: Para comparecer, na sala de audiências do Fórum local, situado na Rua Basílio Simão, s/nº, no dia **13 de dezembro do ano de 2011, às 10:00 horas**, para que tenha lugar a audiência **UNA de Conciliação, Instrução e Julgamento** na referida ação, oportunidade em que poderá comparecer com as provas que pretende realizar, trazendo em juízo até o máximo de **03 (três) testemunhas** (art. 34, LJE), ou depositando o respectivo rol em até 05 (cinco) dias antes da prefallada audiência. Esclarecendo-lhe que **Vossa senhoria ficará incumbido de intimar o (a) requerente para o referido ato**, advertindo-lhe que caso não compareça o processo será extinto sem resolução do mérito (art. 51, I, da LJE).

Alessandra Costa Ferreira Bezerra**Secretária Judicial**

(Assinado de ordem da MM. Juíza desta Comarca, nos termos do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

PROCESSO Nº. 9000899-56.2011.8.10.0048**AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS C/C MORAIS****REQUERENTE: JOSÉ MENDES****ADVOGADO: DR. JEAN CLÉSIO MELO FERREIRA – OAB/MA: 6656****REQUERIDO: JOSÉ DE RIBAMAR CASTRO RÊGO**

FINALIDADE: Para comparecer, na sala de audiências do Fórum local, situado na Rua Basílio Simão, s/nº, no dia **13 de dezembro do ano de 2011, às 10:30 horas**, para que tenha lugar a audiência **UNA de Conciliação, Instrução e Julgamento** na referida ação, oportunidade em que poderá comparecer com as provas que pretende realizar, trazendo em juízo até o máximo de **03 (três) testemunhas** (art. 34, LJE), ou depositando o respectivo rol em até 05 (cinco) dias antes da prefallada audiência. Esclarecendo-lhe que **Vossa senhoria ficará incumbido de intimar o (a) requerente para o referido ato**, advertindo-lhe que caso não compareça o processo será extinto sem resolução do mérito (art. 51, I, da LJE).

Alessandra Costa Ferreira Bezerra**Secretária Judicial**

(Assinado de ordem da MM. Juíza desta Comarca, nos termos do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

PROCESSO Nº. 9000901-26.2011.8.10.0048**AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS C/C MORAIS****REQUERENTE: LUIS CARDOSO****ADVOGADO: DR. JEAN CLÉSIO MELO FERREIRA – OAB/MA: 6656****REQUERIDO: JOSÉ DE RIBAMAR CASTRO RÊGO**

FINALIDADE: Para comparecer, na sala de audiências do Fórum local, situado na Rua Basílio Simão, s/nº, no dia **13 de dezembro do ano de 2011, às 11:00 horas**, para que tenha lugar a audiência **UNA de Conciliação, Instrução e Julgamento** na referida ação, oportunidade em que poderá comparecer com as provas que pretende realizar, trazendo em juízo até o máximo de **03 (três) testemunhas** (art. 34, LJE), ou depositando o respectivo rol em até 05 (cinco) dias antes da prefallada audiência. Esclarecendo-lhe que **Vossa senhoria ficará incumbido de intimar o (a) requerente para o referido ato**, advertindo-lhe que caso não compareça o processo será extinto sem resolução do mérito (art. 51, I, da LJE).

Alessandra Costa Ferreira Bezerra**Secretária Judicial**

(Assinado de ordem da MM. Juíza desta Comarca, nos termos do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

PROCESSO Nº. 9000906-48.2011.8.10.0048**AÇÃO INDENIZATÓRIA C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA****REQUERENTE: FELIPE MENDES MOREIRA****ADVOGADO: DR. JOSÉ ALBERTO NEVES DOS SANTOS – OAB/MA: 3377****REQUERIDO: BANCO BMC S/A**

FINALIDADE: Para comparecer, na sala de audiências do Fórum local, situado na Rua Basílio Simão, s/nº, no dia **13 de dezembro do ano de 2011, às 11:30 horas**, para que tenha lugar a audiência **UNA de Conciliação, Instrução e Julgamento** na referida ação, oportunidade em que poderá comparecer com as provas que pretende realizar, trazendo em juízo até o máximo de **03 (três) testemunhas** (art. 34, LJE), ou depositando o respectivo rol em até 05 (cinco) dias antes da prefallada audiência. Esclarecendo-lhe que **Vossa senhoria ficará incumbido de intimar o (a) requerente para o referido ato**, advertindo-lhe que caso não compareça o processo será extinto sem resolução do mérito (art. 51, I, da LJE).

Alessandra Costa Ferreira Bezerra

Secretaria Judicial

(Assinado de ordem da MM. Juíza desta Comarca, nos termos do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

PROCESSO Nº. 9000915-10.2011.8.10.0048**AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS****REQUERENTE: LUIS FERNANDO CARVALHO DA SILVA****ADVOGADO: DR. VLADIMIR LENIN FURTADO E SOUZA – OAB/MA: 9528****REQUERIDO: BANCO FIAT S/A**

FINALIDADE: Para comparecer, na sala de audiências do Fórum local, situado na Rua Basílio Simão, s/nº, no dia **13 de dezembro do ano de 2011, às 12:00 horas**, para que tenha lugar a audiência **UNA de Conciliação, Instrução e Julgamento** na referida ação, oportunidade em que poderá comparecer com as provas que pretende realizar, trazendo em juízo até o máximo de **03 (três) testemunhas** (art. 34, LJE), ou depositando o respectivo rol em até 05 (cinco) dias antes da prefalada audiência. Esclarecendo-lhe que **Vossa senhoria ficará incumbido de intimar o (a) requerente para o referido ato**, advertindo-lhe que caso não compareça o processo será extinto sem resolução do mérito (art. 51, I, da LJE).

Alessandra Costa Ferreira Bezerra
Secretaria Judicial

(Assinado de ordem da MM. Juíza desta Comarca, nos termos do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

PROCESSO- 90001429620108100048**AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS****RECLAMANTE: JOSE CARLOS DE OLIVEIRA****ADVOGADO: DR. NEMESIO RIBEIRO GOES JUNIOR - OAB - 6603/MA****RECLAMADO: PRAIA GRANDE TRANSPORTE LTDA****ADVOGADO: DR. JOSE MARIA LIMA- OAB- 5210/MA**

Examinando-se os autos, constata-se a devida intimação da demandada para comparecer à audiência instrutória, conforme se vê à fl. 92. Embora tenha o advogado da reclamada comunicado à Secretaria Judicial, conforme se vê à fl. 97, que não poderia comparecer à designada audiência, pois já havia sido convocado para a realização de um Júri na cidade de São Luís/MA, este não acostou aos autos qualquer documento comprovando tal alegação. Assim, nem a requerida, nem seu advogado se fizeram presentes, o que, a teor do art. 20 da Lei nº. 9099/95, importa na decretação de sua revelia, cujos efeitos referem-se à presunção de veracidade dos fatos alegados na peça exordial.

Narra o autor que celebrou com a requerida um contrato de viagem, com destino às cidades de Juazeiro do Norte/CE, Fortaleza/CE e Canindé/CE. O autor informa que segundo o contrato celebrado foram alugados 2 (dois) ônibus que buscariam os passageiros nas cidades de Itapecuru-Mirim/MA, Presidente Vargas/MA e Vargem Grande/MA.

O reclamante alega que diversos problemas ocorreram durante os trajetos da viagem. Primeiramente, apenas um ônibus foi enviado à cidade de Itapecuru-Mirim/MA e sua chegada se deu com horas de atraso, em relação ao horário acordado entre as partes. Ressalta que a chegada do segundo ônibus deu-se com um atraso ainda maior. O reclamante ainda informou que os ônibus não fizeram paradas em todas as cidades que deveriam.

Além destes fatos, o autor ainda narra que um dos ônibus foi apreendido pela Polícia Rodoviária Federal e o outro teve problemas técnicos, sendo obrigado a parar em povoado não identificado, causando verdadeiro desconforto aos passageiros e, consequentemente, ao autor. Segundo o reclamante e conforme recibos apresentados nos autos, este providenciou, às suas expensas a maior parte das despesas oriundas da hospedagem dos passageiros do ônibus parado.

Não suficientes todos os percalços atravessados pelo autor e pelos demais passageiros, os ônibus não completaram o trajeto, retornando ao Estado do Maranhão da cidade de Fortaleza/CE, ou seja, antes da chegada ao destino final.

Independentemente do prefalado efeito decorrente da revelia, observa-se, por meio dos fatos narrados, que o contrato celebrado entre as partes não foi cumprido como deveria, bem como, muitos foram os danos causados ao autor, sejam eles de ordem material ou moral.

Assim, ante o exposto, nos termos do art. 20 da Lei nº. 9099/95 c/c art. 269, I do CPC, julgo procedentes os pedidos entabulados na inicial para condenar a empresa PRAIA GRANDE TRANSPORTE LTDA ao pagamento do importe de R\$4.894,66 (quatro mil e oitocentos e noventa e quatro reais e sessenta e seis centavos), a título de danos materiais (fls. 11 e 19), com juros legais de 1% ao mês (art. 293 do CPC c/c art. 406 do CC c/c art. 161, parágrafo 1º do CTN), a contagem da citação, e correção monetária pelo INPC, a partir da propositura da ação, assim como pelos danos morais suportados no importe de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por entender que tal valor se mostra inteiramente condizente com o que restou demonstrado neste processo, bem como com a ótica de desestímulo à chamada "indústria do dano moral", com juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo INPC, ambos a contagem da presente decisão, conforme orientação sumular. À inteligência do art. 55, caput da Lei dos Juizados Especiais, não se impõe a condenação em custas e honorários advocatícios. P.R.I.

Itapecuru Mirim/MA

Juíza Laysa de Jesus Paz Martins Mendes

Titular da 1ª vara desta Comarca

Segunda Vara de Itapecuru-Mirim

Processo nº:00017964820088100048

Ação de Danos Morais e Materiais

Requerente: Domingos Porto da Silva

Advogado: Edvalson Carvalho Cavalcanti - OAB/MA9220

Requerido: Loja Rosário Móveis

Advogado: Tharsys Castro Bezerra Fialho

Intimação dos advogados: Edvalson Carvalho Cavalcanti - OAB/MA9220 e Tharsys Castro Bezerra Fialho, para a Audiência de Conciliação nos autos em epígrafe que acontecerá no dia 29/11/2011, às 17:00h. Semana nacional de Conciliação: Conciliar é a forma mais rápida de resolver conflitos.

Reygianny Campelo Lima Correa

Auxiliar Judiciário da 2ª Vara, mat.112060

(Assinado de ordem do MM. Juiz respondendo pela 2ª Vara, nos termos do Provimento nº: 001/2007/CGJ/MA)

Processo:4886920118100048

Ação de Indenização por Danos Morais

Requerente: Claudionor Correa Lopes
Advogado: José Carlos de Araújo Vieira Júnior
Requerido: Banco do Brasil S/A

Advogado: Elton Melo OAB/MA:9347-A

Intimação dos advogados: José Carlos de Araújo Vieira Júnior e Elton Melo OAB/MA:9347-A, para participarem da audiência preliminar nos autos em epígrafe, que será realizada no dia 05/12/2011, às 14:00h, no Fórum de Itapecuru-mirim/MA.

Marco Aurélio Barreto Marques
Juiz de Direito, Respondendo.

Processo nº: 90002344020118100048

Ação de Indenização Por Dano Moral e Pedido de Repetição do Indébito.

Requerente: Rui dos Santos Dourado

Advogado: George Vinícius Barreto Caetano

Intimação dos advogados: George Vinícius Barreto Caetano, para a Audiência de Conciliação nos autos em epígrafe que acontecerá no dia 28/11/2011, às 16:00h. Semana nacional de Conciliação: Conciliar é a forma mais rápida de resolver conflitos.

Reygianny Campelo Lima Correa
Auxiliar Judiciário da 2ª Vara, mat. 112060

(Assinado de ordem do MM. Juiz respondendo pela 2ª Vara, nos termos do Provimento nº: 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº: 90002811420118100048

Ação de Danos Morais e Materiais

Requerente: Esmerindo dos Santos

Advogado: José Alberto Neves dos Santos

Requerido: Banco Matone S/A

Advogado:

Intimação dos advogados: José Alberto Neves dos Santos, para a Audiência de Conciliação nos autos em epígrafe que acontecerá no dia 02/12/2011, às 17:30h. Semana nacional de Conciliação: Conciliar é a forma mais rápida de resolver conflitos.

Reygianny Campelo Lima Correa
Auxiliar Judiciário da 2ª Vara, mat. 112060

(Assinado de ordem do MM. Juiz respondendo pela 2ª Vara, nos termos do Provimento nº: 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº: 90004656720118100048

Ação de Danos Morais e Materiais

Requerente: Lucia de Maria Santos Mesquita e Maria Joilza Rodrigues Martins

Advogado: Ester de Fátima Silva Santos oab/MA-10054

Requerido: Colégio Henrique de La Rocque

Advogado: Não Consta.

Intimação dos advogados: Ester de Fátima Silva Santos-OAB/MA10054, para a Audiência de Conciliação nos autos em epígrafe que acontecerá no dia 01/12/2011, às 17:00h. Semana nacional de Conciliação: Conciliar é a forma mais rápida de resolver conflitos.

Reygianny Campelo Lima Correa
Auxiliar Judiciário da 2ª Vara, mat. 112060

(Assinado de ordem do MM. Juiz respondendo pela 2ª Vara, nos termos do Provimento nº: 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº: 90005383920118100048

Ação de Danos Morais e Materiais

Requerente: Maria da Paixão Silva Miranda

Advogado: Lady Gisele Costa Marques oab/MA-9035

Requerido: Banco BmG S/A

Advogado: Não Consta

Intimação dos advogados: Lady Gisele Costa Marques, OAB MA-9035, para a Audiência de Conciliação nos autos em epígrafe que acontecerá no dia 02/12/2011, às 09:00h. Semana nacional de Conciliação: Conciliar é a forma mais rápida de resolver conflitos.

Reygianny Campelo Lima Correa
Auxiliar Judiciário da 2ª Vara, mat. 112060

(Assinado de ordem do MM. Juiz respondendo pela 2ª Vara, nos termos do Provimento nº: 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº: 90005591520118100048

Ação de Cobrança

Requerente: Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos do Estado do Maranhão - CEAP/MA

Advogado: Marcia Crystinne Pinho da Silveira oab/MA-6832

Requerido: Conceição de Maria Pereira Bezerra, Josenilde Ferreira Bezerra e Francivaldo Rodrigues Bezerra

Advogado: Não Consta.

Intimação dos advogados: Marcia Crystinne Pinho da silveira-OAB/MA6832, para a Audiência de Conciliação nos autos em epígrafe que acontecerá no dia 29/11/2011, às 14:00h. Semana nacional de Conciliação: Conciliar é a forma mais rápida de resolver conflitos.

Reygianny Campelo Lima Correa
Auxiliar Judiciário da 2ª Vara, mat. 112060

(Assinado de ordem do MM. Juiz respondendo pela 2ª Vara, nos termos do Provimento nº: 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº:90005955720118100048
Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenização por Danos Morais e Materiais
Requerente: Delsuita Ribeiro da Silva
Advogado: Lady Giselle Costa Marques oab/MA-9035
Requerido: Companhia Energética do Maranhão Cemar
Advogado:Rogério Coelho Rocha.

Intimação dos advogados: Lady Giselle Costa Marques-OAB/MA9035 e Rogério Coelho Rocha, para a Audiência de Conciliação nos autos em epígrafe que acontecerá no dia 01/12/2011, às 14:00h.Semana nacional de Conciliação: Conciliar é a forma mais rápida de resolver conflitos.

Reygianny Campelo Lima Correa
Auxiliar Judiciário da 2ª Vara, mat.112060

(Assinado de ordem do MM.Juiz respondendo pela 2ª Vara, nos termos do Provimento nº: 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº:90006310220118100048
Ação de Danos Morais e Materiais
Requerente: Genoveva Barbosa
Advogado: Lady Gisele Costa Marques oab/MA-9035
Requerido: Banco Mercantil do Brasil
Advogado:Não Consta.

Intimação dos advogados: Lady Gisele Costa Marques, OAb/MA9035, para a Audiência de Conciliação nos autos em epígrafe que acontecerá no dia 28/11/2011, às 08:00h.Semana nacional de Conciliação: Conciliar é a forma mais rápida de resolver conflitos.

Reygianny Campelo Lima Correa
Auxiliar Judiciário da 2ª Vara, mat.112060

(Assinado de ordem do MM.Juiz respondendo pela 2ª Vara, nos termos do Provimento nº: 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº:90006414620118100048
Ação de Danos Morais e Materiais
Requerente: Rita Maria Gomes Araújo
Advogado: José Alberto Neves dos Santos
Requerido:Banco Cruzeiro do Sul S/A
Advogado:Não Consta

Intimação dos advogados: José Alberto Neves dos Santos, para a Audiência de Conciliação nos autos em epígrafe que acontecerá no dia 28/11/2011, às 08:30h.Semana nacional de Conciliação: Conciliar é a forma mais rápida de resolver conflitos.

Reygianny Campelo Lima Correa
Auxiliar Judiciário da 2ª Vara, mat.112060

(Assinado de ordem do MM.Juiz respondendo pela 2ª Vara, nos termos do Provimento nº: 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº:90007453820118100048
Ação de Danos Morais e Materiais
Requerente: José Roberto Lopes Martins
Advogado: Valdiney Sodré Viegas oab/MA-9844
Requerido: Companhia Energética do Maranhão Cemar
Advogado:Rogério Coelho Rocha.

Intimação dos advogados: Valdiney Sodré Viegas-OAB/MA9844 e Rogério Coelho Rocha, para a Audiência de Conciliação nos autos em epígrafe que acontecerá no dia 01/12/2011, às 14:30h.Semana nacional de Conciliação: Conciliar é a forma mais rápida de resolver conflitos.

Reygianny Campelo Lima Correa
Auxiliar Judiciário da 2ª Vara, mat.112060

(Assinado de ordem do MM.Juiz respondendo pela 2ª Vara, nos termos do Provimento nº: 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº:90007921220118100048
Ação de Danos Morais e Materiais
Requerente: Dionizio da Costa
Advogado: José Alberto Neves dos Santos
Requerido: Banco BGN S/A
Advogado:

Intimação dos advogados: José Alberto Neves dos Santos, para a Audiência de Conciliação nos autos em epígrafe que acontecerá no dia 02/12/2011, às 16:00h.Semana nacional de Conciliação: Conciliar é a forma mais rápida de resolver conflitos.

Reygianny Campelo Lima Correa
Auxiliar Judiciário da 2ª Vara, mat.112060

(Assinado de ordem do MM.Juiz respondendo pela 2ª Vara, nos termos do Provimento nº: 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº:90008120320118100048
Ação de Danos Morais e Materiais
Requerente: Maria de Fátima Roma Mendes
Advogado: Fernando Henrique Lopes Veras oab/MA-4467
Requerido: Companhia Energética do Maranhão Cemar
Advogado:Rogério Coelho Rocha.

Intimação dos advogados: Fernando Henrique Lopes Veras-OAB/MA4467 e Rogério Coelho Rocha, para a Audiência de Conciliação nos autos em epígrafe que acontecerá no dia 01/12/2011, às 10:30h.Semana nacional de Conciliação: Conciliar é a forma mais rápida de resolver conflitos.

Reygianny Campelo Lima Correa
Auxiliar Judiciário da 2ª Vara, mat.112060

(Assinado de ordem do MM.Juiz respondendo pela 2ª Vara, nos termos do Provimento nº: 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº:90009073320118100048
Ação de Danos Morais e Materiais
Requerente: MIGUELINA ARCÂNGELA RIBEIRO
Advogado: José Alberto Neves dos Santos
Requerido: Banco Rural
Advogado:Não Consta

Intimação dos advogados: José Alberto neves dos Santos , para a Audiência de Conciliação nos autos em epígrafe que acontecerá no dia 02/12/2011, às 17:00h.Semana nacional de Conciliação: Conciliar é a forma mais rápida de resolver conflitos.

Reygianny Campelo Lima Correa
Auxiliar Judiciário da 2ª Vara, mat.112060

(Assinado de ordem do MM.Juiz respondendo pela 2ª Vara, nos termos do Provimento nº: 001/2007/CGJ/MA)

Itinga do Maranhão

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA **Prazo-20 dias**

Ref:

Processo nº. **2-27.2003.8.10.0093**

Ação: **PENAL**

Autor: **MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DO MARANHÃO**

Acusados:**FRANCISCO ANDRÉ DA SILVA SOUSA E FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA**

O Doutor ALEXANDRE MOREIRA LIMA, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Itinga do Maranhão, Estado do Maranhão, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo, tramita a ação acima epigrafada.

FINALIDADE: INTIMAÇÃO do acusado, **FRANCISCO ANDRÉ DA SILVA SOUSA**, brasileiro, solteiro, frentista, natural de Açailândia/MA, nascido em 10.09.1977, filho de Francisco Luiz de Sousa e Maria do Carmo Silva, atualmente encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento de todo teor da sentença prolatada nos autos da ação acima epigrafada.

O que se **CUMpra** nos termos e na forma da Lei. E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente, que será publicado no Diário Oficial do Estado e afixado no lugar público de costume, na forma da lei.

Dado e passado na Secretaria Judicial da Vara Única, nesta cidade de Itinga do Maranhão, Estado do Maranhão, aos nove (09) dias do mês de novembro de dois mil e onze (2011). Eu, Sargento de Sousa Silva, Secretária Judicial, o fiz digitar, subscrevo e assino.

ALEXANDRE MOREIRA LIMA

Juiz de Direito Titular da Comarca de Itinga do Maranhão

PORTARIA, Nº.15/2011

O Doutor Alexandre Moreira Lima, Juiz de Direito Titular desta Comarca de Itinga do Maranhão, Estado do Maranhão, no uso de suas prerrogativas legais, etc...,

CONSIDERANDO os termos da resolução 458, de 25 de novembro de 2004, que disciplina a suspensão do expediente forense nos feriados nacionais, estaduais e municipais;

CONSIDERANDO que no ano de 2011, o feriado de "aniversário da cidade", 10 de novembro, recairá numa quinta-feira;

CONSIDERANDO, finalmente, a conveniência de se definir com a possível antecedência os plantões forenses, decorrentes da suspensão do expediente;

R E S O L V E:

Art. 1º Transferir para 11 de novembro de 2011, sexta-feira, as comemorações alusivas ao Dia do Aniversário da Cidade de Itinga do Maranhão.

Art. 2º Comunicar que não haverá expediente no Fórum Desembargador Carlos Vagner Sousa Campos, no dia 11 de novembro de 2011.

Art. 3º Os prazos que porventura devam iniciar-se ou completar-se nesses dias ficam automaticamente prorrogados para o dia 16 subsequente (quarta-feira).

Art. 4º. ENCAMINHAR cópia desta portaria ao Exmo. Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, ao Exmo. Senhor Corregedor Geral da Justiça e ao Diretor de Recursos Humanos.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

FÓRUM Desembargador Carlos Wagner Sousa Campos, em Itinga do Maranhão, Estado do Maranhão, 08 de novembro de 2011.

Alexandre Moreira Lima

Juiz de Direito da Comarca de Itinga do Maranhão

João Lisboa

Segunda Vara de João Lisboa

Decisão

Processo nº 0000686-39.2011.8.10.0038

Ação: PROCESSO CRIMINAL | PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA

Processo principal nº 561-42.2009.8.10.0038

Requerente: JOSE WILSON DA SILVA

Advogados: ENOQUE CAVALCANTE ALBUQUERQUE (OAB 8345)

Destarte, com base no acima exposto e reiterando as razões de decidir já alinhadas no decisor de fls. 35/36 dos autos principais, acolho o parecer ministerial de fls. 14/22, para INDEFIRIR o PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA formulado em favor do acusado JOSÉ WILSON DA SILVA. Intime-se. Dê-se ciência ao Ministério Público. João Lisboa (MA), 09 de novembro de 2011. Juiz MÁRLON JACINTO REIS Titular da 2ª Vara da Comarca de João Lisboa

Processo: 498-80.2010.8.10.0038

Ação: DIVÓRCIO DIRETO LITIGIOSO

Requerente: RITA DE CASSIA LIMA RIBEIRO

Requerido(a): GILVAN DOS SANTOS RIBEIRO

O Excelentíssimo Senhor MÁRLON JACINTO REIS, Juiz de Direito titular da 2ª VARA da Comarca de JOÃO LISBOA, Estado do Maranhão.

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que fica(m) CITADO(as) parte(s) requerida(s), **GILVAN DOS SANTOS RIBEIRO**, brasileiro, casado, atualmente residindo em local incerto e não sabido, para que ofereça contestação no prazo de 15(quinze) dias.

O que se CUMpra nos termos e na forma da Lei. Dado e passado nesta Secretaria Judicial a meu cargo, nesta Cidade de João Lisboa, Estado do Maranhão, aos 24 (vinte e quatro) de Outubro de 2011. Eu, Andréia Cristina Silva Bezerra, Auxiliar Judiciário, digitei, e Eu, Pedro Michel da Silva Serejo, Secretário Judicial, subscrevi.

Juiz MÁRLON JACINTO REIS

Titular da 2ª Vara

Processo: 684-40.2009.8.10.0038

Ação: Execução de Alimentos

Autor: ANTONIA PEREIRA DA SILVA

Vítima: JOSE ORLANDO DOS SANTOS SILVA

FINALIDADE: Intimar o autor, Sr. JOSÉ ORLANDO DOS SANTOS SILVA, brasileiro, residindo atualmente em local incerto e não sabido para tomar ciência da sentença de fls. 43/V com o seguinte teor: Assim considerando que a execução visa exclusivamente à satisfação do direito do Exequente, DECLARO EXTINTO o processo executivo, nos termos do disposto no art. 267, VIII, do Código de Processo Civil, com a consequente revogação do decreto prisional. Sem Custas, eis que se trata de beneficiários da assistência judiciária. Sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intime-se. João Lisboa-MA, 31 de outubro de 2011. MÁRLON JACINTO REIS, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara da Comarca de João Lisboa-MA.

Processo: 773-97.2008.8.10.0038

Ação: Processo Criminal | Processo Comum | Ação Penal - Procedimento Ordinário

Autor: Ministério Público Estadual

Acusado: Antonio Pereira de Oliveira

FINALIDADE: Intimar o acusado, Sr. ANTONIO PEREIRA DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, pedreiro, residindo atualmente em local incerto e não sabido para tomar ciência da sentença de fls. 100/104 com o seguinte teor: Ante o acima exposto, presentes os elementos do crime e provada a materialidade e autoria delitivas, com fulcro no art. 381 do CPP, JULGO PROCEDENTE a pretensão estatal, para CONDENAR o acusado ANTONIO PEREIRA DE OLIVEIRA nas reprimendas do art. 129, §9º, do Código Penal brasileiro c/c os preceitos da Lei nº 11.340/2006, já que patente a ocorrência de violência física contra a mulher no âmbito doméstico. Passo a dosar-lhe a pena. A culpabilidade do réu, que, como se sabe, mede-se pelo grau de reprovabilidade da conduta praticada, está evidenciada, tendo ele agido com dolo determinado, possuindo tempo e oportunidade suficientes para reavaliar sua conduta. Acerca dos antecedentes criminais do sentenciado, verifico que não há nos autos registro atestando a prolação de sentença condenatória em seu desfavor, antes da prática do delito em tela, sendo, pois, aquele, réu primário. No que tange à sua conduta social, sabe-se, no entanto, que tramita no Poder Judiciário do Estado do Tocantins outro processo criminal em face do réu supracitado, o qual, igualmente, apresenta como vítima a Sra. VERÔNICA OLIVEIRA MARCIANO (vide fls. 80). Decerto, tal circunstância denota que o condenado não tem boa conduta social, possuindo personalidade voltada para o crime. Quanto aos motivos e as circunstâncias do fato, estes demonstram que o sentenciado agiu de forma deliberada, objetivando submeter a vítima à sua autoridade. A respeito das consequências do crime, estas resultaram em lesões corporais leves, evidenciadas por meio do laudo de fls. 42. Por fim, no pertine ao comportamento da vítima, esta, de acordo com as provas produzidas nos autos, em nada contribuiu para a prática do delito em comento. Destarte, atentando para o quantum necessário e suficiente à reprovação do crime e levando em conta, de um lado, que o acusado, consciente da reprovabilidade da conduta, assumiu levá-la a termo e, de outro, que as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código penal foram, em apertado, desfavoráveis ao condenado, fixo a pena-base em 01 (UM) ANO DE DETENÇÃO. Presente uma agravante, a saber, a prevista no art. 61, inciso II, alínea f, do CP, na medida em que o delito em apreço foi praticado com violência física contra a mulher, na forma prevista nos arts. 5º, inciso III e 7º, inciso I, da Lei nº 11.340/2006. Em razão disso, aumento a pena base em 1/6 (um sexto), fixando-a em 01 (UM) E 02 (DOIS) MESES DE DETENÇÃO. Inexistem atenuantes, tampouco causas de aumento ou de diminuição de pena. Em razão disso, torno definitiva a pena supracitada em 01 (UM) ANO E 02 (DOIS) MESES DE DETENÇÃO, a serem cumpridos, inicialmente, em regime aberto, de acordo com o comando do art. 33, § 1º, alínea "c", e §2º, alínea "c", do Código Penal. Deixo de converter a pena privativa de liberdade em restritiva de direito em razão não só da vedação prevista no art. 17 da Lei nº 11.340/06, mas também em face do crime em questão ter sido cometido com violência à pessoa, em desacordo com o dispositivo no art. 44, inciso I, do CP. Condeno ao condenado o direito de recorrer em liberdade, em razão da ausência dos fundamentos legitimadores da prisão preventiva, bem como considerando que o mesmo já se encontra respondendo ao processo em liberdade. Condeno o réu ao pagamento das custas e demais despesas processuais. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado da sentença, lance-se o nome do réu no livro do rol dos culpados. João Lisboa-MA, 31 de agosto de 2011. MÁRLON JACINTO REIS, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara da Comarca de João Lisboa-MA.

PROCESSO: 138-14.2011.8.10.0038

AÇÃO: Processo Cível e do Trabalho | Processo de Conhecimento | Procedimento de Conhecimento | Procedimento Ordinário

AUTOR: Agostinho Antonio de Sousa e Iracema Francisca de Sousa

Advogado: Luiz Gustavo Leme

RÉU: Unibanco AIG Seguros S/A

Advogado: Rafaela Polydoro Kuster

O Excelentíssimo Senhor MÁRLON JACINTO REIS, Juiz de Direito da 2ª VARA da Comarca de JOÃO LISBOA, Estado do Maranhão.

FINALIDADE: INTIMAÇÃO do advogado do autor, Dr. LUIZ GUSTAVO LEME, OAB-PR 34.678, bem como a Advogada do réu Dra. RAFAELA POLYDORO KUSTER, OAB-PR 45.057 para tomarem ciência da sentença de fl. 150 cuja parte final segue transcrita: Considerando o pedido de desistência da ação formulado pelo Requerente, sem oposição da parte Requerida, DECLARO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do disposto no art. 267, VIII, do Código de Processo civil. Sem custas e honorários, eis que beneficiários da assistência judiciária gratuita (fl. 15). Publique-se. Registre-se. Intime-se. João Lisboa-MA, 30 de setembro de 2011. Juiz MÁRLON JACINTO REIS Titular da 2ª Vara de João Lisboa.

PROCESSO: 180-97.2010.8.10.0038

AÇÃO: Juizados da Infância e da Juventude | Seção Cível | Processo de Conhecimento | Guarda

REQUERENTE: FRANCISCO CLEBSON FERREIRA DA SILVA

Advogado: MEYRE MARQUES BASTOS

REQUERIDO: EDIANE ALVES CARDOSO

Advogado: ADALGISA BORGES LUZ SILVA

O Excelentíssimo Senhor MÁRLON JACINTO REIS, Juiz de Direito da 2ª VARA da Comarca de JOÃO LISBOA, Estado do Maranhão.

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da advogada do requerente, Dra. MEYRE MARQUES BASTOS, OAB-MA, 6.726, bem como a advogada do requerido Dra. ADALGISA BORGES LUZ SILVA OAB-MA 4338 para tomarem ciência da sentença fls. 98/v com o seguinte teor: Ante o exposto, DECLARO EXTINTO o processo sem resolução do mérito, nos termos do disposto no art. 267, III, do Código de Processo Civil. Sem Custas e Honorários, eis que se trata de beneficiário da assistência judiciária. Publique-se. Registre-se. Intime-se. João Lisboa - MA, 30 de setembro de 2011. Juiz MÁRLON JACINTO REIS Titular da 2ª Vara de João Lisboa.

PROCESSO: 251-02.2010.8.10.0038

AÇÃO: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

REQUERENTE: JADUILSON SILVA DINIZ

REQUERIDO: BANCO FINASA S/A

O Excelentíssimo Senhor MÁRLON JACINTO REIS, Juiz de Direito da 2ª VARA da Comarca de JOÃO LISBOA, Estado do Maranhão.

FINALIDADE: INTIMAÇÃO do advogado do requerente, Dr. JOSÉ WILSON CARDOSO DINIZ OAB-MA 6055-A, bem como ALLAN RODRIGUES FERREIRA, OAB-MA 7248 para tomarem ciência do despacho de fl. 159, abaixo transcrita: Considerando o transcurso do prazo de 6 (seis) meses após o trânsito em julgado da sentença sem manifestação da parte favorecida pela sentença de fls. 149/152, determino o arquivamento dos autos com baixa na distribuição, observadas as cautelas de praxe. Cumpra-se João Lisboa-MA, 20 de setembro de 2011. Juiz MÁRLON JACINTO REIS Titular da 2ª Vara de João Lisboa.

PROCESSO: 45-90.2007.8.10.0038

AÇÃO: PENAL PÚBLICA

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

ACUSADO: ELVES SILVA DOS SANTOS

Advogado: ENOQUE CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE

O Excelentíssimo Senhor MÁRLON JACINTO REIS, Juiz de Direito da 2ª VARA da Comarca de JOÃO LISBOA, Estado do Maranhão.

FINALIDADE: INTIMAÇÃO do advogado do acusado, Dr. ENOQUE CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE, OAB-MA 8345, para tomar ciência da sentença dos Embarbos de Declaração de fls. 103/104, cuja parte final segue transcrita: Isto posto, constatada a aludida omissão na sentença de fls. 75/80, ACRESCENTO a esta a seguinte redação em seu dispositivo: [...] Tendo em vista a ausência de defensor público nesta comarca, condeno o Estado ao pagamento dos honorários advocatícios devidos ao advogado Enoque Cavalcante Albuquerque, nomeado por este Juízo, às fls. 70, para apresentação de alegações finais. Com base nos valores estabelecidos pela tabela da OAB-MA, então vigente, fixo, em seu benefício, honorários advocatícios em R\$ 800,00 (oitocentos reais). Quanto aos demais termos, MANTENHO a sentença tal como foi lançada. Retifique-se o registro de sentença, anotando-a. Sem custas. Intimem-se. Após, retornem-me conclusos para a fase de execução da pena. João Lisboa 9MA), 30 de agosto de 2011. Juiz MÁRLON JACINTO REIS, Titular da 2ª Vara da Comarca de João Lisboa.

PROCESSO: 534-59.2009.8.10.0038

AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

REQUERENTE: BANCO FINASA S/A

REQUERIDO: JADUILSON SILVA DINIZ

O Excelentíssimo Senhor MÁRLON JACINTO REIS, Juiz de Direito da 2ª VARA da Comarca de JOÃO LISBOA, Estado do Maranhão.

FINALIDADE: INTIMAÇÃO do advogado do requerente, Dr. ALLAN RODRIGUES FERREIRA, OAB-MA 7248, bem como JOSÉ WILSON CARDOSO DINIZ OAB-MA 6055-A para tomarem ciência da decisão de fl. 155, abaixo transcrita: Considerando que a Ação de Busca e Apreensão fundada no Decreto-Lei 911/69 tem por única finalidade a localização e apreensão do bem dado em garantia e que resta demonstrado nos autos a impossibilidade do cumprimento de tal medida, verifico que a presente Busca e Apreensão não detem mais utilidade. Corrobora com tal conclusão o fato de que o Requerente, mesmo com carga dos autos durante 241 (duzentos e quarenta e um) dias (fl. 154), não promoveu nenhum ato ou diligência aptos a garantir o prosseguimento do feito. Ante o exposto, sem prejuízo da utilização das vias adequadas para adimplemento do débito, determino o arquivamento dos presentes autos e baixa na distribuição, observadas as cautelas de praxe. Intime-se. Cumpra-se. João Lisboa-MA, 20 de setembro de 2011. Juiz MÁRLON JACINTO REIS Titular da 2ª Vara de João Lisboa.

PROCESSO: 687-24.2011.8.10.0038

AÇÃO: Processo Cível e do Trabalho | Processo de Conhecimento | Procedimento de Conhecimento | Procedimento Ordinário

AUTOR: ENOQUE CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE

Advogado: ENOQUE CAVALCANTE ALBUQUERQUE

RÉU: CAEMA

O Excelentíssimo Senhor MÁRLON JACINTO REIS, Juiz de Direito da 2ª VARA da Comarca de JOÃO LISBOA, Estado do Maranhão.

FINALIDADE: INTIMAÇÃO do advogado do autor, Dr. ENOQUE CAVALCANTE ALBUQUERQUE, OAB-MA 8345, para tomar ciência da Decisão (parte final) proferida nos autos. "Destarte, presentes os pressupostos legais exigidos para a concessão de tal instituto, CONCEDO A LIMINAR postulada pelo Sr. ENOQUE CAVACANTE DE ALBUQUERQUE, determinando, assim, que a concessionária ré restabeleça, em 24 (vinte e quatro) horas, o fornecimento de água na unidade consumidora descrita no documento de fls. 14, sob pena de multa diária, a qual, desde já, arbitro em R\$545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais). Ressalto, ainda, que fica a requerida proibida de suspender novamente o fornecimento de água com

base no débito discutido na presente demanda, até decisão posterior proferida por este juízo. Determino a citação da requerida para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias sobre a pretensão do postulante, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria fática (CPC, arts. 285 e 319). Cite-se. Intimem-se." João Lisboa (MA), 09 de novembro de 2011.

Pedro Michel da Silva Serejo
Secretário Judicial

Assino de Ordem do MM. Juiz de Direito, art. 225, VII do CPC

Loreto

Processo nº 178-28.2011.8.10.0094

Ação: **Manutenção de Posse**

Autor: **João Oliveira Reis e sua esposa Maria Gomes de Oliveira**

Advogado: **Rainoldo de Oliveira OAB/PI nº 6.352**

Réu: **Alaércio Comarella**

Advogado: **Dr. Lenoir Cardoso Lima e Silva OAB-MA 7229**

Réu: **Geraldo Batista da Silva**

Advogado: **Dr. Eduardo Faustino Lima Sá OAB-MA 10.126-A**

Despacho de fls. 211 – 1. Mantenho a decisão agravada por seus próprios fundamentos;

2. Intimem-se as partes, por seus advogados, para especificarem, fundamentadamente, as provas que pretendem produzir em 05 dias. Ficam as partes advertidas de que o silêncio importará em aquiescência com o julgamento antecipado do feito. Loreto-MA, 31 de outubro de 2011.

JOÃO PAULO MELLO
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

PROCESSO Nº 204-88.2007.8.10.0094

Ação: **Representação por Ato Infracional**

Autor: **Ministério Público Estadual**

Adolescente: **D. G.**

O Doutor João Paulo Mello, MM. Juiz de Direito desta Comarca de Loreto, Estado do Maranhão, na forma da lei etc...

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo, com sede à Rua 07 de Setembro, nº 68, centro, a **Ação de Penal** proposta pelo **Ministério Público Estadual**, contra **D. G.**, residente em lugar incerto e não sabido, processo **nº 204-88.2007.8.10.0094**, para **Ciência da Sentença** e sua publicação, a seguir transcrita "...Pelo exposto, **declaro extinta** a pretensão estatal estampada na representação, conseqüentemente, **declaro extinta a punibilidade do jovem** com relação ao ato objeto desta ação". Loreto-MA 23 de setembro de 2011. João Paulo Mello. Juiz de Direito. E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico e afixado no lugar público de costume. Loreto, Estado do Maranhão, aos OITO dias do mês de JULHO do ano de 2011. Eu, _____ (Edna Matos Costa Martins) Secretária Judicial, digitei e subscrevi.

João Paulo Mello
Juiz de Direito

PORTARIA nº 14/2011 DE 09 de NOVEMBRO DE 2011

O Juiz **JOÃO PAULO MELLO**, titular da Comarca de Loreto, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais ETC.

CONSIDERANDO o disposto no artigo 138, II, C/C ART. 135, parágrafo único, do código de Processo Civil;

CONSIDERANDO o expediente encaminhado pela Secretaria Judicial titular deste Juízo dando conta da existência de motivo de foro íntimo para não atuar em processo que envolvam do advogado Emerson Carvalho Cardoso.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Secretaria Judicial Substituta **Ana Luiza Barros dos Santos**, mat. 115360, para funcionar como Secretaria em todos os processos nesta Comarca nos quais atue, por qualquer modo, o Dr. **Emerson Carvalho Cardoso**, OAB_MA nº 9.571.

DÊ-SE CIÊNCIA. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE

Gabinete do Juiz de Direito da Comarca de Loreto, aos nove dias do mês de novembro de dois mil e onze.

JOÃO PAULO MELLO
Juiz de Direito

Magalhães de Almeida

INTIMAÇÃO

Processo nº 229-30.2011.8.10.0095

Ação: **RETIFICAÇÃO DE REGISTRO**

Requente (s): **BERNARDA CUNHA DA SILVA**

Advogados: SCHEILA MARIA DE ARAÚJO ROCHA

A DRA. JAQUELINE RODRIGUES DA CUNHA JUIZA DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE MAGALHÃES DE ALMEIDA, ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI ETC...

INTIMA os Advogados Drs. **SCHEILA MARIA DE ARAÚJO**, para tomarem conhecimento do inteiro teor de sentença do processo acima, transcrita a seguir: "...Ante o exposto, ACOLHO O REQUERIMENTO INICIAL, para determinar ao Cartório responsável pelo registro civil, a expedição do Registro de Óbito de EUDIO FAUSTINO SOARES, com os requisitos do art. 80 da Lei nº 6.015/73, constando como data do óbito o dia 30 de abril de

2007. Expeça-se mandado, constando às informações necessárias sobre o (a) falecido (a). Renunciado o prazo para recurso. Com o trânsito em julgado, devidamente certificado, arquivem-se os autos. Sem custas. P. R. I Magalhães de Almeida - Ma, 09 de novembro de 2011. *Jaqueline Rodrigues da Cunha. Juíza de Direito Titular da Comarca de Magalhães de Almeida – MA.*

Processo nº **237-07.2011.8.10.0095**

Ação: **INTERDITO PROIBITÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR**

Requerente(s): **NAPECOL – ME**

Advogado: **AYRTON FERNANDES RODRIGUES JUNIOR – OAB/MA 10139-A**

Requerido(a): **FRANCISCO e EXPEDITO RUFINO**

INTIMAÇÃO de: AYRTON FERNANDES RODRIGUES JUNIOR – OAB/MA 10139-A, advogado da parte requerente (s), para que, no prazo de 10 (dez) dias promova o recolhimento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição.

Magalhães de Almeida/MA, 09 de novembro de 2011.

Jaqueline Rodrigues da Cunha
Juíza de Direito Titular da Comarca de Magalhães de Almeida/MA

Matões

Decisão

Processo nº **0000577-39.2011.8.10.0098**

Ação: **PROCESSO CAUTELAR | BUSCA E APREENSÃO**

Autor: **ADMINISTRACAO DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA e CONSÓRCIO NACIONAL HONDA LTDA**

Advogados: **EDEMILSON KOJI MOTODA (OAB 231747)**

Réus: **RAIMUNDO MÁRIO E SILVA**

ISTO POSTO e sob pena de indeferimento EMENDE O AUTOR A INICIAL, para, no prazo de 10 (dez) dias promover o registro do contrato no qual fundamente sua pretensão, no domicílio do devedor (Lei nº 6.015/73, artigos 129, item 5º e 130) ou alternativamente apresentar cópia autêntica ou 2º viado Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos - CRLV com a notação da inscrição da alienação fiduciária em favor do autor (Código Civil, art. 1.361). Intime-se o advogado do autor por DJe. Não havendo manifestação no prazo, certifique-se, e tornem os autos conclusos. Matões/MA, 8 de novembro de 2011. ROGÉRIO MONTELES DA COSTA. Juiz de Direito

Decisão

Processo nº **0000579-09.2011.8.10.0098**

Ação: **PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO | PROCEDIMENTO ORDINÁRIO**

Autor: **EVA FERREIRA DA SILVA**

Advogados: **AUGUSTO FRAZAO DE SA MENEZES FILHO (OAB 2838A)**

Réus:

Vistos...DEFIRO a gratuidade de justiça nos termos do art. 4º da Lei n.º 1.060/50. Citem-se os réus para os termos da ação bem assim querendo contestar o pedido, em 15 dias. Int. Matões/MA 08 de novembro de 2011. ROGÉRIO MONTELES DA COSTA. Juiz de Direito

PROCESSO N.º: 9000205-68.2010.8.10.0098
CLASSE: Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR(A): FELICIANO ALVES MACHADO
ADVOGADO(A): DANTE LEVI FORTES MENDES (OAB/PI 6895)
RÉU(RÉ): BRADESCO SEGUROS S.A.
ADVOGADO(A): REGIS GONDIM PEIXOTO (AOB/CE 17.731)

Vistos...Requeira o autor o que de direito em 5 dias. Int. Matões/MA 08 de novembro de 2011. ROGÉRIO MONTELES DA COSTA. Juiz de Direito

PROCESSO N.º: 9000225-25.2011.8.10.0098
CLASSE: Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR(A): RAIMUNDO XIMENES
ADVOGADO(A): EDUARDO LOIOLA DA SILVA (OAB/PI 7917)
RÉU(RÉ): COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR.
ADVOGADO(A): TIAGO JOSÉ FEITOSA DE SÁ (AOB/MA 8654-A)

Vistos...Trata-se de embargos de declaração na qual o embargante, COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR argumenta que a decisão que negou seguimento ao Recurso Inominado padece do vício da contradição, omissão ou dúvida tendo em conta que não considerou o prazo de cinco dias após o término do prazo para protocolização do recurso nominado a que foi negado seguimento bem como que a certidão de trânsito em julgado é nula por não trazer o nome de um advogado em especial. Ouvido o embargado, este argumenta pelo não conhecimento do recurso de embargos de declaração haja vista ter sido interposto contra decisão interlocutória e não contra sentença. É o relatório. Decido. Compulsando os autos, não verifico que houve erro material, omissão, contradição ou dúvida na decisão atacada. A questão da nulidade da certidão de trânsito em julgado não merece prosperar tendo em vista que havendo intimação de um dos advogados constantes da procuração é o que basta para a ciência do ato. ISTO POSTO, e mais do que dos autos consta, em face de não observar erro material, omissão, obscuridade, contradição ou dúvida na decisão que negou seguimento a recurso nominado. Cumpra-se a decisão de fls. 164. Intimem-se as partes da presente decisão. Matões/MA, 8 de novembro de 2011. ROGÉRIO MONTELES DA COSTA Juiz de Direito

PROCESSO N.º: 9000225-25.2011.8.10.0098
CLASSE: Procedimento do Juizado Especial Cível
AUTOR(A): RAIMUNDO XIMENES

ADVOGADO(A): EDUARDO LOIOLA DA SILVA (OAB/PI 7917)
RÉU(RÉ): COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR.
ADVOGADO(A): TIAGO JOSÉ FEITOSA DE SÁ (AOB/MA 8654-A)

Vistos... Aguarde-se em Secretaria Judicial por 72 (setenta e duas horas) horas para resposta da solicitação, após o que tornem conclusos. Intime-se. Matões/MA, 8 de novembro de 2011. **ROGÉRIO MONTELES DA COSTA**. Juiz de Direito

Processo nº 277-77.2011.8.10.0098

Execução de Título Extrajudicial
Exeqüente: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A
Advogados: CARINE DE SOUSA FARIAS, OAB/BA 25.176; LUCIANO COSTA NOGUEIRA, OAB/MA 6.593; NATHALIA SANTOS PIMENTEL OAB/MA 8908; e GILMAR PEREIRA SANTOS, OAB/MA 4.119
Embargado: F. CARDOSO DE SOUSA e FRANCISCO CARDOSO DE SOUSA
Advogado: EDUARDO LOIOLA DA SILVA, OAB/PI nº 7917

Vistos... Intime-se o credor para, em 48 (quarenta e oito) horas, dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, pena de extinção. Matões/MA, 20 de outubro de 2011. **ROGÉRIO MONTELES DA COSTA** Juiz de Direito

Processo: 410-22.2011.8.10.0098

Ação de Embargos de Terceiro
Embargante: MARIA ODETE MAGALHÃES FRANCO
Advogada: ALINY LEIDIANY CARNEIRO PACHECO, OAB/PI 6046
Embargado: EDNA GONÇALVES DE CARVALHO e WUEDATH DE CARVALHO FERNANDES
Advogado(s): EDUARDO LOIOLA DA SILVA, OAB/MA nº 7917

O Doutor ROGÉRIO MONTELES DA COSTA, MM. Juiz de Direito titular desta Comarca de Matões, Estado do Maranhão, intima a advogada da embargante acima especificada para tomar conhecimento da sentença proferida nos autos da ação em epígrafe, cuja parte dispositiva segue abaixo transcrita: **Tendo em vista a ausência da embargante à audiência para a qual devia estar presente, conforme as fls. 35, tendo em vista que é sua obrigação acompanhar a tramitação de seu processo, este deverá ser arquivado. Observo que a parte autora atuou com má fé alterando a verdade dos fatos, alegando às fls.3 que o veículo em questão encontra-se alienado ao Banco Panamericano, informação que foi negada, conforme documentos de fls.34. Isto Posto, JULGO EXTINTO o presente processo, nos termos do art. 51, inciso I da Lei 9099/95. CONDENO a parte reclamante às custas processuais, aos honorários do advogado dos embargados, que fixo em 10% do valor da causa, bem como ainda CONDENO a embargante a multa de 1% sobre o valor da causa por infração ao art. 17, II do CPC, tudo nos termos do art. 55 parágrafo único da lei 9.099/95 e art. 18 do CPC. Sentença publicada em audiência, saem os presentes intimados. Intimem-se a autora e seu advogado da presente audiência, bem como promova-se, após, o trânsito em julgado, extração de cópia da presente sentença para a juntada dos autos da execução que voltaram até a tramitação normal. Após o que feito o desapensamento e efetivado o recolhimento das custas processuais e multa na forma da Resolução 29/2009, do TJMA, archive-se os autos com a devida baixa da distribuição. Extraia-se cópia do presente processo e as encaminhe por ofício a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, seccional Piauí para a apuração de eventual infração disciplinar praticado pela advogada que subscreveu a petição judicial DRA. ALINY LEIDIANY CARNEIRO PACHECO OAB/PI 6046.**

Matões, 08 de novembro de 2011
ROGÉRIO MONTELES DA COSTA
Juiz de Direito

Processo nº 9000165-52.2011.8.10.00

Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório – DPVAT (Execução)
Requerente: FRANCISCA LIMA E SILVA, KEYLANE LIMA E SILVA, KEYDINA MARIA LIMA E SILVA e FRANCISCA KELLES LIMA E SILVA
Advogado: FERNANDO SABINO TENÓRIO, OAB/MA 7212-A
Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Advogados: CINTHIA HELUY MARINHO SOARES, OAB/MA 6835 e FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JUNIOR, OAB/MA 9515-A

Vistos... Tendo em vista a resposta positiva, bem como já tendo havido a solicitação de transferência do numerário à agência local do Banco do Brasil S/A, consoante documentos de fls. 118, lavre-se o termo de penhora do valor bloqueado e ato seguinte intime-se a parte devedora, por seu advogado, em havendo, para, querendo, apresentar embargos no prazo de 15 (quinze) dias. Intime-se. Matões/MA, 8 de novembro de 2011. **ROGÉRIO MONTELES DA COSTA** Juiz de Direito

Mirador

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº. 48-17.2011.8.10.0099
DENOMINAÇÃO: AÇÃO DE EXECUÇÃO FORÇADA
PARTE AUTORA: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
ADVOGADO: WARWICK LEITE DE CARVALHO – OAB-MA nº 4441
PARTE REQUERIDA: ATÔNIO DA ROCHA LIMA

A Excelentíssima Senhora Dra. CAROLINA DE SOUSA CASTRO, Juíza de Direito da Comarca de Mirador, Estado do Maranhão.
INTIMA: O Dr. WARWICK LEITE DE CARVALHO – OAB-MA nº 4441, para se manifestar no prazo de 10 (dez) dias sobre a certidão de fls. 34, cujo teor é o seguinte "Certifico, para os devidos fins, que às fls. 33 consta certidão de óbito do executado". Comarca de Mirador, Estado do Maranhão, aos 09 dias do mês de novembro do ano de 2011, Eu, Alan Dias Carneiro, Auxiliar Judiciário assino de ordem da **MM. Carolina de Sousa Castro, Juíza de Direito da Comarca de Mirador/MA**, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA.

Montes Altos

Processo Nº: 145-47.2007.8.10.0102
Denominação: Civil Pública de Execução
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido/apelado: MIRILANDES JALES DE SOUSA

Advogados: Oziel Vieira da Silva, OAB/MA nº 3303, Gil Wandisley C. Milhomem, OAB/MA nº 5807 e/ou Thais Yukie Ramalho Moreira, OAB/MA nº 5816

Juiz de Direito: Franklin Silva Brandão Junior

FINALIDADE: INTIMAÇÃO dos advogados Oziel Vieira da Silva, OAB/MA nº 3303, Gil Wandisley C. Milhomem, OAB/MA nº 5807 e/ou Thais Yukie Ramalho Moreira, OAB/MA nº 5816, para oferecer contra-razões, no prazo legal.

Montes Altos, 8 (oito) de novembro de 2011.

Cristiane M. de O. Melo Albuquerque
Secretária Judicial

(Assinado de ordem do MM. Juiz Franklin Silva Brandão Junior, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

Processo Nº: 146-32.2007.8.10.0102

Denominação: Embargos à Execução

Embargante: MIRILANDES JALES DE SOUSA

Advogados: Oziel Vieira da Silva, OAB/MA nº 3303, Gil Wandisley C. Milhomem, OAB/MA nº 5807 e/ou Thais Yukie Ramalho Moreira, OAB/MA nº 5816.

EmbargadoRéu: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Juiz de Direito: Franklin Silva Brandão Junior

FINALIDADE: INTIMAÇÃO dos advogados Oziel Vieira da Silva, OAB/MA nº 3303, Gil Wandisley C. Milhomem, OAB/MA nº 5807 e/ou Thais Yukie Ramalho Moreira, OAB/MA nº 5816, para oferecer contra-razões, no prazo legal.

Montes Altos, 8 (oito) de novembro de 2011.

Cristiane M. de O. Melo Albuquerque
Secretária Judicial

(Assinado de ordem do MM. Juiz Franklin Silva Brandão Junior, nos termos d art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº: 216-10.2011.8.10.0102

Ação: Retificação de sua Profissão no Assentamento de sua Certidão de Casamento

Requerente:MARIA RAIMUNDA FRANCO DE BARROS

Advogada: Joaneth Ferreira Santos, OAB/MA 4.350

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte requerente, na pessoa de sua advogada, Joaneth Ferreira Santos, OAB/MA 4.350, para comparecerem à audiência Instrução e Julgamento na sede deste Juízo, designada para o dia 17/11/2011 às 11:00.

Montes Altos/MA, 8 (oito) de novembro de 2011

Cristiane M. de O. Melo Albuquerque
Secretária Judicial

(Assinando de Ordem do MM Juiz Franklin Silva Brandão junior, nos termos do art. 3º, XXV, III, do provimento nº 001/2007/CGJ/MA).

Processo nº: 31-06.2010.8.10.0102

Ação RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL

Requerente:PAULO CESAR PEREIRA DA SILVEIRA

Advogado: Joana Mara Gomes Pessoa, OAB/MA nº 8598

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte requerente, na pessoa de sua advogada, Joana Mara Gomes Pessoa, OAB/MA nº 8.598, para comparecerem à audiência de Justificação, na sede deste Juízo, redesignada para o dia 16/11/2011 Às 10:00.

Montes Altos/MA, 9 (nove) de novembro de 2011

Cristiane M. de O. Melo Albuquerque
Secretária Judicial

(Assino de Ordem do MM Juiz, Franklin Silva Brandão Junior, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA).

PROCESSO: 9000115-14.2011.8.10.0102

AÇÃO: Indenizatória por Danos Morais c/c Pedido Liminar

REQUERENTE: Jose Cardoso da Silva

ADVOGADO REQUERENTE: OZIEL VIEIRA DA SILVA OAB/MA 3303, THAIS YUKIE RAMALHO MOREIRA OAB/MA 5816, RAPHAEL VIEIRA CARDOZO DE ANDRADE OAB/MA 2505-E, ANTONIO ALVES DE SOUZA JUNIOR OAB/MA 8609

REQUERIDO: Icatu Seguros S/A

FINALIDADE: **INTIMAR** a parte requerente através de seu(s) advogado(s) para que compareça à **Audiência de Conciliação designada para o dia 28 de novembro de 2011, às 12:00 horas, a ser realizada na Sede deste Juízo.**

Montes Altos/MA, 09 de novembro de 2011

Fernanda Carolina Almeida Araújo

Técnico Judiciário

(Assinado de ordem do MM. Juiz de Direito Titular Franklin Silva Brandão Junior nos termos do art. 3º, XXV, II do provimento 001/2007CGJ/MA)

PROCESSO: 9000150-08.2010.8.10.0102

AÇÃO: Indenizatória por Danos Morais

REQUERENTE: Maria do Socorro Pereira Goveia

REQUERIDO: Plano de Saúde UNIHOSP

ADVOGADO REQUERIDO: Antonio Cesar de Araujo Freitas OAB/MA 4695, Ricardo Tadeu Bugarin Dualibe OAB/MA 2366, Ruy Eduardo Villas Boas Santos OAB/MA 4735, Ancelmo Vilela Dourado Matos OAB/MA 9214, Brunno Eduardo Matos Soares OAB/MA 8467, Christiana Villas Boas Santos OAB/MA 5881, Denise de Fátima Maciel Nogueira OAB/MA 9373, Fabio Luiz Viegas Cutrim OAB/MA8693, Maise Garces Feitos OAB/MA 5427, Rodrigo Mendonça Santiago OAB/MA 7073, Thayssa Ferreira Vitoriano 8767.

FINALIDADE: **INTIMAR** a parte requerida através de seu(s) advogado(s) para que compareça à **Audiência de Conciliação designada para o dia 28 de novembro de 2011, às 11:40 horas, a ser realizada na Sede deste Juízo.**

Montes Altos/MA, 09 de novembro de 2011

Fernanda Carolina Almeida Araújo

Técnico Judiciário

(Assinado de ordem do MM. Juiz de Direito Titular Franklin Silva Brandão Junior nos termos do art. 3º, XXV, II do provimento 001/2007CGJ/MA)

DE ORDEM D(O) DOUTOR(A) FRANKLIN SILVA BRANDÃO JUNIOR, JUIZ(A) DE DIREITO TITULAR DA VARA ÚNICA, DESTA COMARCA DE MONTES ALTOS, ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI ETC.

PELA presente **INTIMAÇÃO**, na forma do **Art. 236 e 237 caput do CPC** e da resolução **15/2008**, nos autos de **n.º 9000235-91.2010.8.10.0102**, **requerente JOSE SATURNO BEZERRA e requerido BANCO BRADESCO**, que se processam perante este juízo e respectiva secretaria, fica **INTIMADO (A)** o requerente, na pessoa de seu (a) advogado(a), **DR(A). CARLOS ANDRE MORAIS ANCHIETA OAB/MA 6472 E DR (A) MILSETH DE OLIVEIRA SILVA OAB/MA 7086**, **"para que compareça em Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento a ser realizada no dia 16 de dezembro de 2011, às 10:40 horas, na sede deste Juízo"**. A presente será publicada na forma da lei. Montes Altos, Estado do Maranhão, aos 04 de novembro de 2011.

Cristiane M. de O. Melo Albuquerque
Secretária Judicial da Vara Única de Montes Altos
Assino de Ordem do MM Juiz (provimento 001/2007 CGJ-MA)

Olho d'Água das Cunhãs

Processo: 1722720078100103

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Réu: ADEMAR ALVES DE OLIVEIRA

Advogado: MILLA CRISTINA MARTINS DE OLIVEIRA – OAB/MA 8576

FINALIDADE: Intimação da advogada do réu, **DRA. MILLA CRISTINA MARTINS DE OLIVEIRA**, inscrita na OAB/MA sob o nº 8576, com escritório profissional localizado na Rua das Gaivotas, quadra 01, Edifício Coronel Onofre, apartamento 501, Renascença II, na cidade de São Luís/MA, **PARA**, tomar ciência da **DECISÃO** deste Juízo proferida nos autos do processo acima referido, a seguir transcrita: "Rh. Trata-se de ação civil pública por ato de improbidade administrativa ajuizada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, por seu representante legal, em face de ADEMAR ALVES DE OLIVEIRA. Vê-se às fls. 61 dos autos que erroneamente foi designada audiência de conciliação, que não cabe nestes autos, razão pela qual torno sem efeito o referido despacho. Por outro lado, por se tratar de matéria eminentemente de fato e de direito, na forma do art. 330, I do CPC, não havendo mais necessidade de produção de provas, além das colacionadas aos autos, entendo que o processo está maduro para prolação de sentença. Aliás, a própria jurisprudência pátria é uníssona, no sentido de que, casos como esses dos autos, devem ser decididos de plano pelo magistrado, sem uma dilação probatória. É o que se vê dos arestos infra: "Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ – Resp 2.832. RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo)". "Se a questão for exclusivamente de direito, o julgamento antecipado d lide é obrigatório. Não pode o juiz, por sua mera conveniência, relegar para fase ulterior a prolação da sentença, se houver absoluta desnecessidade de ser produzida prova em audiência" (RT 621/166). Inicialmente, não vinga a preliminar argüida. A litispendência, que se configura quando há identidade de partes, pedido e causa de pedir entre duas ou mais ações, não está presentes." Por todas as razões antes expostas, determino a exclusão destes autos da pauta de audiência antes designada, com sua liberação, e a intimação das partes quanto a esta decisão, após, a conclusão dos autos para prolação de sentença. Intime-se. Cumpra-se. Olho D'Água das Cunhãs, 28 de setembro de 2011. (as) Dra. Josane Araújo Farias Braga – Juíza de Direito Titular.

Intimação expedida por ordem judicial, Secretaria Judicial da Comarca de Olho d'Água das Cunhãs, 04 de agosto de 2011. Eu, (Luciane Soares Leite), Secretaria Judicial, assinando de ordem da MMª Juíza de Direito Titular da Comarca, Dra. Josane Araújo Farias Braga, nos termos do artigo 3º, XXV, III do Provimento nº 001/2007-CGCJ/MA.

LUCIANE SOARES
Secretária Judicial

Processo: 184320068100103

AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

RÉU: ADEMAR ALVES OLIVEIRA

ADVOGADO: EUGENIO SOLINO PESSOA – OAB/MA 4771

LITISCONORTE: MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS/MA

ADVOGADO: HILDA DO NASCIMENTO SILVA – OAB/MA 4377

FINALIDADE: Intimação da advogada da do Litisconsorte, **DRA. HILDA DO NASCIMENTO SILVA**, inscrito na OAB/MA sob o nº 4377, com escritório profissional localizado na Rua Rui Barbosa, nº 99, Centro, nesta cidade, para tomar ciência da sentença proferida nos autos do processo acima referido, em data de 27 de abril de 2011, cujo dispositivo final é do seguinte: "**PARTE FINAL:** Ante tais razões, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONSTANTE DA INICIAL POSTULATÓRIA e, em consequência, CONDENO o promovido ADEMAR ALVES DE OLIVEIRA, por violação à norma capitulada no artigo 10, incisos VIII e XI da Lei no 8.429/1992, e à luz das argumentações acima aduzidas, levando em consideração a extensão do dano causado à coletividade, a gradação da improbidade praticada, sua repercussão no controle de transparência administrativa dos atos praticados durante a gestão da promovida frente ao Município de Olho D'Água das Cunhãs, bem como as demais diretrizes normativas gravadas no artigo 12, inciso II e parágrafo único da Lei no 8.429/1992, considero proporcional a aplicação das penalidades especificadas, nas condições, prazos e gradações a seguir aduzidos: I) Suspensão dos direitos políticos pelo período de 05 (cinco) anos; II) Proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios ou, direta ou indiretamente, ainda que seja por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo período de 05 (cinco) anos. Publique-se. Registre. Intime-se o promovido ADEMAR ALVES DE OLIVEIRA e seu douto advogado constituído nos autos. Intime-se o douto representante do Ministério Público Estadual, observada a forma preconizada no artigo 236, § 2º do Código de Processo Civil. Notifique-se o Município de Olho D'Água das Cunhãs, através de seu representante legal (CPC, art. 12, II). Ustas processuais por conta do condenado ADEMAR ALVES DE OLIVEIRA. Transitada em julgado esta sentença, às expeça-se as comunicações de ordem, oficiar o Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA), para fins da suspensão dos direitos políticos ora determinada. Cumpra-se. Olho D'Água das Cunhãs (MA), 27 de abril de 2011. (as) JOSANE ARAUJO FARIAS BRAGA - Juíza de Direito.

Intimação expedida por ordem judicial, Secretaria Judicial da Comarca de Olho d'Água das Cunhãs, 09 de novembro de 2011. Eu, (Luciane Soares Leite), Secretaria Judicial, assinando de ordem da MMª Juíza de Direito Titular da Comarca, Dra. Josane Araújo Farias Braga, nos termos do artigo 3º, XXV, III do Provimento nº 001/2007-CGCJ/MA.

LUCIANE SOARES
Secretária Judicial

Processo: 184320068100103**AÇÃO CIVIL PUBLICA POR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA****AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL****RÉU: ADEMAR ALVES OLIVEIRA****ADVOGADO: EUGENIO SOLINO PESSOA – OAB/MA 4771****LITISCONSORTE: MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS/MA****ADVOGADO: HILDA DO NASCIMENTO SILVA – OAB/MA 4377**

FINALIDADE: Intimação do advogado do réu, **DR. EUGENIO SOLINO PESSOA, inscrito na OAB/MA sob o nº 4771**, com escritório profissional localizado na Rua 28 de Julho, nº 325, Centro, na cidade de Bacabal/MA, para tomar ciência da sentença proferida nos autos do processo acima referido, em data de 27 de abril de 2011, cujo dispositivo final é do seguinte: “ **PARTE FINAL:** Ante tais razões, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONSTANTE DA INICIAL POSTULATÓRIA e, em consequência, CONDENO o promovido ADEMAR ALVES DE OLIVEIRA, por violação à norma capitulada no artigo 10, incisos VIII e XI da Lei no 8.429/1992, e à luz das argumentações acima aduzidas, levando em consideração a extensão do dano causado à coletividade, a gradação da improbidade praticada, sua repercussão no controle de transparência administrativa dos atos praticados durante a gestão da promovida frente ao Município de Olho D'Água das Cunhãs, bem como as demais diretrizes normativas gravadas no artigo 12, inciso II e parágrafo único da Lei no 8.429/1992, considero proporcional a aplicação das penalidades especificadas, nas condições, prazos e gradações a seguir aduzidos: I) Suspensão dos direitos políticos pelo período de 05 (cinco) anos; II) Proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios ou, direta ou indiretamente, ainda que seja por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo período de 05 (cinco) anos. Publique-se. Registre. Intime-se o promovido ADEMAR ALVES DE OLIVEIRA e seu douto advogado constituído nos autos. Intime-se o douto representante do Ministério Público Estadual, observada a forma preconizada no artigo 236, § 2º do Código de Processo Civil. Notifique-se o Município de Olho D'Água das Cunhãs, através de seu representante legal (CPC, art. 12, II), uitas processuais por conta do condenado ADEMAR ALVES DE OLIVEIRA. Transitada em julgado esta sentença, às expeça-se as comunicações de ordem, oficiar o Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA), para fins da suspensão dos direitos políticos ora determinada. Cumpra-se. Olho D'Água das Cunhãs (MA), 27 de abril de 2011. (as) JOSANE ARAÚJO FARIAS BRAGA - Juíza de Direito.

Intimação expedida por ordem judicial, Secretaria Judicial da Comarca de Olho d'Água das Cunhas, 09 de novembro de 2011. Eu, (Luciane Soares Leite), Secretaria Judicial, assinando de ordem da MMª Juíza de Direito Titular da Comarca, Dra. Josane Araújo Farias Braga, nos termos do artigo 3º, XXV, III do Provimento nº 001/2007-CGCJ/MA.

LUCIANE SOARES
Secretária Judicial

Processo: 2196920058100103**AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CLAUSULAS CONTRATUAIS c/c REVISÃO CONTRATUAL E DO SALDO DEVEDOR DE EMPRESTIMOS E AJUSTES DE NATUREZA COMERCIAL, EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE SOLIDARIEDADE PASSIVA c PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA.****Autor: J.R. DA COSTA FILHO e FERNANDO MELO DA COSTA****Advogado: DR. JOSÉ AGNELO RODRIGUES DE ARAÚJO – OABMA 2590/81 e DR. ANTONIO VILMARIO DE OLIVEIRA – OAB/MA 5475-A****Réu: BANCO DO BRASIL S/A****Advogado: DRA. MARIA CELIA PEREIRA DA SILVA – OAB/MA 4761**

FINALIDADE: Intimação do advogado do réu, **Dra. MARIA CELIA PEREIRA DA SILVA, inscrita na OAB/MA sob o nº 4761**, com escritório profissional localizado na Rua Teixeira de Freitas, nº 493, Centro, Bacabal/MA, **PARA, COMPARECER(EM)** neste Fórum, situado à Av. Fernando Ferrari, 116, centro, Olho d'Água das Cunhas/MA, **no dia 30 de novembro de 2011, às 14 horas**, a fim de participar(em) da audiência Preliminar nos autos acima referenciado, ficando advertido de que não sendo obtida a conciliação, deverão as partes indicarem as provas que pretendem produzir, especificando-as e justificando-as.

Intimação expedida por ordem judicial, Secretaria Judicial da Comarca de Olho d'Água das Cunhas, 04 de agosto de 2011. Eu, _____ (Luciane Soares Leite), Secretária Judicial, assinando de ordem da MMª Juíza de Direito Titular da Comarca, Dra. Josane Araújo Farias Braga, nos termos do artigo 3º, XXV, III do Provimento nº 001/2007-CGCJ/MA.

LUCIANE SOARES
Secretária Judicial

INTIMAÇÃO

Processo: 2196920058100103**AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CLAUSULAS CONTRATUAIS c/c REVISÃO CONTRATUAL E DO SALDO DEVEDOR DE EMPRESTIMOS E AJUSTES DE NATUREZA COMERCIAL, EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE SOLIDARIEDADE PASSIVA c PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA.****Autor: J.R. DA COSTA FILHO e FERNANDO MELO DA COSTA****Advogado: DR. JOSÉ AGNELO RODRIGUES DE ARAÚJO – OABMA 2590/81 e DR. ANTONIO VILMARIO DE OLIVEIRA – OAB/MA 5475-A****Réu: BANCO DO BRASIL S/A****Advogado: DRA. MARIA CELIA PEREIRA DA SILVA – OAB/MA 4761**

FINALIDADE: Intimação dos advogados dos autores, **Dr. JOSÉ AGNELO RODRIGUES DE ARAÚJO, inscrito na OAB/MA sob o nº 2590/81**, com escritório profissional localizado na Rua Manoel Alves de Abreu, nº 223, Centro, Bacabal/MA e **DR. ANTONIO VILMÁRIO DE OLIVEIRA, inscrito na OAB/MA sob o nº 5475-A**, com escritório profissional localizado na Praça São José, nº 20, Centro, Bacabal/MA, **PARA, COMPARECER(EM)** neste Fórum, situado à Av. Fernando Ferrari, 116, centro, Olho d'Água das Cunhas/MA, **no dia 30 de novembro de 2011, às 14 horas**, a fim de participar(em) da audiência Preliminar nos autos acima referenciado, ficando advertido de que não sendo obtida a conciliação, deverão as partes indicarem as provas que pretendem produzir, especificando-as e justificando-as.

Intimação expedida por ordem judicial, Secretaria Judicial da Comarca de Olho d'Água das Cunhas, 04 de agosto de 2011. Eu, (Luciane Soares Leite), Secretaria Judicial, assinando de ordem da MMª Juíza de Direito Titular da Comarca, Dra. Josane Araújo Farias Braga, nos termos do artigo 3º, XXV, III do Provimento nº 001/2007-CGCJ/MA.

LUCIANE SOARES
Secretária Judicial

Processo: 2311520078100103**AÇÃO CIVIL PUBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA****AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL****RÉU: FRANCISCO MAGNO PEREIRA DE OLIVEIRA**

ADVOGADO: VERA LÚCIA VIEIRA ASSUNÇÃO – OAB/MA 3279

FINALIDADE: Intimação da advogada do réu, **DRA. VERA LÚCIA VIEIRA ASSUNÇÃO, inscrita na OAB/MA sob o nº 3279**, com escritório profissional localizado na Rua 02 de Maio, nº 220, Centro, nesta cidade, para tomar ciência da sentença proferida nos autos do processo acima referido, em data de 24 de junho de 2011, cujo dispositivo final é do seguinte: " **PARTE FINAL:** Ante tais razões, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONSTANTE DA INICIAL POSTULATÓRIA e, em consequência, CONDENO o promovido FRANCISCO MAGNO PEREIRA DE OLIVEIRA, por violação à norma capitulada no artigo 11, inciso VI da Lei no 8.429/92, e à luz das argumentações acima aduzidas, bem como nas disposições do artigo 269, I do Código de Processo Civil, levando em consideração a extensão do dano causado à coletividade, a gradação da improbidade praticada, sua repercussão no controle de transparência administrativa dos atos praticados durante a gestão do promovido frente à Câmara de Vereadores do Município de Olho D'Água das Cunhãs, bem como as demais diretrizes normativas gravadas no artigo 12, inciso III da Lei no 8.429/1992, considero proporcional a aplicação das penalidades especificadas, nas condições, prazos e gradações a seguir aduzidos: I) Suspensão dos direitos políticos pelo período de 03 (três) anos; II) Proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios ou, direta ou indiretamente, ainda que seja por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo período de 03 (três) anos. Publique-se. Registre-se. Intime-se o promovido FRANCISCO MAGNO PEREIRA DE OLIVEIRA e seu douto advogado constituído nos autos. Intime-se o douto representante do Ministério Público Estadual, observada a forma preconizada no artigo 236, § 2º do Código de Processo Civil. Notifique-se a Câmara Municipal de Olho D'Água das Cunhãs, através de seu Excelentíssimo Senhor Presidente, dando ciência da presente decisão para os fins de direito. Custas processuais por conta do condenado FRANCISCO MAGNO PEREIRA DE OLIVEIRA. Transitada em julgado esta sentença, às expeça-se as comunicações de ordem, oficiar o Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA), para fins da suspensão dos direitos políticos ora determinado. Cumpra-se. Olho D'Água das Cunhãs (MA), 16 de maio de 2011. JOSANE ARAUJO FARIAS BRAGA - Juíza de Direito Intimação expedida por ordem judicial, Secretaria Judicial da Comarca de Olho d'Água das Cunhas, 09 de novembro de 2011. Eu, (Luciane Soares Leite), Secretaria Judicial, assinando de ordem da MMª Juíza de Direito Titular da Comarca, Dra. Josane Araújo Farias Braga, nos termos do artigo 3º, XXV, III do Provimento nº 001/2007-CGCJ/MA.

LUCIANE SOARES LEITE
Secretaria Judicial

Processo: 2329720078100103

AÇÃO:EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL - TAC

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

RÉU: MUNICÍPIO DE OLHO D'AGUA DAS CUNHÃS

ADVOGADO: VERA LÚCIA VIEIRA ASSUNÇÃO – OAB/MA 3279

FINALIDADE: Intimação da advogada do réu, **DRA. VERA LÚCIA VIEIRA ASSUNÇÃO, inscrita na OAB/MA sob o nº 3279**, com escritório profissional localizado na Rua 02 de Maio, nº 220, Centro, nesta cidade, para tomar ciência da sentença proferida nos autos do processo acima referido, em data de 27 de outubro de 2011, cujo teor dispositivo final é do seguinte: SENTENÇA. "Vistos etc. Trata-se de acordo firmado no autos da execução de título executivo extrajudicial de Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público Estadual e o Município de Olho D'Água das Cunhãs que objetivava o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta - "TAC" - firmado com o executado para a construção de um aterro sanitário no Município. Às fls. 166/168 foi celebrado acordo entre o Ministério Público Estadual e o Município de Olho D'Água das Cunhãs, por seu Prefeito Municipal, acerca do objeto da vertente ação, havendo ali o estabelecimento de providências a serem adotadas pelo Município, prazos para cumprimento e previsão de multa diária na hipótese de descumprimento dessas ações. O Ministério Público Estadual manifesta-se pela homologação do acordo celebrado entre as partes, para que produza seus efeitos, bem como o sobrestamento dos autos pelo período de tempo referente ao prazo definido na cláusula quinta, parágrafo primeiro.

É o breve relatório. Como se observa, o Ministério Público Estadual e o Município de Olho D'água das Cunhãs celebraram acordo nos seguintes termos: "O presente acordo será construído sobre as questões apontadas pela comunidade como sendo aquelas de maior gravidade, quais sejam: a produção de fumaça e fuligem pela incineração do lixo, afetando áreas residenciais; o mau cheiro advindo do local do lixão; colocação de lixo pelas pessoas responsáveis pela coleta às margens da estrada em épocas chuvosas. CLÁUSULA PRIMEIRA. Quanto à Incineração do Lixo: PARÁGRAFO PRIMEIRO: o MUNICÍPIO se compromete a, através da Secretaria de Ação Social, promover levantamento das pessoas catadoras de lixo, individualmente, cadastro esse que será encaminhado à Promotoria de Justiça no prazo de 10 (dez) dias, contado a partir de 03 de outubro de 2011, para providências.Parágrafo Segundo: o MUNICÍPIO se compromete a determinar à empresa contratada para coleta do lixo a proibição de incineração do material de refugo coletado, providência que se dará no prazo de 02 (dois) dias, contados do dia 29 de outubro de 2011.Parágrafo Terceiro:o MUNICÍPIO se compromete a colocar 01 (um) fiscal no lixão com o objetivo de garantir a proibição da incineração do lixo, pessoa que será escolhida preferencialmente dentre os catadores de lixo, sendo tal providência ato imediatamente posterior ao cadastramento dos catadores. CLÁUSULA SEGUNDA: Quando ao Mau Cheiro Produzido no Lixão: Parágrafo Primeiro: o MUNICÍPIO se compromete a, por pelo menos 03 (três) vezes por semana, preferencialmente às segundas, quartas e sextas-feiras, realizar o revolvimento do material do lixão com um trator, providência que será iniciada no dia 03 de outubro de 2011. CLÁUSULA TERCEIRA: Limites do Lixão: Parágrafo Primeiro: o MUNICÍPIO se compromete a instalar 02 (duas) placas de aviso nas imediações do lixão informando sobre a proibição de edificação de casas a menos de 200m (duzentos metros) do terreno lixão até que sobrevenha a desativação do local atual, providência a ser adotada no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do dia 03 de outubro de 2011. CLÁUSULA QUARTA: Quanto ao Funcionamento do Lixão no Período Chuvoso: Parágrafo Primeiro: o MUNICÍPIO se compromete a periodicamente remanejar o lixo localizado à frente do terreno atual para os fundos do imóvel, providência essa que se iniciará a partir do dia 03 de outubro de 2011. CLÁUSULA QUINTA: Quanto à Desativação do Lixão do Local Atual: Parágrafo Primeiro: o MUNICÍPIO se compromete a, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do dia 10 de outubro de 2011, realizar estudos para identificação de imóvel adequado para instalação do novo local para destino no lixo até que sobrevenha a construção do aterro sanitário. Parágrafo Segundo: identificado o imóvel o MUNICÍPIO se compromete a adotar os procedimentos necessários à aquisição ou locação do terreno para destinação do lixo com o objetivo de desativar o atual lixão. CLÁUSULA SEXTA: Quanto à Construção do Aterro Sanitário: Parágrafo Primeiro: o MUNICÍPIO se compromete a, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir do dia 03 de outubro de 2011, encaminhar à Câmara Municipal projeto de lei consistente em emenda à Lei Orçamentária para previsão de recursos no valor suficiente para construção do aterro sanitário.

CLÁUSULA SÉTIMA: os termos deste acordo devem ser observados nos prazos individualmente assinalados, impondo-se ao MUNICÍPIO, a título de cláusula penal, multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por dia de descumprimento, a ser revertida a fundo legal a ser definido por ocasião de eventual execução." O presente acordo se constitui em expressão da vontade das partes e são destinados a gerar efeitos nos autos do Processo nº 232-97.2007.8.10.0103, devendo ser submetido à homologação judicial nos termos do Código de Processo Civil. Nessa seara, é inconteste que, uma vez ocorrendo transação entre as partes, a homologação é medida que se impõe, eis que o acordo foi celebrado em atenção aos princípios legais atinentes à espécie, devendo ser homologado judicialmente para que produza seus efeitos no plano fático, valendo, inclusive como título executivo. Ante o exposto HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo celebrado entre as partes acerca das providências a serem adotadas pelo Município de Olho D'Água das Cunhãs, como firmado, de conformidade com o artigo 269, inciso III do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Olho D'água das Cunhãs (MA), 27 de outubro de 2011.(as) JOSANE ARAUJO FARIAS BRAGA - Juíza de Direito

Intimação expedida por ordem judicial, Secretaria Judicial da Comarca de Olho d'Água das Cunhas, 09 de novembro de 2011. Eu, (Luciane Soares

Leite), Secretaria Judicial, assinando de ordem da MMª Juíza de Direito Titular da Comarca, Dra. Josane Araújo Farias Braga, nos termos do artigo 3º, XXV, III do Provimento nº 001/2007-CGCJ/MA.

LUCIANE SOARES LEITE
Secretária Judicial

INTIMAÇÃO

Processo: 2679120068100103

AÇÃO: COBRANÇA

Autor: RAIMUNDO ALVES ALENCAR

Advogado: DRA. FRANCISCA MARLUCIA DE MESQUITA CARNEIRO VIANA – OAB/MA 3384

Réu: ESTADO DO MARANHÃO

Advogado: DR. CARLOS SANTANA LOPES – PROCURADOR DO ESTADO

FINALIDADE: Intimação do advogado do réu, **Dr. CARLOS SANTANA LOPES, PROCURADOR DO ESTADO DESIGNADO PARA FUNCIONAR NO PRESENTE PROCESSO ATRAVÉS DA PORTARIA PGE Nº 1485 de 17 de maio de 2007, PARA, COMPARECER(EM)** neste Fórum, situado à Av. Fernando Ferrari, 116, centro, Olho d'Água das Cunhas/MA, no dia 30 de novembro de 2011, às 14 horas e 30 minutos, a fim de participar(em) da audiência de Conciliação nos autos acima referenciado.

Intimação expedida por ordem judicial, Secretaria Judicial da Comarca de Olho d'Água das Cunhas, 04 de agosto de 2011. Eu, (Luciane Soares Leite), Secretaria Judicial, assinando de ordem da MMª Juíza de Direito Titular da Comarca, Dra. Josane Araújo Farias Braga, nos termos do artigo 3º, XXV, III do Provimento nº 001/2007-CGCJ/MA.

LUCIANE SOARES
Secretária Judicial

INTIMAÇÃO

Processo: 2679120068100103

AÇÃO: COBRANÇA

Autor: RAIMUNDO ALVES ALENCAR

Advogado: DRA. FRANCISCA MARLUCIA DE MESQUITA CARNEIRO VIANA – OAB/MA 3384

Réu: ESTADO DO MARANHÃO

Advogado: DR. CARLOS SANTANA LOPES – PROCURADOR DO ESTADO

FINALIDADE: Intimação do advogado do autor **Dra. FRANCISCA MARLUCIA DE MESQUITA CARNEIRO VIANA, inscrita na OAB/Ma sob o nº 3384**, com escritório profissional localizado na Rua Dr. Paulo Ramos, nº 262, Centro, na cidade de Bacabal/MA, **PARA, COMPARECER(EM)** neste Fórum, situado à Av. Fernando Ferrari, 116, centro, Olho d'Água das Cunhas/MA, no dia 30 de novembro de 2011, às 14 horas e 30 minutos, a fim de participar(em) da audiência de Conciliação nos autos acima referenciado. Intimação expedida por ordem judicial, Secretaria Judicial da Comarca de Olho d'Água das Cunhas, 04 de agosto de 2011. Eu, (Luciane Soares Leite), Secretaria Judicial, assinando de ordem da MMª Juíza de Direito Titular da Comarca, Dra. Josane Araújo Farias Braga, nos termos do artigo 3º, XXV, III do Provimento nº 001/2007-CGCJ/MA.

LUCIANE SOARES
Secretária Judicial

INTIMAÇÃO

Processo: 3775620078100103

Ação: DIVÓRCIO

Autor: MARIA SILVA PONTES

Advogado: OTACI LIMA DE ANDRADE OAB/MA 7280

Requerido: EDIMILSON FERREIRA PONTES

Advogado: JOSE RAIMUNDO COSTA MAGALHÃES OAB/MA 5713

FINALIDADE: Intimação do advogado do Requerido, **Dr. JOSE RAIMUNDO COSTA MAGALHÃES – OAB/MA 5713**, com escritório profissional localizado na vp 32, Qd 50, C 15, Cohab III, Bacabal/MA, **PARA**, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar o pagamento da pensão alimentícia devida a autora MARIA SILVA PONTES, no valor de 50% (cinquenta por cento) do Salário Mínimo, com os acréscimos legais, devidos a partir do trânsito em julgado da sentença (11/12/2010), com vencimento no dia 05 de cada mês, sob pena de acréscimo de multa, nos termos do art. 475-J, do código de Processo Civil, conforme sentença deste Juízo.

Intimação expedida por ordem judicial, Secretaria Judicial da Comarca de Olho d'Água das Cunhas, 04 de agosto de 2011. Eu, (Luciane Soares Leite), Secretaria Judicial, assinando de ordem da MMª Juíza de Direito Titular da Comarca, Dra. Josane Araújo Farias Braga, nos termos do artigo 3º, XXV, III do Provimento nº 001/2007-CGCJ/MA.

LUCIANE SOARES
Secretária Judicial

Processo: 626220068100103

AÇÃO CIVIL PUBLICA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

RÉU: MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS/MA

ADVOGADO: HILDA DO NASCIMENTO SILVA – OAB/MA 4377

FINALIDADE: Intimação da advogada do réu, **DRA. HILDA DO NASCIMENTO SILVA, inscrito na OAB/MA sob o nº 4377**, com escritório profissional localizado na Rua Rui Barbosa, nº 99, Centro, nesta cidade, para tomar ciência da sentença proferida nos autos do processo acima referido, em data de 19 de maio de 2011, cujo dispositivo final é do seguinte: **"PARTE FINAL:** Ante o posto e exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE OS PEDIDOS constantes da ação civil pública de obrigação de custas processuais, pelo que determina o artigo 10 da Lei no 6.584/96 Lei de Custas e Emolumentos do Estado do Maranhão, que dispõe, verbis: "São isentos do pagamento de custas: I A União, o Estado, os Municípios e o Distrito Federal e suas respectivas Autarquias." Publique-se. Registre-se. Intime-se. Olho D'Água das Cunhãs (MA), 19 de maio de 2011. (as) Dra. JOSANE ARAUJO FARIAS BRAGA - Juíza de Direito.

Intimação expedida por ordem judicial, Secretaria Judicial da Comarca de Olho d'Água das Cunhas, 09 de novembro de 2011. Eu, (Luciane Soares Leite), Secretaria Judicial, assinando de ordem da MMª Juíza de Direito Titular da Comarca, Dra. Josane Araújo Farias Braga, nos termos do artigo

3º, XXV, III do Provimento nº 001/2007-CGCJ/MA.

LUCIANE SOARES LEITE
Secretária Judicial**Processo: 870220118100103****AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER****AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL****RÉU: ADEMAR ALVES DE OLIVEIRA****ADVOGADO: MILLA CRISTINA MARTINS DE OLIVEIRA – OAB/MA 8576**

FINALIDADE: Intimação da advogada do réu, **DRA. MILLA CRISTINA MARTINS DE OLIVEIRA, inscrita na OAB/MA sob o nº 8576**, com escritório profissional localizado na Rua Epitácio Cafeteira, nº 07, Bairro Olho D'água, na cidade de São Luís/MA, para tomar ciência da sentença proferida nos autos do processo acima referido, em data de 24 de junho de 2011, cujo dispositivo final é do seguinte: "**PARTE FINAL:** Assim, ante o exposto, reconheço, de ofício, a ocorrência da prescrição da presente ação de improbidade administrativa e julgo extinto o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 269, IV, do CPC.

Sem custas processuais e honorários advocatícios. Publique-se. Registre. Intime-se a parte ré por intermédio de sua advogada, via publicação no Diário da Justiça Eletrônico. Intime-se o Ministério Público pessoalmente. Cumpra-se. Olho D'Água das Cunhãs (MA), 24 de junho de 2011. (as) JOSANE ARAUJO FARIAS BRAGA - Juíza de Direito

Intimação expedida por ordem judicial, Secretaria Judicial da Comarca de Olho d'Água das Cunhãs, 09 de novembro de 2011. Eu, (Luciane Soares Leite), Secretária Judicial, assinando de ordem da MMª Juíza de Direito Titular da Comarca, Dra. Josane Araújo Farias Braga, nos termos do artigo 3º, XXV, III do Provimento nº 001/2007-CGCJ/MA.

LUCIANE SOARES LEITE
Secretária Judicial

Paço do Lumiar

Primeira Vara de Paço do Lumiar

Medida Cautelar Inominada 103-07.2000.8.10.0049

AUTOR: MARIZE JESUS MACIEL LIMA

RÉU: CAMARA MUNICIPAL DE PAÇO DO LUMIAR

DE: MARIZE JESUS MACIEL LIMA, através de seu (a) advogado (a) DR (ª). ÍTALO CLÁUDIO PEREIRA COSTA; CAMARA MUNICIPAL DE PAÇO DO LUMIAR>, através de seu (a) advogado (a) DR (ª). ANTÔNIO AUGUSTO SOUSA.

"[...] Ante o exposto, acolho a preliminar arguida na contestação e julgo extinto o processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC. Paço do Lumiar, 18 de janeiro de 2001 - ROSÂNGELA SANTOS PRAZERES MACIEIRA - JUÍZA DE DIREITO."

INTIMAÇÃO

AÇÃO PENAL nº 1222-85.2009.8.10.0049

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

RÉU: Constâncio de Jesus Pereira de Carvalho

DE: Dr. JOSÉ LUÍS DA SILVA SANTANA OAB/MA 4.562

Para, comparecer no Fórum local, no dia **01/12/2011 às 10:00 horas**, para realização da audiência de instrução e julgamento, no processo acima identificado.

Paço do Lumiar, 09 de novembro de 2011. Drª. Jaqueline Reis Caracas. Juíza da 1ª Vara de Paço do Lumiar.

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA 1226-88.2010.8.10.0049

AUTOR: RAIMUNDO NONATO DA SILVA FERREIRA

RÉU: MUNICÍPIO DE PAÇO DO LUMIAR

DE: RAIMUNDO NONATO DA SILVA FERREIRA, através de seu (a) advogado (a) DR (ª). RAIMUNDO VITÓRIO DE SOUSA - OAB/MA 3605; MUNICÍPIO DE PAÇO DO LUMIAR, através de seu PROCURADOR-GERAL.

"Conquanto proferida sentença as fls. 41/44, e esta tenha sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico (fls. 70), observo que a requerida atravessou petição apresentando contestação, as fls. 60/68, tendo sido esta recebida em 15.03.2011. Com efeito, o art. 463 do CPC reza que uma vez publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la por meio de embargos ou para lhe corrigir inexactidões materiais. Não é o caso. Assim, não conheço da contestação de fls. 60/68 e determino o desentranhamento desta dos presentes autos e entrega ao signatário. Após, certifique o trânsito em julgado da sentença, e archive-se, dando baixa em nossos arquivos. Cumpra-se. Paço do Lumiar, 31 de março de 2011 - André Bezerra Ewerton Martins - Juiz da 7ª Zona Judiciária, resp. pela 1ª Vara-"

AÇÃO CIVIL PÚBLICA 893-39.2010.8.10.0049

AUTOR: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL

RÉU: GLORISMAR ROSA VENÂNCIO

DE: GLORISMAR ROSA VENÂNCIO, através de seu (a) advogado (a) DR (ª). EMANUELLE DE JESUS PINTO MARTINS - OAB/MA 9754; MUNICÍPIO DE PAÇO DO LUMIAR/MA, através de seu PROCURADOR-GERAL.

Para, no prazo de 05 dias, dizer se pretende produzir provas em audiência.

Paço do Lumiar-MA, 31 de Outubro de 2011. Jaqueline Reis Caracas - Juíza da 1ª Vara -

AÇÃO CIVIL PÚBLICA 962-71.2010.8.10.0049**AUTOR: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL**

REU: ALDERICO JEFFERSON ABREU SILVA CAMPOS
ADVOGADO: DR. DANIEL JOSÉ DE ABREU ANDRADE - OAB/PI 5050

"[...] Desse modo, demonstrada na contestação que o réu apresentou a prestação de contas da Câmara Municipal de Paço do Lumiar referente ao exercício de 2009 ao TCE, não há conduta típica de improbidade administrativa a ser apurada. Ante o exposto, **julgo improcedente o pedido inicial**, nos termos do art. 269, I do CPC. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, archive-se e dê-se baixa na distribuição. Paço do Lumiar, 25 de outubro de 2011. Jaqueline Reis Caracas - Juíza da 1ª Vara - "

Pastos Bons

CLASSE DO CNJ: Processo Cível e do Trabalho | Processo de Conhecimento | Procedimento de Conhecimento | Procedimento Ordinário:

PROCESSO N.º : 19-74.2010.8.10.0107

REQUERENTE: JUNIA DA SILVA LIMA

ADVOGADO: NÃO CONSTITUIDO

REQUERIDO: BANCO BRADESCO S/A

ADVOGADO: DR. ANTONIO DE PADUA ALMEIDA SÁ - OAB N° 3.206

O Juiz SILVIO ALVES NASCIMENTO, Titular desta Comarca, INTIMA o devedor, por meio do seu advogado, acima identificado, do(a) despacho de fls. 82, que segue abaixo transcrito.

"Despacho:

Intime-se o devedor na pessoa de seu Advogado, indicado a fl. 50, último parágrafo, para que, apresente impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 475-L do Código de Processo Civil. Cumpra-se. Pastos Bons/MA., 08 de novembro de 2011. Silvio Alves Nascimento-Juiz de Direito". José Mauri Ribeiro de Sousa-Secretário(a) Judicial Substituto.

CLASSE DO CNJ: Averiguação de Paternidade

PROCESSO N.º : 233-31.2011.8.10.0107

REQUERENTE: M.P.E., em favor de L.F.D.S.F., representado por sua genitora SILVANA DE SOUZA FERREIRA

REQUERIDO: FRANCISCO COELHO DE SOUSA

ADVOGADO: RAIMUNDO JOSÉ OLIVEIRA JÚNIOR - OAB/MA 9917

O Juiz de Direito SILVIO ALVES NASCIMENTO, Titular desta Comarca INTIMA o advogado(s) do réu, acima indicado(s), da sentença prolatada no processo retromencionado, cujo dispositivo segue abaixo transcrito.

"DISPOSITIVO:

HOMOLOGO por sentença, para que produza os efeitos desejados o termo de acordo celebrado pelas partes, nos termos acima, que passam a fazer parte integrante desta sentença. Epeça-se o mandado de averbação competente. Sem custas, emolumentos e condenação em honorários. Publicada em audiência e intimados os presentes. Registre-se. Após, archive-se, com as cautelas de praxe. SILVIO ALVES NASCIMENTO. Juiz de Direito. Pastos Bons, 08/11/2011.". José Mauri Ribeiro de Sousa. Secretário(a) Judicial Substituto.

CLASSE DO CNJ: Processo Cível e do Trabalho | Processo de Conhecimento | Procedimento de Conhecimento | Procedimentos Especiais | Procedimentos Regidos Por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos | Divórcio Consensual:

PROCESSO N.º : 291-34.2011.8.10.0107

REQUERENTE: FRANCISCO PEREIRA DE SÁ

ADVOGADO: JONAS DE SOUSA PINTO OAB/PI 7622

O Juiz de Direito SILVIO ALVES NASCIMENTO, Titular desta Comarca, INTIMA as partes, por meio do seu advogado, acima identificado, do(a) despacho de fls. 21, que segue abaixo transcrito.

"DESPACHO:

Tendo em vista a realização da Semana Nacional da Conciliação, no período de 28 de novembro a 03 de dezembro de 2011, redesigno audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 29/11/2011 às 14:00 horas, na sala de audiência deste Fórum". José Mauri Ribeiro de Sousa. Secretário(a) Judicial Substituto.

CLASSE DO CNJ: Processo Cível e do Trabalho | Processo de Conhecimento | Procedimento de Conhecimento | Procedimento Sumário:

PROCESSO N.º : 297-41.2011.8.10.0107

REQUERENTE: ANTONIO CARLOS PEREIRA DA SILVA

ADVOGADO: DR. JOSÉ MENDES JOSUÉ - OAB/MA N° 5353

REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO: DR. REGIS GONDIN PEIXOTO - OAB/CE N° 17.331

O Juiz SILVIO ALVES NASCIMENTO, Titular desta Comarca, INTIMA o Recorrido, por meio do seu advogado, acima identificado, do(a) despacho de fls. 99, que segue abaixo transcrito.

"Despacho:

Intime-se o Recorrido para apresentar contrarrazões ao Recurso de Apelação interposto nos presentes autos. Após, com ou sem manifestação, voltem os autos conclusos. Intime-se. Pastos Bons/MA, 08 de novembro de 2011. Silvio Alves Nascimento-Juiz de Direito". José Mauri Ribeiro de Sousa-Secretário(a) Judicial Substituto.

CLASSE DO CNJ: Processo Cível e do Trabalho | Processo de Conhecimento | Procedimento de Conhecimento | Procedimentos Especiais | Procedimentos Regidos Por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos | Averiguação de Paternidade:

PROCESSO N.º : 36-76.2011.8.10.0107

REQUERENTE: BENTO TEIXEIRA DE SOUSA

ADVOGADO: DR. MARCOS FABIO MOREIRA DOS REIS - OAB N° 3627

REQUERIDO: LAENE COSTA TEIXEIRA E OUTROS

ADVOGADO: NÃO CONSTITUIDO

O Juiz SILVIO ALVES NASCIMENTO, Titular desta Comarca, INTIMA Autor, por meio do seu advogado, acima identificado, do(a) despacho de fls. 54, que segue abaixo transcrito.

"Despacho:

Intime-se o Autor para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a certidão de fl. 38 verso, bem como para informar o endereço atual da Requerida Alaid Costa Teixeira, sob pena de extinção do feito. Cumpra-se. Pastos Bons/MA, 08 de novembro de 2011. Silvio Alves Nascimento-Juiz de Direito". José Mauri Ribeiro de Sousa- Secretário(a) Judicial Substituto.

CLASSE DO CNJ: Processo Cível e do Trabalho | Processo de Conhecimento | Procedimento de Conhecimento | Procedimentos Especiais | Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa | Apreensão e Depósito de Coisa Vendida com Reserva de Domínio:

PROCESSO N.º : 870-50.2009.8.10.0107

REQUERENTE: GRAUNA MOTOS E MOTORES LTDA

ADVOGADO: DR.GERSON AKIHIRO KURAMOTO - OAB/MA6.759

REQUERIDO: JOSE DE ARIMATEIA FERNANDES DE SOUSA

ADVOGADO: NÃO CONSTITUIDO

De ordem do Juiz SILVIO ALVES NASCIMENTO, Titular desta Comarca, INTIMO Autor, por meio do seu advogado, acima identificado, do(a) despacho de fls. 46, que segue abaixo transcrito:

"Escoadoo prazo de suspensão do processo, intime-se o Autor para, no prazo de (cinco) dias, impulsionar o feito, sob pena de caracterizar abandono processual e, assim, impor a extinção do processo. Após, voltem conclusos. Pastos Bons/MA, 08 de agosto de 2011. Silvio Alves Nascimento-Juiz de Direito". José Mauri Ribeiro de Sousa-Secretário(a) Judicial Substituto.

PROCESSO N.º.: 9000066-89.2010.8.10.0107

AÇÃO: DECLARATORIA DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS E PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO PARCIAL DE TUTELA

REQUERENTE: VICENTE RIBEIRO LIMA

ADVOGADO (A): ANTONIO DOS SANTOS MENEZES – OAB/MA N.º. 4.204

REQUERIDO (A): BANCO UNIBANCO

ADVOGADO (A): MARILIA ALBERNAZ – OAB/PB N.º. 14.976

De ordem do Juiz de Direito SILVIO ALVES NASCIMENTO, Titular da Comarca de Pastos Bons, Estado do Maranhão, nos autos da ação acima em epígrafe, ficam as partes, por meio de seus Advogados, **ANTONIO DOS SANTOS MENEZES – OAB/MA N.º. 4.204 e MARILIA ALBERNAZ – OAB/PB N.º. 14.976**, acima mencionados, **INTIMADOS** do teor do **DESPACHO** exarado nos autos da ação acima epigrafada, conforme a seguir descrito: "**Determino a suspensão do processo por 06 (seis) meses, aguardando o cumprimento do despacho de fl. 142. Intime-se. Cumpra-se.** Pastos Bons, 08 de Novembro de 2011. SILVIO ALVES NASCIMENTO. Juiz de Direito". Pastos Bons, 09 de Novembro de 2011. José Mauri Ribeiro de Sousa. Secretário Judicial Substituto

PROCESSO N.º.: 9000073-81.2010.8.10.0107

AÇÃO: DECLARATORIA DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS E PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO PARCIAL DE TUTELA

REQUERENTE: VICENTE RIBEIRO LIMA

ADVOGADO (A): ANTONIO DOS SANTOS MENEZES – OAB/MA N.º. 4.204

REQUERIDO (A): BANCO PINE

ADVOGADO (A): NÃO CONSTITUIDO

De ordem do Juiz de Direito SILVIO ALVES NASCIMENTO, Titular da Comarca de Pastos Bons, Estado do Maranhão, nos autos da ação acima em epígrafe, ficam as partes e Advogados, acima mencionados, **INTIMADOS** do teor do **DESPACHO** exarado nos autos da ação acima epigrafada, conforme a seguir descrito: "**Determino a suspensão do processo por 06 (seis) meses, aguardando o cumprimento do despacho de fl. 82.** Intime-se. Cumpra-se. Pastos Bons, 08 de Novembro de 2011. SILVIO ALVES NASCIMENTO. Juiz de Direito". Pastos Bons, 09 de Novembro de 2011. José Mauri Ribeiro de Sousa. Secretário Judicial Substituto

PROCESSO N.º.: 9000201-04.2010.8.10.0107

AÇÃO: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C REPETIÇÃO DE INDEBITO

REQUERENTE: FRANCIANA DIAS DE ARAUJO

ADVOGADO (A): JOAQUIM PEDRO DE BARROS NETO - OAB/MA N.º. 7.923

REQUERIDO (A): COMPANHIA ENERGETICA DO MARANHÃO

ADVOGADO (A): TIAGO JOSE FEITOSA DE SÁ - OAB/MA N.º. 8.654-A

De ordem do Juiz de Direito SILVIO ALVES NASCIMENTO, Titular da Comarca de Pastos Bons, Estado do Maranhão, nos autos da ação acima epigrafada, **fica a parte Requerida, por meio do (a) Advogado (a), TIAGO JOSE FEITOSA DE SÁ - OAB/MA N.º. 8.654-A, INTIMADA** para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar Impugnação à Execução, nos termos do art. 475-L do Código de Processo Civil. Pastos Bons (MA), 09 de Novembro de 2011. José Mauri Ribeiro de Sousa. Secretário Judicial Substituto

PROCESSO N.º.: 9000205-41.2010.8.10.0107

AÇÃO: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C REPETIÇÃO DE INDEBITO

REQUERENTE: ALEXANDRINA DE SOUSA ANDRADE

ADVOGADO (A): JOAQUIM PEDRO DE BARROS NETO - OAB/MA N.º. 7.923

REQUERIDO (A): COMPANHIA ENERGETICA DO MARANHÃO

ADVOGADO (A): TIAGO JOSE FEITOSA DE SÁ - OAB/MA N.º. 8.654-A

De ordem do Juiz de Direito SILVIO ALVES NASCIMENTO, Titular da Comarca de Pastos Bons, Estado do Maranhão, nos autos da ação acima epigrafada, **fica a parte Requerida, por meio do (a) Advogado (a), TIAGO JOSE FEITOSA DE SÁ - OAB/MA N.º. 8.654-A, INTIMADA** para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar Impugnação à Execução, nos termos do art. 475-L do Código de Processo Civil. Pastos Bons (MA), 09 de Novembro de 2011. José Mauri Ribeiro de Sousa. Secretário Judicial Substituto

PROCESSO N.º.: 9002942-17.2010.8.10.0107

AÇÃO: RESOLUÇÃO CONTRATUAL C/C INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS

REQUERENTE: MARIA IZABEL DA CONCEIÇÃO

ADVOGADO (A): JOAQUIM PEDRO DE BARROS NETO – OAB/MA N.º. 7.923

REQUERIDO (A): BANCO VOTORANTIM

ADVOGADO (A): CELSO MARCON – OAB/MA N.º. 8.104-A

De ordem do Juiz de Direito SILVIO ALVES NASCIMENTO, Titular da Comarca de Pastos Bons, Estado do Maranhão, nos autos da ação acima mencionada, ficam as partes, por meio de seus Advogados, acima identificados, **INTIMADOS** do teor da **DECISÃO** proferida nos autos da ação acima epigrafada, conforme dispositivo, o qual passo a expor nos seguintes termos : "[...]Ante o exposto, com fundamento nos artigos 475-R, 475-L, 740, do Código de Processo Civil, rejeito liminarmente a impugnação ao cumprimento de sentença (embargos à execução), apresentada nestes autos. Com o trânsito em julgado desta, comprovado o levantamento do valor da execução pela Exequente, expeça-se Alvará para restituir ao Banco o valor

do depósito informado nas fl. 73/74. Após, arquivem-se, com as baixas necessárias. Publique-se. Intimem-se. Pastos Bons (MA), 2 de novembro de 2011. SILVIO ALVES NASCIMENTO. Juiz de Direito". Pastos Bons, 08 de Novembro de 2011. José Mauri Ribeiro de Sousa. Secretário Judicial Substituto

Paulo Ramos

Processo nº 151-28.2010.8.10.0109

Ação de ADOÇÃO

Autor(a): PEDRO JORGE DA CONCEIÇÃO

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem e dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria Judicial se processam os termos da Ação acima mencionada, sendo o presente para **CITAR: ANTONIA LEUDA DA CONCEIÇÃO**, brasileira, em local incerto e não sabido, para responder, no prazo de 15 (quinze) dias oferecer resposta à presente ação, advertindo-lhe de que caso não contestarem, presumirão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial.

Paulo Ramos/MA, 04 de novembro de 2011.
Aureliano Coelho Ferreira
Titular da Comarca de Paulo Ramos

Processo nº 265-64.2010.8.10.0109

Ação de DIVÓRCIO DIRETO LITIGIOSO

Autor(a): EVILENE MUNIZ DE SOUZA

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem e dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria Judicial se processam os termos da Ação acima mencionada, sendo o presente para **CITAR: ISAC COSTA DE SOUZA**, brasileiro, em local incerto e não sabido, para responder, no prazo de 15 (quinze) dias oferecer resposta à presente ação, advertindo-lhe de que caso não contestarem, presumirão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial.

Paulo Ramos/MA, 04 de novembro de 2011.
Aureliano Coelho Ferreira
Titular da Comarca de Paulo Ramos

Processo nº 303-76.2010.8.10.0109

Ação de GUARDA E TUTELA

Autor(a): ORLINDA PINHEIRO DA CONCEIÇÃO

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem e dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria Judicial se processam os termos da Ação acima mencionada, sendo o presente para **CITAR: GREGÓRIO SOARES COELHO FILHO**, brasileiro, em local incerto e não sabido, para responder, no prazo de 15 (quinze) dias oferecer resposta à presente ação, advertindo-lhe de que caso não contestarem, presumirão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial.

Paulo Ramos/MA, 04 de novembro de 2011.
Aureliano Coelho Ferreira
Titular da Comarca de Paulo Ramos

Processo nº 437-40.2009.8.10.0109

Ação de DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL

Autor(a): JOSELITA MARIA DA SILVA

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem e dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria Judicial se processam os termos da Ação acima mencionada, sendo o presente para **CITAR: IRISMAR DA SANTOS**, brasileiro, em local incerto e não sabido, para responder, no prazo de 15 (quinze) dias oferecer resposta à presente ação, advertindo-lhe de que caso não contestarem, presumirão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial.

Paulo Ramos/MA, 04 de novembro de 2011.
Aureliano Coelho Ferreira

Titular da Comarca de Paulo Ramos

Processo nº 456-12.2010.8.10.0109

Ação de GUARDA

Autor(a): FRANCISCA DA SILVA ALMEIDA E RAIMUNDO DE ALMEIDA

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem e dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria Judicial se processam os termos da Ação acima mencionada, sendo o presente para **CITAR: CÍCERO SILVA ALENCAR**, brasileiro, estado civil ignorado, profissão ignorada, endereço ignorado, para responder, no prazo de 10 (dez) dias oferecer resposta à presente ação, advertindo-lhe de que caso não contestarem, presumirão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial.

Paulo Ramos/MA, 04 de novembro de 2011.
Aureliano Coelho Ferreira
Titular da Comarca de Paulo Ramos

Processo nº 7-20.2011.8.10.0109

Ação de DIVÓRCIO DIRETO LITIGIOSO

Autor(a): ANTONIO NERES ALVES DA SILVA

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem e dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria Judicial se processam os termos da Ação acima mencionada, sendo o presente para **CITAR: JOSELINA OLIVEIRA DE SOUSA SILVA**, brasileira, em local incerto e não sabido, para responder, no prazo de 15 (quinze) dias oferecer resposta à presente ação, advertindo-lhe de que caso não contestarem, presumirão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial.

Paulo Ramos/MA, 04 de novembro de 2011.
Aureliano Coelho Ferreira
Titular da Comarca de Paulo Ramos

Pedreiras

Segunda Vara de Pedreiras

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

Nº PROCESSO 46-07.2005.8.10.0051

AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO

REQUERENTE: MULTIMARCAS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA (CONSÓRCIO NACIONAL IMPERIAL S/C LTDA)

REQUERIDO: WEUGLEYBER FEITOSA BEZERRA

A Excelentíssima Senhora Ana Gabriela Costa Everton, Juíza de Direito Titular da 2ª Vara da Comarca de Pedreiras, Estado do Maranhão, FAZ saber a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que é o presente para **INTIMAR** o **requerido WEUGLEYBER FEITOSA BEZERRA (CPF: 622.420.673-20)**, brasileiro, nascido em 18.04.1977, casado, vendedor, encontrando-se atualmente em lugar incerto e não sabido, para que tome ciência de todo o teor da **SENTENÇA** de fls. 84/87, proferida nos autos acima mencionados e transcrita a seguir: **“VISTOS, ETC. CONSÓRCIO NACIONAL IMPERIAL S/C LTDA, devidamente qualificado nos autos, moveu AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO contra WEUGLEYBER FEITOSA BEZERRA, também devidamente qualificado nos autos, alegando em síntese que firmou um Contrato de Adesão com o requerido de nº 56363, celebrado em 27/08/2001, visando adquirir uma motocicleta HONDA, modelo CBX 200 Strada, cor roxa, CHASSI 9C2MC270WWR015767, ANO/MODELO 1998/1998, Placa nº HPD 9013, a qual foi dado em garantia fiduciária ao crédito concedido. O requerido deixou de cumprir o pagamento das parcelas de nº 27,38,39,40 e 41 constantes nos autos, cumulando o valor total de R\$ 1.712,24 (um mil e setecentos e doze reais e vinte e quatro centavos), requerendo assim a citação do réu para pagar o valor total tudo conforme petição inicial de fls. 02/06. Acompanham a inicial os documentos de fls. 07/36. Este Juízo deferiu a liminar de busca e apreensão de fls. 38/39 e determinou a expedição desmandado que não foi cumprido em razão de não ter sido localizado o bem, nem o requerido que nunca residiu nesta Comarca, conforme certidão de fls. 40/v. Intimado o autor para manifestar interesse no prosseguimento do feito, este peticionou requerendo a sucessão processual de MULTIMARCAS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA e conversão da ação em depósito, conforme petição e documentos de fls. 45/72. Convertida em Depósito, conforme decisão de fls. 73, foi determinada a citação do requerido por edital para no prazo de cinco dias entregar a coisa, ou pagar o valor total da dívida remanescente, deixou transcorrer in albis o prazo sem apresentar manifestação, conforme certidão de fls. 84. É O RELATÓRIO. DECIDO. Primeiramente, vê-se a prescindibilidade da produção de provas em audiência em virtude da farta prova documental inequívoca constante dos autos, o que nos autoriza a conhecer diretamente do pedido, proferindo sentença desde logo com base no art. 330, inciso I do CPC. O Réu é revel de modo que deve ser aplicada a regra do art. 319 do Código de Processo Civil ao caso, julgando-se a ação de imediato, na forma do art. 330, inciso II, do mesmo Código. O pedido inicial se apóia em prova documental inequívoca e, além disso, ocorreu confissão ficta em razão da revelia. Observa-se não restar a menor dúvida que o requerido, através do contrato de financiamento, transferiu o domínio resolúvel e a posse indireta do veículo que fora dado em garantia pela alienação fiduciária ao requerente, e como aquele deixara de efetuar o pagamento do débito, apesar de devidamente notificado, constituiu-se em mora tomando ilegal a posse direta que possuía do bem, o que inclusive deu ensejo à concessão de medida liminar de busca e apreensão, que não fora cumprida pelo fato do veículo não haver sido localizado. Ante o Exposto, com fundamento nos Artigos. 17 e 18 do Decreto-Lei nº 167/67 e 902, do CPC, **julgo procedente a presente ação de depósito para condenar o réu, como devedor fiduciário comparado a depositário, a entregar no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, o veículo descrito na inicial, depositá-los em Juízo ou consignar o valor do débito de R\$ 1.712,24 (um mil e setecentos e doze reais e vinte e quatro centavos), atualizados nos termos do Art. 901 e 904 e seu parágrafo único, do CPC, ressalva-se desde já, ao autor, a utilização da faculdade contida no art. 906 do Código de Processo Civil, se for o caso. Deixo de aplicar a pena de prisão do depositário infiel, em razão de esta não ser admitida nos Tribunais Superiores. Vejamos o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: PRISÃO CIVIL - HABEAS CORPUS, COM PEDIDO DE LIMINAR IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU PEDIDO DE LIMINAR EM OUTRO WRIT AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM AÇÃO DE DEPÓSITO - GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - ILEGALIDADE FLAGRANTE - ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO. I - Cuida-se, na espécie, de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado contra indeferimento de liminar pela Relatora, nos autos de writ impetrado perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) contra decisão que decretou a prisão do paciente como depositário infiel de bem objeto de alienação fiduciária em garantia. II - Tratando-se, inequivocamente, de prisão civil decretada nos autos de ação de busca e apreensão de veículo, convertida em ação de depósito fundada em contrato com garantia de alienação fiduciária, ocorre evidente constrangimento ilegal, nos termos da jurisprudência assente desta Corte sobre a matéria. III - Já ocorrido o julgamento do habeas corpus, com denegação da ordem, pelo Tribunal de origem, de rigor, nestes autos, a concessão da ordem de ofício, em maior extensão do que a do pedido inicial, isto é, para o cancelamento da prisão ilegal decretada. IV - Concede-se a ordem, cancelando-se, de ofício, a decretação da prisão.(HC 98641/DF, 3ª Turma, Rel. Ministro Sidnei Beneti, 17/06/2008). HABEAS CORPUS. PRISÃO CIVIL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. A falta de devolução do bem alienado fiduciariamente não autoriza a prisão civil do devedor. Precedente da Corte Especial (HC 11.918, CE). Ordem concedida. Condeno, ainda, o réu ao pagamento das custas e de honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) do valor da causa. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado e o pagamento das custas archive-se com baixa na distribuição. Pedreiras/MA, 10 de janeiro de 2011. Juiz CRISTOVÃO SOUSA BARROS - Titular da 3ª Vara Resp/ pela 2ª Vara”.** Para conhecimento de todos é passado o presente Edital com prazo de 30 (trinta) dias, cuja 2ª via ficará afixada no lugar de costume. Dado e passado o presente, aos 09 de novembro de 2011. Eu, _____ (Liegerego Borgneth Ribeiro), Secretária Judicial da 2ª Vara o fiz digitar e subscrevi.**

Ana Gabriela Costa Everton

Juíza de Direito da 2ª Vara da Comarca de Pedreiras/MA

PROCESSO nº 31-24.1994.8.10.0051

Ação: Criminal

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Acusado(s): LEONIDAS EDUARDO DA SILVA

Advogado(a)(s) do(s) acusado(s): Dr. BENEDITO FERREIRA LEMOS, OAB/MA 510

Vítima(s): RÍOWANNYA LAURY ENNE BRITO SILVA, MARIA REGINA DE OLIVEIRA e SÂNGELA RODRIGUES DE SOUSA

Publicação e intimação do(s) advogado(s) do acusado(s) da sentença de fls. 168/170 transcrita abaixo.

SENTENÇA:

Vistos, etc. O Ministério Público Estadual ofereceu denúncia contra **LEONIDAS EDUARDO DA SILVA**, já qualificado nos autos. O órgão ministerial após narrar os fatos e demonstrar a materialidade delitiva e indícios suficientes de autoria subsumiu o comportamento dos agentes às letras dos Arts. 213 c/c 224, letra "a" e art. 69 todos do Código Penal. O acusado **LEONIDAS EDUARDO DA SILVA** foi denunciado pela prática do crime previsto nos Arts. 213 c/c 224, letra "a" e art. 69 todos do Código Penal, fato ocorrido em dezembro/1994, recebida a denúncia no ano de 1994, não sendo citado o indiciado até a presente data, eis que não fora localizado para tomar ciência da ação, existindo decreto de prisão contra o mesmo. Instado a se manifestar, o Ministério Público, pugnou pela extinção da pretensão punitiva estatal e extinção do processo, conforme parecer de fls. 167. É O RELATÓRIO. DECIDO. O ordenamento jurídico pátrio prescreve nas letras do art. 109, do Código Penal: Art. 109. A prescrição, antes de transitar em

julgado a sentença final, salvo o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se: I em 20 (vinte) anos, se o máximo da pena é superior a 12 (doze); II- em 16 (dezesesseis) anos, se o máximo da pena é superior a 8 (oito) anos e não excede a 12 (doze); III- em 12 (doze) anos, se o máximo da pena é superior a 4 (quatro) anos e não excede a 8 (oito); IV- em 8 (oito) anos, se o máximo da pena é superior a 2 (dois) anos e não excede a 4 (quatro); V - em 4 (quatro) anos, se o máximo da pena é igual a 1 (um) ano ou, sendo superior, não excede a 2 (dois); VI - em 2 (dois) anos, se o máximo da pena é inferior a 1 (um) ano. No caso objetivo, ficou demonstrado que o réu infringiu o disposto às letras dos arts. 213 c/c 224, letra "a" e art. 69 todos do Código Penal, cuja reprimenda preceitua que o crime prescreve em 16 (dezesesseis) anos, haja vista que o máximo da pena cominada não excede doze anos de reclusão. Em análise monográfica do tema o professor DAMÁSIO E. DE JESUS ministrou a seguinte passagem: *Na prescrição da pretensão punitiva, impropriamente denominada "prescrição da ação", a passagem do tempo sem o seu exercício faz com que o Estado perca o poder-dever de punir no que tange à pretensão (punitiva) de o Poder Judiciário apreciar a lide surgida com a prática da infração penal e aplicar a sanção respectiva. Titular do direito de punir, o Estado o exerce por intermédio de ação penal, que tem por objeto direto a exigência de julgamento da própria pretensão punitiva e por objeto imediato a aplicação da sanção penal. Com o decurso do tempo sem o seu exercício, o Estado vê extinta a punibilidade e, por consequência, perde o direito de ver satisfeitos aqueles dois objetos do processo¹ ('Prescrição Penal. 7ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 1992. p. 27.).* O instituto da prescrição, em qualquer de suas modalidades (prescrição punitiva e prescrição executória), é substrato do princípio da segurança jurídica, que atingiu seu ápice com a declaração dos direitos do homem e do cidadão, por ocasião do Século XVIII, onde o Estado constitucional não poderia mais ter no indivíduo um refém para decisões arbitrárias. Evidente, não poder o indivíduo esperar indefinidamente pela ação estatal. Não obstante o prazo prescricional sofrer causas interruptivas e suspensivas, as quais não ocorreram neste processo. Conta-se, neste caso concreto, a prescrição a partir da data do recebimento da denúncia, qual seja, 24/08/1994. No caso objetivo, verifica-se pela análise dos autos que ocorreu a prescrição eis a contar da data do recebimento da denúncia em 1994 não existiu nenhum ato que pudesse interromper ou suspender o prazo prescricional, transcorrendo mais de dezessete anos, restando apenas declarar extinta a punibilidade dos acusados. **Ante o exposto, nos termos do parecer de fl. 167, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE, do réu, a contar da data do recebimento da denúncia de LEÔNIDAS EDUARDO DA SILVA, qualificados nos autos, com fulcro nos arts. 107, IV c/c 109, II, ambos do Código Penal, tendo em vista a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva.** Em decorrência dessa decisão, REVOGO qualquer decreto de prisão provisória, caso pendente de cumprimento, o que deverá ser comunicado às autoridades competentes, e à DISTRIBUIÇÃO sobre o julgamento do feito. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Arquivem-se os autos, após o decurso do prazo recursal, dando-se baixa na distribuição. Pedreiras/MA, 20 de setembro de 2011. **Juiz Luiz Carlos Licar Pereira – Titular do Juizado Especial e Criminal da Comarca de Pedreiras/MA, Resp/ pela 2ª Vara**

Pedreiras/MA, 09 de novembro de 2011

Ana Gabriela Costa Everton

Juiza de Direito da 2ª Vara da Comarca de Pedreiras/MA

Processo nº 3-46.2000.8.10.0051

Ação: CRIMINAL

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Acusado(a)(s): ROGÉRIO FURTADO DE SOUSA

Advogado(a)(s) do Acusado(s): **Dra. GEANA FERNANDES SANTOS, OAB/MA 5.159**

Considerando o despacho de fls. 779 (transcrito abaixo), **é o presente para intimar** a advogada do acusado, para apresentação de alegações finais, no prazo de 05 (cinco) dias.

DESPACHO de fls. 779: Compulsando os presentes autos observo que já foi apresentada alegações finais pelo Ministério Público, bem como pelas defesas dos acusados Ilce Gabina de Moura Silva, Cosme José Teixeira Maciel, Rogério Furtado de Sousa e Carlos Magno Marinho, no entanto, não se encontra anexada, nos autos, as alegações finais do acusado Rogério Furtado de Sousa. Assim, determino a intimação da defesa de Rogério Furtado de Sousa para apresentar as alegações finais, no prazo de cinco dias. Intimem-se. Pedreiras/MA, 08 de novembro de 2011. Ana Gabriela Costa Everton - Juiza de Direito da 2ª Vara da Comarca de Pedreiras

Pedreiras - MA, 09 de novembro de 2011.

Liege Rego Borgneth Ribeiro

Secretária Judicial da 2ª Vara

Assino de Ordem da MMª Juíza (Art.225, VII, CPC).

Processo nº 397-43.2006.8.10.0051

Ação: Execução Forçada

Requerente(s): PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A

Advogado(a)(s) do Requerente(s): Dr. ALFREDO LEOPOLDO FURTADO PEARCE, OAB/MA 4.955-A, Dr. ORNER VIANA DOS SANTOS, OAB/MA 4.954-A e Dr. FERNANDO REIS VIANNA, OAB/RJ 14.388

Requerido(a)(s): SAPONÓLEO SANTO ANTÔNIO LTDA

Advogado(a)(s) do(a) Requerido(a): Dr. JOSE RIBAMAR SANTOS, OAB/MA 2.715

Considerando o despacho de fls. 30, **é o presente para intimar** a parte requerente, por intermédio de seus advogados, para oferecer manifestação sobre a oferta de bens nomeados a penhora (transcrição abaixo), pela parte requerida.

BENS NOMEADOS A PENHORA, às fls. 28: "R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), representados por 03 (três) Pressas Piratininga, para esmagamento de amêndoas de babaçu, compostas, cada uma, com motores dois motores elétricos trifásicos de 15 CV e 5CV, avaliada cada uma delas em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), totalizando, portanto, R\$ 90.000,00 (noventa mil reais)."

Pedreiras - MA, 09 de novembro de 2011.

Liege Rego Borgneth Ribeiro

Secretária Judicial da 2ª Vara

Assino de Ordem da MMª Juíza (Art.225, VII, CPC).

PROCESSO nº 46-07.2005.8.10.0051

Ação: Busca e Apreensão

Requerente: MULTIMARCAS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA (CONSÓRCIO NACIONAL IMPERIAL S/C LTDA)

Advogado(a)(s) do requerente: Dr. CASSIO LUIZ JANUÁRIO ALMEIDA, OAB/MA 8.014

Requerido(a)s: WEUGLEYBER FEITOSA BEZERRA

Publicação e intimação da parte requerente, por intermédio de seu(s) advogado(s) da sentença de fls. 84/87, transcrita abaixo.

SENTENÇA:

VISTOS, ETC. CONSORCIO NACIONAL IMPERIAL S/C LTDA, devidamente qualificado nos autos, moveu **AÇÃO DE BUSCA E APREENSAO** contra **WEUGLEYBER FEITOSA BEZERRA**, também devidamente qualificado nos autos, alegando em síntese que firmou um Contrato de Adesão com o requerido de nº 56363, celebrado em 27/08/2001, visando adquirir uma motocicleta HONDA, modelo CBX 200 Strada, cor roxa, CHASSI 9C2MC270WWR015767, ANO/MODELO 1998/1998, Placa nº HPD 9013, a qual foi dado em garantia fiduciária ao crédito concedido. O requerido deixou de cumprir o pagamento das parcelas de nº 27,38,39,40 e 41 constantes nos autos, cumulando o valor total de R\$ 1.712,24 (um mil e setecentos e doze reais e vinte e quatro centavos), requerendo assim a citação do réu para pagar o valor total tudo conforme petição inicial de fls. 02/06. Acompanham a inicial os documentos de fls. 07/36. Este Juízo deferiu a citação do requerido por edital para no prazo de cinco dias entregar a coisa, ou pagar o valor total da dívida remanescente, deixou transcorrer in albis o prazo sem apresentar manifestação, conforme certidão de fls. 84. **É O RELATÓRIO. DECIDO.** Primeiramente, vê-se a prescindibilidade da produção de provas em audiência em virtude da farta prova documental inequívoca constante dos autos, o que nos autoriza a conhecer diretamente do pedido, proferindo sentença desde logo com base no art. 330, inciso I do CPC. O Réu é revel de modo que deve ser aplicada a regra do art. 319 do Código de Processo Civil ao caso, julgando-se a ação de imediato, na forma do art. 330, inciso II, do mesmo Código. O pedido inicial se apóia em prova documental inequívoca e, além disso, ocorreu confissão ficta em razão da revelia. Observa-se não restar a menor dúvida que o requerido, através do contrato de financiamento, transferiu o domínio resolúvel e a posse indireta do veículo que fora dado em garantia pela alienação fiduciária ao requerente, e como aquele deixara de efetuar o pagamento do débito, apesar de devidamente notificado, constituiu-se em mora tornando ilegal a posse direta que possuía do bem, o que inclusive deu ensejo à concessão de medida liminar de busca e apreensão, que não fora cumprida pelo fato do veículo não haver sido localizado. **Ante o Exposto**, com fundamento nos Artigos. 17 e 18 do Decreto-Lei nº 167/67 e 902, do CPC, **julgo procedente a presente ação de depósito para condenar o réu, como devedor fiduciário comparado a depositário, a entregar no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, o veículo descrito na inicial, depositá-lo em Juízo ou consignar o valor do débito de R\$ 1.712,24 (um mil e setecentos e doze reais e vinte e quatro centavos), atualizados nos termos do Art. 901 e 904 e seu parágrafo único, do CPC, ressalva-se desde já, ao autor, a utilização da faculdade contida no art. 906 do Código de Processo Civil, se for o caso.** Deixo de aplicar a pena de prisão do depositário infiel, em razão de esta não ser admitida nos Tribunais Superiores. Vejamos o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: PRISÃO CIVIL - **HABEAS CORPUS, COM PEDIDO DE LIMINAR IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU PEDIDO DE LIMINAR EM OUTRO WRIT AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM AÇÃO DE DEPÓSITO - GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - ILEGALIDADE FLAGRANTE - ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.** I - Cuida-se, na espécie, de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado contra indeferimento de liminar pela Relatora, nos autos de writ impetrado perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) contra decisão que decretou a prisão do paciente como depositário infiel de bem objeto de alienação fiduciária em garantia. II - Tratando-se, inequivocamente, de prisão civil decretada nos autos de ação de busca e apreensão de veículo, convertida em ação de depósito fundada em contrato com garantia de alienação fiduciária, ocorre evidente constrangimento ilegal, nos termos da jurisprudência assente desta Corte sobre a matéria. III - Já ocorrido o julgamento do habeas corpus, com denegação da ordem, pelo Tribunal de origem, de rigor, nestes autos, a concessão da ordem de ofício, em maior extensão do que a do pedido inicial, isto é, para o cancelamento da prisão ilegal decretada. IV - Concede-se a ordem, cancelando-se, de ofício, a decretação da prisão.(HC 98641/DF, 3ª Turma, Rel. Ministro Sidnei Beneti, 17/06/2008). **HABEAS CORPUS. PRISÃO CIVIL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. A falta de devolução do bem alienado fiduciariamente não autoriza a prisão civil do devedor. Precedente da Corte Especial (HC 11.918, CE). Ordem concedida.** Condeno, ainda, o réu ao pagamento das custas e de honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) do valor da causa. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado e o pagamento das custas archive-se com baixa na distribuição. **Pedreiras/MA, 10 de janeiro de 2011. Juiz CRISTOVÃO SOUSA BARROS - Titular da 3ª Vara Resp/ pela 2ª Vara**

Pedreiras/MA, 09 de novembro de 2011

Ana Gabriela Costa Everton

Juíza de Direito da 2ª Vara da Comarca de Pedreiras/MA

PROCESSO nº 606-70.2010.8.10.0051

Ação: Criminal

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Acusado(s): FRANCISCO COSME DA CONCEIÇÃO

Advogado(a)(s) do(s) acusado(s): Dr. PEDRO BEZERRA DE CASTRO, OAB/MA 4.326

Vítima: FRANCISCA VANIERE ALVES GALVÃO

Publicação e intimação do(s) advogado(s) do acusado(s) da sentença de fls. 63/69 transcrita abaixo.

SENTENÇA:

O Ministério Público Estadual, por seu representante neste Juízo, formulou Denúncia (fls. 02/04), baseado no Inquérito Policial de fls. 06/21, contra **Francisco Cosme da Conceição**, qualificado nos autos, como incurso nas penas do artigo 213, do Código Penal. Diz a denúncia que: "... Consta dos inclusos autos de inquérito policial que no 23 de janeiro de 2010, por volta das 2:30 horas, a vítima FRANCISCA VANIERE ALVES GALVÃO encontrava-se no Loteamento Luís Carroceiro, na cidade de Trizidela do Vale, indo para casa de sua tia com seu namorado, JOSIVALDO, quando foram abordados pelo denunciado, que estava armado com uma faca. O denunciado colocou a arma no pescoço da vítima e determinou que os dois ficassem calados, pois do contrário os mataria. Em seguida determinou que Josivaldo fosse embora e deixasse a vítima a sós com ele. Assim foi feito e o denunciado levou a vítima para um matagal próximo ao Povoado Centrinho, e lá chegando ordenou-lhe para que retirasse a roupa e a ameaçou dizendo que se não o obedecesse ou gritasse a mataria. Segundo a vítima o denunciado lhe obrigou a fazer sexo oral e manter conjunção carnal com ele várias vezes, sempre sob a mira de uma faca. Depois de um certo tempo o denunciado ordenou à vítima para eu se vestisse e a levou para frente da casa dele. No local o denunciado percebeu algumas pegadas no chão e perguntou à vítima se esta sabia de quem se tratava, tendo esta respondido que não conhecia as pegadas, momento em que o denunciado lhe disse que se tratasse de seus amigos, e se estes se aproximassem morreriam. Depois de algum tempo o denunciado resolver levar a vítima para a casa desta e no caminho ameaçou matá-la, porém a vítima chorou muito implorando para que não fizesse isso. O denunciado ainda lhe disse que não tinha nada a perder. Quando já estavam saindo do povoado Centrinho, o denunciado ouviu vozes e disse à vítima que se as pessoas se aproximassem a mataria, ato contínuo a vítima implorou para que não lhe matasse, pois tinha um filho para criar, tendo o denunciado dito: "vá embora, vadia, sai correndo", chegando ainda a ameaçá-la dizendo que se contasse o ocorrido para alguém mataria ela e seu namorado. A vítima saiu em disparada e encontrou seus amigos. A vítima afirmou que depois de registrar ocorrência dirigiu-se a dois hospitais desta cidade e os dois estavam fechados. No terceiro hospital não conseguiu realizar o exame, ante a argumentação de que o médico estava realizando cirurgia. Mais tarde foi ao hospital geral e também não conseguiu se atendida. E por tais razões o exame de conjunção carnal não foi realizado ...". No despacho de fl. 25 foi recebida a denúncia e determinada a citação do acusado. A defesa prévia do acusado foi apresentada, conforme se observa às fls. 30/32. O Ministério Público no parecer acostado aos autos à fl. 33 requereu o

prosseguimento do feito com a designação de audiência de instrução e julgamento. O exame de corpo de delito se encontra anexado aos autos à fls. 36/37. Durante a instrução processual foi ouvida a vítima Francisca Vaniere Alves Galvão (fls. 44/46) e a testemunha arrolada pelo Ministério Público Josivaldo Gomes Lima (fl. 47). Seguiu-se com o interrogatório do acusado Francisco Cosme da Conceição. Após, foi realizada a acareação entre vítima e o acusado, cujo termo se vê à fl. 48. A certidão de fl. 49 informa que o acusado não responde a outros feitos criminais. O Ministério Público apresentou alegações finais que está anexada ao caderno processual às fls. 51/55, na qual requereu a condenação do acusado, vez que restou comprovado a autoria e materialidade delitiva. A defesa, em sede de alegações finais, fls. 60/61, requereu a absolvição do acusado porque não existe elemento para ensejar um decreto condenatório. É o que cabia relatar. Passo a julgar. Trata-se, *in casu*, de ação penal em que se busca apurar responsabilidade do acusado **Francisco Cosme da Conceição**, a quem foi imputada a prática do delito tipificado no artigo 213 Código Penal¹. ('*Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso: Pena: reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos*'). De acordo com redação do art. 213 do Código Penal verifica-se que o núcleo do tipo é o verbo constranger, no sentido de forçar, obrigar, subjugar a vítima ao ato sexual. E para configurar o referido delito é necessário que agente atue mediante violência ou grave ameaça. Assim o agente que de qualquer forma tolhe a liberdade, força ou coage para obter a conjunção carnal pratica o crime. Emerge dos autos que a vítima foi constrangida, sob ameaça de uma faca no pescoço, a manter relações sexuais com o acusado, Francisco Cosme da Conceição. Imperioso destacar que nos crimes sexuais tem um grande peso o depoimento da vítima, pois os mesmos geralmente são perpetrados às escondidas, sem a presença de testemunhas. O certo é que a vítima, no depoimento prestado perante a autoridade judicial relata: "...Que se encontrava na rua dos terrenos na cidade de Trizidela do Vale, no dia 22 de janeiro de 2010, por volta da meia noite, acompanhada de seu namorado, Josivaldo Gomes Lima; Que ia a pé com seu namorado, quando chegou o acusado conhecido como Frank, também a pé, e empurrou seu namorado e colocou um facão no seu pescoço e começou abusar da depoente na frente de seu namorado; Que o acusado mandou a depoente tirar a roupa na frente de seu namorado; Que a depoente sobre violência passou a ser obrigada a ter relação sexual com o acusado na frente do namorado; Que os atos sexuais começaram no aeroporto, mas em seguida o acusado mandou seu namorado ir embora e mandou a depoente ir para o interior chamado centrinho e a levou para dentro de um matagal e lá continuou a ter relação sexual com a mesma; Que manteve 3 relações sexuais com a vítima; Que o acusado também queria manter relação sexuais orais, mas a depoente pediu que não o obrigasse a isso; Que por várias vezes o acusado ameaçou a depoente de morte; Que a depoente já conhecia o acusado de vista, de perto da igreja São Francisco, onde sua mãe morava; Que a depoente nunca teve relacionamento de namoro ou de amizade com o acusado; Que seu namorado, após ter sido dispensado pelo denunciado procurou socorro para a depoente ente os amigos do casal, mas não conseguiu localizar a depoente com o acusado; Que depois das relações sexuais a depoente pediu para o acusado para não matá-la vez que tinha um filho para criar, mas o respondeu que a mesma não calasse a boca ele a mataria do mesmo jeito; Que lá do local centrinho o acusado e a depoente seguiram até próximo à casa do acusado que fica no mesmo povoado, e esta sempre a mira do facão do acusado; Que o acusado escutou a voz dos amigos da depoente que estava chegando, tratando-se do seu namorado e mais alguns amigos que não se lembra do nome; Que mais uma vez ameaçou a vítima de morte, e disse ainda para que a mesma não contasse nada para ninguém e a deixou partir para junto dos seus amigos; Que não pode gritar por socorro em nenhum momento, pois o acusado sempre advertia de que se fizesse isso ele a matava; Que o retorno do depoente para o convívio com seus amigos, deu as 04:00 horas da manhã; Que neste horário dirigiu-se de imediato a sua residência, e somente por volta das sete horas da manhã é que foi registrar a ocorrência da delegacia de Pedreiras; Que da delegacia foi para o Hospital Público que fica localizado próximo ao mercado, e lá não pode ser feito o exame de corpo de delito porque tratava de um dia de sábado; Que de lá a depoente retornou para a Delegacia; Que da delegacia os policiais acompanharam a depoente à Policlínica São Jorge, sendo que também ali não pode ser feito o exame, sobre o argumento de que o medico não se encontrava no local, isso já por volta das 18:00 horas; Que como e já era muito tarde a depoente voltou para sua residência; Que na manhã seguinte, domingo, voltou a delegacia relatando que ainda tinha feito o exame de corpo de delito e dirigiu-se com seu namorado do Hospital Municipal de Trizidela do Vale, munida de requisição do exame; Que lá mais uma vez não pode fazer o exame, pois o medico só estaria lá na período da tarde; Que a depoente então voltou no turno da tarde, porem mais uma vez o medico não se encontrava; Que na segunda pela manhã, retornou a delegacia, e a Delegada lhe disse que a mesma teria que dá um jeito para fazer o exame; Que mandou um policial acompanhar a depoente ao Hospital da Trizidela do Vale/MA, e lá o Dr. Nego, que não faz este tipo de exame, conversou com a depoente e assinou o papel ... Que a depoente acha que o acusado estava drogado no momento do fato; Que nunca tinha ouvido falar que o acusado praticava estes atos na redondeza; que não sabe dizer por qual crime o acusado estava preso; Que na sabe dizer se o acusado tem filhos, e sabe que o mesmo mora com o pai; Que sabe que o acusado trabalha; Que não sabe qual teria sido o motivo do crime; Que hoje o acusado não faz ameaças a depoente..." E o ex namorado da vítima, Josivaldo Gomes Lima, em seu depoimento prestado às fls. 47 diz: "Que conhecia o acusado de vista do povoado onde mora; Que não sabe se o acusado é envolvido com drogas; Que quando do fato o depoente morava com a vítima; que não se recorda a data dos fatos, mas sabe que foi ano passado; Que o fato ocorreu por volta de 02:00 horas da manhã, sendo ocorrido no bairro Aeroporto em Trizidela do Vale, no caminho da casa de depoente a tia da vítima conhecida como Dona França; que o casal vinha a pé e encontrou-se com o acusado também a pé, deixando a bicicleta no mato escondido; Que o acusado chegou por trás e colocou a faca no pescoço da vítima, e disse que se a vítima ou o depoente fizesse alguma coisa os mataria; Que o acusado pegou a vítima e a levou um pouco para longe das casas, e mandou o depoente ficar calado, mandou que a vítima tirasse sua roupa e teve relações sexuais com a vítima na frente do depoente; que teve relação apontando faca para seu pescoço em todos os momentos, tendo o depoente assistido a tudo; Que o depoente viu apenas uma relação sexual entre acusado e vítima; Que no momento dos fatos não passou ninguém; Que após estes fatos, o acusado pegou a vítima colocou na bicicleta, mandou o depoente voltar para trás e o advertiu que não falasse para ninguém; Que levou a vítima para o centrinho; Que após estes fatos o depoente foi chamar seus amigos para irem atrás da vítima; Que tratava-se de "reizinho", José, Rafael, Raimundão; Que saíram juntos em busca da vítima, mas inicialmente não a encontraram; Que quando já estava próximo ao amanhecer, ao passarem pela entrada do povoado centrinho, encontraram com a vítima sozinha correndo assustada, e o depoente a levou para casa; Que somente mais tarde foram registrar a ocorrência; Que o acusado e a vítima nunca foram namorados, e nem amigos; Que não sabe informar se o acusado já tinha praticado atos desta natureza..."; confirmando e corroborando com o depoimento da vítima, em nada sendo dissonante. Desta maneira, a conduta imputada ao acusado se amolda ao tipo previsto no art. 213 do Código Penal, e mesmo não havendo deixado marcas da violência, o que se vislumbra do tipo penal é o que o mesmo se perfaz com a grave ameaça, e esta é patente no presente processo. A materialidade delitiva resta comprovada pelo exame de corpo de delito de fls. 36/37 e pelas demais provas constantes nos autos. Também, não há dúvida acerca da autoria delitiva, conforme já exaustivamente exposto. No tocante a alegação da defesa que não restam provas para caracterizar a condenação entendo que não deve prosperar, visto que as provas já foram analisadas e levam ao convencimento da existência do crime e que o acusado é o seu autor. Desta maneira, vislumbra-se que não assiste razão à defesa, pois as provas coligidas aos autos, demonstram que o acusado manteve relações sexuais, sob grave ameaça, com a vítima, portanto configurando o crime descrito no art. 213 do Código Penal. Cediço que para responsabilizar o acusado pela prática do fato delituoso se faz necessário que do bojo do processo surjam provas insuspeitas da autoria delitiva, não admitindo o Direito Pátrio a condenação fulcrada em presunções, conjecturas ou ilações. Entretanto, sabe-se que em tema de crime contra os costumes, que geralmente é praticado às ocultas, longe de tudo, a palavra da vítima assume importância fundamental, capaz de alicerçar o decreto condenatório, eis que constitui o vértice de todo acervo probatório. Assim, a vítima mesmo não sendo considerada testemunha, e não sendo obrigada a prestar compromisso, ao declarar sua versão, corroborada pelas demais provas existentes nos autos, pode o juiz aceitar suas declarações como meio de prova para apenar o agente que praticou o ilícito penal. Neste sentido: "A palavra da vítima, em sede de crime de estupro (...), em regra é elemento de convicção de alta importância, levando-se em conta que estes crimes, geralmente, não têm testemunhas, ou deixam vestígios (Precedentes) (STJ, HC 98093/SC, T5, Rei. Min. Félix Fischer, DJ 12/5/2008, p.I) "A palavra da vítima nos crimes sexuais merece relevância ímpar para a aferição

de um juízo de condenação, especialmente quando vem corroborada pelo restante da prova, como ocorreu na hipótese dos autos. A ausência de comprovação robusta da materialidade dos fatos pela via pericial não descaracteriza a força probatória coligida nos autos, a qual incrimina o réu (TJSE, ACR 0159/2007, Rei. Des. Neotônio Bezerra Machado, j. 28/4/2008". Dessa forma, comprovada a materialidade e a autoria do delíto, como realmente se encontra, e caracterizado o crime, é de se condenar o acusado. Diante do exposto e de tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** a Denúncia para **CONDENAR** o acusado **FRANCISCO COSME DA CONCEIÇÃO**, como incurso nas penas do artigo 213 do Código Penal. Passo à dosimetria e individualização da pena, conforme prescrição legal inserta no artigo 5º, XLVI da Constituição Federal e artigo 59 e 68 do Código Penal. Atendendo às diretrizes do art. 59 do Código Penal tem-se que a culpabilidade do acusado **FRANCISCO COSME DA CONCEIÇÃO** se exteriorizou pela consciência de infrigência da norma, não tendo o que valorar; não há registro de antecedentes criminais nos autos; não há subsídios nos autos para a verificação da personalidade do acusado; os motivos do crime não se revelaram no processo e as circunstâncias do crime estão relatadas nos autos, nada havendo para valorar; sendo que as consequências são comuns à espécie e ainda a vítima em nada contribuiu para o desenrolar da empreitada criminosa; verificando-se que as circunstâncias são em sua maioria favoráveis ao condenado fixo a pena-base em **06 (seis) anos de reclusão, a qual torno definitivo, em razão da ausência de circunstâncias atenuantes e agravantes, bem como causas de aumento ou diminuição**. A pena de reclusão deverá ser cumprida em regime inicialmente semi-aberto no Presídio Regional de Pedreiras, por ser o suficiente para prevenção e repressão do crime, nos termos do art. 33§2º b do Código Penal. Tendo em vista que o acusado permaneceu durante a instrução processual solto e tendo comparecido a todos os atos processuais, e não verificando os requisitos da prisão preventiva, prescritos nos arts. 311 e 312 do Código de Processo Penal concedo direito ao acusado de recorrer em liberdade. No tocante a reparação mínima a que alude o art. 387, IV do Código de Processo Penal, o entendimento da doutrina mais abalizada é de que deve haver pedido neste tocante, a fim de que o réu possa se defender e até mesmo produzir contra prova, pois de outra maneira haveria flagrante desrespeito ao princípio da ampla defesa. Neste diapasão posicionou-se Guilherme de Souza Nucci, em sua obra Código de Processo Penal! Comentado, 9ª Edição, 2009, Editora RT, Pg. 701: "Admitindo-se que o magistrado possa fixar o valor mínimo para a reparação dos danos causados pela infração penal, é fundamental haver, durante a instrução criminal, um pedido formal para que se apure o montante civilmente devido. Esse pedido deve partir do ofendido, por seu advogado (assistente da acusação), ou do Ministério Público. A parte que o fizer precisa indicar valores e provas suficientes a sustentá-los. A partir daí, deve-se proporcionar ao réu, a possibilidade de se defender e produzir contraprova, de modo a indicar valor diverso ou mesmo a apontar que inexistiu prejuízo material ou moral a ser reparado. Se não houver pedido formal e instrução específica para apurar o valor mínimo para o dano, é defeso ao julgador optar por qualquer cifra, pois seria nítida infrigência ao princípio da ampla defesa." Após o trânsito em julgado: 1) lance o nome do réu no livro do rol dos culpados; 2) expeça-se guia de execução com as cópias necessárias, instaurando-se o procedimento de execução, arquivando-se os presentes autos de conhecimento; 3) oficie-se à Justiça Eleitoral para o fim de suspensão dos seus direitos políticos, consoante artigo 15, III da Constituição Federal. Remeta-se o boletim individual, devidamente preenchido, ao Setor de Estatísticas Criminais da Secretaria de Segurança do MA. Sem custas em razão de o condenado ser hipossuficiente, na forma da lei. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. **Sirva-se a presente de Mandado**. Pedreiras/MA, 26 de outubro de 2011. Ana Gabriela Costa Everton - Juíza de Direito da 2ª Vara da Comarca de Pedreiras/MA.

Pedreiras/MA, 09 de novembro de 2011

Ana Gabriela Costa Everton

Juíza de Direito da 2ª Vara da Comarca de Pedreiras/MA

PROCESSO nº 89-07.2006.8.10.0051

Ação: Cobrança de Seguro Obrigatório - DPVAT

Requerente: ANTONIO DE JESUS

Advogado(a)(s) do requerente: Dr. PEDRO BEZERRA DE CASTRO, OAB/MA 4.852

Requerido(a)s: SUL AMÉRICA SEGUROS

Advogado(a)(s) do(a) requerido(a): Dr. RHELMSON ATHAYDE ROCHA, OAB/MA 5.936

Publicação e intimação da parte requerida, por intermédio de seu(s) advogado(s) da sentença de fls. 57, transcrita abaixo.

SENTENÇA:

Vistos. Cuida-se de **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO-DPVAT**, proposta por **ANTONIO DE JESUS**, em face de **SUL AMÉRICA SEGUROS**, visando o recebimento de indenização referente ao seguro DPVAT, conforme petição de fls.02/05. Acompanham a inicial dos documentos de fls. 06/14. Após a apresentação de contestação o autor peticionou aos autos requerendo a desistência do feito, conforme petição de fl. 56. **Isto posto, por ser legítima a parte autora e não vislumbrar nenhum vício HOMOLOGO o pedido de desistência e julgo extinta a AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO-DPVAT, sem resolução do mérito, com fulcro no art. 267, VIII, do CPC.** Sem custas, em razão do autor ser beneficiário. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Dou a sentença por publicada com a entrega dos autos em secretaria. Registre-se. Intimem-se. Pedreiras/MA, 23 de março de 2011. Juíza Lewman de Moura Silva - Titular da 2ª Vara

Pedreiras/MA, 09 de novembro de 2011

Ana Gabriela Costa Everton

Juíza de Direito da 2ª Vara da Comarca de Pedreiras/MA

Processo nº 921-35.2009.8.10.0051

Ação: Busca e Apreensão

Requerente(s): MULTIMARCAS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA. – MULTIMARCAS CONSÓRCIOS

Advogado(a)(s) do Requerente(s): Dr. CASSIO LUIZ JANUÁRIO ALMEIDA, OAB/MA 8.014

Requerido(a)s: RAIMUNDO FERREIRA GOMES

Considerando o despacho de fls. 40, **é o presente para intimar** a parte requerente, por intermédio de seu advogado, para oferecer manifestação a cerca da certidão passada pelo Sr. Oficial de Justiça às fls. 38 (transcrita abaixo).

CERTIDÃO de fls. 38: CERTIFICO que, PROCEDI diligências me Pedreiras e Trizidela do Vale, no sentido de localizar o veículo objeto desta ação, sendo que em todas elas não obtive êxito. Dou fé. Pedreiras (MA) 13 de novembro de 2009. Jorge Tavares da Silva Sobrinho – Oficial de Justiça

Pedreiras - MA, 09 de novembro de 2011.

Liege Rego Borgneth Ribeiro

Secretária Judicial da 2ª Vara

Assino de Ordem da MMª Juíza (Art.225, VII, CPC).

Terceira Vara de Pedreiras

RESENHA DE SENTENÇA

1) Processo nº 768-31.2011.8.10.0051

Ação de Guarda e Responsabilidade

Requerente: José Cicero de Queiroz dos Santos Filho
Advogado: Dr. Adalberto Bezerra de Sousa Filho OAB/MA 6.947
Requerido: Francisco Julio Santos Chagas

E o presente tem como finalidade **INTIMAR AS PARTES** e seus advogados acima mencionados a tomarem conhecimento da SENTENÇA proferida pelo MM. Juiz em 13.10.2011 nos termos da parte dispositiva a seguir:

Tratam os autos de Ação de Guarda e Responsabilidade ajuizada por José Cicero de Queiroz dos Santos Filho, em favor do menor Francisco Julio Santos Chagas, todos qualificados nos autos. Intimada a parte autora para incluir no pólo passivo da demanda os pais biológicos do menor, não houve manifestação, conforme certidão de fls. 13. Foram os autos com vista ao Ministério Público, que opinou pela extinção do feito, sem julgamento de mérito, por abandono da causa pelo autor (fls. 15). É o relatório. Passo a decisão. Analisando os autos, constata-se que o processo encontra-se paralisado há mais de 30 (trinta) dias, sem manifestação da parte autora, que não promoveu a diligência que lhe competia, qual seja, incluir no pólo passivo da demanda os pais biológicos do menor, fato esse que inviabiliza o prosseguimento do feito, dando ensejo à extinção do processo sem apreciação do mérito, nos termos do CPC, in verbis: "Art. 267. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito: III - quando, por não promover os atos e diligências que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias."

Ante o exposto e nos termos do parecer ministerial, decreto a extinção do processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 267, III, do CPC. Assistência judiciária. Sem custas. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se com as necessárias baixas. Pedreiras, 13 de outubro de 2011. Juiz Lúcio Antonio Machado Vale Titular da 1ª Vara resp. pela 3ª Vara

2) Processo nº 3384-81.2008-8.10.0051

Ação de Guarda e Responsabilidade

Requerente: Rafael Mota da Silva

Advogado: Dr. Pedro Bezerra de Castro OAB/MA 4852

Requerido: Maria Vitória Mota da Silva

E o presente tem como finalidade **INTIMAR AS PARTES** e seus advogados acima mencionados a tomarem conhecimento da SENTENÇA proferida pelo MM. Juiz em 13.10.2011 nos termos da parte dispositiva a seguir:

SENTENÇA Vistos, etc... Tratam os autos de Ação de Guarda e Responsabilidade ajuizada por Rafael Mota da Silva, em favor da menor Maria Vitória Mota da Silva, todos qualificados nos autos. Expedido mandado de citação para a mãe biológica contestar o pedido, esta não foi localizada no endereço fornecido na exordial, nem no endereço fornecido posteriormente, conforme certidão de fls. 32. Intimada a parte autora para indicar o endereço atual da requerida ou promover-lhe a citação por outro meio, não houve manifestação, conforme certidão de fls. 37. Foram os autos com vista ao Ministério Público, que opinou pela extinção do feito, sem julgamento de mérito, por abandono da causa pelo autor (fls. 39). É o relatório. Passo a decisão. Analisando os autos, constata-se que o processo encontra-se paralisado há mais de 30 (trinta) dias, sem manifestação da parte autora, que não promoveu as diligências que lhe competiam, nem forneceu o endereço correto e atual da mãe biológica da menor, fato esse que inviabiliza o prosseguimento do feito, dando ensejo à extinção do processo sem apreciação do mérito, nos termos do CPC, in verbis: "Art. 267. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito: III - quando, por não promover os atos e diligências que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias." Ante o exposto e nos termos do parecer ministerial, decreto a extinção do processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 267, III, do CPC. Assistência judiciária. Sem custas. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se com as necessárias baixas. Pedreiras, 13 de outubro de 2011. Juiz Lúcio Antonio Machado Vale Titular da 1ª Vara resp. pela 3ª Vara

3) Processo nº 1845-46.2009.8.10.0051

Ação de Investigação de Paternidade

Requerente: Francisco Eduardo Pereira Santos

Advogado: Dr. Pedro Bezerra de Castro OAB/MA 4852 e Dra. Andréa F. Albuquerque Krause OAB/MA 6.444

Requerido: Francisco Bezerra de Sousa

Advogado: Dr. Adalberto Bezerra de Sousa Filho OAB/MA 6.947

E o presente tem como finalidade **INTIMAR AS PARTES** e seus advogados acima mencionados a tomarem conhecimento da SENTENÇA proferida pelo MM. Juiz em 19.10.2011 nos termos da parte dispositiva a seguir:

SENTENÇA Vistos, etc... Tratam os autos de Ação de Investigação de Paternidade ajuizada por Francisco Eduardo Pereira dos Santos, em face de Francisco Bezerra de Sousa, todos qualificados nos autos. Intimada para se manifestar sobre o resultado do o laudo de fls. 25/28, a parte autora não foi localizada no endereço indicado na exordial, conforme certidão de fls. 31. Intimado seu patrono, via DJE (fls. 29), não houve manifestação. Foram os autos com vista ao Ministério Público, que opinou pela extinção do feito, sem julgamento de mérito, por abandono da causa pelo autor (fls. 15). É o relatório. Passo a decisão. Analisando os autos, constata-se que o processo encontra-se paralisado há mais de 30 (trinta) dias, sem manifestação da parte autora, que não promoveu a diligência que lhe competia, pois não foi localizado no endereço mencionado na inicial, nem se manifestou através de seu patrono, fato esse que inviabiliza o prosseguimento do feito, dando ensejo à extinção do processo sem apreciação do mérito, nos termos do CPC, in verbis: "Art. 267. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito: III - quando, por não promover os atos e diligências que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias." Ante o exposto e nos termos do parecer ministerial, decreto a extinção do processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 267, III, do CPC. Assistência judiciária. Sem custas. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se com as necessárias baixas. Pedreiras, 19 de outubro de 2011. Juiz Lúcio Antonio Machado Vale Titular da 1ª Vara resp. pela 3ª Vara

4) Processo nº 891-29.2011.8.10.0051

Auto de Investigação de Paternidade c/c Alimentos

Requerente: Antonia Nelia Dias

Advogado: Dr. Pedro Bezerra de Castro OAB/MA 4852 e Dra. Luciana de Souza Castro OAB/MA 4326 e Dra. Andréa F. Albuquerque Krause OAB/MA 6.444

Requerido: Marcio Adriano Bezerra de Amorim

E o presente tem como finalidade **INTIMAR AS PARTES** e seus advogados acima mencionados a tomarem conhecimento da SENTENÇA proferida pelo MM. Juiz em 11.10.2011 nos termos da parte dispositiva a seguir:

Vistos, etc... Trata-se de Ação de Investigação de Paternidade c/c Alimentos, ajuizada por Robert William Dias, rep. por sua genitora Antonia Nelia Dias, em face de Marcio Adriano Bezerra de Amorim, todos já qualificados nos autos. Expedida carta precatória para citação do réu (fls. 11). Às fls. 14, costa termo de acordo, assinado pela parte autora, rep. por sua genitora, devidamente assistida por seu advogado e pelo réu, com firma reconhecida. Nos termos do acordo, o requerido reconhece espontaneamente a paternidade do autor, requerendo que seja averbado no assento de nascimento do menor o sobrenome paternal. Ficou acordado ainda os alimentos, no valor de 40% (quarenta por cento) de um salário mínimo, a ser pago até o dia 10 (dez) de cada mês iniciando a partir de setembro e, por fim, ficou acordado que a visitação seria livre. Instado a manifestar-se, a ilustre representante do ministério público opinou pela homologação do acordo (fls. 18). Ante o exposto, tendo em vista que foram resguardados os interesses do menor, quais sejam: reconhecida a paternidade, fixados alimentos e regulamentadas as visitas, HOMOLOGO por sentença o acordo celebrado entre as partes (fls. 14/15), que fica fazendo parte desta decisão, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Por consequência, julgo

extinto o processo, com resolução de mérito, o que faço com fundamento no art. 269, inc. III do CPC Expeça-se mandado de averbação, para que sejam acrescidos, no registro civil no menor ROBERT WILLIAM DIAS, o patronímico paterno e o nome dos avós desta linha, de tudo fazendo a averbação. Assistência judiciária, sem custas. P. R. I. Após, o trânsito em julgado, arquivem-se com as baixas necessárias. Pedreiras, 11 de outubro de 2011 Juiz Lúcio Antonio Machado Vale Titular da 1ª Vara resp. pela 3ª Vara

5) Processo nº 1807-34.2009.8.10.0051**Ação** Curatela**Requerente:** Marilene Pereira da Silva**Advogado:** Dr. Pedro Bezerra de Castro OAB/MA 4852 e Dra. Luciana de Souza Castro OAB/MA 4326**Requerido:** Antonio Pereira da Silva

E o presente tem como finalidade **INTIMAR AS PARTES** e seus advogados acima mencionados a tomarem conhecimento da SENTENÇA proferida pelo MM. Juiz em 03.10.2011 nos termos da parte dispositiva a seguir:

SENTENÇA Vistos, etc... Tratam os autos de Ação de Interdição ajuizada por Marilene Pereira da Silva em face de Antonio Pereira da Silva, todos qualificados nos autos. Consta nos autos certidão de fls. 26, atestando que existe outro processo (n.º 1142009) idêntico ao presente, com as mesmas partes, pedido e causa de pedir, ajuizado em 13/01/2009. É o relatório. Passo a decisão. O Código de Processo Civil estabelece que a litispendência ocorre quando se reproduz ação idêntica à anteriormente proposta, ou seja, que as ações tenham as mesmas partes, a mesma causa de pedir, o mesmo pedido e que as duas demandas estejam em curso. Veja-se o que determina o CPC: Art. 301. Compete-lhe, porém, antes de discutir o mérito, alegar: (...) § 3º Há litispendência, quando se repete ação, que está em curso; há coisa julgada, quando se repete ação que já foi decidida por sentença, de que não caiba recurso. Art. 267. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito: (...) V - quando o juiz acolher a alegação de perempção, litispendência ou de coisa julgada; No caso em epígrafe, verifica-se que a autora ajuizou duas ações idênticas (Processo nº. 1142009 e 18072009). Considerando que se trata de matéria de ordem pública, conforme dispõe o art. 267, § 3º do CPC, e verificando a existência de mesmas partes, causa de pedir e pedido, não há outra solução que não a extinção do último processo, que no caso, é o presente. A jurisprudência é firme nesse sentido: CONTRATO BANCÁRIO - POUPANÇA -LITISPENDÊNCIA - EXTINÇÃO DA AÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO - ART. 267 - RECURSO PROVIDO. Configurada a litispendência, de rigor a extinção do processo sem julgamento do mérito. (TJSP- PL 990100612182 SP - 24/08/2010 - 31ª Câmara de Direito Privado - 01/09/2010) Ante o exposto, extingo o presente processo sem resolução de mérito, nos moldes dos artigos 267, V e 267, § 3º, do Código de Processo Civil. Assistência judiciária. Sem custas. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se com as necessárias baixas. Pedreiras, 03 de outubro de 2011. Juiz Lúcio Antonio Machado Vale Titular da 1ª Vara resp. pela 3ª Vara

6) Processo nº 1149-39.2011.8.10.0051**Ação** de Divórcio Litigioso**Requerente:** Sonia Maria Leal dos Santos Moura**Advogado:** Dr. Pedro Bezerra de Castro OAB/MA 4852 e Dra. Luciana de Souza Castro OAB/MA 4326**Requerido:** Edmilson Lira de Moura

E o presente tem como finalidade **INTIMAR AS PARTES** e seus advogados acima mencionados a tomarem conhecimento da SENTENÇA proferida pelo MM. Juiz em 05.10.2011 nos termos da parte dispositiva a seguir:

SENTENÇA Vistos, etc... Trata-se de ação de divórcio litigioso ajuizada por Sônia Maria Leal dos Santos Moura, em face de Edmilson Lira de Moura, todos qualificados nos autos.

O processo seguia seu trâmite normal, já com audiência designada (fls. 18), mas a parte autora protocolou petição requerendo a desistência do feito, o desentranhamento dos documentos que instruíram o pedido inicial. É o relatório. Passo a decisão. O Código de Processo Civil é claro ao dispor: "Art. 267. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito: (...) VIII - quando o autor desistir da ação;" Levando-se em consideração o dispositivo legal acima citado, bem como o pedido formal de desistência feito pela autora, não vejo óbice ao deferimento do pedido. Ante o exposto, nos termos do art. 267, VIII, do CPC, decreto a extinção do processo sem resolução do mérito. Fica autorizado o desentranhamento dos documentos que acompanham a inicial e facultado a parte autora intentar nova ação, caso ainda manifeste interesse. Assistência Judiciária. Sem Custas. P.R.I. Após o trânsito em julgado arquivem-se com as necessárias baixas. Pedreiras, 05 de outubro de 2011. Juiz Lúcio Antonio Machado Vale Titular da 1ª Vara resp. pela 3ª Vara

7) Processo nº 2216-39.2011.8.10.0051**Ação** de Reconhecimento e Dissolução de Sociedade de Fato com Partilha de Bens**Requerente:** Jane Mary de Oliveira**Advogado:** Dra. Ivone Pereira Silva OAB/MA 9141**Requerida:** Nayara Cosse da Silva

E o presente tem como finalidade **INTIMAR AS PARTES** e seus advogados acima mencionados a tomarem conhecimento da SENTENÇA proferida pelo MM. Juiz em 27.10.2011 nos termos da parte dispositiva a seguir:

SENTENÇA Vistos, etc... Trata-se de Ação de Reconhecimento e Dissolução de Sociedade de Fato c/c Partilha de Bens ajuizada por Jane Mary de Oliveira, em face de Nayara Cosse da Silva, todos qualificados nos autos. Intimada a parte autora para adequar o valor da causa ao patrimônio a ser partilhado, bem como pagar as custas devidas, esta se manifestou por sua advogada (fls. 28-v), requerendo a desistência do feito em razão de acordo consensual feito entre as partes. É o relatório. Passo a decisão. O Código de Processo Civil é claro ao dispor: "Art. 267. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito: (...) VIII - quando o autor desistir da ação;" Levando-se em consideração o dispositivo legal acima citado, bem como o pedido formal de desistência feito pela autora, não vejo óbice ao deferimento do pedido. Ante o exposto, nos termos do art. 267, VIII, do CPC, decreto a extinção do processo sem resolução do mérito. Fica facultado a parte autora intentar nova ação, caso ainda manifeste interesse. Custas na forma da lei. P.R.I. Após o trânsito em julgado arquivem-se com as necessárias baixas. Pedreiras, 27 de outubro de 2011 Juiz Lúcio Antonio Machado Vale Titular da 1ª Vara resp. pela 3ª Vara

8) Processo nº 2635-93.2010.8.10.0051**Ação** de Justificação de União Estável**Requerente:** Tereza Batista Milhomen**Advogados:** Dr. Antonio Haroldo Fernandes Dias II OAB/MA 8708 e DR. Otoniel dos Santos Regadas de Carvalho OAB/MA 8740**Requerido:** Luis Xavier de Sousa

E o presente tem como finalidade **INTIMAR AS PARTES** e seus advogados acima mencionados a tomarem conhecimento da SENTENÇA proferida pelo MM. Juiz em 26.10.2011 nos termos da parte dispositiva a seguir:

SENTENÇA Vistos, etc... Tratam os autos de Ação de Investigação de Paternidade c/c Alimentos ajuizada por Antonia Thais de Souza Santos, rep. por sua genitora Nelcilene de Souza Santos, em face de Julio Cesar Andrade de Araújo, todos qualificados nos autos. Deixou-se de realizar audiência, tendo em vista que a parte autora não foi localizada no endereço mencionado na exordial, conforme certidão de fls. 34. Intimado o patrono da autora para indicar o novo endereço desta (fls. 35), não houve manifestação, conforme certidão de fls. 38. Com vista dos autos, o Ministério

Público apresentou parecer opinando pela extinção do feito sem julgamento do mérito (fls. 39). É o relatório. Passo a decisão. Analisando os autos, constata-se que o processo encontra-se paralisado há mais de 30 (trinta) dias, sem manifestação da parte autora, que não promoveu a diligência que lhe competia, qual seja, indicar o seu novo endereço, fato esse que inviabiliza o prosseguimento do feito, dando ensejo à extinção do processo sem apreciação do mérito, nos termos do CPC, in verbis: "Art. 267. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito: III - quando, por não promover os atos e diligências que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias." Ante o exposto, decreto a extinção do processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 267, III, do CPC. Assistência judiciária. Sem custas. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se com as necessárias baixas. Pedreiras, 26 de outubro de 2011. Juiz Lúcio Antonio Machado Vale Titular da 1ª Vara resp. pela 3ª Vara

8) Processo nº 1672-22.2009.8.10.0051**Ação de Guarda****Requerente:** Maria Antonia da Silva**Advogado:** Dr. Adalberto Bezerra de Sousa Filho OAB/MA 6.947**Requerido:** Iara Carvalho da Silva e Maria Helena Lima Carvalho**Advogado:** Dr. José Lacerda de Lima Sobrinho OAB/MA 2.622

E o presente tem como finalidade **INTIMAR AS PARTES** e seus advogados acima mencionados a tomarem conhecimento da SENTENÇA proferida pelo MM. Juiz em 13.10.2011 nos termos da parte dispositiva a seguir:

É o relatório. Passo a decisão. Como é cediço o parágrafo 2º do art. 33 do ECA prevê o deferimento de guarda, em casos excepcionais, para atender a situações peculiares ou suprir a falta eventual dos pais ou responsável. Veja-se: Art. 33. A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais § 1º A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros. § 2º Excepcionalmente, deferir-se-á a guarda, fora dos casos de tutela e adoção, para atender a situações peculiares ou suprir a falta eventual dos pais ou responsável, podendo ser deferido o direito de representação para a prática de atos determinados. Somente é recomendada a alteração da guarda e responsabilidade de menores exercida pelos pais em circunstâncias excepcionais, sempre observado o interesse da criança e comprovados fatos que justifiquem a retirada da guarda dos genitores. É o caso dos autos, eis que as provas carreadas dão conta de que a requerente é avó paterna da menor (fls. 11) e a tem sob seus cuidados desde o seu nascimento, tendo em vista o abandono da genitora, que se encontra em local incerto e não sabido e em razão do falecimento do pai (fls. 10). A criança encontra-se sobre os cuidados exclusivos da avó, de quem recebe todo o apoio necessário para ter uma vida digna e saudável, tanto do ponto de vista material, como moral. Isso ficou evidente na oitiva da menor, que, com 11 (onze) anos de idade, já tem condições de expressar sua opinião sobre os fatos, veja-se: "...que respondeu ter onde anos de idade, e que mora com a avó MARIA ANTONIA DA SILVA desde quando era bebê, não quer ir para onde a mãe, esta mora no Pará, não sabendo a cidade, que sua avó faz todas as despesas com a declarante e é a mãe que conhece na vida, que deseja ficar sob a guarda da avó já mencionada..." (IARA CARVALHO DA SILVA, fls. 28) Da mesma forma, o parecer técnico social, corrobora o depoimento da menor, veja-se: "...o Serviço Social tomou conhecimento de que a menor já reside com eles desde o seu nascimento, já estando totalmente adaptada na sua família, ressaltando que já a considera como uma filha...já que sempre zelou pelo bem-estar da neta..." (fls. 32) "...a mãe biológica de Iara foi embora, poucos dias depois do nascimento da criança...que o pai faleceu no dia 28/04/2009...que a criança frequenta a escola, onde cursa a 6ª série do 1º Grau, durante o período matutino...a mesma contou que tem muito afeto pela avó paterna, pois relatou que sua avó é bastante carinhosa e atenciosa com ela, razão pela qual deseja continuar sob os seus cuidados...a autora é considerada pessoa idônea, íntegra, bem como dispõe de requisitos básicos para ter a guarda da criança...(fls. 32) Como se nota, restou evidenciado que a criança reside na companhia do avô, recebendo desta educação e afeto, bem como todos os cuidados necessários para uma vida digna e saudável. Importante frisar que a requerente demonstrou ter equilíbrio emocional para ter sob seus cuidados a menor e dar-lhe a assistência material, moral e educacional necessários. Portanto, ficou claro que a avó paterna está apta a atender todas as necessidades da infante e nada justifica não lhe seja concedida a guarda. Veja-se a jurisprudência: GUARDA DE MENOR. DEFERIMENTO À AVÓ MATERNA. MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA.1. Se a genitora tem comprometimento psicológico e dificuldades de cuidar do filho, e este está perfeitamente adaptada à residência da avó materna, justifica-se o deferimento da guarda em favor desta.2. Deve sempre prevalecer o interesse da criança ou adolescente acima de todos os demais, sendo que, no caso em tela, os elementos de convicção são eloquentes em apontar a conveniência da guarda pela avó materna. Recurso desprovido. (SEGREDO DE JUSTIÇA) (Apelação Cível Nº 70039424551, Sétima Câmara Cível, Tribunal... (70039424551 RS, Relator: Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves, Data de Julgamento: 24/08/2011, Sétima Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 26/08/2011) AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. MENOR. PEDIDO DE GUARDA FORMULADO PELA AVÓ. PREVALÊNCIA DO INTERESSE DA CRIANÇA.REGULARIZAÇÃO DE SITUAÇÃO DE FATO. 1. A concessão da guarda da criança a bisavó, visa regularizar uma situação de fato, uma vez que a menor reside com a bisavó paterna desde os 08 meses de idade. Preservação do interesse da menor, não só para fins previdenciários. Precedentes.2. Agravo regimental a que se nega provimento. (532984 MG 2003/0052486-0, Relator: Ministro VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), Data de Julgamento: 18/05/2010, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 07/06/2010) Ressalte-se que, como asseverado pelo Ministério Público, não há necessidade de dilação probatória, uma vez que a documentação acostada aos autos, o estudo social realizado e a oitiva da criança são suficientes para o julgamento antecipado da demanda, não havendo necessidade de produzir novas provas em audiência, nos termos do art. 330, I do CPC. Ante o exposto, e nos termos do parecer ministerial, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, em razão do que fica concedida a GUARDA da menor IARA CARVALHO DA SILVA à requerente, Sra. MARIA ANTONIA DA SILVA, nos termos do art. 33, §2º, da Lei 8069/90 e demais normas atinentes ao caso. Determino, outrossim, que a requerente preste o devido compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo, mediante termo nos autos, consoante preceitua o art. 32, da multa citada lei. Isento de custas (art. 141, § 2º do ECA). P.R.I. Não havendo recurso no prazo legal, certificando o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com as baixas necessárias. Pedreiras, 13 de outubro de 2011. Juiz Lúcio Antonio Machado Vale Titular da 1ª Vara resp. pela 3ª Vara

9) Processo nº 2403-81.2010.8.10.0051**Ação de Investigação de Paternidade c/ com Alimentos****Requerente:** Nelcilene de Souza Santos**Advogados:** Dr. Antonio Haroldo Fernandes Dias II OAB/MA 8708 e DR. Otoniel dos Santos Regadas de Carvalho OAB/MA 8740**Requerido:** Julio Cesar Andrade de Araújo

E o presente tem como finalidade **INTIMAR AS PARTES** e seus advogados acima mencionados a tomarem conhecimento da SENTENÇA proferida pelo MM. Juiz em 26.10.2011 nos termos da parte dispositiva a seguir:

SENTENÇA Vistos, etc... Tratam os autos de Ação de Investigação de Paternidade c/c Alimentos ajuizada por Antonia Thais de Souza Santos, rep. por sua genitora Nelcilene de Souza Santos, em face de Julio Cesar Andrade de Araújo, todos qualificados nos autos. Deixou-se de realizar audiência, tendo em vista que a rep. legal da parte autora não foi localizada no endereço mencionado na exordial, conforme certidão de fls. 33-v, na qual o meeirinho informa que esta encontra-se viajando para São Paulo, sem previsão de retorno. Intimado o patrono da autora para indicar o novo endereço desta, não houve manifestação, conforme certidão de fls. 35. É o relatório. Passo a decisão. Analisando os autos, constata-se que o processo encontra-se paralisado há mais de 30 (trinta) dias, sem manifestação da parte autora, que não promoveu a diligência que lhe competia, qual

seja, indicar o seu novo endereço, fato esse que inviabiliza o prosseguimento do feito, dando ensejo à extinção do processo sem apreciação do mérito, nos termos do CPC, in verbis: "Art. 267. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito: III - quando, por não promover os atos e diligências que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias." Do mesmo modo, o réu também não fora localizado no endereço indicado na inicial, conforme certidão o meirinho de fls. 23, não tendo sido possível angular-se a relação processual. Ante o exposto, decreto a extinção do processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 267, III, do CPC. Assistência judiciária. Sem custas. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se com as necessárias baixas. Pedreiras, 26 de outubro de 2011. Juiz Lúcio Antonio Machado Vale Titular da 1ª Vara resp. pela 3ª Vara

10) Processo nº 206-22.2011.8.10.0051

Ação de execução de Alimentos

Requerente: Ginnia Mayanna Leal Gomes

Advogado: Dr. Otoniel dos Santos Regadas de Carvalho OAB/MA 8740

Requerido: Dr. Joaquim José Maciel Júnior, vulgo Júnior

Advogado: Dr. Mario Augusto Alves Corrêa

FINALIDADE: Intimar as parte e advogado da sentença.

E o presente tem como finalidade **INTIMAR AS PARTES** e seus advogados acima mencionados a tomarem conhecimento da SENTENÇA proferida pelo MM. Juiz em 26.10.2011 nos termos da parte dispositiva a seguir:

É o relatório. Passo a decisão. Analisando os autos, verifica-se que a parte autora não se manifestou se houve ou não quitação do débito, motivo pelo qual seu silêncio importa a confirmação do pagamento. O art. 794 do C.P.C., dispõe: Extingue-se a obrigação. I - quando o credor satisfaz a obrigação. A situação em análise se amolda ao termos do dispositivo legal ora mencionado. A jurisprudência é firme nesse sentido: EXECUÇÃO DE SENTENÇA - EXTINÇÃO - SATISFAÇÃO DA OBRIGAÇÃO - Restando comprovada a satisfação integral do crédito exequendo, impõe-se a extinção do feito executório nos termos do art. 794, I, do Código de Processo Civil. (TRF 4ª R. - AC 2003.72.00.010882-7/SC - Rel. Joel Ilan Paciornik - DJe 27.01.2009 - p. 226) Por outro lado, os documentos de fls. 22/29 dão conta de que o valor do débito fora pago, não havendo mais reclamação por parte da autora. Isto posto, DECLARO EXTINTA A EXECUÇÃO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Sem custas. P.R.I. Procedam-se as baixas devidas. Pedreiras, 26 de outubro de 2011. Juiz Lúcio Antonio Machado Vale Titular da 1ª Vara resp. pela 3ª Vara

Pedreiras, 09 de novembro de 2011.

Alexandre Moura Lima Neto

Secretário Judicial da 3ª Vara

Assino de Ordem do MM Juiz de Direito da 3ª Vara.

Juizado Especial Cível e Criminal de Pedreiras

PUBLICAÇÃO DE RESENHA DE DESPACHO

AÇÃO: DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS 2334-90.2010.8.10.0051

REQUERENTE: EDNELIA MARIA SOARES DE MELO

ADVOGADO: ADALBERTO BEZERRA DE SOUSA FILHO OAB/MA 6.947

REQUERIDO: TIM CELULAR

ADVOGADO: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO OAB/MA 8.882-A

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS 1905-26.2010.8.10.0051

REQUERENTE: KELLEN FABIANA NINA SOUSA

ADVOGADO: FERNANDO ANTONIO COSTA POLARY OAB/MA 5.605

REQUERIDO: TIM CELULAR

ADVOGADO: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO OAB/MA 8.882-A

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS 896-29.2010.8.10.0051

REQUERENTE: FRANCISCO EDUARDO PEREIRA DOS SANTOS

ADVOGADO: FERNANDO DE FREITAS FORMIGA OAB/MA 8.495

REQUERIDO: TIM CELULAR

ADVOGADO: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO OAB/MA 8.882-A

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS 1549-31.2010.8.10.0051

REQUERENTE: JOSE WILLAME LEITE DE SOUSA

REQUERIDO: TIM CELULAR

ADVOGADO: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO OAB/MA 8.882-A

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS 3883-38.2010.8.10.0051

REQUERENTE: JEFERSON AWGUST SILVA ALVES

REQUERIDO: TIM CELULAR

ADVOGADO: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO OAB/MA 8.882-A

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: DE ANULAÇÃO DE CONTRATO C/C DANOS MORAIS 12-27.2008.8.10.0051

REQUERENTE: CARLOS WAGNER SILVA

ADVOGADO: LEONARDO NASCIMENTO JACOME OAB/MA 7.902

REQUERIDO: PRO EMPREENDIMENTOS LTDA

ADVOGADO: HAROLDO GUIMARAES SOARES FILHO OAB/MA 5.078

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS 390-80.2008.8.10.0051

REQUERENTE: JOCINEIDE FERREIRA RODRIGUES

ADVOGADO: ADALBERTO BEZERRA DE SOUSA FILHO OAB/MA 6.947

REQUERIDO: MULTIMARCAS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO

ADVOGADO: JOSÉ TAVARES LEITE OAB/MA 5.092

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: DECLARATÓRIA DE INEXISTENCIA DE RELAÇÃO JURIDICA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E TUTELA ANTECIPADA 1306-87.2010.8.10.0051

REQUERENTE: ZEUZAMAR RIOS PORTELA

ADVOGADO: EDUARDO SILVA FERNANDES OAB/MA 7.273

REQUERIDO: BANCO BMG S/A

ADVOGADO: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES OAB/MG 76.696

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: DE INEXISTENCIA DE DEBITO COM PEDIDO DE REPARAÇÃO DE MORAIS E TUTELA ANTECIPADA 1106-80.2010.8.10.0051

REQUERENTE: MARIA JOSE LIMA DOS SANTOS SILVA

ADVOGADO: OTONIEL DOS SANTOS REGADAS DE CARVALHO OAB/MA 8.740

REQUERIDO: LOSANGO PROMOÇÕES DE VENDAS LTDA

ADVOGADO: JOSE CALDAS GOIS JUNIOR OAB/MA 4.540

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: DECLARATORIA DE INEXISTENCIA DE DEBITO COM DANOS MORAIS E TUTELA ANTECIPADA 1001-40.2009.8.10.0051

REQUERENTE: IURY ALVES DA SILVA

ADVOGADO: FRANCISCO DAS CHAGAS QUEIROZ JUNIOR OAB/MA 7.980

REQUERIDO: ATLANTICO FUNDO DE INVESTIMENTO

ADVOGADO: JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO OAB/MA 9.588-A

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS 250-19.2010.8.10.0051

REQUERENTE: CARLOS QUADROS DE ABREU

ADVOGADO: EDUARDO SILVA FERNANDES OAB/MA 7.273

REQUERIDO: MARDISA VEICULOS LTDA

ADVOGADO: ITALO FABIO AZEVEDO OAB/MA 4.292

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: DECLARATORIA DE INEXISTENCIA DE DEBITO COM DANOS MORAIS 1955-79.2008.8.10.0051

REQUERENTE: RAIMUNDA NONATA DOS SANTOS BRITO

ADVOGADO: FERNANDO ANTONIO COSTA POLARY OAB/MA 5.605

REQUERIDO: BANCO FINASA S/A

ADVOGADO: RHELMSON ATHAYDE ROCHA OAB/MA 5.936

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS 275-66.2008.8.10.0051

REQUERENTE: JOAO MARTINS SAMPAIO

ADVOGADO: EDUARDO SILVA FERNANDES OAB/MA 7.273

REQUERIDO: B2W COMPANHIA GLOBAL DE VAREJO

ADVOGADO: IZAIAS BEZERRA DO NASCIMENTO NETO OAB/RN 513-A

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: COBRANÇA 4094-74.2010.8.10.0051

REQUERENTE: JOAQUIM GOMES PEREIRA, MARIA DAS GRAÇAS COSTA PEREIRA

ADVOGADO: ADALBERTO BEZERRA DE SOUSA FILHO OAB/MA 6.947

REQUERIDO: DPVAT

ADVOGADO: FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JUNIOR OAB/MA 9.515-A

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: RESTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS 1957-49.2008.8.10.0051

REQUERENTE: IRACY MARTINS SANTOS

ADVOGADO: ADALBERTO BEZERRA DE SOUSA FILHO OAB/MA 6.947

REQUERIDO: COMPRA PREMIADA ELETROBENS

ADVOGADO: ALBERTO CARLOS SANTOS DE BRITO OAB/MA 4.729

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: DECLARATORIA DE INEXISTENCIA DE DEBITO COM DANOS MORAIS E MATERIAIS 3893-82.2010.8.10.0051

REQUERENTE: MANUEL LAURENTINO DE OLIVEIRA FILHO

ADVOGADO: OTONIEL DOS SANTOS REGADAS DE CARVALHO OAB/MA 8.740

REQUERIDO: BANCO PANAMERICANO

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: DECLARATORIA DE INEXISTENCIA DE DEBITO COM DANOS MORAIS 1962-71.2008.8.10.0051

REQUERENTE: RAIMUNDA NONATA DOS SANTOS BRITO

ADVOGADO: ADALBERTO BEZERRA DE SOUSA FILHO OAB/MA 6.947

REQUERIDO: PRECOLANDIA COMERCIAL LTDA

ADVOGADO: CLAUDECY NUNES SILVA OAB/MA 7.623

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDEBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E TUTELA ANTECIPADA 1145-77.2010.8.10.0051

REQUERENTE: PEDRO RODRIGUES VIANA

ADVOGADO: OTONIEL DOS SANTOS REGADAS DE CARVALHO OAB/MA 8.740

REQUERIDO: BANCO ITAUCARD S/A

ADVOGADO: FERNANDO MORENO ROSA OAB/SP 244.315

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: DECLARATÓRIA DE INEXISTENCIA DE RELAÇÃO JURIDICA C/C RESPONSABILIDADE CIVIL C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E TUTELA ANTECIPADA 321-55.2009.8.10.0051

REQUERENTE: MARIA ANA DA CONCEIÇÃO ARAUJO

ADVOGADO: LUCIANA DE SOUZA CASTRO OAB/MA 4.326

REQUERIDO: BANCO BMB S/A

ADVOGADO: MARIA JOSE CARVALHO DE SOUSA MILHOMEM OAB/MA 7.572

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDEBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E TUTELA ANTECIPADA 580-50.2009.8.10.0051

REQUERENTE: ANTONIO ALVES DOS SANTOS

ADVOGADO: CLAUDECY NUNES SILVA OAB/MA 7.623

REQUERIDO: BANCO FINASA

ADVOGADO: RUBENS GASPAR SERRA OAB/SP 119.859

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: DECLARATÓRIA DE INEXISTENCIA DE RELAÇÃO JURIDICA C/C RESPONSABILIDADE CIVIL C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E TUTELA ANTECIPADA 1854-15.2010.8.10.0051

REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS DE ARAUJO REIS

ADVOGADO: FERNANDO DE FREITAS FORMIGA OAB/MA 8.495

REQUERIDO: BANCO VOTORANTINS

ADVOGADO: MARCELO AUGUSTO DE SOUZA OAB/SP 196.847

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E ESTÉTICOS 1907-93.2010.8.10.0051

REQUERENTE: SONIA MARIA DE SOUZA, VALMICLEIA ALMEIDA DE SOUSA

ADVOGADO: FERNANDO ANTONIO COSTA POLARY OAB/MA 5.605

REQUERIDO: ROBSON

ADVOGADO: EDNILTON MOREIRA LIMA OAB/MA 10.060

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: DECLARATORIA DE INEXISTENCIA DE DEBITO COM DANOS MORAIS (COM PEDIDO DE MEDIDA LIMINAR) 779-38.2010.8.10.0051

REQUERENTE: WERCELY OLIVEIRA CAMPOS

ADVOGADO: ADALBERTO BEZERRA DE SOUSA FILHO OAB/MA 6.947

REQUERIDO: LOJAS RIACHUELO S/A

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: DPVAT 71-83.2006.8.10.0051

REQUERENTE: ANTONIO PEREIRA SILVA

ADVOGADO: ADSON BRUNO BATALLA DO NASCIMENTO OAB/MA 6.906

REQUERIDO: UNIBANCO AIR SEGUROS

ADVOGADO: ALESSANDRO MAGNO DE SANTIAGO FERREIRA OAB/PI 2.961

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS (COM PEDIDO DE MEDIDA LIMINAR) C/C AÇÃO COMINATORIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER 236-38.2009.8.10.0051**REQUERENTE:** WERCELY OLIVEIRA CAMPOS**ADVOGADO:** ADALBERTO BEZERRA DE SOUSA FILHO OAB/MA 6.947**REQUERIDO:** LG ELETRONICS**ADVOGADO:** REINALDO PIZOLIO JUNIOR OAB/SP 122.383, EDUARDO SILVA FERNANDES OAB/MA 7.273**DESPACHO:** Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.**AÇÃO: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS 1501-65.2009.8.10.0051****REQUERENTE:** ROSILEIDE PEREIRA DE MEDEIROS**ADVOGADO:** OTONIEL DOS SANTOS REGADAS DE CARVALHO OAB/MA 8.740**REQUERIDO:** SONY ERICSSON, TIM COLEGIAL**DESPACHO:** Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.**AÇÃO: DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS 349-16.2008.8.10.0051****REQUERENTE:** RICARDO CHAVES DA SILVA**ADVOGADO:** OTONIEL DOS SANTOS REGADAS DE CARVALHO OAB/MA 8.740**REQUERIDO:** CELULAR & CIA, DIGITAL SERVICE COMERCIO E SERVIÇOS DE ELETRONICOS, LG ELETRONICS DA AMAZONIA LTDA**ADVOGADO:** MARCELO RAYES OAB/SP 141.541**DESPACHO:** Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.**AÇÃO: COBRANÇA 1544-02.2009.8.10.0051****REQUERENTE:** DINART NUNES DE SOUSA**ADVOGADO:** LEONARDO NASCIMENTO JACOME OAB/MA 7.902**REQUERIDO:** COMPRA PREMIADA ELETROBENS**ADVOGADO:** DIANA CARNEIRO ELOI OAB/MA 7.622**DESPACHO:** Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.**AÇÃO: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS (COM PEDIDO DE CONCESSÃO DE LIMINAR E QUITAÇÃO DE DEBITOS) C/C AÇÃO COMINATORIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER 251-65.2007.8.10.0051****REQUERENTE:** ROBSON RIOS PORTELA**ADVOGADO:** FERNANDO ANTONIO COSTA POLARY OAB/MA 5.605**REQUERIDO:** CONSORCIO NACIONAL IMPERIAL LTDA**ADVOGADO:** JOSE TAVARES LEITE OAB/MA 5.092**DESPACHO:** Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.**AÇÃO: DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS 4463-68.2010.8.10.0051****REQUERENTE:** MAX PIERRE FERNANDES FERREIRA**ADVOGADO:** ADALBERTO BEZERRA DE SOUSA FILHO OAB/MA 6.947**REQUERIDO:** TIM CELULAR**ADVOGADO:** CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO OAB/MA 8.882-A**DESPACHO:** Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.**AÇÃO: DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS 253-98.2008.8.10.0051****REQUERENTE:** GILBERTO RODRIGUES LEITE**ADVOGADO:** EDUARDO SILVA FERNANDES OAB/MA 7.273**REQUERIDO:** JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO (GRAFICA ESCOLAR S/A)**ADVOGADO:** MARCELLO ABREU ITAPARY OAB/MA 4.040**DESPACHO:** Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.**AÇÃO: DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS 105-58.2006.8.10.0051****REQUERENTE:** ADALIA OLIVEIRA MACEDO**ADVOGADO:** ADALBERTO BEZERRA DE SOUSA FILHO OAB/MA 6.947**REQUERIDO:** BANCO ABN AMRO S/A**ADVOGADO:** MARCUS VINICIUS J. C. CORDES OAB/MA 7.240**DESPACHO:** Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.**AÇÃO: ORDINARIA DE INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS 333-62.2008.8.10.0051****REQUERENTE:** PEDRO ALVES ARAUJO**ADVOGADO:** JOSE LACERDA DE LIMA SOBRINHO OAB/MA 2.622**REQUERIDO:** BANCO BRADESCO S/A**ADVOGADO:** RHELMSON ATHAYDE ROCHA OAB/MA 5.936**DESPACHO:** Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.**AÇÃO: DECLARATORIA DE INEXISTENCIA DE DEBITO COM DANOS MORAIS (COM PEDIDO DE MEDIDA LIMINAR) 3104-83.2010.8.10.0051****REQUERENTE:** IDAIANA CRISTINA GADERA SOARES

ADVOGADO: SERGIO LUIS DA SILVA BENIGNO OAB/MA 9.086

REQUERIDO: J. L. SAMPAIO BATISTA-ME (ELETROMOVEIS)

ADVOGADO: BRUNO LEONARDO BRASIL LOPES OAB/MA 8.924

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS (PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA) 1088-16.2009.8.10.0051

REQUERENTE: TEREZINHA MARCIA FURTADO LEITE

REQUERIDO: POSITIVO INFORMATICA

ADVOGADO: RHELMSON ATHAYDE ROCHA OAB/MA 5.936, RODRIGO HENRIQUE COLNAGO OAB/SP 145.521

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS 3889-45.2010.8.10.0051

REQUERENTE: VENILCE TORRES E SILVA

ADVOGADO: OTONIEL DOS SANTOS REGADAS DE CARVALHO OAB/MA 8.740

REQUERIDO: SUBMARINO (B2W COMPANHIA GLOBAL DE VAREJO)

ADVOGADO: EDUARDO MELO CAVALCANTI SILVA OAB/PI 6.904

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: DECLARATORIA DE INEXISTENCIA DE DEBITO COM DANOS MORAIS (COM PEDIDO DE MEDIDA LIMINAR) 381-21.2008.8.10.0051

REQUERENTE: MARILENE DA SILVA SANTOS

ADVOGADO: FERNANDO ANTONIO COSTA POLARY OAB/MA 5.605

REQUERIDO: LOJAS RENNER S/A

ADVOGADO: JOANA D'ARC SILVA SANTIAGO RABELO OAB/MA 3.793

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: DECLARATÓRIA DE INEXISTENCIA DE RELAÇÃO JURIDICA C/C RESPONSABILIDADE CIVIL C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E TUTELA ANTECIPADA 546-75.2009.8.10.0051

REQUERENTE: ONESIO FERREIRA DOS ANJOS, ORLANDINO FERREIRA DOS SANTOS

ADVOGADO: LUCIANA DE SOUZA CASTRO OAB/MA 4.326

REQUERIDO: BANCO BMG S/A

ADVOGADO: TIAGO CARNEIRO LIMA OAB/PE 10.422

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: RESTITUIÇÃO DAS PARCELAS PAGAS 995-96.2010.8.10.0051

REQUERENTE: RAIMUNDO BATISTA SILVA

ADVOGADO: JOSE LACERDA DE LIMA SOBRINHO OAB/MA 2.622

REQUERIDO: COMPRA PREMIADA ELETROMAIS ELETROMIL

ADVOGADO: KATIA TEREZA DE CARVALHO PENHA OAB/MA 6.682

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS 875-53.2010.8.10.0051

REQUERENTE: JOSE PEREIRA FILHO

ADVOGADO: SERGIO LUIS DA SILVA BENIGNO OAB/MA 9.086

REQUERIDO: BANCO ITAU S/A

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: RESTITUIÇÃO DE CREDITO DAS PARCELAS PAGAS 994-14.2010.8.10.0051

REQUERENTE: RAIMUNDO BATISTA SILVA

ADVOGADO: JOSE LACERDA DE LIMA SOBRINHO OAB/MA 2.622

REQUERIDO: COMPRA PREMIADA ELETROMAIS ELETROMIL

ADVOGADO: KATIA TEREZA DE CARVALHO PENHA OAB/MA 6.682

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: DECLARATORIA DE INEXISTENCIA DE DEBITO COM DANOS MORAIS (COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA) 132-70.2008.8.10.0051

REQUERENTE: JOSIEL COSTA DA SILVA

ADVOGADO: FRANCISCO DAS CHAGAS QUEIROZ JUNIOR OAB/MA 7.980

REQUERIDO: HIPERCARD BANCO MULTIPLO S/A

ADVOGADO: ULISSES CESAR MARTINS DE SOUSA OAB/MA 4.462

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: RESTITUIÇÃO DE CREDITO DAS PARCELAS PAGAS 408-04.2008.8.10.0051

REQUERENTE: FRANCISCO DAS CHAGAS RABELO JUNIOR

ADVOGADO: JOSE LACERDA DE LIMA SOBRINHO OAB/MA 2.622

REQUERIDO: CONSORTE MOTOFACIL

ADVOGADO: HELVÉCIO FERNANDES DOS SANTOS FILHO OAB/MA 4.988

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: RESTITUIÇÃO DE CREDITO DAS PARCELAS PAGAS 304-12.2008.8.10.0051

REQUERENTE: OSMAR DE SOUSA LIMA

ADVOGADO: JOSE LACERDA DE LIMA SOBRINHO OAB/MA 2.622

REQUERIDO: CONSORTE MOTOFACIL

ADVOGADO: HELVÉCIO FERNANDES DOS SANTOS FILHO OAB/MA 4.988

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: DECLARATORIA DE INEXISTENCIA DE DEBITO COM REPETIÇÃO DE INDEBITO C/C DANOS MORAIS (COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA) 998-85.2009.8.10.0051

REQUERENTE: LINO MARQUES

ADVOGADO: FRANCISCO DAS CHAGAS QUEIROZ JUNIOR OAB/MA 7.980

REQUERIDO: BANCO PINE

ADVOGADO: JEFFERSON DIAS MICELI OAB/MA 4.462

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: RESTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS 399-15.2010.8.10.0051

REQUERENTE: ANTONIO DOS SANTOS JANUARIO

ADVOGADO: CLAUDECY NUNES SILVA OAB/MA 7.623

REQUERIDO: COMPRA PREMIADA ELETROMAIS ELETROMIL

ADVOGADO: KATIA TEREZA DE CARVALHO PENHA OAB/MA 6.682

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: RESTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS 853-92.2010.8.10.0051

REQUERENTE: RAIMUNDO ALVES DE SOUSA

ADVOGADO: EDVALDO DE SOUSA SANTOS OAB/MA 3.270

REQUERIDO: COMPRA PREMIADA ELETROMAIS ELETROMIL

ADVOGADO: KATIA TEREZA DE CARVALHO PENHA OAB/MA 6.682

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: RESTITUIÇÃO DE CREDITO DAS PARCELAS PAGAS 1136-18.2010.8.10.0051

REQUERENTE: VALDIR GUIMARAES SANTOS

ADVOGADO: JOSE LACERDA DE LIMA SOBRINHO OAB/MA 2.622

REQUERIDO: COMPRA PREMIADA ELETROBENS

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA 4090-37.2010.8.10.0051

REQUERENTE: FRANCISCO DA COSTA DOURADO

ADVOGADO: OTONIEL DOS SANTOS REGADAS DE CARVALHO OAB/MA 8.740

REQUERIDO: BANCO BRADESCO

ADVOGADO: RUBENS GASPAR SERRA OAB/SP 119.859

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: RESTITUIÇÃO PAGAMENTOS 1362-23.2010.8.10.0051

REQUERENTE: EDILZA LIMA DE ALENCAR

ADVOGADO: EDILZA LIMA DE ALENCAR

REQUERIDO: COMPRA PREMIADA ELETROBENS

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: DECLARATORIA DE INEXISTENCIA DE DEBITO COM DANOS MORAIS (COM PEDIDO DE MEDIDA LIMINAR) 1958-34.2008.8.10.0051

REQUERENTE: ANTONIO JOSE ALVES COSTA

ADVOGADO: FERNANDO ANTONIO COSTA POLARY OAB/MA 5.605

REQUERIDO: ARMAZEM NORDESTE

ADVOGADO: ARISTEU RODRIGUES NUNES OAB/PI 3.892-B

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS 2349-59.2010.8.10.0051

REQUERENTE: JOSE MARIA RODRIGUES AMORIM

ADVOGADO: OTONIEL DOS SANTOS REGADAS DE CARVALHO OAB/MA 8.740

REQUERIDO: BV FINANCEIRA S/A

ADVOGADO: MARCELO AUGUSTO DE SOUZA OAB/SP 196.847

DESPACHO: Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

AÇÃO: COBRANÇA 1961-86.2008.8.10.0051**REQUERENTE:** S. M. DA SILVA FERREIRA - IDEAL TECIDOS**ADVOGADO:** FERNANDO ANTONIO COSTA POLARY OAB/MA 5.605**REQUERIDO:** JOAO FACUNDES DA COSTA NETO**DESPACHO:** Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.**AÇÃO: RECLAMAÇÃO 15-89.2002.8.10.0051****REQUERENTE:** ANTONIO RODRIGUES DA SILVA**ADVOGADO:** LUCIANA DE SOUZA CASTRO OAB/MA 4.326**REQUERIDO:** ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS**DESPACHO:** Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.**AÇÃO: RECLAMAÇÃO 270-10.2010.8.10.0051****REQUERENTE:** ELIENE RODRIGUES SILVA SOUSA**ADVOGADO:** JAMES ALBERT MAGALHÃES SANTOS OAB/MA 4.326**REQUERIDO:** CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA**ADVOGADO:** SILVIA VALERIA PINTO OAB/MS 7.069**DESPACHO:** Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.**AÇÃO: DECLARATORIA DE INEXISTENCIA DE DEBITO COM DANOS MORAIS (COM PEDIDO DE MEDIDA LIMINAR) 190-73.2008.8.10.0051****REQUERENTE:** MARIA FRANCISCA DE JESUS BRITO**ADVOGADO:** FERNANDO ANTONIO COSTA POLARY OAB/MA 5.605**REQUERIDO:** ITAPEVA MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITARIOS**ADVOGADO:** LUCIANA DE SOUZA CASTRO OAB/MA 4.326**DESPACHO:** Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.**AÇÃO: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS 249-34.2010.8.10.0051****REQUERENTE:** CARLOS QUADROS DE ABREU**ADVOGADO:** EDUARDO SILVA FERNANDES OAB/MA 7.273**REQUERIDO:** RIO POTY HOTEL SÃO LUIS LTDA**DESPACHO:** Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.**AÇÃO: ANULATORIA DE CONTRATO C/C DANOS MORAIS E MATERIAIS (COM PEDIDO DE MEDIDA LIMINAR) 2237-90.2010.8.10.0051****REQUERENTE:** JOSE PEREIRA DOS SANTOS**ADVOGADO:** SERGIO LUIS DA SILVA BENIGNO OAB/MA 9.086**REQUERIDO:** BANCO MORADA S/A**ADVOGADO:** ANDREA ORABONA ANGELICO MASSA OAB/SP 152.184**DESPACHO:** Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.**AÇÃO: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS C/ PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA 80-34.2010.8.10.0051****REQUERENTE:** ANTONIO RODRIGUES MARTINS**ADVOGADO:** EDVALDO DE SOUSA SANTOS OAB/MA 3.270**REQUERIDO:** BANCO MATONE**ADVOGADO:** FABIO GIL MOREIRA SANTIAGO OAB/BA 15.664**DESPACHO:** Intime-se o demandante para promover a execução no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Pedreiras (MA), 08 de novembro de 2010. Juiz Luiz Carlos Licar Pereira. Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Pedreiras.

Pedreiras, 09 de novembro de 2011.

Thaís Kelma Coelho Chaves

Secretaria Judicial do JECC desta Comarca

Assino de Ordem do MM. Juiz (Art. 225, VII, CPC).

Penalva**DESPACHO**

A Dra. Denise Pedrosa Torres, Juíza de Direito Titular da Comarca de Penalva, Estado do Maranhão na forma da lei, etc.

FAZ SABER a quantos o presente Despacho virem ou dele conhecimento tiverem, principalmente os advogados das partes requerente, Dra. ALBA MARIA DE SOUZA LIMA, OAB/MA nº. 1.052, Avenida Presidente Vargas, 800, Belém/PA, CEP: 66017-000, e requerida, Dr. SEBASTIÃO DA COSTA SAMPAIO NETO, OAB/MA nº. 3.792, Praça JJ Marques, n 220, Penalva/MA; que tramita neste juízo e Secretaria Judicial Ação de Execução - processo nº. 113-57.2003.8.10.0110, que tem como Requerente BANCO DA AMAZÔNIA S/A e Requerido DERZE RODRIGUES BARROS RIBEIRO. Tem por fim este despacho: Designar audiência de conciliação e saneamento, nos termos do art. 331 do CPC, para o dia 2 de fevereiro de 2012, às 15:30 h, na sala de audiências desta comarca. Caso não haja acordo, na própria audiência deverão ser decididas eventuais questões processuais pendentes, fixados os pontos controvertidos, devendo, ainda, as partes especificarem, de forma clara e objetiva, as provas que pretendem produzir e qual a sua finalidade. Penalva-MA, 4 de outubro de 2011. Denise Pedrosa Torres. Juíza de Direito.

DESPACHO

A Dra. Denise Pedrosa Torres, Juíza de Direito Titular da Comarca de Penalva, Estado do Maranhão na forma da lei, etc.

FAZ SABER a quantos o presente Despacho virem ou dele conhecimento tiverem, principalmente os advogados das partes requerente, Dr. LUÍS

FERNANDO PIRES, OAB/MA nº. 2.911, Avenida Colares Moreira, nº 100, Edifício Los Angeles, sala 221 – Bairro Renascença II – São Luís/MA, e requerida, Dr. ADONAE MARTINS MARQUES, OAB/MA nº. 4.062, Rua Josias Silva, 114 – Centro, CEP: 65.213-000, Penalva/MA; que tramita neste juízo e Secretaria Judicial Ação Interdito Proibitório - processo nº. 255-17.2010.8.10.0110, que tem como Requerente ORLANDO MENDES VELOSO e Requerido MARIA PADILHA PINHEIRO. Tem por fim este despacho: Designar audiência de conciliação e saneamento, nos termos do art. 331 do CPC, para o dia 08 de fevereiro de 2012, às 08:30 h, na sala de audiências desta comarca. Os advogados de ambas as partes deverão ser intimados via publicação do Diário de Justiça Eletrônico, ou pessoalmente na própria secretaria do Juízo. Caso não haja acordo, na própria audiência deverão ser decididas eventuais questões processuais pendentes, fixados os pontos controvertidos, devendo, ainda, as partes especificarem, de forma clara e objetiva, as provas que pretendem produzir e qual a sua finalidade. Penalva-MA, 4 de outubro de 2011. Denise Pedrosa Torres. Juíza de Direito.

DESPACHO

A Dra. Denise Pedrosa Torres, Juíza de Direito Titular da Comarca de Penalva, Estado do Maranhão na forma da lei, etc.

FAZ SABER a quantos o presente Despacho virem ou dele conhecimento tiverem, principalmente o advogados das partes requerente, Dr. RAFAEL DOS SANTOS BERMUDEZ, OAB/MA 7872, Av. Colares Moreira, 2, qd 1, sl 1102, Ed. Planta Tower, Renascença II, São Luís/MA, e requerida, Dr. IVALDO CASTELO BRANCO S. JUNIOR, OAB/MA 5727, Rua Godofredo Viana, 351, Centro Histórico, São Luís/MA, que tramita neste juízo e Secretaria Judicial, Ação de Busca e Apreensão - processo nº 286-71.2009.8.10.0110, que tem como requerente BANCO FINASA S/A, e requerido JOSÉ DOMINGOS MENDONÇA. Tem por fim este despacho: Designar audiência de conciliação e saneamento, nos termos do art. 331 do CPC, para o dia 8 de fevereiro de 2012, às 09:30h, na sala de audiências desta comarca. Caso não haja acordo, na própria audiência deverão ser decididas eventuais questões processuais pendentes, fixados os pontos controvertidos, devendo, ainda, as partes especificarem, de forma clara e objetiva, as provas que pretendem produzir e qual a sua finalidade. Penalva-MA, 04 de outubro de 2011. Denise Pedrosa Torres. Juíza de Direito Titular da Comarca de Penalva.

DESPACHO

A Dra. Denise Pedrosa Torres, Juíza de Direito Titular da Comarca de Penalva, Estado do Maranhão na forma da lei, etc.

FAZ SABER a quantos o presente Despacho virem ou dele conhecimento tiverem, principalmente o advogado da parte requerida, Dr. JOSÉ DA CONCEIÇÃO SOUZA GOMES, OAB/MA sob nº 5.066, com Escritório Profissional na Rua Osvaldo Cruz, nº 1.555, Edifício João Pessoa, 8º Andar, Salas 801/802, Canto da Fabril, Centro, São Luís/MA, CEP: 65.020-251; que tramita neste juízo e Secretaria Judicial Ação de Embargos à Execução - processo nº. 38-52.2002.8.10.0110, que tem como Requerente UNIÃO/FAZENDA NACIONAL. Tem por fim este despacho: Designar audiência de conciliação e saneamento, nos termos do art. 331 do CPC, para o dia 2 de fevereiro de 2012, às 15:00h, na sala de audiências desta comarca. Caso não haja acordo, na própria audiência deverão ser decididas eventuais questões processuais pendentes, fixados os pontos controvertidos, devendo, ainda, as partes especificarem, de forma clara e objetiva, as provas que pretendem produzir e qual a sua finalidade. Penalva-MA, 04 de outubro de 2011. Denise Pedrosa Torres. Juíza de Direito Titular da Comarca de Penalva.

DESPACHO

A Dra. Denise Pedrosa Torres, Juíza de Direito Titular da Comarca de Penalva, Estado do Maranhão na forma da lei, etc.

FAZ SABER a quantos o presente Despacho virem ou dele conhecimento tiverem, principalmente o requerido, Sr. JUCINALDO MARQUES PEREIRA; que tramita neste juízo e Secretaria Judicial Ação de Guarda - processo nº. 571-93.2011.8.10.0110, que tem como Requerente EDEILDO PINHEIRO SOUZA. Tem por fim este despacho: Citar o pai biológico do menor, o Sr. Jucinaldo Marques Pereira, para, querendo, contestar a ação no prazo de 15 dias; bem como designar audiência de instrução e julgamento, para o dia 6 de dezembro de 2011, às 14:45 h, na sala de audiências desta comarca. Penalva-MA, 25 de outubro de 2011. Clécia Pereira Monteiro. Juíza de Direito.

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A Dra. Íris Danielle de Araújo Santos, Juíza de Direito Titular da Comarca de Penalva, Estado do Maranhão na forma da lei, etc.

FAZ SABER a quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, principalmente o requerido JOSÉ ADALTO TEIXEIRA, atualmente em lugar incerto e não sabido, que tramita neste juízo e Secretaria Judicial, Ação Penal Pública - processo nº 473-16.2008.8.10.0110, que tem como acusados José Adalto Teixeira, Vilmar Silva Veiga, Raimundo Nonato Madeira Neves e Laerte Rodrigues Padilha. Tem por fim este edital INTIMAR, com prazo de 90 (noventa) dias, José Adalto Teixeira, para tomar conhecimento da sentença proferida nos autos acima mencionados: O Ministério Público, através de seu representante legal, ofereceu Denúncia em face de Vilmar Silva Veiga, Raimundo Nonato Madeira Neves, Laerte Rodrigues Padilha e José Adalto Teixeira. Com relação ao acusado José Adalto Teixeira, não existe provas suficientes para condenação, requerendo o MPE a absolvição dos mesmos. Alegações finais da defesa do referido acusado, requerem a absolvição por falta de provas. Assim, ABSOLVO o acusado José Adalto Teixeira, com fulcro no art. 386, V do CPP, pela suposta prática do delito previsto no artigo 155, §4º, inciso IV, do Código Penal, vez que nos autos não ficou caracterizada sua participação no crime de furto. Dado e passado nesta cidade de Penalva, Estado do Maranhão, aos 9 (nove) de novembro de 2011. Eu, _____, Marjorie C. Dantas Cunha da Silva de Brito, Auxiliar Judiciária, digitei e subscrevi.

Íris Danielle de Araújo Santos
Juíza de Direito Titular da Comarca

INTIMAÇÃO

A DRA. DENISE PEDROSA TORRES, Juíza de Direito Titular da Comarca de Penalva, Estado do Maranhão, na forma da lei, etc....

FAZ SABER a quantos virem ou dele conhecimento tiverem, principalmente os advogados **Dr. BRENO COSTA RIBEIRO, OAB/MA 9.360**, que tramita neste juízo e Secretaria Judicial **Ação de Responsabilidade Civil para Cancelamento de Débito com Indenização Por Danos Morais e Materiais com Pedido de Liminar - Processo nº. 9000143-55.2011.8.10.01**, que tem como requerente **MARIA DA CONCEIÇÃO MEIRELES SILVA e requerido BANCO BMG**. Tem por fim este edital de **INTIMAR** o advogado acima mencionado, para tomar conhecimento da decisão dos Embargos de Declaração a seguir transcrito: O autor opôs Embargos Declaratórios, a fim de sanar contradição constante da sentença de fls. 24/25. Passo a apreciar os pontos objeto dos embargos. No atinente à inépcia da petição inicial, verifico que tal alegação não pode prosperar, mormente em se cuidando de feito com trâmite perante os Juizados Especiais, tendo por norte os princípios da informalidade, simplicidade e celeridade. Aliás, a petição inicial embora redigida de forma simples, é de fácil entendimento, não obstando o direito de defesa do réu. Ressalto que a maior preocupação do operador do direito nos Juizados Especiais deve ser a matéria de fundo, a realização da Justiça de forma simples e objetiva. Indefiro a preliminar. No tocante à produção d prova técnica/pericial, realmente esta é desnecessária para o deslinde da questão. A ré possui o ônus de comprovar a origem do débito. Do que não logrou êxito. O contrato juntado não está assinado pela autora nem por pessoa por ela conhecida, até porque a autora é analfabeta. Quanto ao alegado litisconsórcio necessário, este não se sustenta. É que, aplicado o CDC ao caso vertente, tanto o banco como o correspondente bancário têm responsabilidade solidária no que se referem aos defeitos na prestação dos serviços, afinal eles são parceiros na realização do negócio. Assim, ao autor cabe se ajuíza demanda contra todos os prestadores ou contra um só. Assim, **acolho os embargos, para esclarecer os pontos acima mencionados mantendo a sentença recorrida em todos os seus termos.** Publique-se. Registre-se. Penalva(MA) 11 de outubro de 2011. Denise Pedrosa Torres- Juíza de Direito.. Dado e passado o presente edital nesta cidade e Comarca de Penalva, Estado do Maranhão, aos 09(nove) dias do mês de novembro de 2011. Eu _____ Conceição de Maria R. Medeiros, Técnica Judiciária, digitei e subscrevi.

Pindaré-Mirim**EDITAL DE INTIMAÇÃO**

PROCESSO Nº 190-91.2011.8.10.0108

AÇÃO: Reintegração/ Manutenção de Posse

REQUERENTE: GIOVANE DOS SANTOS CAMPOS

REQUERIDO: LUISEMBERGUE MARTINS DA SILVA

FINALIDADE: Intimar GIOVANE DOS SANTOS CAMPOS e o Dr. WELLINGTON FONTENELE CUNHA, LUISEMBERGUE MARTINS DA SILVA e o Dr. LUIS EDUARDO HOLANDA BRAUNA, para Audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 29/11/2011, às 15:00 horas, na sala de audiências do Fórum Desembargador Orestes Mourão.

Pindaré - Mirim/MA, 01 de Novembro de 2011.

LEONEIDE DELFINA BARROS AMORIM

Juíza de Direito

PROCESSO Nº 3-20.2010.8.10.0108**AÇÃO: JUSTIFICAÇÃO****REQUERENTE: VALDIZA DA CONCEIÇÃO DUARTE****ADVOGADO: AUGUSTO CARLOS COSTA**

Intimação da parte: AUGUSTO CARLOS COSTA, advogado, OAB/MA 5415/A, para comparecer à audiência de justificação designada para o dia 23/11/2011, às 14:00 horas, na sala de audiências do Fórum Desembargador Orestes Mourão.

Pindaré - Mirim/MA, 9 de Novembro de 2011

Dra. Leoneide Delfina Barros Amorim

Juíza de Direito Titular

PROCESSO Nº 539-94.2011.8.10.0108**AÇÃO: RETIFICAÇÃO****REQUERENTE: Raimundo Rodrigues****ADVOGADO: José Rori Júnior**

Intimação da parte: José Rori Júnior, advogado, OAB 4346-A/MA, para comparecer à audiência de justificação designada para o dia 23/11/2011 às 11:00 horas, na sala de audiências do Fórum Desembargador Orestes Mourão.

Pindaré - Mirim/MA, 09 de Novembro de 2011

Leoneide Delfina Barros Amorim

Juíza de Direito

PROCESSO Nº 671-88.2010.8.10.0108**AÇÃO: TUTELA****REQUERENTE: Lucilene de Jesus Barros Pinto****ADVOGADO: Marcos Antonio de Farias Gouveia****REQUERIDO: Huberlan Barros**

Intimação da parte: Marcos Antonio de Farias Gouveia, OAB 4702/MA, para comparecer à audiência de instrução e julgamento designada para o dia 13/12/2011 às 16:10 horas, na sala de audiências do Fórum Desembargador Orestes Mourão.

Pindaré - Mirim/MA, 09 de Novembro de 2011

Leoneide Delfina Barros Amorim

Juíza de Direito

PROCESSO Nº 827-42.2011.8.10.0108**AÇÃO: RETIFICAÇÃO****REQUERENTE: Zulmira Sousa****ADVOGADO: José Roriz Júnior**

Intimação da parte: José Roriz Júnior, advogado, OAB 4346-A/MA, para comparecer à audiência de justificação designada para o dia 23/11/2011 às 11:50 horas, na sala de audiências do Fórum Desembargador Orestes Mourão.

Pindaré - Mirim/MA, 09 de Novembro de 2011

Leoneide Delfina Barros Amorim

Juíza de Direito

PROCESSO Nº 843-30.2010.8.10.0108**AÇÃO: TUTELA****REQUERENTE: Raimunda Carneiro de Jesus****ADVOGADO: Ailton de Moraes Pessoa****REQUERIDO: Guilherme Carneiro Belfort**

Intimação da parte: Ailton de Moraes Pessoa, advogado, OAB 9712/MA, para comparecer à audiência de instrução e julgamento designada para o dia 13/12/2011 às 16:30 horas, na sala de audiências do Fórum Desembargador Orestes Mourão.

Pindaré - Mirim/MA, 09 de Novembro de 2011

Leoneide Delfina Barros Amorim

Juíza de Direito

Pinheiro

Primeira Vara de Pinheiro

Processo Nº 105-31.2001.8.10.0052

Requerente: EVANDRA MARIA MENEZES FERREIRA

Requerido: PREFEITO MUNICIPAL DE PINHEIRO

INTIMAÇÃO

Pelo presente, de ordem do Dr. Julio Cesar Lima Praseres - Juiz de Direito da 2ª vara da comarca de Pinheiro respondendo pela 1ª vara, fica intimado(a) o(a) advogado(a) GENIVAL ABRAO FERREIRA para esclarecer se ainda estão configurados os atos narrados como ilegais na petição inicial, bem como se ainda exerce sua atividade profissional no Povoado São Paulo da Chapada. Pinheiro 9 de novembro de 2011.

IOLANDA DOS SANTOS ALMEIDA

Secretária Judicia da 1ª Vara

Processo Nº 107-74.1996.8.10.0052

Processo Cível e do Trabalho | Processo de Conhecimento | Procedimento de Conhecimento | Procedimentos Especiais | Procedimentos Regidos Por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos | Mandado de Segurança

Requerente: MANOEL DA ASSENÇÃO ROCHA

Requerido: COMANDANTE GERAL DA POLICIA MILITAR DO MARANHÃO

Advogado: GENIVAL ABRÃO FERREIRA, OAB/MA 3755.

INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Pelo presente e de ordem do MM Juiz de Direito Anderson Sobral de Azevedo intimo o(a) advogado(a) GENIVAL ABRÃO FERREIRA, OAB/MA 3755, para tomar conhecimento do despacho proferido nos autos da ação acima mencionada, contendo o seguinte teor: "1. Intime-se a parte exequente acerca do Ofício de fls.69. 2. Após aguarde-se em cartório o cumprimento do precatório. 3. Cumpra-se."

IOLANDA DOS SANTOS ALMEIDA

Secretária Judicia da 1ª Vara

Processo Nº 127-36.1994.8.10.0052

Processo Cível e do Trabalho | Processo de Conhecimento | Procedimento de Conhecimento | Procedimentos Especiais | Procedimentos Regidos Por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos | Retificação Ou Suprimento Ou Restauração de Registro Civil

Requerente: CIRIACA CANDIDA PINHEIRO GOMES

Advogado: GILSON FREITAS MARQUES

INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

Pelo presente intimo o(a) advogado(a) GILSON FREITAS MARQUES, OAB/MA 2769 para tomar conhecimento da sentença proferida nos autos da ação acima mencionada, contendo o seguinte teor: "DEVIDO AO EXPOSTO, com arrimo no artigo 267, III, do Código de Processo Civil pátrio, JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito. Sem custas, diante da concessão da gratuidade da justiça. Após o trânsito em julgado desta decisão, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição e no registro. P. R. I. CUMpra-SE. Pinheiro, 30 de agosto de 2011. ANDERSON SOBRAL DE AZEVEDO, Juiz de Direito".

Processo Nº 1297-47.2011.8.10.0052

Processo Cível e do Trabalho | Processo de Conhecimento | Procedimento de Conhecimento | Procedimentos Especiais | Procedimentos Regidos Por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos | Retificação Ou Suprimento Ou Restauração de Registro Civil

Requerente: JOSÉ RAIMUNDO DOURADO

Advogado: ANTÔNIO SILVA ARAÚJO SOUSA JÚNIOR

INTIMAÇÃO PARA AUDIÊNCIA

Pelo presente e de ordem do MM Juiz de Direito Anderson Sobral de Azevedo, intimo o advogado ANTÔNIO SILVA ARAÚJO SOUSA JÚNIOR, OAB/MA 7.198, para comparecer, acompanhado de suas teestemunhas, à audiência de Retificação, designada para o dia 28/11/2011 Às 08:20 horas, nos autos da ação acima mencionada.

IOLANDA DOS SANTOS ALMEIDA

Secretária Judicia da 1ª Vara

Processo Nº 146-32.2000.8.10.0052

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

Requerente: BANCO BRADESCO S/A

Requerido: ALESSANDRA BOAS AMORIM

Advogado: GILSON FREITAS MARQUES

INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Pelo presente e de ordem do MM Juiz de Direito Anderson Sobral de Azevedo intimo o advogado GILSON FREITAS MARQUES, OAB/MA 2769, para tomar conhecimento do despacho proferido nos autos da ação acima mencionada, contendo o seguinte teor: "Intime-se o exequente para se manifestar sobre a certidão de fl. 18, indicando a localização de bens penhoráveis do devedor, no prazo de quinze dias."

IOLANDA DOS SANTOS ALMEIDA

Secretária Judicia da 1ª Vara

Processo Nº 1798-98.2011.8.10.0052

Processo Criminal | Execução Criminal | Execução da Pena

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO

Réu: EVALDO DINIZ LEITE

Advogado: JOSE ANTONIO RIBEIRO JUNIOR

INTIMAÇÃO PARA AUDIÊNCIA

Pelo presente fica o(a) advogado(a) JOSE ANTONIO RIBEIRO JUNIOR para comparecer, acompanhado de suas testemunhas, à audiência de Admonitória, designada para o dia 13/02/2012 às 16:25 horas, nos autos da ação acima mencionada. Pinheiro 9 de Novembro de 2011.

IOLANDA DOS SANTOS ALMEIDA

Secretária Judicia da 1ª Vara

Processo Nº 1804-42.2010.8.10.0052

Processo Cível e do Trabalho | Processo de Conhecimento | Procedimento de Conhecimento | Procedimento Ordinário

Requerente: VALMIR UMBELINO DE MORAES

Requerido: BANCO DO BRASIL S/A

INTIMAÇÃO PARA AUDIÊNCIA

Pelo presente, de ordem do Dr. Julio Cesar Lima Praseres - Juiz de Direito da 2ª vara da comarca de Pinheiro respondendo pela 1ª vara, ficam intimados(as) os(as) advogados(as) GENIVAL ABRAO FERREIRA e GIORISMAR MACHADO DOS SANTOS para comparecerem à audiência Preliminar, designada para o dia 24/01/2012 às 14:10 horas, nos autos da ação acima mencionada. Pinheiro 9 de novembro de 2011.

IOLANDA DOS SANTOS ALMEIDA

Secretária Judicia da 1ª Vara

Processo Nº 1905-16.2009.8.10.0052

Processo Cível e do Trabalho | Processo de Conhecimento | Procedimento de Conhecimento | Procedimento Ordinário

Requerente: VENILSE SILVA MADEIRA

Requerido: MUNICÍPIO DE PEDRO DE ROSÁRIO/MA

INTIMAÇÃO PARA AUDIÊNCIA

Pelo presente, de ordem do Dr. Julio Cesar Lima Praseres - Juiz de DireiTo da 2ª vara da Comarca dePinheiro, respondendo pela 1ª vara, ficam intimados(as) os(as) advogados(as) ELTON DINIZ PACHECO e MARCELO SERGIO DE OLIVEIRA para comparecerem, acompanhados de suas testemunhas, à audiência de Instrução e Julgamento, designada para o dia 05/03/2012 às 14:40 horas, nos autos da ação acima mencionada. Pinheiro 9 de Novembro de 2011.

IOLANDA DOS SANTOS ALMEIDA

Secretária Judicia da 1ª Vara

Processo Nº 27-85.2011.8.10.0052

Processo Cível e do Trabalho | Processo de Conhecimento | Procedimento de Conhecimento | Procedimento Ordinário

Requerente: WILSON COSTA MARTINS

Requerido: MUNICIPIO DE PINHEIRO - MA

Advogado: GENIVAL ABRÃO FERREIRA

INTIMAÇÃO PARA AUDIÊNCIA

Pelo presente e de ordem do MM Juiz de Direito Anderson Sobral de Azevedo intimo o advogado GENIVAL ABRÃO FERREIRA, OAB/MA 3755, para comparecer na audiência PRELIMINAR, designada para o dia 24/01/2012 Às 14:20 horas, nos autos da ação acima mencionada.

IOLANDA DOS SANTOS ALMEIDA

Secretária Judicia da 1ª Vara

Processo Nº 356-15.2002.8.10.0052

Reintegração de Posse

Requerente: JOSE RAIMUNDO SOARES

Advogado: JOÃO JOSÉ DA SILVA

Requerido: JOAO BATISTA DOS SANTOS RAMOS

INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

Pelo presente e de ordem do MM Juiz de Direito Anderson Sobral de Azevedo intimo o(a) advogado(a) JOÃO JOSÉ DA SILVA, OAB/MA 5416, para tomar conhecimento da sentença proferida nos autos da ação acima mencionada, contendo o seguinte teor:"DEVIDO O EXPOSTO, com base na fundamentação supra e em harmonia com o parecer ministerial, JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, na forma do art. 267, VI, do CPC. Sem custas em face do benefício da gratuidade da justiça. Sem honorários advocatícios em face do benefício da justiça gratuita. Publicada e intimados os presentes em audiência. Após o trânsito em julgado, arquivem-se com baixa na distribuição e registro.".

IOLANDA DOS SANTOS ALMEIDA

Secretária Judicia da 1ª Vara

Processo Nº 406-65.2007.8.10.0052

AÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Requerente: REGINALDO DOS SANTOS MELLO

Advogado: GENIVAL ABRÃO FERREIRA

Requerido: INSS

INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Pelo presente e de ordem do MM Juiz de Direito Anderson Sobral de Azevedo, intimo o advogado GENIVAL ABRÃO FERREIRA, OAB/MA 3755, para tomar conhecimento do despacho de fls. 175, proferido nos autos da ação acima mencionada, contendo o seguinte teor:"Intimem-se as partes, por seus advogados, para apresentarem alegações finais sucessivas no prazo de dez dias, esclarecendo e comprovando documentalmente os fatos da causa, em especial se houve de fato a concessão administrativa do benefício e a partir de que momento".

IOLANDA DOS SANTOS ALMEIDA

Secretária Judicia da 1ª Vara

Processo Nº 576-95.2011.8.10.0052

Processo Criminal | Procedimentos Investigatórios | Inquérito Policial

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Acusado: MÁRCIO MURILO SOUZA PRIVADO

Advogado: ANA LÚCIA DE SOUSA ARAÚJO

INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Pelo presente e de ordem do MM Juiz de Direito Anderson Sobral de Azevedo, intimo a advogada ANA LÚCIA DE SOUSA ARAÚJO, OAB/MA 3820 para tomar conhecimento de sua nomeação como defensor dativo do (a) acusado (a) supra mencionado (a), para acompanhá-lo (la) em todos os atos processuais em face da ausência de defensor público nesta comarca, bem como para apresentar resposta escrita à acusação no prazo de 10 (dez) dias.

IOLANDA DOS SANTOS ALMEIDA

Secretária Judicia da 1ª Vara

Processo Nº 685-12.2011.8.10.0052

Processo Cível e do Trabalho | Processo Cautelar | Cautelar Inominada

Requerente: JOSE ORLANDO SILVA PEREIRA

Requerido: HILTON BERTO TORRES MARTINS - PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA CAMARA DE VEREADORES DE PRESIDENTE SARNEY/MA
INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Pelo presente e de ordem do MM Juiz de Direito Julio cesar Lima Praseres intimo os(as) advogados(as) FREDERICO CARNEIRO FONTELES e PENALDON JORGE RIBEIRO MOREIRA para tomarem conhecimento do despacho proferido nos autos da ação acima mencionada, contendo o seguinte teor: "Analisando os termos da petição de fls. 489, 492/496, entendo por indeferir os pleitos ali consignados tendo em vista as informações prestadas às fls. 477/478, ressalvada a possibilidade de nova requisição por parte do Excelentíssimo Desembargador Relator. Intimem-se Pinheiro, 03 de novembro de 2011. JÚLIO CÉSAR LIMA PRASERES Juiz de Direito da 2ª Vara, respondendo pela 1ª Vara".

IOLANDA DOS SANTOS ALMEIDA

Secretária Judicia da 1ª Vara

Processo Nº 95-84.2001.8.10.0052

Requerente: MUNICÍPIO DE PINHEIRO

Requerido: JOSE GENESIO MENDES SOARES e ACHILLES CÂMARA RIBEIRO
INTIMAÇÃO PARA AUDIÊNCIA

Pelo presente, de ordem do Dr. Julio Cesar Lima Praseres - Juiz de Direito da 2ª vara da comarca de Pinheiro respondendo pela 1ª vara, ficam intimados(as) os(as) advogados(as) JAO JOSE DA SILVA e EDUARDOAIRES CASTRO para comparecerem à audiência Preliminar, designada para o dia 05/03/2012 às 14:20 horas, nos autos da ação acima mencionada. Pinheiro 9 de Novembro de 2011.

IOLANDA DOS SANTOS ALMEIDA

Secretária Judicia da 1ª Vara

Segunda Vara de Pinheiro

EDITAL DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº: 2133-88.2009.8.10.0052

DENOMINAÇÃO: Processo Cível e do Trabalho | Processo de Conhecimento | Procedimento de Conhecimento | Procedimentos Especiais | Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária | Tutela e Curatela - Nomeação

PARTE(S) REQUERENTE(S): MARIA SILVA DA LUZ

INTERDITANDO(A): HEDIBERTO DA LUZ JUNIOR

O Doutor Júlio César Lima Praseres, MM Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Pinheiro, na forma da lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem e dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria Judicial se processam os termos da ação acima mencionada, sendo o presente para torna público o que consta do teor da SENTENÇA a seguir transcrita: "(...) **Isto posto, com fundamento no art. 1.767, I, do Código Civil, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO DE INTERDIÇÃO DE HEDIBERTO DA LUZ JÚNIOR, a quem reconheço a incapacidade absoluta para o exercício dos atos da vida civil, e nomeio-lhe curadora MARIA SILVA DA LUZ. Lavre-se termo de compromisso de curatela fazendo-se constar que a curadora não poderá alienar ou onerar, sem prévia autorização judicial, quaisquer bens eventualmente pertencentes ao interditado, tampouco utilizar os valores que vierem a ser recebidos do ente previdenciário para outros fins que não a saúde, a alimentação e o bem-estar deste. Determino, ainda, que a curadora preste contas no final de cada dois anos, conforme estatuído no art. 1.757, parágrafo único, c/c o art. 1.774 do Código Civil. Intime-se o(a) curador(a) nomeado(a) para prestar compromisso no prazo de 5 (cinco) dias. Em obediência ao disposto no art. 1.184 do Código de Processo Civil, inscreva-se a presente sentença no Registro Civil de Pessoas Naturais e publique-se na imprensa local e no Órgão Oficial por 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. Após o trânsito em julgado, oficie-se à Justiça Eleitoral, expeça-se mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil pertinente e archive-se, com baixa na distribuição. Sem custas. Registre-se. Intimem-se. Pinheiro/MA, 17 de junho de 2011. JUIZ JÚLIO CÉSAR LIMA PRASERES, Titular da 2ª Vara da comarca de Pinheiro/MA**". E para que chegue ao conhecimento de todos, foi expedido o presente Edital que será publicado no Diário Oficial por 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma da lei. Dado e passado o presente nesta Secretaria Judicial, nesta cidade de Pinheiro, Estado do Maranhão, 17 (dezesete) de Outubro de 2011. Eu, Jusa Pacheco Dias, Técnica Judiciária, o digitei.

Juiz Júlio César Lima Praseres

Titular da 2ª Vara

EDITAL DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO

REG. DISTRIBUIÇÃO Nº: 763-06.2011.8.10.0052

DENOMINAÇÃO: Processo Cível e do Trabalho | Processo Cautelar | Outras Medidas Provisionais

PARTE(S) REQUERENTE(S): MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL, MARILEIA GUTERRES VIEGAS

INTERDITANDO(A): DEUSEDIT GUTERRES VIEGAS

O Doutor Júlio César Lima Praseres, MM Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Pinheiro, na forma da lei, etc.

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem e dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria Judicial se processam os termos da ação acima mencionada, sendo o presente para torna público o que consta do teor da SENTENÇA a seguir transcrita: "(...) **Diante do Exposto, com fundamento no art. 269, I do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido de substituição formulado na inicial, decretando a rescisão da curadoria deferida à RAIMUNDO GUTERRES VIEGAS em relação à DEUSEDIT GUTERRES VIEGAS, que por força desta sentença, passa à responsabilidade legal de sua sobrinha a Sra. MARILEIA GUTERRES VIEGAS, brasileira, solteira, estudante, identidade número 18394152001-4, cpf nº 008485983-00, residente e domiciliada à Rua Antônio Bayma, 38 - Alcântara, Pinheiro/MA, que doravante passará a exercer o encargo legal de Curador. A sentença produz efeito desde logo, embora sujeita à apelação. Sem custas pelo deferimento da assistência judiciária. Publicada em audiência, dando por intimados os presentes. Publique-se o edital no DOE, por três vezes. Inscreva-se a sentença no registro civil nº 26631 do livro 93, fls. 161 do Cartório de registro civil deste Município. Tome-se-lhe o compromisso (art. 1187, I, do CPC) e após os tramites em julgado arquivem-se os autos, com baixa na distribuição (...)**". E para que chegue ao conhecimento de todos, foi expedido o presente Edital que será publicado no Diário Oficial por 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, na forma da lei. Dado e passado o presente nesta Secretaria Judicial, nesta cidade de Pinheiro, Estado do Maranhão, 17 (dezesete) de Outubro de 2011. Eu, Jusa Pacheco Dias, Técnica Judiciária, o digitei.

Juiz Júlio César Lima Praseres

Titular da 2ª Vara

Processo: 1019-85.2007.8.10.0052

Ação: Penal Pública

Autor: Ministério Público Estadual

Réu: **ELIEZER MENDES, VULGO NENÉM, JOEL MARTINS, VULGO "MATA GATO"**Advogado: **EVANDRO COSTA PEREIRA, OAB/MA 9172**

INTIMAÇÃO da parte requerida, através de seu advogado acima mencionado, para tomar conhecimento da SENTENÇA de fls. 167/168, nos termos a seguir: Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a denúncia para o fim de ABSOLVER os réus ELIEZER MENDES, VULGO "NENEM" E JOEL MARTINS, VULGO "MATA GATO", das imputações previstas no art. 155, § 4º, IV do Código Penal e declaro extinta a punibilidade do crime de ameaça a eles imputado, nos termos do art. 107, VI do CPB. Após o trânsito em julgado, archive-se. Dê-se baixa. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Pinheiro/MA, 14 de outubro de 2011. JUÍZA LEWMAN DE MOURA SILVA, Titular da 7ª Vara de Timon, auxiliando na comarca de Pinheiro/MA, Portaria da CGJ 38822011

Pinheiro/MA, 8 (oito) de Novembro de 2011.

Rosineude dos Santos Monteiro
Secretária Judicial**De ordem do Juiz Júlio César Lima Praseres**, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento 001/2007, CGJ/MA.**Processo nº 1100-92.2011.8.10.0052**

Ação: Processo Cível e do Trabalho | Processo de Conhecimento | Procedimento de Conhecimento | Procedimento Ordinário

Requerente/Autor(a): **MARTINHA SILVA RODRIGUES**Advogado(a) do Requerente/Autor(a): **RANUFO GOMES, OAB/MA 2994**Requerido(a): **MARIA JOANA PIMENTA BARROS**

FINALIDADE: INTIMAÇÃO DA(S) PARTE(S) ACIMA MENCIONADA(S) por meio de seu(s) advogado(s), bem como a INTIMAÇÃO DO(AS) ADVOGADO(AS) acima mencionado(as), para comparecer(em) na audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento **designada para o dia 29/11/2011 Às 15:30 horas**, na sala de audiência deste juízo.

Pinheiro/MA, 8 (oito) de Novembro de 2011.

Juiz Júlio César Lima Praseres

Titular da 2ª Vara

Processo nº 1151-06.2011.8.10.0052

Ação: Processo Cível | Procedimento Ordinário

Requerente/Autor(a): **T DE A. LIMA (TIM PINHEIRO-MA)**Advogado(a) do Requerente/Autor(a): **EMERSON SOARES CORDEIRO, OAB/MA 7686**Requerido(a): **ALLIED ADVANCED TECHNOLOGIES LTDA**

FINALIDADE: VISTA À PARTE AUTORA, conforme provimento 001/2007, na pessoa de seu advogado/representante legal para se manifestar sobre a contestação no **prazo de 10 (dez) dias**.

Pinheiro/MA, 8 (oito) de Novembro de 2011.

Juiz Júlio César Lima Praseres

Titular da 2ª Vara

Processo: 1348-58.2011.8.10.0052

Ação: Procedimentos Especiais | Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa | Reintegração / Manutenção de Posse

Requerente: **BRADESCO LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL**Advogada: **SUELEN GONÇAVES BIRINO, OAB/MA 8544**Requerido: **C DE J MARTINS DOS SANTOS**

INTIMAÇÃO da parte requerente, através de sua advogada acima mencionada, para tomar conhecimento despacho/decisão de fls. 28/29, nos termos a seguir: "Diante do exposto, nos termos do artigo 926 e seguintes do Código de Processo Civil, DEFIRO o pedido liminar de reintegração da posse em favor do autor BRADESCO LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL do veículo marca VOLKSWAGEM - W/23.210 MOTOR CUMMUNS - 220/2002 - BRANCA - HPE0710 - 9BW1K82TX2R219590, que se encontra em poder do requerido C DE J MARTINS DOS SANTOS, ou com quem e onde possa ser encontrado. Expeça-se o respectivo mandado. Após o cumprimento, cite-se o requerido para, querendo, contestar no prazo de 15 (quinze) dias. Intimem-se". Pinheiro/MA, 31 de agosto de 2011. JUIZ JÚLIO CÉSAR LIMA PRASERES, Titular da 2ª Vara. Eu, Jorge Luis Moura Tavares, digitei e Rosineude dos Santos Monteiro, Secretária Judicial, o assina, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento 001/2007, CGJ/MA.

Processo: 1428-22.2011.8.10.0052Ação: **Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária**Requerente: **MULTIMARCAS ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA**Advogado: **SARA FERREIRA COSTA, OAB/MA 9.780**Requerido: **MARIA DO ROSARIO MINEIRO MARTINS**

INTIMAÇÃO da parte requerente, através de sua advogada acima mencionada, para tomar conhecimento das decisão de fls. 33/34, nos termos a seguir: ..." DEFIRO a busca e apreensão do veículo MARCA MOTO HONDA NXR 125 BROS, PRETA, 2007/2007, PLACA NHC3960, CHASSI 9C2KD03307R027954, devendo o bem ser depositado em favor do demandante. Expeça-se o respectivo mandado de busca e apreensão com as seguintes advertências: a) cinco dias após executada a liminar, consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do requerente; b) no mesmo prazo de cinco dias, a requerida poderá pagar a integralidade da dívida pendente, desde a vencida, incluindo as que se venceram até o presente momento, hipótese na qual o bem não lhe será retirado ou, se já houver sido apreendido, ser-lhe-á restituído livre do ônus; c) a requerida poderá apresentar resposta no prazo de quinze dias contados da apreensão do bem, servindo o mandado de busca e apreensão também como mandado de citação, mesmo que tenha pago a dívida, nos termos do item b acima, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição. Intimem-se. **Pinheiro/MA, 01 de setembro de 2011. JUIZ JÚLIO CÉSAR LIMA PRASERES, Titular da 2ª Vara.** Eu, Jorge Luis Moura Tavares, digitei, e Rosineude dos Santos Monteiro, Secretária Judicial, assina, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento 001/2007, CGJ/MA.

Processo nº 1541-73.2011.8.10.0052

Ação: Cível / Procedimento Ordinário

Requerente/Autor(a): **ITEVALDO PEREIRA SOARES, MARIA CONCILIA FURTADO SOARES**Advogado(a) do Requerente/Autor(a): **EMERSON SOARES CORDEIRO, OAB/MA 7686**Requerido(a): **DORACY SILVA**

Advogado(a) do Requerido(a): ANA LUCIA DE SOUSA ARAUJO, OAB/MA 3820

FINALIDADE: INTIMAÇÃO DA(S) PARTE(S) ACIMA MENCIONADA(S) por meio de seu(s) advogado(s), bem como a INTIMAÇÃO DO(AS) ADVOGADO(AS) acima mencionado(as), para comparecer(em) na audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento designada para o dia 30/11/2011 Às 14:30 horas, na sala de audiência deste juízo.

Pinheiro/MA, 8 (oito) de Novembro de 2011.

Juiz Júlio César Lima Praseres

Titular da 2ª Vara

Processo: **1546-95.2011.8.10.0052**

Ação: **Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária**

Requerente: **BV FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**

Advogado: **RAFAEL PORDEUS COSTA LIMA FILHO, OAB/CE 3.432**

Requerida: **MARIA ZELINDA SILVA AMARAL**

INTIMAÇÃO da parte requerente, através de seu **advogado acima mencionado**, para tomar conhecimento da decisão de fls. 23/24, nos termos a seguir: "...Posto isto, DEFIRO a busca e apreensão do veículo CARRO, MARCA CHEVROLET, CORSA CLASSIC, ANO FAB 2002/2003, COR PRETA, PLACA NPO 2763, CHASSI 9BGSB19X03B140318, devendo o bem ser depositado em favor do demandante. Expeça-se o respectivo mandado de busca e apreensão com as seguintes advertências: a) cinco dias após executada a liminar, consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do requerente; b) no mesmo prazo de cinco dias, o requerido poderá pagar a integralidade da dívida pendente, incluindo as que se venceram até o presente momento, hipótese na qual o bem não lhe será retirado ou, se já houver sido apreendido, ser-lhe-á restituído livre do ônus; c) o requerido poderá apresentar resposta no prazo de quinze dias contados da apreensão do bem, servindo o mandado de busca e apreensão também como mandado de citação, mesmo que tenha pago a dívida, nos termos do item b acima, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição. Intimem-se. Pinheiro/MA, 15 de setembro de 2011. JUIZ JÚLIO CÉSAR LIMA PRASERES, Titular da 2ª Vara. Eu, Jorge Luis Moura Tavares, digitei, e Rosineude dos Santos Monteiro, Secretária Judicial, assina, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento 001/2007, CGJ/MA.

Processo: **1738-28.2011.8.10.0052**

Ação: **Jurisdição Contenciosa | Consignação em Pagamento**

Requerente: **VALDEMIR SILVA CASTRO**

Advogado: **DIOGO DUAILIBE FURTADO, OAB/MA 9147**

Requerido: **BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A**

Advogado: Não consta nos autos

INTIMAÇÃO da parte requerente, através de seu **advogado acima mencionado**, para tomar conhecimento da decisão de fls. 34, nos termos a seguir: "Considerando a natureza do pedido, DEFIRO o beneplácito da assistência Judiciária, tão somente para viabilizar a angularização da relação processual, advertindo a parte autora de que poderá suportar os ônus processuais ao final da demanda se julgado improcedente o pleito. Tratando-se de relação contratual abrangida no direito consumerista e, considerando a possibilidade de a parte autora não dispor do instrumento contratual que viabilize a apreciação do pleito revisional e ou sua resistência, com fundamento nos arts. 4º, I e 6º, VIII da Lei 8.078/90, DECRETO A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA nesse particular. À mingua de prova inequívoca do direito vindicado e por não estar convencionado da verossimilhança das alegações insertas na inicial, INDEFIRO a tutela antecipatória pretendida pela autora, determinando a empresa que apresente neste Juízo, no prazo da contestação, o instrumento do contrato firmado com a requerente. Cite-se/Intime-se a empresa requerida para os fins de tomar conhecimento da ação e decisão, conferindo-lhe o prazo de 15(quinze) dias para ofertar a contestação que tiver, devidamente advertida das penas do art. 285 e 319 do CPC. Pinheiro/MA, 31 de outubro de 2011. JUIZ JÚLIO CÉSAR LIMA PRASERES, Titular da 2ª Vara da. Pinheiro/MA, 7 (sete) de Novembro de 2011

Juiz Júlio César Lima Praseres

Titular da 2ª Vara

Processo: **174-48.2010.8.10.0052**

Ação: **Penal Pública**

Autor: **Ministério Público Estadual**

Réu: **RAIMUNDO EVANDRO RIBEIRO**

Advogado: **CARLOS EDUARDO DUARTE NOGUEIRA, OAB/MA 9894**

INTIMAÇÃO do advogado acima mencionado, para tomar conhecimento da SENTENÇA de fls. 99/102, nos termos a seguir: "...Fixo a PENA DEFINITIVA em 02 (dois) anos de reclusão, a serem cumpridos inicialmente em regime aberto 10 (dez) dias-multa. Da substituição da pena privativa de liberdade. Nos termos do art. 44 do Código Penal, verifico que o caso se adequa aos requisitos daquela norma penal não incriminadora, razão pela qual, atendendo às especificidades do caso, substituo a pena privativa de liberdade por prestação de serviços à comunidade. Portanto, com fundamento no art. 149 da Lei 7.210/84, o condenado deverá prestar serviços de acordo com sua aptidão no Colégio José Gabriel Ferreira, localizado no Povoado Boa União, neste Município, sob a direta fiscalização da direção da referida instituição escolar, com a comunicação nos autos da frequência e efetivo trabalho, pelo período correspondente a 08 (oito) horas semanais. O prazo da pena ora substituída será o mesmo da pena aplicada, ou seja, 02 (dois) anos, sem prejuízo da multa aplicada. A multa deve ser calculada com base em 1/30 do salário mínimo vigente à época do fato, atento à situação econômica do réu, devendo ser recolhida nos termos previstos no art. 50 do Código Penal, sob pena de, por inadimplemento, ser considerada dívida de valor. O quantum deverá ser devidamente atualizado por ocasião da execução (art. 49, § 2º, Código Penal). Cabe ressaltar que o descumprimento da pena restritiva de direitos importa em conversão desta em privativa de liberdade nos termos desta sentença do art. 44, § 4º, do Código Penal. Com o trânsito em julgado da sentença: 1. ficle-se ao TRE-MA, comunicando a condenação, para os fins de suspensão dos direitos políticos; 2. lance-se o nome do réu no rol dos culpados; 3. expeça-se Carta de Execução Provisória e encaminhem-se à vara competente; 4. Oficie-se à Direção do Colégio José Gabriel Ferreira, localizado no Povoado Boa União, para cumprimento da pena aplicada; 5. Por fim, proceda-se às anotações necessárias na distribuição. Custas da lei. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Pinheiro/MA, 13 de outubro de 2011. Juíza ROSA MARIA DA SILVA DUARTE Titular da 3ª Vara da Comarca de Timon/MA, auxiliando conforme Portaria da CGJ nº38822011

Pinheiro/MA, aos 8 (oito) de Novembro de 2011.

Rosineude dos Santos Monteiro

Secretária Judicial

De ordem do Juiz Júlio César Lima Praseres, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento 001/2007, CGJ/MA.

Processo: **177-37.2009.8.10.0052**

Ação: **Procedimento de Conhecimento | Procedimentos Especiais | Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa | Reintegração / Manutenção de Posse**

Requerente: **BANCO GMAC S/A**Advogado: **ROSÂNGELA DE FÁTIMA ARAÚJO GOULART, OAB/MA 2.728**Requerido: **MARIA DO LIVRAMENTO MARQUES DO ROSÁRIO**

INTIMAÇÃO da parte requerente, através de sua **advogada acima mencionada**, para tomar conhecimento despacho de fls. 34, nos termos a seguir: "Recebi Hoje. Intime-se a parte autora, através de seu Advogado, para se manifestar acerca da certidão negativa do oficial de Justiça, no prazo de quarenta e oito (48) horas, sob pena de extinção." Pinheiro/MA, 30/09/2011. Juiz Júlio César Lima Prases, Titular da 2ª Vara. **CERTIDÃO DO OFICIAL**: Certifico, para os devidos fins de direito, estar de posse do referido mandado desde 05/05/2009, e até a presente data não compareceu nenhum representante da empresa autora para acompanhar a diligência, sendo indispensável sua presença, em virtude de nesta comarca não dispormos de depósito judicial. Assim, devolvo o presente mandado, para os devidos fins. Pinheiro/MA 04/08/2011, Alan Kardec Moraes Araújo, Oficial de Justiça.

Pinheiro/MA, 9 (nove) de Novembro de 2011
Juiz Júlio César Lima Prases
Titular da 2ª Vara

Processo: **1773-85.2011.8.10.0052**Ação: **Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa | Consignação em Pagamento**Requerente: **IVAN DOS SANTOS MORAES**Advogado: **DIOGO DUAILIBE FURTADO, OAB/MA 9147**Requerido: **BANCO BV FINANCEIRA S/A. CREDITO. FINANCIAMENTO**

INTIMAÇÃO da parte REQUERENTE, através de seu advogado acima mencionado, para tomar conhecimento despacho/decisão de fls. 39, nos termos a seguir: "Considerando a natureza do pedido, DEFIRO o beneplácito da assistência Judiciária, tão somente para viabilizar a angularização da relação processual, advertindo a parte autora de que poderá suportar os ônus processuais ao final da demanda se julgado improcedente o pleito. Tratando-se de relação contratual abrangida no direito consumerista e, considerando a possibilidade de a parte autora não dispor do instrumento contratual que viabilize a apreciação do pleito revisional e ou sua resistência, com fundamento nos arts. 4º, I e 6º, VIII da Lei 8.078/90, DECRETO A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA nesse particular. À míngua de prova inequívoca do direito vindicado e por não estar convencionado da verossimilhança das alegações insertas na inicial, INDEFIRO a tutela antecipatória pretendida pela autora, determinando a empresa que apresente neste Juízo, no prazo da contestação, o instrumento do contrato firmado com a requerente. Cite-se/Intime-se a empresa requerida para os fins de tomar conhecimento da ação e decisão, conferindo-lhe o prazo de 15(quinze) dias para ofertar a contestação que tiver, devidamente advertida das penas do art. 285 e 319 do CPC. Pinheiro/MA, 31 de outubro de 2011. JUIZ JÚLIO CÉSAR LIMA PRASERES, Titular da 2ª Vara. Pinheiro/MA, 7 (sete) de Novembro de 2011.

Juiz Júlio César Lima Prases
Titular da 2ª Vara

Processo: **1774-70.2011.8.10.0052**Ação: **Procedimentos Especiais | Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa | Consignação em Pagamento**Requerente: **AURIKERLI DE JESUS COSTA**Advogado: **DIOGO DUAILIBE FURTADO, OAB/MA 9147**Requerido: **BANCO BFB LEASING S/A ARR MERC.**

INTIMAÇÃO da parte REQUERENTE, através de seu advogado acima mencionado, para tomar conhecimento despacho/decisão de fls. 48, nos termos a seguir: 1. Considerando a natureza do pedido, DEFIRO o beneplácito da assistência Judiciária, tão somente para viabilizar a angularização da relação processual, advertindo a parte autora de que poderá suportar os ônus processuais ao final da demanda se julgado improcedente o pleito. Tratando-se de relação contratual abrangida no direito consumerista e, considerando a possibilidade de a parte autora não dispor do instrumento contratual que viabilize a apreciação do pleito revisional e ou sua resistência, com fundamento nos arts. 4º, I e 6º, VIII da Lei 8.078/90, DECRETO A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA nesse particular. À míngua de prova inequívoca do direito vindicado e por não estar convencionado da verossimilhança das alegações insertas na inicial, INDEFIRO a tutela antecipatória pretendida pela autora, determinando a empresa que apresente neste Juízo, no prazo da contestação, o instrumento do contrato firmado com a requerente. Cite-se/Intime-se a empresa requerida para os fins de tomar conhecimento da ação e decisão, conferindo-lhe o prazo de 15(quinze) dias para ofertar a contestação que tiver, devidamente advertida das penas do art. 285 e 319 do CPC. Pinheiro/MA, 31 de outubro de 2011. JUIZ JÚLIO CÉSAR LIMA PRASERES, Titular da 2ª Vara. Pinheiro/MA, 7 (sete) de Novembro de 2011

Juiz Júlio César Lima Prases
Titular da 2ª Vara

Processo: **208-28.2007.8.10.0052**Ação: **Processo Cível e do Trabalho | Processo de Conhecimento | Procedimento de Conhecimento | Procedimentos Especiais | Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa | Depósito**Requerente: **BANCO HONDA S/A**Advogado: **MARIA LUCILIA GOMES, OAB/SP 84.206**Requerido: **SANDRO DE JESUS PEREIRA MENDES**

INTIMAÇÃO da parte autora, através de sua **advogada acima mencionada**, para tomar conhecimento da decisão de fls. 62/63, nos termos a seguir: "...DEFIRO o pedido de fls. 49/50 tão-somente para, com fundamento no art. 4º do Decreto-lei nº. 911/69, converter a presente Ação de Busca e Apreensão em Ação de Depósito. Cite-se o requerido para que, no prazo de 05 (cinco) dias, conteste a ação, bem como entregue o bem, deposite-o em juízo ou pague o equivalente em dinheiro (art. 902 do Código de Processo Civil). Determino o bloqueio da transmissão do veículo junto ao Detran-MA. Oficie-se para esse órgão, comunicando o bloqueio e solicitando anotações neste sentido. Em relação aos demais pedidos de diligência, informo que para acolhimento dos pedidos do Autor necessário que se demonstre o esgotamento dos meios, inclusive processualmente admitidos, de chamamento do requerido; risco na transferência formal de titularidade do veículo; necessidade de aplicação de medida de exceção, para expedição de ordem judicial de retenção do veículo por força de segurança, para violação do direito de posse da parte Requerida. Não sendo verificado o adimplemento dessas condições, não há como acolherem-se os pedidos. Proceda-se às alterações necessárias na autuação do processo. Intimem-se." Pinheiro/MA, 15 de setembro de 2011. JUIZ JÚLIO CÉSAR LIMA PRASERES, Titular da 2ª Vara.

Pinheiro/MA, 9 (nove) de Novembro de 2011
Juiz Júlio César Lima Prases
Titular da 2ª Vara

Processo: **2135-92.2008.8.10.0052**

Ação: **Penal Pública**

Autor: Ministério Público Estadual

Réu: **CIDICLEY GALVÃO DE SÁ**Advogada: **ANA LUCIA DE SOUSA ARAÚJO, OAB/MA 3820****INTIMAÇÃO da advogada acima mencionada**, para tomar conhecimento da SENTENÇA de fls. 73/80. Pinheiro/MA, aos 8 (oito) de Novembro de 2011. Juiz Júlio César Lima Praseres, Titular da 2ª Vara. Pinheiro/MA.

Pinheiro/MA, aos 8 (oito) de Novembro de 2011.

Rosineude dos Santos Monteiro

Secretária Judicial

De ordem do Juiz Júlio César Lima Praseres, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento 001/2007, CGJ/MA.

Processo: **348-91.2009.8.10.0052**Ação: **Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária**Requerente: **BANCO FINASA S/A**Advogada: **CINTHIA HELUY MARINHO, OAB/MA 6835**

Requerido: RAIMUNDO DOS SANTOS FREITAS

INTIMAÇÃO da parte requerente, através de sua **advogada acima mencionada**, para tomar conhecimento despacho de fls. 36, nos termos a seguir: "Recebi Hoje. "Intime-se a parte autora, através de seu Advogado, para se manifestar acerca da certidão negativa do oficial de Justiça, no prazo de quarenta e oito (48) horas, sob pena de extinção. **Pinheiro, 30/09/2011. Juiz Júlio César Lima Praseres**, Titular da 2ª Vara. **CERTIDÃO DO OFICIAL**: Certifico, para os devidos fins de direito, estar de posse do referido mandado desde 30/08/2009, e até a presente data não compareceu nenhum representante da empresa autora para acompanhar a diligência, sendo indispensável sua presença, em virtude de nesta comarca não dispormos de depósito judicial. Assim sendo, devolvo o presente mandado, para os devidos fins. Pinheiro/MA, 04/08/2011, Alan Kardec Moraes Araujo, Oficial de Justiça. Eu, Jorge Luis Moura Tavares, digitei, e Rosineude dos Santos Monteiro, Secretária Judicial da 2ª Vara, o assina, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento 001/2007, CGJ/MA.Processo: **405-17.2006.8.10.0052**

Ação Indenização Simples

Requerente: LAURINO FELIPE SOARES

Requerido: **CEMAR- COMPANIA ENERGETICA DO MARANHÃO**Advogado: **ADÁLIA ALENCAR DE OLIVEIRA, OAB/MA 6087****INTIMAÇÃO da parte REQUERIDA**, através de sua advogada **ADÁLIA ALENCAR DE OLIVEIRA, OAB/MA 6087**, para conforme despacho de fls. 179, recolher em 24 (vinte e quatro) horas, o comprovante do DJO nos autos, referente ao laudo pericial. Pinheiro/MA, 08 de novembro de 2011. JUIZ JÚLIO CÉSAR LIMA PRASERES, Titular da 2ª Vara.Processo: **483-79.2004.8.10.0052**Ação: **Penal Pública**

Autor: Ministério Público Estadual

Réu: **VALMIR CORREA BARROS**Advogada: **ANA LÚCIA DE SOUSA ARAÚJO, OAB/MA 3820****INTIMAÇÃO da advogada acima mencionada**, para tomar conhecimento da SENTENÇA de fls. 98/99, nos termos a seguir: "...DIANTE DO EXPOSTO, julgoPROCEDENTE a pretensão punitiva exposta na peça inaugural, para CONDENAR o réuVALMIR CORRÊA BARROS, acima qualificado, por infração ao art. 14, caput da lei nº 10.826/2003. Passo a dosagem da pena, tendo em vista as circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, além do disposto no art. 60, e considerando que: a) o réu é tecnicamente primário, visto que à época dos fatos não registrava nenhum antecedente criminal contra sua pessoa conforme se observa de certidão de fls.90; b) a culpabilidade é latente, pois intenso o dolo, já que praticado o delito com plena consciência da ilicitude; c) nada existe nos autos a respeito de sua conduta social, pelo que devo considerá-la boa; d) os motivos do crime são relevantes visto que o réu estava amedrontado quando adquiriu arma para sua defesa. e) as consequências não foram graves. f) o denunciado é, notadamente, uma pessoa pobre. Feitas tais considerações, passo a dosar-lhe a pena. Levando em consideração que a maioria das circunstâncias judiciais foram favoráveis ao réu fixo-lhe a pena base no mínimo legal em 02 (DOIS) ANOS DE RECLUSÃO e 05 (cinco) dias-multa, que a torna definitiva ante a ausência de outras causas de aumento ou diminuição e por ter sido aplicada no mínimo legal. O regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade será o aberto. O dia-multa será fixado na base de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato. A teor do artigo 44 do código penal, verifico que o condenado VALMIR CORRÊA BARROS, embora tenha deixado de cumprir as condições que lhe foram impostas quando da suspensão do processo (fls.60), preenche os requisitos objetivos e subjetivos para concessão do benefício disposto no referido dispositivo, sendo justo sua concessão, motivo pelo qual, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade por uma pena restritiva de direitos de prestação de serviço a comunidade que deverá ser cumprida na Escola Municipal Pedro Lobato nesta cidade de Pinheiro, de acordo com suas aptidões e determinação do Diretor(a) da referida Escola, devendo o mesmo ser oficiado informando-o da presente decisão. Advirto ao condenado o disposto no artigo 44, § 4º do código penal, segundo a qual a pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta. Concedo ao condenado o direito eventual de recorrer em liberdade. Publique-se. Registre-se. Intimem-se". Pinheiro/MA, 13 de outubro de 2011, Juíza ROSA MARIA DA SILVA DUARTE, Titular da 3ª vara da Comarca de Timon, auxiliando conforme Portaria nº 3882/2011.

Pinheiro/MA, 8 (oito) de Novembro de 2011.

Juiz Júlio César Lima Praseres,

Titular da 2ª Vara

Processo: **964-71.2006.8.10.0052**Ação: **Penal Pública**

Autor: Ministério Público Estadual

Réu: **JOSÉ JÚLIO PEREIRA, VULGO "FATIA"**Advogada: **ANA LUCIA DE SOUSA ARAUJO, OAB/MA 3820****INTIMAÇÃO da parte requerida**, através de sua **advogada acima mencionada**, para tomar conhecimento da SENTENÇA de fls. 131/133, nos termos a seguir: comportamento da vítima não contribuiu para o cometimento do crime. Considerando apenas uma circunstância judicial desfavorável, fixo a pena-base em 01 ano de reclusão e 20 (vinte) dias-multa. Não há atenuantes. Não há agravantes. Não há causas de aumento e nem de diminuição de pena. Pena Definitiva Fixo a pena definitiva em 01 (um) ano de reclusão e 20 dias-multa, a ser cumprida em regime inicial aberto (art. 33,CP). Substituição da pena privativa de liberdade e Sursis: Substituo a pena privativa de liberdade pela de prestação de serviços a comunidade, a ser acordada na fase de execução pena. Disposições finais A multa deve ser calculada com base em 1/30 do salário mínimo vigente à época do fato,

atento à situação econômica do réu, devendo ser recolhida nos termos previstos no art. 50 do Código Penal, sob pena de, por inadimplemento, ser considerada dívida de valor. O quantum deverá ser devidamente atualizado por ocasião da execução (art. 49, § 2º, Código Penal). Tendo respondido ao processo em liberdade, concedo-lhe o direito de assim aguardar o trânsito em julgado desta sentença recorível. Com o trânsito em julgado da sentença: Oficie-se ao TRE-MA, comunicando a condenação, para os fins de suspensão dos direitos políticos; Lance-se o nome do réu no rol dos culpados; Por fim, proceda-se às anotações necessárias na distribuição. Custas da lei. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Pinheiro/MA, 14 de outubro de 2011. JUÍZA LEWMAN DE MOURA SILVA, Titular da 7ª Vara de Timon, auxiliando na comarca de Pinheiro/MA, Portaria da CGJ 38822011

Pinheiro/MA, 8 (oito) de Novembro de 2011.
Rosineude dos Santos Monteiro
Secretária Judicial

De ordem do Juiz Júlio César Lima Praseres, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento 001/2007, CGJ/MA.

Processo: **971-58.2009.8.10.0052**

Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária

Requerente: **MULTIMARCAS ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA**

Advogado: **CÁSSIO LUIZ JANUÁRIO ALMEIDA, OAB/MA 8.014**

Requerido: ANTONIO MARTIMIANO RODRIGUES JUNIOR

INTIMAÇÃO da parte requerente, através de seu **advogado acima mencionado**, para tomar conhecimento despacho de fls. 32, nos termos a seguir: "Recebi Hoje. "Intime-se a parte autora, através de seu Advogado, para se manifestar acerca da certidão negativa do oficial de Justiça, no prazo de quarenta e oito(48) horas, sob pena de extinção. **Pinheiro, 30 de setembro de 2011. JUIZ JULIO CÉSAR LIMA PRASERES, Titular da 2ª Vara. CERTIDÃO DO OFICIAL:** Certifico, para os devidos de direito, estar de posse do referido mandado desde 26/10/2009, e até a presente data não compareceu nenhum representante da empresa autora para acompanhar a diligência, sendo indispensável sua presença, em virtude de nesta comarca não dispormos de depósito judicial. Assim sendo, devolvo o presente mandado para os devidos fins. Pinheiro/MA, 04/08/2011, Alan Kardec Moraes Araújo, Oficial de Justiça. Eu, Jorge Luis Moura Tavares, digitei, e Rosineude dos Santos Monteiro, Secretária Judicial da 2ª Vara, o assina, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento 001/2007, CGJ/MA.

Pio XII

Processo nº 0000589-48.2010.8.10.0111

Ação: **PROCESSO COMUM | AÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO**

Autor: **MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL**

Réus: **FRANCISCO DE OLIVEIRA LEANDRO e IVALDO ARAÚJO DOS SANTOS**

Advogados: **ADRIANO SANTANA DE CARVALHO (OAB 27954) e ANDERSON SANTANA DE CARVALHO SANTOS (OAB 9789)**

DESPACHO(Proc. 589-48.2010.8.10.0111)Vistos.Considerando que a petição protocolada às fls. 169/171 não atende ao despacho de fls. 163, renove-se o despacho, e intime-se o réu, por meio de seu advogado em diário eletrônico de justiça, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar as provas que pretende produzir no Plenário do Tribunal do Júri, nos termos do art. 422 do CPP, sob pena de nomeação de defensor dativo.Pio XII, 09 de novembro de 2011.Antônio Elias de Queiroga FilhoJuiz de Direito Titular da Comarca de Pio XII Resp: 145243

Pocão de Pedras

Processo nº 235-88.2008.8.10.0112

Ação de Alimentos

Autor: Ministério Público Estadual, na qualidade de substituto processual de L. B. B e Outros, representados por sua genitora, a Sra. Lucielma da Silva Borges

Requerido: Raimundo Sabino Bezerra

Advogado: Dr. Erinaldo Moraes Lima – OAB/MA 5456

Finalidade: Fica intimado o advogado do requerido acerca do inteiro teor da sentença proferida nos autos acima mencionados, cujo dispositivo é o seguinte: "Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, julgo procedente o pedido inicial, ao tempo em que fixo em definitivo os alimentos devidos pelo suplicado no valor equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o salário mínimo mensal, o qual deve ser pago mediante depósito em conta bancária a ser aberta em nome da mãe dos menores. Sem custas. Notifique-se o Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito, dê-se baixa na distribuição e archive-se. Poção de Pedras/MA, 29 de setembro de 2010. Tereza Cristina Franco Palhares. Juíza de Direito da Comarca de Poção de Pedras". Poção de Pedras - MA, 25 de outubro de 2011.

Elieny Linhares da Silva Carvalho
Secretária Judicial

Assino de Ordem da MM. Juíza de Direito desta Comarca, em conformidade com o
Art. 3º do Provimento nº 001/2007 da Corregedoria Geral de Justiça

Processo nº 433-23.2011.8.10.0112

Procedimento do Juizado Especial Cível

Acusado: Edmar Ferreira de Azevedo Neto

Advogado: Dr. Heleno Eugênio da Silva Maranhão

Finalidade: Fica intimado o advogado do acusado acerca da designação de data para realização de exame de Sanidade e/ou Insanidade Mental do acusado, qual seja 30 de novembro de 2011, às 16:00 horas, a ser realizado no Hospital Nina Rodrigues, com endereço à Av. Getúlio Vargas, 2508, Bairro Monte Castelo, São Luís – MA, em conformidade com o constante do Ofício 462/2011 – HNR, datado de 03/11/2011, oriundo daquela Unidade de Saúde. Poção de Pedra-MA, 08 de novembro de 2011.

Elieny Linhares da Silva Carvalho
Secretária Judicial

Assino de ordem da MM. Juíza de Direito Titular desta Comarca de Poção de Pedras – MA, Dra. Tereza Cristina Franco Palhares, conforme Art. 3º do Provimento 001/2007 da Corregedoria Geral da Justiça

Processo nº 769-27.2011.8.10.0112

Ação de Divórcio Consensual

Autores: Lourival Silva Gomes e Deubla Mendes de Sousa Gomes

Advogado: Dr. Jofran Silva Lucas – OAB/MA 9365

Finalidade: Fica intimado o advogado das partes acerca do da sentença proferida nos autos acima mencionados, cujo dispositivo é o seguinte: “De todoo exposto e com fulcro no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, HOMOLOGO o acordo firmado pelos cônjuges na petição inicial (fls. 02/04), em todos os seus termos, que passarão a fazer parte da presente decisão, com observação apenas quanto ao valor fixado de pensão alimentícia, em que deverá ser consignado que o mesmo corresponde à 27,52% do salário mínimo vigente, ou seja, R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), a ser pago todo dia 11 de cada mês em conta bancária em nome da requerente. Em consequência da homologação, DECRETO O DIVÓRCIO DE LOURIVAL SILVA GOMES e DEUBLA MENDES DE SOUSA GOMES. Com o trânsito em julgado expeça-se mandado de averbação, anotando que a requerente voltará a adotar o nome de solteira: DEUBLA MENDES DE SOUSA DA SILVA. Publique-se. Registre-se e Intimem-se. Poção de Pedras/MA, 06 de outubro de 2011. Tereza Cristina Franco Palhares. Juíza de Direito da Comarca de Poção de Pedras”. Poção de Pedras, Estado do Maranhão-MA, 25 de outubro de 2011.

Elieny Linhares da Silva Carvalho

Secretária Judicial

**Assino de Ordem da MM. Juíza de Direito desta Comarca, em conformidade com o
Art. 3º do Provimento nº 001/2007 da Corregedoria Geral de Justiça**

Processo nº 815-16.2011.8.10.0112

Execução de Título Extrajudicial

Exequente: Banco do Nordeste do Brasil

Advogado: Dr. José Edmilson Carvalho Filho – OAB/MA 4945

Executado: Ornil Alves Carvalho

Advogado: Não Consta

Finalidade: Fica intimado o advogado do exequente acerca do despacho proferido nos autos, cujo teor é o seguinte: “DESPACHO/MANDADO. 1. Recebi hoje. 2. Cite-se a parte executada para, no prazo de três dias, pagar a quantia pedida na inicial, devidamente atualizada, acrescida de juros legais, custas e honorários advocatícios, estes no percentual abaixo indicado, ou, no mesmo prazo, nomear bens à penhora suficientes para garantia do principal e seus acessórios. 3. Na mesma oportunidade, intime-se a parte executada para, querendo, oferecer embargos no prazo de quinze dias, contados da juntada aos autos do mandado de citação. 4. Não ocorrendo o pagamento ou a nomeação válida de bens no prazo de três dias, efetue o oficial de justiça a penhora e avaliação de tantos bens da parte devedora quantos bastem para pagamento do débito e seus acessórios, intimando-a da respectiva penhora e avaliação. 5. Em caso de não pagamento, ou ausência de embargos, fixo honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o total do débito. A verba honorária será reduzida à metade no caso de pagamento integral no prazo de três dias, nos termos do art. 652-A do CPC. Uma via deste despacho será utilizada como MANDADO, devendo ser cumprido por Oficial de Justiça, que fica autorizado a fazer uso das prerrogativas do art. 172, § 2º, do Código de Processo Civil. Poção de Pedras (MA), 24 de outubro de 2011. TEREZA CRISTINA FRANCO PALHARES. Juíza de Direito da Comarca de Poção de Pedras”. Poção de Pedras - MA, 25 de outubro de 2011.

Elieny Linhares da Silva Carvalho

Secretária Judicial

**Assino de Ordem da MM. Juíza de Direito desta Comarca, em conformidade com o
Art. 3º do Provimento nº 001/2007 da Corregedoria Geral de Justiça**

Processo nº 816-98.2011.8.10.0112

Ação de Justificação

Autor: Manoel Ferreira da Silva

Advogado: Dr. Christian Bezerra Costa – OAB/MA 9522-A

Finalidade: Fica intimado o advogado do requerente para comparecimento à audiência de justificação, designada por este Juízo para o dia 08/11/2011, às 10:00 horas, a ser realizada na sala das audiências do Fórum da Comarca de Poção de Pedras. Devendo o autor se fazer presente acompanhado de duas testemunhas independente de prévia intimação. Poção de Pedras, Estado do Maranhão, aos vinte e seis dias do mês de outubro de dois mil e onze (26/10/2011).

Elieny Linhares da Silva Carvalho

Secretária Judicial

**Assino de Ordem da MM. Juíza de Direito desta Comarca, em conformidade com o
Art. 3º do Provimento nº 001/2007 da Corregedoria Geral de Justiça**

Processo nº 836-89.2011.8.10.0112

Ação de Retificação

Autor: José Francisco Póvoas

Advogado: Dr. Carlos Lacerda Rodrigues Nascimento – OAB/MA 4291

Finalidade: Fica intimado o advogado do para comparecimento à audiência de justificação designada por este Juízo para o dia 08 de novembro de 2011, às 10:30 horas, a ser realizada na sala das audiências do fórum local, Devendo o requerente se fazer presente acompanhado de seu advogado e suas testemunhas, independentemente de prévia intimação. Poção de Pedras, Estado do Maranhão, aos três dias do mês de novembro de 2011.

Elieny Linhares da Silva Carvalho

Secretária Judicial

**Assino de Ordem da MM. Juíza de Direito desta Comarca, em conformidade com o
Art. 3º do Provimento nº 001/2007 da Corregedoria Geral de Justiça**

Processo nº 9000001-45.2011.8.10.0112

Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: JÂNIO Fábio Portilho Amaral

Advogado: Dr. Irapoã Suzuki de Almeida Eloi – OAB/MA 8853

Reqdo.: TNL PCS S/A

Advogado: Não Consta

Finalidade: Fica intimado o advogado acerca da decisão proferida nos autos, na qual fora deferido o pedido de liminar pleiteado pelo autor, na qual f ora determinado que a requerida proceda com exclusão do nome do requerente, no prazo de 48(quarenta e oito) horas, do cadastro do SERASA e mais órgãos de proteção ao crédito, sob pena de multa diária de R\$ 300,00 (trezentos reais) para o caso de descumprimento, bem como para comparecimento à audiência de conciliação, instrução e julgamento, designada para o dia 28 de novembro do ano de 2011, às 09:00 horas, a ser realizada na sala das audiências do fórum local. Poção de Pedras, Estado do Maranhão - MA, 09 de novembro de 2011.

Elieny Linhares da Silva Carvalho

Secretária Judicial

Assino de ordem da MM. Juíza de Direito Titular desta Comarca de Poção de Pedras – MA, Dra. Tereza Cristina Franco Palhares, conforme Art. 3º do Provimento 001/2007 da Corregedoria Geral da Justiça

Processo nº 9000002-30.2011.8.10.0112

Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: Rosivânia de Sousa Oliveira

Advogado: Dr. Carlos Lacerda Rodrigues Nascimento – OAB/MA 4291

Reqdo.: E. de Ferreira Batista - Eletrodomésticos

Advogado: Não Consta

Finalidade: Fica intimado o advogado do requerente para comparecimento à audiência de conciliação, instrução e julgamento, designada para o dia 28 de novembro do ano de 2011, às 14:30 horas, a ser realizada na sala das audiências do fórum local. Poção de Pedras, Estado do Maranhão, aos 08 de novembro de 2011.

Elieny Linhares da Silva Carvalho

Secretária Judicial - Mat. 122069

Assino de Ordem da MM. Juíza de Direito desta Comarca, em conformidade com o Art. 3º do Provimento nº 001/2007 da Corregedoria Geral de Justiça

Processo nº 9000006-67.2011.8.10.0112

Procedimento do Juizado Especial Cível

Autor: Maria da Conceição

Advogado: Dr. Tiago Filho Lopes – OAB/MA 8548

Reqdo.: Banco Industrial S/A

Advogado: Não Consta

Finalidade: Fica intimado o advogado do requerente para comparecimento à audiência de conciliação, instrução e julgamento, designada para o dia 28 de novembro do ano de 2011, às 09:15 horas, a ser realizada na sala das audiências do fórum local. Poção de Pedras, Estado do Maranhão, aos oito dias do mês de novembro de 2011.

Elieny Linhares da Silva Carvalho

Secretária Judicial

Portaria n.º 16/2011-GJD

A MMª Juíza de Direito **TEREZA CRISTINA FRANCO PALHARES**, Diretora do Fórum da Comarca de Poção de Pedras, no uso de suas atribuições legais de Presidente da Comissão de Restauração de Autos prevista no Provimento 24/2011 da Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão, CONSIDERANDO o incêndio ocorrido na madrugada do dia 22 de setembro de 2011, que destruiu o prédio e quase a totalidade do acervo de processos desta Comarca,

CONSIDERANDO que no referido incêndio também foram destruídos todos os livros de registros obrigatórios das serventias criminais e do Tribunal do Júri,

CONSIDERANDO que compete à autoridade judiciária de ofício a restauração de autos de processos criminais destruídos, nos termos do disposto no artigo 541 do Código de Processo Penal;

CONSIDERANDO que processos criminais de réus presos têm prioridade de tramitação em relação a outros feitos;

RESOLVE emitir a presente Portaria impondo as seguintes determinações:

1º) À Secretária Judicial para que providencie a abertura de todos os livros obrigatórios das serventias criminais e do Tribunal do Júri, quais sejam:

Livro de Rol dos Culpados;

Livro de Carga para Ministério Público;

Livro de Carga para Advogados;

Livro de Registro de Termos de Audiências;

Livro de Registro de Sentenças;

2º) À Secretária Judicial para que providencie com urgência a restauração dos autos criminais destruídos de todos os réus que se encontram acautelados provisoriamente.

2.1– Autuada a restauração, a Secretária Judicial deve certificar o estado em que se encontrava o processo, segundo a sua lembrança e reproduzir o que houver a respeito em seus protocolos e registros (artigo 541, § 2º, alínea a do CPP);

2.2 – Em seguida, requirir dos estabelecimentos prisionais de origem cópia dos inquéritos referentes aos processos dos presos provisórios com máxima urgência;

2.3 - Cumprida a determinação supra, expeçam-se mandados de citação pessoal das partes para processo de restauração de autos, solicitando sejam juntadas aos autos todas as petições e documentos que a parte dispuser. Com a juntada de documentos e informações que se fizerem necessária, venham os autos imediatamente conclusos para dar prosseguimento nos termos dos artigos 541 a 548 do Código de Processo Penal.

3º) À Secretária Judicial para que oficie as Penitenciárias deste Estado, bem como as Delegacias de Polícia que guarneçam presos definitivos, solicitando que sejam imediatamente encaminhadas cópias das Cartas de Execução e de todos os documentos a elas referentes dos presos que estejam cumprindo pena com sentença transitada em julgado.

3.1 – Recebida cópia da Carta de Guia do Apenado, a Secretária Judicial deve providenciar a autuação de processo de execução de pena, que devem ser iniciados com a presente portaria, seguida da respectiva guia de recolhimento e da sentença condenatória;

3.2 - Juntados todos os documentos supra, elabore-se uma certidão nos termos da mencionada no item 2.2, abrindo-se em seguida, a conclusão dos autos;

4º) Com relação aos demais processos criminais onde não há réus presos provisoriamente, as serventias criminais aguardarão provocação do Ministério Público ou de parte interessada para iniciar procedimento de restauração de autos.

5º) À Secretária Judicial para que providencie a elaboração da Lista Geral de Jurados, requisitando às autoridades locais, associações de classe e de bairro, entidades associativas e culturais, instituições de ensino, sindicatos, repartições públicas e outros núcleos comunitários, a indicação, prazo de 30 (trinta) dias, de pessoas que tenham condições de exercer a função de jurado;

6º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Encaminhem-se cópias desta portaria ao Tribunal de Justiça, à Corregedoria Geral da Justiça, à Promotoria de Justiça desta Comarca e à Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil dos Pólos de São Luís/MA e Pedreiras/MA.

Dê-se ciência. Publique-se.

Poção de Pedras/MA, 25 de outubro de 2011.

TEREZA CRISTINA FRANCO PALHARES
Juíza de Direito Titular da Comarca de Poção de Pedras**Portaria n.º 17/2011-GJD**

A MMª Juíza de Direito **TEREZA CRISTINA FRANCO PALHARES**, Diretora do Fórum da Comarca de Poção de Pedras, no uso de suas atribuições legais de Presidente da Comissão de Restauração de Autos prevista no Provimento 24/2011 da Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão, CONSIDERANDO o incêndio ocorrido na madrugada do dia 22 de setembro de 2011, que destruiu o prédio e quase a totalidade do acervo de processos desta Comarca,

CONSIDERANDO que no referido incêndio também foram destruídos todos os livros de registros obrigatórios das serventias cíveis,

CONSIDERANDO que processos criminais de réus presos têm prioridade de tramitação em relação a outros feitos;

RESOLVE emitir a presente Portaria impondo as seguintes determinações:

1º) À Secretária Judicial para que providencie a abertura de todos os livros obrigatórios das serventias cíveis, quais sejam:

Livro de Carga para Ministério Público;

Livro de Carga para Advogados;

Livro de Registro de Termos de Audiências;

Livro de Registro de Sentenças;

Livro de Ofícios Recebidos e

Livro de Ofícios Remetidos

2º) A restauração dos processos cíveis dependem de provocação da parte legítima, assim as serventias cíveis aguardarão a parte interessada para iniciar qualquer procedimento de restauração de autos destruídos, obedecendo ao disposto nos artigos 1.063 a 1.069 do Código de Processo Civil.

3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Encaminhem-se cópias desta portaria ao Tribunal de Justiça, à Corregedoria Geral da Justiça, à Promotoria de Justiça desta Comarca e à Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil dos Pólos de São Luís/MA e Pedreiras/MA.

Dê-se ciência. Publique-se.

Poção de Pedras/MA, 25 de outubro de 2011.

TEREZA CRISTINA FRANCO PALHARES
Juíza de Direito Titular da Comarca de Poção de Pedras

Presidente Dutra**Primeira Vara de Presidente Dutra**

Processo nº 900014766201181000

Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT

Requerente: Valter Oliveira Silva

Advogado: **Ronilson de Sousa Calisto OAB/MA 8.883**

Requerido: Porto Seguro CIA. De Seguros Gerais

Advogado: **Régis Gondim Peixoto OAB/CE 17.731 e OAB/MA 9.357-A**

Resenha: **Designo sessão de conciliação, instrução e julgamento para o dia 17/01/2012, às 15:30horas**, na sala de audiência deste Fórum (art. 16, da Lei 9.099/95). **Cite-se** a parte requerida para comparecimento à audiência, através de preposto munido com toda documentação necessária, oportunidade em que poderá contestar o pedido, se quiser (art. 18, § 1º) e apresentar testemunhas independente de intimação, até o número de três. A contestação poderá ser oral ou escrita (art. 30), podendo haver pedidos contrapostos (art. 17, parágrafo único), sem reconvenção (art. 31). **Anote-se** que o não comparecimento do(a) demandado(a) à sessão de conciliação ou de instrução implica a presunção de serem verdadeiros os fatos articulados na inicial (art. 20), tendo como consequência o julgamento imediato da causa (art. 23). Intime-se o autor, anotando-se que o não comparecimento importará no arquivamento do feito, devendo comparecer acompanhado de suas testemunhas até o número de três. A **citação** poderá ser feita por **correspondência com aviso de recebimento**, ou pelo oficial de justiça, independentemente de mandado ou carta precatória (art. 18, I, II e III). Advirta-se ao réu de que pode ser determinada a inversão do ônus da prova em virtude da hipossuficiência do consumidor e a verossimilhança das alegações, devendo o mesmo comparecer em juízo munido de toda documentação pertinente a comprovar suas alegações. O PRESENTE DESPACHO SERVE COMO MANDADO DE CITAÇÃO, DEVIDAMENTE ACOMPANHADO DA INICIAL. **Cumpra-se**. Presidente Dutra (MA), 17 de OUTUBRO de 2011.

KARLOS ALBERTO RIBEIRO MOTA

Juiz Substituto

Processo nº 900039617201181000

Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT

Requerente: Wagner Carvalho da Silva

Advogado: **Francisco Henrique Júnior OAB/MA 5785**

Requerido: Porto Seguro CIA. De Seguros Gerais

Resenha: **Defiro o pedido de justiça gratuita. Designo sessão de conciliação, instrução e julgamento para o dia 17/01/2012, às 15:15horas**, na sala de audiência deste Fórum (art. 16, da Lei 9.099/95). **Cite-se** a parte requerida para comparecimento à audiência, através de preposto munido com toda documentação necessária, oportunidade em que poderá contestar o pedido, se quiser (art. 18, § 1º) e apresentar testemunhas independente de intimação, até o número de três. A contestação poderá ser oral ou escrita (art. 30), podendo haver pedidos contrapostos (art. 17, parágrafo único), sem reconvenção (art. 31). **Anote-se** que o não comparecimento do(a) demandado(a) à sessão de conciliação ou de instrução implica a presunção de serem verdadeiros os fatos articulados na inicial (art. 20), tendo como consequência o julgamento imediato da causa (art. 23). Intime-se o autor, anotando-se que o não comparecimento importará no arquivamento do feito, devendo comparecer acompanhado de suas testemunhas até o número de três. A **citação** poderá ser feita por **correspondência com aviso de recebimento**, ou pelo oficial de justiça, independentemente de mandado ou carta precatória (art. 18, I, II e III). Advirta-se ao réu de que pode ser determinada a inversão do ônus da prova em virtude da hipossuficiência do consumidor e a verossimilhança das alegações, devendo o mesmo comparecer em juízo munido de toda documentação pertinente a comprovar suas alegações. O PRESENTE DESPACHO SERVE COMO MANDADO DE CITAÇÃO, DEVIDAMENTE ACOMPANHADO DA INICIAL. **Cumpra-se**. Presidente Dutra (MA), 17 de OUTUBRO de 2011.

KARLOS ALBERTO RIBEIRO MOTA

Juiz Substituto

Processo nº 900040139201181000
Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT
Requerente:Luis Carlos Maciel do Vale
Advogado:**Francisco Henrique Júnior OAB/MA 5785**
Requerido:Porto Seguro CIA. De Seguros Gerais
Advogado:**Rhelson Athayde Rocha OAB/MA 5936**

Resenha:**Defiro o pedido de justiça gratuita.Designo sessão de conciliação, instrução e julgamento para o dia 17/01/2012, às 14:45horas**, na sala de audiência deste Fórum (art. 16, da Lei 9.099/95).**Cite-se** a parte requerida para comparecimento à audiência, através de preposto munido com toda documentação necessária, oportunidade em que poderá contestar o pedido, se quiser (art. 18, § 1º) e apresentar testemunhas independente de intimação, até o número de três. A contestação poderá ser oral ou escrita (art. 30), podendo haver pedidos contrapostos (art. 17, parágrafo único), sem reconvenção (art. 31).**Anote-se** que o não comparecimento do(a) demandado(a) à sessão de conciliação ou de instrução implica a presunção de serem verdadeiros os fatos articulados na inicial (art. 20), tendo como consequência o julgamento imediato da causa (art. 23). Intime-se o autor, anotando-se que o não comparecimento importará no arquivamento do feito, devendo comparecer acompanhado de suas testemunhas até o número de três. A **citação** poderá ser feita por **correspondência** com **aviso de recebimento**, ou pelo oficial de justiça, independentemente de mandado ou carta precatória (art. 18, I, II e III). Advirta-se ao réu de que pode ser determinada a inversão do ônus da prova em virtude da hipossuficiência do consumidor e a verossimilhança das alegações, devendo o mesmo comparecer em juízo munido de toda documentação pertinente a comprovar suas alegações. O PRESENTE DESPACHO SERVE COMO MANDADO DE CITAÇÃO, DEVIDAMENTE ACOMPANHADO DA INICIAL. **Cumpra-se**. Presidente Dutra (MA), 20 de OUTUBRO de 2011.

KARLOS ALBERTO RIBEIRO MOTA
Juiz Substituto

Processo nº 900040309201181000
Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT
Requerente:Benedito Rodrigues Junior
Advogado:**Francisco Henrique Júnior OAB/MA 5785**
Requerido:Porto Seguro CIA. De Seguros Gerais
Advogado:**Francisco Aldairton Ribeiro Carvalho Junior OAB/MA 09515-A e Cinthia Heluy Marinho Soares OAB/MA 6835**

Resenha:**Designo sessão de conciliação, instrução e julgamento para o dia 17/01/2012, às 16:00horas**, na sala de audiência deste Fórum (art. 16, da Lei 9.099/95).**Cite-se** a parte requerida para comparecimento à audiência, através de preposto munido com toda documentação necessária, oportunidade em que poderá contestar o pedido, se quiser (art. 18, § 1º) e apresentar testemunhas independente de intimação, até o número de três. A contestação poderá ser oral ou escrita (art. 30), podendo haver pedidos contrapostos (art. 17, parágrafo único), sem reconvenção (art. 31).**Anote-se** que o não comparecimento do(a) demandado(a) à sessão de conciliação ou de instrução implica a presunção de serem verdadeiros os fatos articulados na inicial (art. 20), tendo como consequência o julgamento imediato da causa (art. 23). Intime-se o autor, anotando-se que o não comparecimento importará no arquivamento do feito, devendo comparecer acompanhado de suas testemunhas até o número de três. A **citação** poderá ser feita por **correspondência** com **aviso de recebimento**, ou pelo oficial de justiça, independentemente de mandado ou carta precatória (art. 18, I, II e III). Advirta-se ao réu de que pode ser determinada a inversão do ônus da prova em virtude da hipossuficiência do consumidor e a verossimilhança das alegações, devendo o mesmo comparecer em juízo munido de toda documentação pertinente a comprovar suas alegações. O PRESENTE DESPACHO SERVE COMO MANDADO DE CITAÇÃO, DEVIDAMENTE ACOMPANHADO DA INICIAL. **Cumpra-se**. Presidente Dutra (MA), 17 de OUTUBRO de 2011.

KARLOS ALBERTO RIBEIRO MOTA
Juiz Substituto

Processo nº 900081282201181000
Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT
Requerente:Edimar Lima Carvalho
Advogado:**Francisco Henrique Júnior OAB/MA 5785**
Requerido:Porto Seguro CIA. De Seguros Gerais

Resenha:**Defiro o pedido de justiça gratuita.Designo sessão de conciliação, instrução e julgamento para o dia 16/01/2012, às 16:45 horas**, na sala de audiência deste Fórum (art. 16, da Lei 9.099/95).**Cite-se** a parte requerida para comparecimento à audiência, através de preposto munido com toda documentação necessária, oportunidade em que poderá contestar o pedido, se quiser (art. 18, § 1º) e apresentar testemunhas independente de intimação, até o número de três. A contestação poderá ser oral ou escrita (art. 30), podendo haver pedidos contrapostos (art. 17, parágrafo único), sem reconvenção (art. 31).**Anote-se** que o não comparecimento do(a) demandado(a) à sessão de conciliação ou de instrução implica a presunção de serem verdadeiros os fatos articulados na inicial (art. 20), tendo como consequência o julgamento imediato da causa (art. 23). Intime-se o autor, anotando-se que o não comparecimento importará no arquivamento do feito, devendo comparecer acompanhado de suas testemunhas até o número de três. A **citação** poderá ser feita por **correspondência** com **aviso de recebimento**, ou pelo oficial de justiça, independentemente de mandado ou carta precatória (art. 18, I, II e III). Advirta-se ao réu de que pode ser determinada a inversão do ônus da prova em virtude da hipossuficiência do consumidor e a verossimilhança das alegações, devendo o mesmo comparecer em juízo munido de toda documentação pertinente a comprovar suas alegações. O PRESENTE DESPACHO SERVE COMO MANDADO DE CITAÇÃO, DEVIDAMENTE ACOMPANHADO DA INICIAL. **Cumpra-se**. Presidente Dutra (MA), 20 de OUTUBRO de 2011.

KARLOS ALBERTO RIBEIRO MOTA
Juiz Substituto

Processo nº 900081367201181000
Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT
Requerente:Thully Clissila Carvalho de Sousa
Advogado:**Francisco Henrique Júnior OAB/MA 5785**
Requerido:Porto Seguro CIA. De Seguros Gerais

Resenha:**Defiro o pedido de justiça gratuita.Designo sessão de conciliação, instrução e julgamento para o dia 16/01/2012, às 17:15 horas**, na sala de audiência deste Fórum (art. 16, da Lei 9.099/95).**Cite-se** a parte requerida para comparecimento à audiência, através de preposto munido com toda documentação necessária, oportunidade em que poderá contestar o pedido, se quiser (art. 18, § 1º) e apresentar testemunhas independente de intimação, até o número de três. A contestação poderá ser oral ou escrita (art. 30), podendo haver pedidos contrapostos (art. 17, parágrafo único), sem reconvenção (art. 31).**Anote-se** que o não comparecimento do(a) demandado(a) à sessão de conciliação ou de instrução implica a presunção de serem verdadeiros os fatos articulados na inicial (art. 20), tendo como consequência o julgamento imediato da causa (art. 23).

Intime-se o autor, anotando-se que o não comparecimento importará no arquivamento do feito, devendo comparecer acompanhado de suas testemunhas até o número de três. A **citação** poderá ser feita por **correspondência** com **aviso de recebimento**, ou pelo oficial de justiça, independentemente de mandado ou carta precatória (art. 18, I, II e III). Advirta-se ao réu de que pode ser determinada a inversão do ônus da prova em virtude da hipossuficiência do consumidor e a verossimilhança das alegações, devendo o mesmo comparecer em juízo munido de toda documentação pertinente a comprovar suas alegações. O PRESENTE DESPACHO SERVE COMO MANDADO DE CITAÇÃO, DEVIDAMENTE ACOMPANHADO DA INICIAL. **Cumpra-se.** Presidente Dutra (MA), 20 de OUTUBRO de 2011.

KARLOS ALBERTO RIBEIRO MOTA

Juiz Substituto

Processo nº 900081452201181000

Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT

Requerente: Gilvania Soares da Silva

Advogado: **Francisco Henrique Júnior OAB/MA 5785**

Requerido: Porto Seguro CIA. De Seguros Gerais

Resenha: **Defiro o pedido de justiça gratuita. Designo sessão de conciliação, instrução e julgamento para o dia 16/01/2012, às 15:30 horas**, na sala de audiência deste Fórum (art. 16, da Lei 9.099/95). **Cite-se** a parte requerida para comparecimento à audiência, através de preposto munido com toda documentação necessária, oportunidade em que poderá contestar o pedido, se quiser (art. 18, § 1º) e apresentar testemunhas independente de intimação, até o número de três. A contestação poderá ser oral ou escrita (art. 30), podendo haver pedidos contrapostos (art. 17, parágrafo único), sem reconvenção (art. 31). **Anote-se** que o não comparecimento do(a) demandado(a) à sessão de conciliação ou de instrução implica a presunção de serem verdadeiros os fatos articulados na inicial (art. 20), tendo como consequência o julgamento imediato da causa (art. 23). Intime-se o autor, anotando-se que o não comparecimento importará no arquivamento do feito, devendo comparecer acompanhado de suas testemunhas até o número de três. A **citação** poderá ser feita por **correspondência** com **aviso de recebimento**, ou pelo oficial de justiça, independentemente de mandado ou carta precatória (art. 18, I, II e III). Advirta-se ao réu de que pode ser determinada a inversão do ônus da prova em virtude da hipossuficiência do consumidor e a verossimilhança das alegações, devendo o mesmo comparecer em juízo munido de toda documentação pertinente a comprovar suas alegações. O PRESENTE DESPACHO SERVE COMO MANDADO DE CITAÇÃO, DEVIDAMENTE ACOMPANHADO DA INICIAL. **Cumpra-se.** Presidente Dutra (MA), 20 de OUTUBRO de 2011.

KARLOS ALBERTO RIBEIRO MOTA

Juiz Substituto

Processo nº 900081537201181000

Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT

Requerente: Maria Francisca Almeida da Silva

Advogado: **Francisco Henrique Júnior OAB/MA 5785**

Requerido: Porto Seguro CIA. De Seguros Gerais

Resenha: **Defiro o pedido de justiça gratuita. Designo sessão de conciliação, instrução e julgamento para o dia 16/01/2012, às 16:00 horas**, na sala de audiência deste Fórum (art. 16, da Lei 9.099/95). **Cite-se** a parte requerida para comparecimento à audiência, através de preposto munido com toda documentação necessária, oportunidade em que poderá contestar o pedido, se quiser (art. 18, § 1º) e apresentar testemunhas independente de intimação, até o número de três. A contestação poderá ser oral ou escrita (art. 30), podendo haver pedidos contrapostos (art. 17, parágrafo único), sem reconvenção (art. 31). **Anote-se** que o não comparecimento do(a) demandado(a) à sessão de conciliação ou de instrução implica a presunção de serem verdadeiros os fatos articulados na inicial (art. 20), tendo como consequência o julgamento imediato da causa (art. 23). Intime-se o autor, anotando-se que o não comparecimento importará no arquivamento do feito, devendo comparecer acompanhado de suas testemunhas até o número de três. A **citação** poderá ser feita por **correspondência** com **aviso de recebimento**, ou pelo oficial de justiça, independentemente de mandado ou carta precatória (art. 18, I, II e III). Advirta-se ao réu de que pode ser determinada a inversão do ônus da prova em virtude da hipossuficiência do consumidor e a verossimilhança das alegações, devendo o mesmo comparecer em juízo munido de toda documentação pertinente a comprovar suas alegações. O PRESENTE DESPACHO SERVE COMO MANDADO DE CITAÇÃO, DEVIDAMENTE ACOMPANHADO DA INICIAL. **Cumpra-se.** Presidente Dutra (MA), 20 de OUTUBRO de 2011.

KARLOS ALBERTO RIBEIRO MOTA

Juiz Substituto

Processo nº 900081622201181000

Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT

Requerente: Francisco Noé Silvino

Advogado: **Francisco Henrique Júnior OAB/MA 5785**

Requerido: Porto Seguro CIA. De Seguros Gerais

Resenha: **Defiro o pedido de justiça gratuita. Designo sessão de conciliação, instrução e julgamento para o dia 16/01/2012, às 14:30 horas**, na sala de audiência deste Fórum (art. 16, da Lei 9.099/95). **Cite-se** a parte requerida para comparecimento à audiência, através de preposto munido com toda documentação necessária, oportunidade em que poderá contestar o pedido, se quiser (art. 18, § 1º) e apresentar testemunhas independente de intimação, até o número de três. A contestação poderá ser oral ou escrita (art. 30), podendo haver pedidos contrapostos (art. 17, parágrafo único), sem reconvenção (art. 31). **Anote-se** que o não comparecimento do(a) demandado(a) à sessão de conciliação ou de instrução implica a presunção de serem verdadeiros os fatos articulados na inicial (art. 20), tendo como consequência o julgamento imediato da causa (art. 23). Intime-se o autor, anotando-se que o não comparecimento importará no arquivamento do feito, devendo comparecer acompanhado de suas testemunhas até o número de três. A **citação** poderá ser feita por **correspondência** com **aviso de recebimento**, ou pelo oficial de justiça, independentemente de mandado ou carta precatória (art. 18, I, II e III). Advirta-se ao réu de que pode ser determinada a inversão do ônus da prova em virtude da hipossuficiência do consumidor e a verossimilhança das alegações, devendo o mesmo comparecer em juízo munido de toda documentação pertinente a comprovar suas alegações. O PRESENTE DESPACHO SERVE COMO MANDADO DE CITAÇÃO, DEVIDAMENTE ACOMPANHADO DA INICIAL. **Cumpra-se.** Presidente Dutra (MA), 20 de OUTUBRO de 2011.

KARLOS ALBERTO RIBEIRO MOTA

Juiz Substituto

Processo nº 900081974201181000

Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT

Requerente: Dorivan Lima Silva

Advogado: **Francisco Henrique Júnior OAB/MA 5785**

Requerido: Porto Seguro CIA. De Seguros Gerais

Resenha:**Defiro o pedido de justiça gratuita.Designo sessão de conciliação, instrução e julgamento para o dia 16/01/2012, às 17:00 horas**, na sala de audiência deste Fórum (art. 16, da Lei 9.099/95).**Cite-se** a parte requerida para comparecimento à audiência, através de preposto munido com toda documentação necessária, oportunidade em que poderá contestar o pedido, se quiser (art. 18, § 1º) e apresentar testemunhas independentes de intimação, até o número de três. A contestação poderá ser oral ou escrita (art. 30), podendo haver pedidos contrapostos (art. 17, parágrafo único), sem reconvenção (art. 31).**Anote-se** que o não comparecimento do(a) demandado(a) à sessão de conciliação ou de instrução implica a presunção de serem verdadeiros os fatos articulados na inicial (art. 20), tendo como consequência o julgamento imediato da causa (art. 23). Intime-se o autor, anotando-se que o não comparecimento importará no arquivamento do feito, devendo comparecer acompanhado de suas testemunhas até o número de três. A **citação** poderá ser feita por **correspondência** com **aviso de recebimento**, ou pelo oficial de justiça, independentemente de mandado ou carta precatória (art. 18, I, II e III). Advirta-se ao réu de que pode ser determinada a inversão do ônus da prova em virtude da hipossuficiência do consumidor e a verossimilhança das alegações, devendo o mesmo comparecer em juízo munido de toda documentação pertinente a comprovar suas alegações. O PRESENTE DESPACHO SERVE COMO MANDADO DE CITAÇÃO, DEVIDAMENTE ACOMPANHADO DA INICIAL. **Cumpra-se**. Presidente Dutra (MA), 20 de OUTUBRO de 2011.

KARLOS ALBERTO RIBEIRO MOTA

Juiz Substituto

Processo nº 900082496201181000

Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT

Requerente: Maria Aparecida Alves de Sousa

Advogado: **Francisco Henrique Júnior OAB/MA 5785**

Requerido: Porto Seguro CIA. De Seguros Gerais

Resenha:**Defiro o pedido de justiça gratuita.Designo sessão de conciliação, instrução e julgamento para o dia 16/01/2012, às 17:30 horas**, na sala de audiência deste Fórum (art. 16, da Lei 9.099/95).**Cite-se** a parte requerida para comparecimento à audiência, através de preposto munido com toda documentação necessária, oportunidade em que poderá contestar o pedido, se quiser (art. 18, § 1º) e apresentar testemunhas independentes de intimação, até o número de três. A contestação poderá ser oral ou escrita (art. 30), podendo haver pedidos contrapostos (art. 17, parágrafo único), sem reconvenção (art. 31).**Anote-se** que o não comparecimento do(a) demandado(a) à sessão de conciliação ou de instrução implica a presunção de serem verdadeiros os fatos articulados na inicial (art. 20), tendo como consequência o julgamento imediato da causa (art. 23). Intime-se o autor, anotando-se que o não comparecimento importará no arquivamento do feito, devendo comparecer acompanhado de suas testemunhas até o número de três. A **citação** poderá ser feita por **correspondência** com **aviso de recebimento**, ou pelo oficial de justiça, independentemente de mandado ou carta precatória (art. 18, I, II e III). Advirta-se ao réu de que pode ser determinada a inversão do ônus da prova em virtude da hipossuficiência do consumidor e a verossimilhança das alegações, devendo o mesmo comparecer em juízo munido de toda documentação pertinente a comprovar suas alegações. O PRESENTE DESPACHO SERVE COMO MANDADO DE CITAÇÃO, DEVIDAMENTE ACOMPANHADO DA INICIAL. **Cumpra-se**. Presidente Dutra (MA), 20 de OUTUBRO de 2011.

KARLOS ALBERTO RIBEIRO MOTA

Juiz Substituto

Processo nº 900082581201181000

Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT

Requerente: Fernando Bandeira Costa

Advogado: **Francisco Henrique Júnior OAB/MA 5785**

Requerido: Porto Seguro CIA. De Seguros Gerais

Resenha:**Defiro o pedido de justiça gratuita.Designo sessão de conciliação, instrução e julgamento para o dia 16/01/2012, às 15:15 horas**, na sala de audiência deste Fórum (art. 16, da Lei 9.099/95).**Cite-se** a parte requerida para comparecimento à audiência, através de preposto munido com toda documentação necessária, oportunidade em que poderá contestar o pedido, se quiser (art. 18, § 1º) e apresentar testemunhas independentes de intimação, até o número de três. A contestação poderá ser oral ou escrita (art. 30), podendo haver pedidos contrapostos (art. 17, parágrafo único), sem reconvenção (art. 31).**Anote-se** que o não comparecimento do(a) demandado(a) à sessão de conciliação ou de instrução implica a presunção de serem verdadeiros os fatos articulados na inicial (art. 20), tendo como consequência o julgamento imediato da causa (art. 23). Intime-se o autor, anotando-se que o não comparecimento importará no arquivamento do feito, devendo comparecer acompanhado de suas testemunhas até o número de três. A **citação** poderá ser feita por **correspondência** com **aviso de recebimento**, ou pelo oficial de justiça, independentemente de mandado ou carta precatória (art. 18, I, II e III). Advirta-se ao réu de que pode ser determinada a inversão do ônus da prova em virtude da hipossuficiência do consumidor e a verossimilhança das alegações, devendo o mesmo comparecer em juízo munido de toda documentação pertinente a comprovar suas alegações. O PRESENTE DESPACHO SERVE COMO MANDADO DE CITAÇÃO, DEVIDAMENTE ACOMPANHADO DA INICIAL. **Cumpra-se**. Presidente Dutra (MA), 20 de OUTUBRO de 2011.

KARLOS ALBERTO RIBEIRO MOTA

Juiz Substituto

Processo nº 900082751201181000

Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT

Requerente: Waldflan Oliveira Guimarães

Advogado: **Francisco Henrique Júnior OAB/MA 5785**

Requerido: Porto Seguro CIA. De Seguros Gerais

Resenha:**Defiro o pedido de justiça gratuita.Designo sessão de conciliação, instrução e julgamento para o dia 16/01/2012, às 16:15 horas**, na sala de audiência deste Fórum (art. 16, da Lei 9.099/95).**Cite-se** a parte requerida para comparecimento à audiência, através de preposto munido com toda documentação necessária, oportunidade em que poderá contestar o pedido, se quiser (art. 18, § 1º) e apresentar testemunhas independentes de intimação, até o número de três. A contestação poderá ser oral ou escrita (art. 30), podendo haver pedidos contrapostos (art. 17, parágrafo único), sem reconvenção (art. 31).**Anote-se** que o não comparecimento do(a) demandado(a) à sessão de conciliação ou de instrução implica a presunção de serem verdadeiros os fatos articulados na inicial (art. 20), tendo como consequência o julgamento imediato da causa (art. 23). Intime-se o autor, anotando-se que o não comparecimento importará no arquivamento do feito, devendo comparecer acompanhado de suas testemunhas até o número de três. A **citação** poderá ser feita por **correspondência** com **aviso de recebimento**, ou pelo oficial de justiça, independentemente de mandado ou carta precatória (art. 18, I, II e III). Advirta-se ao réu de que pode ser determinada a inversão do ônus da prova em virtude da hipossuficiência do consumidor e a verossimilhança das alegações, devendo o mesmo comparecer em juízo munido de toda documentação pertinente a comprovar suas alegações. O PRESENTE DESPACHO SERVE COMO MANDADO DE CITAÇÃO, DEVIDAMENTE ACOMPANHADO DA INICIAL. **Cumpra-se**. Presidente Dutra (MA), 20 de OUTUBRO de 2011.

KARLOS ALBERTO RIBEIRO MOTA

Juiz Substituto

Processo nº 900083273201181000

Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT

Requerente: Analene Gomes da Silva

Advogado: **Francisco Henrique Júnior OAB/MA 5785**

Requerido: Porto Seguro CIA. De Seguros Gerais

Resenha: **Defiro o pedido de justiça gratuita. Designo sessão de conciliação, instrução e julgamento para o dia 16/01/2012, às 16:30 horas**, na sala de audiência deste Fórum (art. 16, da Lei 9.099/95). **Cite-se** a parte requerida para comparecimento à audiência, através de preposto munido com toda documentação necessária, oportunidade em que poderá contestar o pedido, se quiser (art. 18, § 1º) e apresentar testemunhas independente de intimação, até o número de três. A contestação poderá ser oral ou escrita (art. 30), podendo haver pedidos contrapostos (art. 17, parágrafo único), sem reconvenção (art. 31). **Anote-se** que o não comparecimento do(a) demandado(a) à sessão de conciliação ou de instrução implica a presunção de serem verdadeiros os fatos articulados na inicial (art. 20), tendo como consequência o julgamento imediato da causa (art. 23). Intime-se o autor, anotando-se que o não comparecimento importará no arquivamento do feito, devendo comparecer acompanhado de suas testemunhas até o número de três. A **citação** poderá ser feita por **correspondência com aviso de recebimento**, ou pelo oficial de justiça, independentemente de mandado ou carta precatória (art. 18, I, II e III). Advirta-se ao réu de que pode ser determinada a inversão do ônus da prova em virtude da hipossuficiência do consumidor e a verossimilhança das alegações, devendo o mesmo comparecer em juízo munido de toda documentação pertinente a comprovar suas alegações. O PRESENTE DESPACHO SERVE COMO MANDADO DE CITAÇÃO, DEVIDAMENTE ACOMPANHADO DA INICIAL. **Cumpra-se.** Presidente Dutra (MA), 20 de OUTUBRO de 2011.

KARLOS ALBERTO RIBEIRO MOTA

Juiz Substituto

Processo nº 900083528201181000

Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT

Requerente: Francisco Flávio Carvalho de Sousa Ribeiro

Advogado: **Francisco Henrique Júnior OAB/MA 5785**

Requerido: Porto Seguro CIA. De Seguros Gerais

Resenha: **Defiro o pedido de justiça gratuita. Designo sessão de conciliação, instrução e julgamento para o dia 16/01/2012, às 14:45 horas**, na sala de audiência deste Fórum (art. 16, da Lei 9.099/95). **Cite-se** a parte requerida para comparecimento à audiência, através de preposto munido com toda documentação necessária, oportunidade em que poderá contestar o pedido, se quiser (art. 18, § 1º) e apresentar testemunhas independente de intimação, até o número de três. A contestação poderá ser oral ou escrita (art. 30), podendo haver pedidos contrapostos (art. 17, parágrafo único), sem reconvenção (art. 31). **Anote-se** que o não comparecimento do(a) demandado(a) à sessão de conciliação ou de instrução implica a presunção de serem verdadeiros os fatos articulados na inicial (art. 20), tendo como consequência o julgamento imediato da causa (art. 23). Intime-se o autor, anotando-se que o não comparecimento importará no arquivamento do feito, devendo comparecer acompanhado de suas testemunhas até o número de três. A **citação** poderá ser feita por **correspondência com aviso de recebimento**, ou pelo oficial de justiça, independentemente de mandado ou carta precatória (art. 18, I, II e III). Advirta-se ao réu de que pode ser determinada a inversão do ônus da prova em virtude da hipossuficiência do consumidor e a verossimilhança das alegações, devendo o mesmo comparecer em juízo munido de toda documentação pertinente a comprovar suas alegações. O PRESENTE DESPACHO SERVE COMO MANDADO DE CITAÇÃO, DEVIDAMENTE ACOMPANHADO DA INICIAL. **Cumpra-se.** Presidente Dutra (MA), 20 de OUTUBRO de 2011.

KARLOS ALBERTO RIBEIRO MOTA

Juiz Substituto

PROCESSO nº 2710820118100054

AÇÃO: REGISTRO PÚBLICO

REQUERENTE: MARIA CONCEBIDA DA SILVA FEITOSA

ADVOGADO(A): YARA S. BATISTA DE MACÊDO – OAB/MA 8.064

FINALIDADE:

Designo Audiência de instrução e julgamento para o dia 13 de janeiro de 2012, às 11:31 horas, fórum local. Intimem-se com as advertências legais.

Presidente Dutra-MA, 09 de novembro de 2011.

Karlos Alberto Ribeiro Mota

Juiz de Direito Substituto

PROCESSO nº 4105720118100054

AÇÃO: REGISTRO PÚBLICO

REQUERENTE: JACIRA MARIA DA CONCEIÇÃO

ADVOGADO(A): YARA S. BATISTA DE MACÊDO – OAB/MA 9.936

FINALIDADE:

Designo Audiência de instrução e julgamento para o dia 13 de janeiro de 2012, às 10:00 horas, fórum local. Intimem-se com as advertências legais.

Presidente Dutra-MA, 09 de novembro de 2011.

Karlos Alberto Ribeiro Mota

Juiz de Direito Substituto

PROCESSO nº 7024220118100054

AÇÃO: REGISTRO PÚBLICO

REQUERENTE: MARIA DALVA BEZERRA COELHO

ADVOGADO(A): JOSE RAIMUNDO DE SOUSA ALMEIDA – OAB/MA 6.231

FINALIDADE:

Designo Audiência de instrução e julgamento para o dia 13 de janeiro de 2012, às 09:00 horas, fórum local. Intimem-se com as advertências legais.

Presidente Dutra-MA, 09 de novembro de 2011.

Karlos Alberto Ribeiro Mota

Juiz de Direito Substituto

PROCESSO nº 7059420118100054

AÇÃO: REGISTRO PÚBLICO

REQUERENTE: JOAQUIM ANTONIO DA SILVA

ADVOGADO(A): JOSE RAIMUNDO DE SOUSA ALMEIDA – OAB/MA 6.231

FINALIDADE:

Designo Audiência de instrução e julgamento para o dia 13 de janeiro de 2012, às 09:30 horas, fórum local. Intimem-se com as advertências legais.

Presidente Dutra-MA, 09 de novembro de 2011.

Karlos Alberto Ribeiro Mota

Juiz de Direito Substituto

PROCESSO nº 7396920118100054

AÇÃO: REGISTRO PÚBLICO

REQUERENTE: JOÃO MACHADO DE LIMA

ADVOGADO(A): ANTENOR QUEIROZ DE ALENCAR FILHO – OAB/MA 9.936

FINALIDADE:

Designo Audiência de instrução e julgamento para o dia 13 de janeiro de 2012, às 11:00 horas, fórum local. Intimem-se com as advertências legais.

Presidente Dutra-MA, 09 de novembro de 2011.

Karlos Alberto Ribeiro Mota

Juiz de Direito Substituto

Proc. 9000075-79.2011.8.10.0054

Ação Nulidade de débito com danos materiais e morais

Requerente: Maria Zelina Gonçalves de Sousa

Advogado: **Éder da Silva Lima, OAB/MA nº8.451**

Requerido: Banco Bonsucesso S/A

Resenha: Fica intimado a parte autora e seu advogado para audiência conciliação se não alcançada esta de instrução e julgamento para **o dia 23 de janeiro de 2012 às 17:15 horas**, na sala das audiências deste fórum Desembargador Vicente Ferreira Lopes, nesta cidade e Comarca de Presidente Dutra, sito na Rua Presidente Castelo Branco, s/nº Centro, ficando advertido de que em caso de ausência injustificada provocará extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do artigo 51, inciso I da lei nº9.099/95. Presidente Dutra, 24 de outubro de 2011.

Karlos Alberto Ribeiro Mota

Juiz de Direito substituto respondendo

Proc. 9000645-65.2011.8.10.0054

Ação Reclamação

Requerente: Maria Josefa de Lima

Advogado: **Warwick Leite de Carvalho, OAB/MA nº4.441**

Requerido: Banco BMG S/A

Despacho de fls.,15: Fica intimada a parte autora bem como seu advogado para audiência que designo para **o dia 09 de dezembro de 2012 às 10:00 horas**, na sala das audiências deste fórum, para a realização da sessão de conciliação, instrução e julgamento, ficando advertido de que o não comparecimento provocará extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do artigo 51, inciso I da lei nº9.099/95. Presidente Dutra, 08 de novembro de 2011.

Karlos Alberto Ribeiro Mota

Juiz de Direito substituto respondendo

Segunda Vara de Presidente Dutra

Processo n.º **12333620088100054**

Ação: **Execução por quantia certa contra devedor solvente**

Parte Autora: **Procter & Gamble Industrial e Comercial Ltda.**

Advogado(a): **Dra. Clara Chaitz Scherkekewitz – OAB/SP 63.905**

Parte Ré: **Atacadão Aveloz Ltda.**

Intime-se a parte autora, para que se manifeste em 05 (cinco) dias acerca da retomada do feito. Presidente Dutra, Estado do Maranhão. Aos 7 de Novembro de 2011.

Juiz Ferdinando Marco Gomes Serejo Sousa

Titular da 2ª vara

Processo n.º **14868720098100054**

Ação: **Reintegração de Posse**

Parte Autora: **Cia. Itauleasing de Arrendamento Mercantil**

Advogado(a): **Dr. Odimar Azenete Matteucci Campelo – OAB/MA 7398**

Parte Ré: **Rozimar de Sousa Mendes**

Intime-se a parte autora, para efetuar o pagamento das custas finais, nos autos em epígrafe, sob pena de inscrição na dívida ativa. Presidente Dutra, Estado do Maranhão. Aos 7 de Novembro de 2011.

Juiz Ferdinando Marco Gomes Serejo Sousa

Titular da 2ª vara

Processo n.º **1069220108100054**

Ação: **Execução de Obrigação de fazer**

Parte Autora: **Maria Neuza da Silva Tavares**

Advogado(a): **Dr. Francisco Henrique Júnior – OAB/MA-5785**

Parte Ré: **Paulo Cesar Andrade Rodrigues**

Para tomar ciência da sentença prolatada à fl.27 dos autos em epígrafe do seguinte teor: RESENHA: Assim, ante o exposto, julgo extinto o presente processo sem resolução do mérito, nos termos do artigo 267, III do Código Processo Civil. Custas pela parte Autora. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, archive-se, com as cautelas legais. Presidente Dutra, 12 de setembro de 2011.

Juiz Ferdinando Marco Gomes Serejo Sousa

Titular da 2ª Vara

Processo n.º 11184420108100054

Ação: **Cobrança de Seguro Obrigatório - DPVAT**Parte Autora: **Francisca de Sousa Santos**Advogado(a): **Dr. Edson Bruno Batalha do Nascimento – OAB/MA - 6906**Parte Ré: **Unibanco Aig Seguros**

Para tomar ciência da sentença prolatada às fls. 24/25 dos autos em epígrafe do seguinte teor: RESENHA: Isto Posto, julgo extinto o processo, sem resolução de mérito, nos termos dos citados art. 267, I e 284, parágrafo único do CPC. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado em julgado e cumprimento, archive-se com as cautelas e baixas de estilo. Presidente Dutra-MA, 09 de setembro de 2011.

Juiz Ferdinando Marco Gomes Serejo Sousa

Titular da 2ª Vara

Processo n.º 15162520098100054

Ação: **Cobrança de Seguro Obrigatório - DPVAT**Parte Autora: **Edinoel Fialho Lacerda Junior**Advogado(a): **Dr. Francisco Henrique Junior – OAB/MA - 5785**Parte Ré: **Porto Seguro e Cia de Seguros**Advogado: **Dr. Warley José N. F. Lima – OAB/MA 9386**

Para tomar ciência da sentença prolatada às fls. 99/100 dos autos em epígrafe do seguinte teor: RESENHA: Isto Posto, julgo extinto o processo, sem resolução de mérito, nos termos dos citados art. 267, I e 284, parágrafo único do CPC. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado em julgado e cumprimento, archive-se com as cautelas e baixas de estilo. Presidente Dutra-MA, 27 de outubro de 2011.

Juiz Ferdinando Marco Gomes Serejo Sousa

Titular da 2ª Vara

Processo n.º 15171020098100054

Ação: **Cobrança de Seguro DPVAT**Parte Autora: **Rebeca Macedo Américo de Oliveira e outros**Advogado(a): **Dr. Francisco Henrique Júnior – OAB/MA-5785**Parte Ré: **Porto Seguro e Cia de Seguros Gerais**Advogado(a): **Dr. Warley José do Nascimento Fernandes Lima – OAB/MA 9386**

Para tomar ciência da sentença prolatada às fls.96/97 dos autos em epígrafe do seguinte teor: RESENHA: Isto Posto, julgo extinto o processo, sem resolução de mérito, nos termos dos citados art. 267, I e 284, parágrafo único do CPC. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado em julgado e cumprimento, archive-se com as cautelas e baixas de estilo. Presidente Dutra-MA, 09 de setembro de 2011.

Juiz Ferdinando Marco Gomes Serejo Sousa

Titular da 2ª Vara

Processo n.º 22819958100054

Ação: **Execução**Parte Autora: **Banco do Estado do Maranhão S/A**Advogado(a): **Dr. Flavio Geraldo Ferreira da Silva – OAB/MA-9117-A**Parte Ré: **Campos e Soares Ltda.**Advogado (a): **Haroldo G. Soares Filho – OAB/MA - 5078**

Para tomar ciência da sentença prolatada à fl.494 dos autos em epígrafe do seguinte teor: RESENHA: Assim, de acordo com art. 449 c/c 475N, V, do CPC, homologo por sentença o acordo extrajudicial ora apresentado, e nos termos do art. 269, III, julgo o processo extinto, com julgamento do mérito. Custas pelos acordantes. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Archive-se, com baixa na distribuição. Presidente Dutra, 27 de outubro de 2011.

Juiz Ferdinando Marco Gomes Serejo Sousa

Titular da 2ª vara

Processo n.º 2567320108100054

Ação: **Cobrança de Diferença de Seguro DPVAT**Parte Autora: **Wylker Freitas Soares**Advogado(a): **Dr. Francisco Henrique Júnior – OAB/MA-5785**Parte Ré: **Porto Seguro e Cia de Seguros Gerais**Advogado(a): **Dra. Danielly Leal da Silva – OAB/PI 6103**

Para tomar ciência da sentença prolatada à fl.73 dos autos em epígrafe do seguinte teor: RESENHA: Isto Posto, julgo extinto o processo, sem resolução de mérito, nos termos dos citados art. 267, I e 284, parágrafo único do CPC. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado em julgado e cumprimento, archive-se com as cautelas e baixas de estilo. Presidente Dutra-MA, 09 de setembro de 2011.

Juiz Ferdinando Marco Gomes Serejo Sousa

Titular da 2ª Vara

Processo n.º 277920118100054

Ação: **Execução Forçada**Parte Autora: **Banco do Nordeste do Brasil S/A**Advogado(a): **Dr. Benedito Nabarro – OAB/MA - 3796**Parte Ré: **Lourival Modesto de Brito e outro**

Para tomar ciência da sentença prolatada às fls. 41 dos autos em epígrafe do seguinte teor: RESENHA: Isto Posto, julgo extinto o processo, sem resolução de mérito, nos termos dos citados art. 267, VIII do CPC. Custas já pagas pelo autor, conforme documentos de fl. 39. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado em julgado, archive-se com as cautelas legais. Presidente Dutra-MA, 09 de agosto de 2011.

Juiz Ferdinando Marco Gomes Serejo Sousa

Titular da 2ª Vara

Processo n.º 5802920118100054

Ação: **Busca e Apreensão**Parte Autora: **Banco Fiat S/A**Advogado(a): **Dra. Juliana Almeida Barros– OAB/MA - 10163**

Parte Ré: **Edmilson Pereira Rocha**

Para tomar ciência da sentença prolatada à fl. 40 dos autos em epígrafe do seguinte teor: RESENHA: Isto posto, julgo extinto o processo sem resolução do mérito com fulcro no artigo 267, VIII do Código de Processo Civil. Custa pela parte autora, nos termos do artigo 26 do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, archive-se, com as cautelas legais. Presidente Dutra, 21 de setembro de 2011.

Juiz Ferdinando Marco Gomes Serejo Sousa

Titular da 2ª Vara

Processo n.º **9455420098100054**

Ação: **Revisão de Contrato**

Parte Autora: **Francisco Orlando Andrade de Souza**

Advogado(a): **Dra. Raíza Luíza Motta Rocha – OAB/MA - 6568**

Parte Ré: **Banco Finasa S/A**

Para tomar ciência da sentença prolatada às fls. 63 dos autos em epígrafe do seguinte teor: RESENHA: Isto posto, indefiro a petição inicial pelo motivos acima relatados e JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito com fulcro no artigo 267, I do CPC. Custas pelo autor. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Intime-se. Presidente Dutra, 28 de setembro de 2011.

Juiz Ferdinando Marco Gomes Serejo Sousa

Titular da 2ª Vara

Raposa

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

FINALIDADE: FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo, tramitam os termos de Ação Penal n.º 84-22.2008.8.10.0113, especialmente ao réu **FRANCISCO PEREIRA DA SILVA**, brasileiro, maranhense, solteiro, pescador, filho de Tomaz Pereira e Camila Pereira da Silva, residente na cidade de Raposa/MA, atualmente em **LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO**, ficando pelo presente **CITADO** para tomar ciência da denúncia oferecida pelo MPE contra o mesmo, dando-o com incurso nas penas do art. 12 da Lei n.º 6.368/76. **DADO E PASSADO** nesta cidade e Comarca de Raposa, Estado do Maranhão, ao(s) quatro (04) dia(s) do mês de novembro (11) do ano de dois mil e onze (2011). Eu, _____, Secretária Judicial, o subscrevi.

Juíza **RAFAELLA DE OLIVEIRA SAIF RODRIGUES**

Titular da Vara Única de Raposa/MA

<div font-size:10pt;> EDITAL DE ALISTAMENTO ANUAL DE JURADOS

A **DOUTORA RAFAELLA DE OLIVEIRA SAIF RODRIGUES**, JUÍZA DE DIREITO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DO JÚRI DESTA COMARCA DE RAPOSA, ESTADO DO MARANHÃO, ETC...

FAZ saber a todos que o presente **EDITAL** virem ou dele conhecimento tiverem, que nos termos do art. 425, do Código de Processo Penal, foram alistados os cidadãos abaixo mencionados, para integrarem o Conselho de Sentença do Tribunal do Júri Popular, pertinente ao exercício de **2011/2012**, a saber:

1. **ADAILTON CALDAS SILVA**, autônomo;
2. **ADEMIR BRUNO DE SOUSA**, pescador;
3. **ALCIDILON ARAÚJO DA SILVA**, pescador;
4. **ALMIR BRUNO DE SOUSA**, autônomo;
5. **AMARILDO DE SOUSA LEÃO**, autônomo;
6. **ANTONIA ALMEIDA DE ASSUNÇÃO**, doméstica;
7. **ANTONIA EDNA DOS SANTOS NASCIMENTO**, doméstica;
8. **ANTONIO CARLOS MARQUES GONÇALVES**, funcionário público municipal;
9. **ANTONIO FERREIRA DA SILVA**, comerciante;
10. **ANTONIO JOSÉ MARQUES GONÇALVES**, pescador;
11. **ANTONIO JOSÉ SOUSA DA SILVA**, funcionário público estadual;
12. **ANTONIO LOPES DE ARAÚJO**, pescador;
13. **ANTONIO ROGÉRIO RODRIGUES DA SILVA**, pescador;
14. **ARILTON KELES BARBOSA MESQUITA**, autônomo;
15. **AUGUSTO CESAR FERREIRA SANTOS**, marceneiro;
16. **CELSON SOUSA DA SILVA**, comerciante;
17. **CLAUDIO JORGE SILVA DO NASCIMENTO**, funcionário público municipal;
18. **CLAUDIONORA LIMA COSTA DOS SANTOS**, professora;
19. **CLEANE OLIVEIRA SANTOS**, autônoma;
20. **CRISTIANE DINIZ CARVALHO**, autônoma;
21. **CRISTINA SANTANA DA SILVA**, funcionária pública estadual;
22. **DEUSAMAR OLIVEIRA DUTRA**, marisqueira;
23. **DEUSIMAR DE ASSUNÇÃO NETO**, autônomo;
24. **DEUZELINA PEREIRA DE OLIVEIRA**, funcionária pública estadual;
25. **ECICREIA DOS SANTOS**, doméstica;
26. **EDBERTO OLIVEIRA DE FREITAS**, pescador;
27. **EDIBERTO SILVA TAVARES**, pescador;
28. **EDILENE DA SILVA BARROS DE SOUSA**, funcionária pública municipal;
29. **EDILSON GOMES DA COSTA**, autônomo;
30. **EDINETE DA SILVA BARROS**, funcionária pública municipal;
31. **EDSON SOUZA DA SILVA**, vigia;
32. **EDVANE DA SILVA BARROS**, funcionária pública municipal;
33. **ELIANE GOMES DA SILVA**, professora;
34. **ELINETE SOUZA DA SILVA COSTA**, professora;

35. ELIVAR GOMES DA SILVA, pescador;
36. ENEDINA DA COSTA DO NASCIMENTO, autônoma;
37. ENEUDINA DAS CHAGAS ARAÚJO DA COSTA, funcionária pública municipal;
38. ESTECLIDE RIBEIRO MARQUES, pescador;
39. ESTER ROCHA DA SILVA, doméstica;
40. EUZAMAR SILVA DA CONCEIÇÃO, autônoma;
41. FELIX MARQUES MOREIRA, autônomo;
42. FRANCISCO GILVAN BORGES FERREIRA FREITAS, autônomo;
43. FRANCISCO SALDANHA DA SILVA, dentista prático;
44. GIDEONE ARAÚJO CARVALHO, motorista;
45. ILANEIDE SOUTO PEREIRA, professora;
46. ILMA OLIVEIRA DE SOUSA, doméstica;
47. ITAMAR MARQUES DOS SANTOS, motorista;
48. IVANDA FONSECA DA SILVA, contadora;
49. IVANICE DOS SANTOS CHAVES, autônoma;
50. JACILENE RODRIGUES DE FREITAS, autônoma;
51. JEOVAH MARQUES DA SILVA, pescador;
52. JOANA FARIAS CHAVES, funcionária pública municipal;
53. JOAQUIM SOUTO CONCEIÇÃO, autônomo;
54. JOÃO VALERIO PEREIRA DE HOLANDA, motorista;
55. JOSÉ ANTONIOSILVA BARROS, cabeleleiro;
56. JOSÉ CAUBI HONORIO DO CARMO, soldador;
57. JOSÉ EDNARDO SARAIVA DIAS, pescador;
58. JOSÉ REIS DOS SANTOS, professor;
59. JOSÉ RIBAMAR FERREIRA DE ARAÚJO, pedreiro;
60. JOSÉ RIBAMAR MENEZES, aposentado;
61. JOSÉ RIBAMAR MOREIRA LEÃO, autônomo;
62. JOSÉ SALDANHA DA SILVA, pescador;
63. JOSÉ SILVA SOUSA, pedreiro;
64. JOSINETE DO CARMO MENEZES, autônoma;
65. JOSENILDE DOS SANTOS SILVA, doméstica;
66. LEIA MARIA DE OLIVEIRA FERREIRA, comerciante;
67. LIANE CHAVES ARAÚJO, autônoma;
68. LILIANA MORAES ROSA FAÇANHA, professora;
69. LILMA GONÇALVES CRUZ, doméstica;
70. LÚCIO ROBERT DOS SANTOS DOURADO, estudante;
71. LUZINETE BRAGA VIEIRA, estudante;
72. MADELEINE RABELO FERREIRA, marisqueira;
73. MANOEL NASCIMENTO CARVALHO JUNIOR, autônomo;
74. MARCELO PEREIRA SILVA, autônomo;
75. MARCONY SOUSA ARAÚJO, padeiro;
76. MARCOS PAULO SABOIA DE SOUSA, funcionário público municipal;
77. MARIA BENEDITA FERREIRA RUBIM, funcionária pública municipal;
78. MARIA CESARIA FARIAS CHAVES, comerciante;
79. MARIA CLEY DOS SANTOS, doméstica;
80. MARIA DA GLÓRIA SANTOS, estudante;
81. MARIA DAS NEVES LOUZEIRO COSTA, estudante;
82. MARIA DE FÁTIMA DE SOUZA, comerciante;
83. MARIA DE JESUS DUARTE ROCHA, professora;
84. MARIA DE JESUS FERREIRA DE OLIVEIRA, professora;
85. MARIA DO LIVRAMENTO REIS TRINDADE, estudante;
86. MARIA DE LOURDES DUARTE, professora;
87. MARIA EDNA PEREIRA DUARTE, professora;
88. MARIA ELIENE SOUSA DA SILVA, funcionária pública estadual;
89. MARIA IRENE DE FREITAS PEREIRA, doméstica;
90. MARIA IZABEL SOUTO DA SILVA, funcionária pública estadual;
91. MARIA HELENA MARQUES DA SILVA, funcionária pública estadual;
92. MARIA JOSÉ DAS CHAGAS NASCIMENTO, funcionária pública municipal;
93. MARIA LENIR COSTA CASTRO, doméstica;
94. MARIA MARLENE DO NASCIMENTO, comerciante;
95. MARIA SILVANE PEREIRA, doméstica;
96. MARIA VANDERLUCIA DO CARMO NASCIMENTO, doméstica;
97. MARIA VILANIR SOUSA FERREIRA, doméstica;
98. MARIA ZILMA BARROS DA SILVA, doméstica;
99. MARILEA DAS GRAÇAS DA COSTA DO NASCIMENTO, doméstica;
100. MARILUCIA DUARTE DA ROCHA, doméstica;
101. MARINEIDE RIOS ARAÚJO, professora;
102. MARINETE REIS MEDEIROS, professora;
103. MARIO DO NASCIMENTO DA COSTA, comerciante;
104. MARIO MONTEIRO DA COSTA, comerciante;
105. MARLI PEREIRA MEMORIA, doméstica;
106. MELQUIAS LISBOA AGUIAR, fotógrafo;
107. MELQUIZEDEQUE LISBOA AGUIAR, autônomo;

108.MESSIAS LISBOA AGUIAR, funcionário público municipal;
109.METUZAEI LISBOA AGUIAR, autônomo;
110.MIRIAN SABOIA DE SOUZA, professora;
111.MIRIAN VIEIRA SILVA, doméstica;
112.NILCE MARIA COSTA MORAES, funcionária pública estadual;
113.OSMARINA MUNIZ FARIAS, comerciante;
114.OSVALDINA MUNIZ FARIAS, professora;
115.OSVANILSON FARIAS DE ALBUQUERQUE, autônomo;
116.PIERRE DE OLIVEIRA, pescador;
117.RAFAELA VERISSIMA DOS SANTOS, doméstica;
118.RAIMUNDA NONATA PINTO, comerciante;
119.ROBERTO CARLOS DUARTE DA ROCHA, pescador;
120.ROBERTO OLIVEIRA SALDANHA DA SILVA, autônomo;
121.ROSA MARIA COSTA MARQUES NASCIMENTO, comerciante;
122.ROSANGELA MARIA PEREIRA, professora;
123.ROSINEUMA DE CARVALHO MARTINS, comerciante;
124.SEBASTIÃO EDSON PEREIRA DUARTE, funcionário público estadual;
125.SELDA SOUSA DA SILVA, funcionária pública municipal;
126.SELMA SOUSA DA SILVA, funcionária pública municipal;
127.SESINO RODRIGUES DE SOUZA JUNIOR, autônomo;
128.STÊNIO VELOSO SILVEIRA, autônomo;
129.SUELY DOS SANTOS SILVA, autônoma;
130.TAISE CRISTINA COSTA MORAES, doméstica;
131.WAGNER ALVES DA SILVA, universitário.

E, em obediência à determinação contida no § 2º do art. 425 do CPP, transcrevem-se os arts. 436 a 446, todos do Código de Processo Penal, nos seguintes termos:

Art. 436. O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos de notória idoneidade.

§ 1º Nenhum cidadão poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução.

§ 2º A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a condição econômica do jurado.

Art. 437. Estão isentos do serviço do júri:

I - o Presidente da República e os Ministros de Estado;

II - os Governadores e seus respectivos Secretários;

III - os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipais;

IV - os Prefeitos Municipais;

V - os Magistrados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública;

VI - os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública;

VII - as autoridades e os servidores da polícia e da segurança pública;

VIII - os militares em serviço ativo;

IX - os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa;

X - aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento.

Art. 438. A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política importará no dever de prestar serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos, enquanto não prestar o serviço imposto.

§ 1º Entende-se por serviço alternativo o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, no Poder Judiciário, na Defensoria Pública, no Ministério Público ou em entidade conveniada para esses fins.

§ 2º O juiz fixará o serviço alternativo atendendo aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Art. 439. O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.

Art. 440. Constitui também direito do jurado, na condição do art. 439 deste Código, preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no provimento, mediante concurso, de cargo ou função pública, bem como nos casos de promoção funcional ou remoção voluntária.

Art. 441. Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salário do jurado sorteado que comparecer à sessão do júri.

Art. 442. Ao jurado que, sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente será aplicada multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a sua condição econômica.

Art. 443. Somente será aceita escusa fundada em motivo relevante devidamente comprovado e apresentada, ressalvadas as hipóteses de força maior, até o momento da chamada dos jurados.

Art. 444. O jurado somente será dispensado por decisão motivada do juiz presidente, consignada na ata dos trabalhos.

Art. 445. O jurado, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la, será responsável criminalmente nos mesmos termos em que o são os juízes togados.

Art. 446. Aos suplentes, quando convocados, serão aplicáveis os dispositivos referentes às dispensas, faltas e escusas e à equiparação de responsabilidade penal prevista no art. 445 deste Código.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, mandou expedir o presente EDITAL, que será fixado no lugar de costume deste Fórum e publicado pela imprensa oficial. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Raposa, Estado do Maranhão, em 9 de novembro de 2011. Eu, _____, Secretária Judicial do Tribunal do Júri, digitei e assino.

Juíza Rafaella de Oliveira Saif Rodrigues
- Titular da Comarca de Raposa -

PROCESSO Nº. 114-52.2011.8.10.0113 (Themis PG3)

AÇÃO: OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANOS MORAIS E ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

REQUERENTE: ANTONIO CARLOS MAERQUES SILVA

ADVOGADO: MANOEL ANTONIO XAVIER, OAB/MA – 4.444

REQUERIDO (A): ALCINO AUTOMÓVEIS E COMISSIONÁRIA DE VEÍCULOS LTDA

ADVOGADO: DANIEL BARROS E SILVA LIMA OAB/MA – 7.453

FINALIDADE: **I N T I M A R** o advogado do requerente, Doutor **MANOEL ANTONIO XAVIER**, OAB/MA – 4.444, bem como o advogado do (a) requerido (a), Drº. **DANIEL BARROS E SILVA LIMA OAB/MA – 7.453**. Para comparecerem à audiência de **conciliação**, que será realizado na sala de audiências do Edifício do Fórum Desembargador Ives Miguel Azar, no dia 02/12/2011 às 10:50 horas.

Raposa/MA, 09 de novembro de 2011.

Belª. **MARIA LÍDIA DE OLIVEIRA SILVA**

Secretária Judicial

(Assinando de ordem da MM. Juíza de Direito, Doutora **Rafaella de Oliveira Saif Rodrigues** titular da vara única da comarca de Raposa-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

PROCESSO Nº. 470-47.2011.8.10.0113 (Themis PG3)

AÇÃO: DECLARATÓRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANOS MORAIS E PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

REQUERENTE: K.M.S.S. representado (a) por seu tutor HERKWALDO DO NASCIMENTO SILVA

ADVOGADO: EMANOEL JORGE BEZERRA LUTIFI, OAB/MA – 8.729

REQUERIDO (A): UNIMED DE SÃO LUIS – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO E ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA

ADVOGADO: HAROLDO GUIMARÃES SOARES FILHO OAB/MA – 5.078

FINALIDADE: **I N T I M A R** o advogado do requerente, Doutor **EMANOEL JORGE BEZERRA LUTIFI**, OAB/MA – 8.729, bem como o advogado do (a) requerido (a), Drº. **HAROLDO GUIMARÃES SOARES FILHO OAB/MA – 5.078**. Para comparecerem à audiência de **conciliação**, que será realizado na sala de audiências do Edifício do Fórum Desembargador Ives Miguel Azar, no dia 02/12/2011 às 11:10 horas.

Raposa/MA, 09 de novembro de 2011.

Belª. **MARIA LÍDIA DE OLIVEIRA SILVA**

Secretária Judicial

(Assinando de ordem da MM. Juíza de Direito, Doutora **Rafaella de Oliveira Saif Rodrigues** titular da vara única da comarca de Raposa-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

REG. DISTRIBUIÇÃO N.º 502-23.2009.8.10.0113

DENOMINAÇÃO: DIVÓRCIO DIRETO LITIGIOSO

REQUERENTE(S): FRANCISCO LOPES DE ARAÚJO

ADVOGADO(A;S): GUSTAVO SANTOS GOMES OAB/MA. N.º 8.696

REQUERIDO(A;S): MARIA DA GRAÇA DA CONCEIÇÃO ARAÚJO

DEFENSOR(A;S): THIAGO JOSINO CARRILHO DE ARRUDA

FINALIDADE: **I N T I M A R** o(a;s) advogado(a;s) **GUSTAVO SANTOS GOMES**, inscrito(a;s) na OAB/MA sob o N.º 8.696. Para comparecer perante este Juízo na sala de audiências do Edifício do Fórum Desembargador Ives Miguel Azar, localizado na Avenida Cafeteira, s/nº - Vila Bom Viver, Raposa/MA, no dia 01/12/2011, às 10:10 h, a fim de participar da audiência preliminar de **Conciliação**, redesignada nos autos supramencionados.

Raposa (MA) 8/11/2011.

Bel.ª MARIA LÍDIA DE OLIVEIRA SILVA

Secretária Judicial

(Assinado de ordem da MM.ª Juíza de Direito Rafaella de Oliveira Saif Rodrigues titular da vara única da Comarca de Raposa-MA, nos termos do Art. 3º, XXV, III, do provimento n.º 001/2007/CGJ/MA)

PORTARIA N.º 20/2011-GJ

ADrª. RAFAELLA DE OLIVEIRA SAIF RODRIGUES, Juíza de Direito Titular da Vara Única desta Comarca de Raposa, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 011/2011 de 07/11/2011, informando o feriado do dia 10/11/2011 (aniversário da cidade), bem como ponto facultativo no dia 11/11/2011 nas repartições públicas deste município, exceto os serviços emergenciais de saúde,

RESOLVE

Art.1º - Suspender o expediente forense no Fórum desta Comarca, nos dias 10/11/2011 e 11/11/2011, em virtude, respectivamente, do aniversário da cidade de Raposa e do ponto facultativo nas repartições públicas deste município.

Art. 2º - Os prazos processuais que vencerem nessas datas serão prorrogados para o primeiro dia útil subsequente.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Cumpra-se. Publique-se. Comunique-se à Corregedoria Geral da Justiça, à Defensoria Pública do Estado, à Ordem dos Advogados do Brasil e ao Órgão do Ministério Público Estadual para que tomem conhecimento.

Gabinete da Juíza de Direito Titular e Diretora do Fórum da Comarca de Raposa/MA, em 09 de novembro de 2011.

Juíza **RAFAELLA DE OLIVEIRA SAIF RODRIGUES**

Titular da Comarca

Riachão**PROCESSO: 370-89.2011.8.10.0114****AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO****REQUERENTE: BANCO HONDA S.A.****ADVOGADO: Dr. MAURO SÉRGIO FRANCO PEREIRA, OAB/MA Nº 7.932****REQUERIDO: DEUZANIRA REIS DE CARVALHO**

FINALIDADE: Intimação do Advogado Mauro Sérgio Franco Pereira, OAB/MA nº 7932 do inteiro teor do despacho de fl. 30: “ Vistos. Intime-se o advogado da parte autora, via diário eletrônico, para que o mesmo se manifeste sobre a certidão de fl. 24-v, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que for de seu interesse, sob pena de extinção do feito, com base no art. 267, §1º, do CPC. Transcorrido tal prazo, com ou sem manifestação, devidamente certificado, voltem os autos conclusos. Cumpra-se. Riachão, 21 de outubro de 2011. (As.) Juiz Alessandro Arrais Pereira Titular da Comarca de Riachão.

CERTIDÃO fl. 24-v: Certifico que, nesta data, citei Deuzanira Reis de Carvalho, lendo o inteiro conteúdo do mandado e tudo ficando bem ciente, assinando e recebendo a contra-fé. Entretanto, deixei de proceder a busca e apreensão do bem indicado no mandado, tendo em vista a pessoa procurada apresentar comprovante de quitação do débito constante na inicial. Certifico ainda que o bem foi encontrado na posse de seu filho no povoado Bacuri-Riachão-MA”.

PROCESSO: 410-71.2011.8.10.0114**AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA****REQUERENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.****ADVOGADO: Dr. LUCIANO COSTA NOGUEIRA, OAB/MA Nº 6593****REQUERIDOS: DOMINGOS ALVES DE OLIVEIRA E CELSO PEREIRA DE SÁ**

FINALIDADE: Intimação do Advogado Luciano Costa Nogueira, OAB/MA nº 6593-A do inteiro teor do despacho de fl. 28: “ Vistos. Intime-se por seu Autor, por seu advogado, via diário eletrônico, para que o mesmo manifeste-se sobre a certidão de fl. 26, requerendo o que for de seu interesse, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se. Riachão-MA, 19 de outubro de 2011.(As.) Juiz Alessandro Arrais Pereira Titular da Comarca de Riachão.

CERTIDÃO DE FL. 26: Certifico, que de posse e em cumprimento ao mandado retro do MM. Juiz de Direito desta Comarca, dirigi-me aos endereços nele constantes, e estando ali, DEIXEI DE CITAR os requeridos DOMINGOS ALVES DE OLIVEIRA E CELSO PEREIRA DE SÁ, em virtude dos mesmos já terem falecidos, consoante informações obtidas dos senhores Dalto Cardoso Brito, o qual é genro deste, e Antonio da Costa Barbosa, que é vizinho do primeiro citando.

Processo nº 432-42.2005.8.10.0114**Ação Penal****Autor: Ministério Público Estadual****Réu: Izaquiel Alves Lopes****Advogado: Dr. Crisogono Rodrigues Vieira OAB-MA nº 3.180**

FINALIDADE: Intimação do Advogado Dr **Crisogono Rodrigues Vieira OAB-MA nº 3.180** para comparecer a audiência de inquirição de testemunha e interrogatório do réu, designada para o **dia 14 de dezembro de 2011, às 14:30h**, no edifício do Fórum local.

Riachão-MA, 09 de novembro de 2011

Juiz ALESSANDRO ARRAIS PEREIRA

Titular da Comarca de Riachão

PROCESSO: 485-13.2010.8.10.0114**AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA****REQUERENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A****ADVOGADO: Dra. CARINE DE SOUSA FARIAS, OAB/BA Nº 25.176****REQUERIDO: JOÃO SOARES DE ARAÚJO**

FINALIDADE: Intimação da Advogada: Carine de Sousa Farias, OAB/BA Nº 25.176, do inteiro teor do despacho de fl. 35: “Vistos. Intime-se o autor, por seu advogado, via diário eletrônico, para que a mesma manifeste-se sobre a certidão de fl. 33, requerendo o que for de seu interesse, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se. Riachão-Ma, 10 de outubro de 2011. (As.) Juiz Alessandro Arrais Pereira Titular da Comarca de Riachão.

CERTIDÃO DE FL. 33: Certifico que, de posse e em cumprimento dirigi-me ao endereço nele constante e lá estando, DEIXEI DE CITAR o requerido JOÃO SOARES DE ARAÚJO, haja vista que o mesmo já é falecido, consoante informações obtidas do morador do Povoado Picos, neste município, Sr. Manoel Gomes Taveira.

PROCESSO: 512-30.2010.8.10.0114**AÇÃO MONITÓRIA****REQUERENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.****ADVOGADO: Dr. BENEDITO NABARRO, OAB/MA Nº 3796-A****REQUERIDOS: JANUÁRIO LOPES DE SOUSA E JOSÉ PEREIRA DOS REIS**

FINALIDADE: Intimação do Advogado Benedito Nabarro, OAB/MA nº 3796-A do inteiro teor do despacho de fl. 42: “ Vistos. Intime-se por seu Autor, por seu advogado, via diário eletrônico, para que o mesmo manifeste-se sobre a certidão de fl. 40-v, requerendo o que for de seu interesse, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se. Riachão-MA, 24 de outubro de 2011.(As.) Juiz Alessandro Arrais Pereira Titular da Comarca de Riachão.

CERTIDÃO DE FL. 40-v: Certifico que, nesta data, DEIXEI DE PROCEDER a penhora, tendo em vista as pessoas procuradas não residirem no endereço indicado e as pessoas encontradas no local desconhecerem as pessoas procuradas.

Processo nº 7-98.1994.8.10.0114 – Cumprimento de Sentença

Exequente: Otalmir Barros Souza

Advogado: Dr. Eduardo Luiz Bortoluzzi OAB-MA 4.066

Executada: Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Advogada: Dra. Cláudia Brant de C. Figueiredo OAB-MA 8.560

FINALIDADE: Intimação do advogado **Dr. EDUARDO LUIZ BORTOLUZZI, OAB/MA Nº 4.066**, do **DESPACHO**, exarado nos autos em epígrafe, à fl. 410, a seguir transcrito: “**DESPACHO.** Vistos. Defiro o requerimento de fls. 400/401. Proceda-se o Sr. Oficial de Justiça com a lavratura do

competente auto de penhora, da carta de seguro de fls. 404/408. Após intime-se o exequente, na pessoa do seu advogado, via diário eletrônico, para que o mesmo no prazo de 15 (quinze) dias, caso queira, ofereça impugnação. Transcorrido tal prazo, com ou sem manifestação devidamente certificado, voltem os autos conclusos. Cumpra-se. Riachão-MA, 31 de outubro de 2011. (As.) Juiz ALESSANDRO ARRAIS PEREIRA – Titular da Comarca de Riachão”.

AUTO DE PENHORA DE FL. 413.: Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e onze (07/11/2011), nesta Cidade e Comarca de Riachão, Estado do Maranhão, de posse e em cumprimento ao mandado de Penhora do MM. Juiz de Direito desta Comarca, extraído dos autos da Ação Indenizatória, Processo nº 7-98.1994.8.10.0114, em que são partes, como Exequente **OTALMIR BARROS DE SOUZA**, e como executado **COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO – CEMAR**, eu, Oficial de Justiça abaixo assinado, **procedi a PENHORA** da carta de seguro abaixo descrita: - **01 (uma) Carta de Seguro, apólice nº 024612011000107760000141, Processo SUSEP nº 15414.004045/2010-49, controle interno nº 1657, tendo como segurado Otalmir Barros de Souza, inscrito no CPF nº 412.839.533-15 e tomador a Companhia Energética do Maranhão, CNPJ nº 06.272.793/0001-84. AVALIAÇÃO: R\$ 362.939,62 (trezentos e sessenta e dois mil, novecentos e trinta e nove reais e sessenta e dois centavos).**

Rosário

Primeira Vara de Rosário

Processo nº 0000980-54.2011.8.10.0115

Ação: AÇÃO PENAL PÚBLICA

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Indiciado: ARTHUR FERNANDO FERREIRA COSTA

Advogado: Dr. Diego Gama de Carvalho (OAB/MA Nº 8926).

Intimação do indiciado, por meio de seu advogado, supramencionado, do inteiro teor da decisão de fl. 44, proferido nos autos em epígrafe, cuja parte final vai adiante transcrita: “Isto posto, indefiro o pedido de liberdade provisória. Com a remessa do Inquérito Policial, abra-se vista ao Ministério Público. Dê-se ciência aos interessados. Notifique-se o Ministério Público. Rosário-MA, 07 de novembro de 2011. Dra. Rosângela Santos Prazeres Macieira - Juíza de Direito da Comarca de Rosário.”

PROCESSO Nº 114-46.2011.8.10.0115

AÇÃO: Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT

REQUERENTE: João da Cruz Almeida do Nascimento

ADVOGADO(A): Luiz Moreira Ramos Filho (OAB/MA 4.916)

REQUERIDO(A): Bradesco Auto Re Companhia de Seguros S/A

ADVOGADO(A): Dra. Cinthia Heluy Marinho Soares (OAB/MA 6835)

Intimação das partes por meio de seus advogados, supramencionados, do inteiro teor da decisão de fls. 96, proferida nos autos em epígrafe, cujo teor é o seguinte: Considerando que o recurso de apelação foi interposto somente em 22/09/2011, e que o prazo para recorrer começou a contar em 01/09/2011, nego seguimento ao presente recurso, porque intempestivo.

Intime-se.Cumpra-se

Rosário, 11/10/2011.

Rosângela Santos Prazeres Macieira
Juíza de Direito

PROCESSO Nº 1152-35.2007.8.10.0115

AÇÃO: Busca e Apreensão

REQUERENTE: Cia Itauleasing de Arrendamento Mercantil

ADVOGADO(A):

REQUERIDO(A): Alberto Nunes

Intimação da parte autora por meio de sua advogada, supramencionada, do inteiro teor da sentença de fls. 49/50, proferida nos autos em epígrafe, cujo dispositivo final é o seguinte: Ante o exposto, JULGO extinto o presente feito, sem resolução de mérito, com supedâneo no art. 267, II, do Código de Processo Civil, ressalvando-se a possibilidade de a autora ajuizar novamente a presente ação.Após tomadas todas as providências de praxe e estilo, archive-se, dando-se baixa no sistema.

Custas como recolhidas na forma da lei.

P.R.I.

Rosário (MA), 30 de setembro de 2011.

Rosângela Santos Prazeres Macieira
Juíza de Direito

PROCESSO Nº 1252-19.2009.8.10.0115

AÇÃO: Reintegração de Posse

REQUERENTE: Banco Itauleasing S/A

ADVOGADO(A): Dr. Rafael dos Santos Bermudes, OAB/MA 7.872

REQUERIDO(A): Roberval Cantanhede Marques

Intimação da parte autora por meio de sua advogada, supramencionada, do inteiro teor da sentença de fls. 31, proferida nos autos em epígrafe, cujo dispositivo final é o seguinte: Ante o exposto, JULGO extinto o presente feito, sem resolução de mérito, com supedâneo no art. 267, VIII, do Código de Processo Civil, revogando, outrossim, a liminar concedida à fl. 21.Após tomadas todas as providências de praxe e estilo, archive-se, dando-se baixa no sistema.

Custas como recolhidas na forma da lei.

P.R.I.

Rosário (MA), 14 de outubro de 2011.

Rosângela Santos Prazeres Macieira

Juíza de Direito

PROCESSO Nº 276-41.2011.8.10.0115

AÇÃO: Impugnação ao Valor da Causa

REQUERENTE: Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA

ADVOGADO(A): José de Ribamar Torreão Smith Junior, OAB/MA 6124

REQUERIDO(A): Raimunda Pinheiro

Intimação da parte autora por meio de seu advogado, supramencionado, do inteiro teor do despacho de fls. 15, proferida nos autos em epígrafe, cujo teor é o seguinte: Intime-se a parte autora, via patrono, para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias sobre a presente impugnação, nos termos do art. 261, CPC.

Cumpra-se. Após, conclusos.

Rosário, 11 de outubro de 2011
Rosângela Santos Prazeres Macieria
Juíza de Direito

PROCESSO Nº 298-07.2008.8.10.0115

AÇÃO: Busca e Apreensão

REQUERENTE: Banco Panamericano S/A

ADVOGADO(A): Anna Carolinne Fernandes Alves, OAB/MA 8.316

REQUERIDO(A): Tânia Marinho Santos Marinho

Intimação da parte autora por meio de sua advogada, supramencionada, do inteiro teor da sentença de fls. 49/50, proferida nos autos em epígrafe, cujo dispositivo final é o seguinte: Ante o exposto, JULGO extinto o presente feito, sem resolução de mérito, com supedâneo no art. 267, II, do Código de Processo Civil, ressalvando-se a possibilidade de a autora ajuizar novamente a presente ação. Após tomadas todas as providências de praxe e estilo, archive-se, dando-se baixa no sistema.

Custas como recolhidas na forma da lei.

P.R.I.

Rosário (MA), 30 de setembro de 2011.
Rosângela Santos Prazeres Macieira
Juíza de Direito

PROCESSO Nº 622-89.2011.8.10.0115

AÇÃO: Impugnação ao Valor da Causa

REQUERENTE: Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA

ADVOGADO(A): José de Ribamar Torreão Smith Junior, OAB/MA 6124

REQUERIDO(A): Maria José da Cruz Silva

Intimação da parte autora por meio de seu advogado, supramencionado, do inteiro teor do despacho de fls. 19, proferida nos autos em epígrafe, cujo teor é o seguinte: Intime-se a parte autora, via patrono, para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias sobre a presente impugnação, nos termos do art. 261, CPC.

Cumpra-se. Após, conclusos.

Rosário, 11 de outubro de 2011
Rosângela Santos Prazeres Macieria
Juíza de Direito

PROCESSO Nº 623-74.2011.8.10.0115

AÇÃO: Impugnação ao Valor da Causa

REQUERENTE: Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA

ADVOGADO(A): José de Ribamar Torreão Smith Junior, OAB/MA 6124

REQUERIDO(A): Ana Maria Sales

Intimação da parte autora por meio de seu advogado, supramencionado, do inteiro teor do despacho de fls. 19, proferida nos autos em epígrafe, cujo teor é o seguinte: Intime-se a parte autora, via patrono, para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias sobre a presente impugnação, nos termos do art. 261, CPC.

Cumpra-se. Após, conclusos.

Rosário, 11 de outubro de 2011.
Rosângela Santos Prazeres Macieria
Juíza de Direito

PROCESSO Nº 624-59.2011.8.10.0115

AÇÃO: Impugnação ao Valor da Causa

REQUERENTE: Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA

ADVOGADO(A): José de Ribamar Torreão Smith Junior, OAB/MA 6124

REQUERIDO(A): Greudilene Serejo Silva

Intimação da parte autora por meio de seu advogado, supramencionado, do inteiro teor do despacho de fls. 19, proferida nos autos em epígrafe, cujo teor é o seguinte: Intime-se a parte autora, via patrono, para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias sobre a presente impugnação, nos termos do art. 261, CPC.

Cumpra-se. Após, conclusos.

Rosário, 11 de outubro de 2011
Rosângela Santos Prazeres Macieria
Juíza de Direito

PROCESSO Nº 625-44.2011.8.10.0115

AÇÃO: Impugnação ao Valor da Causa

REQUERENTE: Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA

ADVOGADO(A): José de Ribamar Torreão Smith Junior, OAB/MA 6124

REQUERIDO(A): Maria do Desterro Fonseca

Intimação da parte autora por meio de seu advogado, supramencionado, do inteiro teor do despacho de fls. 19, proferida nos autos em epígrafe, cujo teor é o seguinte: Intime-se a parte autora, via patrono, para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias sobre a presente impugnação, nos termos do art. 261, CPC.

Cumpra-se. Após, conclusos.

Rosário, 11 de outubro de 2011.
Rosângela Santos Prazeres Macieria
Juíza de Direito

PROCESSO Nº 626-29.2011.8.10.0115

AÇÃO: Impugnação ao Valor da Causa

REQUERENTE: Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA

ADVOGADO(A): José de Ribamar Torreão Smith Junior, OAB/MA 6124

REQUERIDO(A): Raimunda da Conceição Fonseca

Intimação da parte autora por meio de seu advogado, supramencionado, do inteiro teor do despacho de fls. 19, proferida nos autos em epígrafe, cujo teor é o seguinte: Intime-se a parte autora, via patrono, para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias sobre a presente impugnação, nos termos do art. 261, CPC.

Cumpra-se. Após, conclusos.

Rosário, 11 de outubro de 2011
Rosângela Santos Prazeres Macieria
Juíza de Direito

PROCESSO Nº 627-14.2011.8.10.0115

AÇÃO: Impugnação ao Valor da Causa

REQUERENTE: Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA

ADVOGADO(A): José de Ribamar Torreão Smith Junior, OAB/MA 6124

REQUERIDO(A): Elice Melo Fonseca

Intimação da parte autora por meio de seu advogado, supramencionado, do inteiro teor do despacho de fls. 19, proferida nos autos em epígrafe, cujo teor é o seguinte: Intime-se a parte autora, via patrono, para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias sobre a presente impugnação, nos termos do art. 261, CPC.

Cumpra-se. Após, conclusos.

Rosário, 11 de outubro de 2011.
Rosângela Santos Prazeres Macieria
Juíza de Direito

PROCESSO Nº 628-96.2011.8.10.0115

AÇÃO: Impugnação ao Valor da Causa

REQUERENTE: Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA

ADVOGADO(A): José de Ribamar Torreão Smith Junior, OAB/MA 6124

REQUERIDO(A): Manoel Barros de Aguiar

Intimação da parte autora por meio de seu advogado, supramencionado, do inteiro teor do despacho de fls. 19, proferida nos autos em epígrafe, cujo teor é o seguinte: Intime-se a parte autora, via patrono, para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias sobre a presente impugnação, nos termos do art. 261, CPC.

Cumpra-se. Após, conclusos.

Rosário, 11 de outubro de 2011.
Rosângela Santos Prazeres Macieria
Juíza de Direito

PROCESSO Nº 629-81.2011.8.10.0115

AÇÃO: Impugnação ao Valor da Causa

REQUERENTE: Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA

ADVOGADO(A): José de Ribamar Torreão Smith Junior, OAB/MA 6124

REQUERIDO(A): Maria Goreth Oliveira da Silva

Intimação da parte autora por meio de seu advogado, supramencionado, do inteiro teor do despacho de fls. 19, proferida nos autos em epígrafe, cujo teor é o seguinte: Intime-se a parte autora, via patrono, para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias sobre a presente impugnação, nos termos do art. 261, CPC.

Cumpra-se. Após, conclusos.

Rosário, 11 de outubro de 2011.
Rosângela Santos Prazeres Macieria
Juíza de Direito

PROCESSO Nº 630-66.2011.8.10.0115

AÇÃO: Impugnação ao Valor da Causa

REQUERENTE: Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA

ADVOGADO(A): José de Ribamar Torreão Smith Junior, OAB/MA 6124

REQUERIDO(A): Arlete da Conceição Pinheiro de Melo

Intimação da parte autora por meio de seu advogado, supramencionado, do inteiro teor do despacho de fls. 19, proferida nos autos em epígrafe, cujo teor é o seguinte: Intime-se a parte autora, via patrono, para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias sobre a presente impugnação, nos termos do art. 261, CPC.

Cumpra-se. Após, conclusos.

Rosário, 11 de outubro de 2011
Rosângela Santos Prazeres Macieria

Juíza de Direito

PROCESSO Nº 631-51.2011.8.10.0115

AÇÃO: Impugnação ao Valor da Causa

REQUERENTE: Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA

ADVOGADO(A): José de Ribamar Torreão Smith Junior, OAB/MA 6124

REQUERIDO(A): Joeldson Silva Sena

Intimação da parte autora por meio de seu advogado, supramencionado, do inteiro teor do despacho de fls. 19, proferida nos autos em epígrafe, cujo teor é o seguinte: Intime-se a parte autora, via patrono, para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias sobre a presente impugnação, nos termos do art. 261, CPC.

Cumpra-se. Após, conclusos.

Rosário, 11 de outubro de 2011
Rosângela Santos Prazeres Macieria
Juíza de Direito

PROCESSO Nº 632-36.2011.8.10.0115

AÇÃO: Impugnação ao Valor da Causa

REQUERENTE: Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA

ADVOGADO(A): José de Ribamar Torreão Smith Junior, OAB/MA 6124

REQUERIDO(A): Raimunda Martinha Cruz da Silva

Intimação da parte autora por meio de seu advogado, supramencionado, do inteiro teor do despacho de fls. 19, proferida nos autos em epígrafe, cujo teor é o seguinte: Intime-se a parte autora, via patrono, para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias sobre a presente impugnação, nos termos do art. 261, CPC.

Cumpra-se. Após, conclusos.

Rosário, 11 de outubro de 2011
Rosângela Santos Prazeres Macieria
Juíza de Direito

PROCESSO Nº 633-21.2011.8.10.0115

AÇÃO: Impugnação ao Valor da Causa

REQUERENTE: Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA

ADVOGADO(A): José de Ribamar Torreão Smith Junior, OAB/MA 6124

REQUERIDO(A): Vanusa Melo Sena

Intimação da parte autora por meio de seu advogado, supramencionado, do inteiro teor do despacho de fls. 19, proferida nos autos em epígrafe, cujo teor é o seguinte: Intime-se a parte autora, via patrono, para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias sobre a presente impugnação, nos termos do art. 261, CPC.

Cumpra-se. Após, conclusos.

Rosário, 11 de outubro de 2011
Rosângela Santos Prazeres Macieria
Juíza de Direito

PROCESSO Nº 634-06.2011.8.10.0115

AÇÃO: Impugnação ao Valor da Causa

REQUERENTE: Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA

ADVOGADO(A): José de Ribamar Torreão Smith Junior, OAB/MA 6124

REQUERIDO(A): Germana da Cruz Silva

Intimação da parte autora por meio de seu advogado, supramencionado, do inteiro teor do despacho de fls. 19, proferida nos autos em epígrafe, cujo teor é o seguinte: Intime-se a parte autora, via patrono, para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias sobre a presente impugnação, nos termos do art. 261, CPC.

Cumpra-se. Após, conclusos.

Rosário, 11 de outubro de 2011.
Rosângela Santos Prazeres Macieria
Juíza de Direito

PROCESSO Nº 635-88.2011.8.10.0115

AÇÃO: Impugnação ao Valor da Causa

REQUERENTE: Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA

ADVOGADO(A): José de Ribamar Torreão Smith Junior, OAB/MA 6124

REQUERIDO(A): Antonio da Cruz Varela Silva

Intimação da parte autora por meio de seu advogado, supramencionado, do inteiro teor do despacho de fls. 19, proferida nos autos em epígrafe, cujo teor é o seguinte: Intime-se a parte autora, via patrono, para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias sobre a presente impugnação, nos termos do art. 261, CPC.

Cumpra-se. Após, conclusos.

Rosário, 11 de outubro de 2011.
Rosângela Santos Prazeres Macieria
Juíza de Direito

PROCESSO Nº 636-73.2011.8.10.0115

AÇÃO: Impugnação ao Valor da Causa

REQUERENTE: Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA

ADVOGADO(A): José de Ribamar Torreão Smith Junior, OAB/MA 6124

REQUERIDO(A): Maria Antonia Lima Lopes

Intimação da parte autora por meio de seu advogado, supramencionado, do inteiro teor do despacho de fls. 19, proferida nos autos em epígrafe, cujo teor é o seguinte: Intime-se a parte autora, via patrono, para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias sobre a presente impugnação, nos termos do

art. 261, CPC.
Cumpra-se. Após, conclusos.

Rosário, 11 de outubro de 2011.
Rosângela Santos Prazeres Macieria
Juíza de Direito

PROCESSO Nº 637-58.2011.8.10.0115

AÇÃO: Impugnação ao Valor da Causa

REQUERENTE: Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA

ADVOGADO(A): José de Ribamar Torreão Smith Junior, OAB/MA 6124

REQUERIDO(A): José Manoel Melo Sena

Intimação da parte autora por meio de seu advogado, supramencionado, do inteiro teor do despacho de fls. 19, proferida nos autos em epígrafe, cujo teor é o seguinte: Intime-se a parte autora, via patrono, para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias sobre a presente impugnação, nos termos do art. 261, CPC.

Cumpra-se. Após, conclusos.

Rosário, 11 de outubro de 2011
Rosângela Santos Prazeres Macieria
Juíza de Direito

PROCESSO Nº 638-43.2011.8.10.0115

AÇÃO: Impugnação ao Valor da Causa

REQUERENTE: Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA

ADVOGADO(A): José de Ribamar Torreão Smith Junior, OAB/MA 6124

REQUERIDO(A): José Maria Santana Alves

Intimação da parte autora por meio de seu advogado, supramencionado, do inteiro teor do despacho de fls. 19, proferida nos autos em epígrafe, cujo teor é o seguinte: Intime-se a parte autora, via patrono, para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias sobre a presente impugnação, nos termos do art. 261, CPC.

Cumpra-se. Após, conclusos.

Rosário, 11 de outubro de 2011.
Rosângela Santos Prazeres Macieria
Juíza de Direito

PROCESSO Nº 639-28.2011.8.10.0115

AÇÃO: Impugnação ao Valor da Causa

REQUERENTE: Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA

ADVOGADO(A): José de Ribamar Torreão Smith Junior, OAB/MA 6124

REQUERIDO(A): Damasia Francisca de Oliveira

Intimação da parte autora por meio de seu advogado, supramencionado, do inteiro teor do despacho de fls. 19, proferida nos autos em epígrafe, cujo teor é o seguinte: Intime-se a parte autora, via patrono, para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias sobre a presente impugnação, nos termos do art. 261, CPC.

Cumpra-se. Após, conclusos.

Rosário, 11 de outubro de 2011.
Rosângela Santos Prazeres Macieria
Juíza de Direito

PROCESSO Nº 640-13.2011.8.10.0115

AÇÃO: Impugnação ao Valor da Causa

REQUERENTE: Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão - CAEMA

ADVOGADO(A): José de Ribamar Torreão Smith Junior, OAB/MA 6124

REQUERIDO(A): Maria Raimunda Mendes da Fonseca

Intimação da parte autora por meio de seu advogado, supramencionado, do inteiro teor do despacho de fls. 19, proferida nos autos em epígrafe, cujo teor é o seguinte: Intime-se a parte autora, via patrono, para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias sobre a presente impugnação, nos termos do art. 261, CPC.

Cumpra-se. Após, conclusos.

Rosário, 11 de outubro de 2011
Rosângela Santos Prazeres Macieria
Juíza de Direito

PROCESSO Nº 712-97.2011.8.10.0115

AÇÃO: Obrigação de Fazer

REQUERENTE: Maria Lucia Cavalcante Lima

ADVOGADO(A): Dr. Osmar de Oliveira Neres Júnior, OAB/MA 7550

REQUERIDO(A): Tokio Marine Seguradora S/A

Intimação da parte autora por meio de seu advogado, supramencionado, do inteiro teor do despacho de fls. 184, proferida nos autos em epígrafe, cujo teor é o seguinte: R. hoje. Dê-se vista dos autos à parte autora, por meio de seu advogado, para, querendo, oferecer réplica a contestação de fls. 165/179, no prazo de 10 (dez) dias.

Cumpra-se.

Rosário, 03 de novembro de 2011.
Rosângela Santos Prazeres Macieira
Juíza de Direito

PROCESSO Nº. 8348120098100115

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.

REQUERENTE: MARIA DE JESUS CUNHA.

ADVOGADO: ARIOSTO CARVALHO DE OLIVEIRA – OAB-MA 8106.

REQUERIDA: MÁRCIA HELENA MATOS PAIVA SOUSA.

ADVOGADOS: GEORGE HAMILTON COSTA MARTINS – OAB-MA 5600 e MARIA AUGUSTA ALVES PEREIRA – OAB-MA 3913.

INTIMAÇÃO dos advogados das partes supramencionadas, do despacho proferido à fl. 101, adiante transcrito: “ **R. Hoje. Designo audiência preliminar (Código de Processo Civil, art. 331) para o dia 13/12/2011, às 11:00 hs. Intimem-se. Rosário, 08/11/2011. Dra. Rosângela Santos Prazeres Macieira – Juíza de Direito**”.

PROCESSO Nº 9000322-08.2010.8.10.0115

AÇÃO: SUMARÍSSIMA

RECLAMANTE: ELZA ALVES DE MORAES

ADVOGADO: DR. EDUARDO SANTOS LIMA (OAB/MA 8713)

RECLAMADO: COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR

ADVOGADOS: NÃO CONSTA.

INTIMAR o advogado da reclamante, supramencionado, para comparecer em Audiência de Instrução e Julgamento a ser realizada no dia 30 de novembro de 2011 às 11:40 horas. Rosário 26/10/2011. Rosângela Santos Prazeres Macieira, Juíza de Direito Titular da 1ª Vara desta Comarca.

Sentença

Processo nº 0000298-07.2008.8.10.0115

Ação: BUSCA E APREENSAO

Autor: Processo em Segredo de Justiça

Advogados: PAULO HENRIQUE FERREIRA (OAB 894B)

Réus: Processo em Segredo de Justiça

PROCESSO Nº 298/2008AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE COM PEDIDO DE LIMINARREQUERENTE: BANCO PANAMERICANO S/A REQUERIDO: TANIA MARIA SANTOS MARINHOSSENTENÇA Tratam-se os presentes autos ação de reintegração de posse ajuizada por Banco Panamericano S/A em face de Tania Maria Santos Marinho. Acompanham a inicial os documentos de fls. 05/19. Decisão de fl. 20 concedendo a liminar para expedição de mandado de reintegração de posse. Certidão de fl. 26 informando a não localização do veículo objeto da presente ação. Instado a se manifestar, o patrono do autor requereu diligências (fls. 30/31). Vieram-me os autos conclusos. Passo a decidir. É certo que incumbe à parte a realização das diligências que lhe competir, ou seja, não deve o Poder Judiciário arcar com esse ônus, sob pena de imparcialidade do juízo. No presente caso, instado a se manifestar, o requerente não diligenciou no sentido de localizar o bem objeto da reintegração de posse, preocupando-se apenas em requerer a expedição de ofícios a diversos órgãos, bem como bloqueio do veículo perante o DETRAN-MA, não comprovando a impossibilidade de fazê-lo. Em que pese a expedição de ofícios por este juízo, tem-se que os autos se encontram sem movimentação do requerente. Assim, há que se verificar que a parte autora não cumpriu com o ônus de diligenciar quanto à localização do bem, não podendo o juízo agir em favor da parte. Nesse sentido, colaciona-se o julgado abaixo: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. CERCEAMENTO DE DEFESA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CONVENCIMENTO DO JUIZ. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO A BANCO PELO JUIZO. INCUMBÊNCIA DA PARTE INTERESSADA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. “À parte interessada incumbe a realização das diligências necessárias ao desenvolvimento do processo, só cabendo ao Poder Judiciário determiná-las quando, comprovadamente, não lhe for possível fazer” (Agravado de Instrumento n. 2005.042319-3, de Dionísio Cerqueira, rel. Des. Subst. Paulo Roberto Camargo Costa, julgado em 4-5-2006). Desta feita, descabido o pedido do autor, quanto à expedição de ofícios por este juízo. Portanto, o caso dos autos é típico de extinção do processo sem resolução do mérito, sendo desnecessária a intimação pessoal do representante legal do banco requerente para se manifestar em 48h (quarenta e oito horas), vez que o advogado, que é o detentor do jus postulandi é quem pode dar prosseguimento ao feito. Nesse sentido, é a jurisprudência: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. APELAÇÃO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CÉDULA DE CRÉDITO COMERCIAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. PARALISAÇÃO POR MAIS DE UM ANO. INOCORRÊNCIA. ABANDONO DA CAUSA. INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR. INTIMAÇÃO DO PROCURADOR. AUSÊNCIA. NECESSIDADE. EXEGESE DO ART. 267 <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/91735/código-processo-civil-lei-5869-73>>, § 1º <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/91735/código-processo-civil-lei-5869-73>>, DO CPC <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/91735/código-processo-civil-lei-5869-73>>. 1. Intimação pessoal. A extinção do processo por abandono do autor, pressupõe ânimo inequívoco da parte, ante a inércia manifestada quando intimado pessoalmente. 2. Intimação do procurador. Para que o abandono da causa ou a paralisação por mais de um ano, possa resultar em extinção do processo, deve o advogado do autor ser intimado para dar andamento ao feito, sob pena de sua extinção, uma vez que a ele incumbe o jus postulandi. Recurso de apelação provido. Registre-se, finalmente, que os presentes autos permanecem paralisados na secretaria judicial há mais de um ano, sendo certo que não pode o Judiciário arcar com a morosidade causada pela própria parte autora. Ante o exposto, JULGO extinto o presente feito, sem resolução de mérito, com supedâneo no art. 267, II, do Código de Processo Civil, ressaltando-se a possibilidade de a autora ajuizar novamente a presente ação. Após tomadas todas as providências de praxe e estilo, archive-se, dando-se baixa no sistema. Custas como recolhidas na forma da lei. P.R.I. Rosário (MA), 30 de setembro de 2011. Rosângela Santos Prazeres Macieira Juíza de Direito

Sentença

Processo nº 0001252-19.2009.8.10.0115

Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA | REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE

Autor: BANCO ITAULEASING S/A

Advogados: RAFAEL DOS SANTOS BERMUDEZ (OAB 7872)

Réus: ROBERVAL CANTANHEDE MARQUES

Tratam-se os presentes autos de pedido de reintegração de posse c/c liminar ajuizada por Banco Itauleasing S/A em face de Roberval Cantanhede Marques. Acompanham a inicial os documentos de fls. 06/20. Pedido de desistência formulado à fl. 20. Decisão de fl. 21 concedendo a liminar. Vieram-me os autos conclusos. Passo a decidir. É certo que o art. 267, VIII do CPC, prescreve que o processo deve ser extinto sem resolução do mérito causae, quando o autor manifestar a desistência do processo. No presente caso, o banco requerente manifestou-se pela desistência do presente feito, ante a falta de interesse em prosseguir com o feito. Nesses casos, em que a parte autora requer a desistência da ação, deve-se, por conseguinte, se impor a extinção do processo sem resolução do mérito (art. 267, VIII do CPC). Ante o exposto, JULGO extinto o presente feito, sem resolução de mérito, com supedâneo no art. 267, VIII, do Código de Processo Civil, revogando, outrossim, a liminar concedida à fl. 21. Após tomadas todas as providências de praxe e estilo, archive-se, dando-se baixa no sistema. Custas como recolhidas na forma da lei. P.R.I. Rosário (MA), 14 de outubro de 2011. Rosângela Santos Prazeres Macieira Juíza de Direito

Santa Luzia

Primeira Vara de Santa Luzia

PROCESSO Nº. 263/2009

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RECLAMANTE: **DELMIRO PEREIRA DO NASCIMENTO**

Advogada: Benedita Maria Soares de Carvalho, OAB/MA 920

RECLAMADO: **BANCO BRADESCO S/A**

Advogada: Lia Damo Dedeca, OAB/SP 207.407

A Doutora Marcelle Adriane Farias Silva, Juíza de Direito Titular da 1ª Vara da Comarca de Santa Luzia, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei, etc.

FINALIDADE: INTIMAR as partes acima identificada para tomarem conhecimento da r. Sentença proferida nos autos do processo em epígrafe, cuja parte dispositiva segue abaixo transcrita:

DISPOSITIVO: "...Isto posto, julgo procedente o pedido para desconstituir o contrato de empréstimo firmado em nome do autor **DELMIRO PEREIRA DO NASCIMENTO** com o demandado **BANCO BRADESCO S/A**, a quem compete pagar: (a) indenização por danos morais a autora no importe de **R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)**, valor não tão baixo para que mantenha sua função pedagógica mas não tão elevado para que não represente fonte de enriquecimento sem causa. Correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês a contar desta decisão e (b) indenização por danos materiais, estimada em **R\$ 68,30 (sessenta e oito reais e trinta centavos)**, referente ao dobro de todo o valor descontado de forma indevida, com acréscimo de 1% (um por cento) ao mês, a contar desta citação, e correção monetária a conta de cada desconto efetuado (data dos sucessivos eventos lesivos). O prazo para recurso é de 10 (dez) dias, devendo ser necessariamente interposto por advogado, estando sujeito o apelante ao pagamento de custas e honorários na instância superior, caso sucumbente. Sem custas e honorários, incabíveis nesta instância. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Santa Luzia/MA, 11 de outubro de 2011. Juíza Marcelle Adriane Farias Silva, Titular da 1ª Vara".

Santa Luzia/MA, 09 de novembro de 2011

Bruno Wanderson de Moraes Pereira

Técnico Judiciário

(Assinando de ordem da **MMª. Juíza Marcelle Adriane Farias Silva**, Titular da 1ª Vara da Comarca de Santa Luzia/MA)

PROCESSO Nº. 488-42.2011.8.10.0057

REGISTRO PÚBLICO

REQUERENTE: **MARIA DALZIZA DA CONCEIÇÃO**

Advogada: Rosângélica Pereira Castelo Branco Campos, OAB/MA 10.047

A Doutora Marcelle Adriane Farias Silva, Juíza de Direito Titular da 1ª Vara da Comarca de Santa Luzia, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei, etc.

FINALIDADE: INTIMAR a parte autora para tomar conhecimento da r. Sentença proferida nos autos do processo em epígrafe, cuja parte dispositiva segue abaixo transcrita:

DISPOSITIVO: "...Isto posto, com concordância com o parecer ministerial, julgo procedente o pedido, determinando a lavratura do assento de óbito de ANTONIO DA COSTA RABELO, piauiense, natural de Miguel Pereira, lavrador aposentado, eleitor da 70ª Zona Eleitoral, aos 83 anos, ocorrido em 17/07/2005, *ab intestato*, de causas naturais, no município de Santa Luzia, tendo sido sepultado no Cemitério do Povoado Timbira do Bojé, sem filhos e sem bens a inventariar – dados que deverão ser anotados em livro próprio. Sem custas por incidir exceção legal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, comunique-se o Cartório competente, servindo uma via desta sentença por mandado, que deverá ser arquivada com cautelas legais (art. 109, parágrafo 6º da Lei nº. 6.015/73). Santa Luzia/MA, 11 de outubro de 2011. Juíza Marcelle Adriane Farias Silva, Titular da 1ª Vara".

Santa Luzia/MA, 09 de novembro de 2011

Bruno Wanderson de Moraes Pereira

Técnico Judiciário

(Assinando de ordem da **MMª. Juíza Marcelle Adriane Farias Silva**, Titular da 1ª Vara da Comarca de Santa Luzia/MA)

PROCESSO Nº. 69/2009

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL – AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS

RECLAMANTE: **DOMINGAS DO NASCIMENTO MACEDO**

Advogado: Odino Farias de Azevedo Júnior, OAB/MA 7131

RECLAMADO: **BANCO BMC**

Advogada: Lia Damo Dedeca, OAB/SP 207.407

A Doutora Marcelle Adriane Farias Silva, Juíza de Direito Titular da 1ª Vara da Comarca de Santa Luzia, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei, etc.

FINALIDADE: INTIMAR as partes acima identificadas para tomarem conhecimento da **Audiência Instrução e Julgamento, redesignada para o dia 23 de novembro de 2011, às 14h00min**, na Sala de Audiências desta 1ª Vara de Santa Luzia. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Santa Luzia/MA, 08 de novembro de 2011. Juíza Marcelle Adriane Farias Silva, Titular da 1ª Vara".

Santa Luzia/MA, 09 de novembro de 2011

Bruno Wanderson de Moraes Pereira

Técnico Judiciário

(Assinando de ordem da **MMª. Juíza Marcelle Adriane Farias Silva**, Titular da 1ª Vara da Comarca de Santa Luzia/MA)

PROCESSO Nº. 9000073-03.2011.8.10.0057

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL – AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS

RECLAMANTE: **IRINEUDA DE ARAÚJO DE LIRA**

Advogado: Odino Farias de Azevedo Júnior, OAB/MA 7131

RECLAMADO: **COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO – CEMAR**

Advogada: Rosane Martins da Trindade, OAB/MA 6.033

A Doutora Marcelle Adriane Farias Silva, Juíza de Direito Titular da 1ª Vara da Comarca de Santa Luzia, Estado do Maranhão, no uso de suas

atribuições legais e na forma da lei, etc.

FINALIDADE: INTIMAR as partes acima identificadas para tomarem conhecimento da r. Sentença proferida nos autos do processo em epígrafe, cuja parte dispositiva segue abaixo transcrita:

DISPOSITIVO: "...Isto posto, com fundamento no art. 269, III do Código de Processo Civil, julgo extinto o feito, sem resolução do mérito, ante o abandono da causa pela reclamante. Sem condenação em custas ou honorários, incabíveis nesta instância. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Santa Luzia/MA, 13 de outubro de 2011. Juíza Marcelle Adriane Farias Silva, Titular da 1ª Vara".

Santa Luzia/MA, 08 de novembro de 2011

Bruno Wanderson de Moraes Pereira

Técnico Judiciário

(Assinando de ordem da **MMª. Juíza Marcelle Adriane Farias Silva**, Titular da 1ª Vara da Comarca de Santa Luzia/MA)

PROCESSO Nº. 9000204-75.2011.8.10.0057

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RECORRENTE: BANCO DO BRASIL S/A

Advogada: Paula Rodrigues da Silva, OAB/MA 9590-A

RECORRIDO: REGINALDO MATIAS PASSOS

Advogado: Pedro Soares Nobre, OAB/MA 3.997

A Doutora Marcelle Adriane Farias Silva, Juíza de Direito Titular da 1ª Vara da Comarca de Santa Luzia, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei, etc.

FINALIDADE: INTIMAR a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias. Santa Luzia/MA, 08 de novembro de 2011. Juíza Marcelle Adriane Farias Silva, Titular da 1ª Vara.

Santa Luzia/MA, 08 de novembro de 2011

Bruno Wanderson de Moraes Pereira

Técnico Judiciário

(Assinando de ordem da **MMª. Juíza Marcelle Adriane Farias Silva**, Titular da 1ª Vara da Comarca de Santa Luzia/MA)

PROCESSO Nº. 9000229-88.2011.8.10.0057

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RECLAMANTE: MARIA BRAGA

Advogado: Ayrton Moraes Pessoa, OAB/MA 9712

RECLAMADO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A

Advogado: Wilson Sales Belchior, OAB/CE 17.314

A Doutora Marcelle Adriane Farias Silva, Juíza de Direito Titular da 1ª Vara da Comarca de Santa Luzia, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei, etc.

FINALIDADE: INTIMAR as partes acima identificadas para tomarem conhecimento da r. Sentença proferida nos autos do processo em epígrafe, cuja parte dispositiva segue abaixo transcrita:

DISPOSITIVO: "...Vistos, etc. Tendo em vista que a parte requerente não compareceu nem justificou sua ausência, decido com fulcro no art. 51, inciso I da Lei nº. 9.099/95, extinguir o processo sem resolução do mérito. Custas pela parte autora, ficando condicionado o ajuizamento de nova ação ao recolhimento do valor devido, salvo comprovada ocorrência de força maior. Publicada em audiência. Intime-se. Registre-se. Anote-se. Santa Luzia/MA, 05 de outubro de 2011. Juíza Marcelle Adriane Farias Silva, Titular da 1ª Vara".

Santa Luzia/MA, 08 de novembro de 2011

Bruno Wanderson de Moraes Pereira

Técnico Judiciário

(Assinando de ordem da **MMª. Juíza Marcelle Adriane Farias Silva**, Titular da 1ª Vara da Comarca de Santa Luzia/MA)

PROCESSO Nº. 9000240-20.2011.8.10.0057

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RECLAMANTE: MARIA BRAGA

Advogado: Ayrton Moraes Pessoa, OAB/MA 9712

RECLAMADO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A

Advogado: Wilson Sales Belchior, OAB/CE 17.314

A Doutora Marcelle Adriane Farias Silva, Juíza de Direito Titular da 1ª Vara da Comarca de Santa Luzia, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei, etc.

FINALIDADE: INTIMAR as partes acima identificadas para tomarem conhecimento da r. Sentença proferida nos autos do processo em epígrafe, cuja parte dispositiva segue abaixo transcrita:

DISPOSITIVO: "...Vistos, etc. Tendo em vista que a parte requerente não compareceu nem justificou sua ausência, decido com fulcro no art. 51, inciso I da Lei nº. 9.099/95, extinguir o processo sem resolução do mérito. Custas pela parte autora, ficando condicionado o ajuizamento de nova ação ao recolhimento do valor devido, salvo comprovada ocorrência de força maior. Publicada em audiência. Intime-se. Registre-se. Anote-se. Santa Luzia/MA, 05 de outubro de 2011. Juíza Marcelle Adriane Farias Silva, Titular da 1ª Vara".

Santa Luzia/MA, 08 de novembro de 2011

Bruno Wanderson de Moraes Pereira

Técnico Judiciário

(Assinando de ordem da **MMª. Juíza Marcelle Adriane Farias Silva**, Titular da 1ª Vara da Comarca de Santa Luzia/MA)

PROCESSO Nº. 9000243-72.2011.8.10.0057

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RECLAMANTE: JOANA DA CONCEIÇÃO

Advogada: Karine Peres Sarmento, OAB/MA 8426

RECLAMADO: BANCO GE

A Doutora Marcelle Adriane Farias Silva, Juíza de Direito Titular da 1ª Vara da Comarca de Santa Luzia, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei, etc.

FINALIDADE: INTIMAR a parte autora para tomar conhecimento da r. Sentença proferida nos autos do processo em epígrafe, cuja parte dispositiva segue abaixo transcrita:

DISPOSITIVO: "...Vistos, etc. Tendo em vista que a parte requerente não compareceu nem justificou sua ausência, decido com fulcro no art. 51,

incisol da Lei nº. 9.099/95, extinguir o processo sem resolução do mérito. Custas pela parte autora, ficando condicionado o ajuizamento de nova ação ao recolhimento do valor devido, salvo comprovada ocorrência de força maior. Publicada em audiência. Intime-se. Registre-se. Anote-se. Santa Luzia/MA, 20 de julho de 2011. Juíza Marcelle Adriane Farias Silva, Titular da 1ª Vara".

Santa Luzia/MA, 09 de novembro de 2011
Bruno Wanderson de Moraes Pereira

Técnico Judiciário

(Assinando de ordem da **MMª. Juíza Marcelle Adriane Farias Silva**, Titular da 1ª Vara da Comarca de Santa Luzia/MA)

PROCESSO Nº. 9000243-72.2011.8.10.0057

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RECLAMANTE: JOANA DA C ONCEIÇÃO

Advogado: Karine Peres Sarmento, OAB/MA 8426

RECLAMADO: BANCO GE

A Doutora Marcelle Adriane Farias Silva, Juíza de Direito Titular da 1ª Vara da Comarca de Santa Luzia, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei, etc.

FINALIDADE: INTIMAR a parte autora para tomar conhecimento da r. Sentença proferida nos autos do processo em epígrafe, cuja parte dispositiva segue abaixo transcrita:

DISPOSITIVO: "...Vistos, etc. Tendo em vista que a parte requerente não compareceu nem justificou sua ausência, decido com fulcro no art. 51, incisol da Lei nº. 9.099/95, extinguir o processo sem resolução do mérito. Custas pela parte autora, ficando condicionado o ajuizamento de nova ação ao recolhimento do valor devido, salvo comprovada ocorrência de força maior. Publicada em audiência. Intime-se. Registre-se. Anote-se. Santa Luzia/MA, 20 de julho de 2011. Juíza Marcelle Adriane Farias Silva, Titular da 1ª Vara".

Santa Luzia/MA, 08 de novembro de 2011
Bruno Wanderson de Moraes Pereira

Técnico Judiciário

(Assinando de ordem da **MMª. Juíza Marcelle Adriane Farias Silva**, Titular da 1ª Vara da Comarca de Santa Luzia/MA)

PROCESSO Nº. 9000402-49.2010.8.10.0057

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RECLAMANTE: JOÃO ALVES DA CRUZ

Advogado: Ayrton Moraes Pessoa, OAB/MA 9712

RECLAMADO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A

Advogado: Wilson Sales Belchior, OAB/CE 17.314

A Doutora Marcelle Adriane Farias Silva, Juíza de Direito Titular da 1ª Vara da Comarca de Santa Luzia, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei, etc.

FINALIDADE: INTIMAR as partes acima identificadas para tomarem conhecimento da r. Sentença proferida nos autos do processo em epígrafe, cuja parte dispositiva segue abaixo transcrita:

DISPOSITIVO: "...Vistos, etc. Tendo em vista que a parte requerente não compareceu nem justificou sua ausência, decido com fulcro no art. 51, incisol da Lei nº. 9.099/95, extinguir o processo sem resolução do mérito. Custas pela parte autora, ficando condicionado o ajuizamento de nova ação ao recolhimento do valor devido, salvo comprovada ocorrência de força maior. Publicada em audiência. Intime-se. Registre-se. Anote-se. Santa Luzia/MA, 05 de outubro de 2011. Juíza Marcelle Adriane Farias Silva, Titular da 1ª Vara".

Santa Luzia/MA, 08 de novembro de 2011
Bruno Wanderson de Moraes Pereira

Técnico Judiciário

(Assinando de ordem da **MMª. Juíza Marcelle Adriane Farias Silva**, Titular da 1ª Vara da Comarca de Santa Luzia/MA)

PROCESSO Nº. 9000479-92.2009.8.10.0057

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RECLAMANTE: TEREZINHA CONCEIÇÃO DA SILVA

Advogada: Maria Luiza da Conceição Soares Rocha, OAB/MA 8879

RECLAMADO: BANCO DO BRASIL S/A

Advogado: Benedito Nabarro, OAB/MA 3796-A

A Doutora Marcelle Adriane Farias Silva, Juíza de Direito Titular da 1ª Vara da Comarca de Santa Luzia, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei, etc.

FINALIDADE: INTIMAR as partes acima identificadas para tomarem conhecimento da r. Sentença proferida nos autos do processo em epígrafe, cuja parte dispositiva segue abaixo transcrita:

DISPOSITIVO: "...Vistos, etc. Tendo em vista que a parte requerente não compareceu nem justificou sua ausência, decido com fulcro no art. 51, incisol da Lei nº. 9.099/95, extinguir o processo sem resolução do mérito. Custas pela parte autora, ficando condicionado o ajuizamento de nova ação ao recolhimento do valor devido, salvo comprovada ocorrência de força maior. Publicada em audiência. Intime-se. Registre-se. Anote-se. Santa Luzia/MA, 04 de outubro de 2011. Juíza Marcelle Adriane Farias Silva, Titular da 1ª Vara".

Santa Luzia/MA, 09 de novembro de 2011
Bruno Wanderson de Moraes Pereira

Técnico Judiciário

(Assinando de ordem da **MMª. Juíza Marcelle Adriane Farias Silva**, Titular da 1ª Vara da Comarca de Santa Luzia/MA)

PROCESSO Nº. 9000586-05.2010.8.10.0057

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RECLAMANTE: MARIA GOMES

Advogada: Karine Peres Sarmento, OAB/MA 8426

RECLAMADO: BANCO VOTORANTIM

Advogado: Keila Raquel Cutrim Jansen, OAB/MA 9.280

A Doutora Marcelle Adriane Farias Silva, Juíza de Direito Titular da 1ª Vara da Comarca de Santa Luzia, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei, etc.

FINALIDADE: INTIMAR as partes acima identificadas para tomarem conhecimento da r. Sentença proferida nos autos do processo em epígrafe, cuja parte dispositiva segue abaixo transcrita:

DISPOSITIVO: "...Vistos, etc. Tendo em vista que a parte requerente não compareceu nem justificou sua ausência, decido com fulcro no art. 51, inciso I da Lei nº. 9.099/95, extinguir o processo sem resolução do mérito". Publicada em audiência. Intime-se. Registre-se. Anote-se. Santa Luzia/MA, 05 de julho de 2011. Juíza Marcelle Adriane Farias Silva, Titular da 1ª Vara".

Santa Luzia/MA, 09 de novembro de 2011

Bruno Wanderson de Moraes Pereira

Técnico Judiciário

(Assinando de ordem da **MMª. Juíza Marcelle Adriane Farias Silva**, Titular da 1ª Vara da Comarca de Santa Luzia/MA)

PROCESSO Nº. 9000923-91.2010.8.10.0057

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RECLAMANTE: LUIZ ALVES ABREU

Advogado: Ayrton Morais Pessoa, OAB/MA 9712

RECLAMADO: COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR

A Doutora Marcelle Adriane Farias Silva, Juíza de Direito Titular da 1ª Vara da Comarca de Santa Luzia, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei, etc.

FINALIDADE: INTIMAR a parte autora para tomar conhecimento da r. Sentença proferida nos autos do processo em epígrafe, cuja parte dispositiva segue abaixo transcrita:

DISPOSITIVO: "...Vistos, etc. Tendo em vista que a parte requerente não compareceu nem justificou sua ausência, decido com fulcro no art. 51, incisos I e II da Lei nº. 9.099/95, extinguir o processo sem resolução do mérito. Custas pela parte autora, ficando condicionado o ajuizamento de nova ação ao recolhimento do valor devido, salvo comprovada ocorrência de força maior. Publicada em audiência. Intime-se. Registre-se. Anote-se. Santa Luzia/MA, 05 de outubro de 2011. Juíza Marcelle Adriane Farias Silva, Titular da 1ª Vara".

Santa Luzia/MA, 08 de novembro de 2011

Bruno Wanderson de Moraes Pereira

Técnico Judiciário

(Assinando de ordem da **MMª. Juíza Marcelle Adriane Farias Silva**, Titular da 1ª Vara da Comarca de Santa Luzia/MA)

PROCESSO Nº. 9001056-46.2004.10.0057

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATEIRAIS E LUCROS CESSANTES C/C PEDIDO DE TUTELA

ANTECIPADA PELO RITO SUMÁRIO

AUTOR: JOSÉ ALVES SANTOS

Advogado: Pedro Soares Nobre, OAB/MA 3.997

EXECUTADO: TRANSMIRANTE TRANSPORTE LTDA

Advogado: Daniel Porto Campello, OAB/MA 9.665

A Doutora Marcelle Adriane Farias Silva, Juíza de Direito Titular da 1ª Vara da Comarca de Santa Luzia, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei, etc.

FINALIDADE: INTIMAR a parte executada, para querendo, oferecer impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, tendo sido realizada penhora on-line. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Santa Luzia/MA, 19 de outubro de 2011. Juíza Marcelle Adriane Farias Silva, Titular da 1ª Vara.

Santa Luzia/MA, 09 de novembro de 2011

Bruno Wanderson de Moraes Pereira

Técnico Judiciário

(Assinando de ordem da **MMª. Juíza Marcelle Adriane Farias Silva**, Titular da 1ª Vara da Comarca de Santa Luzia/MA)

Santa Luzia do Pará

Processo JEC nº: 0000152-65.2005.8.10.0116

Ação de Reclamação

RECLAMANTE: MARIA RAIMUNDA CAMPOS MOREIRA

ADVOGADO: Dr. FRANCISCO FERNANDES

RECLAMADO: CEMAR S/A

ADVOGADO:

FINALIDADE: Intimação do advogado Dr. FRANCISCO FERNANDES DE L. FILHO – OAB/MA 7637, do despacho de fls. 169 a seguir: Em virtude da penhora on-line negativa, intime-se a parte exequente para de 10 dias, dar prosseguimento à execução, sob pena de extinção do procedimento executório.

SEDE DO JUÍZO: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Pará/MA, CEP 65.272-000, fone (xxx98) 3374-1204. Santa Luzia do Pará/MA, 11 de outubro de 2011. – Juiz Rodrigo Costa Nina – Titular da Comarca". Eu, Secretário Judicial, digitei e subscrevo de ordem do Dr. RODRIGO COSTA NINA- MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Santa Luzia do Pará-MA, aos 03 de outubro de 2011.

RAFAEL DUARTE RIBEIRO

Secretário Judicial

Processo JEC nº: 0000164-74.2008.8.10.0116

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL C/C CANCELAMENTO DE PROTESTO COM PEDIDO DE LIMINAR

RECLAMANTE: RAIMUNDA CARVALHO COSTA

ADVOGADO: Dr. JURANDYGARCIA DA SILVA

RECLAMADO: ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DE SANTA LUZIA DO PARUA

ADVOGADO:

FINALIDADE: Intimação do Dr. JURANDYGARCIA DA SILVA, OAB/MA 7388 da parte dispositiva da sentença de fls.36, a seguir transcrita: Frente ao exposto, tendo em vista a fundamentação acima, DECLARO EXTINTO O FEITO, COM APOIO NOS ARTIGOS 267, III e § 1º DO CPC. Santa Luzia do Pará/MA, 19 de julho de 2010. Juiz RODRIGO COSTA NINA, Titular da Comarca de Santa Luzia do Pará. Eu, Secretário Judicial, digitei e subscrevo de ordem do Dr. RODRIGO COSTA NINA - MM. Juiz de Direito de Santa Luzia do Pará-MA, aos 25 de outubro de 2011.

RAFAEL DUARTE RIBEIRO

Secretário Judicial

Processo JEC nº: 0000192-42.2008.8.10.0116
Ação de Reclamação
RECLAMANTE: JUVENAL FIALHO DE BRITO
ADVOGADO: Dr. FRANCISCO FERNANDES
RECLAMADO: BANCO BMC
ADVOGADO:

FINALIDADE: Intimação do advogado Dr. FRANCISCO FERNANDES DE L. FILHO – OAB/MA 7637, do despacho de fls. 100 a seguir: INTIME-SE a parte embargada, para no prazo de 15 dias, manifestar-se sobre os embargos à execução de fls. 95/98. Cumpra-se.

SEDE DO JUÍZO: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA, CEP 65.272-000, fone (xxx98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá/MA, 10 de outubro de 2011. – Juiz Rodrigo Costa Nina – Titular da Comarca". Eu, Secretário Judicial, digitei e subscrevo de ordem do Dr. RODRIGO COSTA NINA- MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Santa Luzia do Paruá-MA, aos 07 de outubro de 2011.

RAFAEL DUARTE RIBEIRO
Secretário Judicial

Processo JEC nº: 0000198-83.2007.8.10.0116
Ação de Desconstituição de Débito c/c Indenizatória por Danos Morais
RECLAMANTE: MARIA VERALUCIA BARBOSA
ADVOGADO: Dr. FRANCISCO FERNANDES
RECLAMADO: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ADVOGADO: Dr. ULISSES CESAR, Dr. MARCOS LUIS e Dr. CRISTIANO ALVES

FINALIDADE: Intimação do advogado Dr. ULISSES CESAR M. DE SOUSA, OAB/MA 4462, Dr. MARCOS LUIS BRAID, OAB/MA 6134 e Dr. CRISTIANO ALVES, OAB/MA 6146, do despacho de fls. 140 a seguir: Intime-me o demandado para, no prazo de 15 dias, querendo, apresentar embargos a execução, adstrito a previsão constante do inciso IX do art. 52 da lei 9.099/95. **SEDE DO JUÍZO:** Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA, CEP 65.272-000, fone (xxx98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá/MA, 10 de outubro de 2011. – Juiz Rodrigo Costa Nina – Titular da Comarca". Eu, Secretário Judicial, digitei e subscrevo de ordem do Dr. RODRIGO COSTA NINA- MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Santa Luzia do Paruá-MA, aos 07 de outubro de 2011.

RAFAEL DUARTE RIBEIRO
Secretário Judicial

Processo JEC nº: 0000344-61.2006.8.10.0116
Ação de Reclamação
RECLAMANTE: MARINALVA DE SOUSA RABELO
ADVOGADO: Drª. Tammy Rabelo Aroucha
RECLAMADO: CEMAR S/A
ADVOGADO:

FINALIDADE: Intimação do advogado Drª. TAMMY RABELO AROUCHA – OAB/MA 7906, do despacho de fls. 139 a seguir: INTIME-SE a parte requerente para pleitear o que entender de direito, no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento.

SEDE DO JUÍZO: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA, CEP 65.272-000, fone (xxx98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá/MA, 11 de outubro de 2011. – Juiz Rodrigo Costa Nina – Titular da Comarca". Eu, Secretário Judicial, digitei e subscrevo de ordem do Dr. RODRIGO COSTA NINA- MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Santa Luzia do Paruá-MA, aos 04 de outubro de 2011.

RAFAEL DUARTE RIBEIRO
Secretário Judicial

Processo JEC nº: 0000385-57.2008.8.10.0116
AÇÃO DE RECLAMAÇÃO
RECLAMANTE: MARIA DE JESUS BRANDÃO RODRIGUES
ADVOGADO: Dr. FRANCISCO FERNANDES
RECLAMADO: BANCO CRUZEIRO DO SUL, BANCO BMG E BANCO BMC
ADVOGADO: Drª. VIVIANE MIRANDA NOGUEIRA

FINALIDADE: Intimação do Dr. FRANCISCO FERNANDES DE L. FILHO, OAB/MA, 7637 e Drª. VIVIANE MIRANDA NOGUEIRA, OAB/MA 9095, da parte dispositiva da sentença de fls.175/177, a seguir transcrita: Ante o exposto, **RECEBO OS EMBARGOS À EXECUÇÃO E JULGO-OS IMPROCEDENTES**, com base no art. 269, I, do CPC e art. 38, parágrafo único, da Lei nº 9.099/95. Sem custas e honorários. **P.R.I.**, tendo a Secretaria Judicial, a cautela para intimar a empresa embargante na pessoa de sua advogada VIVIANE MIRANDA NOGUEIRA, OAB-MA 9.095, com pedido formalizado às fls. 163. Com o trânsito em julgado da presente sentença, junte-se comprovante de transferência do sistema BacenJud e expeça-se alvará judicial para levantamento do valor penhorado. Cumpra-se. Santa Luzia do Paruá/MA, 26 de outubro de 2011. Juiz RODRIGO COSTA NINA, Titular da Comarca de Santa Luzia do Paruá. Eu, Secretário Judicial, digitei e subscrevo de ordem do Dr. RODRIGO COSTA NINA - MM. Juiz de Direito de Santa Luzia do Paruá-MA, aos 07 de novembro de 2011.

RAFAEL DUARTE RIBEIRO
Secretário Judicial

Processo JEC nº: 0000532-83.2008.8.10.0116
Ação de Indenizatória por Danos Materiais
RECLAMANTE: DOMINGOS PEREIRA
ADVOGADO: Dr. FRANCISCO FERNANDES
RECLAMADO: CEMAR S/A

ADVOGADO: Drª. Adalia Alencar

FINALIDADE: Intimação do advogado Dr. FRANCISCO FERNANDES DE L. FILHO – OAB/MA 7637 e Drª. ADÁLIA ALENCAR DE OLIVEIRA, OAB/MA 6087 da sentença de fls. a seguir: Ante todo o exposto, com base no art. 269, I, do CPC, **JULGO IMPROCEDENTES** os embargos à execução, haja vista não ficar comprovado o excesso de execução e, consequentemente, **extingo o feito com resolução do mérito. P.R.I. SEDE DO JUÍZO:** Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA, CEP 65.272-000, fone (xxx98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá/MA, 22 de setembro de 2011. – Juiz Rodrigo Costa Nina – Titular da Comarca". Eu, Secretário Judicial, digitei e subscrevo de ordem do Dr. RODRIGO COSTA NINA - MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Santa Luzia do Paruá-MA, aos 31 de setembro de 2011.

RAFAEL DUARTE RIBEIRO
Secretário Judicial

Processo JEC nº: 0000630-68.2008.8.10.0116

AÇÃO DE NULIDADE DE DÉBITO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS

RECLAMANTE: CICERO NUNES DA SILVA

ADVOGADO: Dr. FRANCISCO FERNANDES

RECLAMADO: BANCO BMC S/A

ADVOGADO: Dr. RUBENS GASPAR SERRA

FINALIDADE: Intimação do Dr. FRANCISCO FERNANDES DE L. FILHO, OAB/MA 7637 e Dr. RUBENS GASPAR SERRA, OAB/SP 119.859, da parte dispositiva da sentença de fls.111, a seguir transcrita: Sem mais delongas, nos termos do artigo 794, I c/c o artigo 795, ambos do Código de Processo Civil, **DECLARO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO**, tendo em vista o cumprimento integral da obrigação do devedor. Sem custas e honorários. Transitada em julgado a presente sentença, arquivem-se estes autos com baixa na distribuição. **P. R. I.** Santa Luzia do Paruá/MA, 27 de outubro de 2011. Juiz RODRIGO COSTA NINA, Titular da Comarca de Santa Luzia do Paruá. Eu, Secretário Judicial, digitei e subscrevo de ordem do Dr. RODRIGO COSTA NINA - MM. Juiz de Direito de Santa Luzia do Paruá-MA, aos 07 de novembro de 2011.

RAFAEL DUARTE RIBEIRO
Secretário Judicial

Processo JEC nº: 0001064-23.2009.8.10.0116

AÇÃO DE Nulidade de Débito c/c Repetição de Indébito e Indenizatória por Danos Morais

RECLAMANTE: ANTONIO EVANGELISTA DO NASCIMENTO

ADVOGADO: Dr. FRANCISCO FERNANDES

RECLAMADO: BANCO BMC

ADVOGADO: Dr. RUBENS GASPAR SERRA

FINALIDADE: Intimação do Dr. FRANCISCO FERNANDES DE L. FILHO, OAB/MA, 7637 e Dr. RUBENS GASPAR SERRA, OAB/SP 119.859 da parte dispositiva da sentença de fls.68/69, a seguir transcrita: ISTO POSTO, **CONHEÇO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO** e, no mérito, com base no art. 535, II, c/c 463, ambos do CPC, **JULGO-OS PROCEDENTE** para deferir a juntada do documento de fls. 56 e, em virtude do caráter infringente dos presentes embargos declaratórios, modificar a sentença de fls. 51/52, no sentido de **RECONHECER O EXCESSO DE EXECUÇÃO** e determinar o desbloqueio do valor realizado pelo sistema BACENJUD às fls. 36, restituindo a referida quantia ao banco embargante, ante a quitação da obrigação pecuniária reconhecida pela parte embargada. **P.R.I.** Transitada em julgado a presente sentença, arquivem-se os autos. Santa Luzia do Paruá/MA, 15 de setembro de 2011. Juiz RODRIGO COSTA NINA, Titular da Comarca de Santa Luzia do Paruá. Eu, Secretário Judicial, digitei e subscrevo de ordem do Dr. RODRIGO COSTA NINA - MM. Juiz de Direito de Santa Luzia do Paruá-MA, aos 25 de outubro de 2011.

RAFAEL DUARTE RIBEIRO
Secretário Judicial

Processo JEC nº: 0001277-29.2009.8.10.0116

AÇÃO DE NULIDADE DE DÉBITO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS

RECLAMANTE: JOSÉ FRANCISCO COSTA

ADVOGADO: Dr. FRANCISCO FERNANDES

RECLAMADO: BANCO BMG S/A

ADVOGADO: Drª. VIVIANE MIRANDA NOGUEIRA

FINALIDADE: Intimação do Dr. FRANCISCO FERNANDES DE L. FILHO, OAB/MA 7637 e Drª. VIVIANE MIRANDA NOGUEIRA, OAB/MA 9095, da parte dispositiva da sentença de fls.109/110, a seguir transcrita: **Assim, sem mais delongas, HOMOLOGO por sentença, a transação celebrada entre as partes, para que possa surtir os seus efeitos jurídicos e legais, e com base no artigo 269, inciso III do Código de Processo Civil, e julgo extinto o processo com resolução de mérito, advertindo-se, contudo, que o descumprimento do acordo implicará em execução da sentença e demais cominações legais.** Proceda-se o desbloqueio da penhora de fls. 54. Transitada em julgado a presente sentença, arquivem-se estes autos com baixa na distribuição. **P. R. I.** Cumpra-se. Santa Luzia do Paruá/MA, 26 de outubro de 2011. Juiz RODRIGO COSTA NINA, Titular da Comarca de Santa Luzia do Paruá. Eu, Secretário Judicial, digitei e subscrevo de ordem do Dr. RODRIGO COSTA NINA - MM. Juiz de Direito de Santa Luzia do Paruá-MA, aos 07 de novembro de 2011.

RAFAEL DUARTE RIBEIRO
Secretário Judicial

Processo: 113-34.2006.8.10.0116

Ação Civil Pública com Pedido de Tutela

AUTOR: Ministério Público Estadual

RÉUS: Município de Nova Olinda do Maranhão, Câmara Municipal de Nova Olinda do Maranhão, Selma Coelho de Sousa, Herbert dos Santos, Belimário de Albuquerque Cabral, José Alberto Lopes Sousa, Jorginaldo Vieira de Meneses, Francisco Cloves de Sousa Lima, Delmar Barros da Silveira Sobrinho, Milton Moreira da Silva, Hilclemar Sousa dos Santos.

Advogados: Dr. Edilson José de Miranda – OAB/MA 6407; Dr. Benevenuto Marques Serejo Neto – OAB/MA 4022; Drª Herlinda de Olinda Vieira Sampaio OAB/MA 5604; Dr. Eduardo Aires de Castro, OAB/MA 5378; Dr. Frederico Augusto Costa Lima – OAB/MA 5599.

FINALIDADE: **Intimação** dos réus, por seus advogados, da r. decisão proferida nos autos, cujo teor é o seguinte: “ **DECISÃO – MUNICÍPIO DE NOVA OLINDA DO MARANHÃO** interpôs os presentes embargos de declaração com referência à decisão proferida, aduzindo que esta foi contraditória ao possibilitar a discussão de normas municipais fora da ação declaratória de inconstitucionalidade, alega que foi obscura na determinação da multa cominatória e na sua exacerbação espúria, este Juízo deveria declarar a nulidade da decisão interlocutória proferida. É o sucinto relatório. Decido. Não merece prosperar a alegação de contradição no julgado hostilizado, por tratar-se de matéria suficientemente fundamentada na decisão guerreada, principalmente quanto ao objeto da presente ação que é a correta aplicação de rendas municipais. Além do que, em relação à multa, a sua aplicação demonstrou-se correta, pois foi imposta ao Réu uma obrigação de fazer (adequação às normas legais). Em relação ao seu valor, diga-se que o magistrado não está adstrito ao valor requerido pelo Autor, podendo majorá-lo ou diminuí-lo. Na espécie, não se demonstrou qualquer abusividade em relação ao valor estipulado. Portanto, nenhuma contradição ou obscuridade apresentou a decisão embargada, que definiu fundamentadamente todas as questões levantadas. Ante ao exposto, por se mostrarem tempestivos, conheço dos embargos, contudo, os rejeito, permanecendo a decisão embargada como se encontra. Intimem-se. Santa Luzia do Paruá, 28 de setembro de 2010. (ass.) FREDERICO FEITOSA DE OLIVEIRA-Juiz de Direito.”

SEDE DO JUÍZO: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA – CEP: 65.272-000 - Fone (98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá-MA, 25 de outubro de 2011. Eu, Rafael Duarte Ribeiro, Secretário Judicial, o fiz digitar, conferi, e subscrevo por ordem do Dr. **Rodrigo Costa Nina**, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca.

Rafael Duarte Ribeiro
Secretário Judicial

Processo: 1237-47.2009.8.10.0116

Ação de Execução de Título Extrajudicial

EXEQUENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

Advogado: Dr. GILMAR PEREIRA SANTOS, OAB/MA-4119

EXECUTADO: JOSÉ VALDÉCIO CANUTO VIEIRA

FINALIDADE: **Intimação** do exequente acima, por seu advogado. Dr. **GILMAR PEREIRA SANTOS, OAB/MA-4119**, para se manifestar sobre o Auto de Penhora e Avaliação apresentado às fls. 18, nos autos da ação em epígrafe.

SEDE DO JUÍZO: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA – CEP: 65.272-000 - Fone (98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá-MA, 07 de novembro de 2011. Eu, Rafael Duarte Ribeiro, Secretário Judicial, o fiz digitar, conferi, e subscrevo por ordem do Dr. **Rodrigo Costa Nina**, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca.

Rafael Duarte Ribeiro
Secretário Judicial

Processo: 142-45.2010.8.10.0116

Ação de Execução de Título Extrajudicial

EXEQUENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

Advogado: Dr. GILMAR PEREIRA SANTOS, OAB/MA-4119

EXECUTADO: RAIMUNDO IRINEU BARBOSA

FINALIDADE: **Intimação** do exequente acima, por seu advogado. Dr. **GILMAR PEREIRA SANTOS, OAB/MA-4119**, para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar sobre o Auto de Penhora e Avaliação apresentado às fls. 19, nos autos da ação em epígrafe.

SEDE DO JUÍZO: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA – CEP: 65.272-000 - Fone (98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá-MA, 07 de novembro de 2011. Eu, Rafael Duarte Ribeiro, Secretário Judicial, o fiz digitar, conferi, e subscrevo por ordem do Dr. **Rodrigo Costa Nina**, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca.

Rafael Duarte Ribeiro
Secretário Judicial

Processo: 143-30.2010.8.10.0116

Ação de Execução de Título Extrajudicial

EXEQUENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

Advogado: Dr. GILMAR PEREIRA SANTOS, OAB/MA-4119

EXECUTADO: MARIA JULIA RODRIGUES VASCONCELOS

FINALIDADE: **Intimação** do exequente acima, por seu advogado. Dr. **GILMAR PEREIRA SANTOS, OAB/MA-4119**, para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar sobre o Auto de Penhora e Avaliação apresentado às fls. 21, nos autos da ação em epígrafe.

SEDE DO JUÍZO: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA – CEP: 65.272-000 - Fone (98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá-MA, 03 de novembro de 2011. Eu, Rafael Duarte Ribeiro, Secretário Judicial, o fiz digitar, conferi, e subscrevo por ordem do Dr. **Rodrigo Costa Nina**, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca.

Rafael Duarte Ribeiro
Secretário Judicial

Processo: 174-26.2005.8.10.0116

Ação de Execução de Título Extrajudicial

EXEQUENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

Advogado: Dr. CARLOS ALBERTO LAYME JUNIOR, OAB/MA-7.684

EXECUTADO: DAVI PINHEIRO DE MELO e OUTROS

FINALIDADE: **Intimação** do exequente acima, por seu advogado. Dr. **CARLOS ALBERTO LAYME JUNIOR, OAB/MA-7.684**, para, no prazo de 10 (dez) dias, dizer se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, nos autos da ação em epígrafe.

SEDE DO JUÍZO: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA – CEP: 65.272-000 - Fone (98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá-MA, 03 de novembro de 2011. Eu, Rafael Duarte Ribeiro, Secretário Judicial, o fiz digitar, conferi, e subscrevo por ordem do Dr. **Rodrigo Costa Nina**, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca.

Rafael Duarte Ribeiro
Secretário Judicial

Processo: 176-93.2005.8.10.0116

Ação de Reintegração de Posse

REQUERENTE: GEÓRGIA LINHARES CAVALCANTE

Advogado: Dr. FRANCISCO SOARES CAMPELO FILHO, OAB/PI-2.734

Advogado: Dr^a. GILIANNA RODRIGUES FLORES, OAB/PI-3.603

REQUERIDO: WALTER GOMES DA SILVA e MARIA BARROS DA SILVA

Advogado: Dr. EZEQUIEL PINHEIRO GOMES, OAB/MA-4566

Advogado: Dr. JOÃO CUTRIM ABREU, OAB/MA-4.266

FINALIDADE: **Intimação** da parte requerida, por seus advogados. **Dr. EZEQUIEL PINHEIRO GOMES, OAB/MA-4566 e Dr. JOÃO CUTRIM ABREU, OAB/MA-4.266**, para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar sobre os Embargos de Declaração com Efeito Modificativo de fls. 131/136, nos autos da ação em epígrafe.

SEDE DO JUÍZO: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA – CEP: 65.272-000 - Fone (98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá-MA, 03 de novembro de 2011. Eu, Rafael Duarte Ribeiro, Secretário Judicial, o fiz digitar, conferi, e subscrevo por ordem do Dr. **Rodrigo Costa Nina**, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca.

Rafael Duarte Ribeiro
Secretário Judicial

Processo: 217-89.2007.8.10.0116

Ação Ordinária Previdenciária com Pleito Liminar

REQUERENTE: OSMAR BARBOSA LIMA

Advogado: Dr. FRANCISCO FERNANDES DE LIMA FILHO, OAB/MA-7637-A

REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

FINALIDADE: **Intimação** do requerente, por seu advogado. **Dr. FRANCISCO FERNANDES DE LIMA FILHO, OAB/MA-7637-A**, para, se manifestar sobre a petição e documentos apresentados às fls. 83/95, nos autos da ação em epígrafe.

SEDE DO JUÍZO: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA – CEP: 65.272-000 - Fone (98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá-MA, 03 de novembro de 2011. Eu, Rafael Duarte Ribeiro, Secretário Judicial, o fiz digitar, conferi, e subscrevo por ordem do Dr. **Rodrigo Costa Nina**, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca.

Rafael Duarte Ribeiro
Secretário Judicial

Processo: 358-45.2006.8.10.0116

Ação Civil Pública de Obrigação de Fazer

AUTOR: Ministério Público Estadual

RÉUS: Governo do Estado do Maranhão, Município de Nova Olinda do Maranhão, Município de Zé Doca.

Advogados: Dr. Edilson José de Miranda – OAB/MA 6407; Dr. Benevenuto Marques Serejo Neto – OAB/MA 4022

FINALIDADE: **Intimação** do réu MUNICÍPIO DE NOVA OLINDA DO MARANHÃO, por seus advogados, da r. decisão proferida nos autos, cujo teor é o seguinte: “ **DECISÃO – MUNICÍPIO DE NOVA OLINDA DO MARANHÃO** interpôs os presentes embargos de declaração com referência à decisão proferida, aduzindo que esta foi contraditória pelo fato de o Autor ter se mudado para a Comarca de Bacabal, então, este Juízo deveria considerar a decisão interlocutória proferida. É o sucinto relatório. Decido. Não merece prosperar a alegação de contradição no julgado hostilizado, por tratar-se de matéria suficientemente fundamentada na decisão guerreada, principalmente quando existem informações de que o Autor encontra-se naquela Comarca apenas para tratamento médico. Portanto, nenhuma contradição apresentou a decisão embargada, que definiu fundamentadamente todas as questões levantadas. Ante ao exposto, por se mostrarem tempestivos, conheço dos embargos, contudo, os rejeito, permanecendo a decisão embargada como se encontra. Intimem-se. Santa Luzia do Paruá, 28 de setembro de 2010. (ass.) FREDERICO FEITOSA DE OLIVEIRA-Juiz de Direito.”

SEDE DO JUÍZO: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA – CEP: 65.272-000 - Fone (98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá-MA, 26 de outubro de 2011. Eu, Rafael Duarte Ribeiro, Secretário Judicial, o fiz digitar, conferi, e subscrevo por ordem do Dr. **Rodrigo Costa Nina**, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca.

Rafael Duarte Ribeiro
Secretário Judicial

Processo: 375-76.2009.8.10.0116

Ação Ordinária Previdenciária com Pleito Liminar

REQUERENTE: JULIANA DOS SANTOS

Advogado: Dr. FRANCISCO FERNANDES DE LIMA FILHO, OAB/MA-7637-A

REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

FINALIDADE: **Intimação** do requerente, por seu advogado. **Dr. FRANCISCO FERNANDES DE LIMA FILHO, OAB/MA-7637-A**, para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões ao Recurso de Apelação, nos autos da ação em epígrafe.

SEDE DO JUÍZO: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA – CEP: 65.272-000 - Fone (98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá-MA, 07 de novembro de 2011. Eu, Rafael Duarte Ribeiro, Secretário Judicial, o fiz digitar, conferi, e subscrevo por ordem do Dr. **Rodrigo Costa Nina**, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca.

Rafael Duarte Ribeiro
Secretário Judicial

Processo: 404-58.2011.8.10.0116

Ação de Revisão de Contrato com Pedido de Tutela Antecipada

REQUERENTE: NATANAEL COSTA GOMES

Advogado: Dr^a. Liana Carla Vieira Barbosa – OAB/MA 8367

REQUERIDO: AYMORÉ CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A

FINALIDADE: **Intimação** do requerente, por seu advogado, da r. sentença proferida nos autos, cuja parte dispositiva segue transcrita: “ Isto posto, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL e consequentemente JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com base nos arts. 284,

parágrafo único e 267, I, todos do CPC. Custas pela parte requerente. Defiro eventual pedido de desentranhamento dos documentos juntados com a inicial, mediante recibo e certidão da secretaria judicial. Após o trânsito em julgado desta decisão, arquivem-se os autos com baixa na distribuição atendendo as cautelas devidas. P. R. I. Santa Luzia do Paruá/MA, 22 de setembro de 2011. (ass.) RODRIGO COSTA NINA- Juiz de Direito.” nos autos da ação em epígrafe.

SEDE DO JUÍZO: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA – CEP: 65.272-000 - Fone (98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá-MA, 25 de outubro de 2011. Eu, Rafael Duarte Ribeiro, Secretário Judicial, o fiz digitar, conferi, e subscrevo por ordem do Dr. **Rodrigo Costa Nina**, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca.

Rafael Duarte Ribeiro
Secretário Judicial

Processo: 452-17.2011.8.10.0116

Ação Ordinária Previdenciária com Pedido de Liminar

REQUERENTE: ANTONIO BARBOSA DA SILVA FILHO

Advogado: Dr. FRANCISCO FERNANDES DE LIMA FILHO, OAB/MA-7637-A

REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

FINALIDADE: **Intimação** do requerente, por seu advogado. **Dr. FRANCISCO FERNANDES DE LIMA FILHO, OAB/MA-7637-A**, para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar sobre a contestação, nos autos da ação em epígrafe.

SEDE DO JUÍZO: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA – CEP: 65.272-000 - Fone (98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá-MA, 25 de outubro de 2011. Eu, Rafael Duarte Ribeiro, Secretário Judicial, o fiz digitar, conferi, e subscrevo por ordem do Dr. **Rodrigo Costa Nina**, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca.

Rafael Duarte Ribeiro
Secretário Judicial

Processo: 467-20.2010.8.10.0116

Ação de Retificação em Assentamento de Registro Civil

REQUERENTE: ADAILDE DA SILVA ALMEIDA e MARIA DA PAZ SOUSA DA SILVA

ADVOGADO: Drª. GRACIELIA HOLANDA DE OLIVEIRA, OAB/MA-6481

FINALIDADE: **Intimação** do requerente por seu advogado **Drª. GRACIELIA HOLANDA DE OLIVEIRA, OAB/MA-6481**, para no prazo de 10 (dez) dias, regularizar a capacidade postulatória, tendo em vista o equívoco da parte outorgante, nos autos da ação em epígrafe.

SEDE DO JUÍZO: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA – CEP: 65.272-000 - Fone (98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá-MA, 26 de outubro de 2011. Eu, Rafael Duarte Ribeiro, Secretário Judicial, o fiz digitar, conferi, e subscrevo por ordem do Dr. **Rodrigo Costa Nina**, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca.

Rafael Duarte Ribeiro
Secretário Judicial

Processo: 51-33.2002.8.10.0116

Ação Cautelar Inominada

AUTOR: MUNICÍPIO DE NOVA OLINDA DO MARANHÃO

Advogados: Sérgio Murilo de Paula Barros Muniz, OAB/MA 4313; Hugo Emanuel de Sousa Sales, OAB/MA 7421; Danilo Mohana Pinheiro Carvalho Lima, OAB/MA 8423; Edvaldo Galvão Lima Filho, OAB/MA 8890; Sheila Maria Britto dos Santos

RÉUS: MARIVALDO DE ALMEIDA RODRIGUES e OUTROS (15) (Governo do Estado do Maranhão, Município de Nova Olinda do Maranhão, Município de Zé Doca.

Advogado: Dr. Riad Barbosa Ayoub - OAB/MA 3832

FINALIDADE: **Intimação** das partes, por seus advogados, para tomar ciência da certidão de fls. 829-V, requerendo o que for de direito sob pena de arquivamento, certidão cujo teor é o seguinte: “CERTIDÃO – Certifico e dou fé que a sentença de fls. 825, transitou em julgado para ambas as partes. 19/04/10. (ass. Haroldo Cláudio dos Santos Dias) - Secretaria Judicial.”

SEDE DO JUÍZO: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA – CEP: 65.272-000 - Fone (98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá-MA, 27 de outubro de 2011. Eu, Rafael Duarte Ribeiro, Secretário Judicial, o fiz digitar, conferi, e subscrevo por ordem do Dr. **Rodrigo Costa Nina**, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca.

Rafael Duarte Ribeiro
Secretário Judicial

Processo nº: 525-86.2011.8.10.0116

Ação Penal Pública

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

RÉU: JACKSON ALMEIDA PEIXOTO

FINALIDADE: **Intimação** do advogado **Dr. MARCELO MAGNO FERREIRA E SOUZA OAB/MA 5.181 a comparecer perante este Juízo, no dia 09/11/2011 às 10h30min** para audiência de instrução e julgamento, nos autos da ação em epígrafe.

SEDE DO JUÍZO: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA, CEP 65.272-000, fone (xxx98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá/MA, 07 de novembro de 2011. Eu, Rafael Duarte Ribeiro, Secretário Judicial, o fiz digitar, conferi, e subscrevo por ordem do Dr. **RODRIGO COSTA NINA**, MM. Juiz de Direito desta Comarca.

Rafael Duarte Ribeiro
Secretário Judicial

Processo: 572003

AÇÃO DE ABERTURA DE INVENTÁRIO E PARTILHA C/C HABILITAÇÃO DE CRÉDITO

REQUERENTE: Banco do Nordeste do Brasil

ADVOGADO: Dr. Edelson Ferreira Filho – OAB/MA 6652;

REQUERIDO: Paulo José Gonzaga dos Santos

FINALIDADE: **Intimação** do requerente para apresentar o termo de últimas declarações, observando o disposto no art. 1011, do CPC, do qual

deverão ser ouvidas as partes, no prazo comum de dez dias.

SEDE DO JUÍZO: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA – CEP: 65.272-000 - Fone (98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá-MA, 31 de outubro de 2011. Eu, Rafael Duarte Ribeiro, Secretário Judicial, o fiz digitar, conferi, e subscrevo por ordem do Dr. **Rodrigo Costa Nina**, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca.

Rafael Duarte Ribeiro
Secretário Judicial

Processo: 628-93.2011.8.10.0116

Ação Ordinária Previdenciária com Pleito Liminar

REQUERENTE: ROSA MARIA GONÇALVES DE SOUSA

Advogado: Dr. FRANCISCO FERNANDES DE LIMA FILHO, OAB/MA-7637-A

REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

FINALIDADE: **Intimação** do requerente, por seu advogado. **Dr. FRANCISCO FERNANDES DE LIMA FILHO, OAB/MA-7637-A**, para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar sobre a contestação, nos autos da ação em epígrafe.

SEDE DO JUÍZO: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA – CEP: 65.272-000 - Fone (98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá-MA, 26 de outubro de 2011. Eu, Rafael Duarte Ribeiro, Secretário Judicial, o fiz digitar, conferi, e subscrevo por ordem do Dr. **Rodrigo Costa Nina**, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca.

Rafael Duarte Ribeiro
Secretário Judicial

Processo: 639-25.2011.8.10.0116

Ação Ordinária Previdenciária com Pleito Liminar

REQUERENTE: FRANCISCO SAMPAIO DE MELO

Advogado: Dr. FRANCISCO FERNANDES DE LIMA FILHO, OAB/MA-7637-A

REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

FINALIDADE: **Intimação** do requerente, por seu advogado. **Dr. FRANCISCO FERNANDES DE LIMA FILHO, OAB/MA-7637-A**, para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar sobre a contestação, nos autos da ação em epígrafe.

SEDE DO JUÍZO: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA – CEP: 65.272-000 - Fone (98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá-MA, 26 de outubro de 2011. Eu, Rafael Duarte Ribeiro, Secretário Judicial, o fiz digitar, conferi, e subscrevo por ordem do Dr. **Rodrigo Costa Nina**, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca.

Rafael Duarte Ribeiro
Secretário Judicial

Processo: 655-76.2011.8.10.0116

Ação de Busca e Apreensão

REQUERENTE: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Advogado: Dr^a. Flávia Patrícia Leite Cordeiro - OAB/MA 4909

REQUERIDO: LUZINETE LOPES DA SILVA

FINALIDADE: **Intimação** do requerente, por seu advogado, **DRA. FLÁVIA PATRICIA LEITE CORDEIRO OAB/MA 4909** da parte dispositiva da r. decisão proferida nos autos cujo o teor é o seguinte: Assim, determino a intimação da parte autora para no prazo de 10 (dez) dias **emendar a inicial**, juntando aos autos documento original com a comprovação de notificação do requerido, realizada por cartório com circunscrição no endereço do consumidor, sob pena de indeferimento da exordial, e consequentemente extinção do feito, visto que a comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente (súmula nº 72 do Superior Tribunal de Justiça). Intimem-se. Cumpra-se. Santa Luzia do Paruá/MA, 13 de outubro de 2011. Juiz **RODRIGO COSTA NINA**, Titular da Comarca.

SEDE DO JUÍZO: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA – CEP: 65.272-000 - Fone (98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá-MA, 04 de novembro de 2011. Eu, Rafael Duarte Ribeiro, Secretário Judicial, o fiz digitar, conferi, e subscrevo por ordem do Dr. **Rodrigo Costa Nina**, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca.

Rafael Duarte Ribeiro
Secretário Judicial

Processo nº: 692-06.2011.8.10.0116

Ação Penal Pública

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

RÉU: JOÃO FEITOSA AIRES

FINALIDADE: Intimação do advogado Dr. JOÃO COSTA FERREIRA OAB/MA 8557, do inteiro do inteiro teor da decisão proferida, cujo teor é o seguinte: "Trata-se de PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA formulado por JOÃO FEITOSA AIRES nos autos do Inquérito Policial em que se encontra indiciado pela prática do crime do art. 121, § 2º, I e IV, c/c art. 14, II, do CP. É o necessário relatar. DECIDO. De acordo com a novel legislação processual penal, este magistrado ao receber a comunicação em flagrante trilhou pelo caminho da conversão da prisão em flagrante em preventiva por entender sua necessidade como garantia da ordem pública, razões expendidas às fls. 39/42. Naquela oportunidade foram analisados vários elementos, dentre eles a possibilidade de concessão de liberdade provisória, o que restou superado. Pois bem. Desde então, não houve alteração na situação fática que pudesse alterar a decisão anterior, razão pela qual dispensada maior fundamentação agora, haja vista que se trata de mera repetição e tendo como certo que aqueles fazem parte integrante desse decismum, INDEFIRO o pedido de liberdade provisória. Quanto ao pedido de diligências, os defiro, devendo os autos ser remetidos à delegacia de policia para cumprimento no prazo máximo de 5(cinco) dias. Intime-se. Cientifique-se o Ministério Público Estadual". Santa Luzia do Paruá/MA, 01 de novembro de 2011. Juiz de Direito RODRIGO COSTA NINA, nos autos da ação em epígrafe.

SEDE DO JUÍZO: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA, CEP 65.272-000, fone (xxx98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá/MA, 04 de novembro de 2011. Eu, Rafael Duarte Ribeiro, Secretário Judicial, o fiz digitar, conferi, e subscrevo por ordem do Dr. **RODRIGO COSTA NINA**, MM. Juiz de Direito desta Comarca.

Rafael Duarte Ribeiro
Secretário Judicial

Processo JEC nº: 9000017-84.2011.8.10.0116
Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT
RECLAMANTE: DAGILSON DOS SANTOS OLIVEIRA EDAGIANY DOS SANTOS OLIVEIRA
ADVOGADO: Dr. FRANCISCO FERNANDES
RECLAMADO: UNIBANCO AIG SEGUROS
ADVOGADO: Dr. RHELMSON ATHAYDE ROCHA

FINALIDADE: Intimação do advogado Dr. FRANCISCO FERNANDES DE LIMA FILHO – OAB/MA 7637 e Dr. RHELMSON ATHAYDE ROCHA, OAB/MA 5936, a comparecer perante este juízo dia **15/12/2011, às 10h00min**, para audiência de conciliação, instrução e julgamento nos autos da ação em epígrafe.

SEDE DO JUÍZO: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA, CEP 65.272-000, fone (xxx98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá/MA, 24 de outubro de 2011. – Juiz Rodrigo Costa Nina – Titular da Comarca". Eu, Secretário Judicial, digitei e subscrevo de ordem do Dr. RODRIGO COSTA NINA- MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Santa Luzia do Paruá-MA, aos 25 de outubro de 2011.

RAFAEL DUARTE RIBEIRO
Secretário Judicial

Processo JEC nº: 9000114-84.2011.8.10.0116
Ação de Nulidade de Débito c/c Repetição de Indébito e Indenização por Danos Morais
RECLAMANTE: GLEICIANE PEREIRA PINTO
ADVOGADO: Dr. FRANCISCO FERNANDES
RECLAMADO: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO: Dr. RUBENS GASPAR SERRA

FINALIDADE: Intimação do advogado Dr. FRANCISCO FERNANDES DE LIMA FILHO – OAB/MA 7637 e Dr. RUBENS GASPAR SERRA, OAB/SP 119 859, a comparecer perante este juízo dia **15/12/2011, às 09h30min**, para audiência de conciliação, instrução e julgamento nos autos da ação em epígrafe.

SEDE DO JUÍZO: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA, CEP 65.272-000, fone (xxx98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá/MA, 24 de outubro de 2011. – Juiz Rodrigo Costa Nina – Titular da Comarca". Eu, Secretário Judicial, digitei e subscrevo de ordem do Dr. RODRIGO COSTA NINA- MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Santa Luzia do Paruá-MA, aos 25 de outubro de 2011.

RAFAEL DUARTE RIBEIRO
Secretário Judicial

Processo JEC nº: 9000143-37.2011.8.10.0116
Ação de Nulidade de Débito c/c Repetição de Indébito e Indenizatória por Danos Morais
RECLAMANTE: MARIA JOVENIR GOMES SILVA
ADVOGADO: Dr. FRANCISCO FERNANDES
RECLAMADO: BANCO BMC S/A
ADVOGADO: Dr. WILSON SALES BALCHIOR

FINALIDADE: Intimação do advogado Dr. FRANCISCO FERNANDES DE LIMA FILHO – OAB/MA 7637 e Dr. WILSON SALES BALCHIOR, OAB/CE 17314, a comparecer perante este juízo dia **15/12/2011, às 10h15min**, para audiência de conciliação, instrução e julgamento nos autos da ação em epígrafe.

SEDE DO JUÍZO: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA, CEP 65.272-000, fone (xxx98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá/MA, 24 de outubro de 2011. – Juiz Rodrigo Costa Nina – Titular da Comarca". Eu, Secretário Judicial, digitei e subscrevo de ordem do Dr. RODRIGO COSTA NINA- MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Santa Luzia do Paruá-MA, aos 25 de outubro de 2011.

RAFAEL DUARTE RIBEIRO
Secretário Judicial

Processo JEC nº: 9000156-76.2010.8.10.0116
Ação de Reclamação
RECLAMANTE: E.R. DONASCIMENTO
ADVOGADO: Dr. Francisco Fernandes
RECLAMADO: CEMAR S/A
ADVOGADO:

FINALIDADE: Intimação do advogado Dr. FRANCISCO FERNANDES DE L. FILHO – OAB/MA 7637, do despacho de fls. 40 a seguir: Intime-se o exequente para fazer prova da inadimplência do executado, no prazo de 05 dias.

SEDE DO JUÍZO: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA, CEP 65.272-000, fone (xxx98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá/MA, 05 de outubro de 2011. – Juiz Rodrigo Costa Nina – Titular da Comarca". Eu, Secretário Judicial, digitei e subscrevo de ordem do Dr. RODRIGO COSTA NINA- MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Santa Luzia do Paruá-MA, aos 25 de outubro de 2011.

RAFAEL DUARTE RIBEIRO
Secretário Judicial

Processo JEC nº: 9000206-62.2011.8.10.0116
Ação de Reclamação
RECLAMANTE: MARIA ANDRADE DOS SANTOS MENESES
ADVOGADO:
RECLAMADO: OI S/A
ADVOGADO: Drª. LETICIA MARIA ANDRADE TROVÃO

FINALIDADE: Intimação do advogado Dr^a. LETICIA MARIA ANDRADE TROVÃO, OAB/MA 7583, a comparecer perante este juízo dia **15/12/2011, às 09h45min**, para audiência de conciliação, instrução e julgamento nos autos da ação em epígrafe.

SEDE DO JUÍZO: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA, CEP 65.272-000, fone (xxx98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá/MA, 24 de outubro de 2011. – Juiz Rodrigo Costa Nina – Titular da Comarca". Eu, Secretário Judicial, digitei e subscrevo de ordem do Dr. RODRIGO COSTA NINA- MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Santa Luzia do Paruá-MA, aos 25 de outubro de 2011.

RAFAEL DUARTE RIBEIRO
Secretário Judicial

Processo JEC nº: 9000213-54.2011.8.10.0116

Ação de Nulidade de Débito c/c Repetição de Indébito e Indenizatória por Danos Morais

RECLAMANTE: LUIS CARLOS DONASCIMENTO

ADVOGADO: Dr. FRANCISCO FERNANDES

RECLAMADO: BANCO VOTORANTIM

ADVOGADO: Dr. CELSO MARCON

FINALIDADE: Intimação do advogado Dr. FRANCISCO FERNANDES DE L. FILHO, OAB/MA 7637 e Dr. CELSO MARCON, OAB/MA 8104, a comparecer perante este juízo dia **15/12/2011, às 10h45min**, para audiência de conciliação, instrução e julgamento nos autos da ação em epígrafe.

SEDE DO JUÍZO: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA, CEP 65.272-000, fone (xxx98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá/MA, 24 de outubro de 2011. – Juiz Rodrigo Costa Nina – Titular da Comarca". Eu, Secretário Judicial, digitei e subscrevo de ordem do Dr. RODRIGO COSTA NINA- MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Santa Luzia do Paruá-MA, aos 25 de outubro de 2011.

RAFAEL DUARTE RIBEIRO
Secretário Judicial

Processo JEC nº: 9000215-24.2011.8.10.0116

Ação de Nulidade de Débito c/c Repetição de Indébito e Indenizatória por Danos Morais RECLAMANTE: RAIMUNDA DE ABREU FEITOSA

ADVOGADO: Dr. FRANCISCO FERNANDES

RECLAMADO: BANCO BMC S/A

ADVOGADO: Dr. WILSON SALES BELCHIOR

FINALIDADE: Intimação do advogado Dr. FRANCISCO FERNANDES DE L. FILHO, OAB/MA 7637 e Dr. WILSON SALES BELCHIOR, OAB/CE 17.314, a comparecer perante este juízo dia **01/03/2012, às 10h30min**, para audiência de conciliação, instrução e julgamento nos autos da ação em epígrafe.

SEDE DO JUÍZO: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA, CEP 65.272-000, fone (xxx98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá/MA, 07 de novembro de 2011. – Juiz Rodrigo Costa Nina – Titular da Comarca". Eu, Secretário Judicial, digitei e subscrevo de ordem do Dr. RODRIGO COSTA NINA- MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Santa Luzia do Paruá-MA.

RAFAEL DUARTE RIBEIRO
Secretário Judicial

Processo JEC nº: 9000225-68.2011.8.10.0116

Ação de Nulidade de Débito c/c Indenizatória por Danos Morais com Pedido de Tutela Antecipada.

RECLAMANTE: FRANCISCO PEREIRA DA SILVA

ADVOGADO: Dr. FRANCISCO FERNANDES

RECLAMADO: BANCO BRADESCO S/A

ADVOGADO: Dr. RUBENS GASPAR SERRA

FINALIDADE: Intimação do advogado Dr. FRANCISCO FERNANDES DE L. FILHO, OAB/MA 7637 e Dr. RUBENS GASPAR SERRA, OAB/SP 119.859, a comparecer perante este juízo dia **01/03/2012, às 09h45min**, para audiência de conciliação, instrução e julgamento nos autos da ação em epígrafe.

SEDE DO JUÍZO: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA, CEP 65.272-000, fone (xxx98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá/MA, 07 de novembro de 2011. – Juiz Rodrigo Costa Nina – Titular da Comarca". Eu, Secretário Judicial, digitei e subscrevo de ordem do Dr. RODRIGO COSTA NINA- MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Santa Luzia do Paruá-MA.

RAFAEL DUARTE RIBEIRO
Secretário Judicial

Processo JEC nº: 9000226-53.2011.8.10.0116

Ação de Nulidade de Débito c/c Repetição de Indébito e Indenizatória por Danos Morais

RECLAMANTE: JOSE ALVES SOUSA

ADVOGADO: Dr. FRANCISCO FERNANDES

RECLAMADO: BANCO BMC S/A

ADVOGADO: Dr. WILSON SALES BELCHIOR

FINALIDADE: Intimação do advogado Dr. FRANCISCO FERNANDES DE L. FILHO, OAB/MA 7637 e Dr. WILSON SALES BELCHIOR, OAB/CE 17.314, a comparecer perante este juízo dia **01/03/2012, às 10h15min**, para audiência de conciliação, instrução e julgamento nos autos da ação em epígrafe.

SEDE DO JUÍZO: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA, CEP 65.272-000, fone (xxx98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá/MA, 07 de novembro de 2011. – Juiz Rodrigo Costa Nina – Titular da Comarca". Eu, Secretário Judicial, digitei e subscrevo de ordem do Dr. RODRIGO COSTA NINA- MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Santa Luzia do Paruá-MA.

RAFAEL DUARTE RIBEIRO
Secretário Judicial

Processo JEC nº: 9000274-12.2011.8.10.0116

Ação de Reclamação
RECLAMANTE: HELENA RIBEIRO
ADVOGADO:
RECLAMADO: BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO: Dr. WILSON SALES BALCHIOR

FINALIDADE: Intimação do advogado Dr. WILSON SALES BALCHIOR, OAB/CE 17314, a comparecer perante este juízo dia **15/12/2011, às 10h30min**, para audiência de conciliação, instrução e julgamento nos autos da ação em epígrafe.

SEDE DO JUÍZO: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA, CEP 65.272-000, fone (xxx98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá/MA, 24 de outubro de 2011. – Juiz Rodrigo Costa Nina – Titular da Comarca". Eu, Secretário Judicial, digitei e subscrevo de ordem do Dr. RODRIGO COSTA NINA- MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Santa Luzia do Paruá-MA, aos 25 de outubro de 2011.

RAFAEL DUARTE RIBEIRO
Secretário Judicial

Processo JEC nº: 9000278-49.2011.8.10.0116
Ação de Resolução Contratual c/ Indenização Por Perdas e Danos com Pedido de Tutela Antecipada.
RECLAMANTE: ANTONIO LEANDRO DOS SANTOS
ADVOGADO: Dr. ROBERTO B. JUNIOR e Dr. JOAQUIM PEDRO DE B. NETO
RECLAMADO: BANCO BMG S/A
ADVOGADA : JULIA COSTA CAMPOMORI

FINALIDADE: Intimação do advogado Dr. ROBERTO B. JUNIOR OAB/MA 9.322, Dr. JOAQUIM PEDRO DE B. NETO OAB/MA 7923 e Dra. JULIA COSTA CAMPOMORI OAB/MA 10.107, a comparecer perante este juízo dia **01/03/2012, às 11h00min**, para audiência de conciliação, instrução e julgamento nos autos da ação em epígrafe.

SEDE DO JUÍZO: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA, CEP 65.272-000, fone (xxx98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá/MA, 07 de novembro de 2011. – Juiz Rodrigo Costa Nina – Titular da Comarca". Eu, Secretário Judicial, digitei e subscrevo de ordem do Dr. RODRIGO COSTA NINA- MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Santa Luzia do Paruá-MA.

RAFAEL DUARTE RIBEIRO
Secretário Judicial

Processo JEC nº: 9000281-04.2011.8.10.0116
Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DVAT
RECLAMANTE: NATHALYA ARAÚJO RAMOS
ADVOGADO: Dr. FRANCISCO FERNANDES
RECLAMADO: UNIBANCO SEGUROS S/A

FINALIDADE: Intimação do advogado Dr. FRANCISCO FERNANDES DE L. FILHO, OAB/MA 7637, a comparecer perante este juízo dia **01/03/2012, às 10h00min**, para audiência de conciliação, instrução e julgamento nos autos da ação em epígrafe.

SEDE DO JUÍZO: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA, CEP 65.272-000, fone (xxx98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá/MA, 07 de novembro de 2011. – Juiz Rodrigo Costa Nina – Titular da Comarca". Eu, Secretário Judicial, digitei e subscrevo de ordem do Dr. RODRIGO COSTA NINA- MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Santa Luzia do Paruá-MA.

RAFAEL DUARTE RIBEIRO
Secretário Judicial

Processo JEC nº: 9000297-89.2010.8.10.0116
Ação de Indenização por Danos Morais e Restituição em Dobro c/c Pedido de Liminar
RECLAMANTE: ISAURA PINTO DA SILVA
ADVOGADO: Dr. EDSON SILVA CAMPOS
RECLAMADO: UNIBANCO S/A
ADVOGADO:

FINALIDADE: Intimação do advogado Dr. EDSON SILVA CAMPOS – OAB/MA 4438, do despacho de fls. 91 a seguir: INTIME-SE a parte recorrida, para querendo, apresentar contra razões no prazo de 10 dias.

SEDE DO JUÍZO: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA, CEP 65.272-000, fone (xxx98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá/MA, 11 de outubro de 2011. – Juiz Rodrigo Costa Nina – Titular da Comarca". Eu, Secretário Judicial, digitei e subscrevo de ordem do Dr. RODRIGO COSTA NINA- MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Santa Luzia do Paruá-MA, aos 07 de outubro de 2011.

RAFAEL DUARTE RIBEIRO
Secretário Judicial

Processo JEC nº: 9000340-89.2011.8.10.0116
Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Pedido de Repetição de Indébito e Indenização por Danos Morais
RECLAMANTE: RAIMUNDA SILVA DA CONCEIÇÃO
ADVOGADO: Dr. JOSÉ DE RIBAMAR D. JUNIOR
RECLAMADO: BANCO MERCANTIL DO BRASIL-BMB
ADVOGADO:

FINALIDADE: Intimação do advogado Dr. JOSÉ DE RIBAMAR D. JUNIOR – OAB/MA 9925, a comparecer perante este juízo dia **02/02/2012, às 10h00min**, para audiência de conciliação, instrução e julgamento nos autos da ação em epígrafe.

SEDE DO JUÍZO: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA, CEP 65.272-000, fone (xxx98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá/MA, 19 de setembro de 2011. – Juiz Rodrigo Costa Nina – Titular da Comarca". Eu, Secretário Judicial, digitei e subscrevo de ordem do Dr. RODRIGO COSTA NINA- MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Santa Luzia do Paruá-MA, aos 25 de outubro de 2011.

RAFAEL DUARTE RIBEIRO
Secretário Judicial

Processo JEC nº: 9000352-06.2011.8.10.0116

Ação Anulatória de Negócio Jurídico c/c Obrigação de Fazer, Indenização por Danos Morais e Repetição de Indébito

RECLAMANTE: ROSILENE GOMES

ADVOGADO: Dr. ROBERTO B. JUNIOR

RECLAMADO: BANCO DO BRASIL S/A e MICRO FACIL LTDA

ADVOGADO:

FINALIDADE: Intimação do advogado Dr. Dr. ROBERTO B. JUNIOR – OAB/MA 9322, a comparecer perante este juízo dia **31/01/2012, às 10h00min**, para audiência de conciliação, instrução e julgamento nos autos da ação em epígrafe.**SEDE DO JUÍZO:** Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA, CEP 65.272-000, fone (xxx98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá/MA, 19 de setembro de 2011. – Juiz Rodrigo Costa Nina – Titular da Comarca. Eu, Secretário Judicial, digitei e subscrevo de ordem do Dr. RODRIGO COSTA NINA- MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Santa Luzia do Paruá-MA, aos 25 de outubro de 2011.**RAFAEL DUARTE RIBEIRO**
Secretário Judicial

Processo JEC nº: 9000356-43.2011.8.10.0116

AÇÃO DE NULIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA

RECLAMANTE: FRANCISCO JOSE DE CARVALHO

ADVOGADO: Dr. FRANCISCO FERNANDES

RECLAMADO: BANCO PANAMERICANO S/A

ADVOGADO:

FINALIDADE: Intimação da Dr. FRANCISCO FERNANDES DE L. FILHO OAB/MA 7637 da parte dispositiva da decisão de fls. 15/17, a seguir transcrita: Assim, vislumbrando a presença conjunta dos requisitos autorizadores nesse momento processual, **DEFIRO A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA para determinar a retirada do nome da parte requerente, junto ao SERASA** – em razão do débito *sub judice*, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais). **Oficie-se** ao órgão do **SERASA** para efetuar a retirada do nome da requerente em razão desses débitos. A tramitação regular do processo **seguirá o rito da Lei n.º 9.099/95**, cuja audiência foi designada na distribuição da reclamação. Intimem-se. Cumpra-se. Santa Luzia do Paruá/MA, 11 de outubro de 2011. Juiz RODRIGO COSTA NINA, Titular da Comarca de Santa Luzia do Paruá. Eu, Secretário Judicial, digitei e subscrevo de ordem do Dr. RODRIGO COSTA NINA - MM. Juiz de Direito de Santa Luzia do Paruá-MA, aos 07 de novembro de 2011.**RAFAEL DUARTE RIBEIRO**
Secretário Judicial

Processo JEC nº: 9000363-25.2011.8.10.0116

Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais

RECLAMANTE: LAURA COSTA

ADVOGADO: Dr. MARCELO MAGNO

RECLAMADO: BANCO DO BRADESCO S/A e BEM-BALCÃO EXATA DE NEGOCIOS

ADVOGADO:

FINALIDADE: Intimação do advogado Dr. MARCELO MAGNO FERREIRA E SOUZA – OAB/MA 5181, a comparecer perante este juízo dia **27/03/2012, às 10h30min**, para audiência de conciliação, instrução e julgamento nos autos da ação em epígrafe.**SEDE DO JUÍZO:** Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA, CEP 65.272-000, fone (xxx98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá/MA, 24 de outubro de 2011. – Juiz Rodrigo Costa Nina – Titular da Comarca. Eu, Secretário Judicial, digitei e subscrevo de ordem do Dr. RODRIGO COSTA NINA- MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Santa Luzia do Paruá-MA, aos 25 de outubro de 2011.**RAFAEL DUARTE RIBEIRO**
Secretário Judicial

Processo JEC nº: 9000391-37.2010.8.10.0116

AÇÃO DE RECLAMAÇÃO

RECLAMANTE: ROSA MARIA FEITOSA DE MORAES

ADVOGADO: Dr. JOSÉ RIBAMAR D. JUNIOR

RECLAMADO : ELETROPRIMUS

ADVOGADO:

FINALIDADE: Intimação do Dr. JOSÉ RIBAMAR D. JUNIOR, OAB/MA 9925 da parte dispositiva da Decisão de fls.39/40, a seguir transcrita: Intime-se para apresentar outros bens, no prazo de 10 dias, sob pena de extinção com base no art. 53, § 4º, da Lei 9.099/95. Santa Luzia do Paruá/MA, 05 de outubro de 2011. Juiz RODRIGO COSTA NINA, Titular da Comarca de Santa Luzia do Paruá. Eu, Secretário Judicial, digitei e subscrevo de ordem do Dr. RODRIGO COSTA NINA - MM. Juiz de Direito de Santa Luzia do Paruá-MA, aos 25 de outubro de 2011.

RAFAEL DUARTE RIBEIRO
Secretário Judicial

Processo JEC nº: 9000400-62.2011.8.10.0116

AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

RECLAMANTE: MARIA ORLENE CABRAL SERRA VASCONCELOS e MARCOS SILVA VASCONCELOS

ADVOGADO: Dr. JOSÉ RIBAMAR DIAS JUNIOR

RECLAMADO : LN INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIA LTDA

ADVOGADO:

FINALIDADE: Intimação do Dr. JOSÉ RIBAMAR DIAS JUNIOR, OAB/MA 9925, da parte dispositiva da sentença de fls.60/61, a seguir transcrita: Ante

o exposto, **reconheço** a incompetência territorial deste juízo e **JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito**, com fulcro no art. 51, III, da Lei nº. 9.099/95. Sem custas e honorários advocatícios. Defiro eventual pedido de desentranhamento dos documentos juntados com a inicial, mediante certidão da secretaria judicial. Após trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de lei. **P.R.I.**. Santa Luzia do Paruá/MA, 27 de outubro de 2011. Juiz RODRIGO COSTA NINA, Titular da Comarca de Santa Luzia do Paruá. Eu, Secretário Judicial, digitei e subscrevo de ordem do Dr. RODRIGO COSTA NINA - MM. Juiz de Direito de Santa Luzia do Paruá-MA, aos 07 de novembro de 2011.

RAFAEL DUARTE RIBEIRO
Secretário Judicial

Processo JEC nº: 9000402-32.2011.8.10.0116
Ação de Desconstituição de Débito c/c Indenização por Danos Morais
RECLAMANTE: JOSE HILTON DE OLIVEIRA MORAES
ADVOGADO: Dr. FRANCISCO FERNANDES
RECLAMADO: CEMAR S/A
ADVOGADO:

FINALIDADE: Intimação do advogado Dr. FRANCISCO FERNANDES DE LIMA FILHO – OAB/MA 7637, a comparecer perante este juízo dia **02/02/2012, às 12h00min**, para audiência de conciliação, instrução e julgamento nos autos da ação em epígrafe.

SEDE DO JUÍZO: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA, CEP 65.272-000, fone (xxx98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá/MA, 24 de outubro de 2011. – Juiz Rodrigo Costa Nina – Titular da Comarca". Eu, Secretário Judicial, digitei e subscrevo de ordem do Dr. RODRIGO COSTA NINA- MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Santa Luzia do Paruá-MA, aos 25 de outubro de 2011.

RAFAEL DUARTE RIBEIRO
Secretário Judicial

Processo JEC nº: 9000403-17.2011.8.10.0116
Ação de Indenização de Danos Morais e Materiais com Restituição em Dobro c/c Pedido de Anulação de Empréstimo Bancários
RECLAMANTE: LUCILENE DIAS DOS SANTOS
ADVOGADO: Dr. JORGE ARAGAO
RECLAMADO: BANCO SANTANDER-ABN
ADVOGADO:

FINALIDADE: Intimação do advogado Dr. JORGE ARAGAO – OAB/MA 7071, a comparecer perante este juízo dia **28/03/2012, às 10h45min**, para audiência de conciliação, instrução e julgamento nos autos da ação em epígrafe.

SEDE DO JUÍZO: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA, CEP 65.272-000, fone (xxx98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá/MA, 20 de outubro de 2011. – Juiz Rodrigo Costa Nina – Titular da Comarca". Eu, Secretário Judicial, digitei e subscrevo de ordem do Dr. RODRIGO COSTA NINA- MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Santa Luzia do Paruá-MA, aos 26 de outubro de 2011.

RAFAEL DUARTE RIBEIRO
Secretário Judicial

Processo: 946-81.2008.8.10.0116
Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT
REQUERENTE: WILGNER SANTOS DA SILVA, representado por sua mãe MARLINDA SANTOS DA SILVA
Advogado: Dr. VALDECI FERREIRA DE LIMA, OAB/MA-4.185
REQUERIDO: BRADESCO SEGUROS S/A
Advogado: Dr. RÉGIS GONDIM PEIXOTO, OAB/CE-17.731
Advogado: Dr. FABIO ELIAS DE MEDEIROS MOUCHREK, OAB/MA-5.973

FINALIDADE: **Intimação** do requerente, por seu advogado. **Dr. VALDECI FERREIRA DE LIMA, OAB/MA-4.185**, para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões ao Recurso de Apelação, nos autos da ação em epígrafe.

SEDE DO JUÍZO: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA – CEP: 65.272-000 - Fone (98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá-MA, 07 de novembro de 2011. Eu, Rafael Duarte Ribeiro, Secretário Judicial, o fiz digitar, conferi, e subscrevo por ordem do Dr. **Rodrigo Costa Nina**, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca.

Rafael Duarte Ribeiro
Secretário Judicial

Processo: 97-41.2010.8.10.0116
Ação de Execução de Título Extrajudicial
EXEQUENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL
Advogado: Dr. GILMAR PEREIRA SANTOS, OAB/MA-4119
EXECUTADO: JOÃO MARTINS DOS SANTOS

FINALIDADE: **Intimação** do exequente acima, por seu advogado. **Dr. GILMAR PEREIRA SANTOS, OAB/MA-4119**, para se manifestar sobre a Certidão de fls. 21, requerendo o que for de seu interesse, nos autos da ação em epígrafe.

SEDE DO JUÍZO: Rua Duque de Caxias, s/n, Centro, Santa Luzia do Paruá/MA – CEP: 65.272-000 - Fone (98) 3374-1204. Santa Luzia do Paruá-MA, 03 de novembro de 2011. Eu, Rafael Duarte Ribeiro, Secretário Judicial, o fiz digitar, conferi, e subscrevo por ordem do Dr. **Rodrigo Costa Nina**, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca.

Rafael Duarte Ribeiro
Secretário Judicial

Santa Quitéria

Processo nº 23-38.1997.8.10.0117
Ação: Inventário

Inventariante: Antônio Lourenço da Cunha
Advogado: Dr. Ayrton Fernandes Rodrigues Júnior OAB/PI 6.207
Inventariada: Bernarda de Araújo Cunha

Intimação do Advogado do Inventariante para tomar ciência do teor do despacho de fl.357-V.

"...Intime-se Antônio Lourenço da Cunha e seu advogado Ayrton Fernandes Rodrigues Júnior OAB/PI 6.207 para dizerem, no prazo de 05 (cinco) dias, se ainda há interesse na continuação do presente inventário..."

Santa Quitéria/MA, 15/09/2011.
Afonso Celso Castro Carvalho
Técnico Judiciário matrícula 147827

(Assinado de ordem da MMª. Juíza da Comarca de Santa Quitéria, Dra. Elaíla Silva Carvalho, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA).

Santa Rita

PROCESSO Nº 425-62.2010.8.10.0118

AÇÃO: DIVÓRCIO LITIGIOSO

REQUERENTE: BERTOLINA CERQUEIRA CABRAL .

REQUERIDO: ANTÔNIO LEANDRO SILVA CABRAL

FINALIDADE: **INTIMAR** a Dra. **CARLINADILA C. PINTO COSTA**, Advogada, inscrita na OAB/MA sob o nº 6604, para tomar conhecimento da Sentença de fls. 22, cuja parte final vai a seguir transcrita ..." Julgo procedente o pedido, homologando o acordo e o divórcio requerido, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 269, III, CPC. Após o trânsito em julgado desta decisão, seja expedido o competente mandado de averbação do divórcio junto ao cartório de Registro Civil da Comarca. Sem custas e honorários. P.R.I.C. Santa Rita/MA, 18 de outubro de 2011.
Gladiston Luis Nascimento Cutrim - Juiz de Direito, respondendo.

Daniela da S. S Jacinto

Secretária Judicial - mat. 117788

Ato Ordinatório nos termos do art. 3º XXVIII do Provimento nº 001/07-CGJ

PROCESSO Nº 83-22.2008.8.10.0118

AÇÃO: ALIMENTOS

REQUERENTE: RAFAEL DOS SANTOS DIAS, NATIEL DOS SANTOS DIAS E NARTIELE DOS SANTOS DIAS, REPRESENTADOS POR SUA GENITORA MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS DIAS.

REQUERIDO: MANOEL NASCIMENTO PEREIRA DIAS

FINALIDADE: **INTIMAR** a Dra. **CARLINADILA C. PINTO COSTA**, Advogada, inscrita na OAB/MA sob o nº 6604, para tomar conhecimento da certidão de fls. 67, bem como indicar, no prazo de 15 (quinze) dias, o endereço atualizado do requerido, sob pena de extinção do feito. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Santa Rita, Estado do Maranhão, aos 08 (oito) dias do mês de 11 (novembro) de 2011 (dois mil e onze). Eu, Rosyane Viana Machado, Técnica Judiciária, digitei.

Daniela da S. S Jacinto

Secretária Judicial - mat. 117788

Ato Ordinatório nos termos do art. 3º XXVIII do Provimento nº 001/07-CGJ

Processo n.º 280-742008.8.10.0118

Classe(CNJ): **ALVARÁ JUDICIAL**

Autor: **GERALDO ALVES DOS SANTOS**

Advogado: **FLÁVIO SAMUEL SANTOS PINTO, OAB/MA 8.497**

Réus: **FRANCISCO DE ALMEIDA**

INTIMAR o(s) advogado(a) Flavio Samuel Santos Pinto, OAB/MA 8.497, para tomar conhecimento da sentença, cujo final tem o seguinte teor:

SENTENÇA: " **ANTE O EXPOSTO**, com fundamento no artigo 267, III, do Código de Processo Civil, extingo o processo sem resolução do mérito. Sem custas e honorários advocatícios. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após as exigências legais, archive-se. Karine Lopes de Castro-Juíza de Direito. Santa Rita-Ma, 28 de janeiro de 2010.

Santa Rita, 08 de novembro de 2011

Daniela da S. S Jacinto

Secretária Judicial - mat. 117788

Ato ordinatório XXVIII conforme Provimento nº 01/2007 da CGJ/MA

INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR GLADISTON LUIS NASCIMENTO CUTRIM, JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO POR ESTA COMARCA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI, ETC...

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

PROCESSO Nº 9000256-53.2009.8.10.0118

AÇÃO: DECLARATÓRIA

REQUERENTE(S): IVO GOMES DA SILVA

ADVOGADO(S): JOELSON PINHEIRO GUIMARÃES OAB/MA 8338

REQUERIDO: COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO-CEMAR

ADVOGADO: DR. ROGÉRIO COELHO ROCHA OAB/MA 6610.

FINALIDADE: Ciência da sentença de fls. 36/38, a seguir transcrita: **SENTENÇA:** "... Decido. Diante do exposto e de tudo mais que dos autos constam, com esteio no art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para CONDENAR a requerida a: a) pagar ao autor IVO GOMES DA SILVA, a título de danos morais, o valor de R\$ 2.357,23 (dois mil, trezentos e cinquenta e sete reais e vinte e três centavos), tudo conforme fundamentação acima; Além disto, DECLARO NULO O DÉBITO QUE ENSEJOU ESTA DEMANDA; Desta forma, fica a requerida impossibilitada de interromper o fornecimento de energia elétrica do autor, em razão do débito ora declarado nulo, sob pena de multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), em favor do requerente por cada dia de suspensão do serviço; Fixo o prazo de 15 (quinze) dias após o

trânsito em julgado desta decisão, para a requerida efetuar o pagamento aqui estabelecido, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor total, tudo nos termos do art. 475-J do CPC e do art. 52, inciso III, da Lei Federal nº. 9.099/95. Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Na forma do art. 475-J, § 5º do CPC, não sendo requerido o cumprimento desta decisão, no prazo de seis meses a contar do trânsito em julgado, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Santa Rita, 31 de outubro de 2011, Juiz Gladiston Luis Nascimento Cutrim, Respondendo por esta Comarca.

INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR GLADISTON LUIS NASCIMENTO CUTRIM, JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO POR ESTA COMARCA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NA FORMA DA LEI, ETC...

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

PROCESSO N.º 9000308-15.2010.8.10.0118

AÇÃO: ANULATÓRIA

REQUERENTE(S): LEIDE JANE OLIVEIRA MUNIZ FERREIRA

ADVOGADO(S): LAÉRCIO SERRA DA SILVA OAB/MA 9447

REQUERIDO: COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO-CEMAR

ADVOGADO: DR. ROGÉRIO COELHO ROCHA OAB/MA 6610.

FINALIDADE: Ciência da sentença de fls. 37/39, a seguir transcrita: SENTENÇA: "... Decido. Diante do exposto e de tudo mais que dos autos constam, com esteio no art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para CONDENAR a requerida a: a) pagar à autora LEIDE JANE OLIVEIRA MUNIZ FERREIRA, a título de danos morais, o valor de R\$ 3.377,85 (três mil, trezentos e setenta e sete reais e oitenta e cinco centavos), tudo conforme fundamentação acima; Além disto, DECLARO NULO O DÉBITO QUE ENSEJOU ESTA DEMANDA; Desta forma, fica a requerida impossibilitada de interromper o fornecimento de energia elétrica do autor, em razão do débito ora declarado nulo, sob pena de multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), em favor do requerente por cada dia de suspensão do serviço; Fixo o prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado desta decisão, para a requerida efetuar o pagamento aqui estabelecido, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor total, tudo nos termos do art. 475-J do CPC e do art. 52, inciso III, da Lei Federal nº. 9.099/95. Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Na forma do art. 475-J, § 5º do CPC, não sendo requerido o cumprimento desta decisão, no prazo de seis meses a contar do trânsito em julgado, arquivem-se os autos com baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Santa Rita, 31 de outubro de 2011, Juiz Gladiston Luis Nascimento Cutrim, Respondendo por esta Comarca.

Santo Antonio dos Lopes

Ação Ordinária de Regulamentação de Visitas

Processo nº 675-58.2011.8.10.0119

Autor: Evandro Alves Cavalcante

Advogados: Wilker Batista Cavalcanti Oab/MA 6049, Edmilson Franco da Silva Oab/MA4401, Maria Nilma dos Santos Barros Oab/MA 3867 e Simone da Silva Ribeiro Oab/MA 9015

Requerida: Marta Liziane da Silva e Silva

Advogada: Leila Santos Oab/MA 4.499

DESPACHO DE FLS. 68

DESPACHO: Vistos etc. Intimem-se as partes, por AR o requerente, e por mandado a requerida, para que tomem conhecimento da redistribuição do feito para esta Comarca. Após, intime-se o advogado do requerente para solicitar o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se. S.A. dos Lopes/MA, 04 de novembro de 2011.

Alessandra Lima Silva

Juiza de Direito

Titular da Comarca de Santo Antonio dos Lopes

EDITAL DE CITAÇÃO

Ação Declaratória de Inexistência de débito c/ Perdas e Danos

Processo nº 409-71.2011.8.10.0119

Requerente: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santo Antônio dos Lopes-MA

Advogado: Cosmo Alexandre da Silva - Oab/MA nº 6.253

Requerido: Raimundo Nonato Gomes de Brito

A Dra. Alessandra Lima Silva, Juiza de Direito Titular da Comarca de Santo Antonio dos Lopes, Estado do Maranhão, na forma da lei, etc.

FAZ SABER a todos quanto o presente edital vir e dele conhecimento tiver, que por este Juízo e Secretaria Judicial se processam os termos da **Ação Declaratória de Inexistência de débito c/ Perdas e Danos** acima mencionada, sendo o presente para

CITAR: Raimundo Nonato Gomes de Brito, brasileiro, casado, vendedor, residente em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento dos termos da Ação em epígrafe, bem como para apresentar contestação no **prazo de 15 (quinze) dias**, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato, ficando ciente de que o prazo para contestação começará a fluir a partir desta publicação. **ADVERTÊNCIA:** Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (Art. 285 do CPC). E para que no futuro não se alegue ignorância, mandou expedir o presente edital com prazo de 15 (quinze) dias, que será publicado na forma da lei e afixado no átrio do Fórum desta Comarca.

Eu, Hernani Felipe Araújo da Silva, Técnico Judiciário, o digitei.

SEDE DO JUÍZO: Fórum Judicial, Localizado à Praça Abraão Ferreira, s/nº, Centro, Santo Antonio dos Lopes/MA, Fone/Fax (99) 3666 -1141.

Santo Antonio dos Lopes/MA, 10 de novembro de 2011

ALESSANDRA LIMA SILVA

Juiza de Direito

Titular da Comarca de Santo Antonio dos Lopes

EDITAL DE CITAÇÃO

Ação de Divórcio Direto

Processo nº 522-25.2011.8.10.0119

Requerente: Francisca Ronaria Guimarães Silva de Sousa

Advogado: Ricardo Augusto Duarte Dovera - Oab/MA nº 6.656-A

Requerido: Pedro de Sousa

A Dra. Alessandra Lima Silva, Juíza de Direito Titular da Comarca de Santo Antonio dos Lopes, Estado do Maranhão, na forma da lei, etc.

FAZ SABER a todos quanto o presente edital vir e dele conhecimento tiver, que por este Juízo e Secretaria Judicial se processam os termos da Ação de Divórcio Direto acima mencionada, sendo o presente para

CITAR: Pedro de Sousa, brasileiro, casado, profissão desconhecida, residente em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento dos termos da Ação em epígrafe, bem como para apresentar contestação no **prazo de 15 (quinze) dias**, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato, ficando ciente de que o prazo para contestação começará a fluir a partir desta publicação. **ADVERTÊNCIA:** Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (Art. 285 do CPC). E para que no futuro não se alegue ignorância, mandou expedir o presente edital com prazo de 15 (quinze) dias, que será publicado na forma da lei e afixado no átrio do Fórum desta Comarca.

Eu, Glauce dos Santos Nascimento, Técnico Judiciário, fiz digitar.

SEDE DO JUÍZO: Fórum Judicial, Localizado à Praça Abraão Ferreira, s/nº, Centro, Santo Antonio dos Lopes/MA, Fone/Fax (99) 3666 -1141.

Santo Antonio dos Lopes/MA, 07 de novembro de 2011

ALESSANDRA LIMA SILVA

Juíza de Direito

Titular da Comarca de Santo Antonio dos Lopes

EDITAL DE CITAÇÃO**Ação de Divórcio Direto Litigioso**

Processo nº 651-30.2011.8.10.0119

Requerente: Sheila Farias de Sousa e Silva

Advogado: Marcos Wenilson Monteiro dos Santos - Oab/MA nº 7.350

Requerido: Francisco da Silva e Silva

A Dra. Alessandra Lima Silva, Juíza de Direito Titular da Comarca de Santo Antonio dos Lopes, Estado do Maranhão, na forma da lei, etc.

FAZ SABER a todos quanto o presente edital vir e dele conhecimento tiver, que por este Juízo e Secretaria Judicial se processam os termos da Ação de Divórcio Direto acima mencionada, sendo o presente para

CITAR: Francisco da Silva e Silva, brasileiro, casado, lavrador, residente em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento dos termos da Ação em epígrafe, bem como para apresentar contestação no **prazo de 15 (quinze) dias**, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato, ficando ciente de que o prazo para contestação começará a fluir a partir desta publicação. **ADVERTÊNCIA:** Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (Art. 285 do CPC). E para que no futuro não se alegue ignorância, mandou expedir o presente edital com prazo de 15 (quinze) dias, que será publicado na forma da lei e afixado no átrio do Fórum desta Comarca.

Eu, Glauce dos Santos Nascimento, Técnico Judiciário, fiz digitar.

SEDE DO JUÍZO: Fórum Judicial, Localizado à Praça Abraão Ferreira, s/nº, Centro, Santo Antonio dos Lopes/MA, Fone/Fax (99) 3666 -1141.

Santo Antonio dos Lopes/MA, 07 de novembro de 2011

ALESSANDRA LIMA SILVA

Juíza de Direito

Titular da Comarca de Santo Antonio dos Lopes

Processo nº.: 342-09.2011.8.10.0119

Ação de Guarda e Responsabilidade da Menor

Requerente: Inês Rodrigues da Silva

Advogada: Vera Lúcia Alves Ferreira – Oab/MA 10.326-A

INTIMAÇÃO da advogada acima supramencionada, para tomar ciência da decisão de fls. 12, a seguir transcrita:

DECISÃO: Vistos etc., Defiro a assistência judiciária. Considerando as circunstâncias e os fatos narrados no pedido inicial, nos termos do art. 33 *usque* 35, da Lei n.º 8.069/90, defiro liminarmente a guarda provisória da criança para a requerente, sem prejuízo de ulterior revogação, a qualquer tempo. Citem-se os pais biológicos para contestar o pedido, no prazo de 15 (quinze) dias, ciente de que, não contestada a ação, se presumirão verdadeiros os fatos articulados pelo(s) autor(es) (CPC, arts. 285 e 297), ou para comparecer(em) em Juízo e assinar termo de concordância perante a autoridade judiciária (Lei n.º 8.069/90, art. 166, parágrafo único, por extensão e analogia). Em quaisquer hipóteses, deverá ser feita a entrega de cópia da petição inicial ao(s) requerido(s). Oficie-se à Assistente Social do Município ou do CRAS, para estudo social do caso no prazo de 15 (quinze) dias. Notifique-se o Ministério Público. Intime-se. Santo Antonio dos Lopes, 30 de agosto de 2011.

Alessandra Lima Silva

Juíza de Direito

Titular da Comarca de Santo Antonio dos Lopes

São Domingos do Maranhão**INTIMAÇÃO**

Ação: COBRANÇA

Processo nº 503-07.2011.8.10.0123

Autor: Banco do Nordeste do Brasil S/A

Advogado: Benedito Nabarro

Réus: Maria do Carmo Oliveira Silva e Reginaldo Oliveira Silva

Advogado: Sezóstris Francisco Paé Lima

O Juiz **CLÊNIO LIMA CORRÊA**, Titular da Comarca de São Domingos do Maranhão, na forma da Lei, etc.

DETERMINA a INTIMAÇÃO do autor, na pessoa de seu advogado, para se manifestar sobre a contestação de fls. 24/28 dos autos, no prazo de 10 (dez) dias. **São Domingos do Maranhão, 08/11/2011. Juiz Clênio Lima Corrêa. Titular da Comarca.** Dado e passado o presente na Secretaria Judicial, aos 08 (oito) dias do mês de novembro do ano de dois mil e onze (2011). Eu, Rômulo Silva dos Santos, técnico judiciário, digitei e subscrevo.

Dr. CLÊNIO LIMA CORRÊA

Juiz de Direito

São Francisco do Maranhão**PROCESSO nº. 208-64.2011.8.10.0124 (208/2011)****AÇÃO: Execução de Alimentos****EXEQUENTE: Ministério Público Estadual****REPRESENTANTE: Maria de Jesus Moraes dos Santos****EXECUTADO: Edizon Moraes dos Santos**

O Excelentíssimo Juiz de Direito Titular da Comarca de São Francisco do Maranhão, **Sr. DENNYS CARNEIRO ROCHA DOS SANTOS**, no uso de suas atribuições legais etc.,

FAZ SABER a quantos o presente Edital de Publicação de Sentença virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo, se processam os termos de Ação Execução de Alimentos em que é Exequente o Ministério Público Estadual, em favor de menor, e Executado Edizon Moraes dos Santos, **Processo nº. 208-64.2011.8.10.0124 (208/2011)**, em cujo processo foi proferida sentença, cujo dispositivo se transcreve: "... **DIANTE DO EXPOSTO**, com fundamento no art. 794, I, e art. 795, do CPC, **DECLARO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO**. Sem custas e honorários. Transitada em julgado, proceda-se a baixa na distribuição, **ARQUIVANDO-SE**. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. São Francisco do Maranhão/MA, 20 de setembro de 2011. Dennys Carneiro Rocha dos Santos. Juiz de Direito Titular da Comarca de São Francisco do Maranhão". E para que ninguém possa alegar ignorância, foi autorizada a expedição do presente edital que será publicado e afixado em local público de costume. Dado e passado nesta cidade e Comarca de São Francisco do Maranhão, aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e onze. Eu, Lucineide Moura Luz, Secretária Judicial, digitei e subscrevi.

DENNYS CARNEIRO ROCHA DOS SANTOS

- Juiz de Direito Titular da Comarca de São Francisco do Maranhão -

São José de Ribamar**PORTARIA Nº. 60/2011/DF****TABELA DE FÉRIAS DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO LOTADOS NO FÓRUM DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR**

O Juiz **MARCIO JOSÉ DO CARMO MATOS COSTA**, Titular da 3ª Vara, respondendo pela Diretoria do Fórum da Comarca de São José de Ribamar, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe o art. 41, IV, da Lei Complementar nº. 14/91, de 17 de dezembro de 1991, ESTABELECE O PERÍODO DE FÉRIAS RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2012:

JANEIRO 2012	
1ª VARA:	
MARLI MARTINS CORREIA -----	18/01 a 16/02/2012
2ª VARA:	
JANE SELMA PEREIRA PAIXÃO -----	09/01 a 07/02/2012
CREUSA DA SILVA COSTA -----	09/01 a 07/02/2012
FRANCISCO JOSÉ PEREIRA DE SALES -----	09/01 a 07/02/2012
ELIANA DA CONCEIÇÃO MONTEIRO ALMEIDA FERREIRA -----	09/01 a 07/02/2012
3ª VARA:	
COUBERT LUIZ SANTOS ABREU -----	01/01 a 30/01/2012
HERLON OLIVEIRA ARAÚJO -----	09/01 a 07/02/2012
ELIZABETH ROSE LIMA TEIXEIRA -----	19/01 a 17/02/2012
JUIZADO:	
CRISTIANE DE ARAÚJO ALMEIDA -----	02/01 a 31/01/2012
FEVEREIRO 2012	
DIRETORIA:	
ANA ROSELI DOS SANTOS CHAGAS -----	27/02 a 27/03/2012
1ª VARA:	
LUCIVALDO DA CONCEIÇÃO FERREIRA AZEVEDO -----	01/02 a 01/03/2012
2ª VARA:	
FABIO OLIVEIRA CARVALHO -----	27/02 a 27/03/2012
JUIZADO:	
FERNANDO HENRIQUE LIMA MORAES -----	13/02 a 13/03/2012
ANTONIO DOS SANTOS CERQUEIRA JUNIOR -----	27/02 a 27/03/2012
MARÇO 2012	
DIRETORIA:	
RENATO SERRA MOTA -----	01/03 a 30/03/2012
1ª VARA:	
RUBEM CHAVES FONSECA -----	05/03 a 03/04/2012
2ª VARA:	
ARMANDO LISBOA SODRÉ -----	05/03 a 03/04/2012
3ª VARA:	
ARTUR EDUARDO GOES DE SOUSA -----	01/03 a 30/03/2012
JUIZADO:	
VICTOR EDUARDO FERNANDES DE AZEVEDO SEGUNDO -----	12/03 a 10/04/2012
ABRIL 2012	

MAIO 2012	

DIRETORIA:	
FRANCIMAR SALES FERREIRA -----	01/05 a 30/05/2012
3ª VARA:	
FÁBIA OHANA DE OLIVEIRA SILVA -----	01/05 a 30/05/2012
JUIZADO:	
CARLOS AUGUSTO MENDES LIMA -----	28/05 a 26/06/2012
JOSÉLIA DE CASTRO MACIEL CUNHA -----	02/05 a 31/05/2012
JUNHO 2012	
DIRETORIA:	
JOAQUIM DOS SANTOS AGUIAR NETO -----	04/06 a 03/07/2012
CECILIA CAMINHA DE MELO ABREU -----	18/06 a 17/07/2012
1ª VARA:	
JOAO CARLOS CARVALHO NEVES -----	15/06 a 14/07/2012
2ª VARA:	
TERESINHA DE JESUS DOS SANTOS FREITAS COSTA -----	04/06 a 03/07/2012
3ª VARA:	
PAULA WANESSA DE ANDRADE LUCENA -----	18/06 a 17/07/2012
LÍVIO MAGALHÃES GUEDELHA -----	21/06 a 23/07/2012
JUIZADO:	
LUIS MAGNO COSTA NETO -----	04/06 a 03/07/2012
JULHO 2012	
DIRETORIA:	
ADONIRAN DE SOUSA PEREIRA -----	02/07 a 31/07/2012
PRISCILA FRANÇA LIMA -----	02/07 a 31/07/2012
FERNANDA ARAÚJO ABREU -----	16/07 a 14/08/2012
SUANNE DO SOCORRO MARQUES ALENCAR -----	18/07 a 16/08/2012
1ª VARA:	
JOÃO DA CRUZ FURTADO FILHO -----	02/07 a 31/07/2012
FABÍOLA MOREIRA CRUZ LOPES -----	02/07 a 31/07/2012
MÁRCIO ANTÔNIO PINHEIRO MARTINS -----	02/07 a 31/07/2012
ALAN LUÍS SOARES MORAES -----	16/07 a 15/08/2012
2ª VARA:	
JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA MARTINS -----	02/07 a 31/07/2012
JOSÉ GERVÁSIO MACIEL NETO -----	02/07 a 31/07/2012
3ª VARA:	
JOÃO DA GUIA PEREIRA DA SILVA -----	24/07 a 22/08/2012
JUIZADO:	
JOSÉ PATRÍCIO NETO -----	02/07 a 31/07/2012
LEIDEANE VALADARES PINTO -----	02/07 a 31/07/2012
THIAGO DA SILVA ARAÚJO -----	02/07 a 31/07/2012
AGOSTO 2012	
DIRETORIA:	
ANDERSON CHAVES GEDEON -----	01/08 a 30/08/2012
1ª VARA:	
PAULA RAQUEL SANTOS AMORIM -----	01/08 a 30/08/2012
2ª VARA:	
ERLY GUEDES BARBOSA -----	01/08 a 30/08/2012
JUIZADO:	
FERNANDA TEREZA LEITE CORDEIRO -----	01/08 a 30/08/2012
SETEMBRO 2012	
1ª VARA:	
ORIDÉLIA PEREIRA PASSOS ARAÚJO -----	10/09 a 09/10/2012
2ª VARA:	
FERNANDA ARAUJO PEREIRA -----	10/09 a 09/10/2012
3ª VARA:	
GREICE KELLY ARAÚJO RIBEIRO -----	10/09 a 09/10/2012
JUIZADO:	
PRISCILA RODRIGUES SAMPAIO NUNES -----	10/09 a 09/10/2012
OUTUBRO 2012	
DIRETORIA:	
EMILENA MUNIZ DE CARVALHO FRANÇA -----	08/10 a 06/11/2012
JUIZADO:	
RÔMULO DE SOUSA NEVES -----	01/10 a 30/10/2012
NOVEMBRO 2012	
3ª VARA:	
LUÍS CARLOS PESSOA MOTA -----	05/11 a 04/12/2012
DEZEMBRO 2012	
3ª VARA:	
DANIELA SILVA DE ANDRADE -----	01/12 a 30/12/2012

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

São José de Ribamar, 09/11/2011.

Juiz Márcio José do Carmo Matos Costa
Titular da 3ª Vara, respondendo pela Diretoria do Fórum.**Segunda Vara de São José de Ribamar****Decisão****Processo nº 0001947-76.2011.8.10.0058****Ação: PROCESSO CAUTELAR | BUSCA E APREENSÃO****Autor: AYMORE - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A****Advogados: HOSANA CRISTINA FERNANDES (OAB 6588)****Réus: DENIVAL DE JESUS RODRIGUES LOPES**

Visto em correção. Nas Ações de busca e apreensão lastradas no dec. 911/69, o valor da causa deve corresponder à totalidade do saldo devedor em aberto à época do ajuizamento da ação, uma vez que este é o benefício econômico pretendido. Dessa forma, determino seja intimado o autor, para no prazo de 10(dez) dias, emendar a inicial adequando o valor da causa àquele correspondente ao total do saldo devedor em aberto, fazendo a necessária complementação das custas. Intime-se. São José de Ribamar (MA), 16/3/2011 Juíza Teresa Cristina de Carvalho Pereira Mendes Titular da 2.ª Vara

Decisão**Processo nº 0007736-56.2011.8.10.0058****Ação: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA | REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE****Autor: WILLIAMS LUIZ ALVES DOS SANTOS****Advogados: MANOEL DE SOUSA BALBY (OAB 3864)****Réus: ALDENOR e CARANGUEJO e MIEL**

Processo n.º 7736-56.2011.8.10.0058. Ação de Reintegração de Posse. Requerente: William Luís Alves dos Santos. Requeridos: Aldenor e Outros. Assunto: Decisão. Vistos e examinados, trata-se de Ação de Reintegração de Posse, com pedido de liminar, proposta por William Luís Alves dos Santos em desfavor de Aldenor e Miel, objetivando a retomada da posse do imóvel especificado na inicial. Alega o requerente que os requeridos esbulharam-lhe a posse do imóvel de sua propriedade localizado na Rua Projetada que liga "Matinha" a "Fonte Indaiá" neste município, juntando aos autos diversos documentos. Por fim, requereu liminar de reintegração de posse e a procedência do pedido. Às fls. 25, reitera o pleito de apreciação do pedido liminar. Vieram os autos conclusos. É o sucinto relato. Decido. - II - Cediço que para o deferimento do pedido liminar nas ações possessórias, o magistrado deve utilizar juízo de cognição de verdadeira plausibilidade, ou seja, de que os fatos tenham ocorrido tal como descrito na inicial. Assim sendo, passo a analisar o pedido liminar. Examinando as provas juntadas com a peça inicial, constato que restou suficientemente demonstrada a posse, sua continuação e a sua época (posse nova), verificando-se que os fatos alegados na inicial possuem veracidade plausível, de modo que não há qualquer objeção quanto ao deferimento liminarmente do pedido de reintegração de posse, sem prejuízo de ulterior seguimento do processo em que terão os requeridos a oportunidade de alegarem e provarem o que quiserem. Assim, restaram preenchidos os requisitos do artigo 927 do Código de Processo Civil, não havendo outro caminho a percorrer senão, por esses fundamentos, deferir o pedido liminar de reintegração de posse, determinando aos requeridos que se abstenham de qualquer novo ato de esbulho, ou mesmo turbacão, à posse do requerente. - III - Ante ao exposto, presentes os requisitos do artigo 927 do Código de Processo Civil e com fulcro no artigo 926 do mesmo diploma legal, defiro a MEDIDA LIMINAR DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE, que deverá ser cumprida de imediato, pelos senhores Oficiais de Justiça, coadjuvados pela necessária presença da força pública desde já requisitada. Oficie-se ao Secretário de Estado de Segurança Pública, para que dê o suporte necessário ao cumprimento desta decisão. Para o caso de nova turbacão ou esbulho, fixo multa de R\$ 100,00 (cem reais) por dia, a ser cobrada em caso de desobediência à ordem judicial, sem prejuízo de eventual ação penal. Expeça-se mandado de reintegração de posse. Intimem-se. Após a intimação dos requeridos, cite-nos, com as observações constantes na parte final do artigo 285 do Código de Processo Civil, para, querendo, contestarem a ação no prazo de 15 (quinze) dias. Torno sem efeito o despacho de fls. 23. Publique-se. Cumpra-se. São José de Ribamar (Ma), 08 de novembro de 2011. JUIZ Márcio José do Carmo Matos Costa Titular da 3ª Vara, respondendo pela 2ª Vara. Resp: 101991

Decisão**Processo nº 0007989-44.2011.8.10.0058****Ação: LIBERDADE | LIBERDADE PROVISÓRIA COM OU SEM FIANÇA****Autor: HERBERTE DE JESUS SILVA****Advogados: EDILBERTO MACHADO NETO (OAB 3246)****Réus:**

Processo nº: 7989-44.2011.8.10.0058. Natureza: Ação Penal (Pedido de Reconsideração). Requerente: Herberto de Jesus Silva. DECISÃO. HERBERTE DE JESUS SILVA, qualificado nos autos, por intermédio de advogado constituído, pleiteia a Reconsideração de Decisão Judicial que indeferiu pedido de revogação do decreto de prisão preventiva expedido contra o ora requerente. Em síntese, aduz que o requerente foi preso no dia 24/06/2011, sendo os autos do flagrante enviados ao conhecimento de Vara Judicial de São Luís, capital deste Estado do Maranhão; que esta era incompetente para se manifestar sobre o feito, visto ter sido o crime praticado nesta Comarca de S.J. de Ribamar; que, não obstante isso, o juízo daquela outra Comarca, onde o feito teve início, relaxou o flagrante e decretou a prisão preventiva do requerente, enviando os autos, após, a este outro juízo de S.J. de Ribamar; que este juízo, ao apreciar Pedido de Liberdade Provisória, o indeferiu, segundo sustenta, equivocadamente, pois o caso não apresenta os requisitos que autorizam a decretação da cautelar preventiva, além de sofrer o requerente constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa. Juntou os documentos de fls. 48 a 63. É o Relatório. Fundamento e Decido. Em que pese o valor da obstinada defesa, o formulado pedido de reconsideração não merece prosperar. É que, como já se sustentou, o caso vertente apresenta prova da materialidade delitiva e indícios suficientes de autoria delitiva. Além disso, é evidente a necessidade de se resguardar a ordem pública, ante as particularidades do caso em foco, o que avoca reação estatal decidida. Com base nessas considerações, e, também, por entender não ter havido qualquer alteração fática ou jurídica que possa desnaturar os termos da decisão vergastada, é que a ratifico integralmente, motivo pelo qual INDEFIRO o pedido defensivo de reconsideração formulado pela defesa. Intimem-se. Notifique-se. São José de Ribamar, 03 de novembro de 2011. Juíza Teresa Cristina de Carvalho P. Mendes Titular da 2ª Vara Resp: 101991

Processo nº 1861-42.2010.8.10.0058**Ação: Penal****Autor: Ministério Público Estadual****Acusada: Samanta Martins da Silva Yoshihiro****Advogado(s): Drs. Felipe Salman Magioli - OAB/MA nº 8663; Luciana Mendes Magioli - OAB/MA nº 7926 e Dyego de Moraes Silva – OAB/MA nº 2520 - E**

Intimação dos advogados da acusada, **Drs. Felipe Salman Magioli - OAB/MA nº 8663; Luciana Mendes Magioli - OAB/MA nº 7926 e Dyego de Moraes Silva – OAB/MA nº 2520 – E**, para tomar conhecimento do despacho de fls. 324, transcrito na íntegra a seguir: “*Não tendo sido apresentado qualquer motivo legal que autorize a devolução do prazo que, inclusive, já esteve precluso, conforme certidão supra, indefiro a petição de fls. e determino seja requisitado o envio, no prazo de 10 (dez) dias, do exame cadavérico e dos exames complementares. Intime-se. Oficie-se*”. Juíza Teresa Cristina de Carvalho P. Mendes – Titular da Comarca. Dado e passado nesta cidade e Comarca de São José de Ribamar, em 09 de novembro de 2011.

Juíza Teresa Cristina de C. Pereira Mendes
Titular da 2ª Vara

Processo nº 7742-63.2011.8.10.0058**Ação: Penal****Autor: Ministério Público Estadual****Acusado: Claubemilo de Almeida Diniz****Advogado: Dr. José Ribamar Oliveira Lima – OAB/MA nº 4795**

Intimação do advogado do acusado, **Dr. JOSÉ RIBAMAR OLIVEIRA LIMA – OAB/MA nº 4795**, para comparecer no **dia 06 de dezembro de 2011, às 10h15min**, na 2ª Vara do Fórum local, a fim de participar da audiência una nos autos em epígrafe. Juíza Teresa Cristina de Carvalho P. Mendes – Titular da Comarca. Dado e passado nesta cidade e Comarca de São José de Ribamar, em 09 de novembro de 2011.

José Gervásio Maciel Neto
Técnico Judiciário/2ª Vara

(Assinando de ordem da MM. Juíza Teresa Cristina de C. P. Mendes, Titular da 2ª Vara,
nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

Processo nº 7686.30.2011.8.10.0058**Ação: REINTEGRAÇÃO DE POSSE c/c PERDAS E DANOS E PEDIDO DE LIMINAR****Autora: LENIRLANDE GARRIDO WOLFF****Réu: JOÃO DA DOMINGAS E RONY****Advogado(a)(s) do(a)(s) Autora: Dr. FRANCISCO DAS CHAGAS DA SILVA - OAB/MA nº 8928, GUILHERME AUGUSTO SILVA – OAB/MA 9150****Advogado(a)(s) do(a)(s) Réu: NÃO CONSTA NOS AUTOS**

Comparecer(em) no **dia 20 de abril de 2012, às 11:15 horas, no Fórum local, situado na Av. Gonçalves Dias, s/n, Centro, S. J. de Ribamar/MA, acompanhados de advogado**, a fim de participar(em) da audiência de justificação prévia, ciente que suas testemunhas deverão ser apresentadas em banca, independentemente de intimação.

Teresa Cristina C. P. Mendes
Juíza Titula da 2ª Vara

Processo nº 2129-96.2010.8.10.0058**Ação: REINTEGRAÇÃO DE POSSE****Autora: JULIANA DOS SANTOS BRANDÃO****Réu: HELENA MARQUES DE SOUSA e como litisconsorte necessário CAMILA e GAUDENCIO****Advogado(a)(s) do(a)(s) Autora: Dr. RUBEM FERREIRA DE CASTRO – OAB/MA nº 5474****Advogado(a)(s) do(a)(s) Réu: NÃO CONSTA NOS AUTOS**

Comparecer(em) no **dia 18 de novembro de 2011, às 11:30 horas, no Fórum local, situado na Av. Gonçalves Dias, s/n, Centro, S. J. de Ribamar/MA, acompanhados de advogado**, a fim de participar(em) da audiência de justificação prévia, ciente que suas testemunhas deverão ser apresentadas em banca, independentemente de intimação.

Teresa Cristina C. P. Mendes

Juíza Titula da 2ª Vara

Processo nº. 7754-77.2011.8.10.0058**Ação: Obrigação de Fazer c/c Indenização e Pedido Liminar****Autor(a): José Manoel Araújo Pinheiro****Réu(s): Cartório do 1º Ofício Extrajudicial de São José de Ribamar.****Advogado(a)(s) do(a) autor(a): BRUNO RAPHAEL DE CARVALHO BARROSO - OAB/MA nº 9515****Advogado(a)(s) do(a) réu: NÃO CONSTA NOS AUTOS**

(...)Do exposto, com fulcro no art. 267, IV do CPC, JULGO EXTINTO o presente processo, sem resolução de mérito, e determino caso solicitado, que sejam entregues ao Autor os documentos que instruíram o pedido, mediante juntada de cópia respectiva aos autos. Custas pelo requerente, as quais restam suspensas em razão da gratuidade aqui deferida. Sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Após o que archive-se com baixa na distribuição. São José de Ribamar (MA), 14 de outubro de 2011. Juíza Teresa Cristina de Carvalho Pereira Mendes. Titular da 2ª Vara. Está conforme. Dado e passado o presente nesta cidade e Comarca de São José de Ribamar, em 04 de novembro.

Teresa Cristina C. P. Mendes
Juíza Titula da 2ª Vara

RESENHA DE SENTENÇA

Processo nº. 1731-52.2010.8.10.0058**Ação: RESTAURAÇÃO DE REGISTRO DE MATRÍCULA DE IMÓVEL.****Autor(a): AGROMÁ - EMPREENDIMENTOS RURAIS LTDA, REPRESENTADA POR JOSÉ DE JESUS REIS ATAÍDE.****Advogado(a)(s) do(a)(s) requerente: Dr(ª). FABIANO DE CRISTO CABRAL RODRIGUES – OAB/DF nº 13.725 e OAB/MA 9321-A**

Intimação dos advogados das partes por todo conteúdo da resenha de sentença: “(...) Do exposto, com fulcro no art. 267, VI do CPC, JULGO EXTINTO o presente processo, sem resolução de mérito, e determino caso solicitado, que sejam entregues ao Autor os documentos que instruíram o

pedido, mediante juntada de cópia respectiva aos autos. Custas pelo requerente, conforme recolhidas às fls. 21. Sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Após o que archive-se com baixa na distribuição. São José de Ribamar (MA), 31 de outubro de 2011. Juíza Teresa Cristina de Carvalho Pereira Mendes. Titular da 2ª vara ". Está conforme. Dado e passado o presente nesta cidade e Comarca de São José de Ribamar, em 8.11.2011.

Teresa Cristina C. P. Mendes
Juíza Titula da 2ª Vara

RESENHA DE SENTENÇA

Processo nº: 80-10.1995.8.10.0058.

Natureza: AÇÃO PENAL.

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.

Acusado: JOSÉ DA CONCEIÇÃO MACHADO.

ATRIBUIÇÃO PENAL: ARTS. 299, CAPUT, E 171, CAPUT, AMBOS DO CÓDIGO PENAL.

Intimação dos advogados das partes por todo conteúdo da resenha de sentença: "(...) DIANTE DO EXPOSTO, com esteio no art. 107, inciso IV, primeira figura, c/c art. 109, IV e III, ambos do Código Penal, e art. 61, do Código de Processo Penal, RECONHEÇO, de ofício, A PRESCRIÇÃO e DECLARO EXTINTA a pretensão punitiva estatal em face do acusado JOSÉ DA CONCEIÇÃO MACHADO, já qualificado nos autos, por suposta violação dos arts. 299, caput, e 171, caput, ambos do Código Penal. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição e no registro. Cumpra-se. São José de Ribamar, 27 de outubro de 2011. Juíza Teresa Cristina de Carvalho Pereira Mendes. Titular da 2ª vara". Está conforme. Dado e passado o presente nesta cidade e Comarca de São José de Ribamar, em 8.11.2011.

Teresa Cristina C. P. Mendes
Juíza Titula da 2ª Vara

RESENHA DE SENTENÇA

Processo nº: 150-80.2002.8.10.0058.

Natureza: AÇÃO PENAL.

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.

Acusado: EDVAN DOS SANTOS.

Atribuição Penal: ART. 163, § ÚNICO, III, DO CP.

"(...) DIANTE DO EXPOSTO, com esteio no art. 107, inciso IV, primeira figura, c/c art. 109, IV, ambos do Código Penal, e art. 61, do Código de Processo Penal, RECONHEÇO a PRESCRIÇÃO e DECLARO EXTINTA a pretensão punitiva estatal em face do acusado EDVAN DOS SANTOS, já qualificado nos autos, por suposta infração ao art. 163, § único, III, do Código Penal. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição e no registro. Cumpra-se. São José de Ribamar, 27 de outubro de 2011. Juíza Teresa Cristina de Carvalho Pereira Mendes. Titular da 2ª vara". Está conforme. Dado e passado o presente nesta cidade e Comarca de São José de Ribamar, em 8.11.2011.

Teresa Cristina C. P. Mendes
Juíza Titula da 2ª Vara

RESENHA DE SENTENÇA

Processo nº: 144-15.1998.8.10.0058.

Natureza: AÇÃO PENAL.

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.

Acusados: PAULO HENRIQUE AZEVEDO DE JESUS E ANTÔNIO CORREA FRAZÃO.

"(...)DIANTE DO EXPOSTO, com esteio no art. 107, inciso IV, primeira figura, c/c art. 109, IV, ambos do Código Penal, e art. 61, do Código de Processo Penal, RECONHEÇO, de ofício, a PRESCRIÇÃO e DECLARO EXTINTA a pretensão punitiva estatal em relação aos acusados PAULO HENRIQUE AZEVEDO DE JESUS e ANTÔNIO CORREA FRAZÃO, já qualificados nos autos, por suposta infração ao art. 155, caput, e 180, caput, ambos do Código Penal. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição e no registro. Cumpra-se. São José de Ribamar, 26 de outubro de 2011. Juíza Teresa Cristina de Carvalho Pereira Mendes. Titular da 2ª vara". Está conforme. Dado e passado o presente nesta cidade e Comarca de São José de Ribamar, em 8.11.2011.

Teresa Cristina C. P. Mendes
Juíza Titula da 2ª Vara

RESENHA DE SENTENÇA

Processo nº 1015-35.2004.8.10.0058

Ação: NUNCIACÃO DE OBRA NOVA

Requerente: CÉSAR AUGUSTO SILVA DE CARVALHO

Requerido: CONCEIÇÃO DE MARIA MARTINS SANTOS

Advogado(a)(s) do(a)(s) requerente: Dr^a). EVANIR OLIVEIRA DA SILVA – OAB/MA nº 3317

Advogado(a)(s) do(a)(s) requerido: Dr^a). JOÃO FRANCISCO SILVA GOMES – OAB/MA nº 1090; DAYANE GOMES DA SILVA – OAB/MA nº 6966

Intimação dos advogados das partes por todo conteúdo da resenha de sentença: Pelo exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, com supedâneo no artigo 267, VI, do Código de Processo Civil. Por consequência, cassa a liminar anteriormente deferida. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, archive-se com baixa na distribuição, observadas as formalidades legais. Custas remanescente e honorários advocatícios por conta do requerente, que fixo em 10 % (dez por cento). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado, arquivem-se os autos com as baixa na distribuição. São José de Ribamar, 20 de setembro de 2011. Juíza Teresa Cristina de Carvalho Pereira Mendes. Titular da 2ª vara ". Está conforme. Dado e passado o presente nesta cidade e Comarca de São José de Ribamar, em 8.11.2011.

Teresa Cristina C. P. Mendes
Juíza Titula da 2ª Vara

RESENHA DE SENTENÇA

Processo nº. 2467-70.2010.8.10.0058

Ação: SUPRIMENTO DE FOLHA DO LIVRO DE REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS

Autor(a): FRANCISCA ELANDIA CRISTINA FREIRES VISINAND E EMANUEL DE CARVALHO LAGO

Réu(s): CARTÓRIO DE 1º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR.

Advogado(a)(s) do(a)(s) requerente: Dr^a). LINIETH PEREIRA ALVES – OAB/MA nº 5911

Intimação do(a)s advogado(a)s da(s) parte(s) por todo conteúdo da resenha de sentença: "(...) Do exposto, com fulcro no art. 267, IV do CPC, JULGO EXTINTO o presente processo, sem resolução de mérito, e determino caso solicitado, que sejam entregues aos Autores os documentos que instruíram o pedido, mediante juntada de cópia respectiva aos autos. Custas pelos requerentes, conforme já recolhidas às fls. 05 dos autos. Sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Após o que archive-se com baixa na distribuição. São José de Ribamar (MA), 27 de outubro de 2011. Juíza Teresa Cristina de Carvalho Pereira Mendes. Titular da 2ª Vara". Está conforme. Dado e passado o presente nesta cidade e Comarca de São José de Ribamar, em 8.11.2011.

Teresa Cristina C. P. Mendes
Juíza Titula da 2ª Vara

RESENHA DE SENTENÇA

Processo nº. 1596-06.2011.8.10.0058

Ação: SUPRIMENTO DE FOLHA DE REGISTRO.

Autor(a): VERA LUCIA MATOS DE MENDONÇA.

Advogado(a)s do(a)s requerente: Dr^a. JOÃO BATISTA DE MELO E BRITO – OAB/MA nº2443

Intimação do(a)s advogado(a)s da(s) parte(s) por todo conteúdo da resenha de sentença: "(...)Do exposto, com fulcro no art. 267, VI do CPC, JULGO EXTINTO o presente processo, sem resolução de mérito, e determino caso solicitado, que sejam entregues a Autora os documentos que instruíram o pedido, mediante juntada de cópia respectiva aos autos. Custas pela requerente, conforme já recolhidas às fls. 12. Sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Após o que archive-se com baixa na distribuição. São José de Ribamar (MA), 31 de outubro de 2011. Juíza Teresa Cristina de Carvalho Pereira Mendes. Titular da 2ª Vara". Está conforme. Dado e passado o presente nesta cidade e Comarca de São José de Ribamar, em 8.11.2011.

Teresa Cristina C. P. Mendes
Juíza Titula da 2ª Vara

RESENHA DE SENTENÇA

Processo nº. 2560-96.2011.8.10.0058

Ação: OBRIGAÇÃO DE FAZER PARA SUPRIMENTO DE FOLHA

Autor(a): RAIMUNDO INOCÊNCIO DOS ANJOS

Réu(s): Cartório do 1º Ofício Extrajudicial da Comarca de São José de Ribamar.

Advogado(a)s do(a)s requerente: Dr^a. RAIMUNDO INOCÊNCIO DOS ANJOS – OAB/MA nº4423

Intimação do(a)s advogado(a)s da(s) parte(s) por todo conteúdo da resenha de sentença: "(...) Do exposto, com fulcro no art. 267, IV do CPC, JULGO EXTINTO o presente processo, sem resolução de mérito, e determino caso solicitado, que sejam entregues ao Autor os documentos que instruíram o pedido, mediante juntada de cópia respectiva aos autos. Custas pelo requerente, as quais restam suspensas em razão da gratuidade deferida. Sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Após o que archive-se com baixa na distribuição.. São José de Ribamar (MA), 31 de outubro de 2011. Juíza Teresa Cristina de Carvalho Pereira Mendes. Titular da 2ª Vara". Está conforme. Dado e passado o presente nesta cidade e Comarca de São José de Ribamar, em 8.11.2011.

Teresa Cristina C. P. Mendes
Juíza Titula da 2ª Vara

RESENHA DE SENTENÇA

Processo nº. 5973-20.2011.8.10.0058

Ação: RESTAURAÇÃO DE REGISTRO PÚBLICO DE IMÓVEL

Autor(a): OLGA MAALOUF

Advogado(a)s do(a)s requerente: Dr^a. MALBA DO ROSARIO MALUF BATISTA – OAB/MA nº685; CARLOS SEBASTIÃO SILVA NINA - OAB/MA nº 4870

Intimação do(a)s advogado(a)s da(s) parte(s) por todo conteúdo da resenha de sentença: "(...) Do exposto, com fulcro no art. 267, VI do CPC, JULGO EXTINTO o presente processo, sem resolução de mérito, e determino caso solicitado, que sejam entregues a Autora os documentos que instruíram o pedido, mediante juntada de cópia respectiva aos autos. Custas pela requerente, conforme recolhidas às fls. 12. Sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Após o que archive-se com baixa na distribuição. São José de Ribamar (MA), 31 de outubro de 2011. Juíza Teresa Cristina de Carvalho Pereira Mendes. Titular da 2ª Vara". Está conforme. Dado e passado o presente nesta cidade e Comarca de São José de Ribamar, em 8.11.2011.

Teresa Cristina C. P. Mendes
Juíza Titula da 2ª Vara

RESENHA DE SENTENÇA

Processo nº. 2111-41.2011.8.10.0058

Ação: SUPLEMENTAR DE REGISTRO DE IMÓVEL

Autor(a): ELISENE MARIA SILVA

Advogado(a)s do(a)s requerente: Dr^a. VALDENESIO DE JESUS GARCÊZ – OAB/MA nº 8212

Intimação do(a)s advogado(a)s da(s) parte(s) por todo conteúdo da resenha de sentença: "(...) Do exposto, com fulcro no art. 267, VI do CPC, JULGO EXTINTO o presente processo, sem resolução de mérito, e determino caso solicitado, que sejam entregues a Autora os documentos que instruíram o pedido, mediante juntada de cópia respectiva aos autos. Custas pela requerente, as quais restam suspensas em razão da gratuidade deferida. Sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Após o que archive-se com baixa na distribuição. São José de Ribamar (MA), 14 de outubro de 2011. Juíza Teresa Cristina de Carvalho Pereira Mendes. Titular da 2ª Vara". Está conforme. Dado e passado o presente nesta cidade e Comarca de São José de Ribamar, em 8.11.2011.

Teresa Cristina C. P. Mendes
Juíza Titula da 2ª Vara

RESENHA DE SENTENÇA

Processo nº. 2761-25.2010.8.10.0058

Ação: SUPRIMENTO DE ASSINATURA NOS ATOS REGISTRAIS

Autor(a): GILBERTO DE JESUS PINHEIRO SANTOS

Advogado(a)s do(a)s requerente: Dr^a. HERBETH MOURA SILVA – OAB/MA nº8788

Intimação do(a)(s) advogado(a)(s) da(s) parte(s) por todo conteúdo da resenha de sentença: "(...) Do exposto, com fulcro no art. 267, VI do CPC, JULGO EXTINTO o presente processo, sem resolução de mérito, e determino caso solicitado, que sejam entregues ao Autor os documentos que instruíram o pedido, mediante juntada de cópia respectiva aos autos. Custas pelo requerente, as quais restam suspensas em razão da gratuidade deferida. Sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Após o que archive-se com baixa na distribuição. São José de Ribamar (MA), 14 de outubro de 2011. Juíza Teresa Cristina de Carvalho Pereira Mendes. Titular da 2ª Vara". Está conforme. Dado e passado o presente nesta cidade e Comarca de São José de Ribamar, em 8.11.2011.

Teresa Cristina C. P. Mendes
Juíza Titula da 2ª Vara

RESENHA DE SENTENÇA

Processo nº. 2677-24.2010.8.10.0058

Ação: RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL

Autor(a): ELISABETE COSTA FERREIRA

Advogado(a)(s) do(a)(s) requerente: Dr^(a). JURACEY SOUZA DOS SANTOS NETO – OAB/MA nº7200

Intimação do(a)(s) advogado(a)(s) da(s) parte(s) por todo conteúdo da resenha de sentença: "(...) Do exposto, com fulcro no art. 267, VI do CPC, JULGO EXTINTO o presente processo, sem resolução de mérito, e determino caso solicitado, que sejam entregues a Autora os documentos que instruíram o pedido, mediante juntada de cópia respectiva aos autos. Custas pela requerente, as quais restam suspensas em razão da gratuidade aqui deferida. Sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Após o que archive-se com baixa na distribuição. São José de Ribamar (MA), 14 de outubro de 2011. Juíza Teresa Cristina de Carvalho Pereira Mendes. Titular da 2ª Vara". Está conforme. Dado e passado o presente nesta cidade e Comarca de São José de Ribamar, em 8.11.2011.

Teresa Cristina C. P. Mendes
Juíza Titula da 2ª Vara

RESENHA DE SENTENÇA

Processo nº. 6078-94.2011.8.10.0058 (1581/2011)

Ação: RESTAURAÇÃO DE REGISTRO PÚBLICO DE IMÓVEL

Autor(a): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF

Réu(s): 1º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR.

Advogado(a)(s) do(a)(s) requerente: Dr^(a). VALERIA DE SOUZA PORTUGAL – OAB/MA nº7408

Intimação do(a)(s) advogado(a)(s) da(s) parte(s) por todo conteúdo da resenha de sentença: "(...) Do exposto, com fulcro no art. 267, IV do CPC, JULGO EXTINTO o presente processo, sem resolução de mérito, e determino caso solicitado, que sejam entregues ao Autor os documentos que instruíram o pedido, mediante juntada de cópia respectiva aos autos. Custas pelo requerente, conforme já recolhidas às fls. 07. Sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Após o que archive-se com baixa na distribuição. São José de Ribamar (MA), 14 de outubro de 2011. Juíza Teresa Cristina de Carvalho Pereira Mendes. Titular da 2ª Vara". Está conforme. Dado e passado o presente nesta cidade e Comarca de São José de Ribamar, em 8.11.2011.

Teresa Cristina C. P. Mendes
Juíza Titula da 2ª Vara

RESENHA DE SENTENÇA

Processo nº. 2188-50.2011.8.10.0058

Ação: SUPRIMENTO DE ASSINATURA DE REGISTRO PÚBLICO

Autor(a): LUIZ GONZAGA DE OLIVEIRA

Advogado(a)(s) do(a)(s) requerente: Dr^(a). MARTINHO DA COSTA VELOSO – OAB/MA nº5216

Intimação do(a)(s) advogado(a)(s) da(s) parte(s) por todo conteúdo da resenha de sentença: "(...) Do exposto, com fulcro no art. 267, VI do CPC, JULGO EXTINTO o presente processo, sem resolução de mérito, e determino caso solicitado, que sejam entregues ao Autor os documentos que instruíram o pedido, mediante juntada de cópia respectiva aos autos. Custas pelo requerente, as quais restam suspensas em razão da gratuidade deferida. Sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Após o que archive-se com baixa na distribuição. São José de Ribamar (MA), 14 de outubro de 2011. Juíza Teresa Cristina de Carvalho Pereira Mendes. Titular da 2ª Vara". Está conforme. Dado e passado o presente nesta cidade e Comarca de São José de Ribamar, em 8.11.2011.

Teresa Cristina C. P. Mendes
Juíza Titula da 2ª Vara

RESENHA DE SENTENÇA

Processo nº. 2648-71.2010.8.10.0058

Ação: SUPRIMENTO DE ASSINATURA

Autor(a): ANTONIO SEVERIANO DIAS

Advogado(a)(s) do(a)(s) requerente: Dr^(a). FABIOLLA KARINA DE MORAES REGO ROCHA – OAB/MA nº7855

Intimação do(a)(s) advogado(a)(s) da(s) parte(s) por todo conteúdo da resenha de sentença: "(...) Do exposto, com fulcro no art. 267, VI do CPC, JULGO EXTINTO o presente processo, sem resolução de mérito, e determino caso solicitado, que sejam entregues ao Autor os documentos que instruíram o pedido, mediante juntada de cópia respectiva aos autos. Custas pelo requerente, as quais restam suspensas em razão da gratuidade deferida. Sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Após o que archive-se com baixa na distribuição. São José de Ribamar (MA), 14 de outubro de 2011. Juíza Teresa Cristina de Carvalho Pereira Mendes. Titular da 2ª Vara". Está conforme. Dado e passado o presente nesta cidade e Comarca de São José de Ribamar, em 8.11.2011.

Teresa Cristina C. P. Mendes
Juíza Titula da 2ª Vara

RESENHA DE SENTENÇA

Processo nº. 2247-38.2011.8.10.0058

Ação: SUPRIMENTO JUDICIAL DE FOLHA FALTANTE DE REGISTRO DE IMOBILIÁRIO.

Autor(a): JOSELENE GUIMARÃES COUTINHO

Advogado(a)(s) do(a)(s) requerente: Dr^(a). FRANCISCO RENO SILVA GOMES – OAB/MA nº7998

Intimação do(a)(s) advogado(a)(s) da(s) parte(s) por todo conteúdo da resenha de sentença: "(...)Do exposto, com fulcro no art. 267, VI do CPC, JULGO EXTINTO o presente processo, sem resolução de mérito, e determino caso solicitado, que sejam entregues a Autora os documentos que

instruíram o pedido, mediante juntada de cópia respectiva aos autos. Custas pela requerente, conforme já recolhidas às fls. 22. Sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Após o que archive-se com baixa na distribuição. São José de Ribamar (MA), 31 de outubro de 2011. Juíza Teresa Cristina de Carvalho Pereira Mendes. Titular da 2ª Vara". Está conforme. Dado e passado o presente nesta cidade e Comarca de São José de Ribamar, em 8.11.2011.

Teresa Cristina C. P. Mendes
Juíza Titula da 2ª Vara

RESENHA DE SENTENÇA

Processo nº. 2548-82.2011.8.10.0058

Ação PARA REGISTRO PÚBLICO DE TERRENO JUNTO AO CARTÓRIO

Autor(a): JOSÉ WILLIAM FERREIRA LIMA

Réu(s): CARTÓRIO DE 1º OFÍCIO DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR.

Advogado(a)(s) do(a)(s) requerente: Dr(a). JOSÉ MURILO DE CASTRO AZEVEDO – OAB/MA nº3042

Intimação do(a)(s) advogado(a)(s) da(s) parte(s) por todo conteúdo da resenha de sentença: Do exposto, com fulcro no art. 267, VI do CPC, JULGO EXTINTO o presente processo, sem resolução de mérito, e determino caso solicitado, que sejam entregues ao Autor os documentos que instruíram o pedido, mediante juntada de cópia respectiva aos autos. Custas pelo requerente, as quais restam suspensas em razão da gratuidade deferida. Sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Após o que archive-se com baixa na distribuição. São José de Ribamar (MA), 31 de outubro de 2011. Juíza Teresa Cristina de Carvalho Pereira Mendes. Titular da 2ª Vara". Está conforme. Dado e passado o presente nesta cidade e Comarca de São José de Ribamar, em 8.11.2011.

Teresa Cristina C. P. Mendes
Juíza Titula da 2ª Vara

Sentença

Processo nº 0002218-56.2009.8.10.0058

Ação: IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA

Impugnante: LEA DE OLIVEIRA CALVET

Advogados do impugnante; Dr. INÁCIO AMÉRICO PINHO DE CARVALHO - OAB/MA nº 5150; JADSON CLEON SILVA DE SOUZA - OAB/MA nº 7337; JOSANNE CRISTINA RIBEIRO FERREIRA -OAB/MA nº 7924; ANTONIO JOABE BONFIM RODRIGUES - OAB/MA 7908

Impugnado: RAUL JOSE DUARTE GOULART

Advogado do impugnado: RAFAEL TUPINAMBÁ GOULART - OAB/MA nº8222

Processo nº 2218/2009Cautelar de Sequestro Autor(a) : Raul José Duart GoulartRé(u) : Léa de Oliveira Calvet Sentença :Cuida-se de cautelar de sequestroajuizada por Raul José Duart Goulart contra Léa de Oliveira Calvet, qualificados nos autos.Aduz o autor que foi surpreendido com operários construindo baldrame em terreno de sua propriedade, requerendo, ao final, o sequestro e entrega do bem ao requerente como depositário.O réu alega que há carência de ação, uma vez que se tratam de imóveis diversos, requerendo a improcedência da ação.É o relatório. Decido.Inicialmente, defiro o benefício da assistência gratuita. Compulsando os autos, verifica-se que o processo principal foi ajuizado e encontra-se com liminar deferida, inviabilizando, assim, o andamento do presente feito. Dessa forma, a perda superveniente de interesse processual deve ser declarada de ofício pelo juiz, já que a análise da presente cautelar se encontra prejudicada, não restando outra alternativa, senão a extinção do feito. Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução de mérito, com base no Artigo 267, VI, do Código de Processo Civil.Custas e honorários por conta do autor, ficando suspensos face o benefício da assistência gratuita deferido. P.R.I.Após o trânsito em julgado, archive-se com baixa na distribuição, observadas que sejam as formalidades legais.São José de Ribamar, 31 de outubro de 2011.Juíza Teresa Cristina de Carvalho Pereira Mendes Titular da 2.ª Vara.

São Raimundo das Mangabeiras

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 15 DIAS)

PROCESSO Nº. 833-83.2011.8.10.0129

AÇÃO: PENAL

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

ACUSADO: RICARDO OLIVEIRA PEREIRA

O Excelentíssimo Senhor Dr. José Augusto Sá Costa Leite, Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de São Raimundo das Mangabeiras, Estado do Maranhão,

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, com **prazo de 15 (quinze) dias**, que fica **CITADO** o acusado **JONNY PAULO DA SILVA**, brasileiro, solteiro, lavrador, nascido em 05/01/1986, não portando nenhum documento de identificação, natural de Picos-PI, filho de Doralice Amorim de Sousa, residente e domiciliado em lugar incerto e não sabido, para que, **no prazo de 10 (dez) dias**, ofereça resposta escrita à presente ação. E para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente que será publicado uma vez no Diário Oficial nesta Comarca, bem assim fixada cópia no lugar público de costume.

O que se **CUMpra** nos termos e na forma da Lei. Dado e passado nesta Secretaria Judicial ao meu cargo, nesta Cidade de São Raimundo das Mangabeiras, Estado do Maranhão, 09(nove) dias do mês de Novembro de 2011. Eu, _____, Carlos André Arrais de Oliveira, Secretário Judicial o fiz digitar e conferi.

JOSÉ AUGUSTO SÁ COSTA LEITE
Juiz de Direito

São Vicente Férrer

EDITAL DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO

O Excelentíssimo Senhor Doutor **ATUR GUSTAVO AZEVEDO DO NSCIMENTO** Juiz de Direito Titular da Comarca de São Vicente Férrer, Estado do Maranhão, na forma da Lei, etc... **TORNA PÚBLICO** que na Ação de Interdição **processo 123-02.2007.8.10.0130**, que tem como requerente, **O Ministério Público Estadual**, substituto processual de **JOSÉ REIS COSTA GALVÃO** e requerido **EDONES NASCIMENTO COSTA GALVÃO**, foi

decretada a interdição da pessoa abaixo indicada, contado da sentença o seguinte (art. 1.184, do CPC):

INTERDITO(A): JOSÉ REIS COSTA GALVÃO, brasileiro, solteiro, maior, absolutamente incapaz, nascido aos 06 /01/1986, de RG nº 028406312004-6, filho de Pedro Galvão e Edones Nascimento Costa Galvão, residente e domiciliado no Povoado Iguarapiranga, São Vicente Férrer-MA.

CURADOR(A): EDONES NASCIMENTO COSTA GALVÃO, brasileiro, mototaxista, nascido aos 09/09/1954, de RG nº 114051099-9, filha de Jorge Galvão e Raimunda Nascimento Costa Galvão, residente e domiciliado no Povoado Iguarapiranga, São Vicente Férrer-MA.

CAUSA DA CURATELA: que o interditado é absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, sofre de uma moléstia que impede sua capacidade de discernir quando da prática dos atos da vida civil, procedente o pedido para decretar a interdição, declarando a incapacidade absoluta de **JOSÉ REIS COSTA GALVÃO** e nomeado curadora **EDONES NASCIMENTO COSTA GALVÃO**, a qual não poderá de nenhum modo alienar ou onerar bens e imóveis ou de qualquer outra natureza, pertencente a interditada sem autorização judicial, estando incapacitado para reger sua pessoa, bens e praticar os atos da vida civil. Para que ninguém possa alegar ignorância mandou publicar por três vezes no Diário Oficial.

LIMITES DA CURATELA: Interdição Plena.

SEDE DO JUÍZO: Fórum Des. José Henrique Campos, sito à rua Dr. Paulo Ramos, s/nº, Centro, São Vicente Férrer/MA. Expedido nesta cidade e Comarca de São Vicente Férrer/MA, aos 27 dias do mês de outubro do ano 2011.

Doutor ARTUR GUSTAVO AZEVEDO DO NASCIMENTO

Juiz de Direito Titular

Classe (CNJ): Ação de Auxílio de Doença com Tutela Antecipada

Processo nº. 119-62.2007.8.10.0130

Autor: Maria Alexandrina Martins Lindoso

Advogado: Genival Abrão Ferreira. OAB-MA nº. 3755

Réu: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

FINALIDADE: INTIMAR o(s) advogado(s) da parte autora, acima identificado(s), acerca do despacho exarado nos autos acima mencionado, adiante transcrito: "[...] Após a entrega do laudo pericial, abram-se vista às partes (autora, por intermédio do seu advogado e INSS), pelo prazo de 10 (dez) dias, vindo-me, em seguida, conclusos". São Vicente Férrer- MA, 06 de abril de 2010. DENISE PEDROSA TORRES – Juíza de Direito Titular da Comarca de São Vicente Férrer-MA.

Classe(CNJ): Reintegração/Manutenção de Posse

Processo nº. 360-94.2011.8.10.0130

Autor(es): Maria Filomena Pacheco

Advogado(a): Cícero Carlos de Medeiros – OAB/MA 6.945

Réu(s): Raimundo Catraio, Francisco Aguiar, conhecido como "Chico Preto" e Ciebson Pacheco, conhecido como "Senhor"

Advogado(a): Lucenilton de Jesus Barros Martins – OAB/MA 9.624

FINALIDADE: INTIMAR o(s) advogado(s) da(s) parte(s), acima identificado(s), para comparecer(em) na sala de audiência deste Juízo, **no dia 25 de janeiro de 2012, às 17:30 horas**, para Audiência preliminar de conciliação e saneamento, nos termos do art. 331 do CPC.

SEDE DESTE JUÍZO: Fórum Desembargador José Henrique Campos, Rua Paulo Ramos s/nº Centro, São Vicente Férrer; CEP: 65220-000, Fone/Fax: (98)3359-0902.

Dado e passado o(a) presente nesta Comarca de São Vicente Férrer(MA), aos 09 de novembro de 2011.

Cláudio Roberto Bastos Sousa

Secretário Judicial - mat. 134247

Ato Delegado nos termos do art. 3º, XXVIII do Provimento n.º 001/07 - CGJ

Classe(CNJ): Procedimento Ordinário

Processo nº. 452-72.2011.8.10.0130

Autor: Elisângela de Jesus Galvão Moreira

Advogado(a): Lurdilene Bárbara Souza Nunes – OAB/MA 8.025

Réu: Manoel de Jesus Moreira

FINALIDADE: INTIMAR o(s) advogado(s) da(s) parte(s), acima identificado(s), para comparecer(em) na sala de audiência deste Juízo, **no dia 26 de janeiro de 2012, às 08:15 horas**, para Audiência para oitiva das testemunhas. As partes deverão comparecer acompanhadas de suas testemunhas.

SEDE DESTE JUÍZO: Fórum Desembargador José Henrique Campos, Rua Paulo Ramos s/nº Centro, São Vicente Férrer; CEP: 65220-000, Fone/Fax: (98)3359-0902.

Dado e passado o(a) presente nesta Comarca de São Vicente Férrer(MA), aos 09 de novembro de 2011.

Cláudio Roberto Bastos Sousa

Secretário Judicial - mat. 134247

Ato Delegado nos termos do art. 3º, XXVIII do Provimento n.º 001/07 - CGJ

PROCESSO nº 30-49.2001.8.10.0130

AÇÃO (CLASSE): AÇÃO PENAL

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

DENUNCIADO: ENILSON DE JESUS COSTA MARTINS

O MM. Juiz de Direito Titular desta Comarca, Dr. ARTUR GUSTAVO AZEVEDO DO NASCIMENTO, no usos de suas atribuições legais, manda publicar a sentença a seguir transcrita: "...Dispositivo." Ante do exposto, declaro extinta a pena privativa de liberdade fixada para ENILSON DE JESUS COSTA MARTINS, conhecido por "Pelado" pela infração que lhe é imputada nestes autos (furto qualificado), tendo em vista o cumprimento integral da pena. Proceda-se aos registros necessários no sistema de controle processual, tanto no atinente à sentença condenatória como no tocante a esta sentença extintiva da pena pelo cumprimento. Após o trânsito em julgado, encaminhe-se cópia desta sentença à Delegacia de Polícia local, para atualização dos dados cadastrais daquele órgão. Encaminhe-se, também, cópia desta sentença para a Justiça Eleitoral. P. R. I. Ciência ao Ministério Público. Com o cumprimento das diligências e após certificado o Trânsito em julgado, arquivem-se os autos, com as necessárias baixas no sistema de controle processual (THEMIS). São Vicente Férrer (MA), 21 de agosto de 2009.

Dr. ARTUR GUSTAVO AZEVEDO DO NASCIMENTO

Juiz de Direito Titular

Tasso Fragoso

Processo nº 38-07.2007.8.10.0133

Ação de Cumprimento de Sentença (Execução de Dívida)**Exequente:** Martin Steglich**Advogado:** Dr. Antonio Murilo Costa – OAB/MA 4361**Executado:** Município de Tasso Fragoso/MA**Advogado:** Dr. Crisogono Rodrigues Vieira – OAB/MA 3180**DECISÃO.** Recebidos Hoje. Homologo os presentes cálculos para que surtam seus efeitos jurídicos. Expeça-se Requisição de Pequeno Valor endereçada ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Cumpra-se. Tasso Fragoso-MA, 04 de novembro de 2011.

MARCO ANDRÉ TAVARES TEIXEIRA.
Juiz de Direito Titular da 2ª Vara da Comarca de Balsas
Respondendo

Processo nº 9000073-66.2011.8.10.0133**Ação de Execução de Sentença (Cobrança)****Requerente:** Ana Amélia Lima dos Santos**Advogado:** Não constituído**Requerida:** Costa Silva & Lima Ltda (ELETROSORTE)**Advogados:** Marcílio Aragão Brito, OAB/MA 8486 e Clemliton Silva Ribeiro, OAB/MA 7531**DESPACHO.** Intime-se o devedor para que cumpra integralmente a sentença, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação automática e imediata de multa, no importe de 10 % (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 475 - J, do Código de Processo Civil. Publique-se, intime-se. Tasso Fragoso, 04 de novembro de 2011.

MARCO ANDRÉ TAVARES TEIXEIRA.
Juiz de Direito Titular da 2ª Vara da Comarca de Balsas
Respondendo

Processo nº 9000076-21.2011.8.10.0133**Ação de Execução de Sentença (Cobrança)****Requerente:** Maria de Jesus Mendes da Silva**Advogado:** Não constituído**Requerida:** Costa Silva & Lima Ltda (ELETROSORTE)**Advogados:** Marcílio Aragão Brito, OAB/MA 8486 e Clemliton Silva Ribeiro, OAB/MA 7531**DESPACHO.** Intime-se o devedor para que cumpra integralmente a sentença, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação automática e imediata de multa, no importe de 10 % (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 475 - J, do Código de Processo Civil. Publique-se, intime-se. Tasso Fragoso, 04 de novembro de 2011.

MARCO ANDRÉ TAVARES TEIXEIRA.
Juiz de Direito Titular da 2ª Vara da Comarca de Balsas
Respondendo

Processo nº 9000070-14.2011.8.10.0133**Ação de Condenatória em Dinheiro****Requerente:** Aldrina Ferreira Pamplona**Advogado:** Luceandro Guimarães Lopes, OAB/MA 9822**Requerida:** Costa Silva & Lima Ltda (ELETROSORTE)**Advogados:** Marcílio Aragão Brito, OAB/MA 8486 e Clemliton Silva Ribeiro, OAB/MA 7531**DESPACHO.** Tendo em vista o teor da certidão de fl. 48., intime-se a parte reclamante para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o que entender de direito, sob pena de arquivamento. Publique-se, intime-se. Tasso Fragoso, 04 de novembro de 2011.

MARCO ANDRÉ TAVARES TEIXEIRA.
Juiz de Direito Titular da 2ª Vara da Comarca de Balsas
Respondendo

Processo nº 9000011-26.2011.8.10.0133**Ação de Execução de Sentença (Condenatória em Dinheiro)****Requerente:** Tânia Maria Barbalho de Moraes**Advogado:** Luceandro Guimarães Lopes, OAB/MA 9822**Requerida:** Costa Silva & Lima Ltda (ELETROSORTE)**Advogados:** Marcílio Aragão Brito, OAB/MA 8486 e Clemliton Silva Ribeiro, OAB/MA 7531**DESPACHO.** Não tendo o devedor efetuado o pagamento do aludido débito, no prazo que lhe concede a lei, nos moldes do art. 475 - J do CPC, para fim de aplicar multa de 10% (dez por cento), e determinar que seja efetuada a penhora on line, através do sistema BACENJUD, bloqueando os ativos financeiros existentes em nome do Executado. Após o bloqueio, lavre-se o Termo de Penhora, intimando a executada para, querendo, manifestar-se no prazo legal. Acaso, não sendo encontrado, intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, requer o que entender de direito, sob pena de arquivamento. Publique-se. Intime-se. Tasso Fragoso, 04 de novembro de 2011.

MARCO ANDRÉ TAVARES TEIXEIRA.
Juiz de Direito Titular da 2ª Vara da Comarca de Balsas
Respondendo

Processo nº 9000040-13.2010.8.10.0133**Ação de Cobrança****Requerente:** João da Cruz Soares Lopes**Advogado:** Não constituído**Requerida:** Costa Silva & Lima Ltda (ELETROSORTE)**Advogados:** Marcílio Aragão Brito, OAB/MA 8486 e Clemliton Silva Ribeiro, OAB/MA 7531**DESPACHO.** Não tendo o devedor efetuado o pagamento do aludido débito, no prazo que lhe concede a lei, nos moldes do art. 475 - J do CPC, para fim de aplicar multa de 10% (dez por cento), e determinar que seja efetuada a penhora on line, através do sistema BACENJUD, bloqueando os ativos financeiros existentes em nome do Executado. Após o bloqueio, lavre-se o Termo de Penhora, intimando a executada para, querendo, manifestar-se no prazo legal. Acaso, não sendo encontrado, intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, requer o que entender de direito, sob pena de arquivamento. Publique-se. Intime-se. Tasso Fragoso, 04 de novembro de 2011.

MARCO ANDRÉ TAVARES TEIXEIRA.
Juiz de Direito Titular da 2ª Vara da Comarca de Balsas
Respondendo

Processo nº 9000009-56.2011.8.10.0133

Ação de Execução de Sentença (Condenatória em Dinheiro)

Requerente: Maria dos Santos Xavier da Silva

Advogado: Luceandro Guimarães Lopes, OAB/MA 9822

Requerida: Costa Silva & Lima Ltda (ELETROSORTE)

Advogados: Marcílio Aragão Brito, OAB/MA 8486 e Clemlilton Silva Ribeiro, OAB/MA 7531

DESPACHO. Não tendo o devedor efetuado o pagamento do aludido débito, no prazo que lhe concede a lei, nos moldes do art. 475 - J do CPC, para fim de aplicar multa de 10% (dez por cento), e determinar que seja efetuada a penhora on line, através do sistema BACENJUD, bloqueando os ativos financeiros existentes em nome do Executado. Após o bloqueio, lavre-se o Termo de Penhora, intimando a executada para, querendo, manifestar-se no prazo legal. Acaso, não sendo encontrado, intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, requer o que entender de direito, sob pena de arquivamento. Publique-se. Intime-se. Tasso Fragoso, 04 de novembro de 2011.

MARCO ANDRÉ TAVARES TEIXEIRA.
Juiz de Direito Titular da 2ª Vara da Comarca de Balsas
Respondendo

Processo nº 9000012-11.2011.8.10.0133

Ação de Execução de Sentença (Condenatória em Dinheiro)'

Requerente: Pedro Rodrigues da Silva

Advogado: Luceandro Guimarães Lopes, OAB/MA 9822

Requerida: Costa Silva & Lima Ltda (ELETROSORTE)

Advogados: Marcílio Aragão Brito, OAB/MA 8486 e Clemlilton Silva Ribeiro, OAB/MA 7531

DESPACHO. Não tendo o devedor efetuado o pagamento do aludido débito, no prazo que lhe concede a lei, nos moldes do art. 475 - J do CPC, para fim de aplicar multa de 10% (dez por cento), e determinar que seja efetuada a penhora on line, através do sistema BACENJUD, bloqueando os ativos financeiros existentes em nome do Executado. Após o bloqueio, lavre-se o Termo de Penhora, intimando a executada para, querendo, manifestar-se no prazo legal. Acaso, não sendo encontrado, intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, requer o que entender de direito, sob pena de arquivamento. Publique-se. Intime-se. Tasso Fragoso, 04 de novembro de 2011.

MARCO ANDRÉ TAVARES TEIXEIRA.
Juiz de Direito Titular da 2ª Vara da Comarca de Balsas
Respondendo

Processo nº 321-30.2007.8.10.0133

Ação de Reclamação de Vencimentos

Requerentes: Vandimar Tavares da Mota, Aldrina Ferreira Pamplona, Shirliane Carvalho da Silva e outros

Advogado: Antonio Murilo Costa, OAB/MA 4361

Requerido: Município de Tasso Fragoso/MA

Advogado: Crisogono Rodrigues Viera – OAB/MA 3.180

DESPACHO. Dê-se vista às partes, para que tomem ciência do retorno dos autos a este Juízo e requeiram o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido in albis o prazo assinado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Publique-se, intemem-se. Tasso Fragoso, 04 de novembro de 2011.

MARCO ANDRÉ TAVARES TEIXEIRA.
Juiz de Direito Titular da 2ª Vara da Comarca de Balsas
Respondendo

Processo nº 9000052-90.2011.8.10.0133

Ação de Execução de Título Extrajudicial

Exequente: Eckson Macarenhas Batista

Advogado: Eckson Macarenhas Batista, OAB/MA 9501

Executado: Nizomar Evangelista Ramos

Advogado: Não constituído

DESPACHO. Não tendo o devedor efetuado o pagamento do aludido débito, no prazo que lhe concede a lei, nos moldes do art. 475 - J do CPC, para fim de aplicar multa de 10% (dez por cento), e determinar que seja efetuada a penhora on line, através do sistema BACENJUD, bloqueando os ativos financeiros existentes em nome do Executado. Após o bloqueio, lavre-se o Termo de Penhora, intimando a executada para, querendo, manifestar-se no prazo legal. Acaso, não sendo encontrado, intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, requer o que entender de direito, sob pena de arquivamento. Publique-se. Intime-se. Tasso Fragoso, 04 de novembro de 2011.

MARCO ANDRÉ TAVARES TEIXEIRA.
Juiz de Direito Titular da 2ª Vara da Comarca de Balsas
Respondendo

Processo nº 9000660-59.2009.8.10.0133

Ação de Cumprimento de Sentença (Indenização por Danos Morais e Materiais)

Requerente: Enéas Fonseca Rodrigues

Advogada: Luciana Blazejuk Saldanha – OAB/MA 9.060-A

Requerida: Telemar Norte Leste S.A

Advogados: Ulisses César Martins de Sousa, OAB/MA 4462 e Marcos Luís Braid Ribeiro Simões OAB/MA 6134

DESPACHO. Intime-se o devedor para que cumpra integralmente a sentença, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação automática e imediata de multa, no importe de 10 % (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 475 - J, do Código de Processo Civil. Publique-se, intime-se. Tasso Fragoso, 04 de novembro de 2011.

MARCO ANDRÉ TAVARES TEIXEIRA.
Juiz de Direito Titular da 2ª Vara da Comarca de Balsas
Respondendo

Processo nº 9000784-42.2009.8.10.0133

Ação de Cumprimento de Sentença (Indenização por Danos Morais e Materiais)

Requerente: Mirian Araújo Santos

Advogada: Luciana Blazejuk Saldanha – OAB/MA 9.060-A

Requerida: Telemar Norte Leste S.A

Advogados: Ulisses César Martins de Sousa, OAB/MA 4462 e Marcos Luís Braid Ribeiro Simões OAB/MA 6134

DESPACHO. Intime-se o devedor para que cumpra integralmente a sentença, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação automática e imediata de multa, no importe de 10 % (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 475 - J, do Código de Processo Civil. Publique-se, intime-se. Tasso Fragoso, 04 de novembro de 2011.

MARCO ANDRÉ TAVARES TEIXEIRA.
Juiz de Direito Titular da 2ª Vara da Comarca de Balsas
Respondendo

Processo nº 9000284-10.2008.8.10.0133

Ação de Condenação por Danos Morais

Requerente: Maria de Jesus Mendes da Silva

Advogada: Izanio Carvalho Feitosa – OAB/MA 6760

Requerida: Telemar Norte Leste S.A

Advogados: Ulisses César Martins de Sousa, OAB/MA 4462 e Marcos Luís Braid Ribeiro Simões OAB/MA 6134

DESPACHO. Intime-se a parte autora para dizer se concorda com o valor depositado pela TELEMAR, no prazo de 05 (cinco) dias. Não havendo impugnação, expeça-se o competente Alvará para o levantamento do montante referido. Em seguida, faça-se conclusão dos autos para prolação de sentença. Publique-se, intime-se. Tasso Fragoso, 04 de novembro de 2011.

MARCO ANDRÉ TAVARES TEIXEIRA.
Juiz de Direito Titular da 2ª Vara da Comarca de Balsas
Respondendo

Processo nº 9000276-33.2008.8.10.0133

Ação de Execução de Sentença (Condenação por Danos Morais)

Requerente: Cristiane de Oliveira dos Santos

Advogado: Izanio Carvalho Feitosa, OAB/MA 6760

Requerida: Telemar Norte Leste S.A

Advogados: Ulisses César Martins de Sousa, OAB/MA 4462 e Marcos Luís Braid Ribeiro Simões OAB/MA 6134

DESPACHO. Não tendo o devedor efetuado o pagamento do aludido débito, no prazo que lhe concede a lei, nos moldes do art. 475 - J do CPC, para fim de aplicar multa de 10% (dez por cento), e determinar que seja efetuada a penhora on line, através do sistema BACENJUD, bloqueando os ativos financeiros existentes em nome do Executado. Após o bloqueio, lavre-se o Termo de Penhora, intimando a executada para, querendo, manifestar-se no prazo legal. Acaso, não sendo encontrado, intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, requer o que entender de direito, sob pena de arquivamento. Publique-se. Intime-se. Tasso Fragoso, 04 de novembro de 2011.

MARCO ANDRÉ TAVARES TEIXEIRA.
Juiz de Direito Titular da 2ª Vara da Comarca de Balsas
Respondendo

Processo nº 9000003-49.2011.8.10.0133

Ação de Cobrança

Requerente: Antonio Pereira de Sousa

Advogado: Antonio Murilo Costa, OAB/MA 4361

Requerida: Vagno da Costa Sousa Serviços de Vigilância

Advogados: Não constituído

DESPACHO. Não tendo o devedor efetuado o pagamento do aludido débito, no prazo que lhe concede a lei, nos moldes do art. 475 - J do CPC, para fim de aplicar multa de 10% (dez por cento), e determinar que seja efetuada a penhora on line, através do sistema BACENJUD, bloqueando os ativos financeiros existentes em nome do Executado. Após o bloqueio, lavre-se o Termo de Penhora, intimando a executada para, querendo, manifestar-se no prazo legal. Acaso, não sendo encontrado, intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, requer o que entender de direito, sob pena de arquivamento. Publique-se. Intime-se. Tasso Fragoso, 04 de novembro de 2011.

MARCO ANDRÉ TAVARES TEIXEIRA.
Juiz de Direito Titular da 2ª Vara da Comarca de Balsas
Respondendo

Timon

Primeira Vara de Timon

Processo n.º 682-04.2009.8.10.0060 (PROCESSO N.º 682/2009)

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO

Autor: CARLOS AUGUSTO PEREIRA DA SILVA

Advogado: RENATA MENESES DE MELO – OAB/PI N.º 3545

Réu: BANCO ITAUCARD S/A

Advogados: CELSO MARCON (OAB/MA N.º 8104-A), ALESSANDRA BARBALHO SOUZA (OAB/MA N.º 10.204) e DIEGO STÉFANIE C. ARAÚJO (OAB/MA N.º 9979-A)

DECISÃO DE FLS. 322 DOS AUTOS, COM O SEGUINTE TEOR: Ao realizar nova análise dos autos, constatei a existência de uma petição do banco às fls. 131/137, protocolada em 18 de fevereiro de 2010, em que o banco fez a juntada de 05(cinco) carnês referente às parcelas 32 a 36. Dessa forma, determino a **INTIMAÇÃO DAS PARTES** para, **NO PRAZO DE 05(CINCO) DIAS**, manifestarem-se sobre os documentos juntados às fls. 132/136, requerendo o que entenderem de direito. Cumpra-se. Timon/MA, 07 de novembro de 2011. Dr. Hélio de Araújo Carvalho Filho. Juiz de Direito, titular da 1ª Vara da Comarca de Timon/MA.

Segunda Vara de Timon

AÇÃO ORDINÁRIA DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C REINTEGRAÇÃO DE POSSE E PERDAS E DANOS

Autor: Imobiliária e Administradora de Imóveis Ltda.

Advogado: José Carlos de Almeida Pereira

Contra: Marciano Pryso de Siqueira Rego

Advogado: Rafael Trajano de Albuquerque Rego

Deordem da Excelentíssima Senhora Juíza de Direito **SUSI PONTE DE ALMEIDA**, titular da 2ª Vara da Comarca de Timon, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei etc. determina, nos autos do Processo n.º 1517-21.2011.8.10.0060 (1260/2011):

ATO ORDINATÓRIO: "Faço juntada aos autos da petição de fls. 131/135. Faço vista dos autos à parte ré para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito". Timon, 07 de novembro de 2011.

Luís Eduardo de Miranda Meneses
Secretário Judicial da 2ª Vara

AÇÃO DE ANULAÇÃO DE ATO JURÍDICO

Autora: Tânia Maria Porto Cantalice

Advogado: Carlos César da Silva

Contra: Oficial do Cartório do 1º Ofício da Comarca de Timon-MA

Advogado: Benedito das Chagas Veloso

A Excelentíssima Senhora Juíza de Direito **SUSI PONTE DE ALMEIDA**, titular da 2ª Vara da Comarca de Timon, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei etc. determina, nos autos do Processo n.º 4358-86.2011.8.10.0060 (3106/2011):

DESPACHO de fl. 58/58v para conhecimento da parte autora, através de seu advogado, com o seguinte teor: "Em atendimento ao princípio constitucional do contraditório, intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a peça de defesa e documentos em anexo. Após, vistas ao Ministério Público, pelo prazo de 05 (cinco) dias". Timon-MA, 03 de novembro de 2011. Dra. Susi Ponte de Almeida. Juíza de Direito da 2ª Vara

AÇÃO DECLARATÓRIA C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO

Autor: Ana Maria Sampaio Paiva

Advogado: José Ribamar Odorico de Oliveira

Contra: Banco Fiat S/A.

A Excelentíssima Senhora Juíza de Direito **SUSI PONTE DE ALMEIDA**, titular da 2ª Vara da Comarca de Timon, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei etc. determina, nos autos do Processo n.º 5245-70.2011.8.10.0060 (3976/2011):

DESPACHO de fl. 58/58v para conhecimento da parte autora, através de seu advogado, com o seguinte teor: "Cite-se na forma requerida, fazendo-se as advertências legais. Quanto ao pedido de antecipação de tutela/liminar e a inscrição/manutenção em cadastro de devedores, há de se adotar as orientações que o Superior Tribunal de Justiça expediu no julgamento do recurso representativo (Resp 1.061.530/RS), que consolidou o entendimento jurisprudencial quanto às revisões de contrato bancário. Assentou o Egrégio Tribunal o seguinte:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO BANCÁRIO. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CONFIGURAÇÃO DA MORA. JUROS MORATÓRIOS. INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DISPOSIÇÕES DE OFÍCIO. ORIENTAÇÃO 4 - INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES.

a) a abstenção da inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes, requerida em antecipação de tutela e/ou medida cautelar, somente será deferida se, cumulativamente: i) a ação for fundada em questionamento integral ou parcial do débito; ii) houver demonstração de que a cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ; iii) houver depósito da parcela incontroversa ou for prestada a caução fixada conforme o prudente arbítrio do juiz;

b) A inscrição/manutenção do nome do devedor em cadastro de inadimplentes decidida na sentença ou no acórdão observará o que for decidido no mérito do processo. Caracterizada a mora, correta a inscrição/manutenção. Sem grifos no original). Após análise da peça exordial e dos documentos que a instruem, verifica-se a necessidade de aditamento da inicial quanto a requisitos específicos das ações revisionais. (Resp. 1.061.530 - RS (2008/0119992-4)/Relatora Ministra Nancy Andrighi)

Verifica-se, portanto, que somente será possível a concessão da tutela antecipatória pretendida, com o depósito pela autora das parcelas vencidas do débito que reconhece como devidas, bem como com o depósito mensal das parcelas vincendas incontroversas na data do seu vencimento. In casu, o valor das parcelas a ser considerado quando do depósito deve ser a quantia de R\$ 553,35 (quinhentos e cinquenta e três reais e trinta e trinta e cinco centavos), vez que os depósitos devem corresponder à importância que o suplicante entende correta, não considerando qualquer repetição de indébito, que somente poderá ser apurada quando do julgamento do mérito. Neste sentido, faculto a autora que deposite judicialmente o valor incontroverso de todas as parcelas vencidas, no prazo de 30 (trinta) dias, bem como deposite mês a mês as parcelas na data do seu vencimento, para fins de apreciação da liminar requerida. Intimem-se. Cumpra-se". Timon - MA, 07 de novembro de 2011. Dra. Susi Ponte de Almeida. Juíza de Direito da 2ª Vara.

AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA C/C MANUTENÇÃO DE POSSE

Autor: João Ferreira

Advogado: Karllos Anastácio dos Santos Soares

Contra: José Borges dos Santos e Banco Panamericano S/A.

A Excelentíssima Senhora Juíza de Direito **SUSI PONTE DE ALMEIDA**, titular da 2ª Vara da Comarca de Timon, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei etc. determina, nos autos do Processo n.º 5266-46.2011.8.10.0060 (3997/2011):

DESPACHO de fl. 40 para conhecimento da parte autora, através de seu advogado, com o seguinte teor: "Nos termos da Lei nº. 1.060/50, defiro o pedido de justiça gratuita formulado nos autos. Em observância ao Art. 284 do Codex Processual Civil, intime-se o patrono do requerente

para que, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, emende a inicial sanando a incoerência da narração dos fatos, esclarecendo os termos do suposto contrato particular de compra e venda do veículo, bem como a contradição entre os nomes dos requeridos constantes na qualificação (fls. 02) e no pedido (fls. 08). Intime-se. Cumpra-se. Após, venham-me conclusos para deliberação". Timon-MA, 31 de outubro de 2011. Dra. Susi Ponte de Almeida. Juíza de Direito da 2ª Vara

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

A Doutora Susi Ponte de Almeida, Juíza de Direito Titular da 2ª Vara da Comarca de Timon, Estado do Maranhão, na forma da lei, etc...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo, com sede à Rua Dra. Lizete de Oliveira Farias, S/N, bairro Parque Piauí, Fórum local, uma Ação de Restauração de Registro Público de Imóvel (Proc. Nº 1595-15.2011.8.10.0060 - 1338/2011), tendo como requerente MANOEL LEITE. CITE os Interessados Ausentes, Incertos e Desconhecidos, para tomarem conhecimento da presente ação. Edital com prazo de 30(trinta) dias, e o lapso temporal para contestação correrá a partir do dia seguinte que se encerrará a sua publicação. O prazo de contestação é de 15(quinze) dias, após o trigésimo dia da publicação, considerando-se cientificado os citados para responderem a todos os termos da ação até final da sentença, sob pena de revelia presumindo-se aceitos pelos réus como verdadeiros os fatos constantes na inicial. CUMPRASE na forma na lei. Timon, 03 de junho de 2011.

Dra. Susi Ponte de Almeida
Juíza de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

A Doutora Susi Ponte de Almeida, Juíza de Direito Titular da 2ª Vara da Comarca de Timon, Estado do Maranhão, na forma da lei, etc...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo, com sede à Rua Dra. Lizete de Oliveira Farias, S/N, bairro Parque Piauí, Fórum local, uma Ação de Restauração de Registro Público de Imóvel (Proc. Nº 5290-74.2011.8.10.0060 - 4021/2011), tendo como requerente FRANCISCO CARLOS CAVALCANTE. CITE os Interessados Ausentes, Incertos e Desconhecidos, para tomarem conhecimento da presente ação, tendo como objeto 01 (uma) gleba de terra medindo 290.00.00 (duzentos e noventa) hectares, no lugar denominado "Granja São José" anteriormente "Caiçara", data "Conceição", deste município. Edital com prazo de 20(vinte) dias, e o lapso temporal para resposta correrá a partir do dia seguinte que se encerrará a sua publicação. O prazo de resposta é de 10 (dez) dias, após o vigésimo dia da publicação (Art. 1.106, CPC), considerando-se cientificado os citados para responderem a todos os termos da ação até final da sentença, sob pena de revelia presumindo-se aceitos pelos réus como verdadeiros os fatos constantes na inicial. CUMPRASE na forma na lei. Timon, 08 de novembro de 2011.

Dra. Susi Ponte de Almeida
Juíza de Direito

Quarta Vara de Timon

PROCESSO nº 2922-29.2010.8.10.0060

AÇÃO: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

REQUERENTE: MARIA FRANCISCA RODRIGUES DOS ANJOS

ADVOGADO: FLÁVIO SOARES DE SOUSA - OAB/PI nº 4983

REQUERIDO: MUNICÍPIO DE TIMON

INTIMAÇÃO

INTIME-SE a recorrida, através de seu advogado, Dr. Flávio Soares de Sousa, por meio do DJE, para que, no prazo legal, ofereça contrarrazões, sob pena de sem elas subirem os autos à superior instância.

Timon, 07 de novembro de 2011.
Dr. Simeão Pereira e Silva
- Juiz de Direito da 4ª Vara -

PROCESSO nº 5091-52.2011.8.10.0060

AÇÃO: EMBARGOS À EXECUÇÃO

EMBARGANTE: FRANCISCO RODRIGUES DE SOUSA

ADVOGADO: JOSÉ BEZERRA PEREIRA - OAB/PI nº 1.923-88

EMBARGADO: JOÃO PERUHYPE SOARES

INTIMAÇÃO

INTIME-SE o advogado dos embargantes, Dr. José Bezerra Pereira, por meio do DJE, para que, em cinco dias, se manifeste a respeito da impugnação apresentada pelo Ministério Público Estadual, às fls. 21/27.

Timon, 07 de novembro de 2011.
Dr. Simeão Pereira e Silva
- Juiz de Direito da 4ª Vara -

Urbano Santos

Processo nº 9000203-75.2010.8.10.0138 – COBRANÇA

RECLAMANTE: NILSON RODRIGUES ARAUJO

RECLAMADA: ELETRO ONDA – COMPRA PREMIADA

FINALIDADE: INTIMAÇÃO do(a) advogado do reclamante, Drª. MARIANA SÁ VALE SERRA ALVES OAB/MA 7125, (COM ENDEREÇO NA AV. BORBOREMA, QD. 18, Nº 22, CALHAU, CEP:65.071-360, SÃO LUIS MA) da sentença proferida nos autos em epígrafe, com resenha a seguir transcrita: "...Ante tais condições, e com lastro em tudo mais que dos autos consta, julgo parcialmente procedente a pretensão articulada e, em consequência, condeno reclamada a restituir o valor de R\$ 2.355 (dois mil trezentos e cinquenta e cinco reais), em favor do autor, devendo ser descontado 20% referente à taxa de administração em até 30 (trinta) dias após o fim do consórcio. Os valores devem ser acrescidos de 1% de juros ao mês e corrigidos monetariamente pelo INPC".

Urbano Santos/MA, aos 20 de outubro de 2011.
Débora Jansen Castro

Juíza de Direito Titular

Processo nº 509-66.2011.8.10.0138

Ação: Medida Cautelar Inominada com pedido de Liminar

PARTE AUTORA: MIRELLA FERNANDA MEIRELES ARAÚJO DE ARAÚJO e Outros

PARTE RÉ: MUNICÍPIO DE URBANO SANTOS

Finalidade: Intimação dos Advogados da parte autora: Drs. Raimundo Ramos Cavalcante Bacelar, OAB/MA, nº 7172 e Janio Pereira da Silva Filho, OAB/MA, nº 9811, ambos com endereço à Av. dos Holandeses, Qda 35, nº 03, Ed. Ana Loureiro, sala 304, Bairro Calhau, São Luis/MA, para tomar conhecimento do despacho proferido nos autos em epígrafe, a seguir transcrito: "Intime-se a parte autora para, querendo, emendar a inicial no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da mesma, indicando a lide e seus fundamentos nos termos do art. 801, III do CPC".

Urbano Santos/MA, 8 de Novembro de 2011.

Alcioneide Almeida Ramos

Secretária Judicial

(Assinado de ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito desta Comarca, Dr^ª). Debora Jansen Castro, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA).

Processo nº 511-36.2011.8.10.0138

Ação: Ordinária de Reintegração em cargo publico com pedido urgente de tutela antecipada

PARTE AUTORA: FRANCICLEIA MEDEIROS DE SOUSA e Outros

PARTE RÉ: MUNICÍPIO DE URBANO SANTOS

Finalidade: Intimação do Advogado da parte autora: Dr. Tarcisio Aguiar costa OAB/MA 10421, com escritório na Rua da Alecrim, nº 415, centro Sala 311- São Luis/MA, para tomar conhecimento do despacho proferido nos autos em epígrafe, a seguir transcrito: "Intimem-se os autores, por intermédio de seu advogado, para, querendo, emendar a inicial no prazo de 10 (dez) dias, no sentido de juntar aos autos seus termos de posse sob pena de indeferimento da inicial."

Urbano Santos/MA, 9 de Novembro de 2011.

Alcioneide Almeida Ramos

Secretária Judicial

(Assinado de ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito desta Comarca, Dr^ª). Debora Jansen Castro, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA).

Processo nº 514-88.2011.8.10.0138

Ação: Ordinária de Reintegração em cargo publico com pedido urgente de antecipação de tutela.

PARTE AUTORA: KEILLIANE DOS SANTOS SALES e Outros

PARTE RÉ: MUNICÍPIO DE URBANO SANTOS

Finalidade: Intimação do Advogado da parte autora: Dr. Tarcisio Aguiar Costa, OAB/MA 10421, com escritório na Rua do Alecrim, nº 415, centro, Sala 311, São Luis/MA., para tomar conhecimento do despacho proferido nos autos em epígrafe, a seguir transcrito: "Intimem-se os autores, por intermédio de seu advogado, para, querendo, emendar a inicial no prazo de 10 (dez) dias, no sentido de juntar aos autos seus termos de posse sob pena de indeferimento da inicial".

Urbano Santos/MA, 9 de Novembro de 2011.

Alcioneide Almeida Ramos

Secretária Judicial

(Assinado de ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito desta Comarca, Dr^ª). Debora Jansen Castro, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA).

Processo nº 525-20.2011.8.10.0138

Ação: Ordinária de Reintegração em cargo público com pedido urgente de antecipação de tutela

PARTE AUTORA: ADEILZA DA SILVA SOBREIRA e Outros

PARTE RÉ: MUNICÍPIO DE URBANO SANTOS

Finalidade: Intimação do Advogado dos autores: Dr. Tarcisio Aguiar Costa, OAB/MA, 10421, com escritório na Rua do Alecrim, nº 415, centro Sala 311, São Luis/MA., para tomar conhecimento do despacho proferido nos autos em epígrafe, a seguir transcrito: "Intimem-se os autores, por intermédio de seu advogado, para, querendo, emendar a inicial no prazo de 10 (dez) dias, no sentido de juntar aos autos seus termos de posse sob pena de indeferimento da inicial".

Urbano Santos/MA, 9 de Novembro de 2011.

Alcioneide Almeida Ramos

Secretária Judicial

(Assinado de ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito desta Comarca, Dr^ª). Debora Jansen Castro, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA).

Processo nº 526-05.2011.8.10.0138

Ação: Ordinária de Reintegração em cargo publico com pedido urgente de antecipação de tutela

PARTE AUTORA: SUELY BEZERRA VIANA e Outros

PARTE RÉ: MUNICÍPIO DE URBANO SANTOS

Finalidade: Intimação do Advogado dos autores: Dr. Tarcisio Aguiar Costa, OAB/MA - 10421, com escritório na Rua do Alecrim, nº 415, centro, Sala 311, São Luis/MA, para tomar conhecimento do despacho proferido nos autos em epígrafe, a seguir transcrito: "Intimem-se os autores, por intermédio de seu advogado, para, querendo, emendar a inicial no prazo de 10 (dez) dias, no sentido de juntar aos autos seus termos de posse sob pena de indeferimento da inicial".

Urbano Santos/MA, 9 de Novembro de 2011.

Alcioneide Almeida Ramos

Secretária Judicial

(Assinado de ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito desta Comarca, Dr^ª). Debora Jansen Castro, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA).

Processo nº 527-87.2011.8.10.0138

Ação: Ordinária de Reintegração em cargo público com pedido urgente de antecipação de tutela

PARTE AUTORA: EDUARDO DA SILVA SANTOS e Outros

PARTE RÉ: MUNICÍPIO DE URBANO SANTOS

Finalidade: Intimação do Advogado dos autores: Dr. Tarcisio Aguiar Costa, OAB/MA nº 10421, com escritório na Rua do Alecrim, nº 415, centro, Sala 311, São Luis/MA, para tomar conhecimento do despacho proferido nos autos em epígrafe, a seguir transcrito: "Intimem-se os autores, por intermédio de seu advogado, para, querendo, emendar a inicial no prazo de 10 (dez) dias, no sentido de juntar aos autos seus termos de posse sob pena de indeferimento da inicial".

Urbano Santos/MA, 9 de Novembro de 2011.

Alcioneide Almeida Ramos
Secretária Judicial

(Assinado de ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito desta Comarca, Dr^(a). Debora Jansen Castro, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA).

Processo nº 529-57.2011.8.10.0138

Ação: Ordinária de Reintegração em cargo público com pedido urgente de antecipação de tutela

PARTE AUTORA: JOANA D ARC BEZERRA LEOCADIO e Outros.

PARTE RÉ: MUNICÍPIO DE URBANO SANTOS

Finalidade: Intimação do Advogado dos autores: Dr. Tarcisio Aguiar Costa, OAB/MA 1042, com endereço na Rua do Alecrim, nº 415, centro, Sala 311, São Luis/MA, para tomar conhecimento do despacho proferido nos autos em epígrafe, a seguir transcrito: "Intimem-se os autores, por intermédio de seu advogado, para, querendo, emendar a inicial no prazo de 10 (dez) dias, no sentido de juntar aos autos seus termos de posse sob pena de indeferimento da inicial".

Urbano Santos/MA, 9 de Novembro de 2011.

Alcioneide Almeida Ramos
Secretária Judicial

(Assinado de ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito desta Comarca, Dr^(a). Debora Jansen Castro, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA).

Processo nº 564-17.2011.8.10.0138

Ação: Ordinária de Reintegração em cargo público com pedido urgente de antecipação de tutela.

PARTE AUTORA: CARLOS SERGIO SOUSA DUTRA e Outros

PARTE RÉ: MUNICÍPIO DE URBANO SANTOS

Finalidade: Intimação do Advogado da parte autora: Dr. Tarcisio Aguiar da Costa, OAB/MA nº 10421, com escritório na Rua do Alecrim, nº 415, centro, Sala 311, São Luis/MA, para tomar conhecimento do despacho proferido nos autos em epígrafe, a seguir transcrito: "Para que, querendo no prazo de 10 (dez) dias, emende a i petição nicial no sentido de juntar aos autos cópia de seus termos de posse sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do art. 284 do CPC".

Urbano Santos/MA, 8 de Novembro de 2011.

Alcioneide Almeida Ramos
Secretária Judicial

(Assinado de ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito desta Comarca, Dr^(a). Debora Jansen Castro, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA).

Processo nº 565-02.2011.8.10.0138

Ação: Ordinária de Reintegração em cargo público com pedido urgente de tutela antecipada

PARTE AUTORA: AMIM DOS SANTOS LOPES e Outros

PARTE RÉ: MUNICÍPIO DE URBANO SANTOS

Finalidade: Intimação do Advogado da parte autora: Dr. Tarcisio Aguiar da Costa, OAB/MA nº 10421, com escritorio na Rua do Alecrim, nº 415, centro, Sala 311, São Luis/MA, para tomar conhecimento do despacho proferido nos autos em epígrafe, a seguir transcrito: "Intimem-se os autores para que, querendo no prazo de 10 (dez) dias, emende a petição inicial no sentido de juntar aos autos cópias de seus termos de posse sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do art. 284 do CPC".

Urbano Santos/MA, 8 de Novembro de 2011.

Alcioneide Almeida Ramos
Secretária Judicial

(Assinado de ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito desta Comarca, Dr^(a). Debora Jansen Castro, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA).

Processo nº 566-84.2011.8.10.0138

Ação: Ordinária de Reintegração em cargo público com pedido urgente de tutela antecipada

PARTE AUTORA: GILMAR ROCHA DO VALE e Outros.

PARTE RÉ: O MUNICIPIO DE URBANO SANTOS, REP. POR ALDENIR SANTANA NEVES

Finalidade: Intimação do Advogado da parte autora: Dr. Tarcisio Aguiar da Costa, OAB/MA nº 10421, com escritorio na Rua do Alecrim, centro Sala 311, São Luis/MA, para tomar conhecimento do despacho proferido nos autos em epígrafe, a seguir transcrito: "Intimem-se os autores para que, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, emende a inicial no sentido de juntar aos autos cópia de seus termos de posse sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do art. 284 do CPC."

Urbano Santos/MA, 8 de Novembro de 2011.

Alcioneide Almeida Ramos
Secretária Judicial

(Assinado de ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito desta Comarca, Dr^(a). Debora Jansen Castro, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA).

Processo nº 567-69.2011.8.10.0138

Ação: Ordinária de Reintegração em Cargo público com pedido urgente de antecipação de tutela

PARTE AUTORA: JONIELSON MESQUITA COSTA e Outros.

PARTE RÉ: O MUNICIPIO DE URBANO SANTOS, REP. POR ALDENIR SANTANA NEVES

Finalidade: Intimação do Advogado da parte autora: Dr. Tarcisio Aguiar da Costa, OAB/MA, nº 10421, com escritorio na Rua do Alecrim, nº 415, centro, Sala 311, São Luis/MA, para tomar conhecimento do despacho proferido nos autos em epígrafe, a seguir transcrito: "Intimem-se os autores

para que, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, emende a petição inicial no sentido de juntar aos autos cópia de seus termos de posse sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do art. 284 do CPC".

Urbano Santos/MA, 8 de Novembro de 2011.

Alcioneide Almeida Ramos
Secretária Judicial

(Assinado de ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito desta Comarca, Dr^(a). Debora Jansen Castro, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA).

Processo nº 568-54.2011.8.10.0138

Ação: Ordinária de Reintegração em Cargo público com pedido urgente de antecipação de tutela.

PARTE AUTORA: ANTONIO CARLOS DA MATA ALMEIDA e Outros

PARTE RÉ: O MUNICIPIO DE URBANO SANTOS, REP. POR ALDENIR SANTANA NEVES

Finalidade: Intimação do Advogado da parte autora: Dr. Tarcisio Aguiar Costa, OAB/MA, nº 10421, com escritório na Rua do Alecrim, nº 415, centro Sala 311, São Luís/MA, para tomar conhecimento do despacho proferido nos autos em epígrafe, a seguir transcrito: "Intimem-se os autores para que, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, emende a petição inicial no sentido de juntar aos autos cópia de seus termos de posse sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do art. 284 do CPC".

Urbano Santos/MA, 8 de Novembro de 2011.

Alcioneide Almeida Ramos
Secretária Judicial

(Assinado de ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito desta Comarca, Dr^(a). Debora Jansen Castro, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA).

Processo nº 569-39.2011.8.10.0138

Ação: Ordinária de Reintegração em cargo público com pedido urgente de tutela antecipada

PARTE AUTORA: ANTONIA RODRIGUES DOS SANTOS e Outros

PARTE RÉ: O MUNICIPIO DE URBANO SANTOS, REP. POR ALDENIR SANTANA NEVES

Finalidade: Intimação do Advogado da parte autora: Dr. Tarcisio Aguiar da Costa, OAB/MA, nº 10421, com escritório na Rua do Alecrim, nº 415, centro, sala 311, São Luís/MA, para tomar conhecimento do despacho proferido nos autos em epígrafe, a seguir transcrito: "Intimem-se os autores para que, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, emende a petição inicial no sentido de juntar aos autos cópia de seus termos de posse sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do art. 284 do CPC".

Urbano Santos/MA, 8 de Novembro de 2011.

Alcioneide Almeida Ramos
Secretária Judicial

(Assinado de ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito desta Comarca, Dr^(a). Debora Jansen Castro, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA).

Processo nº 570-24.2011.8.10.0138

Ação: Ordinária de Reintegração em cargo publico com pedido urgente de antecipação de tutela

PARTE AUTORA: MARIA ROSILENE DA COSTA ARAUJO e Outros

PARTE RÉ: O MUNICIPIO DE URBANO SANTOS, REP. POR ALDENIR SANTANA NEVES

Finalidade: Intimação do Advogado da parte autora: Dr. Tarcisio Aguiar Costa, OAB/MA, nº 10421, com endereço na Rua do Alecri, nº 415, centro, Sala 311, São Luís/MA, para tomar conhecimento do despacho proferido nos autos em epígrafe, a seguir transcrito: "Intimem-se os autores para que, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, emende a petição inicial no sentido de juntar aos autos cópia de seus termos de posse sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do art. 284 do CPC".

Urbano Santos/MA, 8 de Novembro de 2011.

Alcioneide Almeida Ramos
Secretária Judicial

(Assinado de ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito desta Comarca, Dr^(a). Debora Jansen Castro, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA).

Processo nº 571-09.2011.8.10.0138

Ação: Ação Ordinária de Reintegração em cargo público com pedido urgente de antecipação de Tutela

PARTE AUTORA: HETIENE ALVES SANTOS e Outros

PARTE RÉ: O MUNICIPIO DE URBANO SANTOS, REP. POR ALDENIR SANTANA NEVES

Finalidade: Intimação do Advogado da parte autora: Dr. Tarcisio Aguiar da Costa, OAB/MA nº 10421 com endereço na Rua do Alecrim, nº 415, sala 311, São Luís/MA, para tomar conhecimento do despacho proferido nos autos em epígrafe, a seguir transcrito: "Para no prazo de 10 (dez) dias, emende a petição inicial no sentido de juntar aos autos cópia de seus termos de posse sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do art. 284 do CPC".

Urbano Santos/MA, 8 de Novembro de 2011.

Alcioneide Almeida Ramos
Secretária Judicial

(Assinado de ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito desta Comarca, Dr^(a). Debora Jansen Castro, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA).

Processo nº 572-91.2011.8.10.0138

Ação: Ação Ordinária de Reintegração em cargo público com pedido urgente de Antecipação de Tutela

PARTE AUTORA: LINDYKEILA FERREIRA REINALDO e Outros

PARTE RÉ: O MUNICIPIO DE URBANO SANTOS, REP. POR ALDENIR SANTANA NEVES

Finalidade: Intimação do Advogado da parte autora: Dr. Tarcisio Aguiar Costa - OAB/MA, nº 10421, com endereço na Rua do Alecrim nº 415, centro, sala nº 311, São Luís/MA, para tomar conhecimento do despacho proferido nos autos em epígrafe, a seguir transcrito: "Para no prazo de 10 (dez) dias, emende a petição inicial no sentido de juntar aos autos cópia de seus termos de posse sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do art. 284 do CPC".

Urbano Santos/MA, 8 de Novembro de 2011.

Alcioneide Almeida Ramos

Secretária Judicial

(Assinado de ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito desta Comarca, Dr^a). Debora Jansen Castro, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA).

Processo nº 9000205-11.2011.8.10.0138 - INEXISTÊNCIA DE DÉBITO

PARTE AUTORA: NEILZA ALVES DA COSTA

PARTE RÉ: COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR

FINALIDADE: INTIMAÇÃO do advogado do reclamante, DR^a NOEME BARROS DA SILVA - OAB/MA 6102, (RUA DA FAZENDA II, Nº 123, CENTRO, CEP:65530-000, URBANO SANTOS MA) da decisão proferida nos autos em epígrafe com resenha a seguir transcrita: "...Ante o exposto e presentes os requisitos autorizativos, defiro liminarmente o pedido para determinar a suspensão da cobrança no importe de R\$ 342,22 (trezentos e quarenta e dois reais e vinte e dois centavos), bem como se abstenha de interromper o fornecimento de energia elétrica da unidade consumidora 34125260 sob pena de multa sob pena de multa de R\$ 4.000,00(quatro mil reais)".

Urbano Santos/MA, 8 de Novembro de 2011.

Alcioneide Almeida Ramos

Secretária Judicial

(Assinado de ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito desta Comarca, Dr^a). Debora Jansen Castro, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA).

Vargem Grande

PROCESSO: 186.36.2010.8.10.0139

AÇÃO: SUMARÍSSIMA

REQUERENTE: JOSÉ HENRIQUE BEZERRA DAMAS e MARIA RAIMUNDA LISBOA CARVALHO

ADVOGADO(S): FERNANDO CELSO E SILVA DE OLIVEIRA – OAB/MA 8.150

REQUERIDO: BRADESCO SEGUROS S/A

ADVOGADO(S): RHELMSON ATHAYDE ROCHA – OAB/MA 5.936

A Doutora LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO, Juíza de Direito Titular da Comarca de Vargem Grande, Estado do Maranhão.

DESPACHO de fls. 150: "... com a intimação do(a) reclamado(a) para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer embargos, nos termos da Lei 9099/95. Vargem Grande, 23 de agosto de 2011. LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO. Juíza de Direito Titular. Dado passado nesta cidade de Vargem Grande, Estado do Maranhão, aos 08 dias de novembro de 2011. LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO. Juíza de Direito Titular. Eu, _____ (Roseanne M.S.M.Silva), Assistente Administrativo, digitei. E, _____ (Denys Lima Rego), Secretario Judicial, subscrevo.

LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO

Juíza de Direito Titular

PROCESSO: 197.58.2009.8.10.0139

AÇÃO: SUMARÍSSIMA

REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS FRAZÃO AGUIAR NICÁCIO

ADVOGADO(S): FERNANDO CELSO E SILVA DE OLIVEIRA – OAB/MA 8150

REQUERIDO: OI FIXO TELEMAR NORTE LESTE S/A

ADVOGADO(S): ULISSES CÉSAR MARTINS DE SOUSA – OAB/MA 4.462

A Doutora LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO, Juíza de Direito Titular da Comarca de Vargem Grande, Estado do Maranhão.

DESPACHO de fls. 92: "... com a intimação do(a) executado(a) para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer embargos, nos termos da Lei 9099/95. Vargem Grande, 02 de maio de 2011. LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO. Juíza de Direito Titular. Dado passado nesta cidade de Vargem Grande, Estado do Maranhão, aos 08 dias de novembro de 2011. LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO. Juíza de Direito Titular. Eu, _____ (Roseanne M.S.M.Silva), Assistente Administrativo, digitei. E, _____ (Denys Lima Rego), Secretario Judicial, subscrevo.

LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO

Juíza de Direito Titular

PROCESSO: 203.72.2010.8.10.0139

AÇÃO: SUMARÍSSIMA

REQUERENTE: HUGO RAPHAEL ARAÚJO DE MESQUITA

ADVOGADO(S): ANTONIO GREGÓRIO CHAVES NETO – OAB/MA 5247-R

REQUERIDO: BANCO BMC S/A

ADVOGADO(S): JOSÉ EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO – OAB/MA 9588-A

A Doutora LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO, Juíza de Direito Titular da Comarca de Vargem Grande, Estado do Maranhão.

DESPACHO de fls. 69: "... com a intimação do(a) reclamado(a) para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer embargos, nos termos da Lei 9099/95. Vargem Grande, 01 de setembro de 2011. LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO. Juíza de Direito Titular. Dado passado nesta cidade de Vargem Grande, Estado do Maranhão, aos 08 dias de novembro de 2011. LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO. Juíza de Direito Titular. Eu, _____ (Roseanne M.S.M.Silva), Assistente Administrativo, digitei. E, _____ (Denys Lima Rego), Secretario Judicial, subscrevo.

LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO

Juíza de Direito Titular

PROCESSO: 256.53.2010.8.10.0139

AÇÃO: SUMARÍSSIMA

REQUERENTE: JOSÉ PEREIRA DA SILVA

ADVOGADO(S): FERNANDO CELSO E SILVA DE OLIVEIRA – OAB/MA 8.150

REQUERIDO: BRADESCO SEGUROS S/A

ADVOGADO(S): JOSÉ EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO – OAB/MA 9588-A

A Doutora LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO, Juíza de Direito Titular da Comarca de Vargem Grande, Estado do Maranhão.

DESPACHO de fls. 87: "... com a intimação do(a) executado(a) para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer embargos, nos termos da Lei 9099/95. Vargem Grande, 05 de setembro de 2011. LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO. Juíza de Direito Titular. Dado passado nesta cidade de

Vargem Grande, Estado do Maranhão, aos **08** dias de **novembro** de **2011**. **LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO. Juíza de Direito Titular**. Eu, _____ (Roseanne M.S.M.Silva), Assistente Administrativo, digitei. E, _____ (Denys Lima Rego), Secretario Judicial, subscrevo.

LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO
Juíza de Direito Titular

PROCESSO: **275.59.2010.8.10.0139**

AÇÃO: **SUMARÍSSIMA**

REQUERENTE: **MARIA DO ESPÍRITO ABREU DOS SANTOS CORRÊA**

ADVOGADO(S): **FERNANDO CELSO E SILVA DE OLIVEIRA – OAB/MA 8.150**

REQUERIDO: **COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR**

ADVOGADO(S): **ROGÉRIO COELHO ROCHA – OAB/MA 6.610**

A Doutora LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO, Juíza de Direito Titular da Comarca de Vargem Grande, Estado do Maranhão.

DESPACHO de fls. 52: "... com a intimação do(a) reclamado(a) para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer embargos, nos termos da Lei 9099/95. Vargem Grande, 29 de setembro de 2011. LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO. Juíza de Direito Titular. Dado passado nesta cidade de Vargem Grande, Estado do Maranhão, aos **08** dias de **novembro** de **2011**. **LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO. Juíza de Direito Titular**. Eu, _____ (Roseanne M.S.M.Silva), Assistente Administrativo, digitei. E, _____ (Denys Lima Rego), Secretario Judicial, subscrevo.

LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO
Juíza de Direito Titular

PROCESSO: **319.78.2010.8.10.0139**

AÇÃO: **SUMARÍSSIMA**

REQUERENTE: **JOSÉ RIBAMAR DE ABREU BEZERRA**

ADVOGADO(S): **ANTONIO GREGÓRIO CHAVES NETO – OAB/MA 5247-R**

REQUERIDO: **BANCO PINE**

ADVOGADO(S): **WILTON ROVERI – OAB/SP 62.397**

A Doutora LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO, Juíza de Direito Titular da Comarca de Vargem Grande, Estado do Maranhão.

DESPACHO de fls. 54: "... com a intimação do(a) reclamado(a) para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer embargos, nos termos da Lei 9099/95. Vargem Grande, 25 de novembro de 2011. LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO. Juíza de Direito Titular. Dado passado nesta cidade de Vargem Grande, Estado do Maranhão, aos **08** dias de **novembro** de **2011**. **LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO. Juíza de Direito Titular**. Eu, _____ (Roseanne M.S.M.Silva), Assistente Administrativo, digitei. E, _____ (Denys Lima Rego), Secretario Judicial, subscrevo.

LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO
Juíza de Direito Titular

PROCESSO: **362.42.2008.8.10.0139**

AÇÃO: **SUMARÍSSIMA**

REQUERENTE: **INALDO SOUSA FRAZÃO**

ADVOGADO(S): **ANTONIO GREGÓRIO CHAVES NETO – OAB/MA 5247-R**

REQUERIDO: **OI FIXO TELEMAR NORTE LESTE S/A**

ADVOGADO(S): **ULISSES CÉSAR MARTINS DE SOUSA – OAB/MA 4.462**

A Doutora LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO, Juíza de Direito Titular da Comarca de Vargem Grande, Estado do Maranhão.

DESPACHO de fls. 124: "... com a intimação do(a) executado(a) para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer embargos, nos termos da Lei 9099/95. Vargem Grande, 16 de março de 2011. LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO. Juíza de Direito Titular. Dado passado nesta cidade de Vargem Grande, Estado do Maranhão, aos **08** dias de **novembro** de **2011**. **LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO. Juíza de Direito Titular**. Eu, _____ (Roseanne M.S.M.Silva), Assistente Administrativo, digitei. E, _____ (Denys Lima Rego), Secretario Judicial, subscrevo.

LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO
Juíza de Direito Titular

PROCESSO: **394.20.2010.8.10.0139**

AÇÃO: **SUMARÍSSIMA**

REQUERENTE: **RAIMUNDO OLIVEIRA**

ADVOGADO(S): **ANTONIO GREGÓRIO CHAVES NETO – OAB/MA 5247-R**

REQUERIDO: **BANCO BRADESCO S/A**

ADVOGADO(S): **NÃO INFORMADO**

A Doutora LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO, Juíza de Direito Titular da Comarca de Vargem Grande, Estado do Maranhão.

DESPACHO de fls. 32: "... com a intimação do(a) reclamado(a) para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer embargos, nos termos da Lei 9099/95. Vargem Grande, 23 de março de 2011. LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO. Juíza de Direito Titular. Dado passado nesta cidade de Vargem Grande, Estado do Maranhão, aos **08** dias de **novembro** de **2011**. **LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO. Juíza de Direito Titular**. Eu, _____ (Roseanne M.S.M.Silva), Assistente Administrativo, digitei. E, _____ (Denys Lima Rego), Secretario Judicial, subscrevo.

LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO
Juíza de Direito Titular

PROCESSO: **527.62.2010.8.10.0139**

AÇÃO: **SUMARÍSSIMA**

REQUERENTE: **ANTONIA MARIA DA SILVA**

ADVOGADO(S): **ANTONIO GREGÓRIO CHAVES NETO – OAB/MA 5247-R**

REQUERIDO: **COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR**

ADVOGADO(S): **ROGÉRIO COELHO ROCHA – OAB/MA 6.610**

A Doutora LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO, Juíza de Direito Titular da Comarca de Vargem Grande, Estado do Maranhão.

DESPACHO de fls. 59: "... com a intimação do(a) reclamado(a) para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer embargos, nos termos da Lei 9099/95. Vargem Grande, 19 de setembro de 2011. LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO. Juíza de Direito Titular. Dado passado nesta cidade de

Vargem Grande, Estado do Maranhão, aos **08** dias de **novembro** de **2011**. **LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO. Juíza de Direito Titular**. Eu, _____ (Roseanne M.S.M.Silva), Assistente Administrativo, digitei. E, _____ (Denys Lima Rego), Secretario Judicial, subscrevo.

LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO
Juíza de Direito Titular

PROCESSO: **719.22.2008.8.10.0139**

AÇÃO: **SUMARÍSSIMA**

REQUERENTE: **RAIMUNDO VIEIRA NOVAIS**

ADVOGADO(S): **FERNANDO CELSO E SILVA DE OLIVEIRA – OAB/MA 8.150**

REQUERIDO: **COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR**

ADVOGADO(S): **GEYZA ROCHA PIRES – OAB/MA 6.185**

A Doutora LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO, Juíza de Direito Titular da Comarca de Vargem Grande, Estado do Maranhão.

DESPACHO de fls. 61: "... com a intimação do(a) reclamado(a) para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer embargos, nos termos da Lei 9099/95. Vargem Grande, 26 de setembro de 2011. LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO. Juíza de Direito Titular. Dado passado nesta cidade de Vargem Grande, Estado do Maranhão, aos **08** dias de **novembro** de **2011**. **LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO. Juíza de Direito Titular**. Eu, _____ (Roseanne M.S.M.Silva), Assistente Administrativo, digitei. E, _____ (Denys Lima Rego), Secretario Judicial, subscrevo.

LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO
Juíza de Direito Titular

PROCESSO: **897.68.2008.8.10.0139**

AÇÃO: **SUMARÍSSIMA**

REQUERENTE: **ERMITA PEREIRA**

ADVOGADO(S): **ANTONIO GREGÓRIO CHAVES NETO – OAB/MA 5247-R**

REQUERIDO: **BANCO PINE**

ADVOGADO(S): **WILTON ROVERI – OAB/SP 62.397**

A Doutora LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO, Juíza de Direito Titular da Comarca de Vargem Grande, Estado do Maranhão.

DESPACHO de fls. 79: "... com a intimação do(a) reclamado(a) para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer embargos, nos termos da Lei 9099/95. Vargem Grande, 23 de agosto de 2011. LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO. Juíza de Direito Titular. Dado passado nesta cidade de Vargem Grande, Estado do Maranhão, aos **08** dias de **novembro** de **2011**. **LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO. Juíza de Direito Titular**. Eu, _____ (Roseanne M.S.M.Silva), Assistente Administrativo, digitei. E, _____ (Denys Lima Rego), Secretario Judicial, subscrevo.

LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO
Juíza de Direito Titular

PROCESSO: **897.68.2008.8.10.0139**

AÇÃO: **SUMARÍSSIMA**

REQUERENTE: **ERMITA PEREIRA**

ADVOGADO(S): **ANTONIO GREGÓRIO CHAVES NETO – OAB/MA 5247-R**

REQUERIDO: **BANCO PINE**

ADVOGADO(S): **WILTON ROVERI – OAB/SP 62.397**

A Doutora LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO, Juíza de Direito Titular da Comarca de Vargem Grande, Estado do Maranhão.

DESPACHO de fls. 54: "... com a intimação do(a) reclamado(a) para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer embargos, nos termos da Lei 9099/95. Vargem Grande, 23 de agosto de 2011. LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO. Juíza de Direito Titular. Dado passado nesta cidade de Vargem Grande, Estado do Maranhão, aos **08** dias de **novembro** de **2011**. **LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO. Juíza de Direito Titular**. Eu, _____ (Roseanne M.S.M.Silva), Assistente Administrativo, digitei. E, _____ (Denys Lima Rego), Secretario Judicial, subscrevo.

LORENA DE SALES RODRIGUES BRANDÃO
Juíza de Direito Titular

Viana

Segunda Vara de Viana

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DA LISTA DEFINITIVA DOS JURADOS DO MUNICÍPIO DE CAJARI/MA

O DOUTOR REGINALDO DE JESUS CORDEIRO JÚNIOR, JUIZ DE DIREITO, TITULAR DA 2ª VARA DESTA COMARCA DE VIANA, ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos, que o presente Edital virem, ou dele tiverem conhecimento que, nos termos do artigo 426, § 1º, do Código Processo Penal, publica a lista definitiva dos jurados que irão funcionar nas Sessões do Tribunal do Júri Popular do Município de Cajari/Ma, do ano próximo vindouro, a saber:

- 01- AMARILDO COELHO**
- 02- ANTONIO BARROS SERRA FILHO**
- 03- ALDA MATOS MUNIZ**
- 04- AIRMA MENDONÇA PEREIRA**
- 05- ANA CLÉIA PEREIRA NEVES**
- 06- ANA OLÍVIA DA COSTA MUNIZ**
- 07- ANTONIO OSCAR DE OLIVEIRA COSTA**
- 08- ALDO COSTA FERREIRA**
- 09- ANTONIO LISBOA COSTA**
- 10- ANA LUÍZA MARTINS MORAES**
- 11- ANA ROSA MUNIZ COSTA**
- 12- ANTONIO JORGE SERRA**

13- ALTEVIR DE JESUS BATISTA
14- ABIMAEI FERREIRA
15- ALCIENE PRAZERES NUNES
16- ANTONIO HILTON MATOS MENDES
17- ALMIR ROCHA MORENO
18- BENEDITO DE AQUINO SIMAS BRITO
19- CÉSAR ROBERTO PINTO COSTA
20- CLAUDIA MARIA BANHOS ANDRADE
21- CÍNTIA MUNIZ COSTA
22- CÉLIDA CUTRIM MORAES
23- CÉSAR ROBERTO DE OLIVEIRA VALE
24- CLÁUDIO LISBOA ABREU
25- DOMINGOS FLORIANO COSTA
26- DÉBORA COELHO ROCHA
27- DEIVON ANCHIETA LOBATO
28- DEMICILIA COSTA SOUSA
29- DANIEL CARDOSO BARRADOS
30- EUCLIDES SÁ COELHO FILHO
31- ESMERALDA COSTA ANDRADE
32- EUZANIRA DE JESUS MUNIZ SILVA
33- EDVAR SILVA NERES
34- EXPEDITO SILVA SERRA
35- ESDRAS DE OLIVEIRA PRAZERES
36- FRANCISCA MORENO SEREJO
37- FÁBIA ASSUNÇÃO ABREU OLIVEIRA
38- FRANCISCO DE JESUS VIEGAS DORIA
39- FELIZARDO SILQUEIRA MARTINS
40- FRANCISCO DE JESUS PINTO FRAZÃO
41- GARDILSON GOMES SERRA
42- GERDSON SÁ MAIA
43- GLEIDSON DE SOUSA PENHA
44- GLEIDSON MORAES ROCHA
45- GARDÊNIA DE JESUS SOUSA PENHA
46- HANILDO HENRIQUE NUNES ANDRADE
47- HENRIQUE DARCIO DE ABREU NETO
48- IVALDO DE JESUS COSTA MUNIZ
49- INALDO DE JESUS GASPARGUTRIM
50- IOMAR MAIA MATOS
51- JOSÉ RIBAMAR MARQUES COELHO
52- JOSÉ RIBAMAR SIMAS PINHEIRO
53- JOSÉ REINADO ABREU AIRES
54- JOÃO BATISTA MARQUES CABRAL
55- JOSÉ MURILO FERREIRA
56- JALDEMIR CARDOSO NUNES
57- JOSÉ RIBAMAR MENDES PEREIRA
58- JOÃO MARINOSO TORRES SILVA
59- JOANA DA SILVA COSTA
60- JORGINALDO CABRAL SILVA
61- JOACI CUTRIM BARBOSA
62- JÚLIO SERRA PEREIRA DA SILVA
63- LAURENÇA PINHEIRO SILVA
64- LUZEMIR SOEIRO PRAZERES
65- LOIDE COELHO COSTA
66- LUCIANA NAZARETH CHAVES CUTRIM
67- MARIA VERÔNICA ABREU AIRES
68- MARIA DA CONCEIÇÃO RÊGO ABREU
69- MARCOS ANAEL MORAIS
70- MARIA ASSUNÇÃO FURTADO GOMES
71- MANOEL GOMES LINDOSO
72- MIGUEL PEREIRA SEREJO
73- MÁRCIO LUIZ LOPES MUNIZ
74- MIGUEL DO NASCIMENTO
75- MARNEI MENDONÇA MENDES
76- MARINILDE DE JESUS MENDONÇA SILVA
77- MIGUEL ARCANJO SANTOS
78- NAILTON SANTOS ROCHA
79- NELZIRA MORAES FRAZÃO
80- NOBERTO COSTA MARTINS
81- NUBIA DE FÁTIMA AIRES MARTINS
82- OSMAR PENHA MORAES
83- ORDILEI DE JESUS FERREIRA
84- PEDRO DE JESUS NUNES
85- PEDRO MENDES DO NASCIMENTO

86- QUINCIO LIMA COSTA FERREIRA
87- RAIMUNDO PINTO FRAZÃO
88- ROBERTH LUIS COSTA PINTO
89- RUBEM CÉSAR TRINDADE MATOS
90- RAIMUNDO JOÃO AZEVEDO
91- ROSA AMÉLIA AIRES GOMES
92- RITA HELENA BARROS
93- RONEI BARROS
94- RUTHNEYA MARTINS CUTRIM
95- ROMILSON BORGES COSTA
96- SILVANA LIMA FERREIRA
97- SONIA LÊDA MARTINS VIEIRA
98- SIMONE GOMES DA SILVA
99- TAYNAN ABREU COSTA
100- TONILDE MUNIZ SANTOS
101- TATIANE MENDES COSTA
102- VILSON BATISTA MENDES COSTA
103- WALAS MARTINS ALVES
104- VALQUIRIA BORGES COELHO
105- WESCLEY COSTA SEREJO
106- WALTERLAN DORIA MARTINS
107- WONE DE OLIVEIRA MORAES

Nos termos do art. 426, § 2º do CPP, transcrevo os arts. 436 a 446 do mencionado código:

Seção VIII

Da Função do Jurado

‘Art. 436. O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos de notória idoneidade.

§ 1º Nenhum cidadão poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução.

§ 2º A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a condição econômica do jurado.’ (NR)

‘Art. 437. Estão isentos do serviço do júri:

I – o Presidente da República e os Ministros de Estado;

II – os Governadores e seus respectivos Secretários;

III – os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipais;

IV – os Prefeitos Municipais;

V – os Magistrados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública;

VI – os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública;

VII – as autoridades e os servidores da polícia e da segurança pública;

VIII – os militares em serviço ativo;

IX – os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa;

X – aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento.’ (NR)

‘Art. 438. A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política importará no dever de prestar serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos, enquanto não prestar o serviço imposto.

§ 1º Entende-se por serviço alternativo o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, no Poder Judiciário, na Defensoria Pública, no Ministério Público ou em entidade conveniada para esses fins.

§ 2º O juiz fixará o serviço alternativo atendendo aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.’ (NR)

‘Art. 439. O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.’ (NR)

‘Art. 440. Constitui também direito do jurado, na condição do art. 439 deste Código, preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no provimento, mediante concurso, de cargo ou função pública, bem como nos casos de promoção funcional ou remoção voluntária.’ (NR)

‘Art. 441. Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salário do jurado sorteado que comparecer à sessão do júri.’ (NR)

‘Art. 442. Ao jurado que, sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente será aplicada multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a sua condição econômica.’ (NR)

‘Art. 443. Somente será aceita escusa fundada em motivo relevante devidamente comprovado e apresentada, ressalvadas as hipóteses de força maior, até o momento da chamada dos jurados.’ (NR)

‘Art. 444. O jurado somente será dispensado por decisão motivada do juiz presidente, consignada na ata dos trabalhos.’ (NR)

‘Art. 445. O jurado, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la, será responsável criminalmente nos mesmos termos em que o são os juízes togados.’ (NR)

‘Art. 446. Aos suplentes, quando convocados, serão aplicáveis os dispositivos referentes às dispensas, faltas e escusas e à equiparação de responsabilidade penal prevista no art. 445 deste Código.’ (NR)

Dado e passado o presente edital nesta cidade de Viana, Estado do Maranhão, aos oito dias do mês de novembro de ano de dois mil e onze (2011), eu Gracieleia Aline Santana Nunes, Secretária Judicial da 2ª Vara, digitei e subscrevi.

Juiz **REGINALDO DE JESUS CORDEIRO JÚNIOR**

Titular da 2ª Vara da Comarca de Viana

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DA LISTA DEFINITIVA DOS JURADOS DO MUNICÍPIO DE VIANA/MA

O DOUTOR REGINALDO DE JESUS CORDEIRO JÚNIOR, JUIZ DE DIREITO, TITULAR DA 2ª VARA DESTA COMARCA DE VIANA, ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos, que o presente Edital virem, ou dele tiverem conhecimento que, nos termos do artigo 426, § 1º, do Código Processo Penal, publica a lista definitiva dos jurados que irão funcionar nas Sessões do Tribunal do Júri Popular do município de Viana do ano próximo vindouro, a saber:

Nº OR.

NOME

01 ADALBERTO PEREIRA COSTA
02 ADONES SANTOS PINHEIRO
03 ADRIANA ALVES GUIMARÃES
04 LORINALDO ARANHA MACIEL
05 ALECIO DANILO FRANÇA COELHO
06 ALISSON FABIO DOS SANTOS ARAÚJO
07 ANTONIO JÁILSON SOUSA SALGADO
08 ARISTOTELES COSTA COELHO
09 CACILDA CASTRO LOPES
10 CACILDA DE JESUS JANSEN MATOS
11 CARLOS AUGUSTO NUNES DOS SANTOS
12 CLAUDINE SILVA PINHEIRO
13 CLECYA KLENIA ALVES REIS
14 CLEDIANA DE JESUS MATOS GOMES
15 CLEMILDA COSTA SANTOS
16 CLEYCELENA AIRES MUNIZ
17 CREUZIRENE MENDONÇA LOBATO
18 CRISTIANE ARAGÃO COSTA PEREIRA
19 DALVA HELENA PIMENTA
20 DANIEL CAMPELO FRANCO FILHO
21 DAYANNA RAFAELA NUNES FRANCO
22 DOMINGAS DE JESUS MENDES
23 ELESSANDRY RAQUEL SOUSA SALGADO
24 ELIANE VELOSO CUTRIM
25 ELIDA JEANE SERRA PINHEIRO
26 ELIUDE CASTRO SANTANA
27 ELIVANA SILVA ALVES
28 ELIZANGELA AMPARO SANTOS
29 EMMANUELLE COSTA SILVA
30 EVELINE CARVALHO CUNHA
31 NATANAEL SANTOS CASTRO
32 ADRIANO HERMES REIS PINHEIRO
33 GILVAN DE JESUS LINDOSO COSTA
34 HAMILTON MOUZINHO BORGES
35 HOSANA DE FÁTIMA VELOSO GOMES
36 IRANEIDE COELHO PINHEIRO
37 JOSÉ RIBAMAR GAMA SALES
38 CARLOS MAGNO SILVA AMORIM
39 LEILA ARAÚJO MAFRA
40 IVONE PINHEIRO DA SILVA
41 JOANA TRINDADE MUNIZ
42 JOÃO BATISTA ROCHA RODRIGUES
43 JOÃO DE JESUS GARCIA
44 JOÃO JARBAS COSTA BEZERRA
45 JOÃO PEDRO DE SOUSA TRINDADE FILHO
46 JOELMA MESQUITA SANTOS
47 JONATAS SANTOS CASTRO
48 JOSÉ CARLOS ROCHA RODRIGUES
49 FRANCIMARE AZEVEDO OLIVEIRA
50 JOSÉ JOAQUIM COELHO DE SOUSA CAMPELO
51 JOSÉ MAURICIO COSTA MOTA
52 JOSÉ REINALDO BRAGA COELHO
53 JOSÉ RIBAMAR PINTO CASTRO
54 JOSÉ WASHINGTON ALVES SERRA
55 JOSENILDE DE SOUSA
56 JOSUÉ NUNES BRITO
57 JÚLIO CESAR CASTRO TRAVASSOS
58 LUCEZIO MURAKUITAN BELFORT
59 LÚCIA DE FÁTIMA CARNEIRO ROCHA
60 LUCINETE RODRIGUES DOS SANTOS
61 LUIS ALBERTO ROCHA RODRIGUES
62 LUISA PATRICIA COSTA BEZERRA
63 INGRID HELAINE CAMPOS MORGADO
64 MANUELLE RODRIGUES MORAES
65 JANILSON FRAZÃO PINHEIRO
66 MARCOS SANTOS CASTRO
67 CRISTIANE RABELO PINHEIRO COSTA
68 JACIONE DA CONCEIÇÃO NUNES ANDRADE
69 MARIA DE LOURDES VELOSO GOMES
70 LUIS CARLOS BATISTA FURTADO
71 MARIA DE NAZARÉ GARCIA CUTRIM
72 MARIA EMILIA COSTA MORAES
73 MARIA DO ROSÁRIO MENDONÇA

74 SILMARA FERREIRA
75 MARIA ZELIA LIMA GOUVEIA
76 MARIENE DE JESUS MORAIS
77 MARKELIO SOUSA MENDONÇA
78 GISELI DE JESUS ABREU SOARES
79 MICHEL PLATINIR MENDES ROCHA
80 MICHELE REJANE PINTO IGREJA
81 OSNY WILLIAN MATOS FRAZÃO
82 LUCIANA DE JESUS MATOS DOS SANTOS
83 RAIMUNDO JULIO COSTA MARQUES
84 RAIMUNDO NONATO MENDES
85 RICHARD RIBEIRO LEITE
86 ROBERTO CÉSAR BARROS
87 ROBSON MARINHO GOMES
88 MARLUCIO DE JESUS MENDONÇA
89 ROSÉLIA MENDES OLIVEIRA
90 ROSILETE CARVALHO SILVA
91 SERGIA CRISTINA OLIVEIRA ANCHIETA
92 SIDNA GARCIA SILVA
93 SILVANA PEREIRA MENDONÇA
94 SILVIA TRINDADE NUNES
95 TIBERIO DE SOUZA PERNA NETO
96 VANESIA FERREIRA SANTOS
97 WALESKA DE JESUS TEIXEIRA
98 WILLIANDKSON AZEVEDO GARCIA
99 WISLEY HILTON GOMES DA SILVA
100 ZILDA CRISTINA COSTA SANTOS

Nos termos do art. 426, § 2º do CPP, transcrevo os arts. 436 a 446 do mencionado no código:

Seção VIII

Da Função do Jurado

Art. 436. O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos de notória idoneidade.

§ 1º Nenhum cidadão poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução.

§ 2º A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a condição econômica do jurado' (NR)

Art. 437. Estão isentos do serviço do júri:

I – o Presidente da República e os Ministros de Estado;

II – os Governadores e seus respectivos Secretários;

III – os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipais;

IV – os Prefeitos Municipais;

V – os Magistrados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública;

VI – os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública;

VII – as autoridades e os servidores da polícia e da segurança pública;

VIII – os militares em serviço ativo;

IX – os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa;

X – aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento.' (NR)

'Art. 438. A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política importará no dever de prestar serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos, enquanto não prestar o serviço imposto.

§ 1º Entende-se por serviço alternativo o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, no Poder Judiciário, na Defensoria Pública, no Ministério Público ou em entidade conveniada para esses fins.

§ 2º O juiz fixará o serviço alternativo atendendo aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.' (NR)

'Art. 439. O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.' (NR)

'Art. 440. Constitui também direito do jurado, na condição do art. 439 deste Código, preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no provimento, mediante concurso, de cargo ou função pública, bem como nos casos de promoção funcional ou remoção voluntária.' (NR)

'Art. 441. Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salário do jurado sorteado que comparecer à sessão do júri.' (NR)

'Art. 442. Ao jurado que, sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente será aplicada multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a sua condição econômica.' (NR)

'Art. 443. Somente será aceita escusa fundada em motivo relevante devidamente comprovado e apresentada, ressalvadas as hipóteses de força maior, até o momento da chamada dos jurados.' (NR)

'Art. 444. O jurado somente será dispensado por decisão motivada do juiz presidente, consignada na ata dos trabalhos.' (NR)

'Art. 445. O jurado, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la, será responsável criminalmente nos mesmos termos em que o são os juízes togados.' (NR)

'Art. 446. Aos suplentes, quando convocados, serão aplicáveis os dispositivos referentes às dispensas, faltas e escusas e à equiparação de responsabilidade penal prevista no art. 445 deste Código.' (NR)

Dado e passado o presente edital nesta cidade de Viana, Estado do Maranhão, aos oito dias do mês de novembro de dois mil e onze (2011), eu

Gracieleia Aline Santana Nunes, Secretária Judicial da 2ª Vara, digitei e subscrevi.
Juiz **REGINALDO DE JESUS CORDEIRO JÚNIOR**
Titular da 2ª Vara da Comarca de Viana

Vitória do Mearim

EDITAL DE SENTENÇA

Ref.: Processo nº. 207-70.2007.8.10.0140

Ação: RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL

Requerente: MANOEL DE JESUS SILVA FREITAS E IRANILDE SILVA FREITAS

Advogado: JOSÉ ELIAS ASEVEDO OAB/MA 803

OExmo. Sr. Milvan Gedeon Gomes, Juiz de Direito, titular da Comarca de Vitória do Mearim, Estado do Maranhão, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem e dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria Judicial se processam os termos da Ação de Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil, Processo nº. 207-70.2007.8.10.0140, foi proferida sentença, datada de 31 de Outubro de 2011, transcrita na íntegra que segue: VISTOS, etc. Trata-se de ação de *RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL* proposta por *MANOEL DE JESUS SILVA FREITAS e IRANILDE SILVA FREITAS* em favor de seu filho, *MÁRCIO SILVA FREITAS*, visando à alteração do registro de nascimento para que passe a constar o ano de 2001 (dois mil e um) como o ano do seu nascimento. As fls. 12 consta parecer Ministerial pleiteando a extinção do feito por ilegitimidade do pólo ativo, com fulcro nos arts. 6º e 8º do CPC. É o relatório. Passa a decidir. Sem maiores contemporizagens, afigura-se manifesta, no processo em epígrafe, a ilegitimidade ativa *ad causam*, tendo em vista que os Demandantes pleiteiam, em nome próprio, direito alheio (pertencente a seu filho), não havendo autorização legal para tanto (art. 6º do CPC). Nessa esteira, o art. 267, IV do Código de Processo Civil consigna que o juiz extingua o feito sem resolução de mérito, quando não concorrer qualquer das condições da ação, como a possibilidade jurídica, a *legitimidade das partes* e o interesse processual. Em consequência, ficando clara a ausência de legitimidade ativa para figurar no pólo ativo da demanda processual, acolho o parecer ministerial e *JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito*, com fundamento no art. 267, inciso VI do Código de Processo Civil. Sem custas. Sem honorários. Por fim, determino o arquivamento dos autos, após o trânsito em julgado. P.R.I. Ciência ao MP. Vitória do Mearim-MA, 31 de Outubro de 2011. Dr. MILVAN GEDEON GOMES – Juiz de Direito. DADO E PASSADO o presente nesta Cidade e Comarca de Vitória do Mearim, Estado do Maranhão, aos nove dias do mês de Novembro do ano de dois mil e onze. Eu, Plínio Charliton Souza Brito, Auxiliar Judiciário, o digitei.

MILVAN GEDEON GOMES

Juiz de Direito da Comarca de Vitória do Mearim/MA

Ref.: Processo nº. 479-59.2010.8.10.0140

Ação: RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL

Requerente: MARIA ANTONIA PEREIRA NUNES

Advogado: NATHÁLIA ARTHURO OAB/MA 7.190

OExmo. Sr. Milvan Gedeon Gomes, Juiz de Direito, titular da Comarca de Vitória do Mearim, Estado do Maranhão, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem e dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria Judicial se processam os termos da Ação de Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil, Processo nº. 479-59.2010.8.10.0140, foi proferida sentença, datada de 03 de Novembro de 2011, transcrita na íntegra que segue: Vistos, etc. Trata-se de pedido de RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL requerido por MARIA ANTONIA PEREIRA NUNES, com a finalidade de retificar a data de seu nascimento, na qual consta 29.02.1987 (data inexistente no calendário), sendo que o correto seria 28.02.1987. Com vistas dos autos, o Ministério Público manifesta-se pela desnecessidade de sua intervenção. É breve relatório. Decido. É notório que no calendário do ano de 1987 inexistiu a data do dia 29 de fevereiro. A Lei nº 6.015/73 admite em seu art. 109, a restauração, o suprimento e a retificação do Registro Civil, possibilitando, por conseguinte, que havendo omissão no registro civil seja este suprido. Vejamos o teor do mencionado dispositivo: "Art. 109. Quem pretender que se restaure, supra ou retifique assentamento no Registro Civil, requererá em petição fundamentada e instruída com documentos ou indicação de testemunhas, que o juiz ordene, ouvido o Órgão do Ministério Público e os interessados, no prazo de cinco dias, que correrá em cartório". FACE O EXPOSTO, julgo procedente o pedido formulado pela requerente e, consequentemente, determino que se retifique o assentamento do registro civil, devendo constar no mesmo a data de seu nascimento como sendo o dia 28 de fevereiro de 1987. Após o trânsito em julgado expeçam-se os mandados competentes. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Dê-se ciência ao Ministério Público. Após archive-se. Vitória do Mearim (MA), 03 de novembro de 2011. Milvan Gedeon Gomes – Juiz de Direito. Dado e passado nesta Cidade de Vitória do Mearim, Estado do Maranhão, Secretaria Judicial, aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e onze. Eu, Plínio Charliton Souza Brito, Auxiliar Judiciário, o digitei.

MILVAN GEDEON GOMES

Juiz de Direito da Comarca de Vitória do Mearim/MA

Ref.: Processo nº. 680-17.2011.8.10.0140

Ação: ALVARÁ JUDICIAL

Requerente: LEANDRO LOPES GOMES / MARIA GRAÇA LOPES VILAÇA

Advogado: NATHÁLIA ARTHURO OAB/MA 7.190

OExmo. Sr. Milvan Gedeon Gomes, Juiz de Direito, titular da Comarca de Vitória do Mearim, Estado do Maranhão, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem e dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria Judicial se processam os termos da Ação de Alvará Judicial, Processo nº. 680-17.2011.8.10.0140, foi proferida sentença, datada de 03 de Novembro de 2011, transcrita na íntegra que segue: Vistos etc. Cuida-se de pedido de alvará judicial requerido por MARIA DA GRAÇA LOPES VILAÇA, já devidamente qualificada nos autos, objetivando levantamento dos benefícios previdenciários em nome de seu neto LEANDRO LOPES GOMES, consoante se observa nos extratos bancários de fls. 06 e 07. Para tanto, juntou os documentos de fls. 06 a 13. É o relatório. Decido. Como se vê dos autos, a requerente através do processo nº 475-85.2011 obteve liminarmente a guarda provisória de seu neto Leandro Lopes Gomes, inclusive na referida decisão tora determinado ao INSS que procedesse a troca da titularidade do benefício do menor que eslava no nome de sua falecida mãe. para o nome da ora requerente. Constata-se dos extratos bancários juntado aos autos que o INSS já efetivou a troca da titularidade, porém, a requerente não consegue receber o referido benefício em decorrência de não ter conseguido, ainda, a aquisição do cartão de benefício em seu nome. ANTE O EXPOSTO, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado pela requerente, e consequentemente determino a expedição de ALVARÁ JUDICIAL para liberação de todos os valores depositados no benefício previdenciário de titularidade do menor LEANDRO LOPES GOMES (NB117.045.941-0). Expeça-se o Alvará Judicial competente. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Dê-se ciência ao MP. Após, archive-se. Vitória do Mearim, 03 de novembro de 2011. **Dr. Milvan Gedeon Gomes** - Juiz de Direito. Dado e passado nesta Cidade de Vitória do Mearim, Estado do Maranhão, Secretaria Judicial, aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e onze. Eu, Plínio Charliton Souza Brito, Auxiliar Judiciário, o digitei.

MILVAN GEDEON GOMES

Juiz de Direito da Comarca de Vitória do Mearim/MA

EDITAL DE SENTENÇA

Ref.: Processo nº. 93-39.2004.8.10.0140

Ação: RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL

Requerente: ELIAS DE MATOS

Advogado: SEBASTIÃO DA COSTA SAMPAIO NETO OAB/MA 3.792

O Exmo. Sr. Milvan Gedeon Gomes, Juiz de Direito, titular da Comarca de Vitória do Mearim, Estado do Maranhão, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem e dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria Judicial se processam os termos da Ação de Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil, Processo nº. 93-39.2004.8.10.0140, foi proferida sentença, datada de 31 de Outubro de 2011, transcrita na íntegra que segue: Vistos, etc. Trata-se de **AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL** proposta pelo autor, acima nominado, com o objetivo de corrigir o equívoco em seu registro de casamento, tendo em vista que a data do seu nascimento fora modificada, eis que nascera em 20 (vinte) de agosto de 1937 e não em 21 (vinte e um) de julho de 1942, como lavrado no referido registro, conforme certidão de casamento acostada à exordial. Designada audiência de instrução e julgamento, a mesma não fora realizada (Certidão de fls. 30), sendo que, às fls. 34 o Requerente fora intimado, na pessoa de seu causídico (fls. 36), para informar, no prazo de 05 (cinco) dias, o interesse no prosseguimento do feito, contudo, referido prazo transcorreu *In albis*. É o relatório. Passo a decidir. Os autos, por si só, demonstram o desinteresse da parte Demandante, eis que a mesma fora intimada para informar o interesse no prosseguimento do feito, permanecendo inerte, abandonado a causa por mais de 30 (trinta) dias. Isto posto, **JULGO EXTINTO** o presente sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, III do CPC, determinando, após o trânsito em julgado, o arquivamento dos autos. Sem custas. Sem honorários. P.R.I. Ciência ao Ministério Público. Vitória do Mearim – MA, 21 de Outubro de 2011. Dr. Milvan Gedeon Gomes - Juiz de Direito. Dado e passado nesta Cidade de Vitória do Mearim, Estado do Maranhão, Secretaria Judicial, aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e onze. Eu, *Plínio Charliton Souza Brito*, Auxiliar Judiciário, o digitei.

MILVAN GEDEON GOMES

Juiz de Direito da Comarca de Vitória do Mearim/MA

Ref.: Processo nº. 185-75.2008.8.10.0140

Ação: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Autor: CARLOS DANTAS RIBEIRO

Advogado: JOSÉ WILSON CARDOSO DINIZ OAB/PI 2.533 / ISABELLA MARIA COSTA LEITE OAB/PA 12.301

Réu: BANCO VOLKSWAGEN S/A

FINALIDADE: **INTIMAÇÃO** dos advogados da parte autora **JOSÉ WILSON CARDOSO DINIZ** e **ISABELLA MARIA COSTA LEITE**, inscritos na OAB/MA sob os nº. 2.533 e 12.301 respectivamente, para comparecerem à audiência preliminar para o **dia 16 de Março de 2012, às 08h45min**, na sala das audiências do Fórum local.

Vitória do Mearim, 09 de novembro de 2011

MILVAN GEDEON GOMES

Juiz de Direito da Comarca de Vitória do Mearim/MA

Ref.: Processo nº. 207-70.2007.8.10.0140

Ação: RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL

Requerente: MANOEL DE JESUS SILVA FREITAS E IRANILDE SILVA FREITAS

Advogado: JOSÉ ELIAS ASEVEDO OAB/MA 803

Finalidade: **INTIMAÇÃO** da parte requerente **JOSÉ ELIAS ASEVEDO OAB/MA 803**, de todo teor da sentença prolatada nos autos em referência, cuja transcrição que segue: O Exmo. Sr. Milvan Gedeon Gomes, Juiz de Direito, titular da Comarca de Vitória do Mearim, Estado do Maranhão, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem e dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria Judicial se processam os termos da Ação de Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil, Processo nº. 207-70.2007.8.10.0140, foi proferida sentença, datada de 31 de Outubro de 2011, transcrita na íntegra que segue: VISTOS, etc. Trata-se de ação de **RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL** proposta por **MANOEL DE JESUS SILVA FREITAS** e **IRANILDE SILVA FREITAS** em favor de seu filho, **MÁRCIO SILVA FREITAS**, visando à alteração do registro de nascimento para que passe a constar o ano de 2001 (dois mil e um) como o ano do seu nascimento. As fls. 12 consta parecer Ministerial pleiteando a extinção do feito por ilegitimidade do pólo ativo, com fulcro nos arts. 6º e 8º do CPC. É o relatório. Passa a decidir. Sem maiores contemporizações, afigura-se manifesta, no processo em epígrafe, a ilegitimidade ativa *ad causam*, tendo em vista que os Demandantes pleiteiam, em nome próprio, direito alheio (pertencente a seu filho), não havendo autorização legal para tanto (art. 6º do CPC). Nessa esteira, o art. 267, IV do Código de Processo Civil consigna que o juiz extinga o feito sem resolução de mérito, quando não concorrer qualquer das condições da ação, como a possibilidade jurídica, a *legitimidade das partes* e o interesse processual. Em consequência, ficando clara a ausência de legitimidade ativa para figurar no pólo ativo da demanda processual, acolho o parecer ministerial e **JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito**, com fundamento no art. 267, inciso VI do Código de Processo Civil. Sem custas. Sem honorários. Por fim, determino o arquivamento dos autos, após o trânsito em julgado. P.R.I. Ciência ao MP. Vitória do Mearim-MA, 31 de Outubro de 2011. Dr. MILVAN GEDEON GOMES – Juiz de Direito.

Vitória do Mearim, 09 de Novembro de 2011

MILVAN GEDEON GOMES

Juiz de Direito da Comarca de Vitória do Mearim/MA

Ref.: Processo n. 313-90.2011.8.10.0140 - Ação Penal

Capitulação Legal: art 33 da Lei 11343/06 e art 16, paragrafo unico, inciso IV da Lei 10.826/03

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Acusado: JOSÉ PEDRO PEREIRA DOS ANJOS

Advogado: JOÃO MANOEL SILVA DE FIGUEIREDO, OAB/MA 9627

Vítima: A SAÚDE PÚBLICA

Finalidade: Intimação do Advogado do acusado, acima nominado, para comparecer na audiência de instrução e julgamento, designada nos autos do processo em referência para o **dia 7 de dezembro de 2011, às 8h**, no Fórum deste Juízo.

Vitória do Mearim/MA, 8 de novembro de 2011. Eu, Kellen de Oliveira Pinho, Secretária Judicial, que assino de ordem e autorização do MM. Juiz MILVAN GEDEON GOMES, titular desta comarca.

KELLEN DE OLIVEIRA PINHO

Secretária Judicial

Ref.: Processo n. 365-86.2011.8.10.0140 - Ação Penal

Capitulação Legal: art 33 da Lei 11.343/06

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Acusado: JOÃO WILLIAN LIMA "CRISÓSTOMO"

Advogado: JOÃO MANOEL SILVA DE FIGUEIREDO, OAB/MA n. 9627

Vítima: A SAÚDE PÚBLICA

Finalidade: Intimação do Advogado do acusado, acima nominado, para comparecer na audiência de instrução e julgamento, designada nos autos do processo em referência para o **dia 6 de dezembro de 2011, às 14h**, no Fórum deste Juízo.

Vitória do Mearim/MA, 9 de novembro de 2011. Eu, Kellen de Oliveira Pinho, Secretária Judicial, que assino de ordem e autorização do MM. Juiz MILVAN GEDEON GOMES, titular desta comarca.

KELLEN DE OLIVEIRA PINHO
Secretária Judicial

Processo nº. 415-49.2010.8.10.0140

Ação: PROCEDIMENTO SUMÁRIO

Autor: BETHOVEN JARDIM DUTRA

Advogado: KLEINO CARLOS RODRIGUES PINTO OAB/MA 4.356

Réu: MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO MEARIM-MA

FINALIDADE: **INTIMAÇÃO** do advogado da parte autora **KLEINO CARLOS RODRIGUES PINTO OAB/MA 4.356**, de todo teor do despacho proferido nos autos em referência, conforme transcrição que segue: Defiro o pedido de assistência gratuita. Em observância ao rito sumário, cabível ao caso, designo audiência de conciliação para o **dia 11 de Janeiro de 2012, às 09h30min**, no Fórum deste Juízo. Cite-se o réu, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da audiência designada. Advirta-se, ainda, que, frustrada a conciliação, deverá ser oferecida, na própria audiência, contestação escrita ou oral, acompanhada de documentos e rol de testemunhas. As partes deverão comparecer à audiência pessoalmente, ou representadas por prepostos, com poderes para transigir. Intime-se a autora. Cumpra-se. Vitória do Mearim-MA, 09 de Novembro de 2011. **Dr. Milvan Gedeon Gomes - Juiz de Direito.**

Vitória do Mearim/MA, 09 de Novembro de 2011.

MILVAN GEDEON GOMES

Juiz Titular da Comarca de Vitória do Mearim/MA

Ref.: Processo nº. 479-59.2010.8.10.0140

Ação: RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL

Requerente: MARIA ANTONIA PEREIRA NUNES

Advogado: NATHÁLIA ARTHURO OAB/MA 7.190

FINALIDADE: **INTIMAÇÃO** da advogada da parte autora **NATHÁLIA ARTHURO OAB/MA 7.190**, de todo teor da sentença proferida nos autos em referência, conforme transcrição que segue na íntegra: Vistos, etc. Trata-se de pedido de RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL requerido por MARIA ANTONIA PEREIRA NUNES, com a finalidade de retificar a data de seu nascimento, na qual consta 29.02.1987 (data inexistente no calendário), sendo que o correto seria 28.02.1987. Com vistas dos autos, o Ministério Público manifesta-se pela desnecessidade de sua intervenção. É breve relatório. Decido. É notório que no calendário do ano de 1987 inexistiu a data do dia 29 de fevereiro. A Lei nº 6.015/73 admite em seu art. 109. a restauração, o suprimento e a retificação do Registro Civil, possibilitando, por conseguinte, que havendo omissão no registro civil seja este suprido. Vejamos o teor do mencionado dispositivo: "Art. 109. Quem pretender que se restaure, supra ou retifique assentamento no Registro Civil, requererá em petição fundamentada e instruída com documentos ou indicação de testemunhas, que o juiz ordene, ouvido o Órgão do Ministério Público e os interessados, no prazo de cinco dias, que correrá em cartório". FACE O EXPOSTO, julgo procedente o pedido formulado pela requerente e, consequentemente, determino que se retifique o assentamento do registro civil, devendo constar no mesmo a data de seu nascimento como sendo o dia 28 de fevereiro de 1987. Após o trânsito em julgado expeçam-se os mandados competentes. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Dê-se ciência ao Ministério Público. Após archive-se. Vitória do Mearim (MA), 03 de novembro de 2011. Milvan Gedeon Gomes – Juiz de Direito.

Vitória do Mearim, 09 de novembro de 2011

MILVAN GEDEON GOMES

Juiz de Direito da Comarca de Vitória do Mearim/MA

Ref.: Processo nº. 680-17.2011.8.10.0140

Ação: ALVARÁ JUDICIAL

Requerente: LEANDRO LOPES GOMES / MARIA GRAÇA LOPES VILAÇA

Advogado: NATHÁLIA ARTHURO OAB/MA 7.190

FINALIDADE: **INTIMAÇÃO** da advogada da parte requerente **NATHÁLIA ARTHURO OAB/MA 7.190**, de todo teor da sentença prolatada nos autos em epígrafe, conforme transcrição que segue: Vistos etc. Cuida-se de pedido de alvará judicial requerido por MARIA DA GRAÇA LOPES VILAÇA, já devidamente qualificada nos autos, objetivando levantamento dos benefícios previdenciários em nome de seu neto LEANDRO LOPES GOMES, consoante se observa nos extratos bancários de fls. 06 e 07. Para tanto, juntou os documentos de fls. 06 a 13. E o relatório. Decido. Como se vê dos autos, a requerente através do processo nº 475-85.2011 obteve liminarmente a guarda provisória de seu neto Leandro Lopes Gomes, inclusive na referida decisão tora determinado ao INSS que procedesse a troca da titularidade do benefício do menor que eslava no nome de sua falecida mãe. para o nome da ora requerente. Constata-se dos extratos bancários juntado aos autos que o INSS já efetivou a troca da titularidade, porém, a requerente não consegue receber o referido benefício em decorrência de não ter conseguido, ainda, a aquisição do cartão de benefício em seu nome. ANTE O EXPOSTO, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado pela requerente, e conseqüentemente determino a expedição de ALVARÁ - JUDICIAL para liberação de todos os valores depositados no benefício previdenciário de titularidade do menor LEANDRO LOPES GOMES (NB117.045.941-0). Expeça-se o Alvará Judicial competente. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Dê-se ciência ao MP. Após, archive-se. Vitória do Mearim, 03 de novembro de 2011. **Dr. Milvan Gedeon Gomes - Juiz de Direito.**

Vitória do Mearim/MA, 09 de Novembro de 2011

MILVAN GEDEON GOMES

Juiz de Direito da Comarca de Vitória do Mearim/MA

Ref.: Processo nº. 93-39.2004.8.10.0140

Ação: RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL
Requerente: ELIAS DE MATOS
Advogado: SEBASTIÃO DA COSTA SAMPAIO NETO OAB/MA 3.792

FINALIDADE: **INTIMAÇÃO** do advogado do autor **SEBASTIÃO DA COSTA SAMPAIO NETO OAB/MA 3.792**, de todo teor da sentença proferida nos autos em epígrafe, conforme transcrição que segue: Vistos, etc. Trata-se de **AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL** proposta pelo autor, acima nominado, com o objetivo de corrigir o equívoco em seu registro de casamento, tendo em vista que a data do seu nascimento fora modificada, eis que nascera em 20 (vinte) de agosto de 1937 e não em 21 (vinte e um) de julho de 1942, como lavrado no referido registro, conforme certidão de casamento acostada à exordial. Designada audiência de instrução e julgamento, a mesma não fora realizada (Certidão de fls. 30), sendo que, às fls. 34 o Requerente fora intimado, na pessoa de seu causídico (fls. 36), para informar, no prazo de 05 (cinco) dias, o interesse no prosseguimento do feito, contudo, referido prazo transcorreu *In albis*. É o relatório. Passo a decidir. Os autos, por si só, demonstram o desinteresse da parte Demandante, eis que a mesma fora intimada para informar o interesse no prosseguimento do feito, permanecendo inerte, abandonado a causa por mais de 30 (trinta) dias. Isto posto, **JULGO EXTINTO** o presente sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, III do CPC, determinando, após o trânsito em julgado, o arquivamento dos autos. Sem custas. Sem honorários. P.R.I. Ciência ao Ministério Público. Vitória do Mearim – MA, 21 de Outubro de 2011. Dr. Milvan Gedeon Gomes - Juiz de Direito.

Vitória do Mearim, 09 de Novembro de 2011

MILVAN GEDEON GOMES

Juiz de Direito da Comarca de Vitória do Mearim/MA

Zé Doca

Primeira Vara de Zé Doca

PROCESSO Nº: 9000154-31.2011.8.10.0063

AÇÃO: JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RECLAMANTE: WILTON CARLOS DA SILVA

ADVOGADO(S): MASIELI BRANDÃO LOPES OAB/MA 9.772

RECLAMADO(A): BANCO ITAUCARD S/A

DECISÃO

O requerente ingressou com a presente ação em face do Requerido, em virtude de um débito no valor de R\$ 8.761,00 (oito mil, setecentos e sessenta e um reais), do qual afirma só teve conhecimento no momento em que lhe foi negado empréstimo junto ao Banco Bradesco, que seria destinado à compra de um novo carro, tendo em vista que seu nome foi inserido junto ao cadastro de inadimplentes.

O Requerente alega que nunca utilizou nenhum serviço do banco requerido, bem como nunca realizou nenhum negócio com o mesmo.

Requer liminarmente a retirada imediata do nome do Requerente dos Cadastros de Proteção ao Crédito (SPS e SERASA).

Com a inicial vieram os documentos de folhas 08/13.

É breve relatório. Decido.

Para a concessão de medida liminar, dois requisitos são indispensáveis, quais sejam o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.

O primeiro revela a verossimilhança das alegações trazidas pela parte requerente, enquanto que o segundo diz respeito ao perigo que corre o objeto da demanda, caso se aguarde o provimento final.

No caso sob enfoque verifico que razão assiste ao Requerente, posto ter trazido aos autos documentação comprobatória da negativização de seu nome dos referidos cadastros de inadimplentes.

Ademais, o autor, caso aguarde o provimento final desta ação, poderá sofrer prejuízos iminentes em negociações futuras.

Assim, entendo presentes os requisitos necessários à concessão de medida liminar em favor do autor.

Dispositivo.

Diantado exposto, e do que mais dos autos consta, DEFIRO o pedido liminar, para determinar ao BANCO ITAUCARD S/A que retire imediatamente o nome do Requerente dos Cadastros de Proteção ao Crédito (SPS e SERASA). Em caso de descumprimento fixo, desde já, multa diária no valor R\$ 200,00 (duzentos reais).

Designo audiência para o dia 01 / 12 / 2011, às 11h: 15min.

Cumpra-se. Intimem-se. Publique-se.

Sirva a presente decisão como mandado e ofício.

Zé Doca (MA), 01 de novembro de 2011.

Juíza SHEILA SILVA CUNHA

em exercício na 1ª Vara da Comarca de Zé Doca-MA

PROCESSO Nº: 188-96.2010.8.10.0063

AÇÃO: REINTEGRAÇÃO/MANUTENÇÃO DE POSSE

REQUERENTE: BRADESCO LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL

ADVOGADO(S): MARIA LUCILIA GOMES OAB/SP 84.206

RECLAMADO(A): JUCIER ALVES CRUZ E CIA LTDA

ADVOGADO(S): JOSÉ WILSON CARDOSO DINIZ OAB/MA 6.044 "A"; ELCI WEBER ABADDY OAB/MA 9455 "A"

Despacho de fl. 86:

DESPACHO

1. Recebido hoje.
2. Junte-se.
3. Certifique-se da tempestividade.
4. Intime-se o autor a se manifestar no prazo de 10 (dez) dias sobre as preliminares apresentadas pelo réu (art. 327 CPC).
5. Após, o decurso do prazo, certifique-se e conclusos para sentença, uma vez que se trata de matéria unicamente de direito, dispensada a produção

de provas em audiência.

Zé Doca - MA, 06 de maio de 2011.

GISELE RIBEIRO RONDON

Juíza de Direito Titular da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca-MA

PROCESSO Nº: 9000148-24.2011.8.10.0063

ESPÉCIE: JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

REQUERENTE: MARQUES E ROCHA LTDA., FRANKLIN DA SILVA ROCHA

ADVOGADO(A): FABIANA DE MELO RODRIGUES OAB/MA 9.565

REQUERIDO: E. FERREIRA DE MPOVEIS E ELETROD/NOVO LAR, EDIMILSON FERREIRA

Despacho de fl. 17:

DESPACHO:

1. Recebido hoje.

2. Compulsando os autos verifico que houve equivocada distribuição dos autos para o Juizado Especial Cível, conforme endereçamento na exordial. Contudo, inoportuna tal providência tendo em vista que se trata de ação monitória, que, nos moldes do art. 1.102-C do CPC, adota procedimento especial, e, na ineficácia deste, se constitui título executivo judicial a seguir a fase de cumprimento de sentença estabelecida ao rito ordinário (art. 475-I e seguintes), razão pela qual desnecessária a designação de audiência, e, em virtude do que, chamo o feito à ordem para tornar o despacho de fl.15 sem efeito.

3. Pelo exposto, atendidos os requisitos do art. 1.102-A, e estando a inicial devidamente instruída com os documentos de fls. 05/12, determino a expedição de mandado monitório, para que o réu pague, no prazo de 15 (quinze) dias, o valor da dívida ou entregue bens suficientes para a sua satisfação, podendo ainda, em igual prazo, oferecer embargos, e caso não o faça, será constituído automaticamente título executivo judicial.

4. Intime-se. Cumpra-se.

Zé Doca/MA, 01/11/2011.

Juíza **SHEILA SILVA CUNHA**

em exercício na 1ª Vara da Comarca de Zé Doca

PROCESSO Nº: 1207-40.2010.8.10.0063

AÇÃO: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

REQUERENTES: ANTONIO CARDOSO MARQUES

ADVOGADO(S): GILSON ALVES BARROS OAB/MA 7.492

REQUERIDO: RILDO JOSÉ FERREIRA GOMES

ADVOGADO(A): DHYEGO COUTINHO DOS ANJOS OAB/MA 9.626

INTIMAÇÃO

Finalidade: Intimação do(s) Advogado(s): **Drs. GILSON ALVES BARROS OAB/MA 7.492; DHYEGO COUTINHO DOS ANJOS OAB/MA 9.626**, para comparecer(em) na **audiência preliminar, designada para o dia 29/11/2011 às 16h:30min**, que será realizada na Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca/MA.

Zé Doca/MA, 09 de novembro de 2011.

EDILEUZA FREITAS SANTOS

Secretária Judicial Substituta da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca(MA)

(Assinando de ordem do(a) MM(a). Juíza de Direito da 23ª Zona Judiciária, **Dra. SHEILA SILVA CUNHA**, respondendo pela 1ª Vara da Comarca de Zé Doca-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

PROCESSO Nº: 1319-09.2010.8.10.0063

AÇÃO: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

REQUERENTES: JACIONE COSTA DE SOUSA

ADVOGADO(S): FRANCISCO JACINTO OLIVEIRA SOBRINHO OAB/CE 23061

REQUERIDO: COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO MARANHÃO - CAEMA

ADVOGADO(A): JOSÉ AUGUSTO NUNES MENDES OAB/DF 25.662, JOSÉ CLEÔMENES PEREIRA MORAES OAB/MA 4411

INTIMAÇÃO

Finalidade: Intimação do(s) Advogado(s): **Drs. FRANCISCO JACINTO OLIVEIRA SOBRINHO OAB/CE 23061; JOSÉ AUGUSTO NUNES MENDES OAB/DF 25.662, JOSÉ CLEÔMENES PEREIRA MORAES OAB/MA 4411**, para comparecer(em) na **audiência preliminar, designada para o dia 29/11/2011 às 15h:30min**, que será realizada na Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca/MA.

Zé Doca/MA, 09 de novembro de 2011.

EDILEUZA FREITAS SANTOS

Secretária Judicial Substituta da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca(MA)

(Assinando de ordem do(a) MM(a). Juíza de Direito da 23ª Zona Judiciária, **Dra. SHEILA SILVA CUNHA**, respondendo pela 1ª Vara da Comarca de Zé Doca-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

PROCESSO Nº: 662-67.2010.8.10.0063

AÇÃO: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

REQUERENTES: FRANCISCA DA CONCEIÇÃO NASCIMENTO BRITO, REJANE SANTOS REIS

ADVOGADO(S): SUELI PEREIRA DIAS OAB/MA 6.834

REQUERIDO: MUNICÍPIO DE ZÉ DOCA-MA

ADVOGADO(A): ISAURA CRISTINA ARAÚJO DE MACEDO OAB/MA 8.647-A

INTIMAÇÃO

Finalidade: Intimação do(s) Advogado(s): **Dras. SUELI PEREIRA DIAS OAB/MA 6.834; ISAURA CRISTINA ARAÚJO DE MACEDO OAB/MA 8.647-A**, para comparecer(em) na **audiência preliminar, designada para o dia 29/11/2011 às 10h:15min**, que será realizada na Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca/MA.

Zé Doca/MA, 09 de novembro de 2011.

EDILEUZA FREITAS SANTOS

Secretária Judicial Substituta da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca(MA)

(Assinando de ordem do(a) MM(a). Juíza de Direito da 23ª Zona Judiciária, **Dra. SHEILA SILVA CUNHA**, respondendo pela 1ª Vara da Comarca de Zé Doca-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

PROCESSO Nº: 663-52.2010.8.10.0063

AÇÃO: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

REQUERENTES: MARIA ELIZA DA SILVA SOUSA, RAIMUNDA SOUSA ARAÚJO SAMPAIO

ADVOGADO(S): SUELI PEREIRA DIAS OAB/MA 6.834

REQUERIDO: MUNICÍPIO DE ZÉ DOCA-MA

ADVOGADO(A): ISAURA CRISTINA ARAÚJO DE MACEDO OAB/MA 8.647-A

INTIMAÇÃO

Finalidade: Intimação do(s) Advogado(s): **Dras. SUELI PEREIRA DIAS OAB/MA 6.834; ISAURA CRISTINA ARAÚJO DE MACEDO OAB/MA 8.647-A**, para comparecer(em) na **audiência preliminar, designada para o dia 29/11/2011 às 09h:00min**, que será realizada na Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca/MA.

Zé Doca/MA, 09 de novembro de 2011.

EDILEUZA FREITAS SANTOS

Secretária Judicial Substituta da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca(MA)

(Assinando de ordem do(a) MM(a). Juíza de Direito da 23ª Zona Judiciária, **Dra. SHEILA SILVA CUNHA**, respondendo pela 1ª Vara da Comarca de Zé Doca-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

PROCESSO Nº: 664-37.2010.8.10.0063

AÇÃO: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

REQUERENTES: CATARINA DA CONCEIÇÃO MATOS ABREU, MARIA DAS GRAÇAS SILVA DA CUNHA

ADVOGADO(S): SUELI PEREIRA DIAS OAB/MA 6.834

REQUERIDO: MUNICÍPIO DE ZÉ DOCA-MA

ADVOGADO(A): ISAURA CRISTINA ARAÚJO DE MACEDO OAB/MA 8.647-A

INTIMAÇÃO

Finalidade: Intimação do(s) Advogado(s): **Dras. SUELI PEREIRA DIAS OAB/MA 6.834; ISAURA CRISTINA ARAÚJO DE MACEDO OAB/MA 8.647-A**, para comparecer(em) na **audiência preliminar, designada para o dia 29/11/2011 às 08h:45min**, que será realizada na Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca/MA.

Zé Doca/MA, 09 de novembro de 2011.

EDILEUZA FREITAS SANTOS

Secretária Judicial Substituta da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca(MA)

(Assinando de ordem do(a) MM(a). Juíza de Direito da 23ª Zona Judiciária, **Dra. SHEILA SILVA CUNHA**, respondendo pela 1ª Vara da Comarca de Zé Doca-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

PROCESSO Nº: 665-22.2010.8.10.0063

AÇÃO: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

REQUERENTES: ALDENORA MILANEZ MECENA DE SOUZA, DEUZANIRA DA SILVA

ADVOGADO(S): SUELI PEREIRA DIAS OAB/MA 6.834

REQUERIDO: MUNICÍPIO DE ZÉ DOCA-MA

ADVOGADO(A): ISAURA CRISTINA ARAÚJO DE MACEDO OAB/MA 8.647-A

INTIMAÇÃO

Finalidade: Intimação do(s) Advogado(s): **Dras. SUELI PEREIRA DIAS OAB/MA 6.834; ISAURA CRISTINA ARAÚJO DE MACEDO OAB/MA 8.647-A**, para comparecer(em) na **audiência preliminar, designada para o dia 29/11/2011 às 08h:30min**, que será realizada na Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca/MA.

Zé Doca/MA, 09 de novembro de 2011.

EDILEUZA FREITAS SANTOS

Secretária Judicial Substituta da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca(MA)

(Assinando de ordem do(a) MM(a). Juíza de Direito da 23ª Zona Judiciária, **Dra. SHEILA SILVA CUNHA**, respondendo pela 1ª Vara da Comarca de Zé Doca-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

PROCESSO Nº: 666-07.2010.8.10.0063

AÇÃO: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

REQUERENTES: ANA RITA MORAIS SILVA, MARIA ALBINA DOS SANTOS NASCIMENTO

ADVOGADO(S): SUELI PEREIRA DIAS OAB/MA 6.834

REQUERIDO: MUNICÍPIO DE ZÉ DOCA-MA**ADVOGADO(A):** ISAURA CRISTINA ARAÚJO DE MACEDO OAB/MA 8.647-A**INTIMAÇÃO**

Finalidade: Intimação do(s) Advogado(s): **Dras. SUELI PEREIRA DIAS OAB/MA 6.834; ISAURA CRISTINA ARAÚJO DE MACEDO OAB/MA 8.647-A**, para comparecer(em) na **audiência preliminar, designada para o dia 29/11/2011 às 09h:30min**, que será realizada na Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca/MA.

Zé Doca/MA, 09 de novembro de 2011.

EDILEUZA FREITAS SANTOS

Secretária Judicial Substituta da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca(MA)

(Assinando de ordem do(a) MM(a). Juíza de Direito da 23ª Zona Judiciária, **Dra. SHEILA SILVA CUNHA**, respondendo pela 1ª Vara da Comarca de Zé Doca-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

PROCESSO Nº: 667-89.2010.8.10.0063**AÇÃO:** PROCEDIMENTO ORDINÁRIO**REQUERENTES:** IVANILDO ARAUJO ALVES, JOÃO BRAZ SOARES**ADVOGADO(S):** SUELI PEREIRA DIAS OAB/MA 6.834**REQUERIDO:** MUNICÍPIO DE ZÉ DOCA-MA**ADVOGADO(A):** ISAURA CRISTINA ARAÚJO DE MACEDO OAB/MA 8.647-A**INTIMAÇÃO**

Finalidade: Intimação do(s) Advogado(s): **Dras. SUELI PEREIRA DIAS OAB/MA 6.834; ISAURA CRISTINA ARAÚJO DE MACEDO OAB/MA 8.647-A**, para comparecer(em) na **audiência preliminar, designada para o dia 29/11/2011 às 09h:15min**, que será realizada na Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca/MA.

Zé Doca/MA, 09 de novembro de 2011.

EDILEUZA FREITAS SANTOS

Secretária Judicial Substituta da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca(MA)

(Assinando de ordem do(a) MM(a). Juíza de Direito da 23ª Zona Judiciária, **Dra. SHEILA SILVA CUNHA**, respondendo pela 1ª Vara da Comarca de Zé Doca-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

PROCESSO Nº: 668-74.2010.8.10.0063**AÇÃO:** PROCEDIMENTO ORDINÁRIO**REQUERENTES:** JANETE CARDOSO ARAÚJO OLIVEIRA, MARIA OLINA SOARES QUEIROZ, ZILA MARIANA MENDONÇA PINHEIRO**ADVOGADO(S):** SUELI PEREIRA DIAS OAB/MA 6.834**REQUERIDO:** MUNICÍPIO DE ZÉ DOCA-MA**ADVOGADO(A):** ISAURA CRISTINA ARAÚJO DE MACEDO OAB/MA 8.647-A**INTIMAÇÃO**

Finalidade: Intimação do(s) Advogado(s): **Dras. SUELI PEREIRA DIAS OAB/MA 6.834; ISAURA CRISTINA ARAÚJO DE MACEDO OAB/MA 8.647-A**, para comparecer(em) na **audiência preliminar, designada para o dia 29/11/2011 às 09h:45min**, que será realizada na Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca/MA.

Zé Doca/MA, 09 de novembro de 2011.

EDILEUZA FREITAS SANTOS

Secretária Judicial Substituta da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca(MA)

(Assinando de ordem do(a) MM(a). Juíza de Direito da 23ª Zona Judiciária, **Dra. SHEILA SILVA CUNHA**, respondendo pela 1ª Vara da Comarca de Zé Doca-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

PROCESSO Nº: 670-44.2010.8.10.0063**AÇÃO:** PROCEDIMENTO ORDINÁRIO**REQUERENTES:** MARIA EULINA RIBAMAR LIMA, VERÔNICA PEREIRA NASCIMENTO**ADVOGADO(S):** SUELI PEREIRA DIAS OAB/MA 6.834**REQUERIDO:** MUNICÍPIO DE ZÉ DOCA-MA**ADVOGADO(A):** ISAURA CRISTINA ARAÚJO DE MACEDO OAB/MA 8.647-A**INTIMAÇÃO**

Finalidade: Intimação do(s) Advogado(s): **Dras. SUELI PEREIRA DIAS OAB/MA 6.834; ISAURA CRISTINA ARAÚJO DE MACEDO OAB/MA 8.647-A**, para comparecer(em) na **audiência preliminar, designada para o dia 29/11/2011 às 10h:00min**, que será realizada na Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca/MA.

Zé Doca/MA, 09 de novembro de 2011.

EDILEUZA FREITAS SANTOS

Secretária Judicial Substituta da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca(MA)

(Assinando de ordem do(a) MM(a). Juíza de Direito da 23ª Zona Judiciária, **Dra. SHEILA SILVA CUNHA**, respondendo pela 1ª Vara da Comarca de Zé Doca-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

PROCESSO Nº: 672-14.2010.8.10.0063

AÇÃO: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

REQUERENTES: NELCI COSTA MORAES, SOCORRO DE FÁTIMA NASCIMENTO CASTRO

ADVOGADO(S): SUELI PEREIRA DIAS OAB/MA 6.834

REQUERIDO: MUNICÍPIO DE ZÉ DOCA-MA

ADVOGADO(A): ISAURA CRISTINA ARAÚJO DE MACEDO OAB/MA 8.647-A

INTIMAÇÃO

Finalidade: Intimação do(s) Advogado(s): **Dras. SUELI PEREIRA DIAS OAB/MA 6.834; ISAURA CRISTINA ARAÚJO DE MACEDO OAB/MA 8.647-A**, para comparecer(em) na **audiência preliminar, designada para o dia 29/11/2011 às 09h:30min**, que será realizada na Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca/MA.

Zé Doca/MA, 09 de novembro de 2011.

EDILEUZA FREITAS SANTOS

Secretária Judicial Substituta da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca(MA)

(Assinando de ordem do(a) MM(a). Juíza de Direito da 23ª Zona Judiciária, **Dra. SHEILA SILVA CUNHA**, respondendo pela 1ª Vara da Comarca de Zé Doca-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

PROCESSO Nº: 727-28.2011.8.10.0063

AÇÃO: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

REQUERENTES: FRANCISCA SILVA SOUSA, ZULEIDE MENDES RAMOS

ADVOGADO(S): SUELI PEREIRA DIAS OAB/MA 6.834

REQUERIDO: MUNICÍPIO DE ZÉ DOCA-MA

ADVOGADO(A): ISAURA CRISTINA ARAÚJO DE MACEDO OAB/MA 8.647-A

INTIMAÇÃO

Finalidade: Intimação do(s) Advogado(s): **Dras. SUELI PEREIRA DIAS OAB/MA 6.834; ISAURA CRISTINA ARAÚJO DE MACEDO OAB/MA 8.647-A**, para comparecer(em) na **audiência preliminar, designada para o dia 29/11/2011 às 15h:00min**, que será realizada na Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca/MA.

Zé Doca/MA, 09 de novembro de 2011.

EDILEUZA FREITAS SANTOS

Secretária Judicial Substituta da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca(MA)

(Assinando de ordem do(a) MM(a). Juíza de Direito da 23ª Zona Judiciária, **Dra. SHEILA SILVA CUNHA**, respondendo pela 1ª Vara da Comarca de Zé Doca-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

PROCESSO Nº: 773-51.2010.8.10.0063

AÇÃO: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

REQUERENTES: LINDALMIRA DE SOUSA SANTOS

ADVOGADO(S): ISAURA CRISTINA ARAÚJO DE MACEDO OAB/MA 8.647-A

REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A

ADVOGADO(A): PAULA RODRIGUES DA SILVA OAB/MA 9590-A

INTIMAÇÃO

Finalidade: Intimação do(s) Advogado(s): **Dras. ISAURA CRISTINA ARAÚJO DE MACEDO OAB/MA 8.647-A; PAULA RODRIGUES DA SILVA OAB/MA 9590-A**, para comparecer(em) na **audiência preliminar, designada para o dia 29/11/2011 às 17h:00min**, que será realizada na Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca/MA.

Zé Doca/MA, 09 de novembro de 2011.

EDILEUZA FREITAS SANTOS

Secretária Judicial Substituta da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca(MA)

(Assinando de ordem do(a) MM(a). Juíza de Direito da 23ª Zona Judiciária, **Dra. SHEILA SILVA CUNHA**, respondendo pela 1ª Vara da Comarca de Zé Doca-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

PROCESSO Nº: 799-83.2009.8.10.0063

AÇÃO: BUSCA E APREENSÃO

REQUERENTE: AYMORE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A

ADVOGADO(S): MARCELLO MIRANDA BATISTA OAB/SP 237.822; CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES OAB/PR 19.937; FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ OAB/PR 24.102-B; PAULO HENRIQUE FERREIRA OAB/PE 894-B; FLÁVIA DE ALBUQUERQUE LIRA OAB/PE 24.521.

REQUERIDO: HÉLIO CARVALHO QUEIROZ

ADVOGADO(S): CHRISTIAN BEZERRA COSTA OAB/MA 9522-A; ISAURA CRISTINA ARAÚJO DE MACEDO OAB/MA 9.647-A

INTIMAÇÃO

Finalidade: Intimação do(s) Advogado(s): **Dras. MARCELLO MIRANDA BATISTA OAB/SP 237.822; CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES OAB/PR 19.937; FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ OAB/PR 24.102-B; PAULO HENRIQUE FERREIRA OAB/PE 894-B; FLÁVIA DE ALBUQUERQUE LIRA OAB/PE 24.521; CHRISTIAN BEZERRA COSTA OAB/MA 9522-A; ISAURA CRISTINA ARAÚJO DE MACEDO OAB/MA 9.647-A**, para comparecer(em) na audiência Preliminar, designada para o dia 22/11/2011 às 16h:30min, que será realizada na Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca/MA.

Zé Doca/MA, 09 de novembro de 2011.

EDILEUZA FREITAS SANTOS

Secretária Judicial Substituta da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca(MA)

(Assinando de ordem do(a) MM(a). Juíza de Direito da 23ª Zona Judiciária, **Dra. SHEILA SILVA CUNHA**, respondendo pela 1ª Vara da Comarca de Zé Doca-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)**PROCESSO Nº:** 9000089-36.2011.8.10.0063**AÇÃO:** JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**RECLAMANTE:** TEREZINHA DE OLIVEIRA BASTOS COSTA**ADVOGADO(S):** FRANKLIN RORIZ NETO OAB/MA 3.177; JOSÉ RORIZ JUNIOR OAB/MA 4.364^A.**REQUERIDO(A):** BANCO BONSUCESSO S/A**ADVOGADO(S):** FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES OAB/MG 76.696**INTIMAÇÃO**

Finalidade: Intimação do(s) Advogado(s): **Drs. FRANKLIN RORIZ NETO OAB/MA 3.177; JOSÉ RORIZ JUNIOR OAB/MA 4.364^A; FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES OAB/MG 76.696**, para comparecer(em) na **audiência conciliação, instrução e julgamento - UNA, designada para o dia 28/11/2011 às 15h:00min**, que será realizada na Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca/MA.

Zé Doca/MA, 09 de novembro de 2011.

EDILEUZA FREITAS SANTOS

Secretária Judicial Substituta da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca(MA)

(Assinando de ordem do(a) MM(a). Juíza de Direito da 23ª Zona Judiciária, **Dra. SHEILA SILVA CUNHA**, respondendo pela 1ª Vara da Comarca de Zé Doca-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)**PROCESSO Nº:** 9000126-63.2011.8.10.0063**AÇÃO:** JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**RECLAMANTE:** FRANCISCO DA SILVA RODRIGUES**ADVOGADO(S):** LIANA CARLA VIEIRA BARBOSA OAB/MA 8367-A**REQUERIDO:** AYMORÉ FINANCIAMENTOS**ADVOGADO(S):** JULIANA ARAÚJO ALMEIDA AYOUB OAB/MA 7.386; THAYZA GABRIELA RODRIGUES FREITAS OAB/MA 10.177**INTIMAÇÃO**

Finalidade: Intimação do(s) Advogado(s): **Dras. LIANA CARLA VIEIRA BARBOSA OAB/MA 8367-A; JULIANA ARAÚJO ALMEIDA AYOUB OAB/MA 7.386; THAYZA GABRIELA RODRIGUES FREITAS OAB/MA 10.177**, para comparecer(em) na **audiência conciliação, instrução e julgamento-UNA, designada para o dia 28/11/2011 às 14h:45min**, que será realizada na Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca/MA.

Zé Doca/MA, 09 de novembro de 2011.

EDILEUZA FREITAS SANTOS

Secretária Judicial Substituta da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca(MA)

(Assinando de ordem do(a) MM(a). Juíza de Direito da 23ª Zona Judiciária, **Dra. SHEILA SILVA CUNHA**, respondendo pela 1ª Vara da Comarca de Zé Doca-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)**PROCESSO Nº:** 9000142-17.2011.8.10.0063**AÇÃO:** JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**RECLAMANTE:** MAGNO MARQUES DA SILVA**ADVOGADO(S):** CONRADO JERÔNIMO LEITE FILHO OAB/MA 6.355**REQUERIDO(A):** LUIZA CRED**INTIMAÇÃO**

Finalidade: Intimação do(s) Advogado(s): **Dr. CONRADO JERÔNIMO LEITE FILHO OAB/MA 6.355**, da **decisão liminar de fls. 14**; para comparecer(em) na **audiência de conciliação, instrução e julgamento-UNA, designada para o dia 28/11/2011 às 14h:30min**, que será realizada na Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca/MA.

Zé Doca/MA, 09 de novembro de 2011.

EDILEUZA FREITAS SANTOS

Secretária Judicial Substituta da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca(MA)

(Assinando de ordem do(a) MM(a). Juíza de Direito da 23ª Zona Judiciária, **Dra. SHEILA SILVA CUNHA**, respondendo pela 1ª Vara da Comarca de Zé Doca-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)**PROCESSO Nº:** 9000143-02.2011.8.10.0063**AÇÃO:** JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**RECLAMANTE:** ANTONIO NONATO TEIXEIRA SILVA**ADVOGADO(S):** CONRADO JERÔNIMO LEITE FILHO OAB/MA 6.355**REQUERIDO:** BANCO ITAUCARD S/A**INTIMAÇÃO**

Finalidade: Intimação do(s) Advogado(s): **Dr. CONRADO JERÔNIMO LEITE FILHO OAB/MA 6.355**, da **decisão liminar de fls. 17**; para comparecer(em) na **audiência de conciliação, instrução e julgamento-UNA, designada para o dia 28/11/2011 às 14h:00min**, que será realizada na Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca/MA.

Zé Doca/MA, 09 de novembro de 2011.

EDILEUZA FREITAS SANTOS

Secretária Judicial Substituta da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca(MA)

(Assinando de ordem do(a) MM(a). Juíza de Direito da 23ª Zona Judiciária, **Dra. SHEILA SILVA CUNHA**, respondendo pela 1ª Vara da Comarca de Zé Doca-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)**PROCESSO Nº:** 9000145-69.2011.8.10.0063**AÇÃO:** JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**RECLAMANTE:** MARIA VERAS DE ALMEIDA**ADVOGADO(S):** MARIA CÉLIA PEREIRA DA SILVA OAB/MA 4761**RECLAMADO(A):** BANCO VOTORANTIM S/A**INTIMAÇÃO**Finalidade: Intimação do(s) Advogado(s): **Dr. MARIA CÉLIA PEREIRA DA SILVA OAB/MA 4761**, para comparecer(em) na **audiência de conciliação, instrução e julgamento-UNA, designada para o dia 28/11/2011 às 14h:15min**, que será realizada na Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca/MA.

Zé Doca/MA, 09 de novembro de 2011.

EDILEUZA FREITAS SANTOS

Secretária Judicial Substituta da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca(MA)

(Assinando de ordem do(a) MM(a). Juíza de Direito da 23ª Zona Judiciária, **Dra. SHEILA SILVA CUNHA**, respondendo pela 1ª Vara da Comarca de Zé Doca-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)**PROCESSO Nº:** 9000146-54.2011.8.10.0063**AÇÃO:** JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**RECLAMANTE:** RONILSON SANTOS SOUSA**ADVOGADO(S):** ANTONIO CARLOS MOURA QUEIROZ OAB/MA 8686**REQUERIDO:** MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA**INTIMAÇÃO**Finalidade: Intimação do(s) Advogado(s): **Dr. ANTONIO CARLOS MOURA QUEIROZ OAB/MA 8686**, para comparecer(em) na **audiência de conciliação, instrução e julgamento-UNA, designada para o dia 28/11/2011 às 09h:30min**, que será realizada na Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca/MA.

Zé Doca/MA, 09 de novembro de 2011.

EDILEUZA FREITAS SANTOS

Secretária Judicial Substituta da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca(MA)

(Assinando de ordem do(a) MM(a). Juíza de Direito da 23ª Zona Judiciária, **Dra. SHEILA SILVA CUNHA**, respondendo pela 1ª Vara da Comarca de Zé Doca-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)**PROCESSO Nº:** 9000149-09.2011.8.10.0063**AÇÃO:** JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**RECLAMANTE:** FLAVIO NASCIMENTO SOUSA**ADVOGADO(S):** CHRISTIAN BEZERRA COSTA OAB/MA 9522-A**RECLAMADO(A):** MARIA DA GLÓRIA MATOS e PAULO RICARDO LIMA LOPES**INTIMAÇÃO**Finalidade: Intimação do(s) Advogado(s): **Dr. CHRISTIAN BEZERRA COSTA OAB/MA 9522-A**, para comparecer(em) na **audiência de conciliação, instrução e julgamento-UNA, designada para o dia 28/11/2011 às 09h:00min**, que será realizada na Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca/MA.

Zé Doca/MA, 09 de novembro de 2011.

EDILEUZA FREITAS SANTOS

Secretária Judicial Substituta da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca(MA)

(Assinando de ordem do(a) MM(a). Juíza de Direito da 23ª Zona Judiciária, **Dra. SHEILA SILVA CUNHA**, respondendo pela 1ª Vara da Comarca de Zé Doca-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)**PROCESSO Nº:** 9000151-76.2011.8.10.0063**AÇÃO:** JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**RECLAMANTE:** FRANCISCO LIMA DO CARMO**ADVOGADO(S):** CHRISTIAN BEZERRA COSTA OAB/MA 9522-A**REQUERIDO:** COMPANHIA ENERGÉTICA DO MARANHÃO - CEMAR**INTIMAÇÃO**Finalidade: Intimação do(s) Advogado(s): **Dr. CHRISTIAN BEZERRA COSTA OAB/MA 9522-A**, para comparecer(em) na **audiência conciliação, instrução e julgamento - UNA, designada para o dia 28/11/2011 às 08h:30min**, que será realizada na Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca/MA.

Zé Doca/MA, 09 de novembro de 2011.

EDILEUZA FREITAS SANTOS

Secretária Judicial Substituta da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca(MA)

(Assinando de ordem do(a) MM(a). Juíza de Direito da 23ª Zona Judiciária, **Dra. SHEILA SILVA CUNHA**, respondendo pela 1ª Vara da Comarca de Zé Doca-MA, nos termos do art. 3º, XXV, III, do Provimento nº 001/2007/CGJ/MA)

Tribunal de Justiça

Presidência

RESOLUÇÃO N.º 562012

Altera a Resolução nº 44, de 27 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação das turmas recursais do Sistema dos Juizados Especiais do Estado do Maranhão e dá outras providências.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista decisão plenária administrativa do dia 19 de dezembro de 2012,

RESOLVE,

Art. 1º O art. 1º; o *caput* e os parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 3º; e o *caput* do art. 6º, todos da Resolução nº 44, de 27 de setembro de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º São oito as turmas recursais integrantes do Sistema de Juizados Especiais do Estado do Maranhão com sede nas Comarcas de São Luís, Imperatriz, Bacabal, Balsas, Caxias, Chapadinha, Presidente Dutra e Pinheiro.

Parágrafo único: As turmas recursais terão competência para julgamento dos recursos das seguintes comarcas:

I – **São Luís:** São Luís, Alcântara, Barreirinhas, Humberto de Campos, Icatú, Mata Roma, Morros, Primeira Cruz, Raposa, Rosário, Santa Rita, Santo Amaro do Maranhão, Paço do Lumiar e São José de Ribamar;

II – **Imperatriz:** Imperatriz, Açailândia, Amarante do Maranhão, Arame, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Cidelândia, Estreito, Grajaú, Itinga do Maranhão, João Lisboa, Montes Altos, Porto Franco, São Pedro da Água Branca, Senador La Roque, Sítio Novo;

III – **Bacabal:** Bacabal, Alto Alegre do Maranhão, Alto Alegre do Pindaré, Arari, Bom Jardim, Esperantinópolis, Igarapé Grande, Lago da Pedra, Lago Verde, Monção, Olho D'Água das Cunhãs, Paulo Ramos, Pedreiras, Pindaré Mirim, Pio XII, Poção de Pedras, São Mateus do Maranhão, São Luís Gonzaga do Maranhão, Santa Inês, Santa Luzia, Vitória do Mearim, Vitorino Freire e Zé Doca;

IV – **Caxias:** Caxias, Aldeias Altas, Coelho Neto, Codó, Coroatá, Matões, Parnarama, Peritoró, São Francisco do Maranhão, Timbiras e Timon;

V – **Presidente Dutra:** Presidente Dutra, Barra do Corda, Buriti Bravo, Colinas, Dom Pedro, Fernando Falcão, Fortuna, Gonçalves Dias, Governador Eugênio Barros, Joselândia, Mirador, Paraibano, Passagem Franca, Santo Antonio dos Lopes, São Domingos do Maranhão, Sucupira do Norte e Tuntum;

VI – **Chapadinha:** Chapadinha, Anajatuba, Araisos, Brejo, Buriti, Cantanhede, Itapecuru Mirim, Magalhães de Almeida, Miranda do Norte, Presidente Vargas, São Benedito do Rio Preto, São Bernardo, Santa Quitéria do Maranhão, Tutóia, Urbano Santos e Vargem Grande;

VII – **Balsas:** Balsas, Alto Parnaíba, Barão de Grajaú, Benedito Leite, Carolina, Fortaleza dos Nogueiras, Loreto, Pastos Bons, Riachão, São Domingos do Azeitão, São João dos Patos, São Raimundo das Mangabeiras e Tasso Fragoso;

VIII – **Pinheiro:** Pinheiro, Bacuri, Bequimão, Candido Mendes, Carutapera, Cedral, Cururupu, Governador Nunes Freire, Guimarães, Matinha, Maracaçumé, Mirinzal, Olinda Nova do Maranhão, Penalva, São Bento, São João Batista, Santa Helena, Santa Luzia do Paruá, São Vicente de Ferrer, Turiaçu e Viana.

Art. 3º As turmas recursais serão presididas pelo juiz mais antigo na entrância, salvo nas turmas recursais do interior que serão sempre presididas por um juiz da comarca sede.

§ 1º As turmas recursais se reunirão ordinariamente uma vez por semana, salvo a de São Luís que se reunirá três vezes por semana.

§ 2º Os dias e os horários de reunião da Turma Recursal de São Luís serão fixados por ato do presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do Estado do Maranhão.

§ 3º As turmas recursais com sede nas comarcas do interior funcionarão com dia e hora designados por ato do presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do Estado do Maranhão.

[...]

Art. 6º Haverá em cada turma recursal uma secretaria que terá, além de função de distribuição, as atribuições previstas em lei, subordinando-se, judicialmente, a cada um dos presidentes das turmas e, administrativamente, ao juiz coordenador dos juizados especiais.

Art. 2º Ficam acrescidos o §10 ao art. 2º da Resolução nº 44, de 27 de setembro de 2011, e o art. 2º A à mesma resolução, com a seguinte redação:

Art. 2º [...]

[...]

§ 10 A designação de membros da turma recursal em comarcas do interior poderá recair em juizes de direito titulares de unidades jurisdicionais das comarcas da jurisdição da respectiva turma recursal.

Art. 2º A Os membros da Turma Recursal de São Luís terão dedicação exclusiva e serão substituídos em seus Juizados por Juizes Auxiliares de Entrância Final designados pelo presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais.

Art. 3º A instalação das novas turmas recursais será realizada em data designada por ato do presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais.

Art. 4º Esta resolução entra vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁQUA DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 28 DE DEZEMBRO DE 2012.

Desembargador ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

Presidente do Tribunal de Justiça

Matrícula 2139



Tribunal de Justiça do Maranhão
Diário da Justiça Eletrônico

RESOL-GP - 12014
(relativo ao Processo 457232013)
Código de validação: 095082418B

Acrescenta dispositivos à Resolução nº 06, de 15 de abril de 2004, alterada pelas Resoluções nºs 46, de 23 de dezembro de 2007, 36, de 23 de junho de 2008, 55, de 23 de novembro de 2009, 60, de 16 de março de 2010, 1, de 18 de janeiro de 2013, 6, de 28 de janeiro de 2013, 9, de 31 de janeiro de 2013, e 30, de 27 de maio de 2013, as quais regulamentam a estrutura administrativa dos serviços auxiliares do Poder Judiciário, bem como à Resolução nº 44, de 04 de julho de 2008, que dispõe sobre a descrição dos cargos comissionados e das funções gratificadas do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, e estabelece a denominação e as atribuições dos cargos em comissão e das funções gratificadas criados pela Lei Estadual nº 9.893, de 23 de agosto de 2013.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista a decisão plenária administrativa do dia 18 de dezembro de 2013;

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 2º da Lei Estadual nº 9.893, de 23 de agosto de 2013, que criou cargos comissionados e funções gratificadas para o quadro de pessoal deste Poder;

CONSIDERANDO a necessidade do Poder Judiciário estadual de estabelecer uma política pública de tratamento adequado dos conflitos;

CONSIDERANDO, ainda, que a conciliação e a mediação são instrumentos efetivos de apoio à consecução das exigências constitucionais de pacificação social e de celeridade na prestação jurisdicional;

R E S O L V E,

Art. 1º Ficam denominados os cargos em comissão e as funções gratificadas criados pela Lei Estadual nº 9.893, de 23 de agosto de 2013, da seguinte forma:

I – dois cargos de Secretário de Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, simbologia CDAI-2;

II – dez funções gratificadas de Conciliador de Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, simbologia FG-03.

Art. 2º O artigo 2º da Resolução nº 06, de 15 de abril de 2004, que aprovou o regulamento da estrutura administrativa dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário, passa a vigorar com o acréscimo, em seu texto, da seguinte redação:

“Art. 2º A Estrutura de Administração dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça compreende:

[...]

2. Gabinete da Presidência

[...]

2.14 Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos;

2.14.1 1º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de São

Luís;

2.14.2 2º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de São

Luís.”

Art. 3º Ao inciso IV do artigo 1º da Resolução nº 06, de 15 de abril de 2004, alterada pela Resolução 46, de 20 de dezembro de 2007, fica acrescida a seguinte redação:

“Art. 1º [...]

IV – Cargos de Direção e Assessoramento Intermediário – símbolo CDAI: Assessor de Comunicação da Corregedoria; [...] e **Secretário de Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania.”**

Art. 4º Ficam alterados os artigos 1º e 5º da Resolução nº 63, de 07 de novembro de 2008, os quais passam a vigorar com os seguintes acréscimos:

“Art. 1º As Funções Gratificadas do Poder Judiciário, classificadas de acordo com o Anexo II – Quadro de Funções Gratificadas – da Lei nº 8.727, de 07 de dezembro de 2007, são assim denominadas:

I – Função Gratificada Nível 03 – símbolo FG 03:

1. Secretário de Juiz Corregedor;

2. Conciliador;

3. Conciliador de Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania.

[...]

Art. 5º De acordo com o § 8º do art. 60-C da Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991, a designação do servidor efetivo do Poder Judiciário para o exercício da Função Gratificada de Conciliador terá como requisito o grau de bacharel em Direito.

§ 1º Nos termos do artigo 9º, § 2º, e do artigo 12 da Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, a designação de servidor efetivo do Poder Judiciário para o exercício da Função Gratificada de Conciliador de Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania terá como requisito a conclusão, com aproveitamento, de curso de capacitação em métodos consensuais de solução de conflitos, o qual deverá observar o conteúdo programático, com o número de exercícios simulados e a carga horária mínimos estabelecidos pelo referido Conselho, bem como deverá ser seguido, necessariamente, de estágio supervisionado.

§ 2º Em consonância com o disposto no artigo 58, § 1º, alínea i, e no artigo 59, inciso IV, da Resolução nº 75, de 12 de maio de 2009, do Conselho Nacional de Justiça, bem como no estabelecido no artigo 1º, inciso III, da Resolução nº 40, de 26 de maio de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, considera-se atividade jurídica o exercício, por servidor efetivo detentor do grau de bacharel em Direito, da função gratificada de Conciliador de Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, observados os critérios fixados nas citadas resoluções.

Art. 6º O Anexo Único da Resolução nº 04, de 1º de janeiro de 2008, alterada pela Resolução 46/2007, de 1º de janeiro de 2008, e pelo Anexo I da Resolução nº 63, de 07 de novembro de 2008, e o Anexo I da Resolução nº 44, de 04 de julho de 2008 passam a vigorar com os acréscimos constantes dos Anexos I e II desta Resolução.

Art. 7º O cargo em comissão de Secretário de Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, simbologia CDAI-2, e as funções gratificadas de Conciliador de Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, simbologia FG-03, terão como atribuições aquelas conferidas nos Anexos III e IV, respectivamente, desta Resolução.

Art. 8º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA JUSTIÇA “CLÓVIS BEVILÁQUA” DO MARANHÃO, em São Luís,
Maranhão, 22 de janeiro de 2014.



Tribunal de Justiça do Maranhão
Diário da Justiça Eletrônico
Presidente do Tribunal de Justiça

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 05/02/2014 08:27 (CLEONICE SILVA FREIRE)

Informações de Publicação

27/2014	06/02/2014 às 10:48	07/02/2014
---------	---------------------	------------



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RESOL-GP - 52014

Código de validação: 72EDEEE31B

Cria no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão o Gabinete de crise para enfrentamento e solução de situações decorrentes de calamidades e desastres ambientais.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, usando do poder que lhe é conferido pelo art. 96, I, "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, pelo art. 76, I, da Constituição do Estado do Maranhão, pelos artigos 29, II, e 31, III do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão (Lei Complementar nº. 14, de 17 de dezembro de 1991).

CONSIDERANDO a crescente instabilidade do clima global que vem gerando o agravamento das consequências desastrosas dos fenômenos naturais;

CONSIDERANDO que o Poder Judiciário, notadamente o Poder Judiciário dos Estados, tem competência para decidir sobre o destino de pessoas e bens afetados pelas catástrofes climáticas, especialmente crianças e adolescentes de famílias atingidas e corpos insepultos e controlar o funcionamento das atividades dos cartórios extrajudiciais;

CONSIDERANDO a Recomendação nº 40, de 13 de junho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça, a qual recomenda aos Tribunais de Justiça dos Estados a elaboração de plano de ação para o enfrentamento e solução de situações decorrentes de calamidades e desastres ambientais;

RESOLVE, ad referendum do Plenário:

Art. 1º. INSTITUIR, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, o Gabinete de Crise para enfrentamento e solução de situações decorrentes de calamidades e/ou desastres ambientais no território Maranhense.

Art. 2º. O Gabinete de Crise terá a seguinte composição:

I – um Juiz Auxiliar da Presidência, a ser indicado pela Presidência do Tribunal, e que atuará como Juiz Gestor;

II – um Juiz Auxiliar da Corregedoria;

III – o Diretor Geral do Tribunal de Justiça;

IV – o Diretor da Secretaria da Diretoria da Corregedoria;

IV – o Diretor de Segurança Institucional; e

V – o Chefe do Gabinete Militar;

Parágrafo único – Poderão integrar o Gabinete de Crise representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Defesa Civil.

Art. 3º São atribuições do Juiz Gestor, dentre outras:

I – Elaborar plano de ação para os casos de situações de emergência e estado de calamidade decretados pelo Poder Competente;

II - Apresentar sugestão de local, com o fim de concentrar provisoriamente o atendimento prestado pelo Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e OAB, facilitando o acesso à população, bem como à tomada de decisões conjuntas;

III – Solicitar auxílio às forças federais, estaduais e municipais;

IV – Criar e manter diretório, por meio físico e eletrônico, com as informações de contato

das principais entidades de Defesa Civil estaduais e municipais e dos integrantes do gabinete de crise, a ser distribuído a todas as comarcas do Estado;

V – Providenciar o provisionamento e fornecimento de material de suporte para situações emergenciais como veículos, computadores portáteis, equipamentos de comunicação por rádio, coletes de identificação e outros;

VI – Providenciar ao ser decretado o período de situações de emergência e estado de calamidade e durante a sua permanência:

- a. formação de equipe de apoio técnico, integrada por psicólogos e assistentes sociais, como também por engenheiros, médicos, arquitetos, quando disponível, que possa ser deslocada para as áreas atingidas
- b. autorização para auxílio recíproco entre os Magistrados da Comarca atingida pela calamidade, para que não haja restrição de competência durante o período excepcional;
- c. extensão do regime de plantão a um número maior de magistrados e servidores, prevendo-se forma de compensações futuras;
- d. ampliação temporária do horário de atendimento dos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais; e
- e. suspensão de prazos processuais, podendo prorrogar-se por tempo razoável que permita o atendimento prioritário ao gerenciamento da situação de crise.

VII – Elaborar regulamentação sobre a possibilidade de requisição, por parte do Tribunal, de bens móveis e imóveis, imprescindíveis para atendimento de situação grave e emergencial, sem prejuízo de indenizações futuras do Estado, se for o caso;

VIII – Elaborar protocolo de apreciação de pedidos de autorização para sepultamento que preveja medidas para solução de dificuldades enfrentadas em outras situações de desastre ambiental, como: i) falta de vagas em sepulturas, por conta do grande número de óbitos, indicando a conveniência de autorizar exumações em prazo inferior ao determinado na legislação; e ii) inviabilidade prática de se fazer o reconhecimento pleno dos corpos, levando a situações de risco à saúde pública pela impossibilidade de armazenar devida e condignamente os corpos insepultos, o que ensejou o reconhecimento simplificado de corpos;

IX – Elaborar protocolo de apreciação de pedidos para os casos em que seja impossível a plena identificação do requerente, dada a perda de documentos oficiais;

X – Elaborar regulamentação para instalação de posto da Vara da Infância e Juventude no local de acolhimento das vítimas, preferencialmente com composição multidisciplinar (Juiz, servidores, psicólogos, assistentes sociais e Conselho Tutelar) com o objetivo de: i) realizar o diagnóstico da situação das crianças e adolescentes; ii) lavrar termos de entrega aos genitores desprovidos de documentação e termos de guarda provisório a familiares (inclusive família extensa), sempre com base em outros elementos que comprovem o vínculo e com o devido cuidado contra adoções fraudulentas; e iii) decidir sobre outras situações que envolvam menores em situação de risco como, por exemplo, sua remoção compulsória de áreas de alto risco, por exemplo, sua remoção compulsória de áreas de alto risco.

Art. 4º. O Poder Judiciário promoverá ou colaborará para a composição de rede institucional a ser integrada por representantes de todas as instituições públicas visando a equacionar com maior presteza e qualidade os problemas decorrentes da situação de calamidade.

Art. 5º. Serão disponibilizadas, no sítio eletrônico do Poder Judiciário do Estado do Maranhão informações de contatos das principais entidades de Defesa Civil estaduais e municipais, inclusive do Tribunal de Justiça, para o atendimento das situações de emergência.

Art. 6º. Os casos omissos serão submetidos à apreciação da Presidência do Tribunal de Justiça.

Art. 7º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ
Vice-presidente do Tribunal de Justiça No Exercício da Presidência
Gabinete da Vice-presidência
Matrícula 3640

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 17/02/2014 12:27 (ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ)

Informações de Publicação

Edição	Disponibilização	Publicação
36/2014	19/02/2014 às 12:25	20/02/2014

[Imprimir](#)



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RESOL-GP - 82014

Código de validação: ADD541040B

Altera as Resoluções n.ºs 06, de 15 de abril de 2004; 10, de 24 de janeiro de 2008; 46, de 23 de dezembro de 2007; 36, de 23 de junho de 2008, 55, de 23 de novembro de 2009; 60, de 16 de março de 2010; 01, de 18 de janeiro de 2013; 06, de 28 de janeiro de 2013; 09, de 31 de janeiro de 2013; 30, de 27 de maio de 2013; 01, de 07 fevereiro de 2014, que regulamentam a estrutura administrativa dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário, bem como a Resolução n.º 44, de 04 de julho de 2008, que dispõe sobre a descrição dos cargos comissionados e funções gratificadas do Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a necessidade de adequar a estrutura organizacional administrativa no âmbito do Poder Judiciário Estadual,

RESOLVE, AD REFERENDUM,

Art. 1º A função gratificada de Supervisor do Controle de Ponto Eletrônico, simbologia FG 2, passa a ser denominada de **Secretário do Chefe de Gabinete da Presidência**, com a mesma simbologia.

Art. 2º A função gratificada de Secretário de Coordenador de Apoio Administrativo, simbologia FG 1, passa a ser denominada **Supervisor do Controle de Ponto Eletrônico**, com a mesma simbologia.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DA JUSTIÇA “CLÓVIS BEVILÁCQUA” DO MARANHÃO, em São Luís, 24 de abril de 2014.

Desembargadora CLEONICE SILVA FREIRE
Presidente do Tribunal de Justiça

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 25/04/2014 15:12 (CLEONICE SILVA FREIRE)

Informações de Publicação

Edição	Disponibilização	Publicação
77/2014	28/04/2014 às 11:06	29/04/2014

[Imprimir](#)



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RESOL-GP - 102014

Código de validação: CD67100FF1

Autoriza a instalação e regulamenta o funcionamento da Central de Inquéritos no termo judiciário de São Luís da Comarca da Ilha de São Luís e dá outras providências.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, em sessão administrativa extraordinária do Órgão Especial realizada no dia 23 de abril de 2014,

CONSIDERANDO que a Lei Complementar n.º 163, de 1º de abril de 2014, alterou o artigo 9.º do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão, criando no termo judiciário de São Luís da Comarca da Ilha de São Luís a Central de Inquéritos, com regulamentação a ser determinada pelo Plenário desta Egrégia Corte de Justiça;

CONSIDERANDO a necessidade de instalação da referida Central de Inquéritos e sua respectiva regulamentação, sobretudo em face do elevado número de medidas urgentes a serem apreciadas no âmbito criminal no Termo Judiciário de São Luis da Comarca da Ilha de São Luís;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instalação da Central de Inquéritos criada pela Lei Complementar n.º 163, de 1º de abril de 2014, com competência para o processamento dos inquéritos policiais do termo judiciário de São Luis da Comarca da Ilha de São Luís, decidindo sobre seus incidentes e medidas cautelares.

Art. 2º Caberá à Central de Inquéritos, por seus juízes ali designados com exercício jurisdicional pleno, o processamento de todos os inquéritos policiais da competência das varas criminais do termo judiciário de São Luís da Comarca da Ilha de São Luís, conhecendo e decidindo sobre os atos a eles relativos e seus incidentes e medidas cautelares no prazo de 48 horas.

Art. 3º A atuação junto à Central de Inquéritos será exercida por até três juízes de direito auxiliares, designados pelo Corregedor Geral de Justiça e aprovados pelo Órgão Especial, sendo um deles o seu coordenador.

§ 1º Os juízes designados nos termos do *caput* deste artigo atuarão por um período de um ano, admitida a recondução por igual prazo.

§ 2º O juiz coordenador designará servidor para proceder à distribuição dos

feitos no âmbito interno da unidade, de modo a que todos os juízes atuem de forma isonômica, sendo da competência destes a realização de eventuais audiências dos feitos que lhes forem distribuídos.

Art. 4º A lotação de servidores previstos no artigo 3º da Lei Complementar nº 163/2014 e a designação de local para as instalações físicas da Central de Inquéritos serão feitas pela Corregedoria Geral de Justiça, ou, por delegação, à Direção do Foro do termo judiciário de São Luís da Comarca da Ilha de São Luís.

Art. 5º Será solicitada à Procuradoria-Geral de Justiça a designação dos promotores de justiça para exercício de suas atribuições junto à Central de Inquéritos.

Art. 6º Os juízes designados para plantão nas varas criminais do termo judiciário de São Luís da Comarca da Ilha de São Luís deverão remeter à Central de Inquéritos os feitos previstos nesta Resolução, no primeiro dia útil após o horário do plantão forense.

Art. 7º Os juízes criminais do termo judiciário de São Luís da Comarca da Ilha de São Luís deverão remeter à Central, no prazo de quinze dias após a sua instalação, todos os autos de inquéritos policiais e pedidos a eles correlatos em tramitação em suas respectivas varas.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 24 de abril de 2014.

Desembargadora CLEONICE SILVA FREIRE
Presidente do Tribunal de Justiça

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 24/04/2014 14:20 (CLEONICE SILVA FREIRE)

Informações de Publicação

Edição	Disponibilização	Publicação
76/2014	25/04/2014 às 11:48	28/04/2014

[Imprimir](#)



Tribunal de Justiça do Maranhão
Diário da Justiça Eletrônico

RESOL-GP - 32014

Código de validação: A159E32303

Dispõe sobre a composição do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

OTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista decisão plenária administrativa do dia 22 de janeiro de 2014 e,

Considerando o que consta da Lei Complementar nº 160/2013 e da Resolução nº 74/3013,

R E S O L V E,

Art. 1º O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, passa a ser composto pelos seguintes Desembargadores:

I – MEMBROS NATOS

Desª CLEONICE SILVA FREIRE

Desa. ANILDES DE JESUS BERNARDES CHAVES CRUZ

Desª. NELMA CELESTE SOUZA SILVA SARNEY COSTA

II – MEMBROS POR ANTIGUIDADE

TITULARES:

Des. ANTONIO FERNANDO BAYMA ARAUJO

Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF

Des. JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO

Des. ANTONIO GUERREIRO JÚNIOR

Des. CLEONES CARVALHO CUNHA

Des. BENEDITO DE JESUS GUIMARÃES BELO

SUPLENTE:

Desa. Maria dos Remédios Buna Costa

Desa. Raimunda Santos Bezerra

Des. Marcelo Carvalho Silva

Des. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes

Des. Paulo Sérgio Velten Pereira

Des. Jaime Ferreira de Araujo

Des. Raimundo Nonato Magalhães Melo

Des. José Bernardo Silva Rodrigues

Des. José Ribamar Fróz Sobrinho

Des. José Luiz Oliveira de Almeida

Des. Vicente de Paula Gomes de Castro

Des. Marcelino Chaves Everton

III- MEMBROS POR ELEIÇÃO

TITULARES:

Des. JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS ANJOS

Des. LOURIVAL DE JESUS SEREJO SOUSA

Des. KLEBER COSTA CARVALHO

Des. RAIMUNDO JOSÉ BARROS DE SOUSA

Des. RICARDO TADEU BUGARIN DUALIBE

Desª. ÂNGELA MARIA MORAES SALAZAR

SUPLENTE:

1º) Des. PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA

2º)Des. JOSÉ BERNARDO SILVA RODRIGUES

3º) Des. MARCELINO CHAVES EVERTON

4º) Des. RAIMUNDO NONATO MAGALHÃES MELO

5º) Desª MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO DUARTE MENDES

6º) Des. JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Justiça "Clóvis Beviláqua" do Estado Maranhão, em São Luís, 04 de fevereiro de 2014.

Desembargadora CLEONICE SILVA FREIRE
Presidente do Tribunal de Justiça

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 05/02/2014 08:54 (CLEONICE SILVA FREIRE)

Informações de Publicação

27/2014	06/02/2014 às 10:48	07/02/2014
---------	---------------------	------------



Tribunal de Justiça do Maranhão

Diário da Justiça Eletrônico

RESOL-GP - 102015

Código de validação: 0A961C320C

Altera as Resoluções nºs 06/04, 10/08, que regulamentam a estrutura administrativa dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário, bem como as Resoluções nºs 44/08 e 63/08, que dispõem sobre a descrição dos cargos comissionados e funções gratificadas do Poder Judiciário do estado do Maranhão.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições legais e regimentais, Considerando que o Tribunal de Justiça disporá sobre a denominação das unidades que compõem a estrutura básica do Poder Judiciário, bem como o quadro de cargos em comissão e funções gratificadas, com suas respectivas denominações, competências, atribuições e lotações, conforme art. 3º, § 1º, da Lei Estadual nº 8.727, de 7 de dezembro de 2007, publicada no Diário Oficial de Estado de 07/12/07, com redação dada pela Lei Estadual nº 9.326, de 30 de dezembro de 2010, RESOLVE, *ad referendum*

Art. 1º A Coordenadoria de Arquivo e Documentos Históricos- CDAS-2, passa a denominar-se de Coordenadoria de Licitação e Contratos, com a mesma simbologia.

Parágrafo único. A Divisão de Licitação e Contratos- CDAS-04, passa a denominar-se de Divisão de Contratos e Convênios, com a mesma simbologia.

Art. 2º A Coordenadoria da Biblioteca passa a denominar-se de Coordenadoria de Biblioteca e Arquivo, com as seguintes Divisões:

I – Divisão de Acervo;

II – Divisão de Legislação.

Art. 3º As atividades da Coordenadoria de Biblioteca e Arquivo ficam subordinadas ao Gabinete da Presidência;

Art. 4º A Divisão de Controle de Acervo e a Divisão de Restauração e Documentos Históricos pertencentes à extinta Coordenadoria de Arquivo e Documentos Históricos, passam a integrar a Coordenadoria de Biblioteca e Arquivo com as seguintes denominações:

I – Divisão de Acervo Judicial e Histórico;

II – Divisão de Acervo Administrativo.

Art. 5º À Coordenadoria de Biblioteca e Arquivo compete:

I – coordenar, planejar e supervisionar as divisões sob sua subordinação;

II – disponibilizar informações para subsidiar pesquisas acerca da doutrina, legislação, jurisprudência e documentos arquivísticos;

III – supervisionar as atividades da Comissão Permanente de Avaliação e Gestão Documental;

IV – coordenar, planejar, e supervisionar as funções de apoio nas áreas de arquivo, restauração e preservação de documentos históricos;

V – exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

Art. 6º Ao Chefe de Divisão de Acervo compete:

I – organizar, manter e conservar o acervo de livros, folhetos, periódicos, mídias digitais e coletâneas de legislação e jurisprudência relacionadas às áreas de interesse do Poder Judiciário;

II – desenvolver processo de seleção dos recursos informacionais para composição do acervo da Biblioteca;

III – propor a aquisição, através de compra, doação e permuta, de livros, publicações periódicas e mídias digitais, nacionais e estrangeiras;

IV – registrar, catalogar, classificar e indexar o acervo da Biblioteca;

V – alimentar o banco de dados do “Sistema de Automação de Biblioteca” (SIABI) com os recursos informacionais;

VI – organizar, controlar e facilitar os meios necessários à consulta e uso do acervo;

VII – elaborar e disseminar produtos e serviços de informações na área jurídica;

VIII – realizar o inventário do acervo;

IX – planejar e implementar a política de desenvolvimento de coleção;

X – exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

Art. 7º Ao Chefe de Divisão de Legislação compete:

I – coletar, organizar e recuperar a legislação e jurisprudência estadual de interesse do Poder Judiciário;

II – realizar e fornecer os resultados de pesquisas acerca de legislação e jurisprudência;

III – catalogar e indexar atos (administrativos e legais) selecionados de publicações oficiais;

IV – manter atualizada a coletânea de legislação e jurisprudência;

V – elaborar produtos informativos que subsidiem os trabalhos jurisdicionais, tais como Ementário Estadual, Acórdãos, *Clipping*;

VI – alimentar o banco de dados do “Sistema de Automação de Biblioteca” (SIABI) com a legislação e jurisprudência;

VII – exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

Art. 8º Ao Chefe da Divisão de Acervo Judicial e Histórico compete:

I – coordenar e supervisionar as funções de apoio nas áreas de arquivo, relativos ao acervo intermediário judicial e ao acervo histórico;

II – promover o controle do acervo judicial do Poder Judiciário, mantendo atualizado o Sistema de Gestão Arquivística AEGIS;

III – elaborar as estatísticas das atividades desenvolvidas;

IV – processar e divulgar informações sobre o acervo histórico do Poder Judiciário;

V – promover a conservação do acervo documental do Poder Judiciário, através de medidas preventivas e restauradoras, realizando diagnósticos e promovendo os tratamentos técnicos adequados;

VI – exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

Art. 9º Ao Chefe da Divisão de Acervo Administrativo compete:

I – coordenar e supervisionar as funções de apoio nas áreas de arquivo, relativos ao acervo intermediário administrativo do Tribunal de Justiça em todas as suas esferas;

II – promover o controle do acervo administrativo do Poder Judiciário, mantendo atualizado o Sistema de Gestão Arquivística AEGIS, no que lhe compete;

III – controlar a entrada e saída de documentos recebidos;

IV – elaborar, mensalmente, a estatística das atividades desenvolvidas;

V – processar e divulgar informações sobre o acervo administrativo do Poder Judiciário;

VI – exercer outras atividades sob sua responsabilidade.

Art. 10º Ficam alteradas as seguintes denominações dos seguintes cargos em comissão:

I – o cargo em comissão de Coordenador de Arquivo e Documentos Históricos, CDAS – 2, passa a ser denominado de Coordenador de Licitação e Contratos, com a mesma simbologia;

II – o cargo em comissão de Coordenador da Biblioteca, CDAS-2, passa a ser denominado de Coordenador de Biblioteca e Arquivo, com a mesma simbologia.

III – o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Controle de Acervo, CDAS-4, passa a ser denominado de Chefe da Divisão de Acervo Judicial e Histórico, com a mesma simbologia;

IV – o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Restauração e Manutenção de Documentos Históricos, CDAS-4, passa a ser denominado de Chefe da Divisão de Acervo Administrativo, com a mesma simbologia;

V – o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Legislação e Pesquisa CDAS-4, passa a ser denominado de Chefe de Legislação, com a mesma simbologia.

Art. 11º Ficam alteradas as denominações das seguintes funções gratificadas:

I – secretário do Coordenador da Biblioteca, FG-01, para Secretário do Coordenador de Biblioteca e Arquivo, com a mesma simbologia;

II – secretário do Coordenador do Arquivo e Documentos Históricos, FG-01, para secretário do Coordenador de Licitação e Contratos, com a mesma simbologia;

III – supervisor da Divisão de Controle de Acervo, FG-01, para supervisor da Divisão de Acervo Judicial e Histórico, com a mesma simbologia;



Tribunal de Justiça do Maranhão
Diário da Justiça Eletrônico

IV-supervisor da Divisão de Restauração e Manutenção de Documentos Históricos, FG- 01, para supervisor de Divisão de Acervo Administrativo, com a mesma simbologia;

V- supervisor da Divisão de Legislação e Pesquisa, FG-01, para supervisor da Divisão de Legislação, com a mesma simbologia.

Art.12 ° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO MARANHÃO, em São Luis, 27 de fevereiro de 2015.

Desembargadora CLEONICE SILVA FREIRE
Presidente do Tribunal de Justiça

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 27/02/2015 14:48 (CLEONICE SILVA FREIRE)

Informações de Publicação

40/2015	03/03/2015 às 11:48	04/03/2015
---------	---------------------	------------

XI - reassentamento em terras economicamente úteis, de preferência na região e no Município habitados pelas PABs, após a avaliação de sua viabilidade agroeconômica e ambiental pelo Comitê Estadual da PEAB;

XII - formulação e implementação de planos de recuperação e desenvolvimento econômico e social, sem prejuízo das reparações individuais ou coletivas devidas, com o objetivo de recompor ou, se possível, de integrar arranjos e cadeias produtivas locais e regionais que assegurem ocupação produtiva ao conjunto de atingidos, compatíveis com seus níveis de qualificação e experiência profissionais e capazes de proporcionar a manutenção ou a melhoria das condições de vida;

XIII - recebimento individual, por pessoa, família ou organização cadastrada, de cópia de todas as informações constantes a seu respeito, até 30 (trinta) dias após a atualização do cadastramento para fins de reparação; e

XIV - realização de consulta pública da lista de todas as pessoas e organizações cadastradas para fins de reparação, bem como das informações agregadas do cadastro, preservados a intimidade e os dados de caráter privado.

Parágrafo único. As reparações devem reconhecer a diversidade de situações, experiências, vocações e preferências, culturas e especificidades de grupos, comunidades, famílias e indivíduos, bem como contemplar a discussão, a negociação e a aprovação pelo Comitê Estadual da PEAB, e podem ocorrer das seguintes formas:

a) reposição: quando o bem ou a infraestrutura destruída ou a situação social prejudicada são repostos ou reconstituídos;

b) indenização: quando a reparação assume a forma monetária;

c) compensação equivalente: quando são oferecidos outros bens ou outras situações que, embora não reponham o bem ou a situação perdidos, são considerados como satisfatórios em termos materiais ou morais; e

Art. 7º Sem prejuízo do disposto no art. 4º desta Lei e consoante o pactuado no processo de participação informada e negociação do PDPAB no caso concreto, são direitos das PABs que exploram a terra em regime de economia familiar, como proprietário, meeiro ou posseiro, assim como daqueles que não se enquadrem em uma dessas categorias, mas tenham vínculo de dependência com a terra para sua reprodução física e cultural:

a) reparação das perdas materiais, composta do valor da terra, das benfeitorias, da safra e dos prejuízos pela interrupção de contratos;

b) compensação pelo deslocamento compulsório resultante do reassentamento; e

c) compensação pelas perdas imateriais, com o estabelecimento de programas de assistência técnica necessários à reconstituição dos modos de vida e das redes de relações sociais, culturais e econômicas, inclusive as de natureza psicológica, assistencial, agro-nômica e outras cabíveis.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º O construtor da barragem será responsável pela aplicação dos direitos previstos nos arts. 6º e 7º desta Lei.

Art. 9º O Comitê Estadual da PEAB deverá estabelecer um plano de comunicação contínuo e eficaz que demonstre a implementação do PDPAB.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 05 DE MAIO DE 2022, 201º DA INDEPENDÊNCIA E 134º DA REPÚBLICA.

CARLOS BRANDÃO
Governador do Estado do Maranhão

SEBASTIÃO TORRES MADEIRA
Secretário-Chefe da Casa Civil

Republicado por Incorreção.

LEI Nº 11.690, DE 11 DE MAIO DE 2022.

Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário do Maranhão e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES E SERVIDORAS DO PODER JUDICIÁRIO DO MARANHÃO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos - PCCV dos servidores e servidoras do Poder Judiciário do Maranhão reger-se-á por esta Lei, obedecendo às seguintes finalidades básicas:

I - estabelecer um sistema coerente e duradouro do percurso funcional do servidor, vinculado aos objetivos institucionais, obedecidos os critérios de igualdade de oportunidades, do mérito e da qualificação profissional; e

II - elevar o nível de satisfação e de comprometimento dos servidores com os serviços prestados pelo Poder Judiciário à sociedade maranhense.

Art. 2º O Regime Jurídico dos Servidores e Servidoras do Poder Judiciário do Maranhão de que trata este Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos é o instituído pelo Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Maranhão, (atualmente a Lei nº 6.107, de 27 de julho de 1994, e suas alterações), observadas as disposições específicas desta Lei.

CAPÍTULO II DOS CONCEITOS BÁSICOS

Art. 3º São considerados fundamentais, para os efeitos desta Lei, os seguintes conceitos básicos:

I - Quadro Único de Pessoal: conjunto de cargos de provimento efetivo, dos cargos dos estáveis e dos cargos de provimento em comissão;

II - Grupo Ocupacional: conjunto de categorias funcionais reunidas segundo a correlação e afinidade existentes entre elas quanto ao grau de conhecimento;

III - Categoria Funcional: conjunto de carreiras agrupadas pela natureza das atividades e pelo grau de conhecimento exigível para o seu desempenho;

IV - Carreira: conjunto de classes da mesma natureza funcional e hierarquizada segundo o grau de responsabilidade e complexidade a elas inerentes, para desenvolvimento do servidor nas classes dos cargos que a integram;

V - Cargo Público: conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor;

VI - Classe: conjunto de padrões dos cargos públicos hierarquizados, que representam as perspectivas de desenvolvimento funcional;

VII - Padrão: nível integrante da faixa de vencimento fixado para a classe e atribuído ao ocupante do cargo em decorrência da sua evolução de vencimento.

TÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

CAPÍTULO I

DO QUADRO ÚNICO DE PESSOAL

Art. 4º Integram o Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Maranhão os cargos de provimento efetivo, os cargos dos estáveis e os de provimento em comissão.

Parágrafo único. O servidor efetivo só poderá ser lotado em gabinete de desembargador para exercer cargo em comissão.

Art. 5º Os cargos de provimento efetivo são estruturados em Classes e Padrões, nas diversas áreas de atividades, e integram os seguintes Grupos Ocupacionais:

I - Atividades de Nível Superior;

II - Atividades de Nível Médio;

III - Serviços Auxiliares Administrativos;

IV - Atividades de Apoio Operacional;

V - Atividades Judiciárias Especiais.

Art. 6º Os Grupos Ocupacionais referidos no artigo anterior ficam organizados em Categorias Funcionais, Carreiras, Cargos, Classes, Padrão e Qualificação exigida para o ingresso, na forma do Anexo I, desta Lei.

§ 1º A linha de correlação e a área de atuação dar-se-á conforme disposto nos Anexos II e III;

§ 2º As tabelas de vencimentos e quantificação dos cargos ficam definidas nos Anexos IV e V.

§ 3º A quantificação dos cargos por especialidades será definida por resolução do Tribunal de Justiça, de acordo com as necessidades do Poder Judiciário.

Art. 7º Os cargos de provimento em comissão para o exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento do Poder Judiciário do Estado do Maranhão são classificados da seguinte forma:

I - Cargos de Natureza Especial, simbologia CNES;

II - Cargos de Direção e Assessoramento, simbologia CDGA;

III - Cargos de Direção e Assessoramento Superior, simbologia CDAS;

IV - Cargos de Direção e Assessoramento Intermediário, simbologia CDAI.

§ 1º Ressalvados os casos previstos em legislação específica, são requisitos de escolaridade exigidos para o ingresso nos cargos em comissão do Poder Judiciário do Estado do Maranhão:

I - o nível superior completo ou equivalente para os cargos de simbologia CNES, CDGA e CDAS;

II - o nível médio completo ou equivalente para os cargos de simbologia CDAI.

§ 2º Os vencimentos, quantitativos e as simbologias dos cargos em comissão a que se refere o art. 6º constam do Anexo VI.

Art. 8º Pelo menos 20% (vinte por cento) dos cargos em comissão da área de apoio direto à atividade judicante e 50% (cinquenta por cento) da área de apoio indireto à atividade judicante deverão ser destinados servidores efetivos integrantes do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Maranhão.

Art. 9º As funções gratificadas, escalonadas de FG01 a FG04, nos quantitativos e valores definidos no Anexo VII, são de exercício exclusivo dos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo do Poder Judiciário do Maranhão.

Parágrafo único. Ao servidor efetivo ou estável, no exercício de função gratificada, será atribuída a representação no valor de 20% (vinte por cento) sobre o vencimento do cargo efetivo.

CAPÍTULO II DO INGRESSO

Art. 10. O ingresso nos cargos de provimento efetivo do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Maranhão dar-se-á no primeiro padrão da classe A do respectivo cargo, mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 11. Os requisitos de escolaridade para ingresso nos cargos de provimento efetivo do Poder Judiciário do Maranhão constam do Anexo I, desta Lei.

CAPÍTULO III DA PROGRESSÃO FUNCIONAL E DA PROMOÇÃO

Art. 12. O desenvolvimento do servidor no respectivo cargo efetivo ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

§ 1º Progressão funcional é a movimentação do servidor de um padrão para o seguinte dentro de uma mesma classe, observado o interstício de um ano, sob os critérios fixados em regulamento e de acordo com o resultado de avaliação formal de desempenho.

§ 2º Promoção é a movimentação do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe seguinte, observado o interstício de dois anos em relação à progressão funcional imediatamente anterior, dependendo, cumulativamente, do resultado de avaliação formal de desempenho e da participação em curso de aperfeiçoamento oferecido pelo Poder Judiciário, na forma prevista em regulamento, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 3º Para promoção para a Classe D serão exigidos para os servidores de atividades de nível superior, a conclusão de mestrado ou doutorado, ou ainda, especialização com carga horária superior a duzentas horas, ou também, cursos oferecidos pela Esmam ou pelo Tribunal, que somados cheguem a essa carga horária; para as atividades de nível médio, a conclusão de graduação; e para os servidores de serviços auxiliares e demais atividades operacionais, conclusão do ensino médio.

§ 4º Os padrões são de 1 a 20 divididos igualmente entre as classes A, B, C e D.

§ 5º A variação do vencimento base entre os padrões da mesma classe será de 3% (três por cento) e entre uma classe e outra será de 4% (quatro por cento).

§ 6º O servidor efetivo do Poder Judiciário do Maranhão durante o estágio probatório será objeto de avaliação específica e, quando aprovado, obterá a progressão funcional para o segundo padrão da classe inicial do cargo que ocupa, sendo vedada a progressão funcional do servidor em estágio probatório.

§ 7º Não será considerado como efetivo exercício para fins de progressão ou promoção na carreira do servidor:

- I - licença para tratamento de interesses particulares;
- II - faltas injustificadas;
- III - suspensão disciplinar;
- IV - prisão decorrente de decisão judicial;
- V - licença para tratamento de saúde que, isolada ou cumulativamente, compreenda período superior a um ano;
- VI - a licença para tratamento de saúde em pessoa da família;
- VII - a licença para acompanhar cônjuge;
- VIII - afastamento para a atividade político-partidária; e
- IX - afastamento para o exercício de mandato eletivo.

TÍTULO III DOS DIREITOS E DAS VANTAGENS

CAPÍTULO I DA REMUNERAÇÃO

Art. 13. A remuneração dos cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Maranhão é composta pelo vencimento básico, acrescida das vantagens pecuniárias permanentes ou temporárias estabelecidas em Lei.

Art. 14. A tabela de vencimentos básicos dos cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Maranhão é a constante do Anexo IV desta Lei.

§ 1º Ao servidor efetivo ou estável no exercício de cargo em comissão, além dos vencimentos de seu cargo de origem, será atribuída gratificação de representação equivalente à diferença de vencimento do cargo em comissão e do vencimento do cargo efetivo, acrescida de quarenta por cento do vencimento do cargo efetivo.

§ 2º Quando o vencimento do cargo em comissão for inferior ao vencimento do cargo efetivo, a gratificação de representação será de quarenta por cento do vencimento do servidor.

§ 3º Os servidores que substituírem os titulares dos cargos em comissão ou de funções gratificadas terão direito à percepção de vencimentos nos termos de resolução do Tribunal de Justiça.

CAPÍTULO II DAS VANTAGENS

Art. 15. O adicional por tempo de serviço é devido à razão de 5% (cinco por cento) a cada cinco anos de efetivo serviço público estadual, observado o limite máximo de 35% (trinta e cinco por cento) incidente exclusivamente sobre o vencimento básico do cargo efetivo.

Parágrafo único. O servidor fará jus ao adicional a partir do mês em que completar o quinquênio.

Art. 16. O Adicional de Qualificação - AQ, de caráter permanente, destinado aos servidores dos diversos Grupos Ocupacionais, em razão dos conhecimentos adicionais adquiridos em ações de treinamentos, títulos, diplomas ou certificados de cursos de pós-graduação, em sentido amplo ou estrito, em áreas de interesse dos órgãos do Poder Judiciário a serem estabelecidas em resolução do Tribunal de Justiça.

§ 1º O adicional de que trata este artigo não será concedido quando o curso constituir requisito para ingresso no cargo.

§ 2º Para efeito no disposto neste artigo, serão considerados somente os cursos e as instituições de ensino reconhecidos pelo Ministério da Educação, na forma da legislação em vigor, e da Escola Superior da Magistratura do Maranhão - ESMAM.

§ 3º Serão admitidos cursos de pós-graduação *latu sensu* somente com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas.

§ 4º O adicional será considerado no cálculo de proventos e das pensões somente se o título ou o diploma forem anteriores à data da inativação.

§ 5º O Adicional de Qualificação (AQ) incidirá sobre o vencimento-base do servidor, da seguinte forma:

- I - 13% (treze por cento), em se tratando de título de Doutor;
- II - 11% (onze por cento), em se tratando de título de Mestre;
- III - 8% (oito por cento), em se tratando de certificado de Especialização;
- IV - 5% (cinco por cento), em se tratando de graduação para os cargos cujo ingresso não exige formação de nível superior;
- V - 1% (um por cento) ao servidor que possuir conjunto de ações de treinamento que totalize, pelo menos, 120 (cento e vinte) horas, observado o limite de 3% (três por cento).



§ 6º O Adicional de Qualificação será devido a partir do dia da apresentação do título, diploma ou certificado.

§ 7º A gratificação de que trata este artigo constitui salário de contribuição para efeito de seguridade social dos servidores do Estado.

§ 8º Em nenhuma hipótese o servidor perceberá cumulativamente mais de um percentual dentre os previstos nos incisos I a IV do § 5º.

Art. 17. O Poder Judiciário disporá, por resolução do Tribunal de Justiça, sobre a concessão mensal da Gratificação de Atividade Judiciária - GAJ e anual da Gratificação por Produtividade Judiciária - GPJ, que terão a seguinte composição:

I - 20% (vinte por cento) sobre o vencimento do cargo efetivo, a título de Gratificação de Atividade Judiciária - GAJ;

II - em valor fixado por resolução do Tribunal de Justiça sobre percentual do vencimento base do cargo efetivo, a título de Gratificação de Produtividade Judiciária - GPJ, pelo alcance de metas de produtividade fixadas pelo Tribunal de Justiça;

III - em valor fixado por resolução do Tribunal de Justiça sobre percentual do vencimento base do cargo de técnico judiciário, para os cargos comissionados de simbologia CDAI; e do vencimento base do cargo de analista judiciário, para os cargos comissionados de simbologias CDAS, CDGA e CNES; em ambos os casos a título de Gratificação de Produtividade Judiciária - GPJ, pelo alcance de metas de produtividade fixadas pelo Tribunal de Justiça.

§ 1º A opção pela Gratificação de Atividade Judiciária - GAJ implicará obrigatoriedade ao regime de trabalho presencial de sete horas diárias e à execução de atividades diferenciadas de suas funções.

§ 2º A Gratificação de Produtividade Judiciária - GPJ será paga no ano subsequente à vigência das metas de produtividade, conforme resolução do Tribunal de Justiça após manifestação da Diretoria Financeira sobre a disponibilidade de recursos e impacto orçamentário.

§ 3º É vedada a concessão da Gratificação de Produtividade Judiciária - GPJ sem a prévia fixação de metas e a individualização do limite de servidores que a ela terão direito.

Art. 18. O Poder Judiciário disporá, por resolução do Tribunal de Justiça, sobre a concessão mensal de auxílio-alimentação, por dia trabalhado, aos servidores públicos ativos pertencentes ao seu quadro de pessoal, aos requisitados de outros órgãos da Administração Pública federal, estadual e municipal, inclusive policiais e bombeiros militares, e também aos estagiários.

§ 1º A concessão do auxílio-alimentação será feita em pecúnia e terá caráter indenizatório.

§ 2º O servidor que acumule cargo ou emprego, na forma da Constituição Federal, fará jus à percepção de um único auxílio-alimentação, mediante opção.

§ 3º O auxílio-alimentação não será:

I - incorporado ao vencimento, remuneração, proventos ou pensão;

II - configurado como rendimento tributável e nem sofrerá incidência de contribuição para o plano de seguridade social do servidor público;

III - caracterizado como salário-utilidade ou prestação salarial in natura.

§ 4º O auxílio-alimentação será custeado com recursos do órgão ou entidade em que o servidor estiver em exercício, ressalvado o direito de opção pelo órgão ou entidade de origem.

§ 5º O auxílio-alimentação é inacumulável com outros de espécie semelhante, tais como auxílio para a cesta básica ou vantagem pessoal originária de qualquer forma de auxílio ou benefício alimentação.

§ 6º Considerar-se-á para o desconto do auxílio-alimentação, por dia não trabalhado, a proporcionalidade de vinte e dois dias.

§ 7º Para os efeitos deste artigo, considera-se como dia trabalhado a participação do servidor em programa de treinamento regularmente instituído, conferências, congressos, treinamentos, ou outros eventos similares, sem deslocamento da sede, desde que devidamente autorizado.

§ 8º As diárias sofrerão desconto correspondente ao auxílio-alimentação a que fizer jus o servidor, exceto aquelas eventualmente pagas em finais de semana e feriados, observada a proporcionalidade prevista no § 6º.

§ 9º O auxílio de que trata o caput deste artigo não será devido quando o servidor requisitado perceber benefício da mesma natureza custeado pelo órgão de origem.

Art. 19. A assistência à saúde de servidor ativo ou inativo, e de sua respectiva família, que compreende assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica, terá como diretriz básica o implemento de ações preventivas voltadas para a promoção da saúde e será prestada diretamente pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor, ou mediante convênio ou contrato, ou ainda em forma de auxílio, mediante ressarcimento parcial do valor despendido pelo servidor, ativo ou inativo, e seus dependentes ou pensionistas com planos ou seguros privados de assistência à saúde, na forma estabelecida em resolução do Tribunal de Justiça.

§ 1º Para os fins do disposto no caput deste artigo, ficam os órgãos e entidades do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, alternativamente, autorizados a:

I - celebrar convênios exclusivamente para a prestação de serviços de assistência à saúde para os seus servidores, ativos e inativos, pensionistas, bem como para seus respectivos grupos familiares definidos, com entidades de autogestão por elas patrocinadas por meio de instrumentos jurídicos efetivamente na forma da regulamentação específica do órgão regulador sobre patrocínio de autogestões;

II - contratar, mediante licitação, na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, operadoras de planos e seguros privados de assistência à saúde que possuam autorização de funcionamento do órgão regulador;

III - conceder assistência à saúde em forma de auxílio a servidor ou pensionista em valor a ser fixado em resolução do Plenário.

§ 2º O servidor que acumule cargo ou emprego, na forma da Constituição Federal, fará jus à percepção de assistência à saúde, mediante opção.

§ 3º A assistência à saúde em forma de auxílio, de caráter indenizatório, não será:

I - incorporada ao vencimento ou remuneração;

II - configurada como rendimento tributável e nem sofrerá incidência de contribuição para o plano de seguridade social do servidor público;

III - caracterizada como salário-utilidade ou prestação salarial in natura;

IV - acumulável com outros de espécie semelhante, nem com outro programa de assistência à saúde, custeado integral ou parcialmente pelos cofres públicos, comprovado mediante declaração do titular.

§ 4º O recebimento indevido da assistência à saúde, em forma de auxílio havido por fraude, dolo ou má-fé, implicará devolução ao erário do total auferido, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º A assistência à saúde, em forma de auxílio, será custeada com recursos do tesouro vinculados ao Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Art. 20. A assistência pré-escolar será devida aos servidores que tenham filhos ou dependentes sob sua guarda ou tutela, na faixa etária compreendida do nascimento aos 6 (seis) anos de idade incompletos.

Parágrafo único. A disciplina e a implantação da assistência pré-escolar serão feitas por Resolução do Tribunal de Justiça.

Art. 21. O servidor custeará o vale-transporte com 0,7% (zero vírgula sete por cento) de seu vencimento-base, cabendo ao Poder Judiciário cobrir o excedente entre esse percentual e sua despesa mensal com transporte.

Art. 22. É facultado ao servidor converter 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes, de acordo com resolução do Plenário.

Parágrafo único. Para fins de aplicação do *caput* deste artigo, serão considerados apenas os períodos de férias adquiridos a partir da vigência desta Lei, ficando ainda a conversão condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira.

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. Compete ao Tribunal de Justiça prover os cargos do quadro único de pessoal do Poder Judiciário, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, nomeando-os na ordem de classificação, ressalvados os cargos em comissão.

Art. 24. Os servidores do Poder Judiciário adquirem a estabilidade depois de três anos de efetivo exercício e mediante avaliação procedida por comissão designada pelo Presidente do Tribunal.

Art. 25. Os servidores aposentados farão jus à revisão de proventos para fins de posicionamento na nova estrutura deste Plano, observados os critérios e condições estabelecidos para os servidores em atividade, de acordo com o disposto na Constituição Federal.

Art. 26. A remuneração dos servidores do Poder Judiciário, fixada nesta Lei, sofrerá revisão geral no dia primeiro de janeiro de cada ano, mediante lei específica de iniciativa privativa do Tribunal de Justiça, observando as limitações legais e orçamentárias.

Art. 27. Os percentuais de insalubridade, estabelecidos na Lei nº 9.107/2009, ficam alterados para 10% (dez por cento), 7,5% (sete e meio por cento) e 5% (cinco por cento), para os graus máximo, médio e mínimo respectivamente.

Art. 28. Aplica-se subsidiariamente a esta Lei as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Maranhão (atual Lei nº 6.107, de 27 de julho de 1994 e suas alterações).

Art. 29. Fica criada no Tribunal de Justiça a Comissão de Implantação e Avaliação do Plano de Cargos dos Servidores do Poder Judiciário composta por cinco membros: um desembargador, indicado pelo presidente, que a presidirá; o diretor de Recursos Humanos; o diretor Financeiro; e dois representantes dos servidores indicados pelo Sindicato dos Servidores.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 30. Aos servidores dos cargos de provimento efetivo de Auxiliares Judiciários e Auxiliares Operacionais de Serviços Diversos será paga a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), valor que, somado ao vencimento base dos mesmos corresponda a noventa por cento do vencimento base do técnico judiciário.

§ 1º Os servidores estáveis que tenham cargos equivalentes aos servidores referidos no *caput* deste artigo também se aplica o ali disposto.

§ 2º Os cargos referidos no *caput* que estiverem vagos e que vierem a vagar, serão transformados, em cargos em comissão CDAI-3, para assessoramento de magistrados de 1º grau, nos termos da decisão CUMPRDEC 0002210-92.2016.2.00.0000 - TJMA.

Art. 31. As vantagens contempladas nesta Lei que importem em aumento de despesa serão efetivadas no prazo de seis anos.

Art. 32. As despesas decorrentes desta Lei ocorrerão por conta do orçamento do Poder Judiciário.

Art. 33. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 11 DE MAIO DE 2022, 201º DA INDEPENDÊNCIA E 134º DA REPÚBLICA.

CARLOS BRANDÃO

Governador do Estado do Maranhão

SEBASTIÃO TORRES MADEIRA

Secretário-Chefe da Casa Civil



ANEXO I
ESTRUTURADOS CARGOS

GRUPO OCUPACIONAL	CATEGORIA FUNCIONAL	CARREIRA	CARGO	CLASSE	PADRÃO	QUALIFICAÇÃO EXIGIDA PARA O INGRESSO
ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR	Atividades Especializadas de Natureza Processual e Administrativa	Serviço Técnico Judiciário	Analista Judiciário	D	20	Graduação em Direito, Administração, Arquivologia, Ciências da Computação, Arquitetura, Comunicação Social, Ciências Contábeis, Economia, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, História, Medicina (Especialidade em Cardiologia, Clínica Médica, Pediatria e Psiquiatria), Odontologia, Psicologia, Assistência Social, Biblioteconomia, Ciências Biológicas ou Farmácia (Pós-graduação em Biologia Molecular), Enfermagem, Estatística (ou Matemática com pós-graduação em Estatística), Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa ou Pedagogia.
					19	
					18	
					17	
					16	
				C	15	
					14	
					13	
					12	
					11	
				B	10	
					9	
					8	
					7	
					6	
				A	5	
					4	
					3	
					2	
					1	
	Atividades Especializadas	Serviço Técnico Judiciário	Oficial de Justiça	D	20	Graduação em Direito
					19	
					18	
					17	
					16	
				C	15	
					14	
					13	
					12	
					11	
				B	10	
					9	
					8	
					7	
					6	
				A	5	
					4	
					3	
					2	
					1	
ATIVIDADES JUDICIÁRIAS ESPECIAIS	Atividades Especializadas Especiais	Apoio Técnico Judiciário Especial	Comissário de Justiça da Infância e Juventude	D	20	Nível Médio Completo ou equivalente.
					19	
					18	
					17	
					16	
				C	15	
					14	
					13	
					12	
					11	
				B	10	
					9	
					8	
					7	
					6	



	Atividades Administrativas			A	5	
					4	
					3	
					2	
					1	
				D	20	
					19	
					18	
					17	
					16	
					15	
					14	
				C	13	
					12	
					11	
					10	
					9	
				B	8	
					7	
					6	
					5	
					4	
					3	
				A	2	
					1	
ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO	de Natureza Processual e Administrativo	Serviço de Apoio Técnico Processual e Administrativo	Técnico Judiciário			Nível Médio Completo ou equivalente.
					20	
					19	
					18	
				D	17	
					16	
					15	
					14	
					13	
				C	12	
					11	
					10	
					9	
					8	
				B	7	
					6	
					5	
					4	
					3	
				A	2	
					1	
SERVIÇOS AUXILIARES ADMINISTRATIVOS	Atividades Auxiliares	Apoio Judiciário	Auxiliar Judiciário			Nível Fundamental Completo.
					20	
					19	
					18	
				D	17	
					16	
					15	
					14	
					13	
				C	12	
					11	
					10	
					9	
					8	
				B	7	
					6	
					5	
					4	
					3	
				A	2	
					1	
					20	
					19	
					18	
				D	17	
					16	
					15	
					14	
					13	
				C	12	
					11	
ATIVIDADES DE APOIO OPERACIONAL	Atividades Operacionais	Apoio Operacional	Auxiliar de Serviços Operacionais			Nível Fundamental Completo.



					10
					9
					8
				B	7
					6
					5
					4
					3
				A	2
					1

ANEXO II
LINHA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
Grupo Ocupacional	Cargo	Grupo Ocupacional	Cargo
ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR	Analista Judiciário	ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR	Analista Judiciário
ATIVIDADES JUDICIÁRIAS	Oficial de Justiça		Oficial de Justiça
ATIVIDADES JUDICIÁRIAS ESPECIAIS	Comissário de Justiça da Infância e Juventude	ATIVIDADES JUDICIÁRIAS ESPECIAIS	Comissário de Justiça da Infância e Juventude
ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO	Técnico Judiciário	ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO	Técnico Judiciário
CARGOS EFETIVOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL EM PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO			
SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
Grupo Ocupacional	Cargo	Grupo Ocupacional	Cargo
SERVIÇOS AUXILIARES ADMINISTRATIVOS	Auxiliar Judiciário	SERVIÇOS AUXILIARES ADMINISTRATIVOS	Auxiliar Judiciário
ATIVIDADES DE APOIO OPERACIONAL	Auxiliar de Serviço Operacional	ATIVIDADES DE APOIO OPERACIONAL	Auxiliar de Serviço Operacional

ANEXO III
ÁREA DE ATUAÇÃO

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR		
CARGO	ÁREA DE ATUAÇÃO	ESPECIALIDADE
ANALISTA JUDICIÁRIO	ADMINISTRATIVA	Administração, Arquivologia, Arquitetura, Análise de Sistemas - Desenvolvimento, Análise de Sistemas - Suporte de Redes, Assistência Social, Biblioteconomia, Comunicação Social, História, Jornalismo, Publicidade ou Relações Públicas, Ciências Contábeis, Economia, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Estatística ou Matemática (com Pós- Graduação em Estatística), Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa e Pedagogia.
	SAÚDE	Ciências Biológicas, Bioquímica ou Farmácia (com Pós- Graduação na área de Biologia Molecular), Enfermagem, Medicina - Cardiologia, Medicina - Clínica Médica, Medicina – Pediatria e Psiquiatria, Odontologia e Psicologia.
	JUDICIÁRIA	Direito
OFICIAL DE JUSTIÇA	JUDICIÁRIA	Direito



CARGOS DE NÍVEL MÉDIO		
CARGO	ÁREA DE ATUAÇÃO	ESPECIALIDADE
TÉCNICO JUDICIÁRIO	ADMINISTRATIVA EJUDICIÁRIA	Contabilidade, Edificações, Enfermagem, Informática- Hardware, Informática-Software, Laboratório, Telecomunicações, Apoio Técnico Administrativo.
CARGOS DE NÍVEL MÉDIO		
CARGO	ÁREA DE ATUAÇÃO	
COMISSÁRIO DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	JUDICIÁRIA	
CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL		
CARGO	ÁREA DE ATUAÇÃO	ESPECIALIDADE
AUXILIAR JUDICIÁRIO	ADMINISTRATIVA EJUDICIÁRIA	Apoio Administrativo, Motorista e Telefonista
AUXILIAR DE SERVIÇOS OPERACIONAIS	ADMINISTRATIVA	Limpeza, Conservação, Jardinagem e Vigilância

**ANEXO IV
TABELA DE VENCIMENTOS**

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO	VPNI
ANALISTA JUDICIÁRIO	D	20	16.669,57	-
		19	16.184,05	-
		18	15.712,67	-
		17	15.255,02	-
		16	14.810,70	-
	C	15	14.241,06	-
		14	13.826,27	-
		13	13.423,56	-
		12	13.032,59	-
		11	12.653,00	-
	B	10	12.166,34	-
		9	11.811,98	-
		8	11.467,94	-
		7	11.133,93	-
		6	10.809,64	-
	A	5	10.393,88	-
		4	10.091,15	-
		3	9.797,23	-
		2	9.511,87	-
		1	9.234,83	-
OFICIAL DE JUSTIÇA	D	20	13.942,41	-
		19	13.536,32	-
		18	13.142,06	-
		17	12.759,28	-
		16	12.387,65	-
	C	15	11.911,20	-
		14	11.564,28	-
		13	11.227,45	-
		12	10.900,44	-
		11	10.582,95	-
	B	10	10.175,91	-
		9	9.879,53	-
		8	9.591,77	-
		7	9.312,40	-
		6	9.041,17	-
	A	5	8.693,43	-



COMISSÁRIO DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE		4	8.440,22	-
		3	8.194,39	-
		2	7.955,72	-
		1	7.724,00	-
	D	20	9.292,17	-
		19	9.021,53	-
		18	8.758,76	-
		17	8.503,65	-
		16	8.255,98	-
	C	15	7.938,44	-
		14	7.707,22	-
		13	7.482,74	-
		12	7.264,80	-
		11	7.053,20	-
	B	10	6.781,92	-
		9	6.584,39	-
		8	6.392,61	-
		7	6.206,42	-
		6	6.025,65	-
	A	5	5.793,89	-
		4	5.625,14	-
		3	5.461,30	-
		2	5.302,23	-
		1	5.147,80	-
TÉCNICO JUDICIÁRIO	D	20	7.955,12	-
		19	7.723,41	-
		18	7.498,46	-
		17	7.280,06	-
		16	7.068,02	-
	C	15	6.796,17	-
		14	6.598,22	-
		13	6.406,04	-
		12	6.219,46	-
		11	6.038,31	-
	B	10	5.806,07	-
		9	5.636,96	-
		8	5.472,78	-
		7	5.313,37	-
		6	5.158,62	-
	A	5	4.960,21	-
AUXILIAR JUDICIÁRIO		4	4.815,74	-
		3	4.675,47	-
		2	4.539,29	-
		1	4.407,08	-
	D	20	6.089,05	1.070,56
		19	5.911,70	1.039,38
		18	5.739,51	1.009,10
		17	5.572,34	979,71
		16	5.410,04	951,18
	C	15	5.201,96	914,59
		14	5.050,45	887,95
		13	4.903,35	862,09
		12	4.760,53	836,98
		11	4.621,87	812,60



	B	10	4.444,11	781,35
		9	4.314,67	758,59
		8	4.189,00	736,50
		7	4.066,99	715,05
		6	3.948,53	694,22
	A	5	3.796,67	667,52
		4	3.686,09	648,08
		3	3.578,72	629,20
		2	3.474,49	610,87
		1	3.373,29	593,08
AUXILIAR DE SERVIÇO OPERACIONAL	D	20	3.843,10	3.316,51
		19	3.731,16	3.219,91
		18	3.622,49	3.126,13
		17	3.516,98	3.035,07
		16	3.414,54	2.946,67
	C	15	3.283,21	2.833,34
		14	3.187,59	2.750,82
		13	3.094,74	2.670,69
		12	3.004,61	2.592,91
		11	2.917,09	2.517,39
	B	10	2.804,90	2.420,56
		9	2.723,20	2.350,06
		8	2.643,88	2.281,61
		7	2.566,88	2.215,16
		6	2.492,12	2.150,64
	A	5	2.396,26	2.067,92
		4	2.326,47	2.007,69
		3	2.258,71	1.949,21
		2	2.192,92	1.892,44
		1	2.129,05	1.837,32

ANEXO V
QUANTIFICAÇÃO DOS CARGOS EFETIVO E ESTÁVEIS

EFETIVOS	QUANTIDADE
Analista Judiciário	708
Oficial de Justiça	674
Comissário de Justiça da Infância e Juventude	65
Técnico Judiciário	1.534
Auxiliar Judiciário	1.274
ESTÁVEIS (Anteriores à CF/88)	QUANTIDADE
Analista Judiciário	19
Técnico Judiciário	66
Oficial de Justiça	25
Comissário de Justiça da Infância e Juventude	10
Auxiliar Judiciário	22

ANEXO VI
CARGOS EM COMISSÃO

CARGO EM COMISSÃO	QUANTIDADE	VENCIMENTO
CNES	1	25.576,04
CDGA	277	22.632,30
CDAS-1	9	16.605,93
CDAS-2	163	13.921,77
CDAS-3	101	11.865,96
CDAS-4	104	10.925,70
CDAS-5	405	10.090,16
CDAI-1	419	7.446,95
CDAI-2	55	5.734,89
CDAI-3	101	3.731,42

**ANEXO VII
FUNÇÕES GRATIFICADAS**

FUNÇÃO GRATIFICADA	QUANTIDADE	VALOR
FG - 01	87	1.152,98
FG - 02	50	1.844,81
FG - 03	51	2.767,23
FG - 04	20	2.945,38

LEI Nº 11.691, DE 11 DE MAIO DE 2022.

Altera os Anexos I e II da Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007, que reorganizou o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário do Maranhão.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os Anexos II e VI da Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007, passam a vigorar conforme Anexos I e II desta Lei, respectivamente.

Art. 2º As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria prevista para o orçamento do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 11 DE MAIO DE 2022, 201ª DA INDEPENDÊNCIA E 134ª DA REPÚBLICA.

CARLOS BRANDÃO
Governador do Estado do Maranhão

SEBASTIÃO TORRES MADEIRA
Secretário-Chefe da Casa Civil

ANEXO I

(Anexo II da Lei nº 8.715, de 19 de novembro de 2007)

LINHA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
GRUPO OCUPACIONAL	CARGO	GRUPO OCUPACIONAL	CARGO
Atividade de Nível Superior - ANS	Analista Judiciário A Analista Judiciário B Analista Judiciário C Administrador Assistente Técnico Assistente Social Bibliotecário Dentista Médico Taquígrafo	Atividade de Nível Superior	Analista Judiciário



LEI Nº 12.457, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2024.

Estabelece diretrizes de implementação do sistema de inclusão escolar “ABA” para crianças com autismo nas escolas da rede pública do Estado do Maranhão.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Estabelece diretrizes sobre a implementação, na Rede Estadual de Ensino, do Sistema de Inclusão Escolar baseado na técnica ABA – Análise do Comportamento Aplicada, para crianças e adolescentes diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista – TEA, no âmbito do Estado do Maranhão.

Art. 2º Cada unidade de ensino poderá dispor de profissionais capacitados para a efetiva implementação da técnica ABA – Análise do Comportamento Aplicada.

Parágrafo único. A Secretaria de Educação poderá firmar parcerias com as universidades públicas e/ou privadas para a capacitação de profissionais de diversas áreas que participarão da equipe multidisciplinar especializada no atendimento a alunos com Transtorno do Espectro Autista.

Art. 3º Os alunos com Transtorno do Espectro Autista serão avaliados por equipe multidisciplinar, incluindo profissionais especializados da Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, que avaliarão se há real necessidade de cada indivíduo aderir ao método ABA.

Art. 4º O Poder Executivo poderá avaliar os estabelecimentos que já contam com estrutura física e de pessoal para iniciar gradativamente a implantação do sistema de inclusão escolar baseado na técnica ABA, instituído por esta Lei.

Parágrafo único. Nos casos em que os alunos apresentam uma relação social autônoma ou já possuem outros acompanhamentos pedagógicos ou terapêuticos dentro ou fora do ambiente escolar, a adesão ao Método ABA será facultativa aos pais e/ou responsáveis.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Excelentíssimo Senhor Secretário-Chefe da Casa Civil a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 17 DE DEZEMBRO DE 2024, 203º DA INDEPENDÊNCIA E 136º DA REPÚBLICA.

CARLOS BRANDÃO
Governador do Estado do Maranhão

SEBASTIÃO TORRES MADEIRA
Secretário-Chefe da Casa Civil

(Originária do Projeto de Lei nº 574/2024, de autoria do Deputado Rafael).

LEI Nº 12.458, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2024.

Cria a Função Gratificada Especial (FGE) no quadro de pessoal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, extingue a Gratificação de Atividade Judiciária - GAJ e altera a Lei nº 11.690, de 11 de maio de 2022, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário do Maranhão, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o *caput* do art. 9º da Lei nº 11.690, de 11 de maio de 2022 (Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário do Maranhão), que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º As funções gratificadas, escalonadas de FG-01 a FG-04, nos quantitativos e valores definidos no Anexo VII, e a Função Gratificada Especial (FGE) nos quantitativos definidos no mesmo anexo, são de exercício exclusivo dos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo ou estáveis do Poder Judiciário do Maranhão.” (NR)

Art. 2º Ficam alterados o *caput* e o inciso I do art. 17 da Lei nº 11.690, de 11 de maio de 2022 (Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário do Maranhão), que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17. O Poder Judiciário disporá, por meio de resolução, sobre os critérios para exercício de função gratificada especial (FGE) e concessão anual da gratificação por produtividade judiciária (GPJ), obedecendo às seguintes regras:

I - 20% (vinte por cento) sobre o vencimento do cargo efetivo, implicando um regime de trabalho de sete horas diárias, para exercício da Função Gratificada Especial (FGE);” (NR)

Art. 3º Fica acrescentado o inciso IV ao art. 17 da Lei nº 11.690, de 11 de maio de 2022 (Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário do Maranhão), com a seguinte redação:

“Art. 17. (...)

IV - a representação pelo exercício da Função Gratificada Especial (FGE) não será considerada para cálculo de qualquer outra vantagem, inclusive o adicional de férias e a gratificação natalina.”

Art. 4º Fica acrescentado o art. 22-A à Lei nº 11.690, de 11 de maio de 2022 (Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário do Maranhão), com a seguinte redação:

“Art. 22-A. É facultado ao servidor efetivo ou estável converter em pecúnia até quarenta e cinco dias de licença-prêmio por assiduidade não gozada, por período aquisitivo (quinquênio), condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira, de acordo com resolução do Órgão Especial.

Parágrafo único. A indenização de que trata o *caput* somente poderá ser concedida a partir do exercício financeiro subsequente ao da aquisição do direito ao respectivo quinquênio.”

Código	Especificação	Esfera	IRP	Natureza	Fonte	Valor
99.999.9999.9999	Reserva de Contingência					
0001	No Estado do Maranhão	F	2	99.99.99	1.5.00	1.753.196,00
					Subtotal	1.753.196,00
					Total	1.753.196,00